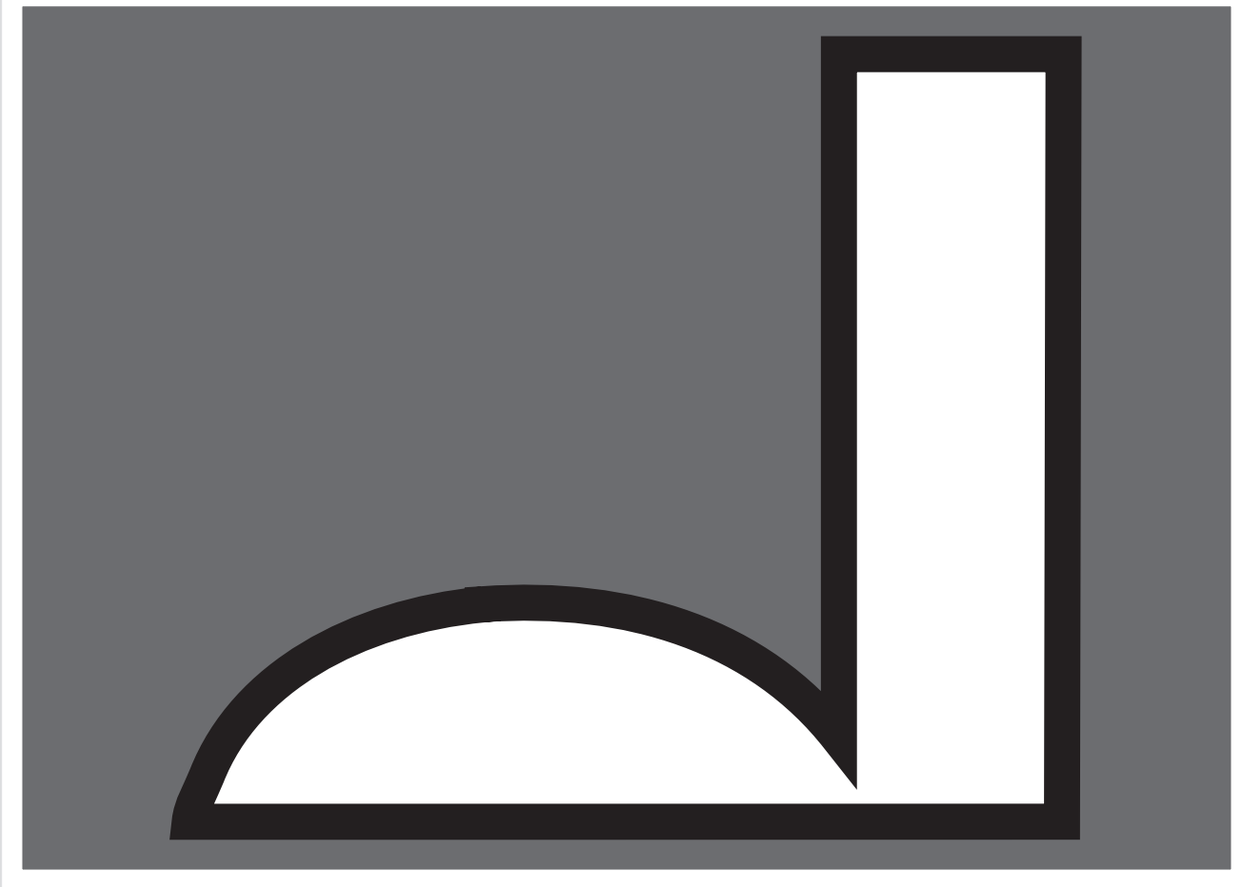
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas das Comissões Permanentes do Senado Federal
e suas Subcomissões

ANO LXVII – SUP. "B" AO Nº 211 – SÁBADO, 22 DE DEZEMBRO DE 2012 – BRASÍLIA-DF

VOLUME II

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1ª VICE-PRESIDENTE
Anibal Diniz- (PT-AC)[8,9]
2º VICE-PRESIDENTE
Waldemir Moka - (PMDB-MS)[3,4]
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)[2]
3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)[1,5,6,7]
2º - João Durval - (P DT-BA)
3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) - 26

Líder
Renan Calheiros - PMDB

.....

Líder do PMDB - 20

Renan Calheiros

Vice-Líderes do PMDB
Vital do Rêgo
Romero Jucá (40)
Sérgio Souza (20)
Waldemir Moka
Ricardo Ferraço
Casildo Maldaner

Líder do PP - 5

Francisco Dornelles

Vice-Líder do PP
Ana Amélia (12)

Líder do PV - 1

Paulo Davim

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 14

Líder
Gim - PTB (56,60,61)

Vice-Líderes
Blairo Maggi (19,51)
Alfredo Nascimento (41)
João Vicente Claudino
Eduardo Amorim (17,47,48)

.....

Líder do PTB - 6

Gim (56,60,61)

Vice-Líderes do PTB
João Vicente Claudino
Mozarildo Cavalcanti (58,59)

Líder do PR - 6

Blairo Maggi (19,51)

Vice-Líderes do PR
Alfredo Nascimento (41)
Vicentinho Alves (42,54)

Líder do PSC - 1

Eduardo Amorim (17,47,48)

Líder do PPL - 1

João Costa

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24

Líder
Walter Pinheiro - PT (22,25)

Vice-Líderes
Acir Gurgacz (49,55)
Lídice da Mata (30,38)
Inácio Arruda
Eduardo Lopes (37,44)

.....

Líder do PT - 12

Walter Pinheiro (22,25)

Vice-Líderes do PT
Wellington Dias (23)
Lindbergh Farias (27)
Ana Rita (28)
Anibal Diniz (26)

Líder do PDT - 5

Acir Gurgacz (49,55)

Vice-Líder do PDT
Pedro Taques (21)

Líder do PSB - 4

Lídice da Mata (30,38)

Vice-Líder do PSB
Antonio Carlos Valadares (29)

Líder do PC DO B - 2

Inácio Arruda

Líder do PRB - 1

Eduardo Lopes (37,44)

Governo

Líder
Eduardo Braga - PMDB (39)

Vice-Líderes
Gim (56,60,61)
Benedito de Lira (57)
Lídice da Mata (30,38)
Jorge Viana
Vital do Rêgo

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14

Líder
Jayme Campos - DEM (24)

Vice-Líderes
Cyro Miranda (31)
Flexa Ribeiro (5,33)
Lúcia Vânia (32)
Mário Couto (34)
Paulo Bauer (7,35)

.....

Líder do PSDB - 10

Alvaro Dias

Vice-Líderes do PSDB
Aloysio Nunes Ferreira (6)
Paulo Bauer (7,35)
Flexa Ribeiro (5,33)

Líder do DEM - 4

José Agripino (2,10,14,45,46)

Vice-Líder do DEM
Jayme Campos (24)

PSD - 2

Líder
Marco Antônio Costa - PSD (53)

Vice-Líder
Sérgio Petecão

PSOL - 1

Líder
Randolfe Rodrigues - PSOL (18)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

Doris Marize Romariz Peixoto
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Claudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Zuleide Spinola Costa da Cunha
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATA

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

VOLUME I

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL E SUAS SUBCOMISSÕES

1.1.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Ata da 54ª Reunião, Conjunta, realizada em 22 de novembro de 2012 00006

Ata da 55ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de novembro de 2012 00020

Ata da 56ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2012 00045

Ata da 57ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de novembro de 2012 00049

Ata da 58ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de novembro de 2012 00072

Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2012..... 00090

Ata da 60ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2012..... 00121

Ata da 61ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012..... 00139

Ata da 62ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012..... 00161

Ata da 63ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012..... 00176

1.1.1.1 – Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional

Ata da 6ª Reunião, realizada em 9 de agosto de 2011..... 00210

1.1.1.2 – Subcomissão Temporária de Avaliação da Política Fiscal

Ata da 3ª Reunião, realizada em 15 de agosto de 2011..... 00227

1.1.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 45ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2012..... 00246

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012..... 00271

Ata da 47ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2012..... 00303

Ata da 48ª Reunião, Conjunta, realizada em 12 de dezembro de 2012 (realizada em conjunto com a 61ª Reunião da CE) **(Publicada no item 1.1.4)**

Ata da 49ª Reunião, Conjunta, realizada em 13 de dezembro de 2012 (realizada em conjunto com a 33ª Reunião da CCT) **(Publicada no item 1.1.11)**

Ata da 50ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de dezembro de 2012..... 00318

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de dezembro de 2012..... 00349

1.1.2.1 – Subcomissão Temporária do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Ata da 7ª Reunião, realizada em 30 de agosto de 2012..... 00363

1.1.3 – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Ata da 48ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de dezembro de 2012..... 00371

1.1.4 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 56ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de novembro de 2012 (realizada em conjunto com a 57ª Reunião da CAE) **(Publicada no item 1.1.1)**

Ata da 57ª Reunião, Conjunta, realizada em 29 de novembro de 2012 (realizada em conjunto com a 58ª Reunião da CAE) **(Publicada no item 1.1.1)**

Ata da 58ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de dezembro de 2012..... 00410

Ata da 59ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de dezembro de 2012..... 00427

Ata da 60ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012..... 00449

Ata da 61ª Reunião, Conjunta, realizada em 12 de dezembro de 2012..... 00458

1.1.5 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Ata da 47ª Reunião, Conjunta, realizada em 22 de novembro de 2012 (realizada em conjunto com a 54ª reunião da CAE) **(Publicada no item 1.1.1)**

Ata da 48ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2012..... 00470

Ata da 49ª Reunião, Ordinária, realizada em 27 de novembro de 2012..... 00477

Ata da 50ª Reunião, Conjunta realizada em 5 de dezembro de 2012 (realizada em conjunto com a 48ª reunião da CCJ) **(Publicada no item 1.1.3)**

Ata da 51ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2012..... 00495

Ata da 52ª Reunião, Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012..... 00510

Ata da 53ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2012..... 00520

Ata da 54ª Reunião, Conjunta, realizada em 13 de dezembro de 2012 (realizada em conjunto com a 33ª Reunião da CCT) **(Publicada no item 1.1.11)**

1.1.5.1 – Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016

Ata da 12ª Reunião, realizada em 8 de junho de 2011..... 00521

1.1.6 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 64ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de novembro de 2012 00528

Ata da 65ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de novembro de 2012 00566

Ata da 66ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de novembro de 2012 00604

Ata da 67ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2012 00640

Ata da 68ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de novembro de 2012..... 00669

Ata da 69ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2012 00701

Ata da 70ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2012 00730

Ata da 71ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de novembro de 2012 00732

Ata da 72ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012 00741

Ata da 73ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012 00760

Ata da 74ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012 00775

Ata da 75ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2012 00803

Ata da 76ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de dezembro de 2012 00826

Ata da 77ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2012 00853

Ata da 78ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2012 00883

Ata da 79ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2012 00902

Ata da 80ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012 00936

Ata da 81ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2012..... 00957

Ata da 82ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2012..... 00989

Ata da 83ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de dezembro de 2012..... 01022

Ata da 84ª Reunião, Conjunta, realizada em 18 de dezembro de 2012 (realizada em conjunto com a 50ª Reunião da CAS) **(Publicada no item 1.1.2)**

Ata da 85ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2012..... 01070

VOLUME II

1.1.6.1 – Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher

Ata da 1ª Reunião realizada em 8 de março de 2012..... 01103

1.1.6.2 – Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza

Ata da 1ª Reunião, realizada em 28 de fevereiro de 2012 01127

1.1.6.3 – Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso

Ata da 1ª Reunião, realizada em 19 de maio de 2011..... 01130

1.1.7 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de setembro de 2012..... 01135

Ata da 40ª Reunião, Ordinária, realizada em 18 de outubro de 2012 01149

Ata da 41ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de novembro de 2012..... 01170

Ata da 42ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de novembro de 2012..... 01197

Ata da 43ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012..... 01222

Ata da 44ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de novembro de 2012..... 01226

Ata da 45ª Reunião, Ordinária, realizada em 6 de dezembro de 2012..... 01255

Ata da 46ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012..... 01278

1.1.8 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 36ª Reunião, Conjunta, realizada em 5 de dezembro de 2012 (realizada em conjunto com a 48ª reunião da CCJ) **(Publicada no item 1.1.3)**

1.1.8.1 – Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil

Ata da 18ª Reunião, realizada em 8 de agosto de 2012 01289

Ata da 19ª Reunião, realizada em 29 de agosto de 2012 01313

Ata da 20ª Reunião, realizada em 12 de setembro de 2012 01326

Ata da 21ª Reunião, realizada em 31 de outubro de 2012 01342

Ata da 22ª Reunião, realizada em 22 de novembro de 2012 01346
Ata da 23ª Reunião, realizada em 27 de novembro de 2012 01347
1.1.9 – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR
Ata da 20ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de novembro de 2012..... 01363
Ata da 21ª Reunião, Ordinária, realizada em 12 de dezembro de 2012..... 01365
Ata da 22ª Reunião, Conjunta, realizada em 13 de dezembro de 2012 (realizada em conjunto com a 33ª Reunião da CCT) **(Publicada no item 1.1.11)**
1.1.10 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA
Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012..... 01367
Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2012..... 01372
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de novembro de 2012..... 01388
Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2012..... 01407
Ata da 34ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2012..... 01413
Ata da 35ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2012..... 01420
Ata da 36ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de dezembro de 2012 01446
1.1.11 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT
Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de dezembro de 2012..... 01458
Ata da 33ª Reunião, Conjunta, realizada em 13 de dezembro de 2012..... 01471

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 8 DE MARÇO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia oito de março de dois mil e doze, na sala de reuniões nº 02, da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal sob a presidência da Senadora (Ângela Portela), reúne-se a Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. Assinam o livro de presença as seguintes senhoras Senadoras: Ângela Portela, Lídice da Mata e Ana Rita e a não membro Senadora Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte PAUTA: Audiência Pública, nos termos do Requerimento nº 2, de 2011 – CDHSPDM, de autoria da Senadora Ângela Portela, aprovado em 30/06/11, para debater as políticas públicas do Ministério da Saúde para a saúde da mulher para os próximos anos, incluindo a saúde da mulher indígena. Convidados: Ângela Maria de Lima Nascimento, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas, em substituição a Ministra de Estado Luiza Bairros da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Deurides Ribeiro Navega Cruz, Coordenadora-Geral de Atenção Primária à Saúde Indígena, em substituição ao Senhor Antonio Alves de Souza Secretário Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde – SESAI; Claudia Araújo, Assessora da Área Técnica de Saúde da Mulher no Ministério da Saúde, em substituição a senhora Esther Vilela Coordenadora da Área técnica da Saúde da Mulher – Ministério da Saúde; e Lia Zanotta, Professora de Antropologia da Universidade de Brasília, em substituição a senhora Kauara Rodrigues Assessora Técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA. A senhora Presidenta concede a palavra a líderes de movimentos religiosos ligados aos direitos da mulher Maria Angélica de Oliveira Farias, da Sociedade de Divulgação Espírita Auto de Souza do Lar Maria de Nazaré, em apoio às mulheres; Renata Martins da Rede Nacional Pró-Vida e a senhora Luciana da entidade Promotoras da Vida. Extrapauta: Item 01. Requerimento nº 01-CDHSPDM, de 2012, que requer a realização de Audiência Pública na Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa para debater "A Saúde da Mulher Indígena", com a participação dos seguintes convidados: representante do Ministério da Saúde, representante da FUNAI e representante das Comunidades Indígenas. Autoria Senadora Ana Rita. Resultado: Aprovado. Às doze horas e vinte e quatro minutos a Senhora Presidente passa a presidência para a Senadora Ana Rita. Às doze horas e cinquenta e dois minutos a senhora Presidenta Senadora Ana Rita passa a presidência para a Senadora Lídice da Mata. Fazem uso da palavra as seguintes senhoras Senadoras Ângela Portela, Ana Rita e Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, às treze horas e seis minutos, lavrando eu, Altair Gonçalves Soares, a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pela senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Ângela Portela,** Presidenta

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Eu declaro aberta a 1ª reunião da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da Segunda Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a coloco em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam sentados. (*Pausa*.)

Aprovado.

Audiência pública nos termos do Requerimento nº 2, de 2011, da Comissão de Direitos Humanos, de minha autoria, aprovado em 30 de junho de 2011, para debater as políticas públicas do Ministério da Saúde para a saúde da mulher, para os próximos anos, incluindo a saúde da mulher indígena.

Eu queria convidar a Srª Ângela Maria de Lima Nascimento, Secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, Seppir; convido também para compor a Mesa a Srª Deurides Ribeiro Navega Cruz, Coordenadora Geral de Atenção Primária à Saúde Indígena da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde. Convido também a Drª Cláudia Araújo, Assessora da Área Técnica da Saúde da mulher do Ministério da Saúde. Drª Lia Zannota, Professora de Antropologia da Universidade de Brasília, Assessora Técnica do Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

Quero agradecer a presença de todas. Como vamos debater nesta audiência pública a saúde da mulher, eu gostaria de destacar aqui a campanha que o Governo Federal lançou recentemente em relação ao combate à mortalidade materna e infantil. Essa campanha visa a incentivar mulheres grávidas a fazerem o pré-natal. É de extrema importância para a sociedade em geral, mas tem relevância especial para as mulheres brasileiras que vivem seu ciclo de vida fértil e reprodutiva. A mortalidade materna, como classifica o Ministério da Saúde, consiste em óbitos decorrentes

de causas obstétricas que ocorrem durante a gestação ou até 42 dias após o parto.

Faço minhas as palavras contidas no manual dos comitês de mortalidade materna do Ministério da Saúde, que a mortalidade materna é uma das mais graves violações dos direitos humanos das mulheres por ser uma tragédia evitável em 92% dos casos e por ocorrer principalmente nos países em desenvolvimento.

De acordo com a campanha federal, as mulheres grávidas terão direito a uma ajuda de custo da ordem de R$50,00 para pagar o transporte delas entre sua casa e uma unidade do Sistema Único de Saúde (SUS) ou um posto de saúde a fim de fazer uma consulta de pré-natal completa e o mais cedo possível e, assim procedendo, garantir uma gestação saudável.

O pagamento de auxilio de até R$50,00 às gestantes atendidas pelo SUS será feito por meio de cartão magnético a ser emitido pela Caixa Econômica Federal a partir de abril próximo. O benefício será pago em duas parcelas, e, para receber o valor integral, a gestante deve fazer o requerimento até a 16ª semana de gestação e realizar uma consulta. A partir daí, receberá R$25,00 no mês seguinte ao pedido. A segunda parcela será paga após a 30ª semana de gestação. As gestantes que solicitarem o benefício após a 16ª semana de gestação só terão direito a uma parcela de R$25,00. Para terem acesso a esse auxilio, as gestantes devem se cadastrar no sistema de monitoramento e avaliação do pré-natal, parto, puerpério e criança, denominado SIS Pré-natal e que, a partir deste mês de fevereiro, ganha nova versão *on line* a ser implantada em todo o País, em regiões, Estados e Municípios que já aderiram à Rede Cegonha.

O Rede Cegonha é um programa lançado recentemente, em março de 2011; temos 17 Estados e 1.542 Municípios que já aderiram ao Rede Cegonha totalizando nesse ano 930 mil gestantes acompanhadas.

Faço questão de destacar este programa Rede Cegonha e o combate à mortalidade materna: tivemos redução de 19% nos índices em relação a 2011/2010. A tendência é continuar essa redução porque esses programas lançados pelo Governo Federal, pelo Ministério da Saúde vão contribuir para que a mulher gestante tenha melhor atendimento nos postos de saúde da rede pública. Somos maioria e as principais usuárias do SUS, as mulheres.

Registro a presença da Senadora Ana Rita, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos; a presença da Senadora Lídice da Mata, que é Vice-Presidente da Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher. Muito obrigada pela presença de vocês.

Antes de passar a palavra às nossas palestrantes, vou registrar as presenças das entidades. Vou anunciar os nomes de todas: Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; Mulheres em Defesa do Nascituro; Sociedade e Divulgação Espírita Auta de Souza, do Lar Maria de Nazaré em Apoio às Mulheres; Comunidade Santos Inocentes Mártires; Defesa da Criança e Apoio à Gestante; Promotoras da Vida; Paróquia Nossa Senhora do Lago. Está faltando alguma? (*Pausa*.) Instituto Eu Defendo, do Rio de Janeiro; Renovação Carismática Católica; Movimento Pró-Vida, que cuida de mulheres indígenas.

Muito obrigada pela presença de todas.

O meu Estado de Roraima tem 12% de população indígena; há um grande número de mulheres indígenas que precisam de melhor atendimento à sua saúde. Por isso, a intenção de discutir um pouco melhor aqui, nesta audiência pública, as deficiências do atendimento do SUS à mulher indígena.

Para iniciar nossa audiência pública, passo a palavra para Deurides Ribeiro Navega Cruz, Coordenadora Geral de Atenção Primária à Saúde Indígena da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde.

A SRª DEURIDES RIBEIRO NAVEGA CRUZ – Bom dia a todos. Sou Deurides Navega, estou como Coordenadora Geral de Atenção Primária à Saúde Indígena da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde. Primeiramente, quero dizer que estamos muito felizes por estar aqui até para fazermos parcerias com todas essas instituições e com todas essas mulheres e homens que estão aqui. Nossa missão é muito complexa e difícil e não temos condições de trabalharmos sozinhas. Outra coisa, eu quero dar os parabéns a todas nós mulheres não só pelo dia 8 de março, mas pelas conquistas que vimos conseguindo. Além disso, quero dizer que a luta continua porque ainda temos muita coisa para caminhar e para conseguir.

Quero também contextualizar como vai ser nossa conversa, vocês podem me interromper, fazer perguntas durante a apresentação.

A Sesai é uma secretaria especial que ainda está engatinhando, foi criada no dia 19 de outubro por meio de decreto e é uma secretaria que se responsabiliza diretamente pela saúde indígena.

Vou passar à apresentação, mas, havendo qualquer dúvida, podem me perguntar.

Como eu falei, a Sesai é uma secretaria que foi criada dentro do Ministério da Saúde pelo Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010.

Qual é a missão dessa secretaria? Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado no SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com

controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Como falei no início, é uma missão bem complexa. Não tem receita; nós estamos construindo. Quando eu digo nós refiro-me a todos os profissionais, usuários, organizações civis e organizações governamentais.

O que é esse subsistema? Qual é o papel dele, trocando em miúdos? O subsistema está articulado no SUS, mas tem uma especificidade por tratar de usuários que têm várias diferenças de cultura, de hábitos, de línguas e ainda moram em regiões de difícil acesso. E como a gente vai qualificar o acesso para essas comunidades? Falando isso, procuramos também ter este cuidado integral em que vemos não só a parte do atendimento, da atenção, da assistência. A gente tem que ver também essas diferenças para poder oferecer uma saúde de qualidade, em que o usuário tenha condições de falar com a gente, discutir com a gente e fechar as políticas. Para isso, estamos fortalecendo o controle social; o usuário participa das nossas reuniões. Ele vem participando, e a gente está fortalecendo o Condisi.

Além disso, é um grande desafio. E é interessante que, pela primeira vez, o Ministério da Saúde passa a ser executor. O Ministério da Saúde é um órgão normativo que discute políticas com os Municípios, com os Estados e com outras organizações. A Sesai é uma secretaria executora do Ministério da Saúde. Então aquele agente indígena de saúde que está lá na aldeia é Ministério da Saúde e tem gerência federal. É interessante porque vamos ter oportunidade de discutir e implantar as políticas de saúde e vamos não só acompanhar; vamos estar dentro dela e ver se realmente aquilo que a gente discute, aquilo que a gente pactua, aquilo que a gente implanta está valendo dentro daquelas discussões que nos levaram a implantar.

Outro grande desafio são as especificidades culturais. Temos vários grupos indígenas, várias etnias que falam diversas línguas, dialetos, e tudo isso faz parte da comunicação, porque como vamos oferecer e fazer reuniões dentro desse universo?

Por isso é muito importante a participação de todas as instituições que são responsáveis também por esse cuidado.

Pode passar.

Bem, é um pouquinho da estrutura organizacional da Sesai. A Secretaria Especial de Saúde Indígena é uma secretaria pequena, comparada com as outras secretarias do Ministério. Ela tem uma Coordenação Geral de Planejamento e Orçamento, a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas para Atuação em Contexto Intercultural. Isso porque o profissional tem de ter sensibilidade para abordar essa clientela diferenciada porque um dos princípios do Sistema Único de Saúde, que o Subsistema de Saúde Indígena também tem que cumprir, é o princípio da equidade, que é tratar o diferente de maneira diferente, da maneira como ele deve ser tratado e como ele quer ser tratado.

Aí nós temos dois departamentos: o Departamento de Atenção à Saúde Indígena e o Departamento de Gestão da Saúde Indígena.

Ligada ao Departamento de Atenção à Saúde Indígena, nós temos a Casai de Brasília, que é uma Casai que a gente caracteriza como uma Casai nacional, porque ela é um ponto de referência para os índios de outros Estados que precisam de um atendimento de saúde terciário, de um atendimento mais complexo. Então, ele se desloca para Brasília, e a gente precisa já ter feito toda a regulação desse paciente para ele ter o atendimento nos hospitais de média e alta complexidade.

Além dessa Casai, nós temos três coordenações. Temos a Coordenação Geral de Atenção Primária à Saúde Indígena, da qual estou como coordenadora. Tem a Coordenação de Articulação de Atenção à Saúde Indígena. Essa Coordenação está construindo e, vale ressaltar, estamos engatinhando, nós estamos construindo mesmo toda essa articulação com média e alta complexidade. Então, essa articulação se dá tanto no nível federal como no estadual e no municipal, porque alguns atendimentos a gente pode complementar tanto no Município como no Estado, entrando na rede do Sistema Único de Saúde, só que a diferença desse atendimento para o não índio é que nesse atendimento nós mantemos incentivos para aquele hospital que vai atender o índio. Então esse incentivo tem critérios. Por exemplo, ele tem que implantar uma ambiência para essa clientela. Por exemplo, o índio, como eu disse, tem diversos costumes, hábitos, outras línguas.

Então é importante que gente tenha abertura nesses hospitais para que ele seja atendido e ele possa levar o acompanhante. Dependendo da necessidade, que ele leve o pajé e que o pajé exercite também a sua medicina, que é a medicina em que ele acredita.

Outro ponto interessante é a alimentação. Não adianta eu entrar com uma alimentação que ele não aceita.

Mais um ponto: a maneira de dormir. Há índios que adoram dormir na rede, outros preferem cama, mas uma caminha baixa e não aquela cama hospitalar.

Essa ambiência é muito importante – hoje a gente sabe disso – para recuperação daquele quadro. Para isso, o Ministério faz um repasse, fundo a fundo, que é fundo federal para fundo municipal, para os hospitais que fazem esse atendimento. Aí é que eu digo que preciso – quando digo eu, quero dizer a Sesai, o Ministério

da Saúde – da participação de todos vocês, que é o controle social, é ver se isso está valendo, porque só Ministério da Saúde não tem perna para isso. Então, vamos ter que observar. Então, para onde vocês forem também, vocês repassem isso, inclusive, vou deixar essa apresentação aqui.

Então, a gente tem de ter conhecimento disso para chegar ao Município, ao Estado, e ver se isso está valendo. Nas minhas observações e nas viagens que tenho feito, nesse pouco tempo de Sesai, às vezes eu chego a um hospital e ele diz que está cumprindo, que está recebendo o incentivo, que é o IAEPI, mas quando eu vou fazer a observação – não é uma supervisão; é uma observação, é o fazer junto –, às vezes, pelo fato de ele pôr um gancho de rede, ele acha que já cumpriu isso, e a gente sabe que não é bem assim.

Então são esses pontos que a gente precisa, realmente, que todos estejam atentos, para que a gente consiga bons resultados.

A outra Coordenação é a Coordenação de Edificação e Saneamento Ambiental.

Edificação é a parte da infraestrutura física, porque, como a gente precisa prestar essa atenção na aldeia, porque a atenção primária tem de ser na aldeia, da mesma maneira que a atenção primária tem de ser no Município, vamos precisar de estrutura onde esses profissionais possam realmente exercer sua função, e a parte de saneamento ambiental, o destino do lixo, o abastecimento d'água e o saneamento. Uma das coisas importantes e que quero deixar aqui para vocês irem refletindo junto com a gente, que é um problema seriíssimo, é o destino do lixo nas aldeias, porque o Município diz que não é responsabilidade dele, mas o índio é munícipe, o índio está ali dentro. Ele entra no censo do IBGE. A gente precisa também trabalhar isso. Em alguns a gente consegue tranqüilo, na negociação, na articulação, mas em outros a gente dificuldade.

Bem, o Departamento de Gestão da Saúde Indígena tem uma Coordenação Geral de Monitoramento e Avaliação e ela também está se estruturando, porque, quando a Saúde Indígena estava na Funasa, ela tinha um sistema de informação. Esse sistema não era da mesma plataforma – não sou nenhuma especialista em informática, mas vou dizer o problema que sinto – do sistema de informação do Ministério. Então, estamos tentando ver como esses dois sistemas conversam, porque a gente só pode trabalhar em saúde com informação.

A outra Coordenação é a Coordenação Geral de Apoio à Saúde Indígena. Essa Coordenação também é muito importante. Quando a saúde indígena estava na Funasa, o Distrito Sanitário Especial Indígena não era autônomo; ele não era considerado uma autoridade sanitária. Ele tinha um órgão no Estado, acima dele, que era a Coordenação Regional da Funasa.

Então o chefe do Distrito não participava de licitação, não participava da contratação de profissionais. Com a criação da Sesai, ele passou a ser autoridade sanitária naquele Estado e naquele Município.

O que quero dizer com isso? É que, da mesma maneira que eu tenho o Secretário Municipal de Saúde naquele Município eu tenho o chefe do Distrito, que é autoridade sanitária. Por que isso? Não é pelo fato de a gente trabalhar separadamente. Não, nós vamos trabalhar juntos, mas tem especificidade, tem as diferenças que é o nosso papel – quando digo nosso, refiro-me desde a Sesai Brasília até a aldeia – mostrar essa diferença, que tem de ser respeitada.

Fora isso, temos essas divisões, que a gente vai tocando. Esse filtro lá embaixo é aonde, realmente, chega – digamos assim – o diagnóstico. Daí a gente vai trabalhando e chega até ao secretário e acima do Secretário está o Ministro. Então, o fluxo diminuiu bem. No Distrito Sanitário Indígena – temos 34 –, ele também está ligado diretamente ao secretário especial. A gente diminuiu – no organograma dá para a gente ver – esse caminho.

Há alguma dúvida a esclarecer ou alguma pergunta que queiram fazer?

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Só depois.

A SRª DEURIDES RIBEIRO NAVEGA CRUZ – Estou indo muito devagar? Não sei o tempo.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Faltam cinco minutos ainda.

A SRª DEURIDES RIBEIRO NAVEGA CRUZ – Só? Há muita coisa para eu dizer. (*Risos*.)

Então, em relação aos Distritos Sanitários, eu tenho: Serviço de Recursos Logísticos, Serviço de Orçamento e Finanças, Serviço de Recursos Humanos, Edificação e Saneamento, quatro escritórios locais – depois eu vou explicar o que é isso – e a Divisão de Atenção à Saúde. Nós temos a Casai (casa de saúde do índio). São 62 distribuídas.

Aí é um mapa da localização dos distritos. Acho interessante – já que tenho tão pouco tempo – aí, nessa parte do sul, nessa parte verde, é outra diferença e especificidade da saúde indígena. Enquanto eu tenho um Município que fechou ali e ele é responsável por aquele território em termos de saúde, em termos de SUS, na saúde indígena, existe essa diferença, nós temos distritos sanitários distribuídos, às vezes, como no caso do sul, essa parte verde, que ele pega cinco Estados, como vocês estão vendo, e há outros distritos que têm essa situação, o que torna mais complexa toda essa negociação e articulação.

Profissionais do Dsei...

Nós temos uma equipe lotada no distrito sanitário, que são referências técnicas das áreas temáticas: saúde da mulher, da criança, vigilância alimentar e outras. Elas atuam também como uma equipe matricial para dar apoio às equipes lotadas na aldeia.

A equipe multidisciplinar de saúde indígena é formada por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, odontólogo, técnico em saúde bucal, agente indígena de saúde e agente indígena de saneamento ambiental. Vale ressaltar que, dentro disso, nós temos vários técnicos de enfermagem que são indígenas e que estão trabalhando com a gente. Há também o microscopista no Amazonas, onde há muitos microscopistas com o índio assumindo esse papel. Isso não quer dizer que a gente tenha médico em todas as equipes. Infelizmente, não só na saúde indígena, como também no SUS, há uma dificuldade enorme para ter médico. Então, as equipes se restringem aos enfermeiros, técnicos de enfermagem, odontólogos e o resto do grupo; o médico é uma figura rara.

Daí como é o desenho? Nós temos a aldeia. Na aldeia, a gente chama de pólo base porque, como o distrito, você vê o distrito como território macro e depois a gente divide em microáreas, ou macrorregiões.

Essas macrorregiões é que chamamos de polos. É onde deve ter – em nem todos têm, mas a gente pretende buscar isso – infraestrutura para que essa equipe chegue e tenha um local para fazer os atendimentos nas aldeias.

Atenção integral à saúde da mulher indígena.

Nós temos sérios problemas de hepatites virais no Norte do país. Então, no ano passado, conseguimos fazer pela primeira vez três manejos clínicos de hepatites virais em Tabatinga, com a participação de diversas etnias, com avaliação de 341 indígenas. Eles ficam nessa Casai e uma equipe se desloca para ver como está a incidência de hepatites virais e como está o acompanhamento dos que já estão com diagnóstico.

Implantação do teste rápido de sífilis e HIV.

Nós já conseguimos implantar em nove distritos, no Estado do Amazonas e em Roraima. Essa implantação inclui: capacitação, testagem, controle de qualidade e estudo do custo de viabilidade. Chegou a 45.612 indígenas. Tendo acesso a esse diagnóstico 4.637 gestantes.

Isso foi implantado no ano passado; depois disso o Ministério achou interessante implantar nos outros Municípios.

Continuando: a capacitação do controle de qualidade. Como o teste é rápido, é grande a fragilidade dele, porque é uma ação que tem o erro humano. A gente já fez uma capacitação do teste rápido e está contando com os laboratórios.

Utilização das abordagens sindrômicas das doenças sexualmente transmissíveis, distribuição de *kits* para os testes e a disponibilização de preservativos.

Acompanhamento do pré-natal. A gente pretende ampliar o acesso, com captação precoce, o número de consulta por grávida, a oferta de exames e referência para gestante de risco. Tudo isso respeitando também a especificidade de cada grupo, porque o que eu posso fazer com determinado grupo, no outro eu tenho restrições, tenho as diferenças, eu tenho a parte que a gente tem que exercitar sempre na abordagem, que é essa abordagem intercultural.

Fomento do parto domiciliar indígena, valorização e apoio ao parto e ao nascimento na aldeia, conforme a diversidade etnocultural.

Ambiência e adequação na rede de referência do SUS, de que já falei para vocês, em relação a esse incentivo para os hospitais que prestam atendimento.

Em relação à Rede Cegonha, inclusão da saúde indígena na região e mapa da saúde do Alto Rio Solimões, Rede Cegonha e Rede de Urgência e Emergência.

É interessante que nós temos até uma colega que participou da primeira implantação das regionais de acordo com o Decreto nº 7.508, que é a parte que está regulamentando o Sistema Único de Saúde. Nós tivemos oportunidade de ter assento á mesa e a participação de indígenas, a participação de profissionais da Sesai na discussão.

Pactuação entre esses Dseis e Municípios, pactuação de serviço e ações de saúde para atenção à mulher indígena, quer dizer, nós tivemos a oportunidade de estar sentada e mostrar essas diferenças e discutir, procurando soluções para praticar realmente a equidade.

O Dsei do Alto Rio Solimões e o do Vale do Javari também integram a Comissão Intergestores Regional e o Comitê Gestor Regional da Rede Cegonha. Esse é o primeiro que estamos integrando a essa comissão. Precisamos trabalhar para as outras regionais.

Qualificação da vigilância e do óbito. Isso também é uma coisa que estamos pondo como prioridade até para fazer o diagnóstico, para ver como trabalha, onde o fluxo não anda, o que está emperrando nosso trabalho, porque a atenção não chega lá e de que é que morre. É uma encrenca para a agente chegar até lá.

Experiência dos demais Dseis. Nós estamos trabalhando em parceria com a Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério para qualificar essa notificação, investigação e registro.

O que a gente pretende fazer para 2012?

Fazer uma oficina nacional com mulheres indígenas, para elaboração de material educativo sobre

câncer de colo de útero e de mama, fortalecer o trabalho das equipes a partir das diversas percepções e conceito de saúde, corporalidade, cosmovisão, com enfoque na prevenção, rastreamento e tratamento do câncer de colo e de mama entre as mulheres indígenas e promover encontros regionais com movimento de mulheres indígenas; discutir e validar propostas de estratégia para operacionalizar a atenção diferenciada que incorpore diagnósticos, saberes e práticas envolvidos nos cuidados tradicionais indígenas na promoção da integralidade e equidade do Sasi-SUS.

Conseguimos implantar em três Distritos um programa que há no Ministério, que é o Brasil Sorridente, que é levar esse atendimento até a aldeia através de equipamentos portáteis, equipamentos móveis, e a formação de pessoal. Nós podemos dizer que implantamos. Nós já capacitamos todos os profissionais que estão trabalhando na ação; já entregamos algum material, como consultório odontológico portátil. Alguns não; estou sendo modesta. Nós entregamos consultórios odontológicos portáteis, instrumentos clínicos, cirúrgicos, além dos *kits* de ionômero de vidro. Quem é dentista sabe, é aquele tratamento que você faz sem dor e de imediato e no local do problema da cárie. Certo?

Então, minha gente, é isso. Eu tenho muito para falar, mas realmente o tempo é muito curto. Uma das coisas que depois a gente poderia reivindicar, já que a gente se encontra tão pouco, que a gente aumente esse tempo para a gente poder contar mais coisa, porque a gente está querendo contar para ouvir as idéias de vocês.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Tem mais dois minutos e quarenta e cinco segundos. (*Risos*.)

A SRª DEURIDES RIBEIRO NAVEGA CRUZ – Quem não chora não mama. Ganhei dois minutos.

Então, gente, uma das coisas que eu acho importante é, realmente, a gente dar as mãos, e a Sesai está aberta a isso.

Quero contar uma experiência interessante que eu tive agora no Araguaia. Não sei se vocês ouviram falar que vamos ter uma audiência pública na segunda-feira, sobre casos de suicídio de jovens no Araguaia. Quando nós chegamos lá, um grupo de índios nos procurou e queria conversar com a gente, informando que era feitiço, por conta das facções dos grupos, que era um pajé contra outro pajé e que aquilo era feitiço e que eles precisavam trazer outra pajé, até por conta da rixa que estava havendo na comunidade para ela trabalhar isso. Essa pajé – não sei se vocês ouviram falar – era filha de Takumã, que é Kamayurá, que é do Xingu, outro distrito.

Daí, pela primeira vez – eu já tinha trabalhado com índio anteriormente e nunca tinha visto isso. Foi muito bom. Nós tivemos o apoio, nós tínhamos hora de vôo e trouxemos a pajé. Ela veio com mais duas. Eu sou médica. Eu fiquei trabalhando, fazendo a minha parte, a pajé fazendo o feitiço dela; chamei Adalberto Barrreto, que é um antropólogo e é médico, para a gente discutir...

(*A Presidente faz soar a campainha.)*

A SRª DEURIDES RIBEIRO NAVEGA CRUZ – Só vou terminar essa historinha, que é bem lúdica e foi boa.

Então, foi uma coisa muito boa essa experiência. É isso que a gente quer ver se consegue fazer. Essa foi a primeira. A gente conseguiu.

Muito obrigada.

Estou à disposição. Aqui estão meus contatos.

Quero apresentar a Núbia, socióloga, que trabalha lá na coordenação também.

Renatinha chegou? Não?

A Renata está chegando. (*Palmas.)*

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Drª Deurides, pela explanação que fez aqui nesta audiência pública, mostrando os programas do Ministério da Saúde voltados para a atenção integral à saúde da mulher indígena.

Queria saber se a senhora já visitou o Dsei Yanomami lá em Roraima.

A SRª DEURIDES RIBEIRO NAVEGA CRUZ – Já.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Eu estive lá na semana passada.

Bem, passo a palavra agora...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senadora Angela, V. Exª me permite fazer uma intervenção aqui?

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Pois não, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Primeiramente, eu quero cumprimentar todas as mulheres aqui presentes, todas as mulheres que estão aqui representando diversas entidades. Que bom que vocês estejam aqui hoje!

Quero cumprimentar também alguns companheiros que aqui estão; parabenizar toda a Mesa. Depois eu vou falar um pouco mais, mas eu gostaria de fazer uma intervenção na fala da Drª Deurides.

Drª Deurides, estávamos aqui conversando...

Que bom que o Ministério da Saúde abraçou a causa da saúde indígena. Pelo que eu sei, num passado muito recente, a partir do Governo do Presidente Lula, porque até então ficava para a Funai, a Funasa, essa responsabilidade, o Ministério da Saúde assumiu com muita firmeza a questão da saúde da mulher indígena.

Parabéns pela apresentação, porque tem todo um organograma muito completo. Está muito bem estruturada a Sesai, que é a Secretaria Especial da Saúde Indígena.

Pelo que sei – sou Senadora há pouco tempo –, é a primeira vez que o Ministério da Saúde vem a esta Casa para falar da saúde da mulher indígena e no Dia da Mulher. Então, isso é muito bom.

Eu queria fazer apenas esse registro, Senadora Angela, e aproveitar a oportunidade para fazer uma sugestão também. Talvez daqui a pouco tenhamos que sair para outras atividades. Acho que a Subcomissão da Mulher poderá ter um dia apenas para discutir a saúde da mulher indígena, porque é uma especificidade tão grande, pelo que percebi da fala da Drª Deurides, que, muitas vezes, é desconhecida por nós. É uma especificidade muito grande. Aí eu fiquei pensando uma mulher que fica doente, que vai para o hospital e é colocada num leito comum, como todos os demais pacientes, ela, com certeza, se sentirá mais doente, porque ela está num ambiente que não é o dela, que ela não está acostumada.

Então, acho que essa realidade precisa ser pensada por nós, ela precisa ser refletida por nós e que passa despercebida no dia a dia.

É importante que o Ministério coloque isso, até para socializar isso, para que a população, quem nos acompanha pela TV Senado, por exemplo, possa para pensar sobre essa realidade.

Sabemos das dificuldades que todas nós mulheres temos na área de saúde, apesar dos avanços que já tivemos. São muitos e depois gostaríamos de fazer alguns registros aqui também.

Temos alguns desafios e entre eles a questão da saúde da mulher indígena.

Então, a minha sugestão Senador é que poderíamos pautar, talvez quem sabe, por ocasião do dia da população indígena, ainda no mês de abril, tenhamos a possibilidade de retomar essa conversa e esse debate e a doutora poderá vir com mais tempo, com a sua equipe, talvez trazendo até uma mulher indígena para falar da sua experiência e da sua história. Seria um dia só para isso.

Eu queria fazer essa intervenção para tranquilizar a Drª Deurides pelo pouco tempo que ela tem. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senadora Ana Rita.

Sem dúvida nenhuma, nós teremos de aprovar um requerimento na Subcomissão de Defesa da Mulher, para que possamos discutir mais detalhadamente somente a saúde da mulher indígena.

Eu considero a sua sugestão muito apropriada e nós podemos fazer os encaminhamentos necessários para no mês de abril, mês onde se comemora no dia 19 de abril o Dia do Índio, possamos estar nesta subcomissão discutindo a saúde da mulher indígena.

Eu queria também registrar a presença da Rede Nacional Pró-Vida, do Movimento Brasil sem Aborto; Comissão em Defesa da Vida, da Arquidiocese do Rio de Janeiro; Comissão em Defesa da Vida da Regional Sul, da CNBB; e a Prelazia Pessoal da Igreja Católica *Opus Dei*.

Obrigada pela presença. (*Palmas*.)

Passo a palavra, agora, para Drª Cláudia Araújo, Assessora da Área Técnica da Saúde da Mulher do Ministério da Saúde.

A Drª Cláudia tem 30 minutos.

A SRª CLÁUDIA ARAÚJO – São 30 minutos? Que bom!

Bom dia para todas e todos!

Agradeço o convite do Senado Federal para participar desta audiência, é uma honra, sobre a saúde da mulher, em particular, hoje, quando a área técnica da saúde da mulher comemora 28 anos de criação.

A nossa história, dentro do Sistema Único de Saúde e dentro da criação do Ministério da Saúde, é parte da história de todas as mulheres do Brasil.

Então eu acho que hoje é um dia valoroso e a oportunidade de estarmos aqui falando de um tema tão relevante para a sociedade brasileira, que é a saúde da mulher indígena, é um privilégio.

A nossa é a área mais antiga do Ministério da Saúde, foi criada em 1973 com outro nome, o PAISM, que juntava mulher e criança. E nós conseguimos, com o apoio do Movimento de Mulheres Brasileiras, que fosse estabelecida a Área Técnica de Saúde da Mulher, a Coordenação de Saúde da Mulher.

Esse esforço, dentro do que vem sendo a construção de políticas de saúde no Brasil, é um esforço de movimento, de articulação e de defesa de direitos. Porque se voltarmos um pouquinho na história, bem menos de 30 anos, só tinha direito à saúde quem tinha emprego, quem tinha carteira assinada, quem tinha a condição de pagar por um serviço médico.

A criação do Sistema Único de Saúde e toda a condição de saúde ofertada para a população brasileira, a saúde da mulher se estabelece como uma área técnica que permeia toda e qualquer ação de saúde no País.

Pode passar à próxima, por favor.

Quando nós conseguimos estabelecer oficialmente o PAISM, o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, no ano de 1983, estávamos num momento histórico bastante difícil, em que o movimento de mulheres e o movimento organizado de técnica do Ministério da Saúde, fez com que nós conseguíssemos

fortalecer um processo político de estabilização d0a área dentro do Ministério da Saúde.

Levamos dez anos discutindo políticas públicas e construindo propostas que se disseminaram dentro do Sistema Único de Saúde a partir da criação do SUS.

Em 1986, quando o movimento de profissionais da saúde dos brasileiros discutia, na 8ª Conferência de Saúde, o que seria o texto da Constituição brasileira e o que seria o texto da Lei nº 8080, ali também se realizava a primeira conferência nacional de saúde da mulher.

Nesse movimento nós conseguimos avançar na construção de uma política nacional de atenção integral à saúde da mulher, e somente no ano de 2004 nós conseguimos a aprovação e a efetivação como política do Ministério da Saúde.

Então vocês imaginem o quanto é difícil e o quanto se trabalha dentro do contexto de governo para se garantir políticas públicas, para se garantir direitos do cidadão e direitos das cidadãs, direitos fundamentais nos quais se incluem a saúde.

Pode passar o próximo.

Nós da área técnica da saúde da mulher e todas as nossas alianças e parcerias espalhadas pelo País, consideramos que a política de atenção integral da saúde da mulher é um dos instrumentos mais importantes do Sistema Único de Saúde, porque ele agrega todas as potencialidades em saúde que possam ser oferecidas no SUS e que visam, fundamentalmente, a integralidade da atenção.

Em alguns momentos da história da saúde da mulher há a condição de acompanhamento integral do processo saúde da mulher. Em alguns outros momentos da história da nossa área técnica, da história da saúde pública brasileira, alguns outros temas se tornam prioridade, pela emergência dos fatos, pela necessidade de populações, pela condição de atendimento que está sendo ofertada à população de mulheres, em um devido momento, ao longo dos últimos 28 anos.

Nossa articulação técnica e nossa articulação política, dentro do Congresso Nacional, dentro das estruturas do Governo Federal e dentro do Movimento de Mulheres Brasileiras, fazem com que os pontos necessários de saúde da mulher sejam negociados, consigam rubricas de financiamento dentro do contexto de Plano Plurianual de recursos do Governo Federal; e o avanço histórico das nossas conquistas se fundamenta no que nós consideramos – como posso dizer a vocês – como aquilo que conseguimos transcender ao que é étnico e transgeracional em saúde da mulher no Brasil.

Nós conseguimos avançar num patamar de saúde pública que ainda não é o ideal de chegar, ou seja, a quase totalidade de mulheres neste País.

Quando nós ouvimos os colegas da saúde indígena fazer um relato da criação da sua secretaria, do potencial que isso traz para nós, e aí trazendo toda essa discussão para o foco do que é essa audiência pública, que saúde da mulher e saúde da mulher indígena, para nós é uma imensa satisfação.

Eu trabalho no Ministério da Saúde há 30 anos e, pelo menos, há 25 anos que eu trabalho com população indígena de alguma forma e nós nunca tínhamos conseguido chegar tão perto.

Eu conheço a senhora bastante tempo, de Roraima, e sei exatamente o significar chegar saúde pública dentro de uma aldeia indígena.

Nós trabalhamos nos últimos 8 anos, 10 anos, e a senhora sabe no que trabalhamos lá, enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes e muitas crianças indígenas, na época com cabelos loiros, nas rodovias de Roraima, se expondo a situações degradantes e que, para nós, é motivo de sofrimento.

Outros momentos de saúde da população indígena nos trazem bastante conforto, a construção que está sendo feita de uma política pública para essa população, está trazendo o problema real de saúde, de não saúde às vezes, para a população indígena e todo o processo de trabalho que deverá ser desenvolvido em saúde para a mulher indígena.

Nós temos o privilégio de estar muitas vezes em contato com tribos, com DSEIs, com equipes da saúde indígena e os relatos são de completa dificuldade. Dificuldade de acesso da mulher indígena a ações básicas de saúde.

E hoje essas ações de saúde conseguem ser discutidas dentro do Ministério da Saúde em outro nível de qualidade, com pessoas preparadas, com pessoas que têm vivência em saúde pública nessas condições de vida e nessas formas de organização social em que a comunidade indígena vive.

Das experiências particulares com grupos indígenas, nós trabalhamos com os DSEIs, em algumas oportunidades, com discussões afetas a temas que as pessoas não trabalhavam antes. Nós trabalhamos com os DSEIs do leste de Roraima, nos últimos dois anos, na discussão do significa violência contra a mulher, na descrição do que é a violência doméstica para a mulher indígena. Eles não reconhecem como violência. Fazem a ligação imediata da violência com a ingestão de bebidas alcoólicas. Mas levamos um ano para convencê-las que não é só a bebida que faz a violência doméstica.

Passamos por uma experiência importante de que na cultura indígena qualquer ação em saúde precisa ser discutida por todos, o que não é uma prática nossa habitual. Isso faz com que nós precisemos nos reeducar quanto à política de saúde da mulher e quanto à política nacional de saúde, naquilo que significa adequar ação em saúde para populações específicas.

Nosso prazer foi saber que a discussão da saúde da mulher que entra numa aldeia indígena e que passa pela discussão dos pajés, passa pela discussão de todas as mulheres da aldeia e que tem a aprovação do tuxaua, pode ser revertida em ações e desdobramentos que possam favorecer a saúde pública.

É complicado trazer uma mulher indígena para atenção à saúde, num posto de saúde, que é organizado para pessoas não indígenas, e ela se sentir completamente deslocada, não ser recebida como qualquer outro usuário do Sistema Único de Saúde. Não ser tratada como tal e não ser respeitada como tal.

A política de saúde da mulher integrando o que é a política de saúde da população indígena, e aí a nossa estreita relação de trabalho, vem fortalecendo essa iniciativa.

No momento, o foco de ação de saúde da mulher e de saúde da mulher indígena é o estabelecimento da Rede Cegonha num espaço que seja o mais democrático possível para contemplar as necessidades das mulheres indígenas.

Outro foco: a nossa necessidade de diminuir, de tentar abordar de outra maneira, as inúmeras violências institucionais que são cometidas contras as mulheres indígenas do Brasil em todos os estados da Federação.

Feliz dia que o Ministério da Saúde resolveu puxar para si a responsabilidade da atenção à saúde da população indígena, criando uma estrutura oficial e fazendo com essa estrutura oficial tenha ramificações federais nos Municípios.

Nossas prefeituras, como todos os bons motivos e com todas as condições que lhe são dadas pelos Estados, para gerir saúde pública, ainda não conseguem abrir as portas dos serviços de saúde com a qualidade devida para as mulheres indígenas. Há uma dificuldade de entendimento dessa relação de quem é índio e de quem não é índio. Isso faz com que, às vezes, não se dê a oportunidade do acolhimento, do atendimento, do tratamento, do acompanhamento e do segmento ambulatorial devido àquelas pessoas.

Pode passar para a próxima, por favor.

No contexto da nossa política, tentamos diminuir as distâncias em todas as outras políticas de saúde, para que consigamos fazer o que é o nosso maior desejo, ou seja, superar a fragmentação.

Caixinhas, várias caixinhas que significam saúde da mulher, se elas não entrarem numa caixa maior de tampas abertas, nós não conseguiremos fazer o que significa política nacional de atenção integral à saúde da mulher.

Num contexto histórico brasileiro o Ministério da Saúde, a Secretaria de Política para as Mulheres, o Governo Federal, o Congresso Nacional, o Movimento Organizado de Mulheres, precisam fazer a leitura do que significa atenção integral. Fazer a compreensão deste conceito e fazer com que isso chegue a toda a população brasileira.

Infelizmente, ainda existem mulheres no Brasil que não sabem ler, que não sabem escrever, e isso limita a sua compreensão do que significa saúde, pela dificuldade de entendimento, às vezes, de termos um pouco mais elaborados.

Quando remetemos isso para a população indígena é muito mais difícil. Para a mulher indígena você tem de detalhar um pouco mais no atendimento.

Então, a nossa junção com a área técnica da Secretaria de Saúde Indígena tem rumo e tem a necessidade de fazer aperfeiçoamentos nos documentos do Ministério, nos documentos da nossa área técnica de saúde da mulher, nos documentos que estão permeando outras políticas e ações em saúde, para adequação à população indígena. É um exercício de cidadania que precisa ser feito dentro da política nacional de saúde.

Pode passar.

Nossa política de saúde da mulher é bastante ampla, tem 18 subitens, que são prioritários e são as diretrizes da política de saúde da mulher; ela visa, unicamente, ampliar, qualificar e humanizar a atenção em saúde da mulher.

Hoje o foco do Ministério da Saúde é a Rede Cegonha e as especificidades da violência contra as mulheres.

Os dados epidemiológicos mostram para nós que existe maior mortalidade de mulheres no Norte e no Nordeste do Brasil por questões historicamente cruéis. É a mortalidade materna por uma dificuldade das regiões e as mulheres vêm das suas cidades para, infelizmente, morrerem em centros maiores. Se olharmos o mapa da mortalidade no Brasil, da mortalidade materna, ela tem especificidades que são tratáveis, que são evitáveis; e a violência contra mulheres, que é uma questão de saúde pública, histórica neste País, desde a nossa fundação e pouco reconhecida como um problema tão grave.

Nós estamos construindo estratégias de enfrentamento com o carro andando. Todos os dias, centenas de mulheres são assassinadas em nosso País. A cada piscadela de olho que nós damos, uma mulher

é espancada neste País, brutalmente espancada. A cada ano 100 mil crianças são violentadas neste País.

Então há uma epidemia, além das doenças, que precisa ser observada, que precisa ser cuidada como um problema nacional. Felizmente o nosso Governo reconhece todas essas questões como problema de saúde pública e faz com que nós técnicos possamos ter a possibilidade de fazer trabalhos para o enfrentamento.

Há um desejo em todos os processos de trabalho do Ministério da Saúde, onde nós estamos traçando potenciais, formas de trabalho e executando ações em trabalho, que a redução da morbimortalidade, que é a morte e a internação de mulheres no Brasil, precisa ser evidenciada para que a população conheça as principais causas, precisa ser trabalhada de forma intersetorial, e precisa ser trabalhada de forma técnica com efetivo resultado na população.

A Senadora fez um relato rápido de uma leitura que ela fez no começo da redução da mortalidade materna, de um ano para outro, por ações que não são ações complexas, que é a organização de serviços.

Se você abre a porta do sistema para que a mulher esteja presente quando ela tem a sensação de estar grávida, a possibilidade de ela ter uma gestação saudável, dela ter um parto mais tranquilo, dela ter um bebê saudável é muito maior.

Se nós oficiarmos a população brasileira onde está o serviço de atenção oncológica e qual é o potencial daquela cidade em oferecer cuidado em saúde para essas mulheres, nós teremos muito menos mulheres morrendo com câncer neste país e a incidência está altíssima, estou chocada com os dados.

Precisei tirar uns dados para um estado específico.

O Estado tem toda uma mobilização para detecção precoce de mulheres com câncer, mas ele tem um histórico de média de 100 mulheres que morrem de câncer todos os anos nos últimos cinco anos.

O que é que está acontecendo?

Se eu estou com a estratégia montada, porque as mulheres continuam morrendo?

É a informação que não está chegando a elas.

Se eu não organizar o serviço de forma a acolher, a atender, a cuidar dos problemas de saúde da mulher, e a mulher interessada não souber onde eles estão de nada vai adiantar nós termos centenas de tomógrafos espalhados e serviços organizados e mulheres continuarão morrendo.

Então, o movimento de mulheres, a sociedade civil, tem uma função extremamente importante que vai além do controle social, que é informar a população sobre onde estão os serviços.

Na minha cabeça funciona uma coisa que eu vi num mapa de uma cidade de Pernambuco uma vez e que me deixou extremamente satisfeita. Um mapa de Recife onde estavam os hospitais e o que aquele hospital oferecia. Sabe onde estava pregado? Num boteco, onde fui tomar refrigerante.

Se no boteco tinha a possibilidade de eu saber onde receberia atendimento em saúde dentro daquelas minhas necessidades, isso deveria está disposto em todos os lugares do país, em todas as cidades do País.

É um absurdo nós precisarmos fazer peregrinação nos serviços. É absurdo que a política nacional de saúde faça tanto esforço para dar conta desses processos de organização e que a população ainda não consiga ter o acesso desejável.

Pode passar para a próxima, por favor.

No contexto de nossa política, os segmentos específicos para a população contextualizam todos os aspectos de saúde da mulher. Dentro delas tem algumas especificidades que precisamos trabalhar com mais evidência e é um dos mais importantes a saúde sexual, a saúde reprodutiva, o planejamento reprodutivo, doenças sexualmente transmissíveis e o HIV/Aids.

Hoje fazemos cruzamentos de informações que vão um pouco além do que é o elenco epidemiológico. Fazemos o cruzamento de informação de população de mulheres, condição de vida dessas mulheres, faixa etária, onde tem mais violência, mais incidência de doenças sexualmente transmissíveis, onde tem mais incidência de Aids em mulheres, onde tem mais gente com educação formal. Todos esses cruzamentos apontam lugares que são prioritários para que as políticas de saúde da mulher sejam implantadas. Cada eixo mostra uma especificidade da saúde da mulher que precisa ser mais evidenciada na sua implantação e implementação.

Pode passar a próxima.

Oferta de medicamentos. A nossa área é a responsável pela oferta de métodos contraceptivos para todo o País. Temos uma articulação e uma parceria com o Departamento de Assistência Farmacêutica, do Ministério da Saúde, que centraliza as compras e historicamente estamos crescendo no movimento de distribuição de métodos contraceptivos para as mulheres no País.

Pode passar a próxima.

No ano de 2010, fechamos o ano com todo esse elenco de medicamentos sendo distribuídos e um total de recursos de R$72 milhões investidos. No ano que passou, nós trabalhamos para que todos os Municípios do País tivessem acesso e recebessem os métodos contraceptivos e chegamos ao patamar de R$80 milhões.

Pode passar a próxima.

Aqui é a descrição dos medicamentos.

Pode passar.

Neste ano, estamos incluindo no elenco de medicamentos a serem distribuídos pelo Sistema Único do Sistema de Saúde o misoprostol, que serve para indução do parto, e a compra também será centralizada pelo Departamento de Assistência Farmacêutica.

Pode passar a próxima.

Nossa inserção na noção de integralidade da atenção passa pelos direitos humanos, respeito à diversidade cultural, étnica e racial, a promoção de equidade, enfoque de gênero dentro da saúde pública, a garantia de direitos sexuais, direitos reprodutivos para mulheres e homens – nossa articulação com a saúde do homem vem neste sentido – e a participação da mobilização social, defendendo todas as formas potenciais de direito da mulher.

Pode passar.

A Rede Cegonha, que já foi falada pelas colegas da Secretaria de Saúde Indígena, com o componente importante de fazer a redução da mortalidade materna e infantil, com componente neonatal, a Rede Cegonha está em plena implantação no País, é um processo que deve demorar pelo menos de 3 a 4 anos mas percebemos a disposição dos Estados em organizar seus planos de ação e suas estratégias.

Como o grau de exigência do Ministério da Saúde para organização de serviços é um pouco alto, porque precisamos exigir que a atenção seja qualificada, os Governos Estaduais e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde estão em pleno exercício de atender às exigências que estamos fazendo para que eles façam parte da Rede Cegonha: o financiamento para isso, o acompanhamento técnico e todas as condições de trabalho estão sendo ofertadas pelo Ministério da Saúde e, até o final deste ano, todos os Estados deverão estar com seus planos em funcionamento.

Pode passar.

Todo o processo da Rede Cegonha, como o seu funcionamento, está disponível no Ministério da Saúde, em uma página específica da Rede Cegonha, com esclarecimento para todos os senhores.

Pode passar.

Na condição de estreitamento com a saúde da mulher indígena, todo um processo de trabalho em construção para o parto humanizado, com direito ao acompanhante indígena, na forma que a nossa colega Deurides expôs para vocês.

A área técnica de saúde da mulher trabalha a capacitação de parteiras tradicionais indígenas, pelo menos há 15 anos pelo que me lembro, e tem colegas aqui que já fizeram parte como colegas capacitadoras, esse processo fez com que o Ministério da Saúde reconhecesse a formação das parteiras tradicionais e ele defende essa aquisição de profissionais desta área, dentro do Sistema Único de Saúde e isso para nós é importante.

Pode passar.

A questão da saúde integral para a criança, que também está no processo da Rede Cegonha.

Pode passar.

Todo um processo de trabalho para que tenha transporte seguro, vaga sempre, complexos reguladores, articulação com outros Ministérios para que as mulheres tenham aportes financeiros de deslocamento para o pré-natal e para o seu parto, as fases de adesão da Rede Cegonha, que estão disponíveis na página.

Pode passar.

Os recursos que estão sendo investidos no processo de implantação dos novos centros de parto normal, das casas de gestante e bebê e de todos os leitos obstétricos no País e leitos de UTI e UCI.

Pode passar.

As ações com o Ministério da Educação para promoção, fortalecimento e fixação de profissionais de saúde nos territórios. A contratação de médicos no Sistema Único de Saúde no Brasil como um todo é difícil, a rotatividade desses profissionais é muito alta e precisamos que eles se vinculem um pouco mais e permaneçam por mais tempo nos territórios.

Os comitês de mortalidade materna e os núcleos hospitalares de vigilância vêm sendo fortalecidos pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério e a área técnica de saúde da mulher promove, a partir deste ano, um curso para comitês de mortalidade materna em todo o País que vai atender quatro mil pessoas, quatro mil vagas de um curso de educação a distância que está sendo organizado pela Fundação Oswaldo Cruz.

Pode passar.

A nossa inserção como área temática de enfrentamento da violência, dentro do contexto da Rede Cegonha, que é uma ação que potencializa ações em saúde. Por quê? Existe um volume muito grande de mulheres que são agredidas fisicamente e que são violentadas durante a gestação pelos seus próprios companheiros e elas não relatam isso aos profissionais de saúde durante as consultas de pré-natal. Então, estamos trabalhando, desenvolvendo materiais, negociando, articulando com a Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia para que no pré-natal consigamos monitorar violência doméstica e violência sexual durante a gestação, com indicação de cuidados para essas mulheres. Estamos trabalhando fortemente com a área de formação, a secretaria de gestão do trabalho em saúde, a questão da não violência no pré-natal, no parto e no puerpério, porque todas nós sabemos que em muitos lugares as mulheres são agredidas verbal-

mente, as mulheres são agredidas às vezes fisicamente e muitas vezes alguns procedimentos são considerados violações, quando a mulher está em trabalho de parto, potencializar as ações e as posturas dos profissionais de saúde no atendimento. O Ministério da Saúde criou uma área de humanização do SUS há alguns anos... Sim, sim, já estou encerrando.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Peço que V. Sª encerre a sua exposição, porque teremos um evento em comemoração aos 80 anos do voto feminino logo mais e precisamos agilizar. Muito obrigada.

A SRª CLÁUDIA ARAÚJO – E potencializar o planejamento reprodutivo e as questões dos direitos das mulheres garantidos por lei durante o pré-natal.

Pode passar para o próximo para fecharmos.

Financiamento da área técnica da saúde da mulher é uma rubrica específica e está espalhado em todas as outras rubricas do Ministério da Saúde, com a condição de orçamento que temos conseguimos apoiar os Estados para que os Estados apóiem seus Municípios e a alocação de recursos para área de saúde da mulher é ampliada anualmente nas condições que o Ministério tem, mas ainda não nas condições da necessidade das mulheres do País.

Vou deixar a apresentação para vocês se quiserem ler depois podem fazer uso, nós trabalhamos nas cooperações internacionais com Guiné-Bissau e Haiti na transferência de tecnologias em saúde da mulher, em particular enfrentamento de violência contra mulheres e a expectativa nossa é que na saúde de mulheres indígenas consigamos avançar potencialmente e rapidamente até o ano que vem.

Muito obrigada. E um bom dia a todos e a todas. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada Drª Cláudia. Parabéns pela excelente explanação e pela sensibilidade também nos cuidados com a saúde da mulher.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Podemos perguntar?

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Eu gostaria de passar a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Eu gostaria, Drª Cláudia, primeiro de parabenizar o Ministério da Saúde pelo seu trabalho, porque é um Ministério que tem uma abrangência muito grande, uma responsabilidade muito grande, que é cuidar da saúde da nossa população e, neste momento, estamos falando da saúde das nossas mulheres, que são a maioria da população brasileira, que têm as suas especificidades. E o Ministério tem realmente implementado políticas importantes no atendimento à mulher.

Desejo fazer algumas colocações que considero necessárias, até pela apresentação que a senhora fez: primeiro, quero ressaltar que esta Casa está atuando na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que vai apurar a violência contra mulher. Faço parte desta Comissão, sou Relatora desta Comissão, assim como a Senadora Angela e a Senadora Vanessa e o Ministério da Saúde está sendo convidado para, semana que vem, estar conosco justamente fazendo parte de um primeiro momento dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que vai ouvir as autoridades, tanto do Poder Executivo quanto do Poder Judiciário quais são as ações que tem implementado no que se refere à mulher e, neste caso, a violência contra a mulher.

Sabemos que o Ministério da Saúde tem muito a nos falar e a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito quer ouvir, com muita atenção, o Ministério da Saúde.

Também quero fazer um destaque aqui com relação à notificação compulsória, que é de fundamental importância. É preciso que os profissionais de saúde, que fazem atendimento à mulher, identifiquem que essa mulher pode ter sido vítima de alguma violência e por isso procurou uma unidade de saúde e que essa violência é caracterizada como violência doméstica, violência sexual, seja ela qual for, cabe a este profissional fazer a notificação para que essa mulher possa ser atendida também e possa ser beneficiada com atendimento de enfrentamento à violência.

Também quero aqui lembrar – e a Senadora Angela esteve comigo – que estivemos juntas com a Ministra da Secretaria de Política para Mulheres recentemente, numa reunião em Genebra, do Comitê Cedaw, onde o Brasil teve oportunidade de apresentar o seu relatório das ações realizadas principalmente no enfrentamento à violência contra a mulher mais todas as políticas que o nosso Governo, que o Governo do Presidente Lula, o Governo da Presidenta Dilma, realizou e tem realizado com relação à mulher.

É importante lembrar – e a Senadora Angela pode aqui confirmar – que uma das questões muito levantadas pelos peritos e pelas peritas do Cedaw foi justamente a violência contra a mulher. Foi feito um grande destaque – e quero aqui falar para a nossa doutora também – que as mulheres indígenas, as mulheres camponesas foram muito lembradas por esse comitê internacional.

Trata-se de um comitê composto pela representação de 23 países, que tem a responsabilidade de monitorar como os países estão implementando os artigos previstos na convenção da qual o Brasil é signatário. Então, no que se refere às trabalhadoras

rurais, às mulheres indígenas, também foi muito lembrado pelos peritos no sentido de cobrar do Brasil um olhar atencioso para essas populações, para essas mulheres rurais indígenas, as mulheres negras também foram muito lembradas.

O Brasil tem desenvolvido importantes políticas, mas também tem sido muito observado pelos países do mundo todo. Então, servimos de exemplo para muitos países das políticas que estamos implementando em nosso País.

Então, diante disso, no dia 8 de março, que é o nosso dia, o Dia da Mulher, quero aproveitar essa oportunidade, Senadora Angela, para parabenizar a nossa Presidenta Dilma, que é a primeira mulher a presidir este País, um País tão grande, continental, com uma diversidade imensa, que tem a coragem de implementar políticas importantes que têm dado certo, apesar de ainda termos muitos desafios. Nós todas constatamos os enormes desafios que nós temos, as enormes dificuldades, mas que são dificuldades e desafios próprios de um País continental como o nosso, diverso como o nosso, culturalmente diversificado, com muitas opiniões diferentes, com realidades culturais extremamente diferentes, com desafios imensos, que temos que ter coragem de enfrentá-los.

Quero aqui – sem me estender muito – aproveitar algumas informações que tenho. A Presidenta Dilma, por ocasião desta semana, anunciou que, a partir do mês de abril, as gestantes vão receber R$50,00 para pagar a passagem de ônibus e assim não perderem as consultas do pré-natal no SUS.

Então, para as nossas mulheres que são empobrecidas, que muitas vezes deixam de ir até a uma unidade de saúde, porque não têm como pagar sua passagem ainda, por isso a importância da autonomia econômica das mulheres, da geração de renda para nossas mulheres, enquanto isso vai sendo construído o Governo assegura essa possibilidade de ter esse valor para que as mulheres possam ter acesso a esse serviço de saúde que faz parte da Rede Cegonha, que já oferece um tratamento humanizado para mais de 900 mil grávidas no nosso País. E a Presidenta tem ressaltado isso nos programas de televisão, nos programas que ela tem tido a oportunidade de falar.

Não vou me estender, mas quero parabenizar o Ministério da Saúde pelo enfrentamento ao câncer de mama, de colo de útero. Sabemos que esses são desafios que temos. E quero dar o testemunho, Drª Cláudia, e já tive a oportunidade de falar sobre isso e vou repetir aqui de uma experiência próxima à minha família. Uma mulher, moradora de Rondônia, que esteve no Espírito Santo, Estado que moro, visitando seus familiares, e foi quando descobriu que estava com câncer de mama. Ela nem retornou para Rondônia e, no Espírito Santo mesmo, ela foi atendida e, num espaço muito curto de tempo, fez a cirurgia, fez todo o tratamento de quimioterapia, podendo ser considerada curada. E ela teve todo o apoio do Ministério da Saúde no seu deslocamento do Espírito Santo para Rondônia, para fazer a quimioterapia, e hoje ela está muito feliz, já recuperou o seu cabelo e é uma mulher muito forte, muito corajosa.

Então, eu quero parabenizar o Ministério da Saúde e, através dessa mulher, que também lutou para ser curada, parabenizar todas as mulheres do nosso País, que, com muita coragem, enfrentam essa doença e que pela sua coragem conseguem ser curadas. Então, quero parabenizar essas mulheres no dia de hoje.

Obrigada pela presença de vocês. Eu vou ter que me ausentar um pouquinho, porque vou a um evento, mas retorno.

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Muito obrigada, Senadora Ana Rita.

Eu gostaria de destacar aqui, como muito bem fez a Drª Cláudia, a Região Norte, e meu Estado de Roraima é da região Norte, apresentou o dobro da média nacional de mulheres com câncer de colo de útero e de mama.

Por esse motivo, a Presidenta Dilma foi a Manaus fazer o lançamento, em março de 2011, do programa de prevenção e combate a esses cânceres que têm uma incidência tão grande nas mulheres brasileiras, especialmente na Região Norte do nosso País.

Eu vou passar a palavra agora, mas antes eu gostaria de dizer que, em função desse evento que vamos ter, dos 80 anos do voto feminino, nós vamos reduzir um pouquinho o tempo de cada um, porque queremos participar desse evento também.

Depois que as palestrantes concluírem as suas falas, podemos abrir para o movimento de mulheres, para um ou dois movimentos que queiram também falar aqui nesta audiência pública.

Então eu vou passar a palavra, agora, para a Drª Ângela Maria de Lima Nascimento, da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Promoção da Igualdade Racial.

Penso que 10 minutos a 15 minutos, Ângela, serão suficientes. Muito obrigada.

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – Certo.

Bom dia a todos e a todas, eu quero saudar a Mesa em nome da Senadora Angela Portela, agradecer o convite feito à Seppir, na pessoa do Senador Paulo Paim, e reafirmar o total interesse da Seppir no diálogo, na ação compartilhada, no conjunto de esfor-

ços que têm sido feitos pelo Ministério da Saúde com relação às políticas para as mulheres.

Como Secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Seppir, nós temos refletido com base principalmente no conjunto de indicadores que o Brasil vem apresentando nos últimos anos, acerca da saúde das mulheres negras.

A Seppir tem a missão institucional de coordenar, de articular as políticas públicas no que tange ao enfrentamento ao racismo, às desigualdades étnico-raciais no País, com enfoque na população negra. Nessa trajetória institucional, nós também acabamos lidando com uma concentração de desigualdades, digamos assim, com relação à realidade de saúde das mulheres negras e das mulheres indígenas, que são hoje os dois grupos de mulheres, do ponto de vista da população feminina, com maior expressão de vulnerabilidades e de iniqüidades no caso da saúde.

Por gentileza, passe o *slide*.

Próximo, por favor.

Então, eu vou me deter principalmente sobre a saúde das mulheres negras no que ela tem trazido de desafio para as políticas públicas no sentido de implementação plena da política nacional de atenção integral à saúde da população negra que faz parte do Sistema Único de Saúde.

Só que antes de falarmos sobre a saúde das mulheres negras, até mesmo para compreendermos qual é a dimensão da problemática de saúde das mulheres negras, é preciso que reconheçamos o lugar, o significado da vida das mulheres negras. Então, o anterior na arte da sobrevivência das mulheres negras tem a ver, está associado à própria luta pela sobrevivência dessas mulheres, tanto com relação a si mesma quanto para garantir a sobrevivência da população negra.

Então, em toda a história da sociedade brasileira, nós temos, nas mulheres negras, esse elemento capaz de lutar para manter-se viva e, ao mesmo tempo, para manter viva a sua gente, as nossas comunidades. E é nessa condição de luta para manter a própria vida que nós conseguimos, a partir de toda a luta do movimento de mulheres, e aí a Drª Cláudia também se referiu à importância do movimento de mulheres, e dentro do movimento de mulheres à luta das mulheres negras, fazer chegar às políticas públicas o compromisso de reverter esse quadro de iniqüidades que está presente nas condições de saúde das mulheres negras.

Então, do ponto de vista da nossa história – e aí eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que nós estamos no Senado, que é a Casa de fundamental importância na história das conquistas da sociedade brasileira –, cabe a nós refletirmos, principalmente nesse dia, no Dia Internacional da Mulher, o significado da vida das mulheres negras, Senadora e senhores e senhoras presentes, para a própria estrutura da sociedade brasileira.

Então, o que nós representamos, hoje, cabe reconhecer, é um significado na própria permanência, no esteio que essas mulheres negras têm trazido como um pilar, como um elemento estruturador da própria sociedade brasileira, porque com ela temos garantido a permanência do nosso próprio povo.

E apesar dessa importância, nós percebemos ainda que é um grande desafio o reconhecimento dessa importância, desse valor das mulheres negras como expressão da sua garantia, da garantia do seu direito à saúde.

A garantia do direito à saúde, que foi conquistado pela sociedade brasileira na Constituição de 1988, como parte desse processo histórico de luta no campo da saúde, a garantia da saúde como direito universal tem também reconhecido as particularidades, as especificidades, no que tange à saúde das mulheres indígenas – e aí eu fico completamente feliz, porque eu sou assistente social e sanitarista, e também vimos de uma trajetória em que lidamos com os desafios dessa população indígena, principalmente das mulheres indígenas, que acabam sendo irmãs das mulheres negras no sentido de também compartilharem de desafios similares. Então, quando queremos garantir o direito à saúde como um direito universal, da forma como está posto na Constituição, ao mesmo tempo, cabe lembrar que o SUS é estruturado sob o princípio da superação da iniquidade em saúde. O SUS é regido por princípios de igualdade e traz a equidade como um direito à saúde.

Por gentileza, o próximo.

E para ilustrar melhor as condições de iniquidade que as mulheres negras encontram na sua condição de saúde, nós lidamos com um cruzamento perverso, uma interseccionalidade entre fatores provocados pelo racismo, pelo sexismo e pelas desigualdades econômicas que atuam na vida da mulher negra, que faz com que, embora essa mulher negra represente um contingente expressivo na população brasileira, nós somos 49 milhões de habitantes, segundo o Censo de 2010, no total da população brasileira. Apesar desse contingente, nós lidamos com o desafio, em função das conseqüências que o racismo trouxe para a sociedade brasileira, para as relações sociais, de termos que lidar ainda com as mais altas taxas de mortalidade materna, com uma assistência ao pré-natal ainda caracterizada pelo menor número de consultas ao pré-natal, com taxa de escolaridade ainda menor do que a das mulheres brancas.

Então, esse conjunto de indicadores, no caso das mulheres, principalmente quando em situação de gravidez, vai fazer com que a assistência ao pré-natal dessa mulher requeira um cuidado que ainda é um desafio para nossas práticas em saúde.

E aí percebemos, a partir da escuta a essas mulheres, a Seppir, em suas articulações, no dia a dia, com as organizações, com as entidades, com as mulheres negras, percebe que são bastante recorrentes as queixas sobre as demandas de qualidade no atendimento às mulheres. As mulheres negras, a partir da experiência do primeiro parto, ficam bastante preocupadas com como vai ser o segundo parto.

Eu quero apenas trazer um dado da minha pesquisa de mestrado, o pesadelo que as mulheres negras têm ao terem que voltar e se submeter a um novo parto, por conta exatamente desse quadro de violência que elas sofreram no primeiro atendimento.

E embora não possamos generalizar do ponto de vista dos hospitais, das policlínicas, das unidades de saúde, ainda é um desafio fazer que os profissionais de saúde reconheçam as iniqüidades existentes sobre a mulher negra e indígena.

Nesse sentido, nós compreendemos a importância de estar aqui hoje, porque estamos num momento ímpar das políticas públicas. A Seppir acaba de assinar um protocolo de intenções com o Senado Federal, Senadora, que traz para nós exatamente a possibilidade de fortalecimento nas políticas públicas no que tange também à melhoria das condições de saúde das mulheres negras.

Ontem, a Ministra Luiza Bairros esteve aqui, por ocasião do lançamento do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, que o Senado Federal acaba de lançar, como também um instrumento para reverter esse quadro caracterizado nos efeitos que o racismo e o sexismo trazem. E qual é o papel do Senado, a importância que o Senado tem com relação a essa realidade.

Então, nós queremos também lembrar, enfatizar, que com esse contingente populacional que nós temos, as mulheres negras apresentam, entre os grupos usuários do SUS, um grau de dependência com relação à assistência muito maior do que os demais. Ainda que as mulheres indígenas também estejam nesse mesmo patamar de vulnerabilidade, em termos de contingente populacional, as mulheres negras, demandam o SUS num grau de quantidade muito grande. As mulheres negras, no País, inclusive no tocante à chefia das famílias, têm expressiva responsabilidade.

Pesquisas do Ipea apresentam, para as regiões metropolitanas do Recife e de Salvador, uma realidade, para as famílias chefiadas por mulheres negras, muito expressiva, porque nelas estão concentradas crianças e adolescentes. Essas famílias apresentam um grau de vulnerabilidade na hora de uma criança adoecer e de um adolescente adoecer. E os adolescentes negros hoje apresentam o desafio do homicídio, da droga, e de outras formas que estão aí presentes, até por conta da vulnerabilidade e do racismo. E cabe a essa mulher negra lidar com desafios em sua vida familiar, comunitária, social, que fazem que na hora de receber assistência ou de recorrer ao SUS recaia sobre ela um grande nível de estresse. Ela tem a responsabilidade de cuidar ainda, por ser chefe de família, de sua família, de recorrer a uma vizinha, de fazer assistência à comunidade, quando, muitas vezes, o seu acesso ao mercado de trabalho ainda está marcado pela informalidade, pela precariedade, pelos baixos salários, uma vez que são as mulheres negras que ainda majoritariamente ocupam o trabalho doméstico.

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

A SRª ÂNGELA MARIA DE LIMA NASCIMENTO – O meu tempo acabou, mas eu gostaria apenas da última lâmina, por gentileza, se for possível.

Então eu trago, neste momento, o compromisso com a garantia da saúde como direito das mulheres negras, lembrando o SUS como política universal, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, e eu trouxe para vocês também o Estatuto da Igualdade Racial, que é o nosso instrumento principal, a nossa lei, na qual está presente a defesa do direito à saúde da população negra, mas particularmente das mulheres negras.

Srª Presidente, eu quero agradecer o convite. Obrigada. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Nós é que agradecemos, Drª Ângela, pela sua participação aqui entre nós, mostrando com muita clareza, com muita seriedade, os dados preocupantes em relação à saúde da mulher negra em nosso País.

Eu gostaria de passar a palavra, agora, para a Drª Lia Zanotta, professora de Antropologia da Universidade de Brasília. Ela é assessora técnica do Cfemea, Centro Feminista de Estudos e Assessoria.

Com a palavra a Drª Lia.

A SRª LIA ZANOTTA – Senadora Angela Portela, Mesa, presentes, é um prazer e uma honra estar aqui no Dia Internacional das Mulheres para discutir a questão da saúde das mulheres e da violência contra as mulheres.

Em primeiro lugar, eu quero dizer que estou aqui como professora da Universidade de Brasília e indicada pelo Cfemea para colocar as questões sobre a saúde da mulher e violência contra a mulher, embora eu, no momento, não seja assessora técnica. Eu fui indica-

da pelo Cfemea, porque participo da Rede Feminista de Saúde, Direitos e Sexualidade, da qual o Cfemea faz parte, e, portanto, eu represento também aqui, na minha fala, reflexões que são acadêmicas e reflexões que são da movimentação feminista.

O primeiro tema que eu queria colocar foi posto aqui basicamente em toda mesa e que me é muito caro, e que deve ser caro a todas nós, imagino: a questão da diversidade. Ou seja, atender a ideia da universalidade das mulheres é somente possível ser nós reconhecermos a diversidade das mulheres. Essa é uma questão fundamental e básica para que, de fato, não façamos uma intervenção genérica, que pode ser perversa, quando nós podemos ter os mesmos objetivos com operacionalidades diferentes, com respostas às vezes diferentes, em função da diversidade das mulheres. Isso é fundamental.

Outra questão que está vinculada a essa, que também foi posta pela Mesa, é a questão da discriminação. Uma coisa é o respeito à diversidade e outra é a possibilidade, que devemos ter, de confrontar a discriminação. Então, o que foi colocado achei fundamental, pelas representantes aqui de diversas áreas das mulheres indígenas, da saúde indígena, da Seppir e da área técnica de mulheres; ficou muito claro nessas falas. Portanto, eu queria compartilhar esse respeito à diversidade e a absoluta necessidade de confrontar a discriminação. Porque, em grande parte, a questão das mulheres negras dentro dos sistemas hospitalares atinge mais as mulheres negras, mas, com certeza, atinge todas as mulheres, especialmente as mulheres pobres. De repente, nem só as mulheres pobres, porque há uma discriminação de gênero. Mas há uma discriminação de gênero contra a cultura popular basicamente, contra a cor das mulheres, contra o estilo das mulheres.

Em algumas pesquisas na área rural, mulheres disseram que médicos não as atenderam por que elas eram muito gordas e cheiravam mal – na área rural. Então, é discriminação. A implementação, então, é a seguinte: todo esforço de se fazer uma política de princípios e respeito à diversidade contra a discriminação, devemos estar absolutamente homenageando essas propostas no Governo Federal, que vem, cada vez mais, avançando na ideia de igualdade de gênero, de igualdade racial.

Então, esses são princípios que, às vezes, não pudemos ter com a clareza que temos hoje. Isso aqui é absolutamente importante que a gente estimule, homenageie e respeite esses princípios. Nesse ponto é que temos que pensar que os princípios básicos das políticas estão adequados, mas as formas de implementação, na histórica tradição brasileira, extremamente hierarquizada, que não respeita o conhecimento popular – não é só a medicina tradicional – sobre como é que se expressa a respeito dos os seus problemas, as doenças e a sua saúde. Então, nesse sentido você tem, no momento de implementação, uma relação às vezes tão hierárquica, que é altamente discriminadora.

Fiz pesquisas em maternidades aqui, no Distrito Federal. E é claro que saiu uma pesquisa geral dizendo: o Distrito Federal, na verdade, é o quarto território, digamos assim, com menos capacidade de aplicação do SUS. Então, estou falando do quarto. Não estou falando dos primeiros, dos melhores. Estou falando do quarto pior. Mas ali eu já vi: não vou atender essa senhora aqui. Por quê? Mas essa vai... Não vou atendê-la, vou passar para outra. Ela chora muito, grita. Vou fazer o parto primeiro de outra.

Vejam: essa mulher que eu vi quase morreu na hora do parto, porque ela não foi atendida, supondo que todas as mulheres sofrem, mas gritar demais atrapalha. Não vou atendê-la. Quer dizer, questões pequenas, que eu acho que como antropóloga eu faço, que refletem talvez as preocupações de uma política de saúde para as mulheres. Porque elas são fundamentais. Elas não são um pequeno caso, são vários casos.

Temos que pensar, por exemplo, a questão da base, o que está acontecendo com alguns números no País em relação a parto. Em relação a parto, vocês vejam, o parto cesárea nos hospitais privados chega quase a 90%. É um absurdo se pudermos pensar como é que ficou uma agenda médica para as mulheres parirem. Então, imaginem a dificuldade de atendimento que os médicos têm sobre o conhecimento do corpo da mulher e do próprio parto.

Então, temos essa ideia de uma novidade do parto humanizado, a atenção humanizada, mas mais do que isso seria o que colocou a liberdade de escolha de posições. Ora, se os médicos não conhecem a liberdade de escolha de posições, como é que vão implementá-la? Então, falta muito para se fazer isso.

As parteiras, se pensarmos a diversidade... Também há uma pequena pesquisa de uma aluna. É um aspecto que estou dizendo, não acho que seja um caso isolado. Num quilombo, em que ao se chegar ao sistema de saúde, escolheu, do meu ponto de vista, erradamente como agentes de saúde somente homens. Desqualificou, por relação, as mulheres agentes de saúde, que, na sua maior, parte eram parteiras. Colocou como única forma de você ter um parto adequado: ir para o hospital. Só que esse quilombo era muito longe dessa possibilidade de ida ao hospital.

Então, vocês vejam que não há uma solução única. Se quisermos que aquele parto seja um parto bom para aquela mulher, naquelas condições, então,

precisamos realmente pensar em diversidades. Se pensarmos a questão da saúde das mulheres indígenas, fica muito mais claro que a mulher indígena também não é a mulher indígena, porque tem várias nações indígenas com várias, absolutas e diferenciadas integrações à sociedade maior. Portanto, não se pode ter uma resposta única.

Estive num seminário, em Manaus, em que havia mulheres indígenas e não indígenas; mulheres de reservas e mulheres urbanas indígenas, mulheres que não eram indígenas, sobre a questão da violência. E sobre a questão da violência foi interessante porque – e isso tem uma história também anterior – as mulheres indígenas se reunindo sempre propuseram como duas questões básicas a questão da saúde e a questão da violência. Fizeram um seminário sobre isso.

Então, nesse seminário de algumas mulheres – não eram lideranças indígenas, eram mulheres que queriam discutir a questão da violência, num seminário sobre direitos humanos em Manaus –, a questão posta foi muito diversificada. Uma das mulheres dizia o seguinte: prestem atenção nas mulheres indígenas em reservas, porque você tem, às vezes, caciques que não nos deixam ser examinadas por médicos. E eu quero ser examinada porque eu sei que eu tenho um problema. Possivelmente, se ela não achasse problema nenhum, talvez nem quisesse ser examinada. Mas vejam como ela coloca, portanto, que não só há uma diversidade, como também não necessariamente é uma posição absolutamente igual entre as lideranças masculinas e as mulheres indígenas.

Então, temos que pensar isso. É absolutamente fundamental que a gente chegue às mulheres indígenas. Respeite as culturas, mas respeite também que há uma relação de poder interna que pode estar impedindo a fala das mulheres. Não podemos pensar em uma só cultura. São várias culturas e as posições não são as mesmas; elas são diversas no interior do mesmo grupo.

Quando o Sistema Único de Saúde entra, tem que, basicamente, levar em conta, como eu disse, todas e todos, e não só a representação masculina de liderança indígena. Isso aqui eu queria dizer, porque você olha, inclusive, algumas questões postas de como as lideranças indígenas montaram o seu problema, disseram o que é a sua saúde e se você olhar até na Internet mesmo como é que elas montaram seu plano, seus problemas de saúde, você vai ver que não batem. Ou seja, é fundamental entendermos as mulheres indígenas e não entendermos que elas sejam uma só. Elas são variadas, em culturas diferentes.

Não podemos pensar uma solução única. Às vezes, a última coisa para as mulheres indígenas em determinadas circunstâncias – digo a última coisa porque é a última coisa que deve ter acontecido – é colocá-las no hospital.

Agora, deve ter um atendimento para ver se ela está em risco. Evidentemente, se não fossem as emergências de saídas de indígenas de áreas tribais, para levar rapidamente para um hospital, seja para homem ou para mulher, muitos indígenas teriam morrido. Mas se toda solução da saúde indígena fosse a ida ao hospital muito mais teriam morrido. Acho que é isso que temos que pensar com muita clareza. Temos que pensar, porque hospital não é solução. Às vezes, é morte, porque vocês pensam a questão inclusive de suicídios, de falta de cuidado, de desesperos, que são fundamentais.

Então, precisamos ter a noção da diversidade, que é fundamental para poder chegar a essa grande questão universal que o Brasil está querendo chegar numa das questões de saúde da mulher, que é diminuir a mortalidade materna. O Ministério de Saúde diz assim: está sendo diminuída, está mesmo, mas diminuir para 68% a mortalidade, 68 por cem mil nascidos vivos está muito longe de seis, sete, cinco mortes por cem mil nascidos vivos de países desenvolvidos. Portanto, são mortes evitáveis. Isso aqui é fundamental, estamos diminuindo, mas há uma carência da implementação e a dificuldade de respeito à diversidade e uma incidência de discriminação fortíssima.

Nós temos que ter consciência daquilo que você dizia, de que a gente não fala muito, ao mesmo tempo em que toda a política de saúde produz benefícios à população, quando ela introduz às vezes perversamente alguma violência institucional, ela está fazendo exatamente o contrário.

É isso que tem que ficar absolutamente claro, se nós quisermos reduzir a mortalidade materna.

Essa é uma questão. A questão, portanto, é diversidade e não discriminação dentro do Sistema Único de Saúde. As questões básicas, que foram colocadas pela Drª Cláudia, mostraram que os movimentos sociais de mulheres feministas nos anos 70 no Brasil, nos anos 80, conseguiram fundamentalmente duas questões: uma, instituir a área técnica de saúde no Ministério da Saúde; a outra, de instituir, lá no começo, as delegacias para o atendimento às mulheres vítimas de violência.

Isso é fundamental se manter no sentido de que no Dia Internacional das Mulheres, representando, portanto, um grande movimento de mulheres, que são mulheres da rede feministas de saúde e direitos sexuais e reprodutivos, representado mulheres feministas de todo esse histórico, nós temos que pensar a maternidade é uma questão fundamental, mas é fundamental a atenção integral à saúde da mulher.

E na questão da mortalidade, sim, é preciso dizer que nós temos tanta coisa em comum, os movimentos sociais são diferentes, nem todos são movimentos sociais de mulheres feministas, nem todos são movimentos sociais, mas é fundamental, se nós queremos a saúde da mulher, se queremos os direitos da mulher, temos que enfrentar a questão da mortalidade materna; nós temos, sim, que enfrentar esse debate em que mulheres morrem sim ou têm efeitos de morbidade severíssimos, em função de todas as causas da mortalidade materna, sejam hemorragias, sejam eclampsias, sejam infecções, seja a questão do aborto ilegal. Ou seja, as mulheres estão sim morrendo por aborto ilegal, nesse sentido que eu digo: temos tantas questões fundamentais, não podemos esquecer que os direitos à vida da mulher estão absolutamente em jogo e que a discussão que o movimento faz sobre a MP nº 557 significa o seguinte: estamos todos juntos a favor da diminuição da mortalidade materna, estamos todos juntos a favor que haja apoio, inclusive financeiro, para que as mulheres possam chegar ao hospital, mas não é possível esquecer que uma das grandes questões a ser feita é aumentar a qualidade, porque as mulheres estão morrendo, em grande parte, dentro dos hospitais. Então, a mortalidade está se fazendo dentro dos hospitais, não é só o acesso, mas a qualidade do sistema.

Queria dizer a vocês que defendemos, portanto, juntos os direitos das mulheres e o direito à vida das mulheres. (*Palmas*. *Manifestação dos presentes*.)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco/PT – RR) – Eu peço silêncio. Gente, não pode, regimentalmente, vocês não podem se manifestar dessa forma. Quero pedir a compreensão de todas.

Quero agradecer à Drª Lia Zanotta por estar aqui conosco, participando dessa audiência pública tão importante no Dia Internacional da Mulher.

Quero também abrir o espaço aqui para três representantes das entidades de movimento de mulheres, por três minutos apenas. Quero pedir a compreensão, porque felizmente temos ainda que aprovar o requerimento da Senadora Ana Rita e temos que participar do evento em comemoração aos 80 anos do voto feminino.

Vou passar a palavra, agora, à Srª Renata Martins, do Movimento de Mulheres pela Vida, por três minutos.

A SRª RENATA MARTINS – Meu nome é Renata Martins, vim do Estado de São Paulo, especialmente para este Dia Internacional da Mulher.

Eu gostaria, simplesmente, de fazer uma manifestação, aproveitando justamente a importância deste dia para nós, mulheres.

Causa muita tristeza observar que mulheres comprometidas com o bem, como as senhoras são, com a consciência das senhoras comprometida com o bem, rezando na cartilha piamente seguida dos manuais das organizações internacionais, que querem promover o aborto na América Latina. As senhoras não representam a mulher brasileira. É preciso dizer isso. A senhora, como membro do Cfemea, a senhora sabe muito bem a Fundação MacArthur, a importância que a Fundação MacArthur tem na condução dos trabalhos. Por que a senhora existe enquanto Cfemea? Qual o papel do Cfemea?

A senhora, como Secretária de Políticas Especiais de ações afirmativas, sabe que nos Estados Unidos o aborto é legalizado até os nove meses, desde 1973 e a maior quantidade de clínicas de abortos se concentra em bairros pobres e negros. Infelizmente. É uma estrutura perversa. É uma engrenagem que se forma simplesmente para legalizar o aborto num país. Infelizmente, secretária, não se tem amor por mulher nenhum. A senhora, talvez, tenha verdadeiramente essa vontade, mas a senhora está numa engrenagem perversa. O dia em que a senhora fizer esse trabalho, o trabalho sujo está feito. E quem vai morrer, secretária? Cinquenta por cento das crianças abortadas são mulheres, vão morrer mulheres e especialmente crianças negras. (*Palmas*.)

Então, eu gostaria simplesmente de pedir às senhoras se todo o trabalho de uma vida, sério, porque eu acredito, de verdade, que a consciência seja verdadeira. Mas eu gostaria de chamar se todo o trabalho de uma vida vale para depois deixar a casa suja, para outras pessoas terem que limpar. Nos Estados Unidos, onde o abordo é legalizado há quase trinta anos, o número de aborto, isso é estatístico, só vem aumentado. É uma prática que se torna corriqueira, engravida, eu aborto, engravida, eu aborto, só que isso deixa sequelas fisiológicas, para começo de conversa, as psicológicas a gente nem precisa comentar agora.

(Srª Presidente faz soar a campainha.)

Eu gostaria só de deixar essa manifestação e pediria às senhoras que representassem as mulheres do Brasil, não representassem interesses estrangeiros, contrários à população brasileira. Que se fizesse com honestidade esse trabalho em defesa da mulher. Nós estamos aqui representando as mulheres, nós não estamos aqui financiadas (*Palmas*). Nós não fazemos parte de movimentos feministas financiados por Fundações *MacArthur*, *Rockefeller*, *Ford* etc. Deixamos nossos filhos, trabalhos, emprego, para vir aqui por conta própria arcando do nosso próprio bolso para defender a vida. E a gente olha todo um espetáculo bonito na palavra, porque quem conhece a estratégia *abortista* das fundações internacionais sabe que tudo o que as senhoras estão fazendo é simplesmente promover o

que eles dizem. Os movimentos feministas infelizmente estão sendo instrumentalizados pelas fundações.

A Drª Lia, sabe muito bem, a Drª Cláudia sabe muito bem, talvez todas saibam sobre o financiamento pesado que essas fundações fazem.

Desculpa a minha manifestação seria essa, pedir consciência das senhoras para representar a mulher brasileira.

Obrigada. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Eu passo a palavra, então, conforme orientação da Presidenta desta Subcomissão. Nós estamos abrindo aqui um espaço para que as entidades presentes possam se manifestar.

Obrigada, Renata, pelo cumprimento do prazo.

Passo a palavra, agora, para Maria Angélica, Sociedade e Divulgação Espírita, em apoio às mulheres.

A SRª MARIA ANGÉLICA – Boa tarde já ou bom dia a todas.

Eu represento na verdade a Sociedade Divulgação Espírita Alta de Souza. A gente tem um lar chamado Lar Maria de Nazaré, onde já nasceram mais de duas mil crianças, atendemos a mulheres vítimas de violência, adolescentes, casos de estupro e todos os tipos que vocês imaginarem.

Como o tempo é muito curto, eu gostaria de fazer uma pergunta à mesa, que sei que não vai ser possível a resposta. Por que vocês, que se dizem representantes como a nossa querida Renata falou, se dizem representantes da mulher brasileira, insistem em ir ao contrário da democracia, porque nós já nos pronunciamos na Câmara, já nos pronunciamos o tempo todo, que a mulher brasileira não tem interesse na legalização do aborto. Isso já está claro e quase custou a eleição da Dilma e vocês sabem disso. (*Palmas*.) E vai custar, nós já demos a resposta que todos os que lutarem favorável à legalização do aborto não está defendendo a mulher, porque está matando as mulheres brasileiras. A questão aqui não é mulher indígena, não é mulher pobre, não é mulher negra, porque o sangue não é azul, o sangue não é negro; o sangue é vermelho de todas nós. Todas nós somos iguais. As negras, as índias, as pobres, as ricas, nós somos as mulheres brasileiras. Todas nós temos direito a ter acesso a uma saúde. Pergunto a vocês, à Drª Cláudia, representando o Ministério da Saúde, o que faço com as minhas mães? Estou falando de Brasil, vocês estão falando de Rondônia, Roraima, tal, tal, tal, das índias, o que eu faço? Olha, eu sou de Brasília. Eu sou de Brasília: o que eu faço com as minhas mães, que eu levo, aqui na capital, para terem seus filhos e não consigo internar porque não tem álcool, não tem camisola? Agora, "aborto seguro" vai ter? Quero que vocês repensem isso. (*Palmas*.) A mulher brasileira não em acesso a nada de saúde, não tem acesso ao mínimo de dignidade.

Essa semana mesmo, mães, aqui de Brasília, não estamos falando de outros estados, mães, inchadas, grávidas, para terem seus filhos, deitadas no hospital, aí vocês vêm falar de "aborto seguro". Por que a Drª Cláudia, na hora que falou em aborto seguro passou o *slide*? Por que vocês não falam claramente que o interesse de vocês é legalizar o aborto, porque são financiadas por organismos internacionais. Falem a verdade! (*Palmas*.) Digam a verdade, porque nós trabalhamos pela mulher. Nós vamos atrás das mulheres negras, das mulheres pobres, acolhemos as crianças e vocês recebem recursos internacionais, ficam 24 horas por dia para atacar a mulher.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Maria Angélica, concluindo...

A SRª MARIA ANGÉLICA – Concluindo, vocês não nos representam e que se continuar desse jeito vai custar mais eleições. Nós estamos chegando ao poder também e vamos dizer que nós somos favoráveis à vida das mulheres negras, que a senhora não representa. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Nós recebemos aqui, agora, a Senadora Lídice da Mata, que está inscrita para falar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Bom dia a todas as debatedoras aqui, no dia de hoje, às mulheres e homens presentes. Estive aqui no início da sessão. Tive que participar de uma reunião; voltei e tenho acompanhado toda a sessão pela TV Senado.

Creio que seja indispensável colocar aqui algumas questões. Primeiro nós estamos numa audiência pública convocada para discutir a saúde da mulher. As entidades que aqui estão representadas foram convidadas pelo Senado Federal, pela Subcomissão e eu, como Vice-Presidente da Subcomissão de Mulher, integrante e membro da Comissão de Direitos Humanos, não acho que nós tenhamos convidado aqui pessoas técnicas para serem de qualquer forma constrangidas. Portanto, como membro desta Comissão, quero me pronunciar contrariamente às últimas manifestações que ouvi de desacato às pessoas que aqui se colocaram.

A SRª MARIA ANGÉLICA – Não senhora, é democracia.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Por favor, primeiro, eu quero só afirmar que este é um espaço que não permite manifestação pública. Então nós temos que seguir o Regimento. Respeitamos a opinião de vocês, a posição de vocês, mas é a Senadora que está falando neste momento. Pediríamos para não interromper e nem interferir.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Primeiro, eu acho que a pessoa que está se manifestando deve entender que este espaço é democrático e é um autoritarismo alguém se manifestar, interrompendo o outro, e tentando lhe impor a sua vontade. Se as pessoas que estão na Mesa não falam em nome das mulheres brasileiras, eu não tenho porque reconhecer que as outras que estão aqui, falam em nome das mulheres brasileiras. Até porque, a única representação reconhecida no Brasil legalmente é a representação do Parlamento. E se ela existe, eu estou aqui representando a mulher brasileira, assim como a senhora e como todas as outras Senadoras que receberam o voto do povo para estarem aqui. A discussão democrática passa por limites, na forma e no trato das questões. Não adianta vir aqui tentando intimidar as pessoas que se manifestam, intimidar debatedoras que foram convidadas pelo Senado Federal. Não vieram aqui para serem desrespeitadas ou desacatadas, independente da posição de cada um. Nem fazer ameaças, porque nós estamos numa sociedade democrática. A exposição das opiniões deve ser dar e o povo é quem decide e as pessoas que querem aqui se manifestar certamente podem aproveitar o momento eleitoral, agora, serem candidatas, defender suas opiniões, se eleger e nos seus parlamentos defender as opiniões que quiserem. Ou nos seus fóruns democráticos, que representam. As igrejas, as instituições, quaisquer que representem, nacionais ou internacionais, até porque a maioria das igrejas tem uma filosofia internacional e não nacional; representa uma filosofia que se expressa neste Território do Brasil, da África, dos Estados Unidos e qualquer um. Portanto, não tem conteúdo nacional, é claramente nacional que possa defender, deve ter fundamentos, princípios filosóficos; portanto, não se trata de espaço nacional.

Quero, portanto, dizer, como Senadora, que acho que a nossa audiência pública hoje aqui tem o sentido de trazer à discussão e de colocar para o conhecimento da opinião pública, o conhecimento daqueles que assistem à TV Senado, o trabalho que esta Subcomissão em Defesa dos Direitos da Mulher tem no Senado Federal. O trabalho que desenvolve em defesa da saúde da mulher. O trabalho que o Ministério da Saúde e as políticas públicas que o Ministério da Saúde vem apresentando para as mulheres no Brasil.

Aqui foi colocado desde o início, por exemplo, todo o serviço da Rede Cegonha. Aqui foi destacado que a Rede Cegonha, nesse momento, num País em que nós não conseguimos ainda ter as mulheres grávidas com atenção à sua saúde, com toda a assistência à saúde da mulher no seu pré-natal, passa a receber, a partir de abril, R$50,00 para lhe garantir o acesso ao transporte coletivo ou ao transporte, para que possa chegar a ter o atendimento e a assistência no seu pré-natal.

Portanto, nós estamos aqui com várias pessoas: a assessora da área técnica do Ministério da Saúde, a Secretaria de Política de Ações Afirmações, que é o Governo Federal, e mais duas outras debatedoras, que vêm discutir as políticas públicas para a saúde da mulher no Brasil; políticas públicas implementadas pelo Governo Brasileiro, e que foram, portanto,...

(Intervenção fora do microfone. Ela não tem tempo?)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Eu sou Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Só um minutinho, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – A Senadora aqui não precisa de tempo. O tempo é nosso.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Estou na minha Casa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – O tempo é nosso. Ela está na Casa dela. Por favor, não interrompa.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Na casa do povo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – A casa é do povo e a Senadora está aqui...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – A casa é do povo e eu represento o povo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – E a Senadora está aqui representando o povo. Senadora Lídice, pode continuar.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – A senhora deve, no mínimo, reconhecer que o povo da minha terra, do Estado da Bahia, me elegeu para representá-lo. Então, esse respeito eu tenho de ter o direito de ter aqui, no Senado Federal. Estou falando, tenho tempo regimental para falar e falarei no tempo que eu desejar, que é o tempo que o Regimento desta Casa, que, aliás, respeito muito, me assegura.

Portanto, participei agora de mais algumas manifestações, homenageando a mulher no nosso Dia. Creio que o dia de hoje, além de comemorarmos o 08 de março como o Dia Internacional da Mulher, como o dia que foi conquistado pelas mulheres no mundo inteiro, na luta, para dar visibilidade às questões que eram antes consideradas das mulheres e, na verdade, são questões da sociedade, para as quais as mulheres estavam sendo responsabilizadas, durante tantos e tantos anos; responsabilizadas pela manutenção da

família; responsabilizadas por uma dupla, tripla jornada de trabalho; responsabilizadas diante de uma sociedade que lhes impunha jornadas de trabalho extenuantes, sem o pagamento devido dessa jornada de trabalho; responsabilizadas diante de um contexto moral discriminador que impunha às mulheres um comportamento que fazia e que faz com que elas, ainda hoje, sejam vítimas da violência doméstica, sejam espancadas, sejam violentadas, sejam abusadas sexualmente.

Então, é nesse contexto de luta e de conquistas que nós estamos, neste momento, não só comemorando o 08 de março, no Brasil, como comemorando o 08 de março com uma mulher Presidente, pela primeira vez, na história política do Brasil, como comemorando o 08 de março com uma mulher Presidente que dota o país de políticas públicas de saúde para a assistência integral à saúde da mulher. Temos, portanto, muito a comemorar.

Mas temos também algumas questões a levantar. Neste dia 08 de março, nós estamos, coincidentemente, também comemorando os 80 anos da conquista do voto feminino. E podemos concluir claramente que, apesar de 80 anos com direito a voto, pouco nós temos avançado no direito de sermos votadas, porque, nos oitenta anos em que já conquistamos a primeira mulher Presidente do Brasil, não conseguimos passar dos 10%, 12%, e olhe lá, no conjunto do Parlamento Brasileiro.

Então, isso diz respeito a uma essência da luta da mulher, que é o exercício pleno da sua cidadania. Se nós estamos sub-representadas no espaço do Parlamento Brasileiro, certamente isso é expressão de uma subparticipação na cidadania brasileira. E nós precisamos mudar essa realidade. E precisamos fazê-lo e fazer essa reflexão especialmente neste ano, porque especialmente neste ano, além dos oitenta anos da conquista do voto feminino, nós temos, neste ano, a comemorar e a discutir as eleições brasileiras, que serão coordenadas por uma mulher, também pela primeira vez na história política do Brasil. A Ministra Carmem Lúcia o fará nacionalmente e, no meu Estado também, tivemos a alegria de poder, esta semana, verificar a eleição da primeira mulher a dirigir o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Portanto, são conquistas importantes para a cidadania brasileira. São conquistas num País que disputa alcançar ser a sexta economia do mundo, num processo de globalização da economia, num processo de crise econômica internacional, que muda os papeis das nações, os papeis dos países desenvolvidos com os países em desenvolvimento, com os países que comandam a economia internacional.

E este País, que tem tido tanto sucesso no desempenho econômico, que tem tido tanto sucesso na forma de abordar o enfrentamento da crise econômica no seu próprio país, fazendo com que o Brasil passe pela crise econômica internacional numa circunstância quase de pleno emprego na nossa economia, e, ao mesmo tempo, seja a segunda pior representação política na América Latina, na sua relação de participação feminina.

Tenhamos o 109º lugar na esfera dos países no mundo. Então, esta não é uma questão menor da luta da mulher; esta é a questão essencial da luta da mulher: a conquista da sua igualdade de participação no espaço de poder, porque, na medida em que temos uma participação igualitária no espaço de poder, nós estamos decidindo igualmente na sociedade. Enquanto não tivermos isso, nós estamos decidindo absolutamente numa relação deturpada e deformada da opinião da sociedade brasileira.

É por isso que nós precisamos fazer avançar a participação feminina no Parlamento e remover as amarras que fazem, às vezes, com que as feministas técnicas entendam que o seu papel é apenas esse, e não saiam para o desafio da luta eleitoral; que as sindicalistas, que estão na base, lutando por melhores salários, façam isso com a maestria que têm feito as sindicalistas brasileiras, mas não se lancem no desafio da representação do conjunto da sociedade, como as nossas associações comunitárias, que constroem as cidades brasileiras, as nossas lideranças populares nos bairros, pois nenhum prefeito governa bem uma cidade se não tiver baseado nos olhos e ouvidos das mulheres, em cada bairro popular de sua cidade.

Então, essa questão essencial é que nos mobiliza hoje na comemoração do dia 08 de março, num ano eleitoral no Brasil, em que estamos nos colocando na ponta para disputar as câmaras de vereadores, as prefeituras de todas as cidades brasileiras.

E a discussão sobre a saúde da mulher é um dos temas que estará colocado nesse processo eleitoral. A discussão da saúde da mulher, das políticas públicas de inclusão social, das políticas públicas de fortalecimento da presença da mulher no mundo do trabalho, da qualificação e da capacitação para o trabalho, da abertura de portas, de oportunidades, para que a mulher chegue ao mercado de trabalho em condições igualitárias. Aliás, votamos, nesta semana, nesta comissão, um projeto penalizando as empresas – e vai ser sancionado pela Presidente Dilma – que infringirem aquilo que a Constituição assegura, que é o trabalho igual com salário igual.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Exatamente, penaliza quem tem salário diferente. Dessa

maneira, nós faremos a luta das mulheres avançar. Creio que é esse o veio, essa é a intenção da realização desta reunião hoje, buscando dar essa contribuição da discussão da questão da saúde da mulher nesse panorama de participação política maior da mulher, na sociedade brasileira. Para isso, estão convocados todos, todos que estão aqui, homens e mulheres. Não interessa às mulheres ouvir apenas a opinião das mulheres. Nós queremos ouvir a opinião da sociedade brasileira e debater com ela esses problemas, porque quando tratamos de maternidade, não estamos tratando de um problema que diz respeito apenas às mulheres brasileiras. Quando tratamos de política para dar atendimento à mulher trabalhadora, para que ela possa deixar o seu filho numa creche e poder ir trabalhar, não é uma responsabilidade da mulher brasileira; é uma responsabilidade da sociedade brasileira dotar a sociedade brasileira e dotar a população feminina do nosso país das condições para chegar até o trabalho.

Então, eu queira sugerir, minha querida companheira, em função do tempo e que vamos ter uma sessão concorrida hoje, com a fala de todas nós, para homenagear as mulheres do Brasil inteiro, nessa luta contínua, mas que não pode esperar mais 80 anos para conquistar o patamar da igualdade da representação política, que nós pudéssemos, encontrando um encaminhamento que nos permitisse sistematizar o resultado desta reunião, através de sua competente presidência, e pudéssemos ir concluindo os nossos trabalhos.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senadora Lídice da Mata.

Quero aqui fazer um destaque, Senadora. V. Exª é uma Senadora que nos orgulha muito como mulher, nos orgulha muito como companheira de Senado, porque V. Exª tem uma atuação brilhante em defesa da população brasileira, em defesa das mulheres brasileiras, que tem uma história de luta no Estado da Bahia, pois já foi Prefeita de Salvador.

Então, Senadora Lídice, todo o nosso respeito, o nosso carinho e os nossos agradecimentos pelo seu empenho nesta Casa, no sentido de garantir que os projetos de lei aqui votados sejam aqueles que realmente defendem os interesses da população brasileira e das mulheres brasileiras.

Muito obrigada e parabéns a V. Exª.

Eu passo a palavra para a Luciana, por três minutos. A Luciana é promotora da vida. É uma entidade, Luciana?

A SRª LUCIANA – Sim. Promotores da Vida é uma entidade. Agradeço a palavra. Não sei se há espaço para qualquer sugestão, porque eu vi nos *slides*, quando falaram dos investimentos nos anticoncepcionais. Eu me espantei com 72 mil e tal. Também pegando um pouco o gancho desse parto humanizado, que já vem sendo tão trabalhado, como se fosse uma novidade, mas que já vem do tempo da avó, para a gente poder promover também, na saúde pública, nos hospitais públicos, ensinar o Método Billings, que é um método natural, anticoncepcional, que não prejudica a mulher, porque a pílula ou outros, muitas vezes, podem prejudicar: alterar o útero, alterar os hormônios da mulher, etc., uma série de problemas que em si fazem um benefício, mas trazem muitos malefícios.

Então, o Método Billings tem 98% de eficácia, aprovado pela Organização Mundial de Saúde. Ele poderia ser colocado também como política pública para as mulheres, e, então, a gente vai crescendo nesse desenvolvimento. Também queria colocar que a posição da maioria de nós que está aqui temos a mesma visão de todas que estão na mesa, que é uma preocupação real com a mulher, com a saúde da mulher. Então, temos a preocupação com as mulheres indígenas, as mulheres negras, com qualquer uma que morra numa fila de hospital ou que seja desrespeitada ou que não tenha as suas diferenças.

Sobre tudo isso, nós concordamos com o que foi falado. Mas ficou muito evidente que não concordamos unicamente com um fator, que é o caso do aborto como causa de mortalidade materna. Por quê? Porque se podemos dizer que o aborto está causando as mortes das mulheres, então, o aborto não pode ser uma solução. Como se diz: se sal provoca hipertensão, então, agora vamos dar sal para todo mundo e distribuir e promover o sal, porque o sal vai resolver o problema da hipertensão das pessoas. Então, um problema não pode ser a solução. Aí, a gente quer realmente encontrá-la, porque sabemos que o aborto causa problemas psicológicos à mulher, à família e, muitas vezes, problemas também físicos.

Então, a gente tem de avaliar isso para ver, na totalidade, ver a saúde integral da mulher, e não um pedacinho está bom e o outro pedacinho não. Mas preocupar com a totalidade da mulher, porque não somos só o físico ou só uma parte. Então, esse é um ponto.

Eu também gostaria de ressaltar duas observações que vi no *slide*. Eles passaram um pouco rápido, e não peguei muito bem. Mas era sobre o aborto inseguro, pois aprovar alguns casos de aborto inseguro dá a entender que exista aborto seguro. Mas isso não é real, porque se até retirar um siso ou uma unha encravada tem risco, então, temos de ser esclarecidos de tudo isso. Não há aborto inseguro ou seguro, pois todo aborto é inseguro.

Outro caso também é de esclarecimento. Falam do direito ao aborto nos casos da lei. Mas não há nenhum caso em que não seja crime. O aborto é crime em todos os casos. Em dois casos não é penalizado. Isso, qualquer advogado sensato consegue entender. Não é penalizado no caso de estupro e em risco de vida, mas em todos os casos é crime. Apenas para deixar isso claro. Agradeço. Muito obrigada e boa tarde. (*Palmas*.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Luciana. Vou passar à Mesa, agora, para que faça as considerações finais. Antes, quero convidar a Senadora Lídice da Mata para ocupar a Presidência, como Vice-Presidente desta Subcomissão, porque logo em seguida à fala da Mesa, queremos aprovar aqui o nosso requerimento, para que tenhamos uma audiência pública para discutir a saúde da mulher indígena.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Retomando os trabalhos, começando da esquerda para a direita, Srª Deurides Ribeiro.

A SRª DEURIDES RIBEIRO NAVEGA CRUZ – Quero agradecer a todos, em nome do Ministério da Saúde, do Secretário Especial de Saúde Indígena, Dr. Antonio Alves, que infelizmente não pode estar presente. E nos colocamos à disposição para que possam entrar em contato conosco. Nós deixamos os contatos e estamos à disposição para as discussões e para a implementação dessa política.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Passo a palavra à professora Lia Zanotta, da Universidade de Brasília.

A SRª LIA ZANOTTA – Eu queria, mais uma vez, agradecer o convite e parabenizar a Subcomissão em Defesa da Mulher pela proposta de discussão da saúde das mulheres no Dia Internacional das Mulheres.

É um momento em que, como ficou claro, a saúde das mulheres brasileiras responde bem a determinados princípios, propostas e implementação do Sistema Único de Saúde, e às formas pelas quais se atende à mulher. É um momento de reconhecimento desses ganhos e é o mesmo momento em que se deve reconhecer que há muito a fazer ainda; que os princípios postos, precisamos implementá-los de forma a que não haja mais discriminação contra as mulheres em geral, que se respeite a diversidade das mulheres e, talvez, dizer a todas as mulheres aqui, pois não existe uma mulher, não existe um movimento social, nós temos, sim, de respeitar a diversidade das opiniões e não produzir nenhum tipo de debate com tons autoritários. Eu não fui autoritária; então, acho que os outros também não devem ser. Ou seja, os movimentos expressam; eu sou clara, e há um milhão de mulheres... Porque, para mim, a grande questão hoje era a saúde das mulheres, não era a questão da legalização do aborto. Nós não estamos discutindo isso. Então, isso para mim fica muito claro, que eu tenho... Até lamento que, no Dia Internacional da Mulher, todo o público que veio aqui discutiu, exclusivamente, a legalização ou não do aborto, quando nós temos problemas absolutamente sérios.

Não tenho problema nenhum em dizer que sou a favor da legalização do aborto, em função de que um milhão de abortos ocorrem no País, e inseguros são diferentes de abortos seguros. Riscos existem em gravidez, existem em aborto; tudo na vida é risco. Mas nós temos que pensar que o aborto clandestino produz a morte de vários outros...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LIA ZANOTTA MACHADO – Eu estou respondendo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Por favor. Eu pediria à senhora...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Um momento, um momento...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Um momento, um momento...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Um momento...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Olha, vai ficar difícil nós conduzirmos a reunião dessa maneira, primeiro porque nós estamos aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LIA ZANOTTA – Tudo bem...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LIA ZANOTTA – Não, não. Eu não fui autoritária. Só estou determinando...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Olha, eu não vou levar em conta essa manifestação, por uma simples razão: a senhora está se dirigindo de forma desrespeitosa à Mesa. Nós estamos encerrando uma reunião e vamos dar prosseguimento ao encerramento da reunião.

A plateia, neste momento, não tem direito à fala, porque nós estamos encerrando o seminário. E eu pe-

diria, gentilmente, a V. Exª – aliás, a V. Exª, não –, eu pediria à senhora que permanecesse em silêncio para que nós pudéssemos concluir os nossos trabalhos.

A Mesa não desrespeitou ninguém, mas a palavra daqueles que estão na Mesa e foram convidados para falar está assegurada para finalizar a reunião.

Portanto, vamos dar continuidade.

A SRª LIA ZANOTTA – Então, só vou terminar.

Acho que a grande questão aqui, e que deveria ser o resultado desta Mesa, é a importância do respeito à diversidade; de que as políticas públicas tomem conta de que as mulheres são diversas, as situações, os contextos rurais e urbanos são diversos, a questão racial faz efeito, a questão étnica faz efeito. E se nós quisermos, portanto, aumentar o nível de vida das mulheres, nós temos que pensar no respeito à diversidade.

Esse é o ponto que devia encerrar, do meu ponto de vista, a minha fala.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

Vamos passar a palavra à Srª Ângela Maria do Nascimento, representante da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Seppir.

A SRª ÂNGELA MARIA LIMA DO NASCIMENTO – Obrigada, Senadora Lídice da Mata; obrigada, Senadora Ana Rita, pela oportunidade que nós estamos tendo também de afirmar, como representantes da Seppir, a importância de avançarmos na implementação da política de saúde, através da implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que virá, sem dúvida alguma, a contribuir para a redução, para um impacto positivo com relação à melhoria das condições de saúde da população negra; das mulheres negras em particular.

Eu gostaria de deixar aqui um exemplar para o Senado. Nós trabalhamos, durante a realização da conferência mundial que ocorreu, no ano passado, no Rio de Janeiro, nós trabalhamos esse material, que é "o racismo como determinante social da saúde", no qual se aborda exatamente quais os efeitos que a discriminação racial tem sobre a atenção, a qualidade e a vida das mulheres negras. Então, a realidade das mulheres negras passa exatamente pelo compromisso da sociedade no reconhecimento do nível de desigualdade, do nível de discriminação, das condições reais que impactam lá, onde as mulheres estão. E as mulheres estão em todo o Brasil. As mulheres negras estão em todo o País.

Então, é nesse sentido que nós queremos reafirmar o nosso compromisso e, inclusive, essa parceria com o Senado, que tem sido fundamental, e deixarmos para vocês também o nosso Estatuto, o Estatuto da Igualdade Racial, que foi aprovado por esta Casa.

Muito obrigada a todas.

Estamos também à disposição, na Seppir, para diálogos, para conversas e outras tratativas.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada.

Srª Cláudia Araújo, assessora técnica da Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde.

A SRª CLÁUDIA ARAÚJO – Quero, novamente, agradecer o convite que nos foi feito pelo Senado Federal, agradecer às senhoras pela acolhida, pela gentileza.

A Política de Saúde da Mulher é uma política de atenção integral à saúde. Portanto, todos os aspectos em saúde da mulher precisam estar contemplados, e o direito à saúde contempla toda e qualquer discussão, toda e qualquer possibilidade de acolhimento e de atendimento.

Todos os temas que foram discutidos aqui envolviam uma encomenda do Senado Federal, que é a saúde da mulher indígena, e o nosso foco foi todo voltado para esse assunto. Quanto aos demais assuntos, poderíamos deixar como sugestão para o Senado que criasse, em outras oportunidades, temas para serem discutidos em saúde da mulher, porque há muitos temas para serem discutidos.

Hoje é um dia importante para o País, como foi colocado aqui, pelas nossas conquistas em vários aspectos, e pelos nossos desafios em vários aspectos. Saúde pública é um exercício de cidadania e que precisa ser defendido como um conceito para o País. Os riscos de perdermos saúde pública são ameaçadores, e precisamos nos preocupar para além de temas específicos, para o conjunto de saúde disponível para a população brasileira, para que ele seja efetivo.

O Ministério da Saúde é normalizador de políticas, com o apoio, para a execução, de secretarias estaduais e de secretarias municipais de saúde. Todas as dificuldades enfrentadas pelo País são um conjunto de elementos que, muitas vezes, são desfavoráveis ou favoráveis ao bom desempenho da saúde pública. Então, o movimento de saúde pública brasileiro e a sociedade brasileira têm um papel importante, que é garantir sustentabilidade para o Sistema Único de Saúde no Brasil.

Ficamos à disposição.

A nossa apresentação ficou disponível para todos, e nossos endereços e telefones estão lá para contatos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre inclusão extrapauta do requerimento da Senadora Ana Rita, que propõe a realização de uma audiência pública para debater a saúde da mulher indígena, com

os seguintes convidados: representante do Ministério da Saúde, representante da Funai, representante de comunidades indígenas, que serão identificados, posteriormente, pela autora do requerimento.

Com a palavra a autora do requerimento.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senadora Lídice da Mata, quero antes agradecer, também, a todas as nossas companheiras que estão aqui representando o Ministério da Saúde, representando a Universidade de Brasília, representando a Seppir (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), e dizer da nossa satisfação de poder ouvi-las aqui hoje.

Toda audiência pública que nós fazemos é um aprendizado, porque sempre temos informações novas. O que as senhoras trouxeram para nós hoje agregou muitas informações novas ao nosso conhecimento, então, queremos agradecer por isso.

Quero aqui, então, fazer o encaminhamento do nosso requerimento.

Diante desse debate que nós fizemos, é importante que aprofundemos, então, a questão da saúde da mulher indígena.

Então, requeiro, nos termos do inciso II, do art. 90 – já foi lido aqui pela nossa Senadora Lídice da Mata –, que seja realizada essa audiência pública, em dia e horário a ser acertado, para que possamos fazer o debate juntamente com o Ministério da Saúde.

Considero de fundamental importância, porque a realidade das mulheres indígenas nós não podemos desconsiderar. Elas têm a sua cultura própria, têm sua realidade própria, e isso é uma preocupação da sociedade brasileira. E nós, como Senadoras da República, estamos aqui falando em nome da sociedade brasileira. Estamos aqui para assegurar os direitos de toda a população brasileira e, como mulheres, com certeza, defender também a realidade das mulheres brasileiras. E as mulheres indígenas também devem fazer parte, com certeza, da nossa pauta, como já o fizeram, Senadora Lídice da Mata. Sou Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e nós tivemos a oportunidade, assim que chegamos aqui a esta Casa, de participar de importantes audiências públicas da população indígena, também discutindo a questão da mulher indígena. Então, esse é um tema de fundamental importância.

Para finalizar, eu parabenizo todas as mulheres brasileiras, todas as mulheres trabalhadoras, mulheres que estão em todos os locais deste País, defendendo a vida, defendendo os direitos das mulheres trabalhadoras, defendendo aquilo que é importante para que possamos ter dignidade, para que possamos ter uma vida digna. Então, é fundamental valorizar a luta das mulheres.

No dia de hoje, com certeza, em todos os Estados brasileiros, estão acontecendo manifestações públicas, atividades públicas. No meu Estado, o Espírito Santo, agora pela manhã, foi empossado o Conselho Estadual da Mulher. Hoje à tarde, as mulheres, principalmente as mulheres da área rural, estão entregando um documento ao Governador do meu Estado, apresentando as suas reivindicações. Então, isso é muito importante. As mulheres continuam cada vez mais organizadas, unidas em defesa de políticas públicas que venham a assegurar melhores condições de vida para cada uma em qualquer canto deste País, em qualquer lugar deste País.

Então, parabéns a todas as mulheres brasileiras e parabéns e muito obrigada a todas as mulheres que estão aqui presentes nesta audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Lídice da Mata. Bloco/PSB – BA) – Aqueles que concordam com a inclusão permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a inclusão extrapauta do presente requerimento.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública, agradecendo a presença de todos os debatedores, das entidades, das pessoas que aqui estiveram contribuindo com a discussão democrática da Subcomissão de Defesa da Mulher, da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

Muito obrigada.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 13

COMISSÃO DE DIRETOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

ATA DA 1ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 09:00 HORAS.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e doze, na sala dois, da Ala

Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Wellington Dias)**, reúne-se a Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores: **Wellington Dias, Ângela Portela, Paulo Davim e Cyro Miranda**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente reunião tem como objetivo a **Reunião de Trabalho da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza com a finalidade de "Construir a agenda anual de trabalho".** O Senhor Presidente coloca em votação a ata da reunião anterior que é aprovada. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais e sugere aos membros da Subcomissão uma orientação dos trabalhos para o ano de 2012, focado nos eixos de atuação educação, longevidade, trabalho e renda, divido em duas partes: primeira parte, convidar autoridades federais, estaduais e municipais, ligadas aos programas de erradicação da miséria e redução da pobreza, que tem por finalidade dar dignidade humana aos brasileiros de baixa renda. Segunda parte, realizar diligências regionais para colher impressões acerca dos planos supramencionados e elaborar relatório com um diagnóstico desses planos, no qual deverá ser explicitado as experiências bem sucedidas e os problemas encontrados pelos municípios na execução dos planos, a fim de orientar a reformulação da política federal em apreço. A Comissão, após as sugestões dos Senhores Senadores presentes, aprovou a linha de trabalho para o ano de 2012. Fazem uso da palavra os seguintes Senhores Senadores: Wellington Dias e Ângela Portela. A reunião encerra-se, às dez horas e dezoito minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias,** Presidente da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Solicito a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e coloco-a em votação.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Senador Cyro Miranda, Senador Paulo Davim, o objetivo da Subcomissão é fazer o acompanhamento de proposições na área do programa Brasil Sem Miséria. Então, hoje, nesta reunião, nós deveremos fazer um cronograma de trabalho que possa nos permitir, no decorrer deste ano, acompanhar, colaborar, contribuir, fiscalizar, enfim, atuar para que esse importante programa – eu diria um dos mais importantes para o Brasil – possa alcançar os objetivos.

Eu queria aqui propor que pudéssemos trabalhar primeiro ouvindo a Ministra Tereza Campelo. Eu tive oportunidade de encontrar-me com ela numa visita que fez recentemente ao Estado do Piauí. A ideia é que possamos aprovar aqui ouvir a Ministra Tereza Campelo como coordenadora do programa, para que ela possa fazer aqui uma apresentação sobre o andamento do programa, sobre as metas que se pretende alcançar ano a ano, até 2014, e, a partir dessa apresentação, nós ouvirmos os três principais objetivos de erradicação da miséria e da pobreza. Primeiro: educação. Ou seja, ouvirmos os setores envolvidos nessa área da educação. Um dos objetivos é erradicar a pobreza de forma sólida, aumentar a expectativa de vida, a educação e a renda. São estes três os principais.

No caso da educação, devemos ouvir quem coordena esse trabalho pelo Ministério da Educação na área da longevidade, da expectativa de vida. São diversas áreas. Vamos ter que ouvir o Ministério das Cidades, que acompanha os programas de habitação e desenvolvimento urbano, a Caixa Econômica – já tivemos aqui a informação de que também acompanha esse trabalho –, a área vinculada à Funasa, ao Ministério da Saúde. E ainda vamos ouvir essa área relacionada à renda.

Na renda, nós temos os programas nos vários Ministérios. Certamente, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Integração, com mais algumas autarquias e empresas, os bancos que fazem financiamento, a Codevasf e outras autarquias que fazem o acompanhamento.

Então, o objetivo é que possamos trabalhar esses três focos e, numa outra linha de atuação, aprovar visitações a Estados. E, na visitação a esses Estados, por sugestão dos Senadores ou a partir de demandas que venham a ser apresentadas, possamos, em cada Estado, nessas áreas, fazer uma visita de conhecimento, ao mesmo tempo, de áreas bem-sucedidas e de áreas problemáticas. Ou seja, temos, no Estado do Piauí – vou citar o meu Estado – uma região em que é muito baixa a expectativa de vida, é muito elevada a mortalidade infantil e de gestantes, enfim. Então, nós vamos conhecer uma realidade como esta.

Há outras que são bem elevadas, outras que têm maior renda, outras que têm menor renda, algumas

que tem bons indicadores na educação ou péssimos indicadores na área da educação.

Enfim, Senadora Angela – que nos alegra com sua presença, sou muito grato pela sua presença –, estou colocando a responsabilidade da Comissão de acompanhar o Programa Brasil Sem Miséria.

Para a construção de uma pauta, estou sugerindo que, primeiro, aprovemos a oitiva da Ministra Tereza Campello, Ministra do Desenvolvimento Social, para que nos apresente o programa.

Em segundo lugar, trabalharemos três eixos: educação, longevidade e renda e, aí, ouviremos as áreas vinculadas aos indicadores da educação: longevidade, expectativa de vida e renda.

Em um terceiro bloco, poderemos fazer visitações. Visitaremos Roraima, o Rio Grande do Norte e outros Estados. Nessa visitas, o objetivo é conhecer experiências exitosas, aquelas de destaque em cada um desses eixos, e experiências problemáticas. Por exemplo, temos situações específicas do semi-árido, das populações indígenas, de quilombolas e, certamente, em cada Estado, poderemos conhecer onde há situações que estão dando certo e onde há problemas.

Então, gostaria de ouvi-los e saber se podemos aprovar esses três blocos. Inicialmente, ouviremos a Ministra Tereza Campello; as outras áreas, partindo do foco educação, longevidade e renda, trabalho e renda, empreendimento e, por último, o bloco das visitações, quando a Comissão poderá ouvir os setores nos Estados. Nos Estados, certamente ha áreas do Governo estadual, dos Municípios que trabalham com o Brasil Sem Miséria e poderemos selecionar, em cada roteiro de visita, situações específicas positivas e problemáticas, para que a Comissão possa ajudar o Brasil nessa direção.

Podemos combinar? A Senadora Angela tem alguma sugestão?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Senador Wellington, Presidente da Subcomissão, eu gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa.

É certamente de fundamental importância trazer a Ministra Tereza Campello a esta Subcomissão, para aqui discutir o Plano Brasil Sem Miséria.

Da forma como o senhor está propondo, poderemos detectar as experiências exitosas e as não exitosas em relação, por exemplo, Senador, ao busca ativa, em que o Governo Federal, em parceria com os Municípios, procura identificar aquele cidadão que precisa ser amparado pelo poder público, aquele que está alijado, fora do processo de proteção que a Presidenta Dilma quer implantar para atender aquelas pessoas, aquelas famílias que não recebem nenhum benefício do poder público e que estão em condição de vulnerabilidade social.

Então, considero de fundamental importância, porque, dessa forma, estaremos analisando essas experiências nos Estados. É óbvio que também queremos trazer as dificuldades na implantação do Brasil Sem Miséria na região Norte, porque, devido às grandes distâncias, o poder público tem dificuldade de localizar aquele cidadão que está no campo, afastado, isolado nas vicinais, assim como as comunidades indígenas.

Há resistência das comunidades indígenas a alguns programas, por falta de conhecimento, e é preciso que o poder público, o Governo e os Municípios estejam preparados, suas equipes que atuam na área social do Brasil Sem Miséria estejam preparadas para sensibilizá-los, para que eles sejam incluídos, porque há um empobrecimento das comunidades indígenas no Estado de Roraima e, acredito, em outros Estados da região Norte.

Então, acho muito importante a iniciativa de V. Exª de trazer para o debate, aqui nesta Subcomissão de Combate à Pobreza, a Ministra, para que possamos discutir e dar a nossa contribuição. O Congresso Nacional, o Senado Federal, possam ajudar, para que esse programa leve, de fato, o benefício a quem precisa.

Nós, que andamos muito pelo Estado, na base, sabe da importância de ter uma equipe mais comprometida, Senador, para ir buscar o cidadão que está vulnerabilizado. Quero parabenizá-lo. Conte com o nosso empenho, nosso apoio para que esse projeto possa ser exitoso, porque é disso que precisamos. Temos dezesseis milhões de brasileiros que estão na extrema pobreza. Então, esse projeto vai contribuir, sem dúvida nenhuma, para diminuir a situação de extrema pobreza dessas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Agradeço aqui a contribuição de V. Exª. Já acatamos, porque consideramos importante, alguns aspectos que V. Exª levanta. Temos situações específicas, como no caso das populações indígenas. Se não houver uma equipe que domine um amplo conhecimento, certamente muitas regras do programa vão se chocar com o aspecto cultural, com as tradições, enfim. E isso vai causar problemas. Por exemplo, em relação à educação, deve-se ter uma educação contextualizada na cultura indígena. Na saúde, para dar outro exemplo, é preciso que se tenha o respeito e o conhecimento daquilo que as populações indígenas acumulam ao longo do período. Cito isso apenas como um exemplo.

Então, vejam só: a ideia é de já fazermos um convite à Ministra. Creio que, nessa vinda da Ministra, devemos convidar os secretários estaduais que atuam

nessa área, e municipais. E, a partir dessa primeira audiência, queremos que os Senadores apresentem seus requerimentos com sugestões de audiências em que possamos ouvir a área da educação e áreas vinculadas à educação. Primeiramente, o Ministério e, em seguida, vamos ver. Há outros: Pronatec, Instituto Federal, Programa Brasil Alfabetizado, enfim, há vários outros específicos que, creio, podemos ouvir mais separadamente. E temos, dentro da linha da expectativa de vida – o Ministério da Saúde é que coordena –, outras áreas como o Ministério das Cidades, a Funasa, um conjunto de outras áreas que podemos ouvir. E o tema da renda também envolve vários Ministérios:o Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Desenvolvimento Econômico, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Integração, cujo papel acho que é fundamental, os bancos, que também têm suas linhas de crédito voltadas para a renda. Ou seja, vamos ouvir esses setores. Podemos trabalhar assim?

Muito bem.

A SRª. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de incluir aí o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que desenvolve um trabalho de educação para as mulheres no campo, que é muito interessante, porque a mulher com boa escolaridade, sem dúvida nenhuma, tem mais possibilidade de sair da condição de extrema pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Maravilha.

Então, eu queria apresentar aqui este roteiro: vamos ouvir primeiro a Ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello. Juntamente com essa audiência, convidaremos as representações dos Estados e dos Municípios, para termos a presença das diversas regiões do País. Aproveitaremos, então, essa agenda para fazermos uma agenda de trabalho de visitações. Na outra área, educação, teríamos o Ministério da Educação. Vamos ouvir, em seguida, de forma detalhada, cada uma das outras áreas. Há também a área da longevidade, em que vamos ouvir o Ministério da Saúde: o próprio Ministro ou alguém que possa representá-lo sobre o plano do Ministério em relação à expectativa de vida, com seus programas diversos.

Há o Programa Água para Todos, que envolve o Ministério das Cidades, envolve Funasa, enfim, Dnocs e outros departamentos do Ministério da Integração, da Saúde e das Cidades. Há a área da renda, acerca da qual vamos ouvir o Ministério do Trabalho, do Desenvolvimento Agrário, da Integração, Ministério da Indústria e Desenvolvimento Econômico.

Em votação.

Os que são favoráveis a esse encaminhamento permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado esse roteiro de trabalho.

Vou estar aqui, com a equipe, trabalhando, para termos a formalização e, assim, possamos encaminhar.

Eu queria apenas dar mais uma sugestão: precisamos ver com a Mesa Diretora do Senado uma pessoa da área técnica que possa acompanhar os trabalhos da Subcomissão no sentido de nos ajudar a formatar o relatório. Seria um consultor.

Considero aprovada a presença de um consultor.

Agradecendo a confiança e presença de todos, declaro encerrados os trabalhos.

(Iniciada às 10 horas e 01 minuto, a reunião é encerrada às 10 horas e 18 minutos.)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

ATA DA 1ª REUNIÃO E INSTALAÇÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, CONVOCADA PARA O DIA 19 DE MAIO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 9:00 HORAS.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia dezenove de maio de dois mil e onze, na sala dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador **(Paulo Paim)**, reúne-se a Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso. Assinam o livro de presença os seguintes Senhores Senadores: **Marinor Brito, Ana Rita, Lídice da Mata e Ataídes de Oliveira**. Deixam de comparecer os demais membros da Subcomissão. A presente reunião tem como objetivo a **Instalação da Subcomissão, Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão**. Os Senhores Senadores são convidados a votar, em cédulas, rubricadas pelo Presidente, e depois depositá-las na urna. Votam os Senadores e Senadoras Marinor Brito, Ana Rita, Ataídes de Oliveira e Lídice da Mata, sendo o voto da Senadora Lídice da Mata não computado visto ter ultrapassado o numero regimental de votos do Bloco Parlamentar a que pertence. Após a votação o Senhor Presidente convida o Senhor Senador Ataídes de Oliveira e Ana Rita para proceder a escrutinação. O Senhor Presidente proclama o resultado: são eleitos por unanimidade a Senadora Marinor Brito, como Presidente e o Senador Marcelo Crivella, como Vice-Presidente. Às nove horas e cinquenta minutos o Senhor Presidente passa a Presidência a Senadora Marinor Brito, presidenta eleita que faz seu pronunciamento de posse. Fazem uso da palavra os seguintes

Senhores Senadores: Paulo Paim, Ataídes de Oliveira, Ana Rita e Marinor Brito. Conclusa a instalação da comissão e eleição da Presidenta e Vice-Presidente, encerra-se a reunião, às dez horas e três minutos, lavrando eu, ***Altair Gonçalves Soares***, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senadora **Marinor Brito,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Retomamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a primeira Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião tem como pauta a eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão para o biênio 2011/2012, a qual possui os seguintes membros:

Pelo Bloco de Apoio ao Governo. Titulares: Senadora Marinor Brito, Senador Marcelo Crivella. Suplentes: Senadora Ana Rita e Vicentinho Alves.

Pelo Bloco Parlamentar PV/PMDB/PP/PMN/PSC. Titulares: Senador Eduardo Amorim e Paulo Davim. Suplentes: Senador Garibaldi Alves e Wilson Santiago.

Foi registrada, até o presente momento, a seguinte chapa: Presidente: Senadora Marinor Brito; Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella. (*Pausa*.)

A Senadora Lídice da Mata, Vice-Presidente, está indicando neste momento agora.

Então, Titulares pelo Bloco: Senadora Marinor Brito, Senador Marcelo Crivella, Senadora Ana Rita e Senadora Lídice da Mata.

O.k.? Já li os outros nomes aqui.

Sobre a Mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores e Senadoras as cédulas para votação, devidamente rubricadas por esta Presidência.

Como há consenso quanto aos nomes dos candidatos, podemos iniciar a votação.

A Presidência esclarece ainda que, sendo a votação secreta, não haveria encaminhamento de votação, nem declaração de voto.

Será procedida a chamada nominal.

Senadora Marinor Brito, para votar.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Senador Paim, na suplência, consta também o meu nome, que o Presidente não disse, e me sinto honrado em poder participar também desta Subcomissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Ataídes está correto.

Houve um erro aqui na hora de bater o documento que me passaram, mas V. Exª foi indicado por mim como membro desta Comissão. Portanto, V. Exª também está convidado a votar.

Senadora Marinor Brito. (*Pausa*).

Senadora Ana Rita. (*Pausa*)

Já vamos chamando a Senadora Lídice da Mata e o Senador Ataídes Oliveira (*Pausa*.).

O Senador Ataídes Oliveira está aqui como titular, inclusive.

Lembro a todos que é a Senadora Marinor Brito como Presidenta e o Senador Marcelo Crivella como Vice. (*Pausa*.)

Foram chamados a votar a Senadora Lídice da Mata, que já está votando, o Senador Ataides de Oliveira, que também já está votando; a Senadora Marinor Brito também já votou; e a Senadora Ana Rita.

Convido a Senadora Ana Rita, junto com o Senador Ataídes Oliveira, para que façam o escrutínio dos votos. (*Pausa*.).

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, por unanimidade. Não houve nenhum voto contrário. Para Presidente, Senadora Marinor Brito; e, para Vice-Presidente, Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! (*Palmas*.)

Está anunciado já. Então, a partir deste momento, com o anúncio feito pela nobre Senadora Vice-Presidente desta Comissão, Ana Rita, eu, com muito alegria, passo a palavra à Presidente da Subcomissão Permanente dos Direitos da Criança, do Adolescente, do Jovem e dos Idosos para que faça o seu pronunciamento.

Informo que o Senador Marcelo Crivella pediu muito para ser Vice desta Subcomissão. E é porque ele não se encontra no momento na Casa que ele não está aqui.

Então, V. Exª fala em nome da Subcomissão. Está com a palavra.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Bom dia a todos e a todas! Queria, em primeiro lugar, agradecer ao Senador Paim pela indicação do meu nome para a Subcomissão; queria agradecer também ao Bloco do Governo, que me possibilitou integrar a Comissão em função da proporcionalidade. Isto tem acontecido, de um partido ou um bloco indicar outros parlamentares para fazerem parte de comissões. E eu queria, nesta oportunidade, agradecer a minha indicação. Queria agradecer aos Senadores e às Senadoras desta Comissão, embora alguns não estejam presentes aqui, mas, em vários momentos durante esse período, recebi a declaração por parte de todos os partidos do Senado Federal de como eles receberam a minha indicação, a partir do Senador Paim. E me disseram – inclusive, no dia de ontem, no plenário, quando eu fiz

um pronunciamento sobre o Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – que todos achavam muito importante que o nosso trabalho pudesse ser desenvolvido nesta Subcomissão, em defesa dos direitos das crianças, dos adolescentes, da juventude e dos idosos, porque esta Subcomissão não é apenas a Subcomissão dos direitos da criança e do adolescente, mas envolve as categorias dos jovens e idosos também.

Eu queria dizer a vocês que é uma honra para mim assumir neste momento tão conturbado da vida política do País, quando os índices nacionais de violação de direitos humanos de crianças, de adolescentes, da nossa juventude, de idosos marcam profundamente o sentimento das pessoas de bem deste País.

Ao mesmo tempo em que é uma honra, Senador Paim, é um desafio. Como se trata de um desafio, ele não poderá ser enfrentado se isso não for feito coletivamente. E, aí, espero contar com todos os integrantes desta Comissão, a despeito das diferenças políticas, das posições partidárias: o Senador Marcelo Crivella; o Senador Eduardo Amorim; o Senador Paulo Paim, que é um militante ativo da Comissão de Direitos Humanos, o nosso eterno Presidente; o Senador Ataídes Oliveira; a Senadora Ana Rita; a Senadora Lídice da Mata; o Senador Garibaldi Alves; o Senador Wilson Santiago; e o Senador Cyro Miranda.

Nós vamos encontrar um mecanismo de mobilizá-los, de sensibilizá-los para a causa, porque não só os debates precisam acontecer aqui, no Senado Federal, não só a revisão da legislação precisa ser feita, mas, sobretudo, a cobrança das políticas públicas na promoção da infância e da adolescência, na promoção do direito de cidadania das pessoas idosas, porque não há muito tempo, Senador Paim, para esperar que essa cidadania aconteça, para poder ouvir a sociedade brasileira.

Espero que os militantes dos direitos humanos, as ONGs que atuam nessas causas, os servidores públicos deste País, os religiosos de todos os credos, os conselheiros tutelares, políticos e cidadãos que dedicam parte significativa de suas vidas em defesa da proteção das crianças e adolescentes, da juventude e dos idosos possam interagir com a nossa Comissão, possam demandar a nossa Subcomissão para que realizemos um trabalho dando conta, Senador, de alimentar outras iniciativas do Legislativo brasileiro, do Congresso Nacional. Como a CPI do Tráfico Humano, que está em curso nesta Casa, que trata da comercialização de muitas crianças, de muitos adolescentes, de uma juventude, sobretudo mulheres e jovens, do nosso País, que têm sido levados para fora como mercadoria para fins de exploração sexual comercial.

Então, nós precisamos fazer com que esta Subcomissão interaja com os debates que ocorrem aqui, no Senado Federal, na Câmara Federal e nas outras casas legislativas do País, porque não é possível que tantos recursos sejam direcionados para o Poder Legislativo neste País, e o Poder Legislativo não se mova no sentido sequer de dar conta de fiscalizar as políticas públicas, as políticas sociais, na perspectiva de enfrentar a violação de direitos humanos por que passam esses setores.

Então, queria aqui deixar a minha mais inteira disposição, a integralidade da minha disposição de militante, de Senadora da República, de mulher socialista, do meu partido, o Partido Socialismo e Liberdade, que aqui, nesta Comissão, tem dois representantes: eu e o Senador Randolfe, que, neste momento, integra esta reunião. Também coloco à disposição o nosso partido para que, a partir de hoje, a Subcomissão Permanente da Infância, da Adolescência, da Juventude e das Pessoas Idosas possa ajudar a alterar esse quadro de opressão, esse quadro de violação de direitos, esse quadro de marginalização desse setores no nosso País. Interagir com a Comissão de Educação, com a Comissão de Cultura, com a Comissão de Esportes, com as comissões desta Casa, na perspectiva de pensarmos juntos um novo rumo, um rumo de felicidade, de amor, de solidariedade e de fraternidade para esses segmentos.

Muito obrigada a todos os Senadores e as Senadoras. Muito obrigada, Senador Paim. Obrigada ao meu País e ao povo do Pará, que me conduziu a esta Casa e que me dá esta oportunidade, este privilégio de estar, neste momento, presidindo esta Subcomissão.

Um bom-dia a todos e a todas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senadora Marinor Brito, pelo seu pronunciamento. Nós todos temos certeza absoluta de que V. Exª e todos os membros desta Subcomissão farão um trabalho de orgulho – diria – não só para o Congresso, para o Brasil, mas a todos os militantes dos direitos humanos no mundo.

Neste momento, para discutir, para colocar o seu ponto de vista, abro a palavra. A Senadora Ana Rita já havia pedido. Em seguida, passo ao Senador Ataídes Oliveira.

Só para registrar, estão aqui conosco o Senador Ataídes Oliveira; a Senadora Marinor Brito; a Senadora Ana Rita; a Senadora Lídice da Mata, que saiu neste momento; o Senador Cristovam Buarque, que esteve aqui, assinou, deu o seu ponto de vista de total apoio; e, aqui conosco agora, o Senador Randolfe Rodrigues, Líder do PSOL.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Sr. Presidente, eu gostaria aqui de parabenizar a Senadora Marinor pela disposição, juntamente com os demais Senadores e Senadoras, de encaminhar esta Subcomissão, que vai discutir toda questão da violência contra criança e adolescente.

Quero aqui retomar – porque, no dia de ontem, conforme o nosso Presidente já se manifestou, vários Senadores e Senadoras se pronunciaram no plenário do Senado, e eu, inclusive, tive a oportunidade de falar um pouco –o tema do dia 18 de maio, que, para nós, que somos do Espírito Santo, somos capixabas, é uma data muito forte. Isso porque o dia 18 de maio, quando hoje comemoramos o Dia Nacional de Luta contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, foi instituído em função da morte, do assassinato, na verdade, de uma criança chamada Araceli, que marcou, de forma muito triste, a história do Espírito Santo, porque era uma criança que tivemos a oportunidade de conhecer depois de morta.

Eu ainda era muito jovem e me lembro de sua mãe, desesperada, indo de igreja a igreja, procurando espaço nas celebrações, manifestando-se desesperadamente à procura de sua filha, que até aquele momento ainda não havia sido encontrada. A menina havia desaparecido e, depois de vários dias, foi encontrada carbonizada. Na verdade, a menina Araceli, de apenas oito anos, foi raptada, drogada, estuprada, morta e carbonizada por jovens da classe média alta da cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo. Esses jovens, conhecidos da sociedade capixaba, infelizmente, não foram punidos até hoje. O crime prescreveu e não foram punidos. Assim, foi instituída essa data em âmbito nacional e, todos os anos, na semana do dia 18 de maio, fazem-se em todo o País, particularmente no Estado do Espírito Santo, na cidade de Vitória, manifestações populares contra o abuso, a exploração e o assassinato de crianças e adolescentes.

Quero só lembrar alguns dados que o próprio Senador Paim também nos trouxe nesta manhã de hoje: de acordo com o Disque 100 – dados do Governo Federal –, de 2003 até 2010, foram dois milhões de atendimentos feitos com relação a crianças que foram abusadas sexualmente ou que sofreram algum tipo de violência.

Quero destacar aqui a importância do Disque 100 para que possamos, de fato, conhecer esses números e ter políticas que possam evitar que fatos como esse aconteçam.

Há um dado que me chama muito a atenção: de cada dez crianças que sofrem abuso sexual, quatro são vítimas de abuso feito pelo próprio pai. Então, esse é um problema muito sério. A criança, hoje, é abusada sexualmente dentro da sua própria casa. A que ponto nós chegamos!

E não é um fenômeno novo, não é, Senadora? Infelizmente, está aumentado. Eu não sei se os dados estão aumentando de fato ou se o Disque 100 nos possibilita tomar conhecimento desses números. Mas, na verdade, são números alarmantes, números que não podem continuar crescendo. É preciso ter ação efetiva por parte do Estado, através de suas mais variadas instituições, para que a gente possa inibir, coibir e punir os responsáveis por esses atos. Nós não podemos permitir que situações como o caso de Araceli, que prescreveu sem que houvesse uma punição para os responsáveis, e outros casos que a gente sabe que acontecem todos os dias, em todas as cidades brasileiras, das mais variadas formas, possam continuar acontecendo.

Acredito, Senadora Marinor, que esta Subcomissão que ora estamos instituindo pode cumprir, de fato, um papel de fazer esse debate e que podemos, a partir do debate, ter ações concretas que possam inibir, que possam enfrentar de fato, que possam erradicar, vamos dizer assim, esse tipo de violência contra crianças e adolescentes. São dados que nos entristecem, que nos deixam indignados. E podemos, como legisladores, contribuir para que, de fato, a legislação seja cumprida e seja respeitada. Se for necessário, que possamos, inclusive, qualificar e aperfeiçoar as atuais leis que existem no nosso País.

Então, era isso que eu gostaria de dizer, Senadora. Parabenizo V. Exª por ter, junto conosco, essa disposição de presidir esta Subcomissão.

A SRª PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Obrigada, Senadora Ana Rita. Estou mesmo contando com o empenho de V. Exª e sei que vai ser muito importante para o andamento dos nossos trabalhos.

Eu quero passar a palavra ao Senador Ataídes Oliveira.

Fique à vontade, Senador.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Senadora Marinor, hoje a nossa querida Presidente da nossa Subcomissão Permanente, quero só fazer uma ligeira colocação.

Estamos aqui falando da criança, do adolescente e da nossa juventude. Aqui, nós estamos, então, falando do nosso presente e do nosso futuro. Não podemos esquecer os nossos idosos, que estão na ativa ou inativos. Evidentemente, é uma preocupação imensa. Não tenho dúvida de que a senhora fará um belíssimo trabalho.

Agora, a minha preocupação, Senadora – e estou muito preocupado –, é com o futuro dessa nova geração, principalmente em se falando do nosso querido Estado

do Tocantins, onde vejo que o *crack* e a fome poderão ser um grande entrave para o futuro do nosso jovem, da nossa criança, do nosso adolescente, da nossa juventude.

Eu acho que são tantas as coisas em que vamos ter de ficar de olhos abertos e estar à frente, mas o *crack*, para mim, hoje é um dos grandes desafios que vamos ter de combater. Só isso, Senadora.

Muito obrigado.

O SR. RODOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – A palavra, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – Obrigada, Senador.

Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues, do PSOL do Amapá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Presidente, só quero cumprimentá-la por ascender à Presidência da Subcomissão, Subcomissão que vai cuidar de um tema fundamental para o Brasil. Aliás, é abrangente o papel desta importante Subcomissão, Senadora Ana Rita. Vamos tratar nela das questões relativas à criança, aos adolescentes, à juventude e ao idoso. Durante algum tempo, esse conjunto de setores era tratado como minorias. Hoje, são, de fato e efetivamente, maiorias, que têm um conjunto de direitos sempre desrespeitados.

É por isso que, no ordenamento jurídico brasileiro, nós consagramos uma legislação protetora desses segmentos, em que pese o constante desrespeito. É por isso que temos no ordenamento jurídico brasileiro o Estatuto da Criança e do Adolescente, que parte do princípio de que a criança e o adolescente são a parte hipossuficiente, são a parte frágil nas relações da sociedade e que devem ser protegidos. É por isso que o Senador Paulo Paim empreendeu uma luta no Parlamento brasileiro, ao longo do seu tempo aqui – uma das inúmeras lutas que Paim teve neste Parlamento e que nos orgulha por estarmos aqui ao lado dele –, foi a consagração e a conquista do Estatuto do Idoso, que é também o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, de que o idoso é parte hipossuficiente nas relações sociais, nas relações da sociedade brasileira.

Portanto, Senadora, é um orgulho para nós, do PSOL, a senhora assumir a Presidência desta Subcomissão e são uma necessidade para o Brasil as atividades que esta Subcomissão virá a desempenhar aqui, no Senado da República.

Lamentavelmente, nós temos uma consagração – e aí é avançadíssimo o nosso ordenamento jurídico – do reconhecimento das partes hipossuficientes. Nós somos um dos poucos Estados Nacionais do mundo que tem uma legislação de proteção à criança e ao adolescente, que é uma das mais avançadas do mundo. Nós somos um dos poucos Estados do mundo que tem uma legislação de proteção ao idoso e temos o reconhecimento por isso. Nós somos uma das poucas Nações do mundo – e agora vou tangenciar um pouco o tema – que tem uma legislação de proteção ao consumidor. Ou seja, nós consagramos nesse conjunto de matérias, nesse conjunto de leis presentes no nosso ordenamento jurídico os chamados direitos humanos de terceira geração, que reconhecem a hipossuficiência de consumidores, de crianças, de adolescentes e de idosos. Mas, embora reconheçamos que são partes hipossuficientes, nem sempre os respeitamos.

Ontem, permitam-me assim dizer, foi dia de reconhecer o consumidor como parte hipossuficiente, ao aprovar o PLV do chamado cadastro positivo, que, na prática, impõe um segundo cadastro para acesso ao crédito, o que dificultará o acesso ao crédito dos mais fracos, dos consumidores. No meu entender, foi um claro desrespeito a uma legislação que reconhece uma parte hipossuficiente, que é o Código de Defesa do Consumidor.

Mas, deixando à parte, é um dever do Estado brasileiro consagrar o que já avançou na legislação na proteção das relações sociais daqueles setores sociais reconhecidamente mais frágeis e mais vulneráveis, para que nós tenhamos de fato aqui, na mais alta Casa legislativa do País, um espaço para o debate, um espaço de enfrentamento de atrocidades, Senadora Ana Rita, como a que aconteceu com Araceli.

Então, cumprimento e saúdo a CDH e a nossa Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marinor Brito. PSOL – PA) – É óbvio, Senadora Ana Rita, e os dados nos mostram, que o aumento da violência é grande. Existe também o aumento – e a gente tem estimulado, através dos fóruns, das ONGs, dos movimentos sociais – das denúncias de violação de direitos, mas a ausência do Estado em muitas regiões do País, a ausência de políticas públicas, a desestruturação e, às vezes, a ausência das redes de proteção é que têm sido responsáveis.

Como falou o Senador Randolfe, nós temos uma legislação muito avançada. Nós vamos aqui atuar firmemente na promoção da defesa e da responsabilização prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como vamos ter como parâmetro, como referência, o Estatuto do Idoso. Nesses dois, e mais no Estatuto da Igualdade Racial, sem dúvida alguma, o Senador Paim teve um papel fundamental, estruturante, digamos assim, nesse debate aqui, na Comissão de Direitos Humanos, com os movimentos sociais, e na aprovação dessa legislação que é avançada, mas que ainda tem lacunas e que, mais do que revisá-las, nós precisamos fazer com que elas sejam cumpridas, fazer com que elas sejam respeitadas.

Então, este vai ser o nosso tripé de trabalho aqui, na Comissão de Direitos Humanos, e aqui, na Subcomissão dos Direitos da Infância, da Adolescência, da Juventude e dos Idosos: o ECA, o Estatuto do Idoso e o Estatuto da Igualdade Racial.

Com isso, eu queria, mais uma vez, agradecer a todos e a todas e encerrar esta etapa da eleição na Subcomissão, em que acabei de ser eleita e empossada Presidente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, e passo a direção dos trabalhos ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Senador Paulo Paim.

Muito obrigada.

(Levanta-se a reunião às 10 horas.)

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 08 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às oito horas e trinta minutos do dia treze de setembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Cristovam Buarque**, **Antonio Carlos Valadares**, **Jarbas Vasconcelos**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Paulo Bauer**, **Cidinho Santos**, **Jorge Viana**, **Ana Amélia**, **Tomás Correia, Cyro Miranda** e **Mozarildo Cavalcanti**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 38ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos Comunicados da Presidência. É realizada leitura de Requerimento de autoria dos Senadores **Luiz Henrique** e **Anibal Diniz**, que solicitam realização de Audiência Pública para melhor conhecimento dos projetos estratégicos e estruturantes da Força Aérea Brasileira. Subscrevem o Requerimento os Senadores **Cyro Miranda** e **Eduardo Suplicy**. É apresentado novo membro da Comissão, o Senador **Cidinho Santos**. O Presidente designa o Senador membro titular da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, da Subcomissão Permanente de Proteção dos Cidadãos Brasileiros no Exterior, e membro suplente da Subcomissão Permanente de Monitoramento e Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 e Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Tem início a apreciação da Pauta. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 48, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que "*submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Níger".* Relator: Senador **Eduardo Suplicy**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº1, de 2011-CRE. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 70, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia".* Relator *ad hoc*: Senador **Tomás Correia**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº1, de 2011-CRE. O Presidente consulta o Plenário sobre a inclusão da Mensagem (SF) nº 69, de 2012. Aprovada. **Item extraordinário 5 – Mensagem (SF) nº 69, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa".* Relator *ad hoc*: Senador **Cyro Miranda**. Resultado: lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº1, de 2011-CRE. **Item 3 – Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *"aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias, estabelecida em Viena, em 11 de abril de 1980, no âmbito da Comissão das Nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional".* Relator *ad hoc*: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Resultado: aprovado. **Item 4 – Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *"aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial, assinado em Pequim, em 19 de maio de 2009".* Relator *ad hoc*: Senador **Jarbas Vasconcelos**. Resultado: aprovado. Faz uso da palavra o Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Presidente solicita distribuição do Anteprojeto apresentado pelo Senador **Mozarildo Cavalcanti**, como Presidente da

CREPAFF, e inclusão do mesmo na pauta da reunião seguinte. O Presidente consulta o Plenário sobre a inclusão, como item extraordinário, do Requerimento de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**. Aprovado. **Item extraordinário 6 – Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 33, de 2012**, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, que diz "*requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, seja inserido em ata Voto de Pesar pelas trágicas mortes do Embaixador dos EUA na Líbia, Sr. Jay Christopher Stevens, e de outros três funcionários da embaixada norte-americana, ocorridas em ataque de milícias islâmicas radicais contra instalações daquela missão diplomática na cidade de Benghazi.*" O Presidente submente ao Plenário Despacho *Ad Referendum do Requerimento nº 769, de 2012.* Aprovado. Faz uso da palavra o Senador **Eduardo Suplicy** e o Senador **Tomás Correia**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e quarenta e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Gostaria de informar às senhoras e aos senhores que as reuniões da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional regularmente são realizadas às quintas-feiras, às 10 horas da manhã. Excepcionalmente hoje, em função do esforço concentrado e da determinação de S. Exª o Presidente do Senado da República, Senador José Sarney, ter determinado sessão deliberativa a partir das 9h30 de hoje, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional achou por bem antecipar o seu horário, para que pudéssemos realizar a reunião, porque, de acordo com o nosso Regimento, nenhuma comissão temática desta Casa pode funcionar concomitantemente com as sessões plenárias do Senado da República.

Comunicados.

Documentos recebidos pela Presidência da Comissão de Relações Exteriores.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 1.098, do TCU, de autoria do Sr. Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União.

Ele encaminha cópia do acórdão, num dos autos do Processo nº TC– 008.091/2009-5, que tem por finalidade verificação da existência de supostas irregularidades na aprovação, subvenção econômica, pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), à empresa Omnisys Engenharia Ltda.

Essa empresa trabalha com desenvolvimento de transmissores em estado sólido para sistemas de radares de rota de controle aéreo, cujo financiamento já teria sido feito pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), em razão do contrato mantido com a sócia majoritária daquela companhia, a empresa francesa Thales Air Systems.

Do Ministério das Relações Exteriores recebemos os seguintes informes:

Entre 27 de agosto e 4 de setembro, uma comitiva de 12 bispos e arcebispos da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) visitou a região da Amazônia, juntamente com militares, para conhecer a situação das dioceses no norte do País.

Por onde passava, a equipe celebrava missas e encontros pastorais. A comitiva passou pelas cidades amazônicas de Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Tefé e Tabatinga; além da Serra do Cachimbo, no Pará; Boa Vista, em Roraima; e Porto Velho, em Rondônia.

A viagem foi organizada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa, chefiado por S. Exª o Sr. General De Nardi.

A Marinha, o Exército e a Aeronáutica assinaram, nesta última 2ª feira, o projeto de prevenção à Aids e doenças sexualmente transmissíveis nas Forças Armadas. É o que consta do Acordo de Cooperação entre o Departamento de Saúde e Assistência Social do Ministério da Defesa e a Cicatelli do Brasil, instituição parceira do programa.

A partir da data da assinatura até 2015, 18 organizações militares, situadas em Brasília, Recife e Porto Alegre, serão beneficiadas, totalizando, assim, o público de abrangência das ações de aproximadamente 50 mil militares.

Do Ministro das Relações Exteriores esta Comissão recebeu o seguinte ofício. Diz S. Exª o Sr. Chefe da Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares, Embaixador Pedro Henrique Lopes Borio, tratando de declarações do Sr. Federico Franco, Presidente do Paraguai.

Sr. Presidente, faço referência à solicitação feita por V. Exª, em 9 de agosto último, durante sessão da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal, referente a declarações dadas pelo

Sr. Federico Franco, que, em 08 de agosto último, teria afirmado à imprensa que o Paraguai não mais deveria "ceder" ao Brasil o excedente da energia produzida na Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu.

A esse respeito, recordo que o Tratado de Itaipu, celebrado entre o Brasil e o Paraguai, estabelece que a energia produzida pela Hidrelétrica Binacional deve ser dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles a energia não utilizada pela outra parte.

Nesse sentido, o Paraguai não "cede" energia gratuitamente ao Brasil. Trata-se de operação de compra e venda, cujo preço é fixado em comum acordo entre as partes.

Cabe salientar que, em maio do ano passado, o preço de compra e venda da energia excedente de Itaipu foi triplicado.

Em decorrência do art. 13 do Tratado de Itaipu, a única forma de o Paraguai deixar de vender ao Brasil energia excedente da Hidrelétrica Binacional seria por meio da ampliação interna do consumo energético por parte do Paraguai, o que poderia ser alcançado, por exemplo, pela instalação de novas indústrias e pelo desenvolvimento daqueles ou daquelas atualmente existentes no País.

Permaneço juntamente com a minha assessoria à disposição de V. Exª.

Essa, então, é a resposta que o Itamaraty, por intermédio do Sr. Embaixador Pedro Henrique Lopes Borio, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares daquele Ministério, encaminha a esta Comissão, com base nas solicitações formuladas por diversos Senadores, logo após a declaração de S. Exª o Presidente Federico Franco, do Paraguai.

Nota também do Ministério das Relações Exteriores, que trata do ataque contra representações diplomáticas dos Estados Unidos da América:

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, dos ataques contra representações diplomáticas, dentre os quais o atentado que ocasionou o falecimento do Embaixador dos Estados Unidos na Líbia, Christopher Stevens, e de outros três funcionários diplomáticos.

O Brasil repudia veementemente os ataques e recorda a obrigação de todos os países de observar o princípio da inviolabilidade das representações diplomáticas e consulares, como determinado pela Convenção de Viena sobre relações diplomáticas e sobre relações consulares, de 1961 e 1963, respectivamente.

O Governo brasileiro transmite às famílias dos diplomatas falecidos e ao povo e governo dos Estados Unidos da América sua solidariedade e condolências pela morte de funcionários a serviço de seu país.

Essa é a nota que foi distribuída à imprensa pelo Ministério das Relações Exteriores.

Passamos, agora, à leitura dos comunicados, começando por esse assunto, que foi alvo da nota à imprensa, distribuída pelo Itamaraty e pelo evento que lamentavelmente nos consternou a todos, ocorrido na Líbia.

A morte do Embaixador norte-americano Christopher Stevens, na Líbia, vítima de violentas manifestações contra filme de diretor americano de origem judia, que constitui blasfêmia, aos olhos islâmicos, deve ser visto contra o pano de fundo mais amplo de crescente revolta no mundo islâmico em relação a atitudes ocidentais, principalmente dos Estados Unidos, consideradas como indo além do combate ao terrorismo.

As intervenções das potências da Otan no Iraque, no Afeganistão e nos países envolvidos na Primavera Árabe recrudesceram sentimentos antiocidentais que têm origens históricas mais profundas, mas que são reavivadas de tempos em tempos. São alguns exemplos a invasão e a reconquista da Península Ibérica nas Cruzadas, a fundação do Estado de Israel e a questão palestina, a colonização ocidental de países muçulmanos e os movimentos de descolonização no pós-Segunda Guerra Mundial. Mais recentemente, o Onze de Setembro, a cruzada antiterrorismo e a morte de Bin Laden dão guarida ao sentimento de incompatibilidade de bastante diversos.

Na Líbia, a derrubada de Kadafi, possibilitada pela intervenção da Aliança Atlântica, liderada pelo Reino Unido e pela França, com decisivo apoio americano, deixou um vácuo de poder nacional, e o país, ainda hoje está dividido em territórios controlados por vários grupos de milicianos, que se submetem apenas nominalmente ao governo central. Não há, assim, a possibilidade de eficaz manutenção da ordem, e a segurança subordina-se a interesses religiosos, econômicos e políticos dos grupos em que se subdivide hoje o Estado líbio.

O sentimento de revolta que ocasionou a manifestação na qual morreu o embaixador e funcionários americanos não encontra barreiras que impeçam a inviolabilidade de um agente diplomático. O consulado em Benghazi e o embaixador eram os símbolos mais tangíveis de forças contrárias ao Islã cristalizadas no ocidente.

É concreta a possibilidade de que a repercussão do fato se espraie. Manifestações contra o filme também ocorreram no Egito, e apenas a atitude moderada dos Estados Unidos – somente a atitude moderada dos Estados Unidos – poderá evitar maiores consequências. O Presidente americano e a Secretária de Estado, ao lamentar a morte do embaixador, procuraram mostrá-la como ato isolado. Disseram que vão reforçar a segurança dos diplomatas norte-americanos e que vão traba-

lhar com o governo líbio para a punição dos culpados. A morte do diplomata deverá colocar a política externa em plano mais destacado na campanha presidencial americana. Os republicanos atacarão o que consideram tibiezas em decisões do Presidente Obama, que ser verá obrigado a declarações e posições mais firmes.

O segundo comunicado refere-se a questões do Paraguai e Colômbia.

As declarações do titular do Itamaraty na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, no último dia 5 de setembro de 2012, repercutiram intensamente no Paraguai. Causou insatisfação a reiteração de que Lugo foi impedido em processo sumariíssimo no qual não teve oportunidade de defesa, afirmação que contrastou com a defesa da democracia venezuelana feita na Comissão.

Também não foi bem recebida a declaração de que a situação do Paraguai está sendo discutida no âmbito da Unasul. O governo paraguaio não considera cabível que a Unasul atue em uma questão para a que não é foro adequado. Os paraguaios consideram que a Unasul e o Mercosul são organizações completamente distintas e não veem nenhum sentido no extravasamento de discussão. Ademais, causou estarrecimento a confissão de que não se sabe como resolver o problema jurídico causado pela decisão do Senado paraguaio de rejeitar a entrada da Venezuela.

O governo do Paraguai considera arbitrária a decisão tomada por Brasil, Argentina e Uruguai, de admitir a Venezuela, aproveitando-se da suspensão do Paraguai e estranha que somente agora se manifeste uma preocupação jurídica. A decisão de aceitar a Venezuela foi um artifício na medida em que a entrada de novo sócio deve ser objeto de aprovação unânime dos sócios originais, segundo o art. 20 do Tratado de Assunção, de 1991, que criou o Bloco.

A entrada da Venezuela quebrou o quadro legal original do Mercosul. Registre-se que se espera, para esta semana, a ratificação, pelo Executivo, da decisão do Senado paraguaio, o que consolidará uma anômala situação jurídica que está se transformando em um grande imbróglio de dificílima solução.

As considerações do Chanceler brasileiro na Comissão de Relações Exteriores da Câmara a respeito da amizade com o Paraguai e a sua importância para a política externa brasileira levaram o jornal *ABC Color* a publicar editorial, no último dia 7 de setembro, sob o título "*La hipocresía brasileña en vivo y en directo*" – eu abro e fecho aspas. O influente periódico reflete um sentimento crescente e que deve ser duradouro de que o país está sendo desconsiderado pelo Brasil.

No que diz respeito à Colômbia, é importante registrar o anúncio público e solene, por parte do Presidente Juan Manuel Santos, das negociações de paz com as Farc, guerrilha de origem marxista que atua naquele país desde 1964. Embora contatos secretos (governo/Farc) estejam se desenvolvendo há aproximadamente dois anos, trata-se agora de negociações oficiais, que começarão em Oslo, no próximo mês de outubro, e continuarão depois em Havana.

Foi acordado um *framework* para as negociações composto dos seguintes pontos principais: não haverá zona de exclusão de hostilidade; não haverá cessar fogo; as negociações serão diretas entre representantes governamentais e guerrilheiros; e previsão de futura incorporação da guerrilha ao processo político normal colombiano.

O anúncio das negociações aumentou, de imediato, a popularidade do Presidente Santos e se realiza em momento no qual a Colômbia vive uma boa fase econômica, fator este que tem dificultado o recrutamento de novos membros para as Farc.

O ex-presidente Álvaro Uribe, que combatei a guerrilha com rigor e de quem Juan Manuel Santos foi ministro da defesa e aliado, tem criticado as negociações, que fortalecerão politicamente o atual mandatário.

As negociações encontram as Farc debilitadas militarmente, com efetivos que não passam de nove mil homens atualmente. Ademais, a organização, que se aliou ao tráfico de drogas na década de 90, sofre com a perda de importantes e históricas lideranças. Em 2008, faleceu Manuel Marulanda, o Tirofijo; em 2010, o lendário Mono Jojoy; em 2011, o stalinista Alfonso Cano. O atual líder, Rodrigo Londoño, o Timochenko, está muito empenhado nas negociações de paz, pois, apesar da vantagem tática de atuar basicamente nas montanhas e na selva, as derrotas militares para as forças governamentais têm sido bastante expressivas.

Desde o começo do *Plan Colombia*, de 2000, que injetou maciça ajuda norte-americana nas forças de segurança colombianas, o combate à guerrilha se tornou mais eficaz, embora as Farc demonstrem grande capacidade de resistência. Voltado para a luta contra a produção e o tráfico de drogas, o *Plan Colombia* propiciou o reequipamento e o treinamento da estrutura militar e policial colombiana.

As negociações com a guerrilha têm como precedentes a iniciativa do Presidente Belisario Betancur, na década de 80, e a do Presidente Andrés Pastrana, na década de 90, quando se criou uma zona desmilitarizada, onde não atuavam as forças de segurança. Esta área de exclusão de Caguán, do tamanho aproximado da Suíça, em que não estava presente o Estado colombiano, mas onde se movimentavam livremente os guerrilheiros, contribuiu para o fortalecimento das Farc. Nas atuais negociações, o governo não pretende

repetir o erro, e um dos aspectos principais do roteiro de negociações já acordado é a não concessão de uma zona desmilitarizada.

Os êxitos militares, tanto no Governo Uribe, quanto no atual governo, têm feito com que a guerrilha, crescentemente acuada, aproxime-se da fronteira brasileira e frequentemente a ultrapasse. Combatentes das Farc se abastecem de alimentos, de remédios e de combustível na região fronteiriça, onde o Exército Brasileiro ainda tem efetivos pequenos e encontra grandes dificuldades logísticas pelas características geográficas da área. São comuns as aproximações da zona lindeira dos chamados patrulhões, compostos de cerca de 80 a 100 guerrilheiros, o que leva o Exército brasileiro a enorme e urgente esforço para reforçar as pequenas unidades de fronteira. Tropas de reforço têm de ser rapidamente aerotransportadas para evitar, pelo efeito dissuasório, que alguma instalação militar brasileira seja tomada pela guerrilha, o que geraria um incidente gravíssimo do ponto de vista diplomático e militar.

Em maio de 2010, a Polícia Federal prendeu um integrante das Farc que operava sofisticado equipamento de rádio em Manaus, o que demonstra o atrevimento da guerrilha e a necessidade de controle mais efeito da Região Amazônica. Por outro lado, essa situação de vulnerabilidade indica que há um claro interesse brasileiro no sucesso das negociações e na pacificação da Colômbia, que deveriam contar com o apoio da nossa diplomacia, como, aliás, vem contando.

Passo à leitura de requerimentos.

O requerimento assinado por S. Exªs os Srs. Senadores Luiz Henrique da Silveira e Anibal Diniz diz:

Requeremos, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a participação dos membros da Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, no dia 8 de novembro do corrente ano, a fim de que sejam apresentados os projetos estratégicos e estruturantes de interesse da Força Aérea Brasileira.

O planejamento estratégico é um processo de formulação de estratégias organizacionais no qual se busca a inserção de uma instituição e de sua missão no ambiente em que ela está atuando. Tal planejamento está relacionado com os objetivos estratégicos de médio e longo prazos que afetam a direção ou a viabilidade da instituição. É preciso que, no processo de planejamento estratégico, todos os planos da instituição sejam elaborados de maneira integrada e articulada.

O Comando da Aeronáutica conduz programas de desenvolvimento de aeronaves e de artefatos militares no campo da tecnologia aeroespacial de interesse do Estado. Tais programas, além de desenvolverem a indústria nacional, geram centenas de empregos diretos de alta qualificação e milhares de postos de trabalho indiretos.

Assim sendo, solicitamos a realização de audiência pública, para melhor conhecermos os projetos estratégicos e estruturantes da Força Aérea Brasileira, que estão em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa e com o Orçamento anual para 2013.

Sugiro que seja convidado para esse debate o Exmo Sr. Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito.

Sala das Comissões.

Assinam o requerimento, como eu já disse, S. Exªs os Srs. Senadores Luiz Henrique da Silveira e Anibal Diniz.

Esse requerimento será colocado na pauta para deliberação na nossa próxima reunião.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra S. Exª o Senador Cyro. Ou é o Senador Eduardo Suplicy? Desculpe-me.

Tem a palavra o Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – É que acabo de subscrever também esse requerimento. Eu queria só avisá-lo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente. Então, esse requerimento tem também a assinatura, como subscritor, do Senador Cyro Miranda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu também gostaria de assiná-lo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pois não. Então, são quatro os Srs. Senadores que assinam esse requerimento que acabo de ler e que será colocado à deliberação de S. Exªs as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores na nossa próxima reunião, respectivamente: Senadores Luiz Henrique da Silveira, Anibal Diniz, Cyro Miranda e Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, com a palavra S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente Fernando Collor, V. Exª, há pouco, assinalou a trágica morte do Embaixador dos Estados Unidos na Líbia. Eu gostaria de propor, talvez V. Exª, de alguma maneira, já o tenha feito, que enviássemos um requerimento de pesar ao governo dos Estados Unidos. E, dada a natureza, que ele inclusive seja apreciado e votado ainda nesta reunião. Se V. Exª estiver de acordo, eu pediria à minha assessoria para ajudar

a assessoria da Secretaria da Comissão para que façamos um requerimento da iniciativa do Presidente Fernando Collor e de todos nós.

Um requerimento de pesar e solidariedade aos Estados Unidos pela forma como ocorreu o ato de revolta. É claro que não concordamos com a maneira como foi feita a crítica à religião dos seguidores do Alcorão, de Maomé, mas essa também não é a maneira de reagir, Sr. Presidente.

Então, é a sugestão que eu formulo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente. A sugestão de S. Exª o Senador Eduardo Suplicy é aceita pela Mesa. E solicito a V. Exª, como V. Exª já sugeriu, que faça chegar à Mesa esse requerimento, que, em seguida, colocarei à deliberação das Srªs e dos Srs. Senadores aqui presentes, para que possamos, caso aprovado, votá-lo ainda nesta reunião.

Continuando, informo às Srªs e aos Srs. Senadores que, tendo sido designado membro desta Comissão pelo Exmo Sr. Senador José Sarney, o Senador Cidinho Santos participará dos trabalhos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em vaga anteriormente ocupada por S. Exª o Senador Blairo Maggi, conforme Ofício do Gabinete da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força nº 081/2012/BLUFOR/SF, de autoria de S. Exª o Senador Gim Argello, Líder do Bloco Parlamentar União e Força.

Aproveito a oportunidade para designar o Exmo Senador Cidinho Santos como membro titular da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira e também da Subcomissão Permanente para a Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, bem como suplente da Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Desejo, em nome dos integrantes desta Comissão, as melhores boas-vindas e todo êxito a S. Exª no exercício de suas funções nesta Comissão.

Passando para a pauta do dia de hoje:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 48, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Arnaldo Caiche D'Oliveira, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Níger.

Autoria: Presidente da República.
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.

Eu gostaria de lembrar a S. Exªs as Srªs e os Srs. Senadores que, neste caso, o Sr. Embaixador Arnaldo Caiche D'Oliveira não necessitará ser sabatinado por esta Comissão porque está sendo indicado para atuar cumulativamente com o cargo que já exerce junto à República do Benin.

Concedo a palavra a S. Exª o Sr. Senador Eduardo Suplicy para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação da Senhora Presidenta da República do Sr. Arnaldo Caiche D'Oliveira, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Níger.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do interessado.

O Sr. Arnaldo Caiche D'Oliveira, filho de Benedicto Narciso D'Oliveira e Linda Caiche D'Oliveira, nasceu em Ribeirão Preto, São Paulo, em 5 de outubro de 1951. Cursou Propaganda e Marketing na Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo (1971) e Geografia na Universidade de São Paulo (1976). Ao concluir o Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco, foi nomeado Terceiro Secretário, em 1980. Promovido a Segundo Secretário, em 1983, passou a Primeiro Secretário, em 1991, a Conselheiro, em 1998, a Ministro de Segunda Classe, em 2005, sempre por merecimento, e a Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial, em 2007.

No âmbito da Secretaria de Estado, atuou na Divisão da África II como assessor, entre 1993 e 1994. Chefiou a Divisão do Oriente Próximo, de 1998 a 2001.

Em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, serviu na Embaixada em Madri, de 1984 a 1987, como Segundo Secretário; de 1995 a 1998, como Primeiro Secretário; e de 2003 a 2004, como Conselheiro. Serviu também na Embaixada em Luanda, de 1998 a 1990; na Embaixada em Assunção, de 1990 a 1993; na Embaixada em La Paz, como Conselheiro; na Embaixada em Porto Príncipe, como Conselheiro, Ministro Conselheiro comissionado e Ministro Conselheiro, de 2004 a 2006; e como Embaixador nas Embaixadas em Lomé (2006-2011) e em Cotonou, onde exerce o cargo desde 2011.

Em 2003, defendeu tese no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco com o título: "Relações Brasil-Israel. Condicionamentos diplomáticos à cooperação bilateral".

Consta, ademais, do processado, informação anexada pelo Itamaraty, sobre a República do Níger. Do documento cabe destacar que aquele país conta com população de cerca de 15,9 milhões de habitantes e Produto Interno Bruto da ordem de U$6,45 milhões, segundo estimativa do FMI de 2011. Seu Índice de Desenvolvimento Humano – IDH é de 0,295.

No que tange ao relacionamento político-diplomático do Brasil com a República do Níger, embora seja este ainda incipiente, uma vez que as relações diplomáticas foram estabelecidas em 1986, tem havido, nos últimos anos, iniciativas de aproximação entre os dois países.

O Níger tem se beneficiado de iniciativas de cooperação brasileira. Técnicos em agricultura nigerianos, por exemplo, têm participado de cursos organizados pela Agência Brasileira de Cooperação. Ademais, o Níger deverá ser um dos países beneficiados pela parceria entre o Brasil e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) para apoiar os esforços da agência na concepção, expansão e melhoramento de programas nacionais de alimentação escolar de qualidade em países em desenvolvimento.

No que diz respeito ao comércio bilateral com o Brasil, em 2011 o Níger importou de nosso país US$ 2,05 milhões.

Segundo o documento encaminhado pelo Itamaraty, não há registro de operações de financiamentos e empréstimos oficiais entre os dois países. Tampouco há registro de brasileiros residentes em Níger.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido de útil no âmbito deste relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy pela apresentação de seu relatório, que coloco agora em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedido vista coletiva nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Passamos agora ao item 2, não terminativo:

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Tomás Correia para, *ad hoc*, fazer a leitura do relatório.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Fernando Collor, mensagem da Senhora Presidenta da República, indicando a Srª Ana Maria Sampaio Fernandes, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia.

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional a Mensagem nº 70, de 2012, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª Ana Maria Sampaio Fernandes, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. (Art. 52, Item IV.)

Atendendo a preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* da interessada. Segundo o referido documento, a Srª Ana Maria Sampaio Fernandes, filha de Octavio José Fernandes e de Maria Apparecida Sampaio Fernandes, nasceu no Rio de Janeiro/RJ, em 24 de fevereiro de 1949.

É formada em Letras, Português e Francês, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1973). Foi nomeada Terceira Secretária, em 1977; promovida a Segunda Secretária, em 1980; a Primeira Secretária, em 1986; a Conselheira, em 1993; e a Ministra de Segunda Classe, em 2004.

No âmbito da Secretaria de Estado, as principais funções que exerceu foram as de Coordenadora-Executiva substituta da Secretaria-Geral de Política Exterior em 1990; Chefe substituta da Divisão de Organismos Econômicos, em 1992; e Chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis, em 2000.

Em representações diplomáticas do Brasil no Exterior, serviu na Missão junto à ONU, em Nova York, de 1983 a 1986; na Embaixada em Santiago, de 1986 a 1990; na Embaixada em Washington, de 1993 a 1997;

na Embaixada em Montevidéu, de 1997 a 2000; na Embaixada em Londres, de 2004 a 2008, e na Embaixada em Nairóbi, como Embaixadora, em 2008.

Em 2001, concluiu o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, com a tese: "Cooperação Fronteiriça. Aspectos Institucionais. Comitês de Fronteira".

Consta ainda do processado informação anexada pelo Itamaraty sobre a República da Namíbia.

Conforme o texto apresentado, as relações diplomáticas entre o Brasil e a República da Namíbia iniciaram-se formalmente em 1990, com a independência daquele país africano. Anteriormente, o Governo brasileiro mantivera contatos com o principal movimento libertador do país – Organização do Povo da África do Sudoeste (Swapo) –, e seu principal líder, Sam Nujoma, realizara visita ao Brasil em 1987.

Desde a sua independência (1990) e a realização de eleições supervisionadas pelas Nações Unidas, o país vive clima de estabilidade e consolidação das instituições democráticas. Digna de nota ainda a circunstância de os sucessivos governos terem investido fortemente na área social, bem como no combate à corrupção. Em ambos os quesitos, o país se destaca em relação ao restante do continente africano. Há, no entanto, problemas relacionados à Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (Aids) e à questão agrária.

Sobre a articulação diplomática bilateral, note-se que a Namíbia, como o Brasil, é membro da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas). Estabelecida em 1986, graças à iniciativa brasileira na Assembleia-Geral das Nações Unidas, a Zona de Paz tem por objetivo promover a cooperação regional e a manutenção da paz e segurança na região.

A ênfase da Zopacas é a prevenção geográfica da proliferação de armas nucleares e a redução da presença militar dos países-membros em outras regiões do mundo. A Organização visa ainda à cooperação econômica, comercial, científica, técnica, política e diplomática.

O Produto Interno Bruto (PIB) da Namíbia cresceu 3,2% em 2011 em relação a 2010, sendo que a economia namibiana é voltada para a exportação. Entre os produtos exportados merecem destaque: urânio, pescado, diamantes, zinco e cobre. Desde 2008 não há informações consolidadas sobre os principais parceiros comerciais da Namíbia, pressupondo-se que a África do Sul continue ocupando o primeiro posto nesse quesito. Em 2008, cerca de 70% das importações da Namíbia tiveram origem na África do Sul, que por sua vez comprou cerca de 31% das exportações namibianas.

Embora tenham o Brasil e a Namíbia estabelecido relações diplomáticas em 1990, só em outubro de 2003 a Namíbia abriu Embaixada em Brasília.

No mesmo ano, o Presidente brasileiro visitou Windhoek. A viagem representou importante marco no relacionamento bilateral e resultou na assinatura de nove tratados bilaterais. Em junho de 2004, o Presidente Sam Nujoma esteve no Brasil.

Observa-se crescente interesse no fortalecimento da cooperação bilateral nas áreas de agricultura, desenvolvimento urbano e sobretudo na área naval. Nesse domínio, o intercâmbio entre as duas Marinhas tem sido crescente e exemplar. Ele se dá tanto no campo de treinamento de oficiais namibianos no Brasil quanto na construção de navios patrulhas e de lanchas patrulha.

No campo comercial, o intercâmbio bilateral alcançou US$25,6 milhões em 2011, registrando crescimento de 30% em relação ao ano anterior. No ano passado, as importações provenientes da Namíbia cresceram 477% em relação a 2010, saltando de US$219 mil para US$1,3 milhão. A pauta de produtos provenientes daquele país concentra-se em peixes e crustáceos e plantas medicinais e industriais. Quanto ao fluxo de exportação, os principais produtos da pauta brasileira com destino à Namíbia são, tradicionalmente, bens manufaturados, como embarcações flutuantes, móveis, açúcares e produtos de confeitaria e máquinas mecânicas.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, citados pelo informe do Itamaraty, cem empresas efetivaram vendas para a Namíbia em 2011, com destaque para a Empresa Gerencial de Projetos Navais, Agrale, Energy, Sadia e Conex Móveis. As exportações brasileiras para a Namíbia cresceram 25% em 2011, passando de US$19,4 milhões para US$24,4 milhões. O saldo da balança comercial é, portanto, favorável ao Brasil, com superávit da ordem de US$23,1 milhões em 2011.

No que se refere a investimentos, o Banco Central do Brasil informou que o Brasil investiu US$31 milhões na Namíbia em 2011, sendo que os capitais brasileiros concentram-se especialmente em projetos de prospecção de petróleo e em obras de infraestrutura. É interessante assinalar que, em 2007, o Banco Mundial considerou a Namíbia o terceiro país africano mais amigável à atração e à garantia de investimentos externos.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador To-

más Correia pela leitura de seu relatório, que coloco agora em discussão.

Pela ordem, S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Gostaria de ponderar sobre uma informação adicional ao relatório.

A Namíbia tem o coeficiente de Gini de desigualdade mais alto do mundo, de 0,70%. Já chegou a 0,74%. Melhorou um pouco, mas no último relatório do Banco Mundial encontra-se com o mais elevado índice de desigualdade.

Por outro lado, a Namíbia, conforme já relatei aqui, realiza uma experiência muito significativa numa vila de mil habitantes, chamada Otjivero, de uma renda básica igual para todos os seus mil habitantes. Isso inclusive será objeto de análise na XIV Conferência Internacional da Rede Mundial da Renda Básica, da Basic Income Earth Network, para a qual viajo hoje a Munique, e lá esse assunto será inclusive objeto de análise.

Espero na próxima reunião nossa, inclusive, trazer elementos sobre como foi essa reunião, onde cerca de 400 pessoas de todos os continentes estarão presentes. Ali farei uma palestra sobre a evolução da proposta da renda básico no Brasil. Ali, ouviremos mais de 240 conferencistas sobre as experiências, a evolução da proposta em países como a Índia, o Japão, diversos países da África, inclusive da Namíbia, e como evolui essa ideia nos países desenvolvidos, inclusive na própria Alemanha. Uma das principais palestras será feita pelo empresário Götz Werner, professor da Universidade de Karlsruhe, grande empresário e principal acionista da rede de *drugstores*, denominada DM. Ele se tornou um entusiasta da proposta da renda básica e fará uma das principais palestras. Inclusive os seus livros, como, por exemplo, *Einkommen für Alle* (Uma Renda para Todos) constitui-se em *best-seller* na Alemanha. Ele é um entusiasta da proposta, um dos principais conferencistas, além dos principais filósofos e economistas com os quais terei a oportunidade de interagir ali nesses três dias, de sexta a domingo, em Munique.

Sr. Presidente, já que foi aprovado o meu requerimento, para que eu possa representar o Senado Federal, informo que a Ministra Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, havia sido convidada e que o médico recomendou que ela não fizesse viagens longas. Então, o Secretário da Renda de Cidadania, Luiz Henrique da Silva de Paiva fará a palestra sobre o balanço do Brasil Sem Miséria. Amanhã, às 7 horas da noite, em Munique, ele fará a chamada *keynote lecture*, sobre a experiência do Brasil de combate à pobreza.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy, pelos subsídios que oferece ao relatório lido por S. Exª o Senador Tomás Correia.

Coloco agora, então, em discussão o relatório de S. Exª o Sr. Senador Tomás Correia, relator *ad hoc* da mensagem do Senado Federal nº 70, de 2012, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Srª Ana Maria Sampaio Fernandes para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia.

Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º, do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Esse aqui é um item extraordinário.

Por analogia, a inclusão de itens extraordinários está regulamentada pelo Ato nº 2, de 2011, desta Comissão, que exige antecedência de dois dias pelo menos para elaboração e envio da pauta aos senhores integrantes dessa mesma comissão.

Considerando o período eleitoral que estamos vivenciando e que levou à consequente redução na realização de nossas reuniões deliberativas, à necessidade manifesta do Itamaraty na agilização da tramitação de mensagens de indicação de embaixadores e à observação de que, habitualmente, realizamos duas sabatinas na mesma sessão, consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre a pertinência de incluirmos na pauta da presente reunião a Mensagem nº 69, de 2012, referente à indicação do Sr. Affonso Emílio de Alencastro Massot para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

Lembro às Srªs e aos Srs. Senadores que, em conformidade com o art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, na reunião de hoje será feita apenas a leitura do relatório. A sabatina do indicado será realizada em nossa próxima reunião. E as leituras que foram feitas hoje, em relação à indicação de embaixadores, uma foi uma indicação para exercer, cumulativamente, a função com outro país, não necessitando, portanto, esse embaixador indicado ser sabatinado. Já a Srª Ministra Ana Maria Sampaio Fernandes, indicada para Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia, segundo o relatório apresentado pelo Relator *ad hoc* Senador Tomás Correia, será sabatinada na nossa próxima reunião.

Então, caso V. Exªs aprovem esse item extraordinário, o Sr. Affonso Emílio de Alencastro Massot, indicado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa, lido hoje o relatório, poderá

ser sabatinado na nossa próxima reunião. E é isto que coloco à deliberação de V. Exªs.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a inclusão desse item extraordinário na pauta da reunião do dia de hoje permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM EXTRAORDINÁRIO

– não terminativo –

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 69, de 2012

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Affonso Emílio de Alencastro, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Cyro Miranda para ler, como Relator *ad hoc*, o relatório da indicação do Sr. Affonso Emílio de Alencastro.

Tem V. Exª a palavra, Sr. Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Fernando Collor, Presidente desta nossa Comissão.

Srªs e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. Affonso Emílio de Alencastro Massot, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.

A Constituição Federal atribuiu competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, em razão do preceito regimental, o indicado nasceu em 9 de outubro de 1944.

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e pós-graduado sobre comunidades europeias no Instituto Internacional de Administração Pública em Paris e Bruxelas, ingressou na carreira diplomática em 1965 e tornou-se Ministro de Primeira Classe em 1995.

Entre as funções desempenhadas, destacam-se a de Cônsul Geral em Lisboa, Chefe de Departamento Consular e Jurídico, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado, Embaixador na Haia, Representante Permanente na Organização para a Proibição de Armas Químicas, Embaixador em Praga, Embaixador em Atenas, Embaixador Extraordinário para Assuntos Migratórios e Chefe do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores em São Paulo.

O Ministério das Relações Exteriores anexou a Mensagem Presidencial (Sumário Executivo) sobre a República Libanesa, cumprindo, inclusive, o disposto no parágrafo único do art. 1º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, que determina que o Ministério apresente a relação dos tratados e acordos assinados com o respectivo Estado. O documento apresentado dá notícia sobre o perfil desse país, sua política interna e externa, economia e relações bilaterais com o Brasil, além de nomear os acordos por nós celebrados.

Atualmente, a República Libanesa, que é parlamentarista de cunho confessional, tem como Chefe de Estado o cristão maronita General Michel Sleiman, como Chefe de Governo o muçulmano sunita Najib Mikati e como Ministro dos Negócios Estrangeiros e Emigrados o muçulmano xiita Adnan Mansur.

O Brasil e o Líbano possuem antigo relacionamento, que remonta ao Império, com visita àquele país de Dom Pedro II. Em 1920, mesmo ano da Conferência de San Remo, que conferiu à França a administração do Líbano e da Síria, o Brasil instalou Consulado em Beirute e, em 1946, com o país já independente, lá acreditamos Ministro Potenciário. Inversamente, a Legação Libanesa alcançou status de Embaixada em 1954, quando da visita do Presidente Camille Chamoun ao Brasil. Desde então, muitas foram as visitas recíprocas.

Hoje, devido à grande comunidade descendente de libaneses, que se estima de 8 a 10 milhões de pessoas, o Líbano mantém, além da missão diplomática em Brasília, consulados no Rio de Janeiro e São Paulo e consulados honorários em Curitiba e Porto Alegre.

Importa registrar, enfim, que muitas são as áreas de interesse comum, como a cooperação militar, a qual pretende ser otimizada com o estabelecimento pelo Brasil de uma adidância militar em Beirute.

Comercialmente, somos historicamente superavitários, embora nossas exportações ao Líbano não tenham grande relevância se comparadas com nosso relacionamento comercial com a região do Oriente Médio. Principalmente, exportamos café não torrado, carnes desossadas de bovino e gado vivo, e importamos preparação de produtos hortícolas, de frutas e de outras partes de planta e monofilamentos de plásticos.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Esse é o relatório feito pelo ilustre Senador Aloysio Nunes Ferreira, que, como Relator *ad hoc*, tive o prazer de relatar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Cyro Miranda, pela leitura do relatório de autoria de S. Exª, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, referente à apreciação do nome do Sr. Affonso Emílio de Alencastro Massot, por Sua Excelência a Senhora Presidenta da República, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa. Esse é o objeto da Mensagem do Senado Federal nº 69, de 2012, item extraordinário, caráter não terminativo.

Coloco, agora, em discussão a matéria, o relatório lido por S. Exª, o Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF)
Nº 73, de 2012
– Não Terminativo –

Aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias, estabelecida em Viena, em 11 de abril de 1980, no âmbito da Comissão das Nações Unidas para o Direito Mercantil Internacional.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Ministro Francisco Dornelles
Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Exª, o Senador Mozarildo Cavalcanti, para, como Relator *ad hoc*, fazer a leitura do mesmo.

Tem V. Exª a palavra, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Senador Dornelles fez um brilhante e alentado relatório, que creio que é do conhecimento de todos. Então, vou ao final da análise.

A Convenção tem, assim, natureza jurídica complementar ao ordenamento jurídico nacional e contribui para a melhoria do ambiente internacional de negócios no Brasil.

Voto.

Diante do exposto, por considerar conveniente e oportuno, é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2012.

É o voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti, pela leitura do relatório do Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2012.

Em discussão o relatório. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório. (*Pausa*.)

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 121, DE 2012
– Não Terminativo –

Aprova o texto do tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre auxílio judicial em matéria civil e comercial, assinado em Pequim, em 19 de maio de 2009.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela aprovação da matéria.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Jarbas Vasconcelos para proferir, como *ad hoc*, a leitura do relatório.

Tem V. Exª a palavra, Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Sr. Presidente, matéria enviada ao Congresso Nacional e aqui na Comissão de Relações Exteriores distribuído à Senadora Vanessa Grazziotin.

Trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2012, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre auxílio judicial em matéria civil e comercial, assinado em Pequim, em 19 de maio de 2009.

A Exposição de Motivos informa que o acordo abrange ações civis, seja de natureza comercial, seja no âmbito do Direito de Família e Sucessões, em especial, prestações de alimentos.

Adita que seu propósito é simplificar e facilitar os procedimentos jurídicos de citação, intimação, notificação e obtenção de provas, o reconhecimento e a

execução de sentença judicial e laudos arbitrais, o intercâmbio de informação sobre legislação e toda forma de auxílio judicial compatível com a legislação interna do país contratante que o requeira.

Assim, o Tratado não se aplicará à obtenção de provas que não se pretendam utilizar em processos judiciais iniciados ou futuros, ou obtenção de documentos que não estejam especificados no pedido ou que não tenham relação direta e próxima com o caso.

A relatora faz uma análise breve. Diz que se trata, portanto, de um acordo internacional, que, cunhado com todos os cuidados necessários, para não ferir os parâmetros legais e constitucionais sobre o tema, será extremamente benéfico para as relações bilaterais entre Brasil e China.

Assim sendo, o voto é: por julgamos conveniente e oportuno, nós nos manifestamos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2012.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Jarbas Vasconcelos pela leitura do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Pela ordem, S. Exª Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, conforme já encaminhei a V. Exª, a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, desta Comissão, concluiu um trabalho que é fruto de quase dois anos de audiências, vinte reuniões com ciclo de palestras e que concluiu por um anteprojeto que institui a política nacional de defesa e desenvolvimento da Amazônia e da faixa de fronteira.

Abordamos temas como a segurança nacional, o desenvolvimento econômico e social na faixa de fronteira, infraestrutura e relações internacionais com os países vizinhos.

Então, eu gostaria de pedir a V. Exª que o anteprojeto fosse adotado como projeto de autoria desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, portanto, dar-lhe o encaminhamento para que, posteriormente, nós pudéssemos apreciá-lo.

Portanto, se for possível, nesta reunião, já votar para acolher o pedido feito a V. Exª ou deferir, de plano, como V. Exª julgar conveniente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. S. Exª encaminha o relatório de um trabalho realizado nos últimos dois anos e envia à Mesa o seguinte ofício:

Na qualidade de Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, comunico a V. Exª que esta Subcomissão, em reunião ocorrida no dia 10 de julho último, aprovou minuta de Projeto de Lei do Senado, que institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira, cuja cópia está anexa ao ofício.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Como se trata de um relatório desta Comissão, de autoria do Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, eu solicito à Secretaria desta Comissão que faça chegar às mãos de S. Exªs as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores a íntegra do final do trabalho, representado nesse anteprojeto, para conhecimento de todos os integrantes desta Comissão e solicito que seja incluído na pauta da nossa próxima reunião para deliberação deste Plenário.

Muito obrigado a V. Exª, Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo grande trabalho executado como Presidente da nossa Subcomissão.

Há aqui um requerimento sugerido por S. Exª o Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores, solicitando que, dado o evento ter ocorrido muito recentemente, esse requerimento seja também incluído na pauta do dia de hoje. E, do mesmo modo, de acordo com aquela possibilidade que nos confere o artigo já referido em relação à leitura do relatório de indicação do Sr. Embaixador, eu leio para S. Exªs o *caput* do requerimento:

REQUERIMENTO DA CRE Nº 33, de 2012

> Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno, seja inserido em ata Voto de Pesar pelas trágicas mortes do Embaixador dos EUA na Líbia, Sr. Jay Christopher Stevens, e de outros três funcionários da embaixada norte-americana, ocorridas em ataque de milícias islâmicas radicais contra instalações daquela missão diplomática na cidade de Benghazi.
>
> **Autoria do Projeto:** Senador Eduardo Suplicy.

Esse é o termo do requerimento.

Eu pergunto a V. Exªs se concordam que ele seja incluído na pauta do dia de hoje para deliberação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordarem que isso seja levado agora à deliberação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Coloco agora em votação o requerimento apresentado por S. Exª o Senador Eduardo Suplicy e outros Senadores.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, novamente, S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Dada a relevância do tema, agradeceria se pudesse ler a justificativa para conhecimento e convidaria todos a assinar o mesmo requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu solicito a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, por favor, que leia a justificação do requerimento apresentado por V. Exª e outros Senadores a esta Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O trágico falecimento do Embaixador dos Estados Unidos na Líbia, em virtude do covarde ataque contra as instalações da missão norte-americana em Benghazi, causou consternação e espanto em todo mundo; consternação pelo assassinato de quatro pessoas inocentes e espanto pela audácia de se atentar contra a inviolabilidade de uma missão diplomática.

Lembramos que as missões diplomáticas são consideradas invioláveis por determinação contida no art. 22 da Convenção de Viena sobre relações diplomáticas, ratificadas pela Líbia e por praticamente todos os governos do mundo.

Recordamos, ademais, que o mesmo art. 22 da referida Convenção estipula:

> 1. .....
> 2. O Estado acreditado tem a obrigação especial de adotar todas as medidas apropriadas para proteger os locais da Missão contra qualquer intrusão ou dano e evitar perturbações à tranquilidade da missão ou ofensas à sua dignidade.

O motivo alegado para o ataque, qual seja a exibição pela Internet de um filme de péssima qualidade de origem norte-americana com ofensas ao Islã e ao Profeta Maomé, não justifica o bárbaro e covarde ataque contra as pacíficas instalações de uma missão diplomática. Há ainda o sério agravante de que o embaixador Jay Christopher Stevens apoiara, com grande denodo, a instalação do novo governo da Líbia.

Esse trágico incidente demonstra que atual situação da Líbia está muito longe de estar normalizada e que o poder real está pulverizado em dezenas de grupos e milícias armadas.

Assim sendo, manifestamos o nosso profundo pesar pelo acontecido ao governo dos Estados Unidos e enviamos nossas sinceras condolências aos familiares e amigos das vítimas inocentes desse grave atentado.

Por último, manifestamos ao governo e ao povo líbio o nosso sincero de que a Líbia, país com o qual o Brasil sempre teve boas relações, possa encontrar o caminho da prosperidade e da verdadeira democracia, como desejava também o embaixador Jay Christopher Stevens.

Essa é a justificativa, Sr. Presidente.

Convidaria os senhores membros que se desejarem assinar também para que o façam.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Suplicy pela leitura da justificação do relatório por ele apresentado, juntamente com outros Senadores e que submetido à deliberação foi aprovado.

Como último item da nossa pauta, trataria da avocação de relatoria e despacho *ad referendum* mais uma vez.

Srªs Senadores e Srs. Senadores, quero dizer que não cabe nenhum tipo de esquecimento por parte das Srªs Senadoras ou dos Srs. Senadores que assim solicitam o que vou acabar de ler, mas sim em função dos convites para viagens que chegam sempre em cima da hora e, como em agosto e setembro tivemos poucas sessões, eu decido de acordo com o que me é facultado pelo Ato nº 1, que regulamenta as atividades desta Comissão, e delibero *ad referendum* e depois coloco à deliberação das Srªs e Srs. Senadores.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, esta Presidência deseja prestar um esclarecimento a respeito do Requerimento nº 769, de 2012, de autoria de S. Exª o Senador Eduardo Suplicy, que requer, nos termos do art. 13 e 40, §1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante da Casa no XIV Congresso do Basic Income Earth Network, rede mundial da renda básica, que ocorrerá em Munique, Alemanha, entre os dias 14 e 16 de setembro de 2012, conforme aqui já enunciado também por S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

Ele comunica ainda, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período de 13 a 17 de setembro de 2012. Portanto, a viagem de S. Exª será de hoje para amanhã e por isso o requerimento foi solicitado despacho *ad referendum.*

Aqui eu continuo: como é do conhecimento de V. Exªs, o Ato nº 4, de 2011, desta Comissão, estabelece um rito para apreciação dessa modalidade de

requerimento por este colegiado, no qual está prevista designação de relator e a posterior apreciação do relatório pelo Plenário da Comissão. Lembro, ainda, que, apesar de esta Presidência ter encaminhado ofício, dirigido aos membros do Senado, no dia 2 de junho de 2011 e reiterado em 30 de junho, em 1º de dezembro de 2011 e em 19 de abril último, objetivando manter o planejamento adequado e o bom andamento desta Comissão, sem a necessidade de quebra dos ritos ordinários por situações a serem consideradas como de caráter extraordinário, constatamos ocorrer situações que independem da vontade dos membros desta Casa ou dos integrantes desta Comissão.

O requerimento de S. Exª o Senador Eduardo Suplicy, que solicita autorização para ausentar-se do País, no período de 13 a 17 de setembro de 2012, foi encaminhado a esta Comissão no dia 28 de agosto.

Em virtude da celeridade necessária, não foi possível submeter o requerimento ao rito previsto, pois o intervalo entre sua eventual aprovação pelo Plenário da Comissão e o início da missão de S. Exª o Senador Eduardo Suplicy no exterior seria muito curto, inviabilizando adoção das providências necessárias para viagem.

Como é necessário, por outro lado, que a Comissão se manifeste sobre a solicitação de S. Exª o Senador Eduardo Suplicy, esta Presidência avocou a relatoria da matéria *ad referendum* do nosso colegiado.

Eu gostaria de esclarecer que essa providência somente foi adotada diante da urgência da solicitação.

Nosso propósito, com a edição dos Atos nºs 2 e 4, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foi o de fazer com que procedimentos rotineiros que podem ser adotados de forma organizado e sem prejudicar o planejamento dos trabalhos observem os devidos ritos processuais.

Por isso, mais uma vez, exortamos a todos para que, quando pretenderem apresentar esse tipo de requerimento, o façam no tempo devido.

Para concluir o processo de tramitação do requerimento em questão, resta agora submeter a V. Exªs a decisão desta Presidência.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o despacho da Presidência para o Requerimento nº 769, de 2012, de S. Exª o Senador Eduardo Suplicy, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a iniciativa de V. Exª e a presteza com que sempre procura atender ao Regimento, que foi aprovado por iniciativa de V. Exª no início dos trabalhos na sua gestão na Presidência da Comissão de Relações Exteriores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Sr. Senador Eduardo Suplicy e, em nome de todos os integrantes desta Comissão, desejamos a V. Exª uma bela representação do nosso País nesse simpósio de que participará.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Sr. Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, é praticamente uma consulta que eu queria fazer a V. Exª sobre o Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006, do Executivo, que regulamenta documentos de viagem.

É que, no art. 38 desse Decreto, o prazo máximo e improrrogável de validade de documentos de viagem é de cinco anos para passaporte diplomático, oficial, comum e a carteira de matrícula consular.

Considerando que a maioria dos países o visto é de 10 anos, então, consulto V. Exª se não seria o caso de a Comissão de Relações Exteriores oficiar ao Executivo no sentido de que também colocasse o prazo de dez anos para validade dos passaportes.

Esta é a consulta e o requerimento que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Tomás Correia. A Mesa acolhe, com muita satisfação, a sua sugestão e aguarda que V. Exª, por favor, encaminhe por escrito para que eu faça chegar às mãos do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Justiça, para saber das providências que, eventualmente, poderão ser tomadas.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Agradecendo a presença de todos, em especial das Srªs e dos Srs. Senadores, declaro a presente reunião e a data da nossa próxima reunião será informada a V. Exªs e terá essa data que ser adequada ao rito que S. Exª o Presidente da Casa, Senador José Sarney, determinar para o período que nos leva de hoje até o dia das eleições.

Muito bom dia e muito obrigado a V. Exªs e às senhoras e aos senhores que compareceram a esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 48 minutos.)

ATA DA 40ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia dezoito de outubro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **Fernando Collor** e **Cristovam Buarque** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Sérgio Souza**, **Antonio Carlos Valadares**, **Jarbas Vasconcelos**, **Luiz Henrique**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Gim Argello, Cidinho Santos**, **Ana Amélia**, **Tomás Correia, Cyro Miranda**, **Mozarildo Cavalcanti** e **Inácio Arruda**. Assina a lista de presença como não-membro o Senador **Jaime Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 39ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos Comunicados da Presidência. O Presidente submete ao Plenário e aprova Despacho *Ad Referendum* do Requerimento 817, de 2012, de autoria do Senador **Rodrigo Rollemberg**. Faz uso da palavra o Senador Jarbas Vasconcelos solicitando inversão de pauta para o item 5. Aprovada. Faz uso da palavra o Senador **Mozarildo Cavalcanti** solicitando abertura do processo de votação dos itens 1, 2, e 3, bem como inversão de pauta para o item 8, a ser votado após apreciação do item 5. Senadora **Ana Amélia** apoia as solicitações do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, aprovadas a seguir. O Presidente esclarece que o item 1, por se tratar de cumulatividade a Embaixador já sabatinado, não terá sabatina. Tem início a apreciação da Pauta. A Senadora **Ana Amélia** solicita inversão da pauta para o item 8. Aprovada. **Item 5 – Mensagem nº 71, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta".* Relator: Senador **Jarbas Vasconcelos**. Resultado: Lido o Relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº1, de 2011-CRE. **Item 8** – **Minuta de Projeto de Lei do Senado, de 2012**, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, que: *"Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira".* Resultado: A Comissão aprova a apresentação do Projeto de Lei do Senado Federal. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 48, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Níger".* Relator: Senador **Eduardo Suplicy**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 69, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.".* Relator *ad hoc*: Senador **Cyro Miranda**. **Item 3 – Mensagem (SF) nº 70, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia".* Relator *ad hoc*: Senador **Tomás Correia**. O Embaixador **Affonso Emilio de Alencastro Massot** e a Embaixadora **Ana Maria Sampaio Fernandes** são convidados a compor a Mesa e fazem suas exposições. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras e Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Ana Amélia**, **Cristovam Buarque** e **Aloysio Nunes Ferreira**. Assume a Presidência o Senador **Cristovam Buarque**. A reunião é tornada secreta às onze horas e cinquenta e oito minutos e reaberta às onze horas e cinquenta e nove minutos. Atuam como escrutinadores o Senador **Aloysio Nunes Ferreira** e a Senadora **Ana Amélia**. Resultado dos itens 1, 2 e 3: Apreciadas Mensagens. O Presidente anuncia a apreciação das Mensagens e retoma a análise da Pauta. **Item 4 – Mensagem (SF) nº 68, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que "s*ubmete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Popular de Bangladesh".* Relatora *ad hoc*: Senadora **Ana Amélia**. Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº1, de 2011-CRE. **Item 6 – Requerimento nº 836, de 2012**, de autoria do Senador **Roberto Requião**, que "*requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 14, § 2º, da Resolução nº 1, de 2011 – CN, licença*

dos trabalhos da Casa, nos dias 7 a 14 de novembro de 2012, para participar, como membro do Parlamento do Mercosul, de reuniões da Mesa Diretiva e de Comissões Permanentes da Assembleia Parlamentar Eurolatinoamericana – Eurolat, nos dias 9 e 10 desse período, na cidade de Cádiz, na Espanha, e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País entre os dias 7 e 19 de novembro de 2012". Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Resultado: Aprovado. **Item 7 – Requerimento nº 855, de 2012**, de autoria do Senador **Luiz Henrique**, que "*requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 16 a 18 de novembro de 2012, em missão parlamentar, a fim de participar no Fórum sobre Segurança Internacional de Halifax, que ocorrerá em Halifax, Canadá; e comunica, ainda, de acordo com o art. 39, I, do mesmo Regimento, que estará ausente do País no período de 14 a 19 de novembro.".* Relatora: Senadora **Ana Amélia**. Resultado: Aprovado. **Item extraordinário 9 – Requerimento nº 880, de 2012**, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, que "*requer, nos termos do arts. 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, nos dias 25 e 26 de outubro de 2012, para participar, como convidado do Parlamento Latino-Americano, em Buenos Aires, da Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional daquele Parlamento, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, que se ausentará do País nesse período.".* Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e dez minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(Texto com Revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 40º Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovada.

Comunicados.

Informamos a publicação do terceiro e último tomo da série contendo os relatos das audiências públicas promovidas por esta Comissão em 2011 e 2012 sobre os "Rumos da Política Externa Brasileira". Esta última publicação refere-se ao quarto e quinto ciclos da série, num total de doze painéis, sobre os "Temas da Agenda Internacional" e a "Política Externa Brasileira". Eu solicitaria à Secretaria da Comissão que trouxesse os três tomos à Mesa, para que pudesse dar uma visão às Srªs e aos Srs. Senadores. Exemplares do...

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – V. Exª já iniciou a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Não, iniciarei em seguida, Senador.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Está bem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Exemplares dos três tomos da série já foram entregues aos gabinetes dos Srs. Senadores. São estes três tomos aqui, que contêm todos os resultados das audiências públicas realizadas nos anos de 2011 e 2012, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Como eu havia dito, já foram entregues aos gabinetes dos Srs. Senadores. Aqueles que estiverem interessados poderão dirigir-se à Secretaria desta Comissão, para solicitar estes exemplares. E isso, também, serve para aqueles que estudam, que têm curiosidade sobre política externa brasileira, que poderão se dirigir, também, a esta Secretaria, via *e-mail,* ou por outra maneira que julgarem conveniente, para solicitar estes exemplares, que lhes serão enviados.

Ao todo, foram 32 audiências públicas que debateram "Geopolítica e Relações Internacionais", "Economia e Finanças", "Defesa Nacional", "Temas da Agenda Internacional" e "Política Externa Brasileira".

Com a publicação desta série, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e o Senado Federal terão contribuído, de forma inequívoca, para que todos nós possamos ampliar os conhecimentos sobre o Brasil e sua inserção no mundo de hoje.

Notas do Ministério da Defesa.

Em continuidade às atividades de campo realizadas este ano, o Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) iniciou, no último domingo, dia 14, a quinta expedição aos Estados de Tocantins e Pará. Mais uma vez, as ações ficaram concentradas em Xambioá, no Tocantins, e em São Geraldo do Araguaia, no Pará.

Os trabalhos no local vão até o dia 26 de outubro. Será a última missão de 2012. As atividades de campo vão abranger as antigas bases militares de Xambioá e Urutu, na Serra das Andorinhas.

A exploração desses locais envolve um trabalho arqueológico de reconstrução da cultura material de cada sítio. O grupo tem o objetivo de coordenar e executar as atividades necessárias para localizar, recolher e sistematizar todas as informações existentes e identificar as vítimas da Guerrilha do Araguaia.

Uma segunda nota do Ministério da Defesa informa que, há uma semana, 7,5 mil militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica estão realizando a operação Ágata 6, num trecho de 4,2 mil quilômetros, indo de Corumbá, Mato Grosso do Sul, a Mâncio Lima, no Acre.

Coordenada pelo Ministério da Defesa, sob a orientação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, a operação tem por finalidade combater os crimes na região da fronteira, como tráfico de drogas, contrabando de armas e produtos, desvio de madeira, pistas clandestinas e demais ilícitos.

Já foram feitas 2.131 inspeções em embarcações, realizadas por tropas da Força Naval Componente em Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Acre e Rondônia, como parte da operação. As inspeções resultaram em 312 notificações e 95 apreensões, na região de fronteira do Brasil com a Bolívia e o Peru.

Comunicado do Ministério das Relações Exteriores nos informa que a Embaixada do Brasil no México enviou mensagem dizendo ter se realizado, no último dia 10 de outubro de 2012, cerimônia de instalação da Comissão de Relações Exteriores da América Latina e Caribe do Senado mexicano. A Comissão conta com nove integrantes e é presidida pela Senadora Mariana Gómez del Campo Gurza.

A íntegra do documento da instalação desta Comissão encontra-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Outro comunicado sobre o que foi solicitado ao Ministério das Relações Exteriores a respeito de declarações feitas pelo Sr. Federico Franco, Presidente do Paraguai. O Ministério das Relações Exteriores nos envia a seguinte resposta do Embaixador paraguaio.

Diz o Sr. Embaixador:

Recordo que o Tratado de Itaipu, celebrado entre o Brasil e o Paraguai, estabelece que a energia produzida pela Hidroelétrica Binacional deve ser dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de adquirir a energia não utilizada pela outra parte.

Nesse sentido, o Paraguai não "cede" energia gratuitamente ao Brasil. [Continuou o Embaixador do Paraguai no Brasil:] *Trata-se de operação de compra e venda, cujo preço é fixado em comum acordo entre as partes. Cabe salientar que, em maio do ano passado, o preço de compra e venda da energia excedente de Itaipu foi triplicado.*

Em decorrência do artigo XIII do Tratado de Itaipu, a única forma de o Paraguai deixar de vender ao Brasil a energia excedente da Hidroelétrica Binacional seria por meio de ampliação interna do consumo energético – o que poderia ser alcançado, por exemplo, pela instalação de novas indústrias e pelo desenvolvimento daquelas atualmente existentes no Paraguai.

Finaliza o Sr. Embaixador do Paraguai no Brasil.

A íntegra deste documento também encontra-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria desta Comissão.

Gostaria de lembrar que essa resposta do Sr. Embaixador Paraguaio no Brasil deu-se em função da solicitação feita no dia 9 de agosto de 2012, durante reunião desta Comissão, diante das declarações dadas pelo Sr. Federico Franco, Presidente do Paraguai, que, no dia 8 de agosto de 2012, teria afirmado à imprensa que o Paraguai não mais deveria ceder ao Brasil o excedente da energia produzida na Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional. Então, foi solicitada por esta Comissão uma explicação por parte do representante do Governo paraguaio no Brasil.

Outro comunicado sobre Venezuela.

No passado dia 7 de outubro, concomitante com o pleito municipal brasileiro, a Venezuela reelegeu seu atual mandatário, Hugo Chávez. O candidato da oposição, Henrique Capriles comandou uma vigorosa campanha contra o regime chavista, tendo amalgamado 44% dos votos. A campanha presidencial venezuelana desnudou a severa clivagem existente hoje na sociedade. Se, por um lado, o regime lançou bases para uma maior inclusão social, também promoveu uma confrontação de classes desconhecida anteriormente e uma desarticulação econômica significativa, especialmente no setor petrolífero, força motriz daquele país e virtualmente única atividade significativa da economia.

Capriles teve a sabedoria política de reconhecer sua derrota na mesma noite do dia 7 de outubro, evitando o acirramento do ânimo no eleitorado, já excessivamente excitado durante a campanha, chegando a extremos como a ameaça de possíveis reações populares, no caso de vitória da campanha antichavista, partindo do próprio Chefe de Estado.

O Presidente Chávez anunciou que o atual Ministro das Relações Exteriores, Nicolás Maduro, como Vice-Presidente da República, em substituição a Elías Jaua, que será candidato a Governador do Estado de Miranda, confrontando o próprio Henrique Capriles. A

indicação de Maduro para a Vice-Presidência foi saudada, por observadores internacionais, como uma escolha mais pragmática e menos ideológica de Chávez, indicando um possível aceno à oposição.

Situação econômica europeia.

Esta semana, os mercados europeus deram mostras de alívio, depois de longa fase de apreensão com a fragilidade da zona do euro. A Espanha, um dos países mais vulneráveis da Europa, junto com a Grécia e Portugal, logrou colocar títulos públicos no mercado internacional a juros de pouco mais de 5%, bem menores do que as taxas acima de 7% praticadas em junho e julho. Taxas acima de 7% são consideradas insustentáveis e claro sinal de perigo pelos investidores. Foram esses juros demonstrativos de possibilidade de insolvência que levaram ao socorro da Irlanda, Grécia e Portugal. A agência de classificação de risco Moody's não alterou para baixo, como se esperava, o *rating* da dívida soberana espanhola, que segue, no entanto, com perspectiva negativa.

O Presidente francês François Hollande declarou, por sua vez, que o fim da crise do euro está próximo, e o euro fortaleceu-se nos mercados cambiais.

Tendo em vista que o mercado de trabalho espanhol mostra enormes dificuldades, com um índice de desemprego que atinge quase um quarto da população do país, que as manifestações violentas de protesto contra medidas de austeridade se espraiam na Grécia, em Portugal e na Itália e que a economia dos países mais afetados pela crise do euro está em recessão, cabe a indagação sobre o motivo do sentimento de alívio do mercado.

A resposta a essa questão está na crença na capacidade de resolver a crise do Mecanismo Europeu de Estabilização, uma agência ou órgão da União Europeia, sediada em Luxemburgo, que substituirá o provisório Fundo de Estabilização. Muito mais ambicioso, o Mecanismo pode emprestar a governos e comprar *bonds* diretamente de governos e também nos mercados secundários. Além dessa maior capacidade de manobra, o Mecanismo Europeu de Estabilidade contará, no próximo ano, com recursos da ordem de 500 bilhões para intervir nas finanças da zona do euro e é visto pelos mercados como meio de salvação da moeda europeia. Os maiores contribuintes para o mecanismo são a Alemanha, a França e a Itália, mas ele poderá também emitir títulos de dívida para se financiar.

O novo esquema só se tornou possível com a flexibilização da posição alemã, até recentemente de oposição à ajuda aos países considerados menos responsáveis na administração das finanças públicas. O recuo na ortodoxia da Alemanha foi simbolizado pela visita recente da chanceler Angela Merkel a Atenas, onde foi objeto de violentos ataques e protestos.

Embora saudada pelos mercados como iniciativa salvadora, deve-se observar que, necessária no cume de uma crise que ameaçava destruir a própria moeda comum, a criação do Mecanismo de Estabilização *per se* não ataca graves problemas estruturais da parte mais fraca da economia europeia. Os elevadíssimos comprometimentos orçamentários com a previdência social, a rígida e excessiva legislação trabalhista, a burocracia pesada e ineficiente, os elevados impostos, a falta de inovação e de liberdade empresarial são fatores que prejudicam a competitividade das economias dos países europeus mais débeis economicamente.

Por outro lado, a sociedade desses países não parece disposta a aceitar medidas de austeridade e de liberalização econômica que venham a diminuir o padrão de vida a que está acostumada. Assim, não há dúvida de que a estabilização monetária e as medidas de austeridade exigidas para o socorro aos países mais afetados pela crise do euro terão efeito pouco duradouro se não forem acompanhadas de ações mais efetivas no sentido de tornar a economia desses países mais competitiva.

O Mecanismo Europeu e o mais recente afrouxamento monetário, o Quantitative Easing 3, posto em funcionamento pelo Federal Reserve americano em setembro, representam um enorme aumento da liquidez internacional, uma desvalorização, na prática, tanto do euro quanto do dólar. Essa situação coloca um grande desafio para o Governo brasileiro, que deverá, forçosamente, evitar a sobrevalorização do real para que a economia brasileira não perca a sua capacidade de competir no mercado internacional.

Avocação de relatoria e despacho *ad referendum*. Mais uma vez peço vênia a V. Exªs, Srªs e Srs. Senadores. Esta Presidência deseja prestar, mais uma vez, esclarecimento a respeito do Requerimento nº 817, de 2012, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que "requer nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 9 a 19 de outubro de 2012, quando participará da COP 11 – 11ª Sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, a realizar-se no período de 8 a 19 de outubro de 2012, em Hyderabad, Índia, e comunica, nos termos do art. 39, I do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 9 a 20 de outubro de 2012".

Como é do conhecimento de V. Exªs, o Ato nº 4, de 2011, desta Comissão, estabelece um rito para a apreciação dessa modalidade de requerimento por este colegiado, no qual está prevista a designação de

Relator e a posterior apreciação do relatório pelo Plenário da Comissão.

O requerimento de S. Exª o Sr. Senador Rodrigo Rollemberg que solicita autorização para ausentar-se do País no período de 9 a 19 de outubro de 2012, foi encaminhado a esta Comissão no dia 19 de setembro. Em virtude do período eleitoral, no qual não ocorreram reuniões desta Comissão, não foi possível submeter o requerimento ao rito previsto, inviabilizando a adoção das providências necessárias para a viagem. Como é necessário, por outro lado, que a Comissão se manifeste sobre a solicitação de S. Exª o Senador Rodrigo Rollemberg, esta Presidência avocou a relatoria da matéria, *ad referendum* do nosso colegiado. Para concluir o processo de tramitação do requerimento em questão, resta agora submeter a V. Exªs a decisão desta Presidência.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o despacho da Presidência para o Requerimento nº 817, de 2012, de autoria de S. Exª o Senador Rodrigo Rollemberg, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos dar início agora a nossa pauta.

Pela ordem, com a palavra S. Exª o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Sr. Presidente, eu pediria, obviamente consultado o Plenário, se V. Exª poderia fazer uma inversão da pauta, colocando o item nº 5 para abrir a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente. S. Exª o Senador Jarbas Vasconcelos solicita a inversão de pauta, colocando o item 5 da pauta como o primeiro a ser apreciado nos nossos trabalhos no dia de hoje. Coloco em deliberação do Plenário.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam esta inversão de pauta permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a inversão de pauta.

Começaremos, então, pelo item 5, conforme solicitação de S. Exª o Senador Jarbas Vasconcelos e deliberação deste Plenário.

Pela ordem, S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer duas proposições. A primeira é que, em face do dia excepcional que estamos vivendo, pudéssemos abrir, no momento adequado, a votação dos embaixadores, até para facilitar os trabalhos dos Srs. Senadores. A segunda é pedir a V. Exª que, após a votação do item solicitado pelo Senador Jarbas, votássemos o item 8, projeto de lei do Senado fruto do trabalho da Subcomissão Permanente da Amazônia, que cuida da política da faixa de fronteiras e da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – O "pela ordem" de S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti está dividido em duas partes.

Pela ordem, ouço S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria apenas endossar o posicionamento do Senador Mozarildo Cavalcanti, publicamente, em relação às duas matérias.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Então, S. Exªs a Senadora Ana Amélia e o Senador Mozarildo Cavalcanti solicitam que seja declarado aberto o processo de votação da Srª Embaixadora e do Sr. Embaixador que serão hoje sabatinados por esta Comissão, conforme o §4º do art. 3º do Ato nº 1 desta Comissão. O já citado §4º diz que, excepcionalmente, ouvido o Plenário da Comissão, o Presidente poderá determinar o início do processo de votação do relatório antes do final da arguição do indicado.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro, portanto, aberto o processo de votação.

O segundo "pela ordem" é em relação... Me desculpe. V. Exª poderia novamente citar, Senador Mozarildo Cavalcanti?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – É sobre o item 8, que é o Projeto de Lei do Senado, da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que institui a Política Nacional para essas regiões. Logo após a votação do item solicitado pelo Senador Jarbas Vasconcelos, que votássemos, então, esse item.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente. Então, S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti solicita uma inversão: que o item 8 da pauta passe a ser o segundo item da pauta de hoje. Esta solicitação, feita pela ordem por S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti, foi também subscrita por S. Exª a Senadora Ana Amélia.

Coloco à deliberação das Srªs e dos Srs. Senadores essa inversão de pauta: o item 8 passar para o item 2.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Inicialmente, um esclarecimento. O item 1 da pauta, que agora passa a ser o item 3, refere-se à indicação para, cumulativamente com o cargo atual, exercer o cargo de embaixador não residente junto a outro país. Nessa modalidade de indicação, não é necessária a

presença e sabatina da autoridade indicada, uma vez já ter sido objeto de arguição pública quando de sua indicação para a embaixada residente.

Procederemos ao anúncio dos itens 1 a 3, com as modificações feitas há pouco por deliberação do Plenário, e uma vez já lidos os relatórios no último dia 13 de setembro de 2012, realizaremos sabatina dos embaixadores indicados nos itens 2 e 3, que passam a ser os itens 3 e 4.

Sendo assim, após as exposições do embaixador e da embaixadora, abriremos o processo de votação único, processo esse que já está aberto, também de acordo com deliberação havida agora há pouco, referente aos três primeiros itens. Por isso, na cédula que será entregue a cada um das Srªs e dos Srs. Senadores, constarão o nome de três indicados para os respectivos cargos. Então, estaremos votando em três candidatos no dia de hoje, em uma única cédula. Agora, dando início efetivamente aos nossos trabalhos, começando pelo item 5.

ITEM 5

MENSAGEM (SF) Nº 71, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Jarbas Vasconcelos, para proferir o seu relatório.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Sr. Presidente, quero primeiro agradecer à Presidência e ao Plenário a inversão da pauta.

O Senado Federal é chamado a opinar sobre a indicação do Sr. Ricardo Neiva Tavares, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e por voto secreto, a escolha de Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem.

O Sr. Ricardo Neiva Tavares ascendeu a Conselheiro em 1994; a Ministro de Segunda Classe em 2001; e a Ministro de Primeira Classe em 2005. Graduou-se pela École Nationale d'Administration, em Paris, em 1984, e concluiu os cursos de Aperfeiçoamento do Diplomata (1985) e de Altos Estudos (1997) do Instituto Rio Branco. Em 1999, publicou a tese "As Organizações Não-Governamentais nas Nações Unidas".

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria destacam-se as de Assessor da Secretaria-Geral; Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Organizações Econômicas; Chefe da Assessoria de Comunicação Social e Assessor Especial do Gabinete do Ministro de Estado. No Exterior, exerceu, entre outras, a função de Conselheiro na Missão junto à Organização das Nações Unidas, de 1995 a 1998; Conselheiro na Embaixada em Camberra, de 1998 a 2001; e Embaixador do Brasil junto às Comunidades Europeias (2008 a 2010) e junto à União Europeia, de 2010 até os dias atuais.

Desempenhou ainda numerosas e importantes funções em missões temporárias, tendo sido membro e chefe de delegação de diversas sessões de negociação dos organismos internacionais e de conferências diplomáticas.

Além do exposto, o diplomata indicado é portador de várias condecorações, entre elas a da Ordem de Orange Nassau, dos Países Baixos, no grau de Grande Oficial; e da Grã-Cruz da Ordem do Rio Branco, do Brasil.

Quanto à República Italiana, importa registrar algumas informações básicas sobre aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil.

Segundo estimativa de 2009, a República Italiana tem uma população de 59,9 milhões de habitantes numa área de 301 mil quilômetros quadrados. Seu produto interno bruto é de 1,908 trilhão de dólares, o que lhe proporciona uma renda per capita de 31,5 mil dólares, conforme dados de 2010. A Itália é um Estado unitário de regime parlamentar. O Presidente da República é eleito para mandato de 7 anos por colégio eleitoral constituído pelas duas casas do Parlamento e representantes dos conselhos regionais. O Parlamento é bicameral, conformado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado da República, além dos ex-presidentes da República e cinco senadores vitalícios designados pelo Presidente da República que tenham se distinguido por elevados méritos nos setores cultural ou social.

Em relação à situação econômica, Sr. Presidente, a Itália atravessa momento complexo. Há anos, a

economia italiana vem apresentando desempenho abaixo dos parceiros europeus e sua dívida pública gira em torno de 120% do PIB. Por causa da crescente desconfiança dos agentes econômicos com relação à sustentabilidade fiscal do país e consequente aumento dos juros pagos pelos títulos soberanos italianos no final de 2011, o país apresentou forte degradação no contexto de agravamento da crise da zona do euro.

Brasil e Itália têm longa tradição de relacionamento, com elevado nível de diálogo político, consonância de visões sobre temas da agenda internacional e ampla proximidade social e cultural. Contribui, para tanto, o grande número de brasileiros de origem italiana (cerca de 30 milhões, o maior contingente de ítalo-descendentes fora da Itália) e a elevada presença de comunidades brasileiras nas principais cidades italianas e o fluxo turístico de parte a parte (em média, 300 mil brasileiros visitam a Itália a cada ano).

Em linhas gerais, as visões políticas entre os dois países são coincidentes em múltiplos temas da agenda internacional, sobretudo, na promoção de valores da democracia, do respeito ao Estado de direito e dos direitos humanos. Ademais, o Sr. Ricardo Neiva Tavares, caso seja aprovado por esta Comissão, exercerá o cargo de Embaixador junto às Repúblicas de San Marino e de Malta cumulativamente.

Diante do exposto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Jarbas Vasconcelos pela apresentação de seu relatório que coloco, agora, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Antes de passarmos ao item 2, eu gostaria, apenas, de fazer um adendo ao comunicado lido há pouco por mim sobre o documento recebido pela Presidência desta Comissão em relação à questão do Paraguai, a resposta oferecida por S. Exª o Embaixador do Paraguai no Brasil a uma indagação feita por esta Comissão sobre uma declaração dada pelo Sr. Presidente paraguaio, Federico Franco.

Esta comunicação nos foi encaminhada por S. Exª o Embaixador Pedro Henrique Lopes Borio, que é o representante, o assistente do Ministério das Relações Exteriores junto a esta Comissão.

Eu quero agradecer a S. Exª o Embaixador pela gentileza da informação prestada.

Gostaria, também, de registrar a presença aqui entre nós de S. Exª o ex-Embaixador do Brasil no Líbano, Embaixador Paulo Tarrisse da Fontoura.

Muito obrigado a V. Exª pela presença nesta Comissão.

O Embaixador Paulo Tarrisse da Fontoura assumirá novas funções no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Passamos ao item 2.

ITEM 8

MINUTA DE PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2012
– Não Terminativo –

Institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira.
Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti, Presidente da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, para suas considerações acerca do projeto.

Tem V. Exª a palavra, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senador Collor, que preside esta reunião, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, este projeto, como bem disse V. Exª, é fruto, na realidade, de um trabalho de mais de 2 anos – quase 3 anos –, primeiramente da Subcomissão da Amazônia, que foi substituída pela Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira, porque entendemos, na discussão dos problemas da Amazônia, que nós não poderíamos deixar fora a faixa de fronteira – é grande a da Amazônia –, que vai até o Rio Grande do Sul, Estado da Senadora Ana Amélia.

Então, com a autorização da Comissão de Relações Exteriores, a Subcomissão da Amazônia foi transformada, ou melhor, foi substituída pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira. Nós realizamos mais de três dezenas de audiências, começando lá na Subcomissão da Amazônia, ouvindo governos estaduais, Governo Federal e governos municipais, instituições universitárias e de pesquisa e também as Forças Armadas e diversos ministérios envolvidos nessa área e concluímos pela necessidade de haver para essas regiões uma política nacional de Estado, e não de governo. É verdade que, desde há muito tempo, a cada presidente que assume, a cada ministro que assume, se tem uma política para a Amazônia. Já existiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Sudam, ADA, depois Sudam de novo, Banco da

Amazônia, e, enfim, não há uma coordenação entre as ações do próprio Governo Federal entre si. Não uma coordenação das ações do Governo Federal, das estaduais e das municipais. As instituições também não trabalham sintonizadas. Então, há uma necessidade clara, porque essas regiões, somadas, Senador Collor, são quase dois terços da área do território nacional – a Amazônia mais a faixa de fronteira, que vai até o Rio Grande do Sul. O País não pode continuar litorâneo, com políticas voltadas só para o litoral. Tem que interiorizar as políticas de governo para, de fato, eliminar essas desigualdades regionais. Então, esse projeto é fruto de um trabalho prolongado de vários Srs. Senadores, da audiência dessas pessoas, e, portanto, pretende aprovar um plano nacional de modo que seja quem for o presidente, seja quem for o governador, seja quem for o ministro, haverá uma política traçada de maneira permanente para essa região, que pode ser aprimorada ao longo do tempo, mas, pelo menos, vai se ter um instrumento legal para desenvolver essas regiões. Esse é o fulcro desse projeto, para o qual eu peço o apoio dos eminentes pares.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti.

Coloco em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação a apresentação do Projeto de Lei por esta Comissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a apresentação do Projeto de Lei pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional apresentada por S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti.

A matéria segue para a Secretaria-Geral da Mesa.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 48, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor ARNALDO CAICHE D'OLIVEIRA, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Benin, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Níger.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Eduardo Suplicy
Relatório: Pronto para deliberação
Observações: *No dia 13/09/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE.*

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 69, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Libanesa.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Observações: *No dia 13/09/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão.*

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Namíbia.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Tomás Correia
Observações: *No dia 13/09/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE.*

Convido, para que tomem assento à mesa, ao tempo que desejo as boas-vindas a S. Exªs, o Sr. Embaixador Affonso Emilio de Alencastro Massot, indicado para a República Libanesa, e S. Exª a Embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes, indicada para a República da Namíbia.

Informo a S. Exªs a Embaixadora e o Embaixador indicados, respectivamente, para a República da Namíbia e República Libanesa que o tempo destinado à exposição para cada um dos senhores será de 10 minutos. O tempo será contado e poderão acompanhar por aquele relógio, que indicará regressivamente, de 10 minutos até 1 minuto.

Com satisfação, passo a palavra, inicialmente, ao Embaixador Affonso Emilio de Alencastro Massot para a sua exposição, ele que está sendo indicado pela Presidenta da República para representar o Governo brasileiro na República Libanesa

O SR. AFFONSO EMILIO DE ALENCASTRO MASSOT – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de mais nada, eu quero destacar a importância deste momento para um embaixador brasileiro, essa retomada de contato com o Senado. O Senado da República é não só a Casa da cidadania, mas é a Casa da Federação. É através do Senado que há o equilíbrio da representação dos Estados no Parlamento. Todos os Estados, independentemente das suas dimensões e da sua economia, têm a mesma representação.

De modo que o Embaixador aprovado pelo Senado, por todos os títulos, se transforma também no Embaixador da República Federativa, da Federação brasileira.

O país para o qual estou sendo honrado com a indicação da Senhora Presidente da República é o Líbano. As relações entre o Brasil e o Líbano são, eu diria, antigas e, mais do que corretas, são especiais.

Elas são antigas porque datam do século XIX, 1874, quando D. Pedro II lá esteve. E é importante destacar essa presença de D. Pedro II no Líbano então, porque foi ele quem fez o chamamento aos libaneses para que viessem para o Brasil. E esse chamamento foi atendido e a imigração libanesa para o Brasil data de mais de 130 anos. Há famílias hoje em dia que já se estabeleceram no Brasil há um século e 40 anos e aqui têm representado uma força extraordinária no comércio, na indústria, em todos os setores de atividades, nas profissões liberais, na política. E têm sido, os libaneses – e os sírios também, mas os libaneses em maior número, porque são mais ou menos 8 milhões de descendentes de libaneses no Brasil –, os verdadeiros bandeirantes do século XX, porque levaram o comércio, desde o final do século XIX até o início do século XX, aos rincões mais distantes do País: Rondônia, Amazônia, Rio Grande do Sul. A toda parte eles levaram o dinamismo, o comércio, a arte do comércio e contribuíram, dessa maneira, muito para o desenvolvimento do País.

Essas características dos libaneses remontam também a tempos imemoriais, a 4 mil anos atrás, porque descendem do povo fenício, que ocupava aquela região onde se encontra o Líbano hoje.

De modo que, através dessa presença libanesa, o Brasil se beneficiou muito e continua se beneficiando de grandes valores no sentido da promoção do comércio, da indústria e das profissões liberais.

Eu diria que é muito importante, para entender o Líbano e a problemática do Oriente Médio em que se insere o Líbano, conhecer um pouco as características geográficas do país e da formação da sua população.

Os povos que ocuparam aquela região do Mediterrâneo em levas sucessivas foram se estabelecendo na região que é hoje ocupada pelo Líbano, e a configuração geográfica do país, servindo de refúgio e, ao mesmo tempo, de vocação para o comércio, fez com que essas populações fossem se estabelecendo naquela região. Aqueles povos foram para lá, fugindo de perseguições antiquíssimas de egípcios, de assírios, de hititas, de hicsos, e se estabeleceram na montanha. Depois, com a presença da conquista árabe, grupos de origem cristã foram se estabelecendo na montanha e outras denominações cristãs foram se subdividindo e se estabelecendo ali também com denominações da religião mulçumana.

De modo que hoje nós temos, no território libanês, em consequência desses séculos todos de convívio dessas religiões diversas, 18 confissões religiosas oficialmente reconhecidas pelo governo libanês.

Do lado cristão, nós temos principalmente maronitas, melquitas, ortodoxos gregos, sírios, armênios, coptas e, do lado muçulmano, sunitas, xiitas, alauítas, drusos, ismaelistas, wahabitas, salafitas e takfiris. Todas essas confissões, em maior ou menor grau, têm alguma rivalidade – talvez rivalidade seja uma palavra um pouco forte –, nutrindo modos de pensar diferentes umas das outras.

Em 1943, deu-se a independência do país, impulsionada, em grande medida, pela comunidade cristã maronita. Porém, dadas as rivalidades entre essas correntes religiosas, estabeleceu-se o Líbano, constitucionalmente, como um Estado confessional, em que o Presidente da República é necessariamente um cristão maronita; o Primeiro-Ministro é um muçulmano sunita; o Presidente do Parlamento é um muçulmano xiita; o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, mulçumano druso; e os Deputados eleitos, numa proporção de seis cristãos para cinco muçulmanos. Isso se deu quando da independência, em 1943, através do Pacto Nacional.

Muito bem. Com o tempo, essa configuração se alterou – e nós chegaremos lá. O importante é que tiremos uma lição da história, uma lição dos séculos, uma lição de centenas de anos. Em qualquer análise política local, verifica-se a importância fundamental da confissão religiosa, que corre paralelamente à representação política. Em alguns momentos, ela é até mais forte; em alguns momentos, não. Mas essa é a premissa básica para se compreender o Líbano e o

Oriente Médio em geral. A religião está sempre presente e desperta, necessariamente, paixões e rivalidades.

A consequência, digamos assim, disso é que, em 1935, tendo como moldura essas rivalidades religiosas multisseculares, iniciou-se um episódio muito, muito sangrento no Líbano, que foi a guerra civil, que durou de 1975 a 1990. Esse foi o conflito mais destrutivo da história desse povo, que tem uma história de 4 mil anos, que teve origem em atritos decorrentes de mudanças na composição demográfica da população que havia sido promovida pelo influxo de imigração de milhares de integrantes da Organização para a Libertação da Palestina, palestinos, de grupos que estavam sendo expulsos da Jordânia.

As crescentes rivalidades entre cristãos e muçulmanos, sobretudo dos muçulmanos que não se conformavam em ter sempre a minoria no Parlamento, porque a proporção era de cinco para quatro, evidentemente fizeram com que se estabelecesse um novo parâmetro, após essa guerra civil. Depois de 15 anos de negociações, os acordos de Taif mantiveram o Estado confessional, mas alteraram essa proporcionalidade para meio a meio. Hoje, o Parlamento é composto de 128 Deputados – 64 de confissão cristã e 64 muçulmanos. Manteve-se o Presidente maronita, o Primeiro-Ministro sunita e o Presidente do Parlamento xiita. Diminuíram-se os poderes do Presidente maronita em benefício da confissão muçulmana, que hoje está *pari passu* com a confissão cristã.

As relações com o Brasil têm-se desenvolvido bastante. Quanto às relações econômicas, evidentemente, como eu lhes falei, a importância do relacionamento com o Líbano não vem da relação comercial, porque, afinal de contas, exportamos US$300 milhões, o Líbano importa US$3 milhões; não é muito, há espaço para crescer. Também a relação não tem a importância pelo Produto Interno Bruto libanês, que é de US$45 bilhões, em Purchasing Power Parity é de US$60 bilhões ou, pela sua renda *per capita*, de US$13,5 mil, que, de qualquer maneira, é três vezes maior do que a do Paraguai, por exemplo, ou da Bolívia.

A relação é importante por causa dessa parceria de sangue que existe, da população libanesa, de origem libanesa que mora no Brasil. É isso que dá ao Brasil um cacife político importantíssimo nessa região, nesse país e, por extensão, em todo o Oriente Médio.

De modo que, se V. Exªs me honrarem com a aprovação do meu nome, eu pretendo continuar dinamizando o relacionamento econômico, que tem sido bastante intenso nesses últimos anos, com participação em feiras, criar, talvez, grupos de contato empresarial que possam se reunir uma vez por ano e sugerir nichos de oportunidades entre os dois países, realizar simpósios sobre o Brasil... Temos, agora, um Centro Cultural Brasil-Líbano, e eu acho muito importante que possamos utilizá-lo para a realização de simpósios, de exposições sobre a cultura brasileira, porque, como lhes falei, a comunidade de origem libanesa no Brasil, emocionalmente, não sabe onde termina o Brasil e começa o Líbano ou onde termina o Líbano e começa o Brasil. É esse pacto de sangue que nós temos que tem que ser aproveitado pela nossa Embaixada e, evidentemente, pelo embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Embaixador Affonso Emilio de Alencastro Massot, indicado para a República Libanesa, pela sua exposição.

Logo em seguida à exposição do Sr. Embaixador e da Srª Embaixadora, naturalmente, teremos a palavra dos Srs. e das Srªs Senadoras com as indagações que acharem pertinente fazer.

Passo a palavra a S. Exª a Embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes, indicada para a República da Namíbia.

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer, inicialmente, a S. Exªs, à Senadora Ana Amélia, que foi minha Relatora, e ao meu Relator *ad hoc*, Senador Tomás Correia, que possibilitaram que eu viesse me apresentar aqui pela indicação da Senhora Presidente da República, o que muito me honra.

Eu gostaria que o senhor me permitisse reconhecer aqui dois Senadores que estiveram na minha sabatina antes de eu ir para Nairóbi, onde sou embaixadora atualmente, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Cristovam Buarque, que me honraram com a aprovação há cerca de 5 anos.

Mas o que me dá grande prazer, Sr. Presidente, é que eu tenho aqui a Exposição de Motivos que criou a Embaixada do Brasil em Windhoek, assinada por V. Exª.

V. Exª, em 1990, teve a visão de instalar a nossa Embaixada em Windhoek. E o mais interessante dessa Exposição de Motivos é que as razões que eram apontadas e o otimismo que... Porque foi exatamente no ano, 3 meses depois da independência da Namíbia, em março de 1990. E as observações que são feitas nessa Exposição de Motivos que V. Exª aprovou, as perspectivas e as esperanças que havia com relação a esse país se cumpriram, de ser um importante parceiro na Zona de Paz do Atlântico Sul, de ser uma democracia multirracial e multipartidária, de ser uma economia aberta, uma economia favorável aos investimentos e, ao mesmo tempo, com uma presença do Estado e de ser uma nova nação, digamos – eles já

eram uma nação –, mas de ser um país onde as preocupações sociais seriam importantes.

Então, houve clarividência da parte de V. Exª, do governo de V. Exª, no estabelecimento da nossa Embaixada.

Talvez esse mapa aqui, se o senhor me permite me referir a esse mapa aqui, nos dê melhor a ideia da importância da Namíbia, não só como vizinha, digamos, do Brasil, tal como Angola, mas da importância estratégica da Namíbia através dos séculos.

Depois da aula de história do Oriente Médio dada aqui pelo meu colega, S. Exª o Embaixador Massot, eu me permito recordar que os primeiros europeus que tocaram a Namíbia foram portugueses, no final do século XV, e todas as potências imperiais, até o século XIX, trataram essa região de uma maneira privilegiada, se interessaram por essa região.

Os portugueses... Inclusive há um acidente geográfico aqui que aparece nos mapas ainda hoje como Angra Pequena, como foi batizada por Bartolomeu Dias. Depois, já no século XVIII, foram os Países Baixos; no século XIX, a Inglaterra, a Alemanha.

Então, esse valor estratégico da Namíbia tem sido reconhecido através dos séculos. E permanece hoje, em função de rotas de navegação importantes, em função de toda a riqueza do oceano, que está aqui.

E aí eu iria, então, Sr. Presidente, me referir a uma das áreas de cooperação, que já era considerada, na Exposição de Motivos que V. Exª aprovou, que é a cooperação naval. Nós treinamos a marinha da Namíbia, nós ajudamos a Namíbia a construir o desenho da sua plataforma continental, de modo a poder usufruir das riquezas da plataforma continental, nós os estamos ajudando inclusive a seguir o processo na ONU para aprovação da plataforma continental, que é algo muito importante. E nós estamos engajados na Zona de Paz e Cooperação.

Eles desejam ter a possibilidade, inclusive, de comprar material naval brasileiro. Cria-se aí a oportunidade dessa cooperação estratégica. Também oportunidades comerciais. Eles têm interesse em comprar, desde que nós possamos financiar, encontrar formas de financiamento. Então, cria-se a cooperação.

Nós também podemos cooperar com eles na área da pesca. Eles desejam a nossa cooperação não só para desenvolver a pesca, mas para também poder policiar a plataforma contra a pirataria. A pirataria é uma coisa que ressurge com força neste século XXI. Então, há essa cooperação, que é uma cooperação estratégica, política, que também se transforma numa cooperação econômica.

Preparando-me para a conversa com V. Exªs, eu estive ontem numa visita de cortesia ao nosso Ministro da Pesca, e S. Exª o Ministro da Pesca explanou-me inclusive conversa que ele teve recentemente com o Chanceler da Namíbia, que esteve aqui e que o visitou mostrando interesse nessa cooperação.

Mais do que isso, a Namíbia é um país muito interessante. Eles têm uma densidade populacional muito baixa. A densidade populacional é 2,2 habitantes por quilômetro quadrado. Eles têm 2,3 milhões de habitantes. Têm uma renda *per capita*, em poder de paridade de compra, de US$7,5 mil. Mas 38% da população ainda vive abaixo da linha da pobreza. Ao mesmo tempo, o governo dedica 30% do orçamento ao gasto social.

Então, vemos que há uma dinâmica, eu diria, virtuosa, uma dinâmica positiva em relação aos seus problemas. Eles têm 38% da população em área urbana, 62% em área rural. Isso também dá um quadro das necessidades deles de desenvolvimento.

As grandes oportunidades, que, caso aprovada por V. Exªs, eu teria como desenvolver e teria interesse em desenvolver, seriam exatamente as oportunidades econômicas para empresas brasileiras. Nós já temos a Petrobras, que abriu um escritório na Namíbia recentemente. Temos outras empresas interessadas na área de petróleo. A Namíbia tem interesse que o Brasil entre na área de mineração. A Namíbia exporta urânio, tem diamantes. Então, há uma série de oportunidades nessa área.

Outra área que, me parece, seria interessante seria procurar pelo vínculo com a língua portuguesa, porque o movimento político que lutou pela independência da Namíbia se refugiava e tinha relações íntimas com Angola, então eles falam português. O Chanceler fala português, o Presidente atual fala português, e eles têm desejo de entrar na CPLP, como observadores, e o Brasil pretende apoiá-los. O Ministro das Relações Exteriores, o Embaixador Patriota, já manifestou ao Chanceler Nujoma o nosso interesse em apoiá-los.

Então, nessa parte de formação, eles já têm um convênio com Portugal para o ensino de português. Nós podemos explorar isso, desenvolver isso melhor, ter estudantes namibianos estudando no Brasil, vindo ao Brasil para se formar. Isso sempre cria laços dinâmicos.

E creio que missões também comerciais poderiam ser organizadas para visitar a Namíbia, inclusive porque, digamos assim, uma das coisas que está à espera agora é a ratificação do acordo entre o Mercosul e a União Aduaneira do Sul da África, da qual a Namíbia faz parte. Então, haverá esse acordo comercial, haverá uma série de oportunidades que se abrirão.

Já a Embraer é objeto de compras, de *leasing*, por parte da Air Namibia, que pretende também abrir uma linha regular entre Windhoek e o Brasil. E eu es-

pero que V. Exª ou V. Exªs honrem também Windhoek. Se eu for aprovada por V. Exªs e lá estiver, gostaria de receber uma missão de V. Exªs, aproveitando essa linha aérea que, esperemos, possa ser criada.

Creio que é um país com o qual o Brasil já tem um compromisso muito positivo, reconhecido pelo Governo da Namíbia. É uma parceria à qual eu daria continuidade com muita honra e com muito zelo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª a Srª Embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes, pela sua exposição.

Vamos dar início, agora, às perguntas de S. Exªs os Srs. Senadores e Srªs Senadoras, iniciando por S. Exª o Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, S. Exª a Senadora Ana Amélia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, prezado Embaixador Affonso Emilio de Alencastro Massot, indicado para ir para a República do Líbano, e a Embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes, para a República da Namíbia, meus cumprimentos.

Permita, Sr. Presidente. V. Exª, no início, fez uma exposição sobre os fatos internacionais de grande relevância nesse último período. Eu estava presidindo a Comissão de Direitos Humanos e, daqui a pouco, terei que ir para lá, uma vez que o Senador Paulo Paim está ausente. Eu tenho um compromisso em Porto Alegre, mas estou ali colaborando também e preciso voltar a presidi-la.

Mas eu gostaria de mencionar o seguinte: acredito que V. Exª tenha se referido à importante iniciativa que acontece hoje, em Oslo, na Noruega, onde o governo da Colômbia, do Presidente Santos, e representantes das FARCs irão realizar um diálogo para a promoção de um melhor entendimento e, possivelmente, o término do conflito que, há 4 décadas, vem caracterizando a vida na Colômbia. Então, eu acho muito importante que nós, da Comissão de Relações Exteriores – o Itamaraty, mas nós também –, acompanhemos com atenção e manifestemos nosso aplauso a essa iniciativa. Acredito que será importante que nós possamos, nesta Comissão, ter as informações, as mais presentes, e inclusive com o sentido de colaborarmos para este bom entendimento.

Por outro lado, gostaria também de salientar – não sei se V. Exª tocou no assunto – a outra notícia muito importante que se refere à nova lei de imigração em Cuba, anunciada ontem pelo Presidente do Conselho de Estado, Raúl Castro Ruz, que possibilitará aos cidadãos cubanos ter maior liberdade de movimento para entrar em Cuba e de lá sair. Nós temos aqui tratado desse assunto na Comissão. Por exemplo, há uma expectativa muito grande com respeito à Srª Yoani Sánchez e ainda não sabemos exatamente se ela vai poder, a partir de 14 de janeiro, atender aos convites que tem tido para visitar o Brasil. E eu aqui quero expressar que vejo com bons olhos essa iniciativa do governo cubano. Acho que esse ato, inclusive, poderá conceder a liberdade à Srª Yoani Sánchez para sair de Cuba e para lá voltar. Estamos nesta expectativa que eu gostaria de aqui registrar, pois temos tratado deste tema, eu próprio, aqui, nesta Comissão.

Gostaria de registrar que eu atendi ao apelo de colegas, aguardando por essa nova iniciativa do governo de Cuba, antes que viéssemos a ter a decisão definitiva em plenário relativa aos requerimentos que aqui apresentei.

Mandei para a CNN uma pergunta aos dois candidatos à Presidência da República, e também para os respectivos *e-mails*: em que medida tanto o Presidente Barack Obama como o candidato Mitt Romney estão vendo com bons olhos essa nova iniciativa do governo de Cuba, até para que venham a acabar com o embargo de mais de 50 anos em relação ao país? Isso foi inclusive objeto de observação e recomendação da Presidenta Dilma Rousseff por ocasião do seu último pronunciamento perante a Assembleia Geral da ONU. Ela ali assinalou, em um parágrafo, o quanto gostaria de ver o término do embargo dos Estados Unidos às relações de comércio, de investimentos e às relações financeiras com respeito a Cuba. E acho que a maior liberdade para os cidadãos cubanos saírem de Cuba e lá entrarem poderá ser um sinal positivo.

Gostaria de transmitir ao Embaixador Affonso Emílio de Alencastro Massot o quanto desejo que tenha sucesso no desenvolvimento das boas relações que temos com o Líbano, especialmente lá em São Paulo, onde é muito grande a colônia libanesa. Quero expressar o quanto gostaria de estar ajudando nessa boa relação, sobretudo por causa dos laços de tantos amigos, pessoais mesmo, que têm ascendência libanesa, especialmente em São Paulo.

Gostaria de transmitir algo à Embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes. Ainda em fevereiro passado, acompanhado de nosso embaixador, tive a oportunidade de visitar a Vila de Otjivero, a 100km de Windhoek, onde também estive, para ali acompanhar de perto a experiência pioneira de uma vila de mil habitantes, uma vila rural de famílias pobres que são agricultores e trabalham na área, em torno de grandes fazendas. Ali se estabeleceu, há três anos, uma experiência pioneira de se pagar uma renda básica igual para todos os mil habitantes e isso por iniciativa da Basic Income Grant da Namíbia, presidida pelo Bispo Zephaniah Kameeta, que esteve, há três semanas, de novo, no Brasil e

contou como essa experiência tem sido tão relevante. Eu mesmo pude testemunhar e acompanhei muito de perto os efeitos disso.

Haverá uma sucessão presidencial na Namíbia no próximo ano. E um dos possíveis candidatos é muito entusiasta dessa experiência. Há outros que não são. Então, quero acompanhar isso de perto – depois posso conversar mais com V. Exª a respeito – e reitero aqui a minha disposição de estar colaborando para que em cada país se desenvolva a proposta da renda básica incondicional. Por isso, darei a um e a outro palestra recente que fiz, uma em Paris e, a outra, em Munique, na Alemanha, em setembro passado, sobre os passos que têm sido dados a respeito desse assunto.

Vou pedir licença. Vou voltar, mas agora tenho que presidir a Comissão de Direitos Humanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

Passo a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Presidente Fernando Collor.

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar os nossos Embaixadores pela competência nas exposições feitas a respeito das nações onde irão representar o Brasil. Gostei, particularmente, da sua referência, Embaixador Affonso, de ouvir o senhor dizer que representará a República e também os Estados e, especialmente, dessa diversificação, porque a imigração libanesa veio a partir do convite feito.

Nós temos, no Rio Grande do Sul, um consulado honorário do Líbano e a colônia libanesa, como nós que somos de lá, é muito grande, com reflexos sobre o comércio, sobre a indústria, sobre hábitos e costumes, sobre as igrejas, sobre a questão relacionada à gastronomia. Então, há uma grande integração com a colônia libanesa no meu Estado.

Temos também exportações de animais vivos para o Líbano, que é uma coisa interessante. São embarcados de navio no porto do Rio Grande. E me surpreendem duas questões: uma, um desequilíbrio violento no comércio, o que é, de certa forma, natural, porque o Brasil é um País com uma grande pauta de exportação – são US$300 milhões contra US$13 milhões que importamos. Então, esse desequilíbrio realmente me chama a atenção.

Isso que foi mencionado por V. Exª sobre explorar as questões de hidrocarbonetos ainda depende, porque há questões de segurança e a Petrobrás já está prospectando. Mas como é que o senhor vê, na questão do comércio, o que podemos ampliar mais e em que áreas?

E, finalmente, tanto no caso do Líbano, quanto no caso da Namíbia, à nossa Embaixadora Ana Maria, sobressai uma relação militar. Há até uma solicitação de criar uma adidância militar brasileira no Líbano, o que já começou lá em 2011, ano passado, portanto. E há muito interesse de cooperação nessa área.

Tenho curiosidade em saber – e estendo a pergunta à Embaixadora Ana Maria – sobre essas relações militares, os acordos militares, no caso, da Namíbia. A costa da Namíbia é uma costa extensa, muito rica na área de pesca, muito cobiçada e muito explorada por embarcações clandestinas, ou aventureiras, enfim, pirataria, ou alguma coisa desse tipo. A Marinha tem colaborado muito na questão da vigilância da costa da Namíbia, inclusive, tem vendido embarcações para aquele país. Pergunto se essas relações passam ao largo da atuação diplomática do Itamaraty, se são feitas bilateralmente entre autoridades militares e seus congêneres da Namíbia e do Líbano, ou se elas têm uma transversalidade dentro da diplomacia brasileira.

E também só acrescentaria à senhora, além desse aspecto da venda dessas embarcações, já efetuadas – em relação ao Líbano ainda não estão consolidadas –, a questão da última referência que a senhora fez em relação ao Mercosul, ao acordo comercial, porque sou do Rio Grande do Sul, um Estado que tem um grande interesse nessa área. Então, eu queria saber da senhora a questão Mercosul e essa questão da Marinha na venda das embarcações. Algumas encomendas foram feitas a um estaleiro do Ceará. Nós estamos lá com o polo naval. Então, quero oferecer também à senhora o polo naval de Rio Grande como ponto de relação com a Namíbia.

E ao Embaixador Affonso Emilio pergunto sobre essas questões militares e a questão do comércio.

São as questões que eu tenho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Srª Senadora Ana Amélia.

Passo a palavra a S. Exª, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Um bom dia a cada um, especialmente ao Sr. Affonso Emilio e à Srª Ana Maria, que são os nossos candidatos a ocupar o honroso cargo de Embaixador e Embaixadora do Brasil.

Eu tenho tido a postura, nas sabatinas, de ficar menos voltado aos assuntos bilaterais entre o Brasil e o respectivo país do que tentar explorar o conhecimento que cada um dos nossos diplomatas têm – e todos sabemos da sua competência – para entender os problemas mundiais, para entender os problemas que nós enfrentamos em escala planetária.

Eu tenho tido o costume de fazer perguntas sobre como cada indicado pelo presidente da República ou pela Presidenta vê o papel de cada um desses países aonde eles vão, qual é a posição deles em relação a alguns problemas que hoje afetam o mundo inteiro. Porque, Presidente Collor – e acho que o senhor é um dos que têm sensibilidade para isso –, estamos caminhando para um tempo em que cada um de nós vai ter um chapéu do país e vai ter um chapéu do Planeta inteiro. Não há como hoje representarmos só o país, ignorando os vizinhos, ignorando toda a realidade.

Eu até tenho discutido com alguns parlamentares, sobretudo em outros países, que, assim como há o Médicos Sem Fronteiras, a gente precisa criar os políticos sem fronteira, capazes de, de vez em quando, se sentarem à mesa, para discutir os assuntos, independente dos seus interesses, chamemos, provincianos, locais.

Eu sei que é mais difícil, mas é capaz de um dia nós precisarmos de diplomatas sem fronteiras. Se tivéssemos isso, talvez houvesse um bom fórum para enfrentar o problema hoje da Síria, porque cada um vê esse país conforme o seu interesse pessoal: os que vendem armas ao governo defendem o governo; os que querem derrubar o governo, os que querem atrapalhar o Irã apoiam os combatentes. E é nessa posição de diplomata, além do próprio Brasil, mas não sem o Brasil, obviamente, que eu gostaria de saber como os dois países hoje se posicionam no fórum mundial sobre alguns assuntos.

Eu vou ler as perguntas. São muitos os assuntos que anotei. Não é preciso falar de todos, até porque alguns desses países não têm nenhuma posição sobre isso. Mas, por exemplo, em relação ao meio ambiente, o que o Líbano e a Namíbia têm como postura de Estado – não falo apenas do governo atual? Em relação ao meio ambiente, qual foi a posição deles na Rio+20, por exemplo? Qual foi a posição deles, há vinte anos, na ECO 92, se é possível saber? Em relação à energia, como esses dois países têm influência energética: são produtores? Não são produtores? Nós dependemos ou não dependemos deles? Ou mesmo para os recursos naturais, quais são as dependências que nós, brasileiros, e o mundo temos em relação aos recursos naturais localizados nesses países? Pelo que sei, no Líbano, há muito pouco do ponto de vista de recursos naturais; já a Namíbia é muito importante. Sobre a crise financeira atual, o que eles estão sofrendo ou não com essa crise financeira mundial? Qual é a posição deles, nos fóruns internacionais, especialmente em um, a Organização Mundial do Comércio, em relação à abertura comercial? São países que se fecham ou são países que se abrem ao comércio? Que posição eles têm tradicionalmente tomado: protecionistas ou não?

Eu gostaria de saber também em relação a drogas e tráficos, tráfico humano. São países que estão mais próximos de paraísos para os traficantes ou não? São países rígidos no controle do risco do tráfico de drogas, mulheres, crianças, armas? Esses países são ameaça ao comércio de armas ou não? Tudo isso diz respeito a todos nós.

Gostaria de saber duas coisas bem específicas sobre a Síria e o Irã. Questão nuclear: qual é a posição desses dois países em relação a esse assunto que está hoje no palco mundial? De que lado estão? Estão neutros? Especialmente o Líbano, que está ali bem pertinho, que tem uma relação direta não só pelo país governo, mas também pelo Hezbollah, como se posiciona? Quanto à questão nuclear iraniana, qual é a posição deles? Está mais para a posição do Chávez, está mais para a posição dos Estados Unidos ou está mais para a posição do Brasil?

Eu acho que o Itamaraty tem tido uma posição muito equilibrada no caso das pesquisas para a energia nuclear no Irã, sobre o qual pesa a suspeita de que seria também armamentista.

E finalmente, qual é a posição deles em relação a blocos dos quais o Brasil participa? Eu acho que, talvez, não tenha bloco, mas tem, sim, porque há um bloco Brasil e países africanos, um bloco Brasil e países árabes. Então, qual é, dentro disso, a posição deles sobre a busca brasileira de ter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança Nacional?

Eu faço as perguntas, talvez menos a diplomatas brasileiros do que a diplomatas que representam o Brasil no cenário mundial e que têm, a meu ver, de estar atentos aos problemas que acontecem, independente puramente da relação bilateral.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL)– Obrigado a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

Passo agora a palavra ao S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Srs. Senadores, eu queria, em primeiro lugar, cumprimentar os nossos sabatinados de hoje, dois diplomatas altamente qualificados que já passaram pelo crivo da Comissão de Relações Exteriores do Senado e que, seguramente, vão ser dois excelentes representantes do nosso País nos países aos quais se destinam.

A Embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes fala com grande entusiasmo sobre esse país com o qual as nossas relações são recentes. A Embaixada, como lembrou a Embaixadora, foi criada por V. Exª, Presidente Fernando Collor.

O Embaixador Massot vai para um país com o qual nós temos uma longa tradição de relações, não apenas do ponto de vista da diplomacia, mas, sobretudo, em relações de intercâmbio humano, de laços de sangue ao qual ele se referiu. E um desses representantes desses laços de sangue está aqui presente, foi Senador e representou muito bem o Estado de São Paulo na legislatura anterior, o Senador Alfredo Cotait.

A minha pergunta é quase uma nota de rodapé ao questionamento do meu colega Cristovam Buarque, e é especialmente dirigida ao Embaixador Massot, porque S. Exª se referiu a um cacife político que o Brasil teria, dada a peculiaridade dos nossos laços com este país, o Líbano. Eu queria perguntar a V. Exª como o Brasil poderia utilizar esse cacife. Qual seria o peso específico do Brasil na atuação, na solução de problemas angustiantes e que se arrastam há tantos anos – e não sei por quanto tempo se arrastarão –, como especialmente a questão da paz no Oriente Médio?

No mais, quero desejar a ambos uma feliz e proveitosa missão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Sr. Aloysio Nunes Ferreira.

Eu gostaria, em nome da Presidência desta Comissão, ratificando a anotação já feita aqui por S. Exª o Senador Aloysio Nunes Ferreira, dizer da alegria e satisfação que temos em receber, hoje, o Senador Alfredo Cotait, que já esteve aqui conosco, fomos companheiros nesta Casa, e que é Presidente da Câmara de Comércio Brasil-Líbano, com sede em São Paulo. Seja V. Exª sempre muito bem-vindo a esta Casa, que é também a sua! Muito obrigado pela sua presença.

E agora passo a palavra ao Senhor Embaixador Massot, para oferecer resposta às perguntas formuladas pelos Srs. Senadores.

O SR. AFFONSO EMILIO ALENCASTRO MASSOT – Também quero agradecer a presença do Senador Alfredo Cotait, com quem tenho convívio em São Paulo, porque, atualmente, exerço as funções de chefe do escritório de representação do Itamaraty naquela cidade. Tenho aprendido muito com o Senador Cotait, que tem me apresentado a destacados personagens da comunidade de origem libanesa em São Paulo e, através dessas apresentações, tem crescido em mim a admiração por este país para o qual estou tendo a honra de ser indicado. De modo que agradeço muito a presença de V. Exª que, além do mais, é meu amigo pessoal.

Eu me permitiria começar, talvez, respondendo à pergunta do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que mencionou que eu o qualifiquei de um cacife político. Evidentemente, quando temos 10 milhões de descendentes de libaneses – os números são variáveis: há quem diga que são oito, há quem diga que são dez, e não estou falando de sírios, porque sírios há outros 3 milhões –, e verificando, digamos assim, que é não só uma presença quantitativa, mas uma presença qualitativa na política: o Sr. Vice-Presidente da República, o Sr. Governador de São Paulo, o Vice-Governador de São Paulo, o Prefeito, o Presidente da Federação das Indústrias, enfim, por onde lancemos o olhar no Brasil, veremos essa presença. Como disse a Senadora Ana Amélia muito bem, no Rio Grande do Sul, é bem cristalizada e contribui de uma maneira extraordinária.

Muito bem, esse vínculo de sangue, no meu entender, essa parceria de sangue, como chamam, nos dá, além evidentemente da situação econômica brasileira hoje, que é a sexta economia mundial, do trânsito que temos internacionalmente, da credibilidade de que o País goza no cenário internacional, através de uma chancelaria profissional, de uma chancelaria ativa – agora mesmo, o nosso chanceler está no Oriente Médio, já saiu, está em Roma, mas esteve em contatos em Israel, em contatos na Palestina, em contatos na Jordânia –, isso tudo faz com que a política externa do Brasil hoje goze de uma credibilidade ímpar. Somando isso a esta presença de sangue, temos o que chamo desse cacife político.

E, além do mais, digo isso porque, recentemente, quando houve a Conferência Rio+20, estive longamente com o Ministro de Relações Exteriores do Líbano em São Paulo e partiu dele a iniciativa de elogiar muito a nossa atuação, no cenário político internacional, e justamente dizer que, por causa disto tudo ou pela credibilidade que goza, o Brasil poderia, crescentemente, ter um papel mais pró-ativo, quer dizer, de observador participativo na circunstância de vários focos internacionais, evidentemente na questão do Oriente Médio também por causa da bagagem de sangue que temos aqui.

Agora, como viabilizar isso? Através evidentemente de contatos. Acabei de mencionar a presença do Ministro Patriota. O próprio Ministro disse que temos que ser mais pró-ativos nessa questão toda. Nas conversas todas que teve lá, ele foi muito claro nisso, nessa necessidade de uma pró-atividade brasileira. E é isso que esses povos esperam, porque a situação política – V. Exªs conhecem isso tão bem ou melhor do que eu, porque é a natureza desta Comissão de Relações Exteriores – é muito imbricada. Há países que têm as suas posições absolutamente já cristalizadas, outros que têm posições opostas também cristalizadas, grandes potências.

Acontece que a busca da paz não é um privilégio das grandes potências. O Brasil, hoje, é um País que é um autor global. Então, não é privilégio de grandes potências a busca da paz. É um direito, é um dever do Brasil lutar por isso, participar de conversas, participar de contatos, fazer tudo isso que está fazendo, negociar, estimular, no âmbito multilateral – e é o que nós vínhamos fazendo nas Nações Unidas, não é? Que as Nações Unidas também tenham uma atuação mais solta, mais imediata e que não fique presa e não tome as iniciativas que deveria tomar. De modo que eu acho que o Brasil tem um papel muito importante a representar nesta circunstância, e um peso específico, como disse o Senhor, muito grande. E nós temos que estar à altura dele.

Quanto ao que nos colocou a Senadora Ana Amélia, eu gostaria de dizer que também para mim é um motivo de grande honra estar aqui à sua frente e sendo objeto do seu escrutínio, porque a família de meus pais é do Rio Grande do Sul; o meu avô é o patrono da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e fundador da Brigada Militar no século XIX, de modo que, para mim, é uma emoção muito grande estar aqui diante da Senhora.

Bom, evidentemente, nós temos, claro, um desequilíbrio muito grande no comércio. O Brasil vende para o Líbano US$300 milhões. Embora isso tenha crescido nos últimos anos, o crescimento é bastante grande de ano a ano, o Brasil hoje vende US$300 milhões e compra do Líbano US$3, ou US$2, ou US$4, enfim, o que é, evidentemente, uma soma irrisória.

Há espaço, há nichos, há possibilidades de aumentar isso, porque, afinal de contas, o Líbano compra US$20 bilhões por ano e exporta US$5,5 bilhões. Tem um déficit crônico de US$14,5 bilhões, que é compensado pelos ingressos de turismo e pelas remessas da diáspora, que chegam a quase US$9 bilhões. Mas há um nicho, porque, se o Líbano consegue comprar uma soma tão expressiva, evidentemente, comparando a essa soma, US$300 milhões é muito pouco.

De modo que eu pretendo, caso seja honrado com a aprovação de V. Exªs, me reunir com o meu amigo Senador Alfredo Cotait, que preside com grande brilho a Câmara de Comércio Brasil-Líbano. Há também uma Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, presidida pelo Dr. Salim Schahin, que também é bom amigo meu. Pretendo me reunir com todos para vermos a melhor maneira de explorar esses nichos de oportunidades que existem.

Eu acredito que deveria haver um estímulo à criação de um conselho empresarial enxuto, composto de representantes, evidentemente, das câmaras e de empresários libaneses e brasileiros – e não de CEOs, porque os CEOs geralmente não podem participar desses entendimentos – que pudessem se reunir uma vez por ano, trocar impressões, ver quais são as possibilidades para aumentarmos esse comércio. Como disse a Senadora, nós hoje somos os maiores exportadores de gado em pé e de carne para o Líbano. É uma exportação muito importante que fazemos.

Bom, a Petrobras tem estado muito interessada, porque há recentes descobertas na bacia continental do Líbano, de modo que a empresa, com toda a sua tecnologia de águas profundas e tudo o mais, tem manifestado interesse em reservas de petróleo e reservas de gás, mas evidentemente isso ainda está no início. Já houve uma missão da Petrobras a Beirute. Meu antecessor recebeu muito bem. E evidentemente temos que continuar explorando isso tudo.

Quanto à relação militar, há um interesse na criação de uma adidância. Eu tenho impressão, eu preciso conversar com o meu chefe e Ministro da Defesa, o Embaixador Celso Amorim, que esteve no Líbano duas ou três vezes há não muito tempo, sobre quais são as perspectivas da criação dessa adidância.

Nós temos hoje uma presença militar importantíssima no Líbano, que é o comando da Força-Tarefa Marítima da Unifil, uma Força das Nações Unidas para o Líbano. É o Contra-Almirante brasileiro Zamith que exerce a chefia desta Força-Tarefa. De modo que isso projetou o Brasil. Afinal de contas, são nove fragatas. E o Brasil tem a sua fragata, que foi recebida, no ano passado, pelo Vice-Presidente Michel Temer em belíssima solenidade. Já há uma segunda fragata, depois da União veio a Liberal, de modo que há um comando de nove fragatas e de quinze países por parte do Brasil. Isso nos dá uma dimensão de campo de defesa multilateral importantíssima. E eu acho que, como diz a Senadora, é importante nós explorarmos isso.

Essas relações, evidentemente, têm o seu trilho próprio, no âmbito da defesa, dos Ministérios de Defesa, mas o Itamaraty sempre age para interconectar essas possibilidades todas.

Há também – e eu pretendo mergulhar um pouco neste assunto também, caso assuma a função, caso me aprovem – o acordo Mercosul-Líbano. É algo que nós poderíamos dinamizar, porque eu acho que um acordo Mercosul-Líbano abriria muitas portas, justamente porque o comércio é uma via de duas mãos. Não adianta só querermos vender, vender, vender, sem comprar. É uma via de duas mãos. Se não comprarmos, não vamos vender mais. E eu acho que é por aí que teremos que trabalhar.

Bom, quanto à pergunta do Senador Cristovam Buarque, ele me honrou e nos honrou com a questão, pois é de tal maneira densa que, achando que a minha

resposta pudesse estar à altura da pergunta, sinto-me honrado. Mas eu acho que isso será difícil, porque eu ainda não tenho conhecimento de campo suficiente sobre o Líbano para saber exatamente como pensam as autoridades libanesas sobre determinadas questões.

Bom, com relação ao meio ambiente, eu tenho a impressão de que o pensamento é mais ou menos semelhante ao nosso, bastante semelhante.

Com relação à crise financeira, todos os países são abalados por ela e também procuram se proteger dela.

Abertura comercial. Eu acho que o Líbano precisa da abertura comercial para exportar, porque, já que ele vende tão pouco, quanto mais aberto o mercado internacional, melhor para ele. Além do mais, os libaneses são comerciantes por natureza. Como eu disse, desde o tempo dos fenícios, desde tempos imemoriais, eles fazem o comércio. Eles nos ensinaram a fazer comércio. O libanês ensinou, digamos assim. Hoje, quando se vai à Rua 25 de Março, em São Paulo, ou à Rua do Acre, no Rio de Janeiro, ou a qualquer outra cidade, vemos como os libaneses e os povos daquela região, sírio-libaneses, fazem o comércio e o quanto devemos a eles. De modo que eu acredito que a abertura comercial é definição para o Líbano. Eles precisam dessa abertura comercial.

Drogas e tráfico. Eu acho que a postura é, sempre, como a brasileira. Eu acho que aí podemos ter uma associação, uma convergência de ideias.

Quanto à questão da Síria e do Irã, aí é bem mais complexa. *Vis-à-vis* a questão da Síria é interesse da população civil libanesa, que passou por um drama de 15 anos sangrentos de guerra civil. É interesse dessa população que haja paz na região, quer dizer, a busca da paz é aquilo que eles querem, é aquilo que desejam. De modo que o poder constituído do governo libanês procura manter uma atitude discreta com relação a essa problemática da Síria, de certa maneira, se distanciando, para evitar, é claro, que haja repercussões diretas no país.

Como eu pude falar, não se pode conhecer a problemática política desses países sem conhecer a problemática religiosa, o que é muito difícil. Mas, se nós temos hoje, se tivemos algum problema em Trípoli, no Líbano, foi entre grupos alauítas e grupos sunitas e seus respectivos clãs familiares, quase que num reflexo de uma questão interna síria, de modo que o desejo do governo libanês é evitar que haja um comprometimento do Líbano por causa da questão síria.

Acho que o Brasil deve manifestar sempre uma solidariedade às autoridades libanesas para que permaneça numa atitude, de certa maneira, discreta, evitando que isso atinja as estruturas do país, porque eles já passaram pelo pior que poderiam ter passado. Tenho a impressão de que foi mais ou menos isso que o Senador perguntou. O Senador fez uma pergunta muito importante.

Tivemos recentemente a reunião, em Lima, da Aspa – América do Sul e Países Árabes. Houve uma convergência muito grande de posições em diversos setores, de modo que essa iniciativa brasileira tem gerado frutos e tem dado mais densidade ainda a essa perspectiva de uma atuação política importante do Brasil na região.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Embaixador as respostas e passo a palavra à Embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes.

A SRª ANA MARIA SAMPAIO FERNANDES – Muito obrigada, Senador, Presidente agora da nossa reunião.

Eu gostaria de tomar nota da apresentação do Senador Suplicy. Tomei boa nota e espero que o desenvolvimento dessa comunidade, dessa vila rural, possa avançar.

A Namíbia está interessada em fazer uma reforma agrária, comprando terras de proprietários que desejem vender – de quem quer vender, o governo compra. Acho que essa necessidade de melhorar a produtividade da pequena agricultura é uma preocupação do governo da Namíbia, e eles têm em mente, inclusive, os nossos programas, como o Programa Mais Alimentos, eles têm interesse de poder participar e eu acredito que essa é uma das áreas em que se poderá cooperar com a Namíbia.

Agora gostaria de me referir aos comentários e perguntas da minha Relatora, S. Exª, a Senadora Ana Amélia. A política externa brasileira, seja de cooperação militar, seja de qualquer natureza, é única. Não temos a política externa de um ministério, uma política externa do Ministério da Defesa. O Itamaraty, dentro das nossas atribuições constitucionais, está em harmonia com os outros ministérios que executam a política externa do Governo do País.

Então, há uma grande convergência, como mencionei aqui, na visão estratégica, nessa exposição de motivos preparada pelo Itamaraty em 1990, e toda essa atuação de treinamento da Marinha da Namíbia, porque, como vimos, a riqueza marinha e a riqueza da plataforma continental são importantes para todos os países. No caso da Namíbia, um país com uma costa importante, com recursos nessa plataforma, isso é essencial.

Além disso, quanto ao combate à pirataria – remetendo agora aos comentários e às perguntas de S. Exª, o Senador Cristovam Buarque –, o treinamento

da Marinha da Namíbia vai dar a ela a capacidade de policiar as suas águas com respeito à pirataria, tráfico de drogas, tráfico de armas. Então, há um benefício nessas áreas todas que extrapola um componente propriamente militar, porque há esse componente também da proteção dos recursos marinhos, como V. Exª mencionou.

A compra de material naval dependerá de possibilidades de financiamento por parte do Brasil. E isso eu creio que são temas a serem desenvolvidos. Por exemplo, para a área agrícola – a senhora mencionou a questão da indústria no Rio Grande do Sul –, há um memorando de entendimento entre o Ministério da Agricultura da Namíbia e a Abimaq, para que o Ministério da Agricultura da Namíbia pudesse promover a aquisição de maquinário brasileiro. Então, é uma área que também abre não só a parte naval, mas também a parte agrícola.

Com relação ao Mercosul e à união aduaneira do sul da África – SACU é a sigla em inglês –, está para ser ratificado esse acordo. Há uma lista de produtos, na qual os países indicam o seu cuidado e na qual eles abrem... Então, quando isso for ratificado, será um elemento de dinamização natural do comércio.

O comércio ainda é modesto. Nós somos grandemente superavitários de um comércio que, no ano passado, foi em torno de US$25 milhões, e nós vendemos US$24 milhões. Mas é o que eu digo: quando nós vendemos a esses países, nós não vendemos material de consumo, não vendemos produtos de consumo; raramente. Nós vendemos equipamentos, nós vendemos bens de capital que viabilizam a economia desses países. Eu acho que a gente não precisa ter pejo de ter um superávit, sobretudo quando se trata de um fluxo de comércio que viabiliza e dinamiza as economias desses países.

Agora, Senador Cristovam Buarque, só posso lhe responder como diplomata brasileira que se importa com os interesses do Brasil.

Como o senhor bem apontou, o Brasil é um ator internacional. Então, a nossa diplomacia precisa ser um ator internacional. E nós vemos que a nossa diplomacia foi importante quando, na América do Sul, por exemplo, nós delineamos as nossas fronteiras; a influência benéfica da política externa brasileira, do nosso patrono, o Barão do Rio Branco, nessa tradição de privilegiar o acordo e a paz – e não o conflito – para a solução dos problemas naturais e dos interesses divergentes.

Nós participamos da criação da Liga das Nações, fomos membros da Liga das Nações, fomos membros fundadores da ONU. O nosso, então, Chanceler Osvaldo Aranha foi Presidente da primeira Assembleia Geral; por isso, o Brasil tem ainda precedência no debate geral da Assembleia das Nações Unidas.

O senhor apontou muito bem: nós somos atores globais e temos, entre os valores que se expressam na nossa política externa, esse da busca da defesa dos direitos humanos, da paz, de uma convergência de interesses, e da solução de conflitos e controvérsias sempre de uma forma pacífica.

Toco os temas, então, que V. Exª abordou com relação a uma possível convergência de posições entre a Namíbia e o Brasil.

Em matéria de meio ambiente, com relação à cena global, o Presidente da Namíbia veio à Rio+20, o que mostra o comprometimento deles. A posição deles na Rio+20 é uma posição do grupo regional africano, porque, obviamente, aí esses países se inserem, e a Namíbia é um ator importante no âmbito da União Africana. E eles vieram com essa posição.

Agora, nós temos, por exemplo, uma cooperação no meio ambiente. Eles têm preocupação com isso, apesar de ser um país com uma pequena densidade populacional, o que favorece, de certa maneira, o tratamento dos temas de meio ambiente, porque não há grande pressão populacional. Nós já temos com eles um acordo de cooperação funcionando para o tratamento de resíduos sólidos. Então, é uma área em que eles realmente têm uma convergência conosco.

Na área de energia, eles provavelmente têm petróleo. Nós temos de nos lembrar que Angola é um grande produtor. Segue-se ali, portanto, que a realidade geológica desses países é semelhante e tudo indica que poderá haver. Nós temos empresas brasileiras ali, como eu mencionei antes, a Petrobras. Mais do que dependências, eu diria, Senador, que são oportunidades que surgem ali para as empresas brasileiras. Há oportunidade também na área de mineração. A Namíbia tem interesse em que o Brasil participe. Então há essas oportunidades.

A crise financeira não afetou tão diretamente a Namíbia, porque é um país que, dentro do fluxo financeiro internacional, ainda tem uma participação modesta, mas obviamente as oportunidades comerciais, que se restringem quando há crises financeiras, poderão ter um impacto.

A Namíbia é um país inserido na economia internacional. Eles estão negociando com a União Europeia um acordo para suceder aqueles chamados ACP, em que a União Europeia dá algumas preferências aos países da África, do Caribe e do Pacífico. Eles agora estão negociando com a União Européia. Como mencionei, têm com o Mercosul também esse acordo. Há um acordo da área do sul da África também, chamado SADC, de que eles fazem parte. Então eles estão in-

seridos nesses fluxos internacionais, não são grandes participantes do comércio internacional, portanto, são menos afetados diretamente pela crise, sem dúvida.

Drogas e tráfico de armas. Eles não são um grande problema de trânsito tanto de drogas quanto de armas, mas, como eu disse antes, a costa da Namíbia pode ser rota de tráfico de armas e lugar de pirataria. Então essa preocupação existe, no sentido de policiar as costas. E novamente a parceria brasileira é um instrumento importante para eles.

Com relação a essas situações do Oriente Médio, Irã ou Síria, o caso do Irã não é um elemento central da política da Namíbia. A Namíbia, no âmbito da União Africana, que considera uma série de problemas globais, não é um ator diretamente interessado nisso. No entanto, com relação à Síria, nós podemos depreender que a posição deles é convergente com a brasileira no sentido de exercermos mediações que levem a uma solução pronta e pacífica, porque, quando houve a ação militar na Líbia, o Ministério de Relações Exteriores da Namíbia, o Governo da Namíbia fez um comunicado da chancelaria no qual eles consideraram que houve um apressuramento em usar a força na Líbia, o que teria criado outras instabilidades na região. Então, por essa posição de cautela que foi manifestada oficialmente com relação à situação da Líbia, por inferência, pode-se saber que eles têm uma posição convergente com a nossa.

Com relação ao nosso pleito ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, nós sabemos que a União Africana procura uma posição conjunta, uma posição única. E essa posição não está totalmente delineada, fechada. Eles têm ainda um processo interno. Tenho certeza de que eles têm simpatia e reconhecimento dos méritos brasileiros e do nosso peso para ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança. Ninguém nega. Não há país que possa negar esse nosso peso, essa nossa adequação para essa responsabilidade, mas a Namíbia não é particularmente, assim como nenhum país africano, muito ativa, ostensiva, por conta dessa posição comum que eles primeiro concertam no âmbito da União Africana.

Creio ter respondido e agradeço mais uma vez as perguntas, que nos dão também a oportunidade de fazer um pouco mais de reflexão junto aos senhores e de tomar nota das inquietudes de V. Exªs.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu agradeço, Embaixadora.

Pergunto se todos os Embaixadores já votaram.

Ainda não?

Enquanto o Senador Aloysio vota, peço que eles já fiquem junto com a Senadora Ana Amélia para fazer a apuração.

Queria agradecer as falas dos dois, a apresentação, as respostas e dizer que a Namíbia é um país que talvez sirva de exemplo para mostrar que nem sempre a renda per capita é o melhor indicador.

Não há dúvida de que a Namíbia tem a menor renda per capita e um número grande de pessoas abaixo da linha de pobreza quando medida a linha de pobreza pela renda. Se olharmos a educação, vamos ver que ela não está na mesma posição que o número de pessoas abaixo da linha de pobreza. Essas pessoas têm uma melhor escola do que as pessoas abaixo da linha da pobreza na América Latina. Onze anos é a média de escolaridade, número maior do que o do Brasil por exemplo. É um país cuja renda é baixa, mas há investimentos, assim como em alguns lugares como Kerala, na Índia, que tem a renda per capita da Índia e indicadores sociais, às vezes, da Europa em matéria de esperança de vida, de mortalidade infantil e mesmo de educação.

Ao mesmo tempo, quero dizer que, em relação a essa ideia de que diplomata e político têm que defender o seu país, a gente vai sofrer uma mutação nas características do profissional diplomata, assim como nas do professor. Quem se considera professor hoje como era há dez anos não é mais professor, pensa que é professor. Nós vamos ingressar num processo de levar em conta os outros na hora de defender os nossos interesses. E não só porque eles estão se chocando, mas porque fazem parte de uma coisa só. Nós vamos caminhar para levar em conta. Eu gosto de citar o exemplo dos condomínios. Os diplomatas deviam ir a reuniões de condomínio dos edifícios não só para pacificar, mas para reconhecer, por exemplo, que, ainda que gostem de colocar o rádio e a televisão altos, não fazem isso, e entendem que não devem fazê-lo, em respeito aos outros.

(Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eles são do tipo vizinhos antigos.

Tenho assistido a isso no Instituto Rio Branco, de onde tenho a honra de ter sido professor no passado.

A gente tem que entender como vai ser ter o chapéu do país, o que é fundamental, mas, ao mesmo tempo, ter o chapéu da humanidade, ter o chapéu de interesses globais. Não se trata de interesses contraditórios em que a gente trabalha cada país como pedaço de um quebra-cabeça, mas não de uma totalidade. Mas isso não é ainda para esse mandato de vocês nem para os nossos. Vai demorar para termos políticos e diplomatas sem fronteiras. Por enquanto, ficam só os médicos sem fronteiras.

Eu gostaria de pedir que fosse feita a apuração.

Solicito a retirada dos que não são Senadores ou dos ex-Senadores, para nós é como se fossem Senadores, para que possamos cumprir o ritual de fazer a apuração secretamente.

(Procede-se à apuração secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu gostaria de agradecer a presença do Embaixador Affonso Emilio de Alencastro Massot, indicado para a República Libanesa, e da Embaixadora Ana Maria Sampaio Fernandes, indicada para a República da Namíbia.

Foram ambos aprovados por unanimidade dos votos dos Senadores.

Desejo-lhes, portanto, uma profícua e exitosa missão, representando o Brasil no cenário mundial.

Muito obrigado pela presença.

Quero pedir à Senadora Ana Amélia para ser a Relatora *ad hoc* de um novo processo.

O Embaixador, se quiser ficar conosco, muito prazer nos dará. Se não, está livre.

Nós vamos discutir o item nº 4, não terminativo, Mensagem nº 68, de 2012. A Senadora Ana Amélia é a Relatora *Ad Hoc,* substituindo o Senador Paulo Bauer.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: Pronto para deliberação

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o currículo enviado pelo Itamaraty indica que a Ministra Wanja da Nóbrega cursou Relações Internacionais na Universidade de Brasília e ingressou no Curso Preparatório para a Carreira Diplomática, do Instituto Rio Branco, por concurso havido no ano de 1983. É pós-graduada em Diplomacia e Negociações Internacionais pelo Ministério dos Negócios Exteriores da Austrália, Camberra, e defendeu, no Curso de Altos Estudos do Rio Branco, a tese "O Sistema das Nações Unidas: Perspectivas, Oportunidades e Limitações para a Promoção Comercial Brasileira. Propostas de Ação".

Entre as relevantes funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se a assistência na Divisão da Ásia e Oceania II (1985); a assessoria do Departamento de Serviço Exterior (1994); a gerência do Projeto da Coordenação Nacional do Subgrupo de Trabalho Meio Ambiente e Mercosul (SGT-6) (2001); a assessoria do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais (2002); a subchefia da Divisão de Feiras e Turismo (2004) e a chefia da Divisão de Informação Comercial (2004).

No Exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Paramaribo (1987), Paris (1989), Argel (1992), Roma (1994), Cidade do Cabo (1996) e Washington (1997).

O país para o qual a Ministra de Carreira é indicada para assumir a função de Embaixadora é uma república parlamentarista de maioria islâmica, com PIB nominal de US$108,1 bilhões e PIB *per capita* nominal de US$648, estando na 146ª posição no mundo em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano. É, portanto, incluído no grupo de nações de menor desenvolvimento relativo. Mantém com o Brasil um fluxo comercial da ordem de US$1.034 milhão de dólares.

As relações bilaterais foram inauguradas em 1972, tendo sido representação brasileira no país aberta em 1974 e fechada, por motivos orçamentários, em 1998. Em 2010, ela foi reaberta. O relatório não dá notícias se a representação brasileira em Bangladesh foi exercida, nesse ínterim, cumulativamente, pelo chefe da missão diplomática brasileira de algum Estado vizinho. Informa, todavia, que naquele ano a Secretaria-Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) enviou missão ao país com o objetivo de conhecer detalhes dos projetos sociais empreendidos pelo *Grameen Bank* (instituição pioneira no fornecimento de microcrédito), para o estudo de viabilidade de implementação de empreendimentos semelhantes no Brasil. Naquela oportunidade, a missão brasileira teria visitado projetos de criação de animais e tecelagem e o projeto-piloto para o fornecimento de água potável a habitantes da região. No ano passado, o Congresso brasileiro aprovou nova redação da Medida Provisória nº 519/2010, que autorizava a doação de 500 toneladas de alimentos a países em situação de insegurança alimentar, ampliando-a para até 710 toneladas, parte das quais seria destinada a Bangladesh. O País faz parte do grupo de 18 países prioritários para participar das atividades iniciais do centro de excelência contra a fome, inaugurado em Brasília, em 2011.

Como áreas potenciais de cooperação bilateral, destacam-se o estudo de medidas de mitigação de desastres naturais, a pesquisa agrícola, o setor de energia (em especial, o gás natural) e a construção civil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no

âmbito deste relatório, que aprova a indicação da nossa Ministra de carreira, Wanja Campos da Nóbrega, para a Embaixada do Brasil junto à República de Bangladesh.

Esse é o voto que apresento, como Relatora *ad hoc*, substituindo o Senador Paulo Bauer, do PSDB, de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão.

Item 6:

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 836, de 2012

Requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 14, § 2º, da Resolução nº 1, de 2011 – CN, licença dos trabalhos da Casa, nos dias 7 a 14 de novembro de 2012, para participar, como membro do Parlamento do Mercosul, de reuniões da Mesa Diretiva e de Comissões Permanentes da Assembleia Parlamentar Eurolatinoamericana – Eurolat, nos dias 9 e 10 desse período, na cidade de Cádiz, na Espanha, e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País entre os dias 7 e 19 de novembro de 2012.

Autoria: Senador Roberto Requião

Devo dizer que, nesse período, temos um feriado.

Designo o Senador Aloysio Nunes Ferreira, para relatar.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o requerimento do ilustre Senador Roberto Requião segue todos os cânones do nosso Regimento Interno e, diante da importância da sua missão, o meu voto é pela aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira se pronunciar, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Item 7:

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 855, de 2012

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 16 a 18 de novembro de 2012, em missão parlamentar, a fim de participar no Fórum sobre Segurança Internacional de Halifax, que ocorrerá em Halifax, Canadá; e comunica, ainda, de acordo com o art. 39, I,do mesmo Regimento, que estará ausente do País no período de 14 a 19 de novembro.

Autoria: Senador Luiz Henrique

Peço à Senadora Ana Amélia que faça o relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É com prazer que passo ao o relatório do requerimento do Senador Luiz Henrique, que preenche todos os requisitos regimentais desta Comissão de Relações Exteriores para o afastamento, durante o período referido pelo Senador Luiz Henrique, do PMDB, de Santa Catarina, de 14 a 19 de novembro, para missão oficial.

O meu voto é favorável ao Requerimento nº 855, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Outro item extraordinário.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que a Comissão recebeu, no dia 17 de outubro, o Requerimento nº 880, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Suplicy. De acordo com o Ato nº 5, de 2011, da Comissão Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicita a inclusão de requerimento para representar o Senado em missão no exterior.

Seu primeiro artigo inclui parágrafo único no art. 3º, do Ato nº 2, de 2011. O referido parágrafo único tem a seguinte redação:

Poderão constar da pauta os requerimentos propostos para representar o Senado para exercer missão no exterior recebidos na Secretaria da Comissão até o final do expediente do dia anterior à reunião.

Recebido no dia 17 de outubro, sua inserção em pauta está em conformidade com os atos que regem o funcionamento da Comissão. Assim, comunico a inclusão em pauta desse requerimento.

Leio agora o requerimento:

Requeiro, nos termos do art. 13 e 40, §1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como represen-

tante do Senado Federal, nos dias 25 e 26 de outubro de 2012, para participar, como convidado do Parlamento Latino-Americano, em Buenos Aires, da Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional daquele Parlamento.

E comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que se ausentará do País no período citado.

Peço à Senadora Ana Amélia, pode ser o Senador Aloysio...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Compartilhamos o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Está bem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, creio que o requerimento do Senador Suplicy recolherá a unanimidade do sufrágio desta Comissão, uma vez que ele é absolutamente conforme o nosso Regimento e a sua missão é altamente meritória.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira se pronunciar, em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa*.)

Está aprovado.

(É o seguinte o requerimento aprovado:

REQUERIMENTO Nº 880, DE 2012

Requer, nos termos do arts. 13 e 40, §1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, como representante do Senado Federal, nos dias 25 e 26 de outubro de 2012, para participar, como convidado do Parlamento Latino-Americano, em Buenos Aires, da Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Dívida Social e Desenvolvimento Regional daquele Parlamento, e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, que se ausentará do País nesse período.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira.)

Quero encerrar esta reunião agradecendo a presença de todos, em especial das Srªs e dos Srs. Senadores.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.)

ATA DA 41ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia oito de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Vanessa Grazziotin**, **Sérgio Souza**, **Cristovam Buarque**, **Antonio Carlos Valadares**, **Jarbas Vasconcelos**, **Luiz Henrique**, **Pedro Simon**, **Francisco Dornelles**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Paulo Bauer, Cidinho Santos**, **Randolfe Rodrigues**, **Delcídio do Amaral**, **Pedro Taques**, **Tomás Correia, Cyro Miranda**, **Mozarildo Cavalcanti** e **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 40ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos Comunicados da Presidência. Faz uso da palavra o Senador **Mozarildo Cavalcanti** solicitando inclusão extrapauta de Requerimento de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2012, que "institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira"; solicita ainda inversão de pauta para os itens 6 a 11, sua votação em bloco; e inversão de pauta para o Requerimento nº 34, de autoria do Senador **Tomás Correia** e o Requerimento nº 35, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Aprovada a inclusão do Requerimento de Urgência e a inversão de pauta. A Senadora **Vanessa Grazziotin** solicita inclusão extrapauta do Requerimento nº 932, de 2012, de sua autoria. Aprovada a inclusão. **Item 13 – Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 34**, de 2012, de autoria do Senador **Tomás Correia**, que diz "*nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência que seja encaminhada, por esta Comissão, a Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardoso, sugestão no sentido de alterar o art. 38, inciso I, do Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006, tendo em vista aumentar o prazo de validade de 5 (cinco) anos para 10 (dez) anos do passaporte brasileiro*". Resultado: Aprovado. **Item extrapauta 15 – Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 35**, de 2012, de autoria do Senador **Mozarildo Cavalcanti**, que diz "*requeiro seja apresentado por esta Comissão, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, Requerimento de Urgência para o Projeto de Lei do Senado n.º 380,*

de 2012, que "institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira". Resultado: Aprovado. Faz uso da palavra o Senador **Luiz Henrique** para solicitar votação em bloco dos itens 6 a 11 e 14. Aprovado. **Item 6 – Requerimento nº 886, de 2012**, de autoria do Senador **Flexa Ribeiro**, que "*requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado ao artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País no período de 15 a 26 de novembro de 2012, para chefiar delegação em viagem à China, atendendo a convite do Embaixador da República Popular da China no Brasil*". Relator: Senador **Vanessa Grazziotin**. **Item 7 – Requerimento nº 893, de 2012**, de autoria do Senador **Cícero Lucena**, que "*requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 15 a 26 de novembro de 2012, atendendo ao convite do embaixador da República Popular da China, a fim de participar da delegação que representará o Senado em viagem àquele País*". Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. **Item 8 – Requerimento nº 904, de 2012**, de autoria do Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, que "*requer, na forma do disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 13 a 26 de novembro de 2012, a fim de participar de Missão Parlamentar na República Popular da China, e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que se ausentará do País nesse período*". Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. **Item 9 – Requerimento nº 905, de 2012**, de autoria do Senador **Jarbas Vasconcelos**, que "*requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 15 a 26 de novembro de 2012, a fim de integrar delegação em viagem à República Popular da China*". Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. **Item 10 – Requerimento nº 911, de 2012**, de autoria do Senador **Casildo Maldaner**, que "*requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 15 a 26 de novembro de 2012, para integrar a Missão Parlamentar à República Popular da China.*". Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. **Item 11 – Requerimento nº 921, de 2012**, de autoria do Senador **Lobão Filho**, que "*requer, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização, com ônus para esta Casa, para ausentar-se do país no período de 14 a 26 de novembro de 2012, para, atendendo a convite do Embaixador da República Popular da China no Brasil, participar da delegação em viagem à China.*". Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. **Item extrapauta 14 – Requerimento nº 932, de 2012**, de autoria da Senadora **Vanessa Grazziotin**, que "*requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como licença autorizada sua ausência dos trabalhos da Casa, no período de 14 a 26 de novembro de 2012, quando estará participando de Missão Parlamentar à República Popular da China..*". Relator: Senador **Mozarildo Cavalcanti**. Resultado para os itens 6 a 11 e 14: Aprovado. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 68, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Senhora WANJA CAMPOS DA NÓBREGA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Popular de Bangladesh".* Relatora *ad hoc*: Senadora **Ana Amélia**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 71, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor RICARDO NEIVA TAVARES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Italiana, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta".* Relator: Senador **Jarbas Vasconcelos**. O Embaixador **Ricardo Neiva Tavares** e a Embaixadora **Wanja Campos da Nóbrega** são convidados a compor a Mesa e fazer suas exposições. O Senador **Mozarildo Cavalcanti** solicita abertura do processo de votação para os itens 1 e 2 da pauta. Aprovado. Fazem uso da palavra as Senhoras Senadoras e Senhores Senadores **Jarbas Vasconcelos**, **Cristovam Buarque**, **Luiz Henrique**, **Eduardo Suplicy**, **Vanessa Grazziotin** e **Pedro Taques**. A reunião é tornada secreta às doze horas e dez minutos e reaberta às doze horas e dezessete minutos. Atua como secretário o Senador **Luiz Henrique** e como escrutinadores o Senador **Pedro Taques** e a Senadora **Vanessa Grazziotin**. Resultado dos itens 1 e 2: Apreciadas Mensagens. O Presidente anuncia a apreciação das Mensagens e retoma a análise da Pauta. **Item 3 – Mensagem nº 67, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Maláui".* Relator *ad hoc*: Senador **Randolfe Rodrigues**. Resultado: Lido o Relatório, foi concedida vista coleti-

va da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº1, de 2011-CRE. **Item 4 – Mensagem nº 72, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo".* Relator: Senador **Luiz Henrique**. Resultado: Lido o Relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº1, de 2011-CRE. **Item 5 – Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2011**, de autoria da Presidenta da República, que *"dispõe sobre a criação de cargos de Controlador de Tráfego Aéreo do Grupo – Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo."* Relator: Senador **Randolfe Rodrigues**. Resultado: Aprovado. **Item 12 – Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 36**, de 2012, de autoria do Senador **Luiz Henrique**, que diz: "*requeremos, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, com a participação dos membros da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, a fim de que sejam apresentados os projetos estratégicos e estruturantes de interesse da Força Aérea Brasileira. O Planejamento Estratégico é um processo de formulação de estratégias organizacionais no qual se busca a inserção de uma instituição e de sua missão no ambiente em que ela está atuando. Tal planejamento está relacionado com os objetivos estratégicos, de médio e longo prazos, que afetam a direção ou a viabilidade da instituição. É preciso que, no processo de planejamento estratégico, todos os planos da instituição sejam elaborados de maneira integrada e articulada. O Comando da Aeronáutica conduz Programas de Desenvolvimento de Aeronaves e Artefatos Militares, no campo da tecnologia aeroespacial, de interesse do Estado. Tais Programas, além de desenvolverem a indústria nacional, geram centenasde empregos diretos de alta qualificação e milhares de postos de trabalho indiretos. Assim sendo, solicitamos a realização de audiência pública para melhor conhecermos os projetos estratégicos e estruturantes da Força Aérea Brasileira que estão em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa e com o Orçamento Anual para 2013. Sugiro que seja convidado para este debate, o Excelentíssimo Senhor Comandante da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro do Ar, Juniti Saito.*". Resultado: Aprovado. O Presidente comunica e submete ao Plenário Despacho *Ad Referendum* da Presidência da Comissão referente ao Requerimento nº 894, de 2012, de autoria do Senador Roberto Requião, que "*requer, nos termos dos artigos 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o artigo 14, § 2º, da Resolução nº 1, de 2011-CN, licença dos trabalhos da Casa, de 29 a 31 de outubro de 2012, para participar, como Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, do XLI Período Ordinário de Sessões do Parlamento Andino, na cidade de Lima, no Peru; informando, ainda, nos termos do artigo 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País entre os dias 28 a 31 de outubro de 2012*." Aprovado. Senador **Luiz Henrique** faz uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 41ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicados.

Grupo de Amizade Parlamentar Brasil-Eslováquia.

Documento recebido pela Presidência por parte do Ministério das Relações Exteriores, que nos transmite a comunicação recebida da Embaixada do Brasil na República Eslovaca, em que é relatado o encontro mantido pela Embaixadora do Brasil junto àquele país, Embaixadora Susan Kleebank, com o Presidente do parlamento eslovaco, o Sr. Pavol Paska.

Durante o encontro, a Embaixadora do Brasil informou o líder do Parlamento eslovaco sobre a composição do Grupo de Amizade encabeçado por S. Exª, o Senador Luiz Henrique, enfatizando o potencial de colaboração entre os Parlamentos. A isso, Pavol Paska assinalou disposição de trabalhar em conjunto para viabilizar a cooperação interparlamentar entre os dois países. O Presidente do parlamento eslovaco, correligionário do Smer, partido do Primeiro-Ministro Robert Fico, falou da prioridade do governo eslovaco em intensificar o relacionamento com países cujos modelos econômicos alternativos vêm logrando enfrentar as dificuldades impostas pela crise financeira mundial, mencionando, além do Brasil, a Rússia e a China.

A comunicação do Itamaraty observa que documento com igual teor foi também enviado ao gabinete de S. Exª, o Senador Luiz Henrique, Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Eslováquia.

Do Ministério da Defesa recebemos as seguintes informações: no último domingo, dia 04, 130 militares da Marinha, do Exército e da Força Aérea Brasileira embarcaram para a capital haitiana, Porto Príncipe, onde integrarão o novo contingente do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah).

Até o início de dezembro, estão previstos mais nove voos de traslado para levar 522 soldados ao país caribenho, totalizando um efetivo de 652 homens do 1º Batalhão de Infantaria de Força de Paz. Este é o 17º contingente enviado ao Haiti pelo Brasil. O país lidera a Minustah desde que a missão foi criada, em 2004. A última foi realizada ontem, quarta-feira, dia 07.

O segundo ponto trata do aprofundamento da cooperação bilateral e da parceria no desenvolvimento de projetos estratégicos setoriais como sendo a tônica do encontro entre os Ministros da Defesa do Brasil e da França, Celso Amorim e Jean-Yves Le Drian, nesta segunda-feira última, em Brasília.

O encontro entre os dois Ministros resulta no desdobramento das conversas mantidas por Sua Excelência, a Senhora Presidenta Dilma Rousseff, e o Exmº Sr. Presidente da França, François Hollande, em julho, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. No próximo mês, a Presidenta fará visita oficial à França.

Comunicados da Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Primeiro item: América do Sul.

As negociações do processo de paz entre o governo colombiano e as FARC, que estavam em fase preparatória em Oslo, devem prosseguir, em etapa decisiva, em Havana a partir do dia 15 deste mês. Registre-se, no entanto, que continuam os combates, com numerosas baixas da guerrilha e, em menor monta, das forças de segurança colombianas. O chanceler brasileiro, em visita a Bogotá, recebeu informações sobre o processo negociador e manifestou o apoio do Governo brasileiro às conversações, destacando sua importância para a América do Sul. A diplomacia brasileira colocou-se à disposição para colaborar, se essa for a vontade colombiana. Registre-se que apoiam as negociações Cuba, a Venezuela, o Chile e a Noruega.

No que diz respeito ao Mercosul, observe-se que, ao se avizinhar a data da próxima reunião de cúpula – prevista para se realizar em Brasília no dia 7 de dezembro –, cresce o mal-estar no Paraguai com o fato de que o Uruguai deverá assumir a presidência rotativa do bloco em seu lugar. Trata-se de mais um fator de irritação que se soma ao ressentimento com a suspensão do Mercosul – considerada humilhante para o país. Acresce que, em 7 de dezembro, a Venezuela participará da cúpula pela primeira vez como membro pleno. Para essa reunião, a Venezuela teria prometido aos outros parceiros estar preparada em termos da NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) e da TEC (a Tarifa Externa Comum).

O segundo comunicado da Presidência desta Comissão é sobre a crise econômica internacional.

Embora ofuscada pela realização das eleições norte-americanas, a reunião do G 20 Financeiro – ministros das finanças e presidentes de bancos centrais das vinte economias mais fortes do mundo – teve papel importante ao alertar para as dificuldades enfrentadas pela economia internacional neste momento. Realizada na Cidade do México nos dias 4 e 5 de novembro último, a reunião, esvaziada, não contou com a presença do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, do presidente do Banco Central Europeu, dos ministros das finanças da França e do Brasil, por exemplo.

Os participantes alertaram para a modéstia do crescimento global e para a continuada estagnação na Europa. O encontro realizou-se em momento no qual várias forças negativas se avolumam. A Grécia pode estar em situação de insolvência no próximo dia 16 de novembro e crescem as manifestações de rua contra as duras medidas de contenção orçamentária tomadas pelo governo, a maior delas agora, recentemente, tomadas no dia de ontem, em sessão no parlamento grego. Seguem fortes as dúvidas sobre se a Espanha terá necessidade de um *bail out*. O primeiro-ministro espanhol tem tentado afastar essa possibilidade, mas encontra ceticismo por parte do mercado, que acompanha o crescimento do desemprego e a elevação da força das manifestações contra medidas recessivas.

Por outro lado, aproxima-se também o chamado *fiscal cliff*, o acúmulo de cortes de gastos e aumento de impostos, que podem levar a economia dos Estados Unidos a um impasse e jogar o país na recessão. O presidente do Federal Reserve Ben Bernancke, que usou o termo 'abismo fiscal' no começo deste ano, crê que o problema se manifestará já em janeiro de 2013. Os Estados Unidos estão com enormes dificuldades em administrar seu crescente déficit, e o problema econômico possui também uma dimensão política, pois só pode ser resolvido por negociações com o congresso – naturalmente, o congresso americano.

O item nº 3 dos comunicados: Eleições nos Estados Unidos e o Brasil.

As eleições nos Estados Unidos não deverão ter efeitos de monta na sua política externa, que deverá

manter suas bem definidas prioridades, principalmente com a reeleição do Presidente Barack Obama.

De um lado, o presidente estará assoberbado com os problemas que os Estados Unidos enfrentam no campo econômico, com a lenta recuperação, a difícil retomada do emprego e a crescente ameaça do déficit público, agravada pelas medidas de estímulo à economia do seu primeiro governo. Esses problemas são aumentados pela estagnação da economia da zona do euro e pelo desaquecimento da China. De imediato, o presidente Barack Obama terá de negociar com o Congresso uma solução para o *fiscal cliff* – o agudo problema orçamentário, causado por medidas de corte de gastos e elevação de impostos, como já vimos anteriormente, e que pode levar a uma recessão.

De outro lado, o mandatário deverá continuar a enfrentar a realidade do crescente avanço estratégico da China, respaldado por anos de forte desenvolvimento econômico.

Os chineses têm realizado enormes e bem-sucedidos esforços de desenvolvimento tecnológico na área militar, como o Caça Stealth, invisível para radares, testado em 2011, e a colocação em operação de seu primeiro porta-aviões, em 2012. Ademais, desenvolvem mísseis capazes de atingir belonaves americanas no Pacífico. Embora ainda longe de ombrear com a sofisticação tecnológica dos Estados Unidos, a China mostra vontade e capacidade de se colocar em nível de competição militar com os americanos em futuro não muito distante.

Para *contrarrestar* as iniciativas chinesas, o Presidente reeleito Barack Obama deverá manter a política de aumentar a presença militar norte-americana no Pacífico. Continuará o deslocamento de unidades navais para o Oceano Pacífico e manterá a diretriz de estabelecer tropas de deslocamento rápido na Austrália.

Outro fator de preocupação é a renovação de lideranças chinesas que se verifica quase simultaneamente às eleições americanas, com a abertura quinquenal do Partido Comunista chinês, a partir do dia de hoje, 8 de novembro.

As novas lideranças assumirão encorajadas pelo fato inegável da maior presença econômica e estratégica do país, em contraste com a diminuição do peso relativo dos Estados Unidos, às voltas com a difícil retomada econômica.

Além dos aspectos militares, o Presidente Barack Obama deverá redobrar os esforços para o incremento e reequilíbrio econômico regional, por meio da *Trans-pacific Initiative*. O desengajamento no Iraque e no Afeganistão seguirá, como continuará a questão de como enfrentar problemas como o da Síria, o das instalações nucleares iranianas e a possibilidade de ataque preventivo israelense. Existem, ainda, nesse cenário de instabilidade, as sequelas da primavera árabe, a insatisfação e suspicácia dos mulçumanos em relação aos Estados Unidos e, como pano de fundo, a ameaça do terrorismo.

A segurança do país, muito centrado no combate ao terrorismo desde o 11 de setembro, e a garantia de suprimento energético são colocadas como orientações básicas para formulação da política externa dos Estados Unidos. Trata-se de políticas de Estado e não de governo e que, evidentemente, não mudarão com a reeleição do Presidente Barack Obama. Ademais, o presidente americano, qualquer que seja, tem suas ações limitadas pelo peso do Congresso e dos grupos de pressão. Embora haja o tradicional pêndulo entre o intervencionismo e o isolacionismo na política externa e os democratas sejam tradicionalmente mais multilateralistas e menos intervencionistas que os republicanos, não parece haver espaço para uma maior atenção ao Brasil por parte dos Estados Unidos.

Barack Obama não apoia a pretensão brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e tampouco o faria Mitt Romney. De outra parte, a proximidade do Brasil com os governos iraniano, venezuelano, o antigo governo paraguaio e o boliviano continuará a ser mal vista pelo Departamento de Estado, o que, naturalmente, não nos indica assumir animosidades de outrem. Nunca se pode prever, portanto, mudanças em relação ao Brasil, que continuará a não ser prioridade para a política externa norte-americana.

Iniciando a pauta do dia de hoje, temos como item 1, não terminativo:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Srª Wanja Campos da Nóbrega, Ministra de Segunda Classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.
Autoria: Presidenta da República.
Relatoria: Senador Paulo Bauer (Substituído por Ad Hoc)
Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Amélia.

Observações:

"No dia 18/10/2012, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE."

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Presidente, eu queria fazer um...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Eu queria fazer alguns pedidos. Primeiro, que V. Exª incluísse extrapauta requerimento de minha autoria, de pedido de urgência para um projeto já aprovado nesta Comissão, que institui a política nacional de defesa e desenvolvimento da Amazônia e da faixa de fronteira, que esta Comissão já aprovou.

Segundo, que houvesse uma inversão da pauta para apreciarmos os itens 6 a 14, que tratam de requerimentos que têm um objetivo só: designação de parlamentares que vão, atendendo a um convite do Embaixador da República da China, participar de uma delegação que representará o Senado em viagem àquele País.

Portanto, são requerimentos idênticos, que, creio, poderiam ser votados até em globo, se V. Exª assim julgar conveniente, e, em seguida, votaríamos os embaixadores.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Mozarildo Cavalcanti.

S. Exª, o Senador Mozarildo Cavalcanti, como as Srªs e os Srs. Senadores acabaram de ouvir, solicita inversão de pauta, em primeiro lugar, para um requerimento de autoria do Senador Tomás Correia, que se transformou num requerimento desta Comissão de Relações Exteriores, alterando o art. 38, inciso I, do Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006. Tendo em vista aumentar o prazo de validade de 5 para 10 anos do passaporte brasileiro.

Então, para essa inclusão extrapauta deste requerimento, solicito a aquiescência, mediante deliberação das Srªs e dos Srs. Senadores.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – (*Fora do microfone.*) do Senador Tomás Correia, mas eu pedi, na verdade, requerimento sobre o meu Projeto de Lei, o 336 – meu não, da Subcomissão da Amazônia e da Faixa de Fronteira – já aprovado por esta Comissão, pedindo que esta Comissão dê urgência ao projeto para que possamos tê-lo aprovado rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Em relação aos dois, então.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente.

Além disso, portanto, também solicita S. Exª, o Senador Mozarildo Cavalcanti, a inclusão extrapauta do requerimento em que ele pede, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja dada urgência para o projeto de Lei do Senado nº 380, de 2012, que institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira.

Coloco, portanto, inicialmente, em votação a inversão de pauta para esses dois requerimentos.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordarem com essa inversão, permaneçam como se encontram.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem S. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Acho que há sobre a mesa também um requerimento semelhante aos de nºs 6 a 11, que é de minha autoria. Então, solicito, Sr. Presidente, que na hora em que votarmos, poderemos votar juntos, fosse incluído também o requerimento extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – S. Exª, Senadora Vanessa Grazziotin solicita a inversão de pauta ou a inclusão?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Porque foi sugerido aqui que do item 6 ao item 11, que têm o mesmo objeto, tivessem uma votação única. Há mais um requerimento com o mesmo objeto que está extrapauta para que votemos junto também. Requerimento de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente, entendido. Senadora Vanessa Grazziotin, em seguida apreciaremos a solicitação feita por V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Portanto, as Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a alteração da pauta, incluindo esses dois requerimentos como extrapauta, requerimento de autoria do Senador Tomás Correia, aumentando o prazo de validade de 5 para 10 anos do passaporte brasileiro e o outro requerimento com o pedido de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2012, que institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovada a inversão de pauta.

Vou colocar em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que estão de acordo, que aprovam esses dois requerimentos aqui já citados, volto a repetir, um deles de autoria de S. Exª,

o Senador Tomás Correia, que aumenta o prazo de validade de 5 para 10 anos do passaporte brasileiro permaneçam como se encontram – vou colocar em votação cada um de per si –, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento que altera o art. 38, inciso I, do Decreto 5.978, de 4 de dezembro de 2006, de autoria de S. Exª, o Senador Tomás Correia.

O outro requerimento, que coloco agora em votação, em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 380, de 2012.

As Srªs e os Sr. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

(Foram os seguintes os itens aprovados:

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 34, de 2012

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência que seja encaminhada, por esta Comissão, a Ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardoso, sugestão no sentido de alterar o art. 38, inciso I, do Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006, tendo em vista aumentar o prazo de validade de 5 (*cinco*) *anos para 10* (*dez*) *anos do passaporte brasileiro.*

Autoria do Projeto: *Senador Tomás Correia*

EXTRAPAUTA

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 35, de 2012

Requeiro seja apresentado por esta Comissão, nos termos do art. 336, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, Requerimento de Urgência para o Projeto de Lei do Senado n.º 380, de 2012, que "institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira.".

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Foi solicitado por S. Exª, a Senadora Vanessa Grazziotin e, inicialmente, por S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti que os itens 6, 7, 8, 9, 10 e 11 da pauta fossem invertidos, que fosse invertida a pauta, colocando esses requerimentos logo à deliberação do plenário.

Adicionado a essa solicitação de S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti, vem a solicitação de S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin de inclusão do Requerimento nº 14, já que trata do mesmo assunto.

Esses requerimentos tratam, todos eles, de uma delegação oficial do Senado da República que, a convite do governo chinês, se deslocará para aquele país. São os Requerimentos nº 886, de 2012, 893, de 2012, 904, de 2012, 905, de 2012, 911, de 2012, 921, de 2012, e 932, de 2012. Todos esses requerimentos tratam de um mesmo objeto.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, tendo em vista que tratam do mesmo objeto, requeiro a V. Exª que, ouvido o plenário, a votação seja feita em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Exatamente isso foi sugerido por S. Exª o Senador Mozarildo Cavalcanti e agora, com o apoio de V. Exª, Senador Luiz Henrique, nós o faremos em bloco.

Então colocaremos agora em bloco esses requerimentos. Vale dizer que esses requerimentos têm a assinatura de S. Exªs os Senadores Flexa Ribeiro, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Lobão Filho e Vanessa Grazziotin.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a inversão de pauta e a inclusão, no início dos nossos trabalhos, desses requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

Aprovada a inversão de pauta.

Agora colocarei em votação os requerimentos já referidos.

Voltarei a enumerá-los.

Em votação os Requerimentos nº 886, 893, 904, 911, 921 e 932, todos de 2012.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam esses requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

Aprovados os requerimentos aqui citados.

(Foram os seguintes os itens aprovados:

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 886, de 2012

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado ao artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País no período de 15 a 26 de novembro de 2012, para chefiar delegação em viagem à China, atendendo a convite do Embaixador da República Popular da China no Brasil.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 893, de 2012

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 15 a 26 de novembro de 2012, atendendo ao convite do embaixador da República Popular da China, a fim de participar da delegação que representará o Senado em viagem àquele País.
Autoria: Senador Cícero Lucena

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 904, de 2012

Requer, na forma do disposto no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 13 a 26 de novembro de 2012, a fim de participar de Missão Parlamentar na República Popular da China, e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que se ausentará do País nesse período.
Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 905, de 2012

Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 15 a 26 de novembro de 2012, a fim de integrar delegação em viagem à República Popular da China.
Autoria: Senador Jarbas Vasconcelos

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 911, de 2012

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 15 a 26 de novembro de 2012, para integrar a Missão Parlamentar à República Popular da China.
Autoria: Senador Casildo Maldaner

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 921, de 2012

Requer, nos termos do art. 55, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização, com ônus para esta Casa, para ausentar-se do país no período de 14 a 26 de novembro de 2012, para, atendendo a convite do Embaixador da República Popular da China no Brasil, participar da delegação em viagem à China.
Autoria: Senador Lobão Filho

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 932, de 2012

Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como licença autorizada sua ausência dos trabalhos da Casa, no período de 14 a 26 de novembro de 2012, quando estará participando de Missão Parlamentar à República Popular da China.
Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Passamos, então, ao próximo item da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha da Srª Wanja Campos da Nóbrega, Ministra de Segunda Classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.
Autoria: Presidenta da República.
Relatoria: Senador Paulo Bauer (Substituído por Ad Hoc)
Relatoria *ad hoc*: Senadora Ana Amélia.

Observações:

No dia 18/10/2012, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE.

O item seguinte:

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 71, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Ricardo Neiva Tavares, Ministro de Primeira Classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Repú-

blica Italiana e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.
Autoria: Presidenta da República.
Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos.

Observações:

No dia 18/10/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

Convido para que tomem assento à Mesa a Srª Embaixadora Wanja Campos da Nóbrega, indicada para a República Popular de Bangladesh, e o Sr. Embaixador Ricardo Neiva Tavares, indicado para a República italiana, e, cumulativamente, a República de San Marino e a República de Malta.

Em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desejo a S. Exªs as melhores boas vindas a este plenário e a esta Comissão.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Eu até antes conversei tanto com o Embaixador como com a Embaixadora, explicando que hoje é sempre um dia atípico porque tem muitas comissão ao mesmo tempo. Inclusive, acho que a maioria dos Senadores aqui presentes estão em cinco, seis comissões ao mesmo tempo.

Então, eu pediria a V. Exª que, ao mesmo tempo em que ouvirmos e fizermos as arguições aos embaixadores, que V. Exª pudesse autorizar o início da votação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Solicito a S. Exª o Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti que seja declarado aberto o processo de votação, tendo em vista o acúmulo de trabalho no dia de hoje no Senado da República.

Conforme o art. 4º, a sua solicitação está embasada no §4º, do art. 3º, do Ato nº 1 desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, e que coloco agora à apreciação e deliberação do Plenário.

As Srªs Senadoras e Srs. Senadores que estiverem de acordo com a abertura do processo de votação já de imediato, permaneçam, por favor, como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro aberto o processo de votação.

As Srªs e Srs. Senadores que desejarem fazer uso do seu voto, poderão vir à mesa e recolher a respectiva cédula de votação.

Gostaria de informar ao Sr. Embaixador e à Srª Ministra que o tempo destinado a cada será de 10 minutos. O tempo será marcado por aquele relógio digital, que está na frente da senhora e dos senhores.

Em seguida à exposição que ambos farão, será aberto aos Srs. Senadores, na faculdade determinada pelo Regimento, tempo para as indagações que julgarem necessárias serem feitas a V. Exªs.

Portanto, eu pediria que fizesse atenção ao tempo.

Passo a palavra à Srª Embaixadora Wanja Campos da Nóbrega, indicada para a República de Bangladesh.

A SRª WANJA CAMPOS DA NÓBREGA – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Paulo Bauer, Relator, assim como à Senadora Ana Amélia, minha Relatora *ad hoc,* ao Embaixador Pedro Borio e sua equipe pelo apoio recebido, assim como registro a presença da Embaixadora Vera Machado. Gostaria também de agradecer o apoio e a presença do meu companheiro e também colega Ministro Adelmo Garcia, dos meus irmãos Ricardo, Mônica, Tiago, Flávia, e também da representante da Vale, do representante da Vale, que muito me honra com a sua presença, com quem trabalhei tanto em Washington quanto no Canadá, onde sirvo atualmente.

Gostaria, Sr. Presidente, de tecer aqui um agradecimento muito especial à TV Senado, que graças a sua transmissão via Internet possibilita que as minhas filhas, que se encontram em Toronto, possam acompanhar ao vivo o desenrolar desta reunião, assim como os demais familiares e amigos.

Por fim, quero expressar a honra que tenho de ver o meu nome indicado a V. Exªs para vir, eventualmente, a ser a próxima Embaixadora do Brasil junto à República de Bangladesh, país cuja cultura e língua bengali são seculares, mas com uma história contemporânea muito recente, que data, na verdade, de 1971, quando vem a se tornar independente do Paquistão por meio de uma guerra muito longa, muito sangrenta, com mais de três milhões de mortos e vinte milhões de desabrigados, causando uma situação bastante dramática.

Essa situação dramática provoca, em seguida, um evento pioneiro, que foi um concerto musical, organizado pelo beatle George Harrison. Junto com o seu amigo bengali Ravi Shankar, também músico, resolve organizar em Nova York o chamado Concerto para Bangladesh, em 1971. Esse concerto beneficente foi o primeiro desse estilo e, no meu entender, foi diferencial para o futuro de Bangladesh porque provocou três consequências. A primeira delas foi uma consequência econômica. Justamente alavancou uma soma importante para ajudar, sobretudo, as crianças, que eram o objetivo principal naquele momento, que morriam simplesmente de fome.

A segunda consequência, também muito importante, foi uma consequência política porque, em menos de 24 horas, o mundo inteiro foi chamado a conhecer as causas da guerra de Bangladesh, que era completamente ignorada pela mídia internacional, embora na mesma área, no sudoeste da Ásia, ocorressem naquele momento outros conflitos muito mediáticos, porque tinham, inclusive, um pano de fundo de uma guerra fria.

A terceira consequência desse Concerto para Bangladesh foi uma consequência social. Embora tivesse sido, talvez, involuntária, foi, no meu entender, diferencial para o nascimento do país, porque as Nações Unidas foram chamadas a se instalarem no país através das suas agências especializadas, assim como diversas organizações não governamentais, para justamente reconstruir o país, devastado e aniquilado com a sua elite cultura, política administrativa. Aliás, essas organizações não governamentais se encontram, até hoje, em Bangladesh e fazem uma diferença muito importante, que vou expor ao longo dos meus dez minutos.

Passados apenas 40 anos, Bangladesh sai de um país praticamente falido para surpreender o mundo, e surpreender em três aspectos sobretudo. Primeiro, com um crescimento de 3% ao ano, significativo e invejável para qualquer país, levando em consideração a crise de 2008. Também com o avanço agrícola, um progresso na agricultura tremendo. Saiu de uma fome profunda para ser hoje quase que autossuficiente em arroz, sobretudo, o que não impede, Sr. Presidente, de aceitar e necessitar de doações internacionais de alimentos, o que ocorreu. V. Exªs se lembrarão de que, no ano passado o Congresso Nacional aprovou, por medida provisória, a doação de setecentas mil toneladas de alimentos, e Bangladesh foi justamente um dos países receptores.

Bangladesh surpreende ao atingir as metas do milênio, num avanço significativo.

Bangladesh, que, aliás, significa país dos que falam bangla, bengali, forjou, no meu entendimento, uma identidade pós-colonial muito própria. É um país com 150 mil quilômetros quadrados, que abriga uma população de 160 milhões, ou seja, traduzido para uma realidade brasileira, seria, Excelências, como se quase toda a população brasileira estivesse concentrada no Ceará ou no Paraná. Portanto, dá a dimensão da problemática da densidade populacional. E 90% população abraça a religião islâmica. Ao mesmo tempo, é uma república parlamentar unicameral e dominada por duas coligações políticas e ambas são lideradas por mulheres. Uma delas, inclusive, é a primeira-ministra.

Trata-se, na verdade, do único o país muçulmano, que eu saiba, em que a chefe de governo e a chanceler são mulheres. Observa-se justamente um empoderamento feminino, tanto na área rural quanto na área urbana.

Esses dados são particularmente importantes se observarmos a geopolítica onde se localiza Bangladesh, como os senhores podem ver no mapa, que é justamente a região do Planeta que congrega a maior população muçulmana do mundo, junto com Indonésia, Índia e Paquistão. Nesse contexto político, econômico e comercial, e, sobretudo, não perdendo de vista que se trata de um país considerado pelas Nações Unidas como de menor desenvolvimento relativo, o Brasil, no meu entender pode, com a reabertura da nossa embaixada, adensar significativamente as relações bilaterais.

E aqui eu gostaria de expressar que, caso eu tenha a honra de ser aprovada por V. Exªs, eu gostaria de usar justamente a minha experiência dos últimos dez anos em promoção comercial para ser um dos pontos de adensamento de relações. E é justamente o primeiro ponto, a relação comercial, que, em 2011, tivemos US$1 bilhão, uma cifra, aliás, dezoito vezes superior a alcançada em 2002, e este ano a Embraer logrou vender aeronaves para uma empresa nacional, uma empresa Bangladesh. O que demonstra, no meu entender, que estamos conseguindo não somente aumentar o nosso comércio, mas também diversificar.

Por outro lado, eu salientaria investimentos. Bangladesh é um país absolutamente carente em infraestrutura, com um crescimento acelerado, como eu disse 6% ao ano. Se cruzarmos isso com a experiência e a excelência das nossas empresas, que têm tanto êxito e experiência internacional, eu acredito que teríamos grandes chances para nos aprimorar e descobrir novas possibilidades.

Sobretudo, talvez, o relacionamento pudesse ser adensado no campo da cooperação técnica bilateral. Bangladesh já expressou interesse em receber cooperação da Embrapa, naturalmente, mas também na área de saúde, energia e outros serviços, projetos e programas sociais que o Brasil desenvolveu com tanto êxito.

O Brasil, por seu lado, também tem demonstrado interesse em conhecer programas sociais genuinamente desenvolvidos por Bangladesh. Entre eles, vou destacar o Grameen Bank, que não é o único, mas talvez seja o mais conhecido, ficou conhecido internacionalmente como o banco dos pobres porque iniciou uma experiência muito bem-sucedida de financiamento de microcrédito para a população mais pobre, sobretudo a população pobre feminina rural. Isso foi um grande diferencial e teve um sucesso enorme não só no país como replicado em outros países, e mereceu inclusive, Sr. Presidente, o Prêmio Nobel da Paz em 2006. Com números espetaculares, chegando a 97% de retorno dos empréstimos.

Com tudo isso, o Brasil já encaminhou uma missão governamental para conhecer, mas o que me chama a atenção atualmente é que dez estudantes universitários brasileiros foram a Daca estagiar na sede do Grameen Bank, o que demonstra que o interesse já ultrapassou a esfera governamental.

No campo multilateral, eu saliento o meio ambiente. Bangladesh é um país extremamente vulnerável às mudanças climáticas e ao aquecimento global, e o Brasil – nem preciso mencionar – tem todo o interesse e envolvimento nesse tema, mas também nas forças de paz. Bangladesh, atualmente, é o país que tem o maior contingente nas forças de paz internacionais.

Sr. Presidente, são as principais linhas que eu gostaria de apresentar aqui. Naturalmente, eu me disponho a esclarecer e tecer outros comentários se V. Exªs assim o desejarem.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Srª Embaixadora Wanja Campos da Nóbrega, indicada para a República de Bangladesh.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Ricardo Neiva Tavares, indicado para a República Italiana e, cumulativamente com a República de San Marino e à República de Malta.

O SR. RICARDO NEIVA TAVARES – Muito obrigado.

Inicialmente, gostaria de manifestar os meus agradecimentos a V. Exª, Sr. Presidente, ao vice-Presidente desta Comissão, meu ex-professor, Senador Cristovam Buarque, ao meu relator, Senador Jarbas Vasconcelos e aos demais membros desta Comissão pela oportunidade que tenho hoje de estar aqui.

Adicionalmente, eu gostaria também de registrar a presença de vários colegas do Itamaraty, em particular do Chefe da Afepa, o Embaixador Pedro Borio e da Srª Subsecretária-Geral de Assuntos Políticos, Embaixadora Vera Barrouin Machado, que foi aprovada por esta Comissão para me suceder à frente da missão do Brasil junto à União Europeia em Bruxelas.

A Itália é um dos países mais importantes da União Europeia. É membro fundador dos Tratados de Roma, que justamente estabeleceram duas das comunidades; é a quarta economia da União Europeia e a terceira da zona do euro. É um país que foi unificado há apenas 150 anos, mas tem mais de 2.500 anos de história. Tem uma população de cerca de 60 milhões de pessoas, um PIB de aproximadamente US$2,2 trilhões de dólares; uma renda *per capita* de mais de US$36 mil e está na vanguarda de setores como o *design* industrial, alimentação e moda.

No entanto, a Itália é também um espelho da atual crise europeia, tem uma dívida de quase 125% do PIB, a maior em termos absolutos na União Europeia, equivalente a 23% da dívida total na zona do euro. Tem um desemprego superior a 10%, sendo que esse índice alcança 36% na faixa de 15 a 24 anos, contra uma média de 22% na União Europeia e na zona do euro, e se prevê para este ano uma contração, pelas estimativas oficiais, de 2,4% do PIB com a queda nos investimentos, na produção industrial, nos serviços, da demanda interna e no comércio.

As perguntas que podem ser feitas são: como a Itália chegou a tal situação, quais as perspectivas de solução e como se situam nesse contexto as relações com o Brasil.

Os problemas, na verdade, não são novidade para a Itália. Nos anos 90, a crise política decorrente da Operação Mãos Limpas e o colapso financeiro, na época também a dívida do país era equivalente a cerca de 120% do PIB, levaram à queda do governo, à extinção da primeira república, ao fim dos partidos tradicionais e à nomeação de um técnico, o ex-Presidente do Banco Central italiano, Carlo Azeglio Ciampi, como Presidente do Conselho de Ministros.

Nas duas últimas décadas, o crescimento médio foi muito baixo, mas a situação se deteriorou mesmo em fins de 2011, com o agravamento dos problemas europeus. As crises fiscal, bancária e de competitividade contribuíram para a queda do governo Berlusconi e a nomeação de um outro governo técnico para promover ajustes e saneamento, liderado por Mario Monti, que havia sido comissário europeu para o Mercado Único, em concorrência no período de 1995 a 2004.

O governo Monti é apoiado pela chamada "estranha" maioria, que reúne partidos que eram adversários até então, principalmente o Povo da Liberdade, Partido Democrático e a União dos Democratas-Cristãos e de Centro. Mas a crise atual vem trazendo dificuldades aos partidos políticos e gerando votos de protesto, o que tem estimulado também grupos alternativos, como o Movimento Cinco Estrelas e o chamado Céu, Esquerda, Ecologia e Liberdade, além de novas lideranças nos partidos.

As eleições parlamentares deverão ser realizadas até abril do próximo ano. Acredita-se, de acordo com as pesquisas disponíveis, que elas poderão levar à formação de uma coalizão de centro-esquerda, mas o posicionamento de Monti, que é Senador vitalício, ainda não está claro. A preocupação maior é evitar um retorno à tradicional instabilidade da política italiana, que fez com que o país tivesse mais de 60 governos desde a 2ª Guerra Mundial.

Até as eleições, Monti continuará, sem dúvida, a realizar reformas, utilizando-se do voto de confiança, já recorreu a ele mais de 30 vezes em menos de um ano, para acelerar o processo de aprovação parlamentar das medidas propostas, com vistas, essencialmente, a eliminar o déficit público, que hoje está na faixa de 2,6%, estimular a modernização e a competitividade da economia e promover um crescimento de cerca de 1%, a partir de 2014.

A agenda de reformas do governo é muito ampla, envolve várias áreas: tributária, previdenciária, trabalhista, financeira, reorganização do Estado, com a simplificação burocrática, diminuição de despesas, aumento de receitas, privatizações, reformas do Judiciário e do sistema eleitoral.

Monti vem obtendo resultados e recuperou, sem dúvida, a credibilidade do País, mas vulnerabilidades e incertezas persistem. No plano interno, quanto maiores os sacrifício com a continuação da recessão e do desemprego, menor o apoio do eleitorado, que passou de 71% para menos de 50%; menor também o apoio dos sindicatos e dos partidos políticos. O governo também vem enfrentando problemas externos: persistência da crise europeia, alguns ataques especulativos que dificultam a rolagem da dívida do País e dificuldade de obtenção de crédito também, apesar da ação do Banco Central Europeu no sentido de oferecer tais créditos.

Na área externa, Monti vem mantendo a postura tradicional do País. Tem uma agenda pró União Europeia, pró G8, tradicional aliança com Estados Unidos e Otan e a chamada política de círculos concêntricos, que dá prioridade aos países do entorno geográfico e progressivamente aos demais.

Mas há uma tensão crescente, sem dúvida, aos novos atores internacionais, em especial à China, à Índia e ao próprio Brasil. As relações com o Brasil, na verdade, são antigas, são profundas, diversificadas, com enormes oportunidades de diálogo e de cooperação. A Itália foi reconhecida pelo Brasil no ano da sua unificação, em 1861, e a imigração para cá teve início em 1870. Hoje, cerca de 30 milhões de brasileiros são de origem italiana, uma Senadora. A comunidade brasileira residente na Itália alcança quase 80 mil pessoas e o fluxo anual de turistas, cerca de 300 mil. Mais de 70 atos bilaterais foram assinados desde o início do relacionamento para desenvolver esse relacionamento em diferentes áreas: como energia, ciência e tecnologia, espaço, defesa, meio ambiente, ação descentralizada e cooperação trilateral.

A parceria estratégica bilateral de 2007 e o seu plano de ação de 2010 vêm estimulando novas iniciativas nos campos político, econômico, comercial, industrial, financeiro, cultural e educacional. Quanto a esse último, por exemplo, é digno de nota registrar que 6 mil brasileiros deverão estudar na Itália pelo Programa Ciência sem Fronteiras nos próximos anos, em 14 instituições.

Há uma troca de visitas de alto nível. A última delas foi a visita do Vice-Presidente da República, em setembro, e reuniões de mecanismos de monitoramento e cooperação.

A Itália é o oitavo maior parceiro comercial do Brasil e o terceiro dentro da União Europeia, com intercâmbio de US$11,6 bilhões, em 2011, e de US$8,1 bilhões no período de janeiro a setembro deste ano, com um déficit para o Brasil desde 2009. Mais de 50% das nossas exportações são de produtos básicos, enquanto os manufaturados dominam amplamente a pauta das nossas importações. Há quase 600 empresas italianas instaladas no Brasil. A mais antiga delas é a Pirelli, que está aqui há mais de 80 anos. O estoque de investimento italiano no Brasil alcança quase US$18 bilhões, pelos valores de 2011, mas há sempre novos investimentos. A Fiat, por exemplo, indicou que investiria 3 bilhões em 5 anos na modernização e renovação de sua fábrica, em Minas Gerias e na abertura de uma fábrica em Pernambuco; a Ducati anunciou a abertura de uma fábrica de motocicletas em Manaus; a Azimut Benetti, uma fábrica de barcos em Santa Catarina; a Mossi & Ghisolfi, de processamento de plásticos, em Pernambuco, a Danieli, Siderurgia, em Pernambuco e a Enel, energia eólica, em três Estados do Nordeste brasileiro.

De outro lado, há uma ampliação também gradual de investimentos brasileiros na Itália, que chegaram a 217 milhões no ano passado, sobretudo nos setores bancário, alimentar, de serviços aéreos, tecnologia da informação, turismo, moda, máquinas, ferramentas e refrigeração.

Por tudo isso, creio que se pode olhar o futuro com confiança e otimismo, cabendo a mim, se for aprovado por esta Comissão, criar condições adicionais para o contínuo aprofundamento e ampliação das relações bilaterais com a Itália e também com os dois outros países nos quais terei a honra de ser embaixador cumulativamente, Malta e San Marino, sobre os quais eu desejaria dizer algumas palavras.

Malta é membro da União Europeia desde 2004, do Espaço Schengen, desde 2007 e da Zona do Euro desde 2008.

Estabeleceu relações com o Brasil em 75, relações essas que foram muito importantes, fundamentais mesmo para a evacuação de milhares de funcionários da empresa Odebrecht durante a crise da Líbia.

O principal problema bilateral nos últimos anos, que era um acordo para a isenção de vistos, foi resol-

vido recentemente, após a aprovação do instrumento por esta Comissão e Malta tem interesse em três outros acordos. Um deles está sob análise, sobre transferência de presos, e dois outros na área financeira: um para evitar a bitributação, que é dificultado, no entanto, por Malta ser considerado um país de legislação tributária favorecida, e um acordo sobre investimentos que, na verdade, só tem sido possível no contexto de acordos de livre comércio mais abrangentes.

Já San Marino é uma República parlamentarista e tem a particularidade de ter dois chefes de Estado. São os capitães regentes nomeados por período de seis meses.

Suas relações com a União Europeia são disciplinadas por um acordo vigente desde 2002 e também mantém um acordo monetário para a utilização do euro no território do país.

San Marino integra vários organismos internacionais e, em várias ocasiões, já concedeu apoio a candidaturas brasileiras. Por exemplo: a Kosok e na Unesco.

As relações com o Brasil foram estabelecidas no plano consular em 1984 e no plano diplomático em 2002.

Interesses de San Marino no caso brasileiro concentram-se em acordos sobre investimentos e para evitar a bitributação, mas o país também enfrenta as mesmas limitações de Malta. Porém, do lado brasileiro, a Receita Federal teria interesse em celebrar um acordo sobre troca de informações tributárias.

Era isso que eu tinha a dizer inicialmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Ricardo Neiva Tavares pela sua explanação, ele que está sendo indicado para a República Italiana cumulativamente com a República de San Marino e a República de Malta.

Passamos a palavra para S. Exªs os Srs. Senadores inscritos. Pela ordem, S. Exª o Senador Jarbas Vasconcelos tem a palavra.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco/PMDB – PE) – Sr. Presidente Fernando Collor, Srªs e Srs. Senadores, para mim, Sr. Embaixador Ricardo Tavares, foi uma tarefa agradável relatar a sua indicação feita pelo Governo, através de solicitação do Itamaraty, para ser o nosso Embaixador na Itália e responder também, cumulativamente, pelas Repúblicas de Malta e de San Marino.

V. Exª tem um currículo muito rico de experiência, é uma pessoa bem dimensionada que tem como episódios marcantes a sua atuação no âmbito interno do Itamaraty e no exercício de suas atividades fora do Itamaraty, nas embaixadas em que representou o País.

V. Exª vai representar o Brasil num país em crise, a qual foi muito bem detalhada na sua breve exposição. É a terceira economia do euro na Europa, um país que teve, até pouco tempo, uma economia informal muito predominante, a chamada economia de fundo de quintal; um país que não faz mal, nem é exagero dizer que é quase a segunda pátria de um bom número de brasileiros que têm profunda simpatia pela Itália.

Mas quero dizer que a Itália chegou a essa situação muito por conta dos seus últimos governantes: a irresponsabilidade, o populismo, o aspecto de Papai Noel, de querer atender a todos os pleitos corporativos. Não é à toa que Portugal e a Espanha, por exemplo, estão na situação em que se encontram, sobretudo Portugal, por terem uma Constituição Papai Noel e um Congresso extremamente Papai Noel, com espírito de Papai Noel.

De forma que V. Exª chega à Itália dentro dessa crise, com uma população contida, que atinge os ricos, a classe média, os operários, os empregados, tendo em plena ebulição toda essa questão da Grécia, de Portugal e da Espanha. E a Itália também, uma terceira economia, se encontra em uma situação de muita delicadeza.

V. Exª também vai para uma país com que o Brasil sempre manteve – e foi testemunhado pelas suas palavras – uma relação antiga, profunda, de ampla simpatia com a Itália, mas que recentemente teve um episódio penoso, doloroso do Sr. Battisti, em que as atrapalhadas do governo brasileiro quase que nos levaram a problemas mais sérios nessa relação com a Itália. A Itália teve um comportamento bastante ponderado, respeitoso, e o Brasil não foi respeitoso com a Itália em relação a esse episódio. E esse episódio só não alcançou uma dimensão maior exatamente pela crise por que passa a Itália. Estivesse a Itália em um período de normalidade econômica, ainda se estaria discutindo essa questão do Battisti.

De forma que não são propriamente indagações a V. Exª, mas eu fico muito tranquilo, como membro da Comissão de Relações Exteriores, com a sua indicação, porque é um homem preparado, é um homem que tem trabalhos prestados ao Itamaraty, tanto no seu âmbito interno como nas embaixadas em que já ocupou. Espero que V. Exª dê a sua contribuição, porque vai para um país importante, muito importante, um país que todos gostam e torcem para que ele se recupere. Que V. Exª possa, como nosso representante, dar também a sua contribuição e levar em conta essa boa relação que o Brasil sempre teve no aspecto cultural, no aspecto econômico, no aspecto social, histórico; em todos esses setores o Brasil sempre uma profunda e estreita relação com a Itália.

Desejo muito boa sorte a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Jarbas Vasconcelos, ele que foi Relator da indicação do Embaixador Ricardo Neiva Tavares para a República Italiana, acumuladamente com a República de San Marina e a República de Malta.

Passo agora a palavra a S. Exª, o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srª e Sr. Embaixador, demais embaixadores aqui presentes, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, primeiro uma pequena fala à Embaixadora Wanja.

É uma satisfação ver uma pernambucana nessa posição em um país que é um dos mais interessantes no mundo de hoje. Interessante não é necessariamente país rico. Interessante é o país onde as coisas estão acontecendo. Em Bangladesh as coisas estão acontecendo até por necessidade, basta ver como a revista *The Economist* tem falado de Bangladesh e de um certo desenvolvimento que está acontecendo.

Bangladesh, pela sua história milenar, por sua relação com a Índia, da qual sempre fez parte, pela maneira como se separou do Paquistão muito recentemente, do qual fazia parte, é um país curioso do ponto de vista de novidade.

Além disso, entre os muitos problemas que eu vejo, Embaixador Ricardo, que vamos enfrentar no mundo, um deles é o que a gente pode chamar de países inviáveis, que alguns radicalizam ao chamar de países falidos. Mas eu prefiro chamar de países com dificuldades gravíssimas, como o Haiti, como o Sudão, neste momento. São países que irão precisar da comunidade internacional para que eles retirem a sua população das dificuldades. Bangladesh é diferente desses, porque é um país consolidado, é um país com história, um país em que o Estado funciona, apesar de crises constantes pelo seu parlamentarismo, pela instabilidade partidária, mas é um país, também, pelo seu tamanho, que ninguém pode chamar de inviável. De qualquer maneira, é um país com dificuldades muito forte, até mesmo porque a cada tempo vêm tragédias naturais muito graves. E se prevê, sim – e aqui o Senador Collor é um dos precursores nisso no Brasil – a possibilidade de inundação do país inteiro por causa do aquecimento global.

Então, a senhora vai estar em um país que, a meu ver, carrega muito de interessante, e espero que nos mantenha – o Brasil inteiro – bem informados desse trabalho, que aumente ao máximo a nossa relação com Banngladesh e sobretudo que nos traga essa experiência maravilhosa, liderada, como a senhora bem falou, pelo Prof. Yunus, que é do microcrédito funcionado, como lembrou o Presidente Collor, onde não há quase inadimplência. Eu fiquei lá, Presidente Collor, sete dias visitando o Grameen Bank, aí dentro, daí para o hotel, e vi como é possível se fazer uma revolução. Então, fico muito feliz de tê-la, porque é importante que o Brasil saiba o que acontece ali.

Mas eu tenho perguntas mesmo é para o meu querido ex-aluno, como ele disse, Ricardo Neiva, que me recebeu na Bélgica algumas vezes. Eu quero aproveitar, Embaixador Ricardo, para divulgar pela televisão certas coisas que o Brasil precisa aprender em relação à Europa.

Eu vou fazer todas as perguntas. Primeiro, quando é que o senhor imagina, ou o senhor próprio viveu, o primeiro sintoma que disse: a crise chegou. Quando é que 2008 chegou à Europa, porque o ano chegou primeiro nos Estados Unidos. Quando é que, de repente, as pessoas disseram: algo está acontecendo que nos deve preocupar?

E aí, dentro disso, alguém previu, o senhor se lembra de alguém que, através de artigos, através de pronunciamentos no Parlamento, alertou disso ou foi uma surpresa geral? E, obviamente, junto disso, quais são os indicadores que nos permitiram alertar?

Eu quero deixar claro que a minha preocupação não é apenas curiosidade. É porque eu quero estar de olhos abertos quando esses indicadores chegarem ao Brasil. Eu não gostaria de descobrir isso posteriormente.

A outra pergunta é: em que lugar, hoje, nós podemos ver melhor o debate sobre o futuro da Europa? Qual jornal, qual revista, qual partido até está trazendo a reflexão sobre para onde deve ir a Europa? E, vinculado a isso – e aí, talvez, a sua opinião, a sua leitura –, se é possível sair dessa crise mantendo alta taxa de crescimento, ou se a Europa vai ter que buscar outro propósito civilizatório.

Faço um parêntese aqui, Senador Collor, para dizer que eu fui à Grécia, quando ela estava num momento grave, mas não tão ruim assim, e fiquei muito impressionado com um professor universitário com quem eu tive uma entrevista. Ele me disse que tinham baixado o salário dele em 40% e em 40% a carga de trabalho dele. Claro que a universidade foi sacrificada. Mas aí eu perguntei: como é que o senhor sobrevive? Ele disse: "Bem, com 40% do tempo mais livre e sem dinheiro, a primeira coisa foi renegociar o aluguel do meu apartamento. Mas, como está todo mundo igual, o dono do apartamento baixou o aluguel. Segundo, foi tirar meu filho do colégio particular e colocá-lo na pública. E, agora, eu uso parte do meu tempo para ajudar essa escola. Eu dou aula na escola, eu oriento os alunos. Terceiro, parei de usar o carro. Mas como? Todo mundo parou e o trânsito está ótimo e, de ônibus,

eu vou rápido. O que mais lamento realmente é não poder viajar para o exterior porque eu não tenho euros."

Então, esse cara se adaptou a uma realidade nova. Não vou dizer que está melhor do que antes, mas adquiriu outros direitos que não tinha ontem que é usar o tempo livre. Eu pergunto se a saída para a Europa não vai ser algo deste jeito: reduzir a taxa de crescimento, aumentando o bem-estar, desvinculado bem-estar de crescimento econômico. Essa é uma pergunta.

A outra pergunta é: no que está acontecendo na Grécia, que a gente viu hoje de manhã, pela televisão, essas medidas de austeridade vão permitir a recuperação da Grécia ou a gente vai ter uma ruptura institucional na Grécia, mesmo que liderada por pessoas que não sabem o que fazer?

Não esqueçamos que faz pouco tempo, na eleição, quase ganha um candidato, não vou dizer de esquerda ou direita, de extrema resistência à austeridade. E eu creio que ele não saberia o que fazer, mas poderia haver.

E, finalmente, tem a ver com o que eu falei no começo, se o senhor acha que a Europa traz alguma lição para o Brasil, além de todas as outras que trouxe nos últimos 500 anos. Nós somos um país de formação, de criação, somos uma invenção da Europa, a América inteira. Isso aí está trazendo alguma lição, pela surpresa como aconteceu, e pode trazer alguma surpresa boa, por novos caminhos que eles venham a construir?

Faço essas perguntas sabendo que o senhor vai para a Itália, mas muito à vontade, primeiro, porque o senhor está saindo da comunidade econômica europeia, o foco, o centro, o lugar onde as coisas estão acontecendo e, depois, vai para a Itália, o que não é muito diferente, continua dentro da comunidade econômica europeia, e um país até para onde nós temos olhado muito, porque é um dos que mais dificuldade passa e um dos que está melhor aparentemente encaminhando a sua crise política, que é a base da sustentação para resolver o problema econômico.

Essas são as perguntas, dizendo da minha satisfação de tê-lo como nosso embaixador em Roma, dando continuidade a essa brilhante carreira que o senhor vem desempenhando.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Cristovam.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Luiz Henrique; em seguida a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, mais uma vez esta Comissão recebe dois servidores públicos que enaltecem uma das melhores massas críticas deste País que é o Ministério das Relações Exteriores.

Saudando a Embaixadora Wanja Campos da Nóbrega, ou Wanja, já que esse jota, internacionalmente, tem o som de i, eu faria duas perguntas objetivas a S. Exª. Gostaria de pedir que ela nos explicasse como funciona o Grameen Bank, o seu braço internacional que é o Grameen Trust, e o seu braço agroindustrial, que é o Grameen Danone Foods.

Por outro lado, eu gostaria de saber se a taxa de crescimento demográfico de Bangladesh continua explosiva ou se está declinante.

Saudando o Embaixador Ricardo Neiva Tavares, quando S. Exª mencionou que a Itália teve, em poucas décadas 70 governos, lembrei-me de uma frase que é atribuída ao bom humor irônico do ditador Mussolini, que teria dito que governar qualquer país é muito difícil, mas governar a Itália é inútil.

A imigração italiana no Brasil, realizada a partir da segunda metade do século XIX, foi predominantemente feita com populações empobrecidas, muito empobrecidas, vindas do norte, sobretudo das regiões do Veneto, do Piedmont e do Alto Adige.

O meu Estado, Santa Catarina, de oriundos dessas regiões, tem um contingente que representa 42% da população catarinense.

Na época, o sul italiano era mundialmente visualizado por sua prosperidade, que inclusive se projetava através de instituições de excelência e muito avançadas para a época, como o Círculo Matemático de Palermo, a Estação Biológica de Nápoles e o próprio Teatro San Carlo, que é uma obra prima da cultura universal.

Hoje, observa-se o contrário. O norte tem uma das rendas *per capita* mais elevadas do mundo e o sul, até com a incapacidade de colher o lixo nas ruas de Nápoles, revela o crescimento da pobreza.

No atual processo de reestruturação política, administrativa e econômica da Itália, há algum novo mecanismo de política de desenvolvimento regional, no sentido de equilibrar o desenvolvimento italiano?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Luiz Henrique.

Passo agora a palavra a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, eu não estava aqui no início porque precisei estar em outra Comissão hoje. Então, perdi suas considerações iniciais sobre o que se passa no mundo, mas eu gostaria, o que V. Exª registrou brevemente, de saudar aqui as eleições norte-americanas, especialmente o exercício de democracia que, mais uma vez, os Estados Unidos da

América proporcionam ao seu povo e também como exemplo para todos aqueles que, desde 1776, nos Estados Unidos, proclamaram a sua independência e têm procurado construir a democracia. Avalio que essa experiência, saudada também anteontem e ontem pelo Senador Pedro Simon, é muito bela, comovente. Os povos do mundo, inclusive na África, no Quênia especialmente, onde, ao lado da avó do Presidente Barack Obama, comemoraram o resultado, a sua repercussão pelo mundo, que considero muito importante.

E eu quero aqui também registrar, já que V. Exª sempre ressalta os fatos internacionais de maior relevância, que, para a Comissão de Relações Exteriores, é importante que nós saudemos o exercício democrático que levou o Presidente Barack Obama à vitória, mas com o sinal de muito respeito para seu oponente, Mitt Romney, e por todo o esforço realizado por todos os lados envolvidos nessas eleições.

Gostaria de desejar à Embaixadora Wanja Campos da Nóbrega e ao Embaixador Ricardo Neiva Tavares muito sucesso em suas missões em Bangladesh e em Roma.

Tive a oportunidade de visitar Bangladesh, em 2008, conforme dialogamos ontem, e, a convite do Prêmio Nobel da Paz, Muhammad Yunus, pude ali conhecer essa experiência notável do Grameen Bank, Banco do Vilarejo, assim como li os seus livros e acho que, realmente, é muito importante essa interação que o Governo brasileiro realiza com Bangladesh, tão positiva notícia que V. Exª nos traz e que agora há 10 brasileiros já na sede do Grameen Bank – estive lá. Também fui visitar uma vila rural onde cerca de 70 mulheres – as mulheres são partícipes importantes do Grameen Bank, do sistema de microcrédito, mas havia também homens, mas, sobretudo, eram as mulheres titulares das contas. Há uma reunião mensal em que elas trocam ideias sobre as suas experiências e como é que utilizaram os montantes relativamente modestos, mas, como algumas delas já estavam na segunda, na terceira ou na quinta forma de realizar um microcrédito, para, a cada vez, realizar algum tipo de empreendimento ou até de melhoria de sua casa ou de proporcionar estudos a seus familiares e assim por diante.

Então, quero dizer que será muito importante que nós aprendamos mais e possamos interagir, o Prof. Muhammad Yunus esteve já algumas vezes no Brasil. Inclusive em Santa Catarina, quando era Governador, Luiz Henrique o recebeu lá...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Na Conferência Eco Power.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Exatamente. Tive a honra de ter sido convidado para lá interagir com o Prof. Muhammad Yunus, assim como também na Alemanha participamos de conferência sobre como a renda básica e o microcrédito podem desenvolver o empreendedorismo e contribuir para a erradicação da pobreza.

Quero aqui dizer que será muito importante que possamos continuar esta interação. Meus cumprimentos à senhora para que ali... Se puder, tendo oportunidade, gostaria de outra vez visitar esse País de enorme complexidade e ainda com um grau de pobreza absoluta bastante significativo. A renda *per capita* de Bangladesh, como a senhora mencionou, ainda é relativamente baixa e, estando lá, impressiona-nos o número de pessoas em cada lugar do País, seja em Daca, seja no interior, é sempre intensíssimo o número de pessoas que ainda vivem nas ruas. Há muito o que fazer, mas também para aprender com essas experiências para superação da pobreza absoluta.

Gostaria de transmitir ao Embaixador Ricardo Neiva Tavares também que ali, ainda ontem, conversávamos, eu lhe mostrei um artigo recém-publicado no *Le Monde,* a respeito da crise europeia, onde o Prof. Philippe Van Parijs, da Universidade Católica de Louvain e também de Harvard, apresentou um texto no qual ele disse que para efetivamente se conseguir salvar a região do euro e o próprio euro e superar as dificuldades da Europa, a sua proposição é de que só se salvará o euro se também na Europa se instituir uma renda básica incondicional para toda sua população. Como tivemos a oportunidade de dialogar a respeito, eu gostaria de lhe perguntar se, tendo tomado conhecimento da proposição do Prof. Philippe Van Parijs, que estará no Brasil de 5 a 7 de janeiro próximo, convidado que foi pela Universidade de São Paulo e pela própria Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, se avalia que essa é uma proposta que tem um bom senso e que poderá efetivamente, em futuro próximo, ser realizada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Perdão, ainda...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Mas há algo que eu gostaria de mencionar, até porque ouvi a voz do Senador Jarbas Vasconcelos.

Ele mencionou que a relação do Brasil com a Itália... Teve a preocupação com respeito ao episódio de Cesare Battisti. E eu quero transmitir aqui ao querido Senador Jarbas Vasconcelos que eu, como neto e bisneto de italiano, tenho uma afinidade e um amor pela Itália, acabei me envolvendo em estudar este caso. Fiquei com a convicção de que o Presidente Lula, res-

peitada a decisão do Supremo Tribunal Federal, agiu com correção no episódio. Eu sei que desagradou o governo italiano, autoridades italianas, mas quero, inclusive, transmitir ao senhor: será publicado um livro em dezembro próximo do Prof. Carlos Lungarzo, da Anistia Internacional, de Nova York. É um argentino e professor aposentado da Unicamp, que estudou em profundidade todos os processos pelos quais passou Cesare Battisti na Itália e na Corte Europeia. E ele mostra como houve erros fundamentais ali. Também há nesse livro um depoimento do Cesare Battisti em que ele afirma com clareza que não cometeu aqueles quatro assassinatos.

Quero dizer que, por ter estudado esse assunto em profundidade, acho que o governo italiano, os italianos, ao conhecerem melhor a história completa, saberão compreender a decisão que foi tomada pelo governo brasileiro e respeitarão a decisão do Supremo Tribunal Federal de não extraditar o Sr. Cesare Battisti.

Logo que tiver esse livro publicado em dezembro próximo, eu o encaminharei ao senhor, porque será um documento importante. E vou dar um exemplar ao Senador Jarbas Vasconcelos, pela minha amizade com ele.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

Passo agora a palavra a S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro quero cumprimentar os Embaixadores que aqui estão, Embaixador Ricardo e Embaixadora Wanja. A Embaixadora sai do Canadá e vai para Bangladesh.

Quero dizer, em primeiro lugar, que admiro muito essa forma, a conduta que adota o Itamaraty que faz com que embaixadores e embaixadoras tenham experiências tão diversas. Isso é muito importante não só para a formação profissional, mas para a cidadã também, porque, afinal de contas, os senhores representam não apenas um país, uma pátria, mas um povo em outros países e é importante que tenham essa vivência.

Nunca fui a Bangladesh, diferentemente dos meus colegas que aqui estão, Senador Cristovam, Senador Suplicy, mas é um país que de certa forma tem algumas características do Brasil, sobretudo da Região Norte. É um país que sofre muito com desastres naturais, muito mais do que o Brasil, e é claro, tirando a pobreza, que é uma pobreza extrema, falava com mais detalhes aqui o Senador Cristovam a respeito do Grameen Bank e de quanto ele repassa para as pessoas, algo em torno de 20 ou 30 dólares, não sei qual é a moeda, muito pouco. É um banco que tem uma clientela formada basicamente por mulheres.

A economia de Bangladesh, pelo conhecimento que temos, vem basicamente da agricultura, do setor primário. E planta muito arroz, porque são áreas alagadas.

Eu queria perguntar à Embaixadora como se dá a relação fundiária naquele país. As pessoas têm a propriedade da terra? Como acontece isso. E como a senhora acha que poderíamos ter uma relação mais estreita entre o nosso País e Bangladesh, principalmente nas regiões... Eu sou da Amazônia e a gente vive um pouco semelhante. O nosso grande desafio hoje é como utilizar economicamente as várzeas. Nós não as utilizamos. São as áreas mais férteis que utilizamos muito pouco ainda. Quando as utilizamos, isso ocorre de forma irregular. O novo Código Florestal pretende melhorar essa relação da população com a terra, a questão fundiária e a utilização da terra, como nós poderíamos fazer para melhorar esse relacionamento.

Embaixador Ricardo, o Senador Cristovam, falando sobre a crise da União Europeia, comparou Grécia e Itália. Pergunto ao senhor o seguinte: o senhor acha que há possibilidade de a Itália chegar ao ponto em que chegou a Grécia, de tomar medidas tão radicais?

Segundo. O fluxo para os países da União Europeia, enfim, os países mais desenvolvidos que o Brasil, o fluxo, a remessa de recursos de países como o Brasil para esses, sobretudo em relação às empresas. O senhor citou várias delas, como a Pirelli, a Fiat e várias outras empresas. Como tem sido o fluxo da remessa de recursos do Brasil para a Itália? E se vem decrescendo, e o que isso teria a ver, porque não é somente a relação Brasil/Itália, mas da Itália com vários outros países do mundo, o que isso tem representado orçamento da Itália?

Era isso. E no mais desejar a todos, à senhora, à segunda Wanja que conheço na minha vida. É um nome muito bonito, exótico e diferente. Desejar à senhora e ao Embaixador Ricardo pleno sucesso. Tenho certeza de que os nomes do senhor e da senhora serão aprovados aqui, e tenham muito sucesso diante desse novo grande desafio para ambos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª a Srª Senadora Vanessa Grazziotin.

Passo, agora, a palavra à Srª Embaixadora Wanja Campos da Nóbrega, para iniciar as respostas às indagações formuladas pelas Srªs e Srs. Senadores.

A SRª WANJA CAMPOS DA NÓBREGA – Muito obrigada, Sr. Presidente, obrigada a V. Exªs, Srªs e Srs. Senadores.

Tentarei abordar todos os temas. Mas, antes, gostaria de voltar a registrar algumas presenças que eu vi posteriormente, dos meus irmãos Kiko, Edelise e dos amigos, além da Flávia, da Drª Sônia, que muito me honra aqui, e outros que talvez não esteja enxergando. E faço questão de fazer esse registro, Sr. Presidente, porque na carreira diplomática é importante ter o apoio dos amigos e familiares. E muito me honra e alegre vê-los aqui hoje. E falar também da presença do Secretário Leonardo Azevedo, que tenciona servir na nossa embaixada em Bangladesh.

Passado esse registro, eu gostaria também de fazer algumas menções, primeiramente, aos comentários do Senador Cristovam Buarque, que falou com propriedade da situação de Bangladesh, que não é mais um Estado falido ou inviável para gradualmente galgar e, como eu disse, mesmo surpreender com tantos números.

Entretanto, esse desenvolvimento de Bangladesh ainda depende muito da cooperação internacional, tanto de organismos como as Nações Unidas, do Banco Mundial, como também de doações de alimentos periódicas. Depois falarei mais a respeito disso, quando for tecer comentários à Senadora.

Realmente, os temas de meio ambiente e aquecimento global são particularmente delicados, tratando-se de Bangladesh, tendo em vista a geografia do país, que, além de ser um país pequeno, tem um delta formado por dois enormes rios, o Ganges e o Bramaputra, que com as suas cheias e vazantes causam periódicas inundações e também se, sobretudo, coincidem com os ciclones que passam na área. Com tudo isso, é um tema extremamente importante esse do aquecimento global e do meio ambiente, inclusive para evitar o que é chamado agora, Sr. Presidente, dos emigrantes de desastres naturais, emigrantes de meio ambiente, porque é expulso das suas áreas, ainda mais que parte de Bangladesh fica praticamente abaixo, ou quase no limite do nível do mar. Então, qualquer alteração do nível do mar causará desastres populacionais em níveis significativos. E toda a área ao redor será atingida, em todo mundo. Não há mais um evento que possa ficar único na sua área ou no seu país.

O Senador Luiz Henrique me questionou do Grameen Bank. Eu agradeço muito ao Senador a oportunidade de tecer comentários a respeito do Grameen Bank, que justamente nasceu pequeno, nasceu ali no vilarejo, na zona rural e foi crescendo, crescendo, porque, com empréstimos pequenos, minúsculos, de um, dois dólares, conseguiu fazer uma enorme diferença. E o seu crescimento transformou-se num grande sucesso na zona rural. Daí os dados de crescimento, de aumento de expectativa de vida e de melhoria são interessantes.

Bangladesh conseguiu não só melhorar o nível de vida nas zonas urbanas, mas também nas zonas rurais, e graças a empreendimentos como o do Grameen Bank. Como eu disse, o sucesso foi uma estrutura simples, imaginada, criada e cultivada mesmo pelo Prof. Yunus, de pequenos grupos de mulheres. Isso é um fator também muito interessante, sempre foi direcionado às mulheres, talvez por influência de 1975, que foi o ano dedicado às Mulheres, da Conferência das Mulheres, e coincidiu com o início também de Bangladesh a presença das organizações não governamentais. Talvez isso tenha contribuído para focar esses projetos sociais na população feminina, mas também porque hoje já se sabe que há uma população que vai dedicar mais a alimentação dos seus filhos e aos cuidados com saúde etc.

O Grameen Bank foi replicando não só no País, em diversos vilarejos, mas também por outros países. Daí necessitou-se fazer ou criar o Grameen Trust. O terceiro braço do Grameen, que é o Grameen Danone, é outra experiência fenomenal, que, junto com a empresa francesa Danone, iniciou um programa de melhoria da alimentação, sobretudo de crianças dos vilarejos mais miseráveis e pobres. E, realmente, é um país – não se pode perder de mente – com 50 milhões de pessoas abaixo do nível da pobreza, vivendo com menos de um dólar por dia. Então, qualquer empréstimo que seja feito, faz uma grande diferença. Mas o Grameen não faz empréstimo. Ele faz um financiamento, e essa foi a diferença, porque ele contribuiu para o empreendedorismo e, com isso, obteve números fenomenais de 97%, 98% de retorno. Com um dólar, cinco dólares, compra-se a palha, constrói-se a cesta, vende-se no mercado ou começa a arar a terra. Há, então, um efeito muito positivo e com pouquíssimo dinheiro.

Então, justamente o *The Economist* da semana passada traz dados impressionantes sobre o Grameen Bank que diz que, atualmente, já alcançou 8.4 milhões de empréstimos, de pessoas, de créditos, no valor de um bilhão de dólares. Menciona também outro, chamado BRAC, que também é muito eficiente, muito importante, ligeiramente diferente do Grameen. Já são cinco milhões de clientes, num valor de US$725 milhões. São valores absolutamente impressionantes, sobretudo tendo em vista o efeito muito positivo.

O Senador também me perguntou sobre a taxa de crescimento. É outro dado também muito interessante, muito positivo. O senhor pergunta se a população continua sendo explosiva ou declinante.

É declinante e, atualmente, a taxa é quase de reposição, é 2,3, que para um país como Bangladesh

não só é muito importante ter em vista a relação área e população – são mil habitantes por quilômetro quadrado –, mas também se observa que todo esse investimento na população feminina também reverteu no decréscimo da taxa de fertilidade. Não foi uma coisa impositiva. Na mesma época, iniciavam-se tanto na Índia quanto na China políticas determinadas e coercivas, o que não ocorreu. Ocorreu mais um projeto de educação, conscientização, saúde e todos os outros programas sociais e resultaram em dados muito positivos. Um deles, que eu gostaria de destacar aqui, é que no ano de 1971, quando Bangladesh se separa do Paquistão, ambos os países tinham 65 milhões de pessoas. Atualmente, Paquistão tem 180 milhões e Bangladesh, 160 milhões. Então observamos aí uma diferença de contenção e resultados extremamente positivos.

O Senador Eduardo Suplicy mencionou sobre os projetos de estágios no Grameen Bank, e isso me dá oportunidade também de mencionar que o Grameen Bank, justamente nesse objetivo, voluntário ou involuntário, de poder ser replicado, o modelo do Grameen Bank abre a possibilidade de receber estagiários, o que ocorreu com o Brasil, inclusive, – e são estágios gratuitos e muito flexíveis, começam em julho, terminam em dezembro, são muito flexíveis. E, lendo sobre isso, me interessei, particularmente, justamente em poder divulgar, caso venha a ser aprovado por V. Exªs, as universidades. Acredito que, com a Cooperação Sul-Sul, sobretudo em países que têm dificuldade semelhantes – e o Brasil e Bangladesh têm várias –, poderá haver um resultado muito profícuo.

V. Exª menciona sobre a sua visita a Bangladesh, que gostaria, talvez, de visitar no futuro, o que muito me honraria ou me honrará. E gostaria de mencionar a esse respeito, o que me leva a outro ponto interessante que é um dos pontos de cooperação técnica bilateral que Bangladesh procura no Brasil, e é justamente sobre o sistema eleitoral, que é referência no mundo. E, em 2014, teremos as próximas eleições e, talvez, seja uma excelente oportunidade de estarmos presentes, talvez até com uma delegação parlamentar, se o V. Exª me permite a ideia.

E a Senadora Vanessa Grazziotin pergunta sobre o que podemos pensar ou cruzar de informações com a Região Amazônica, e existem várias. Justamente Bangladesh vive de cheias e vazantes, e aproveita ambas para a agricultura. E é graças a isso que conseguiu um progresso impressionante na área de arroz. Como sabemos, em 71 e sobretudo em 74, que foi uma miséria e uma fome profunda, ficou conhecida como a Fome de Bangladesh, as pessoa simplesmente morriam à beira da estrada. Não existe mais, graças, sobretudo, ao plantio do arroz de vários tipos.

Então, a cada estação – são basicamente três estações que Bangladesh tem durante o ano –, são plantados diferentes tipos de arroz. Então, são aproveitados, na cheia ou na vazante, e isso é um progresso técnico alcançado. E V. Exª tem toda a razão de mencionar o problema delicado do meio ambiente sobre o qual já tive oportunidade de falar.

Com relação à propriedade da terra, em um país com uma população tão grande e com um espaço relativamente reduzido, qualquer pedaço de terra é importante para o plantio. Existe propriedade de terra, às vezes, difíceis de serem delimitadas, sobretudo pela repartição, mas, sim, existe. E existe o cuidado do arado próprio, familiar, em geral familiar, ou também de grupos.

Enfim, acredito que são esses os pontos que teria anotados, Sr. Presidente, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado à Embaixadora Wanja Campos de Nóbrega indicada para a República Popular de Bangladesh.

Gostaria de trazer às Srªs e Srs. Senadores um excerto de um artigo publicado na revista *Interesse Nacional*, que é um revista trimestral e que tem como seu editor responsável o Embaixador Rubens Barbosa, que foi embaixador do Brasil em Washington e vem discutindo, no meio acadêmico, temas de muito interesse também para esta Comissão. Ele traz um artigo do Dr. Ricardo Senes contido em "Brasil-Paraguai as questões regionais recentes". E o Dr. Ricardo Senes, então, neste último número da revista *Interesse Nacional* diz o seguinte, num determinado trecho do seu artigo:

A agenda regional do País [no caso, o Brasil] guarda relação com as percepções de parte da elite brasileira [e, aí, vem o que é extremamente interessante.] Entre as dez maiores ameaças internacionais ao Brasil percebidas pela elite política brasileira, seis se relacionam com questões globais (*aquecimento global, protecionismo comercial dos países ricos, armas nucleares, terrorismo internacional e desigualdade econômica*), *enquanto as outras quatro ameaças detectadas pela elite política brasileira são de caráter regional* (*tráfico de drogas, governos autoritários na América do Sul, internacionalização da Amazônia, contrabando de armas*). *A mesma pesquisa que atestou isso também indicou os principais objetivos da política externa brasileira: defender a democracia na América do Sul, fortalecer a liderança regional do Brasil e fomentar a integração da infraestrutura da região. Ou seja, estabeleceu-se nos últimos anos um razoável consenso, no grupo de pessoas que acompanham os temas internacionais, no Brasil, sobre a importância estratégica da América do Sul para ao país.*

Passo, agora, a palavra ao Senhor Embaixador Ricardo Neiva Tavares, indicado para a República Italiana, cumulativamente com a República de Sanmarino e a República de Malta, para resposta às perguntas feitas pelos Srs. e Srªs Senadoras.

O SR. RICARDO NEIVA TAVARES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, gostaria de agradecer as palavra generosas do Senador Jarbas Vasconcelos e dizer da minha satisfação, mais uma vez, de ter sido relatado por V. Exª.

Em relação às perguntas, primeiro, do meu prezado ex-Professor e Senador Cristovam Buarque, a primeira delas: quando a crise chegou à Europa, se alguém a previu ou foi uma surpresa geral? Podemos fazer vários comentários sobre isso. Creio que até o artigo do qual o Senador Eduardo Suplicy fala dá até uma pista sobre isso, porque, nesse próprio artigo, o Prof. (*Inaudível*.) menciona uma série de economistas que haviam previsto a possibilidade de uma crise de grande dimensão na Europa, nos anos 90 ainda, a partir de uma equação muito simples, a de que a união monetária não foi acompanhada por uma união fiscal – então, em algum momento, o problema que vinha sendo mascarado pela alta riqueza que existe no continente europeu surgiria.

O segundo comentário que haveria é que, na verdade, a crise europeia é uma soma de crises, não há propriamente uma crise única. A depender do País de que se fale, a crise tem contornos variados: na Grécia, por exemplo, houve um grande descontrole das finanças públicas; no caso da Espanha, especulações imobiliárias com despesa sem lastro das caixas de jornais foram responsáveis pela situação; na Irlanda, houve um endividamento dos bancos privados; e problemas estruturais, na Itália, foram basicamente responsáveis por essa situação que o País está vivendo, com outros aspectos adicionais.

Em terceiro lugar, diria que, quando cheguei a Bruxelas, em 2008, estávamos começando a viver as consequências da crise dos Estados Unidos, e a impressão que havia é de que essa crise poderia ser um pouco localizada, mas haveria, apesar das repercussões, que haveria inevitavelmente. A primeira repercussão foi logo em 2009, no nível do comércio – para nós, por exemplo, o comércio bilateral com os países da União baixou de mais de 80 bilhões para cerca de 60 bilhões, o que foi um reflexo imediato da crise – agora, a partir de 2010, o comércio voltou a crescer. Então, havia uma impressão de que aquilo tinha sido algo pontual, e Europa, pela própria riqueza de que dispõe, conseguiria superar o problema.

Ora, acabou-se verificando uma coisa totalmente diferente. Curiosamente, no entanto, esse indicador do comércio que, em 2009, foi tão significativo, para demonstrar o impacto da crise, da então crise, agora não está tão notável, porque, na verdade, houve um pequeno... A Europa está consumindo menos produtos brasileiros, mas o Brasil tem consumido mais produtos europeus. Então, no plano geral, nós é que chegamos a um recorde, no comércio bilateral em 2011, com cerca de 100 bilhões de dólares, o que faz da União Europeia o principal parceiro – como um conjunto institucionalizado, digamos assim, não como um conjunto geográfico – do Brasil fez.

Este ano teremos uma diminuição, mas não será tão drástica, certamente, pelos números que temos acompanhado, como foi a situação em 2009. Então, não se poderia dizer que crise foi uma surpresa geral, não creio. O problema é que não se prestou muita atenção, creio, as previsões várias que foram sendo feitas, ao longo dos anos, em função tanto do desenho institucional, quanto dos sinais de que as crises poderiam se acumular e que elas representariam um desafio muito grande para os europeus, na medida em que eles também não dispunham de todos os mecanismos de defesa que foram sendo criados progressivamente, à medida que a crise foi se desenrolando.

A segunda pergunta que V. Exª me fez: em que lugar há o melhor debate sobre o futuro da Europa? Acho que a resposta teria que levar em consideração a multiplicidade de atores: na área da imprensa, creio que ainda um órgão de referência é o *Financial Times*, em que há vários articulistas que debatem, diariamente, praticamente os problemas europeus; o Parlamento Europeu é um grande centro de debates e, hoje em dia, ganhou muito mais poder com o Tratado de Lisboa e tem feito debates em diferentes comissões sobre a situação da Europa e o futuro do projeto europeu; e há várias *think thanks* espalhados pela Europa, na Bélgica, na França, no Reino Unido, na própria Itália, que também fazem reflexões sobre isso. Acho que não é por falta de reflexão que as soluções ainda não levaram aos resultados esperados.

V. Exª me perguntou também se é possível sair da crise com uma alta taxa de crescimento. Não, não creio. A Itália teve três décadas quase de crescimento de país em desenvolvimento; no processo de recuperação do pós-guerra, a Itália estava crescendo, ao ano, cerca de 10% – isso, hoje em dia, não é mais viável. Mas creio que a Europa, sim, sairá fortalecida da crise, porque tem melhorado, progressivamente, os seus mecanismos de defesa: criou o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, por exemplo; criou o Mecanismo Europeu de Estabilidade, para operações de refinanciamento;

o Banco Central Europeu tem tido um papel importante na estabilização da situação, porque se dispôs a colocar todos os meios com que conta, para poder defender o euro – ou seja, comprar, de forma ilimitada, os títulos dos países endividados, claro que, mediante algumas condições, e a Europa vai caminhando para uma união bancária e, até mesmo, para certa união fiscal parcial, por meio de algumas decisões. Então, creio que ela sairá fortalecida.

Reduzir taxas de crescimento e aumentar o bem-estar seria possível? Creio que sim, desde que se gaste melhor ou se gaste de forma um pouco diferente. E, aí, aproveito para pegar uma carona na pergunta do Senador Suplicy, a respeito da questão da proposta do professor Van Parijs sobre uma renda mínima para o continente Europeu.

As estatísticas da Eurostat têm mostrado que o nível de pobreza na Europa tem aumentado. Hoje em dia, o nível de pobreza em toda a Europa chega a cerca de 20% da população. É claro que ser pobre em Luxemburgo não é exatamente igual a ser pobre nos novos países que ingressaram na União, como a Romênia e a Bulgária, mas, dentro dos parâmetros estabelecidos por eles, o nível de pobreza vem aumentando.

O orçamento europeu, por exemplo, despende mais de 40% em proteção à agricultura, que beneficia pouco mais de 2% da população e pouco mais de 2% do setor produtivo. Enquanto 20% está se encaminhando, 2% recebe 40% do orçamento. Não é propriamente um mecanismo que deveria ser mantido. É claro que existem resistências políticas muito fortes. Há mudanças na PAC, esta, embora seja conhecida pelo próprio momento em que foi criada, a União Europeia é fruto de um acerto quase entre ex-adversários da 2ª Guerra Mundial e que foi criada a partir de determinadas constatações, por exemplo, o primeiro mecanismo, a primeira comunidade, que já não existe inclusive, do carvão e do aço partiu do pressuposto de que a produção do carvão e do aço controlada e administrada não se faz guerra. Quando se criou a Comunidade Econômica Europeia e também no mesmo ano por outro Tratado de Roma – foram dois tratados de Roma que criaram a Comunidade Econômica Europeia e a Euratom, o primeiro foi em Paris, em 1951, que criou a Ceca. A política agrícola comum começou a se desenvolver e acabou sendo estruturada ao longo da década de 60, também porque, num caso de guerra, quem perde mais é a população civil, evidentemente, por problemas de falta de alimentação. Então os europeus, aproveitando esse momento de maior coordenação e cooperação, criaram também um mecanismo para proteger a sua própria produção.

Mas isso não vinha de hoje, se examinarmos, por exemplo, a história das relações do Brasil com a Itália, veremos que, quando o café dominava inteiramente a nossa economia e que era um grande produto de exportação do Brasil, o grande produto de exportação do Brasil, a Itália era um mercado sempre muito cobiçado pelo Brasil, mas muito difícil porque, naquela época, a taxa de importação do café – estou falando do final do século XIX – era de 150 liras. Com muito esforço o Brasil passou para 130. Mas isso correspondia, se fôssemos transformar para tarifa ad valorem, a 170% sobre o produto. Enfim, é um dos problemas que enfrentamos até hoje para colocar os nossos produtos na Europa: o elevado grau de protecionismo que existe para diferentes produtos.

É possível manter, agora, resta saber como vai se gastar, inclusive porque uma das características da crise, de um modo geral, por exemplo, o caso dos países mais afetados, é justamente de que forma os recursos vinham sendo gastos e onde estava o lastro para isso. Não havendo muito lastro, as pessoas começaram a perder benefícios. Mas, dependendo do país de que se fala, o sistema de proteção social continua perfeitamente ativo e protegendo justamente contra o desemprego.

Outra pergunta sobre a Grécia: se as medidas de austeridades permitirão recuperar o país ou se isso significará uma ruptura.

É uma pergunta muito complexa, porque, na verdade, a Grécia, como todo projeto de integração é um projeto eminentemente político, mas ele também tem evidentemente um lado muito importante econômico.

Hoje em dia o que segura a Grécia, eu creio, são dois aspectos: por um lado, a Europa não pode admitir a saída da Grécia, as instituições europeias não podem admitir a saída da Grécia porque isso significaria na prática a falência do projeto europeu, a incapacidade de se ter solidariedade num momento de dificuldade, e o lado econômico também. Enfim, há vários aspectos a serem analisados, mas a Grécia tem uma dívida muito grande, os principais credores são os próprios europeus. Ninguém no fundo quer criar condições para depois não ser pago o dinheiro que emprestou ao país. Além do mais, a saída da Grécia poderia significar um problema gravíssimo para o próprio sistema econômico europeu, porque, embora haja vários estudos sobre as consequências que se poderia ter, é impossível prever com grande clareza quais seriam os resultados da saída de membros da zona do euro. É impossível, porque aí envolve política também e as expectativas das pessoas e dos atores econômicos. Eu creio que os europeus farão tudo, tudo, tudo que

esteja ao alcance deles para manter a Grécia dentro do projeto europeu.

Agora, isso coloca a questão do debate entre solidariedade e responsabilidade. No fundo, é o grande debate europeu. Os países que estão em melhores condições dizem que, para darem maior solidariedade aos outros, precisam que os outros ajam com responsabilidade. E os países que estão em maiores dificuldades dizem que já chegaram ao limite e que é preciso que a solidariedade apareça de forma concreta, porque senão o país vai entrar numa espiral absolutamente negativa. É uma situação muito complexa, mas, como disse no inicio, creio que os europeus estão tomando uma série de medidas.

O grande problema na Europa no momento, na verdade, é vencer o curto prazo e superar isso, porque a riqueza que existe no continente é ainda muito grande. E é uma questão de distribuição de recursos, que também existe.

Se a União Europeia traz alguma lição para o Brasil? Traz, certamente. Mas talvez, hoje em dia, eles estejam mais interessados até em saber que lições o Brasil pode dar a eles. Por exemplo, sou frequentemente convidado a dar palestras lá e falo que no Brasil temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal. Na Espanha, isso não existe, ou não existia, eles estão procurando criar, e está por trás do problema das caixas regionais justamente. Isso é algo que impressiona. É claro que nós também temos muito a tirar em matéria de lições da Europa, justamente para não entrarmos em um processo em que venhamos a viver acima dos meios, digamos assim. Então, o controle é também importante para poder manter o país dentro da...

Podemos ficar horas conversando sobre o problema da crise europeia, mas ela tem repercussões globais muito importantes, afeta todos nós, mas o processo decisório da Europa é muito complexo. Enfim, temos que levar isso também em consideração ao entender a gênese da crise e a maneira como ela vem sendo encaminhada pelos próprios europeus.

Com relação à pergunta do Senador Luiz Henrique, a respeito da imigração, existe um livro escrito por um professor aqui da UnB, chamado Cervo, sobre as relações bilaterais entre o Brasil e a Itália, em que um dos capítulos fala justamente sobre a questão da imigração e como, na verdade, a imigração para o Brasil não veio só de uma região, veio de toda a Itália. O norte foi, na verdade, mais para a agricultura, os italianos que vieram do norte. Os italianos que vieram do sul foram mais para a área da cidade.

Essa questão da integração da Itália é uma questão permanente, porque há evidentemente um desequilíbrio entre as duas regiões, as duas grandes regiões, mas isso existe desde o inicio. A própria criação da Itália é considerada como fruto das circunstâncias, porque na época havia três grandes atores que não tinham nenhum interesse de que a Itália se unificasse: a França, a Áustria e os Estados papais. Quando falamos, por exemplo, da unificação italiana, estabelecemos como data 1861, que é data que os próprios italianos comemoram – comemoraram 150 anos no ano passado –, estamos falando ainda de um processo parcial, porque, naquele momento, Roma ainda não era capital da Itália, só se tornou anos depois, e o norte ainda estava ocupado pela Áustria, uma parte do nordeste do país.

Quando a Itália se unificou, apenas 10% da população falava italiano. Então, isso já mostra a dificuldade de integração. Isso acabou sendo superado muito em função da própria televisão. Nos anos 50, divulgou-se muito mais, as pessoas começaram a falar mais o italiano e a abandonar progressivamente, não abandonar, mas deixar o dialeto como uma espécie de elemento de reconhecimento das suas próprias condições individuais, dos seus próprios grupos.

Agora, há até aspectos assim meio curiosos quando se fala da integração, porque o sul deu ao norte da Itália coisas muito importantes, como a massa. A cultura do norte era a cultura da polenta. A cultura do sul era a cultura da massa. O azeite de oliva venceu, no fundo, a manteiga na cozinha italiana. Isso tudo vem do sul. O sul tem muito mais a oferecer que apenas massa e azeite de oliva. O problema é que, se a integração não se faz por bem, e isso é valido para qualquer processo de integração, acaba-se fazendo por mal, porque os grandes problemas que existem no sul da Itália também estão relacionados com a própria presença da máfia. A máfia não é apenas uma instituição, divide-se pelo menos em três, está presente em três grandes áreas do país no sul, mas ela se expandiu e foi para o norte também.

Um dos grandes interesses em se fazer também um processo de integração mais dinâmico é criar condições para que o país se integre pelo bem e não se integre pelos problemas, pelas dificuldades.

Mecanismos de equilíbrio.

Sim, existem. Essa é uma preocupação permanente, nesse processo de reformas estruturais que o próprio governo Monti vem empreendendo. Isso está por trás de tudo isso. Não é apenas um controle pontual, mas é um reequilíbrio do Estado como um todo.

Senador Suplicy fez uma pergunta sobre a questão da renda mínima, em função do artigo do professor Van Parijs. Eu já, mais ou menos, toquei nesta questão ao falar da questão da pobreza. Sim, creio que é uma proposta factível. Ela se baseia na ideia de se criar

uma TVA, um imposto sobre valor agregado específico. É possível, sim. E acho que seria absolutamente necessário à luz do que eu falei a respeito da questão do aumento da pobreza na Europa de um modo geral.

Por fim, a Senadora Vanessa Grazziotin mencionou a questão dos fluxos de recursos. É interessante notar que isso não diz respeito tanto à Itália, mas a Portugal e à Espanha. Muita gente saiu de Portugal e da Espanha nos últimos anos em função da crise e veio para a América Latina, em especial, para o Brasil. As estatísticas mais recentes mostram que o envio de recursos dessas pessoas para seus países de origem hoje em dia é muito significativo. Antigamente o envio de recursos de cidadãos brasileiros que moravam no exterior para o Brasil era muito grande, e de cidadãos europeus que moravam no Brasil, era inexistente. Hoje em dia essa relação é cerca de 1 para 1,6, mais ou menos. Então, diminuiu muito essa diferença.

Para as empresas, e falando mais no caso da Itália, o Brasil é um parceiro absolutamente incontornável em diferentes setores – setores de telecomunicações e outros tantos, como mencionei. Se não fossem os negócios feitos no Brasil hoje em dia, muitas dessas empresas estariam em dificuldades ainda maiores. Então, hoje, investir no Brasil é até uma questão de sobrevivência para muitas dessas empresas. Isso de certa forma, evidentemente, também interessa ao Brasil, porque está recebendo capitais. Aqui tem um retorno muito mais elevado do que na Itália.

Então, é isso que teria, de modo geral, a dizer.

Espero ter respondido às perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Ricardo Neiva Tavares.

E perguntaria aos Srs. e às Srªs Senadoras se teriam algum questionamento a mais a fazer.

Passo a palavra à S. Exª o Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Embaixador Ricardo, Srª Embaixadora Wanja, Srs. e Srªs Senadoras.

Ao tempo em que o cumprimento, V. Exª fez referência à questão da máfia, fenômeno não só criminoso como também sociológico na Itália, cultural. Como um embaixador do Brasil ali poderia contribuir para que as agências governamentais de combate à macrocriminalidade pudessem ter maior integração, tendo em conta o Tratado de Roma, a criação do Tribunal Penal Internacional e a Convenção das Nações Unidas de combate à macrocriminalidade, a chamada Convenção de Palermo? De que maneira o senhor vê essa maior integração nesta cooperação para o combate à macrocriminalidade?

E quero cumprimentá-lo, pois V. Exª fez referência à unificação da Itália, 1861, e o chanceler brasileiro, em 1861, era um ancestral de V. Exª.

O SR. RICARDO NEIVA TAVARES – E do senhor também. (*Risos.*)

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado à S. Exª, o Senador Pedro Taques.

Perguntaria se mais algum Senador ou Senadora gostaria de formular alguma pergunta aos nossos indicados na manhã de hoje. (*Pausa.*)

Não havendo mais Senadores ou Senadoras que desejem fazer suas indagações, perguntaria agora se algum Sr. Senador ou alguma Srª Senadora deixou de votar. (*Pausa.*)

Por favor. (*Pausa.*)

Pediria que V. Exªs... (*Pausa.*)

Agradeço às Srªs e aos Srs. Senadores que compareceram para votar.

Vamos iniciar a contagem, a apuração dos votos.

Designo S. Exª o Senador Luiz Henrique para atuar como Secretário, de acordo com o art. 116, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, e como escrutinadores S. Exªs o Sr. Senador Pedro Taques...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Não se pode alegar suspeição.

...e a Srª Vanessa Grazziotin.

A partir de agora, de acordo com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, informo que a reunião da Comissão será transformada em secreta.

Solicito a presença, em Plenário, das Srªs e Srs. Senadores.

(Iniciada às 10:00 horas, a reunião é tornada secreta às 12 horas e 9 minutos.)

(A reunião é reaberta às 12 horas e 17 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Está reaberta a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Gostaria, antes de anunciar o resultado, de registrar e agradecer a presença em nossos trabalhos, na manhã de hoje, dos alunos do curso de Relações Internacionais da Faculdade América Latina, de Caxias do Sul, acompanhados do Professor Edson José Neves Júnior.

Os alunos e o professor foram convidados por S. Exª, Senadora Ana Amélia que hoje não pôde aqui comparecer por estar acometida de uma forte gripe.

Pediu-me que transmitisse a S. Exªs, as Srªs Senadoras e Srs. Senadores, as desculpas por não poder hoje participar dos nossos trabalhos e também aos alunos da Faculdade América Latina, de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul.

Gostaria também de dar as melhores boas-vindas aos familiares e amigos da Embaixadora Wanja Campos da Nóbrega que aqui estiveram e estão presentes, agradecer a presença da Embaixadora Vera Barrouin Machado, Secretária-Geral de Política I, do Ministério das Relações Exteriores. Ela que irá para a União Europeia e estará substituindo o Embaixador Ricardo Neiva Tavares como nossa representante junto à União Europeia.

Seja V. Exª muito bem-vinda. Muito obrigado pela sua presença.

E, agora, anunciar oficialmente o resultado do escrutínio.

O Sr. Embaixador Ricardo Neiva Tavares foi aprovado por 15 votos. Unanimidade dos votos daqueles que compareceram com seu voto. A Embaixadora Wanja Campos da Nóbrega foi também aprovada com 15 votos, por unanimidade dos que votaram na manhã de hoje.

Desejamos à Srª Embaixadora indicada para a República Popular de Bangladesh e ao Sr. Embaixador indicado para a República Italiana cumulada com a República de Malta e República de San Marino os melhores votos de uma profícua e exitosa missão nas indicações para as quais foram feitas.

Muito obrigada a V. Exªs. (*Pausa.*)

Dando continuidade aos nossos trabalhos, temos ainda alguns itens na nossa pauta de hoje.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Gustavo Martins Nogueira, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Maláui.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti
Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº1, de 2011-CRE

Designo como Relator *ad hoc* S. Exª, o Senador Randolfe Rodrigues.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor Gustavo Martins Nogueira, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Maláui.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em atendimento a preceito regimental, o indicado nasceu em 21 de março, em Picos/PI. É filho de Ataliba da Fonseca Nogueira Filho e Joana Lúcia Martins Nogueira.

Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Piauí em1995. Participou, ainda, do programa de mestrado em Direito Internacional da Universidade de Georgetown no ano de 2006. Frequentou, também, o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco no ano de 2011.

Em 1997, titulou-se como Terceiro-Secretário na carreira diplomática. Tornou-se Segundo-Secretário em 2004 e Primeiro-Secretário em 2007. Foi a Conselheiro, por merecimento, em 2011.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a de Assistente na Divisão de América Meridional II (2003); Segundo-Secretário da Missão junto à Organização dos Estados Americanos (2004); Primeiro-Secretário na Embaixada em Nova Delhi (2007); Assessor no Gabinete do Ministro de Estado (2011); e Coordenador-Geral de Planejamento Político e Econômico da Secretaria de Planejamento Diplomático (2011).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem Presidencial sumário executivo sobre a República do Maláui. O documento, além de abordar relações bilaterais com o Brasil, dá notícia sobre dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, bem como sua economia. Do texto oferecido, ocorreu-nos destacar o que segue.

As relações entre Brasil e Maláui ainda estão em fase de consolidação. Elas, no entanto, adquiriram novo ímpeto com a visita ao Brasil do então Presidente Bingo Wa Mutharika em 2009. Na sequência da viagem presidencial, foram abertas embaixadas residentes do Maláui em Brasília e do Brasil em Lilongue.

O comércio bilateral, apesar de inexpressivo, tem boas possibilidades. Ele representa, em média, trocas

anuais da ordem de US$ 6 milhões (2007/2011). Nas exportações brasileiras, destacam-se produtos manufaturados (tratores, máquinas para tratamento de fumo e máquinas agrícolas). Importamos, fundamentalmente, fumo. Há, contudo, boas perspectivas futuras tendo em conta o comércio do Brasil com outros países da região.

Convém registrar, por fim, que o Maláui integra a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e o Mercado Comum da África Oriental e Austral. Com isso, há relação de proximidade econômica, por meio de área de livre comércio, com mais de dez países. Some-se a esse dado o fato de o país estar crescendo a taxas importantes. Vislumbra-se, pois, boas perspectivas futuras no tocante ao relacionamento comercial bilateral.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Feita a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Randolfe Rodrigues, pela leitura do relatório referente à Mensagem nº 67, de 2012.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do § 2º, do art. 3º, do Ato nº 01, de 2011 desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Item 4. Enfim, não é o nº 4, pela inversão de pauta que foi realizada, mas o novo, não terminativo, é:

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 72, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Paulo Uchôa Ribeiro Filho, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Luiz Henrique
Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Leitura do Relatório, conforme o art. 3º do Ato nº1, de 2011-CRE

Concedo a palavra a S. Exª, o Senador Luiz Henrique para proferir o seu relatório.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tendo em vista que o meu Parecer encontra-se distribuído no avulso, relativo a esta reunião, vou fazer uma leitura resumida do citado parecer.

O Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Paulo Uchôa Ribeiro Filho, é Graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Mestre em Cultura Comparada e Relações Internacionais pela Universidade de Sophia, de Tóquio, ingressou na carreira diplomática em 1994 e tornou-se Conselheiro, por merecimento, em 2008. Concluiu o curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco em 2011.

Entre as funções desempenhadas no Ministério de Relações Exteriores destacam-se a de Conselheiro na Embaixada em Beirute (2006), Conselheiro e Encarregado de Negócios na Embaixada em Riade (2009), Conselheiro no Consulado-Geral de Nova York (2011). Ademais, foi Assessor Internacional do Governo do Distrito Federal (1999 e 2001).

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Congo em 1968 e, nas relações bilaterais, destaca-se, dentre outros, o setor de minérios, que tem geado interesse recíproco, como o protocolo de exploração da mina de ouro de D7 Kanga, em 1988, e, mais recentemente, o memorando de entendimentos para avaliar as jazidas petrolíferas no Centro-Norte do País.

Trata-se de país com potencial apreciável de incremento das relações diplomáticas, comerciais, políticas e culturais com o nosso País e trata-se também de profissional do Itamaraty de comprovada competência e com uma folha de serviços relevantes prestados ao nosso País.

Sendo assim, salvo melhor juízo, opino pela aprovação deste relatório.

Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, é o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) –Muito obrigado a S. Exª, o Senador Luiz Henrique pela leitura de seu relatório que coloco agora em discussão.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º, do art. 3º, do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

ITEM 5

Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2011
– Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação de cargos de Controlador de Tráfego Aéreo do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Randolfe Rodrigues para proferir o seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2011, cuja ementa define a criação de cargo de Controlador de Tráfego Aéreo, do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.

A lei que resultar de eventual aprovação do PLS criará 100 cargos efetivos de Controlador de Tráfego Aéreo, de nível intermediário, integrantes do Grupo – Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, Código DACTA-1303.

A proposição foi distribuída a esta Comissão e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, à qual caberá o exame.

Nos termos do art. 103, incisos V e VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes às Forças Armadas, espaço aéreo e outro assuntos correlatos.

Não há como examinar a matéria – criação de cargos efetivos de controlador de tráfego aéreo – sem se fazer menção à crise no setor aéreo brasileiro, cujo estopim foi acidente com o voo 1907 da empresa GOL no ano de 2006.

Embora, desde então, muitas questões, no que diz respeito ao episódio do que ficou conhecido como "Apagão Aéreo", não tenham sido esclarecidas, restou evidente a insuficiência de controladores de tráfego aéreo em face do significativo incremento do número de passageiros e de voos nos aeroportos brasileiros nos últimos anos.

Como bem assinalado na exposição de motivos do projeto de lei ora submetido ao exame desta Comissão, o Comando da Aeronáutica conta hoje com apenas 160 cargos dessa natureza, número que, de acordo com estudos desenvolvidos por esse órgão, é insuficiente para garantir a segurança e a eficiência do setor.

Diante desse quadro, não temos dúvida de que a criação de cargos de controladores de tráfego aéreo é medida necessária e urgente, que deve integrar as ações do Governo Federal que visam ao preparo do País para receber grandes eventos, com destaque para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Assim, não bastam a ampliação e a reforma de nossos aeroportos, é preciso que se dê a devida atenção ao problema da escassez de recursos humanos para bem atender a demanda esperada. A aprovação do presente projeto seguramente constituirá importante passo nesse caminho.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2011.

Essa é a leitura, Sr. Presidente, opinamos pela aprovação e comunico que não foram oferecidas emendas a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Randolfe Rodrigues pela leitura de seu relatório.

Coloco em discussão o Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2011, relatado por S. Exª o Senador Randolfe Rodrigues.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

Coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prosseguimento de sua tramitação.

O próximo item é o Requerimento de autoria de S. Exª o Senador Luiz Henrique.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 36, de 2012

Requeremos, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, com a participação dos membros da Subcomissão Permanente para Modernização e Reaparelhamento das Forças Armadas, a fim de que sejam apresentados os projetos estratégicos e estruturantes de interesse da Força Aérea Brasileira.

O Planejamento Estratégico é um processo de formulação de estratégias organizacionais no qual se busca a inserção de uma instituição e de sua missão no ambiente em que ela está atuando. Tal planejamento está relacionado com os objetivos estratégicos, de médio e longo prazos, que afetam a direção ou a viabilidade da instituição. É preciso que, no processo de planejamento estratégico, todos os planos da instituição sejam elaborados de maneira integrada e articulada. O Comando da Aeronáutica conduz Programas de Desenvolvimento de Aeronaves e Artefatos Militares, no campo da tecnologia aeroespacial, de interesse do Estado brasileiro. Tais Programas, além de desenvolverem a indústria nacional, geram centenas de empregos diretos de alta qualificação e milhares de postos de trabalho indiretos. Assim sendo, solicitamos a realização de audiência pública para melhor conhecermos os

projetos estratégicos e estruturantes da Força Aérea Brasileira que estão em consonância com a Estratégia Nacional de Defesa e com o Orçamento Anual para 2013.

Sugiro que seja convidado para este debate, o Excelentíssimo Senhor Comandante da Aeronáutica, Tenente Brigadeiro do Ar, Juniti Saito.

Autoria: Senador Luiz Henrique

Observações:

O Requerimento foi lido na Reunião de 13/09/2012

Como disse, a autoria deste requerimento é de S. Exª o Senador Luiz Henrique, e esse requerimento já havia sido lido no dia 13 de setembro. Refiz a leitura para melhor conhecimento de S. Exªs os Srs. Senadores.

Coloco em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de autoria de S. Exª o Senador Luiz Henrique.

A votação de relatoria e despacho *ad referendum*.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, esta Presidência deseja prestar um esclarecimento a respeito do Requerimento nº 894, de 2012, de autoria de S. Exª o Senador Roberto Requião, que requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o artigo 14, § 2º, da Resolução nº 1, de 2011-CN, licença dos trabalhos da Casa, de 29 a 31 de outubro de 2012, para participar, como Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, do XLI Período Ordinário de Sessões do Parlamento Andino, na cidade de Lima, no Peru, e informa, ainda, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País entre os dias 28 a 31 de outubro de 2012, e que foi também aditado pelo Requerimento nº 895, de 2012, que requer licença dos trabalhos da Casa de 29 de outubro a 1º de novembro de 2012.

Como é do conhecimento de V. Exªs, o Ato nº 4, de 2011–CRE, estabelece um rito para a apreciação dessa modalidade de requerimento por este Colegiado, no qual está prevista a designação de relator e a posterior apreciação do Relatório pelo Plenário da Comissão.

O requerimento de S. Exª o Senador Roberto Requião, que solicita autorização para ausentar-se do País no período que foi de 28 a 31 de outubro de 2012, foi encaminhado a esta Comissão no dia 23 de outubro. Em virtude da proximidade entre o recebimento do Requerimento e a data da viagem, não foi possível submetê-lo ao rito previsto.

Como é necessário, por outro lado, que a Comissão se manifeste sobre o Requerimento, esta Presidência, na figura de seu Vice-Presidente, o Senador Cristovam Buarque, avocou a relatoria da matéria, *ad referendum* do nosso Colegiado, instruindo-a favoravelmente.

Para concluir o processo de tramitação do Requerimento em questão, resta agora submeter a V. Exªs a decisão desta Presidência.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o despacho da Presidência para o Requerimento nº 894, de 2012, de autoria de S. Exª o Senador Roberto Requião, aditado pelo Requerimento nº 895, de 2012, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Antes de encerrarmos a presente reunião, e agradecendo a presença de todos os nossos convidados, especificamente os convidados de S. Exª a Senadora Ana Amélia, estudantes da Faculdade de Caxias do Sul, eu agradeço...

Pela ordem, S. Exª o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Para ressaltar que a Senadora Ana Amélia é de uma assiduidade impressionante. Está presente de segunda a sexta nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – É verdade.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Só mesmo uma gripe como a que eu constatei que ela está sofrendo é que poderia afastá-la dos trabalhos. Quero ressaltar a assiduidade, o comprometimento e a competência da nossa grande Senadora gaúcha.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu acredito que V. Exª fala em nome de todos nós, membros desta Comissão, que temos por S. Exª a Senadora Ana Amélia essa mesma admiração e nutrimos por ela o respeito de uma Senadora extremamente assídua, extremamente competente. Inclusive, além da gripe, propriamente dita, que a atacou, que é muito forte, ela está afônica.

Então, em nome de todos os integrantes da Comissão, os nossos votos de pronto restabelecimento para S. Exª a Senadora Ana Amélia.

E, agora, sim, antes de encerrarmos a nossa presente reunião, agradecendo a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 22 de novembro de 2012, quinta-feira, às 10h, neste plenário, com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas, secretada às 12 horas e 9 minutos, reaberta às 12 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.)

ATA DA 42ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas e onze minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência dos Senhores Senadores **Cristovam Buarque** e **Cyro Miranda** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Sérgio Souza**, **Antonio Carlos Valadares**, **Pedro Simon**, **Paulo Bauer, Cidinho Santos**, **Jorge Viana**, **Ana Amélia, Cyro Miranda** e **Inácio Arruda**, além do Senhor Senador **Waldemir Moka,** não-membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 41ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos Comunicados da Presidência. Faz uso da palavra o Senador **Paulo Bauer**, solicitando inclusão extrapauta da Mensagem (SF) nº 99, de 2012, de autoria da Presidenta da República que "*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Alemanha"*. Aprovada a inclusão. Faz uso da palavra o Senador **Cyro Miranda**, solicitando inclusão extrapauta da Mensagem (SF) nº 101, de 2012, de autoria da Presidenta da República que "*submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GEORGES LAMAZIÈRE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile"*. Aprovada a inclusão. É realizada leitura de Requerimento de autoria do Senador **José Agripino**, que diz "*nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, art. 75 e seu parágrafo único, propomos a criação de comissão externa temporária no âmbito desta Comissão, composta por três Senadores, destinada a se deslocar em missão oficial do Senado Federal à Bolívia com o objetivo de visitar o congresso daquele país e a Embaixada Brasileira para avaliar a situação dos brasileiros e seus investimentos no país mencionado".* É comunicada a abertura de prazo para apresentação de emendas da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao Projeto de Lei 24, de 2012, do Congresso Nacional, PLOA – 2013. Informa que reunião para a deliberação sobre essas emendas com o parecer do Senador Francisco Dornelles ocorrerá no dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze às nove horas e trinta minutos. Aprovada a inclusão extrapauta do Requerimento nº 978, de 2012. Aprovada a inversão de pauta para os itens 5 a 14. **Item 5 – Requerimento nº 933, de 2012**, de autoria do Senador **Walter Pinheiro**, que "*requer, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para integrar a Delegação que irá representar o Brasil na Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (WCIT), promovida pela União Internacional de Telecomunicações (ITU/UNO), à realizar-se no período de 3 a 14 de dezembro de 2012, em Dubai, nos Emirados Árabes*". Relator: Senador **Paulo Bauer**. **Item 6 – Requerimento nº 934, de 2012**, de autoria do Senador **Cícero Lucena**, que "*requer, nos termos do art. 39 combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da Conferência Mundial de Telecomunicações Internacionais (WCIT), como representante desta Casa, a realizar-se no período de 3 a 14 de dezembro de 2012, em Dubai, nos Emirados Árabes*". Relator: Senador **Paulo Bauer**. **Item 7 – Requerimento nº 939, de 2012**, de autoria do Senador **Sérgio Souza**, que "*requer, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 29 de novembro a 9 de dezembro do corrente ano, quando participará como Relator da Comissão Mista de Mudanças Climáticas da COP 18 – Décima oitava sessão da Conferência das Nações Unidas para o Clima, que acontecerá no período de 26 de novembro a 7 de dezembro de 2012, em Doha, Qatar*". Relator: Senador **Paulo Bauer**. **Item 8 – Requerimento nº 942, de 2012**, de autoria do Senador **Jorge Viana**, que "*requer, nos termos do artigo 55, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 29 de novembro a 7 de dezembro de 2012, com vistas a participar, como mebro da delegação oficial da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, da COP 18 – décima oitava sessão da Conferência das Partes da Convenção – Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), no Qatar*". Relator: Senador **Paulo Bauer**. **Item 9 – Requerimento nº 943, de 2012**, de autoria do Senador **Cícero Lucena**, que "*requer, nos termos do art. 39 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, com ônus para a Casa, no período de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2012, para participar, na qualidade de membro do Grupo Brasileiro do Parlatino, da Assembléia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, que se realizará na cidade do Panamá, república*

do Panamá". Relator: Senador **Paulo Bauer**. **Item 10 – Requerimento nº 944, de 2012**, de autoria do Senador **Flexa Ribeiro**, que "*requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com o Artigo 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 29 de novembro a 03 de dezembro de 2012, para participar da XXVIII Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, que se realizará na cidade do Panamá, na República do Panamá*". Relator: Senador **Paulo Bauer**. **Item 11 – Requerimento nº 967, de 2012**, de autoria do Senador **Anibal Diniz**, que "*requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, combinado com art. 39, inciso I, e o disposto no art. 40, § 10, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 29 de novembro a 8 de dezembro de 2012, para participar da COP 18 – décima oitava sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), nos termos do requerimento aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle*". Relator: Senador **Paulo Bauer**. . **Item extrapauta 14 – Requerimento nº 978, de 2012**, de autoria do Senador **Cícero Lucena**, que "*requer, nos termos do art. 55, inciso III da Constituição Federal, c/c os arts. 39 e 40, § 1º, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se do País, no período de 04 a 08 de dezembro de 2012, para participar, na qualidade de membro do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, da Audiência Parlamentar Anual da sede das Nações Unidas, que se realizará na cidade de Nova Iorque, Estados Unidos*". Relator: Senador **Paulo Bauer**. Resultado para os itens 5 a 11 e 14: Aprovado. **Item extrapauta 12 – Mensagem nº 101, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GEORGES LAMAZIÈRE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile".* Relator: Senador **Cyro Miranda**. Resultado: Lido o Relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. **Item extrapauta 13 – Mensagem nº 99, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Alemanha".* Relator: Senador **Paulo Bauer**. Resultado: Lido o Relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. Assume a Presidência o Senador **Cyro Miranda**. Aprovada a inversão de pauta para o item 3. **Item 3 – Mensagem nº 98, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas".* Relator: Senador **Cristovam Buarque**. Resultado: Lido o Relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE. Assume a Presidência o Senador **Cristovam Buarque**. Faz uso da palavra o Senador **Cidinho Santos**, solicitando inversão de pauta para o item 4. Aprovada. **Item 4 – Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que *"aprova o texto do Acordo Adicional que Altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2006".* Relator: Senador **Cidinho Santos**. Resultado: Aprovado. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 67, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Maláui".* Relator *ad hoc*: Senador **Randolfe Rodrigues**. **Item 2 – Mensagem (SF) nº 72, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor PAULO UCHÔA RIBEIRO FILHO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo".* Relator: Senador **Luiz Henrique**. O Senador **Paulo Bauer** solicita abertura do processo de votação para os itens 1 e 2 da pauta. Aprovado. Os Embaixadores **Gustavo Martins Nogueira** e **Paulo Uchôa Ribeiro Filho** são convidados a compor a Mesa e fazem suas exposições. Faz uso da palavra o Senhor Senador **Eduardo Suplicy**. A reunião é tornada secreta às doze horas e quinze minutos e reaberta às doze horas e dezesseis minutos. Atua como secretário e escrutinador o Senador **Eduardo Suplicy**. Resultado dos itens 1 e 2: Apreciadas Mensagens. Faz uso da palavra o Senador **Eduardo Suplicy**, solicitando inclusão extrapauta da Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 38, de 2012, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, que diz "*requeiro, nos termos do*

artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado Voto de Aplauso ao presidente do Egito, Sr. Mohammed Mursi, ao líder político do Hamas, Sr. Khaled Meshaal, à Secretária de Estado dos Estados Unidos da América, Hillary Clinton, e ao primeiro–ministro de Israel, Sr. Benjamin Netanyahu, pela trégua que põe fim à violência na Faixa de Gaza, na forma da justificação anexa". Aprovada a inclusão. **Item extrapauta 15 – Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 38**, de 2012, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, que diz "*requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado Voto de Aplauso ao presidente do Egito, Sr. Mohammed Mursi, ao líder político do Hamas, Sr. Khaled Meshaal, à Secretária de Estado dos Estados Unidos da América, Hillary Clinton, e ao primeiro–ministro de Israel, Sr. Benjamin Netanyahu, pela trégua que põe fim à violência na Faixa de Gaza, na forma da justificação anexa*". Resultado: Aprovado.Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e vinte e nove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque,** Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Declaro aberta a 42ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Pela ordem.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, quero, neste momento, requerer a V. Exª seja incluído como matéria extrapauta o relatório que desejo apresentar acerca da Mensagem nº 99, que submete à apreciação do Senado a escolha da Srª Maria Luiza Ribeiro Viotti, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério de Relações Exteriores, indicada pela Presidente da República para a função e o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

Como tenho relatório pronto e como, naturalmente, ela deverá passar pela sabatina aqui no Senado nas próximas semanas nesta Comissão, julgo seja muito oportuno fazer a leitura hoje, para que, diante da aprovação dos pares nesta Comissão, pudesse ser agendada a vinda da Srª Embaixadora até aqui para a sabatina e, em seguida, também para a sua posse na Embaixada da Alemanha.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Vamos incluir extrapauta, mas peço que não tome como nepotismo por causa da minha amizade com a Embaixadora e por ser minha ex-aluna.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mesmo com esse risco, fica autorizado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Pela ordem também. Já havia conversado com a Mesa, encaminhei relatório que, da mesma maneira, traz o Sr. Georges Lamazière, Ministro da Primeira Classe da Carreira de Diplomata para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

Também já tínhamos conversado e peço essa gentileza, para que se dê celeridade a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Também faremos isso. Espero que o Presidente Collor não pense que estou tomando o lugar dele, fazendo tudo tão rápido, mas acho que é perfeitamente correto resolvermos isso ainda hoje.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sabe, Sr. Presidente, tenho inclusive uma teoria: acho que esta Comissão funciona extremamente bem, tanto com o Presidente, como com o Vice-Presidente, porque, na carreira de diplomata, isso é uma corrente, e, quando se segura um dos elos, estamos segurando toda a cadeia de promoção. Então, às vezes, com uma simples demora em aprovarmos um embaixador para determinada República, nós estamos causando um transtorno tremendo na diplomacia.

Então, acho que com essa contribuição que esta Comissão dá, presidida pelo Presidente Collor e tendo V. Exª como Vice, estamos realmente dando celeridade. Então, aproveitamos essas oportunidades para colocar extrapauta e já, na semana seguinte, estamos liberando mais dois ou três embaixadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Perfeito.

Eu tenho um requerimento a ser lido, do Senador José Agripino:

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, art. 75 e seu parágrafo único, propomos a criação de comissão externa temporária no âmbito desta Comissão, composta por três Senadores, destinada a se deslocar em missão oficial do Senado Federal à Bo-

lívia com o objetivo de visitar o congresso daquele país e a Embaixada Brasileira para avaliar a situação dos brasileiros e seus investimentos no país mencionado.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Fica faltando indicar quem são os três Senadores.

Comunicado.

Abertura de prazo para apresentação de emendas desta Comissão ao Projeto de Lei 24, de 2012, do Congresso Nacional, ou seja, o Orçamento de 2013.

A Presidência informa às Srªs e aos Srs. Senadores a abertura do prazo para apresentação de emendas junto à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, visando ao Projeto de Lei nº 24, de 2012, do Congresso Nacional.

O prazo para apresentação dessas emendas iniciou-se no dia 21 de novembro, ontem, e encerrar-se-á no dia 26 de novembro de 2012, próxima segunda-feira, às 18 horas.

As emendas deverão ser enviadas pelo sistema de emendas e a via impressa assinada pelo Senador membro entregue na Secretaria desta Comissão.

O Relator designado para as emendas é o Senador Francisco Dornelles.

Comunico também que a reunião para a deliberação sobre essas emendas com o parecer do Senador Francisco Dornelles acontecerá na quarta-feira próxima, dia 28 de novembro, às 9h30, neste plenário.

Entramos na pauta.

Inclusão dos itens extraordinários. Por analogia, a inclusão de itens extraordinários é regulamentada pelo Ato nº 2, cujo art. 3º reza:

Art. 3º Salvo situações extraordinárias, nenhuma reunião será realizada sem que a pauta, devidamente preparada pela Secretaria da CRE, seja enviada aos membros dois dias úteis antes de sua realização.

Considerando o período eleitoral, que levou à consequente redução na realização de nossas reuniões deliberativas, seguido dos feriados ocorridos nestas últimas semanas, a necessidade manifesta do Itamaraty na tramitação de mensagem de indicação de autoridade e a observação de que habitualmente realizamos duas sabatinas na mesma reunião, consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre a pertinência de incluirmos na pauta da reunião a Mensagem nº 99, que eu já aceitei colocar aqui em discussão, referente à indicação da Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti.

Lembro às Srªs e aos Srs. Senadores que, em conformidade com o artigo, na reunião de hoje, será feita apenas a leitura do relatório e, ao mesmo tempo, o pedido de apreciação do Senado Federal à indicação do Senador Georges Lamazière para o cargo de Embaixador no Chile.

Ponho em discussão. (*Pausa.*)

Estando de acordo, são aprovadas as duas inclusões.

Eu tenho agora uma série muito grande de pedidos de licença para viagens. Eu gostaria de colocá-las em votação no início, pedindo a paciência dos Srs. Embaixadores, de fazê-lo de uma maneira rápida, em bloco, se estiverem de acordo, para não criarmos problemas com as viagens desses Senadores.

Eu queria pedir ao Senador Bauer que fosse o Relator *ad hoc*. Poderíamos ler apenas, para que fiquem registrados, os nomes dos Senadores, e já aprovamos todos, salvo se algum Senador quiser fazer uma ressalva sobre um dos Senadores.

Com a palavra o Senador Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Na condição de Relator *ad hoc*, faço a leitura do relatório para os requerimentos que se encontram para análise nesta reunião.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional é chamada a se pronunciar sobre os Requerimentos nºs 933, 934, 939, 942, 943, 944, 967 e 978, todos de 2012.

O art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal expressa as situações em que os Senadores não serão considerados ausentes, quais sejam:

Art. 13. Será considerado ausente o Senador cujo nome não conste da lista de comparecimento, salvo se em licença, ou em representação a serviço da Casa ou, ainda, em missão política ou cultural de interesse parlamentar, previamente aprovadas pela Mesa, obedecido o disposto no art. 40. – fecho aspas.

O art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, por sua vez, prevê que:

Art. 40. A ausência do Senador, quando incumbido de representação da Casa ou, ainda, no desempenho de missão no País ou no exterior, deverá ser autorizada mediante deliberação do Plenário, se houver ônus para o Senado. – fecho aspas.

Estabelecendo, ainda, em seu § 4º, a necessidade de que seja ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ou a comissão que tiver maior pertinência.

Em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 39 do Regimento Interno, os requerentes comunicaram os prazos em que estarão ausentes do País.

Os requerentes participarão de importantes eventos internacionais, nos quais a representação brasileira e, especificamente, a do Senado Federal se farão sumamente pertinentes.

Diante do exposto e em vista da importância das missões, meu voto é pela aprovação dos requerimentos já citados e, extraordinariamente, do Requerimento nº 978, de 2012.

Este é o relatório que apresento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão.

Estão aprovados os requerimentos.

Eu passo a palavra agora ao Senador Cyro, para fazer a leitura da Mensagem da Presidência da República sobre a indicação do Embaixador Georges Lamazière para o Chile.

Eu peço paciência aos que serão sabatinados, mas isso aqui a gente sabe que pode ser rápido. A sabatina a gente nunca sabe quanto tempo dura.

Senador Cyro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Sr. Presidente desta reunião, ilustre Senador Cristovam Buarque, Srªs e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que a Srª Presidente da República faz ao Sr. Georges Lamazière, Ministro de Primeira Classe da carreira diplomática, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.

O Ministério das Relações Exteriores, a fim de preencher os requisitos do Regimento Interno da Casa, elaborou o *curriculum vitae* do candidato.

De acordo com este documento, o Sr. Georges Lamazière, nascido no Rio de Janeiro em 1952, bacharelou-se em Direito em 1975 e obteve título de Mestre em Filosofia em 1980, ambos pela PUC do Rio de Janeiro.

Pós-graduou-se em Política de Defesa pela Universidade de Paris, em 1983.

É diplomata de carreira desde 1977, tendo sido promovido, sempre por merecimento, a Segundo-Secretário em 1980; a Primeiro-Secretário em 1986; a Conselheiro em 1991; a Ministro de Segunda Classe em 1997 e a Ministro de Primeira Classe em 2002.

Na Secretaria de Estado, serviu na Divisão da Ásia e Oceania em 1977; na Divisão de Política Comercial em 1979 e no Instituto Rio Branco, como Diretor-Geral, a partir de 2010 até os dias de hoje.

Ainda no Itamaraty, foi também Oficial de Gabinete do Ministro de Estado em 1986; Coordenador Executivo Substituto da Secretaria-Geral de Política Exterior em 1990; Coordenador Executivo de Gabinete do Ministro de Estado em 1992 e professor de Teoria Política do Instituto Rio Branco em 1993.

Exerceu as funções de Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República em 1997; Assessor Especial da Presidência da República em 1999.

Em representações diplomáticas brasileiras, serviu em embaixadas em Paris e La Paz, em 1981 e em 1984, respectivamente; na Embaixada do México, em 1993; no Consulado-Geral em São Francisco, como Cônsul-Geral, em 2002; e como Embaixador, na Embaixada de Copenhagen, em 2006, cumulativamente com a Lituânia a partir de 2007.

Integrou em Genebra o Escritório de Representação para Desarmamento e Direitos Humanos em 1988 e a Delegação Permanente em 1995.

O diplomata em apreço foi ainda condecorado com a Ordem do Rio Branco, no grau de Grande Oficial.

É autor de várias publicações, entre elas *O impacto dos processos de integração regional nas políticas de defesa e segurança.*

Consta do processo, além do *curriculum vitae* relatado, documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores, contendo avaliação das relações bilaterais entre o Brasil e a República do Chile, com destaque para aspectos políticos, econômicos, comerciais e culturais, do qual extraímos as informações abaixo:

A República do Chile tem uma população de 17 milhões de habitantes e um Produto Interno Bruto da ordem de 243 bilhões em 2011. É interessante notar que o PIB do Brasil alcançou 2,5 trilhões naquele mesmo ano. Cabe também destacar que, no que diz respeito ao PIB *per capita*, o do Chile foi de US$13.969, em 2011, enquanto que o Brasil ficou atrás com US$12.917.

As relações entre o Brasil e o Chile, estabelecidas em 1836, são concretizadas pela estabilidade e cordialidade.

O Chile, tradicionalmente, apoia o ingresso do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, reconhecendo o crescimento do Brasil como ator público e econômico global.

A escolha do Brasil para ser o primeiro país visitado pelo Presidente Piñera, após vencer as eleições em 2010, evidencia essa percepção.

O Chile confere grande importância a projetos a serem desenvolvidos com o Brasil e outros países da América do Sul, como os corredores bioceânicos, rodoviários Brasil – Bolívia – Chile e ferroviários Brasil – Paraguai – Argentina – Chile, que reforçarão o potencial do país como plataforma de serviços e exportações entre América do Sul e Ásia Pacífico.

O apoio prestado pelo Chile após trágico acidente na Estação Antártica Comandante Ferraz vem permitindo a continuidade do Programa Antártico brasileiro

e conferiu nova dimensão às negociações do acordo de cooperação antártica entre os países.

No que diz respeito ao comércio bilateral Brasil – Chile, a corrente de comércio alcançou recordes históricos em 2011 – US$9.980 bilhões –, tendo crescido cerca de 19% em comparação ao ano anterior.

Quarto principal sócio comercial e terceiro maior fornecedor para o Chile, o Brasil tornou-se o principal fornecedor de petróleo para o Chile, que, por sua vez, consolidou-se como o segundo principal parceiro do Brasil na América Latina. Já o Brasil importa do Chile cátodos de cobre, sulfeto de minério de cobre e fios de cobre.

O mercado brasileiro é visto com crescente interesse por parte das empresas chilenas em seus planos de internacionalização. Menciona-se, nesse contexto, a fusão entre as empresas TAM e LAN Chile para formar a Latam, uma das dez maiores linhas aéreas do mundo.

Entre as empresas brasileiras instaladas no Chile, podem-se mencionar a Petrobras, Itaú e Gerdau, entre muitas outras, cujos investimentos somam aproximadamente US$3,2 bilhões.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações, e só parabenizar o futuro Embaixador do Chile, representando o nosso País.

No âmbito deste relatório, era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu ponho a matéria em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, eu quero, conforme temos feito nesta Comissão, pedir vista coletiva, nos termos do § 2º, art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão.

(É o seguinte o item apreciado:

ITEM 12

MENSAGEM (SF) Nº 101, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GEORGES LAMAZIÈRE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pronto para deliberação)

Passo a palavra ao Senador Bauer, para fazer a leitura da Mensagem nº 99, de 2012, referente à indicação da Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Pela ordem, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de informar, enquanto se processa a reunião, que estou encaminhando para consideração da Mesa – é extrapauta, mas dadas as considerações de emergência sobre o assunto – um requerimento para que façamos um voto de aplauso pelo cessar fogo entre palestinos e Israel.

Então, apresentei e vou encaminhar a V. Exª. Até, se todos os Senadores quiserem assinar, eu proporia, então... Daqui a instantes, daqui a pouco, eu encaminharei a V. Exª, acabando de assinar.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Assim que chegar, nós colocaremos para os senhores, porque é o momento oportuno e creio que o senhor teve uma lembrança muito positiva.

Ao mesmo tempo em que serve para um mínimo de apoio, serve, sobretudo, para prestigiar esta Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Está bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Com a palavra, o Senador Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O relatório que apresento é o seguinte: esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre indicação que a Senhora Presidenta da República faz da Srª Maria Luiza Ribeiro Viotti, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Alemanha.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* da Diplomata indicada, do qual extraímos, para este relatório, as informações que seguem.

Nascida em Belo Horizonte, em 27 de março de 1954, filha de José Carlos Ribeiro e Dirce Neves Ribeiro, a Srª Maria Luiza Ribeiro Viotti concluiu o curso de preparação à carreira de diplomata, do Instituto Rio Branco, em 1975, e ingressou na carreira no posto de Terceira Secretária no ano seguinte. Graduou-se em ciências econômicas pela Associação de Ensino Unificado de Brasília, em 1978, e recebeu o grau de

Mestre em Economia pela Universidade de Brasília, em 1981. No Instituto Rio Branco, concluiu o Curso de Altos Estudos, em 1995, com a dissertação denominada "O Gás nas Relações Brasil-Bolívia". Ascendeu à Conselheira, em 1990, à Ministra de Segunda Classe, em 1997, e à Ministra de Primeira Classe, em 2006, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na chancelaria, destacam-se as de assessora da Subsecretaria Geral de Assuntos Políticos Multilaterais e Especiais, em 1988, coordenadora executiva do gabinete do Ministro de Estado, em 1990, professora de história das ideias políticas do Instituto Rio Branco, em 1992, subchefe da Secretaria de Imprensa do Gabinete, em 1995, chefe da divisão da América Meridional, em 1996, diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, em 1994 e diretora do Departamento de Organismos Internacionais, em 1996.

No exterior, exerceu, entre outros, o cargo de Conselheira na Embaixada em La Paz, em 1996, Ministra Conselheira na missão junto à ONU, Nova York, em 1999, Embaixadora representante permanente na ONU, em 2007, e chefe da delegação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU, de 2010 até a presente data. Desempenhou, ainda, numerosas e importantes funções em missões temporárias, tendo sido membro e chefe de delegação de diversas seções de negociação dos organismos internacionais e de conferências diplomáticas.

A Diplomata indicada é portadora da Medalha da República Oriental do Uruguai, da Ordem do Mérito Militar, do Brasil, da Ordem de Bernardo O'Higgins, do Chile, da Medalha Mérito Tamandaré, do Brasil, da Ordem do Mérito Aeronáutico, do Brasil, e da Ordem de Rio Branco, do Brasil.

Quanto à República Federal da Alemanha, importa registrar, neste relatório, algumas considerações básicas sobre aquele país e ressaltar alguns aspectos sobre o relacionamento bilateral com o Brasil. A Alemanha, uma república federal parlamentarista, tem população de 81,3 milhões de habitantes (estimativa para julho de 2012), numa área de 357 mil quilômetros quadrados. Seu Produto Interno Bruto PPP é de US$3,08 trilhões, o que lhe proporciona um PIB *per capita* de US$37,935 mil, dados de 2011.

O relacionamento entre o Brasil e a Alemanha é sólido e denso. Há ampla convergência de percepções, valores e interesses, o que tem permitido atuar conjuntamente em questões globais, como em temas relacionados ao meio-ambiente e à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O tom do relacionamento é positivo, inexistindo problemas significativos entre os dois países.

No cenário de uma União Europeia em severa crise econômica, percebe-se um recrudescimento da influência alemã na tomada de decisões do Continente. A pujança da economia alemã tem fortalecido sua voz em assuntos não apenas econômicos, mas também no cenário político internacional.

O processo de fortalecimento da Alemanha e de enfraquecimento de seu entorno tem motivado o governo alemão a iniciar movimentos visando a restabelecer prioridades em sua política externa. Destaca-se, nesse contexto, a relevância conferida à América Latina e, especialmente, ao Brasil. As relações econômicas entre o Brasil e a Alemanha são exemplo de investimento em integração, por parte de empresas de um país industrializado, no sistema produtivo de um país em desenvolvimento. A estabilidade econômica e política apresentada pelo Brasil e o dinamismo de nossa economia abrem espaço para aprimorar essa relação, principalmente pela agregação de valor aos produtos e processos gerados no Brasil e o consequente ganho de competitividade nos mercados internacionais.

As dificuldades econômicas enfrentadas pelos tradicionais parceiros da Alemanha, na Europa e na América do Norte, têm reforçado o interesse daquele país no aprofundamento dos laços com grandes países em desenvolvimento como o Brasil.

Com efeito, em 2010, as exportações alemãs para os países do BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – aumentaram 36% em comparação com o ano anterior, taxa consideravelmente superior ao aumento verificado nas vendas alemãs para as demais economias da Zona do Euro, 14,3%, e para os demais países membros da União Europeia, 18%.

Em 2011, os mercados emergentes figuraram igualmente como os destinos mais dinâmicos para as exportações alemães. A China, por exemplo, já é o quinto maior mercado para os exportadores da Alemanha e há previsões de que o país asiático se torne o segundo maior comprador de produtos alemães, em 2012.

As exportações para os grandes países em desenvolvimento desempenharam papel-chave na recuperação da economia alemã da crise financeira internacional de 2008 e de 2009.

Com uma economia robusta e inovadora, cada vez mais dissociada do desempenho menos dinâmico de seus vizinhos europeus (recente relatório da OCDE previu, por exemplo, que, a despeito das dificuldades dos demais países europeus, deve haver crescimento do PIB alemão em 0,5%, em 2012, e de 1,9%, em 2013), a Alemanha tem, no Brasil, um dos caminhos alternativos mais promissores à luz das incertezas dos tradicionais mercados para suas exportações.

A Alemanha é o quarto maior parceiro comercial do Brasil, após China, Estados Unidos e Argentina, com intercâmbio de US$24,3 bilhões, em 2011, o que representou aumento de 17,2% em relação aos valores do ano anterior.

O dinamismo das trocas bilaterais fica mais evidente ao ter-se em conta que, nos últimos 5 anos, a corrente de comércio entre os dois países aumentou 52,7%.

Pelo lado da oferta, as exportações brasileiras para a Alemanha registraram crescimento de 11,1% no último ano e ultrapassaram o inédito patamar de US$9 bilhões. Nessas condições, a Alemanha figurou como o sexto mercado para as exportações brasileiras.

No âmbito da União Europeia, a Alemanha foi o segundo destino para os produtos brasileiros, após a Holanda, absorvendo 17,1% do total das vendas brasileiras para aquele Bloco, em 2011.

A pauta das exportações brasileiras vem mostrando tendência à concentração em produtos de menor valor agregado. Em 2011, segundo dados preliminares do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, os produtos primários detiveram participação de 55% no total das exportações, ao passo que a participação dos itens manufaturados limitou-se a 34%.

A pauta mostrou-se, ainda assim, bastante diversificada, tanto em número de produtos como em relação à quantidade de empresas brasileiras exportadoras.

No tocante à sua estrutura, os cinco principais grupos de produtos da pauta exportada pelo Brasil para a Alemanha, em 2011, foram os seguintes: 21,6% do total; café, 18,8%; máquinas e aparelhos mecânicos, 9,1%; ferro fundido e aço, 8,2%; farelo de soja, 6,4%. Os embarques de café registraram a expansão de US$540 milhões relativamente ao ano de 2010.

As importações brasileiras originárias da Alemanha, por sua vez, atingiram US$15,2 bilhões, em 2011, o que significou a expansão de 21,2% em relação aos dados do ano de 2010. Com essa cifra, a Alemanha ocupou a quinta posição entre fornecedores brasileiros após os Estados Unidos, a China e a Argentina. A Alemanha foi o principal fornecedor do Brasil no âmbito da União Europeia, responsabilizando-se por 32,8% do total de aquisições brasileiras originárias do Bloco.

A pauta do mercado alemão tem se concentrado em produtos manufaturados, segmento que representou, em 2011, 95% do total das importações brasileiras originárias da Alemanha.

Foram os seguintes os cinco principais grupos de mercadorias adquiridas pelo Brasil da Alemanha: máquinas e aparelhos mecânicos, 28,9%; veículos e autopeças, 14,1%; máquinas e instrumentos elétricos, 9,1%; produtos farmacêuticos, 7,6%; e produtos químicos orgânicos, 7,3%.

Já vou para o final do meu relatório dizendo, Sr. Presidente, que, desde 1992, o comércio bilateral tem sido superativado para a Alemanha. Em 2011, o déficit contabilizado pelo Brasil no comércio bilateral foi de US$6,2 bilhões, o terceiro maior das transações comerciais brasileiras no ano. Os ingressos de investimento da Alemanha no Brasil, entre 2001 e 2011, somaram cerca de US$11 bilhões, segundo dados do Banco Central. Os principais setores de destino de investimento alemão são: fabricação de produtos químicos, de automóveis – inclusive aqui faço uma ressalva, mencionando que a empresa BMW anunciou, há poucas semanas, que implantará no meu Estado, o Estado de Santa Catarina, uma unidade produtora de veículos, o que alegra muito o povo catarinense e, sem dúvida nenhuma, vai trazer muitas atividades para a Embaixada do Brasil naquele país –, além de componentes automotivos, eletrodomésticos, construção de edifícios, energia e serviços financeiros – resseguros. Estima-se que cerca de 1.200 empresas alemãs estejam instaladas no Brasil, o que representa o maior parque industrial alemão fora da Alemanha. Calcula-se ainda que a contribuição dessas empresas para a formação do Produto Interno Bruto brasileiro corresponda a aproximadamente 8% do PIB do nosso País.

O Brasil, por sua vez, investiu cerca de US$370 milhões na Alemanha, entre 2006 e 2010, último ano em que o Banco Central registra ingresso de investimento brasileiro no país. Entre as empresas brasileiras mais importantes com atuação na Alemanha, estão a Sabó, fabricante de componentes automotivos, e a Magnesita, empresa de mineração e processamento de refratários.

Brasil e Alemanha têm longa tradição de relacionamento, com elevado nível de diálogo político, consonância de visões sobre temas da agenda internacional e ampla proximidade social e cultural. Contribuem para tanto o grande número de brasileiros de origem alemã, inclusive este Senador que vos fala, que faz a leitura em língua portuguesa por ser óbvio e regimental, mas poderia fazê-lo na língua alemã se isso fosse permitido. Em linhas gerais, as visões políticas entre os dois países são coincidentes em múltiplos temas da agenda internacional, sobretudo na promoção dos valores da democracia, do respeito ao Estado de Direito e dos direitos humanos.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório, além de, naturalmente, mencionarmos que a Srª Em-

baixadora tem todas as credenciais necessárias, também porque foi aluna do eminente e nobre Senador Vice-Presidente desta Comissão, Cristovam Buarque, que, além de Senador, é um emérito educador e pode listar entre os seus grandes alunos também a nossa futura Embaixadora do Brasil na Alemanha. Eu tenho certeza de que realizará lá um grande trabalho, porque estará trabalhando em um país grande, importante e que inclusive já foi eleito como o país que vai, no próximo ano de 2013 e também até o início de 2014, ser o país com o qual o Brasil vai manter relações muito mais próximas do ponto de vista cultural, porque será o ano da Alemanha no Brasil e o ano do Brasil na Alemanha.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Não havendo quem queira discutir, pedimos vista coletiva.

O assunto voltará na próxima reunião.

(É o seguinte o item apreciado:

ITEM 13

MENSAGEM (SF) Nº 99, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Alemanha.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Paulo Bauer
Relatório: Pronto para deliberação)

Eu quero pedir agora ao Senador Cyro que assuma a Presidência para que eu possa, seguindo essa rotina de primeiro esgotarmos as leituras de relatórios, ler a mensagem da Presidenta sobre o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Gostaria de pedir que V. Exª assuma a Presidência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Senador Paulo Bauer, além de ter origem alemã e falar tão bem alemão, é o presidente do Grupo Parlamentar Brasil/Suíça, que, inclusive, hoje está convidando aqueles que são membros dessa amizade Brasil-Suíça para um... Acho que é um jantar na casa do Cônsul da Suíça em São Paulo. Não é isso? Só para registrar, porque é um Senador efetivamente internacional aqui.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Suplicy, Senador Bauer, fazer convite pela televisão é muito perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Cumprimento o Sr. Vice-Presidente desta Comissão e parabenizo o Senador Paulo Bauer pelo seu relatório e pela sua presteza em também querer falar na língua do país. Eu gostaria que ele falasse na língua de origem do lugar aonde todos os Embaixadores fossem.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 98, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Luiz Alberto Figueiredo machado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.
Autoria: Presidenta da República.
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Cristovam Buarque para proferir o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Srs. Embaixadores presentes, o Senado é chamado a opinar sobre a indicação feita pela Presidenta da República do Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado, que é Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer agora o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, onde substituirá a Embaixadora Viotti.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão, depois de uma análise pela Comissão de Relações Exteriores.

Eu passo a ler um pequeno resumo do currículo do Embaixador Figueiredo, para servir de subsídio ao nosso trabalho.

O Embaixador Figueiredo é Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e entrou para a carreira diplomática por meio do Curso Preparatório para a Carreira Diplomática em 1979 e cursou, em 1982, na Academia de Direito Internacional da Haia, o curso Direito do Mar e Direito Econômico Internacional. Quatro anos depois, entrou para o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, tendo defendido a tese "A Plataforma Continental Brasileira e o Direito do Mar: Considerações para uma Ação Política". Tendo se tornado Terceiro-Secretário em 1980, ascendeu a Segundo-Secretário em 1982 e, em seguida, a Primeiro-Secretário em 1989, a Conselheiro em 1995, a Ministro de Segunda Classe em 2003 e a Ministro de Primeira Classe em 2009, sempre por merecimento.

Dentre as relevantes funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se a assistência da Divisão das Nações Unidas, da Divisão de Organismos Internacionais Especializados, da Divisão do Mar e da Antártica e do Espaço; a assessoria do Departamento do Meio Ambiente; a chefia da Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço e da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; e ainda a diretoria do Departamento do Meio Ambiente e Temas Especiais.

No exterior, integrou os quadros diplomáticos brasileiros em Santiago (1986), Washington (1996), Ottawa (1999) e junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco (2004).

Nós temos aqui um longo currículo das posições assumidas pelo Embaixador. Eu vou ler as importantes, inclusive para passar a ideia de como é um diplomata que, pela sua carreira, não somente pela sua vocação, terminou se especializando em temas fundamentais do mundo inteiro hoje. Por exemplo, ele integrou as missões brasileiras, como chefe de delegação, na XIV Reunião do Comitê Científico da Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos; na IV Reunião sobre Ações Futuras na Área de Mudança do Clima; na VI Reunião da Junta Diretiva do Centro Regional para Educação em Ciência e Tecnologias Espaciais para América Latina e Caribe; na VI Sessão do Foro das Nações Unidas sobre Florestas; na XXIV Sessão dos Órgãos Subsidiários de Implementação e de Assessoramento Científico e Tecnológico; na I Reunião do Diálogo Brasil-União Europeia sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável e Mudança do Clima; na V Reunião sobre Ações Futuras na área de Mudança do Clima; na II Reunião da Agenda Comum sobre Temas Ambientais; no Diálogo de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável Brasil-Reino Unido (Londres); na VIII Reunião do Conselho Diretor do Centro Regional de Educação em Ciência e Tecnologia Espaciais para América Latina e Caribe (Cidade do México); na VI Reunião sobre Ações Futuras na área de Mudança do Clima (Tóquio); a 1ª Sessão do Grupo de Trabalho *ad hoc* para Cooperação a Largo Prazo (AWG-LCA) e na 5ª Sessão do Grupo de Trabalho ad hoc para Compromissos mais aprofundados perante o Protocolo de Quioto (AWG-KP) da UNFCCC (Bangkok); na 2ª Sessão do AWG-LCA e Sessão do AWG-KP (Bonn); na 3ª Sessão do AWG-LCA e 6ª Sessão do AWG-KP (Acra); no Diálogo Ministerial de El Calafate sobre Mudança do Clima; na II Reunião do Diálogo Brasil-Comissão Europeia sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável e Mudança do Clima, na Reunião de Coordenação do BASIC; na Reunião de Coordenação do BASIC (Pequim), na 4ª Reunião do *Major Economies Forum on Energy and Climate* (Washington); na 7ª Sessão do AWG-LCA e 9ª Sessão do AWG-KP (Bali); na 5ª Reunião do *Major Economies Forum on Energy and Climate* (Londres); na Conferência de Alto Nível sobre Mudança Clima (Nova Déli); na Conferência de Alto Nível sobre Mudança do Clima: Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia (Pequim); na 36ª Reunião do Conselho do Fundo para o Meio Ambiente Global (Washington); na VIII Reunião sobre Ações Futuras na Área de Mudança do Clima (Tóquio); na 9ª Sessão do AWG-LCA e 11ª Sessão do AWG-KP da UNFCCC (Bonn); na 6ª Reunião do *Major Economies Fórum on Energy and Climate* (Washington); na Construção de Petersberg do Diálogo Climático para o México; na 1ª Reunião do Comitê Preparatório para a Rio +20 (Nova Iorque); 10ª Reunião do AWG-LCA e 12ª Sessão do AWGKP da UNFCCC (Bonn); na 11ª Sessão do AWG-LCA e 13ª Sessão do AWG-KP da UNFCCC (Bonn); na III Reunião do Diálogo Brasil-União Europeia sobre a Dimensão Ambiental do Desenvolvimento Sustentável e Mudança do Clima (Bruxelas); na 12ª Sessão do AWG-LCA e na 14ª Sessão AWG-KP da UNFCCC e na V Reunião Ministerial de coordenação do BASIC (Tianjin); na 10ª Conferência das Partes sobre Convenção de Diversidade Biológica (Nagóia); nas Consultas Ministeriais para a 16ª Conferência das Partes da UNFCCC e na 6ª Conferência das Partes do Protocolo de Quioto (Cancun); na Primeira Reunião Intersessional da Rio+20 (Nova Iorque); na IX Reunião sobre Ações Futuras contra Mudança do Clima (Tóquio); na 2ª Reunião do Comitê Preparatório das Nações Unidas para a Rio+20 (Nova Iorque); na Reunião do Comitê Coordenador do Memorandum de Entendimento Brasil-Estados Unidos sobre Biocombustíveis (Washington).

Fiz questão de fazer esse resumo e ler apensa aquilo que diz respeito ao clima, ao ambiente, à ciência, à tecnologia e a problemas espaciais. A lista é muito mais longa.

Em 2011, foi Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia e Secretário-Executivo da Comissão Nacional da Rio+20.

E aqui chamo a atenção por ser um dos cargos mais importantes, naquele momento, em todo o mundo.

Em reconhecimento pela excelência de seus serviços, foram-lhe laureadas a Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, grau de Oficial (1995); a Medalha Mérito Tamandaré, Brasil (1995); a Ordem do Mérito Naval, Brasil, grau de Cavaleiro (1996); Medalha do Pacificador, Brasil (1998); e a Ordem do Rio Branco, grau de Grã-Cruz (2011).

A missão para a qual o Ministro é indicado é, pacificamente, a mais importante para a política externa

brasileira e a preservação do multilateralismo e da democracia nas relações internacionais: a Organização das Nações Unidas (ONU). Inventariar os interesses brasileiros em cada instância do sistema onusiano é tarefa hercúlea e que não nos caberá nesta oportunidade. Porém, dentre os principais temas, mencionamos o pleito pela aceitação como membro permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a preservação do caráter multilateral nas decisões sobre paz e segurança, o alargamento da agenda econômica, social e ambiental e a reforma do sistema ONU.

No Brasil, o Sistema das Nações Unidas, de acordo com o Ministério das Relações Exteriores, está representado por diversas Agências, Fundos, Programas e outros Escritórios da Organização, que desenvolvem suas atividades de forma coordenada por meio do Grupo de Representantes dos Escritórios ONU no Brasil. Funcionam atualmente no Brasil o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – que acaba de inaugurar um belo prédio aqui em Brasília –; o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA); o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR); o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA); o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UMHABITAT); o Programa Mundial de Alimentos (PMA); o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem); o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Unaids); e o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC).

Creio que não inclui aqui um dos órgãos que considero da maior importância, que é a Unesco. Por alguma razão, ficou de fora.

Quero concluir, Sr. Presidente, lembrando que talvez nenhum outro diplomata chegue às NNUU tão preparado quanto o Embaixador Figueiredo Machado, graças ao seu fundamental trabalho na reunião de cúpula Rio+20. Deve-se muito a ele o sucesso na organização desse evento, que mostrou sua competência e fez dele um dos nomes mais conhecidos no cenário diplomático mundial. Se isso o credencia sobremaneira ao cargo, como representante do Brasil nas Nações Unidas, também faz dele um nome com enorme potencial, para levar às Nações Unidas o fundamental dos problemas da civilização industrial – a relação entre sociedade e natureza, o desafio do crescimento em tempos de limites ecológico. Não há dúvida de que, nas Nações Unidas, o Embaixador Figueiredo poderá se transformar em uma voz, não apenas representará o Brasil, no cenário mundial, mas poderá ajudar o mundo inteiro no enfrentamento dos grandes problemas da contemporaneidade.

Ao indicá-lo como nosso Embaixador na ONU, o Governo brasileiro e a Presidenta Dilma estão escolhendo o melhor nome para o Brasil e, certamente, um nome, para dar grande contribuição ao mundo. Tendo em vista a natureza da matéria apreciada, não cabe, a meu ver, aduzir outras considerações, pela falta de tempo, mas poderia ampliar muito esse relatório, se houvesse tempo, para justificar a nomeação do Embaixador Figueiredo nas Nações Unidas.

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, pelo belíssimo e riquíssimo relatório que nos apresenta.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queria discutir, fica concedida vista coletiva nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores.

Em seguida, devolvo a Presidência desta Comissão ao Senador Cristovam Buarque. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador Cyro.

Passamos ao item 1.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT) – Presidente, queria ver se seria possível colocar o item 4. Tenho uma audiência, na Casa Civil, com a Ministra Gleisi, e sou o Relator do item 4.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Tenho a maior simpatia, mas vamos ver quanto tempo levará, porque não quero deixar os nosso Embaixadores, que serão sabatinados, esperando muito tempo.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT) – É rápido.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Creio que se justifica perfeitamente, Senador.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 523, de 2012
– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo Adicional que Altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2006.
Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (PERMANENTE)
Relatoria: Senador Cidinho Santos

Concedo a palavra ao Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Presidente, passo a ler o meu Relatório.

Com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 525, de 21 de novembro de 2011, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo Adicional, que altera o Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, assinado em Brasília, em 9 de agosto de 2006. O Acordo foi apreciado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, que aprovou o projeto de decreto legislativo decorrente da mensagem presidencial, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após exame, também, pelas Comissões de Seguridade Social e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 22 de novembro de 2011 e o projeto de decreto legislativo derivado recebeu a aprovação daquela Casa em 19 de setembro de 2012. No Senado Federal, a proposição em epígrafe foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 2 de outubro de 2012, onde cumpriu prazo regimental para recebimento de emendas, após o qual foi designado o relator signatário, sem que tenha sido objeto de propostas de alterações.

Cuida-se de um protocolo adicional ao Acordo de Seguridade Social ou Segurança Social assinado entre os mesmos países em 7 de maio de 1991. O presente protocolo altera os artigos 1º ao 7º, 9º, 13º e 26º do acordo original.

Passo à Análise, Sr. Presidente.

Por meio do ato internacional de 1991, referido anteriormente, os países signatários estabelecem normas que regulamentam suas relações em matéria de previdência social, aplicando-se a todas as pessoas que estiverem ou tenham estado sujeitas à legislação de cada uma ou de ambas as partes contratantes, bem como a seus dependentes legais. Ele permite que os trabalhadores não percam o tempo de contribuição realizado em outro país, possibilitando somar os períodos de trabalho em dois sistemas, desde que não tenham sido simultâneos, para a obtenção de aposentadorias e outros benefícios previdenciários. Cada sistema deve pagar ao beneficiário montante em sua própria moeda equivalente ao período de contribuição efetuado no respectivo país.

O objetivo principal do acordo adicional que ora se aprecia é ampliar o universo dos trabalhadores com direito à proteção do Sistema de Previdência local, estendendo suas exposições aos regimes próprios de Previdência, que servem, principalmente no Brasil, aos trabalhadores do setor público.

O pacto é composto por três artigos: o primeiro traz o conteúdo material de acordo, alterando nove dos 27 artigos que compõem o texto original. Dentre estes, o mais importante é a nova redação dada ao art. 9º, que trata da totalização dos períodos de contribuição, passando a ficar compatível com todos os acordos da Previdência celebrados até hoje pelo Brasil.

Não se recorrerá à totalização caso as condições de concessão do benefício estejam satisfeitas pela legislação dos dois países.

O art. 2º do Acordo Adicional em apreço trata dos direitos anteriores, consignando que os países convenientes decidem que o instrumento não retroagirá e não servirá para a concessão de qualquer prestação ou benefício anterior à sua entrada em vigor.

De outra parte, qualquer período de seguro cumprido nos termos da legislação do Estado contratante, antes da entrada em vigor do pacto em análise, é tido em conta para determinação de direito a prestações, em conformidade com o disposto no acordo.

Finalmente, o art. 3º contém a cláusula de vigência do acordo, que deverá ser interpretada conforme todos os requisitos para entrada em vigor de tratados de ordenamento pátrio.

A reciprocidade dos sistemas previdenciários é fundamental para garantir o acesso a direitos básicos de seguridade social, especialmente em situações de risco involuntário, como o seguro-doença, o seguro acidentário.

O Brasil já mantém acordos bilaterais semelhantes com diversos países. Vários outros estão em tramitação no Congresso Nacional.

A Convenção Multilateral Ibero-americana de Seguridade Social garante a soma de contribuição dos períodos trabalhados na Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Espanha, Paraguai e Uruguai. Há também um acordo no Mercosul sobre Seguridade Social no mesmo sentido.

É indubitável que o entendimento bilateral consubstanciado nesse acordo valoriza as relações especiais de amizade entre Brasil e Portugal, traduzida no volume de trocas comerciais, no fluxo migratório e nas afinidades socioculturais.

Portanto, reitera-se, do ponto de vista de oportunidade em razão da valorização das relações bilaterais do regime internacional de proteção, a pessoa humana.

O acordo em tela é digno de mérito.

Com base no exposto, considerando ser apropriado e juridicamente adequado o acordo em exame, eu voto pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2012.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu é que agradeço, Senador Cidinho.

Em discussão, o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os que estiveram de acordo permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovada a matéria.

Vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Eu agora quero chamar os dois embaixadores que serão sabatinados.

Trata-se do:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 67, DE 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Malawi.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria *Ad Hoc*: Senador Randolfe Rodrigues

Observações:

No dia 08/11/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 72, DE 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor PAULO UCHOA RIBEIRO FILHO, Conselheiro da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

No dia 08/11/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

O Senador Randolfe fez a relatoria do Embaixador.

Como se sabe, de acordo com o nosso roteiro normal, os relatórios foram lidos, e hoje nós fazemos a sabatina e a votação.

Eu peço aos Embaixadores que entrem.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Pela ordem, Senador.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Sr. Presidente, eu requeiro a V. Exª que submeta à apreciação dos membros da Comissão a possibilidade de, durante o período em que fizermos a sabatina dos Srs. Diplomatas que comparecem a esta reunião, já iniciarmos o processo de votação, tendo em vista que alguns Senadores já me informaram – e eu próprio também me encontro nesta condição – que precisam se ausentar, temporariamente, aqui, dos trabalhos da Comissão, para atender a outros chamados e ao trabalho de outras comissões que ocorrem simultaneamente.

Coloco à apreciação de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Esta Mesa simpatiza-se totalmente, porque sabe como ficamos aqui, rodando de uma comissão para outra.

Os relatórios foram lidos em reunião anterior.

Submeto aos demais Senadores se estão de acordo. Se estiverem, as cédulas de votação já estão aqui preparadas. Então, os que quiserem já poderão realizar a votação.

Quero, inicialmente, passar a palavra ao Conselheiro Gustavo Martins Nogueira, para que faça a sua apresentação.

O SR. GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque; Srs. Senadores.

Gostaria, inicialmente, de agradecer a esta Comissão por haver aceitado considerar o meu nome como indicado pela Senhora Presidente da República para abrir a Embaixada do Brasil no Malawi. Agradecer, também, ao Senador Mozarildo Cavalcanti, Relator desta Indicação, e ao Senador Randolfe Rodrigues, Relator *ad hoc* desta Indicação.

Inicio minha apresentação, mencionando aos senhores o sentido de honra profissional em haver recebido a indicação da Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, e do Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Antônio de Aguiar Patriota, para esta honrosa missão de abrir a Embaixada do Brasil no Malawi.

Pretendo fazer esta exposição dividida em três partes: inicialmente, gostaria de destacar os principais desafios com que se defronta o Malawi em seu esforço na busca do desenvolvimento econômico. É um País

que se situa na África Austral; em seguida, mencionar alguns dos itens que nos permitem vislumbrar uma perspectiva de futuro muito promissor para o Malawi; e, finalmente, indicar os principais aspectos das relações bilaterais com o Brasil e das perspectivas que se abrem para essa relação.

Malawi é um dos países mais pobres do mundo. Tem um PIB *per capita* de US$345 e enfrenta, portanto, desafios de toda ordem, no que diz respeito ao seu desenvolvimento humano. É um país mediterrâneo, sem costa marítima, que tem grandes dificuldades, portanto, de industrialização e de ampliar espaços de acesso a seus produtos no mercado internacional.

É um país predominantemente agrícola, densamente povoado – tem 16 milhões de habitantes –, enfrenta um cenário de crescimento populacional muito intenso – quando de sua independência, em 1964, eram 4 milhões de habitantes. Portanto, sua população quadruplicou nesses primeiros 50 anos. É profundamente dependente de aportes da comunidade internacional para atender às suas necessidades básicas, conta com programas de cooperação com a comunidade doadora internacional, que tenta contribuir para a melhoria dos índices de desenvolvimento humano do país.

Ao lado de todos esses desafios, o Malawi é um país que se encontra numa situação de grande perspectiva promissora, na medida em que tem atravessado um processo de consolidação democrática. Há eleições frequentes no Malawi. É um país com regime presidencial, com mandatos presidenciais de 5 anos, renováveis. No contexto africano, em que é possível ver muitos desafios a renovações de lideranças, é um país que tem atravessado um período de consolidação democrática e de renovação de suas lideranças.

Também é um país cujas lideranças têm demonstrado um interesse, uma disposição, em adotar medidas macroeconômicas que contribuam para o crescimento do país, que têm procurado ajudar atender às metas do milênio, por exemplo. É um país que tem procurado manter abertos, sobretudo a partir do início deste ano, quando assumiu a Presidenta Joyce Banda, os canais de comunicação com a comunidade internacional.

É importante ressaltar que o Malawi é um dos dois únicos países em todo o continente africano presidido, hoje, por uma mulher. A Presidenta Joyce Banda assumiu em abril de 2012. O outro país é a Libéria, do outro lado do continente africano.

Essa liderança do Malawi recentemente tem demonstrado, portanto, uma disposição em adotar medidas de boa governança e condução eficiente da economia, o que tem permitido ao país manter um diálogo profícuo com a comunidade internacional no sentido de superar os seus principais desafios.

É nesse contexto, portanto, que as relações bilaterais com o Brasil têm muita perspectiva de ampliação, Sr. Presidente. O Presidente anterior do Malawi esteve no Brasil em 2009, quando assinou com o então Presidente Lula um acordo de cooperação técnica, que poderá servir de marco regulatório para o início da cooperação bilateral com o Brasil nessa área.

É um país com o qual o Brasil sempre teve relações amistosas, de amizade, em foros internacionais. Há muito o que fazer, e o Brasil naturalmente tem muito a contribuir para o crescimento e o desenvolvimento do Malawi a partir da instalação de uma embaixada em sua capital, Lilongwe.

Sendo um país predominantemente agrícola – o seu maior produto de exportação é o tabaco –, sofre muita pressão da comunidade internacional para uma diversificação de sua produtividade agrícola, tendo em conta uma Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que procura reduzir a expansão da plantação de tabaco em todo o mundo. Então, é um país que sofre certa pressão internacional para diversificar a sua produção. E nesse sentido o Brasil também poderia muito contribuir com a tecnologia pela Embrapa Internacional na área de colaboração para novas culturas agrícolas.

Um aspecto que torna o Malawi particularmente importante e até estratégico para os interesses brasileiros no exterior é o projeto de exploração de carvão pela Vale na mina de Moatize. A mina de Moatize fica no norte de Moçambique, e a Vale já se encontra explorando carvão na mina de Moatize há uma década, mas a efetiva exploração da mina começou no ano passado. E o volume de carvão siderúrgico que se espera retirar dessa mina é maior do que a atual capacidade logística existente na região é capaz de suportar.

Daí que foi assinado pela Vale com o governo do Malawi um acordo para uma ferrovia que atravessará o território do Malawi. Vocês podem ver que o Malawi é um país incrustado no norte de Moçambique. A mina de Moatize está ali próximo da região de Tete, vê-se ali no mapa. E a ideia é escoar o carvão da mina de Moatize da região de Tete até um porto que fica acima de Nampula, naquele mapa, o Porto de Nacala. O que significará atravessar o sul do Malawi com uma ferrovia de cerca de 350 quilômetros.

Essa é uma obra que terá um caráter estruturante para o Malawi, um país que sofre muito com a dificuldade para o escoamento de sua produção e que terá, portanto, a partir da construção dessa infraestrutura, a capacidade também de ter acesso ao mar. Então, há uma expectativa de redução de custos substancial dos produtos que o Malawi venha a querer exportar, sobretudo sua produção agrícola.

Já há hoje a expectativa do Governo do Malawi de que um projeto estruturante dessa natureza vindo do Brasil possa inclusive atrair outras empresas brasileiras para investirem naquela região.

Um aspecto naturalmente muito importante da presença brasileira no Malawi será buscar contribuir para que o país avance nos seus projetos de desenvolvimento humano, na medida em que possamos contribuir com projetos de redução da pobreza, de combate ao vírus HIV-Aids. O Malawi tem um alto índice de soropositivos, são mais de 11% da população economicamente ativa. Em algumas regiões chega a 18%. É um país também que tem um grande déficit energético, apenas 8% da população têm acesso à energia.

Para todos esses aspectos, tanto sociais como de acesso à infraestrutura, o país tem grandes desafios e a cooperação com o Brasil tem muito a ajudar.

Era um pouco isso o que eu tinha a dizer inicialmente, Sr. Presidente. Naturalmente estou aberto às perguntas dos Srs. Senadores, às quais terei muito prazer em responder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Agradeço ao Conselheiro Gustavo Martins Nogueira.

Passo a palavra ao Paulo Uchoa Ribeiro Filho.

O SR. PAULO UCHOA RIBEIRO FILHO – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de começar a minha intervenção registrando os meus agradecimentos à Senhora Presidente da República e ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores pela confiança que depositaram em mim e pela indicação que fizeram para que eu ocupe o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

Gostaria de agradecer também ao Senado da República, por ter acolhido favoravelmente a indicação da Presidência e por oferecer a oportunidade do exame da minha indicação.

Agradeço, ainda, ao Senador Luiz Henrique, Relator da minha indicação, pelo aspecto positivo do seu relatório.

Pretendo dividir a minha apresentação em três momentos, como o meu colega Gustavo. Gostaria de fazer algumas considerações gerais acerca do continente africano, algumas outras considerações acerca do país propriamente e, por fim, sobre as relações bilaterais entre o Brasil e a República Democrática do Congo. Caso seja a vontade do Senado de me aprovar como embaixador, tecer alguns comentários sobre algumas linhas de ação que eu pretenderia desenvolver já na posição de embaixador do Brasil junto à República Democrática do Congo.

Em termos gerais, a África é um continente que abriga 1 bilhão de habitantes e recursos minerais quase que inesgotáveis. É um continente que tem sua história marcada por muitos conflitos ao longo dos últimos 5 séculos de história registrada da África. Alguns dos conflitos mais sérios do século XX tiveram lugar no continente africano, assim como os conflitos do século XXI. Mas, apesar desse lado negativo da história da África, se pudéssemos fazer um quadro com alguns indicadores econômicos e sociais, nós certamente observaríamos que houve muito progresso no continente africano nos últimos 25, 30 anos, sobretudo com o fim do sistema colonial das potências europeias no continente.

Dentro desse contexto, a África aparece, no começo do século XXI, como uma nova fronteira diplomática comercial e como um novo destino das atenções da comunidade internacional.

De maneira geral, o Governo brasileiro tem sido muito atento a essa evolução positiva do continente africano, e, sobretudo a partir do Governo do Presidente Lula, a África foi elevada a uma categoria de prioridades da política externa brasileira, e nós adotamos uma série de ações com relação ao estreitamento das relações do Brasil com a África de maneira geral, notadamente no que diz respeito à abertura de representações diplomáticas no continente africano.

A própria embaixada em Kinshasa foi reaberta em 2004, já dentro desse contexto de estreitamento das relações com o continente, e é uma política que requer paciência, porque os resultados em política externa não são necessariamente imediatos. Mas eu acho que essa é uma visão correta e que esse esforço da diplomacia brasileira, dos últimos 10 anos, em se aproximar da África, deverá gerar resultados muito positivos a médio e longo prazo.

Com relação, especificamente, à República Democrática do Congo, é um país de mais de 2 milhões de km^2, um quarto do território brasileiro; abriga algumas das reservas geológicas mais importantes do continente. Eu li, em um dos textos, preparando-me para esta sabatina, que se, hoje, fosse possível se extrair tudo que se encontra no Congo, o que é conhecido ter no Congo, o país valeria algo em torno de US$35 trilhões. Apesar de toda essa riqueza, os indicadores econômicos do Congo mostram que ele é um dos países mais pobres do mundo, com uma renda *per capita* muito baixa, apenas US$300 por habitante, e ele, sistematicamente, ocupa as piores posições nos Índices de Desenvolvimento Humano e outras estatísticas que medem ou procuram medir o desenvolvimento do país.

É um país também marcado por sérios conflitos internos e externos com seus vizinhos. Apenas há dois

dias, houve mais um problema na fronteira com Ruanda. A cidade de Gombe foi tomada pelo movimento rebelde M23, o que mostra que a situação no Congo ainda é muito frágil.

Apesar de todas essas considerações que eu diria que não são muito positivas, o Congo é um país importante; ele é o segundo maior país da África, com uma população de quase 80 milhões de habitantes e detentor de reservas minerais muito importantes.

O Brasil vê o Congo como um possível parceiro estratégico dentro de sua relação com a África, até pela dimensão territorial e populacional e dos recursos geológicos. Nós interrompemos a nossa presença diplomática em Kinshasa, em 1997, em razão da intensificação dos conflitos civis. Reabrimos a embaixada em 2004. E, desde então, as relações vêm conhecendo um processo de aproximação, ainda que discreto.

Algumas visitas importantes, bilaterais, ocorreram, nesses anos. O Ministro Celso Amorim esteve no Congo; o Ministro da Defesa, Jobim, esteve no Congo; o Vice-Presidente do Congo esteve no Brasil; o Chanceler do Congo esteve no Brasil. Foi realizada, em 2011, a terceira reunião da Comissão Mista entre os dois países. Então, nós estamos, em tempos recentes, procurando construir uma agenda positiva de relação com o Congo.

Os interesses brasileiros no Congo são múltiplos. Os interesses comerciais são, talvez, os mais importantes. E eu tive oportunidade de conversar também com um representante da Petrobras e da Vale sobre os interesses dessas duas empresas brasileiras no país. Ambas desenvolveram atividades de prospecção em anos recentes. A Petrobras fez prospecção de petróleo na região do Lago Tanganica e da região do Cuvette Central; e, a Vale, um pouco mais abaixo, na província de Catanga, também participou de projetos de prospecção.

Infelizmente, essas tentativas de prospecção de minério não resultaram em oportunidades que se provaram comercialmente viáveis. E as duas empresas estudam novas estratégias de atuação no Congo nos próximos anos. Mas os representantes das duas empresas me asseguraram que, mesmo não tendo sido encontrados recursos minerais comercialmente viáveis nessas tentativas, o Congo permanece como uma prioridade das empresas e eles deverão voltar a atuar nos próximos anos.

Outros aspectos importantes da relação bilateral com o Congo: o Brasil, por ocasião da terceira reunião da Comissão Mista, no ano passado, assinou alguns acordos de cooperação com o Congo na área de desenvolvimento agrícola, formação de recursos humanos do Governo Federal e nós estudamos algumas outras oportunidades de desenvolvimento de cooperação com o país. Isso dependerá um pouco de como a situação orçamentária do Brasil se comportará nos próximos anos, mas a expectativa é a de que a gente possa manter, senão expandir, essa cooperação com o Congo.

Nós também, por meio da nossa missão nas Nações Unidas – e, aqui, encontra-se o nosso futuro Embaixador, representante permanente –, acompanhamos, com muita preocupação e com muito engajamento, a evolução interna do Congo, dos conflitos civis internos e internacionais. As Nações Unidas dispõem, hoje, da segunda maior missão de paz no mundo no Congo. A primeira missão está no Sudão, mas, com a estabilização da situação no Sudão do Sul e com o consequente enxugamento da missão do Sudão do Sul, é possível que, nos próximos meses, a missão da ONU em Monusco, no Congo, passe a ser a maior missão de paz das Nações Unidas no continente.

O Brasil tem uma participação histórica na Organização das Nações Unidas. Nós não estamos no Conselho de Segurança no momento, o que restringe um pouco a nossa participação direta nas decisões com relação a certos conflitos internacionais, mas, mesmo assim, nós acompanhamos o desenvolvimento dessas questões.

A Embaixada em Kinshasa terá um papel importante em oferecer, tanto à Secretaria de Estado quanto à missão da ONU, informações atualizadas e úteis que possam modular as decisões que nós venhamos a apoiar dentro do sistema das Nações Unidas com relação à questão do Congo.

Então, por todos esses motivos, acredito, Sr. Presidente, que o Congo é um país com o qual o Brasil já tem boas relações, com o qual o Brasil deseja ter melhores relações. Há uma expectativa muito positiva por parte do Congo e, sobretudo, do governo do Congo com relação a melhores relações com o Brasil.

Recentemente, o Presidente do país concedeu uma entrevista ao jornalista brasileiro Franklin Martins, que produz um documentário com uma série de entrevistas com líderes africanos, e ele identificou no Brasil um modelo de desenvolvimento... Primeiro, ele identifica no Brasil algumas características que são similares às do Congo, como grande extensão territorial, muitas riquezas minerais, grande população, e, em seguida, na entrevista, aponta para o modelo de desenvolvimento brasileiro como sendo um modelo que ele desejaria que o país dele pudesse emular e no qual o país dele pudesse se inspirar, para que eles pudessem superar as dificuldades internas e para que eles pudessem fazer com que a riqueza do país fosse explorada de maneira sustentável e fosse revertida em prol da população. Acho que a entrevista do

Presidente cria um ambiente muito positivo quanto às relações bilaterais. Acho que isso já é um bom sinal e permite que a gente continue trabalhando em prol de uma aproximação com o país, o que seria bom tanto para o Brasil quanto para o Congo.

O assunto é extenso. O país é fascinante. Eu poderia falar por muito mais tempo. Mas essas são as considerações gerais que eu gostaria de fazer nestes meus 10 minutos. Estou à disposição dos Senadores da Comissão para responder a perguntas ou fazer os esclarecimentos necessários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Conselheiro.

Consulto o Senador Suplicy se quer usar da palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, quero aqui acenar aos Embaixadores Gustavo Martins Nogueira e Paulo Uchoa Ribeiro Filho, com os votos de muito sucesso. Quero cumprimentá-los pelo desempenho ao longo de suas vidas, servindo ao Ministério das Relações Exteriores, ao Itamaraty.

Eu gostaria de ao Embaixador Gustavo Martins Nogueira fazer algumas considerações: qual é o principal produto de exportação do Malawi para o Brasil? Em que medida o produto de exportação ainda está ajudado por subsídios que os Estados Unidos dão aos seus fumicultores? O Brasil importa o fumo. De que maneira os subsídios que são fornecidos pelos Estados Unidos têm um papel importante nesse aspecto?

Como estão as relações da China com Malawi? Como se comparam, por exemplo, as relações do Brasil com Malawi e as de um país que tem hoje um poderio econômico e potencial de desenvolvimento tão extraordinário quanto o da China, que vem expandindo suas relações com os países da Ásia, África e, inclusive, da América Latina? Como se compara isso com as relações que o Brasil tem?

O Malawi tem um índice muito grande de soropositivos de HIV e o Brasil tem realizado diversas cooperações, sobretudo com países da África, mas possivelmente também com Malawi. Os programas de combate e prevenção da AIDS estão efetivamente funcionando?

A abertura de fábrica de antiretrovírus em Moçambique vem produzindo resultado positivo?

Com respeito ao Congo, ao Embaixador Paulo Uchoa Ribeiro Filho, sendo o Congo um País riquíssimo em recursos minerais – suas reservas são estimadas em US$25 trilhões – em que medida poderá o Congo desenvolver melhor o seu potencial tendo em conta que sua renda *per capita* ainda é relativamente baixa? Em que medida o desenvolvimento do Congo está, sobretudo, baseado em minérios e *commodities* na agricultura? Existe a possibilidade de um desenvolvimento industrial mais forte? No que diz respeito à cooperação do Brasil e às expectativas de brasileiros estarem investindo mais e mais no Congo, quais são essas perspectivas? Em que área sobretudo poderiam os empresários, na sua visão, realizarem investimentos nas mais diversas áreas para que possa desenvolver-se essa cooperação?

Eu gostaria de transmitir a ambos que tenho procurado realizar exposições nos mais diversos países a respeito da proposição de uma renda básica, como um direito à cidadania. Na África, por exemplo, tem havido um interesse nessa proposição, a exemplo da Namibian Coalition for Basic Income, que tem realizado uma experiência que já dura quase 4 anos, em uma pequena vila rural de Otjivero, a 100km de Windohek. Lá, sobretudo por sua iniciativa, o Bispo Zephaniah Kameeta conseguiu obter recursos de pessoas voluntárias, tanto na Namíbia quanto em outros paises. Junto às igrejas alemãs, conseguiu um fundo para reailzar uma experiência que se iniciou em janeiro de 2008, para pagar a 1.000 habitantes NAD$100 (cem dólares namibianos) por mês, uma quantia modesta, equivalente a R$23,00 por mês. Mas eu próprio a visitei no ano passado e verifiquei que todos os seus moradores a consideram um sucesso. E isso pode se tornar um exemplo para outros países da África.

E, sobretudo, um país como o Congo, que tem uma riqueza mineral tão significativa, poderia perfeitamente considerar a separação de uma parcela dos recursos resultantes da exploração dos recursos naturais para formar um fundo que viesse a beneficiar todos, combinando inclusive o objetivo da boa qualidade de educação, de boas oportunidades para todos, com uma renda básica que permita a sobrevivência com dignidade para cada um de seus habitantes.

Então, seja junto ao Malawi, seja junto ao Congo, eu me coloco à disposição.

Quero até aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, eu tinha considerado apresentar ainda hoje um requerimento para a viagem que farei ao Panamá por ocasião da reunião do Parlatino, mas verifiquei que ainda falta um documento. Mas se trata de uma viagem que o próprio Parlatino vai providenciar, portanto eu não precisaria apresentá-la aqui, hoje. Trata-se de uma viagem em que possivelmente serei designado pelo Presidente José Sarney para representar o Senado brasileiro na reunião do Parlatino, no Panamá, depois de ter participado das reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos do Parlatino e, juntamente com Deputados da Venezuela, do Uruguai e do Equador, apresentado uma lei marco, tal como a lei brasileira,

com algumas adaptações, para instituir em cada um dos 27 países da América Latina e do Caribe uma renda básica de cidadania. Tal como a lei brasileira, essa lei marco prevê a instituição por etapas, até que um dia se torne um direito universal.

Portanto, eu deverei apresentá-la, junto com esses outros parlamentares, na Assembleia do Parlatino, no Panamá, em 1º de dezembro próximo. Mas não precisarei, pelo Regimento, apresentar aqui, hoje, o meu requerimento, porque se trata de uma designação, e é o próprio Parlatino que vai financiar. Mas é só para informar aos Embaixadores a minha disposição de colaborar.

Eu encaminharei a ambos a cópia da minha palestra última, feita na Rede Mundial da Renda Básica, em Munique, de 14 a 16 de setembro último, que fala inclusive das experiências não apenas no Brasil, mas em diversos outros países.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Antes de passar a palavra, eu quero parabenizar o Governo brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores, a Presidenta e o Ministro Patriota não só por indicar, mais uma vez, nomes da própria carreira e com toda a formação que têm os nossos Embaixadores, mas também por fazer algo por que muitas vezes eu conflito aqui com alguns que são contra: colocar embaixador nos países menores do mundo inteiro, como se nós respeitássemos o país em si, e não o tamanho dele.

Há muitos que se perguntam o que justifica ter um embaixador no Malawi. Eu creio que se justifica, sim, porque tem uma bandeira, porque tem um governo, porque tem um voto nas Nações Unidas e porque é a presença do Brasil. Palavra, aliás, que eu acho que deveria ser usada para caracterizar os 8 anos do período do Ministro Celso Amorim, do Presidente Lula: presença. Nós adquirimos presença no mundo. E isso é fundamental.

Por isso, eu fico satisfeito de estar aqui na sabatina do senhor, mais do que se fosse embaixador em Londres, porque aí já temos uma história longa, e todos os países têm.

Os grandes países têm que estar presentes em todos os lugares. A bandeira do Brasil tem que estar em todas as capitais do mundo, e esse é um esforço que eu vejo que estamos fazendo, ao iniciar, agora, relações com Malawi.

É claro que, segundo o FMI, em, se não me engano, 1995, o Malawi era o país mais pobre do mundo em renda *per capita*, pior até do que o Haiti. Agora, com o terremoto, é possível que o Haiti esteja ganhando nessa tragédia. Mas é importante estar ali.

Além disso, é um ponto de observação do que acontece em uma região muito importante. Quando se vai ao Malawi, se está em Zimbábue, se está no Congo, se está na Tanzânia, se está em Moçambique. É uma região que é muito importante para o Brasil, por conta, inclusive, da ocupação chinesa nessa região, do ponto de vista econômico, obviamente, e demográfico, porque estão mandando muita gente também.

Por isso, eu gostaria que, na medida do possível, o senhor pudesse nos manter informados do que está havendo, do que está acontecendo, aos Senadores. É uma coisa que eu tenho insistido aqui: nós nos acostumamos a ter os embaixadores aqui na sabatina e nunca mais vemos esses embaixadores. Eu acho que eles deveriam mandar relatórios, passando, obviamente, pelo Ministério, porque não podemos misturar os dois Poderes, mas manter esta Comissão informada do que acontece, com relatórios que passem pelo Ministro, mas que venham para cá.

Quanto ao Congo, já é um país diferente, é um país grande, já é um país presente na História há tantas décadas. Muitos de nós cresceram ouvindo falar em Biafra, em Lumumba, em segurança que tem o Congo.

Fico feliz que o Brasil tenha reatado as relações, depois de um período curto em que era impossível até ter relações.

Eu queria recomendar ao novo Embaixador que leia um livro que acaba de sair na França, chamado *Congo*, e que é uma história contada do Congo, inclusive de uma maneira que se começa a ler e não se para mais. Como *Equador*, que é um livro que se passa em São Tomé e Príncipe, em que se termina conhecendo toda a história. O Embaixador aqui, quando eu falava, ele dizia que está com um livro – que eu também recomendo, mas, nele, o Congo é só um pedacinho –, que é o livro do Mário Vargas Llosa, que tem uma parte no Congo e mostra, aí, talvez, a causa principal da tragédia social de um país tão rico: o colonialismo no século XIX e começo do século XX, quando o Congo era uma propriedade de uma pessoa, que era o rei da Bélgica. O Congo não foi colônia da Bélgica, foi propriedade do rei Leopoldo II, eu creio.

Então, eu creio que é um bom lugar para fortalecer relações, inclusive comerciais. Mas eu insisto também, aqui, que há uma preocupação quase que exclusiva com relações comerciais. Nós não temos trabalhado as relações culturais com esses países. E, às vezes, as relações culturais aproximam mais até do que as relações econômicas, porque relações econômicas geram conflitos. Tomamos o lugar de algum outro país nas exportações, ou disputamos com produtores locais. A relação cultural só engrandece os dois lados.

É uma relação de ganho e ganho. Não é uma relação de ganho e perda.

Então, eu gostaria de dizer da minha satisfação de tê-lo no Congo.

Mas eu queria fazer uma pergunta, que é uma curiosidade minha, nada tem a ver até com o papel de Senador: quais as causas fundamentais das constantes guerras civis no Congo? Porque, pelo que eu imagino e leio, não é um problema puramente econômico, de guerras por disputar recursos. Nem é, também, um problema apenas étnico, de tribos se chocando. O que, de acordo com o que o senhor tem estudado, explica que seja um dos países com mais conflitos entre seus diversos grupos em todo o mundo? E que seja um país em que não se consegue ter uma unidade, salvo aquela imposta e falsa, durante 30 anos, da ditadura do Mobutu. Mesmo assim, era artificial, tudo aquilo, e era cheio de conflitos também. E as guerras se faziam. Seu substituto foi assassinado, o filho o substituiu. E de lá para cá, cada eleição é um conflito que ocorre.

Qual é a sua análise do motivo para que isso aconteça?

Passo a palavra, primeiro, ao Conselheiro Gustavo, para fazer os comentários sobre a fala e a opinião do Senador Suplicy e sobre a minha opinião, se assim quiser.

O SR. GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA – Com muito prazer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy pelos comentários e pelas perguntas, que me permitem expandir a minha fala sobre determinados aspectos da relação com o Malawi e sobre aspectos centrais do país que, efetivamente, merecem ser destacados.

O Senador mencionou, inicialmente, a questão da relação comercial e do tabaco. Efetivamente, o tabaco é o principal produto de exportação do Malawi e é praticamente o único produto de exportação do Malawi para o Brasil. A nossa corrente de comércio é muito pequena ainda, com cerca de US$4 milhões, e é equilibrada, com cerca de US$2 milhões para cada lado. Agora, US$2 milhões que compramos do Malawi são exclusivamente compostos de tabaco, e os US$2 milhões que vendemos são compostos de máquinas e implementos agrícolas, utilizados, acredito, sobretudo, na produção de tabaco.

O senhor pergunta sobre o impacto de subsídios norte-americanos nessa produção. Os subsídios norte-americanos à agricultura, de modo geral, poderão vir a ter um impacto para o Malawi, através do Brasil, até positivo, por uma via muito inversa, muito oblíqua.

O que ocorre? O Brasil venceu, já há algum tempo, o contencioso do algodão com os Estados Unidos, e, fruto desse contencioso, é que os norte-americanos, agora, têm a obrigação de alterar a sua legislação da Farm Bill no que diz respeito aos subsídios para o algodão norte-americano. Como isso não tem sido possível fazer, por razões de política interna, até o momento, chegou-se a um acordo entre Brasil e Estados Unidos para que os norte-americanos pagassem anualmente uma espécie de compensação ao Governo brasileiro, para evitar que houvesse retaliação. O Brasil, pelo sistema de solução de controvérsias da OMC, logrou alcançar, inclusive, autorização para retaliar em outras áreas, dado que não há alteração da política agrícola norte-americana mesmo após vencido o painel na OMC pelo Brasil.

O que resultou desse processo é que há, hoje, no Brasil o Instituto Brasileiro do Algodão, que tem recolhido essas contribuições do governo norte-americano enquanto não se altera o quadro da política de subsídios norte-americana para o algodão. E há previsão de que 10% desses recursos sejam utilizados para a cooperação internacional na área de algodão. Ou seja, o Itamaraty tem uma disponibilidade orçamentária para contribuir com países de renda menor, de menor desenvolvimento relativo, no sentido de introduzir melhorias no seu plantio de algodão. Já há um entendimento entre o Itamaraty e o Instituto Brasileiro do Algodão nesse sentido. Entendo que já há recursos disponíveis para isso, inclusive recursos em montante superior ao que a Agência Brasileira de Cooperação dispõe para todo o seu programa de cooperação em todo o mundo.

Então, acredito que há um potencial para que possamos contribuir com os esforços do Malawi no sentido de diversificar sua produção agrícola. Eles sentem essa pressão internacional por plantar menos tabaco e plantar outras culturas. Mas, naturalmente, o tabaco já é uma cultura tradicional no país que, no período colonial, foi introduzida pelos colonizadores britânicos, dos quais o Malawi se tornou independente em 1964. Esse produto está profundamente arraigado à cultura e às sociedades locais. Então, essa é uma transição difícil. É preciso introduzir uma nova cultura ou novas culturas alternativas que permitam um nível de renda à população.

Então, eu diria que o regime de subsídios agrícolas norte-americanos, hoje, não impactaria grandemente a própria produção de tabaco do Malawi. O Malawi é o maior produtor de tabaco Burley, que é um tipo específico de tabaco. Esta, inclusive, é a razão pela qual o Brasil, que também é grande produtor e exportador de tabaco, ainda assim, importa tabaco do Malawi: o tabaco que eles produzem lá é de outra natureza. Mas creio que há, sim, potencial para, inclusive com a

existência desses recursos, contribuirmos com algum projeto de diversificação da cultura agrícola no País.

A segunda pergunta que o Senador Suplicy me fez foi relativa às relações entre a China e o Malawi.

De fato, é um tema muito relevante. As relações da China com todo o continente africano é um tema que interessa cada vez mais à comunidade internacional. A China tem organizado conferências sistemáticas e periódicas com todas as lideranças de todo o continente africano e tem demonstrado grande capacidade de ampliação de sua presença em todos esses países com investimentos importantes em infraestrutura, enfim, e em concessões aos países africanos.

Com o Malawi, especificamente, a relação da China é muito recente, porque o governo do Malawi, até 2008, reconhecia o governo de Taiwan. E foi apenas a partir de então, com o reconhecimento da República Popular da China, que se abriu uma embaixada da China no Malawi e que se iniciaram as relações com aquele país asiático. Desde então, a China tem efetivamente ampliado a sua presença no Malawi de maneira muito significativa.

A China é responsável, por exemplo, pela construção do edifício do parlamento do Malawi; é responsável pela construção de estradas no país e acaba de conceder novo empréstimo, a taxas concessionais, para a construção de um estádio de futebol no Malawi.

Então, eles têm uma presença cada vez mais importante. Essa presença se dá claramente no quadro de um contexto maior. Os parceiros tradicionais da China, na África, são justamente a Zâmbia e a Tanzânia, que ficam logo acima.

O primeiro grande projeto de infraestrutura chinês, na África, que data de 1975, foi uma ferrovia, ligando o circuito de cobre na Zâmbia ao porto de Dar es Salaam, na Tanzânia. É uma ferrovia grande, que até hoje é muito importante como obra de infraestrutura naquela região. Desde então, aliás, poucas obras desse vulto ocorreram naquele entorno.

Como se compara essa presença com a presença brasileira? Bom, a presença brasileira chegará, em termos de governo, oficialmente, agora, com a abertura da embaixada. O Brasil já tem embaixadas em todos os países vizinhos – na Zâmbia, na Tanzânia, em Moçambique, no Zimbábue – e terá, então, agora uma embaixada também no Malawi.

A presença brasileira de governo dar-se-á sobretudo através desses projetos de cooperação agrícola, projetos de cooperação na área educacional, projetos de cooperação técnica através da nossa Agência Brasileira de Cooperação.

Mas a presença que eu acho que terá um impacto mais significativo será, sobretudo, a presença empresarial brasileira, porque, hoje – e esta é uma realidade com a qual o Itamaraty tem tido de lidar cada vez mais –, vê-se que o sistema empresarial brasileiro extrapolou as fronteiras do Brasil, na última década, nos últimos 15 anos, primeiro para a América do Sul e agora também para a África. A África é uma nova fronteira para os investimentos brasileiros. Vários países africanos contam com grandes obras de infraestrutura em andamento ou já construídas por empresas brasileiras. Moçambique acredito que seja o país que tenha o maior volume de investimento brasileiro na África, e muito desse investimento está justamente ligado ao desenvolvimento no norte de Moçambique. Portanto, terá impacto também para a economia do Malawi.

Eu penso, por exemplo, no Pró-Savana, um projeto governamental, trilateral, com apoio do Japão, de desenvolvimento de cultura de soja no Norte de Moçambique, justamente na região de Nampula, como se vê pelo mapa. É um projeto que tem todo o potencial para ser expandido, inclusive para o Malawi também.

Como mencionei na apresentação inicial, a presença da Vale com a exploração do carvão na mina de Moatize e toda a infraestrutura de logística de escoamento dessa produção, que deverá ser construída, tenderão a atrair novos investimentos brasileiros naquela região.

A minha percepção a respeito disso é que há espaço para a complementaridade. Não há necessariamente uma disputa entre Brasil e China de investimentos naquela região. Há espaço. É um país que requer, para o seu desenvolvimento, recursos de toda ordem e certamente contribuirá bastante com investimentos tanto brasileiros quanto chineses. Será certamente possível encontrar espaço para uma atuação conjunta.

O senhor mencionou também, Senador Suplicy, a questão do HIV/ AIDS. Esse, de fato, é um problema grave para o País. É uma área na qual – caso meu nome seja confirmado nesta Comissão – eu terei muito prazer em buscar aprofundar a cooperação bilateral, porque claramente, para o governo do Malawi, é um desafio. Eles têm um grande índice de soropositivos, embora esse índice venha sendo reduzido nos últimos anos, porque há iniciativas incipientes, naturalmente, de controle da epidemia.

O Malawi, por exemplo, já deu início a um projeto-piloto de distribuição gratuita de antirretrovirais, mas eles, naturalmente, como o país é de menor desenvolvimento relativo, dependem de recursos da comunidade internacional para fazer com que esse programa avance. E, naturalmente, está nos planos do Ministério estudar a possibilidade de que a fábrica de antirretrovirais que já montamos em Moçambique, que se espera que já comece a entrar em operação... O ex-Presidente

Lula esteve visitando a fábrica, acho que há dois dias apenas, e pôde comprovar as instalações e fazer uma primeira entrega simbólica de medicamentos antirretrovirais, produzidos na fábrica, ao governo de Moçambique. E, a depender da escala – eu imagino – do avanço dos entendimentos com governo de Moçambique, eu entendo que seria, sim, possível expandir a oferta dos medicamentos dessa fábrica também para os países da região com grande necessidade.

Finalmente, agradecer ao senhor pela palestra, que lerei com muito interesse. A questão da renda mínima é um aspecto que o Malawi também já vem procurando introduzir. Os programas brasileiros de distribuição de renda são uma referência internacional, e, na África sobretudo, são muito bem vistos como exitosos, como uma contribuição significativa para a melhoria da qualidade de vida da população e para retirar parcela da população da extrema pobreza. E eles também já introduziram um programa-piloto de renda mínima, com o objetivo de atingir os 10% mais pobres em todos os distritos do país.

Novamente, eles enfrentam o desafio do financiamento desse programa, mas, à medida que eles começam a estruturar administrativamente a gestão dessas coisas, há um claro sinal de interesse da comunidade doadora internacional para participar e contribuir para que tenham êxito.

Passando aos comentários do Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, eu agradeço as menções simpáticas à abertura da embaixada. Eu acho que V. Exª tem toda razão. É importante a presença brasileira nessa região. Embora não pareça óbvio, a princípio, nas minhas leituras e estudos foi ficando cada vez mais claro pra mim, é extremamente importante, sim, que tenhamos uma embaixada no Malawi.

Preenchemos com isso uma lacuna porque, inclusive como comentei, temos uma presença diplomática em todos os países da região, mas, sobretudo, será tanto mais importante agora quando se observa essa clara expansão da presença brasileira na região. É importante uma presença do Governo brasileiro para acompanhar, inclusive, essa presença brasileira econômica, que se expande naquela região.

Mas não apenas isso. É um país que demonstra, claramente, ter se inserido nessa nova leva de países que encontraram o caminho da estabilidade econômica, da estabilidade democrática, quer dizer, que enfrentam desafios, mas que, pelo menos, superaram graves desafios que ainda se percebem, em alguns setores, em algumas regiões de África, de dificuldades de transição de lideranças, de renovação.

E eu, pessoalmente, acho um aspecto muito positivo, muito auspicioso que o Malawi tenha uma presidenta mulher. É apenas um dos dois países, em todos os 52 países africanos, que tem uma presidenta mulher, que está fazendo um trabalho muito importante de abertura de pontes, de construção de pontes de diálogo com a comunidade internacional, com o FMI, com o Banco Mundial, para garantir acesso a recursos que permitam avançar o seu projeto de desenvolvimento no país.

E eu teria, naturalmente, muito prazer em manter esta Casa informada, caso venha a ser confirmado, das atividades e do acompanhamento que se leva na Embaixada do Malawi.

Finalmente, concordo plenamente com a avaliação do Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, a respeito das relações culturais. Já tive um contato com o Diretor do Departamento Cultural do Itamaraty justamente para procurar explorar quais seriam as áreas de programação cultural que se poderia desde o princípio buscar explorar. Há várias áreas.

O Brasil é um país que deve muito à África. Temos uma tremenda influência africana, musical, culinária. Há, portanto, muitos pontos de contato culturais que se podem explorar para aproximar ainda mais os dois países.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Passo a palavra ao Conselheiro Paulo Uchoa Ribeiro Filho.

O SR. PAULO UCHOA RIBEIRO FILHO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Senador Suplicy, obrigado pelos seus comentários.

De fato, as perguntas que o senhor apresenta são muito interessantes e permitem desenvolver um pouco melhor o tema das relações bilaterais entre Brasil e Congo.

O primeiro comentário que o senhor fez diz respeito à relação entre o desenvolvimento do potencial mineral e geológico do Congo e a baixa renda *per capita.* Realmente, este é um grande desafio: um país que vale US$35 trilhões no mercado internacional e produz apenas US$15 bilhões de PIB por ano, o que, dividido entre a sua população, dá US$300 por ano por habitante.

Eu acho que aí é uma oportunidade interessante para o Brasil. O desenvolvimento desse potencial mineral do Congo necessariamente se dará por meio de uma cooperação internacional forte. Eu acredito que, em curto e médio prazo, sozinho, o Congo não tem condições de desenvolver esses recursos minerais, não tem condições de transformar essa riqueza geológica em riqueza para a população.

A exemplo dos comentários que o Senador Cristovam já fez com relação à presença da China, este

país já está fortemente presente no Congo. Eles têm interesses econômicos muito importantes. A questão do fornecimento de recursos minerais e de recursos energéticos é fundamental para a manutenção e expansão do desenvolvimento chinês. Mas há espaço para a presença brasileira também.

Durante a minha apresentação, eu já fiz menção aos esforços e à participação da Petrobras e da Vale na prospecção de petróleo e na prospecção de, sobretudo, cobre. O grande interesse da Vale no Congo, no momento, seria o cobre – Copperbelt é uma das maiores reservas de cobre do mundo. Então, por meio de uma cooperação econômica forte, com parceiros confiáveis, o Congo teria uma chance de desenvolver esses recursos minerais.

Evidentemente, caso o Senado aprove a minha indicação, eu estarei muito atento a isso. Nos meus contatos com os representantes da Vale e da Petrobras, eu já me pus inteiramente à disposição para continuar a colaborar com eles, buscando identificar e apoiar as oportunidades que eles acharem que são tecnicamente viáveis, nas quais o Governo brasileiro possa ajudá-los a expandir suas presenças no Congo.

Além disso, acho que há outras áreas. Já é uma segunda pergunta que o senhor fazia sobre a cooperação do Brasil: em que áreas de investimento, além da área de mineração, nós podemos participar.

O Congo é um país que precisa de quase tudo. Eles produzem muito pouco, a produção industrial é baixa, eles importam quase tudo. Eles importam muito. Metade das importações deles é proveniente da própria África. A África do Sul é o maior exportador para o Congo.

O comércio com o Brasil, de modo geral, é muito baixo; são números quase inexpressivos. Basicamente, nós exportamos *commodities* agrícolas, produtos sucroalcooleiros, e importamos dele diferentes tipos de combustível, mas em valores insignificantes.

Eu acho que, com a expectativa de que a situação no Congo melhore – talvez à exceção da parte leste do país, que há apenas dois dias passou a conhecer sérios problemas –, o desenvolvimento da construção civil, obras de infraestrutura serão importantes e complementares ao desenvolvimento do setor mineral do Congo.

Nós temos grandes empreiteiras nacionais especializadas na construção desse tipo de infraestrutura: portos, aeroportos, estradas, pontes. Eu já conversei com os representantes de algumas dessas empresas a respeito de suscitar nelas um interesse, para que elas voltem – algumas delas já tiveram participação no Congo, no passado – a se interessar pelos temas do Congo, que visitem o Congo, que se informem, com a ajuda da Embaixada, sobre os programas de desenvolvimento da infraestrutura e que venham a participar desse programa.

Eu acho que a gente pode pensar também em um programa de diversificação das exportações; por exemplo, material de construção, não só a participação no desenvolvimento de projeto de infraestrutura, mas exportação de material de construção, se eles forem realmente melhorar a infraestrutura geral do País, programas de moradia, programas de desenvolvimento urbano, certamente vão precisar. Essa é outra vocação do Brasil. Então, são apenas algumas áreas, poderia indicar ainda muitas outras, mas as que acho que são prioritárias e que podem ter um retorno de curto e médio prazo interessante.

O desenvolvimento industrial propriamente do Congo é em razão da existência das grandes reservas minerais do país, entendo que o desenvolvimento de uma base industrial que se distanciasse da exploração mineral requereria muita disciplina e um projeto muito estruturado do governo. Já estive em outro posto que sofre um pouco do mesmo problema, na Arábia Saudita, que tem produto praticamente único, o petróleo, o governo saudita vem há décadas tentando desenvolver um base industrial que se afaste exclusivamente da indústria do petróleo. Já obtiveram resultado, ao longo das últimas décadas, mas é um projeto de muito longo prazo, então não sei exatamente se o governo do Congo estaria pensando nisso, acho que eles estariam mais interessados, primeiramente, no desenvolvimento dos seus recursos minerais.

Com relação ao Programa da Renda Básica, agradeço também ao envio do material, lerei com atenção e estarei à disposição de V. Exª para colaborar, se o senhor quiser fazer uma visita ao Congo, se o senhor quiser fazer apresentações, a Embaixada estará...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só não dei meu livro *A Renda de Cidadania: A saída é pela porta*, porque a 6ª edição se esgotou. Estou encaminhando a 7ª edição para a editora, quando ficar pronta, darei a vocês.

O SR. PAULO UCHOA RIBEIRO FILHO – Agradeço.

A ideia da formação de um fundo, a partir da exploração dos recursos minerais que pudesse ser investido no desenvolvimento de projetos sociais, é uma ideia interessante. Resta saber como seria a posição do governo do Congo com relação a isso.

Já sobre as intervenções do Presidente Cristovam Buarque, também concordo com os comentários que o Gustavo fez. A questão cultural é uma questão muito importante, Senador, e é justamente uma vantagem comparativa que, normalmente, o Brasil tem nas

suas relações internacionais. O *soft power* brasileiro, como chamamos, a cultura brasileira é muito sedutora e não cria nenhuma resistência, pelo contrário, atrai a simpatia.

Também já estive com o subsecretário que cuida dos assuntos de cooperação e sob o qual está o departamento cultural e debatemos algumas ideias sobre programas, enfim, ainda tímidos, porque a situação do país não permite a execução de um programa cultural intenso e diversificado, como, por exemplo, em Nova York, onde, hoje, exerço a posição de adido cultural, mas, certamente, estarei atento a essa questão.

Estive também com a Ministra Vera Cíntia, que cuida dos megaeventos, e tratamos um pouco de uma cooperação na área de futebol, distribuição de bolas, enfim, há uma série de iniciativas que não exigem muitos recursos e não são muito caras, mas que podem ser extremamente importantes na construção de uma imagem positiva do Brasil e que podem ajudar, posteriormente, até no adensamento de relações comerciais, de relações de investimento entre os dois países.

Com relação à pergunta que o senhor me faz sobre o porquê de tantos conflitos e de conflitos tão intensos dentro do Congo é uma pergunta complexa e acho que exigiria um debate muito profundo. Mas, na minha opinião, o Congo sofre um pouco de todos esses problemas que o senhor menciona nos seus comentários. Sabemos que, historicamente, o desenho das fronteiras dos países africanos não necessariamente corresponde à ocupação do espaço africano pelos grupos étnicos africanos. Isso já é um dos motivos. Quer dizer, então hoje você tem, dentro de um mesmo território, grupos étnicos que, historicamente, são ou foram rivais e, a partir de um momento, a partir de uma data de independência, eles passam a ter que conviver, dentro de um mesmo território, sem que nada tenha sido feito para que essas diferenças históricas tenham sido, pelo menos, acomodadas. O país República Democrática do Congo é muito grande. Ele abriga cerca de 200 grupos étnicos diferentes. Isso, por si só, já seria suficiente para fomentar a discórdia, para fomentar os problemas civis.

Outra coisa que eu acho que é importante no caso do Congo e da África, de uma maneira geral – a gente lê muito isso na literatura –, é que, normalmente, em regiões do continente africano que são muito ricas em recursos minerais, essa riqueza gera conflito. Não há um consenso, por parte desses grupos étnicos sobre a divisão dos recursos gerados por essa riqueza, e isso também é um fator que contribui muito para a existência de tensões.

No caso específico do Congo, pela sua extensão territorial, são nove vizinhos, alguns dos quais têm uma relação complicada com o Congo, historicamente. Esses próprios vizinhos têm problemas internos que, talvez, também possam ser analisados sob a mesma ótica da questão de grupos étnicos que não necessariamente têm uma relação histórica boa.

No caso específico de Ruanda, lá houve um problema, entre os hutus e os tutsis, que transbordou para o território congolês. Então, depois do genocídio, parte da etnia hutu, que tinha perpetrado o genocídio contra os tutsis, perde poder em Ruanda e se refugia no território congolês. Até hoje, há esse problema, o grupo rebelde M23 sendo financiado por Ruanda – o Secretário-Geral das Nações Unidas acabou de emitir um relatório sobre a análise do Congo, condenando a ação do grupo.

Então, são problemas internos, são problemas étnicos, são problemas históricos, mas, às vezes, são problemas internacionais também. E é um desses casos, não é o único caso, em que um país vizinho acaba tendo o ônus de absorver em seu território problemas oriundos do vizinho. Mas essa, talvez, seja uma das explicações que possam ser usadas. Eu acho que é um problema multidisciplinar. Nós poderíamos utilizar, ainda, muitas outras visões para um entendimento completo dessa questão sectária e de conflito do Congo.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu agradeço aos dois.

Todos votaram, provavelmente, embaixadores. Eu queria dar uma só palavrinha sobre, ainda, essa questão dos países grandes e pequenos.

Para mim, existem países. Ponto. Nós temos que estar presentes neles. Aí, talvez, a única discordância que eu tenha na política externa brasileira seja essa obsessão por uma cadeira permanente no Conselho das Nações Unidas. Eu acho que nós pagamos um preço alto ao lutar por votos e perdemos um a coisa que seria importante ter nos países pequenos, que é uma força moral do Brasil, defendendo o fim das cadeiras permanentes. Não vamos ganhar, mas daria uma força, uma credibilidade, no mundo inteiro. Um país grande que deixe, nós não queremos fazer parte desse grupinho, daqueles que são permanentes. Mas isso eu vou deixar para debater e discutir na sabatina do Embaixador Figueiredo.

Agora, nós temos algo que não tem sido feito aqui, mas, legalmente, nós temos que transformar em secreta. Eu creio até, antes disso, que nós deveríamos usar, de fato, Senador Suplicy, essa parte secreta, porque, em geral, a gente sai, apura o voto e volta. Há perguntas sobre corrupção nos países que a gente não pode perguntar a um candidato a embaixador, porque se ele responder a isso publicamente, ele vai ser *persona non*

grata. Problema de tráfico de drogas, problema de armamentismo, problema de direitos humanos, que nós não conseguimos debater aqui com tranquilidade, em público, e estamos nos negando a debater em reunião secreta. Mas, ainda que não tenhamos feito uso da reunião secreta, se nós não pedirmos a vocês que saiam, esta reunião pode ser anulada legalmente, porque faz parte do Regimento uma parte secreta.

Peço, então, alguns minutos.

E que voltem. Não vão embora, para poderem comemorar a nomeação dos novos embaixadores.

Peço ao Senador Suplicy que faça a apuração dos votos.

(Procede-se à apuração dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Bem, feita a apuração dos votos, ambos foram aprovados por unanimidade dos Senadores presentes.

Por isso, eu gostaria de agradecer a presença do agora Embaixador Gustavo Martins Nogueira e do Embaixador Paulo Uchoa Ribeiro Filho, que, indicados pelo Governo, pela Presidenta Dilma, foram aprovados por esta Comissão. Claro que estou já supondo que o nosso Plenário não criará nenhum obstáculo para ratificar a decisão desta Comissão.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria de requerer que possa ser apreciado, se possível até na sessão de hoje, como costumamos fazer, se V. Exª considerar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Nós encaminharemos imediatamente ao Plenário, à Mesa, e espero que possamos votar hoje, ratificando a decisão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Se houver quórum suficiente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Se houve quórum suficiente.

Então, obrigado a todos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, V. Exª não vai encerrar ainda?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Depende do senhor. Se o senhor quiser, eu fico aqui até a hora que for.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não, justamente. Quem sabe até os embaixadores possam participar. Diversos Senadores que estavam aqui presentes assinaram requerimento para moção de aplauso ao cessar-fogo entre Israel e Palestina.

Quem sabe seja breve, e como o são embaixadores, membros do Itamaraty, que tanto têm... A própria Presidenta Dilma se empenhou para que houvesse esse cessar-fogo. Quem sabe não ouviriam o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PT – DF) – Tem razão, Senador.

Vou colocar em votação o requerimento do Senador Suplicy e de outros Senadores, inclusive eu.

ITEM 15

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 38, de 2012

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja apresentado Voto de Aplauso ao presidente do Egito, Sr. Mohammed Mursi, ao líder político do Hamas, Sr. Khaled Meshaal, à Secretária de Estado dos Estados Unidos da América, Hillary Clinton,e ao primeiro–ministro de Israel, Sr. Benjamin Netanyahu, pela trégua que põe fim à violência na Faixa de Gaza, na forma da justificação anexa.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Justificação:

– Nós, Senadores da República,

– considerando que, entre os princípios constitucionais que regem a política externa brasileira estão à busca da paz e a da solução pacífica dos conflitos;

– considerando, ademais, que o Brasil é um País no qual as populações de origem hebraico e árabe convivem pacificamente;

– preocupados com a crescente deteriorização das condições de vida dos palestinos que vivem na Faixa de Gaza, submetidos a um cruel bloqueio que impede a entrada de produtos em especial à população civil, como alimentos e remédios;

– decepcionados com a ausência de progressos efetivos no necessário processo de busca da paz entre o governo de Israel e as autoridade palestina;

– expressando o seu apoio ao mapa da paz, única maneira de resolver pacificamente o conflito;

– condenando todo ato de violência especialmente quando dirigido contra civis indefesos;

– consternados com as mortes de 167 palestinos, inclusive mulheres e crianças e cinco israelenses na recente ofensiva militar de Israel na Faixa de Gaza;

– e, por último, esperançosos com o fim das hostilidades e com perspectivas de novas negociações de paz,

– aplaudimos a trégua acordada às partes beligerantes, mediada pelo presidente egípcio, ao mesmo tempo fazemos voto de que o cessar-fogo facilite a negociação consequente entre as forças em conflito, com o objetivo de construir uma paz duradoura baseada na construção de um Estado palestino soberano, economicamente viável e geograficamente coeso, conforme previsto na Resolução da Assembleia das Nações Unidas 181, de 1957.

Por último, enviamos nossas sentidas condolências aos familiares das vítimas de recente ofensiva militar, especialmente àqueles que perderam suas crianças inocentes, imoladas pela cruel violência de que um conflito que já dura quase décadas.

Ponho em discussão e quero fazer um comentário.

A Secretária de Estado Hillary Clinton, que eu saiba, teve também um papel, não só o presidente do Egito. Não sei se o Senador aceitaria colocar ou não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Acho importante, sim, Sr. Presidente, porque todos estávamos preocupados com o crescimento dessa escalada tão rápida que aconteceu nos últimos dias no conflito entre Israel e Palestina, inclusive iranianos chegaram a colocar à disposição dos palestinos foguetes, que foram levados a atingir o sul de Israel, até Tel Aviv e Jerusalém. E Israel chegou a recrutar 75 mil homens para eventual ocupação da Faixa de Gaza.

E, no Egito, houve o esforço, sim, do seu Presidente, do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, representantes da Liga Árabe, além da Secretária de Estado Hillary Clinton. E a nossa Presidenta, quando na Espanha esses dias, também expressou o desejo de que pudessem israelenses e palestinos... israelenses e palestinos se julgam os donos verdadeiros das terras. Os israelitas por causa da promessa de Deus, de utilizar a terra de Canaã, onde hoje habitam esses dois povos, segundo a Gênese 15.13; mas os palestinos e seus antecedentes se julgam os donos das terras desde tempos imemoriais, antes de os israelitas a tomarem, pois essas terras de Canaã já eram habitadas por muitas tribos, dentre eles os cananistas e filisteus – filisteus ou filistinos são os ascendentes dos palestinos.

Assim, essa briga dura há milhares de anos. Não é possível arrancar raiz tão profundamente implantada nos povos que se julgam donos legítimos das terras.

Desde 1948, quando as Nações Unidas dividiram as terras de Canaã em duas partes iguais, uma para os palestinos e outra para os israelitas, que vieram a ser os israelenses, isso foi motivo de uma guerra que até hoje não tem se resolvido. Não se resolverá enquanto os dois povos não tiverem uma relação solidária e não competitiva.

Acho que o Brasil tem um papel muito especial porque, embora nas terras longínquas para onde migraram pessoas pertencentes a ambos os povos, exista entre nós uma convivência pacifica entre as etnias – vemos nas instituições, nos hospitais, na Rua 25 de março, em São Paulo, no Saara, no Rio de Janeiro, como pessoas de ascendência judia, árabe, palestina se dão tão bem, cooperam uns com os outros, e certamente o Brasil pode colaborar muito ainda.

Ontem eu recebi um professor israelense, o Sr. Edward Kaufman, que veio aqui nos propor o quanto seria interessante que brasileiros de todas as origens pudessem ir a Israel e à Palestina para mostrar esse grau de cooperação que nós aqui realizamos tantas vezes.

Então, eu acho que foi muito importante esse passo dado ontem para que possa haver o melhor entendimento e, inclusive, avalio que o Brasil pode, de fato, colaborar – como já vinha dizendo o Presidente Lula há tempo, e a Presidenta Dilma reforça. O Presidente Lula tinha, inclusive, proposto que, como parte desse empenho, a seleção brasileira de futebol poderia, um dia, realizar um jogo de futebol com a seleção mista de Israel e da Palestina. Quem sabe isso possa ser parte desse entendimento.

Enfim, quero aqui saudar que haja um caminho de paz e não de destruição. De repente, as grandes potências iriam se envolver com seu armamento nuclear de extraordinária potencialidade.

O Evangelho de hoje, rezado na missa, fala que Jesus, quando se defrontou e viu Jerusalém à sua frente, começou a chorar, porque previu que poderia haver um conflito extraordinário, onde não ficaria pedra sobre pedra, dadas as formas como as pessoas ali estavam agindo. Mas, quem sabe, possa haver um melhor entendimento entre israelenses e palestinos.

Eu acho que o Brasil terá um papel muito forte se nós nos empenharmos aí. Eis porque considero importante que muitos Senadores da nossa Comissão tenham assinado este requerimento propondo a realização de um cessar-fogo e efetiva construção da paz, baseado na aplicação de instrumentos que signifiquem justiça para todos os envolvidos, israelenses e palestinos.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Mas eu consulto se incluímos aqui o nome da Secretária de Estado Hillary Clinton.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Então, está aprovado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, permita eu encaminhar a V. Exª, porque talvez haja uma questão de prazo. Depois de eu ter mencionado a questão do requerimento para que eu possa comparecer à reunião do Parlatino, eu conversei com o presidente Flexa Ribeiro da nossa representação no Parlatino e ele disse que vai se comunicar com o Presidente do Parlamento Latinoamericano, Elias Castilho, para que ele encaminhe o documento onde seja mencionada a necessidade de eu estar ali para apresentar o Projeto de Lei sobre o Marco da Renda Básica de Cidadania.

Então, eu aqui acrescentei à mão essa informação adicional e encaminho para que haja o requerimento apresentado em tempo hábil. Talvez V. Exª, como Presidente, possa dar o seu parecer e depois encaminhá-lo à Mesa, se considerar assim adequado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Eu acato o seu requerimento, Senador, e creio que posso despachá-lo como Presidente da Comissão.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião para o dia 29 de novembro de 2012, quinta-feira, às 10 horas, neste plenário, com pauta deliberativa.

Estando aprovado o Requerimento do Senador Suplicy, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.)

ATA DA 43ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência da Senhora Senadora **Ana Amélia,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Francisco Dornelles, Fernando Collor, João Alberto Souza, Cyro Miranda** e **Mozarildo Cavalcanti**, além do Senador **Waldemir Moka**, não-membro da Comissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. A Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 42ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos os comunicados da Presidência. A Presidente submete a apreciação e deliberação as emendas a serem apresentadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 24, de 2012**, "que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013" (PLOA-2013). Relator: Senador **Francisco Dornelles**. Resultado: Aprovadas as seguintes emendas: **Emenda nº 01 – CRE (Apropriação de Despesa) –** Unidade Orçamentária 52.111 – Comando da Aeronáutica, Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, Ação 123B – Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X), Valor R$ 300.000.000,00; **Emenda nº 02 – CRE (Apropriação de Despesa) –** Unidade Orçamentária 52.121 – Comando do Exército, Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, Ação 14T5 – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON, Valor R$ 676.100.000,00; **Emenda nº 03 – CRE (Apropriação de Despesa) –** Unidade Orçamentária 52.121 – Comando do Exército, Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, Ação 14LW – Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020, Valor R$ 173.000.000,00; **Emenda nº 04 – CRE (Remanejamento de Despesa) –** Unidade Orçamentária 52.121 – Comando do Exército, Programa 2058 – Política Nacional de Defesa, Ação 20PY – Adequação e Construção de Organizações Militares do Exército, Valor R$ 68.080.000,00. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Waldemir Moka, Francisco Dornelles** e **Eduardo Suplicy**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às nove horas e quarenta e seis minutos, lavrando, eu, *Álvaro Araújo Souza*, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia,** Presidente em Exercício.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Declaro aberta a 43ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 42ª reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A Comissão recebeu, na pessoa do seu Presidente, Senador Fernando Collor, o Ofício nº 00241 do Ministério das Relações Exteriores, que passo a ler:

Sr. Presidente, tenho a satisfação de informar a V. Exª que se encontra no Portal Brasileiros no Mundo, no link http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/noticias/prestaçaodecontasmremaio2011anovembro2012, a prestação de contas das ações implementadas pelo Itamaraty e outros órgãos governamentais brasileiros, em cumprimento às demandas registradas nas primeiras Conferências Brasileiros no Mundo, as quais correspondem às aspirações e necessidades das comunidades brasileiras emigradas.

Ressalto que o grande número de ações registradas no referido documento reflete o empenho do Governo brasileiro com apoio crescente à sua comunidade no exterior.

Prossegue a correspondência.

2. A publicação da prestação de contas mencionada marca o encerramento do mandato de 2 anos do primeiro Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE), órgão consultivo de interlocução da diáspora com os órgãos competentes do Governo brasileiro. Tendo-se tratado aqui de uma experiência piloto, totalmente pioneira, gerou desafios e uma rica experiência que nos permitiram aprender muito sobre as formas de articulação de interesse das comunidades as mais diversas. Aprendizado que deverá ser aproveitado no aperfeiçoamento do processo.

3. Firme em seu compromisso de dar seguimento ao diálogo com as comunidades brasileiras no exterior, através dos Conselhos de Cidadão ou Cidadanias locais e do Órgão Universal, que é o CRBE, este Ministério estará coordenando, a seguir, processo de aperfeiçoamento do órgão no intuito de torná-lo ainda mais democrático, representativo e articulado com as comunidades no exterior e com os diversos órgãos competentes do Governo brasileiro.

Como primeiro passo, serão realizadas, nas próximas semanas pelos postos sediados em regiões onde há presença de comunidades brasileiras, plenárias públicas destinadas a recolher avaliação das iniciativas e propostas para seu aperfeiçoamento.

Tomando por base as contribuições recebidas, o Regimento do CRBE será aperfeiçoado, permitindo que se proceda, então, ao processo seletivo do segundo Conselho, o qual deverá ser completado até o final do primeiro semestre de 2013, sendo seguido pela realização da 4ª edição da Conferência Brasileiros no Mundo, no segundo semestre.

4. Permaneço à disposição para quaisquer informações adicionais, porventura de interesse de V. Exª, no caso o Presidente da CE, o Senador Fernando Collor de Melo.

Respeitosamente, Sérgio França Danese, Embaixador Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior.

Agradecemos a correspondência do Ministério das Relações Exteriores e o cumprimentamos, em nome da Comissão de Relações Exteriores, pela iniciativa oportuna. Afinal, com a crise internacional, as dificuldades que os brasileiros enfrentam, nos diversos países, especialmente hoje, na Europa, são muito relevantes. Por isso, o papel do Itamaraty é importante na medida da interlocução e da solução das demandas que a comunidade brasileira tem, como aconteceu no passado com os dentistas brasileiros, o que foi resolvido na relação com as autoridades de Portugal.

Deliberação sobre Emendas da CRE ao PLN nº 24, de

2012 – LOA/2013

Finalidade:

Deliberação sobre as Emendas a serem apresentadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 24, de 2012, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013" – LOA/2013.

Relator: Senador Francisco Dornelles.

A presente reunião, Srªs e Srs. Senadores, é destinada à discussão e votação das emendas a serem apresentadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional ao Projeto de Lei do Congresso Nacional, PLN nº 24, de 2012, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013".

O Relator Senador Francisco Dornelles, a quem convido para fazer o uso da palavra, é pelo acolhimento das Propostas de Emendas nºs 3, 4, 11, 13, 18, 19, 20, 37, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 51 e 53, que resultam por aglutinação nas seguintes Emendas: Emenda nº 01 – CRE (Apropriação de Despesa) – Ação 123B – Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X), Valor R$300 milhões; Emenda nº 02 – CRE (Apropriação de Despesa) – Ação 14T5 – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), Exército, Valor R$676,1 milhões; Emenda nº 03 – CRE (Apropriação de Despesa) – Ação 14LW – Implantação do Sistema de Defesa Estratégico Astros 2020, Exército, Valor R$173 milhões; Emenda nº 04 – CRE (Remanejamento de Despesa) – Ação 20PY – Adequação e Construção de Organizações Militares do Exército, Valor R$68,08 milhões; e pelo não acolhimento das Emendas nºs 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 48, 49, 50, 52 e 54.

Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles, Relator das Emendas, para proferir o seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, pela ordem, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Srª Presidente, não tenho assento na Comissão, mas fiz questão de passar por aqui. Sei que V. Exªs vão discutir sobre as emendas de comissão, nesta oportunidade, nesta reunião. Mas queria dizer que fomos, ontem, a uma reunião de Bancada do Mato Grosso do Sul, e houve uma exposição brilhante do General Comandante Militar do Oeste, que, na ocasião, disse da importância desses recursos na chamada Sisfron. Então, faço um apelo, tenho certeza de que esta é uma Comissão em que se discutem os grandes temas, e passei apenas para dizer que fiquei realmente entusiasmado com o alcance desse recurso. Eles têm R$200 milhões, mas precisariam de muito mais, aí estou percebendo que é exatamente o custo do projeto somado aos R$200 milhões.

O Relator é o Senador Francisco Dornelles, não poderia estar em melhores mãos, em função do conhecimento e da credibilidade que o Senador Dornelles tem com todos nós.

Só queria, assim, registrar que disse ao General que faria isso e estou aqui cumprindo a promessa, embora não tenha assento nesta Comissão, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Waldemir Moka. Embora V. Exª seja de um Estado, o Mato Grosso do Sul, que faz fronteira com dois países, a Bolívia e o Paraguai, também o Rio Grande do Sul faz fronteira com dois países, no caso a Argentina e o Uruguai. Portanto, entendemos muito bem a argumentação de V. Exª e a apoiamos integralmente.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Senador Moka, sabia que V. Exª tinha interesse numa emenda extremamente importante, por isso já tinha recebido, inclusive, instruções da nossa Presidente, a Senadora Ana Amélia, para olhar, com carinho, essa emenda que V. Exª considera tão importante e que na realidade o é.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Obrigado, Senador.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, a teor do disposto do art. 166 da Constituição e nos termos da Resolução nº 1, encontra-se em tramitação, no Congresso, o Projeto de Lei do Congresso Nacional que estima a receita e fixa a despesa da União para o Exercício de 2013.

De acordo com as normas de tramitação do Orçamento, somente serão recebidas pela Secretaria da Comissão Mista de Orçamento emendas, desde que identificadas com o remanejamento de apropriação de cancelamento, nos termos dos arts. 37 e 40 da Resolução.

Inicialmente, nos termos do art. 44, as emendas de comissão deverão ser apresentadas juntamente com a Ata da Reunião que decidiu por sua apresentação, contendo em suas justificações elementos, critérios e formas que determinem a aplicação dos recursos, em função da população beneficiada, quando se tratar de transferências voluntárias de interesse nacional.

Análise.

Inicialmente, consignamos que existe uma significativa limitação para o atendimento de propostas de emendas apresentadas pelos Srs. Senadores e Senadoras, haja vista que esta Comissão está sujeita ao limite de até seis emendas, sendo três de apropriação e três de remanejamento.

No que diz respeito às emendas de apropriação, manifestamos pela apresentação de emendas para atendimento dos seguintes programas orçamentários:

A – Comando da Aeronáutica. Programa 2058. Política Nacional de Defesa. Ação 123-B. Desenvolvimento do cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas. Valor: 300 milhões.

B – Comando do Exército. Programa 2058. Política Nacional de Defesa. Ação 14-T-5. Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras. Valor: 676 milhões.

C – Comando do Exército. Programa 2058. Política Nacional de Defesa. Ação 14 – LW. Implantação do sistema estratégico Astros 2020. Valor: 173 milhões.

Vale esclarecer que a emenda de apropriação no âmbito do Comando do Exército visa atender necessidades de implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira, que foi concebido para fortalecer a presença e a capacidade de atuação do Exército na faixa de fronteira. Para tanto, compreenderá um conjunto complexo e integrado de meios, equipamentos e sistemas que deverão monitorar as áreas da fronteira, assegurar o fluxo contínuo e seguro de dados entre organizações. Produzir informações confiáveis e oportunas para tomada de decisões.

Este projeto não abrange somente questões de defesa, mas também de segurança, meio ambiente, defesa civil, integração internacional, sendo complementar ao Sivam.

O desenvolvimento do cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas é um projeto estratégico para o

País, não apenas em termos militares, mas também econômicos e comerciais.

A emenda no âmbito do comando do Exército, destinada a projeto estratégico do Exército Astros 2020, tem por objetivo a modernização do sexto grupo de lançadores múltiplos de foguete, transformando-o em uma unidade de mísseis e foguetes e criando mais uma nova unidade de mísseis e foguetes, o que corresponde à modernização de 50 viaturas e à aquisição de 50 novas viaturas do sistema Astros.

Já sobre as emendas de remanejamento, propomos a apresentação de emendas na seguinte programação orçamentária: 52121. Comando do Exército. Programa 2058. Política Nacional de Defesa. Ação 20PY. Adequação e construção de organizações militares do Exército. Valor: 68 milhões.

As propostas de remanejamento são admissíveis, pois somente propõem acréscimos e cancelamento em dotações de caráter institucional e de interesse nacional no âmbito da mesma subárea temática e mesmo grupo de natureza de despesas, observada a compatibilidade das fontes de recursos.

Voto.

Em face do exposto, somos pelo acolhimento, por esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, das Propostas de Emendas nºs 3, 4, 11, 13, 18, 19, 20, 37, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 51 e 53 e não acolhimento das Emendas nºs 1, 2, 5, 6, 7, 8 , 9 10, 12, 14, 15, 16, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 48, 49, 50, 52, 54.

Propomos ainda que a Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação de emendas junto à Comissão Mista de Planos e Orçamentos.

Esse é o meu voto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Não há, imagino, discussão da matéria. V. Exª fez um relatório absolutamente completo, abordando os temas que esta Comissão havia discutido e examinado junto com os órgãos competentes, especialmente do Exército e da Aeronáutica. E penso que a Comissão contribuiu eficazmente com o trabalho, em relação ao orçamento para 2013, em áreas estratégicas.

Queria cumprimentar o caro e brilhante Senador Francisco Dornelles pelo relatório apresentado.

Em votação o relatório do Senador Francisco Dornelles. As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. Aprovado.

As emendas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para as devidas providências.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Eu queria dizer que foi uma honra muito grande para mim apresentar o relatório numa reunião presidida por V. Exª, que é um orgulho do Rio Grande do Sul, do meu Partido e do Senado do País.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, meu caro Senador Francisco Dornelles. Isso é gratificante. Como cheguei às 2 horas da manhã de hoje, dessa madrugada, de uma viagem oficial, representando, com muita honra, o Presidente José Sarney no encontro ONU Mulheres, na Cidade do Panamá, eu, então, gostaria de agradecer não só as suas palavras, mas ao Presidente José Sarney, pela indicação.

O Brasil apareceu e figurou com muita projeção pela referência que a representante do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, fez a respeito das ações propositivas e positivas que o Brasil adota no campo social, em relação à distribuição da renda, mas, sobretudo, na proteção às mulheres, porque esse foi o tema discutido lá, preparatório para a Cúpula Mundial sobre Mulheres das Nações Unidas.

Então, quero dizer a V. Exª que fico muito gratificada com as referências feitas.

E, antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo a presença do Senador Eduardo Suplicy – a Astros 2020 foi acolhida, do Senador Suplicy – convoco as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião ordinária, a ser realizada, amanhã, dia 29 de novembro, quinta-feira, às 10 horas, neste plenário, com pauta deliberativa.

Está encerrada.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Apenas para agradecer que foi, então, aprovada a Proposta de Emenda que apresentei para o Ministério da Defesa. O Senador Francisco Dornelles, ontem, inclusive, tinha dito a mim que seria favorável. Eu agradeço a atenção dele e de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Quero-lhe dizer também, Senador Suplicy, cumprimentando-o, que meu gabinete recebeu – veja que importância tem – do Ex-Ministro Delfim Netto, muito preocupado, porque é um projeto estratégico e de interesse nacional. Então, V. Exª foi acolhido no relatório do Senador Francisco Dornelles, o Astros 2020, que é de muita importância para o nosso País em matéria de defesa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero também agradecer o apoio do Ex-Deputado Antônio Delfim Netto. O Deputado Carlos Zarattini foi um dos que, inclusive, conversou comigo a respeito dessa importante proposição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 46 minutos.)

ATA DA 44ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia vinte e nove de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Collor, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Cristovam Buarque, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Paulo Bauer, Cidinho Santos, Randolfe Rodrigues, Delcídio do Amaral, Ana Amélia, Cyro Miranda, Mozarildo Cavalcanti e Inácio Arruda. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. São lidos os Comunicados da Presidência. A Comissão dá como lidas e aprovadas as atas das reuniões realizadas nos anos de 2011 e 2012 pela Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas. Tem início a apreciação dos itens 1 e 2 da Pauta: Item 1 – Mensagem (SF) nº 98, de 2012, de autoria da Presidenta da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas". Relator: Senador Cristovam Buarque. Item 2 – Mensagem (SF) nº 101, de 2012, de autoria da Presidenta da República, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor GEORGES LAMAZIÈRE, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile". Relator: Senador Cyro Miranda. Os Embaixadores indicados são convidados a compor a Mesa e a fazer suas exposições. Fazem uso da palavra os senhores Senadores Cristovam Buarque, Francisco Dornelles, Cyro Miranda, Ana Amélia, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin, Inácio Arruda e Pedro Simon. A reunião é tornada secreta às doze horas e trinta e sete minutos, e reaberta às doze horas e trinta e nove minutos. O Presidente comunica a aprovação, pela Comissão, dos Embaixadores indicados. Resultado dos itens 1 e 2: apreciadas as Mensagens. É aprovada, a pedido do Senador Eduardo Suplicy, a inclusão extrapauta do Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 39, de 2012, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que requer, "nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento ocorrido nesta madrugada, dia 29 de novembro, do jornalista, apresentador e mediador do programa Canal Livre e comentarista do Jornal da Band, Joelmir Beting, aos 75 anos. Ele estava internado desde o dia 22 de outubro no Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo, e, no domingo, 25 do corrente, sofreu um acidente vascular encefálico hemorrágico. Bem como apresentação de condolências a esposa Lucila e aos filhos Gianfranco e Mauro". Resultado: aprovado. Prossegue a apreciação da Pauta com o Item 3 – Projeto de Lei da Câmara n° 90, de 2012, de autoria do Deputado Luiz Carlos Heinze, que "prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira e dá outras providências". **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. Relatoria ad hoc: Senadora Ana Amélia. Resultado: aprovado. Item 4 – Projeto de Lei do Senado n° 399, de 2011, de autoria do Senador Roberto Requião, que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica". **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. Lido o relatório, a Senadora Ana Amélia faz uso da palavra e pede vista da matéria. Fazem uso da palavra os Senadores Cristovam Buarque e Inácio Arruda. Resultado: vista concedida à Senadora Ana Amélia pelo prazo regimental de cinco dias, conforme o artigo 132, parágrafo I, do Regimento Interno do Senado Federal. Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 537, de 2012, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que "aprova o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul de nº 15/08, das Disposições Transitórias para Atualizar/Modificar e Implementar a Tabela de Equivalências Anexa ao Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos

de Nível Fun-damental e Médio Não-Técnico, acordada em 30 de junho de 2008, na cidade de San Miguel de Tucumán". **Relatoria:** Senador Cristovam Buarque. Resultado: aprovado. Item 6 – Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de autoria do Senador José Agripino, lido na reunião da Comissão de 22 de novembro de 2012, que, "nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, art. 75 e seu parágrafo único, propomos a criação de comissão externa temporária, no âmbito dessa Comissão, composta por 3(três) senadores, destinada a se deslocar em missão oficial do Senado Federal à Bolívia com o objetivo de visitar o Congresso Nacional daquele País e a Embaixada Brasileira para avaliar a situação dos brasileiros e seus investimentos no País mencionado". Resultado: retirado de pauta a pedido do autor. É aprovada a inclusão, como item extrapauta, do Requerimento nº 1007, de 2012, de autoria do Senador Humberto Costa, que "requer, com fundamento no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, a fim de representar o Senado Federal na 7ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Humanidade, a realizar-se no dia 5 dezembro de 2012, em Paris, França, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que se ausentará do País no período de 4 a 7 de dezembro de 2012". Relator: Senador Cristovam Buarque. Resultado: aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às treze horas e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 44ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, ao mesmo tempo em que solicito aos portadores de telefones celulares que nos brindam com esses ruídos sonoros que, por favor, façam-nos silenciar.

Comunicados.

Projeto Aeronave KC-390

O Comando da Aeronáutica, em parceria com a Embraer, está desenvolvendo o projeto de cargueiro militar KC-390. O projeto possibilitará o desenvolvimento da indústria nacional, além de promover a integração dos países vizinho participantes da parceria, na área de defesa.

O KC-390 será capaz de operar em pistas curtas e semipreparadas, no transporte de tropas e cargas, com capacidade para o transporte de 23 toneladas e 80 paraquedistas equipados.

Suas capacidades operacionais abrangem, entre outras, transporte aéreo logístico, reabastecimento em voo, busca e resgate e apoio de transporte logístico à missão Antártica.

O projeto, segundo a Embraer, prevê a criação de 20.400 empregos diretos e indiretos durante as fases de desenvolvimento e produção da aeronave, com perspectiva de atingir a cifra de US$22,5 bilhões em exportações, num período de 20 anos.

Com 35,20 metros de comprimento e 35 metros de envergadura, o KC-390 será a maior aeronave construída pela indústria brasileira. A Embraer estima realizar o primeiro voo até o final de 2014.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional apresentou emenda orçamentária no valor de R$300 milhões ao desenvolvimento do Cargueiro Tático Militar KC-390.

Do Sr. Embaixador Sérgio Danese, Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, recebemos o seguinte comunicado:

Tenho a satisfação de informar a V. Exªs que se encontra no Portal Brasileiros no Mundo, no link www.brasileirosnomundo.itamaraty/gov.br/noticias, a prestação de contas das ações implementadas pelo Itamaraty e outros órgãos governamentais brasileiros em cumprimento às demandas registradas nas três primeiras conferências Brasileiros no Mundo, as quais correspondem às aspirações e necessidades das comunidades brasileiras emigradas.

Ressalto que o grande número de ações registradas no referido documento reflete o empenho do Governo brasileiro com o apoio crescente a sua comunidade no exterior.

A publicação de prestação de contas mencionada marca o encerramento do mandato de dois anos do 1º Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE), órgão consultivo de interlocução da diáspora com os órgãos competentes do Governo brasileiro.

Tendo se tratado aqui de uma experiência piloto totalmente pioneira, gerou desafios e uma rica experiência que nos permitiram aprender muito sobre as formas de articulação de interesses das comunidades as mais diversas, aprendizado que deverá ser aproveitado no aperfeiçoamento do processo.

Permaneço à disposição para quaisquer informações adicionais porventura do interesse de V. Exªs.

Assina, como eu disse, o Embaixador Sérgio Danese, Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior.

Também do Ministério das Relações Exteriores, especificamente do Embaixador Pedro Borio, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, recebeu esta Comissão o seguinte comunicado:

Transmito, para conhecimento de V. Exª e dos membros dessa Comissão, comunicação recebida da Embaixada do Brasil em Washington sobre as eleições para o Senado norte-americano:

Conforme apontavam as pesquisas de opinião, o Partido Democrata manteve a maioria no Senado. Mais do que isso, os democratas aumentaram a maioria com que contavam no Senado, de 51 para 53, contra 45 republicanos. Há ainda 2 Senadores independentes, que devem votar com os democratas.

Dos 23 assentos que precisavam defender, os democratas saíram vitoriosos em 21 e ainda conquistaram duas vagas adicionais nas acirradas disputas em Massachusetts. No lado republicano, dez assentos estavam em jogo; o Partido manteve sete, aos quais se soma a vitória em Nebraska.

O 113º Senado, que iniciará suas funções no próximo dia 3 de janeiro, não é muito diferente do anterior. São apenas 12 novos senadores. Digno de nota é o aumento no número de Senadoras: serão 20, número nunca antes alcançado no Senado norte-americano.

Poucas mudanças também nas lideranças da Casa. Do lado democrata, as quatro principais posições permanecem inalteradas: Harry Reid (Nevada) continuará como líder da maioria e Presidente da liderança democrata; Dick Durbin (Illinois), como vice-líder da maioria; Chuck Schumer (Nova York), como Vice-Presidente da liderança democrata; e Patty Murray (Washington), como Secretária da liderança. Entre os republicanos, Mitch McConnell (Kentucky) permanece na liderança, e John Cornyn (Texas) assume a vice-liderança da minoria republicana em substituição a Jon Kyl (Arizona), que se aposentou.'

Permaneço, juntamente com a minha assessoria, à disposição de Vossa Excelência e dos demais membros dessa Comissão.

Assina Embaixador Pedro Borio, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares.

Comunicados do Ministério da Defesa nos dão conta de que:

Em ato histórico ocorrido na última sexta-feira (23) no Palácio do Planalto, a presidenta Dilma Rousseff assinou a promoção da capitão-de-mar-e-guerra Dalva Maria Carvalho Mendes ao posto de contra-almirante.

A nova oficial-general recebeu a platina correspondente a seu novo posto, nesta segunda-feira (26), em cerimônia no Rio de Janeiro, quando foram publicados no Diário Oficial da União as promoções dos novos oficiais graduados da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

(...)

Ela ingressou na Marinha na primeira turma do corpo auxiliar feminino de oficiais, em 1981. Médica anestesiologista, na Força Naval desenvolveu quase toda a carreira no Hospital Marcílio Dias, passando pelas funções técnicas e administrativas até chegar ao cargo de vice-diretora do hospital.

Uma outra nota nos dá conta da Operação Atlântico III:

(...) que acontece até sexta-feira (30) nos estados das regiões Sudeste e Sul do país, tem como objetivo o aprimoramento para as Forças Armadas, aliado ao fato de proporcionar à Marinha, ao Exército e à Força Aérea a atuação em grupo sob o comando do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), do Ministério da Defesa.

A avaliação foi feita pelo ministro da Defesa, Celso Amorim, após participar de reunião na Escola Naval, no Rio de Janeiro, quando foram apresentados os principais resultados da operação de adestramento das três Forças.

O exercício emprega 10 mil militares numa área denominada Amazônia Azul, compreendendo os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Uma terceira informação do Ministério da Defesa é que:

Órgãos ligados ao Ministério da Defesa (MD) passarão a integrar o Projeto Esplanada Sustentável (PES) – iniciativa de redução e gasto eficiente dos recursos públicos na administração federal.

(...)

O Esplanada Sustentável tem o objetivo de promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social na administração pública federal, além de premiar as melhores práticas de eficiência na utilização dos recursos. Ele é regido pela Portaria interministerial nº 224, de 2012.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que, tendo sido designado membro desta Comissão pelo Exmo Sr. Presidente José Sarney, o Senador João Alberto Souza, do PMDB do Maranhão, participará dos trabalhos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em vaga existente no Bloco Parlamentar da Maioria, conforme Ofício do gabinete do Líder do PMDB, Se-

nador Renan Calheiros, e da Maioria nº 354/2012, do referido Líder.

Desejo, em nome dos integrantes desta Comissão, as melhores boas-vindas e todo êxito a S. Exª, o Senador João Alberto Souza, no exercício de suas novas funções.

Um outro comunicado é sobre a validade dos passaportes brasileiros.

Em nossa 41ª Reunião, realizada no dia 08 de novembro passado, foi aprovado o Requerimento nº 34, de 2012, desta Comissão, da lavra do eminente Senador Tomás Correia, visando a aumentar o prazo de validade de cinco para dez anos do passaporte brasileiro.

Isto posto, a Presidência registra o recebimento do Ofício nº 899, de 2012, da Assessoria de Assuntos Parlamentares do Ministério da Justiça, em resposta ao Ofício 262, de 2012, desta Comissão, informando o envio ao Departamento de Polícia Federal, para análise e adoção das providências pertinentes.

A íntegra desse documento encontra-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Outro comunicado, este da Presidência da Comissão:

Considerando a necessidade de aprovarmos e publicarmos as Atas das reuniões realizadas até a presente data pela Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio +20 e do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas, presidida por S. Exª o Senador Cristovam Buarque, e levando-se em conta não haver nenhuma reunião agendada para que a própria Subcomissão possa fazê-lo no seu âmbito, proponho seja colocada em discussão e votação a dispensa da leitura e a aprovação das referidas Atas daquela Subcomissão.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo e que aprovarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as Atas das reuniões realizadas no âmbito da Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas, ligada essa Subcomissão, naturalmente, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Comunicado desta Presidência sobre a situação no Egito:

O Egito é o país mais populoso da mundo árabe, e o movimento de fevereiro de 2011, que fez sucumbir o governo de Hosni Mubarak, foi o momento maior da chamada "Primavera Árabe", inspirando movimentos similares na Líbia e na Síria.

Contudo, a transição para a democracia tem sido um processo difícil e conturbado. O Conselho Militar que sucedeu Mubarak, inicialmente recebido com entusiasmo e esperança, frustrou as expectativas da população, pois tentava mais consolidar sua posição de privilégio no cenário político que efetivamente renovar o cenário político, dando-lhe maior abertura.

A Irmandade Muçulmana, duramente reprimida durante o regime Mubarak, tornou-se a maior força política do país. Ocupa a maior parte dos assentos no Congresso e elegeu o primeiro Presidente da República democraticamente eleito da história do país, Mohamed Morsi, que derrotou por estreita margem o candidato apresentado pelo Conselho Militar.

Em agosto de 2012, o Presidente Morsi surpreendeu o mundo ao forçar as aposentadorias do Ministro da Defesa, General Tantawi, do Chefe do Estado-Maior e de diversos outros altos oficiais. Este inédito ato de independência frente ao estamento militar, impensável poucos meses atrás, rendeu grande popularidade a Morsi e deu-lhe condições políticas para retomar grande parte do poder antes concentrado nas casernas.

No campo internacional, o Presidente Morsi granjeou importante relevo ao relaxar o relacionamento com o Irã, denunciar as atrocidades cometidas pelo governo da Síria e, mais recentemente, ter tido papel decisivo na negociação do cessar-fogo entre Israel e o Hamas, com o apoio da Secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, que deu cabo a um confronto que dava inquietantes sinais de uma escalada militar, culminando com uma invasão terrestre da Faixa de Gaza, com consequências gravíssimas para a paz no Oriente Médio.

Contudo, no contexto doméstico, Morsi – no dia seguinte ao anúncio do bem-sucedido acordo de cessar-fogo – precipitou o país na maior crise política desde a queda de Mubarak, ao expedir decreto concedendo a si próprio amplos poderes, colocando-se acima do Judiciário e desconhecendo a autoridade daquele Poder. Disse estar agindo em defesa de uma Assembleia Constituinte profundamente dividida e que muitos acreditavam estar prestes a ser dissolvida pelo Judiciário.

A reação ao decreto foi imediata e violenta. Manifestantes de linha política liberal, já agastados com o controle da Constituinte por políticos islâmicos, tomaram a Praça Tahrir, reeditando o movimento de derrubou o regime anterior, e juízes de todos os níveis, incluindo a mais alta corte, entraram em greve.

A escalada de violência espalhou-se pelo país e, em 23 de novembro último, foram incendiadas as sedes do partido de Morsi em diversas cidades do país. Mesmo no governo surgiram vozes antagônicas. O Mi-

nistro da Justiça declarou ser necessária a revogação do polêmico decreto como única forma de fazer refluir a crescente confrontação entre a nova elite dominante e as instituições do antigo regime.

A Irmandade Mulçumana, base do poder do Presidente Morsi, também se mostra impotente para fazer face ao movimento oposicionista. Uma manifestação pública de apoio ao governo foi cancelada por temor de choques com a população.

Dois dias atrás, 27 de novembro, milhares de pessoas tomaram as ruas do Cairo para exigir a renúncia de Morsi. A intensidade do movimento é similar ao que precedeu a queda de Mubarak, e as palavras de ordem são as mesmas.

O Egito hoje está paralisado, dividido e confrontado com um líder que dá sinais de um saudosismo autoritário inaceitável para a população egípcia. Numa tentativa de estancar o desgaste do governo, os líderes islâmicos da Assembleia Constituinte tentam apressar uma proposta de Carta para ser submetida, o quanto antes, a voto.

É uma iniciativa anêmica de retomar a condução do processo político. A normalização do país passa necessariamente pela compreensão de que importantes segmentos da população não aceitam a implantação de regime baseado na Sharia. As raízes seculares do Egito são profundas e devem ser respeitadas para que o país possa assumir definitivamente seu importante papel na comunidade internacional e possa ser um parceiro decisivo na negociação de paz israelo-palestina.

Vamos dar início à nossa pauta de hoje.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 98, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

No dia 22/11/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 101, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Georges Lamazière, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chile.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Cyro Miranda
Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

No dia 22/11/2012 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011-CRE

Convido, para que tomem assento à Mesa, o Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, indicado para a Representação Permanente do Brasil junto às Nações Unidas; e o Sr. Embaixador Georges Lamazière, indicado para a República do Chile.

Recebam V. Exªs as melhoras boas-vindas dos integrantes desta Comissão.

Informo aos Srs. Embaixadores indicados que o tempo destinado à exposição de cada um será de 15 minutos e pediria especial atenção de S. Exªs para que acompanhassem o tempo de sua exposição por aquele relógio digital à nossa frente.

No final da exposição, será concedida a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores, como é de rotina e de praxe, que desejarem sabatinar os senhores indicados, conforme a lista de inscrição que se encontra sobre a mesa.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, indicado para a Representação Permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor de Mello, a quem muito agradeço minha convocação para esta sabatina; Srs. Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, também agradecendo pela oportunidade desta sabatina; queria, também, de início, agradecer à Presidenta Dilma Rousseff pela indicação para este posto que muito me honrou. Também agradeço ao Ministro Antonio Patriota pela confiança que depositou em mim. Quero especialmente agradecer ao Senador Cristovam Buarque, que foi o Relator, pelas palavras mais do que generosas que S. Exª escreveu em seu relatório.

Sr. Presidente, devido ao tempo, não poderia, de maneira alguma, cobrir todos os aspectos do trabalho das Nações Unidas, até mesmo por sua característica de universalidade. Tenderei, portanto, a me concentrar, com a vênia de V. Exªs, em dois eixos focais. O primeiro deles é a importância do multilateralismo, a importância das Nações Unidas e a inserção do Brasil nesse contexto. Como outro eixo focal, os desafios atuais que estarão presentes nas Nações Unidas pelos próximos anos.

Sr. Presidente, multilateralismo é uma resposta muito clara à aspiração de democracia nas relações internacionais. Há necessidade de que cada Estado seja ouvido, de que haja uma igualdade real entre os Estados, cada um dentro de sua soberania.

Nesse sentido, o multilateralismo é um aprofundamento das relações internacionais que deixam de ter um caráter apenas bilateral e fronteiriço e passam a ter uma preocupação global de busca de solução dos problemas comuns a todos, mas muito especialmente no sentido de gerar paz e ordem no sistema internacional.

De uma certa forma, pode-se comparar certas características das Nações Unidas com um Parlamento nacional. Cada país tem sua voz, como cada parlamentar tem sua voz, mas, ao mesmo tempo, opera dentro de grupos de interesse, de grupos de afinidade. No nosso caso, na ONU, somos membros do Grupo dos 77, que é o grupo dos países em desenvolvimento. Como os parlamentares atuam dentro de partidos políticos, na ONU, isso, de alguma forma, se reproduz.

Mas além desses grupos de interesse e de afinidade, eles também atuam em representação de interesses regionais. No nosso caso, o grupo latino-americano e Caribe, o que, de uma certa forma, remete à ideia das bancadas estaduais dentro do Parlamento.

Além disso, outra semelhança é que o trabalho na ONU é feito sempre em comissões, antes de a matéria ser levada ao Plenário.

Então, há várias semelhanças, como também não se pode estender muito essas semelhanças, porque, em certos casos, não há comparação entre as duas estruturas, já que na ONU temos órgãos como conselho de segurança, que não teriam uma correspondência clara num Parlamento.

Mas, enfim, isso mostra também, e disso eu posso fazer uma relação imediata, a importância cada vez maior da presença e do envio de missões de parlamentares para o acompanhamento dos trabalhos das Nações Unidas, que normalmente ocorre nessa época de Assembleia Geral da ONU e é, sem dúvida, algo que para quem está lá em representação da União, para quem está lá é muito importante ter esse contato e essa interação.

As Nações Unidas têm como seus propósitos básicos – isso está no art. 1º da Carta da ONU – quatro coisas muito simples.

A primeira delas é manter a paz e a segurança internacionais.

A segunda, desenvolver relações amistosas entre os Estados, baseadas, sempre, na igualdade soberana e na autodeterminação dos povos.

A terceira delas é promover a cooperação internacional dos países sobre os mais variados temas da agenda internacional: direitos humanos, meio ambiente, economia, finanças, enfim, todo um amplo espectro de temas.

E, como quarto objetivo, ser o centro, o local para harmonizar as ações, tendo em vista atingir a esses três fins anteriores.

É nesse conjunto de quatro objetivos que eu vejo a inserção muito clara do Brasil e a vocação muito clara do Brasil de atuação internacional.

Esses objetivos se coadunam com o nosso perfil de promotor de consensos, de ponte entre países e de um País que goza de credenciais extraordinárias como democracia, como um País multirracial e multiétnico, e como um País que vive em paz com seus vizinhos há mais de 140 anos.

Além disso, é um País que, especialmente na última década, tem apresentado progresso equilibrado nos aspectos de crescimento econômico, de inclusão social, de proteção ambiental.

A importância crescente do Brasil – isso se traduz de várias formas, inclusive pelo fato de sermos, hoje, a sexta maior economia do mundo – nos leva, claramente e necessariamente, a assumir maiores responsabilidades no contexto da própria ONU.

Isso se traduz, por exemplo, pelo fato de que no próximo ano nós passaremos a ser o 10º maior contribuinte ao orçamento regular das Nações Unidas, com um montante próximo a US$56 milhões por ano, em comparação com os 38 milhões que, hoje, pagamos. Isso atingirá um número bem próximo aos 3% do orçamento regular das Nações Unidas.

Isso é um reflexo, naturalmente, de um período de prosperidade do País, que é levado em conta nos cálculos para o estabelecimento da cota que cada país deve pagar.

Além disso, o Brasil é, hoje, o 11º contribuinte de tropas para operações de paz. No âmbito das Nações Unidas, nós, hoje, temos 2.226, entre militares e policiais, em operações de paz no mundo.

Eu acho que isso mostra, em voo muito rápido, nossa inserção nova na ONU.

Eu queria entrar agora na questão dos principais temas e desafios que estarão abertos para os próximos anos.

Eu queria começar pela Rio+20, a conferência cuja origem se deve a uma ideia de V. Exª, Sr. Presidente, no Senado da República. Uma ideia e um requerimento que foi acolhido pelo Presidente Lula, que o levou às Nações Unidas. E foi aprovada essa ideia, essa feliz iniciativa, em 2009.

Não terei tempo aqui de discorrer sobre os resultados da Rio+20, porque isso requereria toda uma audiência específica sobre isso. Mas quero me referir ao que a Rio+20 gerou em termos de nova agenda para a ONU, nos próximos anos.

A Rio+20 criou toda uma nova visão do tema desenvolvimento nas Nações Unidas, instituindo muito claramente a sustentabilidade como central e o combate à pobreza como seu foco básico.

Nesse ano que vai entrar, 2013, a ONU começa processos estabelecidos pela Rio+20 como elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ao mesmo tempo, essa elaboração dialogará com a elaboração e a consideração dos novos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que, como se sabe, se encerram em 2015. Nós vamos ter, portanto, essa visão conjunta dos dois processos: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Além disso, será estabelecido até setembro do ano que vem um fórum global de alto nível sobre desenvolvimento sustentável, que será o mecanismo de governança que velará pela coerência sistêmica entre os pilares ambiental, social e econômico no âmbito das Nações Unidas e, ao mesmo tempo, implementará e velará pela implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Essas modificações de governança na ONU, com a criação de novos órgãos, está dentro de um processo muito mais amplo que é o processo de reforma da ONU, que continuará com muita força nos próximos anos. Esse processo incluiu a criação de órgãos como a ONU Mulher, incluiu e incluirá o debate sobre a reforma do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, e algo que nos interessa mais de perto, a reforma do Conselho de Segurança da ONU.

Como V. Exª sabe, o Conselho de Segurança passou por uma reforma apenas desde que foi criado. Essa reforma ocorreu em 1965, quando se ampliou o número de membros de 11 para 15. A ampliação ocorreu apenas na categoria de membros não permanentes.

Porém, quando houve essa ampliação de 11 para 15 membros, a ONU contava apenas com 117 Estados membros. Hoje temos 193, e há um entendimento global, mais do que majoritário, de que temos que ampliar o Conselho.

E é no contexto dessa ampliação do Conselho que se insere a disposição brasileira de integrar, como membro permanente, um Conselho de Segurança ampliado, tanto na categoria de membros permanentes, como de membros não permanentes; um Conselho que seja mais representativo da realidade de 193 Estados-membros, especialmente mais representativo por incluir países em desenvolvimento como membros não permanentes, dando assim uma visão, uma pluralidade de pontos de vista e, portanto, mais legitimidade às decisões daquele Conselho.

O Brasil tem todas as credenciais para tanto. Eu já me referi ao fato de sermos uma sociedade plural, democrática, em paz com os vizinhos e, mais ainda, um país que busca a integração com os seus vizinhos, a proximidade com os seus vizinhos e não se furta, por suas características de país promotor de consensos, a entrar com o peito aberto e com tranquilidade no debate dos temas que dizem respeito à paz e à segurança internacionais.

Esse é, portanto, um tema que vai continuar muito vivo pelos próximos anos.

Ligado a isso, existe a ideia brasileira, exposta pela Senhora Presidenta Dilma Rousseff, em 2011, quando abriu a Assembleia Geral da ONU, que é a da responsabilidade ao proteger, uma contribuição brasileira ao conceito de operações de paz. Não basta a responsabilidade que os Estados têm de proteger o ser humano quando de um conflito. Também temos que ter a responsabilidade ao proteger. E o debate, a configuração dessa nova ideia surge quando, no caso da Líbia, a intervenção armada de quem tinha a responsabilidade de proteger causou perdas humanas. Isso nos inspirou essa ideia da responsabilidade ao proteger, que está sendo muito bem acolhida.

Sr. Presidente, eu vejo que disponho de pouco tempo. Não quero deixar de mencionar a nossa participação na missão de estabilidade do Haiti, a Minustah. Hoje em dia, há uma tropa com 1.900 membros das Forças Armadas, que eu gostaria de homenagear pelo trabalho extraordinário que tem feito lá.

E gostaria de concluir, dentro do tempo, referindo-me a algo que ocorre hoje na ONU: a votação sobre o *status* de Estado observador para a Palestina.

Além disso, é muito importante que se frise que, hoje, é o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino e que, há 65 anos, ocorreu a partição da Palestina em dois Estados: Israel e Palestina. A nossa esperança é a de que a medida que hoje se adotará na ONU de conceder à Palestina o *status* de um Estado observador seja um passo a mais no caminho da

tão necessária paz e estabilidade na região e de que Israel e Palestina possam viver com suas fronteiras reconhecidas, em paz e em cooperação. Creio que isso é o que todos desejam.

Concluo, aqui, Sr. Presidente, agradecendo uma vez mais.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado pela sua exposição, Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, indicado para representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas.

Concedo a palavra agora ao Sr. Embaixador Georges Lamazière, indicado para a República do Chile, para fazer a sua exposição.

O SR. GEORGES LAMAZIÈRE – Inicialmente, gostaria de agradecer ao Ex^mo^ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor, pela minha convocação para esta Comissão e pela concessão da palavra. Queria agradecer, igualmente, ao Senado Cyro Miranda, pela apresentação do relatório sobre minha designação, e aos demais Senadores da Comissão, pela minha presença aqui.

É uma grande honra ter meu nome submetido a esta Comissão como Embaixador designado para a República do Chile, por indicação da Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff, a quem sou muito grato, assim como ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota.

A primeira característica que sobressai ao nos debruçarmos sobre as relações Brasil-Chile é a qualidade e a estabilidade das posições de princípios em relação a valores e às percepções da ordem internacional que são largamente coincidentes. Diferenças, quando há, no plano bilateral ou global, são apenas de percepção e de muito menor importância e muito específicas.

É conhecido que o Barão do Rio Branco já mencionava que as relações Brasil-Chile são da mais íntima amizade e confiança recíproca e, sobretudo, a ele também é atribuída a expressão amizade sem limites, sem fronteiras, fazendo um trocadilho bastante apropriado que mostrava, ao mesmo tempo, que era indefinidamente importante e também tinha essa característica geográfica da não contiguidade, expressão esta que, tanto no Chile quanto no Brasil, é sempre recuperada para descrever a qualidade de nossas relações.

Falando um pouco de economia, como todos sabem, o Chile é uma economia estável, que tem experimentado elevadas taxas de crescimento recentemente, em torno de 5% ao ano, nos últimos 3 anos, e deve completar este ano, deve continuar nessa trajetória, com crescimento acima de 5% e inflação em torno de 2%. É claro que as incertezas do cenário global poderão modificar um pouco essa previsão, mas essa é a previsão do momento.

O Chile ostenta também importantes índices sociais: um dos mais baixos índices de desemprego da América do Sul, 6,5% aproximadamente; uma das mais baixas taxas de analfabetismo, com 3,5%; um dos melhores índices de pobreza extrema, 2,8%; uma das mais altas rendas *per capita* da América do Sul, se medida pela métrica da paridade e do poder de compra chega a quase US$17 mil; e o mais alto Índice de Desenvolvimento Humano da América Latina e Caribe, o IDH, de 0,805.

Na esfera bilateral, há grande importância do comércio e dos investimentos. Em 2011, e antes também, o Chile foi o segundo parceiro comercial brasileiro na América Latina como um todo e a principal origem de investimentos sul-americanos. O Brasil recebeu 12 bilhões de investimentos chilenos nos setores mais variados, inclusive geração e transmissão de energia industrial e de serviços. Mas temos, no Brasil, o segundo maior estoque de investimentos chinelos no mundo.

Coisa muito importante no nosso relacionamento para aprofundamento dessa relação comercial inclusive e também para a região como um todo, são as tentativas, já em curso e avançadamente, de interligação terrestre entre o Brasil e o Chile, para fazer a interligação entre o Atlântico e o Pacífico.

O Chanceler Alfredo Moreno, do Chile, recentemente, em um seminário no Rio, dizia que essas tentativas para um corredor bioceânico rodoviário passando do Brasil pela Bolívia até o Chile, em corredor ferroviário passando pela Argentina, Paraguai e chegando ao Chile, o Ministro Celso Amorim, então Chanceler, dizia que isso lembrava um pouco os filmes de western, quando os Estados Unidos conseguiram conectar os dois lados daquele país continental, e a América do Sul se encontrava diante desse desafio, que será muito importante para o Brasil, o Chile e para todos os países nesse caminho da integração física, portanto muito importante na relação Brasil-Chile.

Outra questão que tem importância para nosso relacionamento bilateral e é muito promissora é a questão da energia. Brasil e Chile têm buscado expandir e renovar suas matrizes nessa área. O Chile tem problemas conhecidos na área energética, tem um déficit energético importante e para crescer precisará expandir muito a sua malha elétrica. Pensam, inclusive, em criar o que eles chamam de uma estrada elétrica pública, que permitiria a integração do sistema elétrico do norte do Chile com o sistema central, que, hoje, não são conectados.

Aí, há uma possibilidade de cooperação com o Brasil, através de empresas brasileiras da nossa conhecida expertise em planejamento estratégico em hidroeletricidades.

Outro tema que nos aproxima bastante, Brasil e Chile, é a alta importância que os dois países atribuem à inclusão social.

Não preciso reiterar os importantes programas sociais brasileiros – são conhecidos os avanços brasileiros nessa área, mas o Chile também tem a mesma meta e o Presidente Sebastián Piñera anunciou, inclusive, a meta de até 2020 tornar o Chile um país desenvolvido, com a erradicação completa da pobreza.

Educação é outra área em que eu creio, sobretudo educação superior, ciência e tecnologia, que Brasil e Chile podem se aproximar muito.

Os dois países são referências em ensino superior. Recentemente, no *ranking* das dez melhores universidades latino-americanas, feito por uma instituição inglesa, as quatro primeiras são chilenas e brasileiras: duas brasileiras, USP e Unicamp, e duas chilenas, Catolica e Universidad de Chile. Quer dizer, é interessante que são dois países que estão na ponta do ensino universitário em toda a América Latina e não apenas na América do Sul.

Outra cooperação importante para o Brasil e promissora para ser desenvolvida no futuro é na área de ciência e tecnologia.

Temos acordos na área de biocombustíveis que precisam ser mais intensificados, ou implementados com maior vigor, e também cooperação na área de TV digital. O Chile aderiu ao padrão brasileiro de TV digital e há, aí, uma perspectiva de cooperação mutuamente vantajosa.

Oura área de grande interesse, no passado e no presente, que deve se expandir é a cooperação Antártica.

O Brasil já tem cooperado com o Chile nessa área. O Chile tem uma tradição muito grande e é preciso sempre reiterar que o incêndio que houve na Estação Comandante Ferraz, em fevereiro último, teria sido muito mais grave não fosse a solidariedade do Chile, naquele momento e em momentos anteriores sempre presente.

Há um acordo de cooperação em perspectiva na Antártica, para completarmos a sua negociação e assinarmos proximamente, intensificando a cooperação também nessa área, que é de alta importância para a cooperação científica e tecnológica.

Da mesma forma, o Chile tem uma tradição de receber grandes telescópios de pesquisa astronômica e receberá, proximamente, o maior telescópio do mundo, o grande telescópio europeu, no Chile. Foi criado um consórcio para isso e o Brasil será membro desse consórcio, deseja ser membro desse consórcio.

Existe um acordo, o Brasil assinou o acordo para essa presença, que virá proximamente, inclusive, ao Congresso, depois de passar pela instância do Executivo, para sua eventual ratificação, permitindo ao Brasil participar desse projeto, cuja localização é, portanto, no Chile.

Mais amplamente, passando da área bilateral – não podemos ficar apenas nela, embora ela seja, digamos, o centro das atenções do embaixador que vai para um posto bilateral –, como pano de fundo, continuam as relações regionais e até multilaterais de cooperação em fóruns como as Nações Unidas, em que o Embaixador Figueiredo nos vai representar.

É importante dizer que Síria e Brasil pensam muito parecido nas duas áreas, tanto na regional, como na área global, portanto cooperamos com grande tranquilidade.

Recentemente, o Chanceler Patriota, nesse mesmo seminário Relações Brasil – Chile, que eu mencionei, que foi no Rio de Janeiro, em outubro, falou do privilégio da região sul-americana.

A região sul-americana é uma região que vê uma paz, ausência de conflitos. Vemos, agora mesmo, no mundo inteiro, vários focos de conflitos persistentes e até, às vezes, reativados. A América do Sul vive uma paz muito grande, com um nível de armamento baixíssimo, livre de armas nucleares. É uma zona de alta cooperação política, crescimento econômico, inclusão social, busca de desenvolvimento social, então, a região como um todo vive um bom momento e Brasil e Chile são atores importantes, que se coordenam bastante frequentemente, sempre com grande êxito.

Por exemplo, o Chile foi o primeiro Estado associado ao Mercosul, em 65. Contribuiu de maneira decisiva para a integração através da Unasul, exercendo a primeira presidência *pro tempore*. É, hoje, o Presidente da Celac, a Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos, e vai sediar a próxima reunião da Celac, agora em janeiro de 2013.

Portanto, esse papel é muito importante, de ambos os países, na coordenação de posições nesses fóruns – Mercosul, Unasul e Celac.

Outra coisa que se refere, novamente, à posição geográfica, digamos assim, oposta de ambos os países é que o Brasil tem uma grande experiência com África e o Chile tem uma grande experiência com Ásia. Ambos os países têm redes diplomáticas e contatos comerciais muito importantes nessas duas áreas. E buscamos também trocar experiências nessas áreas.

Proximamente, deveremos organizar, na academia diplomática brasileira, Rio Branco, ou talvez

na chilena, Andrés Bello, um seminário, uma troca de experiências, em que o Chile mostraria um pouco ao Brasil como tem sido a sua presença na Ásia, na região do Pacífico, tão importante para o mundo hoje, e o Brasil explicaria um pouco melhor a sua política de expansão de relacionamento com a África.

Cabe dizer que o Chile, por ter uma rede muito menos importante de embaixadas na África, pediu recentemente ao próprio Brasil que organizasse a missão do seu Subsecretário de Relações Exteriores e Vice-Chanceler, Embaixador Fernando Schmidt, que foi a uma missão exploratória à Nigéria e a Gana, recebendo apoio logístico das Embaixadas do Brasil em Abuja e em Acra. Então são 2 perspectivas interessantes de cooperação extracontinental. O Chile interagindo conosco em relação à Ásia-Pacífico, onde ele é membro de várias organizações, e o Brasil também ajudando o Chile a intensificar a sua presença na África.

Um ponto muito importante que se vincula à exposição anterior, do Embaixador Figueiredo, é que o Chile tem dado apoio claro à pretensão brasileira de reforma do Conselho de Segurança e de um assento permanente nesse Conselho reformado. Foi o primeiro país da nossa região a expressar esse apoio. Foi um apoio muito importante, sólido, que tem sido reiterado através dos mais diversos governos, e não apenas de um ou outro. É uma posição chilena, constante, de apoio, que é muito cara ao Brasil, porque é um pleito, um interesse brasileiro na ordem internacional e que conta com o apoio do Chile. País este, na verdade, que tem, como o Brasil, um grande interesse – sempre reitera o primado do interesse – no Direito Internacional para a sua política externa, das Nações Unidas, do multilateralismo, e que ocupa posições importantes. A ex-presidente Bachelet é hoje diretora da ONU Mulher. E o Chile tem também presença importante no Haiti, tendo chefiado a primeira missão de paz lá e estando novamente à frente da missão, na parte diplomática, política, em cooperação constante com o Brasil. Então, o Brasil tem com esse país uma excelente relação bilateral, uma excelente relação regional e também uma grande parceria no plano multilateral e global.

Para retornar à frase célebre de Rio Branco, da amizade sem limites, é evidente que se essa distância geográfica, no período colonial e depois, foi até favorável à ausência de quaisquer divergências – por exemplo, de fronteiras –, na verdade, também implicou uma menor proximidade no sentido da integração física, que agora buscamos através dessas obras de infraestrutura, os corredores bioceânicos, ou até maior contato humano, maior interação na nossa sociedade. Para isso, é preciso uma construção diplomática, é preciso um esforço diplomático, que está sendo feito já há alguns anos, dos dois lados, e que eu pretendo, caso aprovado por esta Comissão, evidentemente, continuar.

Na verdade, a própria mudança do mapa mundial, da geografia mundial, com o crescimento da região Ásia-Pacífico, tornou o Chile, que já era importante para o Brasil na época do Rio Branco, claro, ainda mais importante, ainda mais promissor.

Algumas das linhas de ação que eu pretendo seguir, caso aprovado, novamente, por esta Comissão, são, sem dúvida, a já referida intensificação do comércio bilateral, dos investimentos nos 2 países – temos, como eu disse, US$12 bilhões de investimentos chilenos aqui; US$3,5 bilhões brasileiros no Chile –, obras de infraestrutura importantes, como os corredores bioceânicos, cooperação energética, ciência e tecnologia, cooperação antártica e constante articulação diplomática para assuntos de todas essas organizações, Mercosul, Unasul, Celac, e outras que mencionei antes.

Eu queria enfatizar que, obviamente, tudo isso é um programa de trabalho. Mas a diplomacia, embora nem sempre pareça, é um ofício de terreno, uma profissão de experiência direta de vivência. Se fosse assim, não seriam necessárias embaixadas, embaixadores e consulados, apenas um contato concreto, ao longo de vários anos em um país, com seu governo, com seu parlamento, com a sociedade civil, o setor privado, a academia, que se vai construindo uma nova ideia do país, buscando-se estímulos para novos projetos. Eu tenho certeza de que muito do que aqui é colocado como projeto tomará um matiz muito mais concreto e até ideias novas, que não se podem vislumbrar de longe, no contato direto, caso seja possível, com a realidade do Chile.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Georges Lamazière, indicado para a República do Chile.

Passo a palavra a S. Exªs os Srs. Senadores inscritos. Primeiramente, passo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque e, em seguida, a S. Exª o Senador Cyro Miranda, ambos Relatores das respectivas indicações dos Srs. Embaixadores hoje sabatinados.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, Srs. Embaixadores, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, em primeiro lugar, peço desculpas por não ter assistido, desde o início, à fala do Embaixador Figueiredo, porque o Ministro da Educação está na sala ao lado, debatendo o PNE – Plano Nacional de Educação –, que é muito importante.

Mas eu não poderia faltar, obviamente, porque, primeiro, considero esta sabatina um dos pontos altos do trabalho do Senado Federal; segundo, pela impor-

tância dos cargos; e, terceiro, pela importância dos dois Embaixadores que aqui estão.

Eu vou me concentrar no Embaixador Figueiredo, até porque combinamos que ele cuida do Chile.

Quero falar da minha satisfação de estar aqui diante de um ex-aluno do Instituto Rio Branco que, apesar das minhas aulas, está chegando a um dos postos mais altos da carreira. Já é general de cinco estrelas por ser Embaixador nas Nações Unidas. Mas isso é o mínimo.

O que mais me satisfaz é ver que, desta vez, nós vamos levar um Embaixador que não apenas está absolutamente preparado, porque eu diria que, pelo menos, 50% do Itamaraty estariam – eu não vejo tanta diferença na qualificação entre boa parte. Mas o que caracteriza o Embaixador Figueiredo, como eu coloquei no meu relatório, é que, graças ao seu trabalho na organização da Rio+20, ele não apenas se mantém como um bom Embaixador, como outros o são, mas adquire duas coisas novas: o mergulho nos problemas globais da humanidade, especialmente meio ambiente, e o respeito internacional.

O senhor chega às Nações Unidas reconhecido. É diferente da maior parte dos Embaixadores que chegam ali para começar a ser, cada um deles, conhecido. O senhor chega reconhecido pelo trabalho que fez com a comunidade internacional. Lembro-me da sua agenda de viagem pelo mundo, da sua agenda de contatos com os Ministros das Relações Exteriores – o Ministro Patriota e o Ministro Celso Amorim. O senhor chega lá reconhecido!

Então, estas três coisas são interessantes: o preparo, que muitos têm; o conhecimento dos problemas globais – e não há outro centro para debater esses assuntos a não ser as Nações Unidas –; e o reconhecimento.

O que nós estamos vendo é que cada vez mais se afirma a visão global em vez da visão bilateral. Cada vez mais o trabalho de um diplomata vai ser lidar com problemas globais, não só dos seus países. Vai ter que ter um chapéu para representar o seu país, sim, mas vai ter que ter um chapéu para entender que existem os interesses globais, e, às vezes, cada nação vai ter que ceder um pouco. É como morar num condomínio. Cada um é dono do seu apartamento, mas tem que respeitar os outros inquilinos. Você faz o que quiser com seus móveis, mas não toca fogo. Você pode pagar a conta d'água como quiser, mas não pode deixar a torneira aberta durante um fim de semana inteiro em que você foi para a praia. O mundo virou isto: um condomínio de países.

E nós vamos ter um bom representante – acho que o melhor que poderíamos ter – do Brasil nas Nações Unidas.

De qualquer maneira, eu não quero deixar de fazer algumas perguntas ao Embaixador com todo esse preparo.

Uma delas é: como vai ser representar o Brasil nesse cenário mundial, quando o País ainda continua a ser, apesar dos esforços, um dos grandes emissores de dióxido de carbono e outros gases? Aparentemente isso não vai diminuir pelo lado industrial, mesmo que a gente esteja diminuindo pelo lado da queima de florestas. Então, como vai ser representar o Brasil nesse cenário internacional? Nós não somos ainda um vilão, como China, Estados Unidos e Europa, mas já somos um vilãozinho no imaginário da sociedade. Segundo, se houver tempo, quais são os grandes problemas globais que vamos ter que debater nos próximos não só anos em que o senhor estiver lá, mas décadas de seus sucessores, quais são os grandes temas sobre os quais vamos ter que nos debruçar?

Eu, inclusive, cito alguns que tenho falado em outras sabatinas. O problema do comércio. Como vamos realmente levar adiante o comércio que é capaz, Senador Collor, de fazer um país africano crescer, empobrecendo sua gente, porque o comércio internacional oferece um preço tão bom ao algodão, que deixa de produzir comida? Como vai ser não levar a fome ao mundo em benefício do comércio, sem perder as vantagens que o comércio traz no aumento da renda?

Os recursos naturais. Como vamos discutir o acesso aos recursos naturais cada vez mais escassos? Por um lado, até que ponto poderemos deixar que se explore petróleo no Polo Norte – e qualquer dia vão falar até da Antártica –, por causa da voracidade do consumo energético? E outros recursos que até hoje não chamam atenção, mas que vão chamar, como a própria água. A água vai ser um recurso, todos dizem, escasso. E nós somos, provavelmente, o maior reservatório de água.

O problema do tráfico. Com toda essa mobilidade fácil no mundo, aviões, barcos, tudo isso, até submarino à disposição, construídos por traficantes de droga, como já se viu, como vai ser controlar o tráfico de armas, o tráfico de órgãos, o tráfico de mulheres, o tráfico de crianças?

O problema da economia que, cada vez mais, é menos nacional e mais global. É o caso da Europa, mas é o caso do Mercosul, é o caso dos blocos. E um dia vamos ter até um grande bloco.

O problema da moeda. A moeda, cada vez mais, está se internacionalizando não como no Equador que adotou o dólar, ou como na Europa que criou o euro,

mas porque as taxas de câmbio estão permitindo que essas moedas quase sejam trocáveis entre elas e estão tirando um poder que os países tinham de política econômica, que era a própria moeda. A economia surgiu – Keynes foi o grande teórico disto –, fazendo com que a política monetária fosse um instrumento de política de crescimento. Isso está cada vez mais difícil de fazer pela integração mundial.

Outro problema que gostaria de ouvir, e aí chamo atenção de um ponto, se o senhor quiser, se o Presidente estiver de acordo, até fazer sigilosa a reunião, é o problema da proliferação de armas. Quando falo em proliferação de armas nucleares, falo nas duas formas de armas nucleares: a forma explícita, que é a bomba, e a forma implícita, que é a usina nuclear para produzir energia. Qualquer defeito que ocorrer ali, sabemos que, entre aspas, "explode" e deixa efeitos permanentes. E, é claro, ao perguntar isso não podemos deixar de fugir do problema, não problema, do caso do Irã. Se coloco como problema, já tomei um partido. Então, o caso do Irã e o caso de termos a tentativa de impedir corretamente países de defenderem armas nucleares, quando temos um conjunto, se não me engano, de seis ou sete que dominam, não só dominam, mas têm bombas guardadas. Essa hipocrisia que o mundo está fazendo.

Finalmente, não, primeiro é o problema do terrorismo, mas isso... Mas o que realmente me preocupa, e o senhor é a pessoa preparada, é o meio ambiente. Como será, qual será a agenda do meio ambiente nos próximos anos e décadas? Tivemos, entre 1972 e 1992, poucos avanços. Em 1992, tivemos um salto muito grande na consciência, sem dúvida alguma. A Rio 92 trouxe um salto de consciência, mas não tivemos a continuidade de ações concretas. Aliás, mais ou menos o que se está fazendo aí fora, no PNE. O PNE traz uma consciência, mas não traz nenhuma medida concreta para mudar a educação brasileira, é um plano pífio do ponto de vista de ações concretas. Então, tivemos, de 1992 para cá, o momento da consciência. Hoje, creio que o mundo considera o meio ambiente como um problema fundamental, pois deixou de ser uma coisa de bicho-grilo, como se dizia até há pouco tempo, uma coisa de alternativos. Não! Hoje, é um problema sério. E como vai ser daqui para frente? O que é que a gente vai fazer para que o meio ambiente seja protegido?

Quero fazer uma provocação. O senhor acha que, nas Nações Unidas, vão bastar medidas conservacionistas que conduzam è economia verde, ou a gente vai precisar de uma revolução mais profunda nos objetivos da produção, com uma redução do consumo ou com uma mudança do padrão de consumo? Ou apenas as medidas conservacionistas e a economia verde bastam? Em outras palavras, precisamos de ajustes ou precisamos de uma revolução na civilização industrial em que nós vivemos?

Essas são as considerações que faço, deixando clara a minha satisfação de ter feito o relatório e a minha satisfação de ver que, mais uma vez, o Governo brasileiro indica embaixadores competentes, preparados.

E, desta vez, o embaixador indicado chega ao lugar que vai representar com um reconhecimento profundo. É como se a gente indicasse para o Chile um embaixador que, além de toda a qualificação, fosse um especialista na história do Chile, um conhecedor de literatura chilena, casado com uma chilena, ou seja, que estivesse integrado ao Chile e tivesse crescido no Chile. É assim que o senhor vai chegar às Nações Unidas, e eu me sinto muito contente de tê-lo como nosso representante lá, mas deixo aqui minhas dúvidas que gostaria de ver respondidas, salvo uma que deixei por último, Senador...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Eu queria pedir licença ao Sr. Senador Cristovam Buarque...

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – O Senador não havia concluído? Desculpe-me!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – O Senador Cristovam Buarque está concluindo.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Milhões de desculpas!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Concluo em um minuto, dizendo o seguinte: tenho assumido uma posição nesta Comissão e em outros lugares no sentido de que cometemos um erro ao termos obsessão por uma cadeira permanente no Conselho das Nações Unidas. Defendo que a posição correta é a de que a nossa força no mundo não virá de uma cadeira permanente ali, a de que temos de ter a força moral de defendermos acabar com cadeiras permanentes, ainda que eu saiba que isso é praticamente impossível. Aliás, eu defendo até que uma força moral só é moral enquanto ela não acontece; quando ela acontece, deixa de ser força moral.

Então, qual é a sua posição a respeito dessa obsessão brasileira por uma cadeira permanente no Conselho das Nações Unidas? A meu ver, isso está cobrando custos muito altos nas nossas relações bilaterais e, no fim, vai trazer um problema sério, o de defendermos posições nem sempre simpáticas, em vez de sermos o baluarte no mundo de um Conselho de Segurança realmente democrático, que é o que os países pequenos, a meu ver, mais desejam.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Pela ordem, passo a palavra a S. Exª, o Senador Ministro Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Quero, inicialmente, pedir desculpas ao Senador Cristovam Buarque, milhões de desculpas!

Pensei que V. Exª...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu é que lhe peço desculpas por ter falado mais.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Falou bem!

Eu queria fazer um pedido a V. Exªs, Srs. Senadores. Nesta quinta-feira, nós ouvimos aqui os Embaixadores Georges Lamazière e Luiz Alberto, e muitos Senadores estão com viagem marcada. Não sei se seria possível abrir o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – S. Exª o Senador Ministro Francisco Dornelles solicita que seja declarado aberto o processo de votação.

Coloco à deliberação do Plenário a solicitação apresentada por S. Exª o Senador Ministro Francisco Dornelles.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo que seja declarado aberto o processo de votação, conforme o §4º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Está aberto o processo de votação.

S. Exªs que queiram fazer uso do voto podem vir à Mesa recolher a cédula para exercitar o voto.

Passo, agora, a palavra a S. Exª o Senador Cyro Miranda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu gostaria de me inscrever, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Em seguida, usarão da palavra S. Exª o Senador Eduardo Suplicy e S. Exª a Senadora Ana Amélia.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente desta Comissão, Senador Fernando Collor.

Srªs e Srs. Senadores, Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, amigo Embaixador Georges Lamazière, em primeiro lugar, quero agradecer a esta Presidência o privilégio que tive de ser o relator da Mensagem do Embaixador Georges, pois o *curriculum* de V. Exª não nos deixa a menor dúvida da capacidade para esse cargo no Chile.

Como combinei com o Senador Cristovam, vou apenas trocar algumas ideias com o Embaixador Georges e elogiar o que diz o final do relatório do Senador Buarque, que talvez nenhum outro diplomata chegue às Nações Unidas tão preparado quanto o Embaixador Figueiredo Machado. Eu acho que essa frase já define tudo.

Embaixador Georges Lamazière, como bem disse V. Exª, o Chile tem um PIB menor que o do Brasil e um IDH bem maior que o nosso, comparando-se o IDH chileno ao de alguns países europeus. Nesse sentido, os dados mostram significativo avanço do país no que diz respeito à garantia de educação, saúde e renda da população. De que maneira V. Exª acredita que o Brasil pode aprender com essa experiência chilena?

O Brasil e o Chile têm adotado diferentes estratégias na integração regional. O Brasil buscou uma integração com características mais amplas e optou pela formação e consolidação do Mercosul; já o Chile adotou uma estratégia de acordos bilaterais que foram firmados com países fora desta região. Como V. Exª avalia ambas as políticas de integração econômica?

Ainda diante do contexto de integração econômica da região, sabe-se que o Brasil e o Chile adotaram diversos acordos bilaterais; porém, o Chile optou por não fazer parte de acordos regionais da América do Sul. Existe, hoje, alguma possibilidade de adesão do Chile ao Mercosul?

Bem sucinto, são essas as minhas perguntas.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Cyro Miranda.

Noblesse oblige, passo agora a palavra a S. Exª a Senadora Ana Amélia, por deferência de S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Fernando Collor, muito obrigada. Agradeço também ao Senador Suplicy.

Eu queria cumprimentar nossos Embaixadores Georges Lamazière e Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Em primeiro lugar, imagino que os demais Senadores já tenham feito referência a isso, mas gostaria de registrar a competência com que o Embaixador Figueiredo Machado desempenhou a função de coordenar a Rio+20 e a atenção com que recebeu esta Comissão, quando fizemos uma visita prévia à realização da Conferência, o que merece destaque. Penso que o desafio que V. Exª tem será leve para ser carregado, depois da experiência que teve. Agradeço a gentileza no trato que nos dispensou durante aquela exposição.

Ao senhor, tenho apenas, pontualmente, essa questão da Palestina. O Brasil parece bastante em-

penhado na intenção de elevar a Palestina à condição de observador junto as Nações Unidas. E V. Exª, como embaixador permanente... E se aquele velho propósito de o Brasil ter um assento permanente no Conselho de Segurança é, digamos, uma orientação da política externa brasileira. Se é do Governo da Presidente Dilma Rousseff também, digamos, um propósito que vai definir a sua atuação junto às Nações Unidas. Então, para o senhor é isso.

Para o Embaixador Lamazière, que vai nos representar no Chile. Sou de um Estado, Embaixador – já comentamos um pouco isso ontem –, que tem uma relação muito grande com o Chile. Hoje, há voos diretos de Porto Alegre para Santiago. E temos, às vezes, alguns contenciosos comerciais. O Chile, do ponto de vista sanitário – esse é um ponto que eu gostaria de obter de V. Exª –, avançou muito, tanto que os produtos da área de produção primária, como produtos alimentícios (frutas, vinhos, peixes e pescados), são vendidos em mercados mais exigentes, como o Japão, por exemplo, por conta exatamente desse rigor sanitário que o Chile aplicou desde as alterações da diversificação da sua economia, que era sustentada pela exploração do cobre.

Nesse sentido, e como o Rio Grande do Sul exporta carne suína, por exemplo, o Chile teve algumas barreiras. Nós somos, às vezes, suscetíveis à questão de doenças como a febre aftosa. Embora Santa Catarina já a tenha erradicado, esteja livre de aftosa sem vacinação, o Rio Grande do Sul ainda com vacinação, e outros Estados, igualmente.

De que forma é possível a gente fazer até uma integração do ponto de vista sanitário, para trazer o que o Chile fez para o Brasil ter também esse nível e esse *status*?

E a outra questão é: no que pode V. Exª colaborar para ampliar uma relação efetiva não de disputa comercial, mas de colaboração comercial, no âmbito da exploração da área da vitivinicultura, em que o Chile é um país que dá um bom exemplo?

São as minhas questões.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senadora Ana Amélia.

Passo, agora, a palavra a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permita-me, primeiro, Senador Fernando Collor, Presidente, que, tal como ainda hoje de manhã a Senadora Ana Amélia fez – e é a primeira vez que falo aqui hoje –, quero externar a minha homenagem ao extraordinário jornalista Joelmir Beting, que foi um exemplo, uma pessoa que se dedicou com extraordinário amor à sua profissão de jornalista. Ele que teve o propósito de procurar explicar os fenômenos da economia para que sua mãe, toda e qualquer pessoa, mesmo que não tivesse formação de economista, pudesse compreender os fenômenos.

Passou a escrever em diversos jornais, mas, na *Folha de S.Paulo* por muitos anos. A sua coluna era publicada diariamente, nada menos do que 50 jornais do Brasil.

Vou falar mais sobre ele de tarde, na sessão, mas eu queria aqui registrar, porque gostaria até de, neste instante, estar acompanhando as homenagens que se fazem ali, onde ele está sendo velado. Porém, logo, logo, será cremado, e temos que cumprir também obrigações aqui.

Gostaria de, lá, estar abraçando a sua esposa, Lucila, os seus filhos, Mauro e Gianfranco. O Mauro fez um pronunciamento ao vivo hoje, na Rádio Bandeirantes, da melhor qualidade, sobre o seu pai.

Então, primeiro, quero aqui registrar esta homenagem a uma pessoa que foi um exemplo para todos nós, brasileiros, como jornalista, mas como ser humano.

Quero desejar todo o sucesso ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, na ONU, e ao Embaixador Georges Lamazière, na República do Chile.

Ontem, ainda, num diálogo com o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, recordamos o papel de Sérgio Vieira de Mello. E ele expressou a opinião de que Sérgio Vieira de Mello, se vivo, hoje, possivelmente estaria até sendo cogitado para ser o secretário-geral da ONU.

Isso me faz lembrar que, ainda há pouco, a Senadora Ana Amélia falava da crise no Oriente Médio entre Palestina e Israel. Eu acho que pessoas como Sérgio Vieira de Mello e nós, brasileiros, como, muitas vezes, têm ressaltado o Presidente Lula, a Presidenta Dilma, por termos a boa convivência entre pessoas de todas as origens no Brasil, podemos desempenhar um papel fundamental para que sejam superados esses conflitos, que já duram décadas, séculos, se não desde o que está registrado na Bíblia sagrada, no Antigo Testamento.

Mas, se, tendo vindo de tão longe e chegado aqui, no Brasil, os árabes, palestinos, judeus, iranianos podem se dar tão bem nas nossas instituições, nas universidades, nos hospitais, no Saara ou lá na 25 de Março, então, por que não lá, na sua terra de origem?

Eu acho que o senhor, como representante do Brasil na ONU, terá um papel fundamental de procurar ajudar nos propósitos daqueles como o próprio Secretário Ban Ki-moon, que tem ali realizado um esforço muito grande para que se efetive o cessar-fogo, agora, nessa recente guerra entre Israel e a Palestina,

também para que não se desenvolva uma guerra que, potencialmente, a toda hora se pensa que pode vir a acontecer, com uso de armas nucleares, seja de Israel, eventualmente do Irã ou de outros lugares do mundo.

Então, acho que o senhor vai para um posto de extraordinária relevância e, certamente, por causa da sua bagagem, foi escolhido para essa função.

E agradeço se, complementando as observações da Senadora Ana Amélia, puder nos dizer em que medida o seu trabalho na ONU terá um papel importante nessa direção de colaborar para a realização de efetiva paz e superação de conflitos, em especial no Oriente Médio.

Também gostaria de lhe fazer umas perguntas.

Representantes do Greenpeace, tendo em vista a sua presença, sugeriram que eu lhe formulasse duas questões relacionadas ao tema do meio ambiente, das questões temáticas:

Em que medida considera importante o Brasil investir em novas energias renováveis, como a solar e a eólica, e não priorizar tão grandes investimentos em hidrelétricas como aquelas que possam ter grandes impactos socioambientais, a exemplo da Belo Monte?

E a outra questão é sobre a proteção dos oceanos, pois, no final da Rio+20, os países se comprometeram a entrar em acordo sobre as regras de proteção das águas profundas nos mares. E como o Brasil é protagonista neste tema em termos de negociações internacionais, como é que V. Exª considera que o Brasil possa dar passos nessa direção?

Eu gostaria de informar ao Embaixador Georges Lamazière que aqui encaminho ao Presidente, Senador Fernando Collor, e já apresentei um requerimento, ontem, ao Presidente do Senado, que me autorizou a fazer viagem sem despesas para o Senado Federal, para representar o Senado brasileiro, com outros Senadores também, na 28ª Assembleia Ordinária do Parlamento Latino-Americano, que se dará amanhã e sábado no Panamá. Mas como tenho um compromisso importante em São Paulo amanhã, só poderei ir na madrugada do sábado, para chegar e participar da Assembleia no sábado, onde, juntamente com parlamentares da Venezuela, do Equador e do Uruguai, apresentarei aquilo que já foi objeto das reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos, nos encontros que eu aqui já relatei, mas agora para a Assembleia do Parlatino, para apresentar o Projeto de Lei Marco da Renda Básica para os 27 países da América Latina e do Caribe.

Então, encaminho ao Presidente, para registro nesta reunião, o convite referente à minha viagem, que se dará, portanto, no sábado.

Quero transmitir ao Embaixador Georges Lamazière que eu o tenho acompanhado muito. Estive no Chile algumas vezes, inclusive em diálogos na Cepal relativamente aos programas de transferência de renda, que, no Chile, como no Brasil, têm tido um desenvolvimento muito significativo. Sobre esse tema, eu gostaria de poder continuar a colaborar com o parlamento e com o governo chileno, pois ali há muitos que se interessam pela proposição da renda básica incondicional.

Eu gostaria de lhe perguntar: na medida em que mais países estão vindo a participar do Mercosul – li, nesses dias, que a Bolívia tomou a decisão pelo menos de procurar ingressar também no Mercosul e acho que o Chile é um dos países que colaboram com o Mercosul –, qual é a possibilidade de, efetivamente, o Chile ingressar no Mercosul? Assim, o Chile se juntaria, portanto, ao Brasil, ao Uruguai – quanto ao Paraguai, a questão ainda está pendente, mas aquele país deverá voltar ao Mercosul –, à Venezuela e à Bolívia, que está para entrar no bloco. Possivelmente, o Chile fará o mesmo, bem como outras nações da América Latina.

Agradeço-lhe se puder nos informar sua visão a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Passo a palavra a S. Exª a Srª Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Presidente Collor.

Eu vou ser muito sintética, mesmo porque não tive a oportunidade de ouvir as explanações iniciais tanto do Embaixador Georges quanto do Embaixador Figueiredo.

Quero dizer que, neste momento, nós esvaziamos, Presidente Collor, a Comissão de Educação e a Comissão de Assuntos Econômicos, onde está o Ministro Mercadante, relatando questões relativas ao Plano Nacional de Educação. Nós estamos todos aqui, e ele está lá, com dois Senadores, devido à importância deste momento. Eu queria pelo menos participar do final do debate em relação à indicação de S. Sªs.

Primeiro, quero dizer da minha alegria de ver a indicação do Embaixador Georges para o Chile.

Quero lhe desejar que tenha uma boa estada e que consiga fazer com que as relações entre o nosso País e o Chile possam se ampliar, não só as relações comerciais, mas também as relações políticas e culturais, devido algumas similaridades que há entre uma e outra nação.

Em relação ao Embaixador Figueiredo, quero cumprimentá-lo pelo novo posto que, não tenho dúvida, o senhor vai ocupar. Quero dizer que, nos últimos anos, fui testemunha da sua ação representando a

diplomacia brasileira. O senhor tem sido não só um importante negociador para o Brasil nas conferências relativas ao meio ambiente e às mudanças climáticas, mas também uma pessoa muito importante para o mundo. E digo isso não por ter obtido informações através da imprensa, mas por ter acompanhado a maioria das convenções das Nações Unidas sobre mudanças climáticas. Repito: acho que o senhor chegará à ONU com muita autoridade, com a autoridade de quem construiu uma posição de negociador muito importante para o Brasil e para o mundo.

Então, quero desejar também ao senhor, Embaixador Figueiredo, que tenha muito sucesso, representando o nosso País, a nossa gente, o nosso povo, diante das Nações Unidas. E repito: o senhor construiu o caminho para chegar a esse posto tão importante que ocupará, não tenho dúvida, e o fará com toda a competência que demonstrou em todas as funções que o senhor coordenou nos últimos tempos. A Conferência Rio+20, apesar de os resultados não terem sido tão efetivos como o mundo esperava, foi uma Conferência extremamente vitoriosa. Não tenho dúvida alguma de que nós estamos construindo um novo mundo, e o senhor tem sido uma parte muito importante nessa construção, nesse processo, que não é simples, que é extremamente contraditório e extremamente difícil. Mas o senhor tem demonstrado a sua capacidade durante esses anos todos. Parabéns!

Desejo ao senhor e ao Embaixador Georges Lamazière sucesso diante desses novos grandes desafios. Obrigada.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Agradeço a S. Exª a Senadora Vanessa Grazziotin.

Antes de passar a palavra a S. Exªs os Srs. Embaixadores indicados para a representação permanente do Brasil nas Nações Unidas e para a República do Chile, eu gostaria de colocar à deliberação das Srªs e dos Srs. Senadores a moção de pesar aqui apresentada por S. Exª o Senador Eduardo Suplicy, em razão do falecimento do jornalista Joelmir Beting.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovarem essa moção de pesar apresentada por S. Exª o Senador Eduardo Suplicy permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A moção, que é de autoria de S. Exª o Senador Eduardo Suplicy, passa a ser uma moção de pesar da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que será encaminhada à família do jornalista Joelmir Beting.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

E agora passo a palavra, para oferecer respostas às demandas aqui formuladas pelos Srs. Senadores, a S. Exª o Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de responder as perguntas a mim formuladas, e desde já agradeço as perguntas feitas.

Eu quero dizer ao meu Professor e Senador Cristovam Buarque que agradeço, até em nome dos meus colegas, as referências ao fato de que os diplomatas são muito bem formados. Eu acho que eles são bem formados se o forem, porque contaram com professores como V. Exª nas bancas do Rio Branco, que hoje está sob o comando do meu colega Georges Lamazière. Eu agradeço... Não tenho palavras para agradecer as suas referências.

Eu gostaria de me ater à substância do que foi perguntado.

Em parte da minha exposição, eu disse algo, e fico muito feliz porque vejo que V. Exª concorda, que o multilateralismo é uma espécie de aperfeiçoamento das relações internacionais. Elas passam de uma coisa de vizinhança apenas, de um país com o outro, para preocupações de cunho global. Essa agenda dos problemas globais, do meu ponto de vista, é um aperfeiçoamento das relações internacionais. E a ONU incorpora profundamente a visão, pouco importa se somos grandes ou pequenos ou de que parte do mundo sejamos, de que temos que ter uma visão global, e não apenas olhar o próprio umbigo.

O senhor perguntou como um representante brasileiro representaria o Brasil quando o País continua a ser um emissor de gases de efeito estufa, não realmente o mais importante deles, em termos de quantidade, mas continua sendo um emissor. Eu diria que, caso seja confirmado, a minha defesa do País, a minha representação do País, passa necessariamente pelo fato de que o Brasil tem uma matriz energética absolutamente exemplar, no sentido de que mais de 80% da energia elétrica que nós consumimos vem de fontes renováveis. Isso é algo de que poucas pessoas se dão conta. Se o mundo tivesse uma matriz como a nossa, não haveria mudança do clima, não haveria aquecimento global. Portanto, eu representaria o País com a tranquilidade de estar representando uma nação, um país, um estado, um povo que está no caminho correto, que não é o vilão dessa história; ao contrário, é quem está fazendo a sua parte. Além disso, em Copenhague, nós claramente mostramos ao mundo que é possível apresentar compromissos voluntários

significativos, ambiciosos; compromissos que foram aprovados legislativamente pelo Congresso e transformados em lei.

Portanto, essa é a forma como vejo a representação do País nessa área de mudança do clima.

Como lidar, V. Exª perguntou, com os problemas globais?

Eu acho que a ONU entra numa nova fase, numa nova agenda, numa agenda em que o desenvolvimento sustentável é o centro das atenções, mas, mais que isso, é o fio condutor dos trabalhos. É impossível ir em frente se não houver um equilíbrio real entre desenvolvimento econômico, inclusão social e proteção ambiental. Já não se pode mais imaginar um mundo do tamanho que está, com a quantidade de pessoas que nele há, sem essa visão integradora das três dimensões do desenvolvimento sustentável. E é isso o que a Rio+20 trouxe para a nova agenda da ONU. E é nesses termos, como uma clara concentração na erradicação da pobreza, que a ONU irá enfrentar, do meu ponto de vista, os grandes problemas globais.

V. Exª diz muito bem: precisamos de uma revolução ou apenas de ajustes? Sim, precisamos de uma revolução no sentido do estabelecimento de padrões sustentáveis de produção e consumo. Aliás, na Rio+20, adotamos um programa decenal de produção e de consumo sustentáveis. É óbvio que isso passará sempre por uma ação do Estado, mas passará também por uma conscientização profunda da população, e essa conscientização de que a sustentabilidade na produção e o consumo são fundamentais para a sobrevivência da própria espécie humana em cima do Planeta, é essa visão que eu acho que a ONU começa a ter. Talvez já chegue um pouco tarde, mas está vindo com força. E esse, do meu ponto de vista, é o panorama novo para os próximos anos.

V. Exª se referiu a outros graves problemas, como tráficos: tráfico de armas, tráfico de órgãos, tráfico de pessoas, tráfico de animais silvestres, enfim. A ONU, sim, tem toda uma agenda de consideração dos chamados crimes transnacionais. São aqueles crimes que requerem fortemente uma cooperação internacional para a solução das causas. É o caso: em todo tráfico existe um produtor e um consumidor. Se os dois não conversarem, será impossível estancar esse tráfico, e é o que a ONU promove com grande afinco, com êxitos; com percalços, que são naturais, mas, sim, existe uma agenda bastante intensa nessa área.

V. Exª também se referiu à questão da proliferação das armas nucleares; e V. Exª lembra muito bem que existe, hoje, um monopólio de armas nucleares por alguns. Persiste esse monopólio.

E mais: fala-se muito na proliferação horizontal das armas nucleares, e eu tenho no meu colega Georges Lamazière um dos nossos grandes especialistas nesse tema. A proliferação horizontal das armas nucleares é preocupante sim, mas a proliferação vertical, com o crescimento dos arsenais, também é muito preocupante. Porque o mundo não está mais numa época em que essas coisas possam ser toleradas em nome de um equilíbrio global ou em nome de uma guerra fria, ou em nome de uma estabilidade armada. A proliferação tem que ser vista e, sim, exterminada em ambas as dimensões, horizontal e vertical.

V. Exª, por fim, toca na reforma de um conselho e de uma possível obsessão brasileira. Eu diria que nós estamos não com uma obsessão, mas é quase como se nós nos rendêssemos a uma realidade.

Vai haver uma reforma do conselho. Vai haver uma ampliação de membros permanentes. Não faz sentido o Brasil não estar. E nisso eu me reporto à parte da pergunta da Senadora Ana Amélia também. Não faz sentido nós não estarmos, pelas credenciais que nós temos.

O Brasil é um país pacífico, é uma sociedade democrática, é um país multirracial, multiétnico. É um país grande, influente regionalmente, é promotor de consensos. Nós temos todos os requisitos para estarmos no bojo e somos reconhecidos como tal por outros países. Não é porque fazemos proselitismo; é porque somos reconhecidos também como naturais candidatos. E se houver uma reforma – e haverá, é uma questão de tempo –, nós não poderemos nos furtar em assumir um papel internacional condizente com a dimensão do País – dimensão em todos os sentidos. É dessa forma que eu vejo.

E essa visão brasileira não é recente. É uma visão que perpassa vários governos e é uma visão, do meu ponto de vista, muito solidamente posta. É serena, ela não é algo estridente. Mas o Brasil tem que estar à disposição da comunidade internacional para assumir suas responsabilidades. É assim como eu vejo essa questão.

Entrando já nos comentários da Srª Senadora Ana Amélia, a questão da Palestina. Hoje nós estamos votando na ONU, e o Brasil é um dos copatrocinadores desse projeto de resolução que levará a Palestina ao *status* de Estado observador e não mais de entidade observadora. E esse nosso ativismo me remete ao fato de que o Brasil sempre esteve associado à questão de dois Estados na Palestina.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Exatamente. Com Osvaldo Aranha, que presidia

a Assembleia Geral da ONU, aprovou-se a Resolução 181, que criou os dois Estados. E isso há 65 anos, no dia de hoje. Então, nós estamos 65 anos atrasados em termos de a ONU reconhecer a Palestina como um Estado, não ainda como Estado membro – isso virá, naturalmente –, mas como um Estado observador, que é o mesmo *status* que hoje tem o Vaticano, que é o mesmo *status* que teve a Suíça até 2002, se não me engano, e é o *status* que tiveram vários países antes de ascenderam à *membresia* plena da ONU.

Eu acho que é, portanto, um dia a ser comemorado, porque é mais um passo na direção da paz e da convivência na região. Nesse ponto, concordo com o que disse o Senador Suplicy. O Brasil, talvez, seja um dos únicos países – é o único que me ocorre – em que convivem tão bem pessoas oriundas das mais diversas etnias e, seguramente, os da região: aqui, há judeus e mulçumanos convivendo harmonicamente, em paz. Esse é um exemplo mundial. Daí o papel que o Brasil pode ter, sim, no encaminhamento, na negociação da paz tão desejada na região. O Senador Suplicy me perguntou se eu veria isso como parte do meu papel, caso seja confirmado, e eu não tenho dúvidas disso. O Brasil, por suas características, tem de ser sempre um condutor, um catalisador de consenso, de harmonia, que refletirá essa mesma harmonia que existe entre os brasileiros oriundos de diversas origens.

Já entro diretamente, então, nas perguntas feitas por V. Exª.

Foram feitas perguntas ao senhor pelo Greenpeace, se não me engano. A primeira delas é esta: por que o Brasil não investe tanto em novas energias? Eu acho que, sim, o Brasil investe muito e bem em novas energias. Há uma série de exemplos que tornam isso muito claro. Tenho dados que mostram que, de 2010 para 2011, a produção de eletricidade a partir de fontes eólicas cresceu 75,8% de um ano para outro. Ela era de 2.176 megawatts, em 2010, e passa a ser... Aliás, ela era de 1.238 megawatts, em 2010, e passa a ser de 2.176 megawatts, em 2011. E, mais do que isso, essa não é uma coisa episódica. No plano decenal de expansão brasileiro, a oferta de energia de fontes eólicas até 2020 – portanto, é um prazo mais longo – deverá ser expandida em mais de dez vezes, o que mostra que há, sim, uma preocupação consistente do Governo em ampliar sua base energética, mas sempre buscando, cada vez mais, dar relevo às energias renováveis.

O mesmo pode ser dito no caso da energia solar. Basta citar o fato de que o programa Minha Casa, Minha Vida está usando fortemente a fonte solar para a geração de energia. Isso mostra a preocupação do Governo em criar e desenvolver uma escala de uso para essas fontes que, inclusive, as torne, no longo prazo, mais baratas.

Eu gostaria, então, de abordar a questão seguinte, a questão da proteção dos oceanos. O que eu pretenderia fazer nessa área?

A Rio+20 determinou que a ONU negociasse um novo acordo para a proteção dos recursos vivos marinhos nas áreas além da jurisdição nacional, portanto nas águas profundas, no alto-mar. Essa é uma lacuna que ficou na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. E essa lacuna, sim, tem que ser preenchida, porque não faz sentido que se parta agora para uma exploração simplesmente predatória de recursos do alto mar, que, a rigor, pertencem a todos, e, portanto, não cabe apenas a alguns, aqueles que têm mais meios, se apropriarem livremente desses recursos. Até porque pesquisas mostram que nesses fundos marinhos há uma grande riqueza de recursos genéticos que podem vir a trazer benefícios à humanidade, especialmente na área de fármacos. Portanto, essa exploração tem que beneficiar a todos, e não apenas aos que lá chegarem antes. Essa não é uma corrida do ouro no velho oeste. Isso tem que ter uma regulamentação internacional. E, caso confirmando, não há dúvida de que me empenharei fortemente na negociação desse novo instrumento internacional que cubra completamente essa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Eu perguntaria aos Srs. Senadores se gostariam de fazer algum comentário.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ainda há tempo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Sem dúvida, Senador Cristovam Buarque. V. Exª tem a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É muito rápido.

Apenas um comentário, sem precisar de resposta, no caso do Embaixador Figueiredo, e, no caso do Embaixador Lamazière, uma consulta que não tem a ver com o Chile. Se achar que não é conveniente o momento, não tem problema.

Em relação à ideia do multilateralismo e deste mundo novo que está surgindo, até há pouco tempo, um embaixador do Brasil – não estou citando nenhum, conceitualmente – lutava pelo direito de poluir. Nós precisamos agora de embaixadores que lutem pela necessidade de o mundo não poluir. É uma diferença muito grande entre o diplomata tradicional, na defesa de seu país, como dizem os franceses, *à outrance*,

ou seja, até onde for, e daquele que percebe que está em um condomínio fechado. Não é mais o tempo de lutar apenas pelo direito de fazer o que os outros já fizeram, mas sim pela necessidade de que se pare de fazer algumas coisas.

Sobre o Minha Casa, Minha Vida, que usa solar, é fato, mas eu lamento que a gente esteja usando solar baseado em tecnologias estrangeiras, porque não desenvolvemos plenamente as nossas.

Existe um livro, Presidente Collor, que eu recomendo muito ser lido. Chama-se *The New New Deal*, sobre o governo Obama, escrito por um jornalista que não é favorável a ele, mas o livro mostra a economia do Obama como algo muito favorável. E o primeiro item é energia. Das quatro pilastras do Obama, quando foi candidato, a primeira era energia. E ele põe lá a importância do solar. Agora...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É. Solar, eólica...

Agora, Embaixador Lamazière, eu aqui venho falando de uma ideia, há alguns dias, que não faz sentido. Eu sou um tremendo admirador do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), faço parte inclusive de um bloco local de apoio. As relações internacionais estão ficando tão importantes que eu acho, Presidente Collor, que a gente precisava criar um ITA de relações internacionais. Apesar de que as universidades estão fazendo seu trabalho, eu acho que a gente precisa ter um centro, um lugar, que poderia ser o próprio Rio Branco, dedicado, com os melhores nomes do Brasil, a pensar as relações internacionais. Obviamente, faz 50 anos que o Montenegro criou o ITA. Era uma escola, hoje, tem que ser em rede também. Hoje, não pode ser um local físico, é uma rede.

Mas eu queria ouvir a sua opinião, como Diretor do Instituto Rio Branco, se não está precisando de um órgão como esse. E lembre-se que o ITA fica no Ministério da Defesa. Esse instituto ficaria no Ministério das Relações Exteriores, usando o conhecimento das universidades, mas como uma coisa mais ligada ao próprio trabalho das relações internacionais no mundo global que estamos construindo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Cristovam Buarque pelas suas considerações.

Passo a palavra ao Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado. Em seguida, a S. Exª o Sr. Embaixador Georges Lamazière.

Tem a palavra o Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

O SR. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito rapidamente, eu não posso concordar mais com V. Exª. Não há que se pensar mais em defesa de um direito egoísta de poluir. Ao contrário, há que se defender o direito de todos, o direito coletivo de se ter um mundo sustentável. Isso, sim.

Essa é a visão que nós tivemos na Rio+20 com a adoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Era essa a ideia; o que o mundo precisa, quais são as metas. Não mais metas nacionais. Essa não é mais a visão. Essa foi a visão dos objetivos de desenvolvimento do milênio. Agora, não. Quais são as metas globais para que o mundo seja sustentável, e aí vamos ver o que cada um fará.

Nós temos não que defender egoisticamente interesses de curto prazo, mas, sim, fazer o que estamos fazendo hoje, que eu acho que é liderar pelo exemplo; é fazer benfeito. Ao crescer, não crescer a qualquer custo, mas crescer com sustentabilidade. Acho que essa tem que ser sempre a visão, e isso é o que, caso confirmado, eu levarei para a minha missão em Nova York.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado.

Com a palavra S. Exª o Embaixador Georges Lamazière, indicado para a República do Chile e oferecendo respostas às perguntas formuladas pelas Srªs e pelos Srs. Senadores.

O SR. GEORGES LAMAZIÈRE – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Com licença. Pela ordem, Sr. Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Não estou mais querendo indicar embaixadores que não sejam de carreira diplomática. De qualquer maneira, estou na fila!

Eu queria fazer uma observação breve. Primeiro, a respeito desse tema crucial para nós, que continua, que é o desenvolvimento *versus* a questão da poluição. Acho que há uma contradição terrível nesse debate.

Eu tenho em mente que a questão do desenvolvimento, da distribuição da riqueza e da qualidade de vida tem que estar associada. Não é a questão do meio ambiente adequado, do meio ambiente muito bom; o meio ambiente vai estar muito bem preservado, muito cuidado, e o povo na miséria. Então, esse meio ambiente é terrível. Portanto, nós temos que encontrar o caminho adequado que garanta o nosso desenvolvimento.

E, querendo ou não, a questão nacional continua como peça fundamental para alcançar esses objetivos.

Caso contrário, nós não vamos conseguir, se a gente não se desenvolver.

Agora mesmo, na sala vizinha, nós estávamos discutindo esse objetivo do desenvolvimento, que é o problema da educação de qualidade. E usar a riqueza ainda de um produto bastante poluente, que é o petróleo, para a educação; como destiná-lo para a educação, para que, formando bem o povo, a gente tenha cada vez mais preservação do meio ambiente.

E a questão da energia. Vejam o problema: o Brasil tinha uma fábrica nacional de motores, na década de 50. Nós liquidamos. Nós estávamos construindo motor brasileiro naquela época, e isso podia ser feito tranquilamente. Não havia amarra para isso. Não há um motor brasileiro circulando no mercado, que, *per capita*, hoje, é um dos maiores compradores de automóveis do mundo, que é o mercado brasileiro. Não há um motor brasileiro. Nós não transformamos em montadoras de automóveis. A tecnologia que está embarcada é toda importada. Só monta aqui. Tudo é importado.

Então, qual é o problema? Nós temos motor, gente! Quer dizer, o curso de Mecânica de Máquinas da Universidade Federal do Ceará desenvolveu um motor. Várias universidades nossas desenvolveram motores; motor à explosão e motores elétricos. Nós temos motores elétricos desenvolvidos no Brasil. Qual é o problema? O problema é convencer esse mercado e esses mercadores nacionais de que eles podem construir uma empresa de automóveis no Brasil; não é coisa fácil.

Estive há pouco num seminário sobre energias renováveis, lá no meu Estado, porque fomos dos primeiros a produzir energia eólica no Brasil em termos comerciais. E hoje o Rio Grande do Norte está praticamente empatado com o Ceará em termos de produção de energia eólica. Mas produzindo energia eólica ali, nós passamos a debater a energia solar.

Nós importamos todas as placas na produção de energia solar. Nós temos placas desenvolvidas no Brasil. Por que não se produz? Então, cheguei a um dos grandes importadores nossos e ele disse: "Nós não produzimos no Brasil porque é melhor comprar uma placa chinesa, uma placa coreana, que são produzidas numa escala brutal, do que desenvolver aqui a minha produção local, que vai começar com o mercado brasileiro, depois o mercado da América do Sul etc. Então, eu não estou disposto, embora o País tenha a tecnologia."

Nós temos a tecnologia, e de qualidade. Então, digamos que nós vivemos esse embate no mundo que vai dar essa passada. Concordo absolutamente com o Senador Cristovam: o mundo vai dar essa passada do problema da energia. E nós temos que, nos foros internacionais e, especialmente na América do Sul – nós estamos aqui inseridos num mercado que vai estar em conjunto... E vejam que estamos aqui discutindo dois embaixadores, um que está na América do Sul e outro que vai para as Nações Unidas, que é um ponto chave dos dilemas deste mundo atual. A turma está crescendo, vai se desenvolvendo, e nós não podemos olhar acima da linha do Equador e considerar que todos vão avançar e que nós vamos ficar para trás. Então, esse é um problema que considero muito importante para o Brasil, considerando que nós temos, sim, tecnologia; os nossos cérebros estão atuando. Está certo?

Eu estou aqui com uma peça publicitária da Embraer, que foi entregue para os Senadores, do KC-390. Isso é desenvolvimento. Esse velho Marechal Montenegro não brincou, não. Ele não fez só o ITA, não. Ele fez a Embraer também. Isso foi obra do Marechal Montenegro. E ele ainda não foi muito bem reconhecido, não, o Marechal Montenegro. Nós devemos começar pelas Nações Unidas a fazer homenagens ao Marechal Montenegro, até chegar aqui, ao Brasil. Porque ele foi para lá. Ele foi até o MIT porque queria levar os cérebros nossos todos para se formarem lá. E um professor do MIT foi quem disse que ele tinha que fazer isso no Brasil. E foi assim que ele fez o MIT nosso, que é o CTA, com os seus institutos, formando gente de alta qualidade que está produzindo tecnologia.

Agora, quem vai pegar a tecnologia que nós desenvolvemos e transformar em produtos concretos entregues à população? Esse que é o problema central nosso. Acho que nós temos que vencer essa etapa que o Brasil ainda não conseguiu e nós podemos aproveitar muito com as nossas representações no exterior. E se o Itamaraty voltar a indicar ministros que não sejam da carreira para as embaixadas, eu estou aqui à disposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Inácio Arruda.

E ali está a maquete do KC-390, a que V. Exª se referiu, que é um produto brasileiro que está agora sendo fabricado pela nossa Embraer e que vai substituir os nossos Hércules, que estão há quase 50 anos prestando serviços à Força Aérea Brasileira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Exatamente. E também tem a questão do Gurgel, do Ceará.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Gurgel e Troller. Quer dizer, o Gurgel, eles liquidaram, digamos assim. E a Troller, depois de um soco na

mesa, o Presidente da República convenceu que os americanos podiam comprar, mas não podiam fechar. Por isso é que existe até hoje.

Hoje a Troller já é uma empresa americana. No Brasil, mas é uma empresa americana.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, mais uma vez, a S. Exª, o Senador Inácio Arruda.

E agora, Sr. Embaixador, com as minhas escusas pela interrupção, V. Exª tem a palavra.

Embaixador Georges Lamazière, indicado para a República do Chile, oferecendo suas respostas às indagações formuladas.

O SR. GEORGES LAMAZIÈRE – Obrigado, Sr. Presidente.

Queria começar tentando oferecer respostas às perguntas do Senador Cyro Miranda, meu relator. Foram basicamente três perguntas, uma se referia à questão do IDH elevado do Chile e se haveria algo a ser copiado como modelo; outra, à comparação das diferentes formas de inserção na economia e no comércio internacional – o Chile optou por uma multiplicidade de acordos bilaterais e o Brasil, pela integração, sobretudo, apesar de também ter acordos bilaterais obviamente, e focou fortemente no Mercosul; e a pergunta, um pouco corolário dessas, é se o Chile poderia vir a integrar o Mercosul, pergunta, aliás, também feita pelo Senador Eduardo Suplicy.

A primeira coisa que eu diria é que as três questões têm um fundo comum: a questão do modelo, se temos o que ganhar copiando um ao outro ou nos aproximando, e também a questão das semelhanças e diferenças. Obviamente são dois países muito diversos, em termos de tamanho, escala, geografia, inserção geográfica. A história, evidentemente, apesar de pontos comuns, determinou o encaminhamento para modelos muito diversos.

É claro que andei lendo um pouco a história até mais antiga do Chile – interessei-me pelo assunto –, e se vê, por exemplo, que essa questão de Pacifico, que se fala muito hoje e que, é claro, é importantíssima... O Chile já era um grande exportador para a Austrália, no século XIX. Para o Brasil, a Austrália é, literalmente, o outro lado do mundo. Estávamos em contato com a Europa, com a África.

Então, essa determinação geográfica, a escala do País, a complexidade da economia determina opções. Eu acho que essas opções são, em grande parte sociais, coletivas do País.

O Senador Inácio Arruda agora falava de tecnologia, começou por um aspecto de certa maneira pessimista e acabou otimista pela Embraer. Eu estava pensando, justamente, que a Embraer é um grande exemplo de um projeto brasileiro que atravessa vários governos, começa no militar, passa pela democracia. É um projeto brasileiro.

Acho que uma constante no comportamento brasileiro, apesar de todas essas ressalvas, é uma forte dose de aposta no mercado interno, na industrialização, que são muito nossas pela escala do País, pelo tamanho do País. O Chile é uma cultura basicamente exportadora. É um país em que o comércio exterior ocupa parcela muito maior do PIB do que no Brasil, três vezes maior, aproximadamente, e optou por um modelo que para eles é muito exitoso, eles não têm nenhuma queixa do modelo para o país. O Brasil optou por outro modelo mais adequado as nossas características.

Então, temos excelentes relações, mas seria difícil, talvez, que cada um de nós mudasse muito o modelo na direção do outro.

Questão corolário dessa: o ingresso do Chile Mercosul. A preliminar é que isso depende da decisão do Chile. Não caberia a mim fazer prognóstico ou avaliação se interessaria ao Chile ou se há essa previsão. Mais concretamente, na verdade, as relações Chile/Brasil, Chile/Mercosul já são regidas por um acordo de cooperação econômica, o nº 35. O Chile é um Estado associado do Mercosul. A questão é se ele viraria um membro pleno. Ele já é um Estado associado do Mercosul, já tem um acordo de complementação econômica pelo qual, praticamente, 97% da pauta já é liberada, e a prova disso é que o Chile é o segundo maior parceiro comercial na América Latina, não é nem na América do Sul, é na América Latina.

As diferenças de modelo, então, eu diria que são um pouco fruto de opções históricas, coletivas. O modelo chileno começou no regime autoritário e atravessou o retorno à democracia e vários governos diferentes – Democrata Cristão, Socialista, ambos da Concertação, e agora um governo de outra orientação –, mas a parte econômica manteve-se bastante semelhante, com mudanças em outras áreas, claro. Acho que os dois países têm personalidades e opções econômicas muito claras e, ao mesmo tempo, um comércio muito intenso. Isso não chega a ser, e não será de modo algum, um óbice a uma maior aproximação comercial e ao benefício mútuo. Isso eu diria. Claro, as diferenças tarifárias também entre o Chile e o Mercosul tornam a questão complicada.

Só para mencionar em relação ao IDH e as diferenças entre o Brasil e o Chile, devo dizer que, apesar de um IDH muito alto e entre outras coisas... Sem que eu tenha pesquisado o tema historicamente, é claro – e também são heranças históricas –, Chile, Argentina, Uruguai tinham, historicamente, melhores sistema de educação e saúde e o Brasil ao contrário. Relativa-

mente, o Brasil está melhorando muito, embora esteja longe de ser o que a gente gostaria, mas talvez haja heranças históricas que facilitaram isso. Agora, deve-se dizer que o índice de Gini do Chile é pior que o do Brasil. Quer dizer, a desigualdade é maior no Chile – é 52,1%, data de 2009, enquanto que, no Brasil, é de 51,9%, data de 2011. Quer dizer, vê-se que estamos próximos, mas ainda estamos um pouco melhor, apesar do IDH elevado, não é?

Agora, passaria às perguntas da Senadora Ana Amélia e eu diria mais do que perguntas propostas de trabalho, que eu assumo com muito prazer e muito interesse. O primeiro seria de uma cooperação sanitária. Imagino que o Chile tenha avanços nessa área; consegue colocar os seus produtos nos maiores mercados do mundo, mais desenvolvidos, pela mesma razão: essa opção exportadora, essa concentração também em alguns produtos, como vinhos, frutas e salmão. Salmão é um item importantíssimo da pauta, até com o Brasil.

Então, eu já me disponho a me colocar à sua disposição e aos Estados interessados para fazer essa aproximação. Será mais um item a colocar na minha pauta de trabalho. Agradeço muito. Isso eu dizia antes, ou seja, o projeto de trabalho é só uma espécie de planta geral e os aportes que vão surgir, do nosso Congresso, do congresso chileno e dos setores empresariais, serão muito importantes.

A outra questão, talvez até a mais prazerosa, seria a questão vitivinícola E nós conversamos, ontem, privadamente, numa visita que eu fiz à Senadora, acho que é um campo que me parece interessantíssimo. E o embaixador que lá está, o meu antecessor, já desenvolveu os primórdios dessa aproximação. E eu espero aprofundar, buscando também um interesse do setor vitivinícola chileno, que é muito presente, no mundo inteiro, nós todos sabemos .Eu fui cônsul do Brasil, em São Francisco, e eles têm mil acordos com grandes vinícolas americanas, californianas. Seria muito importante desenvolver... Então, tomo isso também como mais uma proposta de programa de trabalho muito interessante e que eu adoto com muito prazer.

O Senador Eduardo Suplicy perguntou duas coisas, mencionou dois aspectos. Um eu já respondi, que é a questão do possível ou não ingresso do Chile como membro pleno, já é membro associado, do Mercosul. E a outra questão é a questão da renda básica e uma aproximação com o Chile nessa matéria. Como eu disse na minha exposição, o Chile tem importantes programas sociais. Tem a mesma prioridade que o Governo brasileiro, que o Estado brasileiro dá à inclusão social. Eu acho que vai ser um terreno de grande possibilidade de cooperação. No momento, o Senador não estava, mas eu pretendo, combinei com ele entrar em contato para, inclusive, organizar visitas dele ao Chile para aprofundar esse trabalho.

A outra pergunta que me foi feita pelo Senador Cristovam Buarque me dá muito prazer porque fala um pouco do meu trabalho atual. É mais fácil sempre fazer o trabalho que a gente já fez do que o trabalho que a gente vai fazer. Estou há três anos no Rio Branco. Acho muito interessante a pergunta. Não vou me furtar de modo algum a responder, responder de duas maneiras. Eu não conheço bem o ITA para dizer o que seria o ITA das Relações Internacionais. Agora, o Rio Branco já é um pouco Academia de Agulhas Negras ou algo a mais para o Estado. Quer dizer, é ele que forma, hoje, os diplomatas brasileiros. Nós temos mais dois órgãos no Itamaraty, a Funag, a Fundação Alexandre Gusmão, presidida pelo nosso amigo comum, o Embaixador José Vicente Pimentel; temos o Ipri, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, que são mais abertos para a sociedade, para outros Ministérios, para o Congresso também, para a organização de seminários e cursos de uma forma mais, vamos dizer, flexível. O Rio Branco, no momento, mas claro que isso pode mudar, a ideia é muito interessante, muito tentadora, não caberia mais a mim, mas ao meu sucessor, e se isso interessasse ao nosso Ministro, ao Ministério, parece uma ideia tentadora, mas seria para o futuro. No momento, o Rio Branco já tem uma tarefa bastante difícil, que é a seleção anual, entre 10 mil candidatos, daqueles entre 30, em anos normais ou em anos de expansão, 100, 80 por ano, quando há uma lei do Congresso que permita essa expansão, e formá-los para serem diplomatas brasileiros. Essa tarefa, para ela nós estamos preparados. Nós temos os recursos financeiros, o espaço físico, os recursos humanos apropriados. Uma coisa mais ambiciosa teria que seguramente ser feita em parceria com universidades, como o senhor mencionou. Mas eu acho uma ideia interessante, claro. No momento, nós já somos um pouco o ITA do Itamaraty, mas só fornecemos quadros, em uma quantidade relativamente reduzida, para o Itamaraty. Devo dizer, de outro lado, que eu acho que o movimento de criação e desenvolvimento de escolas de relações internacionais, no Brasil, inclusive a UnB, da qual V. Exª foi reitor, tem um excelente curso de Relações Internacionais, o Irel, que, aliás, coopera muito com o Rio Branco, cede-nos professores, membros de banca, orientadores de teses... A UnB e diversas faculdades públicas e privadas têm excelentes cursos de Relações Internacionais que já formam os funcionários, os profissionais, digamos, que irão para outros Ministérios e para as empresas privadas. Mas tomo nota da sua ideia e gostaria muito de conversar com V. Exª a respeito.

Creio que esgotei as perguntas. Só queria aqui comentar, em relação ao Senador Inácio Arruda, que contribuí com a tecnologia nacional: fui proprietário de um Gurgel. Acreditei, também, na nossa tecnologia nacional.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Nós estamos, também no Ceará, com a primeira empresa de energia solar em caráter comercial, no Município de Tauá. Infelizmente, com placas todas importadas, mesmo sabendo que nós temos placas brasileiras de alta qualidade. Veja como são as coisas. Mas está produzindo em caráter comercial. Estamos com uma experiência, em Paracuru, com a energia de maré. São as buscas para a gente dar o nosso salto. Espero que a gente conte com os empreendedores para a gente alcançar esse objetivo.

Ofereço a V. Exª, quando estiver no Chile, uma boa tilápia produzida lá em nossos açudes.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado ao Sr. Embaixador George Lamazière, indicado para a República do Chile.

Pergunto se algum Sr. Senador ou se alguma Srª Senadora deseja fazer mais algum comentário.

Com a palavra S. Exª o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Perguntaria a S. Exª qual é o entendimento que tem hoje sobre o problema do Chile com relação ao Mercosul.

No início, quando a gente tentou criar o Mercosul, o Chile foi, talvez, um dos primeiros países que o Brasil procurou. Ele já tinha um grande desenvolvimento, tinha condições. Na verdade, o Chile terminou fazendo um acordo especial com os Estados Unidos. Não sei se foi o primeiro, mas na América sim. Eles têm um acordo especial, com tarifas especiais, fazendo com que o Chile não tenha nenhum interesse de mudar. É claro que o americano faz isso porque os Estados Unidos nunca tiveram interesse no Mercosul, boicotaram de todas as maneiras a criação do Mercosul. Com a Alca queriam fazer um mercado aberto no Mercosul para os países da América. Evidentemente, o americano seria o senhor absoluto. Ele lutou, inclusive tentou criar a Alca sem o Brasil, mas não foi adiante. Na verdade, não foi adiante.

Mas o Mercosul se ressentiu da falta do Chile. Entre todos, era o que tinha maior experiência de exportação, que estava com uma economia mais arranjada, tanto é que, entre os argumentos pelos quais o Chile se negava a participar do Mercosul, estavam as questões das tarifas, dos acordos. Não tinham como competir com o Brasil e com a Argentina, onde os juros eram muito mais altos, os impostos eram muito mais altos, as tarifas de transporte eram muito mais altas. Eles não encontraram condições de fazer isso.

Agora, está havendo uma ideia nova. Houve essa discussão. Não sei qual é a posição de V. Exª com relação à entrada da Venezuela. Muitos, inclusive, no Brasil eram contrários. O Congresso Brasileiro terminou opinando favoravelmente ao protocolo assinado. A Venezuela integra, hoje, o Mercosul. Se dependesse de mim acho que o próximo Presidente do Mercosul não deveria ser o Presidente da Venezuela. Agora seria a vez do Paraguai. Como o Paraguai, temporariamente, está afastado, entra um novo. Acho que o Paraguai, estando, temporariamente, afastado, podia recomeçar, para depois entrar a Venezuela, e não a Venezuela já entrar e, de saída, já ser presidente do Mercosul. De qualquer maneira, a entrada da Venezuela já está criando um ambiente. Bolívia, Equador e outros Estados independentes estão pensando em aderir ao Mercosul.

Eu sou daquelas pessoas que veem com muita simpatia o Mercosul. O Mercosul foi criado no governo Sarney. Foi um início muito difícil pela relação muito tensa que sempre houve entre o Brasil e a Argentina. Aquela história de que a guerra era inevitável. A bitola do trem no Rio Grande do Sul era estreita. Lá de Uruguaiana para a Argentina e Chile é bitola larga. No Brasil, de Santa Catarina para cima, é bitola larga. Só no Rio Grande do Sul é bitola estreita, porque a guerra seria inevitável. E sendo a guerra inevitável, se tomassem conta do Rio Grande do Sul não teriam facilidade para subirem adiante. Nós, principalmente do Rio Grande do Sul, muito mais do que qualquer outro Estado brasileiro, olhamos com muita simpatia o Mercosul. Achamos que a grande possibilidade de desenvolvimento ainda não andou, ainda não acrescentou.

Falo e repito agora: com a entrada da Venezuela, acho que o Paraguai vai voltar, é claro. O Paraguai fez uma coisa que acho que pouca gente se deu conta no mundo. O Paraguai deu o golpe de Estado pelo congresso nacional. Em vez de os generais derrubarem o presidente, fizeram uma reunião em 24 horas, no congresso, e depuseram o presidente, sendo considerado que a democracia continuava.

Nesse sentido, a entrada da Venezuela está trazendo junto a entrada do Equador, da Bolívia e de outros países que estão interessados. Por isso, acho que seria altamente positiva a integração de toda a América Latina. Não que só o Brasil vai se locupletar, mas toda a América vai se locupletar.

Um estudo muito interessante feito sobre os vários continentes, na hora em que analisa a América Latina, mostra que a América Latina tem praticamente tudo que necessita para ser um grande continente. Tem petróleo, minério. Há muita terra para agricultura. Tem água potável. Em vez de ser um continente que

está empatando ou perdendo da África, poderia ser um grande continente, com grande desenvolvimento.

Por isso, V. Exª que vai para um Estado que não vê com simpatia o Mercosul, como V. Exª vê o seu trabalho, as possibilidades? Como é que V. Exª vai encarar? Qual é a orientação para o Itamaraty com relação a sua ação, em se tratando de Mercosul, em Santiago do Chile?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Pedro Simon.

Sequenciando suas palavras, eu diria ao Embaixador Georges Lamazière que a questão do Mercosul em relação ao Chile, realmente, foi um momento de muita dificuldade e, ao mesmo tempo, de muita frustração, porque esse processo de integração, como foi colocado por S. Exª, o Senador Pedro Simon, iniciado por S. Exª, o Presidente José Sarney, e o Presidente Alfonsín, com a Declaração de Iguaçu, em 1985, foi secundado com o Tratado de Asunción, que criou formalmente o Mercosul. Naquela oportunidade, eu exercia a Presidência da República. Nós tínhamos muito interesse em que o Chile realmente fizesse parte desse bloco inicial fundador do Mercosul. Isso não foi possível em função das assimetrias muito fortes entre as economias brasileira e chilena – a economia chilena bem mais adiantada –, mas, sobretudo, porque já havia naquela ocasião um sentimento chileno – não sei se isso se espraia também por toda a sociedade chilena – de uma opção preferencial pelo Norte. Então, foi feito uma espécie de tratado de livre comércio com os Estados Unidos, com tarifas diferenciadas, como foi mencionado por S. Exª o Senador Pedro Simon.

Realmente acredito que seja muito difícil hoje nós termos o Chile como um membro pleno do Mercosul, até porque não sei se não existe nenhuma cláusula impeditiva nesse acordo assinado com os Estados Unidos. Entretanto, sem dúvida, seria muito importante, pois o Mercosul ganharia muita musculatura, caso pudéssemos ter o Chile como membro efetivo do Mercado Comum do Sul.

E agora, sim, Sr. Embaixador, mais uma vez, peço desculpas pela interrupção.

Com a palavra S. Exª o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Eu não encerrei toda a discussão que eu tinha que ter feito.

É interessante salientar que o diálogo com a Argentina não foi fácil. O Presidente da Argentina era muito seco, de difícil diálogo e o Ministro das Relações Exteriores, mais ainda. Então, o Brasil teve que se aproximar do Uruguai, do Presidente do Uruguai e do Ministro das Relações Exteriores daquele país, para fazer aproximação com a Argentina. E foi feito. Um aspecto que a história internacional conta e que é interessante é que, terminada a eleição, os dois que assinaram o Mercosul perderam as eleições: o Sarney perdeu a eleição no Rio Grande do Sul, no Brasil, e o Alfonsín perdeu a eleição na Argentina. Então, ficou aquela interrogação: "Mas até na Argentina?" Porque, na Argentina, tinha havido o rompimento radical. O Menen vinha da ala do Peronismo e o Alfonsín vinha da ala antiperonismo. No Brasil, também, porque o Presidente Collor se elegeu numa linha de Oposição ao então Presidente. E foi um espetáculo muito bonito o diálogo que fizeram os dois Presidentes que iam assumir, antes de assumirem. Assumiu o Presidente Collor. No outro dia, às 10h, marcou uma reunião com o Brasil e a Argentina, com os dois Presidentes, as duas Federações, e homologou, no primeiro dia do seu Governo, Mercosul, Brasil e Argentina. A gente imaginava o que iria acontecer, o que não iria acontecer, como é que iniciariam, quem é que falaria com o Presidente Collor. Não precisou de coisa nenhuma. Houve o entendimento e, no primeiro dia, o Presidente tomou posse e marcou: "Amanhã, às 10h, os dois Presidentes e as duas Federações confirmarão a instituição do Mercosul".

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Pedro Simon pela lembrança dos detalhes desse momento. Foi muito importante para a política externa brasileira e, sobretudo, para a construção da paz no Cone Sul, pois foi a partir da implantação do Mercosul que se partiu depois para o acordo de banimento de armas nucleares nessa parte do nosso subcontinente.

Então, foi toda uma sequência no bojo do processo de integração, que era tido como meramente comercial com o Mercosul. No seu bojo, ele trazia a mensagem da paz, ou seja, estamos nos integrando e estamos declarando alto e bom som que queremos viver em paz. Fim à corrida armamentista, banimento das armas da pesquisa científica nuclear com o fito de chegar à construção de artefatos nucleares e vivermos numa região desnuclearizada e em paz.

Agora, Sr. Embaixador Georges Lamazière, V. Exª tem a palavra.

O SR. GEORGES LAMAZIÈRE – Obrigado, Sr. Presidente. Só uma observação pessoal, eu estava na delegação a Foz do Iguaçu, como conselheiro, quando o senhor assinou os acordos, justamente com o Presidente Menem, na área nuclear, que marcaram esse fato tão importante.

Eu começaria dizendo sobre Mercosul, Chile, Brasil. Cada região tem vários formatos e várias organizações que se superpõem ou não. Eu servi na Dina-

marca como Embaixador, então um fenômeno curioso, claro, nem todo mundo nota, a Suécia é membro da União Europeia, mas não é membro da Otan; a Noruega é membro da Otan, mas não é membro da União Europeia; a Dinamarca é membro da União Europeia e da Otan, mas não é membro do Euro. Então, cada país escolhe como se vincular às organizações que se apresentam de acordo com a sua política nacional. Eles podem mudar, mas é uma questão que permite variações também na nossa área.

Na questão da América do Sul, devo dizer que hoje a organização que envolve todos os países da América do Sul é a Unasul. O Chile é membro da Unasul, foi o seu primeiro presidente. A Unasul é também um mecanismo de integração que reúne todos os países da América do Sul, Senador Pedro Simon, baseando-se na concertação política. Ela possui também um conselho de defesa, que permite também caminhar nessa direção da paz, da segurança regional, e tem também mecanismos de integração física. Todos esses corredores bioceânicos que mencionávamos antes estão também sendo tratados sob o âmbito internacional. Então, o Chile e o Brasil já são membros de uma organização que trata da integração de toda a América do Sul, que é a Unasul, que não existia na época da criação do Mercosul.

Outra coisa que precisa ser dita é que, além das diferenças de modelo, da tarifa muito baixa do Chile, que dificultaria uma integração, e do fato que cabe a ele decidir sobre isso no futuro, no momento o Chile integra a Aliança do Pacífico, que é uma outra organização com países que fizeram a mesma opção dos tratados bilaterais de livre comércio que são Peru, Colômbia e México. Isso, fazem questão de frisar sempre os chilenos, é uma organização de cunho puramente econômico e comercial, não tem outra missão além dessa. E a Unasul sim uniria todos os nossos países da América do Sul, na grande concertação política, na integração física, na questão do Conselho de Defesa.

Então, é assim que eu vejo a interação no momento entre essas várias organizações e as escolhas de cada país soberanamente decidido.

Como eu disse antes, apesar de o Chile ser apenas membro associado e não pleno do Mercosul, esse Acordo de Complementação Econômica 35 dá grande possibilidade ao Chile de entrar com seus produtos no Brasil e ao Brasil no Chile. O que faz com que, apesar de não ser membro do Mercosul, seja o segundo maior parceiro comercial na América Latina. Quer dizer, a não entrada no Mercosul não impede a intensificação do comércio e que seja o maior investidor sul-americano no Brasil e o Brasil o segundo maior receptor de investimento do Chile no mundo.

Então, as opções de cada país teremos que ver como vão evoluir, mas a cooperação comercial na área de investimentos está perfeitamente garantida e funcionando a todo vapor. No ano passado, tivemos em torno de 9 bilhões de comércio bilateral com o Chile. Este ano está caindo um pouco, até em função talvez de questões internacionais, estão comprando menos petróleo nosso, e nós menos cobre do Chile, está em torno de 7 bilhões até outubro e não deve chegar ao mesmo nível. Então, uns 15% a menos, mas é uma cifra considerável, maior, por exemplo, que o comércio com o México.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – S. Exª, Senador Pedro Simon, está satisfeito com a resposta? (*Pausa.*)

Então, agora, pergunto se algum Senador ou alguma Senadora falta votar? (*Pausa.*)

Não havendo mais quem falte votar, eu, de acordo com o disposto no inciso IV, no art. 52, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, declaro, a partir de agora, a reunião da Comissão transformada em secreta.

Solicito que permaneçam presentes na nossa sala de reunião os Srs. Srs. Senadores, as Srªs Senadores e os Srs. Embaixadores.

Designo S. Exª o Senador Cyro Miranda para atuar como secretário, de acordo com o art. 116, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal e indico S. Exª a Senadora...

(Iniciada às 10h, a reunião é tornada secreta às 12 horas e 36 minutos.)

(A reunião é reaberta ás 12 horas e 39 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – A reunião está reaberta.

Gostaria de declarar oficialmente que os Srs...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu gostaria de pedir que fosse registrado o pedido de urgência urgentíssima para esta votação uma vez que entendo que essa cadeia tem elos que, quando muito demorados, vão impedir que os outros Embaixadores também concluam o seu ciclo. Então, quando nós seguramos, não para nós aqui, mas fica demorada a votação final em plenário. Com isso, nós estamos, às vezes, causando empecilhos dentro do Itamaraty. Por isso, eu peço urgência urgentíssima.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – A solicitação de V. Exª, Senador Cyro Miranda, será atendida e, hoje mesmo, a partir das duas horas da tarde, essas duas mensagens estarão na Mesa Diretora do Senado Federal para que, se possível, hoje ainda, havendo quórum e com a aquiescência de S. Exª o Presidente do Congresso, o Senador José Sarney, possa ser colocado em votação a indicação dos Srs. Embaixadores.

Quero comunicar, então, oficialmente, que o Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado foi aprovado por esta Comissão para representante permanente do Brasil nas Nações Unidas e também S. Exª o Embaixador Georges Lamazière foi aprovado por esta Comissão para representar o Brasil na República do Chile.

Em nome de toda a Comissão de Relações Exteriores, eu parabenizo ambos os Embaixadores e desejo em nome de todos aqueles aqui presentes uma profícua e exitosa missão. Sejam muito felizes.

Muito obrigado.

Dando continuidade à nossa pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, de 2012 – Não Terminativo –

Prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira e dá outras providências.
Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação

Indico S. Exª Senadora Ana Amélia como relatora *ad hoc*, e passo a S. Exª a palavra para proferir o relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente, Fernando Collor, Srªs e Srs. Senadores, essa matéria já foi apreciada em várias instâncias na Câmara dos Deputados e vem à Comissão de Relações Exteriores não em caráter terminativo.

A faixa de fronteira, como todos sabemos, é uma das mais vulneráveis regiões brasileiras em termos de segurança, em virtude da sua dimensão e da pouca presença do Estado na maior parte dela. O novo paradigma de segurança – e eu estou já indo na análise – para a área passa, em grande medida, pela superação da necessidade de presença militar e, como sucedâneo parcial, pelo incentivo ao desenvolvimento econômico e urbanístico local. Nesse sentido, a resolução das questões de propriedade demonstra-se de sobeja ou grande importância, trazendo segurança jurídica, estimulando ambiente de negócios e, portanto, incentivando maior fluxo de investimentos nessas regiões de fronteira.

Com efeito, a juntada da documentação cartorial requerida não é empreitada simples e rápida, especialmente para produtores rurais. É preciso conferir prazo razoável aos interessados para que a lei tenha eficácia e alcance sua plena efetividade. Acompanhando o parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, entendemos que o prazo proposto no PLC, de 10 anos a partir da publicação da lei, desta vez será suficiente para que os produtores rurais especialmente providenciem a documentação exigida e para que o Incra consiga atender adequadamente todos os requerimentos apresentados.

Eu voto pelo exposto e faço isso em nome do titular, o Relator, Senador Sérgio Souza...

(Interrupção do som.)

... Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2012, por sua conveniência e oportunidade.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª Senadora Ana Amélia pela leitura do relatório, que coloco agora em discussão.

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A matéria segue à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 399, de 2011 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (*Lei de Diretrizes e Bases da educação*)*, para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.*
Autoria: S. Exª o Senador Roberto Requião
Relatoria: S. Exª o Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação com as emendas nº 02 e nº 03 – CRE, acatando parcialmente a emenda nº 01

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque, para proferir o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, antes de começar a fazer o relatório, eu quero dizer que há projetos que nós temos muita dificuldade em apresentar, conforme quem vai ficar

satisfeito ou não; e há outros que têm uma nitidez tão grande, mesmo descontentando a todo mundo. Esse é um deles. Não vai satisfazer, mas nós temos dezenas de milhares de jovens brasileiros – e alguns nem tão jovens mais – que fizeram seus cursos no exterior – um custo altíssimo, pessoal financeiro, familiar – e que voltam ao Brasil e não podem exercer a profissão. Ao mesmo tempo, sabemos que muitos desses fizeram cursos em universidades que não apresentam condições de permitir um bom profissional.

Hoje o tempo do processo é quase infinito, porque depende de uma universidade, depende de outra, depende de influências muitas vezes, e eles ficam sem poder exercer a profissão, e nós perdemos grandes profissionais. O que o Senador Requião quer, com o seu projeto, que não haja essa espera. Se ele trouxe um diploma, que ele seja revalidado automaticamente, o que é uma boa intenção, do ponto de vista de atender esses profissionais, mas é perigoso do ponto de vista de atender as necessidades e qualidades de que precisamos.

O que fiz foi manter a ideia de revalidação automática sem necessidade de as universidades fazerem a análise, mas só revalidar diploma em universidades reconhecidas pelo MEC. Então, o aluno que fizer um curso numa universidade reconhecida pelo MEC como de qualidade, ao voltar com o diploma, será reconhecido. Não tenho dúvida de que o MEC vai colocar Harvard como uma Universidade reconhecida, para o diploma de Harvard não vai ser preciso um périplo às vezes de anos, como acontece. Para outras o MEC não vai dar autorização, e os alunos que forem para lá já saberão disso.

Foi isso o que fiz, o que descontenta tanto aqueles que querem a revalidação automática, imediata, como aqueles que não querem que haja revalidação de diplomas estrangeiros, que querem manter o atual sistema de deixar a critério das universidades brasileiras, que muitas vezes não têm pressa, que muitas vezes, de forma corporativa, evitam revalidar bons diplomas.

Eu poderia até ler tudo aqui, mas, basicamente, é isso o que coloco no meu relatório, a aprovação do Projeto com uma emenda que diga que:

§4º Terão revalidação ou reconhecimento automático os diplomas de cursos presenciais de graduação, mestrado ou doutorado, expedidos por instituições estrangeiras de ensino superior em funcionamento regular cuja excelência tenha sido reconhecida pelo Poder Executivo.

§5º Assegura-se, também, o direito à revalidação ou reconhecimento automático àqueles que tenham cumprido a exigência expressa no § 4º, até a data de publicação desta lei.

Ou seja, aqueles que já são formados numa universidade reconhecida também terão o seu diploma reconhecido.

§6º O Poder Executivo, MEC, divulgará anualmente a lista os cursos e instituições de que trata o §4º.

Ou seja, o Ministério da Educação do Brasil divulgará anualmente uma lista de instituições cujos diplomas serão reconhecidos automaticamente.

Acrescente-se no segundo artigo: "A primeira edição da lista de que trata o §6º, ou seja, a lista dos cursos reconhecidos, deverá ser divulgada após 12 (doze) meses da publicação dessa lei."

Esse é o meu parecer, a aprovação com essas mudanças.

Creio que seria bom que o Senador Requião aqui estivesse porque talvez ele não esteja de acordo com isso. Não tive tempo de conversar com ele, mas, de qualquer maneira, está aqui o parecer que, creio, resolve o problema. Descontenta a muitos, mas acho que é o melhor em benefício dos interessados, respeitando os interesses brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Cristovam Buarque.

Coloco em discussão o relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Para discutir S. Exª, a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Queria elogiar o esforço do Senador Cristovam, que é o nosso mestre na área da educação. Foi reitor da Universidade de Brasília, Governador do Distrito Federal, e fez, com as emendas, um esforço grande de acomodar para não haver uma, digamos, fragilização de não haver critérios para uma revalidação total. Porém, penso, como o Senhor reconheceu, pelo brilhante relatório, que é uma matéria bastante complicada de aplicabilidade. Também gostaria de reconhecer a preocupação do Senador Requião em relação a esses jovens brasileiros que foram buscar condição de estudar porque não tiveram, não sei por que razão, condição de, no Brasil, fazer o curso em algumas áreas.

Recebi da Associação Nacional de Pós-Graduandos, que são estudantes brasileiros, universitários que estão na pós-graduação, uma sugestão que me parece extremamente pertinente, Senador, até porque é uma Casa democrática. A nota diz que os estudantes de pós-graduação estão unificados e mobilizados na entidade, junto com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e demais entidades integrantes da comunidade científica, para que sejam ouvidas pelo Senado, antes da votação final dessa matéria. Argumentam que a lei prevista não é suficientemente clara, deixando para posterior regulamentação do poder público a definição de como se-

riam validados automaticamente, não definindo sobre o processo de reconhecimento pelo MEC.

As suas emendas tratam de abordar isso, mas também, ainda, ficam algumas dúvidas das instituições de ensino superior estrangeiras. Não há dúvidas de que os benefícios existentes no intercâmbio acadêmico existem. Todos nós, agora há pouco, vimos também o trabalho do Ministro Aloísio Mercadante no programa do Governo de aperfeiçoamento dos nossos jovens universitários que vão para o exterior para um aperfeiçoamento profissional.

A Associação Nacional dos Pós-Graduandos, em seus fóruns de debate, tem sido defensora de programas de abrangência internacional. Contudo, a internacionalização deve seguir critérios muito bem definidos sob o risco de se afetar perigosamente a qualidade dos profissionais que aqui atuam. E, aí, eu lembro, Sr. Presidente, caro Senador Cristovam, o caso de uma área muito, digamos, delicada, que é a área da Medicina. Não estou aqui fazendo nenhuma defesa corporativa, não tenho procuração de ninguém para defender ninguém, mas eu tenho preocupação com o demandante do serviço da Medicina, no Brasil, que poderá ter as consequências de uma avaliação não adequada.

Portanto, eu gostaria de solicitar vistas do projeto para que a gente possa, antes da palavra final, ouvir as entidades citadas, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e, também, a própria Associação Nacional dos Pós-Graduandos brasileiros.

Essa é a minha posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Continua em discussão a matéria.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – V. Exª fala em ouvir na Comissão. Chamar para ser ouvido, na Comissão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Seria vistas ou audiência? Ou as duas coisas?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu quero dizer que eu procurei ouvir muitas entidades, mas é sempre bom ouvir mais. Não vejo nenhum problema. Esses jovens estão angustiados, na verdade, há anos. Não é por causa de algumas semanas ou meses que vamos piorar a situação. Além disso, podemos melhorar muito o projeto. Então, eu fico satisfeito com as vistas e buscar ouvir quaisquer. Agora, eu gostaria de incluir esses representantes dos alunos que desejam revalidação, para que eles sejam ouvidos também.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Perfeito. Eu acolho, Senador Cristovam. Como eu recebi aqui, agora, e considerei, digamos, procedente, na integralidade, essa manifestação da entidade, também penso que seja assim, mas gostei, sobretudo, da declaração de V. Exª. Esperar mais umas semanas ou meses é melhor, e ter uma solução de qualidade, do que apressar e a solução ser, digamos, inadequada para o interesse nacional, sobretudo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Totalmente de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu quero apoiar o requerimento da Senadora Ana Amélia, com o adendo já apresentado pelo Senador Cristovam. Se ela puder permitir que a gente subscreva o requerimento dela para a audiência, gostaríamos de fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Inácio Arruda. Então, ficam concedidas vistas a S. Exª Senadora Ana Amélia, e, ao mesmo tempo em que S. Exª Senadora Ana Amélia solicita vistas do projeto, ela sugere, também, que sejam realizadas audiências públicas, no âmbito desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para ouvir entidades que serão oportunamente elencadas neste requerimento, de acordo, inclusive, com o apoio oferecido a essa sugestão, pelo próprio Relator, S. Exª Senador Cristovam Buarque.

Então, ficamos aguardando o requerimento de S. Exª para a realização das audiências públicas, e a vista fica concedida a S. Exª Senadora Ana Amélia, pelo prazo regimental, de acordo com os atos normativos que norteiam os trabalhos desta Comissão.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 537, de 2012
– Não Terminativo –

Aprova o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum do Mercosul de nº 15/08, das Disposições Transitórias para Atualizar/Modificar e Implementar a Tabela de Equivalências Anexa ao Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico, acordada em 30 de junho de 2008, na cidade de San Miguel de Tucumán.
Autoria: da representação brasileira no Parlamento do Mercosul
Relatoria: Senador Cristovam Buarque
Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Cristovam Buarque para proferir o seu relatório.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o texto do Projeto de Decreto Legislativo nº 537, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

A Decisão ao Mercosul foi submetida ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 436, de 21 de julho de 2010, acompanhada de Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores.

Tendo em vista o que determina a Resolução nº 1, a mensagem foi apreciada, em primeiro lugar, pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que aprovou a referida Decisão.

Em seguida, em sua tramitação na Câmara dos Deputados, a proposição foi acatada pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania, sendo por fim aprovada no plenário da Câmara dos Deputados em 17 de outubro de 2012.

No Senado Federal, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional em 29 de outubro de 2012. Ou seja, faz apenas um mês, onde fui designado Relator.

O ato internacional destina-se, como alegado na Exposição de Motivos ministerial, a "habilitar a Reunião de Ministros do Setor Educativo do Mercosul a atualizar e/ou modificar o Mecanismo para a implementação do Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Fundamental e Médio Não-Técnico" e a aprovar, em caráter provisório, a Tabela de Equivalência de Estudos a ser aplicada na integração educativa.

Ainda segundo o informe ministerial, essas medidas de integração exigem adequação permanente dos seus mecanismos. Daí, o que estamos discutindo.

Na minha análise, Sr. Presidente, coloco apenas que o Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento, no qual se criava a Comissão Técnica, tem como objetivo:

> – estabelecer as denominações equivalentes para os diferentes níveis de ensino;
> – harmonizar os mecanismos administrativos;
> – criar mecanismos que favoreçam a adaptação dos estudantes no país receptor;
> – resolver as situações que não estejam incluídas nas Tabelas de Equivalências; e
> – zelar pelo cumprimento do Protocolo.

O Conselho aprovou esse mecanismo em 2006.

Ainda assim, tendo em vista o aumento da mobilidade estudantil e as reformas educacionais em implantação na região, verificou-se a exigência de adequação permanente dos mecanismos de integração educativa e procedimentos operacionais ágeis que garantam a aplicação eficaz do Protocolo.

Nesse sentido, em 2008, convencionou-se aprovar a decisão em análise, que habilita a Reunião de Ministros de Educação (RME) a atualizar e/ou modificar o Mecanismo, conforme se procura com esse acordo.

Para dar ainda maior agilidade ao procedimento, a Decisão 15/08 determina em seu art. 3° que a RME poderá, caso ocorram modificações nos sistemas educacionais dos Estados Partes, atualizar a Tabela de Equivalências.

Cuida-se, portanto, de uma Decisão de caráter singelo, mas de grande alcance por propiciar agilidade a uma sistemática de integração sobremaneira relevante para a comunidade do Mercosul nos aspectos de educação. A integração só se tornará realmente eficaz quando, além do domínio econômico e comercial, a convergência se operar nos ramos das atividades humanas básicas. O setor educacional merece destaque na busca de mecanismos que promovam a equivalência, o reconhecimento mútuo e o livre trânsito.

A presente Decisão CMC representa mais uma etapa neste arcabouço.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 537, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, pela leitura do seu relatório, que coloco agora em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

O Item 6 é o Requerimento nº 39, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de autoria de S. Exª, o Senador José Agripino, que me telefonou ontem e solicitou que fosse retirado de pauta este seu requerimento. Devo comunicar isso às Srªs e aos Srs. Senadores, porque o farei em seguida.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 39, DE 2012

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, art. 75 e seu parágrafo único, propomos a criação de comissão externa temporária, no âmbito dessa Comissão, composta por 3(*três*) *senadores, destinada a se deslocar em missão oficial do Senado Federal à Bolívia com o objetivo de visitar o Congresso Na-*

cional daquele País e a Embaixada Brasileira para avaliar a situação dos brasileiros e seus investimentos no País mencionado.

Autoria: Senador José Agripino

Observações:

Lido na Reunião de 22/11/2012.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Por fim, um item extraordinário.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores que a Comissão recebeu no dia 27 de novembro o Requerimento nº 1.007, de 2012, de autoria do Senador Humberto Costa.

O Ato nº 5, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional disciplinou a inclusão de requerimento para representar o Senado ou para exercer missão no exterior. Seu primeiro artigo inclui parágrafo único no art. 3º do Ato nº 2, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O referido parágrafo único tem a seguinte redação:

Parágrafo único. Poderão constar da pauta os requerimentos ou propostas para representar o Senado ou para exercer missão no exterior recebidos na Secretaria da Comissão até o final do expediente do dia anterior à reunião.

Recebido no dia 27 de novembro, a inserção desse requerimento em pauta está em conformidade com os atos que regem o funcionamento da Comissão. Assim, comunico a inclusão em pauta do Requerimento nº 1.007, de 2012, de autoria da S. Exª, o Senador Humberto Costa.

Não teve caráter não terminativo.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 1007, de 2012

Requer, com fundamento no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, a fim de representar o Senado Federal na 7ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da Humanidade, a realizar-se no dia 5 dezembro de 2012, em Paris, França, e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que se ausentará do País no período de 4 a 7 de dezembro de 2012.

Autoria: Senador Humberto Costa

Indico S. Exª, o Senador Cristovam Buarque, para relatar a solicitação feita no Requerimento nº 1.007, de 2012, de autoria do Senador Humberto Costa.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, trata-se de requerimento do Senador Humberto Costa. Vou direto à análise.

É nosso dever nos pronunciarmos sobre essas missões e, em cumprimento ao disposto no art. 39, inciso I, do Regimento Interno, o Senador comunica que estará ausente do País no período de 4 a 7 de dezembro para desempenho da referida missão.

Por tudo que eu vi, diante do exposto e em vista da importância da missão, meu voto é pela aprovação do Requerimento nº 1.007, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Cristovam Buarque.

Coloco em discussão o relatório de S. Exª. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o relatório.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores e de convidados que aqui estiveram hoje, na reunião do dia de hoje, participando ativamente, convoco nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 6 de dezembro de 2012, quinta-feira, às 10 horas, neste plenário, com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião.

Muito boa tarde e muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas, tornada secreta às 12 horas e 36 minutos, reaberta às 12 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 05 minutos.)

ATA DA 45ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2012, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia seis de dezembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy**, **Vanessa Grazziotin**, **Cristovam Buarque**, **Jarbas Vasconcelos**, **Luiz Henrique**, **Pedro Simon**, **Francisco Dornelles**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Paulo Bauer**, **José Agripino**, **Cidinho Santos**, **Cyro Miran-**

da e **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 44ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos Comunicados da Presidência. **Item 1 – Mensagem (SF) nº 99, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Alemanha"*. Relator: Senador **Paulo Bauer**. Faz uso da palavra o Senhor Senador **Eduardo Suplicy**. A Embaixadora **Maria Luiza Ribeiro Viotti** é convidada a compor a Mesa e fazer sua exposição. O Senador **Francisco Dornelles** solicita abertura do processo de votação. Após submissão ao Plenário, o Presidente aprova a abertura. Fazem uso da palavra os Senadores **Cristovam Buarque**, **Luiz Henrique**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **José Agripino**, **Paulo Bauer**, **Pedro Simon** e **Inácio Arruda**. Assume a Presidência o Senador **Paulo Bauer**. A reunião é tornada secreta às doze horas e vinte e sete minutos e reaberta às doze horas e vinte e nove minutos. Atua como secretário o Senador **Inácio Arruda** e escrutinadores os Senadores **Aloysio Nunes Ferreira** e **Eduardo Suplicy**. O Presidente anuncia a aprovação da indicação. Resultado do item 1: Apreciada Mensagem. Faz uso da palavra o Senador **Eduardo Suplicy**. **Item 2 – Requerimento nº 774, de 2012**, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, no qual "*requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado Voto de Aplauso ao Presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos, por sua disposição de promover um diálogo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), objetivando a conciliação nacional e a paz*". Relator *ad hoc*: Senador **Inácio Arruda**. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e trinta e cinco minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. **–** Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 45ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicados.

Falecimento de Oscar Niemeyer.

Faleceu ontem, no Rio de Janeiro, vítima de complicações respiratórias, o arquiteto Oscar Niemeyer.

Gênio das curvas e do concreto revolucionou a arquitetura brasileira e marcou profundamente a imagem internacional do Brasil. Sua obra maior foi o conjunto arquitetônico de Brasília, reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Influência marcante para novas gerações de artistas e profissionais da arquitetura, Niemeyer aliava o rigor das construções em concreto à leveza do traço à mão livre.

Homem de forte consciência política foi fiel aos seus ideais até o fim da vida. O Brasil perde um de seus ícones intelectuais e referência moral. O País inteiro está enlutado.

E a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional se solidariza com a família Niemeyer neste momento de dor e profunda consternação.

Notas relacionadas ao Ministério da Defesa.

A recuperação da capacidade operacional das Forças Armadas e o desenvolvimento de projetos ligados aos três eixos estratégicos da Estratégia Nacional de Defesa e do Programa de Articulação e Equipamentos de Defesa – cibernético, aeroespacial e nuclear – marcaram o último painel do Seminário Estratégias Nacional de Defesa, realizado no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados.

No que diz respeito à Marinha, a força naval trabalha, no âmbito do núcleo de poder naval, no desenvolvimento de navios-patrulha de 500 toneladas Corveta, classe Barroso – a meta é incorporar 46 desses navios à Força – e ainda atua no Programa de Obtenção de Meios de Superfície com os navios-patrulha recentemente adquiridos recentemente na Grã-Bretanha.

Para o Exército, foram apresentados os sete projetos estratégicos da Força Terrestre, entre eles o blindado Guarani, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) e o Astros 2020.

Por fim, relacionado à Força Aérea, foi exposto sobre a modernização do F-5M com lote de 46 aeronaves, sendo que 44 aviões já foram incorporados. Também investe na revitalização de 43 aviões A-1M (AMX), cuja entrega deve ser concluída até o próximo ano.

Foi realizada a IV Reunião do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS/Unasul) na última semana, em Lima, Peru. No encontro o Conselho de Defesa Sul-Americana aprovou seu plano de ação para 2013, que inclui uma série de iniciativas conjuntas entre os

países da região. Todas as propostas apresentadas pela delegação brasileira foram aprovadas pelo organismo, considerado um dos mais importantes e dinâmicos fóruns de ampliação da confiança e do desenvolvimento de nações multilaterais no âmbito da União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

Outro comunicado sobre as negociações sobre o clima, sobre a COP 18.

A 18ª Conferência das Partes (COP-18) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, ocorre desde o dia 26 de novembro na cidade de Doha, no Catar. O segmento ministerial teve início em 4 de dezembro e terminará, amanhã, dia 7.

Desde que a UNFCCC – que é a sigla em inglês da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – entrou em vigor, em 1994, a Conferência das Partes tem se reunido com frequência anual para avaliar o processo de mitigação das mudanças climáticas em nosso Planeta. É a instância maior da Convenção, da qual hoje fazem parte 195 países.

A última reunião da COP ocorreu em Durban, na África do Sul, quando o Brasil teve atuação determinante nas negociações, o que deu uma sobrevida ao Protocolo de Kyoto e evitou que os trabalhos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, fossem contaminados pelos ressentimentos que um eventual fracasso em Durban inevitavelmente viesse a provocar.

E aqui vale ressaltar o excepcional trabalho e a grande envergadura da atuação do Embaixador Luiz Figueiredo e da Srª Ministra Izabella Teixeira, para que não houvesse esse fracasso que se prenunciava.

O objetivo maior do Protocolo de Kyoto é o de negociar cortes na emissão de gases de efeito estufa e a relação dos impactos da ação humana sobre o clima, de modo a evitar uma elevação superior a 2% na média da temperatura global. A COP-18 tem a missão difícil de dar forma e consistência ao consenso alcançado em Durban, ou seja, a adoção, até 2015, de acordo global e abrangente sobre medidas efetivas de combate à mudança climática e sua entrada em vigor até o ano de 2020. A nossa representação nas Nações Unidas deverá ter um papel extremamente relevante nessa questão.

A questão mais espinhosa, como também o foi na Rio+20, é a do financiamento de longo prazo das ações de mitigação. O objetivo declarado é o de alcançar o montante de US$100 bilhões até o ano 2020. Essa é a questão crucial para o sucesso do processo de continuação do Protocolo de Kyoto, que deverá ter início já, a partir desse 1º de janeiro de 2013, a menos de um mês, portanto, do dia de hoje.

Para tanto, os negociadores em Doha devem lidar com questões da maior importância, tais como a duração do segundo período de compromisso; a transformação de metas nos chamados objetivos de redução e limitação quantificados de emissão, que virão a ser unidade obrigatória de compromisso de redução na emissão de gases de efeito estufa; e a transferência de tecnologia aos países em desenvolvimento em termos favoráveis, para que esses possam promover as necessárias adaptações aos modos de produção e consumo, visando a economias de baixo consumo de carbono.

Manter vivas as ambições do Protocolo de Kyoto é questão essencial para o Brasil, país megabiodiverso, com extensa costa, sujeito aos efeitos nefastos da elevação dos níveis dos mares e detentor da maior porção de floresta virgem do Planeta. A discussão do tema "florestas", designado tecnicamente como Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação (REDD) é, portanto, de especial interesse para países como o Brasil, Indonésia e outros com grande cobertura vegetal, de modo a coibir práticas discriminatórias contra países florestais.

A COP-18 é muito importante, pois representa o encerramento da fase de negociação do primeiro período de negociação do Protocolo de Kyoto e também do que se acordou no Plano de Ação de Bali, em 2007.

A diferença entre esses dois processos é que Kyoto é um acordo com objetivos obrigatórios de redução de emissões para os países desenvolvidos, e Bali significa conceder maiores incentivos para ações voluntárias dos países em desenvolvimento Foi assim que países como o Brasil, a Índia e a China fizeram seus planos de redução até 2020.

Para realçar a importância de que se alcance consenso sobre o futuro do processo de mitigação e de adaptação, menciono que recente estudo do Banco Mundial afirma existir uma real possibilidade de que a temperatura média do Planeta sofra alteração de até 4º, o dobro do que os especialistas estabelecem como teto máximo de alteração. É o caos absoluto.

A confirmar esse dado alarmante, a Organização Meteorológica Mundial, em seu Relatório 2011, Greenhouse Gas Bulletin, informa que a concentração de gás de efeito estufa na atmosfera atingiu recorde histórico, no ano passado. O Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, tocou no ponto essencial durante seu discurso inaugural da Cop-18, ao afirmar que –abre aspas –: "Não tenhamos ilusões. Existe uma crise, uma ameaça a todos nós, nossas economias, nossa segurança e ao bem-estar de nossas crianças e de todos que virão depois de nós" – fecha aspas.

Reitero minha posição já sobejamente conhecida de que, se os países não abandonarem suas visões de curto prazo, mesquinhas e canhestras, e adotarem medidas corajosas, com metas ambiciosas, o nosso Planeta se dirige a uma catástrofe anunciada.

As crises econômicas se sucedem e não podem ser invocadas para procrastinarem medidas urgentes na mudança de modos insustentáveis de produção, distribuição e consumo.

É próprio do sistema capitalista que ciclicamente sobrevenham dificuldades e que o sistema se recomponha. Contudo, isso não é verdadeiro para a natureza. Chega o momento em que não há retorno. E este momento está-se aproximando com assustadora rapidez.

Comunicado seguinte sobre o panorama internacional.

Num panorama internacional marcado pela continuação dos protestos no Egito e das reações negativas da comunidade internacional, com a adesão do Brasil contra a decisão do Governo de Israel de manter o seu plano de construção de 3 mil imóveis em assentamentos judaicos em Jerusalém oriental e na Cisjordânia, a semana encerra-se com a cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, amanhã, em Brasília.

Essa cúpula será marcada pela continuada suspensão do Paraguai e pela participação, pela primeira vez, da Venezuela como membro pleno do Bloco, cuja entrada polêmica e controversa é ainda motivo de incertezas jurídicas, pois não se sabe como resolver a questão legal causada pela decisão do Senado paraguaio de rejeitar a entrada da Venezuela. Além disso, é público o desconforto paraguaio com o fato de que Uruguai assumirá a Presidência rotativa do Bloco em seu lugar.

O Governo do Paraguai considera arbitrária a decisão tomada por Brasil, Argentina e Uruguai de admitir a Venezuela, aproveitando-se da suspensão do país do Bloco, uma vez que a entrada do novo sócio deve ser objeto de aprovação unânime dos membros originais, segundo o art. 20 do Tratado de Assunção, de 1991, que constituiu o Mercosul.

A entrada da Venezuela quebrou o quadro legal original do Mercosul. Criou-se uma situação jurídica anômala, que se está transformando em um imbróglio de difícil solução.

Por sua vez, a adesão plena dos Estados associados Equador e Bolívia ao Bloco ainda configura-se distante. Se, por um lado, o Presidente Rafael Correa lançou um processo de consultas públicas a esse respeito no Equador, tais consultas ainda não têm data para sua conclusão. Na Bolívia, o processo de adesão sequer foi iniciado, e não é do interesse do Brasil que uma eventual adesão desses países enfraqueça ou conflite com outros mecanismos sub-regionais de integração aos quais pertencem, que é o caso do Pacto Andino.

É notório que o Brasil contempla, em longo prazo, a convergência entre o Mercosul ampliado e a Unasul, possibilitando a criação de um mega bloco econômico e político sul-americano.

No Egito, a manifestação da última terça-feira, diante do Palácio Presidencial, fato sem precedentes que não se registrou nem mesmo quando dos protestos contra o então Presidente Hosni Mubarak, no ano passado, demonstra claramente como aquele país encontra-se profundamente dividido, à medida que o referendo sobre a nova constituição, marcado para o próximo dia 15, se aproxima.

O primeiro Presidente egípcio eleito pelo povo havia prometido que o projeto da nova Constituição iria refletir o consenso nacional, fruto de amplo debate. Ignorando o boicote à retirada dos membros seculares e representantes das minorias da Assembleia Constituinte, instigou a aprovação do texto pelos membros remanescentes, em sua maioria islamitas, numa maratona de 16 horas, em que se atribuíram poderes extrajudiciais e se marcou o referendo.

Vários jornais recusaram-se a circular na terça-feira, ou circularam com a primeira página em branco, em protesto contra a falta de liberdade de imprensa. Tudo indica que a nova constituição aprofundará a atual divisão e os confrontos aprofundarão a atual divisão e os confrontos no Egito.

O prêmio Nobel Mohamed ElBaradei, um dos liberais que boicotaram a Assembleia Constituinte, disse que o novo documento está destinado – aspas – "à lata de lixo da história"– fecho aspas. Em contrapartida, o projeto da Constituição foi fortemente defendido pela Irmandade Muçulmana.

A semana foi marcada, também, pelas manifestações de protesto de vários países, seguidos pelo Brasil e a Austrália, que convocaram os Embaixadores de Israel, baseados em suas capitais, para expressar a sua discordância em relação ao anúncio das construções em assentamentos judaicos em territórios palestinos ocupados.

A iniciativa do governo israelense deu-se em represália à elevação do *status* da Palestina na ONU – de entidade observadora para Estado observador –, um reconhecimento tácito da legitimidade do Estado Palestino, ocorrida na quinta-feira da semana passada. Israel também decidiu não repassar os US$100 milhões que arrecadou em impostos, em nome da Autoridade Palestina, no mês de novembro. O montante representa até 50% do exíguo orçamento palestino.

Segundo o jornal israelense *Haaretz,* esses países argumentam que a atitude adotada por Israel inviabiliza a chamada solução de dois Estados, ou seja, convivência de um Estado Palestino, com capital em Jerusalém Oriental, ao lado de Israel. Em especial, preocupa o fato de que o assentamento, se concretizado, dividirá a Cisjordânia em duas.

Os Governos russo e alemão também expressaram descontentamento. A Chancelaria russa chamou a parte israelense a revisar os anunciados planos de construção de assentamentos e a manter a transferência de dinheiro para os palestinos, enquanto que a Chanceler alemã Angela Merkel, prestes a receber a visita do Primeiro-Ministro de Israel Benjamin Netanyahu, disse que vê as construções com preocupação. O porta-voz da Chanceler afirmou que, desta forma, Israel – suas palavras – "enterra a confiança na sua disposição em negociar com a parte palestina".

Dando início à nossa pauta do dia de hoje.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 99, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Alemanha.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Paulo Bauer

Observação:

No dia 22/11/2012, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº 1, de 2011 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Convido para que tome assento à Mesa a Srª Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, indicada para a República Federal da Alemanha, dando-lhes, em nome de todos os integrantes desta Comissão, as melhores boas-vindas a esta Comissão no dia de hoje. *(Pausa.)*

A SRª MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI – Bom dia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito bom dia, Presidente, Senador Fernando Collor, Srª Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, eu gostaria de irmanar-me às palavras iniciais de V. Exª. Também, aqui, quero expressar, e gostaria que a Comissão de Relações Exteriores, todos nós, expressemos um voto de pesar à família do extraordinário arquiteto Oscar Niemayer, em função do seu falecimento e da extraordinária obra que deixou para nós brasileiros e para a humanidade.

Reconhecido internacionalmente por seu extraordinário talento e, sobretudo, por sua dedicação, ao mesmo tempo era uma pessoa capaz de desenhar projetos de extraordinária beleza, desde a capela dedicada a São Francisco, ali na Pampulha, até edifícios como este em que nós nos encontramos, hoje, aqui, o Senado Federal, o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto.

Ele, que, juntamente com Lúcio Costa, desenhou Brasília, os edifícios e todo o planejamento urbano de Brasília, até os seus últimos momentos de vida, conforme o seu médico informou, estava dialogando com a sua equipe de arquitetos e com a sua família, a respeito do trabalho. Parece que ele tinha uma vontade imensa de viver.

Além da sua qualidade arquitetônica, ele foi uma pessoa que dedicou a sua vida à realização da justiça. Ele nunca descansou. Nos seus diálogos com Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa e outros, quando os trabalhadores estavam construindo Brasília, ele sempre manifestou essa preocupação – com aquela equipe de engenheiros e arquitetos e com os trabalhadores, ele, aqui, no Planalto, às vezes, tomava caipirinha e dialogava com eles – com o Brasil e, inclusive, a de que Brasília fosse uma cidade onde efetivamente houvesse direitos iguais para todos e a realização de justiça.

Então, quero solidarizar-me com a mensagem de V. Exª, hoje, que abriu a reunião falando seu pesar e a sua homenagem ao grande arquiteto Oscar Niemeyer, reconhecido como um dos maiores arquitetos da história da humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy. Sua sugestão já está acatada pela Mesa Diretora dos trabalhos, na associação que fazemos, todos nós, integrantes desta Comissão, ao pesar que acomete a família do arquiteto Oscar Niemeyer, ontem falecido.

Vamos dar início, agora, à chamada sabatina da Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, indicada para a República Federal da Alemanha. A Srª Embaixadora disporá do tempo de 15 minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, será concedida a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores, para as perguntas à Srª Embaixadora.

Tem V. Exª a palavra, Srª Embaixadora, e seja, mais uma vez, muito bem-vinda a esta Comissão.

A SRª MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Exmo Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Exmo Sr. Relator, Senador Paulo Bauer, Exmos Srs. Senadores membros da Comissão, meus colegas Embaixadores e Embaixadoras, senhoras e senhores, eu gostaria que as minhas primeiras palavras fossem para me associar, também, às manifestações de pesar e às homenagens que o Senador Eduardo Suplicy acaba de expressar em relação ao grande arquiteto Oscar Niemeyer, que foi um dos principais arquitetos do conjunto arquitetônico das Nações Unidas. É notável a semelhança do desenho dos prédios da ONU, com os prédios que viriam a ser, posteriormente, o conjunto que caracteriza o Congresso Nacional. Então, há, aí, também, uma relação muito interessante, entre o maior Parlamento do mundo e o Parlamento brasileiro. Eu não podia deixar de mencionar, também, a beleza das criações de Oscar Niemeyer, na minha própria cidade, Belo Horizonte.

Feita essa observação, eu gostaria de dizer que é um privilégio, para mim, muito grande voltar a esta Comissão, mais de cinco anos, desde a minha passagem por aqui, quando de minha indicação pelo Presidente da República para exercer as funções de Embaixadora do Brasil, representante permanente junto ás Nações Unidas.

Desde então, eu tenho encontrado vários dos membros desta Comissão em missões de observação junto às Nações Unidas e pude reforçar a minha convicção sobre a importância desse diálogo constante entre os membros do Legislativo, do Senado em particular, e aqueles que têm a responsabilidade pela representação do Brasil no exterior, não só pelas responsabilidades inerentes ao Legislativo em matéria de política externa, mas sobretudo pelo fato de que é muito importante essa comunicação constante, se possível crescente, entre aqueles que têm uma conexão mais direta com os anseios e as preocupações da população brasileira e nós, que estamos na outra ponta, procurando melhor servir ao Brasil e representar esses interesses e essas preocupações.

Eu sinto-me muito honrada com a indicação pela Senhora Presidente da República, por recomendação do Ministro Antonio Patriota, para exercer as funções de Embaixadora do Brasil na República Federal da Alemanha.

Trata-se de país com o qual temos relações tradicionais, sólidas, muito densas, que se expressam numa agenda muito positiva e mutuamente relevante. Há um conteúdo econômico muito forte nas relações bilaterais, mas esse relacionamento se expressa também em várias outras dimensões, em vários outros domínios, em um diálogo político muito importante que vem se aprofundando na cooperação educacional, em ciência e tecnologia e também em um intercâmbio cultural muito rico.

As raízes, como sabem, das relações Brasil-Alemanha são antigas, profundas, e remontam à própria formação do Brasil como país independente. Data de 1824, início da imigração alemã para o Brasil, o que foi um fator muito importante, muito significativo, na própria constituição da matriz social brasileira. A partir de então, vem-se construindo um patrimônio comum, de presença recíproca, de cooperação, que tem sido, de fato, um patrimônio muito importante para os dois países. Ao final da Segunda Guerra, o Brasil se tornou uma plataforma de internacionalização da indústria alemã, e é sabida a importância que teve a contribuição alemã para o próprio desenvolvimento industrial do Brasil nos últimos anos.

Hoje, Brasil e Alemanha se reconhecem como parceiros estratégicos, e essa redefinição da importância da parceria Brasil-Alemanha se dá em um momento em que tanto Brasil quanto Alemanha adquirem maior presença econômica e política internacional e maior projeção no cenário internacional em temas globais.

O intercâmbio comercial Brasil-Alemanha tem demonstrado notável crescimento. Mais que dobrou entre 2005 e 2011, passando de US$11,2 bilhões em 2005, a US$24,3 bilhões em 2011. O Brasil é o principal parceiro comercial da Alemanha na América Latina. Em 2011, a Alemanha foi o quarto maior parceiro comercial do Brasil, após China, Estados Unidos e Argentina, e é o sexto mercado para as importações brasileiras. Entre os fornecedores brasileiros, a Alemanha ocupa a quarta posição, depois de Estados Unidos, China e Argentina.

Como se sabe, a Alemanha é um dos maiores investidores no Brasil. Há cerca, ou talvez mais do que 1.200 empresas alemãs instaladas no Brasil, o que transforma o Brasil no maior parque industrial de empresas alemãs fora da Alemanha. O estoque de investimentos é hoje de cerca de US$30 bilhões. Tem havido um movimento crescente, um fluxo de investimentos importante nos últimos 10 anos.

O Brasil, por sua vez, começa a fazer o movimento contrário. Continuamos a ser importadores de capitais, mas começamos também a realizar investimentos no exterior, e a Alemanha tem sido um país de destino para os investimentos brasileiros. Entre os exemplos recentes, pode-se citar a aquisição pela Braskem de duas empresas nas Alemanha, no ano passado, no setor de polipropileno, e neste ano a Companhia Siderúrgica Nacional anunciou a compra de uma siderúrgica alemã, um investimento superior a US$600 milhões.

Nos últimos anos, tem-se notado grande interesse por parte da Alemanha em se aproximar de países

emergentes, que representam um mercado potencial muito importante para a Alemanha, sobretudo em um momento de crise dos principais parceiros alemães, que são os Estados Unidos e a União Europeia. Também isso reflete um reconhecimento do papel de novos atores em um mundo mais multipolar, e esse movimento em relação a países emergentes tem distinguido muito especialmente o Brasil. Tem havido um interesse especial, uma aproximação maior com o Brasil, e o Brasil, por sua vez, vê na Alemanha um aliado fundamental, um parceiro essencial, no nosso projeto de procurar elevar o patamar tecnológico e a competitividade da economia brasileira, de modo que há uma sinergia; e, muito interessante, são relações que são antigas e densas, mas que não tendem à acomodação; estão sendo, a cada dia, reinventadas e estão sendo elevadas a um patamar cada vez mais importante.

Gostaria de dizer, por exemplo, que esse elemento de ciência e tecnologia tem sido um dos focos centrais do nosso interesse recente, tem havido inúmeras missões brasileiras na Alemanha, missões alemãs no Brasil, para procurar dinamizar esse conteúdo de inovação, ciência e tecnologia, das relações bilaterais.

Tenho também o prazer de informar que a Alemanha acolheu de uma forma extremamente calorosa, digamos assim, o interesse brasileiro em que Alemanha possa participar, de forma significativa, no Programa Ciência sem Fronteiras. A Alemanha prontificou-se a receber 10.200 alunos até 2014, para o Programa Ciência sem Fronteiras. Isso é um número muito expressivo, considerando que há, no momento, cerca de mil estudantes brasileiros na Alemanha; significaria elevar a um número, realmente, muito significativo.

Temos, também, um grande interesse em ampliar a cooperação entre pequenas e médias empresas alemãs e brasileiras, porque está aí, acreditamos, um grande potencial para dinamizar as relações na área de inovação tecnológica. Tem havido uma série de exemplos de cooperação da Sociedade Fraunhofer com institutos de pesquisa brasileiros, envolvendo também pequenas e médias empresas na área de biotecnologia, tecnologia de alimentos, nos mais diversos setores. Então, é uma área que tem um grande potencial para crescer ainda mais.

Vale a pena mencionar, também, a questão de energia renovável, que é uma área de grande importância para a Alemanha, haja vista os avanços que foram feitos lá, por exemplo, no setor de energia eólica e no setor de energia solar. Já há uma cooperação bastante bem desenvolvida com o Brasil em termos de energia eólica. Há plantas instaladas no Rio Grande do Norte, no Ceará, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, e há um interesse em ampliar, ainda mais, essa cooperação. E, no setor de energia solar, desenvolvem-se vários projetos com o apoio de instituições alemãs, para que a energia solar possa, também, contribuir mais para a matriz energética brasileira.

Há, também, grande interesse entre os dois países no que se refere à exploração de petróleo e gás em águas profundas. E a empresa alemã Siemens já anunciou um interesse em participar de fornecimento de equipamentos à Petrobrás, por exemplo, para realização de investimentos nessa área e, com esse objetivo, já instalou, na Ilha do Fundão, um centro de pesquisas voltado exatamente para essa área de exploração de petróleo e gás em águas profundas.

O empresariado alemão tem, também, demonstrado grande interesse em participar de projetos de infraestrutura no Brasil, sobretudo aqueles voltados para a Copa e para as Olimpíadas, e já tem havido a materialização de certos investimentos, inclusive na área aeroportuária.

No campo cultural, dois eventos vão marcar, no próximo ano, o relacionamento bilateral. O primeiro deles é a participação do Brasil, como convidado de honra, na edição de 2013, da Feira do Livro de Frankfurt. E essa será também uma oportunidade para que editoras brasileiras estejam mais presentes no mercado alemão, que é um dos maiores do mundo.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI – E o segundo evento será a temporada da Alemanha no Brasil, 2013-2014, uma série de eventos, a partir dos quais a Alemanha pretende mostrar aos brasileiros as novas facetas da Alemanha contemporânea.

Esses são alguns exemplos, apenas, da riqueza das relações entre o Brasil e a Alemanha que se tem manifestado, também, na qualidade dos encontros políticos de alto nível. Tem havido uma interação constante, trocas de visitas entre os Chefes de Estado e de Governo. A Presidenta Dilma esteve na Alemanha em março deste ano; a Chanceler Merkel esteve no Brasil em 2008. Há uma expectativa de que ela volte ao Brasil e retribua a visita da Presidenta Dilma, no ano que vem, após as eleições, que devem se realizar em setembro ou outubro,de 2013, na Alemanha.

Durante a visita que o Vice-Presidente Michel Temer realizou à Alemanha, em novembro passado, a Chanceler Merkel propôs o estabelecimento de um mecanismo de consultas de alto nível, de Governo a Governo, entre Brasil e Alemanha. É algo que já se produz, mas não de uma maneira muito estruturada. Então, o que ela está propondo são reuniões periódicas, de que participem Chefes de Governo dos dois lados, com os seus Ministros, e que, nesse momento,

seja possível repassar todo o espectro das relações bilaterais e também conversar sobre temas de interesse dos dois países no âmbito global.

Isso é algo que distingue muito o Brasil, porque a Alemanha é muito parcimoniosa, em relação a esses mecanismos. Parece que são cinco ou seis países com os quais a Alemanha tem esse tipo de consulta de alto nível – Estados Unidos, França, Rússia, China, Polônia e, talvez, Israel. O Brasil seria o sexto ou o sétimo país a participar desse círculo restrito de países com os quais a Alemanha mantém essa interlocução, no mais alto nível.

Então, isso demonstra a importância com que a Alemanha vê o Brasil neste momento. Mostra, também, que estamos trabalhando num plano mais elevado das relações bilaterais. É, portanto, este um momento extremamente auspicioso para as relações bilaterais, rico, pelas realizações já obtidas e rico, também, em potencialidades.

Caso aprovada, eu pretendo contribuir para a ampliação e o aprofundamento das relações entre o Brasil e a Alemanha, com o objetivo maior de contribuir para a construção de um Brasil sempre mais próspero e mais justo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado à Srª Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, indicada para a República Federal da Alemanha, pela sua exposição.

Dando início às perguntas dos Srs. e das Srªs Senadoras, eu passaria a palavra, inicialmente, a S. Exª o Senador Eduardo Suplicy e, em seguida, a S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Presidente, Senador Fernando Collor, Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, primeiro, quero cumprimentá-la pelo seu trabalho como nossa representante na Organização das Nações Unidas. Em diversas ocasiões, a palavra de V. Exª, sobretudo em defesa dos direitos humanos, teve repercussão muito importante, internacionalmente. Tive a oportunidade, aqui, de, inclusive, registrar pronunciamentos de V. Exª.

Acho importante essa bagagem que a senhora desenvolveu, tendo em conta também o propósito pacificador da Nação brasileira, interessada em que haja a superação de conflitos, tais como aqueles que, hoje, estão acontecendo no Oriente Médio, e tendo em conta também que, na União Europeia, a Alemanha propriamente desempenha um papel importante nos esforços de realização de paz. Há também reconhecimento mundial. Tanto o é que o Prêmio Nobel da Paz foi concedido à União Europeia, em grande parte, em função de terem países que se confrontaram na Primeira e na Segunda Guerras Mundiais, graças ao desenvolvimento daquele que foi Mercado Comum Europeu, se transformado na União Europeia. Isso contribuiu enormemente para que todo continente europeu tenha vivido décadas de cooperação e de realização do desenvolvimento em paz. Obviamente, com isso, ganhando muito maior autoridade para contribuir com os diálogos com respeito à paz em outras regiões do mundo.

No que diz respeito ao desenvolvimento das relações entre o Brasil e a Alemanha, impressiona o fato de que houve ocasiões em que as relações de importação e exportação estiveram bem mais equilibradas. Por exemplo, em 2006 e 2007, as exportações brasileiras foram de US$5,691 bilhões, e as importações US$6,503 bilhões, mas, em anos recentes, as importações realizadas pelo Brasil têm sido bem maiores.

Ainda que, conforme V. Sª mencionou, o Brasil tenha conseguido, em 2011, um recorde de US$9 bilhões de exportações, houve um aumento acentuado das importações do Brasil junto à Alemanha, de US$15 bilhões. Então, naturalmente, surge a pergunta: que esforços poderão a diplomacia brasileira e as instituições – o Itamaraty com o empresariado brasileiro – realizar para conseguir equilibrar melhor esse intercâmbio, que, felizmente, vem crescendo acentuadamente, para, quem sabe, possamos ter na Alemanha um dos lugares onde o Brasil possa desenvolver as suas exportações?

É um dado muito interessante o fato de a Alemanha ser um grande importador de uma das *commodities* principais exportadas pelo Brasil: o café, mas a Alemanha o transforma em café solúvel e se torna o principal do mesmo. Aí, vem a questão que me toca: não poderia o Brasil tentar equilibrar um pouco mais e desenvolver também ainda mais a sua própria indústria de café solúvel, de maneira a ser competitiva com aquela que existe na Alemanha?

Eu transmiti, em diálogo com a senhora, que, na Alemanha, hoje, há uma consciência muito grande a respeito da proposição da garantia de uma renda básica para toda a população. Ali há, por exemplo, o empresário Götz Werner, responsável e proprietário da principal cadeia de *drugstores* da Alemanha, com mais de 1.200 unidades da loja DM (Drogerie Markt), com mais de 300 unidades nos países vizinhos da Alemanha. Pois bem, este homem, que também é um professor da Universidade de Carl Duisberg, tornou-se um grande defensor da proposição da renda básica de cidadania. Em setembro último, tive a oportunidade de participar, lá, do XIV Congresso Internacional da Basic Income Personal Network, onde houve professores,

como o Prof. Claus Offe e tantos outros, debatendo com este empresário a respeito desta perspectiva.

Então, quero registrar isso, para dizer que se trata de um dos temas em que, aqui no Brasil e na Alemanha, tem havido uma grande interação.

Chegou ontem, à noite, ao Brasil o Professor Philippe Van Parijs, da Universidade Católica de Louvain, que, justamente amanhã, fará duas palestras importantes em São Paulo: uma na Universidade de São Paulo, no Colóquio Internacional sobre Ciência Política e Teoria Política, e na Fundação Getúlio Vargas, sobre as perspectivas da renda básica incondicional, Renda Básica de Cidadania.

Aproveito e convido a todos, às 13h30, no Salão Nobre da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV. Se a Senhora, por acaso, tiver oportunidade de estar em São Paulo, eu a convido.

Mas, meus cumprimentos por seu trabalho.

Portanto, gostaria, sobretudo, que a Senhora pudesse falar de como será possível o Brasil equilibrar melhor, e eu acho que posso até falar um pouco mais do passo tão significativo que o Governo brasileiro está dando, e que V. Sª aqui mencionou. Como a Alemanha é um dos países de maior desenvolvimento tecnológico, o Brasil está dando grande importância ao número de bolsistas que estão indo para a Alemanha, inclusive aprendendo alemão e procurando assimilar e, certamente, trazer para cá este nível de conhecimento.

Eu agradeço se puder, também, aprofundar as informações sobre isto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, Senador Eduardo Suplicy. Pela ordem, o Senador Ministro Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Exª, se pudesse ouvir aqui os Senadores presentes, da possibilidade de ser aberta a votação. Como há muitos Senadores aqui algumas outras comissões, se não houvesse nenhum impedimento, a votação poderia ser aberta.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Ministro Francisco Dornelles.

Submeto à deliberação do Plenário a solicitação formulada por S. Exª Senador Ministro Francisco Dornelles para que seja declarado aberto o processo de votação.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Declaro aberto o processo de votação, de acordo com o §4º do art. 3º do Ato n º 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores.

As cédulas para votação já estão à disposição das Srªs e Srs. Senadores aqui na Mesa Diretora dos trabalhos.

Em seguida passo a palavra à S. Exª o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, manifestar a minha satisfação de, mais uma vez, ter ex-aluno aqui sendo sabatinado, no caso para o cargo de Embaixadora do Brasil.

Mas eu quero começar, antes de qualquer pergunta, fazer um tributo à Embaixadora, pelo seu trabalho nas Nações Unidas. Não vou falar do seu trabalho anterior, no Ministério, que foi tão importante em relação aos órgãos internacionais, mas em relação ao trabalho nas Nações Unidas.

A Embaixadora teve, nesse período, a chance e a possibilidade de usar o seu talento em um momento fundamental da relação do Brasil com o mundo inteiro, através das Nações Unidas, que foi para a organização da Rio+20, e isso toca diretamente ao senhor como o Presidente da República no momento da primeira Eco92. Na verdade, a segunda reunião, mas da primeira no Brasil. Depois de Estocolmo, veio o Rio e o Rio outra vez. Aliás, por sugestão sua ao Presidente Lula. É preciso cumprimentá-lo por ter adotado essa ideia de fazer a Rio+20, e a competência de, nas Nações Unidas, ser decidido.

Mais de uma vez, no processo de conversa, negociando até como Presidente da Subcomissão para a qual o Senhor me nomeou aqui, pude perceber como a Embaixadora trabalhou – e sua equipe também, o meu tributo também é à equipe – com competência nos momentos difíceis para tentar ter um documento final junto com o Embaixador Figueiredo, que vai substituí-la.

Esse tributo eu acho que é não apenas pelo reconhecimento, mas também para dizer que quem fez esse trabalho vai se sair muito bem em Berlim.

Berlim é um lugar, hoje, mais importante do que muitos pensam. Eu creio que Berlim está, hoje, para a Europa, quase como Washington está para a América Latina. Eu fiz questão de colocar o quase, porque não dá para comparar a relação da América Latina com Washington. Mas Brasil e Washington, hoje, têm uma relação mais igualitária do que a da Alemanha com a maior parte dos países europeus, tirando França, Itália e Inglaterra. Então, é um lugar fundamental para o Brasil observar a Europa, com os olhos do Governo que decide como vai ser o futuro da Europa.

O futuro da Europa é decidido pela Europa, mas se for escolher um dos países que decidem o futuro da Europa, certamente, a Alemanha é o principal, hoje, pelo poder que adquiriu. Inclusive, eu acho importante, pelo dever de casa que fez, ao longo dos últimos 20 anos e que permitiu estar nessa situação, e que muitos outros países não fizeram, e, agora, estão pagando um preço muito alto.

Eu costumo, nas minhas discussões sobre economia, dizer que nós temos que saber o momento de fazer austeridade. Não é na crise. Realmente, na crise, não dá para fazer austeridade, mas é antes da crise, para que ela não aconteça.

Então, eu fico muito satisfeito, como brasileiro, de ter a Embaixadora Viotti como nossa representante em Berlim e, como amigo, dizer que é um lugar fundamental na sua carreira.

Eu gostaria de fazer algumas colocações, em relação ao cargo. Uma delas é sobre uma preocupação que eu tenho em relação ao Ciência sem Fronteiras, com a qual a Embaixadora pode colaborar. Eu temo que o Ciência sem Fronteiras, um projeto com muito boa intenção, fracasse, pela má qualidade dos nossos alunos que vão para lá. Eles estão indo sem falar inglês, sem falar alemão, eles estão indo sem o curso médio de qualidade e, mesmo em consequência da falta de um curso médio, sem uma universidade de qualidade. Eu temo que a gente não consiga aproveitar plenamente.

É preciso que os países, os Embaixadores que estão lá, percebam se isso é verdade e tentem ajudar a superar isso, com mais cursos de idiomas e, sobretudo, já que é um projeto para durar anos, décadas, eu espero, com a melhoria do ensino médio.

Outra coisa é canalizar o máximo esses alunos para as áreas de ponta da ciência e também para as áreas de transferência de tecnologia. Eu temo, Sr. Presidente, que nós nos concentremos tanto em formar melhores doutores que nos esqueçamos de colocar nossos jovens engenheiros dentro de fábricas para aprender o que esses países têm a nos ensinar, do ponto de vista da prática tecnológica, sem ficar só na teoria científica.

Eu queria insistir no aumento, eu sempre falo isso para os embaixadores de países como a Alemanha, do incentivo ao intercâmbio cultural. Ontem, eu recebi, em seu nome, Sr. Presidente, um grupo de Senadores tchecos, que só falaram só de economia. Eu disse: "E o intercâmbio cultural?" Tchecoslováquia tem tudo para mandar orquestras para nós, por exemplo.

Agora, dito isso, eu queria fazer uma pergunta em relação à Alemanha, uma pergunta em relação ao clima nas Nações Unidas e uma sobre o clima na Alemanha. A do clima nas Nações Unidas, eu vou querer saber se a Embaixadora quer falar de público ou quer que façamos uma reunião secreta. E aí, me preocupo, porque tenho um compromisso, também, com outros Senadores.

Mas, do ponto de vista do clima em Berlim, eu queria saber qual é a posição do Governo alemão e da Nação alemã, quando mudar de Governo, daqui a alguns anos, em relação aos grandes problemas da contemporaneidade.

Por exemplo, a preocupação com o meio ambiente. Até que ponto a Alemanha, hoje, é uma nação comprometida com o meio ambiente ou com o crescimento a qualquer custo? 3

A posição da Alemanha em relação à migração, que é um fenômeno que vai crescer, cada vez mais, seja legal ou ilegalmente.

A posição da Alemanha em relação ao tráfico, em geral, de crianças, de órgãos, de mulheres, de drogas, de armas, porque há países que são contra o tráfico de drogas, mas incentivam os seus exportadores a vender armas, o que não deixa de ser uma forma de tráfico.

Em relação, por exemplo, à busca não apenas do crescimento com equilíbrio, mas de um novo modelo de civilização, nos discursos que eu leio, eu não vejo a preocupação dos dirigentes europeus em dizer que não só devemos buscar o crescimento, que é de outro crescimento de que precisamos ou até o não crescimento, mas de melhorar o bem-estar. Ampliação em vez de crescimento; harmonia em vez de equilíbrio.

A outra pergunta é uma curiosidade minha. A Primeira-Ministra, Merkel, tomou posição de eliminar as centrais nucleares. Eu fiquei com uma curiosidade: o que eles estão fazendo com as indústrias nucleares? Eu temo que eles não queiram energia nuclear dentro do território alemão, mas continuem exportando tecnologia alemã para outros países. É uma curiosidade, eu não estou sabendo. Como eu sou envolvido nisso, e tenho um projeto aqui de criar uma moratória no Brasil de 30 anos sem nenhuma nova usina, eu queria saber como é que está isso.

E a pergunta que eu não sei se dá para discutir aqui: eu queria saber qual é a posição – a senhora conviveu com todos os representantes do mundo – do mundo sobre se o Irã está ou não procurando construir armas nucleares: se a posição do Irã de que estão apenas buscando energia nuclear é a correta ou se a correta é a dos Estados Unidos, que nos alerta todo o tempo de que ali existe uma corrida nuclear. É uma coisa também que eu não consigo saber qual é a verdade. E aí eu fico curioso: o que os outros países em geral estão pensando?

Eu não sei se isso dá para responder de público, se a Ministra preferiria uma sessão não clandestina,

obviamente, mas secreta. Mas eu gostaria de saber o que o mundo – e não os Estados Unidos – está pensando sobre a relação do Irã com armas nucleares.

É isso e, finalmente, quero parabenizar o Brasil e a Presidenta Dilma pela sua indicação, e a senhora também, pelo cargo que vai exercer, depois de ter cumprido tão bem um grande desafio de sua carreira, que foi ser representante das Nações Unidas no momento da realização, no Brasil, da Rio+20.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Cristovam Buarque.

Antes de passar a palavra ao próximo Senador inscrito, eu gostaria de registrar a presença aqui, na reunião de hoje, da Srª Embaixadora Vera Machado, que é Subsecretária-Geral de Política I, designada já como representante permanente junto à União Europeia. Seja muito bem-vinda. E o Sr. Embaixador Paulo Tarisse da Fontoura, Assessor diplomático do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Sejam muito bem-vindos à Comissão.

Passo agora a palavra a S. Exª, o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srªs e Srs. Senadores, Srª Embaixadora, Srs. Diplomatas que nos honram com sua presença, eu repito aqui, Sr. Presidente, aquilo que tenho dito em audiências anteriores: o Itamaraty é a melhor massa crítica deste País.

O nosso Chanceler Antonio Patriota e a Presidente Dilma Rousseff foram muito felizes em indicar a nossa Embaixadora Viotti para o cargo de representante do nosso País na Alemanha, porque, como já assegurou o Senador Cristovam Buarque, a Alemanha realmente é o esteio da Europa. Se a Alemanha não tivesse exercido o papel que exerceu nessa crise, não sei se a comunidade europeia teria resistido como grupo econômico e se essa crise não teria se alastrado mais fortemente, mais danosamente, por todo o mundo. De modo que entendo que a presença da Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, na Alemanha, é um fato muito auspicioso.

Para nós, de Santa Catarina, sobretudo, porque S. Exª assumirá essa função, num momento em que a fábrica de automóveis mais qualificada do mundo vai construir uma unidade no nosso País exatamente em Santa Catarina. A BMW virá, e, já a partir de 2014, estará produzindo automóveis de luxo. É a primeira empresa multinacional do setor automotivo,que vai produzir automóveis de luxo no País.

Não é apenas a vinda da BMW que torna auspiciosas as relações entre o meu Estado e a Alemanha. Um convênio celebrado entre aquele país e o Brasil está propiciando um processo de construção de um laboratório fábrica que vai produzir imãs de terras raras.

O Brasil tem um grande potencial, jazidas conhecidas e por conhecer certamente muito grandes, e não domina ainda todo o processo de mineração, seleção e produção de materiais advindos das terras raras. Por outro lado, um outro convênio entre os nossos países, levará uma empresa joinvilense, a Flac Solar, a produzir filmes para retransmissão de energia solar, que é a mais avançada tecnologia de fronteira.

O convênio entre essa empresa e a instituição alemã é com o Instituto Frau Hoffen, o mesmo que celebrou, que está executando o processo das terras raras com uma instituição nacional, localizada em Florianópolis, o Centro de Tecnologia da Informação (CTI), que é a única instituição científica brasileira, parceira em pesquisas do MIT.

S. Exª assumirá a sua função de representante do País na Alemanha num momento em que outras empresas se instalam em nosso Estado, como a Siemens, que passa a produzir tomógrafos e aparelho de ressonância magnética, a Bosch, a Tomasnech, a SEW. São empresas que estão vindo para o Brasil, no caso, Santa Catarina, atraídas por essa necessidade, em parceria com empresas nacionais, de apropriar-se da inteligência nacional, dos centros de excelência já instalados no País, evidentemente atraídos também pelo tamanho do nosso mercado.

Não vou fazer pergunta a V. Exª, até porque a conheço, assim como a sua trajetória. Apenas quero ressaltar que, assim como Santa Catarina, a Alemanha deve ter com outros Estados uma relação muito profícua, para a busca conjunta do desenvolvimento de tecnologias avançadas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Luiz Henrique.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srª Embaixadora, eu coincido com os meus colegas na expressão da minha admiração por V. Exª pela sua carreira profissional exemplar. Quero também expressar os meus votos de sucesso nessa nova missão.

Eu tenho dois temas para abordar com V. Exª. O primeiro diz respeito ao papel da Alemanha nessa crise que vive atualmente a União Europeia. Evidentemente que a Alemanha, como disse o Senador Cristovam Buarque, hoje é o grande cimento, o garantidor daquilo que existe ainda na União Europeia dentro de marés. Agora, eu queria perguntar para a senhora sobre as diferenças essenciais e até que ponto elas

permanecem, até que ponto elas podem ser solucionadas entre a França e a Alemanha, que são dois países cujo entendimento é absolutamente fundamental para que a União Europeia possa sair da crise que vive atualmente. Diferenças que decorrem de questões políticas da atualidade, diferença de orientação entre o Presidente François Hollande e a Chanceler Angela Merkel, que têm visões de mundo diferentes, uma mais conservadora, democrata-cristã, e outra socialista, social-democrata, aparentado politicamente com o maior partido de oposição da Alemanha hoje. Eu queria perguntar à senhora em que ponto se encontra hoje, qual é o estado das relações hoje entre França e Alemanha, e como é que a senhora prevê o desdobramento futuro dessas relações.

Em segundo lugar, Embaixadora, creio que é preciso constatar que esse peso econômico e esse protagonismo da Alemanha na Europa não são acompanhados por uma presença política forte no mundo. Esse descompasso entre força econômica e presença política já foi fator gerador de crises graves. Esse fenômeno está na raiz, inclusive, das duas grandes guerras mundiais. É claro que eu não cogito isso, não passa pela cabeça de ninguém que esse descompasso que hoje existe, continua existindo, possa levar a uma ameaça de guerra. Espero que ela leve a um desenvolvimento mais positivo das relações internacionais. Nesse sentido é que eu pergunto à senhora quais são as novas orientações da política externa alemã para ter uma presença política maior e mais positiva no mundo, especialmente com a América Latina e o Brasil. A senhora se referiu à parceria estratégica com o Brasil, ao nível em que hoje estão as nossas relações. Qual é o conteúdo exato desse termo "parceria estratégica"? O que isso significa efetivamente? São as perguntas que eu queria fazer à senhora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Passo a palavra a S. Exª, o Senador José Agripino, Líder do DEM no Senado Federal.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Embaixadora Maria Luiza, eu gostaria, inicialmente, de tecer comentários sobre o meu sentimento interior com relação ao acerto da Presidência da República em indicar V. Exª para a Alemanha, porque V. Exª está saindo do olho do furacão. Na verdade, para a ONU convergem as crises do mundo inteiro. Lá se discute o futuro e se discute o presente. O presente das crises, aí esteve a crise da Líbia, no momento da Síria; está se discutindo a Rio+20, as questões atuais passam por lá. E os acertos das posições do Brasil são sempre verbalizados por V. Exª, que tem, com muito equilíbrio – isso é o que passa para nós que estamos no Brasil –, fixado posições nesse fórum importantíssimo no plano internacional que é a ONU.

Então, isso me dá convicção de que cesteiro que faz um cesto faz um cento. Se V. Exª se houve bem lá na ONU, não tenho nenhuma dúvida de que vai se dar bem nesse outro "olho do furacão", que é a Alemanha, que a Europa está atravessando uma crise sem precedentes nos últimos 30 ou 40 anos. Não tenho dúvidas de que V. Exª vai haver-se bem.

Faria uma observação por onde terminou o Senador Aloysio Nunes: a presença política da Alemanha em comparação com a presença econômica. Queria que V. Exª ficasse bastante atenta. A Alemanha é meio "mineira" – e V. Exª é mineira. Ela trabalha meio em silêncio. Na Alemanha, atuam muito fortemente algumas fundações poderosas, porque elas são financeiramente bem estruturadas, que congregam as diversas orientações político-ideológicas do mundo.

A Fundação Konrad Adenauer, que reúne os partidos democratas de centro; a Fundação Neumann, mais à direita; a Fundação Friedrich Ebert, com partidos socialistas. E os partidos políticos fazem romarias à Alemanha para a discussão de temas atuais. A Alemanha exerce, pela capacidade financeira que tem de estruturar as suas fundações, a função de uma espécie de Meca para os partidos políticos que vão lá atualizar-se e discutir.

Gostaria que V. Exª ficasse muito atenta à atuação dessas fundações. A Chanceler Angela Merkel claramente pertence a um partido político. Ela é filiada, por um acaso, à mesma fundação a que meu Partido se vincula, à Fundação Konrad Adenauer, mas são fundações que, com muita oxigenação, discutem os temas atuais.

Por exemplo, estive na Alemanha há dois anos e tive a oportunidade de ver o "partido pirata", que começou a crescer na Suécia e está crescendo muito na Alemanha, ocupando o espaço dos "verdes", que caíram muito, e dos liberais, que caíram muito também. Eles têm ideias e forçaram, de certa forma, a uma tomada de posição muito corajosa da Alemanha, que foi a de fixar prazo para apagar a última das usinas nucleares da Alemanha. Quem toma esse compromisso toma o compromisso de desenvolver tecnologia alternativa de geração de energia elétrica.

A Alemanha não tem energia. O gás vem todo da Rússia. A energia deles é a energia térmica ou a energia nuclear. Então, eles vão fazer um esforço sobre-humano, num espaço de tempo ao que impôs a Chanceler Angela Merkel para a substituição da energia nuclear por fonte alternativa, para encontrar essa alternativa.

Então, como acabou de falar o Senador Luiz Henrique, que expôs o rol de investimentos alemães em Santa Catarina, por uma razão simples: os alemães vêm, sim, para São Paulo, porque lá estão as oportunidades econômicas, mas vêm para Santa Catarina, pelas relações pessoais, pela colonização e pelos alemães que emigraram para Santa Catarina e criaram raízes e evidentemente facilitaram o fluxo de investimento e de capitais.

Assim, há uma relação entre o Brasil e a Alemanha diferente daquela, por exemplo, entre o Brasil e os Estados Unidos. Este último é um país, do ponto de vista tecnológico, muito desenvolvido, mas as afinidades pessoais dos americanos conosco são frias; com os alemães, diferentemente, são mais aquecidas, pela relação de migração que existiu da Alemanha para cá e produziu esses núcleos.

Então, gostaria que V. Exª ficasse atenta ao que está ocorrendo em decorrência da crise na Europa, da crise de energia e da capacidade que a Alemanha tem de surgir – haja vista a II Guerra Mundial –, ou de ressurgir das cinzas depois das crises, porque isso nos diz respeito. Temos aqui empresas – Volkswagen, Bayer, etc. –, que são símbolos da indústria alemã, da tecnologia de ponta, que eles dividem conosco, fruto do emprego e do crescimento econômico.

Então, que V. Exª fique atenta a essas duas questões: há intercâmbio político, que a Alemanha propicia pelas suas fundações – isso é importante: manter, pelas fundações, a discussão de temas atuais vivos; e a questão da geração de energias alternativas. Os alemães são danados, são capazes de surpreender. É por isso que devemos ficar atentos, para que possamos nos aproveitar dessa parceria e da relação de migração, de uma espécie de fraternidade que existe, da boa relação entre Brasil e Alemanha, e das novidades que eles eventualmente possam produzir.

De resto é dizer que, como brasileiro, confio muito na sua capacidade de produzir resultados positivos para o nosso País no exercício de sua função na Alemanha, como fez na ONU.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Agradeço a S. Exª, Senador José Agripino, Líder do DEM no Senado Federal.

Passo agora a palavra a S. Exª o Senador Paulo Bauer, Relator da Mensagem nº 99/2012, que indica a Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti para a República Federal da Alemanha. Tem V.Exª a palavra.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero inicialmente cumprimentar V. Exª e a Srª Embaixadora Maria Luiza Viotti, bem como os demais presentes nesta reunião.

Desde já quero registrar que foi com muita satisfação que relatei a proposição da Senhora Presidente da República indicando V. Exª para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Alemanha. Essa foi uma deferência que o Presidente Collor me conferiu. Sou muito grato pela oportunidade, já que sou descendente legítimo de alemães, tanto por parte de pai quanto por parte de mãe, sexta geração de alemães no Brasil. Considero muito importante para o nosso País ter uma representante na Alemanha, a mais qualificada e, sem dúvida nenhuma, experiente e com grandes planos de trabalho, como já pude mencionar no relatório que apresentei e que foi aprovado por esta Comissão. A gente poderia falar muito aqui sobre política alemã, sobre desenvolvimento industrial, sobre investimentos no Brasil, sobre negócios e relações bilaterais na área econômica, mas isso meus colegas já mencionaram com profundidade e com bastante clareza.

Queria aqui me referir a dois aspectos que considero curiosos e importantes. No mês de maio deste ano, por uma decisão da Comissão de Relações Exteriores e também do Plenário, pude representar o Brasil e chefiar a delegação brasileira num evento da Unesco em Xangai, onde se tratou exatamente, numa conferência internacional, da questão do ensino técnico profissionalizante no mundo. Os países presentes, mais de 160, fizeram várias avaliações, prestaram informações, apresentaram proposições. Mas quase 90% dos participantes apresentaram mais dificuldades a serem superadas do que propriamente conquistas alcançadas. Foi curioso, Presidente Collor, ouvir a representação da Alemanha. Quando chegou a vez de a Alemanha falar, eles simplesmente disseram o seguinte: "Nós não temos problema nenhum, porque nós estamos fazendo hoje, no ensino técnico profissionalizante, exatamente o que planejamos fazer há dez anos. Hoje estamos planejando o que vamos fazer dez anos à frente." Quer dizer, na essência, o alemão tem de ser reconhecido como aquele, no mundo, que melhor e mais bem sabe planejar as ações. Eles não fazem nada de improviso, fazem tudo pensado. Por isso, dá certo. É uma característica daquele país. Certamente, essa é uma característica que se conflita, muito e sempre, com a característica do Brasil, que tem uma dificuldade muito grande de planejar, exatamente por conta da sua grandeza territorial, das várias culturas que aqui se manifestam e que estão presentes, e da nossa realidade. Sempre digo para os alemães e para tantos outros que não é fácil um país criar cinco milhões de empregos por ano, como o Brasil precisa fazer. Isso é difícil para qualquer governo, de qualquer partido, de qualquer linha ideológica. Mas penso que temos muito a ganhar com a Alemanha se nós sou-

bermos nos aproximar deles para aprender e, muito mais do que isso, para captar a tecnologia que eles têm nesse campo: o campo do planejamento. Até a questão – e eu dizia isso a V. Exª, Srª Embaixadora, hoje de manhã, na visita que com muita gentileza me fez no gabinete – de a Alemanha ter decidido, deste ano para o próximo, aumentar quase que dobrando o valor de recursos destinados à pesquisa, à ciência e à tecnologia em relação ao seu PIB.

Quer dizer, a Europa está em crise, a Alemanha fala até em perdoar a dívida da Grécia e com ela, ao mesmo tempo, já decide por investir em tecnologia. Portanto, eles não têm preocupação com o futuro; eles têm crença no futuro. E isso, sem dúvida, deveria, de alguma forma, ser trazido para o Brasil, ou por experiências, ou por conferências ou por aprendizado mesmo que nós pudéssemos ter.

Eu fico pensando, principalmente, que autoridades, técnicos, servidores públicos brasileiros deveriam fazer estágio na Alemanha, nos órgãos públicos de lá. Tanto quanto estudantes que nós enviamos para lá para aprenderem nas faculdades, nós deveríamos – essa é uma sugestão que eu queria fazer a V. Exª – viabilizar esse intercâmbio para que funcionários graduados do serviço público brasileiro, em todos os níveis, tivessem oportunidade de conhecer as metodologias que a Alemanha adota para planejar seu orçamento, para planejar investimentos, para planejar obras públicas, para planejar, enfim, ações, inclusive na área da economia – e aqui já foi citada a questão ambiental, que também serve como exemplo.

Esse era um aspecto que eu queria oferecer como sugestão a V. Exª. O outro é de caráter cultural. Nós temos uma relação cultural bastante próxima com a Alemanha, principalmente no sul do Brasil, mas, sem dúvida nenhuma, todo o País é merecedor de muita admiração na Alemanha, nós sabemos disso. Os alemães, embora saibam que, no sul do Brasil, há uma colonização expressiva feita pelos imigrantes alemães e por seus descendentes, não deixam de desejar, de sonhar com a oportunidade de conhecer, por exemplo, a Amazônia brasileira. Todo alemão quer, um dia, a Amazônia brasileira, como todo alemão, Presidente Collor, fala com muita simpatia, por exemplo, da Bahia e do Nordeste brasileiro. Eles têm verdadeira paixão por isso.

Mas existe um problema, Srª Embaixadora: os alemães estão saindo de lá e vindo fazer turismo na América Central. Eles não vêm para o Brasil, e nós precisamos criar mecanismos para atraí-los para o nosso País. Nós temos muito que oferecer em termos de gastronomia, de beleza, de cultura, de tudo, e, sem dúvida, seria uma ação muito importante que a Embaixada poderia promover, com o apoio da Embratur, com o apoio do Ministério do Turismo, para trazer, efetivamente, mais a população, o povo alemão para o Brasil.

Veja V. Exª: Santa Catarina tem a segunda maior festa do Brasil, que é o Oktoberfest. Aliás, imitação da festa alemã. Eu digo a segunda maior, porque a maior é o carnaval. A nossa dura mais tempo, dura 17 dias. A diferença da nossa para a de Munique é que, lá em Munique, eles bebem e cantam; aqui nós bebemos, dançamos e cantamos. É bem melhor. Portanto, eu lhe digo que, anualmente – e a Oktoberfest de Santa Catarina já tem mais de 20 edições –, a gente recebe bandas alemãs que vêm abrilhantar a festa em Santa Catarina, vêm tocar músicas para abrilhantar as festas.

E veja que curiosidade: nunca cobraram nada. Eles vêm gratuitamente porque lá eles são bandas de voluntários; não são bandas comerciais. E elas vêm para cá apenas pela passagem e pela hospedagem. É uma coisa rica, é uma coisa bonita, é uma coisa alegre, que encanta o público, encanta os organizadores e encanta a todos os participantes. Então, eu lhe diria que essa simpatia que nos aproxima dos alemães deveria ser transformada em um resultado cultural eficiente e promissor.

Com certeza V. Exª terá êxito se na Alemanha também se encarregar, além de todas as tarefas institucionais dessa promoção do Brasil pela via do turismo, pela via da cultura.

Felicito V. Exª pela indicação e, certamente, pela eleição que haverá hoje aqui e depois no plenário para ocupar o cargo de representante do Brasil naquele país.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Paulo Bauer. Eu me permitiria apenas aditar alguns comentários à fala do Senador Paulo Bauer sobre a Alemanha.

Eu sou descendente de alemão. Meu avô, Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor, era filho de alemães legítimos de São Leopoldo. Ele, quando candidato a Deputado Federal, nos idos do final dos anos 20, começo dos 30, fazia comício em alguns rincões do Rio Grande discursando em alemão, porque as colônias alemãs eram muito fortes, àquela época, e somente falavam o alemão.

Os meus dois filhos mais velhos foram educados em escolas alemãs. Durante algum tempo, a primeira língua deles era o alemão. Depois, eles foram para os Estados Unidos e fizeram a universidade.

De modo que a Alemanha é esse retrato, que eu também compartilho com V. Exª, de um povo extremamente capacitado, de um povo extremamente disciplinado, de um povo que, hoje, depois de duas grandes hecatombes, causadas até pela própria Alemanha, ressurgiu das cinzas e, hoje, sem dúvida, dentro da

Europa, é, de longe, a maior potência, encravada no norte europeu, com quase 90 milhões de habitantes, com essa pujança econômica no meio de uma debacle econômica da zona do euro e tentando resolver os problemas remanescentes da crise provocada pela questão dos *mortgages* na América do Norte.

De modo que eu saúdo V. Exª pelas suas palavras e, sobretudo, pelo belo relatório que V. Exª apresentou ao trazer ao nosso conhecimento, por escrito, todas as qualidades da Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, que eu não tenho dúvida, também, como os senhores que aqui já se manifestaram, representará muito bem o nosso País na República Federal da Alemanha.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (Bloco/PMDB – RS) – Sr. Presidente, Srª Embaixadora, eu quero felicitar o Brasil e V. Exª pela posição que V. Exª vai assumir.

Se fosse possível, eu gostaria que V. Exª dissesse também algumas palavras sobre o cargo que V. Exª deixou no Conselho de Segurança da ONU.

Qual foi a experiência e qual é a expectativa que V. Exª tem de o Brasil conseguir o seu desejo de fazer parte do Conselho Permanente?

Em qual ação, em qual fórmula o Brasil teve presença e teve algo que o Conselho da ONU, realmente, teve de se movimentar, conhecer, por iniciativa do Brasil?

Eu acho que o Senador que me antecedeu deixou em nós a impressão, e o próprio Presidente, de que os descendentes da colônia alemã têm de assumir mais os cargos. Eles estão muito parados aqui, tchê.

Quer dizer, uma gente tão brilhante, com uma ascendência tão espetacular com uma atuação tão simples e estão deixando, quer dizer... Eu não sabia que o turismo na Oktoberfest era tão pouco alemão, que os alemães preferem o Nordeste a Santa Catarina.

Vocês têm de fazer alguma coisa, pois está errado.

Eu acho muito interessante, Embaixadora, a posição da Alemanha hoje.

No século passado, ela se uniu e fez duas guerras contra o mundo. Nas duas ela iniciou em condições de potência e até de quase vitória, e nas duas ela foi derrotada.

Dizem os entendidos que na última foi um erro de estratégia, que se Hitler tivesse terminado de destruir a Inglaterra para, depois, declarar guerra à Rússia, teria sido diferente o resultado, mas ele dividia uma parte para a Inglaterra e uma parte em direção à Rússia; e o cálculo que ele fez do tempo em que ele chegaria e destruiria a Rússia, principalmente com a fantástica defesa de Stalingrado, fez com ele terminasse perdendo a guerra.

Mas agora, uma Alemanha duas vezes derrotada, com todos, Inglaterra, França, os vitoriosos do outro lado, a Alemanha está conseguindo na Europa a liderança que ela nunca teve como potência e nunca conseguiu com forças militares. Com a capacidade, com a tecnologia, com uma política inclusive de administração externa, a Alemanha é hoje realmente a grande condutora da Europa, o que nunca aconteceu. Ela vivia em termos de brigas, de conquistas, de não sei o quê.

Hoje, a Inglaterra tem um triste papel – na minha opinião –, com todo o respeito, que é de dizer amém para os Estados Unidos. Isso fez com que o último primeiro-ministro saísse até humilhado das urnas, porque imposições... No próprio Estados Unidos, o ex-Presidente perdeu estrondosamente, porque o americano não gostou do que ele fez no Iraque, etc e tal. O mundo inteiro contra, a Alemanha contra, a França contra; os ingleses mandam tropas e foram a favor. Então, a posição da Inglaterra é uma posição insignificante em nível de prestígio, é a repetição do que diz o americano. A Alemanha, não; a Alemanha tem uma posição de respeito e de coordenação. Ela agora vive uma questão delicada porque o mundo, os europeus estão se convencendo de que quem está ditando as ordens no mundo europeu é a Alemanha. E a Alemanha dita as ordens segundo o seu estilo. E o seu estilo é de rigidez, é de fazer; se tiver que passar fome, passa forme; mas o que tem que se fazer deve ser feito, no sentido de futuro.

O resto da Europa viveu uma hora realmente importante, em que as conquistas sociais da França, da Itália, da Inglaterra são espetaculares, melhores que as dos Estados Unidos; quer, dizer, eles fizeram isso para impedir o avanço do comunismo. À maneira que o comunismo vinha entrando, vinha se aproximando, tanto que o Partido Comunista italiano era o partido mais forte na Itália, houve um momento em que dizem que o partido italiano não quis assumir o governo da Itália, embora tivesse maioria, porque, como todo o mundo europeu era do Pacto do Atlântico Norte, ele ia ter que ser um voto divergente. Então, teve maioria no Congresso e não indicou o primeiro-ministro, uma indicação nesse sentido.

A grande verdade é que hoje a Alemanha dita as normas. A França é mais ou menos; a Espanha é de crise; a Itália é de crise; Portugal é de crise; a Grécia e o resto também. Então, quem está ditando as regras no mundo europeu hoje é a Alemanha. E a Primeira-Ministra é uma mulher dura, é realmente firme. Interessante é ver o diálogo que ela tinha primeiro com o presidente anterior, com o qual ela tinha mais identificação política. E agora, com o presidente adversário, que

passava o tempo todo no parlamento francês divergindo do diálogo dela com o então primeiro-ministro, agora eles estão se acertando, porque o novo governo da França está fazendo uma oposição muito interessante.

Anteriormente, o presidente francês praticamente dizia amém para a Alemanha. Agora, não, agora há um debate, uma discussão. E eu acho que há um lado positivo que torna a Primeira-Ministra um pouco mais – ela é muito durona –, ela está ficando um pouquinho mais... O fraseado dela é mais leve, inclusive. A outra vez, depois de conversar com o governo francês, o novo governo, as duas conversas dela na Grécia e na Alemanha foram um pouquinho mais brandas. No sentido de endurecer, sim. Mas, agora, tirar aquelas medidas sociais, que o português estava acostumado, que o francês estava acostumado, e, de repente, cortar horas de serviço, horário, etc e tal, é uma coisa que tem que ser feita com jeito.

Mas acho que a Alemanha tem um papel muito importante no Mercado Comum Europeu e que ela vai ter uma posição muito significativa. Com o tempo avançando e com a China ocupando um lugar, eu fico impressionado com a China. Como é que a China, o Partido Comunista Chinês, o que tinha de pior, o que tinha de mais duro, continua no governo? Mas onde tem o maior capitalismo hoje é na China, onde se pratica tudo é na China. Então, eles convivem com o comunismo, convivem com relativa falta de liberdade e convivem com um capitalismo expansionista de todas as maneiras.

Enquanto que a China fez essa transformação do Mao Tsé-Tung para um partido da realidade de hoje – não dá para chamar a Rússia de comunismo na realidade que ela pratica –, a Rússia se destruiu. Quer dizer, aquela economia dela, aquela posição de importância que tinha, eles não souberam fazer essa transformação e a Rússia vive esse caos. A Alemanha, ao contrário, soube fazer com profundidade essa transformação.

Acho que, nesse sentido, a Alemanha pode ser até uma parceira do Brasil nesse diálogo internacional. Eu, pelo menos, senti que ficou no ar um certo desconforto entre a nossa Presidente e a Primeira-Ministra alemã na visita que a nossa Presidente fez à Alemanha. Porque, até nos pronunciamentos feitos, a nossa Presidente deixou mais ou menos claro que ela pensa diferente da Primeira-Ministra alemã. A tese da Primeira-Ministra alemã, que é a tese de fazer os acertos pagando o preço oficial, mas que é importante, a nossa Presidente foi lá para dizer que não, que o crescimento deve ser feito na base do desenvolvimento e que essas classes sociais possam produzir e consumir mais. A senhora vai concordar comigo que houve um descompasso no discurso da nossa Presidente e da Primeira-Ministra da Alemanha.

Acho que o papel de V. Exª é muito importante. Tenho muita admiração por V. Exª, pela sua biografia, pela sua história. Quem vê V. Exª tranquila assim parece que é candidata a um clube de caridade – simples. E não que tenha vindo do Conselho de Segurança da ONU, nossa embaixadora na ONU, e está indo para a Alemanha. A sua biografia é ao contrário da sua fisionomia. Mas espero que V. Exª consiga, com essa tranquilidade e pelo seu sorriso belíssimo, fazer um trabalho. Acho muito importante nessa realidade, no momento que estamos vivendo, a presença de V. Exª na Alemanha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Agradecemos ao Senador Pedro Simon por sua manifestação.

Consulto se temos mais algum Senador que deseja fazer uso da palavra.

Senador Inácio Arruda, com a palavra V. Exª.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – É nossa obrigação como Senadores acompanhar a atividade das nossas representações. E uma das representações que considero mais importante é exatamente a nossa representação nas Nações Unidas.

Considero que a presença da nossa Embaixadora nas Nações Unidas foi muito significativa para o Brasil, em momentos difíceis. É isso, talvez tenha que ter esse contraste mesmo, da fisionomia alegre, do sorriso farto, para enfrentar o desafio de representar o Brasil naquela posição.

Eu acho até que a presença da nossa Embaixadora foi coroada com a última passagem, digamos assim, nas Nações Unidas, que foi exatamente o *status* para o povo palestino, o novo *status* de país observador do povo palestino. Então, entre tantas questões-chaves que tivemos que discutir, nesse tumulto do mundo de hoje, e eu vinha ouvindo a fala dos nossos colegas Senadores, tratando da questão da energia, da produção de energia e etc. E esse é um problema crucial do mundo de hoje ainda. O Oriente Médio foi atomizado quase que por isso. Há tantos e tantos anos.

Primeiro foi com água, os seus rios que foram saqueados. Vamos saquear logo os rios, tomar os rios desse povo, atomizar essas tribos, deixar que elas nunca se unam em torno de um projeto de nação; até o domínio turco, depois a Primeira Guerra Mundial, fracionamento ainda maior daquelas nações.

Então, lidar com esse dilema mundial, em que o Brasil passa a ter outro papel no cenário internacional. Às vezes as pessoas ficam imaginando o seguinte: o Brasil tem que... Vamos mexer aqui com a América do

Sul. O que o Brasil está querendo? Está querendo dar opinião para quem? Quer dar opinião para Merkel? Quer dar lição para a Europa? Quer dar isso, quer dar aquilo? Mas eles sempre deram lição para nós, eles sempre disseram o que nós tínhamos que fazer. Então o Brasil também tem que ter o direito de dar a sua opinião.

Eu acho que o Brasil fez isso ali nas Nações Unidas, com a sua presença. Acho que foi muito significativa, com essa tranquilidade, com essa paciência, mas com a firmeza necessária de quem tem que ter uma posição de Estado, de País, de povo que vai emergindo, que vai se colocando de pé, que vai tendo o seu próprio projeto. Não é fácil ter um projeto mesmo de soberania.

Você olha para essas grandes nações, salvo os Estados Unidos da América, que liquidaram as nações nativas, praticamente quase que todas, e transferiram os ingleses, irlandeses, holandeses para dominar aquele território do mundo e ocuparam o Atlântico e o Pacífico. Fora disso, as grandes nações que vão emergindo nos dias de hoje são nações que têm grande tradição, e milenares. É o caso da China, é o caso da Rússia, é o caso da Índia.

Nós é que somos também uma nação nova, que temos que emergir a partir do que o Darcy Ribeiro dizia: "agora já existe o povo brasileiro, porque não existia antes". Essas nações são diferentes porque já existiam milenarmente. Nós não. Nós estamos juntando tudo isso, quer dizer, negros, índios, europeus, para formar uma nação nova. Não é uma batalha fácil, você ter posição firme. Segurar posições no cenário internacional é uma questão que exige posição de país e firmeza de quem vai defender a nossa posição.

Acho que a sua trajetória ali foi essa. Nós tivemos a oportunidade de acompanhar aqui do Brasil e nas oportunidades que tivemos ali nas Nações Unidas, vimos também o vigor da atuação da nossa representação tocada pela nossa Embaixadora. Então acho que a sua trajetória mostra isso, que onde estiver, seja em que posto, a nossa Nação vai estar sendo bem representada e muito bem representada.

Acho que é essa a história que a senhora tem trazido aqui para a nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Senador Inácio Arruda.

Eu percebo que todos os Senadores presentes já usaram da palavra, portanto, não há por que consultar se mais alguém quer fazer uso dela.

Declaro encerrada, portanto, a fase de inscrições de Senadores e Senadoras para apresentarem os seus questionamentos e informações à Srª Embaixadora Maria Luiza Viotti.

Concedo a palavra a V. Exª para se manifestar acerca dos questionamentos e das observações feitas pelos Senadores presentes e que usaram da palavra.

A SRª MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI – Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, fazer um agradecimento geral às palavras muito elogiosas que recebi nas diversas manifestações dos Senadores que tomaram a palavra, sobre meu trabalho até agora e a minha trajetória. Foram, efetivamente, muito generosos e eu quero dizer que toda a ação diplomática brasileira no exterior, nas Nações Unidas, por meu intermédio, intermédio da equipe que lá está, beneficiou-se muito das instruções que recebemos do Ministério das Relações Exteriores, do Ministro Antonio Patriota e, anteriormente, do Ministro Celso Amorim, e também de uma certa convergência que pude notar em relação, por exemplo, ao Senado, apesar de divergências políticas, partidárias, etc. Sempre houve um grande apoio, uma grande sensação de temos a confiança do Congresso brasileiro ao exercer essas funções e isso, para nós, é fundamental, é algo que nos dá essa sensação de confiança, de firmeza e de poder exercer bem e transmitir bem as instruções e as posições que procuramos adotar no cenário internacional.

Eu gostaria de passar, então, às perguntas que me foram feitas, todas muito interessantes, muito pertinentes, começando com o Senador Suplicy, que comentou a nossa vocação pacífica, o propósito pacificador do Brasil e passou a mencionar a questão do intercâmbio comercial, que é um intercâmbio que não é equilibrado, tem sido crescente, mas o Brasil tem acumulado déficits com a Alemanha, uma vez que as nossas exportações são muito concentradas em produtos primários, como lembrou o Senador. Importamos basicamente máquinas, equipamentos, produtos químicos, enfim. É, digamos, um padrão que, de certa maneira, leva a déficits constantes e que têm sido crescentes nos últimos anos.

Isso, de fato, à primeira vista, poderia parecer um problema, mas numa segunda consideração eu creio que precisamos notar também que essas importações alemãs são importações extremamente fundamentais para o Brasil, são importações que vão servir de estímulo ao crescimento industrial, ao desenvolvimento da nossa capacidade produtiva, da nossa tecnologia. Então, são importações que, forçosamente, o Brasil precisa realizar. E as exportações refletem muito o perfil importador da Alemanha. Então, o que poderíamos pensar é que, desde que nós tenhamos no cômputo global do comércio exterior brasileiro podido acumular superávits – e essa tem sido a tendência –, talvez não seja tão relevante em termos de um equilíbrio individual, como país individualmente.

De qualquer forma, é necessário fazer um esforço para que haja maior valor agregado nas nossas exportações para a Alemanha – e o senhor mencionou o café solúvel, que é um caso emblemático. O Brasil é um grande produtor de café e a Alemanha, que não é produtora de café, é a maior exportadora de café do mundo. Então, algo está errado. Precisamos desenvolver cafés de maior qualidade. Estamos fazendo isso. Precisamos desenvolver canais de distribuição próprios, para que o nosso café solúvel atinja os mercados europeus. Então, é algo que a Embaixada tem procurado fazer.

Eu tenho lido nos relatórios a respeito, tem procurado trabalhar inclusive com o lado alemão que reconhece essa disparidade entre o padrão de exportações brasileiras e o padrão de importações, e é preciso trabalhar com o setor empresarial para aumentar o valor agregado das exportações brasileiras. Eu acho que isso virá também na medida em que pudermos valorizar o conteúdo cientifico e tecnológico das nossas exportações. E, daí, a importância que atribuímos à cooperação com a Alemanha na área de inovação, ciência e tecnologia.

Há também a ideia de ampliar um pouquinho a presença de empresas médias e pequenas na pauta bilateral. A pauta bilateral tem se concentrado em grandes empresas, as grandes empresas têm um padrão, digamos, mais ou menos constante de exportações e de importações. As empresas médias poderão, talvez, apontar para exportações brasileiras de maior valor agregado, como no caso de empresas na área de informática que começam também a buscar o mercado alemão; talvez parcerias que possam garantir que essas empresas tenham um nicho no mercado alemão.

Então, essa será, sem dúvida, uma das prioridades da embaixada: continuar a desenvolver um esforço para equilibrar um pouco mais o comércio e para dotar as nossas exportações de maior valor agregado.

Eu agradeço muito o senhor ter realçado esse ponto, que é fundamental. E o senhor mencionou também o interesse, na Alemanha, pela proposta de renda mínima, o Professor Götz Werner e o fato de que ele tem se interessado em defender a proposta da renda básica da cidadania em relação com o Brasil, em conexão com o senhor mesmo, quando de suas visitas à Alemanha, de forma que esse será também um tema que eu vou procurar acompanhar, aprofundar, em contato com universidades alemãs, em contato com o governo alemão. É um tema que está presente. Já procurei também verificar de que maneira nós podemos dar seguimento a essas conversações que o senhor iniciou e estabelecer um diálogo com os meios alemães a esse respeito.

Sobre o Ciência sem Fronteiras, o senhor mencionou o interesse de que houvesse aprofundamento das informações a respeito. O que eu posso afirmar é que em certos países, como nos Estados Unidos, a promoção do Programa Ciência sem Fronteiras se dá de uma forma mais atomizada, universidade por universidade, porque não existe um órgão público, uma agência governamental que coordene os esforços nessa área. A universidade tem enorme independência, então o Brasil negocia, por exemplo, com a Universidade de Columbia, com Harvard, com o MIT, etc., de forma individualizada.

Na Alemanha, há uma vantagem, porque existe um órgão governamental, o DAAD, que é responsável pelo intercâmbio educacional com o exterior. E esse órgão tem não só acolhido muito bem a ideia da cooperação com o Brasil, mas tem procurado facilitar, por exemplo, para os alunos brasileiros, o ensino da língua, do idioma, tem procurado facilitar estágio em empresas alemãs. Isso é extremamente importante, porque combina formação teórica com formação prática, e esses alunos virão então com mais possibilidades de integrar o mercado de trabalho, com uma formação prática também, e de contribuir com o que aprenderam na Alemanha, e possivelmente em processos, em produtos novos. De forma que essa cooperação com a Alemanha adquire um caráter talvez até mais interessante, mais vantajoso para o Brasil, por conta das especificidades alemãs.

Então é um projeto ao qual a embaixada está atribuindo grande prioridade, e eu pretendo então continuar e aprofundar ao máximo essa cooperação.

O Senador Cristovam Buarque comentou a organização da Rio+20. De fato, foi um esforço que requereu uma enorme energia, porque, no início, quando propusemos a realização da Rio+20 e oferecemos o Brasil para sediá-la, havia um grande ceticismo na ONU sobre a ideia de uma nova conferência.

Muitos países, os Estados Unidos e alguns países europeus, achavam que o grande ciclo de conferências da ONU já se havia esgotado e que não havia muito a ganhar com uma nova conferência. E os países europeus tinham um pouco o temor de que uma nova conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável viesse a servir de plataforma para novas queixas e recriminações de países em desenvolvimento em relação a financiamentos, à contribuição ao desenvolvimento por parte dos países doadores, que eles consideram, enfim, deficiente. Então não havia, digamos assim, uma acolhida muito óbvia a essa nossa tese. E foi necessário ir conquistando apoio, primeiro dos países em desenvolvimento, que nos apoiaram desde logo, mas depois dos países europeus. Suécia

e França foram dois países com os quais trabalhamos muito e finalmente passaram a nos apoiar.

A partir do apoio desses países e, sobretudo, de ONGs internacionais e ONGs brasileiras, pudemos desenvolver uma argumentação sólida que acabou por convencer todos os países e pudemos, então, trabalhar na organização da conferência.

Hoje esse é o tema, quer dizer, a implementação das decisões tomadas no Rio, na Conferência Rio+20, é o tema que mais mobiliza a atenção das Nações Unidas, da Assembleia-Geral. E a ideia é a criação de um grupo de trabalho que vai formular as metas de desenvolvimento sustentável, à semelhança do que foi o processo de metas de desenvolvimento, objetivos do desenvolvimento do milênio, com o horizonte temporal até 2015.

Vamos agora começar o trabalho em relação aos objetivos de desenvolvimento sustentável, tentando reconciliar os três pilares: o pilar ambiental, o pilar econômico do crescimento e o pilar social. Vai ser um trabalho extremamente difícil, complexo, que vai envolver também uma necessidade de contribuição técnica muito forte de universidades e de centros de pesquisa, para subsidiar essas discussões nas Nações Unidas, que são essencialmente políticas.

O Brasil está no centro dessas negociações, nós estamos encarregados da constituição desse grupo de trabalho, por solicitação do Presidente da Assembleia-Geral da ONU. Então, vamos continuar a procurar exercer um papel de liderança nessas atividades que vão prosseguir no ano que vem e, possivelmente, nas próximas décadas, e vão ocupar, muito de perto, o meu sucessor Embaixador Figueiredo Machado.

O Senador Cristovam mencionou também a preocupação com o fato de que os alunos brasileiros talvez não estejam em condições de aproveitar muito o Ciência sem Fronteiras, pelo fato da qualidade, de certas dificuldades, e que seria necessário tentar ajudar a superar esse problemas.

Eu tenho impressão de que isso pode de fato ser um problema. Vou procurar averiguar. Eu terei encontros com o Ministério da Educação, CAPS, CNPq, que estão envolvidos na implementação do Ciência sem Fronteiras, vou procurar levantar esse assunto e ver de que maneira a Embaixada também poderá contribuir para criar condições para que o aproveitamento seja o maior possível dos alunos que tenham como destino as universidades alemãs.

Em relação às posições da ONU, da Alemanha nas Nações Unidas, posição em relação aos grandes problemas contemporâneos, a Alemanha tem muitas afinidades com o Brasil em matéria de posições sobre os temas globais, é um país que procura valorizar muito a democracia, os direitos humanos, o Estado de direito em todas as atividades das Nações Unidas. Nós temos trabalhado junto com eles em várias iniciativas nessa área. É um país que atribui grande importância ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, tem posição de liderança em várias áreas de tratamento desse tema e nós temos também uma cooperação antiga com a Alemanha nessa matéria, em relação à proteção de florestas tropicais, em relação a uma série de outras áreas que envolvem o meio ambiente. Agora, em matéria de energia renovável, é uma cooperação que se inicia com grande potencial de crescer muito nos próximos anos. Estamos ao lado da Alemanha em muitos dos temas de interesse global, e a Alemanha busca um diálogo conosco constante sobre esses assuntos.

Estamos também muito próximos da Alemanha na questão da reforma da governança internacional, sobretudo na reforma do Conselho de Segurança, em que há o grupo chamado G4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão). Esse grupo existe há 10 anos ou há quase 10 anos. Organizamo-nos, coordenamo-nos, coordenamos posições, com muita regularidade. A cada 2 semanas nos reunimos na ONU para discutir estratégias, para discutir gestões conjuntas, fazemos gestões, os quatro, junto a outros países, junto às instâncias da ONU que tratam dessa questão.

Então, tem sido também um espaço de coordenação muito importante, em que trabalhamos lado a lado com a Alemanha para a reforma do Conselho de Segurança, para que o Conselho se torne mais representativo das realidades políticas contemporâneas.

Então, são muitos os pontos de afinidade, são muitas as posições em que trabalhamos em conjunto, e temos podido desenvolver isso na ONU. Tenho certeza de que essa tendência de consultas e de busca de espaços comuns de atuação vai prosseguir e se desenvolver.

O Senador Luiz Henrique falou do papel essencial da Alemanha na Europa e realçou a importância de Santa Catarina no relacionamento bilateral. Eu queria agradecer as informações que ele nos trouxe sobre projetos de vanguarda na área de terras raras, na área de filmes para painéis solares que estão se desenvolvendo no Estado de Santa Catarina. Essa presença alemã no Estado é extremamente importante, todos sabemos. De maneira que pretendo também fazer uma visita ao Estado, assim que puder, antes de partir, e conhecer de perto essa cooperação, o elevado grau de cooperação que se desenvolve.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – V. Exª me permite apenas uma complementação?

A SRª MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI – Sim.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Foi eleito agora Prefeito de Joinville o empresário Udo Döhler, Cônsul da Alemanha em Santa Catarina. Isso propicia uma oportunidade para que nós tenhamos – e o Senador Paulo Bauer representa igualmente o maior Município catarinense – a próxima reunião brasileira da Câmara de Comércio Brasil-Alemanha, que será provavelmente em 2014, em Joinville. Porque Joinville, dentre as colônias germânicas, é o maior Município brasileiro. Ou seja, de todas as colônias germânicas criadas no Brasil, Joinville é a que tem a maior população, além de ser o maior polo econômico dentre os Municípios criados por imigrantes alemães.

Por isso, seria importante que, a exemplo de Blumenau, que já sediou essa comissão anos atrás, que a próxima versão brasileira – parece-me que a do próximo ano será em São Paulo e a de 2014, na Alemanha –, em 2015, que a versão brasileira pudesse ser em Joinville.

É a sugestão que eu gostaria de fazer – parece-me que o Senador Paulo Bauer endossa também a ideia. Acho que seria muito importante que fosse realizado em um grande polo industrial, um dos maiores do Brasil, o terceiro no Sul do Brasil, onde a presença alemã já é muito importante.

A SRª MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI – Muito obrigada, Senador.

Eu tomei nota dessa sugestão e vou procurar, também nos meus contatos com o lado alemão, favorecer essa sugestão de que Joinville possa sediar a próxima a se realizar no Brasil. Na verdade, a próxima que se realiza no Brasil será em São Paulo, em março do ano que vem, se não me engano; a seguinte, na Alemanha; e, então, em 2015 em Joinville.

(*Manifestação fora do microfone.*)

A SRª MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI – Então, já fica a candidatura para o Ceará, pelo menos para 2017, se não for em 2015.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, também muito obrigada pelos seus comentários. V. Exª comentou a questão da importância das relações entre Alemanha e França e as possíveis diferenças de posição política entre os dois países com a nova administração francesa. O que eu tenho podido notar é que, apesar de divergências de posição – isso nós acompanhamos pela imprensa –, há, naturalmente, uma relação de respeito mútuo muito forte, e talvez as posições do Presidente Hollande possam estar moderando um pouquinho a percepção alemã em relação à crise e às medidas que devem ser tomadas para, justamente, fazer frente à crise.

O que eu acho que existe na Alemanha é uma convicção de que as relações com a França são fundamentais, são uma grande prioridade, uma das primeiras prioridades, porque a Alemanha e a França são os países que são as âncoras da União Europeia. A União Europeia é o projeto fundamental para a Alemanha. Começou com os dois países.

Então, eu acho que, por mais que haja diferenças, o impulso básico será para dirimir as diferenças, para conseguir encontrar um denominador comum. Eu acho que isso é o que nós temos visto nos últimos anos. Há sempre um diálogo muito frequente, muito intenso, e, por mais que haja diferenças, essas diferenças não são de molde a pôr em causa a excelência do relacionamento entre os dois países e a prioridade que isso tem para os dois países em termos de construção europeia, de aprofundamento da construção europeia.

V. Exª mencionou também o fato de que a projeção da Alemanha no mundo não é no plano político tão importante quanto é no plano econômico. Isso talvez seja um reflexo dos problemas por que a Alemanha passou nos últimos anos. Ainda há esse peso, digamos assim, do passado. Essa névoa do passado está se dissipando com o extraordinário desenvolvimento da Alemanha e com a afirmação desse país como democrático, cujos valores são os que nós também compartilhamos, valores de defesa de direitos humanos, valores pacifistas etc. Então, eu acho que, à medida que a Alemanha se afirma no cenário internacional como uma economia pujante que é, como país líder da União Europeia e como um país que tem uma posição construtiva no cenário internacional, uma posição de promover a paz, ela está assumindo responsabilidades maiores, mas sempre com uma dimensão pacífica, uma dimensão de construção da paz, e não uma dimensão ligada, digamos a aspectos militares. Eles estão, por exemplo, começando a participar de várias operações de paz das Nações Unidas: participaram no Afeganistão, que é uma operação da Otan, da aliança atlântica, no sentido de não só contribuir para a consolidação da paz mas também para construção da economia e de instituições. Quer dizer, eles veem isso como uma contribuição para a paz internacional; eles estão presentes também em esforços da construção da paz em países africanos, na Ásia. E isso é muito positivo, é um outro aspecto que aproxima muito a Alemanha do Brasil.

V. Exª perguntou também o que significa parceria estratégica, o conteúdo da parceria estratégica. Acho que essa parceria estratégica parte do reconhecimento de que o Brasil está se tornando cada vez mais importante para a Alemanha e vice-versa, a Alemanha cada vez mais importante para o Brasil. A Alemanha é a quarta economia do mundo; o Brasil, a sexta ou sétima, dependendo da contabilidade que se faça.

Então, são dois países que querem ter um relacionamento com maior valor, com maior intensidade, com um número maior de contatos entre governos, entre meios empresariais.

Então, a parceria estratégica que foi definida, se não me engano em 2002, tem um plano de ações na área política, de contatos de governo, de mecanismos de consultas etc; tem um conteúdo econômico comercial também de desenvolver certas prioridades.

Na época, falava-se muito que Brasil e Alemanha procurariam aprofundar as suas consultas sobre sistemas globais com base, por exemplo, na nossa posição comum em relação à reforma do Conselho de Segurança, nas tratativas na OMC, que estavam naquele momento muito, enfim... Havia uma expectativa de que podiam ser concluídas as negociações rapidamente. Mas havia também todo um interesse em redinamizar as relações bilaterais e dar a essas relações um novo conteúdo, em matéria de cooperação em energias renováveis, de agregação de valor ao comércio, de agregação de conteúdo tecnológico a essas relações e de cooperação tecnológica.

Há uma série de áreas em que se prevê o aprofundamento das relações. Talvez fosse o caso de procurarmos uma atualização desse plano de ação, que data de 2002. Já se passaram 10 anos. Eu acredito que muitas das prioridades permanecerão as mesmas, mas talvez haja nuances ou novas questões que possam ser acrescidas àquele programa de ação que foi determinado há alguns anos.

Eu tenho a impressão de que um contexto institucional muito favorável para isso seria esse mecanismo de consultas governo a governo de alto nível, que a Chanceler Angela Merkel acaba de propor ao Brasil, durante a visita do Vice-Presidente Michel Temer, e que está sendo analisado muito favoravelmente, naturalmente pelo Itamaraty. E vamos, então, definir como será implementado esse mecanismo, com que frequência, em que níveis e como será feito.

Mas, sem dúvida, eu acho que esse mecanismo vai reexaminar a parceria estratégica à luz das realidades e das necessidades atuais do relacionamento bilateral e, possivelmente, vai promover uma atualização das áreas prioritárias que constam da parceria estratégica.

O Senador José Agripino Maia lembrou também da questão da presença política da Alemanha e do papel das fundações nessa projeção política da Alemanha.

De fato, as fundações têm um alcance internacional. Eu me lembro de que, nos Estados Unidos, em Nova York, elas estão presentes e têm um programa voltado para as Nações Unidas, de que eu participei várias vezes na discussão de temas da atualidade como: desenvolvimento sustentável, a primavera árabe, a questão da reforma da governança internacional. Então, são fundações extremamente importantes, presentes internacionalmente e com um conteúdo também, um acervo de realizações, de reflexão sobre os temas da atualidade que representam uma contribuição muito importante.

Então, eu anotei a sugestão do Senador José Agripino de ficar atenta a essas fundações. Eu tenho certeza de que a Embaixada se relaciona com essas fundações de uma maneira frequente. Vou procurar intensificar essas relações e ver de que maneira elas também podem talvez realizar mais eventos no Brasil. Eu sei que todas estão presentes, no Brasil, com uma série de atividades aqui. Eu mesma vou visitá-las em São Paulo, na semana que vem, de maneira que isso é muito importante. Eu coincido plenamente com as sugestões feitas pelo Senador Agripino.

Ele mencionou também o interesse em que o Brasil acompanhe com toda atenção as formas que a Alemanha utilizará como estratégia para enfrentar a crise, como isso se refletirá na geração de novas tecnologias – tecnologias na área de energias alternativas – e como podemos nos beneficiar desse processo.

Isso, sem dúvida, é uma área de grande interesse. E eu vou procurar fazer disso também uma prioridade. Essa é a nossa atuação em Berlim.

O Senador Paulo Bauer, por sua vez, mencionou a questão do ensino profissionalizante na Alemanha e a capacidade que a cultura alemã tem de se planejar e se preparar para o futuro, com uma metodologia que seria extremamente útil para nós. Seria interessante que pudéssemos desenvolver mecanismos, seminários, enfim, formas de interação que pudessem trazer essa experiência para o Brasil, inclusive levando autoridades brasileiras para uma visita à Alemanha, a fim de que, com isso, possam se impregnar dessa visão de como atacar os problemas e de como enfrentá-los visando ao futuro. Isso é também muito importante.

No Brasil, temos essa cultura da improvisação, do jeitinho que muitas vezes funciona, mas é melhor não deixar para o acaso e, sim, procurar fazer um planejamento. Esse tema, sem dúvida, é de grande interesse.

Em relação aos aspectos culturais que o Senador Paulo Bauer também mencionou, sobretudo no sentido de um intercâmbio turístico mais forte entre Brasil e Alemanha, vou procurar trabalhar nessa linha. Inclusive, já tinha previsto fazer uma visita à Embratur e ao Ministério do Turismo a fim de verificar quais projetos estão sendo planejados para a Alemanha e de que forma podemos intensificar essa cooperação e essa promoção do turismo brasileiro na Alemanha.

Muito obrigada pelas suas palavras, Senador Pedro Simon, sempre muito generosas. V. Exª mostrou interesse em que eu falasse um pouco sobre a minha experiência no Conselho de Segurança, em relação à reforma do Conselho e se o Brasil levou alguma iniciativa em particular para ele.

No nosso mandato de 2010/2011, levamos a ideia de que o Conselho deveria procurar atuar não apenas na administração das crises, já que há uma sensação, também compartilhada por outros países, de que o Conselho tem procurado gerir crises, mas não tem conseguido obter a solução delas, ou tem atuado muito na dimensão da prevenção.

O Brasil, junto com os outros países, inclusive o Reino Unido, que compartilhava muito dessa nossa percepção, procurou fortalecer a capacidade do Conselho de atuar em prevenção, em mediação, em atividades diplomáticas que pudessem evitar conflitos ou a escalada do conflito. Participamos da atuação do Conselho apoiando essas atividades em relação ao Sudão, por exemplo, quando do referendo sobre a autonomia do Sudão do Sul. O Conselho realizou várias missões ao Sudão para acompanhar esse processo e encorajar uma solução que permitisse a implementação dos acordos de paz previstos no referendo. Também atuou para que a realização do referendo ocorresse de forma pacífica, com aceitação dos resultados. Enfim, foi todo um esforço feito no Conselho, do qual participamos, para evitar que houvesse uma reativação do conflito entre o Sudão e o Sudão do Sul.

Também procuramos fazer com que o Conselho incorporasse a dimensão do desenvolvimento econômico às questões e aos debates sobre os temas de segurança. Isso é muito ligado à nossa experiência no Haiti. Notamos que o Brasil, que tem liderado a força de paz desde 2004, por meio da Minustah, que é a força de paz das Nações Unidas, tem podido assegurar um espaço de estabilidade lá. Mas é muito importante que esse esforço, para se tornar sustentável, seja acompanhado de ações que permitam a revitalização da economia haitiana, a geração de empregos, a geração de projetos que possam dar, enfim, sustentabilidade a essa situação, que é mais estável hoje. Então, a preocupação é de que, no momento em que a força de paz possa sair, a situação não sofra uma reversão e o Haiti não volte a uma situação de conflito. Que haja condições propícias internas que levem a uma sustentabilidade da paz.

Essa ideia de combinar esforços para paz e segurança com esforços na área do desenvolvimento e de criação de instituições que permitam a sustentabilidade da paz é uma ideia em que o Brasil realmente finca o pé e que foi o tema da nossa Presidência. Os países, quando assumem a Presidência do Conselho de Segurança, escolhem um tema e fazem uma reunião de alto nível sobre esse tema. O Brasil escolheu a inter-relação paz e segurança e desenvolvimento. O Ministro Patriota presidiu a sessão em que tratamos desse tema. Foi adotada uma declaração presidencial que traça rumos para a atuação mais integrada das Nações Unidas nessas duas dimensões, e esse tema continua sendo trabalhado por outros países, inclusive, que reconhecem uma contribuição brasileira nessa questão.

Sobre a reforma do Conselho de Segurança, o que eu diria é que o Brasil vem trabalhando nesse tema há muitos anos. Ele foi lançado pela primeira vez em um discurso do Presidente Sarney, em 1989, na Assembleia Geral da ONU. O Presidente Sarney propunha, então, a reforma da ONU, reforma do Conselho de Segurança, com expansão nas duas categorias, como forma de adequá-lo às novas realidades políticas. E, desde então, tem havido uma negociação no âmbito da ONU que começou como um grupo de trabalho, que opera por consenso e que, portanto, tinha muitas dificuldades de avançar, porque, embora haja hoje na ONU o consenso de que o conselho precisa ser reformado, precisa ser ampliado para incluir novos membros, há muita divergência sobre qual a modalidade que deve assumir essa reforma.

Nós, por exemplo, junto com o G4 – Alemanha, Índia e Japão –, defendemos a ideia de que deve haver uma expansão nas duas categorias: entre os membros permanentes e entre os membros não permanentes. Há países que defendem uma expansão apenas na categoria de membros não permanentes; e há países que acham que deveria haver uma reforma intermediária, com assentos de longa duração, por um período talvez de 10, 12 anos, ao cabo do qual seriam feitas novas avaliações para verificar se aquela reforma era adequada ou se seria necessário avançar um pouco mais ou aprofundá-la.

Então, essas discussões continuam a ocorrer na ONU. Elas ocorrem no plenário da Assembleia Geral e é quando se nota o maior afluxo de representantes permanentes – em uma reunião de alto nível, com as salas cheias. Percebe-se que é um tema que continua a gerar muito interesse, muita atenção e muita mobilização.

Se V. Exª me perguntasse se é algo que vai ocorrer daqui a alguns anos – a médio prazo, a longo prazo –, eu diria que é muito difícil prever, porque isso envolve uma reforma da Carta da ONU, que, para ser reformada, é necessário que haja o apoio de dois terços dos membros da Assembleia Geral, ou seja, 128 votos, e a ratificação pelos membros permanentes. Então, são

condições extremamente difíceis de serem preenchidas. Isso significa que, se um grupo de países que podem não estar interessados naquele tipo de reforma quiserem bloquear, eles, embora não tenham maioria, podem atuar no sentido de evitar avanços nesse processo.

Mas eu acredito que sim: a lógica é uma lógica muito clara da necessidade da ampliação do Conselho. E essa lógica – que hoje em dia é atenuada pelas complexidades políticas – acabará por prevalecer e por levar a uma efetiva reforma do Conselho.

Eu gostaria também de fazer referência aos comentários do Senador Inácio Arruda. Eu agradeço muito a lembrança do grande momento que foi a votação, na Assembleia Geral, da elevação do *status* da Palestina, *status* de Estado observador – foi um momento de grande emoção na Assembleia, quando o Presidente Abbas proferiu o seu discurso e foi ovacionado de pé, mais de uma vez. Acho que isso mostra o grande apoio que há, internacionalmente, para a solução de criação de dois Estados.

E o Brasil teve um papel muito importante em 1947, 65 anos atrás, quando foi criado o Estado de Israel, quando foi adotada a partilha da Palestina e, em seguida, criado o Estado de Israel. Então, por essa mesma razão, o Brasil quis ter um papel importante de apoiar esse passo importante, no sentido da criação de um estado palestino, que, até hoje, não foi possível criar. E acho que esse voto, na ONU é um voto de confiança, na solução pacífica dessa questão, é um voto de confiança no fortalecimento da tese da criação dos dois Estados, que tem sido enfraquecida um pouco com a progressão nas construções dos assentamentos em terras que seriam terras dos palestinos, de acordo com as fronteiras de 1967, que estão previstas também na Resolução da ONU.

De maneira que acho que foi um momento alto para a Assembleia Geral da ONU. Espero que possa ter um reflexo positivo que leve à retomada e à aceleração das negociações, e, finalmente, à criação do Estado Palestino.

Acho que, com essas observações, concluo as minhas respostas. Não sei se deixei de responder a alguma coisa, mas me coloco à disposição da Comissão para complementar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Obrigado, Srª Embaixadora. Acompanhei sua manifestação e, com certeza, não passou nada despercebido; todas as questões foram muito bem abordadas por V. Exª.

De acordo com o disposto, no inciso IV do art. 52 da Constituição Federal, c/c o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno do Senado, a reunião da Comissão será transformada, a partir de agora, em secreta. Por isso, pediria aos nossos visitantes e participantes que deixassem a sala, por alguns instantes, para que pudéssemos fazer a apuração dos votos. E, para tanto, designo o Senador Inácio Arruda, para atuar como Secretário, conforme estabelece o art. 116, §2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é tornada secreta às 12 horas e 27 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Torna-se pública novamente a reunião.

Informo às Srªs e aos Srs. Senadores, e a todos que acompanham através do sistema de comunicação da Casa, da Rádio Senado, da TV Senado, enfim, de todos os mecanismos de divulgação desta reunião, que a Srª Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti teve seu nome aprovado, por unanimidade, pelos votantes desta reunião, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República Federal da Alemanha.

Cumprimento V. Exª pela brilhante exposição que fez e pelos votos que recebeu. Gostaria de agradecer a presença da Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, indicada para o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República Federal da Alemanha, e desejo a V. Exª uma profícua e exitosa missão naquela embaixada brasileira.

Temos agora itens para deliberação.

Item 2.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Srª Maria Luiza Ribeiro Viotti, como se trata de uma proposição para que o Senado brasileiro apoie a paz na Colômbia, quem sabe V. Exª possa ouvir a breve decisão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Convido V. Exª a permanecer por mais uns poucos minutos, já como convidada.

Item 2 da pauta.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 774, de 2012

Requerem, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado Voto de Aplauso ao Presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos, por sua disposição de promover um diálogo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), objetivando a conciliação nacional e a paz.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin (Substituído por Ad Hoc)
Relatoria *Ad Hoc*: Senador Inácio Arruda
Relatório: Pela aprovação

Consulto aos Srs. Senadores se desejam fazer uso da palavra. A relatoria caberia à Senadora Vanessa Grazziotin, que não se encontra.

Por isso, fica designado Relator *ad hoc* o nobre Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, faço com muita satisfação esta relatoria *ad hoc*, acrescentando ao requerimento do Senador Eduardo Suplicy e ao relatório da Senadora Vanessa Grazziotin a ação do governo do Presidente da República da Colômbia, a disposição da guerrilha em participar do esforço, mas acho muito significativo lembrarmos aqui, Senador Suplicy, a passagem de uma Senadora, extraordinária mulher, lutadora, disposta, que teve o seu mandato cassado, na Colômbia, pelo fato de ser a líder do movimento de colombianos e colombianas pela paz, a Senadora Piedad Córdoba.

Considero, inclusive, que a nossa Casa deveria condecorá-la pelo esforço extraordinário de paz, em um movimento de luta, de décadas a fio. Ela, que se articulou com o Governo brasileiro e com o governo da Venezuela, teve os meios necessários para resgatar os sequestrados. Quer dizer, foram aviões brasileiros, da Força Aérea Brasileira, numa ação de contribuição e conjunta com o governo e com a presença dela, fisicamente, dentro dessas aeronaves, porque ela era uma espécie de seguro de que essas pessoas seriam resgatadas com vida e de que os guerrilheiros não seriam atacados ao entregar as pessoas sequestradas.

Foi um esforço muito interessante, muito importante, que devemos registrar aqui neste momento. Portanto, nosso voto não poderia ser diferente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Estou de pleno acordo com a menção que V. Exª faz à Senadora Piedad Córdoba, que, inclusive, conheci pessoalmente na Colômbia. Sou testemunha, inclusive, de quando ela veio ao Brasil, pois, em certa ocasião, esteve aqui no Senado, conversou conosco e sempre com esse propósito mencionado por V. Exª: de promover o melhor entendimento para que haja a pacificação na Colômbia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – Pela aprovação.

Coloco o relatório do nobre Senador Inácio Arruda em discussão. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa*.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com a benção da Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, com toda a sua bagagem em favor da paz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A matéria está aprovada.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Como citamos a Piedad Córdoba, então ficou uma luta das mulheres pela paz.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco/PSDB – SC) – A matéria está aprovada e vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradecendo a presença de todas as Srªs e os Srs. Senadores, convoco a nossa próxima reunião a realizar-se no dia 13 de dezembro de 2012, quinta-feira, às 10 horas, neste plenário, com pauta deliberativa.

Muito obrigado a todos!

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é tornada secreta às 12 horas e 27 minutos, reaberta às 12 horas e 29 minutos e encerrada às 12 horas e 35 minutos.)

ATA DA 46ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 07.

Às dez horas do dia onze de dezembro de dois mil e doze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Presentes os Senhores Senadores **Anibal Diniz**, **Eduardo Suplicy**, **Vanessa Grazziotin**, **Sérgio Souza**, **Cristovam Buarque**, **Antonio Carlos Valadares**, **Francisco Dornelles**, **Aloysio Nunes Ferreira**, **Paulo Bauer, Cidinho Santos**, **Delcídio do Amaral**, **Lobão Filho**, **Ana Amélia** e **Inácio Arruda**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 45ª Reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos Comunicados da Presidência. O Presidente dá início à apreciação da pauta. O Senador **Anibal Diniz** solicita inclusão extrapauta do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2012, que "dispõe sobre a criação do Quadro de Oficias de Apoio – QOAp no Corpo de Oficiais da Ativa do Comando da Aeronáutica e dá outras providências". Aprovado. Solicita, ainda, o Senador **Anibal**

Diniz, inversão de pauta para o item 4 e para o item extrapauta PLC nº104, de 2012. Aprovada a inversão de pauta. **Item 4 – Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que "*altera dispositivos da Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989, que cria o Quadro Complementar de Oficiais do Exército – QCO*". Relator *ad hoc*: Senador **Anibal Diniz**. Resultado: Aprovado. **Item 6 extrapauta – Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que "*dispõe sobre a criação do Quadro de Oficiais de Apoio – QOAp no Corpo de Oficiais da Ativa do Comando da Aeronáutica e dá outras providências*". Relator: Senador **Anibal Diniz**. Resultado: Aprovado o relatório com a Emenda nº 4-CRE, que passa a constituir Parecer da Comissão. **Item 1 – Mensagem nº 108, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora MARCELA MARIA NICODEMOS, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda e à República do Burundi".* Relator *ad hoc*: Senador **Sérgio Souza**. Resultado: Lido o Relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº1, de 2011-CRE. **Item 2 – Mensagem nº 112, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã".* Relator *ad hoc*: Senador **Anibal Diniz**. Resultado: Lido o Relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº1, de 2011-CRE. **Item 3 – Mensagem nº 113, de 2012**, de autoria da Presidenta da República, que *"submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia".* Relator: Senador **Sérgio Souza**. Resultado: Lido o Relatório, foi concedida vista coletiva da matéria, conforme o art. 3º do Ato nº1, de 2011-CRE. O Senador **Sérgio Souza** requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2012, de autoria da Presidenta da República, que "*altera dispositivos da Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989, que cria o Quadro Complementar de Oficiais do Exército – QCO".* O Senador **Anibal Diniz** requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2012, de autoria da Presidenta da República, que "*dispõe sobre a criação do Quadro de Oficiais de Apoio – QOAp no Corpo de Oficiais da Ativa do Comando da Aeronáutica e dá outras providências"*. **Item 5 – Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 540, de 2012**, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que "a*prova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique relativo ao Reconhecimento Mútuo de Carteiras de Habilitação, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010".* Relator *ad hoc*: Senador **Cidinho Santos**. Resultado: Aprovado. **Item 7 extrapauta – Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 40, de 2012**, que diz: "*nos termos do disposto no art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLC nº 110, de 2012*". Resultado: Aprovado. **Item 8 extrapauta – Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 41, de 2012**, que diz: "*nos termos do disposto no art. 336, II, do Regimento do Senado Federal, requeiro urgência para o PLC nº 104, de 2012*". Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor,** Presidente da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Declaro aberta a 46ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

De S. Exª o Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, a Presidência desta Comissão recebeu o seguinte ofício:

Encaminho, em anexo, cópia do Ofício AMB 12-145, em que o Embaixador dos Estados Unidos da América Thomas A. Shannon, solicita transmitir a V. Exª os agradecimentos, em nome do governo daquele país e das quatro famílias, pela inserção em ata de voto de pesar pela morte do embaixador e de outros três diplomatas em recentes acontecimentos havidos na Líbia.

Assina S. Exª o Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, e anexa a carta de S. Exª o Em-

baixador Thomas Shannon, dos Estados Unidos da América, acreditado junto ao nosso País.

Comunicados.

Adesão da Bolívia ao Mercosul: realizou-se, no dia 7 de dezembro último, em Brasília, a 44ª Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum do Sul, ainda sem a presença do Paraguai, quando foi firmado o protocolo de adesão da Bolívia ao Mercosul.

Foi criado, na ocasião, um grupo de trabalho para cumprir com as tarefas para plena incorporação da Bolívia ao Bloco. Com isso, a Bolívia será o sexto Estado-parte do Mercado Comum do Sul.

O grupo de trabalho criado pelo protocolo terá um prazo de 180 dias para estabelecer cronogramas e tarefas relativas à adesão, que se processará em até 4 anos, com base nos parâmetros estabelecidos pelo grupo.

Serão priorizados os trabalhos relativos à adoção de um programa de liberalização comercial entre a Bolívia e cada Estado-parte do Mercosul e o estabelecimento de diretrizes para as negociações externas com terceiros países ou blocos de países.

A entrada da Bolívia no Mercosul, como membro pleno, cria um mercado de 285 milhões de habitantes, numa área de 13,8 milhões de quilômetros quadrados.

No tocante à situação do Paraguai no Bloco, a declaração presidencial, ademais da discutível afirmação de que houve ruptura de ordem constitucional, reitera que o processo eleitoral atualmente em curso naquele país conduz à plena normalização de sua vida institucional. Lembro que esta foi a condição imposta pelos demais membros: a reintegração do Paraguai no Mercosul.

Segundo comunicado.

Situação no Egito: o Presidente Mohamed Mursi, numa tentativa de aplacar os protestos populares dos últimos dias, anulou, no sábado, o decreto que lhe conferia amplos poderes, mas manteve a decisão de realizar o referendo sobre a nova Constituição, marcada para o próximo sábado, dia 15. Ao mesmo tempo, ordenou os militares a manter a ordem e a segurança, em coordenação com a polícia, e proteger as instituições do Estado, além de lhes conferir o poder de prender civis até o anúncio dos resultados do referendo. A decisão provocou novos protestos e o receio da volta do regime militar no Egito.

Os líderes da oposição convocaram novas manifestações para hoje, enquanto grupos islâmicos prometeram sair às ruas em defesa do Presidente, aumentando o temor de mais confrontos nas ruas do Cairo.

Ainda não está claro se a oposição irá boicotar o referendo do próximo sábado, mas a rescisão do decreto presidencial levou um grupo de juízes a anunciar, ontem, a sua disposição de supervisionar o voto, desde que os manifestantes pró-Mursi, da Irmandade Muçulmana, abandonem seu protesto diante do prédio da Suprema Corte Constitucional.

As eleições no Egito são tradicionalmente supervisionadas pelo Judiciário, mas o decreto de 22 de novembro, pelo qual o Presidente se atribuiu poderes discricionários, retirando do Judiciário o direito de se pronunciar sobre seus atos, levou milhares de juízes a declararem greve.

A oposição argumenta que o projeto da nova Constituição foi elaborado por uma Assembleia dominada pelos aliados islâmicos do Presidente Mursi, afirmando que não reconhecerá um documento que não representa o povo egípcio e que levará a mais divisões e sedição.

No domingo, centenas de manifestantes da oposição protestaram novamente quanto ao referendo, em frente ao palácio presidencial.

A grande diferença entre os protestos atuais e os registrados durante a revolução de janeiro é que havia, naquela época, um sentimento de união no país, representado pelo povo contra o regime de Hosni Mubarak. Agora o Egito se polariza; agora é o povo contra o povo.

Iniciando a pauta do dia de hoje.

Pela ordem, S. Exª o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, solicito que seja incluída na pauta a apreciação do PLC 104, de autoria da Presidenta da República, que dispõe sobre a criação do Quadro Operacional de Apoio do Comando da Aeronáutica. Se pudesse ser incluído em pauta, eu agradeceria; inclusive, se pudéssemos inverter a pauta para apreciá-lo imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – S. Exª, o Senador Anibal Diniz sugere, em primeiro lugar, a inclusão extrapauta de projeto que trata de uma questão análoga ao item 4, que altera dispositivos da Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989, que cria o Quadro Complementar de Oficiais do Exército – QCO. Esse é o Projeto de Lei da Câmara nº 110. É o item 4 da nossa pauta do dia de hoje.

S. Exª, o Senador Anibal Diniz sugere a inclusão na pauta do dia de hoje, extrapauta, portanto, de um projeto que, por analogia, poderia ser dado hoje como lido e, eventualmente, depois da deliberação, aprovado.

Dizem os nossos atos que, por analogia, a inclusão de itens extraordinários está regulamentada pelo Ato nº 2, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que exige antecedência para elaboração e envio da pauta.

O art. 3º do referido Ato reza, no entanto, que, salvo situações extraordinárias, nenhuma reunião será realizada sem que a pauta devidamente preparada

pela Secretaria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional seja enviada aos membros dois dias antes de sua realização.

Como está próximo o final dos nossos trabalhos e dada a urgência da aprovação de certas matérias, consulto as Srªs e os Srs. Senadores sobre a pertinência de incluirmos na pauta da presente reunião o Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2012, aqui referido por S. Exª o Senador Anibal Diniz, que dispõe sobre a criação do Quadro de Oficiais de Apoio – QOAp no corpo de oficiais da ativa do comando da Aeronáutica e dá outras providências.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam a inclusão desse item na pauta do dia de hoje permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A segunda solicitação de S. Exª, o Senador Anibal Diniz, foi no sentido de que houvesse inversão de pauta; que colocássemos logo a leitura e a deliberação do projeto que passa a ser o item 6 e do item 4, com a aprovação agora do Plenário desta Comissão da inclusão do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2012.

As Srªs e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a inversão da pauta, reiniciando com o item 4 e em seguida com o item 6, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Começamos, então, a pauta do dia de hoje com o item nº 4.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, de 2012 – Não Terminativo –

Altera dispositivos da Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989, que cria o Quadro Complementar de Oficiais do Exército – QCO.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Sérgio Souza.

Indico, como Relator *ad hoc*, S. Exª o Senador Anibal Diniz.

Concedo a palavra a V. Exª para leitura do relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Diz o relatório, de autoria do Senador Sérgio Souza, para o PLC nº 110, de 2012:

O Projeto de Lei em epígrafe, originário da Câmara dos Deputados, pretende alterar a Lei nº 7.831, de 1989, que cria Quadro Complementar de Oficiais do Exército – QCO.

O Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2012 (PL nº 1.822, de 2011, na origem), foi aprovado na Câmara dos Deputados sem alterações do projeto oriundo da Presidência da República.

Naquela Casa, essa proposição passou pelo crivo da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sendo remetida ao Senado Federal no dia 12 de novembro de 2011.

Nesta Casa, o projeto foi distribuído à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

Análise.

O presente Projeto, inicialmente, corrige na Lei nº 7.831, de 2 de outubro de 1989, referências a antigo "Ministério" do Exército, substituindo-as por "Comando" do Exército. Essa correção, que é uma adequação à nova organização administrativa federal militar, em que os Comandos das três forças orbitam em torno do Ministério da Defesa, foi operada no art. 1º, no §2º do art. 2º, no §4º do art. 4º e no art. 11 da mencionada Lei.

Além disso, o PLC nº 110, de 2012, acrescenta, no art. 2º da Lei nº 7.831, de 1989, o posto de Coronel aos demais postos de Oficiais que fazem parte do Quadro Complementar dos Oficiais do Exército (QCO). Esta é, sem dúvida, a principal virtude da proposição, pois permitirá a promoção ao posto de coronel dessas pessoas que ingressam no Exército como especialistas na área jurídica, pedagógica, contábil, de comunicação, de estatística e econômica, e que muito têm contribuído para a eficiência da Força terrestre.

Por fim, a proposição confere a escolha do número de vagas para o QCO a ato do Comandante do Exército, sem as condicionantes e preferências existentes na atual legislação e que conflitam com norma constitucional.

Portanto, o PLC nº 110, de 2012, está adequado constitucionalmente, possui boa técnica legislativa e não apresenta vícios de juridicidade.

Voto.

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2012.

É como voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor – Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Anibal Diniz, pela leitura do relatório do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2012, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passamos agora, conforme deliberado anteriormente, ao item extraordinário.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, de 2012 – Não Terminativo –

Dispõe sobre a criação do Quadro de Oficiais de Apoio – QOAp no Corpo de Oficiais da Ativa do Comando da Aeronáutica e dá outras providências.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Anibal Diniz
Autoria: Presidenta da República.
Relatoria: Senador Anibal Diniz.

Concedo a palavra a V. Exª para proferir o seu relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2012, de autoria da Presidente da República, dispõe sobre a criação do Quadro de Oficiais de Apoio do Comando da Aeronáutica e dá outras providências.

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2012, cuja ementa está acima epigrafada.

A lei que resultar de eventual aprovação do PLC em exame criará, no Corpo de Oficiais da Ativa do Comando da Aeronáutica, como Quadro de Carreira, o Quadro de Oficiais de Apoio dos integrantes da Aeronáutica.

Os integrantes do Quadro de Oficiais de Apoio dos integrantes da Aeronáutica exercerão cargos militares de apoio à atividade fim, tanto de natureza técnica quanto administrativa e gerencial, relativos às suas especialidades ou outros cargos e funções que lhes forem atribuídos, de acordo com os interesses da Aeronáutica. O novo Quadro, cujo acesso se dará mediante realização de concurso público específico e conclusão com aproveitamento de estágio de adaptação, será constituído de postos ordenados hierarquicamente de primeiro-tenente a coronel.

O projeto estabelece, ainda, que os cargos providos no Quadro de Oficiais de Apoio são aqueles remanejados do Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica e do Quadro Feminino de Oficiais, nos limites fixados pela Lei n° 12.243, de 24 de maio de 2010, que altera o art. 1° da Lei n° 11.320, de 6 de julho de 2006, que fixa os efetivos do Comando da Aeronáutica, em tempo de paz, para criar cargos no âmbito dessa Força.

A proposição foi distribuída às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Nesta Comissão, foram apresentadas cinco emendas ao projeto. O Senador Gim Argello apresentou a Emenda nº 1 – CRE com o fim de alterar "a redação dos artigos 1° e §1°, §2° e §4°, Arts. 3° e 7°" e inserir "arts. 8°, 9°, 10, 11, 12, 13, 14 e 15" no PLC. As alterações propostas pelo Parlamentar visam, em síntese, criar Quadro Especial de Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica – QESA, como quadro de carreira no Corpo de Oficias da Ativa do Comando da Aeronáutica.

Já a Emenda n° 2 – CRE, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, objetiva alterar a redação do art. 7° e inserir os arts. 8° a 17 no Projeto. O escopo das alterações propostas nesse caso é a criação, no Corpo de Graduados da Ativa do Comando da Aeronáutica, do Quadro Especial de Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica (QESSA), como quadro de carreira.

O Senador Lindbergh Farias, por sua vez, propõe duas emendas, à maneira de substitutivo, ao Projeto de Lei em exame. Cuida-se das Emendas n° 3, que busca alterar "a redação do art. 1°, §2° do art. 2º, 3º e 7º e insere artigos 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16" no Projeto. As modificações apresentadas têm por finalidade a criação, no Corpo de Oficiais da Ativa do Comando da Aeronáutica, do Quadro de Oficiais de Apoio (QOAp) e Quadro de Sargentos Especial (QESA), como quadro de carreira, e n° 5, que "altera a redação do art. 1º, §§ 1º a 4º; dos arts. 3º a 7º; e insere §§ 5° a 7° no art. 1º; §§ 1° e 2° no art. 3º; e insere os arts. 8º; 9º; 10; 11; 12; 13; 14; 15 e 16 ao Projeto de Lei n° 104, de 2012".

Análise.

Nos termos do art. 103, incisos V e VIII, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre Forças Armadas de terra, mar e ar e outros assuntos correlatos.

Nesse sentido, colhe-se da exposição de motivos encaminhada pela Presidente da República a seguinte passagem:

O QOAp terá a finalidade de atender às demandas da Aeronáutica, utilizando-se de recursos humanos capacitados nas áreas de saúde, de ciências exatas e humanas, de infraestrutura e de atendimento sanitário.

A rápida evolução dos processos e procedimentos nessas áreas e a necessidade multidisciplinar de apoio aos recursos humanos implicam a inclusão de profissionais de nível superior para suprir as deficiências desses setores.

A iniciativa visa, também, proporcionar a realocação do efetivo do Comando da Aeronáutica, uma vez que a partir de 1992 deixou de ocorrer o ingresso de oficiais de carreira nas diversas especialidades do

Quadro Feminino de Oficiais. Com a natural passagem para a reserva remunerada das militares remanescentes desse quadro, surge a carência de especialistas nas atividades correlatas.

Os integrantes do Quadro Operacional de Apoio, além de suprir necessidades afetas diretamente à Aeronáutica, cumprirão missões de apoio ao desenvolvimento nacional, contribuindo, dentre outras atividades, com o incremento e a manutenção da infraestrutura aeroportuária, de responsabilidade do Comando da Aeronáutica, e nas Ações Cívico-Sociais nas regiões mais carentes do País.

O texto é absolutamente autoexplicativo. Ele está em sintonia com desafios contemporâneos da Aeronáutica, que, como descrito, transcendem as necessidades relacionadas de maneira direta à Força, mas que também são relevantes para o preenchimento mais amplo das atribuições da Força Aérea Brasileira.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2012, com rejeição das Emendas nºs 1, 2, 3 e 5 e com a aprovação da seguinte emenda:

EMENDA Nº – CRE

Dê-se ao inciso III do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2012, a seguinte redação:

> "Art. 2º .....
> III – possuir no mínimo 18 (dezoito) e no máximo 32 (trinta e dois anos) de idade em 31 de dezembro do ano da matrícula no estágio de adaptação;
> ....."

É o voto, Sr. Presidente, pela aprovação do PLC 104 da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Com as emendas que V. Exª...

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com a Emenda que foi descrita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Anibal Diniz.

Em votação, o relatório do PLC da Câmara nº 104, de 2012.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para seguimento de sua tramitação.

Item seguinte da Pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 108, de 2012
– Não Terminativo –

> Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Marcela Maria Nicodemos, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda e à República do Burundi.
> **Autoria:** Presidenta da República
> **Relatoria:** Senador Cidinho Santos

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Sérgio Souza para, na qualidade de Relator *ad hoc*, fazer a leitura do relatório.

Tem a palavra V. Exª.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz da Srª Marcela Maria Nicodemos, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República do Quênia e, cumulativamente, junto à República de Ruanda, à República de Uganda e à República do Burundi.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente, conforme art. 52, inciso IV.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* da diplomata indicada, do qual extraímos para este Relatório as informações que se seguem.

Marcela Maria Nicodemos nasceu em Petrópolis – RJ. É filha de Wilson Nicodemos e Nelinda Teixeira. Em 1978, graduou-se em Direito pela Associação de Ensino Universitário do Distrito Federal. No Instituto Rio Branco frequentou o Curso de Preparação para a Carreira de Diplomata, em 1976; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1982 e o curso de Altos Estudos, em 2005. Neste defendeu a tese intitulada: "As Nações Unidas e a Promoção do Direito da Mulher: retórica ou realidade?".

Nomeada Terceira Secretária em 1977, a Diplomata foi promovida a Segunda Secretária em 1979, a Primeira Secretária em 1987, a Conselheira em 1995, a Ministra de Segunda Classe em 2005 e a Ministra

de Primeira Classe em 2012. Entre as missões de que participou, bem como cargos por ela ocupados, destacam-se: Chefe Substituta da Divisão do Mar da Antártida e do Espaço, de 1994 a 1995; e da Divisão das Nações Unidas, de1995 a 1997; Chefe da Divisão de Temas Sociais, em 1997; Conselheira na Missão junto à Organização das Nações Unidas, de 1997 a 2001; Conselheira Encarregada de Negócios na Embaixada do Panamá, de 2001 a 2004; Consulesa-Geral Adjunta no Consulado-Geral em Montreal, de 2004 a 2006; Ministra Conselheira e Encarregada de Negócios na Embaixada de Lima, de 2006 a 2009; e Embaixadora no Ierevan, em 2009.

Foi agraciada com as seguintes condecorações nacionais: Ordem do Rio Branco Comendador; Medalha do Pacificador; Medalha do Mérito Santos Dumont; Medalha Amigo da Marinha.

Além do currículo, consta do processo documento informativo sobre a República do Quênia, bem como das Repúblicas de Ruanda, Uganda e Burundi.

O relacionamento Brasil – Quênia teve início formal em 1963, no ano da independência do país africano. Em 1967 foi estabelecida a missão diplomática em Nairobi, que foi elevada à Embaixada em 1974. O Quênia, por sua vez, abriu embaixada no Brasil, em Brasília, no ano de 2006. Nesse período tem início o incremento das relações bilaterais por meio da realização das comissões mistas bilaterais. No âmbito dessas iniciativas, foram celebrados acordos nas áreas de saúde (ações de combate à Aids e programas de prevenção e controle da malária) e de cooperação técnica (capacitação de órgãos quenianos em matéria de prevenção e combate a incêndios).

Nova e mais profícua etapa do entendimento entre os dois países, no entanto, deu-se a partir da viagem do Presidente Lula a Nairobi, em 2010. A primeira visita de um chefe de estado brasileiro ao Quênia representou forte incremento nas relações bilaterais. Dessa viagem resultou a celebração de vários acordos em diferentes domínios, bem assim estreitando a cooperação nas áreas de saúde, de política social, de esporte e de educação. Desde então, intensificaram-se visitas de delegações quenianas ao Brasil. O Quênia se apresenta como um forte parceiro comercial brasileiro com oportunidades de exportação de máquinas agrícolas, produtos manufaturas em geral, aeronaves e construção civil. O comércio bilateral cresceu, nos últimos cinco anos, mais de 300%. Passamos de US$62 bilhões, em 2007, para US$252 bilhões, em 2011. O saldo comercial segue sendo amplamente favorável ao Brasil. Exportamos tratores, máquinas de semear, colheitadeiras, aeronaves, açúcar refinado e óleos vegetais. E importamos peles e couro, bem como o chá.

O país é parceiro estratégico no Continente Africano. Nairobi é sede do programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN – Habitat). Essa condição projeta a capital queniana na diplomacia regional. O País integra, ainda, a Comunidade da África Oriental (EAC), composta por Quênia, Tanzânia, Uganda, Ruanda e Burundi, que é União Aduaneira, com população estimada em 125 milhões de pessoas e Produto Interno Bruto de US$60 bilhões.

No tocante às Repúblicas de Ruanda, de Uganda e do Burundi, o relacionamento é mais modesto. Tanto do ponto de vista de trocas comerciais quanto da cooperação técnica ou os desafios seguem sendo enormes. O Brasil tem, assim, amplo campo para o desenvolvimento das relações com essas Repúblicas. A partir de Nairobi, no entanto, o aperfeiçoamento do intercâmbio bilateral pode ocorrer.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB - AL) – Muito obrigado a S. Exª Senador Sérgio pela leitura do relatório, de autoria de S. Exª Senador Cidinho Santos, que chegou um pouco atrasado. Parabéns pela elaboração do seu relatório, Sr. Senador!

Em discussão, a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida, portanto, vista coletiva, nos termos do § 2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Agradeço, mais uma vez, a S. Exª o Senador Sérgio Souza pela leitura do relatório de autoria de S. Exª o Senador Cidinho Santos.

Passa-se à leitura do próximo item:

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 112, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Delcídio do Amaral
Relatório: Pronto para deliberação
Relatoria: S. Exª o Senador Delcídio do Amaral

Concedo a palavra ao Senador Anibal Diniz, para, como Relator *ad hoc*, ler o relatório.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. Santiago Irazabal Mourão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Irã.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, deliberar, por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente – art. 52, IV.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem:

Nascido em Flores, no Uruguai, (brasileiro de acordo com o art. 129, inciso II, da Constituição de 1946) filho de Ruben Pedro Irazabal Vilar e Laurita Lourdes Linhares Mourão, graduou-se em Direito pela Universidad de La República – Montevidéu, em 1978. No Instituto Rio Branco, concluiu, em 1982, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata e, em 2003, o Curso de Autos Estudos, com tese sobre "Proliferação de Mísseis e seu Impacto no Quadro Estratégico Global".

Nomeado 3º Secretário em 1983, o diplomata em apreço foi promovido a Segundo Secretário em 1987, a Primeiro Secretário em 1994, a Conselheiro em 1999, a Ministro de Segunda Classe em 2005 e a Ministro de Primeira Classe em 2012.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou, cumpre destacar os seguintes: Assessor Especial do Ministério do Planejamento, de 1995 a 1998; Assessor junto ao Gabinete do Ministro de Estado, de 1998 a 2000; Conselheiro da Delegação junto às Nações Unidas em Nova York, de 2000 a 2004; Chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias sensíveis, de 2004 a 2010; Diretor do Departamento de Europa desde 2010. Chefiou ainda delegações junto a diversas conferências sobre regimes de controle de mísseis, tecnologias sensíveis e não proliferação nuclear.

Consta, ainda, do processado, além do *curriculum vitae* relatado, documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República Islâmica do Irã. Há dados básicos sobre política interna e externa, bem como há informações sobre as relações bilaterais com o Brasil.

A República Islâmica do Irã caracteriza-se como república teocrática, composta predominantemente por muçulmanos xiitas, 89% da composição étnica.

O Líder Supremo – indicado pela Assembleia dos Sábios, que é composta por clérigos – ocupa posição de natureza vitalícia, atualmente pertencente ao aiatolá Ali Khamenei. Trata-se de autoridade máxima do Irã, que detém, além de atribuições no âmbito religioso, poder de decisão em assuntos de Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Exerce, ainda, influência sobre os candidatos à Presidência da República, que comanda as forças armadas do País. Atualmente, o Governo encontra-se completamente controlado pela ala conservadora, desenhando-se um quadro de retrocesso em relação à aproximação com o ocidente, alinhavada pelo ex-Presidente Mohammad Khatami, que foi sucedido pelo conservador Mahmoud Ahmadinejad, nas eleições de 2005. O Governo de Ahmadinejad buscou aproximar-se de países da América Latina, como estratégia para superar o isolamento a que foi submetido por sua política agressiva frente aos Estados Unidos da América, e a países da Europa ocidental, com os quais as relações tornaram-se ainda mais difíceis devido à determinação iraniana em manter programas nucleares.

O relacionamento bilateral entre o Brasil e Irã é cordial e tem progredido nos últimos anos. Vale reafirmar que as relações com a América Latina ocupam posição de destaque na política externa iraniana. Além disso, o Governo de Teerã identifica afinidades entre as agendas globais de ambos os países e pretende incrementar a cooperação bilateral nos campos energético, de turismo, acadêmico, cultural, e no âmbito dos direitos humanos e da Organização das Nações Unidas.

O Brasil, por sua vez, visa ampliar a cooperação econômica e comercial com o Irã. O País tem sido mercado de exportação do Brasil no Oriente Médio.

No campo energético, cumpre ressaltar que o Irã, apesar de ser grande exportador de petróleo bruto, possui reduzida capacidade de desenvolvimento de indústria de refinaria. Além disso, o aumento do consumo de combustíveis, acompanhado das consequências econômicas e ambientais, tem estimulado o governo iraniano a encontrar alternativas energéticas, havendo, assim, espaço para iniciativas de cooperação bilateral nos ramos de biocombustíveis e transportes.

Registrem-se, ainda, alguns temas que merecem especial atenção das autoridades brasileiras, como a política nuclear iraniana, a relação da República Islâmica com potências como a Rússia e a China, a participação iraniana no conflito da Síria e o seu apoio a grupos radicais como Hezbollah e, ainda, a rivalidade crescente entre iranianos e israelenses e entre aqueles e potências ocidentais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

E, diante do exposto, Sr. Presidente, nada melhor que um especialista em mísseis para nos representar no Irã.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Exª, Senador Anibal Diniz, pela leitura do relatório, referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2012.

Em discussão o relatório.

Não havendo quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva nos termos do §2º, do art. 3º do Ato nº 1 desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O nosso próximo Item da pauta é o item 3.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 113, de 2012
– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.
Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra V. Exª, Senador Sérgio Souza, para proferir o seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Senhora Presidente da República faz do Sr. Antonio Luis Espínola Salgado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Turquia.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente, conforme art. 52, IV, da Constituição.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou *curriculum vitae* do interessado, do qual extraímos para esse relatório as informações que se seguem.

Nascido no Rio de Janeiro, filho de Antonio de Vicente da Silva Salgado e Gilda Espinola Salgado, graduou-se em Ciências Jurídicas, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1974; no Instituto Rio Branco concluiu, em 1980, o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata; em 1990, o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas; e, em 2003, o curso de Altos Estudos.

Nomeado Terceiro Secretário em 1981, o Diplomata em apreço foi promovido a Segundo Secretário em 1986; por merecimento, foi promovido a Primeiro Secretário, em 1992; a Conselheiro, em 1999; a Ministro de Segunda Classe, em 2006; e a Ministro de Primeira Classe, em 2010.

Entre os cargos exercidos e as missões importantes de que participou cumpre destacar as seguintes: Assessor da Divisão das Nações Unidas, em 1991; Primeiro Secretário em Missão Permanente em Genebra, em 1994; Chefe da Divisão de Recursos Humanos, em 1997; Conselheiro na Embaixada de Berna, em 2003; Chefe de Gabinete na Subsecretaria-Geral Política I, em 2005; Encarregado de Negócios em missão transitória na Embaixada no Panamá, em 2006; Embaixador, em Teerã, de 2008 até a presente data.

Consta ainda do processado, além do *curriculum vitae* relatado, documento informativo anexado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da Turquia. Há dados básicos, dados sobre política interna e externa, bem como informações sobre as relações bilaterais com o Brasil.

A Turquia possui localização privilegiada, faz fronteira com 8 países e com o Mar Mediterrâneo, o Mar Egeu e o Mar Negro; possui população estimada de 74 milhões de habitantes, distribuída em uma extensão de 784 mil quilômetros quadrados. A Turquia é o 37º país em extensão; comparando com as dimensões dos territórios brasileiros, tem um pouco mais da metade do Estado do Amazonas.

Com o PIB nominal de US$773 bilhões e crescimento em torno de 9% ao ano, a Turquia destacou-se como a 18ª principal economia do mundo em 2011. O setor de serviços é o principal ramo de atividade e respondeu por 63% do PIB, seguido do industrial, com 27%, e agrícola, com 10%.

A Turquia foi o 41º principal parceiro comercial do Brasil em 2011. Entre 2007 e 2011, o intercâmbio comercial brasileiro com o País cresceu 163%, sendo 111% nas exportações e 338% nas importações. Em valores o intercâmbio entre os dois países, passou de US$903 milhões para US$2,4 bilhões em 2011.

A participação da Turquia no comércio exterior brasileiro foi de 0,5% em 2011. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil, em todo o quinquênio, apresentou superávit US$543 milhões em 2011.

A crescente influência negocial da Turquia, conquistada graças ao seu apoio a diversos movimentos

da Primavera Árabe, tem feito com que o país se torne um aliado estratégico do Brasil no Oriente Médio, em termos políticos e comerciais.

As relações diplomáticas entre os dois países ganharam destaque internacional em 2010, quando ambos participaram ativamente de uma negociação para que o Irã aceitasse enriquecer no exterior urânio do seu programa nuclear.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, Sr. Presidente, não cabe aduzir outras considerações no âmbito deste relatório.

Era esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S.Exª o Senador Sérgio Souza, pela leitura de seu relatório.

Coloco, agora, em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 3º do Ato nº 1, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S.Exª, o Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, foi lido e aprovado o PLC nº 10, o item 4 da pauta, de minha relatoria, tendo sido designado Relator *ad hoc* o Senador Anibal Diniz.

Tendo em vista a natureza desta matéria, protocolei, agora há pouco, um requerimento à Mesa, que se encontra sobre a mesa, requerendo a urgência para este PLC para que possamos votar, ainda este ano, no âmbito do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S.Exª, o Senador Sérgio Souza.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Pela ordem, S.Exª o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Da mesma forma que faz o Senador Sérgio Souza, gostaria de pedir, também, urgência para a aprovação do PLC nº 104, que trata da criação do Quadro de Oficiais de Apoio do Comando da Aeronáutica, que também foi lido e aprovado nessa sessão da Comissão de Relações Exteriores.

Muito obrigado a V.Exª, Senador Anibal Diniz.

A Mesa recebeu dois requerimentos: um de autoria do Senador Sérgio Souza; outro de S.Exª o Senador Anibal Diniz, ambos solicitando urgência, um para o PLC nº 104 e outro para o PLC nº 110.

A Mesa acolhe a solicitação e solicita à Secretaria-Geral desta Comissão para que providencie o requerimento de urgência para tramitação dos PLCs nºs 104 e 110.

O próximo item da pauta.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 540, de 2012
– Não Terminativo –

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique relativo ao Reconhecimento Mútuo de Carteiras de Habilitação, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010.
Autoria: Presidenta da República
Relatoria: Senador Eduardo Lopes

Indico S. Exª o Senador Cidinho Santos para atuar como relator *ad hoc* desse Projeto de Decreto Legislativo e concedo a palavra, com muito prazer, a S. Exª.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srªs e Srs. Senadores, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Chefe do Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 485, de 13 de outubro de 2011, submete ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique relativo ao reconhecimento Mútuo de Carteiras de Habilitação, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo, decorrente da mensagem e formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Em seguida, a proposição foi distribuída, também, para as Comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania. A Mensagem foi recebida pela Câmara dos Deputados em 17 de outubro de 2011 e o Projeto de Decreto Legislativo dela derivado foi aprovado em 1º de novembro de 2012, chegando ao Senado Federal no dia 7 de novembro subsequente.

Nesta Casa, a proposição foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, na Comissão, a este Relator, em 20 de novembro de 2012, após cumprir prazo regimental sem recebimento de emendas.

Segundo esclarece a Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, que acompanha a Mensagem, de 21 de julho de 2011, do Ministério das Cidades, o presente Acordo tem por objeto o reco-

nhecimento mútuo de carteiras de habilitação emitidas pelas autoridades competentes das duas partes aos seus nacionais com residência legal nesses Estados e visa a melhorar as condições de vida e de trabalho dos brasileiros residentes em Moçambique e dos moçambicanos residentes no Brasil.

Análise.

Cuida-se aqui de um ato internacional entre Brasil e Moçambique que visa a simplificar os procedimentos do permissivo legal para condução de veículos automotores por cidadãos dos dois países quando residentes no outro país.

O Acordo adquire relevância pela identidade cultural e linguística dos dois países e pelos vínculos históricos, com grande parte da população brasileira proveniente da África e, em especial, com a forte presença brasileira atualmente em Moçambique.

O titular de carteira de habilitação válida expedida por uma das Partes terá seu documento reconhecido para conduzir veículos motorizados no território da outra parte por um período de até 180 dias, de acordo com o art. 2º, inciso I. Transcorrido esse período, o titular da carteira de habilitação que fixe residência no outro Estado poderá obter carteira de habilitação equivalente à dos condutores do Estado onde fixou residência, bastando para o efeito a confirmação de sua autenticidade pelas entidades competentes e apresentação do documento de identificação ou autorização de residência no outro Estado, de acordo também com o art. 2º, inciso II Não serão necessários exames teóricos ou práticos aos titulares; apenas exames de aptidão física e mental e avaliação psicológica, também de acordo com o art. 2º, inciso III.

Obtida a carteira de habilitação do Estado de residência, seu portador deverá adequar-se às normas desse país ao efetuar a renovação do respectivo documento, isso de acordo com o art. 3, incisos IV e V.

As duas partes intercambiarão modelos de suas respectivas carteiras e licenças de habilitação e eventuais mudanças nesses modelos deverão ser comunicados à outra parte com antecedência mínima de 30 dias antes de sua entrada em vigor.

No contexto das relações internacionais brasileiras, Moçambique ocupa um lugar de relevo. A aproximação política tem gerado frutos no intercâmbio comercial, nos investimentos e na cooperação. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, na Nota à Imprensa nº 396, de outubro de 2011, no universo das nações africanas, Moçambique ocupa o primeiro lugar entre os beneficiários da cooperação brasileira, tanto em volume quanto em diversidade de setores. Essas atividades acarretam grande presença de trabalhadores e familiares brasileiros em Moçambique, assim como já é razoável o número de cidadãos moçambicanos no Brasil.

Embora de objetivos singelos, o Acordo se harmoniza com a política brasileira presença em Moçambique e representa, assim, uma complementaridade bastante salutar nas nossas relações internacionais.

Meu voto, Sr. Presidente, com base no exposto, considerando ser de todo conveniente aos interesses do País a ratificação do Acordo em análise, conclui pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 540 de 2012.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Cidinho Santos pela leitura do relatório referente ao projeto de decreto legislativo do Senado Federal nº 540, de 2012, que coloco agora em discussão.

Não havendo quem queria discutir encerro a discussão.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Apenas uma nota quanto aos dois requerimentos.

Faltou-me pronunciar a palavra "aprovados" em relação aos requerimentos de urgência apresentados por S. Exª o Sr. Senador Sérgio Souza, referente ao PLC nº 110, e por S. Exª o Senador Aníbal Diniz, referente ao PLC nº 104.

Esses dois requerimentos foram aprovados.

(São os seguintes o requerimentos aprovados:

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 40, de 2012

Nos termos do disposto no art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLC nº 110, de 2012.
Autoria: Senador Sérgio Souza

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
Nº 41, de 2012

Nos termos do disposto no art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o PLC nº 104, de 2012.
Autoria: Senador Anibal Diniz.)

Solicito à Secretaria-Geral da Comissão que tome as providências necessárias para a tramitação em regime de urgência desses dois Projetos de Lei.

Antes de encerramos a presente reunião e agradecendo a presença das Srªs e dos Srs. Senadores, convoco a nossa próxima reunião a realizar-se no dia 13 de dezembro de 2012, quinta-feira, às 10 horas da manhã, neste plenário, com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião, com os meus agradecimentos pela presença de todos os Srs. Senadores.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 56 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às quatorze horas e dois minutos do dia oito de agosto de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Vicentinho Alves**, Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a presença dos Senadores **Flexa Ribeiro e Delcídio do Amaral**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura e da aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica que todas as notas taquigráficas já estão disponíveis na internet. O Presidente convida a tomarem assento à Mesa os expositores: Tenente-Brigadeiro-do-Ar **Marco Aurélio Gonçalves Mendes**, Diretor Geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA; Senhor **George William Cesar de Araripe Sucupira**, Presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves e Vice-Presidente do Conselho Internacional de Proprietários de Aeronaves e de Associação de Pilotos; Professor **Raul Francé Monteiro**, Coordenador do Curso de Ciências Aeronáuticas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO e Senhor **Francisco de Lyra**, Diretor da C>Fly Aviation. O Presidente informa que a presente reunião destina-se a debater a expansão do tráfego aéreo no Brasil e a implantação do sistema CNS/ATM, em atendimento ao requerimento nº 1, de 2012 – CISTAC, que, estabelece a realização de um ciclo de audiências públicas para discutir políticas públicas para a aviação civil brasileira. O Presidente registra as seguintes presenças: Ten. Cel. Av. Max Carvalho Dias – Assessor Militar da Secretaria de Navegação Aérea Civil da Presidência da República; Cel. Av. Gustavo Adolfo de Oliveira – Adjunto do Sub-Departamento de Operações do Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Comando da Aeronáutica; Pablo Henrique – Assessor Parlamentar da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; Brigadeiro do Ar Rui Chagas Mesquita, Chefe da Assessoria Parlamentar do Comando da Aeronáutica; Ten. Cel Av. Décio Augusto Maruci – Assessor de Relacionamento Institucional com o Legislativo, do Comando da Aeronáutica; Ten. Cel. QFO (Quadro Feminino de Oficiais) Patrícia Barbara Cunha V. Colaço – Assessora Parlamentar do Comando da Aeronáutica; Cap. Evânio – Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA; Comandante Paulo Licatti– Membro da ABRAPAC– Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil; Paulo Celestino – Editor Chefe da Revista do Transporte Aéreo – TRAER; Guilherme Aberle – Assessor da Diretoria de Relações Institucionais da TRIP Linhas Aéreas; Aroldo Camillo Filho – Advogado – São Paulo – acompanhado da francesa; Raquel Ganen – Estudante de Direito em Paris; Daniele Souza– Jornalista da TV T1– Brasilia-DF; Dorieldo Luiz dos Prazeres– ANAC; Giovani Volnei Meinerz, Coordenador-Geral de Planejamento de Navegação Aérea Civil da SAC; Rodrigo Castanheira, piloto de linha aérea; Luiz Fernando, assessor de Liderança do Bloco/PT do Senado; Stella-Chirstina Cruz, Sindicato Nacional das Empresas Aeroportuárias; Dra. Ilma, Assessora Parlamentar da ANAC. O Presidente concede a palavra aos expositores. O Presidente agradece aos palestrantes e faz questionamentos. Os expositores respondem alguns questionamentos e outras respostas serão encaminhadas por meio eletrônico. A seguir, os expositores fazem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vicentinho Alves,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Boa tarde a todos e a todas! Sejam todos bem-vindos!

Estamos apenas aguardando a nominata para que esta Presidência possa registrar a presença dos ilustres visitantes nesta audiência pública de hoje.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa, da 54 ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada, com número regimental de presença.

Esta Presidência informa a todos os presentes e aos que nos assistem que as notas taquigráficas de todas as reuniões realizadas desta Subcomissão já estão disponíveis na Internet.

Portanto, chegamos ao final, com a nossa assessoria, os consultores no sentido de atualizarmos todas as audiências públicas na Internet.

Não é isso, Dr. Alexandre?

Passemos à pauta; mas, antes, convido para tomar assento à mesa o Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Marco Aurélio Gonçalves Mendes, diretor-geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea).

Convido o Comandante George William Cesar de Araripe Sucupira, presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves e vice-presidente do Conselho Internacional de Proprietários de Aeronaves e de Associações de Pilotos.

Comandante, seja bem-vindo!

O SR. GEORGE WILLIAM CESAR DE ARARIPE SUCUPIRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Convido o Sr. Raul Francé Monteiro, coordenador do curso de Ciências Aeronáuticas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO).

Por último, também com a mesma importância, o Sr. Francisco de Lyra, diretor da C>Fly Aviation.

Seja bem-vindo!

A presente reunião destina-se a debater a expansão do tráfico aéreo no Brasil e a implantação do sistema CNS/ATM, em atendimento ao Requerimento n° 1, de 2012, desta Comissão, que estabelece a realização de um ciclo de audiências públicas para discutir políticas públicas para a aviação civil brasileira.

Mais uma vez, esta Presidência ressalta que esta Subcomissão é estritamente técnica. Portanto, a nossa intenção é, ao final, como sempre aqui registramos, entregar à Presidenta Dilma, à presidenta da nossa Comissão de Infraestrutura, Senadora Lúcia Vânia, enfim, aos órgãos do Governo Federal e ao Senado Federal, um relatório com o qual possamos contribuir para o planejamento da aviação no País pelo menos por vinte anos, trinta anos à frente.

Estou aguardando que a nossa assessoria traga a relação dos ilustres visitantes, para que eu possa registrar a presença de todos.

Vamos ganhando tempo. Quero, ao iniciar esta audiência pública, fazer uma pequena fala sobre esta audiência pública com o Decea.

A expansão do tráfego aéreo no Brasil e a implantação do Sistema de Comunicações, Navegação e Vigilância e de Gerenciamento de Tráfego por Satélites (CNS/ATM): o Decea, Departamento de Controle do Espaço Aéreo, tendo como missão planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas à segurança da navegação aérea, ao controle do espaço aéreo, às telecomunicações aeronáuticas e à tecnologia da informação, conseguiu, ao longo de sua história, cujos primórdios remontam aos anos 40, quando foi instituído o então Ministério da Aeronáutica, estabilizar um sistema de controle aéreo no Brasil, que hoje atinge os mais altos padrões de segurança. E não apenas para o Brasil, pois, entre suas atribuições, está aquela de prestar auxílio a milhares de voos internacionais que cruzam o céu deste País tanto para aterrissar quanto para alcançar seus destinos no estrangeiro, em uma área que corresponde a 22 milhões de quilômetros quadrados, cuja responsabilidade foi atribuída pela Organização da Aviação Civil Internacional, a OACI.

Somando-se a todos esses fatores, existe ainda o crescimento vegetativo de nossa aviação interna, destacando o fato de que a aviação regular no Brasil cresce à média de dois dígitos ao ano, isso sem contar com a movimentação representada pela aviação de táxis aéreos e aviação geral e experimental, que é a segunda maior do mundo e que também está crescendo de forma constante, tanto em número de voos quanto em número de aeronaves.

O Decea precisa, ainda, atender ao cronograma da aviação civil internacional para a implantação do Sistema de Comunicações, Navegação e Vigilância e de Gerenciamento de Tráfego por Satélites (CNS/ATM); atender à demanda criada pelo surgimento de diversos aeroportos executivos no Brasil: suprir a formação de novos controladores e a qualificação daqueles que estão na ativa; implementar o sistema de comunicações e de controle do tráfego aéreo sobre a região amazônica e, principalmente, preparar-se para o momento que muitos acreditam ser difícil acontecer: a transição para um controle de tráfego aéreo executado exclusivamente por civis, o que incluiria a criação de órgão civil para tanto.

Muitos serão os desafios pela frente, aos quais ainda será somado o advento de grandes eventos esportivos, que poderão trazer milhares de aeronaves executivas ao Brasil, a exemplo do que aconteceu com a Alemanha. Muito se espera de um planejamento adequado, que inclua todos os setores da aviação, missão para a qual, sabemos, está plenamente capacitado o Decea, aqui tão bem representado pelo Brigadeiro do Ar Marco Aurélio Gonçalves Mendes.

Agradecemos de antemão a presença dos ilustres convidados, que engrandecem muito esta Subcomissão e a nossa audiência pública com a presença e, com certeza, engrandecerão com o conteúdo da fala de cada palestrante.

Já tem a nominata? *(Pausa.)*

Pois não. Eu registrarei mais ainda.

Concedo a palavra ao Brigadeiro Mendes, por até vinte minutos.

O SR. MARCO AURÉLIO GONÇALVES MENDES – Senador, eu gostaria de iniciar as minhas palavras, primeiro, agradecendo a oportunidade que o senhor cria para que o Decea possa, de alguma formar, mostrar não só à Mesa, mas também àqueles que estão nos ouvindo no plenário, como está estruturado nos dias de hoje e qual é a intenção para o futuro, a curto, A médio e, quiçá, a longo prazo em termos de controle do espaço aéreo brasileiro.

Esta oportunidade é muito importante, porque nós atravessamos um momento muito crítico. Conforme suas palavras iniciais, nós estamos tentando chegar agora a um modelo que possa atender às exigências do CNS/ATM global.

Mas, sem grandes delongas, eu gostaria de, passando o primeiro eslaide – volta um, o anterior, por gentileza –, mostrar, no primeiro eslaide, o Departamento de Controle do Espaço Aéreo.

Podemos avançar.

Lembrando que o Decea é uma grande unidade tipo grande comando, pertencente ao Comando da Aeronáutica; portanto, subordinado ao Brigadeiro Juniti Saito, nosso Comandante.

Avance.

Ao senhor, Senador, e à Mesa componente eu aproveito para cumprimentar oficialmente agora e desejar a todos um trabalho bastante profícuo e construtivo, sobretudo. Todos nós temos interesse no crescimento do País e numa aviação que seja segura, eficiente, moderna e que atenda às necessidades aeroportuárias essenciais a um País do tamanho do nosso. Então, meus cumprimentos a todos.

Voltando ao nosso objetivo, a ideia é de que todos passem a conhecer o Decea e reconheçam a sua participação no controle e na manutenção da soberania do espaço aéreo brasileiro.

Pode avançar.

Eu preparei um pequeno roteiro. Nós temos aqui um histórico muito rápido da missão, de onde ela provém; o funcionamento, que é o mote maior da nossa apresentação: como funcionamos e como estamos estruturados. Embaixo, falaremos da infraestrutura, que hoje possibilita o trabalho do Decea. E dentro do item perspectivas, vamos apresentar a nossa visão do futuro em navegação aérea.

O histórico, então. Vamos em frente.

Muito rapidamente, de 1941 a 2001, nós temos aqui a criação da Diretoria de Rotas, juntamente com o Ministério da Aeronáutica, em 1941. Havia necessidade do ordenamento das primeiras aerovias e auxílios à navegação. Até então, não havia um ordenamento muito abrangente e que fosse de características nacionais.

Em 1946 foi criada a OACI, que todos conhecem como grande Organização da Aviação Civil Internacional, que também sentiu necessidade de fazer um ordenamento global do transporte aéreo.

Vamos lembrar que 1946 foi o ano seguinte ao encerramento da II Grande Guerra, quando tudo ficou um pouco mais confuso e havia necessidade do reordenamento naquele ano.

Em 1972, a Diretoria de Rotas passou à DEPV, por conta dos novos meios de comunicação e da navegação aérea, com o conceito de proteção ao voo, que a norteou até o início dos anos 2000.

Em 2001, houve a implantação do Decea, quando se consolidou o sistema de controle do espaço aéreo brasileiro.

Qual a missão do Decea? Vamos começar com a missão da Força Aérea.

Pode clicar, por gentileza.

A missão da Aeronáutica diz o seguinte: "Manter a soberania no espaço aéreo nacional, com vistas à defesa da Pátria". Simples. A missão do Decea, então, dentro desse conceito, é "garantir o planejamento, o gerenciamento e o controle das atividades relacionadas com controle do espaço aéreo, segurança da navegação aérea e telecomunicações aeronáuticas". O senhor cita, nas suas palavras, a informação aeronáutica. Está absolutamente correta, também.

O Decea também é um órgão central de vários sistemas. E o mais importante é o próprio Sisceab, pelo qual nós temos contato com órgãos subordinados ou não à Anac, à SAC e à Infraero e ingerência sobre eles. Nós interagimos com esses órgãos de uma maneira muito positiva e amigável, nos dias de hoje.

Pode avançar, por gentileza.

Eu falava do órgão central, que é o Decea. E aqui estão os quatro sistemas dos quais ele é o órgão central: o Sisceab, o Sistema de Proteção ao Voo, o Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico e o Sistema de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica.

Pode avançar.

Obviamente tudo isso que eu acabo de dizer está regido e está dentro do estamento legal que é a política da Aeronáutica para o controle do espaço aéreo, cuja missão atribuída fala de políticas, estratégias e normas. Eu vou focar os objetivos.

Mais um, por gentileza.

A política da Aeronáutica, então, para nós é o documento básico: Política da Aeronáutica para o Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. Ele é o documento básico para que o Decea possa estabelecer seus ob-

jetivos e nortear o emprego dos seus recursos, sejam eles humanos, materiais, orçamentários.

Seguinte.

Que objetivos são esses?

1. Segurança do tráfego.

2. Vigilância e controle.

3. Gerenciamento do espaço aéreo.

4. Aprimoramento do sistema de Comando e Controle da Aeronáutica. Todos os meios de comando e controle da Força Aérea são gerados e mantidos pelo Decea.

5. Aperfeiçoamento, adequação e apoio ao homem, que é talvez a parte mais importante do sistema e tem um lugar de destaque nos nossos objetivos.

6. Aprimoramento dos processos de segurança e controle patrimonial. Os senhores vão reparar que muitos sítios do Decea não são em lugares completamente isolados. Então, nós temos que ter um cuidado muito grande, porque a segurança desses sítios representa a segurança do sistema como um todo.

7. Apoio gerencial no espaço aéreo, adequação desse apoio – essa é uma atividade constante.

8. Modernização de equipamentos, de sistemas, de cursos, aperfeiçoamentos e o apoio logístico, que é indispensável para que tudo possa funcionar de maneira adequada.

Como funciona o Decea? Qual é a sua área de responsabilidade? O senhor comentava os 22 milhões de quilômetros quadrados. Aqui estão os 22: a área do País territorial mais a área oceânica, que, por acordo internacional junto à OACI, nos cabe responsabilidade com relação à busca e salvamento, com relação a comunicações, com relação a fornecimento de informações meteorológicas, aeronáuticas e o controle desse movimento nessa área.

Pode avançar.

Apenas, como comparação, vou me focar na Amazônia Legal, que é em torno de 55% do território brasileiro. Com essa área aqui apenas, nós nos equivalemos a 30 Estados dos Estados Unidos e a 32 países europeus. Só para terem uma noção.

Se a gente incorporar o resto do País, dá para ter uma dimensão do tamanho da nossa responsabilidade.

Pode avançar.

Esse espaço está dividido em FIR – regiões de informação de voo: Amazônica, Recife, Brasília, Curitiba, temos aqui o regime de proteção ao voo de São Paulo que é responsável pela área específica de Rio e São Paulo, onde temos o maior movimento de aeronaves no País – o famoso "tubulão".

E temos aqui a FIR Atlântica a que já me referi anteriormente.

Pode avançar.

Nós também temos a responsabilidade e incumbência de nos relacionarmos com mais 13 FIRs ao redor da América do Sul. Os senhores sabem que o Brasil faz parte da Unasul, do Conselho de Defesa Sul-Americano e de vários outros mecanismos continentais, que nos obrigam a manter determinados acordos operacionais com relação ao tráfego aéreo em constante atualização em vigor. E todas essas FIRs, de uma certa forma, acabam não dependente, mas vinculadas à atividade que ocorre no Brasil, em termos de melhoramento, em termos de aperfeiçoamento. E é fácil ver qual é a nossa responsabilidade porque não há uma aeronave que venha da África ou que venha da Europa que não tenha que cruzar o espaço aéreo brasileiro para chegar na Bolívia, no Paraguai, no Chile, na Argentina e no Uruguai. Até mesmo no Peru, dependendo da origem da aeronave.

Pode avançar.

Qual é o organograma? Como nós estamos organizados?

É muito simples: um diretor-geral, um vice-diretor, três subdepartamentos – Operações, Administração e Técnica.

Pode avançar.

O nosso diretor tem, debaixo dele, um gabinete; uma assessoria jurídica; um agente de controle interno; uma sessão de inteligência; a Cernai (Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional), que cuida dos afazeres internacionais do Decea; uma Junta de Julgamento da Aeronáutica (JJAER), que julga todas as infrações administrativas do Código Brasileiro relativo ao trânsito aéreo; uma assessoria de segurança, que é o Cenipa do Decea; e uma assessoria da segurança da informação; e uma Ascom (Assessoria de Comunicação Social).

Pode avançar.

A Vice-Chefia tem duas atribuições importantes: Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Aplog) e a Assessoria para Assuntos de Tarifas de Navegação Aérea (Atan), que vou explicar mais adiante.

Pode avançar.

Quais são as nossas organizações?

Essas são as macro-organizações do Decea e, em cima, estão listadas as organizações que cuidam da parte operacional do Decea: são os quatro CINDACTAs; o SRPV-SP; o primeiro GCC, que é responsável pelo emprego militar dos meios do Decea; e o CGNA (Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea), que é muito conhecido de todos por conta do gerenciamento da navegação aérea no País.

Embaixo são unidades de apoio: a Ciscea (Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo), que, de certa forma, organiza e conduz

os projetos de interesse do Decea; a CCSivam (Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia), que ainda existe, por conta de um passivo em torno de R$200 milhões a serem passados para a Censipam (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia) – por isso ainda continua existindo a CCSivam; o Pame (Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica), que é responsável pela aferição, instalação e manutenção de vários equipamentos do Decea; o ICA (Instituto de Cartografia Aeronáutica), responsável pelas nossas cartas, que eu comento adiante; o Icea (Instituto de Controle do Espaço Aéreo), antigo IPV (Instituto de Proteção ao Voo), que está lá em São José dos Campos e é responsável pelo aperfeiçoamento e pela reciclagem dos nossos técnicos e controladores; e o Geiv (Grupo Especial de Inspeção em Voo), que é a unidade encarregada de fazer a aferição e o controle das nossas aerovias e auxílios à navegação.

Pode avançar.

Neste eslaide, estão listadas as outras unidades, que são os DTCEAs (Destacamento de Controle do Espaço Aéreo), em torno de 79 DTCEAs. Há, ainda, o 1º GCC (Grupo de Comunicações e Controle), com cinco unidades, cinco esquadrões, que trabalham a parte de comunicação, controle e alarme. Eu fiz questão de colocar este eslaide, apesar do trabalho que deu à minha equipe, porque dá uma visão muito apurada, Senador, da capilaridade que tem o Decea. Seguramente, é o Comando-Geral da Força Aérea que maior capilaridade tem no território brasileiro.

Reparem o Cindacta 4, na área da Amazônia, onde há um volume maior de atividades. E assim vai, à medida que nós nos aproximamos do sul do País.

Pode avançar, por gentileza.

Apenas para ter uma noção da estrutura fotográfica, o anterior era o Cindacta 1, de Brasília, que a maioria talvez conheça; o Cindacta 2, de Curitiba; o Cindacta 3, de Recife; e o Cindacta 4, que está situado lá em Manaus, que é o mais recente.

Aqui embaixo – volta um pouquinho, por favor –, nós temos a área total em que está instalado o Cindacta 4, e aqui a área do Sipam, que é o comandamento civil da Amazônia. Existe um portal aqui que liga os dois, e os dois trabalham numa interação muito grande e bem sincronizada.

Pode avançar.

Aqui, uma fotografia do que é um Centro de Controle de Área. Cada Cindacta possui uma área dessas para controlar a sua área.

Pode avançar.

Cada Cindacta também possui um centro de operações militares. Este eslaide é bastante emblemático, porque o que separa uma área da outra é apenas esta porta aqui. Deste lado acontecem as operações militares, os serviços de alerta no País, os acionamentos das aeronaves que estão de prontidão ao redor do País, que vou mostrar adiante, e é onde nós também conduzimos as medidas de policiamento do espaço aéreo. O sinal que chega naquele equipamento é idêntico ao que entra no equipamento que está do lado de cá também. Este é um dos maiores gols do nosso sistema, a interoperabilidade separada apenas por uma porta. Não é um prédio e não está distante mais do que meia dúzia de passos. Isso tem nos permitido uma interação muito grande entre aquilo que eu comentava no início da nossa palestra, entre o controle do espaço e a manutenção da soberania do espaço. As coisas funcionam bem interligadas, bem sintonizadas e harmônicas.

Pode avançar.

Na sequência da hierarquia dos controles, estamos agora num controle de aproximação, que é um controle de área. É um controle mais localizado. Adiante eu mostro onde estão esses controles. E depois do controle de aproximação da APP – pode avançar –, nós temos a nossa torre de controle. Esta torre aqui já está completamente modernizada. Reparem que todos os sistemas que estão à disposição do nosso profissional são digitalizados e contêm informações em tempo real da posição das aeronaves, das intenções das empresas, da meteorologia, da sequência que é prioritária para liberar o tráfego no chão.

Pode avançar.

Por último, o CGNA (Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea). Esta é a sala do CGNA. E eu convido aqueles que ainda não tiveram a chance de conhecer, que a conheçam, porque é um lugar que dá orgulho a nós que somos brasileiros. Naquela sala ao fundo estão todas as empresas aéreas. Cada uma tem um boxe e uma maneira de controlar o seu movimento. Aqui está o gerente da operação. Nesses consoles estão meteorologia, Infraero, representantes de todas as áreas técnicas que dizem respeito ao controle e ao fluxo de tráfego aéreo. De tal forma que, havendo necessidade e alguma informação meteorológica diversa preventiva, o grupo comercial é convidado, nesta sala aqui ao lado, a debater o que se fará em *advance*, para evitar que haja um gargalo, que haja pessoas esperando no aeroporto, sem necessidade. Então, muito antes de ocorrer algum problema, já está decidido nesta sala que voo vai ser cancelado, que voo vai ter prioridade, como vai ser conduzida a madrugada do dia seguinte ou a manhã do dia seguinte, em termos de evitar a demora e a espera e o consumo de combustível, e aí entra o problema do meio ambiente. Ou seja, esta

sala funciona 24 horas por dia, sete dias por semana, e o resultado é muito, mas muito positivo. O comandamento da Rio+20 saiu aqui de dentro, como sai o comandamento diário de nossos movimentos em torno do País. Desta sala aqui também. Quem quiser visitar será nosso convidado prioritário. Vale a pena conhecer.

Pode avançar.

Infraestrutura do Decea à disposição. Vamos ver o que temos aqui. Primeiramente, para entender o volume da infraestrutura que vamos mostrar, é preciso entendermos e analisarmos esses números. Isto aqui é movimento – movimento significa pouso e decolagem – por instrumento ou em situação visual. Temos, de 2007 a 2011, portanto, quatro anos, um crescimento total de 2.700 para 3.900. Esse crescimento não é matemático, não é aritmético, ele é meio que exponencial. Então, a nossa previsão é que, nos próximos quatro anos, tenhamos esse número não digo duplicado, mas próximo de algo em torno disso mais dois terços do que está ali, aproximadamente. É uma coisa bastante preocupante, porque isso exige coordenação, segurança, controle e, sobretudo, recursos financeiros, orçamentários.

Equipamentos à disposição hoje no Decea. São 5.549 equipamentos. Temos este primeiro grupo, que são os radares; o segundo grupo é de navegação em aerovia ou mesmo em terminal; outro grupo de aproximação para pistas; este aqui é comunicação e o debaixo são estações meteorológicas de superfície e de altitude.

Pode avançar. Aqui, apenas uma maneira de entender o assunto de outra forma. Os órgãos ATS, como são conhecidos: a torre, o APP e o ACC. Temos 5 ACCs, como já mostrei; 42 APPs, 23 equipados com radar; 58 torres; 79 DTCEAs e 81 GNAs – Grupamentos de Navegação Aeronáutico. Isto aqui é operado, são os DTCEAs, vamos dizer assim, da Infraero, onde temos rádios, torres, APPs, comandados pelo pessoal da Infraero.

Pode avançar.

Cobertura radar do País no nível de voo 290, 29 mil pés de altura. Temos uma cobertura praticamente total do território. Temos uma abertura aqui ainda a ser complementada e uma abertura aqui em cima a ser complementada também. O restante todo é coberto por radares do Decea.

Pode avançar.

Aqui, estão os terminais. Em verde, são os operados por radares e, em amarelo, não há radar. Parece pouco, mas, se somarmos todas estas áreas aqui, dá um país maior do que talvez o Paraguai junto com o Uruguai. São áreas específicas de controle localizado. A intenção do Decea é, à medida que forem surgindo as necessidades – e vem por aí um plano de implemento de aeroportos regionais –, crescer mais ainda. Estamos nos dimensionando para poder atender a essa nova demanda.

Pode avançar.

Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo, as famosas EPTAs. Temos, ao total, 478 entidades desse tipo ou afins. Afins são rádios apenas. Aqui embaixo tem uma série de informações. O importante é guardar o número 478, que são as estações que foram autorizadas, homologadas, são supervisionadas, orientadas pelo Decea, mas operadas por empresas, por aeroportos privados, por outros organismos, até pela Infraero. De maneira que não há problema algum o cidadão ter o seu campo de pouso e querer colocar algum auxílio à navegação, nem que seja um rádio. Autorizamos, não tem problema algum, e acompanhamos a evolução, para que isso não represente um problema em vez de uma solução.

Pode avançar.

Uma visão dos nossos radares meteorológicos, um radar primário e um secundário, o LP-23, que é um dos mais antigos, de fabricação francesa. O ASR-23 da Raytheon e um radar secundário apenas, que é aquela antena mais fininha, da Raytheon também. E a aquisição mais recente, que é o TPS-B34, um radar totalmente móvel. Nós o usamos para cobrir as áreas onde temos alguma dificuldade ou onde precisamos fazer a manutenção de alguns dos radares maiores. Então, esse radar é totalmente transportado e cumpre missões de ordem de defesa ou de ordem de controle de tráfego aéreo sem nenhum problema. Atualmente, temos quatro deles.

Pode avançar.

A nossa Redemet (Rede Meteorológica do Comando da Aeronáutica). Isto aqui é um trabalho muito interessante e muito desconhecido do brasileiro, de forma geral. Incito os senhores a terem um pouquinho de curiosidade e entrarem naquele *site* ali embaixo e verificarem como ele trabalha a favor de qualquer um que o consulte. Temos dez produtos graciosamente oferecidos pela Internet: previsões meteorológicas, de chuva, de mau tempo, de vento em altitude, enfim, tudo o que se imaginar em termos de cartas de navegação está lá contido. E temos todos estes outros centros e todas estas estações meteorológicas, que contribuem também para a nossa Redemet, uma das mais completas que conhecemos. Vejam só a quantidade de equipamentos e de estações que temos espalhados pelo País inteiro!

Pode avançar, por gentileza.

Aqui estão os radares meteorológicos. São 17 radares meteorológicos, 11 na área da Amazônia, no

Norte, e 6 na área da região Sudeste e da Centro-Oeste. É interessante lembrar que estamos agora em contato com o Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), um centro que trabalha com a previsão de desastres naturais, e acabamos de trabalhar, em conjunto com eles, requisitos para a compra de nove novos radares meteorológicos, sendo que seis já têm lugares definidos em Natal, em Salvador, em Vila Velha (ES), em Três Marias, em Catanduvas, se não me engano na Faculdade de Maceió, e em mais três lugares ainda a serem designados como prioritários. Obviamente, são radares que vão atender a necessidades tanto do Decea, na parte da Aeronáutica, quanto da parte de prevenção de acidentes de desastres naturais. É um trabalho muito interessante. Toda a informação gerada pela Aeronáutica – repito: toda! –, seja radar, seja ela contida no nosso *site*, é repassada, de forma graciosa, novamente, para o Cemaden e as instituições que trabalham com a prevenção e com a meteorologia.

Pode avançar.

Aqui estão as nossas estações meteorológicas de superfície e as de altitude. A diferença entre elas é que as de altitude trabalham com o lançamento de um balão. Ele sobe a uma altitude "x" e vai registrando todas as variações atmosféricas de interesse da Aeronáutica.

Pode avançar.

E temos também uma rede Telesat, que é mantida exclusivamente pelo Decea. Não confundir com outra Telesat, que é um empreendimento comercial. Então, dá para sentir qual a capilaridade da nossa estrutura e a quantidade de problema que temos. Muitas estações são autônomas. Nós as acessamos, regulamos e consertamos via satélite basicamente. De maneira que é um trabalho bastante complicado, mas de suma importância para manter a capacidade de comunicação e controle de todo o sistema.

Pode avançar.

Quanto ao destacamento, vou fazer agora uma passagem, em fotografia, pelos nossos principais destacamentos, para que os senhores possam conhecer os nossos ambientes de trabalho.

Aqui embaixo, está a localização no mapa. Isto aqui é Rio Branco – radar meteorológico.

Pode avançar.

Cruzeiro do Sul.

Isso aqui é Tabatinga. Temos lá um radar de área, e aqui não aparece meteorológico, mas, normalmente, reparem que a estrutura é padrão. Temos um centro de atividades, um radar de controle de área, um radar meteorológico, uma central de energia, uma central de climatação e a parte de apoio à tripulação que guarnece esse local.

Pode avançar.

São Gabriel da Cachoeira. Radar de área. Radar meteorológico.

Pode avançar.

Isso aqui é Tefé. Está lá o nosso radar transportável, atuando como radar fixo naquela área.

Pode avançar.

Aqui é uma unidade de comunicação em Barcelos, entre a Opex, que é São Gabriel, e a cidade de Manaus.

Pode avançar.

Manicoré.

Pode avançar.

Aqui, em Manaus, é uma estação maior, no centro de Manaus.

Pode avançar.

Tiriós (PA), que é no limite fronteiriço do País.

Pode avançar.

Macapá, Santarém, São Félix do Xingu, Conceição do Araguaia, Jacareacanga, Cachimbo, São Félix do Araguaia, Sinop, Porto Esperidião, Vilhena, Porto Velho. Aqui é interessante, porque não são todos da área amazônica. Coloquei só alguns ali. Aqui são 79. Os senhores lembram que verificamos lá atrás.

Aqui é o Pico do Couto, próximo à cidade de Petrópolis, numa altura de 2.680 metros. Temos uma instalação que controla toda a região Sudeste, com comunicações, com radar de área, meteorologia e uma tripulação que mora aqui permanentemente.

Pode avançar.

No sul do País, no Morro da Igreja, em Santa Catarina. Esta aqui é uma fotografia dessa área no inverno. É neve mesmo. Aquilo não é *photoshop*, e estamos apenas a 1.822 metros. Ou seja, o Decea tem de bolar, criar condições de atuar num ambiente hostil como esse e num ambiente tão hostil como o da Amazônia também, e preparar o seu homem para trabalhar em todas essas áreas.

Pode avançar.

Isto é uma edificação central padrão, que eu já mostrei.

Pode avançar.

Uma central de energia que todos eles têm também, padronizada, e uma central de aclimatação também, porque tudo isso aqui tem de estar aclimatizado, caso contrário, não funciona, é eletrônico.

Então, imaginem o custo e, vamos dizer assim, a disponibilidade de meios humanos, de transporte, de sobrevivência em alguns lugares, para poder manter isso tudo em condições de uso permanente. Permanente: 24 horas por dia.

Pode avançar.

Pelas suas áreas militares. Qual é a fração, agora, militar do Decea?

Eu falava do 1º GCC, aí está ele. Nós temos unidades em Fortaleza, Natal, Santa Cruz, temos em Canoas e em Santa Maria.

Um clique, por gentileza.

Nós estamos transportando Fortaleza para Porto Velho, para adequar melhor a nossa malha de comunicação em controle tático.

Pode avançar.

Aí está o nosso GCC (Grupo de Comunicações e Controle), a sede, lá de Santa Maria.

Este eslaide é importante porque mostra que tudo que existe no GCC é transportável.

A nossa maior capacidade, a nossa maior qualidade operacional é mobilidade, e aí está o nosso radar, o 34, em cima de uma torre que pode ser pequena, grande, enfim, isto aqui tudo é calibrado conforme a necessidade.

Pode avançar.

Ainda, aqueles GCCs que têm a capacidade ou têm a missão de controlar aeronaves, não só na área, como para o pouso, isto aqui é um radar de precisão e de aproximação de precisão, PAR. Coloca o avião no chão com visibilidade de teto 00.

Aqui, um radar de controle de área: o primário aqui, o secundário e o primário embaixo.

Pode avançar.

Aqui, está o nosso Celta sendo transportado pela aeronave C-130. Mobilidade é muito importante para esse tipo de missão.

Pode avançar.

Instalação de um GCC desses lá em Porto Velho.

Pode avançar.

Como nós trabalhamos dentro da barraca. Isto aqui é um centro de operações ativado.

Todas as operações Ágata, operações na fronteira, que os senhores andaram lendo nos jornais e tal, foi tudo feito com o apoio do Decea, e aí está um exemplo clássico disso.

Pode avançar.

Aqui, mais umas fotografias de mobilidade, energia, comunicação, alojamentos, a parte de informação e, aqui, o nível de qualidade. Nós temos um ar-condicionado, uma comunicação e temos a Internet à disposição de todo o efetivo.

Pode avançar.

Defesa aérea. Nós participamos da defesa aérea, trabalhando na vigilância aérea.

Pode avançar.

Somos os portadores, oferecemos a capacidade da comunicação para que as medidas de policiamento possam avançar. Isto aqui é lá na área do extremo norte do País, depois de Boa Vista. Contamos com a aeronave E-99, que, eventualmente, faz parte do sistema Decea para o controle.

Pode avançar.

E trabalhamos com os interceptadores: ou o Mirage, ou o F-5, ou o A-29.

Pode avançar.

Aqui estão as unidades de defesa aérea espalhadas pelo País. São alertas de 24 horas. Temos em Canoas, Santa Maria, Campo Grande, Porto Velho, Boa Vista, Manaus, Natal, Recife e em Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Ainda, eventualmente, colocamos no ar o E-99 e o KC-130 abastecedor. Eventualmente, o porta-aviões também faz parte do esquema de defesa aérea, porque ele tem aeronaves e tem vetores aéreos também.

Pode avançar.

Busca e salvamento. Como nós estamos sintonizados com esta área aqui. O Brasil faz parte desse Sistema Internacional de Busca e Salvamento por Rastreamento de Satélites. Então, nós temos uma cobertura em toda a área SAR de responsabilidade do Brasil e atuamos conforme os senhores puderam constatar no caso Air France 447.

Pode avançar.

Aqui, a divisão da área e até onde alcança a nossa responsabilidade em busca e salvamento.

Pode avançar.

Aqui, as unidades que estão em alerta SAR no País.

Então, reparem que tem um bloco de alerta de defesa aérea e um bloco de alerta SAR em Belém; em Natal; em Salvador, com o P-3 modernizado já em operação; no Rio de Janeiro, com o C-130, helicópteros e uma equipe do PARA-SAR; Florianópolis, Santa Maria e Campo Grande com PARA-SAR, helicópteros, com a aeronave Casa, SAR; em Porto Velho, com helicóptero; e Manaus.

É importante que o voo só acontece, na Região Amazônica, quando nós temos os três alertas acionados, se não, a gente não voa na Amazônia, porque a queda lá e o tempo de reação de um desses meios distantes implica a não sobrevivência ou da tripulação, ou dos passageiros.

E este sistema aqui atende – é bom que se diga – a qualquer tipo de aeronave, civil e militar, que está à disposição do sistema. Oxalá a gente não use isso nunca, não é? Mas isso está à disposição.

Pode avançar.

Isso é apenas para mostrar que também trabalhamos com uma cobertura de satélite de órbita polar baixa para efeito de busca e salvamento.

Pode avançar.

Cartografia é outra missão do Decea. Temos a incumbência de gerar, controlar e publicar 46 cartas de 1:1.000.000 de todo o País, 157 cartas de 1:500.000 e 551 cartas de 1:250.000, que são cartas utilizadas para a navegação por contato com o solo por tripulações, por helicópteros, pelo que seja.

Pode avançar.

Inspeção em voo é outra missão do Decea. Eu falava inicialmente do Geiv, e, aqui, está o Geiv, todo o seu efetivo e as dez unidades que compõem o seu plantel aéreo – são quatro HS-800 e seis Bandeirantes. Agora, estamos propondo a troca, nos próximos oito anos, para seis modelos Legacy 500. Os aviões estão atingindo sua fase de fadiga material e precisam ser trocados. E não dá para parar o carro e trocar a roda; tem de se trocar a roda do carro em movimento. Então, já estamos antevendo a troca dos aviões e prestigiando nossa indústria nacional. Os aviões se prestam muito para esse tipo de missão.

Pode avançar.

Na área de recursos humanos, quantos nós somos? Na área operacional, somamos 5.223 pessoas, sendo 154 civis: 117 controladores e 37 responsáveis por informações aeronáuticas. Na área técnica, somos 2.369 pessoas, sendo 352 civis, praticamente todos engenheiros ou, então, operadores de manutenção de equipamentos eletrônicos e elétricos, de radares, de sistemas de comunicação, e por aí vai.

Pode avançar.

No total, no Decea, somam-se 12.435 pessoas, e 4,8 mil pessoas trabalham na parte administrativa. São os militares que ajudam a guarnecer todas aquelas unidades também.

Pode avançar.

Aqui, há um dado sobre a Infraero que não está diretamente ligado ao Decea, mas há ainda o tratamento, o aperfeiçoamento, o acompanhamento... Nós, de certa forma, oferecemos alguma ajuda à Infraero para o quantitativo de 1,5 mil pessoas. São 582 controladores da Infraero basicamente operando torres de controle, e um ou outro é ATP, como é o caso de Macaé, que já citei.

Pode avançar.

Quais são as perspectivas? O que a gente vê para o futuro? Obviamente, a implantação do PBN – Performance-Based Navigation – é o futuro da navegação aérea, com a utilização de rotas baseadas em satélites. E a gestão de voo e a *performance* de bordo são muito importantes. Vai haver uma independência cada vez maior de auxílios à navegação no solo, como o VOR, o NDB ou outros que sejam, como o ILS também, para aproximação.

Vamos modernizar o processo de cartografia. Estamos incorporando todos os ensinamentos obtidos na operação Ágata em termos de controle, em termos de coordenação e flexibilidade do espaço aéreo para operações militares e para atividade civil. Estamos substituindo os radares 3D. Há uma licitação em andamento para dez radares e um simulador já avançada.

Sobre substituição das aeronaves já comentei. Sobre os radares meteorológicos já comentei também.

Há um dado novo muito interessante: o Decea, na realidade, tem condições de poder investir em novos equipamentos, ou seja, uma fração do Decea está envolvida na criação de novos equipamentos. A Ciscea trabalha requisitos junto ao mercado e busca o que interessa para nós. Mas entendemos também que é chegada a hora de começarmos a dar certa carga de trabalho, Senador, mesmo inicialmente ainda, mesmo restrita a equipamentos mais simples, para a nossa indústria nacional. A ideia é a de que a gente busque, através desse mecanismo, certa independência tecnológica que redunde em soberania nacional, para que eu não fique tão dependente de equipamentos estrangeiros, na medida em que, de alguma forma, vou ter condições de autossustentação com tecnologias e equipamentos nacionais.

Pode avançar.

Qual o futuro da navegação aérea segundo a ótica do Decea?

Pode avançar.

Essa é a cronologia de 1983 a 2009, ou seja, começou com a necessidade de se estabelecer, de se visualizar o futuro, chegamos até a Concepção Operacional ATM Nacional e ao Programa de Implementação ATM Nacional. Passamos por várias fases de implantação do conceito de CNS/ATM.

Vamos avançar.

Estamos sintonizados com um Conceito Operacional Global que preveja a implementação de um sistema interoperável e global de gerenciamento de tráfego aéreo, visando a atender todos os usuários em todas as fases do voo; que atenda à segurança operacional; que seja economicamente viável e ambientalmente sustentável – isto é uma coisa muito importante e sempre presente nas nossas decisões – e que considere os requisitos nacionais de segurança.

Pode avançar.

Premissas desse plano é a transição para o Sistema ATM global, aumento do fluxo de tráfego aéreo, reduzir o custo em tudo o que for possível, intensificar a disponibilidade, integridade, cobertura e continuidade da região CAR/SAM. Aqui é Caribe e América do Sul, da qual fazemos parte, e somos, de certa forma, um líder natural, não a pedido, muito menos imposto,

mas, naturalmente, as coisas caminham nessa direção, pelo tamanho do País, pela seriedade do trabalho que é feito, pelo envolvimento que existe e a participação em todos os organismos internacionais que dizem respeito a esse assunto.

Eficiência das operações e implantação de rotas diretas. Isto aqui é um pedido constante das empresas aéreas. Entendemos, perfeitamente, que isso é uma necessidade por conta de economia, meio ambiente, enfim, conforto, por aí vai, segurança operacional, obviamente, e a proteção do meio ambiente, premissas para a implantação do CNS/ATM no País.

Pode avançar. Pode avançar.

Aqui, o início de tudo foi esse console da Thonsom, em 1975. Dez anos depois, em 1985, passamos para um Mitra, ainda de origem, com alguma sofisticação e uma melhoria talvez no tratamento da informação.

Pode avançar.

Em 2005, iniciamos a fase da nacionalização, X-4000 é um produto da Atech, já com várias características de facilidade para o controlador e segurança para a emissão de planos de voo, acompanhamento, as *strips* eletrônicas. A *strip* é aquele papelzinho que o controlador usava lá atrás para registrar manualmente o avião, o movimento, então. Isso agora é feito de forma eletrônica nesse sistema.

Pode avançar.

Isso aí é uma maneira de se dizer que a rotina ficou mais simples, com maior capacidade de tratamento e evolução dos alertas, ou seja, começamos a ter a certeza de que poderíamos antecipar situações críticas com um tempo cada vez maior, de tal forma que pudéssemos ser mais preventivos, no que fosse possível.

Pode avançar.

E a intenção é chegar neste console aqui, que é o console do Sagitário, que, praticamente, já começou a ser implantado, o Sistema Sagitário. E reparem que a visibilidade da tela, a incorporação de meios de informação meteorológicos, toda a parte de comunicação é digitalizada, *touchscreen*, e temos aqui... Isso aqui num ambiente que não precisa ficar no escurinho, não; pode ficar no claro normal que favorece o tempo de permanência e a atenção do controlador.

Pode avançar.

O que quer dizer Sagitário?

Sistema Avançado de Gerenciamento de Informações de Tráfego Aéreo e Relatórios de Interesse Operacional. Está confuso, mas é assim mesmo que a coisa foi concebida lá atrás. Ou seja, é uma maneira de você melhorar o sistema de tratamento e de valorização de dados, atendendo isto aqui: ambientes ágeis, fácil entendimento pelo controlador e por quem quer que seja, integrados e seguros para operação do sistema de tráfego aéreo.

Pode avançar.

Isto aqui é a tela do Sagitário. Controlador com foco na tela porque toda informação de que ele precisa está na tela. Utilização intensa de cores para facilitar a identificação dos sinais, o que cada um quer significar.

Isto aqui é muito importante, faço questão de ressaltar. Tudo o que foi feito aqui dentro foi feito com a participação intensa, permanente dos controladores de voo. Os mais antigos, os mais experientes foram consultados, como é que fica assim, fica assado, é melhor desta maneira ou daquela, cada um teve a sua participação. E procuramos buscar um padrão internacional, basicamente, um Eurocontrol, que também trabalha exatamente mais ou menos nessa mesma linha de apresentação.

Pode avançar.

Aqui está uma representação da meteorologia dentro do controle de área. Estão os aviões aqui, os tráfegos, as divisórias, os espaços aéreos e a meteorologia, que facilita o trabalho do controlador para poder orientar melhor o tráfego.

Sobre a posição de imagens meteorológicas, processamento e assessoramento de vigilância de CPDLC (Controller Pilot Data Link Communications). Isto aqui é uma maneira de se comunicar entre piloto e controlador via Data Link, específicas, lá na frente.

Detecção de conflitos em médio prazo, ou seja, antecipamos, agora, em muito, a capacidade do sistema de identificar algum conflito e, de uma maneira bastante prática, segura e antecipa, desfaz-se o nó.

Pode avançar.

Isso aqui é a *strip* eletrônica que fica à disposição do controlador, não mais aquela de papel.

Pode avançar. Pode avançar.

Isto aqui todo mundo já conhece. É o sistema CNS-ATM, o C de comunicação, N de navegação e o S de *surveillance*, que é vigilância em português.

Pode avançar.

Vamos ver o que há de comunicações aqui que interessam. Nós temos a comunicação por voz, mais uma vez, é uma torre de controle, isso aqui é de São Paulo – pode avançar – e várias maneiras de comunicação já em andamento: o VDL, que é um VHF Data Link, um HFDL, que é uma alta frequência Data Link também, o Modo S, que utiliza a transmissão de dados via *transponder e* o AMSS, que é uma transmissão de dados via satélite móvel, via estação móvel. Tudo isso aqui constitui a base de uma rede de telecomunicações.

Pode avançar.

Utilizamos a rede Telesat também com bastante intensidade – pode avançar. Esse eslaide já está repetitivo, pode avançar.

O N de navegação, o que está acontecendo neste segmento aqui? Nós temos o VORs, que continuam em utilização, são equipamentos que direcionam aeronaves em aerovia, alguns fazem parte do procedimento de descida em aeroportos.

Pode avançar.

Temos o ILS Localizador, que é um procedimento, um sistema que já refina um pouco mais o procedimento de aproximação dos aviões para o pouso em uma cabeceira sobre má condições atmosféricas. Temos o ILS 1, 2 e 3, dependendo da intensidade meteorológica se utiliza um dos três. No País aqui nós temos os três; o três nem tanto, está instalado, mas não está em utilização ainda e requer uma série de iniciativas da empresa e do operador.

Pode avançar.

Temos aqui este que é o grande carro-chefe do momento, o GBAS (Ground Based Augmentation System), resumindo, é um sistema de acréscimo e desempenho baseado em terra. É um sistema bastante simples na sua concepção, mas tremendamente acurado e prático na sua operação. São quatro antenas que conversam com uma constelação de satélites GPS ou gestacionário e que fazem com que a informação que os aviões recebem para aproximação, para decolagem ou mesmo para taxiar no chão sejam as mais precisas possíveis. Mais precisas ainda do que um próprio ILS. Um sistema que pode, com as quatro antenas, oferecer aproximação para qualquer uma das cabeceiras da pista do aeródromo e é um sistema que, no País, está em desenvolvimento – nós estamos com alguns problemas que eu vou explicar um pouquinho adiante.

Pode avançar.

Isso aqui é a implantação do GBAS lá no Galeão. Ele está colocado nessa posição em relação à cabeceira 10, e aqui são as antenas.

Pode avançar.

O problema está aqui nesta faixa. Isto é ionosfera. Esses sinais que estamos tratando são sinais de GPS ou sinais de comunicação com satélites gestacionais. Eles sofrem interferência da ionosfera, especialmente na região próxima ao Equador. Aqui é dia, ali é noite. Quando há a passagem do dia para a noite, nós temos um efeito meteorológico, vamos dizer assim, um efeito que eu diria até químico, na atmosfera, em que há a ionização da atmosfera. Essa ionização implica a criação de bolhas, de plasmas, vamos dizer assim, que podem, eventualmente, dificultar a troca de sinais entre aquelas antenas e o próprio satélite. Podem causar atrasos, podem causar algum tipo de perturbação no sinal em si. Então, existe a necessidade de que estudemos exatamente como isso se comporta e como nós poderemos, de alguma forma técnica, driblar ou aperfeiçoar o nosso sistema para que isso não represente problema para os nossos sistemas.

Os países do norte, especialmente os Estados Unidos, Canadá, a própria Rússia e a Índia, que são os únicos que trabalham com esse tipo de sistema, não têm tanto problema porque lá a coisa é muito mais branda, como podem ver por aqui. Mesmo assim, eles estão de olho nos nossos estudos porque, de uma forma ou de outra, podem sofrer alguma interferência. Então, aqui está o atraso do nosso processo de implementação do GBAS. Infelizmente nós esperávamos, o ano passado, uma intensidade maior nesse tipo de radiação, mas não ocorreu. Há uma previsão de que seja neste ano ou no próximo, para que se levantem os limites e quais os riscos que isso pode impor ao sistema, e como é que corrigimos isso a tempo de tornar o sistema operacional.

Pode avançar.

Aqui é a evolução da navegação convencional utilizando os fixos, o VOR/DME, era muito impreciso e totalmente dependente do chão. Houve uma evolução para RNAV, com waypoints, utilizando GPS, e agora nós estamos trabalhando com RNP (Required Navigation Performance), ou seja, você trabalha o GPS com o satélite a ponto de estabelecer um procedimento próprio para o seu avião, e ele, inclusive, comanda a curva e voa em curva, um procedimento com muita precisão. Observem que aqui está um pouquinho mais grosso; aqui está um pouquinho mais fino. E aqui a gente trabalha – pode avançar; o próximo vai dar mais ideia.

Em cima é o RNAV, o RNP. Todos os dois trabalham com esse sistema GPS e com o conceito de PBN, que é navegação baseada em *performance* da aeronave, ou seja, qual é o equipamento instalado nela que permite esse tipo de procedimento.

Um clique, por favor.

A aeronave de cima tem só o RNAV 1. Então, se ela sair de um limite estabelecido aqui com uma milha náutica à esquerda ou à direita, não acontece nada. Já no conceito RNP – pode clicar –, o avião vai se afastar por alguma razão qualquer do sistema, mas ele vai levar uma luz vermelha. O piloto vai ser informado de que ele está fora daquele limite máximo permitido para que a acuracidade do procedimento ou do voo dele esteja sendo mantido. Então, isso é bem recente. É um acordo bastante atualizado. Nós estamos implementando isso dentro do País já há algum tempo.

Pode avançar.

Concepção do RNP. É mais ou menos aqui um grande tubulão. O sujeito está controlado de forma

vertical e de forma longitudinal. Qualquer variação nos dois sentidos, ele vai ser informado, e o equipamento não vai deixar o avião voar fora dessa *performance*.

Pode avançar.

Esse é um procedimento já em utilização no Santos Dumont. É o RNP AR – Autorização Requerida, ou seja, o Decea monta o procedimento, ele voa o procedimento, ele homologa o procedimento, mas quem autoriza é a Anac, porque ela tem que saber se o operador tem condições de voar, se o avião tem equipamento necessário, se o piloto está treinado para fazer isso, mas o procedimento é feito pelo Decea. Então, é um trabalho a quatro mãos muito interessante.

Esse procedimento aqui começa lá em cima dos Afonsos e é contínuo, suave. Não para no meio do caminho, não nivela, não tem curva brusca. Tem um consumo de combustível baixíssimo, e o nível de ruído dele é também baixíssimo. Vai até esse ponto aqui – mais ou menos aqui –, e o piloto decide se prossegue ou não a 323 pés de altura. Isso dá mais ou menos 100 metros de altura. Antigamente esse procedimento era na faixa de 1.200, 1.500 pés de altura. Ou seja, você agora tem mais chance de chegar ao Santos Dumont mesmo que o tempo esteja ruim, para as duas cabeceiras.

Essa tecnologia está disponível. Nós fazemos o procedimento por demanda das empresas, porque eu não posso sair botando isso em todo lugar do País se ninguém vai voar para lá naquela configuração, porque é uma coisa antieconômica. Então, já temos alguns outros pedidos desse tipo de navegação, de procedimento, para outros aeródromos no País. E estamos trabalhando em cima disso. Isso aqui é o futuro. É muito interessante.

Pode avançar.

Vigilância. O que nós temos dentro de vigilância? É muito simples também. Uma antena de radar. Nós temos os aviões que, dentro do campo divisado, estão controlados, mas se eu tiver alguém voando aqui – um clique –, uma aeronave aqui, como é que eu posso controlar essa aeronave que está fora da minha visão radar? Por duas maneiras que nós também, hoje em dia, temos condições de colocar no País – pode dar um clique –, ou seja, por ADS ou por Multilateração – uma palavra complicada para mim; foi uma novidade muito grande. Mas vamos ver o que significam ADS e Multilateração.

O ADS significa Automatic Dependent Surveillance, ou seja, periodicamente transmite informações, posições dentro do Global Navigation Satellite System, GPS, e um método de determinação de posição de aeronaves e veículos ou outros. Isso aqui pode ser para muita coisa. Ou seja, eu consigo, através da constelação GPS, saber onde é que o avião se encontra mesmo que ele não esteja dentro da cobertura radar, e essa informação eu consigo colocar num tela de controle para o controlador que está com informações do radar convencional, por exemplo.

Pode avançar.

Aqui, uma outra visão do que é esse ADS. Ela pode ser contratada, ou seja, eu contrato o serviço GPS para meu avião poder voar nessa condição, ou eu posso sintonizar estações do chão. São *broadcasts*. Também fazem a mesma coisa.

Pode avançar.

Multilateração. Na realidade, usando o *transponder* e fazendo uma conta em cima da distância pela emissão de três posições, de três antenas, eu consigo saber onde está o avião. Isso aqui é muito utilizado hoje em dia lá perto de Vitória, se não me engano. Nós estamos fazendo uma experiência lá com sucesso, para ver se nós temos capacidade de fazer isso funcionar e transferir isso para outros lugares. Mas, repito: isso é quando você não tem a visão do radar comum.

Pode avançar.

Na área de Campos – esta aqui é uma carta de navegação para as plataformas em Campos –, nós trabalhamos o ADS, e funciona muito bem. Então, isso aqui já está em pleno funcionamento lá. Obviamente que temos várias estações *beacon*, nas próprias plataformas, que nos ajudam também a triangular quando necessário. Temos a composição também do GPS e a constelação para nos ajudar.

Pode avançar.

O conceito ADS-C, portanto, contratado, e o CPDLC, que é o Controller Pilot Data Link Communications, ou seja, comunicação entre piloto e controlador via *data link* hoje é uma realidade na área Atlântico. Isso aqui é decorrente... Desde 2009, nós estamos operando nessa situação por conta do acidente da Air France. Então, houve um aporte de recursos específicos para isso e nós nos capacitamos para poder ter essa tecnologia à disposição. E vem funcionando muito bem.

Pode avançar.

Aqui é a utilização das rotas. O mais claro aqui é o que existe hoje em dia. Nós queremos fazer com que as rotas sejam, todas elas, o mais direto possível. E estamos trabalhando para que isso aconteça, dentro do conceito PNB, utilizando todas as ferramentas técnicas, eletrônicas e tecnológicas que existem, e eu já mostrei, para que isso possa acontecer de forma controlada e segura.

Pode avançar.

Isto aqui é um exemplo bastante clássico do uso flexível do espaço aéreo.

Isto aqui é uma fotografia da tela radar de um controlador administrando a atividade militar e civil ao

mesmo tempo; é durante um exercício da Cruzex, lá no Nordeste, em Natal.

Então, o trânsito comercial fluiu normalmente, sem nenhum tipo de atraso nem interferência nem insegurança, a ponto de termos várias aeronaves militares voando em pacotes. É um novo conceito de emprego e não houve nenhum tipo de problema. Usamos o espaço flexível para que não se perdesse a oportunidade do tráfego civil e, ao mesmo tempo, fizemos exercícios militares.

Pode avançar.

Senador, estou encerrando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Fique à vontade, Mendes.

O SR. MARCO AURÉLIO GONÇALVES MENDES – Vou encerrar aqui porque, casualmente, estamos no nosso roteiro apenas para fazer uma recapitulação do que nós procuramos mostrar aos senhores, um histórico, a missão, o funcionamento, que é muito importante, o que existe de infraestrutura à disposição e o que nós imaginanos que seja o futuro da navegação. Muitas dessas perspectivas já são presentes, graças a Deus. E estamos em franca evolução nessa direção.

Pode avançar.

Dessa maneira, espero, Senador, que o senhor tenha conhecido um pouco mais do Decea, entendido a nossa participação na área de controle e compreendido a nossa preocupação com a soberania do espaço aéreo, que não é só defesa, mas sobretudo controle.

Estão aí os nossos dados finais.

Muito obrigado pela atenção e desculpe-me pelo tempo quase em triplo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Eu, na condição de Presidente desta Subcomissão, quero agradecer ao Brigadeiro Mendes pela brilhante apresentação que acaba de realizar. A fala de V. Sª, com certeza, estará nos *Anais do Senado Federal*, nos Anais desta Subcomissão da Comissão de Infraestrutura e vai contribuir, e muito, com o nosso relatório.

Agradecemos de forma muito efusiva.

Registramos a presença ilustre do Tenente-Coronel Aviador Max Carvalho Dias, Assessor Militar da Secretaria de Navegação Aérea Civil da Presidência da República; do Coronel Gustavo Adolfo de Oliveira, Adjunto do Subdepartamento de Operações do Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Comando da Aeronáutica; do Assessor Parlamentar da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Pablo Henrique; do Brigadeiro-do-Ar Rui Chagas Mesquita, que acaba de assumir o posto de brigadeiro, para a alegria de todos nós, seus amigos, Chefe da Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica. Cumprimentamos e registramos também a presença do Tenente-Coronel aviador Décio Augusto Maruci, Assessor de Relacionamento Institucional com o Legislativo do Comando da Aeronáutica; da Tenente-Coronel Patrícia Bárbara Cunha Colaço, Assessora Parlamentar do Comando da Aeronáutica e do Capitão Evânio, do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – Decea. Sejam todos bem-vindos. Registro também a presença do Comandante Paulo Licati, sempre presente nas nossas audiências públicas, que representa a Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil; Paulo Celestino, editor-chefe de *Traer A Revista do Transporte Aéreo* – seja bem-vindo, Paulo; Guilherme Aberle, assessor da Diretoria de Relações Institucionais da Trip Linhas Aéreas; Aroldo Camillo Filho, advogado, São Paulo, acompanhado da francesa Raquel Gainen, estudante de Direito em Paris – seja bem-vinda; Danielle Sousa, jornalista da TVT1, Brasília, DF – seja bem-vinda; e Dorieldo Luiz dos Prazeres, da Anac – seja bem-vindo.

Queremos agradecer a revista *Aeromagazine*, porque recebemos, hoje, das mãos do Comandante Paulo Licati uma matéria com relação à Subcomissão. Então, queremos registrar, nesta audiência pública, os nossos agradecimentos em nome de todos os membros da Subcomissão – o Relator, Senador Vital do Rêgo, e demais membros, inclusive o Senador Flexa Ribeiro.

Concedo, agora, a palavra ao Comandante Araripe Sucupira, por até quinze minutos, prorrogáveis o necessário.

O SR. GEORGE WILLIAM CESAR DE ARARIPE SUCUPIRA – Senador Vicentinho, Tenente-Brigadeiro Marco Aurélio Mendes, meu amigo Lyra, emérito professor, componentes da Mesa, estamos aqui para falar um pouco da aviação em geral com relação ao controle do espaço aéreo. Nós observamos aqui a exposição do Brigadeiro Mendes, mostrando um Brasil que gostaríamos que se estendesse a todos os outros órgãos gestores.

A colocação do Senador Vicentinho, antes, de que há um almejo nosso de colocar civis para controlar uma série de segmentos da aviação é digna. Porém, ainda precisamos crescer muito para chegar a esse ponto. Nós encontramos esse trabalho do Decea... Falo um pouco de conhecimento de causa, porque participo do grupo superior de trabalho do Decea já há alguns anos, desde o tempo do Brigadeiro Ramon, e vejo que as pessoas que ali trabalham são do ramo, pessoas que estão na aviação desde a sua pós-adolescência. Então, não existe no Decea a pessoa indicada, a pessoa nomeada. Não. São profissionais que fizeram uma carreira, têm uma vida atrás disso, conhecem profundamente a aviação, não ganham hora extra. Hoje te-

mos lá um maluco, o Brigadeiro Candez, que trabalha todo dia até às 22h e faz todo mundo trabalhar junto, e ninguém ganha hora extra. Por isso, conseguiu chegar aonde chegou. Infelizmente, isso não se aplica à nossa seleta atitude civil, da qual faço parte também. Falta o quê? Falta doutrina, falta educação, falta formação que tem o pessoal que cursou uma academia, falta ao povo brasileiro essa estrutura para que tenhamos não só na aviação, mas em todos os segmentos da vida pública, um comportamento adequado, um comportamento transparente, um comportamento digno. É disso que o Brasil precisa para chegar à sua soberania plena e absoluta.

A aviação geral luta para que isso aconteça no nosso campo. Nós temos participado de vários organismos. Como o Brigadeiro falou muito bem, o Brasil é líder. Por isso... Não por capacidade nossa, mas pela liderança do Brasil, eu sou o vice-presidente da Iaopa para a América do Sul. A Iaopa tem quatro vice-presidências: uma africana, uma australiana, uma europeia e uma sul-americana. A sul-americana coube ao Brasil, e eu sou o vice-presidente até 2013. Isso porque somos, realmente, um líder natural da América do Sul. Com esse trabalho que a Apa tem feito – e nós temos participado de seminários internacionais –, observamos que a aviação geral precisa ocupar um local no espaço dos seus países que os órgãos gestores não têm hoje possibilidade de ocupar, porque eles têm problemas maiores com a aviação regular.

Para que os senhores tenham uma ideia do que é a aviação regular brasileira, principalmente, que ainda é incipiente perto da americana, acabamos de assistir em São Paulo, na semana passada, um canal de televisão que passou, durante uma semana, uma demonstração de engenheiros brasileiros de aviação formados pelo ITA, pela Universidade de São Carlos e pelas universidades de Uberlândia, estagiando na Boeing, porque a Boeing pretende colocar no Brasil mil aviões até 2022. Há essa previsão, portanto esses engenheiros estão fazendo o curso lá.

Então, todo esse trabalho que se faz, todo esse trabalho necessário para que nós, que fazemos parte de um contexto internacional... Nós não podemos ter um controle de espaço aéreo nosso, e haver um diferente no Caribe, outro nos Estados Unidos. Não existe isso. Então,o controle do espaço aéreo dos países signatários da Convenção de Chicago de 46 é um só. E nós temos que nos adequar a isso. E a Ical passou essa lição de casa, que o Decea tem feito dentro da sua possibilidade e dentro dos recursos que lhe são destinados. E é preciso que outros órgãos o façam também. O que venho batendo nesta subcomissão é justamente isso, a definição de uma política de aviação civil brasileira.

Nós precisamos que essa política realmente seja criada, seja trabalhada e seja conseguida. Porque não adianta o Decea montar todo esse projeto e fazer todo esse trabalho que está fazendo – o brigadeiro não comentou o projeto Sirius, que estão colocando em vigor já agora, que vai nos beneficiar e muito – e não se falar da infraestrutura aeroportuária.

Não adianta o avião chegar no Brasil e não ter onde pousar, porque não tem espaço no aeroporto. Estou citando esse exemplo até meio chulo, porque participei de um voo da TAM, vindo de Miami, um voo regular da TAM, que saía de Miami, normal, que saiu na hora prevista, no balcão certo. Pousamos em Guarulhos, quando o avião parou, o pessoal levantou, o comandante disse: "Srs. passageiros, aguardem sentados, eu não estacionei o avião porque estou esperando instruções para ver onde vou parar o avião". O avião ficou parado no chão de Guarulhos 42 minutos. Eu fiz questão de cronometrar, porque, como fazemos parte disso tudo, temos que relatar isso aqui.

Então, como é possível? Se não há uma integração... O avião, quando sai, como nós vimos aqui, com controle de solo, quando decola já deve ter a ordem de chegada determinada no seu destino, para ele chegar e pousar, evitar emissão de CO2, evitar barulho, evitar uma série de coisas.

Infelizmente, nós não temos infraestrutura aeroportuária que suporte isso. Aí, depois desses 42 minutos, o avião andou duzentos metros e parou, duas escadas encostaram, nós descemos no meio do tráfego dos aviões, o ônibus passando.

O leigo não sabe o que é isso, mas quem é da aviação sabe que isso é inconcebível. Como é que um avião de uma linha regular, que partiu num voo normal, internacional, pousa num aeroporto internacional e não tem onde parar?

Então, é preciso que todos os segmentos gestores da aviação civil tomem conhecimento dessa política que estamos tentando sensibilizar o governo para criar, para que isso funcione adequadamente tanto no setor de infraestrutura aeroportuária, como no setor do espaço aéreo, como na regulação. Nós tivemos, no último debate do Decea, a seguinte situação: estamos preparando a ADS para funcionar, já existem setores funcionando, mas a Anac ainda não regulamentou o que o avião precisa ter para voar o ADS-Bravo.

Inclusive houve uma tratativa nessa reunião em que o Decea vai sugerir à Anac o que ela pode exigir. Porque a aviação geral tem que se preparar para isso. Não pode amanhã o Decea falar: Está funcionando a ADS-Bravo, amanhã tem que voar! Você não tem como

equipar os aviões do dia para a noite. O americano está preparando isso desde 1999, para usar em 2025.

Nós precisamos de um prazo, porque as pessoas, quando forem comprar os aviões hoje, já vão comprar com esse equipamento. Quando houver um dinheiro sobrando, já comece a equipar o avião, para, quando a ADS-Bravo funcionar, você estar com o avião relativamente equipado.

E para isso é preciso o quê? Que a Anac regulamente e coloque dentro da sua especificação o que é necessário para os aviões voarem com segurança dentro do ADS-Bravo e poderem ser homologados para isso.

Uma coisa muito importante, que nós vimos no Decea, é uma reclamação que vários pilotos da aviação geral têm feito, que é a necessidade de as cartas serem todas elas eletrônicas, porque, hoje em dia, voa-se fora do Brasil, voa-se com iPad, tem-se tudo ali, meteorologia, tudo e é homologado. No Brasil, ainda não é. O Decea está preparando isso. O Coronel França me disse que está quase tudo pronto, só que o Decea não vai criar isso; vai permitir que alguém se habilite, através de uma concessão, para poder fazer esse trabalho e os usuários vão pagar para usar, é evidente, como acontece no mundo inteiro. Isso é muito importante porque vem ao encontro de um anseio.

Então, a parte do Decea está sendo feita. Cabe a nós agora procurar qual empresa vai se habilitar a colocar isso em funcionamento. É uma grande facilitação, porque evita que você transporte num avião pequeno malas de cartas, como a gente tem que fazer; vai nos facilitar e dar muito mais segurança ao voo e até mesmo à aviação comercial. Porque querer dizer que hoje você não voa com iPad ao lado é querer tapar o sol com a peneira. Quer dizer, é isto que nós precisamos combater no Brasil: o jogo da mentira. Todo mundo está voando com isso aqui na aviação geral. É notório e sabido. A Anac precisa regulamentar isso para que seja regular. Porque é seguro e está-se voando assim.

Assim, nós precisamos levar a termo a criação dessa política de aviação civil para que todos nós tenhamos um entrosamento dos órgãos gestores e que isso venha em benefício da nossa aviação, que está bastante atrasada. Nós só temos divulgação da aviação, infelizmente, quando acontece um grande desastre. O resto do tempo você fala, você leva, você quer falar, ninguém publica, não interessa, não vende jornal e ninguém quer saber disso.

Portanto, é muito importante que se tome consciência da necessidade de este País de dimensões territoriais ter uma infraestrutura de aeroportos, de ter seu espaço aéreo, como está conseguindo, e ter uma agência reguladora... A Anac tem se aberto bastante; nós temos acesso, isso quero deixar bem claro aqui. O Decea abriu todas as portas para todos os segmentos da aviação. Convida e as companhias aéreas participam das nossas reuniões, todo mundo fala, todo mundo opina, todo mundo discute, leva os seus problemas. E o mais importante nesse ato do Decea, que estou dizendo de que sou testemunha, é que você fica ciente do que é possível e do que não é.

A confecção das cartas de São Paulo, do SRPV, das rotas especiais, nós tínhamos várias reivindicações junto à SRPV. Levamos para voar em nosso avião, voamos juntos e tal. Algumas nós conseguimos implantar, o que foi possível, o SRPV verificou que era viável e que foi possível. Outras nós entendemos o porquê. E, em vez de o Decea ser execrado por todo mundo, através do SRPV, a própria Apa responde aos associados por que tal coisa não foi possível ser feita. Porque nós participamos desse trabalho. Desse trabalho também todo mundo participa junto, as companhias aéreas participam, mostram... Nós vimos várias cartas que foram mudadas de rotas, algumas encurtando até 40 minutos de voo, o que implica uma economia muito grande para a companhia aérea, para as tripulações, porque voar 40 minutos a menos em uma jornada é significativo, bastante significativo. Só que não adianta perder os 40 minutos no solo e depois vai parar o avião.

Então, isso mostra claramente, em dois exemplos muito práticos, que a gente teve a oportunidade de ver ou o azar de viver, de poder verificar que nós precisamos realmente criar uma infraestrutura aeroportuária à altura do movimento do Brasil. Imaginem este País com mais de mil Boeings voando por aqui, até 2022. Logicamente, alguns aviões vão parar, porque estão chegando ao seu tempo de vida, mas não são todos. E como é que nós vamos continuar com esses novos e como é que vai voar a aviação geral? Nós temos visto que, quando acontece qualquer situação, a primeira coisa que acontece é que a aviação geral não decola. Isso não pode acontecer mais, porque, na aviação geral, ninguém compra um avião de US$1,5 milhão, US$2 milhões para passear. A grande maioria trabalha, viaja, vai a locais a que a rede regular não atende e precisa do seu tempo para isso.

Então, o avião é um meio de transporte, porque um grande problema que se diz, que avião é coisa de rico – e o rico está pouco se lixando para isso. Ele voa em qualquer tempo no avião novo e paga o que for, não está nem preocupado com isso. Quem luta com taxa é o aviador que voa no avião para trabalhar, que usa o avião como ferramenta de trabalho, como é no mundo inteiro. A esse sim a taxa pesa, o preço do combustível pesa.

O grande significativo, que era o fim da cobrança dessa taxa da gasolina que se cobra, que é a taxa dos impostos, como se chama, que foi passada nesta Casa, que foi aprovada, que o Presidente rejeitou, que está para voltar para este Congresso, temos de voltar a estudar aqui e temos liquidar com isso, porque é quase R$1,00 a menos no preço da gasolina, que ajuda quem? O aeroclube, o avião agrícola, a aviação geral de uma forma ampla e irrestrita.

Os senhores terão o seguinte: o avião hoje, num País como o Brasil, com os problemas de transporte que temos – vira e mexe, toda a pista interrompida, toda a pista congestionada, para-se um Estado inteiro, porque há uma greve de caminhoneiro – a única solução é o avião. Não há outra solução.

Na semana retrasada, em São Paulo, procurei uma rádio, com a reclamação de que havia muito barulho em determinado bar e de que a associação de amigos do bar queria tirar os helicópteros dali. Eu falei assim: "Só se fechar o País. Vai aumentar muito. Ou bota uma janela à prova de ruído, mas não tem jeito de tirar. Essa é uma rota especial. O helicóptero vai passar cada vez mais. Essa é uma rota especial, o helicóptero vai passar cada vez mais. Essa é uma rota de helicóptero." Isso é o progresso. Quem para um helicóptero...

E outra: o empresário que tem um helicóptero para trabalhar não passeia de helicóptero: procura o caminho mais rápido, porque custa muito a hora de voo dele. Ele quer chegar logo e voltar logo, para isso comprou o helicóptero.

Então, é preciso que essa mentalidade a gente comece a trabalhar, para mostrar que o País está desenvolvendo-se e que precisa disso. Nós não temos como ficar mais preocupados com o barulho do helicóptero.

Eu já sou mais radical: acho que, em Congonhas, tinha de funcionar o hangar 24. É uma outra briga que tenho. E fui até ameaçado de morte já pela associação de bares de Congonhas. Quando fizeram Congonhas – eu morei em Congonhas em 1957 –, era uma chácara, não havia nada. E hoje um *hub* como São Paulo é sacrificado com um horário para funcionar o aeroporto. No mundo inteiro, não existe isso. Isso, porque incomoda quem mora lá, que sabia que havia o aeroporto.

Então, isso precisava ser trabalhado. Tudo que acontece neste País, em que entram os direitos humanos e a consciência fiscalizada são absurdos, que nós não podemos aceitar mais.

Eu tenho uma filha que é professora doutora em Veterinária, na Universidade de São Paulo. Houve um movimento de alunos, que não querem mais participar de cirurgia de bicho. E o Ministério Público concordou em que esse pessoal se forme, sem ter o contato com o animal que está sendo medicado ou trabalhado. Quem de nós quer um médico que nunca mexeu num doente? Eu vou ser a cobaia, depois que ele se formou? Isso foi obrigado pelo Ministério Público.

Então, são certas coisas que precisamos diferenciar. Em aviação não cabe cargo político, cabe só gente competente, gente da área, gente que está vivendo a aviação e que sabe o que está falando.

Eu vi, nessa criação da Anac, até hoje, pessoas imensamente bem-intencionadas, mas ninguém da área, pouca gente da área. Até pegar o que é a aviação, acabou o mandato. E é isso que temos de procurar mostrar para sensibilizar o Governo Federal, para que as pessoas que trabalhem nessas áreas específicas sejam pessoas ligadas, pessoas comprometidas, pessoas que saibam o que estão falando.

Essa é a grande reivindicação da aviação geral, com relação ao tráfico aéreo, à infraestrutura aeroportuária. Nós não temos mais onde pousar em São Paulo, não há mais avião, aeroporto para a aviação geral. É muito difícil. E precisamos conseguir que isso vire uma realidade e que seja uma preocupação de todo dirigente deste País.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Agradeço a participação do Comandante George Araripe Sucupira e concedo a palavra ao Sr. Raul Monteiro, que já teve outra oportunidade e é coordenador do curso de Ciências Aeronáuticas, da PUC de Goiás.

V. Sª dispõe de quinze minutos, prorrogáveis se necessário.

O SR. RAUL FRANCÉ MONTEIRO – Sr. Presidente, Senador Vicentinho; Brigadeiro Mendes, Dr. Lyra, Dr. Sucupira, senhoras e senhores aqui presentes, começo minha fala para trás. Quero retomar a fala do Dr. Sucupira, quando ele diz que muita coisa do que hoje vamos discutir – ou pelo menos tentar – vai sofrer um tanto quanto em relação à falta de disponibilidade nos aeroportos brasileiros.

Nós vamos, sim, de qualquer maneira, receber muitas aeronaves, não sei quantas, mas vamos receber muitas e não só os da Boeing, mas vamos receber da Airbus, da Embraer, enfim, muitos aviões vão adentrar o nosso cenário, os nossos céus.

O Decea fatalmente estará lá para tentar cumprir o seu trabalho, em que pese possam completar o seu trabalho com todo o sucesso, mas precisamos retomar a discussão da falta dos sítios aeroportuários e, principalmente, das questões que envolvem o seu entorno, como o Dr. Sucupira colocou, pela sua vivência, por sua luta, por sua participação na aviação.

Então, estou começando para trás, dizendo que se fosse eu que tivesse dito isso, ficaria muito feliz. Como não fui eu, como diria o Comandante Rolim, vou copiar. Muito benfeito.

Bem, senhores, queria também copiar outra fala, quando ele diz da competência do pessoal que trabalha em aviação, particularmente os oficiais aviadores da força aérea ou do Comaer, do Comando da Aeronáutica.

Diria que, há um tempo, preocupado em saber o nível de vestibular que tínhamos para a Academia da Força Aérea, notei que passava um em 250. Um jovem em 250 conseguia uma vaga na Academia da Força Aérea. Entendam, obviamente, que esse é o meu sonho dourado como diretor de um curso de aviação. Esse é o meu sonho, eu quero esse aluno a qualquer preço. E o País, graças a Deus, consegue esses jovens, que são formidáveis. Já tive algumas experiências junto dos jovens e oficiais mais experientes, mas também no meio desses jovens. E eu, que fui bom em matemática, fiquei preocupado com o número de vezes que não conseguia terminar os cálculos que eram apresentados no ambiente onde eu estava antes daqueles meninos. Nem sei se tem a ver com a nossa maturidade ou com a competência desses jovens, que inauguram a sua carreira num ambiente forte e positivo. Evidentemente, o doutrinamento que a caserna oferece a esses jovens é formidável, coisa que não consigo fazer em uma universidade. É um trabalho diuturno, e temos um fator humano, uma mão de obra extremamente qualificada.

Não tenho dúvida de que qualquer setor do Comaer, através dos seus oficiais que tenham o desejo de propiciar qualquer coisa ao sistema, o faria com competência, tanto que, de longa data, costumo dizer aos nossos jovens que temos ali companheiros e devemos nos apoiar, criar parcerias. Por sorte, sempre temos conseguido espaço para essas parcerias, inclusive com o Decea, Brigadeiro, sempre.

De qualquer maneira, vejo que o momento que se enfrenta, aqui e agora, passa por algumas dificuldades. E é certo que o doutrinamento da caserna fará com que todos esses jovens, lá no alto, com posição de oficiais graduados, oficiais superiores, tenham um comedimento formidável de falar da Pátria mãe. Eles são preparados para isso. É um pouco diferente do ensinamento que nós, civis, temos; eles vão proteger a nossa Pátria de qualquer maneira, em qualquer discurso que façam.

Fico satisfeito e às vezes preocupado, porque acho que os investimentos que deveriam ser feitos em favor de algumas instituições relacionadas à aviação não são feitos há muitos anos, na modalidade e na quantidade necessária. E aqui não vou listar ninguém, mas conheço uma lista de gente que precisa de suporte técnico por conta da ordem financeira que tem de lhe ser propiciada e acaba por não acontecer. E isso eu digo sem fazer nenhuma pergunta, por minha conta, até porque sei que a resposta, em geral, seria: "Não, está tudo bem". Mas sabemos que não está tudo bem. Nós precisamos de recursos para fazer andar aquilo que é necessário, para avançar na direção que demanda o nosso País, com essa dimensão, com a necessidade formidável que tem de aviação. Nós precisamos de investimentos, sim, e em muitas áreas. Nós precisamos estudar, planejar, programar e entregar os recursos que estão combinados. Isso é extremamente importante.

Estão nos *sites* as contas abertas, damos uma olhadinha e rapidamente percebemos que as coisas não estão tão bem quanto deveriam. Nós entendemos assim, nós civis, eu particularmente, lá no ambiente da academia, onde estudamos o que pode ser feito, onde ficamos tão satisfeitos em saber que nossos alunos e nossa população, não só a brasileira, mas a população do mundo que vai andar em nosso País vai poder ser assistida por um sistema CNS/ATM, e com todas as suas potencialidades – com o Gbas que vocês estão testando lá no Rio de Janeiro; estamos doidos para saber o resultado disso e estamos torcendo para que dê muito certo.

Mas nós precisamos entender que a caminhada por vezes é um pouco mais difícil do que tudo que até o Decea nos oferece desde o tempo do Brigadeiro Álvaro Pequeno, que nos cedia uma quantidade de material formidável para que pudéssemos compreender aquilo que seria implantado brevemente. Mas nos faltam algumas coisas.

Nós trabalhamos com o pessoal do CTA e ficamos muito satisfeitos ao sabermos que teríamos dois satélites geoestacionários brasileiros, já com os *slots* reservados para o Brasil, para apoiar o serviço, por exemplo, em sua banda L e, principalmente, Brigadeiro, apoiar nosso CNS/ATM sob sua responsabilidade – perdoe-me por dizer "nosso", mas é que me considero um pouco sócio disso, mesmo não trabalhando por ele; é que eu o desejo para todos nós, para que o meu comandante tenha essa possibilidade.

Sei que as programações, quando nós compramos os serviços, são diferentes, os protocolos vão ficar na mão de instituições internacionais que vão nos vender esse serviço. Para a nossa defesa, levaremos um pouco mais de prejuízo, porque nós não poderemos usar determinados protocolos. Como brasileiro fico preocupado.

Fico muito tranquilo quando falo do Decea. Se falar de algumas instituições deste País, eu fico muito tranquilo. Com certeza, lá deve haver alguma irregularidade, como existem em todos os outros setores, mas

tenho absoluta certeza de que as pessoas, principalmente aquelas que conheço, trabalham com extrema seriedade. Em aviação, nós somos uma família muito pequena, civis ou militares, nós todos nos conhecemos de uma forma ou e outra, ainda que seja através de um amigo. Por isso, sempre sabemos o que está acontecendo.

E o que nós desejamos, mas desejamos muito, é que esta Mesa, assim como os Senadores que cuidam desta Subcomissão, possam ser orientados, um pouquinho que seja, para que em seu relatório final digam o que está faltando. Esses homens estão trabalhando exatamente na intenção de nos ajudar a todos, até porque, eu insisto, nós todos nos damos de alguma forma, somos uma pequena família. E toda vez que eu souber que a empresa Gol, a empresa TAM ou a empresa Azul está melhor, para mim é muito bom. Se eu souber que o Comaer recebeu as verbas de que necessitava após ter feito sua respectiva solicitação, eu vou ficar muito feliz, porque isso diz diretamente a mim, resolve o problema dos meus alunos e o meu próprio quando tiver de voar em algum avião, estarei ainda mais protegido.

Nós fazemos um esforço junto ao Conselho Consultivo de Ciências Aeronáuticas, trabalhamos muito para que nas universidades, que formam o fator humano, em geral para pilotagem – não no todo, mas em geral nós formamos pilotos –, a qualidade melhore; mas nós não dependemos de determinadas coisas das quais alguns dependem.

Então, o que nos resta é pedir por favor, de alguma forma: sinal de fumaça, telepatia, bilhetinho, qualquer coisa! Digam aos Senadores desta Casa o que lhes falta, porque, ao saber o que está acontecendo, eles têm um suporte técnico razoável que vai permitir a eles que transcrevam isso em um documento final das necessidades desta Nação, e – quem sabe? – todos saímos ganhando. Talvez ganhe o homenzinho simples, que nem anda de avião, lá do interior do Amazônia, talvez ganhe nossa Presidenta Dilma Rousseff. Talvez ela ganhe também por conseguir fazer isso dar mais uma volta nessa roda e beneficiar a comunidade. Nem quero, nem me permito, nem vou sonhar de falar em Copa do Mundo e Olimpíada, porque aí eu fico muito arrepiado e não quero falar disso.

Eu queria falar só que nós temos um problema neste momento. Nós gostaríamos muito, inclusive, Brigadeiro, novamente... O Brigadeiro Ramon já nos atendia nesse aspecto. Nós temos duas dezenas de universidades que, evidentemente, têm dificuldades inúmeras – e dificuldade é uma coisa que nós conhecemos –, e gostaríamos, e muito, de participar do processo de formação de seus controladores. Sei que há uma preocupação de não transitar isso com rapidez, até porque há uma imensa responsabilidade, mas eu sugeriria que o senhor abrisse uma mesa de discussão, até para conhecer os partícipes que eventualmente poderiam fazer parte de um grupo colaborador, na intenção de buscar a formação que vocês desejam, entendendo a metodologia Ical, da maneira como ela tem de ser. Nós já tratamos disso um pouco em minha universidade por outro caminho, mas sabemos que não é assim, não é uma canetada que vai dizer: "A partir de amanhã, você começa a formar controlador neste Brasil!

Eu diria que o Brasil precisa sim, muito, de bons controladores; precisa, sim, de controladores que falem inglês fluentemente. Quanto a isso, não faço nenhuma pergunta, estou fazendo uma afirmação, porque sei disso e sei das dificuldades, sei das reclamações de empresas estrangeiras com as quais nós já conversamos. Nós precisamos atender a prerrogativa da Iata, nós precisamos fazer uma longa caminhada, e talvez haja demasiado trabalho na sua escrivaninha e na de seus assessores. Talvez haja, não: com certeza, há demasiado trabalho em sua escrivaninha e na de seus assessores.

Então, eu estou aqui, em nome de outros tantos do Conselho de Ciências Aeronáuticas, oferecendo ao senhor e pedindo que abra uma pauta de discussões, com alguma assessoria do Decea, para que vocês possam entender com que tipo de profissionais vocês poderão contar para, talvez, cuidar das estações de rádios, das AFIS, que, na verdade, também não é uma coisa muito simples. É complicadíssimo que esse controlador, em particular, tenha de conhecer todo o sistema, talvez até mais do que os outros, mas um pouco menos sofisticado, um pouco menos perigoso, apesar de a gente não trabalhar com perigo em aviação, mas com soluções que não nos levem ao perigo.

Então, nessa altura do campeonato, eu não poderia, não tenho como dizer qualquer coisa que eu não entenda por que motivo o Decea faz ou por que razão não está benfeito ou porque não gostamos; ao contrário, gostaria de lhe dizer do meu apreço, depois de trinta e poucos anos nessa aviação, muitos deles como comandante da aviação comercial brasileira, onde recebi sempre o suporte e apoio dos controladores onde quer que estivesse, nos dias simples, quando o voo era extremamente normal, e em um ou outro quando as coisas não eram tão agradáveis e acontecem na vida de todo o mundo.

Então, meu apreço e meu respeito a todos os senhores que aqui estão e representam essa instituição.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Eu que agradeço ao Dr. Raul pela brilhante fala.

Quero registrar, também como visitas ilustres, Giovani Volnei Meinerz, Coordenador-Geral de Planejamento de Navegação Aérea Civil da SAC (Secretaria de Aviação Civil) – seja bem-vindo; Rodrigo Castanheira, piloto de linha aérea, também seja bem-vindo; Luiz Fernando, assessor de Liderança do Bloco/PT do Senado; Stella-Chirstina Cruz, nossa amiga do Sindicato Nacional das Empresas Aeroportuárias; Dra. Ilma, Assessora Parlamentar da Anac.

Concedo a palavra, por quinze minutos, ao Sr. Francisco de Lyra, diretor da C>Fly Aviation.

O SR. FRANCISCO DE LYRA – Boa tarde.

Eu saúdo a todos na figura do Senador Vicentinho Alves. Estou muito honrado de estar aqui hoje, podendo compartilhar um pouco da minha vivência em aviação de 36 anos.

Eu comecei com 16 anos, tenho hoje 52. Trabalhei alguns anos na aviação comercial, como piloto da saudosa Vasp, e depois, nos últimos 20 anos, na aviação executiva.

Eu dividi a apresentação em duas partes. Essa parte que está na tela é uma súmula do que entendemos ser necessário revisar na legislação. Mas, antes, a título de introdução, eu queria dizer que o que já foi dito hoje aqui é de uma relevância extrema. Eu tenho pouco a acrescentar, mas, nos últimos nove anos, eu estive militando na ABAG (Associação Brasileira de Aviação Geral), nos últimos dois anos como presidente, até novembro passado. Eu percebi que a política pública brasileira era pouco sensível à aviação geral, especialmente o segmento de aviação executiva, que é um "subsegmento" da aviação geral, que tem 12 mil aviões. Mas a aviação executiva tem 1.379 aviões, que são movidos a turbina, ou seja, jatos e turboélices, aviação de alta *performance*.

Essa aviação de alta *performance* coabita nos mesmos aeroportos metropolitanos que a aviação comercial e sempre coabitou e coexistiu com extrema naturalidade e com extrema fluência, a não ser nos últimos anos, quando a universalização do transporte aéreo provocou um impacto na infraestrutura. A infraestrutra não cresceu de acordo com o crescimento da aviação brasileira.

Eu entendi na associação que, para poder discutir, nós teremos que ter dados. Então, durante a minha gestão, com o apoio do Decea, nós elaboramos o primeiro Anuário Brasileiro de Aviação Geral. Ele foi elaborado com dados fornecidos graciosamente pelo Decea e pelo CGNA, e nós fizemos um mapeamento do que consiste a aviação executiva brasileira.

Foram estudados 39 aeroportos brasileiros, e nós averiguamos que, em 830 mil operações de aviação executiva, nós atendemos a 3.500 aeródromos no Brasil, a partir de 39 aeroportos pesquisados. Isso mostra a capilaridade que nós temos no sistema de aviação executiva, porque a aviação comercial, em função das suas características econômicas, atende hoje no Brasil a aproximadamente 139 aeroportos. Então, a capilaridade do sistema, a afirmação de soberania que temos que ter é representada pela aviação executiva.

Aí nós nos debruçamos sobre alguns casos, porque os casos mais prementes são nas principais regiões metropolitanas – São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília.

No caso de São Paulo, nós temos hoje, por exemplo, o Campo de Marte, um aeroporto que existe há mais de 70 anos e que, em 130 mil operações, conecta a região metropolitana de São Paulo a 1.344 destinos diferentes. Olhem a imensidão desse número: 1.344 destinos diferentes são conectados a São Paulo a partir do Campo de Marte. E muito se fala em transformar o Campo de Marte em parque municipal, já se falou em transformá-lo em estação de trem, já se falou em transformá-lo até em estádio de futebol. Mas ninguém parou para analisar os dados importantíssimos que há nesse documento, mostrando que a conectividade da região metropolitana a 1.344 Municípios está ameaçada. Assim como o aeroporto de Congonhas, por exemplo, onde a aviação executiva conecta a cidade de São Paulo a 905 destinos diferentes em 48 mil operações; 905 cidades são conectadas a partir de Congonhas, pela aviação executiva.

Hoje, no almoço, eu fiz uma enquête, querendo saber dos meus colegas de mesa se eles sabiam quantas cidades são conectadas, quantos destinos únicos em voos diretos são conectados pela aviação comercial a partir de Congonhas. Ninguém acertou o número porque é um número muito baixo. São 29 destinos a partir de Congonhas.

Se você imaginar que, a partir de Congonhas, indo para 29 destinos em voos diretos, o passageiro pode, através de conexões, conectar-se aos 139 destinos, no total, que há no Brasil, já se estabelece a relevância do segmento de aviação executiva. Com uma frota de 1.379 aeronaves executivas, que conecta o País a 3.500 Municípios, é da expansão da fronteira do desenvolvimento que nós estamos falando.

Quando a gente fala em investimento direto, o investimento produtivo, o investimento que faz chegar o crescimento às pequenas cidades, esse investimento é presencial. O Sucupira falou isso com muita propriedade. Investir pela Internet ou investir em meios eletrônicos é quando ele está num investimento especulativo, se ele vai aplicar em bolsas, em fundos e tudo

mais. Quando o investidor considera fazer investimento produtivo, que vai gerar emprego e renda, isso significa investir recursos em projetos, investir recursos em terraplenagem, investir recursos em estabelecimento de alicerces, de fundações e de construção. Não dá para resgatar. Esse investimento, uma vez decidido e desembolsado, não tem meios de ser revertido ao investidor. Isso faz com que o investidor tenha necessidade de, presencialmente, por diversas vezes, comparecer ao local do investimento.

Então, quando afirmamos no Brasil que o nível de investimento sobre o PIB de 19% é insuficiente, que o Brasil deveria ir para 22% de investimento sobre o PIB, nós queremos dizer que deveríamos sair do 100º lugar para o 60º lugar. Não é grande coisa se comparado com a Índia, com a China, que estão investindo 39%, 43% do PIB. Nós investimos apenas 19%. E a gente não pode esperar que esse investimento seja apenas público. O Estado não tem capacidade econômica e não tem também como missão ser o responsável por todo o investimento de uma nação. É um empresário. E o empresário, para investir, tem que ir pessoalmente ao local. Só que, se ele for hoje pela malha de transporte público de massa, ele só pode investir em 139 cidades. A menos que ele se disponha a enfrentar um barco, ou enfrentar uma *pickup* para gerir o seu agronegócio.

Então, vejo como de extrema relevância que, na política pública, nós tenhamos a aviação executiva, que é um subsegmento da aviação geral, contemplada na política, porque ela é quem pode fazer o País dar o salto de investimento de que nós precisamos.

Então, hoje está em votação o Projeto Brasil Maior, que trata exatamente de passar esse nível de investimento de 19% para 22%. Mas por que não 39% e 43% como a China e a Índia?

Esse investimento vai decorrer do setor privado, mas ninguém pode ter dúvidas de que o investidor privado só faz investimento presencial. Ele não abre uma padaria sem ir pessoalmente conferir o local, conversar com as autoridades, entender a logística, conversar com o sindicato, mandar seus engenheiros, seus arquitetos, seus advogados. Esse é o processo. E a aviação executiva, nos grandes centros, não é vista como prioritária. Há um grande equívoco na política pública: nós, brasileiros, entendemos que apenas o transporte público de massa é relevante, que é o único que é necessário. E não é. Por quê? Para que nós saiamos da condição de 139 cidades para 210 cidades, que é o plano do Governo, a SAC está estudando hoje um projeto para se passar das atuais 139 cidades para 210 cidades. Como fazer isso? Incentivando a aviação regional. Mas vai haver passageiros? Para haver passageiros, é preciso primeiro o investidor chegar.

Então, o investidor que se serve do avião executivo é um agente polinizador, assim como a abelha. Você sabe que, hoje em dia, se houver uma mortandade de abelhas, haverá uma quebra de produção agroindustrial. Então, o agente polinizador da economia é o empresário que vai com seu avião particular à frente, como um precursor. Uma vez que aquela cidade adquire um ânimo econômico, uma vez que ela adquire uma dinâmica de crescimento, aí, sim, a cadeia de produção se instala, e a demanda aparece. Aí a companhia aérea segue essa demanda.

Então, hoje em dia, vejo com muita preocupação que, em todos os investimentos de infraestrutura aeroportuária, não se fala nada sobre aeroportos executivos. Fala-se muito sobre aeroporto comercial, mas nada sobre aeroporto executivo. E o modelo econômico, o modelo de negócios de um aeroporto comercial é baseado no fluxo por passageiros. Tanto que o índice é sempre calculado na receita por passageiro, de quanto o passageiro vai gastar nas lojinhas, de quanto o passageiro vai gastar no estacionamento, de quanto o passageiro paga por taxa de embarque, na tonelagem da aeronave, na venda de combustível. É sempre volume por passageiro.

Ora, se a receita do empreendimento é baseada no número de passageiros, a aviação executiva não tem passageiro nenhum. Então, ela é percebida pelo negócio aeroportuário como uma atividade marginal. Ela pode ocupar o espaço, a infraestrutura, desde que ninguém deseje essa infraestrutura, desde que nenhuma companhia aérea pleiteie aquela infraestrutura.

Do ponto de vista de espaço aéreo, um jato executivo com quatro passageiros, com dois passageiros, ocupa o mesmo espaço aéreo que um A380, porque a separação é similar. Às vezes ele ocupa até mais espaço aéreo, porque, se um jato grande decola na frente, o jato executivo tem até de ampliar a separação, por conta da esteira de turbulência.

Portanto, como resolver isso? Na gestão de espaço aéreo? Sem dúvida. Mas o espaço aéreo hoje nós encontramos como solução que o Brasil tem bem equacionada. O que nós não temos equacionada é a infraestrutura aeroportuária, é o chão, é onde os aviões vão parar, onde eles vão estacionar.

Outra característica importante é que o avião de táxi aéreo, o avião executivo opera por demanda, opera no ponto de táxi, como se diria no transporte urbano. O táxi fica aguardando no ponto, porque seria antieconômico o táxi ficar circulando o dia inteiro. Já o avião comercial de passageiros, se ficar parado no ponto, estará dando prejuízo.

Então, a dinâmica de ocupação de áreas aeroportuárias é absolutamente distinta. Um jato comercial

tem por meta passar a maior parte do tempo voando. O jato executivo tem uma dinâmica oposta: ele passa a maior parte do tempo no solo, aguardando a demanda, aguardando a utilização. Então, ele necessita de áreas aeroportuárias, ele necessita de espaço de estacionamento muito grande, ele necessita de hangares, ele necessita de espaço para a manutenção.

A conformação física de um aeroporto executivo também é distinta da conformação de um aeroporto de passageiros. Num aeroporto de passageiros, você tem de ter um terminal gigantesco para processar um número gigantesco de passageiros. No aeroporto executivo, você pode ter um terminal minúsculo, mas você precisa ter dezenas de hangares capazes de abrigar essas aeronaves que estão trabalhando sob demanda. É outro tipo de atividade, com características especiais.

Do ponto de vista de CNS/ATM, existem algumas demandas que são possíveis de ser contempladas, uma vez que os jatos executivos hoje são o *leading edge*, a ponta de tecnologia. É muito mais fácil equipar um único jato executivo de uma corporação do que equipar uma frota com 100 Boeings ou 100 Airbuses. Portanto, os jatos executivos estão à frente. Eles têm mais equipamentos. Muitos deles têm capacidade de CPDLC, muitos deles têm capacidade de dar um *link* de meteorologia, por exemplo.

Nos Estados Unidos e na Europa, hoje em dia, um monomotor, que é tipicamente um avião pequeno, que não tem um equipamento de radar meteorológico de bordo, recebe aquela informação dos radares meteorológicos de terra, que é enviada para um provedor de serviços; esse provedor envia o sinal para um satélite, e o satélite distribui o sinal para os aviões. Esse é um serviço que, se fosse distribuído, seria ótimo, uma vez que o peso da infraestrutura já foi feito. O DCE já implantou dezenas de radares meteorológicos que cobrem boa parte do Brasil. Mas nós, pilotos, só temos acesso em solo. Durante o voo, nós não temos acesso. Então, com um pouco de investimento na conectividade de dados, nós teríamos meios de receber essas informações meteorológicas mesmo em um monomotor, que não tem radar de bordo.

Autorização de tráfego. Em muitos países, como não existe uma estrutura formal de uma companhia aérea por trás do jato executivo, você utiliza um provedor de serviços. A Honeywell, por exemplo, recebe, nos Estados Unidos e na Europa, os dados do plano de voo e a autorização de tráfego e manda de volta, pela rede Sita, e o piloto recebe, no *cockpit*, não só a autorização de tráfego, como também o próprio plano de voo, que já entra direto no computador de bordo. São convênios que, eu acho, poderiam ser estimulados, que não seriam representativos em termos de investimento, mas trariam uma facilitação e uma segurança de voo adicional à frota de aviação executiva brasileira.

Então, a segunda maior frota de jatos executivos é no Brasil, por conta dessa dimensão continental, por conta de termos 4.072 aeródromos, entre pista e helipontos. E nós temos que fazer uso, nós temos que conectar a região metropolitana a esse interior, porque o empresário do interior vem às capitais em busca de tecnologia, em busca de financiamento, em busca de sócio, em busca de clientes, em busca de insumos. Já o empreendedor da região metropolitana vai ao interior porque ele vai em busca de incentivos fiscais, ele vai em busca de mão de obra, ele vai em busca de oportunidades. Então, é um círculo virtuoso, que nós precisamos inserir na política pública de aviação.

Eu queria rapidamente falar sobre algumas questões regulatórias, mas, não sendo advogado, vou ter um pouco de dificuldade. Eu queria passar rapidamente.

Na exploração comercial, nós temos que, hoje, os aeródromos públicos são, preferencialmente, áreas de propriedade da União, e que são, hoje em dia, concedidas ou não, através do sistema de concessões.

A infraestrutura privada, particular, pode existir pelo regime de autorização. Mas, para isso, nós precisamos olhar um pouquinho o marco regulatório para saber como cobrar tarifas e como oferecer isso como um serviço público no regime de autorização.

Pode passar.

Hoje em dia, especialmente em Congonhas, nós temos um dilema tremendo, porque a Prefeitura Municipal exige alvará de funcionamento, só que a área é da União. Então, há um conflito de jurisdição tremendo. Nós temos lá o caso de um hangar que está sob a ameaça de fechamento pela prefeitura, que exige um alvará, e esse alvará só poderia ser conseguido se houvesse uma planta aprovada; mas não há ninguém que aprove essa planta, porque a Infraero, em si, não pode aprovar planta, talvez a Anac.

Pode passar.

Alocação de áreas aeroportuárias. O CBA (Código Brasileiro de Aeronáutica) , que está sob análise, no seu art. 42, diz que "à utilização de áreas aeroportuárias não se aplica a legislação sobre locações urbanas". Mas, agora, nós vamos assistir aos aeroportos concedidos à iniciativa privada que vão ter que usar um outro regime que não seja o de licitação. É de locação, mas há uma proibição expressa no art. 42 do CBA.

Podia passar.

A aviação geral, preterida no acesso a áreas aeroportuárias, está preterida em função de uma resolução da Anac, de nº 113, que tem um equívoco muito grande na sua formulação, porque, na sua essência, a Resolução nº 113 foi criada com a premissa de que a

companhia aérea precisa de área aeroportuária. Mas quem precisa de área aeroportuária é a aviação executiva. A companhia aérea deixa vazia a aeroportuária. Se nós formos a Congonhas e examinarmos o hangares, vai-se observar que muitos estão vazios. Os que estão cheios estão cheios com jatos executivos. Por quê? A Gol tem seu centro de manutenção em Confins. A TAM tem seu centro de manutenção em São Carlos. Então, a manutenção que é feita no aeroporto é aquela manutenção de linha. É aquela manutenção leve. E portanto, ao estabelecer toda uma métrica muito interessante de priorizar a concessão de áreas aeroportuárias às companhias aéreas, essa métrica é baseada em volume de passageiros e número de operações.

Nós não temos como competir em número de passageiros, muito menos em número de operações, especialmente num aeroporto coordenado, que está sujeito a *slots*. Então, nós vemos hangares vazios, ocupados às vezes como escritórios, almoxarifados, depósitos de móveis, depósitos de arquivo morto. E nós, na aviação executiva, nos debatendo por áreas que não existem. Então, há um desvio de finalidade.

Pode passar.

O modelo tarifário é insuficiente e não pode ser regulado via edital. Então, nós estamos começando a perceber que o instrumento do edital não é suficiente para estabelecer um modelo tarifário. Nós precisamos, sim, no caso da aviação geral ter liberdade tarifária, porque, de qualquer forma, de uma forma ou de outra, a aviação, o aeroporto tem que ser autossuficiente. Aeroportos deficitários nós já temos muitos, precisamos ter aeroportos autossuficientes.

Se o gestor do aeroporto não tiver liberdade tarifária, pelo menos no segmento de aviação geral, ele não tem como construir infraestrutura. Já no transporte pública, a tarifa, sim, tem que ser regulada. Mas aí é um outro modelo, para um outro tipo de instalação aeroportuária.

Podemos passar.

E, finalmente, como já foi dito aqui, nós temos um grande desafio, que é a qualificação de mão de obra. Nós defendemos a criação de um aeroporto-escola, que seja um verdadeiro *campus* universitário, para onde as universidades possam enviar seus alunos para um aprendizado prático.

Como foi dito aqui, ninguém faria uma cirurgia com um cirurgião que não tenha feito residência médica. Não se pode acreditar que uma atividade que é eminentemente operacional possa fazer a transição direto da academia, da sala de aula, para o dia a dia de uma operação intensa. Não há *performance* possível nesse cenário.

Então, assim como há hospitais-escolas, assim como há navios-escolas, assim como há hotéis escolas, nós defendemos que exista o aeroporto-escola.

Com isso, eu concluo aqui. Desculpem a dificuldade em explicitar questões regulatórias, mas eu acho que é uma contribuição para o estudo do Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Nós é que agradecemos.

Regimentalmente, as 16 horas, inicia-se a Ordem do Dia em plenário. Portanto, aqui, quero contar com a compreensão dos ilustres palestrantes da seguinte forma. Todos já têm conhecimento dos questionários da Subcomissão e, assim, poderiam encaminhá-los via ofício, que ganharíamos tempo. Concederei cinco minutos para cada um dos ilustres convidados, para que possam fazer sua consideração final.

Portanto, contamos com a compreensão dos senhores, porque ou suspendemos a audiência pública, para retornarmos aqui após a Ordem do Dia, ou podemos conciliar desta forma: que os questionários sejam encaminhados por escrito à Subcomissão, para fazerem parte das notas taquigráficas.

Concedo a palavra ao Brigadeiro Mendes, por cinco minutos, para fazer sua consideração final.

O SR. MARCO AURÉLIO GONÇALVES MENDES – Que minhas primeiras palavras, Senador, sejam, mais uma vez, de agradecimento pela oportunidade de podermos, de alguma forma, externar o trabalho do Decea! Agradecemos não só por essa oportunidade, mas também pela oportunidade de termos contato direto com visões muito distintas e muito construtivas sobre o assunto, que é tratado de maneira séria, como deve ser tratado.

Estou levando uma série de observações muito interessantes. Todas as sugestões e todas as ideias que convergem para o aperfeiçoamento do sistema eu as anotei. Inclusive, depois, em outra oportunidade, faço questão de trocar uma ideia com cada um dos nossos interlocutores.

A iniciativa do senhor de permitir que vários segmentos ligados à aviação possam se expressar de maneira bastante livre e democrática é fantástica, pois abre a oportunidade de se trabalhar de forma bastante objetiva.

Eu gostaria de dizer também que o Decea é uma instituição em constante mutação, em constante aperfeiçoamento. Não temos questão fechada para nenhum tipo de assunto, nem deveríamos ter, porque o assunto é muito interessante e muito dinâmico do ponto de vista técnico e tecnológico. Dessa maneira, eu gostaria de deixar todos os senhores completamente à vontade. Inclusive, se alguém, na plateia, tiver alguma curiosi-

dade, tiver alguma contribuição a dar ou quiser dar a sua sugestão, nós a aceitaremos de muito bom grado, afinal de contas o Decea é um organismo brasileiro que trabalha para brasileiros. Não vejo outra forma de oferecer um serviço da melhor qualidade a não ser ouvindo todas aquelas pessoas que, de alguma forma, entendendo o problema e querendo contribuir de maneira construtiva, possam nos ajudar.

Muitas vezes, nós somos parte do problema, não da solução. Então, é preciso sair fora da situação, para poder tornar-se parte da solução também. Hoje, aqui, Senador, com a nossa conversa anterior, com a sua condução agora e com o que ouvi aqui, eu me coloquei, graças a Deus, fora do problema muitas vezes e pude analisar vários aspectos que foram comentados aqui, até porque venho participando, com bastante assiduidade, de encontros na área do Governo central para tratar de aeroportos concessionados e da nova estrutura para aeroportos regionais.

Quanto à aviação executiva, acho que a sua exposição foi brilhante, focando e identificando exatamente qual é o problema, que, para mim, está muito claro – não tenho nenhuma dúvida.

Dessa maneira, há a parte do ensino, a parte didática, a parte de incentivo aos nossos alunos, para eles poderem, de alguma forma, interessar-se pelo assunto da aviação. A vocação do País é e sempre foi a aviação. Não é por que existiu Santos Dumont que essa é a vocação do País. Não é por aí, não. Mas me refiro ao tamanho, à extensão da nossa aviação e às soluções que encontramos até agora para resolver nossos problemas de infraestrutura e de comunicação, as quais se deram via aérea, e é o que ocorrerá daqui para frente, cada vez mais.

Dessa maneira, eu também gostaria de fazer um aparte ao Sucupira, que falou muito bem sobre a parte da aviação geral, que é uma aviação em que muita gente tem chance de começar, de se interessar e de contribuir. Por que não levar conhecimento a vários locais dessa forma? Porque, de outra forma, isso não aconteceria, nem através da Força Aérea, provavelmente. Mas eu acho que a curiosidade do nosso aviador, o interesse pela aviação é despertado de várias maneiras. E tivemos a chance de aqui hoje enxergar isso com muita propriedade.

Então, é um segmento, Senador, muito importante para o País. E o Decea faz questão de participar desse segmento, provendo, na medida do possível, conversando, dialogando, discutindo todas as medidas que possam ser, de alguma forma, úteis ao desenvolvimento desse progresso.

Encontrem no Decea um punhado de amigos vibrando com a chance de poder participar de um trabalho que é nacional. Como brasileiro, eu não poderia me sentir mais bem ambientado; como aviador, mais ainda. De maneira, Senador, que vou encerrando aqui minha participação, agradecendo ao senhor e a todos que nos ouviram com muita paciência, com muita atenção, e nos colocando plenamente à disposição. Estamos lá para servir, para ajudar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Nós é que agradecemos, como presidente desta Subcomissão, em nome de todos os colegas que a compõem, a presença de V. Exª, Brigadeiro Mendes, que aqui simboliza a Força Aérea Brasileira, que tem, de todos nós brasileiros, a mais alta admiração, respeito e muita credibilidade. Portanto, a presença da Força Aérea Brasileira, por intermédio de V. Exª, engrandece e dá brilho a esta audiência pública.

Para as considerações finais, o Comandante George Sucupira, velho amigo, sempre presente aqui conosco.

O SR. GEORGE WILLIAM CESAR DE ARARIPE SUCUPIRA – Eu agradeço a oportunidade de ter participado desta Mesa, que foi bastante profícua.

Só para ilustrar o que o Líder disse, nós estamos fazendo um trabalho num aeroporto do interior de São Paulo. Lá fomos chamados porque o prefeito queria desmunicipalizar o aeroporto, que está localizado bem em um polo da Aeronáutica, próximo a São Carlos, um aeroporto já asfaltado. Depois de meia hora de conversa, ele colocou o aeroporto em sua plataforma política de outubro. Porque quando eu expus que o aeroporto era um fator de desenvolvimento, que o aeroporto era um fator necessário à comunidade, ele me disse: "Olha, eu estou trazendo uma empresa japonesa para cá. E a primeira coisa que o presidente me perguntou foi se aqui havia aeroporto". Os empresários não andam mais em ônibus em uma estrada como a Anhanguera ou a Bandeirantes. Eles querem andar de avião para se locomoverem rapidamente. Então, quem ia desistir do aeroporto, hoje passou a colocá-lo na plataforma política como meio de levantar o *status* da cidade.

Ele disse: "Eu tenho pouco dinheiro aqui. E o dinheiro que eu gasto é só com obras sociais, que não dão retorno". Eu disse: "Obra social só dá trabalho, só despesa. O que dá dinheiro é aeroporto. O empresário vem para cá, investe em emprego, e emprego de nível. O cidadão que vai trabalhar com avião ou é mecânico e tem formação, ou é engenheiro ou é piloto. Então, o senhor vai trazer para cá manutenção de aviões". Inclusive a Azul está interessada em implantar ali uma oficina de manutenção.

Então, para que os senhores vejam, num exemplo prático e real, que tudo que se cristalizou aqui é uma

realidade. As pessoas tomam conhecimento da necessidade e do fator que é a aviação hoje, necessária para o mundo inteiro, não só no Brasil. Os problemas que enfrentamos aqui são mundiais. A Europa tem problemas seriíssimos. Ainda conversando com Bertolini, na reunião de sexta-feira, ele contou da feira que houve na Inglaterra e disse: "Sucupira, fica tranquilo que a primeira coisa que cortaram lá foi a aviação geral, para poder voar nesses dias". Eu falei: "Bom, com isso eu já estou acostumado".

É sempre assim. O mundo inteiro tem esse problema, e nós, no Brasil, precisamos começar a resolver o nosso. Essa é a grande bandeira que tenho levantado aqui. E que mais pessoas venham contribuir para formar a consciência da necessidade da nossa política de aviação civil.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Nós que agradecemos, Comandante Sucupira.

Com a palavra o Professor Raul Monteiro, para as considerações finais.

O SR. RAUL FRANCÉ MONTEIRO – Bem, Senador, eu creio que foi uma tarde das mais agradáveis nestas mesas que o senhor conduz, até porque era uma fala mais fácil, mais amena.

Eu acho que aprendi muito. Eu ouvia dizer que a universidade é o lugar aonde os professores vão para aprender, mas, em todos os lugares, a gente aprende muito. E aqui agradeço a todos pelos ensinamentos que serão reproduzidos e entregues a quem de direito.

Queria dizer que os processos às vezes são demorados. Há 20 anos, ninguém aceitava sequer a ideia da criação de uma universidade que formasse recursos humanos para o que quer que fosse de aviação que não fosse a Academia da Força Aérea, em que houve uma transição e acabou ajustando-se junto ao MEC como curso superior.

Hoje, depois de 15 anos em que nós estamos lutando nisso, estamos começando a aprender, apenas começando a aprender. Mas começamos a aprender com números extremamente significativos de gente no mercado de trabalho. Melhor do que isso: no mercado de trabalho internacional. Melhor do que isso: lutando demais pela necessidade do inglês, buscando apoios fora do País, porque aqui realmente é muito difícil a gente aprender inglês num curso de boa qualidade, a não ser que o sujeito seja formidável. Mas essas coisas todas são um processo.

Eu queria dizer para os senhores que o que ouvi hoje, fatalmente, se tornará, de uma maneira ou de outra, processo, e um dia essas coisas estarão resolvidas.

E, nesta nossa participação, queremos imensamente agradecer a história que esta Casa conseguiu construir; ainda não se chegou ao final do trabalho, mas isso é pontual.

Estou há 40 anos nisso e quero lhes dizer que nunca tive oportunidade de ver nada tão singular e tão interessante para os meus colegas. E gostaria imensamente que isso, de alguma forma, pudesse se reproduzir, talvez não aqui no Senado, mas que todos os esforços fossem feitos para que a gente pudesse ter, continuamente, essas conversas, essa relação multipartite, não de duas Casas, mas muitas casas juntas, para que a gente pudesse aprender mais, e, depois de aprender, processo; e, depois de processo, soluções para o País.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Nós que agradecemos, Prof. Raul.

Concedo a palavra, para as considerações finais – a campainha já soa –, ao Dr. Francisco de Lyra, por três minutos, para que possa se pronunciar.

O SR. FRANCISCO DE LYRA – Vou ser bem breve.

Acho que nós temos uma grande oportunidade hoje, no Brasil, que é a própria revisão do Código Brasileiro de Aeronáutica, que é o nosso marco regulatório.

Apontei algumas coisas ali, naquela apresentação, mas me esqueci de uma muito importante, que diz respeito ao Decea, Brigadeiro.

Numa das propostas, existe uma provisão de se aplicar multas ao Decea por causa de atrasos de voo. Inclusive se o atraso for meteorológico. Isso é um absurdo "pasmoso", que não sei como está inserido na proposta de revisão do CBA. Então, eu gostaria de manifestar o meu repúdio a esta ideia absolutamente inútil de se aplicar multas por atrasos de qualquer natureza, inclusive meteorológicos, porque a única opção que sobraria ao Decea, nessa circunstância seria diminuir a capacidade do aeroporto. E isso afetaria todos nós.

Outra coisa relevante – bem rapidamente – é que realmente há um risco enorme de, nos grandes eventos, se fechar o espaço aéreo à aviação executiva. Agora, nos grandes eventos, onde os patrocinadores são os que vêm a bordo dos aviões executivos, é um problema estratégico, porque se pode simplesmente inibir o patrocínio do evento, porque não é a venda de ingressos que garante o evento. Então, defendo muito a criação dos aeroportos *gateway*, que são aeroportos numa distância segura do local do evento, onde se possa sanitizar, esterilizar a aeronave quanto a armas químicas, nucleares, biológicas ou explosivas, e, a partir dali, o avião sanitizado possa se aproximar do local do evento num horário mais próximo desse evento. Então, esse conceito de *gateway* é o conceito que vigora em Washington, vigorou em certa medida

em Londres. Então, não foi bloqueado o espaço aéreo; ele foi parcialmente bloqueado, e ele não foi bloqueado para quem se dispôs a pousar no aeroporto Gatwick e ter o avião sanitizado.

E, finalmente, daqui a uma semana, nos dias 15, 16 e 17, nós teremos, em São Paulo, a Labace, que já se tornou a segunda maior feira do mundo de aviação executiva. Ultrapassou a feira da Europa. Então, depois da feira americana, a Labace é a segunda maior feira do mundo. E, pelo volume de negócios, pelo número de aviões apresentado, vamos dizer, 71 este ano, trata-se de manifestação pujante da economia brasileira e da necessidade que ela tem de transporte fora dos grandes eixos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Agradeço ao Dr. Francisco de Lyra.

Bom, esta foi a 16ª audiência pública e, com duas reuniões que tivemos no início, de instalação e de eleição, são 18.

De modo que, a cada audiência pública, Brigadeiro Mendes, nós, que participamos de forma efetiva, observamos o conteúdo da fala dos senhores, cada um dominando o seu setor, a sua área de aviação. Esta de hoje não foi diferente. A fala dos ilustres convidados vai contribuir, estará inserida nas notas taquigráficas, e, com certeza, vai contribuir muito para o relatório do Senador Vital do Rêgo. S. Exª não está presente porque está presidindo a CPMI, mas estão presentes consultores da Casa: ali está o consultor Victor, encabeçando a equipe, com os nossos assessores, o Prof. George, que tem dado uma contribuição grande; Paulinho, Dorieldo, Mara; Alexandre, Secretário da Comissão de Infraestrutura, com toda a sua equipe.

De modo que esta audiência de hoje do Decea já não é tão novidade, porque já conhecemos a competência e todo o histórico com que o Brigadeiro Mendes conduz o Decea. De modo que engrandeceu muito esta audiência a participação de todos. Nós queremos agradecer.

Compete a mim, como Presidente, apenas presidir os trabalhos da Mesa, até porque, nesta Subcomissão, como disse, estritamente técnica, nós estamos mais para ouvir as pessoas que dominam cada setor da aviação. E, ao final, naturalmente, vamos condensar no melhor relatório que pudermos apresentar ao País.

Portanto, assim sendo, agradeço mais uma vez aos ilustres palestrantes, aos ilustres convidados e convoco os Srs. Senadores para a próxima reunião, a realizar-se no dia 29 de agosto de 2012, quarta-feira, neste plenário, às 14h, para debatermos a aviação agrícola e as empresas de serviços auxiliares de transportes aéreos.

Estarão presentes os ilustres convidados: Nelson Paim, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag); Ricardo Scalise, presidente do Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo (Sineata); Jorge Bitar Neto, presidente da Helimarte Táxi Aéreo.

Portanto, está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 28 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e dois minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Vicentinho Alves**, Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a presença dos Senadores **Flexa Ribeiro, Ivo Cassol e Tomás Correia**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente comunica o recebimento da resposta enviada pelo Comandante Francisco de Lyra, Diretor da *CFly Aviation*, relacionada à Reunião ocorrida dia 08/08/2012, que debateu a expansão do tráfego aéreo no Brasil e a implantação do sistema CNS/ATM, devendo constar das notas taquigráficas desta Reunião. O Presidente convida a tomarem assento à Mesa os expositores desta Reunião: Nelson Paim, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola; Jorge Bitar Neto, Presidente da Helimarte Táxi Aéreo; e Georges de Moura Ferreira, Professor de Direito Aeronáutico da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO e Consultor em Aviação. O Presidente informa que a presente reunião destina-se a debater a Aviação Agrícola e Empresas de Serviços Aéreos Especiais e Auxiliares de Transporte Aéreo, em atendimento ao requerimento nº 1, de 2012 – CISTAC, que estabelece a realização de um ciclo de audiências públicas para discutir políticas públicas para a aviação civil brasileira. O Presidente concede a palavra aos expositores. O Presidente registra as seguintes presenças: Rodrigo Di Giorgio – ABRAPAC; Fábio Laporta – ABRAPAC; Guilherme Franco, Assessoria Parlamentar da ANAC; Thaís Portilho – SNEA; Gustavo Carneiro, Frente Parlamentar Agropecuária – FPA; Bruna Yunes – Jornalista Agencia T1; e Ex-Deputado

Estadual Paulo Roberto Ribeiro – Tocantins/TO. O Presidente solicita que se dê como lido documento de sua autoria sobre Aviação Agrícola, Serviços Aéreos Especiais e Empresa de Serviço Auxiliar de Transporte Aéreo. O Presidente agradece aos palestrantes e faz questionamentos dos quais solicita envio de resposta escrita à Secretaria desta Subcomissão. Passa-se às considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vicentinho Alves,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Solicito que conste das notas taquigráficas e ata desta reunião a resposta enviada pelo Comandante Francisco de Lyra, Diretor da CFly Aviation, relacionada à reunião ocorrida no dia 08/08/2012, que debateu a expansão do tráfego aéreo do Brasil e a implantação do Sistema CNS/ATM.

Passemos à pauta.

Mas, antes, convido para tomarem assento à Mesa o Sr. Nelson Paim, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola. Seja bem-vindo.

Convido o Sr. Jorge Bitar Neto, Presidente da Helimarte Táxi Aéreo. Seja bem-vindo.

Convido o Prof. Georges de Moura Ferreira, Professor de Direito Aeronáutica na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC), Consultor de Aviação e um grande colaborador desta Subcomissão. Portanto, a presença do Prof. Georges tem muito a contribuir com a nossa Subcomissão. É sempre muito bem-vindo.

Como já citei aqui, hoje nós vamos tratar, nesta audiência pública, sobre aviação agrícola e empresas de serviços aéreos especiais. De modo que concedo, inicialmente, a palavra, por 15 minutos, ao Sr. Nelson Paim, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola.

O SR. NELSON PAIM – Obrigado, Senador Vicentinho. Bom dia a todos.

O Sindag (Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola) representa a atividade em nível nacional. Eu trouxe algumas informações a respeito do setor de que, com certeza, os senhores não têm conhecimento.

Pode passar.

A atividade da aviação agrícola representa pulverização aérea na agricultura, combate a incêndios florestais, combate a vetores, adubação em florestas, semeadura de pastagens, povoamento de águas.

Os órgãos fiscalizadores e reguladores são o Ministério da Agricultura, a Anac – Agência Nacional de Aviação Civil, e as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.

A legislação que corresponde à atividade: Decreto-Lei nº 917; Decreto-Lei nº 86.765, que o regulamenta; a Lei do Aeronauta; o Código Brasileiro de Aeronáutica; a Instrução Normativa nº 02, do Ministério da Agricultura, de 3 de janeiro de 2008; a Nota Técnica do Mapa nº 01, de 2011; e, através da Anac, o RBAC nº 137, que foi publicado – sua última versão – neste ano, no mês de junho.

Dentro do Ministério da Agricultura, a aviação agrícola tem que seguir algumas regras específicas, como: utilização de aeronaves específicas para atividade; pilotos agrícolas habilitados; parâmetros climáticos; limites de distância de proteção a povoamentos; relatório operacional; receituário agronômico; produtos aprovados pela Anvisa e Ibama; produtos registrados no Mapa para pulverização aérea; equipamentos de proteção individual; é feito um relatório mensal das atividades da empresa; é necessário um pátio de descontaminação das aeronaves, com sistema de ozonização – exigência por lei do Ministério da Agricultura.

Na Anac, temos o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil, o 137, que rege todas as regras para os operadores: documentos das aeronaves, documentação de pilotos com cursos em aviação agrícola. Também é necessário um relatório mensal de horas de voo, um manual de segurança de voo operacional, um certificado de operador aeroagrícola, em que a Anac faz uma vistoria e cadastra esse certificado no sistema.

A aviação agrícola é utilizada no mundo, principalmente nos Estados Unidos. É o país que mais utiliza a aviação agrícola, em torno de 10.000 aeronaves, em torno de 1.800 operadores. O Canadá, a Austrália, a Espanha, Portugal, a Argentina, todos esses países utilizam muito a aviação agrícola. No Brasil, nós temos, hoje, 231 empresas registradas na Anac e no Ministério da Agricultura e 199 operadores privados. Os operadores privados são agricultores que possuem suas próprias aeronaves para fazer seus serviços.

As empresas estão distribuídas nesse gráfico no Brasil. O maior número de empresas está no Rio Grande do Sul. Depois, São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Goiás.

A frota de aeronaves agrícolas no Brasil, hoje, com dados de dezembro de 2011, é de 1.663 aeronaves. Esse número vem crescendo de ano a ano, em torno de 6%. Em 2008, nós tínhamos 1.447; em 2011, 1.673. Devemos fechar 2012 com 1.800 aeronaves.

Pessoas envolvidas: nós temos em torno de 1.400 pilotos agrícolas hoje, em torno de 450 engenheiros agrônomos, 1.330 técnicos agrícolas e 3.827 auxiliares. Mais ou menos um total de 7.007 pessoas diretamente ligadas à aviação agrícola.

Pulverização aérea no Brasil: as pulverizações de todos os agroquímicos no Brasil correspondem hoje a 303,5 milhões de hectares pulverizados. E a pulverização aérea corresponde a 72%, ou seja, ela pulveriza 72 milhões de hectares. Isso corresponde a 24% da pulverização de químicos no Brasil. Somente 24% do total pulverizado.

As principais culturais pulverizadas são: a soja, com 41 milhões; seguida da cana, com 12,5 milhões; algodão, milho e assim sucessivamente.

Os dados operacionais: em torno de 495 mil horas de voo/ano, 45 milhões de litros de combustível, 936 milhões de faturamento. Isso corresponde a 234 milhões de impostos pagos pela aviação agrícola.

As dificuldades do setor, então – seria preciso uma visão geral da aviação para a gente chegar ao ponto principal –, são: excesso de legislação; alta carga tributária, chegando em torno de 25% sobre o faturamento; custo elevado dos combustíveis, em torno de 32% do faturamento; falta de pilotos no mercado, muita falta de piloto; falta de linhas de crédito para financiamento de aeronaves – existe uma linha só no BNDES; vou citá-la um pouco mais à frente – e muitas tentativas de proibição da atividade.

A carga tributária corresponde, então, a 25% do faturamento, enquanto que em outros países a média é 8%. E aí eu cito os Estados Unidos, que tem a maior frota, quase 10.000 aeronaves, e a carga tributária em torno de 8%.

Existe uma necessidade urgente, Senador, de se reduzir a carga tributária, como em todos os setores do Brasil. Nós sabemos que todos os setores são altamente carregados.

Os combustíveis são um dos grandes problemas da aviação civil, o que não é diferente na aviação agrícola. Nós não temos nenhum tipo de incentivo. Hoje nós estamos pagando em média, em nível nacional, em torno de R$4,10 o litro do querosene, quando, nos Estados Unidos, a média é R$1,58 – real, não dólar. A gasolina é em torno de R$3,80 em algumas regiões. Estamos considerando o custo mais barato de R$3,80. Há regiões em que é de quase R$5,00 – R$4,80, R$5,00. Nós nem citamos esse preço porque a média nacional é em torno de R$3,80.

E nós já lutamos em alguns outros pleitos pela redução ou pela exclusão da Cide, porque a Cide corresponde à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico e ela retorna para aviação civil muito pouco, praticamente não se usa essa contribuição para o setor, e esse custo cai em torno de oitenta centavos o litro do combustível, então é uma baixa significante. Inclusive, houve um projeto que passou pelo Senado, mas foi vetado pelo Presidente, da exclusão da Cide para aviação, e o número de combustível utilizado na aviação geral ele é muito significante em relação ao combustível utilizado em veículos automotivos. Então, seria uma das medidas urgentes a redução ou a exclusão da Cide.

A formação de pilotos é um grande gargalo, não temos piloto, nenhum setor tem piloto. A falta de pilotos agrícola no mercado ainda é maior do que nas outras atividades, porque o piloto agrícola é um piloto específico e o custo dos cursos é caro, para um piloto chegar a estar habilitado a voar agrícola, ele precisa em torno de R$110 mil, hoje, isso para um jovem humilde, sem recurso é muito dinheiro. E o que tem acontecido hoje é que os empresários têm investido na formação, mas, normalmente, o jovem quando adquire certa experiência vai para outro mercado, principalmente para aviação comercial, que também não tem formação de piloto e, então, a aviação comercial já recebe esse jovem formado e com pouco investimento.

Então, é necessário urgente, já tive uma reunião na Anac, na Secretaria de Aviação Civil e comentei esse assunto. É necessário se criar urgentemente um programa de financiamento público, como outros financiamentos, para que os jovens pilotos, principalmente os pilotos que não têm condições financeiras de se formarem, ingressem na aviação civil, ou aviação agrícola, enfim, qualquer setor que ele queira prosseguir. Porque aviação civil, no geral, é diferente de outras profissões, não existe faculdade pública, existe faculdade de Ciências Aeronáuticas, porém chega um momento do curso que os alunos devem colocar certo investimento e normalmente eles não têm. Então, o índice de pessoas que não terminam o curso é muito grande.

Financiamento de aeronave: não há financiamento de aeronaves. Existe um crédito que é muito restrito; esse crédito é direcionado, normalmente, para produtores rurais, como equipamentos agrícolas; ele entra na categoria de equipamentos agrícola. Não existe

uma linha de crédito, no mínimo semestral; há somente uma linha de crédito para produtores rurais, que é uma linha de crédito anual, mas o equipamento entra como equipamento agrícola.

Sessenta e cinco por cento da frota das aeronaves agrícolas têm mais de 15 anos, portanto é uma frota antiga, isso não é bom em termos de segurança de voo, mas não existe outra maneira. Então, é necessário criar uma linha de financiamento.

As tentativas de proibições, nos últimos dois anos, nós viemos sofrendo uma pressão ambiental muito grande; estamos sendo condenados como o maior poluidor do meio ambiente, coisa que não é verdade. Normalmente, há falta de conhecimento das pessoas, não têm conhecimento dos defensivos, não têm conhecimento da necessidade e não têm conhecimento dos produtos. Os produtos, normalmente, passam por três órgãos de governo: eles passam pelo Ibama, pela Anvisa e pelo Ministério da Agricultura. Então, são produtos químicos, são produtos químicos, sim. Portanto são produtos como remédios de farmácia que, aplicados na dosagem correta e trabalhados da maneira recomendada, o risco é muito pequeno tanto para o meio ambiente quanto para a população.

Existe tramitando na Câmara e um projeto no Senado de proibir geral aviação agrícola. Esse é um problema muito grave, não para a aviação agrícola, um problema grave para o Brasil – vou mostrar em seguida. Aí estão os projetos que estão sendo debatidos. Essa proibição da atividade vai causar um prejuízo. E aí, nesse momento, nós tivemos um comunicado do Ibama que restringiu quatro princípios ativos; tivemos várias reuniões com todos os setores da agricultura e chegou-se à conclusão que se proibir, se o Ibama mantiver esse comunicado nesse momento, só nessa safra, o prejuízo é de 20% da produção agrícola em 2012, causando um prejuízo financeiro de R$24 bilhões, causando a falta de alimentos no mundo. Vai causar uma quebra na cadeia econômica do Brasil: serviços, empregos; redução das exportações e queda da balança comercial.

Eu sempre uso esse gráfico para colocar um pouco a visão da importância da aviação agrícola no mundo. Em 2050, nós temos uma previsão de 9,15 bilhões de habitantes no mundo. O ano de 2010 – esse gráfico é da Fundação Getúlio Vargas – foi o ano em que a população urbana cruzou a população rural. Então, hoje nós temos mais gente nas cidades e menos gente no campo. Isso significa menos produção e mais consumo.

Pode passar.

O agronegócio representa no Brasil, com dados de 2010, 37% das exportações; R$76,4 bilhões; 37% dos empregos.

Pode passar.

Era isso aí.

Só para finalizar, eu queria registrar a importância da aviação agrícola e a importância de todos esses problemas vinculados à falta de pilotos, a problema de combustível. Esses problemas estão sendo um gargalo para a aviação civil, e na aviação agrícola não é diferente. E a importância desse setor, Senador, para o Brasil é de altíssima importância. A gente vem sofrendo com todas essas tentativas e esses custos. É preciso que se faça algo em termos de formação de pilotos, em termos de combustível e em termos de tarifa.

Também peço o apoio desta Comissão no que se refere a essas proibições que estamos sofrendo em todos os setores por parte dos ambientalistas. Linha de financiamento.

Era isso aí que tinha para apresentar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves.Bloco/PR – TO) – Esta Presidência agradece a explanação do amigo Nelson Paim.

Registramos como visitas ilustres na nossa audiência pública Rodrigo Di Giorgio, da Abrapac; Fábio La Porta, da Abrapac; o Guilherme Franco, da assessoria parlamentar da Anac; Thaís Portilho, do Isnea; Gustavo Carneiro, da Frente Parlamentar Agropecuária; e Bruna Yunes, jornalista da Agência T1.

Sejam todos bem-vindos.

Solicito à Secretaria que dê como lido esse pronunciamento que anexo a esta audiência pública e que trata exatamente desse tema da Aviação Agrícola e Empresas de Serviços Aéreos Especiais e Auxiliares de Transporte Aéreo.

Dando sequência, concedo a palavra ao convidado Jorge Bitar Neto, presidente Helimarte Táxi Aéreo, por 15 minutos.

O SR. JORGE BITAR NETO – Muito bom dia. Bom dia, Presidente, Senador e aviador Vicentinho Alves, é uma honra para mim estar aqui; Nelson Paim, presidente do Sindicato Nacional das Empresas Agrícolas, como falou; Dr. Georges, que compõe a Mesa.

Quero parabenizar a iniciativa da Subcomissão e dizer que podem contar com o apoio da minha pessoa e da Helimarte, de toda a minha equipe para o que precisarem. É a minha primeira vez nesta nobre Casa e por isso perdoem um pouco o meu nervosismo. Eu acredito muito em Deus, na família, na força do trabalho, na aviação brasileira e nesta Subcomissão que me dá a palavra. Sinto-me honrado, alegre por estar representando a minha categoria em local tão nobre.

Para estar aqui conto com toda a força de trabalho de todos os meus colaboradores que me respaldam neste momento.

A minha história, vou falar um pouquinho de como eu comecei. Na verdade eu sempre fui muito sonhador e teimoso, trabalhando sempre muito, no mínimo 12 horas por dia, trabalhando e estudando. Eu tive várias tentativas em vários ramos, como comércio, indústria. Tentei alguma coisa na indústria. Fiz faculdade de Administração. Trabalhei 12 anos no Banco do Brasil. Mas, num determinado momento, eu resolvi que a minha vida seria a tentativa de arrumar um emprego como piloto, e piloto de helicóptero que sou.

Então, aos 27 anos acabava comprando e vendendo tíquetes– restaurante para conseguir os valores das horas de vôo e me formar, fazer as 100 horas. Numa conjunção, acabei pegando emprestado o nome do meu pai com um posto de gasolina – um pequeno posto de gasolina que ele tinha – e acabei financiando um pequeno helicóptero, um helicóptero para piloto e mais um passageiro. Logo, já iniciei praticamente acabando as minhas horas de voo no próprio helicóptero e já com um primeiro contratinho de repórter aéreo, que é o serviço aéreo especializado, uma das funções aeroreportagem.

Nesses 14 ou 15 anos, desde que comecei, botei o pé na aviação, depois de dois anos praticamente já tinha a empresa aberta. E hoje a empresa conta com 13 aeronaves próprias e somos 50 funcionários. Temos dois hangares no Campo de Marte. Um orgulho, sem nunca ter nenhum acidente.

E ainda participo das escalas de piloto. Ontem, por exemplo, eu estava fazendo inspeção de linhas, porque a Eletropaulo, em São Paulo, teve um problema e precisou de um voo emergencial. Então, eu acabei que...Mas eu estou sempre voando.

Também é uma honra para mim ser um dos primeiros participantes na ABTaer. O Comandante Milton, que não se faz presente, tem dado um grande apoio para nós do ramo do serviço aéreo especializado e do táxi aéreo também.

Nessa oportunidade, eu tenho a expectativa de expor os pontos de vista de um pequeno empresário da aviação, que possam contribuir positivamente com as mudanças necessárias, através dos senhores membros desta Casa.

A nossa base operacional é em São Paulo, Campo de Marte. É a cidade que hoje tem mais helicópteros no mundo. Então, São Paulo chega perto dos 700 helicópteros, e isso é uma marca louvável.

Então, temos a empresa como uma vocação muito grande no serviço aéreo especializado, como eu disse, onde comecei. Hoje mais de 50% dos nossos trabalhos são voltados para esses serviços. São de aerofotografia, aerorreportagem, o helicóptero que acaba falando sobre o trânsito e as aeroinspeções.

Só para esclarecer, o serviço aéreo especializado, bem resumidamente, é um voo técnico usado para finalidades diversas, diferentes do transporte aéreo executivo, em pequenas aeronaves, às vezes maiores um pouco. Mas constam como aerolevantamento para se fazer operações de captar informações da parte terrestre, como aeroinspeção e aerofotogrametria.

Temos aerodemonstração, quando se vai demonstrar uma determinada aeronave ou, então, fazer uma apresentação para um público. Aeroagrícola, que é a atividade do nosso amigo. Aeropublicidade, onde se pode usar as aeronaves para fazer propagandas e afins. O apoio aéreo em que se usa aeronaves como escoltas, enfim.

Temos também aeroreportagem, onde a ideia é noticiar tudo que ocorre em tempo real. Isso é muito divulgado no Brasil. Aeroinspeção, que é atividade principal para se cuidar das linhas de alta tensão, das obras de engenharia, reflorestamento, gasodutos, oleodutos e aerofotografia – aerofotografia é toda parte de imagens captadas por meio de aeronaves.

Combate a incêndios que, no Brasil não é muito divulgado. Mas, na Europa principalmente, temos muito serviço de combate a incêndios por aeronaves.

E os aeromédicos, que são essenciais na vida do Brasil todo, principalmente na de um país que tem um território tão grande e que, na minha opinião, é muito pouco ligado pela aviação comercial. Então, o táxi aéreo é chave e não apenas um transporte de pessoas abastadas, mas uma necessidade por este Brasil todo.

Notem que a maioria dos serviços citados é de utilidade pública, voltados para um bem comum, futuro, visando às melhorias das condições de vida da população. A maioria das empresas de serviço aéreo especializado também é de táxis aéreos. E como nós, está sofrendo com as mudanças que o setor vem nos exigindo, como o aumento de custos, dificuldades de mão de obra, treinamento de pilotos, infraestrutura, burocracias. Isso nos gera dificuldades financeiras e operacionais que gostaria de citar, Senador.

Falando em custos, temos aqui, como o colega Nelson já disse, a falta de subsídios para o crescimento. Hoje as linhas do BNDES, principalmente na área de helicópteros, de uma gama enorme, abrangem somente um tipo de aeronave que dá enquadramento à operação. Isso é muito ruim para nós, pois temos de pegar juros a preços de mercado, como se fosse um objeto de luxo. A aeronave que dá o BNDES é montada em Itajubá pela Helibras e é o Esquilo. É o Esquilo que é dado pelo BNDES, o Finame.

As altas tarifas aeroportuárias e de controle de tráfego aéreo. Nós tivemos um aumento de mais de 400% nos últimos períodos. Então, por exemplo, para pegar um voo saindo do Campo de Marte e ir para Congonhas e Guarulhos, pegar um passageiro em Congonhas e levar para Guarulhos, em uma aeronave pequena, gastam-se quase R$400,00 em tarifas aeroportuárias. Isso acaba inviabilizando a operação. Então, nós acabamos absorvendo essa taxa simplesmente para não perder o cliente, o voo.

Os custos elevados para manter uma empresa pequena dentro dos padrões exigidos pela Anac, com todos os serviços, revisões de manuais, solicitação de *check* e *re-check,* são pagos em valores extremamente altos. As tarifas são idênticas entre o táxi aéreo e os serviços especializados em comparação com uma aeronave particular. Então, a mesma taxa que o proprietário de uma aeronave paga para decolar e ir à praia, nós vamos pagar para fazer a inspeção de linha, enfim, os serviços que são muitas vezes essenciais para a população.

Sobre o preço dos combustíveis já foi falado. Há 12 anos, o litro do querosene era insignificante na planilha, chegava a custar R$0,20. Hoje, em São Paulo, o preço médio é de R$4,50, praticamente o centro do Brasil. Se formos às regiões mais longínquas pode chegar a R$6,00, R$7,00, um litro de combustível, fora o transporte, enfim. Isso hoje está pesando muito na nossa planilha.

Os impostos também são muito desiguais. Por exemplo, a Lei do ICMS. As alíquotas do ICMS são diferentes para Estados vizinhos e isso nos prejudica. Se eu, que sou de São Paulo, estou entrando em uma disputa com uma empresa do Paraná, de imposto são quase 15% de diferença em cima do ICMS. Isso faz com que, muitas vezes, nós percamos uma concorrência por causa de fatores que não estão ao nosso alcance. É estranho porque, quando se vai ao Uruguai, lá, o próprio caminhão da Petrobras o abastece e paga-se menos da metade do preço do combustível aqui.

Então, é realmente uma necessidade nossa, os custos de combustível aqui realmente são muito altos para nós.

A questão da mão de obra, o Nelson já citou, mas realmente falta mão de obra especializada. Como nós somos uma empresa de táxi aéreo, precisamos hoje formar todos os tipos de pessoas para trabalhar, desde os coordenadores de voo, auxiliares de pista, mecânicos, inspetores de manutenção; temos que bancar isso daí para que as pessoas consigam trabalhar, porque na aviação falta de tudo, inclusive gente. E o piloto também não é diferente. A lei da oferta e da procura está elevando muito os salários. Então, os pilotos pedem o que querem ganhar e os concorrentes acabam levando os nossos pilotos embora, porque não temos condição de equiparar. Nossa empresa tem quase 20 pilotos, se um deles recebe uma oferta, eu tenho que perder o treinamento que foi feito e deixar o piloto ir embora, porque, se eu tiver que aumentar um, os outros vão precisar de aumento também. Isso acaba gerando até uma falta de segurança. Você acaba investindo, treinando o piloto e, na hora que você tem o profissional perfeito, ele vai embora por causa de alguns trocados.

Outra coisa também: os pilotos estrangeiros não podem voar no Brasil. Em contrapartida, o inverso é permitido. Quando muitas companhias estrangeiras vêm de fora, fazem recrutamento de piloto dentro do nosso País e os levam embora.

As escalas de horas trabalhadas por uma empresa de linha e uma empresa pequena praticamente são iguais. Nós trabalhamos sob demanda. Muitas vezes temos um voo pela manhã e outro à noite, o piloto poderia voltar para sua casa e retornar ao trabalho. Mas a Lei do Aeronauta acaba inviabilizando essa flexibilidade, tornando a gente praticamente, fazendo com que nós tenhamos que... O ideal seria ter três tripulações para cada aeronave.

Visando a solução desse problema, hoje nós procuramos pessoas para voar o equipamento que já tenham a carteira. Mas, se eles saem da escola particular, se eles saem de um curso de uma determinada aeronave e vão para o táxi aéreo, eles têm que fazer todo o treinamento novamente. E, quando finalizam o treinamento, eles podem voar numa aeronave particular, da mesma forma, sem nenhuma exigência. Então, o certo seria, quando o piloto sair da empresa de táxi aéreo, não poder voar numa aeronave particular. Isso pouparia um pouco os nossos pilotos.

O nosso treinamento tem altas cargas horárias. Então, nós temos poucos tripulantes. Quando temos que dar um treinamento, o piloto que está recebendo o treinamento precisa estar acompanhado por um piloto que está dando o treinamento. Ou seja, nós temos a dificuldade de arrumar instrutores. Hoje não nos é permitida a terceirização do treinamento em centros de treinamento fora da empresa. Tem que ser tudo internamente.

Não se leva em consideração o que um tripulante voa, por exemplo, durante o ano inteiro. Se um piloto fez duzentas horas de voo numa determinada aeronave, ele tem que fazer o treinamento novamente para fazer a requalificação dele. Isso nos atrapalha bastante porque são horas de voo perdidas pelo piloto. Na verdade, no treinamento não é perdido, mas ele já está supertreinado naquele tipo de aeronave e tem

que refazer todo o treinamento, tanto teórico, quanto prático. Então, pega uma empresa como a nossa, que tem três tipos diferentes de aeronaves, na média de vinte tripulantes, são 60 horas de voo apenas para o *re-check* anualmente.

Outra preocupação nossa é infraestrutura na parte geral da aviação. Os nossos hangares são uma preocupação constante. Os prazos de contrato são aproximadamente de cinco a dez anos. Isso nos faz ficar com medo. Por quê? Daqui a cinco anos, quando os contratos começarem a vencer, nós não vamos ter para onde ir. O espaço está muito disputado e, hoje, o leilão é grande, a disputa de preços para se pagar aluguel é em leilão.

Então, o táxi aéreo entra no mesmo leilão do que empresas diferentes, que querem ter hangares particulares, como construtoras, igrejas e grandes magazines, que muitas vezes querem ter o hangar por simples capricho ou privacidade. E nós, realmente, sem um hangar, sem um teto, não sei como sobreviveríamos. Faltam investimentos nos sistemas de comunicação e de navegação.

Nós, muitas vezes, ficamos trancados dentro do aeroporto com o passageiro embarcado sem poder decolar. Por exemplo, o Campo de Marte opera apenas visual. Então, existem sistemas de GPS para modernizar a chegada e saída por instrumentos, porque depois que embarcou e pede o acionamento da aeronave, acaba que o passageiro fica preso e não consegue sair.

Alguns outros problemas: a Anac, por exemplo, não faz a distinção entre pequenas e grandes empresas. Nós somos tratados de uma forma geral. Isso aí vai dar problema no futuro. Por quê? Tanto em termos de custo, enfim...

Nós solicitamos um caráter de diálogo com a Anac, orientativo, a fim de evitar a emissão de multas – tantas multas que normalmente acontecem e travam a nossa vida, porque vai para a dívida ativa e nós não podemos nem fazer um *re-check* e nada disso.

Solicitamos uma legislação específica e diferenciada dos demais operadores. A legislação acaba confundindo entre aviões e helicópteros.

Finalizando, eu digo a vocês que estamos sobrevivendo para continuar com as empresas abertas. Não está fácil. Nós esperamos sempre fechar o mês no zero a zero, o que para nós é sempre um lucro. E saibam que o meu maior sonho foi ter uma companhia aérea. Eu cheguei lá, mas ainda pretendo crescer muito mais. Meu sonho é muito maior.

Acredito que algumas palavras ditas por mim aqui servirão de inspiração para que os senhores possam legislar a favor dos pequenos sonhadores.

Muito obrigado.

Desculpem-me pelo nervosismo.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Que nada, foi muito bom, Jorge. A sua fala, com certeza, contribui muito com esta Subcomissão.

Concedo a palavra ao Prof. Georges, por até quinze minutos.

Porém, antes, esta Presidência quer registrar que, hoje pela manhã, mais cedo, ali pelas 8 horas, nós estivemos no Comando da Aeronáutica, a convite do brigadeiro Saito e com membros do Estado Maior da Força Aérea Brasileira.

Este Presidente também faz parte da Comissão Mista de Orçamento, e me honra muito ter sido eleito pelos pares como Vice-Presidente e ter sido indicado pelo nosso Partido como líder também na Comissão de Orçamento.

E quero aqui registrar que nós estaremos muito empenhados, estarei muito empenhado, no sentido de produzir ao máximo alguns recursos a mais do que os que serão encaminhados pela Presidência da República no sentido de que a nossa Força Aérea seja mais bem equipada, mais bem estruturada.

Portanto, como membro da Comissão de Orçamento, quero deixar registrado que estaremos de forma permanente empenhados para que eu possa dar a minha modesta contribuição a nossa Força Aérea Brasileira.

Com a palavra o Prof. Georges por até 15 minutos.

O SR. GEORGES DE MOURA FERREIRA – Bom dia, Senador, bom dia a todos. O Jorge disse que o Campo de Marte não opera por instrumentos, um aeródromo que operou 120.029 voos só no ano passado e que está dentro do centro de São Paulo, mas enfim.

Senhores, no tema que estamos vendo aqui hoje, aviação agrícola, é importante contextualizar o que estamos tratando até porque o Brasil, hoje, possui a segunda maior frota de aeronaves agrícolas do mundo. Esse é um fato interessante. O Brasil, hoje, tem uma produção de 165 milhões de toneladas de grãos. Isso nós entendemos como recorde. Agora, será que esses números são expressivos, se pegarmos, por exemplo, os Estados Unidos. Os Estados Unidos apenas estão tendo uma quebra na safra de milho de 30% da produção, mesmo assim, vão produzir 270 milhões de toneladas só de milho, ou seja, isso aí é, praticamente, a produção normal de milho dos Estados Unidos, que é mais que o dobro de toda produção de grãos que o Brasil possui.

Ora, se pegarmos, por exemplo, a questão do etanol, a importância da produção de etanol: o Japão, há uns cinco anos, quis fazer uma experiência interessante, ele queria colocar 2% de álcool na gasolina. Com qual objetivo? Para diminuir a poluição, emissão

de carbono, aquela coisa toda. E ele viu o Brasil, então, como um mercado necessário para onde ele poderia pegar essa produção de álcool. E ele teve que abandonar o projeto porque, nem se ele pegasse toda a produção de álcool do Brasil, apenas para colocar 2% de álcool na gasolina do Japão, toda a nossa produção não atenderia a essa demanda. Ou seja, a aviação agrícola no Brasil é uma fronteira, é importantíssima, é imprescindível. A aviação agrícola no Brasil precisa do quê? Ela precisa de tecnologia, sendo que, conforme os dados que o próprio Nelson nos passou, agora há pouco, apesar de apenas 24% de toda a área no Brasil agriculturável ser espargida, receber a questão da aviação agrícola, o que evita até 8% de quebra devido à compactação do solo, a eficiência da aviação agrícola no Brasil chega a ser cinco vezes superior à a aviação agrícola norte-americana, sem dizer também, no próprio ramo de biocombustíveis, onde a aviação agrícola brasileira avança.

Porém, senhores, se não observarmos esses setores de tecnologia de ponta como a aviação agrícola, se não houver realmente uma política pública que possa prever o seu crescimento continuado, a formação de mão de obra, a criação de centro com essa propositura, o que vai acontecer conosco agora? Bom, o quilo do frango vivo já está custando R$5,00, coisa que até uns quatro, cinco anos atrás custava R$1,20. Se os americanos quiserem comprar o milho brasileiro, o que vai acontecer com o nosso mercado interno? Vamos ficar ou sem milho, então, os preços vão crescer muito, ou como já está acontecendo em São Paulo, muitas granjas que produzem ovos já estão sacrificando milhares de aves por causa do preço de ração e da falta desse produto. E, para tudo isso, temos uma resposta simples: a aviação agrícola no Brasil é importante, lida com tecnologia de ponta. Foi-se aquele tempo quando, muitos anos atrás, havia aquela situação de ficar com bandeirinha lá, o cara ficava com a capa de plástico levando todo aquele material químico nas costas, na frente, tudo que é lado, para ficar a marcação de onde começava o ataque, onde terminava, enfim, isso é coisa do passado.

Agora, gostaria até de perguntar aqui, já questionando o Sr. Nelson, se, por acaso, algum dos órgãos oficiais da aviação o tem procurado para saber do setor agrícola, da aviação agrícola o que precisam, quais são as RBHAs que estão com problema, as regulamentações brasileiras, o que pode ser feito, porque, o que temos visto é que, dentro do Congresso, na verdade, a aviação agrícola é vista como um bicho papão, como algo que vai destruir o meio ambiente, sendo que muito pelo contrário, não é o que acontece.

Da mesma forma, nós temos um tratamento em que é colocado que essas empresas que são as prestadoras de serviços aéreos especiais que tem tanto público como privado... Ora, e a aviação agrícola é um serviço aéreo especial, assim como também o é tantas outras atividades, e uma muito importante, que já foi tratada aqui várias vezes, quais: a questão de adestramento, ensino de pilotos também é um serviço aéreo especial. Ou seja, envolve praticamente mais de 2.000 aeronaves; aviação agrícola, 1.700. Se nós pegarmos os táxis aéreos então, que são mais de 1.500 aeronaves, ora, isso é 12% da frota nacional. Então, é em apenas três setores – aviação agrícola, 1.700; serviços aéreos especiais e táxis aéreos – que nós vamos juntar o universo de 4.000 aeronaves. Aí já vai para mais de um terço daquilo que representa a aviação no Brasil, e, para nenhum desses setores, existe uma política pública, existe algo dedicado, existe um planejamento para os próximos 10, 15, 20, 30 anos.

Nós temos discutido aqui... Eu tenho tido a oportunidade de acompanhar nesta Casa mais de 18 audiências públicas, de tudo que tem sido colocado e feito aqui, eu digo mais: que algumas coisas se transformaram, por exemplo, depois de muita insistência, depois de interferência política, porque, se não houver interferência de uma bancada, de um representante político forte, realmente, perante os órgãos de aviação, muitas coisas podem demorar, mas nós conseguimos uma vitória importante. Nessa semana, por exemplo, tivemos a primeira reunião com a Gerência-Geral de Aviação Geral, com o novo superintendente, voltada aos táxis aéreos, o Sr. Vagner, que está criando uma câmara técnica para discutir com os táxis aéreos quais são as legislações que deverão ser alteradas, ou que poderão ser alteradas dentro da Anac e que afligem mais o setor.

Agora, se nós formos enumerar o que aflige o setor, nós vamos entrar em muito tempo de discussão e nós não saberemos quais são as ações. Pelo menos, agora começou. Como Jorge colocou, questão da Infraero, um hangar... Nós temos vários associados, nós temos várias pessoas que reclamam: "Poxa, eu tenho um hangar que custa R$20.000 a locação, a concessão desse hangar." Eu, como prestador de serviços aéreo público, não preciso de licitação, mas a Infraero chega e fala: "Tudo bem, nós vamos renovar o seu contrato, mas, pelas medidas tais, agora ele é R$80.000'".

Não tem como uma empresa de táxi aéreo, um prestador de serviço aéreo público ou privado, quer dizer, um prestador de serviço aéreo especial se manter com essas taxas de hangaragem. E pior: com esses valores de concessões. E pior: prazo de cinco anos. Cinco anos passam muito rápido. E tanto pior ainda:

o objetivo de todo empresário é construir patrimônio, porém tudo que ele faz se reverte para a União, sem dizer que, conforme foi colocado aqui, as empresas de táxis aéreos, serviços aéreos especiais recebem uma atenção como se fossem grandes empresas, como se fossem uma TAM, como se fossem uma Gol. E é impressionante, porque, enquanto existe transporte aéreo clandestino como uma prática quase oficializada, é cobrada das agências a fiscalização.

Em outros setores da aviação geral que fazem essa prática, que é nefasta para o mercado, chegam os órgãos e dizem: "Nós não temos condições, nós não temos pessoal para fazer isto, para fiscalizar o transporte aéreo clandestino, transporte aéreo pirata". Muitas vezes, uma empresa de táxi aéreo está recebendo uma fiscalização, ela está gradeada, fechada, como dizemos, e a pessoa que faz o serviço aéreo clandestino, o transporte clandestino passa na frente. Você se vira para os fiscais e fala: "Olha ali o cara! Vai lá!" E a resposta: "Não, eu não vou, porque não sei o quê, não é meu foco, não é esse.".

Bom, enquanto as empresas prestadoras de serviços aéreos públicos no Brasil arcam, só de taxa e de combustível, 50% dos seus custos, por outro lado, quem faz esse tipo de transporte clandestino não arca com nada disso. E até agora não tive o reconhecimento de uma ação por parte da Anac para combater o transporte aéreo clandestino.

Existem muitas iniciativas, mas nós precisamos partir para a ação. Nós já explicamos várias vezes que a legislação internacional obriga que o Brasil tenha normas padronizadas apenas para aviação regular e para aviação aérea internacional regular, sendo que, para aviação geral, táxis aéreos e outros, nós podemos dispor de normas próprias, adequadas à nossa realidade. E qual é a nossa realidade? Parece que no Amazonas, um Estado que tem 1 milhão de quilômetros quadrados, você abastece com combustível de aviação em apenas dois locais de forma permanente, salvo engano em Tefé e em Manaus. De vez em quando tem em Tabatinga e de vez em quando tem em São Gabriel da Cachoeira. E o restante? Bom, também tem o Estado do Pará, que tem municípios do tamanho de um país.

E a infraestrutura para atender? Porque, quando nós falamos em aviação, como o Respício do Espírito Santo colocou aqui uma vez, é o tapete vermelho, é a aviação dos aeroportos, é a aviação internacional. Aqui, no Brasil, isso representa 505 aeronaves, sendo que nós temos de dar atenção a outras 13 mil aeronaves. O Ipea fez um estudo que diz que apenas 27 aeroportos no Brasil têm pistas acima de 2 mil metros. A Abag fez um estudo dizendo que apenas três locatores de aeroportos têm condições de receber voos aéreos internacionais, Quer dizer, voos aéreos executivos de grandes aeronaves. Tudo isso que estou falando, inclusive, foi publicado em artigo na Aero Magazine deste mês. Essa revista, por exemplo, tem um artigo de doze páginas, o maior artigo da história da Aero Magazine, a principal revista de aviação hoje no Brasil, que dá destaques principalmente aos trabalhos que a Subcomissão tem feito. Mas eu digo que ainda é muito pouco.

Ora, se estivessem aqui presentes os representantes das ESATAs, que são as Empresas de Serviços Auxiliares aos Transportes Aéreos, nós poderíamos entender outra realidade. Quem são essas pessoas que trabalham com serviços auxiliares no transporte aéreo? São as pessoas que fazem desde a limpeza das aeronaves às pessoas que cuidam dos acessos aos sítios aeroportuários, às pessoas que cuidam do transporte interno de malas e bagagens, fazem essa triagem dentro dos aeroportos, às pessoas que, terceirizadamente, substituem a Polícia Federal em controle de acesso de muitas áreas e que fazem aquela segurança. Não é nem a par de grandes eventos esportivos que vão acontecer, uma aviação que já está com um crescimento vegetativo de 10%, se já temos uma mão de obra que falta na ponta, que são pilotos para a aviação agrícola, que são pilotos para a aviação de táxis aéreos, que são pilotos para a aviação executiva, para a própria aviação regular, nós queremos saber: essa mão de obra que tem de atender a esses aeroportos, essa mão de obra que está lá dentro, que são pessoas que vão operar em um ambiente de segurança, em ambientes restritos, em ambientes que têm a sua salubridade, em ambientes que têm uma série de condições que precisam ser contextualizadas, você não pega uma pessoa e diz: "Olha, a partir de hoje, você vai limpar a aeronave." Você tem de dar um curso para essa pessoa. Enfim, nós queremos ser primeiro mundo, mas acontece que não estamos nem resolvendo a nossa aviação hoje, que tem os mesmos problemas da nossa aviação de dez anos e, se brincar, são os mesmos problemas de quinze anos atrás.

A Anac surgiu, é bom, mas parece que, precipuamente, a Anac surgiu devido a uma exigência da Organização da Aviação Civil Internacional porque as aeronaves que são fabricadas pela Embraer não poderiam mais ser certificadas por um órgão militar. Então, o antigo Departamento de Aviação Civil se transformou na Anac, mas, a partir de então, a Anac não se desdobrou. Ora, desde que a Anac foi criada é um problema o quadro de pessoal, nós sabemos disso. Parece que a Anac tem 38% do quadro que ela precisaria para efetuar os seus trabalhos. Mas, por que isso é dito há cinco anos e até agora esse quadro não teve alteração? Foi criada a Secretaria de Aviação Civil que,

desvinculada do Ministério da Defesa, é um órgão que sempre tem atendido à aviação, que escuta. Porém, é um órgão que tem trabalhado muito a questão de aeroportos. Mas parece que aeroporto é uma base que representa 5%. Os outros 95% de atividade também precisam ser compreendidos, nós precisamos incluir isso dentro de uma política, dentro de uma discussão.

Qual é a conclusão que temos aqui? Pela primeira vez na história da aviação brasileira temos um foro de debates criado para incluir todas as categorias da aviação. Ou seja, desde os órgãos que regulam, dos órgãos que fazem o planejamento, desde as linhas aéreas internacionais, as associações internacionais, até a aviação agrícola, a aviação experimental, entre tantos outros. Mas a coisa fica assim. E, depois que terminarem os trabalhos desta Subcomissão, depois que entregue o relatório final, quem vai dar continuidade, como essas coisas vão se desdobrar? Porque, das várias vezes em que já estivemos aqui, qual é o principal lamento de todos os representantes das categorias, que já foram a todas as Câmaras Legislativas, que já foram à Câmara dos Deputados, que já vieram aqui ao Senado, já conversaram várias vezes, participam de vários conselhos, inclusive dentro da Anac, e parece que há algo que não faz com que aconteça? Ou seja, temos muitos pensadores, precisamos de executores.

Eu espero que, da formulação do relatório final, seja novamente chamada a SAC, será novamente chamada a Anac, e também outros órgãos do Governo – sendo que, inclusive, é importantíssimo que seja ouvido, no meu ponto de vista, em um ambiente como este, os demais ministérios que administram o orçamento, que administram o planejamento, porque a aviação é interdisciplinar, e ela precisa da participação de outros órgãos. Não adianta apenas ouvirmos a Secretaria de Aviação Civil, não adianta apenas ouvirmos a Anac; também precisamos saber qual é o comprometimento do Ministério do Planejamento, do Ministério da Fazenda, onde está o dinheiro que é disponibilizado, ou não, para a aviação, qual é o dinheiro, a verba que é disponibilizada para a Anac, a destinação que tem essa verba, para a Infaero *idem*, e como é que os ministérios estão trabalhando conjuntamente essa questão – transporte, turismo, ou seja, integração nacional, cidades, porque também não adianta nada fazer um *über,* mega aeroporto, se você não tem um acesso ao centro urbano a que ele pretende servir. E parece que ninguém, ainda, está pensando essa intermodalidade, ou o que pode acontecer.

Portanto, como se diz, eu acho que o trabalho que está sendo feito aqui é uma continuidade, ele não pode terminar, mas ele também tem que ser concluído. Eu espero, sinceramente, Senador, como se diz... O setor precisa de uma referência da aviação dentro do Senado, a aviação precisa de uma referência dentro da Câmara dos Deputados, porque, afinal de contas, questões específicas da aviação precisam ser tratadas por pessoas que, obviamente, têm intimidade, que têm paixão pela aviação, mais do que uma profissão. E como esses trabalhos serão desenvolvidos? Isso é o que esperamos para ver o que pode acontecer, porque a ansiedade de todo o setor – e olha que nós acompanhamos mais de 40 empresas, em 17 Estados, só de manutenção, só de taxis aéreos, fora a aviação em geral e tantas outras – tem sido muito grande, e o voto de confiança que tem sido feito na Subcomissão de Aviação Civil também. Nós vimos aqui pessoas que tiveram a oportunidade de falar e não vieram para cá. Não sei se essas pessoas têm medo de represália ou o que possa acontecer, ou não sabem, ou não querem expor seus problemas, ou, talvez, pensamos que possam ter problemas, e não têm. Mas o importante é: virá o relatório, e, depois, os mecanismos que realmente possam fazer com que a aviação brasileira deslanche, aconteça, deixe de ser amadora, deixe de ser utilizada – nada contra – com aviões de 40 anos, 50 anos, em aeroportos que foram feitos há 70 anos, 80 anos, sendo que nós ainda não temos um futuro do que vai acontecer pelos próximos 5 anos, 10 anos.

Então, Senador, era esse o breviário que eu gostaria de tecer, aproveitando aqui estar amparado pelo Jorge – e o Jorge, nós conhecemos um pouco a trajetória dele, nós já vimos o que ele passou em relação a, como se fala, como ele propriamente colocou... De repente você chega a pessoas que não têm preparo, e não sabem diferenciar a operação de um helicóptero de uma aeronave de asa fixa. Então, isso causa uma celeuma e você fecha uma empresa. Ou então, como se diz, de repente você requer uma fiscalização por conta, para aviação agrícola, e o que seria o remédio passa a ser até o próprio veneno.

Então, agradeço a colocação, o.k. E vamos continuar contribuindo.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem, Prof. Georges. Bom, para que a gente possa ter o esclarecimento de algumas dúvidas, as nossas perguntas aos convidados, ao Comandante Paim, ao Comandante Jorge e ao Comandante Professor Georges também, todos já têm em mãos. Eu solicito a compreensão de todos, no sentido de nos encaminhar *a posteriori,* por escrito, as respostas para que a gente possa ganhar tempo e concluir a audiência pública, porque eu tenho outro compromisso com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, de que sou membro.

Então, para as considerações finais, eu concedo até cinco minutos ao Comandante Paim.

O SR. NELSON PAIM – Obrigado, Senador.

Diante das colocações do colega Jorge e do professor, realmente a falta de conhecimento da população em termos da aviação civil e, principalmente, da aviação de helicópteros e de aviação agrícola é muito grande, é muito grande a falta de conhecimento.

Eu só queria registrar, Senador, que a aviação agrícola luta para salvar o País, para salvar a produção do agronegócio e esses 24% que a aviação agrícola pulveriza são as culturas principais do Brasil, 36% do que é pulverizado na soja é pela aviação agrícola, na soja, na cana, no algodão e no arroz, que são basicamente as quatro culturas, carro-chefe do Brasil. Essas culturas sem a pulverização aérea deixam de existir no Brasil. É inviável produzir com a pulverização terrestre somente, sem falar, não posso falar mal dos outros sistemas, mas sem falar na tecnologia embarcada na aviação agrícola que existe, em termos de GPS, de mapeamento, de trabalho por satélite, a mão de obra técnica. Todos os pontos são colaboradores para uma boa prática de pulverização e as pessoas precisam ter conhecimento de que sem essa atividade o Brasil vai ter um prejuízo muito grande no sentido de os problemas existentes em relação á mão de obra, como o colega Jorge falou e o professor também, esse é um problema grave que nós temos. Todos têm o mesmo problema na aviação. O que acontece hoje é que como os jovens não têm recursos para se formar, as empresas privadas os patrocinam, financiam o jovem, que logo em seguida recebe uma proposta melhor do mercado e vai embora. A lei não permite a gente prender, a lei não permite a gente prender nenhum funcionário, então a empresa investe, faz um investimento e quando ele está preparado vai embora para outra empresa. Então, precisa uma política de formação.

A questão dos combustíveis é um peso, o senhor, como piloto, sabe bem o que representa o combustível. O financiamento das aeronaves é necessário, tanto para os helicópteros como para toda a aviação civil. Não existe. Eu digo, estava falando com um colega há pouco, antes da reunião, que realmente hoje os empresários aviação geral são empresários apaixonados pela aviação, são normalmente pilotos, pessoas que vieram da aviação como às vezes por algum parente ou pai, alguém próximo, e estão hoje na aviação por amor a essa atividade. Só que essa atividade, em todos os setores, aviação agrícola, helicóptero, taxi aéreo, todas elas são de altíssima importância para o Brasil. Muitas pessoas, acho que a grande maioria não têm esse conhecimento, não têm essa aproximação com a aviação civil.

Então, o Brasil está crescendo muito em todos os setores, não só no agronegócio, industrial, enfim, todos os setores estão crescendo e o apoio básico para esse crescimento está na aviação civil, na aviação comercial, na aviação agrícola, na aviação de helicóptero, na aviação experimental, executiva, em todos os setores.

Então é importante que a esta Comissão faça um trabalho de esclarecimento e que lute por essas causas principais, em termos de formação de mão de obra, em termos de impostos, em termos de combustíveis, para que a gente possa alavancar essa aviação e que ela continue contribuindo da maneira como ela vem contribuindo para o crescimento do Brasil.

Eu agradeço a oportunidade que nos colocaram, por representar essa atividade que nós honramos em representar.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Eu que agradeço.

Com a palavra o Comandante Jorge, para as considerações finais, por até cinco minutos.

O SR. JORGE BITAR NETO – Obrigado, Senador.

Como eu havia falado, é um grande privilégio para mim estar aqui, apensar de que a minha especialidade é voar. Falar é um pouco pior. Mas eu realmente tentei colocar as nossas necessidades, não como um bebê chorão, mas como alguém que começou a empresa do zero. Estou vendo que a minha empresa passou por um estágio de amadurecimento. A gente conseguiu crescer. E hoje, eu tenho medo de morrer, por tanta burocracia, por tantos encargos, por tantas coisas que acabam sendo juntadas a nossa atividade.

Como eu falei, nós sabemos voar. Para fazer um manual, fazer coisas burocráticas, o que estão exigindo da gente, você vai tendo que trazer especialistas em fazer manual, especialistas em cuidar da vistoria para que você receba uma vistoria da Anac. Então, a empresa acaba inchando de um jeito tal, que você tem que ter, para cada comandante, um outro comandante que vai dar aula para ele. Então, você tira dois da produção. Isso vai engordando de um jeito que o nosso medo é que a empresa acabe sem conseguir pagar o que realmente estão nos exigindo.

Mas eu endosso as palavras do Senador, do Comandante Nelson, do professor Georges, que realmente colocaram muito bem. Mais uma vez, a oportunidade é muito valiosa para todos nós aqui.

Eu agradeço e espero poder colaborar sempre que puder. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem, Comandante. Com a palavra, nosso também Comandante, Prof. Georges, por até cinco minutos.

O SR. GEORGES DE MOURA FERREIRA – Como nós tínhamos colocado antes, realmente desde que houve a instalação da Subcomissão de Aviação Civil, muitas coisa melhoraram para a aviação. A Subcomissão de Aviação Civil não serviu apenas como referência, como também serviu como uma ponte, e através dessa ponte, nós temos feito um trabalho contínuo. Isso foi realmente muito interessante, até mesmo para que os próprios parlamentares percebessem que vários setores da aviação, como táxis aéreos, aviação agrícola, formação de pilotos etc, não se refletem em uma categoria marginalizada. Muito pelo contrário, são pontas de lança do desenvolvimento de uma indústria e da integração nacional.

Volto a elogiar aqui a iniciativa do Sr. Antônio Dias, da Anac-Rio, e do Sr. Wagner, que nos recebeu tão bem nessa segunda-feira. Já inclusive temos uma reunião agendada no Rio de Janeiro para tentar rever alguns pontos relativos a algumas categorias. As empresas estão muito preocupadas com os efeitos da Resolução nº 114, da Anac, que faz com que qualquer inclusão de dívida ativa na empresa impeça que a Agência possa inclusive fazer certificações, validação de carteira, homologação, ou o que quer que seja, o que realmente trava a atividade.

Eu entendo também que trabalhar a aviação, trabalhar conjuntamente, é trabalhar com democracia. E trabalhar com democracia é escutar quem está em São Paulo ou no Rio Grande do Sul, na ponta da mesa, mas também aquela aviação que até há pouco todos desconheciam, que é a aviação amazonense, a aviação do Amazonas, que tem as suas peculiaridades. E nós temos a aviação também do Pará, aviação no Nordeste.

Muitas empresas, quando vão fazer um transporte aeromédico, por exemplo, têm que decolar de um local – um detalhe que é interessante, porque, afinal de contas, se um soldado passa mal na Amazônia, quem tem que buscar é um táxi aéreo. Geralmente a Força Aérea não dispõe de dotação para fazer esse transporte de emergência. Mas muitas, vezes, para chegar aonde o soldado está baseado e tem que ser buscado, as empresas têm que decolar de um aeroporto homologado, mas têm que colocar o designativo de outro aeroporto. Mas não vai pousar naquele aeroporto, porque ele não está homologado, ou porque está fechado, ou porque falta um carro de bombeiros, ou porque a pista perdeu a homologação, e não existe um programa que preveja a continuidade da homologação da situação de funcionamento dessas pistas, por exemplo. Então, vendo aqui o Jorge, cuja trajetória eu conheço, tive esse prazer, é um cara que de repente o pessoal olha assim: "Poxa, hoje tem uma empresa que tem treze equipamentos, de tantos tipos." Ninguém imagina a história pela qual passou. Só que o Jorge chegou e disse o seguinte: "Não estou preocupado agora com a minha história, estou preocupado agora com o meu futuro. Não sei da minha empresa. Parece-me que chegamos a um ponto em que tínhamos tudo para crescer, projetamos um crescimento x, mas de repente sou frustrado nisso." Isso não é apenas com o Jorge que está acontecendo. Tenho visto isso em todos os empresários. Inclusive, há empresas na Bahia que operavam 29 aeronaves e hoje estão com 10. Dezenove aeronaves estão paradas. E o setor está precisando crescer. Detalhe: não se enganem que são apenas para as pequenas empresas. Mesmo as grandes empresas que pensavam que estavam imunes às crises, a quaisquer contra considerações já estão assombradas.

No último encontro do qual tivemos a oportunidade de participar da Iata, aqui em Brasília, na semana passada, da Associação Internacional de Transportes Aéreos, as empresas brasileiras de transporte aéreo regular falaram: olha, nós operamos 505 aeronaves, só que nós temos hoje um custo de 50% apenas em taxas aeroportuárias e tarifas e de 40% em combustíveis. Então, 50% já ficam amarrados com isso. Não tem como não aumentarmos os nossos preços para o consumidor final. Ou seja, onde está o planejamento? A empresa se planeja até um certo ponto, mas também se as empresas não procurarem o Governo, os órgãos, para prestarem uma colaboração... É como foi dito aqui em uma das reuniões desta Subcomissão por um advogado tributarista. O papel das associações é o de pegar esses problemas e as soluções e encaminhá-las ao Governo. Mas precisam de algum lugar para encaminhar essas solicitações. Pergunto: onde estão esses órgãos que recebem essas solicitações? Talvez devessem aparecer ou, tipo assim, procurar também as empresas, interagir. Tenho certeza de que esse será um dos papeis que serão desenvolvidos pela Subcomissão de Aviação Civil.

Estou aqui com uma revista que é editada em Manaus, a revista "Voar na Amazônia Brasil". É de circulação nacional e já está em sua quinta edição. Ela faz um destaque não apenas dos trabalhos da Subcomissão aqui no Senado, mas também fala que a Subcomissão tem ido atrás da Secretaria de Aviação Civil e também da Agência Nacional de Aviação Civil, sempre tendo resultados positivos. Democracia acho que isso, só que nós temos de ousar. Ninguém melhor para ousar do que os aviadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. PR – TO) – Esta Presidência registra, como visita ilustre a esta audiência pública, o amigo e companheiro Paulo

Roberto, Deputado Estadual, ex-Prefeito, esposo da nossa Prefeita de Taguatinga, em Tocantins, Dona Zeila. Seja bem-vindo!

Estamos nos encaminhando para o final do roteiro traçado quando instalamos a Subcomissão. Previámos vinte audiências públicas. A de hoje é a 19ª. Portanto, quero, antes de encerrar, agradecer a presença de todos que contribuíram com suas presenças, de todos os setores da aviação, e de todos que vêm contribuindo de forma permanente nas audiências com sugestões para o nosso relatório. Agradeço, de forma muito especial, ao Comandante Nelson Paim, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Avião Agrícola, ao Comandante Jorge, Presidente da Helimarte Taxi Aéreo, que, de forma muito amiga, está sempre participando da Subcomissão. Agradeço ao professor Georges Ferreira, também Comandante, Professor de Direito Aeronáutico da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, que tem dado uma contribuição enorme a esta Subcomissão.

Agradeço ainda aos nossos colaboradores, através do Dr. Alexandre, Secretário da Comissão de Infraestrutura, aos consultores, através do Vitor, e aos demais. Agradeço ao Paulinho, nosso Diretor Legislativo, e às demais assessoras. Agradeço também suas presenças e suas contribuições.

Portanto, antes de encerrar a presente audiência pública, convoco os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião. Também aqui quero agradecer a presença dos Senadores que participaram formando o quórum para que ocorresse a audiência pública.

Convoco os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a realizar-se no dia 12 de setembro de 2012, a última audiência pública desta Subcomissão, quarta-feira, neste plenário, com representantes dos Ministérios do Planejamento, da Fazenda, da Integração Nacional, das Cidades e do Turismo para debatermos as ações desses Ministérios voltadas à aviação civil brasileira.

Um bom-dia a todos!

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 09 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos.)

RESPOSTA DO COMTE. FRANCISCO DE LYRA, DIRETOR DA CFLY AVIATION, À PERGUNTA FEITA NA REUNIÃO DO DIA 08/08/2012, CONFORME SOLICITADO PELO EXMº SR. PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, SENADOR VICENTINHO ALVES.

Pergunta:

Com relação à aviação executiva e à construção de aeródromos privados, qual e a perspectiva do crescimento dessa atividade e qual o tratamento que o DECEA tem dispensado a essa nova realidade?

Resposta:

Faz-se necessário analisar esta importante questão sob dois aspectos, a saber: O primeiro tem relação com o crescimento intrínseco do setor. O segundo tem relação com o gargalo de infraestrutura dos aeroportos comerciais onde operam ambas aviações, regular e executiva. Devido ao crescimento da aviação regular, ocorre a saturação do sistema de pistas e pátios, literalmente "despejando" a aviação executiva para outros aeroportos.

Desta maneira a demanda por aeródromos privados sofre pressão não apenas pelo próprio crescimento da atividade, mas também pelo trafego adicional que transborda dos aeroportos comerciais.

O crescimento intrínseco do setor está bem detalhado no novo Anuário Brasileiro de Aviação Geral, publicado pela ABAG com dados do DECEA e seu órgão gerenciador CGNA.

A frota de jatos executivos registrados no Brasil cresceu de 540 jatos em 2010 para 623 em 2011 (crescimento de 15,4%). Já a frota de turboélices passou de 863 em 2010 para 953 em 2011 (crescimento de 10,4%).

O total da frota de aeronaves executivas movidas a turbina

passou de 1403 em 2010 para 1576 em 2011 (crescimento de 12,3%). Estas utilizam necessariamente infraestruturas aeroportuárias semelhantes em natureza aquelas utilizadas pelas Cias. Aéreas, dai o gargalo.

A utilização por jatos executivos nos principais aeroportos (compartilhados) passou de 89.570 movimentos em 2010 para 101.792 movimentos em 2011 (crescimento de 23,6%).

Vê-se, pelos dados apurados com dados fornecidos pelo DECEA/CGNA, que ocorre imensa pressão sobre o sistema, uma vez que a aviação regular também cresce em ritmo acelerado.

Como resultado vemos que os aeroportos de Jundiaí e Sorocaba, por exemplo, destinos da maior parte do crescimento, já atingiram a saturação. Jundiaí cresceu de 18.000 para quase 50.000 movimentos no primeiro semestre de 2012 (comparado com o 1S de 2011), crescimento de assombrosos 178%.

Portanto, torna-se absolutamente urgente a construção de novos aeroportos executivos para continuar suprindo a deficiente capilaridade do sistema de aviação civil Brasileiro (apenas 139 de 5.568 municípios brasileiros são servidos por linhas aéreas regulares), comparados a 3.500 municípios servidos pela aviação executiva.

Finalizando, o DECEA tem demonstrado enorme apoio ao planejamento de novos aeroportos, facultando expertise e analise técnica nos aspectos de circulação aérea e verificação de impacto nos aeroportos circunvizinhos, de forma a assegurar que um novo aeroporto não limite o crescimento dos demais já instalados.

DISCURSO DO EXMº SR. PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, SENADOR VICENTINHO ALVES, DADO COMO LIDO NESTA REUNIÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA SUBCOMISSÃO SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL –

AVIAÇÃO AGRÍCOLA, SERVIÇOS AÉROS ESPACIAIS

e Empresa de Serviço Auxiliar de Transporte Aéreo

O Brasil como possuidor de vastas áreas ainda para serem exploradas pela agricultura, conta hoje com a segunda maior frota de aeronaves agrícolas do mundo, com aproximadamente 1700 aeronaves, que cresceu 6% em 2011. Contudo, apesar de índices positivos de crescimento, a aviação agrícola é responsável por apenas 24% das áreas pulverizadas com defensivos em nosso país.

A aviação agrícola para muitos ainda é uma atividade cuja importância passa despercebida, mas que tem levado a inovação tecnológica não apenas para o campo, mas também para a própria aviação, sendo inovadora inclusive no uso de biocombustíveis e no uso de equipamentos eletrônicos de precisão.

Entretanto, na atualidade, o desenvolvimento da agricultura mundial está diretamente ligado à evolução da aviação agrícola, que precisa crescer e muito no Brasil, sendo que a mesma se serve de mão de obra altamente especializada, que necessita de uma formação específica e continuada, além de regras operacionais mais claras, ao passo em que enfrenta dificuldades com a sobreposição de fiscalizações nas esferas governamentais, preço dos combustíveis e a falta de compreensão de que a mesma se trata de uma atividade preocupada com o meio ambiente.

Nessa mesma vertente, temos outras atividades incluídas nos chamados serviços aéreos especializados, como a aerofotografia, aerofotogrametria, prospecção, exploração ou detectação de elementos do solo ou do subsolo (vital para a indústria do petróleo), ensino e adestramento de pessoal de voo, enfim, qualquer modalidade remunerada, distinta do transporte público, que é aquele voltado ao transporte de cargas ou passageiros, cujas características particulares de cada uma de suas operações e de seus problemas, são ainda menos conhecidas do grande público, mas que da mesma depende até para acender a luz, pois, exemplificando, toda a inspeção e boa parte da manutenção das linhas de energia, são executadas por empresas que prestam os serviços aéreos especializados.

E arrematando, para dar o suporte a todas as atividades que a aviação desenvolve no ar, a mesma depende de profissionais no solo aptos a prestar apoio às operações do transporte aéreo, sendo estes responsáveis pelo abastecimento de combustíveis, atendimento de aeronaves, atendimento e controle no embarque e desembarque de passageiros, movimentação de carga, serviços de proteção, etc., cuja formação e emprego, revestem-se de todas as suas peculiaridades, ao passo em que sua formação, qualificação e enquadramento profissional, também são desafios que precisam ser debatidos, para o bom desenvolvimento de nossa aviação.

ATA DA 20ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e trinta e três minutos do dia doze de setembro de dois mil e doze, no Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Vicentinho Alves**, Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a presença dos Senadores **Flexa Ribeiro e Tomás Correia**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida a tomarem assento à Mesa os expositores desta Reunião: **Antonio Henrique Pinheiro Silveira**, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda – MF; **Neusvaldo Ferreira Lima**, Diretor do Departamento de Infraestrutura Turística do Ministério do Turismo; e **Georges de Moura Ferreira**, Professor de Direito Aeronáutico da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO e Consultor em Aviação; Tendo sido convidada, a Secretária de Orçamento Federal, Célia Corrêa, justificou sua ausência em virtude de férias marcadas para este período. O Presidente informa que a presente reunião destina-se a debater as ações dos Ministérios da Fazenda e do Turismo nas ações voltadas para a aviação civil brasileira, em atendimento ao Requerimento nº 01/2012–CISTAC, que estabelece a realização de um ciclo de Audiências Públicas para discutir políticas públicas para a aviação civil brasileira. O Presidente registra as seguintes presenças: Thaís Portilho, do Sindicato

Nacional Das Empresas Aeroviárias – SNEA; Sheilla Dibe, Secretária da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR; Manoela Rocha, Assessora Parlamentar do Ministério do Turismo; Paulo Santos, da Infraero; Marconi Moura de Lima, Assessor da Prefeitura Municipal da Cidade Ocidental – GO; Pablo Henrique, Assessor Parlamentar da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR; Mauro Melo, Perito do Ministério Público Federal; e Valmir Martins, representante do Aeroclube de Porto Nacional. O Presidente concede a palavra a cada um dos expositores. O Presidente solicita que se dê como lido pronunciamento de sua autoria sobre ações dos Ministérios da Fazenda e do Turismo voltadas para a aviação civil brasileira. O Presidente agradece aos palestrantes e menciona questionamentos dos quais solicita envio de resposta escrita à Secretaria desta Subcomissão. Passa-se às considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e onze minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Vicentinho Alves,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Bom dia a todos.

Havendo número legal e regimental, declaro aberta a 20ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Passemos à pauta.

Porém, antes, convido para tomar assento à mesa os Srs. Antonio Henrique Pinheiro Silveira, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda; Neusvaldo Ferreira Lima, Diretor do Departamento de Infraestrutura Turística do Ministério do Turismo; e o Prof. Georges de Moura Ferreira, professor de Direito Aeronáutico da Pontifícia Universidade Católica de Goiás e consultor de aviação.

Seja bem-vindo, Prof. Georges, grande colaborador desta Subcomissão.

Esta Presidência informa que a Secretária de Orçamento Federal, Drª Célia Corrêa, justificou sua ausência em virtude de férias marcadas para este período.

A presente reunião destina-se a debater as ações dos Ministérios da Fazenda e do Turismo nas ações voltadas para a aviação civil brasileira, em atendimento ao Requerimento nº 01/2012 desta Subcomissão, que estabelece um ciclo de audiências públicas para discutir políticas públicas para a aviação civil brasileira.

Informo que, para melhor andamento dos trabalhos, inicialmente, vamos conceder o tempo de 15 minutos para cada convidado. Caso haja necessidade de prorrogarmos, nós prorrogaremos.

Portanto, antes de iniciarmos as palestras, vamos aqui registrar as presenças de Thaís Portillo, do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias... está ali. Seja bem-vinda.

Sheila Dib, Secretária da Presidência da Aviação Civil, da SAC, seja bem-vinda. Caso queira sentar mais adiante, fiquem à vontade.

Manuela Rocha, assessora parlamentar do Ministério do Turismo.

Paulo Santos, da Infraero, seja bem-vindo.

Marconi Moura de Lima, da assessoria da Prefeitura Municipal de Cidade Ocidental, Goiás, seja bem-vindo.

Pablo Henrique, nosso bom amigo, assessor parlamentar da Secretaria de Aviação Civil.

Mauro Melo, perito do Ministério Público Federal, seja bem-vindo. Caso queira se sentar à frente, sinta-se à vontade.

Valmir Martins, da cidade de Porto Nacional, aqui representando o Aeroclube de Porto Nacional, que é, para minha alegria, minha cidade natal.

Concedo a palavra ao Dr. Antonio Henrique Pinheiro, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, para sua explanação.

O SR. ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA – Sr. Senador, senhoras e senhores, bom dia.

Vou fazer uma rápida apresentação sobre o tema, lembrando a todos que a Secretaria de Aviação Civil foi criada no atual Governo, com o propósito de dar uma atenção especial ao setor, que, no passado recente, passou por situações de crise e mereceu um destaque em face ao crescimento da demanda pelo transporte aéreo no País. Então, dessa forma, o Ministério da Fazenda é, podemos dizer, coadjuvante no esforço de melhoria da infraestrutura e aumento da competição no transporte aéreo de passageiros.

E o que trago aqui hoje é o resumo de algumas ações em curso no Governo – várias das quais eu não poderei detalhar ainda, pois estão em fase final de discussão – para se formalizar um programa específico e algumas tendências no setor, como tem sido a discussão no sentido da competitividade, o aumento da competição e os esforços para eventual barateamento dos custos.

Próximo, por favor.

Minha apresentação está dividida em duas partes: uma, que falo rapidamente, sobre os trabalhos para o desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária do ponto de vista não de obra, obra, mas de algumas macrodiretrizes; depois, uma rápida passagem sobre transporte aéreo, com o desempenho recente do setor, alguns dos seus problemas presentes e algumas das discussões que vêm sendo tabuladas dentro do Governo, particularmente do Ministério da Fazenda, para alavancar o setor.

Próximo.

Na parte de infraestrutura aeroportuária, eu vou falar brevemente sobre...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Pode ficar à vontade.

O SR. ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA – É rápido mesmo. Eu acho que a gente tem que dar...

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Esses 15 minutos são mais como regra.

O SR. ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA – Sim. Nossa ideia aqui também é dar um tempo para o debate e as perguntas. Então, vou ser bastante breve.

Vamos para a próxima.

São esses três temas que vou falar na infraestrutura aeroportuária.

Próximo eslaide, por favor.

No âmbito da Infraero. A Infraero sai progressivamente de uma posição de virtual monopolista na prestação de serviços aeroportuários no País para conviver com operadores privados de grandes aeroportos. Isso é um quadro novo no País e exige, obviamente, uma melhoria de desempenho da Infraero. Acredito que todos aqui que utilizam o serviço de transporte aéreo já tiveram ou têm, em algum momento, reclamações sobre a nossa querida empresa. E tem sido implementado um esforço de gestão bastante expressivo para a melhoria de seu desempenho.

Foi aprovada, nesta Casa, a utilização do regime diferenciado de compras para o setor aeroportuário – e aí beneficia diretamente a Infraero. Isso tem agilizado a contratação não só de obras, mas também de serviços, possibilitando que a empresa consiga, no curto prazo, responder melhor às suas necessidades de ampliação de capacidade e melhoria dos serviços. Também têm sido intensivamente utilizadas consultorias de ponta para a melhoria nos seus processos internos. A Infraero, durante muito tempo, não prestou a devida atenção nos processos de planejamento da estrutura existente, como utilizá-la de forma eficiente.

No ano passado, houve um grande esforço na melhoria do desempenho do aeroporto de Guarulhos antes que fosse feito o leilão de concessão, e a empresa aprendeu bastante no gerenciamento de espaços, gerenciamento de fluxo de usuários. Isso tem permitido que ela ganhe qualidades na prestação de serviços nessa busca pela utilização mais racional dos seus ativos aeroportuários.

Por último, deve-se destacar a busca de parcerias. Tem sido noticiado que a Infraero busca parceiros. Na verdade, ela já tem fechado algumas parcerias. Deve-se destacar, por exemplo, uma parceria, que já se encerrou, dela com a operadora Changi, de Cingapura, para o desenvolvimento do plano diretor aeroportuário do Aeroporto de Confins. Então, já existe na Infraero um clima para parcerias internacionais. Isso tende a ser aprofundado, não necessariamente no formato que tem sido noticiado para gerenciar um ou outro aeroporto, mas para que a empresa ganhe qualidade e tenha, em parceiros internacionais destacados, uma fonte de informação e melhoria dos seus próprios processos internos. Então, a perspectiva que o Governo aponta para a Infraero é de melhoria de qualidade de serviços e agilidade na prestação de serviços e contratação de obras.

Próximo eslaide, por favor.

Os aeroportos concedidos nos últimos anos, podemos destacar estes quatro: São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte, que foi feito em agosto de 2011, e os três grandes aeroportos de Viracopos, Brasília e Guarulhos, que foram a leilão em fevereiro de 2012. Temos aí algumas informações básicas sobre o resultado dos leilões, os consórcios vencedores, o valor mínimo e os lances vencedores. Podemos ver que existe o interesse expressivo do setor privado na exploração da infraestrutura aeroportuária, o que justifica ágios nos leilões bastante expressivos. O mais destacado, talvez, seja o de Guarulhos, que alcançou 16 bilhões. E, nesses meses, já está sendo feito o processo de transição da Infraero para os consórcios vencedores. Eles já estão em atividade nos três grandes aeroportos. O aeroporto de São Gonçalo do Amarante ainda está em construção. E a perspectiva é que o consórcio privado entre em plena operação a partir do final do ano.

As estimativas de investimento estão aí destacadas, lembrando que são estimativas de investimento relacionadas nos estudos que o Governo utilizou para os leilões. Não necessariamente os valores aplicados serão exatamente iguais. Porém, o que o Governo, via agência reguladora, fará, de forma intensiva, é o monitoramento da qualidade dos serviços prestados e da necessidade de investimento para a manutenção da qualidade de serviço.

Embaixo também temos as estimativas de passageiros que movimentarão em momentos distintos ao longo do tempo. A perspectiva mais alta aqui é em relação a Viracopos, que deve ter um crescimento de 7,5 milhões de passageiros, em 2011, para perto de 90 milhões de passageiros, em 2041, quando finda a concessão. Esse aeroporto é encarado como sendo o aeroporto com maior capacidade de expansão de passageiros da rede hoje existente, e a expectativa de desempenho dele é muito forte.

Próximo, por favor.

Está em fase final de elaboração no Governo um plano de aviação regional, que resultou do enorme esforço da Secretaria de Aviação Civil, apoiada por outros órgãos do Governo – cabe destacar: Casa Civil, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento, Ministério da Defesa, Ministério do Turismo –, que, a partir da identificação de cidades polarizadoras e cidades de importância turística, construíram o que se supõe uma rede de aeroportos médios, que vai comportar tanto aeroportos hoje sob controle da Infraero quanto aeroportos delegados a Estados e Municípios para que recebam investimentos e melhorias de infraestrutura, possibilitando a movimentação de aeronaves de maior porte. O número final ainda está sendo discutido, mas são mais de 100 aeroportos, com certeza, que serão beneficiados com investimentos do fundo que se torna Fnac – Fundo Nacional de Aviação Civil, para a ampliação da infraestrutura, aquisição de equipamentos que possibilitem a movimentação de aeronaves.

Foi feita uma intensa conversa também com as empresas aéreas para aferir o interesse das empresas aéreas em voar para as diversas localidades, de forma que essa rede, quando anunciada, será uma rede já pactuada também com as nossas empresas de transporte aéreo, de forma que seja algo articulado entre as diversas esferas de governo e também o setor privado para ampliar os destinos da aviação no País. Destaca aí também uma maior clareza nas responsabilidades recíprocas entre União, Estados e Municípios acerca dos aeroportos delegados a Estados e Municípios assim como elaboração de critérios para delegação ao setor privado por parte desses entes.

Além disso, é importante destacar uma tentativa de flexibilização das regras para a prestação de serviços comerciais para aviação geral em aeródromos repassados à iniciativa privada, que possam ser repassados à iniciativa privada. Hoje existem limites, então, estamos procurando também flexibilizar essa esfera. A ideia, então, é utilizando várias frentes – Infraero, setor privado, Estados e Municípios, – ter uma rede de aeroportos grandes e médios, de forma a aumentar o número de destinos no País e alavancar, assim, via infraestrutura, a atividade de aviação civil.

Na próxima parte falo um pouco do transporte aéreo, desempenho recente no mercado doméstico, temas atualmente em discussão no governo para alavancagem dessa atividade.

Próximo eslaide.

Temos nos anos recentes uma tendência à queda dos valores das tarifas aí medidos em termos do valor médio por quilômetro voado no País. Tanto a tarifa média quanto o *yield* – o *yield* é o preço do quilômetro voado medido pela Anac – têm apresentado uma tendência no período recente, tem – vamos chamar assim – um soluço em 2008, derivado, principalmente, do primeiro semestre de 2008, quando o preço do petróleo disparou – isso provocou uma elevação dos custos. Até 2011, a tendência era de queda. Em 2012 há uma estabilidade dos valores, que ainda não estão refletidos aí no gráfico. Os valores têm ficado estáveis. É bom destacar que o IBGE, nosso órgão de estatística, quando computa o índice preços ao consumidor amplo – IPCA – capta uma tendência um pouco distinta dessa, capta aumento de preços de passagens aéreas. O quadro não é incompatível com esse, porque o IBGE olha para 11 regiões metropolitanas e olha para aquelas passagens nos trechos mais voados. Essa estatística ai olha para toda a malha e procura tirar qual é o preço médio por quilômetro, considerando todas as viagens. Então, existem diferenças, obviamente, nos destinos mais procurados pode haver aumento do preço das passagens, mas na média geral do país a tendência recente foi de queda e no ano de 2012 estabilidade do preço das passagens.

Próximo, por favor.

A oferta de vagas, a oferta de vôos, tem aumentado, refletindo, por suposto, o expressivo aumento de demanda que tivemos nos últimos tempos, derivado de uma série de questões além do barateamento também do maior poder aquisitivo da população, possibilitado por políticas econômicas elaboradas pelo Governo Federal, em particular, pelo Ministério da Fazenda. Isso possibilitou uma ampliação expressiva do número de passageiros transportados.

Próximo, por favor.

A taxa de ocupação tem-se mantido relativamente estável, crescendo de forma quase constante, mas não tão expressivamente quanto o acréscimo do número de passageiros. Isso significa que as empresas aéreas também estão adquirindo mais equipamentos ao longo do tempo para voar no espaço nacional.

Próximo, por favor.

Do ponto de vista concorrencial, esse mercado é organizado em termo justo duopólio. Isso não sig-

nifica, por favor, infração à ordem econômica. Muitas pessoas confundem as coisas. A estrutura de mercado tem duas empresas dominantes. Isso não significa que elas estejam, de alguma forma, infringindo a lei. A gente não tem evidências disso no passado recente, mas é bom destacar que esse duopólio continua. As duas empresas líderes têm uma alta participação no mercado, porém, como a gente pode perceber, uma participação levemente cadente. Então, há um aumento da concorrência principalmente pela expansão da empresa aérea Azul, que agora está num processo de fusão com a Trip e contesta, cada vez mais, a posição das líderes.

A minha Secretaria é parte do sistema brasileiro de defesa da concorrência, e uma das nossas atividades, conjuntamente com o Cade e as agências reguladoras é procurar formas de ampliar os mecanismos de competição. Não existe – é bom destacar aqui – nenhuma prova cabal de que o Brasil só comporte duas grandes empresas aéreas. No passado se cogitou isso, mas não existe nenhum estudo técnico que corrobore isso. Então, nós encaramos o setor como um setor que deve ser cada vez mais competitivo e vemos com muito bons olhos a ampliação de participação no mercado de empresas novas.

Próximo, por favor.

Entre 2003 e 2010, houve uma mudança significativa na composição de custos das empresas. O que podemos destacar? Os custos de combustível, pessoal e tarifas aeroportuárias ganharam um peso expressivo nesse período, particularmente os dois primeiros – o combustível e encargos com pessoal. Isso dá uma idéia do que pode ser enfocado no sentido de, primeiro promover racionalização por parte do setor privado e, depois, alguma reflexão por parte do setor público em iniciativas para o eventual barateamento de custos no setor. Então, já tem sido destacado bastante nos jornais, existe todo um clamor em relação aos preços do querosene de avião. Foi motivo de uma emenda numa medida provisória recentemente aprovada no Congresso a inclusão das empresas de transporte aéreo na desoneração da folha. Esses são dois pontos que estão em discussão, e vou destacá-los no final da minha apresentação. De qualquer forma, é importante ver essa mudança no perfil de custos. O combustível representa aqueles 31%, aquela fatia maior; passou de 27% para 31% e pessoal, encargos, de 13% para 20%.

Bem, último eslaide antes de entrar nas considerações finais.

Próximo, por favor.

Resume aí o desempenho, em termos de resultado, das empresas aéreas em 2011.

Aí são dados de balanços publicados. A gente vê que as quatro empresas de capital aberto mostraram um resultado global negativo no ano de 2011, sendo que o mais expressivo foi o da GOL, com menos 710 milhões. O que explica isso? O que explica isso é basicamente variação cambial e aumento de despesas financeiras. Quando a gente abre esses balanços, a gente vê que, do ponto de vista operacional, teve um resultado positivo, mesmo considerando o preço do querosene de aviação, mas, por força das variações do câmbio, o preço do arrendamento mercantil, que vai entrar como despesas financeiras, e os gastos com instrumentos e derivativo apresentaram um resultado negativo forte. Isso explica por que as empresas tiveram, no final das contas, resultado negativo.

É bom destacar que a maior estabilização do câmbio, mesmo que seja no patamar mais alto, pode ainda pressionar pelo lado operacional, mas tende a não replicar, no exercício de 2012, esse quadro de despesas financeiras, mas isso é algo que, evidentemente, terá que ser verificado nas contas deste ano.

Por último, é bom destacar sempre os temas em discussão no Governo.

Próximo eslaide, por favor.

No âmbito da competência do Governo Federal, estamos discutindo a emenda apresentada que inclui as empresas de transporte aéreo na desoneração da folha de pagamentos. Estamos fazendo as contas para verificar a possibilidade da sua acomodação, e o Governo olha isso – posso dizer – com todo o carinho, além de pensar em mecanismos de incentivos à aviação regional, para não incorrermos nos erros que tivemos no passado, em que existiam alguns fundos para a aviação regional que acabaram implicando algumas vantagens eventualmente para aviões viajarem vazios.

Estamos pensando em mecanismos que devem ser anunciados junto com o plano de aviação regional, para que haja um apoio para as empresas voarem para aqueles destinos que serão beneficiados com os investimentos desse plano.

Do ponto de vista da carga tributária, talvez o ponto mais sensível seja o ICMS sobre querosene de aviação, imposto que mais se sobressai nesses custos. Isso está fora da esfera de competência direta da União e tem que ser discutido no âmbito do Confaz. Existe uma boa vontade do Confaz de discutir, e a Secretaria de Aviação Civil tem levado propostas para tentar harmonizar e reduzir as alíquotas de ICMS. Isso deverá ser discutido, nos próximos meses, no âmbito do Conselho.

Encerro aqui a minha apresentação.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito boa a apresentação do Dr. Antonio Henrique. Com certeza a sua fala vai contribuir, e muito, com esta nossa Subcomissão.

O SR. ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Eu solicito à Secretaria que faça constar na ata e nas notas taquigráficas o pronunciamento que fiz sobre a referida audiência pública.

Com a palavra o Dr. Neusvaldo Ferreira Lima, Diretor do Departamento de Infraestrutura Turística do Ministério do Turismo.

V. Sª tem a palavra.

O SR. NEUSVALDO FERREIRA LIMA – Bom dia a todos.

É com grande satisfação que comparecemos a esta audiência pública.

Agradeço ao Senador Vicentinho pelo convite e pela oportunidade rica desta discussão e transmito a todos os cumprimentos do meu Ministro Gastão Dias Vieira, Ministro de Estado do Turismo.

Nós recebemos a convocação para participar, o convite para participar e levantamos alguns dados. A temática é riquíssima, muito atual, oportuna. Nós estamos aqui falando sobre abundância e não sobre escassez – abundância em todos os aspectos. Então, o momento é ímpar na história do País, e eu acho, Senador, que é um grande desafio. Precisamos, sim, traçar um novo rumo para o desenvolvimento do País a partir deste momento e, no nosso caso, a partir da perspectiva do turismo e das suas interfaces com a questão da aviação nacional.

Nós colocamos algumas reflexões rápidas nesse trabalho. É claro que estamos iniciando a participação do Ministério do Turismo nessas discussões e esperamos novos convites, porque o assunto é realmente fascinante.

Eu sou originário da comunidade da aviação. Comecei minha vida como funcionário público na aviação, no antigo Ministério da Aeronáutica, e sei o quanto encanta a comunidade da aviação discutir os seus problemas.

Agora, com essa eclosão de propostas – muita coisa nova, novas propostas de gestão –, com o capital se oferecendo com ágios fantásticos nas concessões, como foi dito aqui pelo nosso Secretário, o momento é muito interessante. Acho que não podemos perder essa oportunidade de marcar um novo rumo na história do País a partir dessa abundância de coisas. Os fluxos turísticos, como os senhores vão ver aqui, são galopantes, assim como o capital e essas novas propostas de gestão que estamos discutindo aqui. Com certeza, a partir das nossas discussões, surgirão propostas interessantes, que vão, sim, marcar um novo rumo na história do País.

Nós colocamos esses dados aí a partir de estudos, é claro, da Abetar, mais os estudos elaborados pelo Ministério do Turismo, que estão nessa publicação. Eu aconselho os senhores todos a visitarem o *site* do Ministério do Turismo – essa publicação está lá. Há muitas informações, muitos dados que vão subsidiar – já subsidiaram – a discussão do Plano Nacional de Turismo para o período 2011/2014. Muitas coisas que estão no Plano saíram daqui e da discussão do que está colocado aqui, e procuramos refletir sobre alguma coisa que está aqui. É claro que há muitos assuntos, e a temática, como eu disse, é bastante rica. Então, colocamos algumas coisas que podem gerar efeitos positivos na nossa discussão.

Eu pediria para colocar no início; não sei como está aí. Vamos lá.

Como eu falei, colocamos alguns dados sobre fluxos turísticos, sobre os orçamentos praticados nos últimos anos pelo Ministério do Turismo e, mais especificamente, a sua aplicação na aviação, em infraestrutura aeroportuária. Os senhores vão ver que não são representativos no sentido do que se faz necessário em volume de recursos orçamentários, mas é o que nós fizemos. No fim, nós apresentamos algumas propostas que estão contidas nesse documento e no documento da Abetar, que nos chegou ao conhecimento, para a reflexão na nossa audiência.

Com relação aos fluxos turísticos domésticos, nós registramos que o aumento da renda média, o consumo das famílias e o surgimento, a eclosão de uma nova classe média no Brasil constituem uma oportunidade ímpar de fortalecimento do mercado do turismo e da formação do turismo como importante fator de desenvolvimento econômico e social.

Eu não canso de dizer que o turismo, hoje, é a indústria da moda, é a indústria autossustentável, não poluidora, não problemática do ponto de vista ambiental.

Eu acho que está na hora de o Brasil assumir realmente um novo patamar da atividade turística, porque é de fácil maturação, e nós discutimos o assunto com muita facilidade.

As viagens domésticas no Brasil vêm crescendo substancialmente nos últimos anos. Os números traduzem uma expansão de 26%, entre 2005 e 2009, quando se estima que foram realizadas em torno de 175,4 milhões de viagens domésticas.

Quanto aos meios de transportes utilizados, do total de viagens domésticas realizadas, 45% foram feitas em veículos particulares; 11,3%, de avião; e 30%, em ônibus.

Próximo.

Esses dados sobre as viagens domésticas estão refletidos aí. É claro que há alguma coisa ainda defasada. Nós conseguimos, no tempo disponível para elaborar essa apresentação, os dados até 2009. Com certeza, numa nova oportunidade, nós vamos apresentar dados atualizados até o último mês, inclusive.

Próximo.

Um indicador importante sobre os fluxos no mercado interno de turismo refere-se aos desembarques em voos nacionais, dado aferido de acordo com os registros regulares da Infraero.

Em 2011, os desembarques de passageiros em voos nacionais totalizaram 45 bilhões, ou seja, 21%, 21,2% acima do verificado no ano anterior, em 2010, quando o número de passageiros desembarcados foi de 37,5 milhões.

O crescimento dos desembarques domésticos, desde o ano de 2003, comparado com esse exercício de 2002 até o mês de julho. O exercício de 2003, comparado com 7 meses de 2012, esse crescimento é da ordem de 180%. Fiz questão de deixar esse número, porque traduz o que chamei de 'eclosão de demanda', o que traduz um excepcional desempenho da aviação civil no mercado interno, mais do que o dobro dos desembarques internacionais. O crescimento dos desembarques internacionais foi de 84% e na aviação interna foi de 180%.

Então, são fantásticos os números próprios do nosso País. Esses números estão colocados nessa planilha, uma série de 10 anos e os senhores vão ver que, nos desembarques internacionais, pulou de 2,9 milhões para 5,4 milhões; e, no nacional, de 17 milhões, em 2003, para 49 milhões até julho. Então, vai mais do que triplicar o número de desembarques de voos nacionais, de 2012, se comparado com 2003, o início da série histórica.

Quem labuta na aviação sabe que isso representa um grande desafio e nós que atuamos na esfera governamental com certeza também. Não é à toa que estamos discutindo tantas interfaces dessa questão.

Próximo.

Mais uma forma de colocar os números de desembarques de voos nacionais. São os mesmos números. Só para dar uma ideia do que foi o crescimento desde o primeiro ano da série até o último.

Próximo.

Vamos entrar em outra interface da nossa apresentação quando falamos um pouco do orçamento de crédito e investimentos, entrando um pouco na seara do colega do Ministério da Fazenda.

De 2003 a 2012, até julho, os investimentos do Ministério do Turismo e Infraestrutura Turística foram da ordem de R$13,2 bilhões, sem considerar o programa Prodetur, que tem uma sistemática toda própria e não colocamos nesses número. Colocamos apenas os investimentos a fundo perdido do programa de infraestrutura turística,

Outro indicador de expansão do turismo nacional e de sua posição cada vez mais significativa na economia brasileira é a questão do crédito destinado ao setor. Os bancos oficiais, na nossa série que vai até 2009 – nesse caso nós não conseguimos chegar a 2012, não houve tempo e também fica aqui a promessa de, numa próxima apresentação, atualizar – de qualquer forma, no último ano, o volume de crédito concedido, no último ano dessa série que termina em 2009, chegou a R$5,5 bilhões, um aumento de 55% comparado com 2008.

Próximo.

Aí está essa planilha, enfim, da execução orçamentária do Ministério: saímos do empenhado de 126 milhões no primeiro ano de existência do Ministério até 2011, 1,2 bilhões e, neste ano, já passamos de meio bilhão de recursos empenhados pelo Ministério do Turismo.

Se comparado a outros Ministérios, com certeza, esse número não é tão expressivo, mas, para o Ministério que nasceu há dez anos, é realmente representativo, significa que evoluímos bem e que a estrutura de governo respondeu a essa demanda crescente por infraestrutura turística e, em particular, vamos falar um pouco aqui da questão da demanda pela infraestrutura aeroportuária.

Próximo.

Foi traçado uma linha escura, fininha, que não traduz o crescimento, porque, desde 2010, houve, sim, uma redução da nossa execução orçamentária. Estamos ainda no meio de 2012 e imagino que vai ser retomado esse traçado. Em 2011, nós tivemos um encolhimento, mas, com certeza, em 2012, vamos voltar a essa rota de crescimento e, claro, que contamos com a parceria com o Congresso Nacional, continuamos contando, no sentido de, nessa parceria, alocar as emendas parlamentares ao nosso orçamento.

O Ministério do Turismo conta, em seu orçamento, em grande parte, com emendas parlamentares, da ordem de quase 90%, cerca de 10% são recursos da programação e é com essa ajuda, com essa parceria dos parlamentares, Senador, que temos conseguido fazer alguma coisa em infraestrutura turística. Os números nossos, em volume de obras...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NEUSVALDO FERREIRA LIMA – Foram 554 milhões de 2012 até agora e esperamos chegar a ultrapassar 2011 quando chegamos a 1,2 bilhão.

Claro que estamos num ano atípico, tem essa influência também, um ano que estamos discutindo eleição, fazendo campanha política e a legislação não permite que neste período que assumamos novos compromissos de transferências, principalmente para Municípios, e pode ser que isso influencie nessa tendência até o final do ano.

Mas, com certeza, historicamente, numa série de 10 anos, essa tendência vai continuar e por isso faço a reivindicação, colocamos nossa demanda, o Ministério do Turismo continua contando com as emendas parlamentares. É com isso que conseguimos executar até hoje mais de 8 mil obras, pequenas obras, mas de grande valia, com grandes resultados para o movimento turístico.

Um pouco do que fizemos na aviação, na infraestrutura aeroportuária é voltada para aviação regional, notadamente são poucos recursos, dá menos de 1% da execução orçamentária do Ministério no período, ali tem 89 milhões, não conseguimos alcançar todos os nossos compromissos, tem mais alguma coisa que não foi retratada nessa planilha, passamos de R$130 milhões, R$ 140 milhões. É muito pouco. Então, nos colocamos à disposição, o Ministério quer entrar um pouco mais nessa seara, mas depende das parcerias da área econômica e do Congresso Nacional.

Os senhores vão ver que atuamos em infraestrutura aeroportuária em Alagoas, no Espírito Santo, no Ceará, em Goiás, no Maranhão, em Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Piauí, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Com certeza, em termos de federação, é uma atuação expressiva, claro que com pequenos volumes de recursos, notadamente na ampliação, recuperação, melhoria da infraestrutura aeroportuária e especificamente de pequenos aeroportos ou aeroportos médios.

Estão ali Zumbi dos Palmares, em Alagoas, que é um aeroporto que já atua na aviação normal, comercial; Bayeux, na Paraíba, outros de cidades médias que estão aí colocados ao longo do Território nacional.

Próximo.

Estamos ainda retratando aquele texto em que falamos um pouco sobre orçamento e financiamentos. Então, em nossa série, que começou em 2003 e chegou até 2009, totalizou R$5,5 bilhões e os senhores vão ver que o que quero aqui é retratar atualidade, porque não conseguimos, não houve tempo para atualizar, mas retratar a tendência. Então, essa tendência, quando falei em eclosão das demandas e das ofertas – e nesse caso oferta de crédito – e do outro lado tem a oferta do capital privado que, na apresentação do colega do Ministério da Fazenda, acabou de se traduzir em ágios muito interessantes nas concessões.

Há, então, um encontro de propostas em abundância no setor. Estamos num momento muito feliz, porque cabe só equacionar toda essa riqueza, toda essa abundância de intenções. Então, colocar qualidade, criar modelos de gestão, normalizar as competências que cabem às estruturas governamentais.

Próximo.

Vamos falar um pouco sobre a situação da logística de transportes.

Então, são só os grandes números. No mercado doméstico, houve grande expansão da aviação civil nos últimos anos todo brasileiro hoje já tem noção do que significa. Provocou uma ocupação de praticamente toda a capacidade operacional da infraestrutura aeroportuária nos principais destinos turísticos.

A inclusão de destinos turísticos que apresentem limitações de acréscimo ou fluxo reduzido de passageiros, que é o que vai acontecer ao circuito de comercialização, com certeza, vai demandar rede aérea que contemple aviação regional.

Então, a aviação regional se insere mais como resultado da demanda, não só pela manifestação do setor, mas pela grande pressão da demanda que há hoje. Então, há que se pensar numa maior integração das linhas aéreas de longo alcance com essas linhas regionais de pequeno custo.

Nós colocamos aí uma reflexão para a discussão dos modelos de gestão que se fazem necessários. Então, nós vamos colocar os gigantes com os anões juntos. De que forma cabe a nós essa discussão e definição?

Não pode haver esse histórico que nós colocamos aí. Nós últimos anos houve uma dramática redução nas localidades atendidas pela aviação aérea, que se reduziu de 232 para 127 localidades – esse estudo ainda é de 2010. Acho que há números mais atualizados.

É essa tendência que a gente precisa mudar e saber o que aconteceu de errado com a pequena aviação, a aviação mais localizada, as pequenas empresas, a pequena demanda, o que acontece que provocou essa redução. Com intuito de subsidiar políticas públicas para o transporte aéreo regional, foi colocado aqui o plano da aviação regional, em que vem sendo desenvolvidos estudos – isso aqui é só uma constatação.

E as proposições, entre muitas outras, eu faço questão de retratar aqui que esse estudo contém proposta nos outros âmbitos, nas diversas interfaces em que o turismo atua... e aqui eu transcrevi apenas o que tem a ver com a nossa temática. São muitas as proposições, mas, com relação à aviação regional, está aí: criação de novas rotas entre pólos locais da América

do Sul. A gente não estaria se detendo ao universo brasileiro, mas aos nossos vizinhos que constituem hoje a maior internacional, é a demanda do turista sul-americano.

Estimular uma forte retomada do turismo rodoviário até como forma de diversificar, partilhar com a aviação regional essa demanda que se apresenta aí. Qualificar os eixos turísticos rodoviários, ferroviários e aquaviários, terminal de passageiros e o acesso aos destinos turísticos.

Nós estamos falando da nossa atuação no Ministério do Turismo na área de infraestrutura turística. Então, cabe, sim, continuar fazendo essas pequenas ou médias obras no sentido de qualificar toda a infraestrutura.

Aumentar a representatividade institucional junto às agências reguladoras. O Ministério do Turismo é um ministério recente, nós temos agora recebido convites para participar de fóruns de discussão nos diversos âmbitos. Fazemos parte do Gecopa, grupo técnico que discute e programa participação do Brasil na Copa do Mundo e dos grandes eventos esportivos que vêm aí. Mas queremos muito mais do que isso. O Ministério do Turismo, hoje, tem um grupo técnico em formação, em consolidação. A área do turismo no Brasil já, nos meios acadêmicos, se afirma; tem muita gente pensando em turismo como atividade acadêmica, participando de um processo de formação.

Então, como eu falei, é um universo novo no Brasil, é uma indústria nova, uma indústria exportadora sem poluir. É um novo caminho que se apresenta para o Brasil e o Brasil, como todos nós sabemos, com essa costa gigantesca, tem um caminho muito bonito a trilhar no campo do turismo. Então, o nosso maior atrativo se chama Oceano Atlântico. E o litoral é que demanda toda ou a maior movimentação turística.

Nós queremos, sim, participar em todos os âmbitos, de todas as discussões de uma forma mais abrangente. O turismo se apresenta. A instituição pública que cuida da questão turismo se apresenta e está aí para as discussões.

E também, claro, a sociedade tem respondido, colocando os estudantes, alunos no meio acadêmico.

Eu não tenho esse número, mas eu já sei e todos que labutam no setor já percebem que existe um número expressivo de estudantes hoje discutindo turismo, estudando turismo, fazendo cursos de graduação e de pós-graduação.

A perspectiva, então, é animadora.

Proposta de estimular o turismo, o desenvolvimento de ações e investimentos públicos e privados que fomentem a criação de ligações intermodais nos principais destinos turísticos. Ações e investimentos públicos e privados.

Claro, já existe a proposta e nós estamos aqui, existe a constatação de proposta do meio privado, do capital privado, que está se manifestando, mas nós vamos estimular ainda mais esse movimento, seja demandando a manifestação do setor privado, seja ofertando, na medida do possível, o crédito e o orçamento público para as ações de infraestrutura.

Estimular a promoção de pacotes turísticos que utilizem a aviação regional e o turismo rodoviário. Essa é uma reafirmação do que nós já vínhamos falando.

Incentivar novos modelos de gestão compartilhada da infraestrutura turística pública. Então, nós estamos falando do momento atual, novos modelos de gestão estão sendo discutidos e para fazer frente à demanda galopante que se apresenta não há outra forma. O desafio é esse e a gente não pode deixar passar esse momento.

Então, ficam como proposições. Eu me coloco à disposição para novas discussões. É claro que essa nossa participação ainda superficial, e queremos nos aprofundar, participar um pouco mais das discussões na Comissão e onde for necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – A Presidência agradece ao Dr. Neusvaldo pela sua explanação.

Concedo a palavra ao Prof. Georges, professor de Direito Aeronáutica, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, consultor de aviação e um grande colaborador sempre. Quero deixar registrado em notas taquigráficas o reconhecimento desta Presidência pelo entusiasmo, pela dedicação do Prof. Georges, que tem contribuído muito com esta Subcomissão.

V. Sª dispõe de 15 minutos.

O SR. GEORGES DE MOURA FERREIRA – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos.

Quero agradecer a presença de todos aqui, dando destaque ao Pablo, da Secretaria de Aviação Civil, que tem sido um grande parceiro e que tem sempre estado presente. Obrigado.

Aos demais presentes na mesa, a equipe do gabinete do Senador Vicentinho, também muito solícita.

Senador, a ideia do senhor trazer para discussão os Ministérios relacionados à aviação parece até um pouco inédita, ou então vamos ver se pelo menos os resultados daqui para frente possam acontecer um pouco mais rápido. Porque hoje, nesta audiência e em todas que nós participamos e em todas que nós estivemos presentes, já percebemos uma coisa: pela primeira vez as autoridades estão trazendo termos

como “aviação geral”, a questão de concessão de aeroportos privados para essa iniciativa, a questão de falarmos sobre intermodalidade. Essa idéia do senhor de aproximar os Ministérios para que todos vejam essa interface realmente é muito importante, porque é como dizem: a aviação é uma indústria, tanto o transporte aéreo, como a indústria que produz aeronaves, tudo isso tem que ser colocado em pauta e, é claro, tem que ser executado, tem que ter um plano para que realmente essas coisas possam sair do papel.

Nós fizemos só um breviário falando a respeito dos objetivos da Subcomissão, que seria a questão da estipulação e formação de uma nova política pública para todo o setor aéreo. Apenas lembrando, rapidamente, que nós tivemos uma série de políticas públicas que começaram a ser implementadas, sendo que a grande última política pública foi da década de 60, que resultou praticamente da regulação estrita, onde o Governo intervinha praticamente em todos os setores da aviação civil, determinando, inclusive, o número de players, o número de indústrias, o número de linhas aéreas que poderiam existir no Brasil, tanto em nível nacional, como em nível regional. Daí, então, surgiu aquela lenda de que no Brasil nós sempre tivemos quatro empresas aéreas e, hoje, praticamente nenhuma mais existe. Mas, na época, foi o modal delineado para tanto.

E também fizemos um modal para aviação voltado para o modelo industrial. Que significa o quê? Bom, a aviação regional, onde foram criadas cinco empresas aéreas regionais, que deveriam cobrir essas distâncias menores.

Assim, a aviação no Brasil sempre foi objeto de grandes intervenções estatais, sendo que, a partir da década de 60, essa atividade econômica passou a integrar os planos governamentais para a defesa e integração.

Na primeira fase do desenvolvimento da aviação civil brasileira, quando foi feito um grande planejamento, nós tínhamos, então, aquela ideia da integração e, ao mesmo tempo, também da defesa nacional.

Próximo, por favor.

Rapidamente, nós vimos que, nos anos 60, o setor de transporte aéreo passou por duas grandes reformas regulatórias nesses últimos 40 anos. A primeira foi a introdução da regulação estrita chamada de regime de competição controlada. Essa fase foi marcada por uma política associada a mecanismos de desenvolvimento regional fixada entre o final dos anos 60 e princípio dos anos 70.

Essa política foi um grande sucesso até que ponto? Primeiro lugar, assegurou o desenvolvimento e a criação da Embraer, que hoje é a terceira maior indústria de aeronaves do mundo para voos regulares. Também chegamos nessa época a contar com mais de 470 táxis aéreos, que integravam todo o Território nacional, principalmente a Região Norte do País. Também tivemos o Sitar, as reuniões voltadas à aviação regional, os antigos CONACs, que eram as conferências nacionais de aviação civil. Nessa época, tivemos o período de regulação estrita com política industrial, que durou de 1968 a 1986, quando, então, foi lançado o Código Brasileiro de Aeronáutica, que está em vigor até hoje.

Próximo, por favor.

A segunda fase, que é essa que estamos vivendo no momento e estamos nessa transição parece que há um bom tempo, já começa com a questão da flexibilização da aviação comercial. Essa fase teve início na década de 90, que coincide com a abertura da economia brasileira aos mercados externos, sendo que as bases foram implementadas em rodadas até 2001.

O que se pode perceber nessas duas fases é o importante papel das autoridades governamentais do acompanhamento do setor. E na atualidade, vemos a desregulamentação com redesenho institucional, o que está acontecendo desde 2005 com a criação da Agência Nacional de Aviação Civil; depois, tivemos, no final da década de 90, o fim do Ministério da Aeronáutica; depois, tivemos a criação do Ministério da Defesa; a criação da Secretaria de Aviação Civil, que originalmente deveria assessorar o Conselho Nacional de Aviação Civil, que é o órgão direto responsável em assessor as decisões políticas da Presidência da República.

Então, nós vivemos uma fase, uma transição desde 2005, como muito bem colocado pelo Sr. Neusvaldo, e estamos ainda procurando alguns desenhos, o que pode ser realmente implementado de melhor.

Próxima, por favor.

Contudo, nós tivemos, em 2009, uma iniciativa muito interessante para o setor da aviação, que foi o PNAC, a política nacional de aviação civil, instituído pelo Decreto nº 6.780, de 18/02/2009, que previu, sim, ações estratégicas para aviação civil brasileira servindo de ordem ética a orientar o desenvolvimento do setor.

O que é uma lei de ordem ética? É como a Constituição. Ela indica apenas um norte, como deve ser. Não significa que acompanharemos. Mas é um conjunto de princípios aos quais nós devemos nos ater se quisermos atingir a perfeição. Ela é inatingível, mas, às vezes, o caminho da perfeição é trabalhar constantemente, perseguindo.

Assim, então, esse Plano Nacional de Aviação Civil foi uma boa iniciativa, foi feito durante a SAC/MD, quando a Secretaria de Aviação Civil era ligada ao Ministério da Defesa, porém diversos setores, entre quais

sindicatos de trabalhadores em aviação, denunciaram, nesta mesma Cistac – Subcomissão de Aviação Civil – que a Política Nacional de Aviação Civil não está sendo cumprida. e talvez isso possa estar provocando alguns prejuízos e, se ele estiver sendo cumprida, nós temos que atentar que, de 2009 para cá, muitas coisas já evoluíram dentro da aviação. E principalmente para um setor da aviação – nós vimos hoje, talvez pela primeira vez, e esta aqui eu considero uma das grandes audiências públicas. E nós vimos hoje, talvez pela primeira vez – esta eu considero uma das grandes audiências públicas – que as pessoas começaram a se referir à aviação geral, que as pessoas começaram a se referir à concessão desses aeroportos, mas nós vamos ver a importância disso para a indústria, para o comércio e principalmente para o turismo.

Próximo, por favor.

Bom, ao que consta, temos, na Secretaria de Aviação Civil, o Programa 2017, que está prevendo a ampliação da malha aeroviária e o aperfeiçoamento do marco regulatório para o setor, porque, afinal de contas, nós temos de definir quem é quem dentro da estrutura da autoridade aeronáutica brasileira.

Nós temos a Secretaria de Aviação Civil, porém, também temos a Anac e precisamos saber como será feita a interface, a interdisciplinaridade – como falamos nas faculdades – desse trabalho que deve ser feito com Ministérios como do Turismo, do Planejamento, da Fazenda, das Cidades, enfim.

Nós sempre falamos aqui em construir aeroportos. Isso é importante. Mas o que adianta construir aeroportos se não há mobilidade, acessibilidade? E esse é um dos grandes desafios que nós temos não para a Copa do Mundo, porque Copa do Mundo, sinceramente, eu considero algo de baixo relevo, sendo que não adianta ampliarmos a capacidade do aeroporto de Guarulhos de 17 milhões para 30 milhões ou 40 milhões se não conseguimos chegar no centro de São Paulo.

Nós temos até mesmo – vamos comentar aqui – a criação de alguns aeroportos particulares, alguns aeródromos. Precisamos saber, aqui, a diferença. Aeródromo é um campo de pouso que não tem terminal de passageiros, enquanto um aeroporto tem um terminal de passageiros, e o terminal de passageiros só pode ser operado através de autoridades públicas e não particulares.

Temos alguns projetos em São Paulo da construção de sítios aeroportuários para a aviação geral, só que fica apenas a 16 minutos de helicóptero do centro de São Paulo. Bom, então, tudo bem, quem tem um jato que custa de US$20 milhões a US$40 milhões às vezes tem um helicóptero que custa uns US$2 milhões para em 16 minutos conseguir chegar ao centro de São Paulo, isso pode ser cômodo. Mas a ligação de carros desses novos aeroportos para o centro de uma grande capital pode demorar uma ou duas horas. Então, se você sai de São Paulo para Salvador de avião, demora mais para sair do aeroporto e chegar ao centro de São Paulo.

Vamos lá. Prevê também a desconcentração regional dos voos. Senhores, só o aeroporto de Congonhas, hoje, concentra 18% de todos os voos regulares do Brasil. Isso porque é ainda subutilizado. Ou seja, através de instalação de equipamentos, coisas que já foram orientadas aqui nesta Subcomissão, o aeroporto de Congonhas naturalmente pode receber mais voos, o que também não seria ruim. Mas, como se diz, nós chegamos, na década de 60, a atender a mais de 400 Municípios por intermédio de ligação de linhas aéreas regulares. Hoje, são 127, aproximadamente 130.

Prevê também a segurança operacional, os aspectos relacionados à capacitação de profissionais e à redução de impactos ambientais. É interessante, porque no Brasil a aviação é a solução natural se queremos integrar uma região como a Amazônia, onde não se consegue construir estradas devido à própria topografia da região. Quem vê a Amazônia por cima pensa que é um tapete, agora, quando se aproxima, ela parece um brócolis. Sem dizer que o terreno da Região Amazônica é basicamente arenoso. Então, construir uma base e pistas de rodovias é praticamente inviável, do ponto de vista de engenharia. Sem dizer também que uma das grandes chaves do sucesso da Amazônia é a preservação de sua integridade e, se forem colocadas rodovias interligando toda a Amazônia, não há como controlar o acesso das pessoas que vão chegar por ali.

Enfim, prevê esse Plano da Secretaria de Aviação Civil ampliar de 71% para 94% o número de brasileiros atendidos pelos aeroportos no Brasil. Nesse cálculo tem que ser levado em consideração o seguinte: se você pega um aeroporto como Congonhas e traça um raio de cem quilômetros, atinge facilmente 20 milhões, 30 milhões de pessoas. A mesma coisa no Rio de Janeiro. Só que aí está havendo uma lacuna. Qual é a lacuna? Bom, o que nós vamos ver agora.

O próximo, por favor.

A aviação que dá asas ao Brasil. A chave é a integração nacional. O Brasil, hoje, possui aproximadamente 4.200 pistas de pouso, das quais 714 pavimentadas. Dessas, 65 pistas com 2 mil metros ou mais de comprimento e cem com operações de FIRs e noturno.

A aviação regular atende a cerca de 130 aeroportos e opera aproximadamente 600 aeronaves.

Senhores, em relação ao turismo: segundo o Ipea e a própria Abag, Associação Brasileira de Aviação Geral, diz-se que nós temos, no Brasil, aproximadamente

15 aeroportos capazes de receber jatos intercontinentais, ou seja aqueles jatos executivos intercontinentais que são daqueles executivos muito ricos. O que isso significa?

A Alemanha, durante a Copa do Mundo de 2006, teve que receber mais de 1.600 aeronaves particulares, jatos. No Brasil, nós temos hoje Brasília, com aproximadamente 40 posições, no pátio, de estacionamento. Em Guarulhos, acho que não temos mais posições no pátio. Em Congonhas, não temos mais posições no pátio. Sem dizer que o grande empresário, quando vem para o Brasil, trazendo o seu Lineage, trazendo os seus aviões e seus Gulfstream, aviões de grande porte, tem pouco lugar para operar essa mobilidade. E para a aviação regular aproximadamente 600 aeronaves e 130 aeroportos. Quem faz o resto do serviço?

Próximo eslaide, por favor.

Nós temos várias aviações no Brasil, por isso é importante que isso chegue ao conhecimento dos Ministérios da Fazenda, do Turismo, do Planejamento, da Integração. Por quê? Nós temos os táxis aéreos, a aviação geral, os serviços aéreos especializados, a aviação experimental, a indústria de manutenção de aeronáuticos, a indústria aeronáutica, e os serviços interligados a todos esses modais para atender a 3.370 aeroportos e aeródromos em todo o Brasil.

É importante o seguinte: nós temos a questão da Região Amazônica, que está tendo um problema sério quanto às linhas regulares. Porém, conforme foi colocado aqui, agora não me lembro se pelo Antonio ou pelo Neusvaldo, foi dito que gostaria até mesmo de pensar uma solução mais adequada para interligação de regiões pouco habitadas ou então com pouca quantidade de demanda, porque para o turismo isso é essencial.

Ora, o Comandante Sucupira, que esteve aqui, falou que apenas o turismo aeronáutico, que são aeronaves pequenas, no Caribe, mais ou menos circulam por ano US$180 bilhões. Nós temos, então, um potencial turístico fantástico para desenvolver dentro da Amazônia. Agora, em todo o Brasil, nós temos apenas 30 aeronaves anfíbias, das quais 18 estão na Amazônia e todas são de pequeno porte.

Só a Força Aérea do Peru comprou mais de 30 aeronaves anfíbias de médio porte, opera na região de Iquitos e faz toda aquela interligação através do transporte pelos rios. Agora, perdoem-me aqui o ato falho. Enfim, no Brasil, nós já tivemos, mas não me lembro se a Força Aérea tem sequer uma aeronave anfíbia. Acredito que não temos.

Seria importante também estudar um modelo para verificar como isso poderia ser implementado, para as empresas de táxis aéreos, através dos Ministérios do Turismo e da Fazenda; como isso poderia ser alcançado ou implementado.

Próximo, por favor.

Bom, faltam apenas mais uns quatro. Vamos lá. Táxis aéreos: por exemplo, senhores, o que se pensa dos táxis aéreos? Geralmente, operações irregulares. Nós temos, assim, aquelas operações em pistas que não são homologadas, por isso nem aparece ali o prefixo da aeronave, senão pode dar algum problema. Se bem que para os táxis aéreos operarem hoje em regiões como a Amazônia, nós temos que entender o seguinte: o Estado da Amazônia tem um milhão de quilômetros quadrados e tem dois locais apenas onde se pode abastecer com combustível de aviação, a gasolina – Tefé e Manaus. Às vezes se consegue combustível em Tabatinga, às vezes em São Gabriel da Cachoeira, com alguma reserva. E é um milhão de quilômetros quadrados.

Então, muitas vezes se você vai decolar de uma pista para outra, o que as aeronaves são obrigadas a fazer? Você quer decolar de Manaus para Barcelos, que fica na calha do rio Negro, que é a antiga capital do Estado do Amazonas. Mas acontece que Barcelos está com a pista interditada. Você tem que fazer a designação para onde? Ah, então voarei para São Gabriel da Cachoeira! Você faz o plano para um lugar, a aeronave tem que pousar em outro. Por quê? Porque senão acontece o seguinte...

Próximo eslaide, por favor.

O que é a realidade dos táxis aéreos hoje? Senhores, o táxi aéreo tem que buscar o enfermo em qualquer lugar da Amazônia. A Força Aérea, a Marinha e o Exército não têm aeronaves suficientes para atender à sua própria demanda no caso de enfermidade ou de algum soldado que sofra algum incidente ou acidente. Enfim, quem tem que dar assistência é os táxis aéreos, que devem se deslocar para qualquer região da Amazônia e pousar praticamente em qualquer lugar.

Mas hoje o táxi aéreo, que nós pensávamos apenas em relação àquelas traquitanas... Sim, nós temos empresas pequenas que operam duas aeronaves, mas para operar empresa de táxi aéreo ninguém imagina que se precisa ter um centro técnico de manutenção, um centro técnico de operação, os manuais de cada aeronave, o manual de treinamento da tripulação, um piloto cheque, um engenheiro responsável pela empresa. E não é à toa que as empresas de táxis aéreos, apesar de não serem regulares, são prestadoras de serviços aéreos públicos, tanto que diz a Regulamentação Brasileira de Aviação Civil nº 35. Para elas operarem se tem que exigir as mesmas qualidades e as mesmas regras das linhas aéreas regulares. Então, nós temos, por exemplo, táxis aéreos que operam jatos,

que operam helicópteros, inclusive *off shore,* e também táxis aéreos que operam aeronaves como ATRs e até mesmo *boeings,* lá na Amazônia.

Próximo, por favor.

E só para nós termos uma ideia é sempre descartada, para afastar da discussão dos Ministérios... É importante que os Ministérios... Aí, contamos com a compreensão da SAC, que tem feito um trabalho fantástico nesse sentido, para que o Ministério do Turismo, para que o Ministério da Fazenda e tantos outros incluam todos os modais de aviação. Por quê? Táxi aéreo: 188 empresas, 1.536 aeronaves. Não transporta tanto passageiro, um milhão e 300 mil, mas vai aonde ninguém chega, gera direta e indiretamente 250 mil empregos e arrecada R$1 bilhão em impostos. Então, é uma atividade, sim, rentável para o Estado. E ainda pode prestar um serviço para aquelas regiões que não são atendidas por linhas aéreas regulares.

Nós temos várias festas e festivais que acontecem na Amazônia para os quais se pode pegar um táxi aéreo e, salvo engano, através da Instrução de Aviação Civil 100/200 você pode fazer com que esse táxi aéreo opere uma linha aérea sistemática de forma temporária, pela qual vai atender a algumas regiões de forma regular, com toda segurança e tampando muitas vezes um buraco, um vácuo que as empresas aéreas maiores não podem sequer operar, não têm essa condição de acesso.

Próximo, por favor.

Para a aviação geral é aquilo que eu estava dizendo. O Brasil possuía, até 2011, 13.094 aeronaves e apenas 799 não estavam enquadradas na categoria TPP ou TPX, ou seja, são aquelas aeronaves que fazem parte das linhas aéreas, sendo que todas as demais fazem parte da aviação geral, dos táxis aéreos e também da aviação experimental. Enfim, já havíamos colocado ali que o Brasil possui apenas 30 aeronaves anfíbias e 18 ficam na Região Norte.

A aviação geral mantém, acima de tudo, importante mercado de manutenção de aeronaves e ademais provê proficiência aos jovens pilotos, importante na qualificação e na formação de seus comandantes. E o Brasil possui o segundo mercado de aeronaves executivas do mundo, um mercado que está crescendo e que também não pode ser excluído das discussões entre os Ministérios.

Agora, nós estamos tendo muitas aeronaves executivas no Brasil, mas também já estão faltando locais para operá-las e as empresas estão tendo problema de acessibilidade aos sítios aeroportuários federais – lê-se Infraero.

Próximo, por favor. Acabou? Vamos lá?

A aviação experimental. Por exemplo, quando nós falamos da aviação experimental, o que as pessoas pensam? O da esquerda é até bonitinho porque é uma turbina que o rapaz colocou ali no avião, esse aí voa e vai a uns 300 km/hora. Mas, geralmente, na aviação experimental o pessoal olha ali para o lado direito, o cara que fica dois, três anos montando um aviãozinho experimental e as pessoas então consideram que isso vai atrapalhar o tráfego aéreo.

Próximo, por favor.

Aviação experimental, a realidade: Senhores, os aviões em que a aviação geral brasileira voa, Cessnas, Neivas, Pipers, é a mesma coisa de nós termos dois tipos de carro. Um carro é um Opala, da década de 60 a 70; o outro é você pegar um Bugatti Veyron*,* que é um top de linha. A aviação experimental está no nível do Bugatti Veyron. A aviação experimental é o topo do topo de toda tecnologia embarcada.

Uma aeronave como aquela ali, que é um RV-10, por exemplo, tem uma tecnologia embarcada de *airbus* de *boeing* para fazer navegação aérea. Tudo que precisa. E toda e qualquer novidade que se tem na aviação experimental é aprovada primeiro nela e depois passa para as grandes aeronaves. O caminho não é inverso.

E a aviação experimental brasileira, hoje, está enfrentando uma realidade que nós estamos trabalhando para tentar reformar. Já tivemos reuniões na Secretaria de Aviação Civil, já foram encaminhados pedidos para a Anac, porque o Brasil chegou a ter 40 empresas que construíam aeronaves experimentais e hoje possui seis. Enfim, nós estamos perdendo acesso a uma tecnologia de ponta, que é montada no Brasil ainda, mas a duras custas, e uma regulamentação, então, que não é justa.

Enfim, são aeronaves que podem muito bem ser utilizadas para fins turísticos, mesmo que não sejam remunerados, mas que sejam disponibilizados para a própria população, porque um avião desses custa, chegando no Brasil, o preço, praticamente, de uma Land Rover, de um carro, e é perfeitamente plausível essa operação.

Um avião desses pode cruzar, tranquilamente, a 300 km/hora. Esse avião aí tem um consumo de 40 litros/hora. Menos que um Cessna e anda o dobro.

Próximo, por favor.

Anac e Infraero. O que nós temos observado é o seguinte: a Anac e a Infraero, nós temos visto muito, como o Prof. Respício do Espírito Santo colocou aqui, a questão do tapete vermelho, uma dedicação muito grande apenas à aviação regular, e nós não temos visto, então, a outra aviação, que faz com que o Brasil seja realmente grande na aviação. O Brasil é reconhecido no exterior pela sua aviação geral, pela sua aviação

executiva, não tanto pela regular. A regular é segura, nós temos níveis de segurança internacionais altíssimos, porém – como é que se fala? –, nós temos vários entraves aí para a própria promoção do crescimento da aviação geral, táxis aéreos e aviação experimental.

A Anac, por exemplo. Uma questão que nós estamos discutindo já há alguns anos: a falta crônica de servidores. A Anac, agora, depois de seis ou sete anos, vai abrir o terceiro concurso, para 170 vagas, o que é para lá de insuficiente para atender à demanda. Então, realmente é preciso repensar a Anac, sua reestruturação e seu dimensionamento, porque a Anac é a linha de frente para os operadores.

A Infraero, por exemplo, precisa rever a sua situação quanto aos usuários dos espaços dentro dos sítios aeroportuários, como as empresas de hangaragem e manutenção. Porque, quando nós falamos em espaços dentro dos sítios aeroportuários, geralmente, no que as pessoas pensam? No cafezinho, na lojinha que vai vender a lembrança, no restaurante. Não! Nós temos que incluir no debate os espaços aeroportuários voltados à hangaragem de aeronaves, voltados à manutenção de aeronaves, voltados aos serviços de compra e venda dessas aeronaves, coisa que pouco é discutida.

Já estamos com problemas aqui em Brasília, que foi um dos aeroportos concessionados. Eu estava até reportando aqui para o Antonio que uma empresa, por exemplo, estava com dois hangaretes, que são hangares menores, e fez um acordo com a Infraero, um distrato, para pegar um hangar maior. Quando ela conseguiu entrar no hangar maior, que foi feito o termo público... Porque uma empresa de táxi aéreo ainda tem o direito de acessar as áreas aeroportuárias dentro dos sítios federais com a dispensa de licitação por quê? Porque o Código Brasileiro de Aeronáutica classifica empresas de táxi aéreo como prestadoras de serviço aéreo público. Então, ela tem essa prerrogativa.

Um serviço público o que é? Bom, é um serviço que o Estado não pode oferecer aos seus administrados, mas que é essencial e que, por outro lado, a população não pode ficar privada dele. Então, por isso que os táxis aéreos e manutenção são importantes.

Mas o que aconteceu com essa empresa? Ela fez o distrato e, quando foi entrar no novo hangar, ela simplesmente não recebeu qualquer informação da Infraero, apenas uma informação informal, dita por um dos prepostos, falando: "Não, é porque, na verdade, vocês não podem entrar nos hangares agora porque nós temos que aguardar a posição da cessionária, que só vai assumir em dezembro o aeroporto".

Bom, quer dizer, isso já é um problema, porque, de repente, já gera uma discussão jurídica. São coisas que estão acontecendo.

E outro problema também nós temos em relação ao preço das concessões, que se tornou um pesadelo para essas empresas. Segurança jurídica. Nietzche. Estou falando do filósofo alemão pelo seguinte: a impressão que se tem quando a Infraero está tratando com empresas de manutenção e táxis aéreos, o que está acontecendo? Nietzche tinha uma teoria que era interessante, que falava assim: ou você era tudo ou não era nada. Entre tudo e nada só tinha o abismo. Então ele falava, em altos brados: "Os mais fracos têm que perecer e os mais fortes é que vão sobreviver".

Bom, essa é a política que, aparentemente, está sendo empregada pela Infraero em relação às médias e pequenas empresas. Por que isso está acontecendo? Muitas empresas estão sendo notificadas em relação aos seus contratos, recebem a seguinte notificação: "Você quer continuar no seu hangar? Você pode renovar, mas você pagava 10 mil, 20 mil e, agora, então, são 80, 100." Espera aí. Como você duplica, quadruplica o valor? Ah, se você não pode, será hangarado. E qual é a resposta padrão que a Infraero tem concedido nisso aí? É lei de mercado: oferta e procura. Eu não sei se esse é o objetivo de um governo socialista ou com ideias socialistas, sendo que nós temos que defender não apenas os grandes. Os médios e pequenos também são importantes, porque eles representam a base de uma pirâmide. Se você quebra a base dessa pirâmide, quem está no tapete vermelho, lá em cima, também vai escorregar. Eu sei, porque, em 2010, inclusive, já foi encaminhado, através do Deputado Jovair Arantes, uma reclamação em relação ao suposto abuso de poder econômico por parte da Infraero também.

Então, como se diz, nós estamos vivendo este momento perigoso: ou as empresas entram e ficam inviáveis – tem que ser de sítios aeroportuários –, mas aí as pessoas falam: empresas de manutenção, táxis aéreos, nós vamos abrir para vocês os aeroportos privados, as concessões. Mas qual é o problema? Ainda bem que isso está sendo discutido, porque empresas de manutenção de aeronaves não podem operar em aeródromos privados, porque, como prestam serviço para terceiros... salvo engano, os RBACs 145 e 43 falam que "apenas podem operar a partir de aeródromos públicos as empresas de manutenção de aeronaves para terceiros". Então, você tira toda aquela indústria importantíssima, que dá tantos empregos, que desenvolve tanto o Brasil, sem dizer também que nós teremos alguns problemas quanto aos aeroportos concedidos à iniciativa privada, sendo que isso também vai se refletir na própria operação das empresas aéreas regulares.

Próximo, já são as conclusões.

Pode passar, porque isso nós já vimos.

Algumas das soluções apontadas – este é o último eslaide: aproximar setores, especialmente aqueles vinculados à cadeia produtiva, com o intuito de incluir a indústria da aviação nas pautas de solução, o que pode acontecer de forma permanente e continuada. Não adianta nós virmos aqui para uma subcomissão, discutirmos, percebermos que todos são simpáticos a uma causa maravilhosa, que é a aviação, se isso não repercutir de maneira permanente. Então, realmente, os Ministérios precisam estar antenados e trabalhar conjuntamente o tempo inteiro, porque quem ganha é o Brasil, quem ganha é a aviação. Nós precisamos integrar um território que é enorme. E você não faz isso no Brasil sem a aviação, principalmente sem a aviação geral, sem o táxi aéreo. Se o táxi aéreo cresce, a aviação geral cresce, nós teremos novas linhas aéreas que vão favorecer a concorrência. Isso aí é... Eu não vou ensinar Pai Nosso ao vigário.

Incluir a aviação nas discussões voltadas a qualquer questão que envolva mobilidade, sendo que a recíproca também deve ser verdadeira. Como se diz, se falamos no modal terrestre, no modal aquaviário, no modal ferroviário, temos também que colocar a aviação. Para o transporte de altos valores agregados, compensa você colocar o material numa barca, num trem e demorar oito, nove dias para chegar a Manaus ou o custo benefício de uma viagem de duas horas de avião resolve? Sim, resolve. O problema é que o próprio Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, de Manaus, também já está com os terminais alfandegados lotados. É bom. O comércio está crescendo, mas é isto: nós passamos 25 anos com atraso em relação ao pensamento para a infraestrutura aeronáutica brasileira. E aproximar os *players* do setor, mas concedendo-lhes condições deliberativas e não meramente consultivas. O que significa isso? Não basta apenas ouvir as empresas, não basta apenas ouvir os usuários. É preciso dar a chance para que, realmente, eles estejam insertos no centro das decisões, porque quem opera no meio... É claro: nós sabemos que o empresário quer lucro. Nós sabemos outra coisa: o aviador quer voar apenas porque tem o prazer. É claro que o Governo pode mediar esses interesses. Porém, se não for dada, realmente, a inclusão desses *players* para que eles possam discutir a aviação e ver a aviação transformando, nós vamos continuar num debate que já se arrasta há muitos anos, e quem está perdendo somos todos nós.

Eram essas as considerações.

Ficamos à disposição. *(Palmas.)*.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito bem. Agradecemos a fala de V. Sª.

Das perguntas endereçadas ao Ministério da Fazenda delas já tem o conhecimento o representante, Dr. Antonio Henrique, que vai encaminhar as respostas a esta Subcomissão, por escrito, e nós as anexaremos às notas taquigráficas.

Também as perguntas endereçadas ao Ministério do Turismo já têm o conhecimento do Dr. Neusvaldo, que também, *a posteriori*, encaminhará as respostas a esta Subcomissão e nós as encaminharemos à Secretaria para serem anexadas às notas taquigráficas.

Portanto, vamos conceder cinco minutos a cada um dos expositores para que possam fazer suas considerações finais.

Com a palavra o Dr. Antonio Henrique, do Ministério da Fazenda.

O SR. ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA – Obrigado, Senador.

Gostaria, mais uma vez, de agradecer a oportunidade de o Ministério da Fazenda falar sobre tema tão importante num painel que nos trouxe várias visões, todas enriquecedoras, sobre o tema.

Tanto o Dr. Georges quanto o Dr. Neusvaldo chamaram a atenção para a necessidade de interação. Acho que a idéia da Secretaria da Aviação Civil, com *status* de Ministério, foi no sentido de promover uma coordenação mais ativa do debate em torno da aviação, possibilitando, inclusive, esmiuçar quais são os problemas nos diversos segmentos. Na elaboração do que deve ser anunciado em breve como plano de aviação regional foram levadas em consideração as mais diversas dimensões do problema da aviação no Brasil, inclusive do ponto de vista do turismo. O Ministério do Turismo foi partícipe ativo nas discussões e, como muito bem apontado pelo Dr. Neusvaldo, existe aí, a partir das concessões, uma fonte de recursos para aplicação no sistema aeroportuário brasileiro, que vai privilegiar, no primeiro momento, essa rede regional nos quais estão vários aeroportos de caráter turístico. Então – por que não dizer? –, além das emendas, essa fonte do FNAC está dentro do Plano de Aviação Regional, que vai contribuir para melhoria da situação de infraestrutura nos diversos destinos turísticos eleitos, aí ouvindo ativamente o Ministério do Turismo.

Dessa forma, eu acho que a Secretaria tem de ser cada vez mais reforçada e deve escutar todas as partes. O propósito dela é, essencialmente, propor políticas para os diversos segmentos da aviação no Brasil, permitindo que nós superemos aí os eventuais gargalhos que se colocam.

Mais uma vez, gostaria de agradecer o convite e a participação de todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Muito obrigado.

Com a palavra o Dr. Neusvaldo para as considerações finais.

O SR. NEUSVALDO FERREIRA LIMA – Quero reiterar o agradecimento do Ministério do Turismo pelo convite. Que nos façam mais convites. Estamos ávidos por participar dessa discussão. Há muita coisa para ser discutida.

Vou falar de uma experiência que tivemos há poucos dias, quando acompanhamos o nosso Ministro na inauguração do Aeroporto de Aracati – há um mês e meio, um aeroporto que nasce perto de uma capital do nordeste, capital hoje com maior movimento turístico. No dia da inauguração nós contamos no pátio do aeroporto – é um pequeno aeroporto, com pista e terminal de passageiro – entre sessenta e setenta aeronaves pousadas, quase todas de propriedade privada ou de pequenas empresas de táxi aéreo, de empresários e tal. Todos acorreram porque precisam da estrutura. E a manifestação da TAM, no momento da inauguração – uma grande empresa aérea –, foi no sentido de solicitar a destinação de um espaço para a manutenção de aeronaves.

Isso é só um exemplo de um nicho rico de mercado que se apresenta e que foi citado aqui, o mercado da manutenção de aeronaves, que requer não só profissionais, Professor, mas também a implantação não de aeroportos, mas, pelo menos, de aeródromos com instalações para a manutenção. Então, imagino que, ao redor de grandes aeroportos com grandes movimentos, vai ser necessária, sim, a instalação de estruturas para dar suporte a essa atividade de manutenção de aeronaves. Esse é só mais um nicho que se apresenta, entre tantos outros. Por isso, é importante, no caso da gestão compartilhada de que falei, que a estrutura pública governamental atue, sim, mas que o setor privado seja convidado. E ele está aí se apresentando, com todo o seu conhecimento, com o seu capital, como nesse caso.

Então, eu acho que a perspectiva é fantástica, é muito boa. Nós não podemos nos engabelar, pegar o mingau e nos empanzinar. Eu acho que está na hora de nos organizarmos, compartilharmos, dividirmos responsabilidade, colocarmos a cabeça no lugar e marcharmos positivamente para o futuro.

Eu queria só apresentar um adendo à questão da Copa, Professor. A Copa é mais uma oportunidade que se apresenta, com tantos legados que já estão visíveis, e nós estamos imaginando que, a partir da Copa, o Brasil passará a ter um novo patamar no seu desenvolvimento, especialmente na questão do turismo.

A nossa perspectiva é, a partir da Copa do Mundo de Futebol e dos outros grandes eventos esportivos, dobrar a receita em turismo. E tudo isso que estamos falando aqui e muitas outras coisas têm a ver com essa intenção de dobrar a receita do turismo, especialmente a infraestrutura aeroportuária. Esse é um grande desafio para todos nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Com a palavra o Prof. Georges, por cinco minutos, para as considerações finais.

O SR. GEORGES DE MOURA FERREIRA – Obrigado, Senador.

Bom, reiterando aqui o agradecimento à presença de todos, eu queria só chamar a atenção para o seguinte: os particulares têm que fazer a parte deles.

Durante muito tempo, quando a aviação estava na mão dos militares, todo e qualquer problema que existia os militares resolviam. A intenção era a de que as aeronaves voassem, muitas vezes até fora de padrões específicos. Quer dizer, muita coisa se questiona aí.

O problema é que, agora, os militares cederam seu lugar, o que historicamente foi importante, e a aviação civil tem que ser assumida pela sociedade civil e por quem opera a aviação. Não basta apenas esperar do Governo, não basta apenas esperar, porque a aviação civil e seus *players*, por incrível que pareça, não conseguem se organizar, talvez até de uma forma mais eficiente, principalmente em relação à aviação geral ou até mesmo às linhas aéreas, no sentido de bancar uma instituição particular capaz de manter aberto um diálogo de forma permanente.

Não adianta chegarmos aqui e dizermos, por exemplo, o que o Governo planeja ou não planeja, o que faz ou deixa de fazer, ou o que está atrasado. Parece que os particulares também estão querendo levar ao limite ou, então... Não sei qual é o tipo de economia que pretendem fazer em relação a essa situação. Como se diz, vai chegar um momento em que isso não vai dar certo, se não for pensada a aviação em todo seu conjunto.

Para as linhas aéreas, por enquanto, a situação parece de conforto, mas não é. Elas também estão correndo um risco – não vou dizer risco de acidentes ou riscos operacionais, mas os próprios riscos econômicos que estão acontecendo, como já vimos aqui várias vezes. As empresas vêm e falam: "Olha, 40% do nosso custo é com combustível; 10% são com taxas e tarifas aeroportuárias; sobram 50%. Então, o preço tem que subir". Tudo bem, mas onde estava a previsibilidade de que isso iria acontecer? Quem planejou não previu isso? Isso foi ou não repassado para o Governo? Como isso está sendo tratado? Porque parece que isso é tratado apenas de forma pontual e não de maneira contínua.

Então, desde o começo desta subcomissão, quando começaram os debates, vimos que os particulares precisam também se envolver mais com aviação e assumi-la, se quiserem que a coisa se desenvolva e que possa dar certo.

São essas as considerações. Agradeço muito ao Neusvaldo, ao Antonio Henrique, que tiveram falas providenciais e vamos em frente.

O SR. PRESIDENTE (Vicentinho Alves. Bloco/PR – TO) – Obrigado, Professor.

Chegando ao final desta audiência pública, a penúltima, ainda teremos uma em outubro, esta Presidência agradece as presenças do Dr. Antonio, do Ministério da Fazenda – e aqui faço um agradecimento ao Ministro Guido Mantega que, com muita presteza, atendeu a nossa solicitação, ao nosso convite, e aqui está o Dr. Antonio que contribuiu muito; da mesma forma, ao Ministro Gastão Vieira, do Turismo, que atendeu prontamente ao nosso convite a um membro daquele Ministério e aqui está o Dr. Neusvaldo, nosso amigo, a quem conheço de um bom tempo, um grande servidor público deste País, assim como o Dr. Antonio.

Muito obrigado pelas presenças.

O Prof. Georges sempre com brilhantismo em suas colocações, com conhecimento profundo da aviação do País.

Portanto, as presenças desses palestrantes que deram, com certeza, muito brilho a esta audiência pública. Tenho que agradecer, em nome do Relator Vital do Rêgo, do Vice-Presidente Flexa Ribeiro e dos demais membros desta Subcomissão.

No mais é agradecer a presença de todos e de todas que aqui nos deram o prazer de estar nesta audiência pública. Muito obrigado à imprensa, aos servidores do Senado Federal, aos nossos assessores, enfim, a todos que participaram desta audiência.

Antes de encerrar esta presente reunião, convoco os Srs. Senadores para nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 9 de outubro de 2012, terça-feira, neste plenário, às 14h para debatermos as ações dos órgãos abaixo nas ações voltadas para aviação civil brasileira.

Portanto, a convidada será a Drª Célia Corrêa, Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; a Drª Maria Clara Alencastro Moll, Coordenadora e Assessora Técnica da Empresa de Planejamento e Logística; e também um representante do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 11 minutos.)

ATA DA 21ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVIAÇÃO CIVIL – CISTAC, 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 9 HORAS.

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e doze, no Plenário nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **Flexa Ribeiro**, Vice-Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a presença dos Senadores **João Costa e Tomás Correia**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente declara que a presente Reunião tem por finalidade a eleição do Presidente da Subcomissão. O Presidente comunica que o Senador **João Costa** foi indicado para Presidente. Usam a palavra os Senadores **Tomás Correia, Marco Antônio Costa e João Costa**. É aberta a votação para Presidente da Subcomissão. Às nove horas e cinquenta e cinco minutos, para votar, o Presidente passa a presidência ao Senador **João Costa**, e reassume-a às nove horas e cinqüenta e seis minutos. Encerrada a votação, é designado escrutinador o Senador **Tomás Correia**. O Presidente comunica que, em escrutínio secreto, fica eleito, Presidente desta Subcomissão, o Senador **João Costa**, com 3 (três) votos SIM, nenhum voto NÃO e nenhuma abstenção. O Presidente convida o Senador Eleito a ocupar seu lugar à Mesa, e em seguida, usar a palavra. **EXTRAPAUTA: REQUERIMENTO Nº 2, DE 2012**, de autoria do Senador João Costa, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiências públicas com a finalidade de debater e subsidiar o Relatório Final a ser elaborado pela Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, discutindo e propondo soluções para cada setor da aviação civil nacional. Oportunamente serão definidas a data e a relação dos convidados." Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dez minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Subcomissão Temporária de Aviação Civil – CISTAC, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Há número regimental. Declaro aberta a 21ª Reunião, da Subcomissão Temporária sobre Aviação

Civil da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam com a dispensa da leitura e com a aprovação da ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. (*Pausa*)

Aprovadas.

A presente reunião tem por finalidade a eleição do Presidente da Subcomissão.

Os Srs. Senadores tomaram conhecimento da licença do nosso Presidente, Senador Vicentinho, do Tocantins, para assumir a Secretaria de Assuntos Legislativos do seu Estado, que ele tão bem representa aqui, no Senado Federal.

Ele foi continuar contribuindo com a gestão do Governador Eduardo Siqueira Campos em favor da população do Estado do Tocantins. E assumiu a representação do Estado do Tocantins, no Senado Federal, o seu suplente, o Senador João Costa, do PPL.

Senador João Costa, seja bem-vindo ao nosso convívio no Senado Federal. Tenho certeza absoluta de que V. Exª vai dar continuidade ao trabalho que o Senador Vicentinho já vinha desenvolvendo aqui, em defesa dos interesses do Brasil e do Estado do Tocantins.

Temos aqui também o Senador Marco Antônio, que retorna ao Senado Federal, como suplente da Senadora Kátia Abreu.

O Senador Marco Antônio já, tempos atrás, assumiu aqui, também na suplência da Senadora Kátia Abreu. Agora retorna ao convívio dos seus pares, no Senado Federal. Seja também bem-vindo.

São dois Senadores competentes do Estado do Tocantins, que, junto com o Senador João Ribeiro, aqui compõem a representação deste Estado irmão, vizinho do Estado do Pará. Lá nós somos unidos pelo Bico do Papagaio.

Temos que trabalhar unidos – as duas representações no Senado Federal –, unidos pelo Brasil e unidos por aquela região tão sofrida e tão necessitada de apoio do Governo Federal. É uma região que ainda não teve, por parte do Governo Federal, uma visão diferenciada. Parece que o Brasil começa de Brasília para baixo. Pelo contrário, ele tem que ser visto de Brasília para cima, porque é para lá que está o futuro da nossa Nação.

A reunião de hoje...

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, permita-me só...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Pela ordem, Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu só queria desejar boas-vindas ao Senador João Costa, que conheci ao chegar a esta Casa e com quem já estabeleci um relacionamento muito próximo.

É colega advogado, brilhante advogado que milita na advocacia, sobretudo aqui em Brasília.

Então, eu queria dar as boas-vindas ao Senador João Costa, uma simpatia extraordinária, assim como também ao Senador Marco Antônio, que reassume a Casa.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – O Senador Tomás Correia também é amazônida, de Rondônia. Então, temos aqui quase que uma Comissão toda formada por amazônidas, Comissão esta que trata de um assunto da maior importância, até então presidida, e muito bem presidida, pelo competente Senador Vicentinho, que, além de ter essa visão maior, como Senador da República, é da área de aviação. Ele é comandante, quer dizer, ele conhece os problemas da aviação brasileira, sofre na pele, como a gente diz.

Senador Marco Antônio, com a palavra.

O SR. MARCO ANTÔNIO COSTA (PSD – TO) – Senador Flexa, muito obrigado pelos seus votos de boas-vindas, obrigado pelas suas boas-vindas. Obrigado, Senador Tomás Correia.

Eu queria dizer o seguinte, Senador Flexa Ribeiro: primeiro, falar que esses dois Estados irmãos também se refletem aqui, no Senado, nas suas representações. V. Exª me recebeu muito bem da outra vez. Agora, do mesmo jeito. Agradeço muito essa sua generosidade, essa sua educação extrema com seu amigo, parceiro e lutador pela Região Norte, para que a gente possa crescer junto àquela Região.

Mas preciso falar aqui do Senador João Costa. Ele é uma pessoa extremamente competente; tem, principalmente, na sua competência, a vocação jurídica, é um trabalhador pela causa tocantinense, e eu me sinto muito feliz de estar aqui ao lado dele, sabendo que ele está representando um Senador como o Vicentinho, que é um excelente Senador, mas principalmente sabendo dos seus propósitos de realizar, de fazer pelo Brasil e pelo Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Obrigado, Senador Marco Antônio.

Já concedo a palavra ao Senador João Costa, mas há um detalhe especial do Senador João Costa para o Estado do Pará. O Senador João Costa, além de ser um amigo pessoal, um amigo do Estado, tem um irmão, nosso amigo, que é Juiz de Direito da Comarca de Rondon do Pará, o Gabriel. Amigo nosso, esteve aqui por ocasião da posse do Senador João Costa e nos ajuda no Estado com a sua missão de Juiz de Direito.

Então, além de todas as ligações que temos entre o Pará e o Tocantins, ainda há essa afinidade de termos o Dr. Gabriel, irmão do Senador João Costa,

ajudando-nos como Juiz de Direito da Comarca de Rondon do Pará.

Senador João Costa com a palavra.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Senador Flexa Ribeiro, muito obrigado pelas palavras e agradeço também as palavras sempre amigas e generosas do Senador Tomás Correia e do Senador Marco Antônio Costa.

Espero substituir o Senador Vicentinho Alves à altura. Somos amigos, sei que a tarefa não é fácil, mas conta com meu trabalho, conta com toda a dedicação que eu possa ter no Senado Federal para abrilhantar ainda mais esta Casa.

Agradeço a V. Exª pelas palavras mais uma vez. Agradeço aos Senadores Marco Antônio e Tomás Correia por tudo, pela amizade, pelo respeito, pelo carinho e espero aproximar ainda mais o Tocantins do Pará. Nós precisamos, no ano que vem, começar a fazer aquela ponte de Xambioá, que vai estreitar a distância entre nós; não só a distância física, mas também a distância espiritual. Precisamos estar cada vez mais próximos, cada vez mais amigos, e é esse o meu propósito aqui, Sr. Presidente.

Muito obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Conte conosco, Senador João Costa, naquilo que for possível e impossível, para que possamos trabalhar em conjunto para fortalecer econômica e socialmente, melhorando a qualidade de vida da população tanto do Pará quanto do Tocantins. Vamos trabalhar juntos. Que as duas Bancadas se tornem uma só em defesa dos interesses dos dois Estados.

V. Exª já inicia este seu mandato no Senado Federal com uma missão, a missão especial de presidir esta Subcomissão de Aviação Civil, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, já que nós tivemos aqui o registro de uma única chapa para suceder o Senador Vicentinho Alves na Presidência desta Subcomissão, que é a chapa que tem como Presidente V. Exª, o Senador João Costa.

Então, eu quero declarar aberto o processo de votação, que será feito em escrutínio secreto.

Informo aos Srs. Senadores que já se encontram sobre a mesa as cédulas de votação devidamente rubricadas para serem preenchidas pelo votante, após a chamada nominal, obedecidas as composições partidárias.

Então, vou pedir aos Srs. Senadores que venham exercer o direito do voto. Quero chamar, primeiro, nosso candidato, Senador João Costa.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, enquanto o Senador João Costa vota, eu gostaria de colocar uma questão a esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senador Tomás Correia com a palavra.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) –...que acho fundamental, Sr. Presidente Flexa Ribeiro.

As empresas, sobretudo a TAM... Tenho viajado e tenho notado alguns atritos a que, infelizmente, parece que as autoridades não estão prestando atenção. Existe, a meu ver, um ato que lesa o direito do passageiro, o direito do consumidor. Trata-se dos chamados assentos-conforto. Essas empresas cobram um adicional por esses assentos, assentos que são colocados ali obrigatoriamente. São assentos que já estão forçosamente ali quando as aeronaves são fabricadas.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Senador Tomás Correia, permita-me...

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Eu pediria ao Senador João Costa que assuma a Presidência, para que eu possa exercer o direito de voto. Terei a honra de votar em V. Exª. O voto é secreto, mas eu já declaro.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PP – TO) – Obrigado.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Então, no caso, gostaria de colocar essa questão, Senador João Costa, que agora assume a Presidência. Eu acho um abuso, porque esses locais, esses assentos já são reservados para passageiros, Senador, que têm alguma deficiência, ou aos idosos, pessoas com crianças, pessoas com dificuldades de locomoção. É como se, no *shopping*, fosse cobrado um adicional para o estacionamento do idoso.

Então, tenho ouvido e tenho visto diversas críticas, diversos atritos dentro das aeronaves, de pessoas que sentam ali, pessoas idosas, e eles obrigam as pessoas a saírem dali. Às vezes, o assento está vazio, mas eles obrigam o passageiro a deslocar-se dali, às vezes um passageiro idoso, porque não pagou o adicional de R$30,00 por aquele assento.

Acho um abuso. É uma coisa simples, é verdade, mas é um abuso! E tenho visto isso muito na TAM. A TAM é useira e vezeira em fazer esse tipo de comportamento.

Recentemente, eu vinha sentado ali, perto da asa do avião, na saída de emergência, conversando com um Deputado amigo meu e, de repente, pediram que eu me retirasse daquele local, porque ali só poderia permanecer quem tinha pagado o adicional. Eu ponderei que aquele local estava vazio e que eu poderia usá-lo, mas foram chamar o comandante.

Foi um transtorno, e eu tive de sair do local para ir lá para trás, confinar-me no fundo da aeronave, embora aquela poltrona estivesse vazia! E ontem também, em outro voo da TAM também, vi outro cidadão, um senhor de idade, que tentava ocupar a primeira fileira que estava vazia e foi removido a pulso para uma das poltronas atrás.

Então, vi a notícia de que o Procon de São Paulo já teria multado a TAM em face dessas cobranças, que são abusivas. A empresa, para cobrar um adicional, tem que prestar um serviço adicional também! É o caso das poltronas executivas, sobretudo em voos internacionais, onde há serviços adicionais: a comida é diferente, o serviço é diferente, o próprio *check-in* é feito diferenciadamente. Mas, no caso ali, é um abuso constante que se verifica das empresas aéreas, e destaco aqui a participação da TAM, que vem fazendo isso de forma abusiva contra o consumidor.

De sorte que queria deixar aqui ao novo Presidente, em quem terei a honra de votar daqui a pouco, que faça esse contato com a Anac, para que a Anac se mexa. Afinal de contas, é uma concessão pública, embora, Presidente, seja uma empresa privada, mas a concessão é pública, regulada e fiscalizada pela Anac. De sorte que deixo aqui este apelo à Comissão, para que evite esse abuso contra os passageiros, e fiquem efetivamente reservados esses lugares para as pessoas de necessidades especiais, como crianças, idosos, mulheres grávidas ou alguma pessoa que tenha alguma deficiência.

Agradeço a V. Exª e tenho certeza de que a Comissão o fará e envidará esforços para evitar esse abuso que ocorre contra o consumidor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Senador Tomás Correia, pediria que V. Exª viesse votar.

Enquanto V. Exª exerce o direito do voto, eu quero dizer a V. Exª que esse é um assunto que nós já debatemos, Senador João Costa, Senador Marco Antônio. Temos aqui a presença do Senador Cícero Lucena, da Paraíba, que veio prestigiar a posse de V. Exª. Quanto ao assunto de assento conforto, eu já, por várias vezes, não só aqui, na Subcomissão, mas no plenário do Senado Federal, também me pronunciei. Se há uma cobrança adicional para que seja usado o assento conforto, deveria haver um desconto para o assento desconforto, porque, se há o assento conforto, é que há o assento desconforto. Eles cobram R$30,00 para ter o assento conforto e deveriam dar R$30,00 de desconto nos demais assentos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – O Senador Cícero acha que deveria ser R$100,00.

Eu acho isso realmente um desrespeito ao usuário, ao cliente da TAM ou das companhias que podem exercer esse tipo... Eu não sei se isso tem algum diferencial na receita da companhia; deve ter, porque, senão, não fariam isso, mas, para a imagem da companhia, é algo que não deve compensar.

O Senador Tomás Correia fez uma referência à questão de um idoso que tentou sentar na fila do assento conforto. Eles têm direito a isso, porque esses assentos preferenciais são para os deficientes, para os idosos, para as senhoras gestantes ou para pessoas com crianças de colo. Esses têm direito, e até se fez referência ao seguinte: se a companhia vender o assento conforto e chegar um usuário que tenha direito adquirido de usá-lo, ela vai ter de devolver o dinheiro, porque essa pessoa vai ter, efetivamente, de ter direito ao assento.

Lamentavelmente, é como V. Exª colocou, Senador Tomás Correia. A Anac, que tinha de tomar providências em relação a isso, não o faz. Elas continuam usando e abusando do usuário que tem os seus direitos não respeitados pelas companhias.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Presidente, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Pois não.

Com a palavra o Senador Tomás Correia.

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Na verdade, Presidente, o que está se discutindo é a cobrança abusiva. O direito do consumidor que tenha uma deficiência ou de uma mulher grávida ou de outra pessoa, tudo bem. O que se discute é que, além de ele não ser garantido a essa pessoa, se cobre, se eventualmente estiver vazio aquele assento, de outro passageiro – e cobrar por um assento conforto que não oferece absolutamente nenhum serviço diferenciado.

Eu só queria fazer uma pequena ressalva, Presidente, com relação à saída de emergência. Na saída de emergência, só podem ficar, evidentemente, pessoas que possam manusear a porta de emergência. Não se trata, naquele assento, de ser utilizado por pessoas idosas ou por deficientes ou por pessoas que não tenham condições operacionais de abrir a porta de emergência. Com relação à porta de emergência, tem de ser pessoas com condições de operacionalizá-las. Mesmo assim, até nas portas de emergências, eles cobram um adicional.

Veja V. Exª que a falta de respeito ao consumidor vem ampliando a tal ordem que acaba de me chegar uma informação de que um avião da TAM perde contato com radar e é escoltado por caças da FAB. Então, veja V. Exª que é uma empresa cuja manutenção está deixando também a desejar. Um radar é uma questão de segurança. Como é que uma empresa levanta voo sem estar com as condições de segurança mínimas? Acabo de ver uma matéria na imprensa que diz que foi escoltado um avião da TAM pela FAB, em face de ter dado pane no radar da empresa.

São essas questões que eu colocaria para V. Exª. Certamente, V. Exª já tem voado muito nessas empresas e tem verificado, *in loco*, esses atritos que, de quando em vez, ocorrem dentro das aeronaves.

Obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª, Senador Tomás Correia, mas eu não sou usuário do assento conforto, não. Eu fico mesmo no sacrifício.

Dou por encerrada a votação e convido o Senador Tomás Correia para que possa proceder à apuração dos votos.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. TOMÁS CORREIA (Bloco/PMDB – RO) – Sr. Presidente, são três votos, todos destinados ao Senador João Costa.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Então, o Senador João Costa foi eleito por unanimidade para assumir a Presidência da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil da Comissão de Infraestrutura.

Quero parabenizá-lo, Senador João Costa, e dizer a V. Exª que tenho a honra de, como Vice-Presidente, estar sob o comando de V. Exª nesta Subcomissão.

Convido V. Exª a vir tomar assento à mesa, para que possa exercer a palavra já como Presidente da Subcomissão. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Bom dia a todos.

Agradeço a presença. De maneira especial, agradeço ao Senador Tomás Correia e ao Senador Flexa Ribeiro pela atenção e pelas palavras sempre gentis, generosas e amigas.

Espero dar muito orgulho a todos na Presidência desta Subcomissão tão importante para o Brasil. A aviação civil passa por momentos difíceis, momentos em que se precisa de uma dedicação especial. Estou aqui para isso, juntamente com os Senadores desta Comissão. Elaborar o melhor relatório final é objetivo nosso, dando as soluções que o caso exige, as soluções de que a aviação necessita.

Há um requerimento sobre a mesa, Senador Flexa Ribeiro, Senador Tomás Correia, que diz respeito à realização de audiências públicas com a finalidade de debater e subsidiar o relatório final a ser elaborado pela Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil, discutindo e propondo soluções para cada setor da aviação civil nacional. Oportunamente, serão definidas as datas e a relação de convidados.

Em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovarem o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº , DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiências públicas com a finalidade de debater e subsidiar o Relatório Final a ser elaborado pela Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, discutindo e propondo soluções para cada setor da aviação civil nacional. Oportunamente serão definidas a data e a relação de convidados.

Autoria: Senador João Costa

Observações:

Aprovado o Requerimento n° 02, de 2012-CISTAC.)

Se o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Marco Antônio Costa... Aliás, Costa e Ribeiro têm prevalecido no Senado: João Ribeiro, Flexa Ribeiro, João Costa, Marco Antônio Costa. Que famílias, hein?! O meu irmão trocou Brasília pelo verde do Pará e, ali, construiu laços, laços de amizade, laços de honra, que levam nossa família para o Pará. Com essas palavras, Senador Flexa Ribeiro, agradeço tudo o que o senhor fez para que eu estivesse aqui. Agradeço também o que V. Exª tem feito pelo meu irmão lá, no Pará. Quando ele precisar, puxe a orelha dele.

Muito obrigado a todos.

Declaro encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 10 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVIAÇÃO CIVIL – CISTAC, 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E DOIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DOZE, QUINTA-FEIRA, APÓS A 33ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTA.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e doze, no plenário treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador João Costa, Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a presença dos Senadores Ivo Cassol e José Pimentel. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Em seguida, dá-se início à deliberação da matéria constante da pauta. ITEM 1 – REQUERI-

MENTO Nº 03, DE 2012, de autoria do Senador João Costa, que "Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a finalidade de debater as ameaças de paralisação no setor aéreo neste final de ano, motivadas por inúmeros descontentamentos entre as categorias do setor, que nos anos anteriores (2010 e 2011), provocaram sérios transtornos aos passageiros e à segurança do sistema de aviação civil. Para tanto, convidamos: – Representante da Secretaria de Aviação Civil – SAC; – Dr. Luis Antônio Camargo de Melo – Procurador-Geral do trabalho; – Sr. José Márcio Mollo – Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas (SNEA); – Sr. Gelson Fochesato – Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas; – Sra. Selma Balbino – Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários; – Sr. Rogério Aguirres – Diretor da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil (ABRAPAC). Aprovado. O Presidente registra as seguintes presenças: Pamella Regina Orazem; Frank M. Marques; Marcelo Penteado; e André Lopes de Pauli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário da Subcomissão Temporária de Aviação Civil – CISTAC, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **João Costa,** Presidente

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Declaro aberta a 22ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre Aviação Civil da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 2ª Sessão Legislativa da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passemos à pauta.

Coloco em votação o item 1 da pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 3 , DE 2012

Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a finalidade de debater as ameaças de paralisação no setor aéreo neste final de ano, motivadas por inúmeros descontentamentos entre as categorias do setor, que nos anos anteriores (2010 e 2011), provocaram sérios transtornos aos passageiros e à segurança do sistema de aviação civil. Para tanto, convidamos:

– Representante da Secretaria de Aviação Civil – SAC;

– Dr. Luis Antônio Camargo de Melo – Procurador-Geral do trabalho;

– Sr. José Márcio Mollo – Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas (SNEA);

– Sr. Gelson Fochesato – Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas;

– Sra. Selma Balbino – Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários;

– Sr. Rogério Aguirres – Diretor da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil (ABRAPAC).

Autoria: Senador João Costa

Observações:

Aprovado o Requerimento nº 3, de 2012 – CISTAC.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo nada a discutir, passo à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro aprovado o requerimento.

Antes de encerrarmos a presente reunião, convoco os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras para a próxima reunião a realizar-se no próximo dia 27 neste plenário.

Registro entre nós a presença de Pamella Regina Orazem, André Lopes de Pauli, Marcelo Penteado e Frank M. Marques.

Muito obrigado pela presença de todos.

Declaro encerrada esta reunião.

Obrigado.

Bom dia!

(Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 52 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2012, TERÇA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia vinte e sete de novembro de dois mil e doze, no Plenário treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **João Costa**, Presidente desta Subcomissão, reúne-se a Subcomissão Temporária Sobre a Aviação Civil – CISTAC, com a presença dos Senadores **Flexa**

Ribeiro, José Pimentel e Ivo Cassol. Assinou a lista de presença o Senador **Wilder Morais** não membro desta Subcomissão. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. O Presidente convida a tomarem assento à Mesa os expositores desta Reunião: **Antonio M. Espósito Neto**, Coordenador Geral de Acompanhamento de Mercado do Departamento de Regulação e Concorrência, da Secretaria de Políticas Regulatórias, da Secretaria de Aviação Civil, da Presidência da República; **Ricardo José Macedo de Britto Pereira**, Procurador Regional do Trabalho, representando o Senhor Luis Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho; **Odilon Junqueira**, Consultor de Recursos Humanos, representando o Senhor José Marcio Monsão Mollo, Diretor Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias; **Graziella Baggio**, Secretária de Assuntos Previdenciários, representando o Senhor Gelson Dagmar Fochesato, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas; e **Paulo Rogério Licati**, Gestor da Comissão de Fadiga Humana da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil – ABRAPAC. Não compareceu o Senhor André Luiz C. da Silva, Coordenador Regional Nordeste do Sindicato Nacional dos Aeroviários, indicado como representante da Senhora Selma Balbino, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários – SNA. O Presidente informa que a presente reunião destina-se a debater as ameaças de paralisação no setor aéreo neste final de ano, motivadas por inúmeros descontentamentos entre as categorias do setor, que nos anos anteriores (2010 e 2011), provocaram sérios transtornos aos passageiros e à segurança do sistema de aviação civil. O Presidente concede a palavra a cada um dos expositores. O Presidente registra as seguintes presenças: Senhor Marcus Vinícius Grandis, ex-comandante da Webjet, demitido da empresa no último dia 23; Maria Julia Paula, Servidora Pública; Hugo Moreira, ABRAPAC; Carlo Seixas, ABRAPAC; Guilherme Ponzoni, Gol Linhas Aéreas; Rubemar Borges, Gol Linhas Aéreas; Neto Mendanha, Gol Linhas Aéreas; Thaís Portilho, SNEA; Vivian De Paula, Gol Linhas Aéreas; Sidney Cristóvão, Gol Linhas Aéreas; Luiz Carlos, Sindicato Nacional dos Aeroviários; Manoel Pereira, Sindicato Nacional dos Aeroviários; Luiz Alberto Ferreira, Web Jet; Bruna Yunes, Jornalista Agência T1; Vanessa Silvestre, CBN; e Professor Marcelo Neves, UnB. Passa-se às considerações finais. O Presidente agradece os palestrantes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos, lavrando eu, José Alexandre Girão Mota da Silva, Secretário desta Subcomissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **João Costa,** Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaro-a aprovada.

Convido para compor a Mesa: o Sr. Antônio Maria Espósito Neto, Coordenador-Geral de Acompanhamento de Mercado do Departamento de Regulação e Concorrência, da Secretaria de Políticas Regulatórias da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; o Dr. Ricardo José Macedo de Britto Pereira, Procurador Regional do Trabalho, representando o Sr. Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho; Odilon Junqueira, Consultor de Recursos Humanos, representando o Sr. José Márcio Monsão Mollo, Diretor-Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias; Graziella Baggio, Secretária de Assuntos Previdenciários, representando o Sr. Gelson Dagmar Fochesato, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas; Paulo Rogério Licati, Gestor da Comissão de Fadiga Humana da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil.

Peço ao Sr. Secretário que confirme a ausência de André Luiz Carvalho da Silva. Sim? (*Pausa.*)

A presente reunião tem a finalidade de debater as ameaças de paralisação no setor aéreo neste final de ano, motivadas por inúmeros descontentamentos entre as categorias do setor, que, nos anos anteriores, 2010 e 2011, provocaram sérios transtornos aos passageiros e à segurança do Sistema de Aviação Civil, em atendimento ao Requerimento nº 3, de 2012-Cistac, de minha autoria.

O final do ano, período de férias para a maior parte da população, tradicionalmente vem sendo marcado por numerosos protestos por parte dos aeroviários e aeronautas, que, desatendidos na maioria de suas reivindicações, que, por sua vez, são deixadas para análise no último instante pelas empresas aéreas e demais usuários do sistema, paralisam ou atrasam suas atividades, provocando atrasos e cancelamentos nos voos, levando ao desconforto dos passageiros e à insegurança do setor.

A finalidade da audiência supra tem o fito de antecipar as tratativas entre as partes envolvidas, de ou-

vir os setores e seus usuários, para evitar ou atenuar quaisquer contrariedades que envolvam viajar de avião durante o período das festas natalinas.

Informo que, para melhor andamento dos trabalhos, vou conceder o prazo de 15 minutos para cada convidado, para que exponha seus pontos e defenda também aquilo que entender conveniente.

Passo a palavra, em primeiro lugar, na ordem que chamei, ao Sr. Antônio Espósito Neto.

Por favor, Antônio, você tem 15 minutos.

O SR. ANTÔNIO MARIA ESPÓSITO NETO – Muito obrigado.

Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria, em nome da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, de parabenizar a Subcomissão pela iniciativa desta discussão, deste diálogo que está sendo aberto aqui num fórum apropriado para tanto.

A gente esteve, ao longo do ano, em várias oportunidades, tanto diretamente a SAC quanto as entidades vinculadas, Infraero e Anac, discutindo aqui na Subcomissão os mais variados temas afetos ao setor aéreo, e todos esses diálogos têm sido muito produtivos. É muito importante essa aproximação que o Legislativo proporciona tanto com o Executivo quanto com os atores do setor. Estamos aqui de novo à disposição para qualquer informação que a gente possa, no âmbito da Secretaria, fornecer, que venha a contribuir com essa discussão. Esperamos, é claro, que esse diálogo seja mais um passo no caminho de chegar a bom termo nessas negociações, causar o mínimo de transtorno possível para o cidadão, para o passageiro, e que, dentro das nossas competências, da Secretaria de Aviação Civil, no âmbito da Presidência da República, que a gente fazer, contribuir no que for possível, dentro desse diálogo.

Por ora é o tenho a falar, mas a gente fica à disposição para o que puder contribuir; no que eventualmente a gente não tiver informação agora, a gente fica à disposição para trazer futuramente, ou para trazer dentro da nossa alçada tudo o que puder vir ajudar nesse diálogo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Agradeço as palavras e passo a palavra ao Dr. Ricardo José Macedo de Britto Pereira, para fazer as suas exposições e falar também sobre o tema do convite.

O SR. RICARDO JOSÉ MACEDO DE BRITTO PEREIRA – Inicialmente, quero cumprimentar o Senador João Costa e, na sua pessoa, todos os integrantes da Mesa e todos os presentes na audiência pública que se realiza no dia de hoje.

Em primeiro lugar, parabenizo o Senador pela convocação desta audiência, que trata de um tema muito relevante para a sociedade brasileira.

O Ministério Público do Trabalho teve a oportunidade de mediar essa questão da negociação dos trabalhadores no sistema aéreo e o problema que surge é justamente o da data-base. Os empresários querem mudar a data-base porque se sentem muito pressionados nessa época do ano e os empregados consideram que a data-base é importante justamente porque força mais os empregadores. É um momento de muito movimento, de muito lucro para as empresas; os preços sobem em demasia nessa época do ano. E é uma forma, também, de os trabalhadores mostrarem uma situação que vem se generalizando em nosso País, que é a degradação das condições de trabalho. É uma decisão arriscada, a data-base nesse período porque a pressão da população é muito grande, mas é uma forma de realmente mostrar como é necessário reformular o sistema trabalhista como um todo.

E aí eu começo pela negociação coletiva. Os empresários em nosso País, e aí eu falo como regra geral, reclamam demais da rigidez das normas trabalhistas e deveriam valorizar o instrumento mais importante contra essa rigidez, que é o quê? A negociação coletiva. Só que é comum a busca da negociação coletiva para precarizar condições de trabalho. A todo momento, enfrentamos situações em que empresários colocam vários trabalhadores na rua sem convocar os sindicatos, ou seja, desconsideram totalmente esse instrumento que deveria ser tão valioso para os empresários em nosso País. É necessário exigir coerência.

Agora, pelo lado dos sindicatos, é importante também ter condições de participar de uma negociação coletiva autêntica, que conduza à mesa, que leve à mesa os interesses dos trabalhadores, os interesses reais dos trabalhadores. Nós temos que, para isso, pensar numa reformulação do sistema de organização sindical. Não dá mais, Senador, para conviver num ordenamento jurídico trabalhista em que não se pode reformar a legislação simplesmente para reduzir direitos sem que haja a possibilidade de uma negociação coletiva para adaptar o Direito do Trabalho às necessidades do momento de uma sociedade complexa como a nossa, em que as transformações ocorrem numa velocidade muito grande. Então, os sindicatos têm que enfrentar essa questão, têm que defender a mudança do sistema. Não é a mudança do sistema para enfraquecer o sindicato, para estabelecer uma pluralidade sem qualquer tipo de regra, um *laissez-faire* sindical que vá beneficiar os grandes empresários. Mas é uma reforma sindical para que o movimento sindical tenha a efetiva representatividade. Não dá mais para man-

ter um sistema em que existe uma unicidade no texto, na Constituição, fictício, defende um texto, porque na prática o que existe é a fragmentação do movimento sindical; é o movimento sindical numa disputa incansável pelo poder, pelos recursos do sindicato e os trabalhadores, muitas vezes, deixados de lado.

Eu falo isso como fenômeno generalizado, não me estou referindo ao sindicato A, B, C ou ao Sindicato dos Aeronautas. Há muitos sindicatos que têm uma atuação muito forte, só que esses sindicatos que têm uma atuação muito forte acabam sendo contaminados pelos sindicatos de fachada, pelos sindicatos oportunistas, que querem o quê? Querem se manter no poder, querem entregar direitos dos trabalhadores, querem cobrar quantias absurdas de trabalhadores. Aí, se vê o Ministério Público, muitas vezes, numa situação complicadíssima, porque tem que defender o empregador do poderio econômico, da violação a direitos, a direitos do ordenamento jurídico, a direitos fundamentais e da ânsia dos sindicatos, que também oprimem os trabalhadores, porque querem o quê? Arrecadar, muitas vezes entregando direitos, estabelecendo banco de horas, estabelecendo jornada de 8 horas para turnos ininterruptos de revezamento com efeito retroativo. O Tribunal Superior do Trabalho teve que editar uma súmula para impedir que esses acordos produzissem seus efeitos, fossem considerados válidos.

Então, o problema não é só da aviação, o problema é, em primeiro lugar, dos setores estratégicos. Os setores estratégicos têm que ter a sua relação de trabalho, as condições de trabalho levadas a sério. Segundo a OIT, é possível restringir o direito de greve, é possível até impedir a greve em algumas categorias, agora, tem-se que dar atenção especial a essas categorias, tem-se que dar condições de trabalho adequadas. Senão, o que vai acontecer? Não adianta proibir greve, a gente sabe disso. O trabalhador necessitado vai se organizar, ele vai se mobilizar. Então, nós precisamos parar, precisamos fazer um pacto nacional sem oportunismos de querer uma reforma trabalhista e sindical para precarizar, para piorar a situação do trabalhador e para auferir mais lucros. Temos que ter razoabilidade, tranquilidade para realmente aprovarmos uma reforma sindical que é fundamental, porque sem reforma sindical não dá para se falar em reforma trabalhista, com muito cuidado.

É necessário um dia ratificar a Convenção 87, mas, mais importante do que isso, é o período de transição. Como deve ser esse período de transição? Sindicato mais representativo. Ainda que se restrinja o numero de sindicatos, o sindicato tem que ser representativo e dar oportunidade para que outro sindicato assuma a representatividade.

Temos que acabar com essa contribuição sindical, que é uma coisa absurda, tem natureza tributária. O movimento sindical defende a contribuição sindical, defende o quê? A restrição a sua autonomia, porque um dia o Estado vai lá querer saber o que o sindicato está fazendo com o dinheiro, é óbvio, é dinheiro público. Se até hoje isso não foi feito depois da Constituição de 1988, está o TCU lá querendo fiscalizar as contas dos sindicatos. O Ministério Público do Trabalho, quando entra com uma ação pedindo prestação de contas, o sindicato acha ruim e fala: "Não, autonomia." Que autonomia é essa se está recebendo dinheiro público? E os sindicatos justificam: "Ah, mas tanta coisa é financiada com dinheiro público." É, mas há fiscalização, isso é um golpe à autonomia do sindicato. O sindicato precisa de recursos privados, financiamento privado. Até mais do que está recebendo hoje, o sindicato precisa de muito dinheiro para atuar bem, porque, sem dinheiro, ele não vai ter como enfrentar o poderio econômico e defender bem os interesses dos trabalhadores. Mas é necessário pensar isso, é um pacto, o sindicato precisa descobrir, precisa ter a consciência de que esse sistema não vai levar ao fortalecimento do movimento sindical.

Unicidade e contribuição obrigatória engessam o movimento sindical, impedem o movimento sindical de acompanhar essas transformações na sociedade, de prestar uma assistência a todo tipo de trabalhador, de identificar as diversidades na categoria, de se articular como movimento social, de proteger o trabalhador imigrante, que não tem o seu contrato de trabalho formalizado, que não vai pagar contribuição sindical, mas isso é importante para elevar o patamar de civilidade, para elevar as condições de trabalho em nosso País.

Então, Senador, lamento tratar o tema com uma generalidade tão grande, mas não vejo no Ministério Público... Sou o Coordenador da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e não vejo como resolver esses problemas que ocorrem todos os anos em todas as categorias, principalmente nas categorias que prestam serviços essenciais à comunidade, sem uma reforma da legislação sindical e trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Muito obrigado, Dr. Ricardo.

Concedo a palavra ao Sr. Odilon Junqueira, Consultor de Recursos Humanos do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

O senhor tem a palavra por 15 minutos.

O SR. ODILON JUNQUEIRA – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador João Costa e os demais integrantes da Mesa, bem como a todos os presentes. Eu agradeço ao Senador por esta oportuna convocação, para tratar de um assunto tão importante para as

empresas aéreas, para os seus trabalhadores e para a própria sociedade brasileira.

Eu gostaria de dizer que os trabalhadores de terra em aviação são os aeroviários; os trabalhadores que exercem a função a bordo são aeronautas. Os nossos sindicatos têm uma tradição de negociação de mais de 50 anos. Os sindicatos de aeroviários são em número de 6, e o Sindicato Nacional de Aeronautas congrega todos os aeronautas.

Essas empresas aéreas empregam em torno de 50 mil pessoas de empregos diretos. O custo com o pessoal é o segundo custo das empresas aéreas. Só é batido pelos combustíveis. O combustível representa 42% do custo das empresas aéreas.

O nível de complexidade das nossas negociações pode ser bem expresso pela própria Convenção Coletiva que ora se está renegociando.

A Convenção Coletiva de Aeronautas, fruto de negociações ao longo desses 50 anos, é composta por 84 cláusulas. São 84 cláusulas, que compõem apenas a Convenção Coletiva. É importante lembrar que a profissão é uma profissão específica, com leis próprias. Então, além da Convenção, tem-se a regulamentação da profissão do aeronauta, como também há a regulamentação da profissão do aeroviário – isso para mostrar o nível de complexidade dessas relações trabalhistas.

Como eu dizia, a Convenção de Aeronautas é composta de 84 cláusulas, e é a renovação dessa Convenção que se está negociando. A data-base é 1º de dezembro. Como as negociações entre o sindicato das empresas e os sindicatos são negociações permanentes – elas ocorrem ao longo de todo o ano –, já no ano passado, estabeleceu-se que, dessas 84 cláusulas, pelo menos 74 vigorarão até novembro de 2013, exatamente para poupar a discussão. Então, já se fez uma Convenção Coletiva, estabelecendo a vigência das chamadas cláusulas sociais por 2 anos, até novembro de 2013. E isso vem se repetindo. Então, no momento se discutem, única e exclusivamente, as cláusulas de natureza econômica. Em outras palavras, qual é o percentual que vai reajustar os salários de aeroviários e aeronautas.

A Convenção Coletiva de Aeroviários é composta de 56 cláusulas, e, dessas, somente 8 estão em discussão, porque também as demais estão renovadas, até novembro de 2013.

Os nossos sindicatos, curiosamente – é um aspecto estranho da nossa categoria –, estão ligados a duas federações: a Fentac, que congrega o Sindicato dos Aeronautas e alguns sindicatos de aeroviários, que é filiada à CUT; e a FNTTA (Federação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aéreo), que congrega outros sindicatos de aeroviários, que é ligada à Força Sindical.

É importante frisar que a aviação brasileira utiliza o que há de mais moderno em matéria de equipamentos de transporte – o que é reconhecido mundialmente. Os aviões são os mais modernos que existem no mundo. E as empresas aéreas fazem investimentos milionários na formação de mão de obra. Tanto é verdade que hoje nós temos pilotos no Brasil... Vejam bem, a formação de pilotos é uma coisa bastante difícil e complexa. Isso foi feito ao longo dos anos. E hoje há pilotos brasileiros voando na Coreia do Sul, na China, na Índia, em diversos países árabes. Quer dizer, a proficiência dos pilotos brasileiros é reconhecida mundialmente. Com isso, há essa possibilidade.

A aviação como grande assunto de natureza econômica é feita de grandes fluxos e refluxos. Infelizmente, nós vivemos uma fase, do ponto de vista econômico-financeiro, de um grande refluxo. As empresas têm apresentado dificuldades de natureza econômica substancialmente em função do custo Brasil no que diz respeito ao preço dos combustíveis, aos impostos que oneram o setor e aos preços da infraestrutura, além da variação cambial.

É importante também dizer, Senador, que nós estamos no meio da negociação. A data-base ainda será no dia 1º. Estamos a três ou quatro dias da data-base.

O ritual de negociação é muito semelhante. Em categorias organizadas como são aeronautas e aeroviários, ele é muito semelhante, não difere muito do ritual de negociação de outras categorias profissionais. Você tem ameaças de greve, tudo faz parte do processo negocial. O único aspecto importante a frisar no nosso setor é que somos de fato um setor essencial. Transporte aéreo público num País de dimensões como o nosso, sem dúvida alguma... Concordo inteiramente com o Procurador no sentido de que é preciso uma ampla reforma trabalhista. E, no nosso caso, há um aspecto muito difícil para as empresas aéreas, muito difícil para aeronautas e aeroviários e mais difícil ainda para o público usuário: é que a nossa data-base, em 1º de dezembro, coincide com as festas de final de ano, principalmente com o Natal. E isso realmente tem sido um problema.

Por esse motivo, dois anos atrás, o sindicato das empresas aeroviárias tentou negociar com os sindicatos de aeronautas e aeroviários a mudança dessa data-base, o que só pode ser feito de comum acordo entre as partes, mas nós não logramos êxito. Isso realmente tem sido um problema, uma vez que existe essa pressão numa data tão importante para a sociedade brasileira.

Nós temos feitos esforços grandes no sentido de evitar que isso ocorra. Verdade seja dita: apesar de nos últimos anos ter sempre havido ameaças de greve na época do Natal, nós logramos êxito nas nossas negociações e chegamos à celebração das convenções coletivas de trabalho antes que ocorresse qualquer paralisação. Então é dessa forma que o sindicato nacional, as próprias empresas aéreas, junto com toda a sociedade brasileira, têm essa preocupação. E costumo dizer inclusive... Por isso acho que é prejudicial também aos aeronautas e aeroviários... Tenho muita confiança de que os aeronautas e aeroviários não farão uma coisa como essa com a sociedade brasileira, quer dizer, fazer uma greve durante o Natal.

Eu reconheço o direito de greve, acredito que o direito de greve em atividades essenciais merece um tratamento diferenciado, ainda mais num país como o Brasil, tão dependente do transporte aéreo. Agora, não posso imaginar, tenho dito isso nos outros anos, acho que os próprios aeronautas e aeroviários têm consciência do quanto seria inoportuna uma paralisação nesse momento. Por outro lado, é preciso também reconhecer que outras categorias muito importantes também fazer as suas paralisações. Este ano, nós tivemos inúmeras paralisações. Antigamente era inimaginável uma paralisação no setor bancário, em diversos setores públicos. E houve algum tipo de paralisação.

Então concordo plenamente com o Procurador no sentido de que, em atividades tão essenciais como a aviação, esse assunto deveria merecer um tratamento diferenciado, sem prejuízo do direito de reivindicar dos trabalhadores das empresas aéreas.

Tenho para mim, Senador, que, preliminarmente, são essas as considerações que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Concedo a palavra à Srª Graziella Baggio, Secretária de Assuntos Previdenciários e Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, por quinze minutos.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Inicialmente, bom dia a todos. Agradeço ao Senador a oportunidade de estar aqui presente. Gostaria de justificar a ausência do Comandante Fochesato, que, por um motivo de saúde e um atendimento médico emergencial, não pôde estar presente a esta audiência e eu vim substituí-lo.

Gostaria de começar, talvez, pelo final da falação do Sr. Odilon, que é o representante do sindicato patronal, e até pontuar algumas questões aqui ilustres ditas pelo nosso Procurador.

Hoje, tenho comigo que o problema não é, efetivamente, um tratamento especial para a questão da greve no setor essencial. Esse não é o problema. Nós, aeronautas e aeroviários, fomos vítimas, nesses últimos dois anos, de decisões emanadas pelo Tribunal, que exigia 95% dos trabalhadores voando. Então, os próprios tribunais, a pedido das empresas, quando se entrou com o dissídio etc., já estão impedindo e imputando aos sindicatos multas milionárias em caso de qualquer possibilidade de greve. Principalmente nós, aeronautas e aeroviários, fomos vítimas disso nesses últimos dois anos.

Então, dizer que é necessário ter um tratamento especial, eu posso concordar em tese, mas existe uma coisa que antecede essa questão, em minha opinião e, tenho certeza, na opinião dos trabalhadores do setor aéreo. É uma tônica essas nossas negociações – eu sou diretora da Federação, da Fentac, ligada à CUT, e participo das negociações há alguns anos – serem empurradas para o final do ano.

O senhor sabe, Dr. Procurador, que nós temos por lei, objetivamente, a necessidade de entregar a pauta, por data-base, de 1º de dezembro até 1º de outubro. São sessenta dias antes. Essa é uma obrigatoriedade da legislação.

No ano passado, nas negociações, chegamos até a antecipar a entrega da pauta, exatamente para que empresas e trabalhadores tivessem mais tempo para poder chegar a um comum acordo e não chegar a essa situação de possível paralisação próxima ao Natal ou ao Ano-Novo, que é extremamente inoportuno para os trabalhadores e também para os usuários.

Aqui eu preciso deixar registrado que, para os trabalhadores, também é inconveniente uma manifestação e uma grave no Natal e no Ano-Novo. Afinal, os aeronautas e os aeroviários, quando chegam essas datas, são obrigados a se organizar em escalas e definir se vão ficar o Natal em casa ou o Ano-Novo, ou até nenhum dos dois. Mas eles também precisam ter uma definição para poder decidir a vida deles nessas duas datas, em tese, sagradas.

Mas o que eu posso detectar é bem o que o Odilon pontuou aqui. Nossa convenção coletiva, hoje, tem 84 cláusulas, mas ela já teve 20, 25. Nós fomos evoluindo no decorrer desses últimos anos. Todas essas cláusulas, inclusive, são oriundas de um julgamento, no Tribunal Superior do Trabalho, de 1988. Nós, nos últimos dez anos, só tivemos duas cláusulas novas, acrescidas, se não me falha a memória – está aí o Odilon para me corrigir – a essa convenção coletiva.

E a categoria se ressente e muito da dificuldade de podermos negociar situações adaptadas a uma nova realidade ou que já está sendo, inclusive, praticada pela grande maioria da representação dos trabalhadores em suas convenções coletivas, e nós não conseguimos avançar.

E o que me parece – e eu fico bastante à vontade, porque tenho acompanhado essas negociações há alguns anos – é que, efetivamente, as empresas também contribuem para empurrar essa dificuldade de negociação para uma data extremamente significativa para a sociedade e para os trabalhadores. Se não fosse assim, com o prazo que nós entregamos a proposta, a pauta de reivindicação, hoje, a 3 dias da data-base, com certeza, os trabalhadores já poderiam estar assinando a convenção coletiva, porque ela vale agora, a partir de 1º de dezembro.

Claro que muitos trabalhadores assinam a convenção coletiva depois do dia da data-base; é natural, mas isso, talvez, não com tanta influência como nós. Sabedores disso, eu acho que os patrões deveriam investir com seriedade, como o nosso Procurador falou com muita propriedade, na questão de haver responsabilidade numa negociação de uma categoria ou de duas – como, no caso aqui, que envolve duas categorias, aeronautas e aeroviários. Os patrões deveriam investir mais e dar mais atenção para uma negociação desse porte, sob pena, sim, de haver uma reação dos trabalhadores.

Amanhã, será a terceira ou quarta audiência com o sindicato patronal. E ainda há agendadas mais três, se não me engano. É verdade que foi feita uma contraproposta pelo sindicato patronal, e nós trabalhadores, aeronautas e aeroviários, fizemos uma assembleia, no dia 21 deste mês, e todas as assembleias rejeitaram a proposta patronal; foram obrigadas a rejeitar.

No Brasil, segundo o Dieese, 98% das categorias tiveram aumento substancial, algo em torno de até 2,5% de ganho real, nas negociações deste ano. E o sindicato patronal do setor aéreo apresentou uma proposta de 0% de INPC para quem ganha acima de R$4 mil, R$5 mil; 100% do INPC para quem ganha até R$850,00, com um detalhe que eu não posso deixar de pontuar também, que são partes da negociação que, na verdade, vêm explicar um pouco o porquê da preocupação desta Casa no sentido de estarmos nos aproximando do final do ano e haver essa possibilidade de paralisação.

O Odilon cita que as causas sociais têm validade de 2 anos, pois, neste ano, o sindicato patronal veio à mesa de negociação e informou que não vai mais renovar as cláusulas sociais por 2 anos. Ou seja, as sociais vão vencer todas em 2013. Isso foi uma discussão colocada na mesa.

Quando se fala que, das 84 cláusulas, 10 são de cunho econômico e, portanto, elas serão renegociadas, não é totalmente verdadeiro. Porque a proposta do sindicato patronal deste ano não inclui, inclusive, reajuste em algumas cláusulas econômicas de suma importância para a sobrevivência, principalmente dos aeronautas, que têm que voar, têm regulamentação própria, ficam até 6 dias fora de casa, jantam, almoçam em hotéis.

Eu, particularmente, estou em um hotel 3 estrelas aqui em Brasília, onde, por um simples jantar de rodízio, com um refrigerante, eu gastei R$56,00, para não sair às 9h da noite, com chuva, e ter que gastar com táxi – também não se ganha para gastar com táxi. Ou seja, você é obrigado a comer no hotel onde você está pernoitando. E esse é um hotel de 3 estrelas. Quer dizer, hoje as empresas até rebaixaram muito as condições que os trabalhadores tinham anteriormente e isso tem também nos preocupado sobremaneira. Os hotéis que hoje estão disponibilizados para esses tripulantes não são mais aqueles que eram de outrora, que eram centralizados, com restaurantes por perto, com outras oportunidades de alimentação que não no hotel. Hoje as empresas colocam os tripulantes fora do circuito do centro, local onde se possa despender andando e não tendo de gastar a mais com táxi, em lugares que não necessariamente estão guarnecidos da segurança necessária. Isso tem dificultado.

Essa cláusula para os trabalhadores aeronautas é muito cara; é questão de sobrevivência. Quando ele está fora, ele está voando, ele é obrigado a almoçar e jantar em determinadas localidades. Essa cláusula não foi contemplada na proposta que o sindicato patronal apresentou.

Hoje, os sindicatos estão, realmente, buscando sensibilizar o patronato, e nós entendemos, sim, nós sabemos, é sabido, está publicado em todos os jornais do Brasil, que as empresas brasileiras tiveram o maior prejuízo contabilizado dos últimos tempos. É o que se está dizendo por aí. Eu relevo um pouco essas informações, porque basta o dólar baixar que aquele prejuízo muda de número, então, não é mais aquele monstro de prejuízo.

Na aviação, praticamente, 90% de toda a despesa são com dólar e, obviamente, o dólar sobe, o custo das empresas aumenta sensivelmente aos olhos de quem está fazendo essa contabilidade, sem ter conhecimento dessa prática. Então, o dólar subiu ontem, obviamente, a dívida das empresas já subiu 10% ontem, mais aquilo que elas já tinham. Mas, se o dólar cair para R$1,80, vai ficar tudo zerado, vai ficar tudo bem.

É verdadeiro, sim, que as tarifas tiveram um reajuste de 170%. E eu tive, Senador, a oportunidade de estar nesta Comissão com o Senador Vicentinho e este assunto foi debatido e explorado com muita veemência, porque é um assunto que nos incomoda, sim. Subiu 170% uma tarifa de comunicação, tarifa aeroportuária. E é verdadeira a questão do combustível

brasileiro, que é o mais caro do mundo, principalmente para as nossas empresas; isso é verdadeiro. E deixo aqui à responsabilidade do Governo.

Hoje nós estamos assistindo a empresas fecharem, como foi a situação de anteontem, Procurador. Até os trabalhadores que procuraram um diálogo com a empresa Gol, durante esse um ano e alguns meses, no sentido de saber o que ia acontecer com a empresa, relativo aos trabalhadores e também aos usuários... Porque nos preocupa sobremaneira a questão do usuário. Se nós não tivermos usuários, as empresas vão fechar. Essa é que é a verdade. A tendência é diminuir, é voltarmos aos patamares que tínhamos em 2000, em 1999, quando só 2% da população utilizavam transporte aéreo. Hoje nós temos isso modificado. E muito a favor dos usuários, com tendências.

E uma tendência que eu deixo aqui para a SAC discutir e, definitivamente, criar uma legislação específica, para que o povo brasileiro, o usuário brasileiro saiba o que é a pseudoempresa *low fare*, *low cost*, que é uma tentação no mundo todo, porque seus preços são bem mais em conta que o transporte normal. Mas, aqui no Brasil, não se tem isso definido, as empresas se autointitulam *low fare*, *low cost*. Eu paguei R$2,2 mil para vir do Rio para Brasília, ontem. Paguei R$2,2 mil por uma passagem que custava R$320,00.

E acima de tudo, eu considero – vou usar uma palavra que não é criação minha, não; é o que eu pude apurar do sentimento dos trabalhadores da Webjet – uma covardia praticada pela empresa que demitiu e fechou a empresa, peremptoriamente, na madrugada de quinta para sexta-feira. Porque uma situação de tal porte, em que se envolve 1,5 mil trabalhadores, e eles serem comunicados através de telegrama ou através de *e-mail*, sendo convocados para um determinado hotel... E nós soubemos – o sindicato está apurando ainda – que uma tripulação da Webjet estava voando quando foi comunicada que estava demitida. Quer dizer, isso, inclusive, é de uma irresponsabilidade do ponto de vista da segurança de voo, muito grande, no entender do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Então, o que eu deixo registrado aqui é que, apesar das dificuldades das negociações serem uma constante nesse setor, a forma negocial é bastante arcaica, a gente não consegue evoluir, como bem citou aqui o Sr. Odilon, dizendo que nós temos reuniões bimestrais. E as reuniões bimestrais previstas na convenção são exatamente para se evitar chegar em 1º de dezembro com um problemão na mão. Então, elas jamais foram aproveitadas para evoluir ou sequer para melhorar situações. Quero deixar registrado que, neste ano, o SNEA, em momento nenhum, falou em mudança de data-base no que se refere às reuniões bimestrais que tivemos e muito menos na reunião de negociação.

Agora, a situação do fechamento da Webjet, que causou um transtorno, um prejuízo pra usuário, para toda a sociedade e maior ainda para os trabalhadores que foram demitidos isso acirrou muito os trabalhadores, deixou-os bastante insatisfeitos. Os sindicatos estão fazendo um esforço extraordinário para tentar um diálogo e buscar uma solução com relação a esses demitidos e tentar buscar um bom termo à negociação.

Nós contamos e gostaríamos de poder contar com esta Mesa no sentido de contribuir para um bom termo dessa negociação. Agora, estamos trabalhando no sentido de os trabalhadores se organizarem, sim, e, talvez, até esse momento, que está colocado, ele venha explodir até antes por conta de fatos que estão fora do controle do processo negocial, que foi essa demissão em massa.

Muito obrigada.

Desculpe se usei demais o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Agradeço as palavras e passo a palavra a Paulo Rogério Licati, Gestor da Comissão de Fadiga Humana da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil.

O SR. PAULO ROGÉRIO LICATI – Muito obrigado, Senador, pela oportunidade. Meus cumprimentos a todos da Mesa e a todos os presentes.

Lógico que a preocupação das negociações nos abrange diretamente na parte de segurança de voo. Como a Graziela falou, todo final de ano, passamos por esses problemas, e é lógico que isso tem um reflexo na linha de frente. Quando se está no avião, qualquer ameaça de greve que venha a ter, ou estado de alerta de greve, isso já soa muito mal para o usuário, porque estamos ameaçando aquela pessoa que vai ver sua avozinha no Norte ou no Nordeste, guardou o dinheiro o ano inteiro para viajar, se sente ameaçada na sua viagem de final de ano.

É lógico, nós temos a nossa profissão com muito amor, com muito carinho e temos um carinho especial pelos usuários; afinal são eles que pagam o nosso salário. Nesse sentido, o que acontece? Toda vez que há essa discussão, chega a coisa para o final do ano e não há acordo, isso reflete para a gente dentro do avião, porque entra o passageiro irritado, xingando a comissária, xingando o piloto como se nos fôssemos culpados de um problema de negociação, de que a gente, muitas vezes, nem participa.

Penso que foi muito bem exposto pelo Sr. Odilon e pela Graziella essa parte sindical. Acredito que não teria muito que entrar nesse ponto, porque eles são especialistas, com anos e anos de experiência nessas negociações. Mas há outras coisas também que nos

estão afetando muito, como as ameaças de aumento de jornada de trabalho, que nós recebemos na semana retrasada, vindo da Câmara e que estão querendo aprovar no Código Brasileiro de Aeronáutica.

Esse assunto está sendo debatido aqui no Senado, pelo Projeto de Lei nº 434. Essa discussão começou no ano passado e, quando foi criada a Cistac – Subcomissão Temporária de Aviação Civil, viu-se que a jornada de trabalho dos aeronautas é só mais um ponto, uma gota d'água no oceano. Quer dizer, tem muito mais coisa para ser resolvida na aviação do que a jornada de trabalho. Essa é uma coisa que causa estranheza porque todo ano é a mesma coisa. Parece que a aviação foi criada ontem, sendo que é uma coisa antiga e a gente sabe de todos os problemas da aviação.

Temos que entender que a nossa aviação está envelhecida. O Sr. Odilon falou bem, nós temos modernos equipamentos, porém ainda com pessoas antigas. Não é que as pessoas são velhas de idade, mas a cabeça precisa melhorar, a gente precisa renovar o pensamento e entender que nós estamos vivendo dentro de uma aviação moderna.

O que acontece? Ver toda essa discussão assim, às vezes, sem pé nem cabeça, que vai nos criar problemas dentro da aeronave; a gente precisa começar a pensar que nós estamos falando de segurança de voo e estamos transportando pessoas.

Então, estamos representando aqui a Associação Brasileira dos Pilotos de Aviação Civil e...

Próximo, por favor.

Aqui vou fazer rapidinho, lembrar o que é a regulamentação da profissão, pela Lei nº 7.183, a Lei do Aeronauta; falar um pouquinho sobre pesquisa de fadiga de pilotos. Quanto a dissídio, não tenho o que falar porque acredito que já foi muito bem colocado aqui pelos participantes, e sobre o art. 158, que trata da liberação de pilotos estrangeiros.

Próximo.

Bem, a pergunta é assim: alguém quer voar com piloto nessas condições? Acho que a gente tem que refletir, porque, na verdade, hoje, com a Lei nº 7.183, nós estamos assim, nós estamos desse jeito e se alguém falar que não, convido a fazer um voo com a gente e entrar em uma escala de voo onde você tem quatro, cinco madrugadas, sem oportunidade de sono, problemas de hotéis seriíssimos, porque ficamos em hotéis barulhentos, sem um *blackout* adequado.

Isso já foi falado aqui, mas acho que temos de voltar a relembrar, porque, por acaso, na calada da noite, foi colocado um projeto de lei dentro da Câmara dos Deputados para aumentar a jornada de trabalho dos aeronautas sem ao menos ter base científica.

Por favor, o próximo.

Então, na verdade, a Lei do Aeronauta foi criada em 1984. Vale lembrar que estudos da Nasa sobre a fadiga humana na aviação começaram em 1980 e terminaram em 1992. Eles começaram esses estudos porque observaram que 20% dos acidentes nos Estados Unidos ocorriam por fadiga humana: avião funcionando, com tudo certinho e o único problema era o piloto cansado, que não tinha tempo de reação, às vezes, em um pouso ou em um procedimento que ele não conseguia entender, tamanha a confusão mental, que é a fadiga como ela funciona.

Na verdade, a Lei nº 7.183 foi criada... Só para a gente entender, esse jacaré era pequeno dentro dessa lagoa. Então, o crescimento da aviação foi bom para todo mundo. Ninguém está falando no crescimento, tem que ter o crescimento, mas a gente tem que adequar as nossas leis e adequar a regulamentação do aeronauta hoje para que a gente não tenha um problema de fadiga sério, como já dizem empresas hoje: 80% dos erros dos pilotos ocorrem por fadiga humana. Olha como é sério o problema. Isso quer dizer que 80% dos erros, que preconizam em incidentes e acidentes – são bolas que batem na trave por um acidente – vêm do problema de pessoas fatigadas, problemas de sono, enfim.

Hoje, a nossa regulamentação já está assim: para chegarmos ao limite dela, como é normal no nosso dia a dia, temos que brigar com muito jacaré, cobras e lagartos no meio do caminho. A coisa é pesada.

Eu só queria que colocasse o filminho, por favor.

Vou deixar um filme para vocês verem, pois, na verdade, esse assunto já está na mídia. Então, quer dizer, que se aprovada hoje uma lei, sem ao menos seguir base científica, alguém terá de ser responsabilizado quando tivermos um acidente. A conta vai ter que ser entregue para alguém, porque não é possível que se fale em limitação humana e que não se sigam os conhecimentos científicos que existem hoje.

Então, achei muito interessante essa entrevista do Alexandre Garcia quando ele fala sobre o teste de álcool e drogas que está sendo feito nos pilotos – é lógico que prejudica a segurança de voo –, mas há outro problema mais sério, que não se detecta com exame de sangue ou fio de cabelo, que é a fadiga humana.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PAULO ROGÉRIO LICATI – Então, na verdade é isso aí, a fadiga funciona como uma droga mesmo e, quando a gente ouve falar de um aumento de jornada, se não houver base científica, isso traz um aumento de risco muito grande para a aviação.

Próximo.

Estudo desse autor, igual ao de 2003, mostra que qualquer jornada que ultrapasse 11 horas de trabalho – isso feito com pilotos lá nos Estados Unidos –, de 11 para 13 horas ou mais, a gente aumenta em quase 300% o índice de risco para acidentes e incidentes. Então, quando se coloca uma proposta dentro do Senado ou dentro da Câmara, a gente tem que seguir base científica. Quer dizer que, se a Câmara aprovar, nós vamos correr o risco de ter um transporte aéreo 300% mais arriscado do que hoje.

Então, quando eu falo assim que nós temos uma aviação envelhecida e que as pessoas não conseguem enxergar, já foi provado por empresas lá fora, EasyJet, entre outras, que gerenciar risco de fadiga humana, ter uma legislação adequada, reduz os custos das empresas aéreas. Quando se vê uma proposta dessas, a gente até duvida até de quem está colocando, porque qual é o objetivo disso? Agradar o patrão? Mas será que falaram para ele: "O senhor vai gastar mais dessa maneira." Eu acho que a gente tem que começar a ter a consciência, ter consciência, através da ciência. Não dá mais para aceitar a ignorância de maneira consciente.

Quanto ao art. 158 – próximo, por favor –, o Sr. Odilon falou muito bem que no Brasil as empresas aéreas investem um dinheiro pesado em cima da formação de pilotos. Agora, é inadmissível como investe o dinheiro e depois manda embora. Não dá para entender. As empresas contratam, investem milhões de dólares, depois põem na rua. Aí vai o piloto voar lá na Ásia, nos Emirados Árabes. E aí a gente se depara com isto: contratação de pilotos estrangeiros, uma coisa totalmente sem nexo, senhores. Não dá para entender qual o objetivo, o que está acontecendo no Brasil.

Primeiro, não se tem acordo salarial; depois, quer aumentar a jornada de trabalho; depois, quer contratar piloto estrangeiro. Qual é o objetivo? Leiloar o Brasil? Abrir os céus? O Brasil tem a sexta liberdade com os demais países aqui da América Latina. Então, hoje, por exemplo, já se anunciou que a TAM vai demitir pilotos também a partir de janeiro ou março. Olha só o contrassenso: a sexta liberdade dá permissão de uma empresa vir lá do Chile, por exemplo, pousar no Brasil, pegar passageiro e ir para outro lugar do mundo. Pode ir para a Europa, pode ir para os Estados Unidos, pode ir para qualquer lugar. Ela pode fazer isso. Tem a sexta liberdade. Agora, como é que a gente vai concorrer com uma empresa chilena, se os tributos aqui no Brasil são absurdos?! Só para ter uma ideia, lá no Chile, por exemplo, a carga tributária da empresa aérea é de 20%. O encargo trabalhista é de 18% para a empresa. Então, quer dizer, um piloto lá ganha mais que a gente aqui e custa mais barato para a empresa. Como é que nós vamos ter concorrência?

Acabou. Nós estamos aqui conversando que nós vamos disputar o carrinho de pipoca no aeroporto, porque não vai haver mais o que fazer. Então, se abrir o mercado para estrangeiro, aumento de jornada de trabalho, quer pagar mal para os pilotos aqui, abre o mercado para as empresas internacionais. O que vai sobrar para o Brasil?

Então, quer dizer que, enquanto for bom negócio aqui, as empresas estrangeiras vão estar de olho no Brasil. No dia em que não for, eles pegam os aviões deles e levam embora, e, aí, o brasileiro vai andar de carroça de novo, não é? Então, soberania nacional também está indo embora.

Então, ficam aqui os nossos sinceros protestos contra isso. Acho que não só o aumento da jornada de trabalho deve ser a retirado de pauta, para ser discutido com base científica, qualquer coisa que for votada sem o conhecimento científico, infelizmente, acho que a gente tem que apresentar a conta a quem aprovar isso – quando houver um acidente e morrerem pessoas. E esse outro que é um absurdo. Estamos ouvindo falar de demissões de pilotos e estão querendo contratar pilotos estrangeiros. Não estou entendendo, sinceramente.

Bom, eu acho que é isso. Foi muito bem passado o recado dos participantes da Mesa. Eu só queria dizer a vocês que vão fazer a negociação, não está na nossa mão, está na mão de vocês, peço, por favor, que cheguem a um consenso, porque, na verdade, quem vai sofrer somos nós lá na linha de frente, e, dependendo do estado em que as pessoas estiverem lá, isso afeta a segurança de voo. Porque o passageiro não quer nem saber se é o Sr. Odilon, se é a D. Graziella que está negociando, eles olham para gente, como piloto, e é a gente quem paga o pato. Na hora de o cara xingar a mãe, ele xinga a minha.

Bom, Senador, muito obrigado e espero que a gente chegue a um consenso que seja bom para todos.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Registro entre nós a presença de Marcus Vinícius Grandis, ex-comandante da WebJet, demitido da empresa no último dia 23; e também Maria Júlia Paula, servidora pública; Hugo Moreira, da Abrapac; Carlos Seixas, da Abrapac; Guilherme Ponzoni, representando a Gol Linhas Aéreas; Rubemar Borges, também representando Gol Linhas Aéreas; e Neto Mendanha, também aqui representando aqui a Gol Linhas Aéreas; Thaís Portilho, representando SNEA; Vívian de Paula; Sidney Cristóvão, ambos representando Gol Linhas Aéreas; Luiz Carlos, representando o Sindicato Nacional dos Aeroviários; Manoel Pereira, também do Sindicato Nacional dos Aeroviários; Luiz

Alberto Ferreira, da Webjet; Bruna Yunes, jornalista da Agência T1; e Vanessa Silvestre, da CBN.

Na pauta de reivindicação dos aeronautas, nós temos um pedido de reajuste de 11,4%. Atualmente, os pisos são: comissário de voo – R$2.589,78; mecânico de voo – R$ 3.884,67; pilotos – R$5.779,56. Diárias nacionais, de R$60,47; diárias internacionais/refeição de US$30, nos Estados Unidos; –35, na União Europeia; e US$25, se não me engano, na Alemanha; e um café de US$19, nos Estados Unidos; – na União Europeia; e US$12, na Alemanha – AL é Alemanha? América Latina. Desculpem-me.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Mas isso é o que nós estamos reivindicando.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Sim, eu estou dizendo exatamente isto: que os aeronautas estão reivindicando.

Eu vou apenas corrigir. Estão reivindicando US$25, na América Latina, com relação à refeição; com relação ao café, US$12, na América Latina.

Exigem também um seguro de R$20 mil; uma cesta básica de R$304,02; uma licença-maternidade que seja ampliada para os 180 dias; taxa de revalidação/reembolso em 48 horas; contribuição assistencial: duas diárias de alimentação, descontadas em duas parcelas, em janeiro e fevereiro de 2013.

Ainda, os aeronautas apresentam cláusulas novas:

1 – copiloto com salário fixado em 70% do valor do salário e hora de voo do comandante;

2 – vale-cultura: R$50,00 por mês em bônus para compra de ingressos, livros e CDs;

3 – salário mínimo do aeronauta: não poderá ser menor do que o salário do colega com menor tempo de casa na mesma função (igualdade remuneratória);

4 – anuênio: 1% a mais sobre o salário a cada três anos de trabalho contínuo na mesma empresa;

5 – (...)

6 – pagamento por hora de voo: as empresas deverão adotar o pagamento por hora de voo. Aquelas que pagarem por quilômetro deverão adequar-se em até seis meses;

7 – previdência complementar: as empresas deverão oferecer plano de previdência complementar administrado por entidade fechada para este fim;

8 – curso de sindicalismo: liberação de um dia por ano para curso de formação sindical.

Essas são as reivindicações dos aeronautas.

Passo, agora, às reivindicações dos aeroviários:

1) reajuste de 10%;

2) pisos: auxiliar de serviços gerais – R$980,16; auxiliar de manutenção de aeronaves – R$1.177,18; agente de proteção – R$1.117,33; operador de equipamento e viatura – R$1.300,00; despachante, agente de *check-in*, aeroporto – R$1.500,00; mecânico e manutenção de aeronaves – R$1.567,25;

3) vale-refeição: R$15,16 (6 horas) e R$20,66 (8 horas);

4) diárias nacionais: R$60,47 por refeição;

5) seguro: R$20 mil;

6) cesta básica: R$304,02 a todos os aeroviários;

7) contribuição assistencial: 1% do salário do mês em que aplicado o reajuste previsto na cláusula 2 e 1% do salário do mês subsequente à aplicação do reajuste.

Outras cláusulas reivindicadas pelos aeroviários:

1) prorrogação da licença-maternidade: adesão obrigatória ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770, de 2008, para que a aeroviária possa optar por ampliar por mais 60 dias a sua licença-maternidade;

2) proibição de descontos por quebra de caixa: as empresas não poderão descontar valores dos empregados por diferenças de caixa, a não ser que paguem ao aeroviário um adicional de 20% sobre o salário-base por quebra de caixa. O desconto deve ser lançado no recibo de pagamento;

3) doação de sangue: os aeroviários passam a ter direito a ausência legal para efetuarem doação de sangue;

4) creche: garantia de creche por 24 meses para filhos ou filhas de aeroviárias ou aeroviários.

A quinta e a sexta cláusulas são novas também:

5) curso de sindicalismo: liberação de um dia por ano para curso de formação sindical; e a última

6) as empresas de serviços auxiliares devem cumprir a CCT dos aeroviários e essa obrigação deve constar no contrato firmado pelas companhias aéreas.

Excepcionalmente, eu pergunto se o Marcus Vinícius está por aqui. (*Pausa*.)

Não, saiu.

Eu indago dos convidados se tem alguma pergunta que gostariam de fazer um para o outro. (*Pausa*.)

Vocês poderiam fazer a pergunta por escrito e encaminhar até mim. Se fizerem agora, eu já passo para quem vai responder.

O SR. PAULO ROGÉRIO LICATI – Só para constar, eu queria saber, sinceramente, eu estou curioso para saber de onde está vindo, se é do SNEA – essa é a pergunta direta que eu tenho de fazer – essa ideia de aumento da jornada de trabalho. Sim ou não? O senhor sabe me dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Se o senhor se sentir em condições de responder, pode responder; se não quiser responder, não é preciso.

O SR. ODILON JUNQUEIRA – A regulamentação brasileira da profissão do aeronauta, feita na época

em que o jacaré era pequeninho, é considerada uma das mais evoluídas do mundo, das mais modernas do mundo. Há uma ampla discussão na sociedade brasileira, nesta Casa, na Câmara, no sentido de que, com as inovações tecnológicas, com uma série de coisas, poderiam ser feitas algumas mudanças, mas sendo estritamente observada essa questão da fadiga.

Existem, em outros países, estudos – e não são é minha área, mas da área técnica do próprio Sindicato – que mostram que, hoje, podem ser feitas algumas mudanças muito atentas exatamente à questão da fadiga. Isso é uma ampla discussão; uma lei que tem de ser aprovada pelo Congresso Nacional, o que garante uma discussão importante, que será feita com toda seriedade. Eu tenho, para mim, que o que se pretende é atender melhor a todos os elementos, em função, principalmente, do desenvolvimento tecnológico que houve nos últimos anos.

Então, podem ser feitas algumas mudanças na regulamentação da profissão do aeronauta que, absolutamente, não significarão aumento de fadiga. Essa é a ideia em geral, mas essa é uma discussão muito ampla. Ela não parte sequer do SNEA. Como disse, é uma lei federal que só pode ser aprovada pelo Congresso Nacional. Então, acho que não há motivos para uma maior preocupação neste momento.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Primeiro, a senhora fará a pergunta para quem?

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Eu queria fazer a pergunta para duas pessoas da Mesa, se eu puder. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Quais são as pessoas?

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – À SAC e também ao representante do sindicato patronal.

A primeira pergunta é: qual o impacto da desoneração da folha das empresas a partir de janeiro deste ano com relação ao recolhimento de 1% do faturamento, em vez do que era previsto na arrecadação da previdência social? O setor aéreo foi contemplado com essa desoneração a partir de janeiro, e eu gostaria de saber qual foi o impacto, por empresa, dessa desoneração.

A segunda pergunta: quando vinculada à SAC, é porque entendo que a SAC faz política e cuida do setor aéreo. Na verdade, quando a SAC participou da discussão da desoneração, com certeza, analisou o impacto que isso ia causar. Isso significa dizer que as nossas negociações poderiam ser diferentes. Se a SAC não pensou nisso, está na hora de pensar.

A outra pergunta é: qual o impacto da redução da energia elétrica, que também será aplicada a partir de janeiro, no custo das empresas aéreas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Eu passo...

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Esses dados são muito importantes, porque o que estamos negociando agora é a inflação que passou em 2012, não é a futura, e as empresas se negam a apresentar uma proposta sequer contemplando o INPC.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Eu pergunto ao representante da SAC e ao representante do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias se têm condições de responder, se gostariam de responder. Se tiverem, V. Sªs têm a palavra.

O SR. ODILON JUNQUEIRA – Perfeitamente.

Eu gostaria de mencionar o seguinte: trouxe um documento que vou passar às mãos do Senador mostrando que, nos últimos dois anos, somente o combustível de aviação subiu 56%.

Os demais combustíveis não sobem, estão controlados. O combustível de aviação subiu, para ser preciso, 55,9%. Como eu disse, o combustível representa 42% do custo das empresas aéreas.

Graziella menciona redução da folha de pagamento. Ela será inteiramente diluída pela tarifa de navegação aérea em terminal, a chamada TAT, que, em janeiro de 2012, subiu 150%. Trago isso – vou deixar com o senhor, Senador – para que se tenha uma ideia dessa dimensão. Isso não impediu que, nos últimos anos, as convenções coletivas tenham sido fechadas com ganho real, mas está trazendo, como consequência, prejuízos econômicos bilionários no ano de 2012, daí a grande dificuldade da negociação. O prejuízo do setor se mede em alguns bilhões de reais. Essa é a verdade.

Graziella menciona que entregou uma pauta de reivindicação em outubro pedindo 12% de aumento, 11,4%. Amanhã é dia 1º de dezembro, a reivindicação é exatamente a mesma, eles estão pedindo 6% de aumento real; amanhã, dia 1º de dezembro, a reivindicação é exatamente a mesma de 1º de outubro, e acham que é a empresa que está... Empresas que estão com esse prejuízo dessa ordem é que estariam criando dificuldades.

Melhor do que eu falar, eu me permito ler um pequeno trecho de uma reportagem publicada pela jornalista Lucianne Carneiro em *O Globo* do dia 24/11/12, sábado passado: "Indústria de aviação tem custo alto e é pouco rentável [...]". Ela diz:

Aumento do preço do petróleo, alta do dólar e elevadas taxas aeroportuárias são algumas das razões que comprometem o ganho das empresas aéreas em todo o mundo. No Brasil, as dificuldades ainda incluem uma infraestrutura precária, apontam especialistas. [...]

*[*Outra especialista, Leila Almeida, da Lopes Filho*:] – É uma atividade extremamente difícil no mundo e muito mais [difícil] no Brasil. Não tem uma empresa aérea no Brasil que não fechou suas portas [...].*

Ela se refere, evidentemente, às empresas Varig, Vasp, Transbrasil, Cruzeiro do Sul, Rio Sul, Nordeste, só para citar algumas. E todo o esforço atual é exatamente para evitar que isso volte a ocorrer, porque não há nada pior do que isso.

"O professor da Fundação Dom Cabral Paulo Vicente Alves lembra que a indústria de aviação é uma das menos rentáveis entre os diferentes setores." São pequenas pinceladas feitas por especialistas que não são ligados a qualquer empresa aérea, mas que bem retratam as dificuldades por que passa esse setor.

Então, Graziella, você, tão bem quanto eu, sabe do quanto o custo Brasil tem impactado enormemente os resultados das empresas aéreas e que essas mudanças e questões de folha de pagamento estão completamente diluídas nessas outras questões.

Há muitos anos, o sindicato vem repetindo que o dólar, o dólar, que basta o dólar mudar de direção que muda o balanço... Primeiro, o dólar não muda de direção com essa facilidade, pelo contrário, ele está apontando sempre para uma direção um pouco maior, ele tem subido bastante. Só este ano, o dólar já subiu 24%, Graziella. Então, é esse o impacto da taxa de câmbio, só este ano, no balanço das empresas.

Nada assegura às nossas empresas – a empresa nenhuma, aliás – ou tem assegurado a reposição da inflação nas suas receitas, nenhuma lei. Nem no trabalho, hoje em dia, a lei assegura. Não há mais garantia de reposição de inflação na cláusula salarial, é livre negociação. Agora, a verdade é que os trabalhadores, com muita habilidade, com sindicatos muito aguerridos, têm conseguido essa reposição. Na outra ponta, do ponto de vista das empresas, a empresa não tem garantia nenhuma. Não há nenhuma garantia de que você vai indexar sua receita pela inflação, e tem que pagar os salários indexados. Isso está criando problemas de grande monta, mas há que se reconhecer que os problemas no setor aéreo estão mais atrelados a esses que são mencionados nessa reportagem e a essas tarifas que eu diria até exorbitantes que são pagas no Brasil.

Eu passo, então, esse documento a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Eu acho que já recebi.

O SR. ODILON JUNQUEIRA – Já recebeu? Então, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – O representante da SAC considera que a pergunta já foi respondida.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Posso fazer uma observação, Senador?

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Eu vou lhe conceder 2 minutos nas considerações finais. Serão 2 minutos apenas, para que as pessoas sejam breves.

Passo a palavra ao representante da SAC, Antônio Espósito Neto para as suas considerações finais, por apenas 2 minutos.

O SR. ANTÔNIO MARIA ESPÓSITO NETO – Gostaria novamente de parabenizar a iniciativa da Subcomissão.

Cumprimentar a todos os presentes pelo bom nível do diálogo. Aliás, como sempre, porque desde que estivemos juntos o diálogo sempre foi em bom nível, sempre demonstrando subsídios e trazendo informações relevantes para o diálogo.

Queria dizer também, Senador, que a Secretaria de Aviação Civil, criada no passado, tem, dentro de suas atribuições, a coordenação da Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias (Conaero), que reúne diversos órgãos públicos, como a Receita Federal, Vigiagro, o próprio comando da Aeronáutica, a Anac, e, dentro do Conaero, existe um comitê de comissões especiais que se debruça, desde o ano passado, nessa operação de final de ano, visando a melhorarias, porque nessa época, além da questão da data-base aqui colocada, há uma demanda muito forte pelo transporte, é uma época de chuva, isso também causa alguma dificuldade para o setor. Mas, no ano passado, já foi possível uma redução nos atrasos, em relação ao final do ano de 2010, de 20% para 14%, em função desse planejamento de final de ano. É um planejamento que envolve treinamento, envolve aumento de efetivo nos órgãos públicos, envolve uma coordenação com as companhias aéreas e a gente considera que está trazido resultado positivo.

Então, eu queria dizer, dentro das competências da SAC, em especial de coordenação do Conaero, o que está sendo feito para tentar minimizar ou se possível sanar essa preocupação com o final de ano.

Muito obrigado de novo pelo convite e permanecemos à disposição no que puder ajudar.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Agradeço a presença.

Passo a palavra ao Dr. Ricardo José Macedo de Britto, Procurador Regional do Trabalho, representando a Procuradoria-Geral do Trabalho, por 2 minutos, para as suas considerações finais.

O SR. RICARDO JOSÉ MACEDO DE BRITTO PEREIRA – Bom, eu faço votos aqui que as partes negociantes celebrem um acordo, evitem, realmente, o transtorno de uma paralisação no final do ano,

que desgasta trabalhadores, usuários e empresários, olhem para a negociação coletiva como um instrumento importante no ordenamento jurídico, na Constituição.

Hoje em dia, negociar é uma exigência para uma dispensa em massa, como ocorreu recentemente. A Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho é nesse sentido. A questão está chegando ao Ministério Público e o Ministério Público vai tomar as providências necessárias para resolver esse impasse. Isso é até uma decorrência lógica da Constituição. Se você, para reduzir o salário, precisa da negociação coletiva, a medida mais drástica, que é colocar o trabalhador na rua, evidentemente exige a negociação também.

O Ministério Público está atento a essa questão, vai tomar providências não só com relação a isso, à negociação coletiva, mas também ao que foi relatado aqui, já há procedimento no Ministério Público em relação ao excesso de jornada de trabalho, à pressão que vêm sofrendo os trabalhadores do setor aéreo – pressão de ambos os lados, dos empresários, que querem aumentar ainda mais o seu ganho, e da população, que se vê muito prejudicada na prestação desses serviços, pois aumentou muito o número de pessoas usuárias desse serviço, e o setor não tem tido condições de oferecer um serviço adequado.

Então, estamos atentos também a essa questão da pressão que sofre o trabalhador e vamos tomar as providências. Depois, eu vou até levar esse vídeo para, na Procuradoria, instaurar os procedimentos ou subsidiar os procedimentos que já estão abertos com relação a essa questão.

Portanto, essa é a posição do Ministério Público, parabenizando, mais uma vez, o Senado pela convocação da presente audiência.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Passo a palavra ao representante do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, Odilon Junqueira, para que faça suas alegações finais, as suas ponderações finais.

O SR. ODILON JUNQUEIRA – Senador, eu gostaria de agradecer especialmente ao senhor o convite, a todos desta Casa e aos demais componentes da Mesa.

Nós estamos ainda no meio do processo negocial. Como bem disse a Graziella, nós temos, ainda, pelo menos três reuniões marcadas, e eu sou sempre otimista e acredito que a gente possa chegar a bom termo nessas negociações.

Evidentemente, as empresas aéreas, junto com seus funcionários, junto com as autoridades, farão tudo que estiver ao seu alcance para possibilitar que todos os brasileiros possam ter um final de ano tranquilo, no que diz respeito à questão dos transportes aéreos, nesta época tão importante para a sociedade brasileira, que são essas comemorações do Natal e do final do ano.

Por hora é só. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Eu agradeço e passo a palavra à representante do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Graziella Baggio.

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – Bem, Senador, eu gostaria de agradecer a iniciativa, num momento tão importante que envolve a vida dos aeronautas e aeroviários. É um momento de negociação anual e um momento bastante trágico, com essa iniciativa, esse ímpeto de acabar com uma empresa do dia para a noite. Mais de, por enquanto, 850 demitidos, numa data também bastante significativa, porque essas pessoas não têm sequer a possibilidade, hoje, de serem admitidas em outra empresa.

As empresas estão reduzindo suas ofertas, estão reduzindo seus voos e, aí, não é querer cutucar, mas só esclarecer, a desoneração da folha de pagamento veio no sentido de garantir a eficiência da economia brasileira, neste momento bastante delicado, e, também, impedir que as empresas aéreas façam demissões. Esse foi um dos argumentos utilizados para a liberação da desoneração da folha de pagamento das empresas, de todos os setores, e eu acho que está sendo transgredida essa questão quando a empresa demite dessa forma ou quando ela se nega a repor, inclusive, a inflação do ano que passou.

A redução do setor elétrico, das despesas elétricas também vai ter algo significativo, em torno de 20%, 25% das contas elétricas, e acho que a SAC tem de ficar bastante alerta, porque a gente sabe o quanto as empresas se sensibilizam com esses aumentos de tarifa, obviamente, com um resultado péssimo dos balanços das empresas, mas isso não pode ser levado em conta única e exclusivamente, sem contar com a participação da mão de obra de fato, que está fazendo essa aviação nas condições que estão colocadas.

Quero deixar, aqui, para os senhores que nós repudiamos, o Sindicato Nacional dos Aeronautas repudia, sobremaneira, toda e qualquer iniciativa de mudança de regulamentação, tal e qual está sendo tocada na Câmara dos Deputados.

Aqui, esta Comissão – de que, agora, se não me engano, o senhor vai cuidar – era oriunda de um projeto de lei e também não houve discussão nenhuma, mas o Sindicato já se manifestou, aqui, sobre a necessidade, se isso for acontecer, de estudos científicos acompanhados por instituições de porte, no sentido de analisar as condições de trabalho, higiene e saúde do trabalhador da aviação, antes de qualquer mudança de proposta de regulamentação.

Por último, o Sindicato Nacional dos Aeronautas, o dos aeroviários e a federação, a Fentac, da qual eu sou diretora, eu posso afirmar, estamos bastante empenhados em chegar a um bom termo nessa negociação, mas depende de uma palavra mágica que foi colocada pelo Procurador, e eu acho que ela é bastante sintomática: a coerência dos empresários.

É difícil, diante de toda essa pressão que o setor vem vivendo nesses últimos anos, com o fechamento de várias empresas. Essas pessoas estão vendo suas condições de trabalho sendo precarizadas constantemente – precarizadas constantemente, isso é um fato concreto; depois, posso até relacionar para os senhores – e, ao chegar a uma data base, não há a sensibilidade sequer de discutir questões que são colocadas por necessidade imediata do trabalhador, e o sindicato patronal se nega a discutir ou sequer repor aquela inflação que nós já consumimos no nosso salário desde o começo do ano passado, que não foi pequena, deve chegar em torno de 6% este ano. E as empresas ainda não fizeram esse esforço extraordinário.

Quando Odilon diz que os trabalhadores não apresentaram contraproposta, sou obrigada a... Eu conduzi a assembleia em São Paulo...

(Soa a campainha.)

A SRª GRAZIELLA BAGGIO – ... e eu sou obrigada a dizer que não foi bem isso não, Odilon. Isso foi colocado na mesa para o negociador. Os aeronautas insistem que a proposta tem que vir contemplada através do INPC integral e um aumento real sim nos salários, porque a produtividade da empresa no ano que se passou superou 5,5% sim. E não é à toa, é baseado em dados efetivos de voo e custo que os trabalhadores pediram 11,4% na sua reivindicação, porque isso tem como ser comprovado, como já fizemos várias vezes no próprio TST. Você tem que justificar a pedida, e a pedida justifica sim 5,4% de aumento real, exatamente porque a produtividade da empresa, as condições que foram impostas com os milhares de demissões que aconteceram esse ano, com a redução do número de comissários a bordo, colocando em risco a segurança de voo – inclusive patrocinada pela Anac, essa redução – trouxe às empresas uma bela economia sim. E nós não achamos justo este final de ano as empresas radicalizarem e não virem com uma proposta que venha cobrir INPC e contemple aumento real.

Portanto, a proposta foi feita sim, Odilon, só o SNEA não quis entender.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Agradeço as palavras.

Registro, mais uma vez, a ausência, a importante ausência do representante do Sindicato Nacional dos Aeroviários. Nós temos duas categorias, aeronautas e aeroviários, e é eu não diria um desrespeito com a classe, mas a ausência é preciso ser relevada e é preciso verificar se há justificativa, num momento tão essencial, para a ausência de um representante de um sindicato tão importante quanto é o Sindicato Nacional dos Aeroviários.

Por fim, concedo a palavra ao gestor da Comissão de Fadiga da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil, Paulo Rogério Licati.

O SR. PAULO ROGÉRIO LICATI – Senador, muito obrigado pela oportunidade. Gostaria de agradecer a todos pelo ótimo padrão de discussão.

Desejo que a gente chegue ao final com uma boa solução para todos, para as empresas e para os trabalhadores, e que, daqui para frente, que a gente possa, mais do que só discutir em final de ano, entender que os trabalhadores, principalmente os pilotos, que controlam o custo de 45%, 42% das empresas, que é o combustível, isso está na mão da gente, que a gente pode ter propostas de economia de combustível. Já foi feita uma proposta da Abrapac diretamente ao Presidente da TAM, foi feita diretamente ao Presidente da GOL, sem sucesso, nem receberam para escutar a proposta. A Azul já escutou, já gostou. É uma proposta de como os pilotos podem colaborar para a economia de combustível aqui no Brasil e redução do CO_2.

Então, acho que isso tem que ser ouvido. A gente tem muito como colaborar com isso. Só para se ter uma ideia, cada piloto, em estudos feitos, consegue economizar de R$150 mil a R$200 mil, R$250 mil por ano para uma empresa aérea, dependendo do tipo de operação que se fizer e dependendo do tipo de incentivo que for.

Para deixar gravado, a Abraphe – Associação Brasileira dos Pilotos de Helicóptero fez um simpósio no dia 8 de novembro, em São Paulo, na Universidade Anhembi Morumbi, onde tivemos presente o Sr. Marcos José de Barros Martins, falando sobre o pré-sal e o futuro da aviação de *offshore*.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROGÉRIO LICATI – Nesse seminário, ele falou que a Petrobras, hoje, está investindo 0,5% do seu faturamento bruto para a formação de pilotos de helicóptero, porque parece que haverá uma falta grande. E eles estavam preocupados. Até então não investia, mas parece que agora está havendo investimento. Ele apresentou um plano de formação de pilotos para o pré-sal.

Deixo aqui o pedido dos pilotos, Sr. Senador, no sentido de que V. Exª possa ajudar a evitar, pelo menos enquanto não amadurecemos melhor a ideia, que venha a ser aprovado do art. 158, que aprova a contratação de pilotos estrangeiros. Lembramos que temos uma empresa que acabou de fechar, com vários profissionais na rua e que ainda há ameaça de demissões para o ano que vem. Então, acho que o Brasil tem de investir nas pessoas daqui; está cheio de gente querendo uma oportunidade. Acho que pagamos nossos impostos para isso.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (João Costa. Bloco/PPL – TO) – Só há uma solução para resolvermos os grandes problemas: conversando. Não existe outra. Só há uma maneira para encontrarmos as soluções para os grandes problemas: o diálogo. Não existe outra maneira, não existe outra forma.

É muito fácil buscarmos os culpados diante de um problema tão grave que ocorre na aviação civil. Podemos culpar os aeroviários, podemos culpar os aeronautas, os empregadores, podemos culpar o Governo; podemos culpar todos e podemos chegar à conclusão de que o certo é não culpar ninguém e sentarmos à mesa para encontrar uma solução.

Penso que o Governo Federal precisa rever questões com relação aos empregadores, com relação à aviação civil regular e não regular. Penso que, se a situação melhorar para os empregadores, certamente também vai melhorar para os empregados, para os aeroviários e para os aeronautas. Mas é uma questão grave, não é um problema que se resolve apenas dentro do sindicato laboral ou do sindicato patronal. É muito mais grave. Envolve o Governo, envolve famílias, as famílias que são usuárias do serviço e as famílias que estão desamparadas com a demissão; famílias que vão passar um Natal bem diferente do que poderiam passar, se estivessem empregados seus patriarcas e suas matriarcas, e recebendo. De repente, os pais e as mães se veem desempregados, e os filhos sofrem. E esse é o presente de Natal que reservamos às famílias dos trabalhadores na aviação civil.

Então, o Governo precisa ser muito responsável e nós, do Congresso, também precisamos ser responsáveis na medida em que aprovamos leis e projetos de lei aqui. É fundamental, o Brasil precisa crescer, o Brasil precisa se desenvolver, mas o Brasil precisa respeitar os direitos dos trabalhadores. Nós não vamos crescer, nós não vamos ser a potência que podemos ser se desrespeitarmos os direitos dos trabalhadores. A CLT já é uma senhora com mais de 70 anos, e nós precisamos respeitar todos os direitos que estão na CLT desde a sua redação original e os que foram agregados de lá para cá. Só assim, respeitando o direito daqueles que trabalham, daqueles que impulsionam o Brasil com seu suor e, às vezes, com seu sofrimento também, nós vamos ter um Brasil melhor, um Brasil diferente, o Brasil do século XXI, o Brasil que todos esperamos.

As reivindicações dos dois Sindicatos, dos aeroviários e dos aeronautas, foram apresentadas, e está presente o representante do sindicato dos empregadores. Penso que, juntos, não só os dois sindicatos, não só os dois grupos, mas os dois grupos, o Governo Federal e este Parlamento precisam conversar. Quem sabe encontramos uma solução que vai nos afastar do caos aéreo do final do ano, que vai nos afastar do desemprego e que vai proporcionar melhor condição de vida para todos, para aqueles que estão trabalhando e querem continuar a fazê-lo em condições melhores, para aqueles que estão exercendo a atividade empresarial e querem continuar exercendo-a também em condições melhores, dando ao público, aos usuários, uma condição cada vez melhor.

Então, é preciso conciliar essas diferenças. É preciso navegar nesses estreitos – estamos diante de estreitos –, é preciso navegar com muita habilidade.

A mensagem que deixo, para finalizar esta audiência pública, é de otimismo, de esperança, para aqueles que foram demitidos no último dia 23, para aqueles que foram demitidos em outra oportunidade, mas sempre envolvidos, dentro do mesmo contexto, que é essa crise da aviação, que não é dos empregados – volto a insistir –, que também não é dos empregadores, mas é de todos nós.

Só vamos conseguir resolver esses problemas se tivermos a certeza e a convicção de que essa crise é nossa e de que precisamos enfrentar, com coragem e determinação, todos esses problemas.

Como disse no início, só há uma maneira de solucionar os grandes problemas: conversando. Não existe outra maneira. Não é com agressões, não é falando alto, não é endurecendo, não é chantageando. É conversando.

Espero que o Governo esteja aberto ao diálogo, que os dois sindicatos estejam abertos ao diálogo e que também os empregadores o estejam. Posso falar em nome do Senado Federal. Tenho certeza de que esta Casa está aberta ao diálogo, está aberta para sentar, conversar e dar a sua sugestão, porque o Senado quer e almeja o melhor para o Brasil e todos nós.

Registro entre nós a presença do Prof. Marcelo Neves, um dos maiores professores de Direito que o Brasil tem, ex-professor da Universidade Federal de Pernambuco, atualmente professor da Universidade de Brasília e que tanto nos honra com sua visita. É sem-

pre uma alegria, Professor, recebê-lo aqui no Senado e em qualquer lugar em todos nós estivermos.

Muito obrigado.

Declaro encerrada esta reunião e desejo a todos uma boa tarde.

(Iniciada às 10 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM VINTE E OITO DE NOVEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 15 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, na sala de reuniões número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Eduardo Amorim, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg, Romero Jucá, Ivo Cassol e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Dias, João Durval, Lídice da Mata, Ana Amélia, Ricardo Ferraço, Vital do Rêgo, Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Cássio Cunha Lima e Maria do Carmo Alves. Justifica a ausência o Senador Benedito de Lira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Dando prosseguimento, a Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a discussão e a votação das Emendas da Comissão ao Projeto de Lei de nº 24/2012-CN (PLOA 2013) a serem apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em seguida o Presidente concede a palavra ao Coordenador das Emendas, Senador Ivo Cassol, para proferir o seu parecer sobre as emendas e as suas considerações. O Relator explana que foram apresentadas 76 (setenta e seis) Emendas ao PL nº 24/2012-CN, de autoria dos Senhores Senadores Benedito de Lira, Vanessa Grazziotin, Lúcia Vânia, Acir Gurgacz, Romero Jucá, Ana Rita, Ana Amélia, Cícero Lucena, Vital do Rêgo, Lídice da Mata, Eduardo Braga, Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg. Após a leitura do relatório, usam da palavra os Senadores Romero Jucá e Ana Rita. A Comissão concorda com as Emendas sugeridas, com exceção da Emenda nº 28, que é substituída pela Emenda de nº 05, sendo ajustado o subtítulo Nacional a esta. Submetidas a votação, a Comissão aprova **4** (quatro) **Emendas de Apropriação de Despesa**, distribuídas conforme segue**: Emenda nº 1 – UO 53101 – Apoio a Obras Preventivas de Desastres – Nacional-NA – Valor 200.000.000; Emenda nº 2 – UO 56101 – Administração da Unidade – Nacional-NA – Valor: 152.734.500; Emenda nº 3 – UO 54101 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística – Nacional-NA – Valor: 550.000.000;** e **Emenda nº 4 – UO 56101 – Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado) – Nacional-NA – Valor: 200.000.000.** Em seguida, a Presidência comunica que nos termos dos arts. 43 e 44, inciso I da Resolução nº 01/2006-CN, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da Reunião que as aprovou. Neste sentido, o Presidente propõe a dispensa da leitura da ata e a submete a aprovação. **A ata é aprovada**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Selma Míriam Perpétuo Martins, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Amorim,** Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 19ª Reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo ao Projeto de Lei nº 24, de 2012-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013.

A Comissão recebeu 76 emendas. Foi designado coordenador da emendas o Senador Ivo Cassol.

Concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol para fazer a leitura do seu relatório e suas considerações.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Boa tarde, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

Vamos ao voto aqui.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao PLOA 2013, por esta Comissão, das seguintes propostas de emendas, conforme o anexo quadro de detalhamento: Emenda n° 06 – Readequação dos Meios de Tecnologia da Informação, do Senador Benedito de Lira; Emenda n° 25 – Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística, do Senador Romero Juca, que engloba a programação das Emendas nºs 3, 7, 13, 17, 31, 38, 42 e 48, de autoria dos Senadores Benedito de Lira, Vanessa Grazziotin, Lucia Vânia, Acir Gurgacz, Ana Rita, Ana Amélia, Vital do Rêgo e Lídice da Mata; Emenda n° 27 – Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas (Papel Passado), do Senador Romero Jucá, que atende às ações da Emenda n° 4, do Senador Benedito de Lira; e a Emenda n° 28 – Amortecimento de Cheias, da Senadora Ana Rita, que engloba as ações das Emendas n°s 14, 19, 33, 35, 56, 63 e 70, de autoria dos Senadores Acir Gurgacz, Ana Rita, Ana Amélia, Lídice da Mata e Eduardo Braga.

As emendas escolhidas contemplam programação do Ministério das Cidades, do Ministério da Integração Nacional e do Ministério do Turismo obedecida a restrição do número de emendas que podem ser apresentadas pela Comissão, num total de quatro.

A Emenda n° 27, relativa à ação de regularização fundiária em áreas urbanas, reveste-se de grande importância para a eficiência da execução de diversas outras ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, já que a titularização da propriedade e requisito para a regular execução das demais iniciativas.

Por sua vez, a Emenda n° 6, relativa à readequação de sistemas informatizados do Ministério das Cidades, visa a desenvolver programas de Tecnologia da Informação em projetos de monitoramento e fiscalização das políticas públicas, principalmente em obras do PAC.

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Pois não.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, quero louvar o relatório do Senador Ivo Cassol. Acho que todas as questões levantadas são importantes, mas eu gostaria de fazer uma sugestão ao Senador Ivo Cassol.

Nós concordamos com todas as emendas, mas uma emenda prevê a atividade de combate às cheias. Portanto, é importante, mas é apenas um dos pontos de desastres naturais. Nós temos várias emendas aqui, também do Ministério da Integração em nível nacional, que é apoio a obras preventivas de desastres. Então, essas obras de desastres podem prever cheias, secas, desmoronamentos... Então, na verdade, é uma emenda genérica nacional mais ampla e teria condições de atender a outras questões que não só a cheia. A cheia também seria atendida, porque é um desastre natural, mas nós teríamos, efetivamente, uma maior amplitude se acatássemos, no lugar das cheias, a Emenda nº 5, do Senador Benedito de Lira, a Emenda nº 10, que é igual, da Senadora Vanessa Grazziotin, a Emenda nº 15, e por aí vai.

Então, a minha proposição é que nós pudéssemos trocar a emenda que trata de cheias pela emenda que trata de apoio às obras preventivas de desastres com R$200 milhões, exatamente para ficar mais abrangente.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – No meu relatório...

A Emenda nº 5...

Eu estou explicando para a Senadora Ana Rita, que teve sua Emenda nº 28 excluída, e a justificativa do Senador Romero Jucá vem de encontro porque não atende só à cheia, é desastre. Então, desastre, tudo que vem, pode ser cheia, pode ser seca...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Desmoronamento.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Então, se a Senadora Ana Rita concordar...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Senador Romero Jucá, eu quero entender melhor porque o objetivo da apresentação dessa emenda é porque vivemos em cidades onde qualquer chuva inunda tudo. Então, é preciso fazer obras também de contenção dessas cheias, obras de drenagem dessas águas e também perto de rios. Quer dizer, acho que amortecimento de cheias também significa problemas por onde passam rios que precisam de obras, de alguma maneira conter essas águas, em períodos de chuvas.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – (*Fora do microfone*) ...do Ministério da Integração, a mais ampla é essa de desastres naturais, que contempla a questão das cheias...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Contempla também as cheias?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Contempla a questão do rio, das inundações e, na verdade, contempla outras atividades também.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Se contempla, tudo bem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – E nós ficamos inseridos no PPA, no programa específico do Ministério da Integração.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Então, está bom. Se contempla... Então, está bem, Senador, porque a preocupação nossa é justamente essa.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Nós vamos colocar recurso para isso; é muito importante.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Porque, com certeza, também obras de prevenção contra desastres são extremamente necessárias, principalmente em áreas de morros.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Em Boa Vista, temos também muita inundação e, na verdade, a gente...

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Porque nós temos um olhar para as áreas de morro e para as áreas baixas. Então, é preciso ter política para essas duas realidades.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Claro. Mas a área prevê as duas questões.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Está bom. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – De fato...

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Está acatada? Está acatada a mudança? Então, portanto, fica substituída a Emenda nº 28 pela nº 5, e o valor fica em R$200 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com as emendas sugeridas pelo nobre Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Nos termos dos arts. 43 e 44, inciso I, da Resolução nº 1, de 2006 –CN, as emendas deverão ser enviadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, juntamente com a ata da reunião que as aprovou.

Nesse sentido, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata corrente, contendo as emendas destacadas e aprovadas.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*, juntamente com as respectivas notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 43 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 52 minutos.)

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM DOZE DE DEZEMBRO DE 2012, QUARTA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NA SALA DE REUNIÕES Nº 15 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia doze de dezembro de dois mil e doze, na sala de reuniões número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Eduardo Amorim, Vice-Presidente, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Ciro Nogueira, Cícero Lucena, Eduardo Amorim, Paulo Paim, José Pimentel, Rodrigo Rollemberg e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, João Durval, Ana Amélia, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Cássio Cunha Lima, Maria do Carmo Alves e Mozarildo Cavalcanti. Justifica a ausência o Senador Benedito de Lira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião. A Presidência esclarece que, conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião tem por objetivo a apreciação de proposições: ITEM 1 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2010 – Complementar, que Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, para alterar o método de cálculo dos coeficientes individuais de participação no FPM – Interior, e dá outras providências. **Autoria:** Senador Tião Viana. TRAMITA EM CONJUNTO COM – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2010 – Complementar, que Dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios que apresentaram redução do coeficiente a partir do Censo de 2010. **Autoria:** Senador Sérgio Zambiasi. TRAMITA EM CONJUNTO COM – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 712, de 2011 – Complementar, que Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, o Decreto-Lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981, e a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, para incluir a superfície dos entes participantes entre os critérios considerados no cálculo dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios. **Autoria:** Senador Walter Pinheiro. **Relatoria:** Senador José Pimentel. Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2010 – Complementar, com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 320, de 2010, e nº 712, de 2011 – Complementares. Resul-

tado: Adiado. ITEM 02 – Não Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 410, de 2012 – Complementar, que Altera a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências, para incluir os municípios de Alto Paraíso de Goiás e São João d'Aliança, ambos situados no Estado de Goiás, na RIDE. **Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Adiado. ITEM 03 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 143, de 2012, que Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o Vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata e outros. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 01 e 02-CMA. Resultado: Adiado. ITEM 04 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, de 2011, que Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, denominado Estatuto da Cidade, para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes. **Autoria:** Senadora Ana Amélia. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 05 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2010, que Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), com o objetivo de estabelecer a obrigatoriedade da realização de estudos geológicos, geotécnicos e topográficos, prévios, para a construção de qualquer espécie de edificação em encostas de morros, montanhas, maciços, terrenos alagadiços ou sujeitos à inundação e em outras áreas do gênero, comprovadamente de risco. **Autoria:** Senador Romeu Tuma. **Relatoria:** Senadora Lídice da Mata. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Adiado. ITEM 06 – Terminativo – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 331, de 2006, que Acresce parágrafo único ao art. 48 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Autoria:** Senadora Roseana Sarney. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. EXTRAPAUTA ITEM 01 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 28, de 2012 Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e no art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 25–CDR, de 2012, que trata de audiência pública para debater os problemas e soluções que envolvem o desabastecimento de milho no mercado interno, a inclusão do Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, o Sr. Rubens Rodrigues dos Santos, e do Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Milho – ABRAMILHO, o Sr. Alysson Paolinelli, na qualidade de convidados. **Autoria:** Senadora Lídice da Mata. Resultado: Aprovado. ITEM 02 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 29, de 2012 Nos termos do art.113, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, que "Dispõe sobre normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no País" seja apreciado em reunião conjunta das comissões constantes do despacho inicial, Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Sociais; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa. **Autoria:** Senador Eduardo Braga. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e um minuto, lavrando eu, Marcus Guevara S. Carvalho, Secretário Adjunto da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Amorim,** Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião Ordinária da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Lembro aos Srs. Senadores que a Ata da 20ª Reunião Ordinária desta Comissão, realizada em 28/11/2012, já foi aprovada, tendo em vista que a referida reunião foi destinada à discussão e votação das emendas da CDR à Lei Orçamentária Anual, e, nos termos do art. 44, inciso I da Resolução nº 1/2006, "as emendas de comissão deverão ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidiu por sua apresentação".

Há sobre a mesa um requerimento da Senadora Lídice da Mata:

Com fulcro no art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e no art. 90, II, do Regimento Interno do Senado

Federal, requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 25-CDR, de 2012, que trata de audiência pública para debater os problemas e soluções que envolvem o desabastecimento de milho no mercado interno, a inclusão do Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Sr. Rubens Rodrigues dos Santos, e do Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho), o Sr. Alysson Paolinelli, na qualidade de convidados.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu peço para votar os dois requerimentos extrapautas em bloco, em função de que nós temos que participar da Sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco/PSC – SE) – O.k. Atendido. Acolhido.

O segundo requerimento é de autoria do Senador Eduardo Braga:

Nos termos do art. 113, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, que 'dispõe sobre normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no País' seja apreciado em reunião conjunta das comissões constantes do despacho inicial, Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Sociais; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa.

Indago aos Srs. Senadores presentes sobre a inclusão dos requerimentos como itens extrapauta.

Todos os que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a inclusão dos requerimentos.

Os requerimentos receberão os números de 28 e 29 e serão deliberados ao final desta.

Coloco em votação os dois requerimentos: o requerimento da Senadora Lídice da Mata e o do Senador Eduardo Braga.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 28, de 2012

Com fulcro no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e no art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em aditamento ao Requerimento nº 25–CDR, de 2012, que trata de audiência pública para debater os problemas e soluções que envolvem o desabastecimento de milho no mercado interno, a inclusão do Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, o Sr. Rubens Rodrigues dos Santos, e do Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Milho – ABRAMILHO, o Sr. Alysson Paolinelli, na qualidade de convidados.

Autoria: Senadora Lídice da Mata

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 29, de 2012

Nos termos do art.113, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, que "Dispõe sobre normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no País" seja apreciado em reunião conjunta das comissões constantes do despacho inicial, Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Sociais; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa.

Autoria: Senador Eduardo Braga)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 1 minuto.)

ATA DA 30ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

Às catorze horas e cinquenta e dois minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, na sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ,** reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, CASILDO MALDANER, SÉRGIO SOUZA, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, CYRO MIRANDA, ANTONIO CARLOS RODRIGUES, ANGELA PORTELA, EDUARDO SUPLICY, JOÃO DURVAL, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP e MOZARILDO CAVALCANTI.** O Senhor Presidente da Comissão, Senador **ACIR GURGA-**

CZ, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas de Apropriação e Remanejamento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA ao **PROJETO DE LEI Nº 24/2012-CN –** que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013 **(MENSAGEM Nº 91/2012-CN e Nº 387/2012, na origem)**. Em seguida, o Presidente esclarece que, dentre 78 (setenta e oito) emendas de apropriação apresentadas e nenhuma de remanejamento, foram deliberadas na Comissão, as 4 (quatro) emendas, de apropriação, de acordo com suas relevâncias para o País. A Comissão aprovou, tendo como Relator o Senador **Sérgio Souza**, as seguintes emendas de apropriação: **Emenda nº 1 – CRA: 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário Nacional, Valor: 600.000.000**; **Emenda nº 2-CRA: 20Y6 – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária – Nacional, Valor: 200.000.000**; **Emenda nº 3-CRA: 210X – Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – Nacional, Valor: 400.000.000**; **Emenda nº 4-CRA – 20Y0 – Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola – Nacional, Valor: 300.000.000.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado ao Projeto de Lei nº 24, de 2012, do Congresso Nacional, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2013" (Mensagem nº 91, de 2012; nº 387, de 2012, na origem).

Esclareço à Comissão que foram apresentadas 78 emendas ao PLN nº 24, de 2012, da LOA 2013, conforme o quadro que se encontra sobre as bancadas.

Para discutir e debater o assunto, com a palavra o Relator, Senador Sérgio Souza, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz. Eu trouxe o relatório, nessa correria nossa do dia a dia. Ainda há pouco, debatíamos com o Ministério da Agricultura sobre a questão das emendas.

Passo a relatar, Sr. Presidente.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) recebeu, no prazo estabelecido na convocação, 78 (setenta e oito) propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 24, de 2012-CN (PLOA 2013), todas de apropriação, conforme o Anexo 1 ao presente relatório.

Análise, Sr. Presidente.

A Emenda 73, na unidade orçamentária 74101 – Recursos sob a Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional – Ministério da Fazenda, na ação 0300 – Equalização para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992), é inadmissível, vez que deveria ter sido apresentada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que trata da matéria.

A CRA, nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, e do respectivo parecer preliminar, pode apresentar até 4 (quatro) emendas de apropriação ao PLOA 2013, relativas à matéria que lhe seja afeta regimentalmente, requisito preenchido por todas as demais 77 (setenta e sete) propostas de emendas ao presente Projeto.

No Anexo 2, as propostas de emendas foram agrupadas por ação, escolhendo-se as 4 (quatro) emendas a serem apresentadas pela CRA com base no critério do maior número possível de proposições sugeridas pelos Srs. Senadores.

Passo, então, Sr. Presidente, ao voto.

Do exposto, votamos no sentido de que a CRA apresente à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), as seguintes 4 (quatro) emendas de apropriação ao PLOA para 2013.

Eu voto, Sr. Presidente, da seguinte forma:

Atendimento da Emenda nº 8, no 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na ação/subtítulo 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário Nacional, alterando-se o seu valor para R$600.000.000 (seiscentos milhões de reais), sendo R$ 150.000.000 no GND 3, MA 40; R$ 150.000.000 no GND 3, MA 90, e R$300.000.000 no GND 4, MA 40. A emenda é do Senador Romero Jucá, essa nº 8, e nela aglutinadas a Emenda nº 5, da Senadora Ana Amélia; nº 12 e nº 14, do Senador Valdir Raupp; nºs 20, 28 e 36, do Senador Acir Gurgacz; nº 37, do Senador Sérgio Souza; 48 e 60, do Senador Waldemir Moka; 72, do Senador Cyro Miranda, e n º 77, também do Senador Acir Gurgacz. O valor desta emenda foi aumentado, tendo em vista o grande número dos Srs. Parlamentares que sugeriram recursos para esta ação.

Também foi atendida a Emenda nº 24 no 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na ação/subtítulo 20ZW – Promoção da Defesa Agrope-

cuária, Coordenação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – Suasa Nacional, no valor de R$225.000.000 (duzentos e vinte e cinco milhões), emenda esta sugerida pelo Senador Acir Gurgacz e nela aglutinadas a Emenda nº 25, também do Senador Acir Gurgacz, 50 e 51 do Senador Waldemir Moka.

Emenda nº 4, que também foi atendida na 22202 – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), na ação/subtítulo 20Y6 – Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária – Nacional, alterando seu valor para R$200.000.000 (duzentos milhões de reais), sendo R$100.000.000 no GND 3 e R$100.000.000 no GND 4. Esta emenda foi sugerida pela Senadora Ana Amélia, nela aglutinadas a Emenda nº 1, do Senador Antonio Carlos Rodrigues; nº 11, do Senador Valdir Raupp; nº 16, do Senador Delcídio Amaral; nº 26, do Senador Acir Gurgacz; nº 38, do Senador Sérgio Souza; nº 52, do Senador Waldemir Moka, e nº 78, do Senador Jayme Campos.

(*Pausa.*)

Sr. Presidente, em face da intervenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário... A próxima emenda é destinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nós fizemos uma partilha entre... São quatro emendas. A intenção é atender à agricultura por completo. Atendemos a uma emenda na Embrapa; duas emendas no Ministério da Agricultura, sendo uma para investimentos e ações próprias aos agricultores, e uma outra para a proteção do nosso território, no que diz respeito à sanidade animal; e uma quarta emenda nós destinamos ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Face à intervenção da assessoria do Ministério, que acompanha a nossa reunião, para que nós façamos uma mudança dessa emenda do MDA, eu solicito a V. Exª a suspensão dos trabalhos, por 5 minutos, para que a gente possa adequar o texto à sugestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu também agradeço ao Senador Sérgio Souza pelo seu trabalho à frente do relatório, para que a gente possa colocar no PLOA 2013 as propostas de emendas.

Acato a sua sugestão para que a gente interrompa os trabalhos por 5 minutos para ouvirmos o Ministério do Desenvolvimento Agrário, já que é muito mais fácil nós fazermos isso agora do que estarmos com dificuldade de aplicar os recursos durante todo o ano de 2013. Vamos tirar a dúvida, então.

Fica suspensa, por 5 minutos, a nossa reunião.

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é suspensa às 15 horas e 04 minutos e reaberta às 15 horas e 09 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro reaberta a 30ª Reunião para discutirmos as emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Com a palavra o Senador Sérgio Souza, para continuar a leitura do seu relatório.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, retomando o relatório, então, estamos fazendo a substituição da Emenda 43 pela Emenda 19, Emenda de autoria do Senador Acir Gurgacz. Também apresentaram emendas no mesmo sentido o Senador Romero Jucá, o Senador Waldemir Moka e o Senador Cyro Miranda. A Emenda será para o Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais no Programa 2029, na Ação 210X.

Então, Sr. Presidente, eu aproveito para relembrar o início do voto, antes de entrar em discussão, quais foram as emendas acatadas. Nós acatamos uma emenda para a Embrapa, que é a emenda para desenvolvimento e pesquisa.

A Resolução nº 1, de 2006-CN, destina que esta Comissão pode propor até quatro emendas ao Orçamento.

Uma emenda nós destinamos à Embrapa para pesquisa e desenvolvimento agropecuário.

Uma emenda foi para o Mapa, para investimentos em infraestrutura em favor do produtor rural – e aí podemos entender máquinas, estradas rurais, aquisições de investimentos, como calcário. É uma emenda bem ampla, inclusive discutida com a assessoria do Ministério da Agricultura.

Uma outra emenda, de autoria do Senador Waldemir Moka, do Senador Acir Gurgacz e de outros Senadores, como Jayme Campos, é para colocarmos recursos para defesa agropecuária, principalmente a questão da aftosa, que não tem previsão orçamentária. Então, a defesa agropecuária.

E a quarta emenda, no Ministério de Desenvolvimento Agrário – essa agora que acabei de relatar –, que é Apoio ao Desenvolvimento Sustentável em Territórios Rurais.

Então, ficaria atendido o Ministério da Agricultura, o Ministério do Desenvolvimento Agrário e também a Embrapa. E o Ministério da Pesca passa a ser atendido de forma indireta, porque, quando se atende tanto no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para os territórios – e segundo assessoria do Ministro podem ser todos os Municípios, não só aqueles dos territórios rurais – e também em funções parecidas dentro do Ministério da Agricultura, isso é para máquinas. E as máquinas são, em muitos Municípios, utilizadas para a construção de lâminas d'água, de represamento para a criação da piscicultura.

Então, Sr. Presidente, como Relator dessas emendas, coloco como sugestão essas quatro emendas à deliberação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço ao Senador Sérgio Souza pelo seu trabalho com relação ao nosso relatório.

O Relator concluiu que as emendas atendem às disposições constitucionais e legais aplicáveis e, no mérito, pela apresentação das emendas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em discussão a matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Para discutir, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, quero, primeiro, elogiar o trabalho do Relator, Senador Sérgio Souza, entendendo que essa é uma missão espinhosa. São várias emendas, os interesses são muitos.

Acabei de relatar na Comissão de Infraestrutura e posso avaliar a dificuldade que teve o Senador Sérgio Souza de alinhavar critérios que possibilitem o atendimento... Imagino isso.

Mas, Sr. Presidente, quero fazer uma observação e, como sou autor de uma das emendas aprovadas, queria fazer uma proposta. Quando nós vamos tratar de vigilância, no plenário, na hora da discussão do Orçamento – V. Exª já sabe, eu já presidi a Comissão Mista do Orçamento – o critério, o argumento para alocarmos recurso na vigilância sanitária é muito mais forte. E a pesca, que tem um Ministério que está começando, não tem essa facilidade.

Então, sou um dos autores, não estou sozinho. Acho, Senador Sérgio Souza, que se pudéssemos colocar nessa emenda... E V. Exª, tanto quanto eu, é um grande crítico, sempre digo isso. Mas só que, este ano, também estamos aprovando um projeto do Senador Antonio Russo que não vai mais permitir o contingenciamento do recurso de vigilância animal e vegetal.

Por tudo isso, queria propor essa inversão, porque na pesca eles vão ficar, realmente... E esta é a única Comissão, Presidente Acir Gurgacz, que pode contemplar a área. Veja que contemplamos o Ministério da Agricultura, o de Desenvolvimento Agrário, mas não estamos contemplando o Ministério da Pesca, que tem uma ligação grande com esta Comissão.

Evidentemente que, se não houver acolhimento, ressonância no que estou fazendo, eu venho aqui para me somar e votar favoravelmente. É apenas uma contribuição que estou tentando dar a esta Comissão, em função de serem três Ministérios, e ficarem Agricultura, Desenvolvimento Agrário, e a Pesca ficar de fora. Parece-me que, talvez, devêssemos analisar essa possibilidade.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Concordo com V. Exª que poderíamos reestudar e colocar assim, se o nosso Relator...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Vou sugerir um procedimento para chegarmos a um entendimento.

Eu já li o relatório. O que podemos fazer é uma alteração pelo Relator. Se não for assim, teríamos que destacar a emenda do Senador Waldemir Moka. Destacando a emenda do Senador Waldemir Moka, também a Comissão terá que decidir qual é a emenda que vamos ter que retirar.

Então, pelo que entendi, a sugestão do Senador Waldemir Moka, que foi atendido nas quatro emendas, aqui acatadas pela...

Nas quatro emendas, V. Exª foi...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Por favor, Senador Sérgio Souza, eu seria o último a reclamar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu sei.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu estou apenas ponderando uma situação que me parece... Só ponderar, não é... Pelo amor de Deus...

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – A sugestão de procedimento seria a seguinte: primeiro, que nós possamos consultar o Plenário acerca da retirada da emenda da defesa agropecuária, e saber do autor da emenda, Senador Waldemir Moka, se é a Emenda 47, que trata da promoção da sanidade e da qualidade da promoção pesqueira e aquícola. Qual é a emenda?

Já que o Relator está aqui...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Eu posso fazer uma observação?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não. Com a palavra o Senador Relator.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Essa questão da defesa animal e vegetal é tão séria, que, Senador Moka, eu apresentei no relatório preliminar a condição de, como Relator Geral, apresentar uma emenda de Relator para atender a essa questão.

Então...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Ela estaria contemplada.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Em tese, eu o farei como Relator Geral. Então, não precisaria haver a emenda aqui, porque eu farei isso como Relator Geral, inclusive inserindo em mais de um programa, exatamente porque é um assunto grave, as fronteiras estão abertas. Nós temos problemas na Amazônia, em todos os lugares, na Região Centro-Oeste. Portanto, eu fiz isso e vou fazê-lo como Relator Geral, em mais de uma funcional programática. Portanto, não precisaria a Comissão gastar uma emenda aqui, porque o farei como Relator Geral.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradeço ao Senador Romero Jucá.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Só um minutinho, Senador Moka.

Agradeço as colocações do Senador Romero Jucá, que veio contribuir – e muito – para podermos definir as emendas da Comissão de Agricultura.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu só quero dizer que eu não estava combinado com o Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não, mas é a experiência da Casa

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu dizia que essa questão é tão forte, o apelo é tanto, que nós não iríamos ter nenhuma dificuldade de alocar recursos. E aí estávamos deixando de fora o Ministério da Pesca, que é algo muito importante, talvez não para o meu Estado, mas para outros Estados que têm como fonte a pesca.

É só para corroborar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, V. Exª me permite falar pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Abraços à parte de V. Exªs, eu vou, mais uma vez, interromper por 5 minutos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Só um minuto, Sr. Presidente, para um aparte, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Senador Waldemir Moka, o Paraná é um dos grandes produtores de peixe, principalmente a região oeste, que tem clima e altitude favoráveis, temos lâminas d'água, vários frigoríficos. Então, eu considero realmente plausível.

Tendo a intervenção do Relator Geral do Orçamento, Senador Romero Jucá, que vai inserir uma emenda...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT) – Senador Sérgio Souza, inclusive, o aniversário é dele, mas ele que traz o presente para nós hoje.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu acato como emenda de Relator aqui, também, para que nós possamos fazer alteração, só aguardando, então, chegarem os dados da emenda, para que possamos fazer a leitura, a fim de que fique registrada nos Anais desta Casa.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – Eu acompanho a emenda do Senador Moka, porque eu também tenho uma semelhante, que é a Emenda nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem! Nós teremos as Emendas 56, 32 e...

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco/PR – SP) – E a Emenda nº 3.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – ... e a Emenda 3, que serão contempladas...

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, só para checar que são emendas nacionais, porque eu cheguei agora; estou pegando o bonde andando, para que não haja nenhum problema no Comitê de Admissibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – São emendas nacionais todas as três. A Emenda nº 3, nº 32 e nº 56.

Senador Sérgio Souza, para relatar.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, proponho a substituição da Emenda anteriormente relatada, nº 24, e as demais Emendas sugeridas no mesmo sentido, pelas Emendas 56, 32 e 3, de autoria dos Senadores Waldemir Moka, Antonio Carlos e Acir Gurgacz.

A Emenda 56 é na função 20Y0 – Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola, no valor de R$300.000.000 (trezentos milhões de reais).

Este é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Só para registrar que eu tenho uma emenda também, Emenda nº 7, nessa questão pesqueira também.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Constará do relatório, também atendida a Emenda nº 7, do Senador Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Finalizando os nossos trabalhos com relação

às emendas. A importância é exatamente a discussão, o debate, para que possamos produzir um relatório o mais próximo possível da necessidade dos nossos Estados e dos Municípios brasileiros.

Não havendo mais discussão, coloco em votação o relatório do Senador Sérgio Souza.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As quatro emendas aprovadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente reunião, lembrando que nós teremos uma audiência pública, na sequência, para discutir o biocombustível.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 23 minutos

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2012.

Às quinze horas e vinte e três minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, no Plenário 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALADANER, SÉRGIO SOUZA, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, CYRO MIRANDA, ANTONIO CARLOS RODRIGUES, ANGELA PORTELA, EDUARDO SUPLICY, JOÃO DURVAL, ROMERO JUCÁ, VALDIR RAUPP, MOZARILDO CAVALCANTI, CIDINHO CAMPOS, WELLINGON DIAS, VANESSA GRAZZIOTIN, PAULO DAVIM e PAULO PAIM**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Antonio Russo, Zeze Perrella, Rodrigo Rollemberg, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Gim e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à Audiência Pública, em cumprimento ao **Requerimento nº 36, de 2012-CRA**, de autoria do Senador Sérgio Souza, aprovado em 21.11.2012, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2010, que Dispõe sobre a Política Nacional para os Biocombustíveis, com a presença dos seguintes convidados: **Srª Cristiane Zulivia de Andrade Monteiro –** Superintendente Adjunta de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – **SBQP/ANP** (representante de: Srª Magda Maria de Regina Chambriard); **Sr. Francesco Gianetti –** Assessor Jurídico da União da Indústria de Cana-de-Açucar – **UNICA** (representante de: Sr. Antônio de Pádua Rodrigues); **Sr. Juan Diego Ferrés –** Presidente do Conselho de Administração da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene – **UBRABIO**; **Sr. Miguel Nery –** Gerente de Projetos da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – **ABDI** (representante de: Sr. Mauro Borges Lemos); **Sr. Júlio César Minelli –** Diretor Superintendente da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil – **APROBIO**. Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senadores Acir Gurgacz, Sérgio Souza e Casildo Maldaner. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **–** Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico à Comissão o recebimento do Aviso nº 1.440, de 8 de novembro do corrente ano, subscrito pelo Ministro Benjamin Zymler, Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do Processo nº TC 009.242/2011-2, que trata de auditoria operacional com objetivo de analisar a estrutura e os mecanismos voltados aos financiamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), antigo Banco da Terra.

Informo ainda que esta Comissão receberá delegação da Comissão da Alimentação, Agricultura e Defesa do Consumidor do Parlamento Federal Alemão, em visita de parlamentares da Alemanha ao Senado Federal, a realizar-se dia 3 de dezembro de 2012, às 16 horas.

A presente reunião destina-se a audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 36, de 2012 – CRA, de autoria do Senador Sérgio Souza, aprovado em 21/11/2012, com a finalidade de instruir o Projeto

de Lei do Senado nº 219, de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional para os Biocombustíveis, com a presença dos seguintes convidados.

Convido a fazer parte da Mesa a Drª Cristiane Zulivia de Andrade Monteiro, Superintendente Adjunta de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Convido também o Dr. Francesco Giannetti, Assessor Jurídico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica).

Convido também o Dr. Juan Diego Ferrés, Presidente do Conselho de Administração da União Brasileira de Biocombustível e Bioquerosene (Ubrabio). Seja bem-vindo.

Convido também o Dr. Miguel Nery, gerente de projetos da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

E convido ainda o Dr. Julio Cesar Minelli, Diretor Superintendente da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (Aprobio).

Agradeço a todos pela sua presença aqui conosco, porque teremos um debate importante sobre biocombustíveis. Sejam bem-vindos.

Esta audiência, Srªs e Srs. Senadores, tem como finalidade discutir propostas para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional para Biocombustíveis. Ela atende ao requerimento do Senador Sérgio Souza, do PMDB do Paraná, que é Relator da matéria aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

A matéria deverá ser apreciada também pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Constituição e Justiça. É bom lembrar que esse Projeto de Lei foi elaborado na Comissão de Serviços de Infraestrutura em 2010, sob a Presidência do Senador Fernando Collor.

O texto do Projeto foi elaborado por um grupo formado pelos Senadores Inácio Arruda, Gilberto Goellner e Delcídio do Amaral. O Projeto é fruto de sete audiências públicas sobre o assunto e diversas sugestões de entidades ligadas ao setor. Em março deste ano, a representação brasileira no Parlamento do Mercosul, o Parlasul, aprovou parecer favorável ao PLS nº 219/10, que dispõe sobre a Política Nacional para Biocombustíveis.

O debate sobre o uso de biocombustíveis tem aumentado em todo o mundo, uma vez que os combustíveis fósseis como o petróleo, carvão e gás natural, embora mais utilizados, são finitos e poluidores do meio ambiente. No caso brasileiro, tanto o etanol quanto o biodiesel são considerados combustíveis avançados do ponto de vista ambiental, dentro dos padrões internacionais.

A falta de uma política nacional de biocombustíveis prejudica toda a cadeia produtiva do setor e principalmente o consumidor brasileiro. Nesse sentido, a Política Nacional para os Biocombustíveis deve preencher as lacunas do marco legal para o setor, definindo critérios para a produção, distribuição e comercialização dos mesmos.

De acordo com o Projeto, a produção nacional de biocombustíveis seguirá as diretrizes de proteção ao meio ambiente, conservação da biodiversidade, utilização racional de recursos naturais, respeito à função social da propriedade, respeito ao trabalhador e respeito à livre concorrência. A política nacional para o setor deverá assegurar a crescente participação dos biocombustíveis na matriz de combustíveis brasileira, em razão de seu caráter renovável e dos benefícios econômicos, sociais, ambientais decorrentes do seu uso.

Consulto o Senador Sérgio Souza se gostaria de se pronunciar antes. (*Pausa.*)

Então, iniciando os nossos trabalhos, passo a palavra ao Dr. Juan Diego Ferrés, Presidente do Conselho da Administração da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio).

Dr. Juan, pergunto se 15 minutos são suficientes.

O SR. JUAN DIEGO FERRÉS – Acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, o senhor tem 15 minutos para se pronunciar.

O SR. JUAN DIEGO FERRÉS – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, Sr. Relator Sérgio Souza, Srs. Senadores presentes e autoridades, representantes da imprensa, boa tarde para todos.

O Brasil iniciou, em 2005, uma ambiciosa agenda de produção de biodiesel. A importância dos combustíveis líquidos reside em que têm uma alta densidade energética e são uma das poucas alternativas para embarcar nos veículos que precisam de combustíveis. É importante pensar nisso porque é altamente estratégico. Até a atualidade, somente se conseguia produzi-los dos fósseis, do petróleo. Só a partir das últimas décadas, começou-se através do etanol, uma iniciativa também brasileira, e, a partir de 2005, a produção de biodiesel completou o segundo grande universo de motores, que são os motores de ciclo Diesel, junto com os motores de ciclo Otto, praticamente completando a totalidade dos motores que requerem combustíveis líquidos.

Importante dizer que a liderança no Brasil nessa área não decorre apenas da magnitude, senão que os potenciais, os atributos brasileiros – que vão de ter a terra disponível, mão de obra, insolação, disponibilidade de água – colocam o Brasil como a grande oportunidade

de ter uma alavanca ao desenvolvimento comparável àquele destaque que tem sido dado ao pré-sal como possibilidade de alavancar o salto do Brasil para passar a fazer parte das nações desenvolvidas.

A distribuição social do Brasil... Está projetando em algum lugar? Não? (*Pausa.*)

A distribuição territorial demonstra nós termos 106 milhões de hectares, ali em verde, de áreas disponíveis para agricultura, junto com 345 milhões de hectares da Região Amazônica, junto com 220 mil hectares de pastagens, que produzem com extrema ineficiência, porque estão, na maior parte, degradadas. Então, os potenciais que o Brasil reúne para, além de produzir biocombustível ambientalmente correto, criar uma alavanca de desenvolvimento são enormes.

A biodisponibilidade também de diferentes espécies vegetais permite criar um entusiasmo muito grande, porque, além da soja – que hoje é matéria-prima preponderante em programa de biodiesel –, nós vamos ter inúmeras outras espécies que estarão concorrendo, de uma forma darwiniana, para tomar o lugar da soja, como matéria-prima principal no futuro. Só que o Programa de Biodiesel atualmente está alicerçado na mistura obrigatória, por um simples motivo, que é...

Tem que ir passando. É, isso.

Nós paramos de crescer em 2010, embora já estivesse previsto que o B5 seria alcançado até 2013. Ocorre que, no governo do Presidente Lula, houve antecipações, e, em 2010, o Brasil já atingiu o B5. A partir daí, ficou estancado, em termos relativos, no B5 até o momento. Daí requerer a discussão que nesta Comissão está sendo travada, para estabelecer novas estratégias e novo marco regulatório que permitam avançar novamente. E o mercado aguarda ansiosamente essas diretrizes, não apenas os produtores, os agricultores, como também outros *stakeholders* que seriam interessados no País, como, por exemplo, cidadãos brasileiros das grandes metrópoles, porque as questões ambientais passam também pela poluição do ar das grandes metrópoles.

E cabe dizer que os motores de ciclo Diesel estão passando por grandes modificações tecnológicas, que os colocam dentro de uma eficiência ímpar de competitividade frente às outras alternativas, e também no binômio não apenas de eficiência, como de menor poluição. E quanto maior a parcela de biodiesel no tanque, esse efeito redutor da poluição é cada vez mais marcante. Nós temos uma transparência que ilustra claramente as reduções de monóxido de carbono e hidrocarbonetos, material particulado e, principalmente, os derivados do enxofre. O último item, que seria óxido de nitrogênio, é corrigido, na tecnologia atual, no catalisador das emissões no escapamento. Então, não é o caso de levar em consideração.

Daí que nós visualizamos uma grande concorrência não apenas entre combustíveis, biocombustíveis, senão também entre variedades de matérias-primas, regiões, países, e as alternativas mais eficientes e que deverão prosperar. Mas, dessa competitividade, o único que está fora é o fóssil. Por quê? Porque o petróleo existe há milhões de anos, está reservado nas profundezas, basta retirá-lo para usá-lo. Ele vem com uma enormidade de vantagens, tanto que mobilizou um desenvolvimento ímpar no século passado, na era industrial, tudo de bom, exceto que já descobrimos, a sociedade, não apenas a brasileira, mas a global, que a limitação apareceu do outro lado do balcão, do excessivo uso, desmedido, descontrolado, que colocou a humanidade defrontada com o maior problema da atualidade, que são as mudanças climáticas, que geram um grau de incerteza para o futuro absolutamente grave. Ainda não se enxerga claramente como isso pode ser controlado.

Os benefícios ambientais do biodiesel não passam apenas pelo controle da questão da pegada do carbono, ele também é isento de hidrocarbonetos, principalmente cíclicos, que, nas emissões dos derivados do petróleo, são cancerígenos, provadamente, portanto, afetam muito significativamente a saúde, e a presença do oxigênio nas moléculas de biodiesel, o que favorece uma melhor combustão.

Aqui, na transparência, a gente vê dois filtros. O da direita é um filtro com queima de *diesel*, de petróleo, e o da esquerda, o mesmo filtro, após queimar a mesma quantidade, pelo mesmo tempo, com o biodiesel. Vocês veem que a diferença do material particulado, que seria o preto, o da direita, é muito significativa.

Os impactos da primeira fase do PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel passaram. Primeiro, foi o Programa socioeconômico de maior sucesso do Governo Lula, espetacularmente impactante em relação não apenas aos assuntos objetivamente mencionados até agora, da pegada do carbono e da contaminação do ar, mas principalmente com relação à inserção social, à promoção da agricultura familiar e à promoção de diversas áreas da economia e de diferentes regiões do País, especialmente aquelas mais atrasadas.

Expandiu-se muito rapidamente o parque industrial. Temos um mapa que ilustra que o número inicial de oito usinas multiplicou-se para sessenta e quatro na atualidade, sessenta e cinco, distribuídas em todas as regiões do País, atingindo uma capacidade de 100,7 milhões de toneladas, aproximadamente. Segundo a Getúlio Vargas, representou R$4 bilhões em investi-

mentos no período de 2005 a 2010, e 1,3 milhão de empregos. A agricultura familiar foi promovida através de ações direcionadas, de acordo com regras do MDA, com a concessão do Selo Social, promovendo um aumento no número de famílias inseridas no Programa, que, em 2005, era de 16 mil para, em 2011, alcançar perto de 105 mil famílias. Essa aquisição da agricultura familiar representava 34% das aquisições para a produção de biodiesel, totalizando 276 milhões no início, em 2008, para 1,5 bilhão em 2011.

Também o número de cooperativas aderindo a esse programa saltou para sessenta e cinco, tendo começado com seis cooperativas, inicialmente. Esses números mostram a expressão do impacto da promoção da agricultura familiar através do Programa Nacional de Biodiesel.

A diversificação de matérias-primas também é um ponto relevante, que está no planejamento do Governo para o Programa de Biocombustíveis. Diferentes sólidos constituem matéria-prima para o biodiesel, mas é preponderante, já se sabia disso desde o início, a soja. A soja é preponderante por um simples fato: pela escala que ela já reunia quando o Programa começou, porque a escala é fundamental para o sucesso de qualquer cadeia de valor. Esse fator de inserção da soja justificou-se também porque o crescimento da demanda de consumo de óleo de soja alimentício era de 1,8% no início, em 2005, crescendo anualmente 1,8%, e a oferta crescia 7,5% ao ano, decorrendo daí a queda dos preços do óleo.

Já está perto dos 15 minutos? (*Pausa.*) Ainda posso continuar.

Portanto, se não houvesse uma iniciativa em relação ao uso do óleo de soja para biocombustíveis, você teria a queda dos preços, e estaria instalada a famosa crise de abundância, de que o Ministro Roberto Rodrigues sempre falava, o que poderia ocorrer, inclusive, na próxima safra, porque nós já temos uma safra sendo plantada que vai produzir 82 milhões de toneladas de soja, agora, em 2013. Ao invés de estarmos preocupados com isso, nós estamos tranquilos de que nós vamos ter não uma crise de abundância, senão abundância de oferta de farelo para as cadeias da indústria de carnes brasileira, que, no mesmo período do Programa de Biodiesel, atinge uma maturidade de competitividade global que a levou a ser a maior do mundo. E as empresas brasileiras, diga-se de passagem, com a ajuda do BNDES, viraram as maiores e mais bem-sucedidas empresas de carnes do mundo.

A cadeia de produção está ilustrada nessa transparência. Naturalmente, ficou óbvio, pelo recado do Presidente, devo ser breve, mas o importante é que 80% da produção da soja vai para farelos e proteínas que alimentam as cadeias de carnes, e 20% é apenas a parte do óleo que se dedica à produção de biodiesel.

Agora nós vamos comentar um pouquinho os outros óleos, também, que foram incorporados, além da soja. Hoje, 13% é sebo animal, totalizando mais de 400 mil toneladas por ano, um número surpreendente, e esse número tende a crescer a cada ano.

O algodão, que não se usava. O caroço do algodão contém um óleo bastante aproveitável para algumas finalidades, até alimentícias, mas, principalmente, cresceu a partir do Programa de Biodiesel. Hoje, é 4% da matéria-prima do programa, e 2% são óleos incipientes, que são diferentes óleos. Algumas culturas nem eram colhidas e passaram a ser colhidas, uma vez que o Programa de Biodiesel criou mercado para elas.

Portanto, pela Getúlio Vargas, que fez um estudo a respeito, nós deveríamos, num crescimento do B5 atual para B20, requerer, provavelmente, quase 3 milhões de toneladas de outros óleos, além do de soja, e esses 3 milhões, na verdade, já representariam um valor muito maior do que todo o Programa de Biodiesel atual. E isso poderia ocorrer, talvez, num horizonte até o ano de 2020.

Portanto, não apenas a agricultura familiar se beneficiou do Programa de Biodiesel, mas também toda a economia agrícola do País, todas as regiões do País, principalmente onde mais cresceu a fronteira agrícola, a região denominada Mapito – Maranhão, Piauí, Tocantins – e Bahia. Nós atendemos uma demanda de alimentação de 40 milhões de brasileiros que ingressaram na classe média brasileira, criando uma demanda por alimentos industrializados, sem pressões de inflação, porque a inflação é sempre lembrada como um dos grandes entraves ao aumento do B5 no biodiesel, porque existe certa preocupação em relação ao custo do biodiesel ser um pouco maior do que o de *diesel* de petróleo.

E, sim, eu gostaria de abordar esse assunto, é importante, Sr. Presidente. É o seguinte: são produzidos ao redor de 150 milhões de toneladas por ano de óleos vegetais, dos quais 25 milhões já vão para programas de biodiesel, não no Brasil, mas no mundo inteiro. Daí que os preços dos óleos vegetais passaram a ser influenciados pelo preço do petróleo, e o preço do petróleo tem aumentado a cada ano, elevando junto consigo os preços dos óleos vegetais, que, por sua vez, representam o custo do biodiesel.

Esse é um fenômeno que apenas tem assustado aos técnicos do Ministério da Fazenda do Brasil, porque, de resto... Eu faço um desafio para os senhores compreenderem o que eu vou falar: se estiver subindo o petróleo na Arábia Saudita, ou em qualquer país da Opep, ninguém ficaria infeliz na Arábia Saudita. Mes-

mo que o *diesel* na Arábia Saudita, ou a gasolina na Arábia Saudita, aumentasse de preço, a Arábia Saudita seria muito beneficiada por qualquer incremento no preço do petróleo.

Da mesma forma, no Brasil, a cada vez que os óleos vegetais valem mais, influenciados seja pelo preço do petróleo, seja pelas outras circunstâncias que afetam as *commodities*, o Brasil está ganhando com isso. E, ao invés de termos inflação, nós temos uma realimentação muito forte da economia, por meio do desenvolvimento das regiões, da oferta de divisas e da oferta de alimentos a um custo mais barato no mercado interno, e que são eventualmente até deflacionados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dr. Juan, eu não costumo interromper, mas eu preciso fazer uma pergunta.

O SR. JUAN DIEGO FERRÉS – Faz muito bem. Deve interromper.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O custo do biodiesel ainda é muito superior ao custo do óleo *diesel*. A tendência é a de se manter ou a de se equiparar? É o custo de produção. Não é o preço do biodiesel que está sendo puxado pelo preço do petróleo; é o custo de produção do biodiesel brasileiro.

O SR. JUAN DIEGO FERRÉS – Mas, de certa forma, sim. Só vou pedir desconto por esse tempo que vou gastar para responder ao Presidente. *(Risos.)* Eu só vou falar depois 2 ou 3 itens bem curtos.

Esse ponto é relevante. Noventa por cento do custo de biodiesel são de solos vegetais. Para o Brasil exportar largamente solos vegetais, temos uma exportação de mais 1,5 milhão de toneladas de óleo de soja todo ano, independentemente do que se usa para biodiesel e para o alimento no Brasil, nós também exportamos para o mundo sem querer saber para que será usado. Um milhão e meio de toneladas por ano, e era um pouquinho mais ainda. Esse valor é influenciado na exportação pelo preço do petróleo também, porque os solos vegetais são *commodities* que valorizam influenciadas pelo preço do petróleo.

Isso é muito bom para o Brasil, porque este País exporta mais da metade da soja que produz, perto de 35 a 38 milhões, estimados para a próxima safra, de soja exportada *in natura*, sem agregar valor. Por esse valor, estamos recebendo o dobro de antes.

Com o óleo acontece a mesma coisa: 1,5 milhão de toneladas que valiam, no início do programa, 350 dólares por tonelada e agora 1.200 dólares por tonelada.

Então, o Brasil está adquirindo maior valor por um volume exportado também maior, independentemente de estar gastando 2,5 milhões de toneladas de óleo de soja para produzir o biodiesel aqui.

Então, essa é a analogia que fiz com a Arábia Saudita.

(Soa a campainha.)

O SR. JUAN DIEGO FERRÉS – Aproveitando os minutos finais, queria mencionar o biodiesel metropolitano, que é um ponto extremamente importante, porque capta os benefícios ambientais do biodiesel de uma forma muito mais marcante, porque temos milhões de brasileiros, respirando, todo ano, ar de qualidade ruim, e pode ser avançado rapidamente, através da Agenda Conama, que já existe, com a finalidade de reduzir o enxofre do petróleo.

Nessa Agenda, aderindo ao biodiesel, por exemplo, a meta de 20%, que denominamos de B20, poderia imediatamente haver uma melhora significativa ou uma redução de mortes ou óbitos e afastamento de trabalho.

Assim, é extremamente significativo, muito motivador para os Parlamentares poderem inserir isso nas análises, no sentido de influenciar que a Agenda Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente) incorpore também o biodiesel.

Já falamos um pouco dos custos relativos. Então, vamos pular isso.

É importante deixarmos bem claro os desafios para o futuro.

O crescimento do biodiesel para B7 deveria ser uma necessidade imediata, até mesmo porque formam parte da expectativa da sociedade brasileira, especialmente do setor produtivo e dos agricultores. Em não ocorrendo, estará instalando-se uma crise no setor. Isso é absolutamente claro. Aqui há outros representantes que poderão atestar isso.

Mas o crescimento, a curto prazo, até 2015 ou 2016, progressivamente até B10, poderá criar uma musculatura nas outras oleaginosas, nas outras alternativas para poderem concorrer com a soja. Estamos criando uma situação de constrangimento do desenvolvimento que iniciou até 2010. Diversas outras oleaginosas começaram a surgir e a querer aparecer, lado a lado, com o óleo de soja, e a repressão significada pelo atraso, agora, de 2010 a 2013, sem perspectiva do novo marco regulatório, termina inviabilizando esse processo, porque entendo que, ao concorrer com a soja, esta prevalecerá, pois ela está vivendo mais da venda de proteína para os alimentos do que do óleo para biodiesel.

Enquanto que, para se plantar o dendê, numa cultura que leva 5 anos para se começar a produzir, há um milhão de hectares estimulados pelo governo Lula que estão começando a ter seus projetos desestruturados. É lamentável essa situação, porque é aquele "*go, stop and go*", "*go, stop and go*". É uma pena, uma perda de

energia, uma perda de investimentos, de que estejamos sem crescer no biodiesel nos últimos três anos.

Aqueles que acreditaram no País, não apenas no Governo, deixaram suas expectativas, digamos assim, numa indefinição, a fim de ver para que lado o Conama deve continuar.

Bem, outro ponto importante de se mencionar – é inovador, e são cinco palavras, porque não vamos falar de coisas que fazem parte do entusiasmo do futuro, mas existe uma grande perspectiva de grandes ganhos e incrementos de eficiência de produção – não apenas em materiais para biodiesel, mas também para alimentos – do desenvolvimento de algas.

Quando nós sabemos que a agricultura tem produzido às vezes mil ou às vezes 6 mil quilos de óleo por hectare, por ano, quando nós enxergamos experiências práticas, já da ordem, por exemplo, de 20 mil hectares no mundo, que, em vez de produzir 6 mil quilos, produzem 1,5 milhão de quilos, ou seja, 1.500 toneladas por ano, por hectare, aí nós vemos que isso é importante e merece a devida atenção de qualquer nação.

Nós sempre temos ouvido falar que a atual população de 7 bilhões de pessoas no mundo não deveria poder ultrapassar 9 bilhões por impossibilidade de recursos. E a gente vê que – não é que eu esteja apregoando que deva aumentar mais a população –, mas eu digo, a criatividade, a tecnologia e a inovação, realmente, criam novos marcos que eram inimagináveis 10 anos atrás.

Nós estamos falando de produções que são 100 ou 500 vezes maiores em uma mesma área, quando, afinal, tudo se trata de captação da energia solar, através do processo fotossintético. Todas as plantas o fazem, e também as algas o fazem. E as algas fazem menos uso até de água, porque o faz em um ambiente fechado e interno, que são os fotobiorreatores, enquanto que, nas plantas, a evaporação de água torna-se muito maior, mesmo usando irrigação.

Bom, basicamente, Presidente – eu sei da limitação do tempo –, eu gostaria de agradecer a oportunidade e de esclarecer a importância do programa e, finalmente, dizer que…

(Soa a campainha.)

O SR. JUAN DIEGO FERRES – … nós temos uma grande oportunidade e nós temos uma proposta muito clara.

A Ubrabio defende, primeiro, o B7 imediato, até para evitar uma crise maior no setor; a progressão nos próximos 2 ou 3 anos, como já vinha sendo feita, para B10, por exemplo, até 2015, 2016, naturalmente gradual, como a palavra fala, progressiva, e podendo perfeitamente alcançar o B20 em 2020.

Segundo, o transporte metropolitano, que poderia trazer imediatamente uma vantagem enorme, extraordinária, à saúde de milhões de brasileiros nas grandes metrópoles brasileiras, sem citar uma coincidência com os grandes eventos da Copa e das Olimpíadas, no Brasil, poderia fazer uma festa também em relação a esse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Juan.

O SR. JUAN DIEGO FERRES – Eu só gostaria de dizer que os Senadores vão receber o programa a oferta de ideias e de propostas da Ubrabio, que foi enviado, para contribuir com a Comissão; as nossas ideias e propostas para incluir no programa de biocombustíveis.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Muito obrigado Dr. Juan.

Havia uma grande preocupação, por parte dos transportadores, com a qualidade do biodiesel, se ele realmente responderia com relação aos motores.

Eu, por acaso, sou empresário do ramo de transporte de passageiros urbano interestadual. Fiz uma experiência, lá em Rondônia, com um ônibus com B50. Com 100 mil quilômetros, nós abrimos o motor do ônibus e estava em perfeitas condições – com B50. Só para fazer uma experiência com o biodiesel proveniente do sebo do boi, que é produzido em Ji-Paraná, por uma empresa chamada, acho, Amazon Bio, aliás, era do grupo e depois foi transferida a outras pessoas.

O resultado é muito positivo com relação à aplicação, que era uma das grandes preocupações dos transportadores, que tinham seus caminhões, seus ônibus: "Vou colocar óleo vegetal para conduzir os ônibus?" Mas funcionou muito bem e funciona, lógico, muito bem. Mas o brasileiro é assim: tem de testar para ver; tem de colocar para funcionar para saber se funciona.

Agradeço a sua colocação.

Passo a palavra agora ao Dr. Miguel Nery, gerente de projetos da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Quanto tempo, Dr. Miguel; 15 minutos está bom? (*Pausa.*) Então está bem. Muito obrigado pela sua presença conosco.

O SR. MIGUEL NERY – Gostaria de agradecer o convite em nome do Presidente da ABDI, a quem eu represento aqui hoje, Presidente. Cumprimento os Senadores presentes e demais integrantes da mesa.

Cumprimento o Senador Sérgio Souza pela iniciativa e demais Senadores que participaram da elaboração do texto, considerando que toda a iniciativa que visa a elevar as fontes renováveis da nossa matriz energética sem dúvida nenhuma são sempre muito

bem-vindas para a sustentabilidade do nosso Planeta e, particularmente, para a estabilidade do nosso País.

A ABDI, como instituição vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, tem por atribuição articular e coordenar o Plano Brasil Maior. Diferentemente do que muitos possam imaginar – e a mídia muitas vezes divulga –, o Plano Brasil Maior, Presidente, não foi um plano, não é um pacote, e, sim, um processo articulado que envolve 19 cadeias produtivas articuladas em conselhos de competitividade, e uma dessas cadeias produtivas, dentro da própria governança do Plano Brasil Maior, se dá exatamente nos Conselho de Competitividade de Energias Renováveis.

Dentro do Conselho de Competitividade de Energias Renováveis temos quatro subgrupos e, com relação à matéria especificamente, dois desses subgrupos dizem respeito exatamente a etanol e a biodiesel, que são biocombustíveis. Portanto, a nossa participação aqui, além de alguns comentários que faremos logo em seguida acerca do mérito do texto em si, segundo a visão da própria ABDI, seria exatamente pontuar a quantas anda, no âmbito do Plano Brasil Maior, o conjunto de proposições que nós chamamos de agenda setorial.

A bem da verdade, todos os 19 conselhos de competitividade e mais nove coordenações sistêmicas foram orientadas para elaborar diagnósticos setoriais a partir dos quais foram montadas matrizes SWOTs com identificação de oportunidades, forças, fraquezas e ameaças, e, em seguida, a definição de diretrizes no sentido de promover a competitividade desses setores.

Por favor, o próximo.

O Plano Brasil Maior tem como foco a inovação tecnológica e o adensamento produtivo, entendendo exatamente que não há que se ter país desenvolvido se não houver indústria desenvolvida – palavras da nossa Presidenta Dilma – e, portanto, dentro desses dois focos, entende-se como prioridades criar e fortalecer competências críticas da economia nacional; aumentar o adensamento produtivo e tecnológico, fortalecendo nos diversos setores a possibilidade de adoção de critérios para conteúdo local; ampliar mercados internos e externos para as empresas brasileiras e garantir um crescimento social e ambientalmente sustentável.

Próximo.

Na verdade, na elaboração dessas agendas setoriais, o próprio Plano Brasil Maior pressupõe um mapa estratégico que envolve a criação e o fortalecimento de competências críticas e o adensamento produtivo e tecnológico; a ampliação de mercados e o desenvolvimento sustentável.

Próximo, por favor.

Aí, já descendo objetivamente nas duas fontes energéticas, do ponto de vista das diretrizes para a agenda setorial de bioetanol, na discussão que envolve o conselho de competitividade em que participam diversos ministérios, representantes do setor empresarial e também representantes de empresas que tenham investimentos em inovação, além dos trabalhadores, esse escopo de participantes entendeu que deveriam ser adotadas medidas que buscassem exatamente atender às diretrizes aqui agora apresentadas. Portanto, para a ampliação do mercado consumidor, entende-se importante revisar a estrutura tributária dos combustíveis com vistas a tornar o etanol competitivo em relação à gasolina; tornar permanentes mecanismos de estoques reguladores para promover a estabilidade aos preços durante todo o ano e evitando sazonalidades; ampliar a competitividade da bioeletricidade, visando maior oferta da rede elétrica – hoje há grande possibilidade de adoção de turbinas geradas a partir do etanol, com geração de energia a partir do etanol –; apoiar o desenvolvimento de novos produtos baseados no bioetanol, por meio da alcoolquímica e biorrefinarias; promover padronização internacional do bioetanol, o que implicaria exatamente a "comoditização" dessa matéria-prima, desse insumo, e apoiar iniciativas que conduzam ao aumento da eficiência dos motores no uso do etanol, inclusive veículos híbridos e multicombustíveis.

Próximo, por favor.

Já, com relação ao adensamento produtivo e tecnológico da cadeia de valor, entende-se importante financiar e criar linhas especiais para ampliar a produção de cana; incentivos a investimentos em novas usinas; melhorar a infraestrutura logística para distribuição do bioetanol; fomentar mudanças inovadoras de negócios de produção de energia a partir da cana, que não restringem a produção de combustíveis líquidos, com vistas ao aumento de sua eficiência energética; fomentar desenvolvimento de tecnologia de colheita; incentivar o aumento da produtividade da primeira geração e fomentar a segunda geração; e ampliar programa de inovação e qualidade dos processos agrícolas e industriais para o setor sucroenergético.

Próximo.

Ainda com relação ao adensamento produtivo, avaliar o marco regulatório – acho que esse é o papel aqui da Casa, quando tramita um projeto com a robustez como o Projeto de iniciativa do Senador Sérgio Souza –; aprimorar mecanismos e programas de modernização para indústrias de bens de capital para o bioetanol; além de incentivar a produção de bioetanol a partir da cana-de-açúcar.

Já com relação à criação e fortalecimento das competências críticas, é importante promover a for-

mação e a qualificação de recursos humanos para a cadeia de valor do bioetanol.

Próximo.

Uma vez definidas as diretrizes no âmbito do Conselho de Competitividade de Energias Renováveis – Subgrupo Bioetanol, concebeu-se como principal agenda estratégica a necessidade, de fato, de criar um programa de competitividade para o bioetanol, considerando, portanto, a necessidade de se ter políticas compensatórias para aumentar a sua competitividade.

Do ponto de vista de desdobramentos para esse programa, e isso são fatores que podem ser incorporados na proposta hoje aqui, no Projeto de Lei em tramitação nesta Casa, entendemos que seria fundamental observar aspectos relativos à competitividade do etanol em relação à gasolina, sem dúvida; mecanismos de financiamento de estoques reguladores; maior participação dessa fonte na matriz energética nacional a partir de dispositivos específicos; transformar bioetanol em *commodities* internacional; aumento de eficiência dos motores do uso de etanol; crédito para ampliar a produção de cana; investimentos em novas usinas e expansão da capacidade – é muito importante para que nós não tenhamos um gargalo entre a oferta e a demanda; produtividade da primeira geração e fomento da segunda geração; e modernização da indústria de Bens de Capital para o bioetanol.

Próximo.

Já com relação ao biodiesel, Sr. Presidente e demais participantes dessa audiência, o Conselho de Competitividade de Energias Renováveis do Plano Brasil Maior entendeu, no âmbito da ampliação do mercado consumidor, ser uma tarefa fundamental a de desonerar a exportação do biodiesel.

Com relação ao adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor, aumentar a competitividade do biodiesel; ajustar o sistema tributário federal e estadual, minimizando a oneração de produtos industrializados; revisar o modelo de comercialização do biodiesel; revisar o modelo de negócios do setor; intensificar investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, visando o desenvolvimento de oleaginosas com alto rendimento e potencialidade; intensificar o investimento de P, D & I para o desenvolvimento de biodiesel a partir de novas matérias-primas.

Com relação ao fortalecimento de competências críticas, seria o caso de promover a capacitação técnica e a assistência técnica em extensão rural, no âmbito da cadeia do biodiesel.

Próximo.

Então, da mesma forma como se tem o bioetanol, o biodiesel, nós trabalhamos, portanto, as diretrizes e, a partir delas, trabalhamos a agenda estratégica, que envolve exatamente estimular o uso de biodiesel em mercados específicos, particularmente, simplificando regras para uso, e propor desoneração tributária. Também consideramos importante promover a exportação de biodiesel. Para tanto, cabe propor a desoneração da cadeia produtiva do biodiesel para exportação.

Próximo.

Bem, esses são os aspectos, Sr. Presidente, que eu salientaria, que foram levantados e que estão hoje no conjunto das medidas que estão sendo analisadas, no âmbito do Plano Brasil Maior, pelo conjunto das instituições de Governo e da iniciativa privada, visando exatamente elaborar o Programa de Biodiesel e de bioetanol a que me referi.

Do ponto de vista do mérito do Projeto em si, fizemos uma análise no âmbito da ABDI. Gostaria de, mais uma vez, ressaltar a importância desse Projeto para efeito do fortalecimento de biocombustíveis na matriz energética nacional, o que, sem dúvida, favoreceria uma elevação da participação de fontes renováveis nessa nossa matriz. Então, dito isso, eu chamaria a atenção pontualmente para alguns aspectos que eu gostaria que ficassem registrados nesta audiência.

O primeiro aspecto que nós identificamos com relação ao mérito do texto do Projeto de Lei, Sr. Presidente, diz respeito à criação do Conselho Interministerial de Biocombustíveis, chamado aqui de CIB, ao qual nós perguntamos se já não existe uma instância própria, denominada Câmara Setorial de Açúcar e Álcool, e se, neste caso, não atenderia a esse aspecto.

O outro aspecto diz respeito à governança, que acho que é importante constar nesse texto, mas que aqui remete uma competência para o Ministério da Agricultura, e eu gostaria depois que a própria representante da Agência Nacional do Petróleo aqui pudesse esclarecer. Acho que remete competências que, salvo engano, hoje já são da própria ANP, revertendo essas competências para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Então, seria o último fato importante a ser analisado pela Comissão, Sr. Presidente.

Um outro aspecto que consideramos muito importante é que esse texto, em que pese trazer um aspecto muito significativo com relação à busca de definições sobre veículos automotivos que possam utilizar biocombustíveis, particularmente etanol... Recentemente o Governo lançou o regime tributário especial automotivo – isso no mês de maio de 2012 – e mais recentemente também instituiu o Programa Inovar Auto, que é o Programa que cria condições para que haja investimentos em inovação. Entendemos que os arts. 11 e 12 desse Projeto de Lei, Sr. Presidente, de certa forma, os dispositivos aqui constantes, estão relativamente contemplados no conjunto desses ou-

tros dois instrumentos, tanto o regime automotivo e, mais recentemente, o próprio Programa Inovar Auto, particularmente porque, do ponto de vista da busca por uma etiqueta com relação à eficiência energética, entendemos que o Inmetro já tem um programa, desde 2008, um programa que se robustece a cada dia, e entendemos também que boa parte dos dispositivos que aqui constam do Projeto de Lei, para efeito do próprio regime automotivo e do próprio Inovar Auto, foram medidas exaustivamente negociadas com o próprio setor produtivo, Governo e trabalhadores, de tal sorte que acho que mereceria uma apreciação para que esta Casa não avançasse, ou até desconstituísse dispositivos que hoje estão, a nosso ver, relativamente consistentes para efeito de retomada da competitividade da indústria automobilística nacional.

Também chamaria a atenção para o fato de que o próprio regime em si aponta para o fortalecimento da indústria nacional, particularmente com aspectos relativos à etiquetação, visando à sua integralização até o ano de 2007. Portanto, não entendemos que deveria ser uma medida adotada de forma estanque tão somente porque já temos, na legislação setorial, aspectos que foram efetivamente negociados e acordados com o setor.

Com relação ao Programa Nacional de Cooperativas de Pequenos Produtores, trazemos aqui uma indagação sobre a efetiva existência de pequenos produtores de etanol, particularmente porque entendemos que a agricultura de cana-de-açúcar é uma agricultura extensiva. E não sei se um programa desses não seria inócuo.

São aspectos que levantamos aqui apenas para discussão, Sr. Presidente, para que a Casa assim os aprecie.

E, para finalizar a nossa contribuição aqui, da ABDI (Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial), chamaria atenção para a criação do Fundo de Apoio ao Bioetanol, fundo esse para o qual, me parece, num primeiro momento, havia uma previsão de receita própria. E, ao não ter sido incorporada no texto essa receita, o Fundo ficou sem uma fonte específica.

Trazemos aqui a dúvida, portanto, se é cabível a criação de um fundo cujo conjunto de receitas, na verdade, é composto efetivamente de receitas esporádicas. E não seriam receitas efetivamente que trouxessem o necessário lastro financeiro para que houvesse os investimentos a que se propõe o próprio Projeto de Lei em si.

Então, *grosso modo*, Sr. Presidente, essas são as nossas contribuições, esperando ter trazido, aqui, para o debate um conjunto de aspectos que certamente poderão estar melhor representando o texto final apresentado pelo Senador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Miguel Nery.

Passo a palavra, pela ordem, ao Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Sr. Presidente, estou um pouco preocupado com o nosso horário.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Estamos.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Está para abrir a Ordem do Dia e, abrindo a Ordem do Dia, temos de derrubar esta reunião. E eu gostaria muito de ouvir todos os setores, todos aqueles que se sentam à mesa. A Ordem do Dia abre às 16h. São 16h14min. Então, acredito que, nos próximos 15 a 20 minutos, deve abrir a Ordem do Dia, e nós teremos de nos dirigir ao plenário do Senado Federal.

Então, sugiro a V. Exª que nós pudéssemos fazer o mais rápido possível, para podermos ouvir todos aqueles que querem falar, pois a Relatoria e a Comissão de Agricultura gostariam de ouvi-los.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Passo a palavra, então, ao Dr. Francesco Giannetti, assessor jurídico da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar).

Não interrompi as outras duas exposições, porque o assunto era da maior importância. Então, interromper ficaria não apenas indelicado, mas eu entendo que a contribuição foi muito importante para esta Comissão, tanto do Dr. Juan quanto do Dr. Miguel.

Dr. Francesco, o senhor tem...

Pois não, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Também quero... Eu sei que não é fácil conciliar a Ordem do Dia e esta Comissão. Sei da importância que têm. Se pudermos ouvir a todos, acho que faz parte. Eu já coloquei o assessor, o Dr. Cláudio, de ouvido ligado ao plenário. Se chegar a Ordem do Dia, e precisarmos nos deslocar, nós iremos. Senão, podemos ir ficando, enquanto não tiver a importância de votação. Vamos levando, pela importância que tem. Então, quero comungar com o Sérgio, mas ao mesmo tempo com a ideia...

Inclusive, não consegui assistir à palestra, à exposição que fez aqui o Presidente do Conselho Superior da Ubrabio, o Dr. Juan Diego... Eu não consegui e não sei vai falar ou não o Presidente Executivo, que é

o nosso ex-Líder, sempre Deputado Federal e Ministro Odacir Klein. Mas, se me permitir, eu sei que, da palestra que o Dr. Diego fez, há coisas que chamam a atenção de nós todos. Hoje estamos com o B5. Há uma tese de que a gente vá logo para o B7. Há um movimento no setor também para que, na Copa do Mundo, nós possamos ir para o B10.

Hoje, em São Paulo, eu consegui... Lá no Rio, houve encontro sobre o meio ambiente, aquele negócio todo, e eu consegui andar num ônibus... Há 2 mil ônibus em São Paulo que já usam B20. Nas cidades, o B20, para minimizar a questão do ar, está pegando muito bem, inclusive com reflexos no exterior. Acabei de vir de uma missão ontem, da China – éramos oito Parlamentares. Até eles debateram e perguntaram se era verdade que, no Brasil, já estão aplicando isso. Sim, nós estamos aplicando; quer dizer, só chegarmos no B20 nas cidades... Eu andei em um ônibus neste ano – não é, Dr. Donizete? –, em julho, no Rio de Janeiro, num desses ônibus de São Paulo, com o B20. Quer dizer, claro que isso tem um custo para as prefeituras, mas, por outro lado, melhora a saúde, a qualidade do ar que se respira.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Voamos num avião sob bioquerosene.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Ah, e voamos num avião de bioquerosene, claro. Essas coisas chamam a atenção e têm reflexo no mundo.

Perdoe-me, Presidente, mas não podia deixar de... Daqui a pouco, temos de sair para votar, mas eu tinha que dizer isso. Eu digo de coração: nós estamos aqui e queremos ser instrumentalizados pelos senhores, que são técnicos e nos ajudam. O Acir Gurgacz, que é o nosso Presidente da Comissão dos assuntos da agricultura no Brasil, de onde sai essa matéria-prima... Para demonstrarmos isso... Estamos aqui para ajudar e temos de ser alimentados; quer dizer, temos de ser abastecidos dessa espécie de bio, para tocarmos essa questão para frente.

Perdoe-me, Sr. Francesco, mas eu só queria colocar isso de coração, porque talvez não surja oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner, pelas suas colocações.

Aproveito para registrar a presença do nosso sempre Ministro Odacir Klein. Agradeço a sua presença não somente hoje, mas sempre que há um assunto importante aqui na Comissão de Agricultura. O senhor sempre esteve junto conosco, dando sua opinião, e colaborando para que possamos seguir no caminho certo com relação a tudo o que se relaciona à agricultura brasileira.

Muito obrigado pela sua presença.

Passo a palavra ao Dr. Francesco Giannetti.

O SR. FRANCESCO GIANNETTI – Boa tarde. Apresentando inicialmente os cumprimentos da Unica ao Sr. Presidente da Comissão, Acir Gurgacz, estendo esses cumprimentos ao Senador Relator, Sérgio Souza, aos demais Senadores, aos colegas da Mesa e aos demais presentes.

Entendo que as lideranças do setor sucroenergético na semana passada, nesta Comissão, já apresentaram adequadamente os aspectos econômicos, os problemas relacionados com o crescimento e todos os aspectos das externalidades positivas do etanol, que demonstram ele merecer políticas públicas tão fortes quanto as que o biodiesel merece também, dada a sua contribuição.

Acho que, neste momento, posso contribuir com os senhores falando mais um pouco especificamente sobre o próprio Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2010, que propõe, de fato, criar um novo marco regulatório de biocombustíveis.

Por favor, próximo eslaide.

Antes de tudo, explico a origem desse Projeto de Lei. Hoje, o Senador Sérgio Souza, aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, é o Relator, mas a criação dele vem de 2009, por meio de requerimento feito pelo Senador Fernando Collor, o nº 47, de 2009, que constituiu um GT (Grupo de Trabalho) de biocombustíveis no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

Esse GT de biocombustíveis foi composto pelo Senador Inácio Arruda, pelo Senador Delcídio do Amaral e pelo Senador Gilberto Goellner. Ocorreram, no âmbito desse trabalho, oito audiências, em que tiveram a oportunidade de escutar toda a cadeia produtiva, desde os produtores de cana-de-açúcar até as indústrias produtoras de biodiesel, etanol, distribuidores e indústria automotiva. E esse trabalho gerou este Projeto de Lei do Senado nº 219, que agora está em discussão nesta Comissão.

Próximo eslaide, por favor.

O que há de inovações nesse marco regulatório que acho de extrema importância e que é uma revolução?

A primeira proposta que ele fez foi reconhecer as diferenças entre a indústria de biocombustíveis e a indústria do petróleo. Obviamente, se pegarmos a Constituição hoje, no seu art. 177, todas as atividades relacionadas com a indústria do petróleo, ou a maior parte delas, especialmente na extração e no refino, provêm de um monopólio constitucional, que depois foi, de certa forma, liberalizado com uma emenda

constitucional, ocorrida em 95, que deu origem à Lei do Petróleo.

Diferentemente, a indústria dos biocombustíveis, não. Desde o início da Constituição, ela sempre foi designada e atribuída para a iniciativa privada, a fim de ser realizada de acordo com os princípios da livre concorrência e da livre iniciativa.

Em função disso, a proposta era de criar de fato um marco absolutamente distinto daquele estabelecido para a Lei do Petróleo. Seria uma lei nova que falasse exclusivamente de biocombustíveis. E ela tinha um grande mérito – ela já via que os biocombustíveis não tratam apenas da industrialização de matéria-prima agrícola; ela depende da produção agrícola. Só para dar um exemplo, no caso da cana-de-açúcar, 60% do nosso custo de produção vem dela.

Então, não faz sentido se discutir um marco regulatório energético de biocombustíveis, sem se ver toda a cadeia de produção como um todo e sem ver que tanto a indústria quanto a produção agrícola merecem políticas públicas que as tornam viáveis de alguma forma.

Nesse Projeto de Lei, uma das novidades foi a criação da política nacional dos biocombustíveis, semelhante à política energética nacional, mas focada para biocombustíveis.

Só para citar os primeiros, que considero importantes, que vão na linha do que o Dr. Miguel Nery acabou de falar, do trabalho da ABDI, sobre o trabalho de sustentação do setor de biocombustíveis.

Entre os objetivos:

1º) Assegurar, de forma competitiva, em bases sustentáveis, a crescente participação de biocombustíveis na matriz de combustíveis brasileiros, ou seja, um vetor que fala: as políticas têm de viabilizar o aumento da participação. Não é só manter como estar, é crescer.

2º) Promover concorrência nas atividades, inclusive na promoção da matéria-prima.

3º) Incentivar as atividades relacionadas com a produção de combustíveis, como a cogeração de energia elétrica a partir do bagaço e outros subprodutos.

4º) Desenvolver o mercado internacional;

5º) Estimular investimentos de infraestrutura.

E assim por diante.

Ou seja, estabelece uma diretriz importantíssima que vai orientar o formulador de políticas públicas para o setor de biocombustíveis. Isso é importante. Depois veremos que já está, de certa forma, introduzida na lei atual que rege os biocombustíveis.

Vamos em frente, por favor.

Pode passar isso, para economizar tempo.

Outro ponto importante foi que esse Projeto de Lei delimitou, de forma cristalina, a competência entre os três órgãos que deveriam tratar da questão dos biocombustíveis. Um foi esse Conselho Interministerial do Açúcar e dos Biocombustíveis, citado pelo Dr. Miguel Nery, que, na verdade, seria uma evolução do Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool. Nada mais é do que ampliar a área de atividade desse Conselho, para que ele apreciasse também não só as questões de etanol, mas também de biodiesel. Faz todo o sentido que isso seja feito por um único órgão. Esse órgão seria propositivo de políticas públicas.

Além disso, partindo-se do princípio que indústria não pode ser vista sem agricultura, essa lei atribuía competências para o Ministério da Agricultura, definindo que caberia a ele registrar as unidades produtoras, acompanhar a produção de biocombustíveis, elaborar o zoneamento agroecológico e participar do desenvolvimento de políticas com o Ministério de Minas e Energia.

Além disso, definia – aí outro ponto importante – atribuir à Agência Nacional do Petróleo uma competência muito maior do que ela tinha até então, que foi de poder ver, regular e autorizar todas as atividades econômicas ligadas à indústria, desde a parte industrial – processamento – até a parte final, que seria a destinação para o consumidor final ou a exportação para o mercado internacional. Tudo isso definido nesse Projeto de Lei.

Mais um eslaide, por gentileza.

Por fim, três pontos merecem atenção, que foram absolutamente inovadores no PLS nº 219. O primeiro foi em relação ao Abastecimento Nacional de Combustíveis. Pela primeira vez, surgia uma proposta de um artigo que exigia dos produtores e distribuidores comprometimento com o mercado nacional de abastecimento de combustíveis.

Como isso se daria? Isso se daria através de instrumentos definidos pela Agência Nacional do Petróleo no exercício de sua competência.

Além disso, ele trouxe duas coisas importantes, que foram na questão tributária. Pela primeira vez, há um projeto de lei que incorpora as questões da externalidade como um vetor para definir a graduação da tributação no setor. O primeiro artigo que era relevante era em relação à Cide-Combustíveis, que dizia o quê? Que quando o Executivo graduasse essas alíquotas, ele tem que graduar de tal forma que assegure competitividade dos biocombustíveis em relação aos fósseis. É exatamente o que a gente discute hoje, em face dos problemas relacionados com a política de preços em relação à gasolina, eventualmente ao *diesel*, eu não sei se é o caso.

O outro ponto que acho que era absolutamente próximo da questão do regime automotivo era a defi-

nição de um IPI graduado, de acordo com a eficiência energética desses veículos.

O que tinha importante aí? Na verdade, não é somente o problema da eficiência. O problema aí diz respeito ao aspecto específico de que os carros *flex*, hoje, têm um consumo que é muito maior quando você entra com o etanol do que você usa a gasolina. Aquela relação de 70% muitas vezes não é verdade; é 65, é 64, 62. O que precisaria ser pensado é que não apenas basta definir metas de eficiência energética. Acho que tem que haver um vetor forte para melhorar a relação de consumo entre um combustível renovável e o combustível fóssil. O que é isso? É que o carro, daqui a pouco, chegue a uma meta como era na época do Proálcool, em que a relação era de 75%, 80%. O que isso implica? Menor política pública para fazer diferença no preço da bomba; é bom para todos.

Então, seria uma direção muito interessante que o Projeto de Lei apresentou.

Próximo eslaide.

Qual é a novidade, que acho que depois a Drª Cristiane poderá falar um pouquinho? No curso, até hoje, surgiu a Medida Provisória 532, que deslocou a competência para a ANP, e nas discussões da MP 532 você teve 8 emendas apresentadas pelo Senador Inácio Arruda, que nada mais foi que a transposição dos textos que estavam no Projeto de Lei do Senado para a forma de emendas, e a grande maioria dessas emendas foi incorporada no texto final.

Próximo eslaide, por gentileza.

O que aconteceu? A gente teve, primeiro, incorporado na política energética nacional aquelas políticas que eu mostrei para os senhores, da política brasileira de biocombustíveis. Depois, você teve um capítulo exclusivo para biocombustíveis. A gente não conseguiu uma lei separada, uma lei independente. Mas conseguimos um capítulo que trata exclusivamente desse biocombustível, e melhor, parte já do princípio de que o que o rege é livre iniciativa e ampla concorrência. E outra coisa importante que ele inseriu para o produtor e para qualquer outro da cadeia no sentido da segurança jurídica: garantiu que essa autorização dada pela agência fosse vinculada e estável. O que significa isso? A própria lei estabeleceu lá os critérios que você tem que atender para exercer atividade de produção, por exemplo, e determinou que, se você cumpre esses requisitos, você vai ficar produzindo indeterminadamente, enquanto você estiver na atividade. Isso dá garantia para quem investir hoje R$500 milhões em um novo projeto de etanol. Você sabe que tem aquela autorização, enquanto cumprir as metas; você pode exercer. Então, é uma garantia, é uma segurança jurídica que a própria Lei nº 2.490, inspirada no Projeto de Lei nº 219, já introduziu no ordenamento jurídico.

Agora, somente para finalizar, Sr. Presidente.

Passe, por favor, para não perdermos muito tempo. Mais à frente.

Agora, o que ocorre? Houve uma transposição desse Projeto de Lei já para a Lei nº 12.490, que veio da MP 532. E aí, a pergunta que se faz: o PLS 219 perdeu a finalidade, não tem mais o que se discutir? Não. Ao contrário, a velocidade de tramitação de uma medida provisória não permite o estudo aprofundado dessas questões.

Eu acho que agora a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária tem uma oportunidade para, primeiro, avaliar se a Lei nº 12.490 realmente está adequada, se os mecanismos que decorreram dela, como a regulação da MP, estão realizando efetivamente o que se propõem, quer dizer, garantir o fornecimento do abastecimento interno.

Outro ponto: rediscutir as atribuições do Ministério da Agricultura. Ele foi esquecido; o papel dele no desenvolvimento de políticas públicas é essencial, especialmente para biocombustíveis. Isso tem que ser definido em lei. Se sugere que isso seja revisitado, agora, no Projeto de Lei.

Outra questão que é importante são os requisitos para o exercício da atividade econômica. Infelizmente, na discussão da Medida Provisória a gente não conseguiu entrar com profundidade nesses requisitos e criou-se um grande problema. Existe uma exigência de regularidade fiscal para você permanecer na atividade. Só que isso é um problema. Por quê? Para quem entra na atividade faz todo sentido, quem deve entrar deve cumprir a regularidade, mas, a partir do momento em que se passa a exercer a atividade econômica, se se exige a regularidade fiscal, cria-se uma sanção política contra o produtor e impede que ele se defenda como contribuinte. Isso é gravíssimo e, portanto, tem de ser revisitado, especialmente para as indústrias já instaladas, especialmente aquelas do Nordeste que podem ser, de dia para noite, consideradas não conformes em relação às condições para o exercício da atividade e serem expulsas da atividade de etanol combustível. Isso merece rediscussão aqui, na Comissão.

Para finalizar, próximo eslaide.

Conceito de etanol combustível. O conceito da lei atual fala que etanol combustível é qualquer etanol que pode, potencialmente, ser usado como combustível. Isso precisa ser avaliado, para saber se é oportuno permanecer com esse conceito. O que significa? Se eu tenho um produtor que faz só álcool fino, álcool para indústria, ele, potencialmente, pode ser regulado pela Agência Nacional do Petróleo.

Outro ponto é a questão de políticas tributárias e fiscais. Com certeza, é o momento de discutirmos aqui a vinculação de políticas tributárias com as diretrizes que estão hoje na Lei nº 2.490.

Outro ponto: obrigações dos agentes econômicos. Hoje, pela lei, eles têm de fazer estocagem, têm de fazer contratação de longo prazo. Como definir as bases econômicas sustentáveis que a própria lei exige? Isso, com certeza, o que é? Linha de crédito, mecanismos de contratação eficiente e coisas similares.

Por fim, outro ponto que acho que deve ser discutido aqui, nesta Comissão, é o marco regulatório do transporte dutoviário, que, infelizmente, não teve uma evolução. Hoje, a ANP aplica, exatamente, o marco regulatório aplicado para os dutos de petróleo e ainda existe uma lei de 1982 que diz que esses dutos são sujeitos à concessão, o que não faz sentido algum, do ponto de vista da Constituição de 1988.

Em resumo, eu acho que há muito que se discutir nesta Comissão, no âmbito desse Projeto de Lei, e a Unica se coloca à disposição para o que precisar no esclarecimento e no desenvolvimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado pelas suas colocações, Dr. Francesco, que, com certeza, ajudou muito a nossa Comissão e tem muito ainda a nos ajudar.

Passo a palavra ao Dr. Julio Cesar Minelli, que é Diretor Superintendente da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil.

O SR. JULIO CESAR MINELLI – Boa tarde, Sr. Presidente. Obrigado pelo convite.

Eu não tenho apresentação, até porque ficaria repetitivo – eu sabia que o Dr. Juan estaria aqui, dando os números –, mas nós gostaríamos de colocar alguns pontos e complementar.

O motor Diesel foi inventado em 1900 e a primeira vez que ele funcionou foi com óleo de amendoim, portanto, com óleo vegetal. Apenas o petróleo teve possibilidade, por questões de custo e talvez de desconhecimento de questões ambientais durante aquele período, de prepotência sobre o produto biodegradável, o produto verde, vindo do campo, portanto, o nosso campo de petróleo em cada fazenda, em cada produtor de grãos para oleaginosas.

Foi colocada a questão de quanto foi passado para agricultura familiar. No ano passado, o próprio MDA coloca 1,5 bilhão de compras, conforme foi colocado pelo Dr. Juan. Só que tem um complemento: o MDA coloca que esse valor é superior ao orçamento da reforma agrária. Para esta Comissão, como também é de reforma agrária, esse é um dado que vem do próprio MDA. O valor repassado ao agricultor familiar pelo Programa Nacional de Biodiesel foi superior em 2011 ao orçamento de reforma agrária. Isso só reforça o êxito de um programa de governo, como o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, programa esse que, pelo empenho dos empresários, pela crença dos empresários no programa, fez com que fosse possível adiantar as metas de 2013, quando seriam os 5% incrementados por 3 anos. Portanto, já a partir de janeiro de 2010 foi possível começar essa mistura de 5% que vem até hoje.

O que o setor vem solicitando, conversando com os setores do Governo e o setor legislativo é a necessidade de se ter um futuro, porque, quando se adiantou em 3 anos, as expectativas ficaram paralisadas. Portanto, é necessário que a gente tenha um novo marco regulatório com definições, para que haja perspectivas de em que investir.

Foi colocado nesta Mesa que, para se ter novas matérias-primas, como é o caso da palma, só para ela começar a produzir são 5 anos, mas algumas outras matérias-primas que a Embrapa está desenvolvendo, está estudando, se tem muito claro que são ciclos de 7 a 10 anos para a gente começar a ter algum resultado positivo. Portanto, o marco regulatório que dê um horizonte para os empresários, para os pesquisadores é muito importante.

Eu gostaria de colocar uma questão com relação à pergunta do Sr. Presidente com relação a preço. É difícil a gente comentar sobre preço de biodiesel porque é difícil saber quanto custa uma vida. Quantas perdas de vidas são evitadas pelo uso do biodiesel, que tem uma condição de melhoria de qualidade de vida muito grande.

Além do mais, é um dos programas ou um grande programa que carrega consigo uma questão social muito grande, a de fomentar a agricultura familiar, de repassar valores para o agricultor familiar, fazendo com que ele consiga manter-se no campo e não vir para a cidade, trazendo mais problemas de infraestrutura para a cidade. Isso é difícil de se colocar no papel.

Mas, de qualquer maneira, uma das questões que eram colocadas, a questão de aumento de inflação, a Probio, este ano, solicitou um estudo da Fipe/USP, para avaliar essa questão de inflação. De 2008 a 2011, a conclusão foi que a inflação devida ao acréscimo do biodiesel ao *diesel* nas proporções em que ocorreu nesses anos, sendo que nos últimos 2 anos tinha sido de 5%, não passava de 0,034 pontos percentuais ao ano.

Isso quer dizer que uma inflação em torno de 6,34% ao ano, se não tivesse o biodiesel, ela seria de 6%. É muito pequeno o impacto, mas, ao mesmo tempo, o que foi gerado de valor agregado pela produção de biodiesel no Brasil teve um acréscimo de mais de

R$12 bilhões ao PIB. E isso fazendo uma consideração: você deixou de exportar grão, mas passou-se a utilizar mais óleo no Brasil para fazer o biodiesel, a ter o grão, conforme o Dr. Juan colocou, para alimentar a ave, o suíno, portanto, nós possamos a gerar proteína animal, a colaborar com a cadeia na geração de proteína animal.

Também nesse estudo da Fipe, o setor de biodiesel gera... Um litro, a mesma quantidade de biodiesel, se a gente estiver utilizando o biodiesel, produzindo o biodiesel, ele produz 113% a mais de empregos e gera 35% a mais de PIB. Portanto, aumentar a mistura de biodiesel gera um aumento direto no PIB e no número de empregos.

O B20, só como exemplo, geraria mais R$47 bilhões de PIB anual. É um acréscimo muito grande, quer dizer, além de todas as questões ambientais.

Outra questão: o senhor, Sr. Senador, disse que andou num B20 no Rio de Janeiro. Ontem eu estive em Curitiba. A comissão da Fifa que foi fazer a inspeção da arena do Atlético que vai ser uma das sedes da Copa, ela pôde rodar num ônibus B100. Curitiba tem hoje 34 ônibus rodando com B100 sem nenhum problema. Há mais 25 ônibus B100 que entrarão em operação em janeiro de 2013.

Essas experiências estão há mais de dois anos em Curitiba sem nenhum problema, com todas as questões resolvidas, aprovadas pelas fábricas. Esses 50 mil quilômetros, Sr. Senador, do B50... A Scania, que é uma das fornecedoras de ônibus, já tirou um motor para levar para a Suécia para fazer os experimentos. Ainda não tem resultado, mas a expectativa que eles têm é de obterem resultados muito melhores. Porque a ideia não é substituir, ele não é um substituto do *diesel*, mas muito mais como um aditivo do *diesel*. Ele é mais lubrificante, portanto ajuda na manutenção do motor. Então, além de ajudar na manutenção da nossa saúde, além de ter um cunho social importantíssimo, ele também ajuda como um aditivo ao motor. Portanto, é um programa exitoso.

O que a gente precisa realmente é de ter um futuro para que a gente possa... Há a questão: há ou não matéria-prima suficiente para atender um B20?

(Soa a campainha.)

O SR. JULIO CESAR MINELLI – Hoje temos, para atender um B10, tanto condição, a capacidade produtiva atende perfeitamente um B10 – como estava na sua apresentação, Juan – mas também temos matéria-prima. Com certeza, para desenvolver novas matérias-primas para direcionar, para ter um desenvolvimento regional, programas que possam dar esse encaminhamento, é preciso que o empresariado, que o Brasil tenha realmente uma perspectiva de longo prazo, um marco regulatório que dê essas indicações não só para o produtor, seja de matéria-prima, seja do próprio biodiesel, mas para toda a cadeia: o distribuidor, o posto de gasolina, há toda uma sequência.

Com relação aos problemas que pode ter havido no início, isso a Cristiane falou em um seminário de S10 há uns dois meses, que o biodiesel serviu para um pré-vestibular para os distribuidores – eu gravei – que tiveram que, esse ano, começar a distribuir a S50 e, a partir de janeiro de 2013, o S10. É um *diesel* melhorado, é muito melhor do que o nosso S1800, mas o biodiesel é S0. Portanto, ele é muito menos poluente e, além de tudo, é um aditivo que melhora o *diesel*.

Eu queria só finalizar com dois pontos com relação ao Projeto de Lei. Um com relação ao art. 4º. O Miguel já colocou e acho que a Cristiane pode colocar, realmente é a questão da ANP, e também o Francesco, na evolução, mencionou algumas questões que estavam definidas, como o Ministério da Agricultura... Então, a gente teria que dar uma reavaliada.

(Soa a campainha.)

O SR. JULIO CESAR MINELLI – Quanto ao art. 10, com relação à utilização de óleos vegetais, como eu disse, o primeiro motor foi a óleo de amendoim, mas a evolução fez com que a gente tivesse um desenvolvimento tecnológico e, hoje, o biodiesel tem características que não exigem adaptação e não causam problemas no motor, enquanto que, se a gente usar um óleo vegetal, ele pode vir a causar problema. Então, é uma questão de desenvolvimento tecnológico.

A outra questão que achamos essencialmente necessária que seja contemplado nesse Projeto de Lei é que, das 65 empresas hoje habilitadas a produzir, há várias empresas pequenas que também colaboram com a questão social, têm o Selo Social e não têm uma garantia de manutenção desse Selo. Para ter esse Selo há um custo. Então, seria muito importante que fosse avaliada uma condição para todas as empresas – não só para essas, mas para a manutenção também dessas –, que fosse dada uma condição de garantir que elas tivessem, talvez no leilão, uma fatia específica para isso. É preciso estudar como nós podemos fazer. A Aprobio fez uma proposição com relação a isso, mas é de se estudar alguma outra maneira, garantindo que as empresas que fiquem fora do leilão, porque às vezes podem ficar, tenham venda garantida de modo que, no mínimo, consigam sustentar o custo que têm com o Selo Social, que tanto traz de bem para a agricultura familiar.

Eu acho que era isso. Desculpe se excedi um pouquinho o tempo, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Julio. Quando pedi o preço do combustível foi para saber qual é a evolução.

Nós todos sabemos a importância que tem o biodiesel para a saúde da população brasileira. Não podemos colocar isso como preço, até porque o ônibus no qual o Senador Casildo andou no Rio de Janeiro tem um custo maior. Há que perguntar para a população se ela quer pagar, e é uma guerra toda vez que se coloca o preço do transporte público para a população. Nós temos que levar isso em consideração, e debater e ter cuidado para que não aumentemos o custo para a população brasileira.

É claro, buscamos sempre a melhoria da qualidade de vida, a melhoria da saúde da população. Isso é evidente.

Passo a palavra, então, à Drª Cristiane Zulivia de Andrade Monteiro, Superintendente Adjunta de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, a ANP.

Seja bem vinda, Drª Cristiane.

A SRª CRISTIANE ZULIVIA DE ANDRADE MONTEIRO – Obrigada.

Sr. Presidente, demais presentes nesta audiência, eu gostaria de agradecer, em nome do Diretor Helder Queiroz, que é responsável pela Diretoria 4, a oportunidade de participar desta audiência e de falar um pouquinho do papel da ANP na participação dos biocombustíveis na matriz nacional.

No caso, a Superintendência de Biocombustíveis e Qualidade de Produtos é a porta de entrada dos novos biocombustíveis. Quando começou o programa do biodiesel, tínhamos uma regulamentação bem simples, que era voltada para qualquer novo combustível que entrasse no mercado. E tínhamos muito medos quanto ao que poderia aparecer, então ela tinha uma série de travas.

Ao longo dos anos, desde que o programa começou, já publicamos cinco novas resoluções buscando acompanhar essa evolução e estimular o desenvolvimento desses novos combustíveis. Então, temos resoluções voltadas para o uso de misturas com biodiesel em teores maiores do que 5%; temos uma resolução, já há alguns anos, que justamente nos prepara para esses teores acima de 5%. Entendemos que teríamos que ter uma especificação, para o óleo *diesel*, especial, então temos coleta de dados, uma especificação de *diesel* experimental, com teores maiores. E recentemente publicamos uma resolução que é para biocombustíveis não especificados.

Justamente todas essas iniciativas que foram comentadas em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Curitiba são autorizadas pela ANP. Nós sempre estimulamos o uso em frota cativa. Como nós não estabelecemos políticas, nós implementamos essas políticas, o que fazemos? Essas autorizações são uma forma de termos controle, de sabermos quais são as iniciativas, o que está sendo usado, os volumes, quais são os agentes.

Então, nós temos exemplos, em São Paulo, de B20, de uso de etanol em ônibus, de uso de *diesel* proveniente de cana-de-açúcar em ônibus; em Curitiba, de B100. Então, temos conhecimento, recebemos relatórios. Informações técnicas nós temos bastante para subsidiar qualquer ação que o Governo venha a tomar no futuro.

Em relação ao PL 219, realmente alguns dispositivos dele acabam conflitando com as alterações que ocorreram no final do ano passado. Em meados de 2011, nós recebemos o PL 219, e várias superintendências da Agência trabalharam para contribuir, para melhorar alguns dispositivos, deixando-os de acordo com a nossa regulamentação. Justamente porque estamos perto do mercado, sabemos como é o funcionamento. E encaminhamos essas sugestões.

Quando veio a Medida Provisória e a lei que alterou as novas atribuições da Agência, muita coisa que estava nas nossas sugestões foi incorporada, mas ainda há outras coisas que não foram, em relação a transporte, a transferência, a dutos.

A Agência está aberta para, caso realmente se retome a discussão desse PL, poder contribuir fazendo os devidos ajustes, considerando as alterações que já ocorreram nas nossas atribuições.

Realmente, vim para ser breve. A minha missão, aqui, era trazer essa mensagem de que a ANP está empenhada em não só trabalhar na parte de implementar as políticas, regulamentar o mercado, mas de estimular a inovação, na medida do possível, estar junto do mercado para poder trazer novas tecnologias que viabilizem a diversificação cada vez maior da nossa matriz energética.

Obrigada.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Drª Cristiane, pelas suas colocações, bastante breves, mas bastante objetivas e importantes para a nossa Comissão.

Passo a palavra ao signatário dessa audiência pública, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Senador Acir Gurgacz, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Na verdade, desde o ano passado, viemos pensando nesse Projeto especificamente, inclusive fizemos um requerimento à Mesa do Senado Federal e foi submetido ao crivo do Plenário para que tramitas-

se, também, na Comissão de Agricultura. Não estava prevista a tramitação desse Projeto aqui, na Comissão de Agricultura. E, pelo que vi de todos os Senhores, há uma relação muito forte com a agricultura, inclusive com a reforma agrária.

O Julio Cesar, como representante da Aprobio, mostrou que o setor tem colocado que muitos assentamentos, no Centro-Oeste, produzem oleaginosas especificamente para os biocombustíveis, para o biodiesel. Então, entendemos a necessidade de ouvir a Comissão de Agricultura e, por aqui, passar, para que venhamos a produzir um projeto que atenda a todos nós.

Com o Governo, há algum tempo viemos conversando, através do Ministério de Minas e Energia. Esteve recentemente comigo o Dornelles, tratando desse assunto. Tenho conversado com a Casa Civil, por meio do Gilson Bittencourt, para que possamos achar uma solução, tanto para o setor sucroalcooleiro quanto para o setor do biodiesel e do bioquerosene, que é a mais nova ou a grande novidade no setor dos bios, mais recente, inclusive, culminando com o voo de São Paulo ao Rio de Janeiro, no momento em que acontecia a Rio+20, um avião que utilizou o bioquerosene.

E algumas indústrias, inclusive, querem se instalar no Brasil para produzir o bioquerosene, e é interessante porque o grande impacto nas passagens aéreas, a justificativa que têm as empresas aéreas é a questão do querosene, e talvez aí tenhamos uma solução mais barata ou, com o tempo, desenvolvendo pesquisa, poderemos ter.

Sr. Presidente, não terei perguntas diretamente, mas gostaria de solicitar a todas as entidades aqui representadas, ao Governo, que vem através da ANP, que, nos próximos 10 dias, nos apresente sugestões a esse Projeto, porque pretendo sugerir um relatório até o final deste ano e, se possível, ainda votarmos até o final do ano aqui, na Comissão de Agricultura, para que possa, já no início do ano que vem, tramitar nas demais Comissões e, aí sim, ano que vem, redesenharmos, por fim, por meio de uma aprovação e, depois, um encaminhamento, ainda, à Câmara dos Deputados e a sanção da Presidente Dilma.

Reconheço, entendo, que já está fatiado o Projeto por várias medidas provisórias ou textos que foram incluídos, não na Medida Provisória específica, mas em outras medidas provisórias, e também algumas coisas que deixaram de ser necessárias, e outras que não estão nas medidas provisórias que podem ser corrigidas ou aplicadas aqui nesse PLS.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, agradecendo a presença de todos os senhores.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – E do nosso eterno Parlamentar, Ministro Odacir Klein, que é muito presente nas discussões com relação aos biocombustíveis.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida.

Passo a palavra ao Senador Casildo Maldaner, para fazer as suas colocações.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – De minha parte, acho que inquiri-los... Não me leva a isso nesse momento, não pela questão de tempo só. Mas acho que saí abastecido, saio mais fortalecido, em relação a essa tese, para trabalharmos.

E a ideia do Senador Sérgio Souza de que, se possível, se surgirem algumas ideias, algumas propostas, que possamos, quem sabe, inserir nesta Comissão de Agricultura, aqui no Senado, para melhorarmos a proposta, acho que ela vem em boa hora.

Confesso que, quando ouvi... Inclusive estava dizendo que a palestra do Dr. Juan Diego relatava, aqui, os potenciais, aí vem o Julio Cesar dizer que em Curitiba já usa não é o B20, é o B100, eu fiquei... Aí disse que é um aditivo do *diesel*, o biodiesel é um aditivo, então, é uma espécie de um ômega do motor, não é? É uma espécie de um ômega... É alguma coisa que a gente aprende cada dia mais. E eu saio, como se diz, assim, mais energizado desta exposição de hoje aqui, no bom sentido, viu, Presidente do nosso Conselho Executivo da Ubrabio, Dr. Odacir Klein, nosso sempre Deputado e Ministro Odacir Klein.

Eu fico muito grato pela exposição, agora, essa ideia do Sérgio de alguns subsídios nos chegarem, ouviu, Francesco? O senhor que é da área jurídica, isso nos ajuda, nos ajuda. A Cristiane, que é da ANP, acho que todos os senhores que participam dessa questão, acho que é fundamental.

E, no mais, agradecer ao nosso Presidente e aos senhores que compareceram aqui a essa reunião, a essa audiência pública. Cada vez o debate ajuda a buscarmos soluções. A questão do custo, sem dúvida alguma, ele é questionável, agora, temos que pesar o custo daqui, o custo-benefício, com o tempo, vai, entra o ar puro, a saúde, botar isso na balança, qual é o futuro, aonde é que nós vamos chegar, a conservação dos motores, acho que tudo isso nos ajuda, quer dizer, alguns subsídios, isso tudo vai fazer com que as questões avancem.

Acho que nós precisamos sempre avançar mais, precisamos buscar soluções envolvendo o agronegócio, o pequeno produtor, a descentralização do desenvolvimento, fazer com que nas pequenas comunidades haja a ocupação, quer dizer, tem que medir todo esse sistema em conjunto do País para buscarmos, em

sintonia, quer dizer, e aí sermos uma grande orquestra, que ela funcione harmonicamente no Brasil, no País. Acho que é isso que nós precisamos equilibrar e buscando aquilo que é o melhor, sempre evoluindo, é uma constante.

Então, esse debate eu acho que ele foi...

(Interrupção do som.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – ...tido a ocasião de participarmos desse encontro.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner.

Agradeço a participação na nossa audiência pública do Dr. Juan Diego Ferrés, do Dr. Miguel Nery, do Dr. Julio Cesar Minelli, do Dr. Francesco Giannetti e da Drª Cristiane Zulivia de Andrade Monteiro.

Cumprimento nosso Relator do PL nº 219, Senador Sérgio Souza, que tem a intenção de melhorar ainda mais esses projetos para que nós possamos dar à população brasileira uma lei cada vez mais próxima à realidade e à necessidade da população brasileira.

Agradeço aos demais participantes que estiveram conosco nessa audiência pública.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 15 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 59 minutos.)

ATA DA 32ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2012.

Às oito horas e trinta e seis minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e doze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes Senhores Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, ACIR GURGACZ, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, ANTONIO CARLOS RODRIGUES, EDUARDO SUPLICY, ALVARO DIAS e MOZALIDO CAVALCANTI**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Antonio Russo, Zeze Perrella, Flexa Ribeiro, Gim e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senadores Sérgio Souza e Benedito de Lira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à **Audiência Pública**, em cumprimento ao Requerimento nº 28, de 2012-CRA, de autoria da Senadora Ana Amélia e do Senador Acir Gurgacz, aprovado em 28.06.2012, com a finalidade de debater a situação das rodovias brasileiras utilizadas para escoamento da produção agrícola, com a presença do seguinte convidado: **Marcelo Perrupato e Silva** – Secretário de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes – MT, representante do **Sr. Paulo Sérgio Passos** – Ministro de Estado dos Transportes – MT. Após a exposição do Senhor Marcelo Perrupato e Silva, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senadores Acir Gurgacz, Ana Amélia, Waldemir Moka, Cyro Miranda e Mozarildo Cavalcanti. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à audiência pública em cumprimento ao Requerimento nº 28, de 2012, da CRA, de autoria da Senadora Ana Amélia, aprovado em 28/06/2012, com a finalidade de debater a situação das rodovias brasileiras utilizadas para escoamento da produção agrícola, com a presença do Dr. Marcelo Perrupato e Silva, Secretário de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes, o qual convido para fazer parte da Mesa.

Srªs e Srs. Senadores, é com satisfação e expectativa que a Comissão de Agricultura recebe o Dr. Marcelo Perrupato, Secretário de Política Nacional de Transportes do Ministério dos Transportes, para esta audiência pública, que tem o objetivo de discutir a situação das rodovias brasileiras para o escoamento da produção agropecuária, que ainda está muito aquém da necessidade para mantermos o ritmo de crescimento da nossa produção e a competitividade no setor do mercado internacional. O custo do transporte decorrente das condições das rodovias brasileiras ainda é hoje uma carga pesada para os nossos produtores, implicando a manutenção do chamado custo Brasil em

patamares elevados em comparação a outros países que são nossos concorrentes diretos.

Nosso objetivo aqui hoje é discutir com o Secretário os gargalos existentes, os projetos em andamento, as obras previstas no PAC, as alternativas para melhorar a infraestrutura e a logística de transportes que atendem às necessidades do setor.

Desde a década de 70, a fronteira agrícola brasileira tem-se expandido para o Centro-Oeste e para o Norte do País, mas a infraestrutura para atender os produtores e o mercado regional não tem crescido na mesma proporção, limitando o crescimento de toda essa região e contribuindo para o aumento dos custos de produção e dos produtos. O mesmo ocorre nas regiões pioneiras e tradicionais de nossa agricultura que contam com uma malha rodoviária sucateada e estrangulada, que não suporta mais a grande quantidade de carretas que escoam a safra do agronegócio brasileiro.

Reconhecemos o esforço e os investimentos que estão sendo feitos pelo Governo, mas constatamos que eles não acompanham o crescimento da agropecuária e da economia do nosso País. O Brasil está em 104º lugar no *ranking* internacional de qualidade de infraestrutura, segundo levantamento divulgado pela Confederação Nacional de Agricultura (CNA). Entendo que não há como o País sustentar seu desenvolvimento sem uma rede de transportes intermodais de primeira categoria. Mesmo com o crescimento dos investimentos nos últimos anos, por meio do PAC, o Brasil investe sequer 1% do PIB em infraestrutura, como chegamos a sugerir por meio de projeto de lei que está tramitando nesta Casa.

Sr. Secretário, é esta preocupação que trazemos para o debate e esperamos que o senhor nos traga boas notícias.

Aproveito para agradecer ao Ministro Paulo Passos pela atenção especial que tem dedicado ao nosso Estado de Rondônia. Depois de muitos anos de luta, de reuniões, de debates, finalmente, conseguimos iniciar a recuperação e a restauração da BR-364 e fazer as travessias urbanas nas principais cidades do Estado de Rondônia. Principalmente em Ji-Paraná, essa obra está em pleno vapor, com as obras num ritmo acelerado e de boa qualidade. É esse mesmo ritmo que queremos ver ao longo de toda a rodovia, com a mesma qualidade, para que a espinha dorsal do Estado possa sustentar, por muitos anos, o desenvolvimento e o crescimento do Estado, principalmente com relação à produção agrícola e pecuária, que é a mola da economia do nosso Estado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Passo a palavra pela ordem à Senadora Ana Amélia, que é signatária desta nossa reunião.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Presidente Acir Gurgacz, eu queria lhe agradecer por ter feito agendamento desta audiência pública e especialmente agradecer a presença do Dr. Marcelo Perrupato, que é um especialista no setor. Nós vamos ter aqui, certamente, uma manhã produtiva neste debate.

Antes de mais nada, eu queria fazer um registro que penso necessário, em homenagem à memória do jornalista Joelmir Beting, que faleceu nesta madrugada.

Joelmir Beting, para o setor do agronegócio, foi um jornalista que teve um olhar extremamente correto na avaliação de tudo o que aconteceu no setor, especialmente nos momentos de discussão, por exemplo, do Código Florestal, em que esta Comissão, sob a sua Presidência, Senador Waldemir Moka, e demais colegas, se envolveu muito pela relevância do tema, tão complexo para acomodar interesses tão conflitantes. Então, eu queria fazer este registro em memória a este colega, no meu caso, jornalista, que teve com o setor agrícola uma atitude extremamente responsável e comprometida com os interesses nacionais.

Externo à família dele, em nome da nossa Comissão de Agricultura, e também à Rede Bandeirantes de Televisão a perda desse grande e inesquecível profissional.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Vamos ouvir, então, o Dr. Marcelo Perrupato. Já agradecemos a sua presença aqui conosco. Temos certeza de que vamos ter uma manhã muito produtiva. O senhor tem o tempo necessário para fazer a sua explanação. Muito obrigado pela presença, Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de agradecer, em nome do Ministro Paulo Sérgio, que está saindo para uma viagem hoje – até fiquei um pouco enciumado aqui, porque ele vai a Minas Gerais e não me convidou. Como eu tenho uma tradição muito prazerosa de estar nestas convocações aqui do Congresso Nacional, da Câmara e do Senado, a troca me foi satisfatória. Em vez de eu ir a Sete Lagoas, eu estou aqui representando o Ministro.

Eu queria cumprimentar a Comissão, através de seu Presidente, Senador Acir Gurgacz, e agradecer a convocação feita pela Senadora Ana Amélia, que é uma companheira desde os tempos que eu vim para Brasília, em 1979. Ela continua muito jovem.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone.*) – Ainda bem que não falou muito velha.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Graças a Deus!

Uma vez alguém me disse: "Nunca diga que você é velho; diga que você tem juventude acumulada." Então é isto mesmo: nós todos temos juventude acumulada.

Eu fiz um levantamento seguindo um pouco os termos do requerimento a respeito dessas rodovias, mas gostaria de iniciar esta nossa conversa dizendo alguma coisa do que temos previsto em termos do crescimento desse negócio que tem carregado a economia brasileira nos últimos anos: o agronegócio. E compreendendo um pouco o Brasil na sua evolução, no seu movimento de expansão da economia, lembrando um pouco das tradicionais áreas de agricultura deste País que estão concentradas nas Regiões Sul e Sudeste, principalmente, e essa natural expansão territorial que nós fomos conquistando em direção ao Centro-Oeste e hoje em direção ao centro-norte, com algumas áreas também de grande expansão de produção agrícola na região do norte de Minas, do Centro-Oeste e do sudeste da Bahia.

Quando nós começamos a desenvolver o Plano Nacional de Logística e Transportes, em 2006, e editamos a sua primeira versão, em 2007, com um horizonte de 23 anos, pegando o período dos quatro PPAs que se iniciavam em 2008 e iriam até 2023, essas questões da agricultura ressaltaram muito em termos das nossas análises, porque a área da extração mineral é muito localizada e é capaz de, por si só, ter uma proposta de equacionamento logístico um pouco mais natural.

A agricultura tem duas grandes complexidades em termos de transportes. Primeiro, ela é muito vulnerável a intempéries e ocorre em prazos muitos curtos em termos de novas fronteiras. É um processo tão rápido que, às vezes, a logística não alcança em velocidade essas necessidades que a agricultura vai impondo ao sistema de transportes. Ao mesmo tempo, nós temos safras – temos picos de safra –, então há fortes concentrações de movimentação de mercadorias em períodos relativamente curtos, principalmente nessas áreas novas de fronteira onde nós ainda não conseguimos equacionar uma questão de disciplinamento através de uma eficiente rede de armazenagem.

Examinando hoje as pesquisas de tráfego e de contagem de origem e destino que fizemos – até recentemente fizemos uma muito grande com o apoio do Exército nacional: pegamos duas épocas do ano em que temos picos de safra no País e uma época intermediária em que nos concentramos mais na questão dos fluxos industriais –, ficou um pouco mais claro para nós que o tráfego de mercadorias do agronegócio hoje sofre mais influência das tendências de preços comandadas pelo mercado interno do que pela própria safra. Então, ainda que a safra seja, do ponto de vista de colheita, uma época importante em termos de agrupamentos de grandes tonelagens de produtos, normalmente os grandes operadores hoje do agronegócio, na verdade, estão permanentemente conectados *on-line* com as bolsas mundiais que estabelecem os preços das mercadorias e eles procuram fechar suas operações de venda em épocas de alta de preços. E essas coisas todas tornam a operação de transporte dificilmente programável. Então, é um setor que tem que ser cuidado com muita determinação e muita objetividade porque, nessas áreas de fronteira agrícola, a natural expansão do setor de logística se faz por via de rodovias.

Mas essa visão de longo prazo que nós temos, do ponto de vista do crescimento do País, já nos deixa antever que essas rodovias não vão ser suficientes para comportar toda essa demanda previsível dos próximos 10, 15, 20 anos. Então, ao mesmo tempo em que estamos tratando de recompor, recuperar e ampliar a capacidade da nossa rede rodoviária, que, durante anos e anos, atendeu as Regiões Sul e Sudeste, nós estamos hoje investindo nas novas rodovias. Um exemplo clássico disso é a BR-163, que vai ligar ao Porto de Santarém, inclusive fazendo uma integração com a navegação fluvial da Região Norte, mas sabendo que este investimento tem um ciclo de vida limitado.

Na visão do futuro, o que nós estamos imaginando para essa região centro-norte é o uso das hidrovias. Estamos determinados, é uma luta incansável, porque não estamos sozinhos nessa discussão, temos que conciliar as necessidades da geração de energia com a questão do transporte fluvial. Mas a prioridade nossa hoje é melhorar os padrões de navegação do Rio Madeira, que já opera com grandes fluxos de barcaças, transportando grãos, e implantar a hidrovia do Teles Pires-Tapajós. Temos feito isso conscientes de que temos que ter uma sinergia muito forte com o Programa de Geração de Energia, porque as nossas possibilidades nas Regiões Sul e Sudeste já estão esgotadas, e agora a geração de energia está muito voltada para os rios, que são, no nosso ponto de vista, estratégicos para efeito da equação do transporte na Região Norte. Aquele bioma amazônico que tem restrições ambientais muito fortes certamente vai ter que contar com um sistema de transportes que prioritariamente deverá estar nas hidrovias. É lógico que as hidrovias vão ter que ser alimentadas por uma rede terrestre, mas os grandes fluxos lá vão ter que ser, no futuro, transportados por um sistema hidroviário.

A Agência Nacional de Águas, com quem nós temos uma sinergia de trabalho muito boa, tem permanentemente nos consultado sobre essas questões,

porque, como todos sabem, a Agência Nacional de Águas dá outorga para vários usos das águas no País, por lei. Ela outorga para geração de energia, outorga para transporte, outorga para irrigação, outorga para abastecimento de cidades. Então, essas consultas são permanentemente feitas ao Ministério, sempre que outro setor solicita uma outorga. Há casos mais recentes em que, incentivados pela própria Agência Nacional de Águas, o Ministério dos Transportes adotou um novo comportamento, que é um pedido de outorga preventiva. Em alguns casos, nós chegamos na frente, solicitamos uma outorga preventiva para navegação, qualquer outro setor que vier em seguida solicitando outorga para novos usos, outros usos, vai ter que se entender com a questão da navegação.

Uma questão que tem sido muito debatida, principalmente aqui no Congresso Nacional, através de novos projetos de lei, é a questão da simultaneidade dos investimentos nas hidrovias. Nem todo barramento para geração de energia pode ser feito conjugadamente com as eclusas. Um caso recente, do qual estou cuidando pessoalmente, é ali no Rio Teles Pires, quase na confluência do Tapajós, numa usina hidrelétrica que se chama Usina Hidrelétrica Teles Pires, que já está outorgada, em termos de obras. Nós fomos consultados, a empresa encarregada do projeto da barragem nos apresentou seis alternativas de possibilidades de construção de eclusa. Nós escolhemos a que era mais conveniente em termos de custo, porque não faremos isso simultaneamente com as obras da hidrelétrica, porque ela foi instalada numa garganta do Rio Teles Pires, e nós não temos possibilidade de fazer nenhuma ampliação lateral. Vamos ter de fazer um canal lateral com duas câmaras de eclusa, cada uma com cerca de 30 metros de altura, porque o desnível que teremos de vencer lá é superior a 70. Parece um pouco com as eclusas de Tucuruí. Mas nós vamos sair de um lago que estaria na cota 220 até alcançar o rio através de um canal de 500 metros, com duas eclusas intermediárias.

Essa solução já está adotada. Nós já comunicamos à Agência Nacional de Águas, que já transferiu esse encargo em nível de pré-projeto ou anteprojeto à empresa que está fazendo os estudos da construção da barragem, e nós vamos decidir em que época faremos isso, porque agora nós não temos mais a necessidade de tocar essa obra em conjunto.

Então, é bom que se relate esse aspecto, porque ele tem sido crucial para todos nós, principalmente com essa expansão do agronegócio em direção à região centro-norte, para que definitivamente não fiquemos forçando a simultaneidade das obras, porque os cronogramas de necessidade de geração de energia elétrica estão um pouco mais prementes do que os da navegação naquela região. Quer dizer que, por enquanto, conseguimos transportar essas safras do presente através dos modais terrestres. Mas, de qualquer forma, na visão do planejamento de longo prazo, nós estamos encaminhando isso para que outros modais sejam incorporados à região.

Como todos sabem, estamos com um forte investimento na expansão da malha ferroviária de bitola larga no País. Essas questões foram discutidas em termos de necessidade desde 2008. À época, os economistas que nos assessoraram nas previsões da macroeconomia do futuro nos alertaram a respeito da crise que viria assolar a economia americana. É curioso como esses economistas são capazes de enxergar um pouco adiante, porque eles têm uma forte interlocução com os grandes economistas do mundo todo. Então, eles me diziam que era para eu reduzir um pouco o nível dos investimentos no PPA, entre 2012 e 2015, porque a crise internacional iria começar nos Estados Unidos, iria para a Europa, atingiria um pouco o ritmo de crescimento da Ásia e isso iria rebater no Brasil. E, na verdade, é exatamente isso que está ocorrendo.

Nós não podemos reclamar muito, porque, ainda que nossa taxa de crescimento de PIB, este ano, chegue próximo a 1,5%, pelo menos estamos crescendo. E o importante é isso, porque o PNLT trabalha, desde 2008, com uma média de crescimento de PIB de 3,4% a 3,5% ao ano. E talvez até por um pouco de sorte, nós estamos exatamente dentro desse valor médio de meta de crescimento. Às vezes vamos a 7,5%; no ano seguinte baixamos a 0,2%, e nesse ciclo a média tem sido mais ou menos aquela que o Plano Nacional de Logística e Transportes tem adotado.

Há muita coisa que nós programamos que ainda não conseguimos realizar. Recentemente, eu encomendei um rebatimento do que o PNLT propôs para 2008 até 2011: produzi um relatório que tem mais ou menos uns 45 dias que foi editado, que é uma análise da eficiência e da eficácia do processo de planejamento do Ministério.

A pergunta minha era a seguinte: Vale a pena manter um plano desse em caráter permanente? Que utilidade ele tem para a sociedade e no que ele se rebate com a realidade dos investimentos? Felizmente, nós encontramos aí 90% de aderência entre aquilo que propusemos para esse período e aquilo que conseguimos realizar no período de 2008 a 2011.

Então, no nosso ciclo de planejamento, hoje, o que estamos procurando fazer é, a cada término de um período quadrienal PPA, uma análise das conquistas alcançadas em termos de realidade de investimentos.

O PAC foi uma iniciativa interessante, porque eu me recordo dos meus idos tempos de gestão no Mi-

nistério dos Transportes – onde cheguei ao cargo de Secretário Geral, que à época era Vice-Ministro –, e uma das grandes dificuldades que tínhamos, naquele período, era não conseguir manejar ou remanejar os investimentos entre obras que tinham problemas de andamento prejudicado por algum fato, que poderia ser um problema da própria engenharia ou ambiental ou antropológico. Nós não conseguíamos mexer, porque os investimentos estavam – digamos assim – carimbados para aquele empreendimento.

E o PAC trouxe para nós, gestores públicos e membros do Executivo, uma flexibilidade maior, pois os empreendimentos que estão com bom andamento às vezes podem até receber um pouco mais de fluxo de investimento do que aqueles que por alguma razão têm seus cronogramas retardados.

A existência do PAC eu acho que foi importante para o País, inclusive pela criação de um sistema de controle que se chamou de sala de situação, que curiosamente era uma coisa que fazíamos no Geipot, na década de 70, na montagem daquele Programa de Ação para os Corredores de Exportação e Abastecimento. Em cada região do País havia um coordenador regional. Nós tínhamos reuniões mensais e, mensalmente, nós nos concentrávamos no exame de como estavam os andamentos daqueles corredores.

Os corredores envolviam investimentos portuários. E foi dessa época os investimentos nos terminais de granéis de Paranaguá e Rio Grande, e alguma coisa em Santos, cuja vocação sempre foi um pouco mais para o açúcar, porque o território paulista ainda é o maior produtor de cana-de-açúcar do País hoje. Mato Grosso, dentro de 2 ou 3 anos, no máximo 5, vai bater também esse recorde em termos de cana. Mas o Porto de Santos ainda movimenta muito na cadeia logística produtiva da cana-de-açúcar.

Na década de 70, praticávamos isso; nós tínhamos uma sala de situação que hoje é uma coisa que se adota até na gestão dos orçamentos na Casa Civil da Presidência da República.

Nós tínhamos, então, na previsão de investimentos, na visão mais recente da revisão do PNLT... Porque o PNLT já está na terceira edição. Não sei se sabem, mas há 45 dias eu editei a versão 2011 do PNLT, e uma das grandes conquistas que obtivemos nisso foi observar que já mudamos a matriz de transportes do País. Quer dizer, o transporte ferroviário, em 2011, já está transportando 30% dos fluxos da área rural, ainda que os grandes investimentos ferroviários não tenham sido plenamente implantados.

Esse aumento da movimentação ferroviária se deu com a redução da movimentação rodoviária, porque, infelizmente, nós não tivemos ainda grandes conquistas na expansão do transporte por hidrovias. E só não tivemos uma forte expansão no setor das hidrovias porque não fomos capazes de colocar, nos Programas de Aceleração do Crescimento, os investimentos hidroviários, por falta de projetos, que é o que estamos fazendo hoje. O DNIT está com nove licitações abrangendo a maior parte das hidrovias brasileiras, a quase totalidade das principais.

A minha Secretaria, em meados do próximo ano, termina um estudo que contratamos – uma licitação internacional vencida por um consórcio holandês com a empresa brasileira –, que é o Plano Hidroviário Estratégico, que também se propôs a estruturar um programa de investimentos mais consistente que nos permita levar para os próximos Programas de Aceleração do Crescimento propostas de investimento, mas já com visão de anteprojetos feita, realizada, e, se possível, com alguns projetos de engenharia já desenvolvidos. Porque o PAC, como não tem contingenciamento de recursos, na verdade exige que o dinheiro seja gasto. É uma proposta de gasto para obras, para investimentos. Então, se entrarmos como candidato ao PAC, sem um projeto de engenharia definido anteriormente, ali ele não cabe.

A primeira vez que propusemos à Casa Civil da Presidência da República investimentos no setor hidroviário, foi para a realização do PAC 2. Nós propusemos R$7,2 bilhões de investimento para o período de 4 anos e, quando foram analisados todos esses projetos, nós acabamos recebendo R$2,7 bilhões. Eu, à época, até brinquei que alguém tinha olhado esse número no sentido errado, porque os 7,2 viraram 2,7. Mas viraram 2,7 porque nós não tínhamos os projetos detalhados para entrar na lista dos projetos do PAC.

Isso foi uma lição para nós, que estamos procurando corrigir, não apenas através do Plano Hidroviário Estratégico como também dos estudos de viabilidade e anteprojeto que o DNIT está contratando, que são nove ao todo. E aí vamos abranger a maior parte dos rios do Norte do País. Está entrando o São Francisco, que está numa fase de recuperação de margens, porque é um rio que teve forte assoreamento em função da deterioração da proteção das margens. Mas, enfim, ainda é uma hidrovia sobre a qual temos uma expectativa razoável de ter um aumento de transporte.

Há o Rio Parnaíba, que nós também estamos estudando; há o Teles Pires-Tapajós; há o Araguaia-Tocantins. Então, esses grandes eixos que vão nos possibilitar, no futuro, um sistema de transportes de alta capacidade estarão supridos, provisoriamente, por esses investimentos que estão fazendo aí no setor rodoviário.

Mas já está em andamento, também, aquele trecho ferroviário parte da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico) e um trecho também da Fiol, que são ferrovias transversais que, na verdade, estarão entrando nas áreas de produção do oeste da Bahia, não só de produção agrícola, mas também mineral, como em direção também ao centro do Mato Grosso e, futuramente, a Rondônia. Com a visão de quê? De que essa produção possa ser captada pela ferrovia e entrar no eixo da Ferrovia Norte-Sul, que também, através desse plano recente que a Presidenta Dilma lançou aqui, em agosto deste ano, o Plano de Investimento em Logística, incorporou o trecho de Açailândia a Barcarena, lá no Porto de Vila do Conde.

Por que estão projetando esse direcionamento desses grandes fluxos de carga mineral e agrícola em direção a saídas para o Norte? Porque é a saída mais rápida para alcançar os nossos grandes clientes que estão no Hemisfério Norte.

Hoje, descer com as safras do Mato Grosso em direção a Paranaguá para depois voltar pela costa para subir para o Hemisfério Norte nos dá, aí, 2.752 milhas náuticas de transporte perdido, além de gastarmos uns 2.500 quilômetros de rota terrestre, para descer com essa produção até Paranaguá. Quer dizer, ninguém está tirando a importância dos portos de Rio Grande e de Paranaguá, porque existe uma economia regional ali que é altamente dependente desses portos. Então, eles continuam sendo prioritários e importantes. Mas a visão de safra brasileira, que hoje está em mais de 130 milhões de toneladas, considerando apenas a soja e milho, é de que esse fluxo vá mais do que dobrar em um prazo entre 5 e 10 anos. E aí, meus prezados, isso não vai sair por rodovia. Esses fluxos não são compatíveis com o transporte rodoviário. Nessa década futura, teremos que colocar a logística brasileira no passo certo com o porte da economia brasileira, que vai se tornar a quinta ou a quarta maior economia mundial.

Esse é o retrato do Brasil do século XXI, que, infelizmente, ainda está funcionando na infraestrutura do século XX.

Tenho me batido fortemente, inclusive dentro dos nossos órgãos executores, particularmente no DNIT, de onde sou um dos membros do Conselho, de que o desafio do setor rodoviário brasileiro, hoje, é muito forte, porque, além de termos que ampliar a capacidade das rodovias construídas no século passado, vamos ter que expandir fortemente a nossa rede, porque, pasmem, os americanos têm, só de rede pavimentada, 1,4 milhão de quilômetros, motivo pelo qual a logística americana, hoje, está mais ou menos dando conta de uns 8% do PIB, quando a nossa é superior a 13%. Eles têm uma estrutura interna de transporte altamente eficiente, onde o papel do transporte rodoviário é muito importante. No caso brasileiro, com esse território tão grande quanto o deles, temos o quê? Menos de 300 mil quilômetros, somando toda a jurisdição federal, estadual e municipal.

Então, esse esforço de expandir transporte hidroviário e ferroviário do Brasil deve ser entendido como algo que tem que ser feito *pari passu* com a expansão do transporte rodoviário, com a melhoria das suas qualidades.

Outro dia, eu comentava com alguém que há três placas de sinalização que gostaria que fossem extintas dos manuais do DNIT. As placas são: cuidado: ponte estreita; atenção: buracos na pista; e a 300m curva perigosa. O mundo fora do Brasil não entende esse tipo de sinalização. Eu prefiro que essas placas sejam extintas e que os buracos sejam tapados, que as curvas estreitas sejam refeitas e que as pontes tenham a mesma largura da plataforma da rodovia. É isso que se faz. Se você se dirigir ao território paulista, vai verificar que as grandes rodovias de São Paulo não têm nenhuma ponte estreita. As pontes são da mesma largura da faixa de domínio da plataforma da rodovia.

Então, o esforço de investimento que vamos ter que fazer no setor rodoviário é tão grande quanto o esforço que estamos fazendo na expansão das ferrovias brasileiras. Isso tudo junto é que vai colocar, na próxima década, que é uma década auspiciosa para o Brasil... Porque os economistas andaram dizendo que a crise internacional era em "V"; depois passou para "U"; e, agora, chegaram à conclusão de que é em "L" e que vai ter longa duração. Enquanto a economia mundial não estiver bem, há uma grande oportunidade de que o Brasil receba aqui um reforço de investimentos produtivos, em termos de participação de capitais privados, se tivermos um bom programa de investimentos aqui.

Acho que um plano de longo prazo de boa qualidade já comprovamos que temos, e esse plano tem sido inclusive motivo de demandas do BID e do Banco Mundial para que apresentemos esse processo de planejamento pelo mundo afora, e até no Primeiro Mundo. Já temos uma lista de 15 países onde o Ministério dos Transportes foi chamado para dizer como se faz planejamento de longo prazo no setor de infraestrutura no Brasil. Já tínhamos isso na área de energia elétrica e, agora, temos na área de transportes.

A grande questão é: esse plano é exequível? Pelos nossos levantamentos, estamos falando de investimentos que não chegam nem a 1% do PIB. Os nossos companheiros ditos dos Brics – que agora incorporou a África do Sul também lá no "s" final – estão investindo em infraestrutura de transportes, em relação aos seus PIBs, aos seus Produtos Internos Brutos, muito

mais de quatro vezes o que o Brasil investe. Então, o programa de investimento brasileiro não é inexequível, até porque acho que é muito pequeno para o porte da economia brasileira. Lembrem-se de que o nosso PIB, hoje, é de R$4,2 trilhões. Isso dá mais de US$2 trilhões de PIB.

O PNLT estava propondo investimentos de R$430 bilhões em um período de 16 anos. Isso daria uma média entre R$30 bilhões e R$40 bilhões por ano. Só o orçamento do DNIT hoje tem mais de 15 e, lamentavelmente, às vezes, não consegue gastar, por causa do andamento das obras, talvez por causa da imperfeição dos nossos projetos de engenharia, talvez por falta de estudos preliminares que têm nos alertado sobre quais seriam as melhores soluções técnicas.

Então, do ponto de vista financeiro, não vejo dificuldade alguma para o Brasil, nestes próximos 10 anos, de executar esse programa, porque ainda o considero tímido para as nossas possibilidades.

Agora, vamos pensar um pouco na gestão.

Acho que temos uma forte demanda de melhoria de gestão no País, quadros deficientes de pessoal nas nossas estruturas. Acho que evoluímos muito nos nossos órgãos de controle, com mão de obra de qualidade, mas, na área do Executivo, ainda temos uma carência muito forte, em termos de novos quadros, para o tamanho do desafio que temos para o futuro.

Preparei aqui uma lista, e isso até foi hoje pela manhã. Eu tinha pegado um acervo de como estava o andamento das obras citadas no requerimento da Senadora e verifiquei aqui mais ou menos o que tínhamos de previsão para a BR-364, em Rondônia. A BR-364, em Rondônia, tem uma lista de seis travessias urbanas importantes, porque, na verdade, essa rodovia até a divisa de Mato Grosso com Rondônia – não, eu diria Mato Grosso do Sul com Mato Grosso e até a divisa com o Pará – já existia, estava pavimentada, ia até Nova Mutum. Mas acontece que a evolução do tráfego ali foi de tal forma que vários desses segmentos dessa rodovia começaram a demandar duplicação e equacionamento das travessias das cidades, porque cidades ali surgiram – e, na verdade, acho que elas surgiram antes de a rodovia ser pavimentada –, e essa é a consequência do pioneirismo dos colonizadores deste País, vários dos quais do Estado da Senadora. Os gaúchos, os paranaenses acabaram invadindo o Centro-Oeste, e agora o centro-norte do Brasil, e foram para lá para, na primeira noite, esticar uma rede entre dois pés de árvore e construir a sua vida ali. Então, acabaram chegando antes da rodovia.

Mas são travessias importantes: Presidente Médici, Pimenta Bueno, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Candeias do Jamari, Vilhena, algumas das quais com previsão de conclusão por volta de 2014; Ji-Paraná, 2013; e Candeias do Jamari está prevista para conclusão em 2015.

Pontes importantes que estão sendo realizadas nessa rodovia. A Ponte do Rio Madeira em Abunã é uma ponte de 1.200 m de comprimento e sua conclusão está prevista para até maio de 2016, pelo menos pelo que vi na tabela do PAC hoje. Essas coisas talvez tenhamos que acelerar. Dois mil e dezesseis, para mim, está muito longe.

Há três lotes de restauração lá. Essa ponte está demandando investimentos de mais de R$170 milhões. As três restaurações desses três lotes que estão com previsão de conclusão até 2014, R$330 milhões.

O Crema 1ª Etapa e o Crema 2ª Etapa, que estão na recuperação dos trechos já pavimentados. No Crema 1ª Etapa, temos 400 quilômetros de restauração, só na BR-364; e, no Crema 2ª Etapa, 260 quilômetros, passando pelas BRs-163 e 364, em Mato Grosso.

Duplicação do trecho Rondonópolis-Cuiabá-Posto Gil. Esse investimento é de quase R$1,7 bilhão. Isso está com previsão de conclusão para dezembro de 2015.

O trecho Posto Gil-Sinop é de adequação de capacidade, está com R$430 milhões de previsão de investimentos. A conclusão está para o final do ano de 2016.

A travessia de Sorriso, que é mais imediata, meados do ano que vem deve estar pronta. É um trecho de 14 quilômetros e vai custar R$67 milhões.

Na 251, em Minas, o que eu consegui reunir em termos de previsão de investimentos no PAC é a travessia urbana de 8 quilômetros, no valor de R$75 milhões de investimentos. Isso está com previsão para o final deste ano.

E para a 285, lá no Rio Grande do Sul, na divisa de Santa Catarina e São José dos Ausentes, que é um trecho de 8,4 quilômetros, estão previstos aqui R$42 milhões, para conclusão até abril de 2015.

Eu sei que essa lista, quando foi preparada no requerimento, na verdade, fez alguma menção a alguns investimentos, mas certamente não a todos. Nós temos o caso clássico da BR-290, que vai de Porto Alegre ao Porto de Rio Grande, que também está com investimentos. Lá temos a 292, que está com investimentos também, no Rio Grande do Sul.

Então, a área rodoviária federal nunca teve uma época tão auspiciosa em termos de possibilidade de investimentos. Os naturais atrasos que estamos sofrendo nessas obras estão se devendo a alguns casos típicos de questões ambientais, de territórios que foram ou estão ainda ocupados pela população indígena, porque, às vezes, encontramos ali um cemitério

indígena que nos obriga a fazer uma variante. E há o despreparo na nossa capacidade de gestão. É bom que nos lembremos de que este País ficou quase 25 anos numa recessão violenta, tentando pagar suas contas externas e combater sua espiral de inflação, que chegou a 2% ao dia.

Esse atraso afetou fortemente nossa infraestrutura; então, no fundo, ainda estamos pagando a conta das duas décadas e meia perdidas, que só tiveram um pouco de desafogo a partir de 2003, com a normalização da nossa economia e com o Brasil ficando livre do seu endividamento externo. Nós devemos alguma coisa externamente hoje, mas são investimentos tomados pelo setor privado.

O Brasil, hoje, na verdade, está oferecendo um pouco de apoio no Fundo Monetário Internacional a algumas nações que estejam passando pelos momentos difíceis pelos quais nós já passamos. E agora vocês estão vendo que a lição de casa é dolorosa. A Europa está passando por um período pelo qual os brasileiros passaram, e isso foi uma fase muito difícil da nossa geração. E não tem como, a recuperação da economia vai se fazer com muito sacrifício.

Mas o Brasil, nos próximos 10 anos, tem o compromisso de avançar na sua logística de infraestrutura, e aí eu colocaria não apenas transporte, mas energia, saneamento básico, educação, quer dizer, é um esforço grande que o País vai ter que fazer para honrar esse posto que o mundo diz que vamos ter. Essa história de subir no pódio uma vez só, porque os nossos concorrentes, que eram os campeões, quebraram o carro no meio do caminho, não nos agrada muito. Nós queremos subir com dignidade para esse pódio das cinco maiores nações do mundo. Isso implica ter uma sociedade compatível com esse posto, uma sociedade empregada, educada, com saúde e com mobilidade.

O mundo está todo aí nos perguntando como vamos administrar a Copa do Mundo e as Olimpíadas. E eu digo a eles que estou preocupado com o Brasil dos brasileiros de todos os dias, porque olimpíada dura 30 dias, e, para tal, montamos um esquema de tráfego específico, como São Paulo faz quando há eventos no Ibirapuera: suspendem-se as aulas no dia de jogo, diminui-se o trânsito e damos conta.

Então, o nosso sufoco hoje não é nem Copa do Mundo nem as Olimpíadas, eu acho que é o problema nosso de todos os dias, dos congestionamentos dos aeroportos, que ainda não enfrentaram os jogos da Copa do Mundo. Mas uma série de investimentos que estão sendo feito na expansão dos nossos aeroportos e na construção dos nossos novos estádios de futebol, com alguns programas de mobilidade urbana, que não estão na alçada do Ministério dos Transportes, mas algumas, sim. Quando nossas rodovias atravessam cidades, temos que ir lá emprestar o nosso apoio e o nosso esforço financeiro.

Presidente, alonguei-me demasiadamente. Estou à disposição de todos os senhores presentes aqui para os debates.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Marcelo Perrupato, pelas suas colocações. O senhor deu realmente um panorama geral de como andam os investimentos em nosso País, reconhecendo a falta de estrutura que há hoje no Ministério dos Transportes, principalmente com relação ao DNIT, na questão de planejamento, projetos e as licitações que estão há muito tempo emperradas no DNIT, que dão um passo para frente e dois para trás e um para o lado. E não avançam. Essa é uma das grandes dificuldades técnicas. E, como o senhor bem colocou, não se trata de falta de financeiro, hoje, para a restauração das nossas BRs, a construção das nossas ferrovias. Aliás, gostaria de perguntar ao senhor sobre a nossa ferrovia que vai até Porto Velho e está no PPA de 2012/2015...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está no PPA até Porto Velho. Essa explanação que eu gostaria que o senhor nos fizesse com relação a essa ferrovia, porque, para nós, de Rondônia, é de fundamental importância.

A BR-364 é a única ligação da Amazônia com o centro do País e é um ponto de escoamento de produção e também do Mato Grosso, que chega até a hidrovia do Madeira, que toma o rio até Itacoatiara e, depois, pega um navio de grande calado e pega os mares.

Nós precisamos dessa ferrovia. E consta do PPA a execução do projeto até Porto Velho. E não há data prevista para o início dessa obra, que é uma necessidade urgente para a Região Amazônica.

Se o senhor puder concluir essa questão, eu lhe agradeço.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Desse assunto eu falo com muito prazer, porque foi um trabalho desenvolvido a várias mãos, com o apoio da comissão ferroviária do Congresso Nacional, porque – acho que foi em 2008 – nós editamos aquela Lei nº 11.772, que incorporou uma nova malha ferroviária no Brasil, e foi tudo isso para dentro do Sistema Nacional de Viação.

Essa ferrovia a que o Presidente Gurgacz está se referindo é parte da EF-354, que é uma ferrovia que está dentro do Sistema Nacional de Viação, hoje, chamada de Transcontinental. É uma ferrovia que sai

do litoral norte do Estado do Rio de Janeiro e vai para a fronteira do Acre com o Peru, do Brasil como Peru.

Recentemente eu até recebi o Embaixador do Peru em meu gabinete, quando ele disse: "O Presidente Lula, uns tempos atrás, teve um encontro na fronteira com o nosso Presidente e nos prometeu que, um dia, nós vamos nos encontrar na fronteira." – acho que é em Boqueirão da Esperança, ali no Acre. E eu disse que vamos, sim, e que temos uma ordem de prioridades. Por enquanto estamos pegando segmentos dessa EF-354 e usando para as nossas questões domésticas. E uma delas é exatamente esta: estamos querendo criar uma alternativa para que essa megaprodução, que já é de mais de 50% da produção nacional de grãos – está acima do Paralelo 16, portanto o sul continua importante em termos de produção agrícola – e que bate recorde ano após ano, principalmente nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, tenha alternativas de saída.

Por isso, eu disse que a BR-163 é um investimento que tem um horizonte de eficiência logística, porque o tráfego de caminhões da BR-163, hoje, é de mais de 90% do tráfego total da rodovia. E os senhores todos sabem qual é o tamanho desses caminhões que estão operando na safra agrícola brasileira hoje. Se nós não tivermos uma alternativa de maior capacidade de transporte – leia-se Madeira, Teles Pires, Tapajós, ferrovia EF-354 –, num horizonte muito curto, alguém vai dizer que tem que duplicar a BR-163.

E o Estado do Pará tem um zoneamento ecológico-econômico, que é uma lei estadual que deve ser respeitada, e uma das questões que se consideram nesse zoneamento ecológico-econômico é que eles não querem que essa rodovia induza um processo de aceleração do desmatamento no Estado.

Então, a BR-163, que foi concebida como uma estrada com controle ambiental equacionado – e lembro disso porque eu fazia consultoria no Instituto Militar de Engenharia, na época, quando idealizamos esses centros de controle ambiental para a BR-163 –, era exatamente para que essa estrada, ao ser pavimentada, não fosse indutora de um processo acelerado de desmatamento nas suas margens.

Todos os senhores sabem que a ferrovia tem um processo de preservação ambiental muito forte, porque o trem não entra no primeiro lugar que ele quiser, ele não entra na ferrovia. A ferrovia tem acesso controlado. As hidrovias têm acesso controlado. O que não tem acesso controlado são as rodovias. Mas, no início desse processo, elas são o melhor investimento, o mais adequado, o mais rápido, o mais econômico.

A decisão de retirar a produção dessa região do Mato Grosso e Rondônia através de ferrovia é exatamente para isto: trazer esse fluxo para o eixo da Norte/Sul. E, nesse ponto, esses produtores vão ter a possibilidade de sair pelos portos do norte – e aí pode ser um terminal agrícola que a Vale está pretendendo construir em Ponta da Madeira, em Itaqui, e pode ser um novo porto que estamos considerando hoje, que talvez seja o principal porto de exportação de grãos agrícolas do norte do País, ali em Vila do Conde.

Não sei se perceberam no Programa de Investimentos em Logística, lançado agora em agosto, no Palácio do Planalto, mas foi colocado de volta esse trecho de 600 quilômetros, que exatamente liga a ferrovia do Carajás, de Açailândia, onde a Norte/Sul se encontrou, já hoje, até Palmas, e, no final deste ano, está chegando a Anápolis. Logo em seguida, vai até Estrela d´Oeste, depois, vai descer pelo Paraná e vai bater lá no porto de Rio Grande. A Norte/Sul vai ser uma ferrovia com 4.400 quilômetros, ligando o litoral sul do Brasil com o litoral norte do Brasil.

E a produção dessa sua região, Senador, vai poder optar, porque até pelo Porto de Aritaguá – que alguém, antes, chamou de Ponta da Tulha, ali no litoral baiano, no Município de Ilhéus –, há uma grande possibilidade também de nós termos ali um porto *offshore* de alta capacidade, que vai atender às extrações minerais da região da Bahia e noroeste de Minas e a produção agrícola daquela região também.

Então, nós vamos montar um esquema logístico ali para essa região do Mato Grosso e Rondônia, com várias alternativas possíveis de escoamento. E isso é que gera a competição e redução de custos logísticos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Nós temos um processo de planejamento no Brasil, hoje, que virou uma linha de montagem, igualzinha a uma fábrica de automóveis – cada peça vai chegando e, no final da linha...

O PNLT é um plano estratégico com uma visão de 16 anos, que já está com horizonte em 2031, porque meu primeiro horizonte era 2023, e eu avancei mais 8 anos em termos de visão macroeconômica para o País.

E isso não é um sonho de verão porque, na verdade, esses projetos nossos de infraestrutura raramente são executados em períodos de governo. Normalmente eles levam muito mais do que 4 anos. Recentemente, nós fizemos uma oficina internacional, trancamo-nos em um hotel durante 3 dias, treze especialistas de onze países e fomos perguntar a eles o que eles fizeram de errado que o Brasil não quer repetir. A ótica do encontro internacional foi isso. E uma das perguntas que fizemos foi a seguinte: um grande projeto de infraestrutura no seu país, na Europa, demora quanto tempo? No mínimo 7 anos. E diz um francês que hou-

ve um que durou 20 anos. Aí eu pensei que esse deve ter sido por alguma outra razão.

Mas, em média, esses grandes projetos nossos não são feitos em um mandato de 4 anos do Poder Executivo. Eles pegam o segundo mandato do mesmo governante, mas dificilmente... Sobre esse projeto do qual estamos falando: estou fazendo os estudos agora; depois, vou fazer o anteprojeto; depois, o projeto de engenharia; depois, vou licitar a obra. Vão fazendo as contas aí, se isso funcionar como um relógio – nem se pode chamar mais de suíço; os outros relógios estão funcionando tão precisamente quanto os suíços –, levará muito mais do que 4 anos, se tudo andar muito bem.

Então, o horizonte de visão de planejamento tem que ser largo mesmo, porque, na verdade, nós estamos iniciando hoje uma coisa que vai ser dada ao uso da sociedade brasileira daqui a 4, 5, 6, 7 anos. É isso.

Então, se não começar agora, Senador, se não tivéssemos pensado, se o PNLT não tivesse sido feito, o PPA 2008/2011 não teria saído e nem o 2012/2015, porque nós é que orientamos a montagem dos PPAs.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, com todo respeito ao Dr. Marcelo, o requerimento é para discutirmos a questão das estradas com o aumento da produção. Eu esperava que o Ministro dos Transportes pudesse vir aqui porque dessa questão do planejamento, Dr. Marcelo, nós sabemos. Tem o PPA...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas temos, objetivamente... Não adianta ficarmos aqui, até porque o produtor lá no Mato Grosso do Sul quer saber como é que vai fazer. Nós temos que ter alguém aqui do Ministério dos Transportes que possa dizer isso para nós.

Recentemente, nós tivemos o Diretor-Presidente do DNIT aqui, e o senhor mesmo é testemunha disso, as coisas não andam. O DNIT está lá, emperrado, as manutenções, as coisas todas...

Isso não é no Mato Grosso do Sul, isso é nacional. Acho que nós temos que colocar isso com clareza aqui.

Eu lamento que o Ministro Paulo Sérgio... Gostaria, Dr. Marcelo, de dizer isso ao Ministro dos Transportes. O Ministério dos Transportes, hoje, é um ministério engessado, emperrado. Nós não conseguimos... Temos uma obra lá em Três Lagoas, para a qual tem que trazer os trilhos de uma obra que já foi cancelada há mais de um ano e meio, dois anos. Nós já fizemos uma audiência lá com a bancada e com o Ministro. Essas coisas não andam. É impressionante isso! Fica amarrado, emperrado, não vai.

Essa questão, por exemplo, da ferrovia de Maracaju até Cascavel e depois Paranaguá, entra ano, sai ano, discute-se, vai estar no PAC, mas não vemos nada.

Recentemente, uma rota tinha que mudar, e ainda fomos lá na Valec para discutir isso com o Governador André Puccinelli e com a bancada federal.

Então, eu acho, Dr. Marcelo, que, com todo respeito, a questão do planejamento é importante. Isto é que é importante: planejar. Sei que isso é que vai funcionar, mas, na prática, objetivamente... O senhor está falando da BR-163, ela é a única ligação do Mato Grosso com Mato Grosso do Sul. Na hora em que conseguirmos escoar a produção do Mato Grosso lá para o norte, nós vamos desafogar; mas, enquanto isso, eu já levei ao Ministro manchetes e mais manchetes: morre gente quase que todos os meses, para não dizer todas as semanas, porque é uma BR que tem um tráfego de caminhões violento. E está lá, todo ano. Mesmo agora, nós vamos licitar.

Objetivamente – a Senadora tem precedência –, quando chegar a minha vez, eu quero ouvir o que existe de prático, de objetivo, neste momento, sendo feito, no máximo, daqui para o ano que vem e que vai permitir que possamos ter o escoamento decente da nossa produção.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Antes de ouvi-lo, Dr. Marcelo...

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Só...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Eu nem lamento que tenha que lhe dar razão. Eu lhe dou razão por todos os motivos que já relatei aqui.

Nós temos um sério problema de gestão nas nossas estruturas de governo. E não é só no Ministério dos Transportes, não. Eu tinha até reforçado este posicionamento aqui de que nós não estamos discutindo nem falta de recursos para investimento, porque nós não conseguimos gastar todo o dinheiro que temos disponível no ano passado. É uma crise de gestão que foi, eu diria, agravada por processos que não cabem a mim julgar, mas nós tivemos que, praticamente, desmantelar a estrutura dos dois grandes órgãos executivos do Ministério: a Valec e o DNIT. Então, isso, realmente, gerou uma conturbação muito forte em termos do andamento dos processos executivos dentro desse órgão. E eu diria: e, agora, melhorou? Nós não conseguimos, este ano, gastar de novo o que tínhamos disponível em 2012.

Parte disso reflete nas suas angústias, do atraso das obras, algumas até não por razões da própria execução, mas por falhas de projeto.

Durante muito tempo, nós fomos invadidos – coisa que não existia no passado – de que todos nós, administradores públicos, temos que fazer o que é mais barato. E a engenharia brasileira antiga não fazia o que era mais barato, fazia o que tinha melhor qualidade. Então ninguém vai responsabilizar a engenharia brasileira por não ter competência para fazer o bem feito. Mas, durante muito tempo, funcionava desta maneira: "tem que fazer depressa. Tem que licitar. Então, não licita com o projeto de engenharia. Licita com anteprojeto." Anteprojeto tem uma margem de erro de mais ou menos 30%, no mínimo, em relação à realidade dos custos de execução. Um bom projeto de engenharia falha até em 10% dos custos da execução. E isso tem que ser corrigido no campo, por mais esmerado e bem feito que seja o projeto de engenharia.

Mas aí, Senador, com todo respeito e acatando o seu posicionamento, eu lhe digo o seguinte: nós temos uma dificuldade na área de execução. Eu disse isso aqui. E eu louvo muito o esforço dos senhores, que representam a sociedade nos seus Estados, de ficar pressionando os nossos órgãos para que façam. É legítimo isso. Agora, eu não vejo como, exatamente neste momento, mudar o ritmo dessas obras, porque o projeto está lá, o recurso está lá, a obra foi contratada, o empreiteiro está lá, mas a gestão nossa está prejudicada. Eu não diria nem que seja o processo de fiscalização, é a gestão mesmo. É o ter que fazer muito e muito rapidamente, que conflita com o andamento das próprias obras, com a qualidade delas. Nós temos várias obras aí que antigamente eram dimensionadas para o pavimento durar 10 anos. Hoje, não estão durando nem 5. Por quê? Porque foram mal executadas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dr. Marcelo, eu preciso passar a palavra para a Senadora Ana Amélia. Nós temos outras audiências e outras comissões também para participar.

Então, passo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Caro Dr. Marcelo, eu vou falar rapidamente.

No requerimento, eu não incluí todas as rodovias, evidentemente, porque senão seria colocar o mapa do Brasil aí dentro, e está péssimo esse mapa do Brasil em matéria de rodovia.

Eu falei da 364, não em homenagem apenas ao Senador Acir, mas em homenagem ao Senador Valdir Raupp, ao Senador Ivo Cassol. Mas eu passei pela 364, de Ji-Paraná – para uma audiência que foi organizada na Comissão de Agricultura – até Rolim de Moura, e pude ver o estado lamentável da estrada, que é muito complicada para escoamento.

Este ano, a previsão do Ministério da Agricultura é de 181 milhões de toneladas de grãos. Ora, sem estrada ampliada... Para 2015 e 2016, há as previsões que o senhor está apresentando de conclusão de algumas melhorias; não é nem duplicação, são apenas melhorias na 364.

Eu poderia citar a 386, no Rio Grande do Sul, que é da área de escoamento da produção. O senhor fez referência à 285, onde há um trecho pequeno que será concluído de 8,4 quilômetros. E também o senhor falou de um trecho de Rondonópolis, na previsão de 2015. Qual é o preço do quilômetro, hoje, para uma estrada nova e para um conserto de estrada? A primeira questão para o senhor.

A outra questão. Eu queria informação sobre a situação da duplicação de Rio Grande – Pelotas e Porto Alegre – Pelotas.

O senhor falou muito de atrasos, esses casos aí em relação à questão ambiental e à questão indígena. No caso da BR-101, a duplicação é o problema indígena? Quando essa estrada, enfim, será concluída, na duplicação de Palhoça até a divisa com o Rio Grande do Sul?

Quanto à duplicação da 386, quais são os dados que o senhor tem para me fornecer?

No começo da sua exposição, o senhor falou muito de uma questão que eu, desde que cheguei aqui como jornalista, em 1979, ouço do Governo: os modais de transporte, a ferrovia e a questão do transporte aquaviário. De lá até agora, Dr. Marcelo, muito pouca coisa foi feita. No caso de ferrovia, nós temos uma concessionária hoje operando, que sucedeu depois do desmantelo da Rede Ferroviária Federal e que, por ser uma só, a concessão acaba onerada, porque não há concorrência para esse serviço, no caso da ferrovia.

Eu quero saber também, do senhor, como a EPL, que foi criada agora pelo Governo – recentemente a Casa aprovou – vai operar dentro do Ministério. Se nós temos planejamento bom – o senhor deu uma ideia boa de planejamento –, mas o senhor falou num ponto crucial: gestão. E esse é o problema de todo setor público brasileiro. O contribuinte paga uma conta pesada de impostos, e não tem a contrapartida dos serviços. Então, nesse aspecto, como nós vamos fazer alguma coisa para melhorar a gestão?

Para terminar, recentemente, a Confederação Nacional do Transporte mostrou dados alarmantes sobre a situação das nossas estradas.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Não, a CNT – Confederação Nacional do Transporte. São 95.707 quilômetros de rodovias em todo o País, incluindo federais, estaduais e municipais. Desse total, 33,4% foram consideradas em situação regular, 20% ruim e

10% péssima; outros 27,4% estão em bom estado e somente 9,9% – nem 10% – em ótimas condições.

Por fim, no meu Estado existe um problema sério, que é a história de trechos de rodovias, como a 470, que para mim, que sou de Lagoa Vermelha, na região nordeste do Estado, tem muito impacto. Em relação a essa BR-470, um pedaço ora é federal, ora é estadual. Também para quem paga a conta não interessa se ela é do Estado, do Município ou da União. O usuário precisa da estrada.

Quero saber do senhor, sobre a 470, o que há hoje de real processo. Também existe uma intersecção. Terminou-se o asfaltamento. Depois de uma longa e demorada novela de disputas dentro do TCU, foi concluído. Só que essa BR-470 chega e faz a intersecção com a 285, que vem de Passo Fundo, seguindo Lagoa Vermelha – Vacaria, e essa 470 vem lá de Barracão e chega em Lagoa Vermelha, que dali deveria pegar mais Barretos – André da Rocha, André da Rocha – Nova Prata e seguindo assim por diante.

E, aí, acontece como o senhor falou, lá na 364, no caso de Rondônia, há muitos trevos, porque ela passa pelas cidades que foram construídas ao longo do tempo. Ali também ela pega bem no centro da cidade, que se desenvolveu ao longo da BR. Então, é um problema sério, porque não foi previsto nenhum trevo de saída. Então, ali é um deus nos acuda! E já aconteceram acidentes fatais nessa região.

São as minhas questões, Dr. Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz – Bloco/PDT – RO) – Dr. Marcelo, vamos ouvir, antes, o Senador Cyro, para que possamos dinamizar um pouco mais. Depois, o senhor responde a todos os Senadores.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Eu vou ser bem rápido, porque a minha colega Senadora Ana Amélia já colocou o macro que eu imaginava. Só faltou dizer que o grande gargalo em vários ministérios, mas principalmente no Ministério dos Transportes, são as grandes queixas do TCU. As obras que foram paralisadas por falta de planejamento, de projetos trouxeram um transtorno muito grande.

Eu quero dizer ao senhor – não é a crítica ao Ministério dos Transportes de agora – que o Ministério dos Transportes é o grande responsável pelo encarecimento dos produtos agrícolas do País. Há décadas e décadas – não é de agora –, nós, do Centro-Oeste, não temos ligação com o Norte e o Nordeste. Para escoarmos os nossos produtos, o peso-transporte na composição do custo é enorme.

Eu tenho somente uma consideração a fazer em relação ao potencial hidrográfico, Dr. Marcelo, dos rios da Região Norte e à concentração de importantes centros produtores de grãos no centro-norte do País. Combinada a possibilidade de reorientação dos fluxos de exportação para os portos da Região Norte, por que o referido plano não inclui investimentos em hidrovias tidas como componente de alta relevância e atratividade para o transporte de produtos agrícolas? É nesse sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz – Bloco/PDT – RO) – Pois não.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Na verdade, eu estava querendo, Presidente, direcionar a audiência pública mais objetivamente em função do tema do requerimento, e agora, objetivamente, à questão da ferrovia de Maracaju até Cascavel. Isso já foi várias vezes discutido. Eu queria saber se o senhor tem informações de quando isso começa? Está onde?

E também em relação à questão da BR-163, que, segundo o Ministro Paulo Sérgio, estaria no PAC e eles iriam pedagiar. O próprio Governo Federal iria fazer isso e iria fazer uma concessão para que a empresa que ganhasse essa duplicação tivesse depois o direito do pedágio.

Uma notícia boa, Sr. Presidente. Ontem, eu relatei, na Comissão de Infraestrutura, da qual sou membro, e escolhi, dentre as quatro emendas de comissão, uma que é para dotar o DNIT e o Ministério dos Transportes de recursos para que façam projetos. Então, eu presidi a Comissão Mista de Orçamento e sempre se esbarra nisso. Quer dizer, na maioria das vezes nas obras – como disse o Dr. Marcelo, e eu acho que isso é real –, há pressa, o projeto básico é mal feito e depois isso é percebido. E o próprio DNIT e o Ministério dos Transportes não têm recursos alocados para fazer bons projetos.

Eu acho que, quando a obra é do Governo, temos de ter recursos e temos de pagar bons projetos, para evitar depois um prejuízo até muito maior.

Até como contribuição, digo para o Dr. Marcelo que esta Casa se preocupa, sim, com essa questão, principalmente quando se trata de dinheiro público e da execução dessas obras públicas. Porque, para os nossos Estados, – aqui nós estamos falando de Estados que são produtores mesmo –, a questão do escoamento da produção é importantíssima. É sobre isso que, na prática, objetivamente, eu gostaria de ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, Dr. Marcelo, eu quero abordar duas rodovias que têm a ver com a nossa Região Amazônica: a primeira é a 174, que sai de Manaus, passa

por Boa Vista e vai até a fronteira com a Venezuela; e a outra é a 319, que vai de Manaus a Porto Velho.

Nós, de Roraima, do ponto de vista rodoviário, não estamos conectados com o Brasil, porque, uma vez que a BR-319 está já há alguns anos praticamente a maior parte do tempo intransitável, nós temos contato até o Amazonas. E assim mesmo, todo trecho que está dentro do Estado de Roraima tem uma situação no mínimo esquisita. Nós levantamos o valor já empregado nessa rodovia, que talvez desse para fazê-la umas três ou quatro vezes. No entanto, ela está permanentemente com problema de trafegabilidade. Porque chove, no período das chuvas dá problema; no período da seca dá problema. Enfim, há suspeitas de superfaturamento, desvio de recursos. Eu já fiz, inclusive, pedidos de providências junto ao TCU, à Procuradoria Geral da República e ao próprio Ministério com relação à 174.

E com relação à 319, eu, como Presidente da Subcomissão da Amazônia, fui instado por algumas instituições, pelo Governo e por empresas da Região, e é um negócio, assim, incompreensível. Essa rodovia foi concluída, pronta ainda durante o governo do Regime Militar e depois disso foi abandonada. Então, o trecho do meio dela – o Senador Acir pode falar até mais do que eu, porque não só é de Rondônia como tem empresas de transporte naquela região – não é trafegável permanentemente. E o pior, o Ibama não dá licença para que se façam os trabalhos. Então, quer dizer, há um órgão do Governo impedindo uma obra que já foi feita, portanto jogando dinheiro do povo fora, por uma exigência, argumentando que, em se consertando a rodovia, iria se estimular grilagem, assentamentos etc, forçosamente.

Então, realmente há um paradoxo, e nós, da Amazônia, ficamos numa situação de quintal do País. Tudo é colocado em situação secundária. E eu gostaria muito de perguntar sobre essas duas rodovias, até porque, como lhe disse, nós pretendemos fazer isso, na Subcomissão Permanente da Amazônia, que é ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Essas rodovias são estratégicas, tanto do ponto de vista do desenvolvimento da região como do ponto de vista até mesmo de proteção das nossas fronteiras. Pensar em desenvolvimento sem essas rodovias... Se estivéssemos falando em rodovias que nós iríamos abrir, que estaríamos querendo, mas estamos falando de rodovias que já estão abertas.

Então, sobre esses dois pontos eu queria ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cavalcanti. Realmente, essas rodovias 174 e 319 são tão importantes quanto a 364; são uma continuação e ligam a Região Amazônica ao centro do nosso País. Desde os anos 1988, 1989, talvez até os anos 1990, elas eram transitáveis periodicamente. De lá para cá, ficaram totalmente intransitáveis entre Humaitá e Manaus, não havendo mais essa ligação do Amazonas e Roraima com o Centro do Brasil. Isso gera uma dificuldade muito grande, atrapalha o desenvolvimento do nosso Estado de Rondônia e a integração da Amazônia com os demais Estados Brasileiros.

Então, com a palavra o Dr. Marcelo Perrupato.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Eu até queria fazer um adendo. A questão de abastecimento de combustível foi seriamente comprometida porque houve uma seca no Rio Madeira, e não havia como transportar também pela rodovia. Então, sob todos os aspectos essas rodovias são vitais para a região.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Então, pela ordem, vou responder à Senadora, primeiro.

Custo por quilômetro. Para construir uma estrada eu vou gastar R$1,5 milhão por quilômetro. Para restaurá-la, eu vou gastar entre R$150 mil e R$200 mil por quilômetro, porque restauração é refazer o pavimento sem ampliação de capacidade. Então, a proporção é mais ou menos essa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. *Fora do microfone*) – Quanto?

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – R$1,5 milhão por quilômetro, se for pista simples, para construir. E construir é fazer todo o processo: terraplanagem, pavimentação, sinalização. E, para restaurar, eu gasto entre R$150 mil a R$200 mil por quilômetro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – É. Então, estou falando em 10% do que custa construir...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – E a de Rondonópolis, a BR-364, foram R$67 milhões para 14 quilômetros.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – É. Mas aí é um caso particular, porque lá há ponte no meio do caminho, o sistema de drenagem tem que ser todo refeito. Então, eu lhe dei uma ideia no geral, porque restaurar uma rodovia custa mais ou menos 10% do que custa fazê-la.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Fazer uma nova.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Por isso, vale à pena fazer bem feito, porque 10% do custo, se eu tiver que todo ano ir lá e refazer a estrada, é dinheiro jogado fora.

As estradas que foram construídas na década de 70 duraram mais de 10 anos; as de hoje estão durando menos de 10 anos. Quer dizer, é o quê? Outra engenha-

ria? Não. Eu acho que é mau projeto, má execução. E aí vem a questão que o Senador colocou: nós ficamos à mercê das críticas do Tribunal de Contas da União.

Aí, eu acho que tenho de dar a mão à palmatória, porque fazer mal feito desde o tempo do edital até o tempo da entrega da obra é se submeter a esse tipo de questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem querer interromper, mas já interrompendo, Dr. Marcelo, um exemplo claro de construção e restauração da atualidade é o trecho que liga Porto Velho a Guajará Mirim. A empresa ganhou a licitação, iniciou a obra e simplesmente abandonou – abandonou, Srªs e Srs. Senadores! – a obra e foi embora. A Delta, bem antes do escândalo, simplesmente abandonou o serviço, e ninguém tomou nenhuma providência. Está lá, até hoje, uma dificuldade grande, há risco de acidentes e acidentes acontecendo, e nós não temos a conclusão da restauração da BR-425 ligando Porto Velho a Guajará Mirim. Esse é só um exemplo de outros tantos que nós temos no País.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Eu chamo isso de vício de origem. Vício de origem é isto: começa mal feito, termina como? Custa duas, três vezes mais e sai mal feito.

Deixe-me voltar um pouco a essa questão, porque todos os anos, ou de 2 em 2 anos, a Confederação Nacional do Transporte, cujo trabalho é louvável, nos ajuda muito. Eles publicam a estatística.

A estrada ótima, na metodologia da CNT, é uma estrada com quatro faixas, duas pistas, uma de cada lado, com canteiro central, plana. No Estado de Minas, não sobram nem 100 quilômetros para ser ótima, porque o ótimo deles é um virtual. Só tem ótimo no Estado de São Paulo: Anhanguera – Bandeirantes, Anchieta – Imigrantes. Então, há uma questão da metodologia do julgamento da CNT que acho que não se aplica, porque, se pegar um território como o de Minas Gerais, onde só temos vales e montanhas, e querer que as estradas de lá se enquadrem no ótimo, não vai passar nenhuma. Há estradas boas lá, cujos raios de curva são menores por causa da topografia e cujas rampas são maiores, que jamais serão ótimas. Não é nenhuma crítica, é uma questão de metodologia.

Mas, ainda assim, a cada ano, verificamos lá que, no acervo das federais, a situação vai melhorando, pelo menos sai do péssimo e vai para o regular e do regular vai para bom. Algum esforço estamos fazendo, porque seria inadmissível que estivéssemos gastando, nos programas de recuperação de pavimento, 20 mil ou 30 mil quilômetros de projeto todo ano, e não acontecesse nada de bom. Seria realmente o sepultamento da gestão do Ministério, quer dizer, gasta, gasta e não melhora nada.

Nem coloquei o caso da CNI, porque – a CNI agora é feita por companheiros de área de consultoria muito competentes também, Renato Pavan, Olivier, da Macrologística – estão fazendo um trabalho que é um desdobramento do PNLT regionalizado. Então, estão saindo com um programa de investimentos que rebate com os nossos, quer dizer, não criaram nenhuma novidade. Tanto é que, no diagnóstico deles, dizem que 50% do que estamos propondo aqui já está em execução pelo Governo. Então, também não é.

Agora, qual é o papel da EPL? A EPL surgiu de algo que está sendo discutido no âmbito do Governo central há muito tempo. O Ministério dos Transportes precisa de uma empresa de planejamento, não que se queira repetir fórmula de Geipot, porque jamais reproduziremos Geipot. O Geipot foi montado em uma época em que o Brasil não sabia nem fazer plano diretor de nada. Então, não vamos reproduzir. O Geipot tinha ação na África, tinha escritório no Paraguai, tinha cinco, três escritórios regionais no Brasil, disseminou toda cultura de planejamento urbano, que acabou se derivando na EBTU. Ensinamos os Municípios a fazer gestão de transporte urbano eles mesmos porque antes era tudo comandado pela União. Então, o Geipot teve o seu papel.

Onde a EPL está entrando? A EPL está entrando entre o estratégico e o operacional: o estratégico faz o Ministério nas suas definições de política através do PNLT; o operacional faz o DNIT e a Valec na realização. E o tático quem faz? A ausência do tático está respondendo hoje à maior parte da ineficiência dos nossos programas de investimento. Não há o tático. Até comentei isso com o Bernardo Figueiredo recentemente: Bernardo, você entrou em uma tarefa hercúlea. "Por quê?". Porque você vai ter que virar o feitor, que, lá na fazenda, pega ordem do fazendeiro patrão e bota lá o que está executando para fazer.

Então, quem definiu isso muito bem definido foi o Tarcísio, que é diretor-executivo do DNIT, cuja origem é CGU. Na verdade, ele é um controlador, era do Exército, é concursado da CGU e está no DNIT, hoje, como diretor-executivo. Ele que classificou essas funções nossas: o Marcelo faz o estratégico; eu faço o operacional, porque sou DNIT; e o Dr. Bernardo Figueiredo, com a EPL, vai fazer o tático. Quer dizer, há uma expectativa muito grande nessa tarefa que a EPL vai ter que assumir agora, porque, na verdade, todo aquele programa de investimentos que foi colocado em agosto, que é uma reprodução de investimentos em que, inclusive, está a Cascavel-Maracaju – viu, Senador? –, cujo prazo de execução é de, no máximo, cin-

co anos, porque está na proposta de cronograma do PIL – Programa de Investimento e Logística, aqueles projetos já estavam todos previstos no planejamento estratégico e estão sendo colocados hoje no tático, porque têm que ser feitos e têm que ser feitos com a parceria do setor privado.

Não sei se todos sabem, mas, quando baixamos 0,5% na taxa Selic, deixamos de entregar R$5 bilhões por ano para os bancos para a rolagem da dívida interna, e esses R$50 bilhões, a cada 0,5% de taxa Selic, estão indo para os cofres do Tesouro ou deixando de sair dos cofres do Tesouro e indo para o BNDES, para o BNDES financiar o setor privado, para o setor privado entrar no tático e fazer essas coisas que estão angustiando todos os senhores aqui hoje, que é a lentidão nos processos de fazer. Esses investimentos do PIL, que tem uma série de rodovias e de ferrovias, estão entrando na visão do tático. Vão ser implantados com financiamento do BNDES para o setor privado, e o setor privado vai adotar os procedimentos dele, que são muito mais ágeis do que os do setor público. Por quê? Porque vão escolher os melhores projetistas, vão pagar o preço razoável, porque é assim que o setor privado trabalha, vão fazer as obras, porque eles vão contratar as empreiteiras e, quando a obra estiver pronta, vão entregar isso para o Governo, porque nenhuma infraestrutura no Brasil está sendo privatizada. Estamos dando a operação e, eventualmente, a execução das obras para o setor privado.

Então, há uma virtude muito grande nessa estratégia da EPL. A EPL não vai fazer planejamento estratégico, a EPL não vai fazer o operacional, ela não vai construir. Ela vai fazer as coisas andarem, porque vai entrar no meio do caminho, que é onde as coisas não estão funcionando. Por que o dinheiro está sobrando? Porque alguém idealizou que um projeto deveria ser feito, alguém fez um projeto, e o projeto não andou, ou, então, a construtora entrou na concorrência, ganhou a licitação, e não deu conta de fazer. A gente quer acabar com isso, e esse é o papel da EPL.

Senadora, V. Exª me fez, aqui, umas perguntas sobre a BR-386 e a BR-470. Vou ter que lhe passar isso, porque tenho uma secretaria de gestão no Ministério que cuida do acompanhamento dessas obras. Isso não está na minha Secretaria. Dou a mão à palmatória, porque estou muito despreparado para lhe dar uma resposta honesta a respeito desse assunto. Mas vou levantar isso tudo e vou lhe mandar por escrito.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O.k. Agradeço então.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – E aí eu lhe peço, com a devida vênia, mil desculpas por não ter me preparado suficientemente para lhe dar esse tipo de detalhe. Nas demais, acho que lhe respondi. Se não respondi, por favor, me cobre aqui, agora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É porque todas elas... A BR-470, essa história de trechos serem estaduais, trechos federais, por que...

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Deixe-me explicar uma coisa.

A Senadora sabe que, durante certo tempo, a União cedeu ao Estado algumas rodovias federais para que ela entrasse no processo de concessão, subrogou a tarefa de fazer ao Estado, que faria em seu lugar. Essa coisa, em um processo que o Rio Grande do Sul, na época, criou, estava muito na linha de pegar uma rodovia federal que tinha um tráfego denso, arrecadar um pedágio dela e aplicar nas alimentadoras, que eram estaduais dessa, que não tinham pedagiamento, porque o tráfego era muito baixo. Acho que esse processo deu certo durante certo tempo, mas se esgotou. Em um dado momento, a Governadora Yeda Crusius chegou e disse ao Ministro que não queria mais isso, que iria devolver. "Então, vamos fazer um levantamento patrimonial para ver se a senhora vai me devolver essas estradas do jeito que entregamos." Esse processo gerou uma delonga, uma discussão enorme dentro do Ministério, mas está chegando ao ponto final. Então, vamos receber essas rodovias de volta. Algumas delas estão com prazo de concessão superior aos prazos da delegação, e isso, por si só, esse hiato de 2 anos, gerou uma incompatibilidade legal forte. Tivemos que estender a delegação por mais 2 anos para esperar a relação contratual entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e os concessionários se esgotar para que fossemos lá, porque, senão, iríamos herdar um contrato que não fomos nós que assinamos. Isso tudo está sendo feito.

Vamos colocar a malha federal do Rio Grande do Sul nas mãos da União de volta e vamos corrigir todas as incompatibilidades que possam ter sido geradas nessa fase. Vamos botar um mata-borrão nisso e...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Só, então, em relação às minhas questões, Dr. Marcelo, se V. Exª puder pedir para a área responsável por essas rodovias, a BR-470, essa do entroncamento BR-470 com a BR-285...

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Já anotei aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ...porque é em Lagoa Vermelha. Isso é muito sério. As questões relativas à BR-290 e à BR-392 também, a duplicação, algumas informações sobre isso eu gostaria muito.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Já anotei aqui, BR-392 e BR-290.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço muito as providências. Muito obrigada!

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – A BR-292 também, não é? (*Pausa.*)

É a BR-392.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Está bem. Vou-lhe mandar isso por escrito.

Pela ordem, então, tenho o Senador Cyro, com a questão das hidrovias.

Na questão das hidrovias, levamos uma sova da Casa Civil, porque, no PAC 2, de maneira até, eu diria, impensada, apresentamos para a Casa Civil um programa de investimento nas hidrovias que pegou as principais hidrovias da Região Norte do País e que ia custar, e não estou nem falando em explodir o Pedral do Lourenço, porque isso já virou uma fábula aqui, ninguém aguenta mais ouvir isso... Quem vai explodir o Pedral do Lourenço, agora, é a Vale. A Companhia Vale vai nos pagar uma dívida que ela tem com a União arcando com uma parte desses custos. Mas pedimos R$7,2 bilhões para colocar essas hidrovias em operação, sem pensar muito na questão da montagem das reclusas ainda. Na verdade, íamos pegar as hidrovias que já estão hoje em operação comercial – recentemente a Antaq disse que não eram mais 10 ou 12 mil quilômetros que estavam em operação comercial na malha hidroviária brasileira, que era mais, que estava chegando a quase 20 mil quilômetros. Eles têm um anuário estatístico –, mas não tivemos sucesso nisso porque estávamos despreparados. Não tínhamos bons projetos. Então, não fomos aceitos. Aí, ficamos com um programinha lá de R$2,7 bilhões, que está sendo conduzido nesse período de 2012-2015.

Por isso, voltamos para as bases para fazer um plano hidroviário e licitar os estudos de viabilidade que o DNIT colocou recentemente na rua, que envolvem nove trechos de hidrovias, para ficarmos preparados para entrar no PAC. Então, a questão hidroviária nós resolvemos por aí.

Em relação às queixas do TCU, digo isso, porque talvez eu tenha sido um dos poucos ordenadores de despesa do Ministério que tenha tido as suas contas aprovadas no TCU sem restrições. Guardo isso com certo orgulho, porque eu tinha uma boa equipe. Eu era o ordenador de despesa do Ministério – normalmente é o secretário-geral, e hoje é o executivo –, e o TCU aprovou as nossas contas.

Nesses últimos anos, a qualidade da nossa administração desceu a tal nível que tudo o que fazíamos a equipe técnica do TCU dizia que estava errado. Chamei muito a atenção, quando voltei há 5 anos, há quatro anos e meio para o Ministério, dizendo: gente, façam bem feito. O TCU não é nenhuma encrenca, não. Convivo com essa gente até hoje. Eles não são algozes, nem feitores. Não estão querendo nos destruir. Façam bem feito. Levem as coisas para lá bem feitas, porque vocês não serão questionados. "Não, mas eles vão pedir qualquer coisa. Então, manda o edital do jeito que está porque vão corrigir mesmo." Falei: esse não é um bom padrão de comportamento.

As coisas estão melhorando, Senador, só que temos que vestir a carapuça e aceitar as críticas. Reajo fortemente a muita coisa, quando alguns profissionais do TCU vêm discutir coisas que conheço há 47 anos, porque sou engenheiro formado há 47 anos. Essas coisas eu não aceito. Discutir solução técnica com engenheiro que está dentro do Ministério e que tem conhecimento, essas coisas não aceito e reajo fortemente, mas tem que reagir dizendo a verdade. Não é ir lá e inventar coisa, porque eles são mais bem preparados do que nós. Na verdade, os concursos públicos do TCU acabam levando para lá os melhores profissionais. Vários deles são meus ex-companheiros de Ministério da década de 70.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Dr. Marcelo, interrompendo, é bom ouvir isso do senhor porque comprova que o TCU não é nenhum algoz. Também há as falhas dele.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Não, não é.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – Mas, há alguns tempos, alguém queria acabar com o TCU. É o marido traído que pega a traição no sofá e arrebenta o sofá. Então, não é por aí que vamos resolver a nossa questão. O senhor tem toda razão. O senhor é uma testemunha, hoje, de que as coisas podem funcionar. O senhor tem...

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Testemunho vivo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO) – ...esse orgulho de dizer que os seus projetos não receberam nenhuma crítica. Se os seus puderam, os dos outros também podem. É só fazer bem feito.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Queria só terminar, Senador, lhe dizendo o seguinte. O TCU é um órgão que pertence ao Poder Legislativo. Com muita honra digo isso, porque são os nossos fiscais. O TCU foi criado originalmente para ser um órgão de julgamento de contas *ex post*, tanto é que levei 2 anos para saber que minhas contas lá estavam aprovadas. Assim como, das minhas duas passagens recentes pelo Conselho da Companhia Docas de São Paulo, estou aguardando o segundo julgamento, porque o meu CPF está lá dentro. Esse negócio de ser conse-

lheiro de empresa estatal é negócio de altíssimo risco. Estou esperando, porque, na minha última passagem pela Codesp, tenha meu CPF liberado pelo TCU. Só que o Programa Nacional de Desestatização, o famoso CND, deu ao TCU alguns novos direitos, dentre eles, fiscalizar o processo de desestatização das empresas brasileiras, e isso não tem nada a ver com concessão. Acho que o cachimbo entortou a boca, porque não estamos desestatizando nada, mas toda vez que tenho que fazer uma concessão para operação de um bem público tenho que mandar isso para o Conselho Nacional de Desestatização, e, por direito, o TCU entra no processo em análise.

No fundo, o que o TCU teria que fazer? "Ministério dos Transportes, você é responsável pela área de transportes. Faça um bom termo de referência. Faça um bom edital. Faça uma boa obra. Depois, vou cobrar. Daqui a uns 2 anos, vou chamá-lo aqui e aplicar uma multa, viu, ô gestor público." É isso que ele deveria fazer. Agora, ele está entrando desde o princípio. Se o edital está mal feito, "você não sabe fazer orçamento". Está errado. Não seria para isso, mas está assim. Culpa de quem? Nossa! É nossa culpa.

Senador Mozarildo, rapidinho aqui! V. Exª está falando da nossa ligação com a Venezuela, da BR-174, e de uma estrada que foi implantada por uma empresa em que eu trabalhava à época. Participei do projeto da BR-319 quando ela foi implantada. Foi um exercício de logística brutal fazer uma estrada em cima de um alagado. Essa estrada foi feita com restrição de capacidade para veículos de até 6 toneladas por eixo. Hoje, estamos repavimentando a BR-319 para 10, elevando a estrutura dela para 10 toneladas por eixo. E ela foi elogiada pela Ministra do Meio Ambiente como o primeiro estudo com questão ambiental resolvida. Por quê? Porque resolvemos instituir o que chamamos de estrada parque. Estrada parque é uma estrada com restrição de circulação. Está sendo. Ela está nesse processo do tático que não está funcionando, porque não é uma obra fácil. Nunca foi, desde a sua origem. Era de uma empresa de consultoria que fez o projeto daquela estrada na época, a Transcon. Descemos lá de paraquedas; a equipe de topografia saltou de paraquedas para fazer aquela estrada, só para vocês terem uma ideia. E ela era a última ligação entre as capitais federais. Era uma obrigação da União conectar todas as capitais federais por estrada de rodagem.

Funcionou. Foi mal conservada. Foi mal utilizada, nunca foi objeto de devastação de floresta, porque lá, se você sair do eixo da estrada, você cai é na água. Então, não é uma estrada de que você possa dizer: não arruma a BR-319, não, porque vão devastar a Amazônia. Não vão devastar nenhum milímetro, mas você tem que ir lá tomar conta, porque ela é uma estrada parque. Estrada parque existe na Europa, existe nos Estados Unidos e é uma estrada que tem cancela. Às vezes, eles dizem: depois das 5 horas, você não entra aqui. Por quê? Porque há animais silvestres aqui, entendeu, há o problema ambiental que funciona à noite. Quando você entra nessa estrada, a gestão dela, o controle dela, anota a sua placa, o nome de quem está no veículo e em que hora ele entrou, e ele tem hora para chegar no outro posto, porque você não pode acampar no meio do caminho. Esta é a visão da estrada parque: você não está proibindo o desenvolvimento socioeconômico da região, mas está cuidando daquilo como um patrimônio com restrições ambientais.

Então, nós recompusemos o projeto. E a Ministra, à época, fez um elogio específico: "Eu nunca vi um projeto de engenharia de uma estrada com tratamento ambiental tão primoroso." Então, vai sair e vai sair bem feito. Está bom!

A 174 está com um probleminha, o problema é de execução, é um problemão. Nós vamos pressionar o órgão executivo. Hoje, às 10 horas, eu tinha até uma reunião do conselho do DNIT, eu vou voltar lá agora e vou cobrar isso. Está bem?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Dr. Marcelo, agradeço as suas colocações, mas é claro e fica mais claro ainda quando o senhor nos coloca que a gestão hoje, não sei se no Ministério dos Transportes, mas no DNIT, diminuiu sua qualidade ao longo dos anos.

Nós podemos ver que as licitações, sejam de recuperação, de estradas novas, de ferrovias, não aconteceram este ano. Os processos licitatórios lá no DNIT emperraram. Temos um orçamento gordo, um orçamento recheado, mas não temos a capacidade de gestão para gerir esses orçamentos, em função da falta de projeto, de planejamento. Coloca-se a culpa em TCU, AGU, e as coisas não acontecem no DNIT.

Eu tenho acompanhado, acompanhei durante o ano passado, este ano, a restauração da BR-364. Nós começamos a discutir essa restauração em 2009, ela ainda não começou a execução. Houve a licitação, deu-se a ordem de serviço. Semana passada eu andei na BR-364, entre Pimenta Bueno e Cacoal, encontrei lá uma pequena equipe trabalhando, mas muito lentamente, muito aquém da nossa expectativa e da urgência de resolver o problema da BR-364.

Ao contrário, já as travessias urbanas de Ji-Paraná estão em ritmo acelerado, devem terminar este ano as obras da travessia, com exceção do viaduto. Obra de boa qualidade em ritmo acelerado.

Mas a restauração da BR-364 está muito lenta, e eu diria que com uma qualidade muito inferior àquela

de que necessitamos. Porque a restauração, pelo que nós discutimos, temos um trecho entre Presidente Médici e Cacoal em cujas base e sub-base precisamos mexer. A restauração diz isso. A base está completamente afetada; são mais ou menos uns 60 quilômetros cujas base e sub-base precisam ser refeitas. Coloca a restauração, põe um asfalto novo, mas não adianta, ela começa a estourar de baixo para cima. Nós precisamos ter essa restauração e nós aguardamos com ansiedade essa obra, que é da maior importância. É a única BR que nós temos dentro do Estado de Rondônia que liga o Amazonas, Roraima, o Acre, Rondônia ao sul do País.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Senador, deixe-me lhe dizer uma coisa, talvez ninguém vá entender muito o que vou dizer, mas nós fomos muito maltratados por outras áreas de Governo, porque nós passamos de uma época em que gastávamos R$2 milhões por ano para um orçamento de 15, 16, 17. Ninguém consegue botar o Maracanã no Maracanãzinho. Todas as vezes em que pedíamos aumento de quadro do pessoal do DNIT, a área do planejamento dizia: "Espera mais um pouco. Não!". Ah, eu preciso de mais 500 funcionários. "Não, só vou abrir concurso para 200." Além de os salários do DNIT serem infinitamente inferiores aos dos outros Poderes da República... Eu costumo dizer que eu prefiro ser caixeiro de loja num *shopping center* de luxo, porque lá eu ganho mais do que engenheiro em início de carreira no DNIT. Essas coisas estão melhorando. De alguma forma, alguém entendeu. Um órgão hoje que tem a responsabilidade de investir 15, 17 bilhões por ano não pode ter o mesmo quadro de pessoal que tinha quando investia 2. Até porque os engenheiros que estavam lá na época dos 2 já se foram, já se aposentaram.

A outra questão. Os salários baixos do DNIT geram grandes *turnovers*, não sei como se traduz isso aí, mas os bons classificados que vão trabalhar no DNIT no ano seguinte fazem concurso para quem paga mais e vão embora. Então, vamos chamando os mais mal classificados. Então, o fato de os padrões salariais do DNIT hoje serem mais baixos do que deveriam... Porque o mercado, hoje, está demandando hoje engenheiros que nós nem temos.

Eu podia estar de pijama na minha casa, eu tenho 73 anos, 49 anos de exercício da profissão, eu não devia estar mais trabalhando. Vários amigos meus foram tirados de casa para ir para o campo. Por quê? Porque as empresas de engenharia estão levando os bons profissionais para eles. Há carência de mão de obra. Eu não consegui fazer nenhum engenheiro na minha casa. Tenho duas economistas, funcionárias públicas, uma no TCU, outra no Banco Central, e um filho administrador de empresa que disse: "Pai, eu não quero ser servidor público, porque eu preciso ter uma expectativa melhor de progressão de carreira."

Então, estou dizendo isso de peito e coração abertos porque isso responde, em parte, pela má gestão que nós temos no principal órgão executivo do Ministério, que é o DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – E a solução para isso, Dr. Marcelo, pela sua experiência?

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Estamos tentando corrigir isso, e isso está demorando, Senador. Estamos conseguindo melhorar os padrões salariais de lá, estamos sendo autorizados a abrir novos concursos. Recentemente, não faz nem um mês isso, o DNIT foi autorizado a lançar um novo concurso, para entrar com quadro de pessoal novo lá, jovens, competentes, que abracem a causa, que vistam a camisa, que tenham ética para trabalhar na Administração Pública, o que é fundamental. Não que a ética não caiba para o setor privado, porque acho que a ética cabe em qualquer atividade da nossa vida.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sem dúvida.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Mas, devagarzinho a gente vai. Agora, é um grande desafio. E temos de explicar essas coisas, senão fica parecendo que é tudo por total e absoluta incompetência. Não é. É por falta de condições de trabalho mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sim, mas é incompetência de alguém. Alguém está gerindo mal.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – A montanha pode parir o rato, mas o rato não pode parir a montanha. Então, espero que toda essa dificuldade que tivemos nesses 2 últimos anos de tentar consertar os órgãos principais de execução do Ministério comece a colher os frutos ainda nesse Governo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Especificamente, Dr. Marcelo, hoje há uma centralização das ações do Ministério dos Transportes que não está no Ministério dos Transportes. A autonomia não é plena hoje do Ministério dos Transportes. Isso tem afetado, talvez, essa dinâmica que precisa ter nas ações do Ministério dos Transportes?

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Não, não acho que ninguém tenha tirado autonomia do Ministério. Pode ser que ele tenha deixado de exercê-la, mas nunca ninguém tirou a autonomia do Ministério dos Transportes, de maneira nenhuma. O que aconteceu realmente é isto: que, de repente, pelo concerto da nossa economia, pela disponibilidade de mais recursos para investimento, encontramos as casas despreparа-

das. E acho que fomos muito lentos nesse processo. Por isso é que eu me queixei que o Ministério, de alguma maneira, foi muito maltratado por outros órgãos da administração pública, que não nos deram velocidade para contratar. Recentemente, o Dr. Tarcísio, da CGU, que nem é da estrutura, colocou, em uma reunião de que eu participava no Ministério do Planejamento, o seguinte: "Olha, eu preciso de mais 1.400 funcionários para tocar o programa de obras necessárias dentro do DNIT." Tem que abrir concurso para essa gente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – De fato, precisa.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Está saindo a conta-gotas isso. Ainda estamos muito aquém das nossas necessidades. Fica parecendo aqui que estou até advogando a tese do impossível, porque também eu não conto mais com aquele antigo funcionário que trabalhava 12, 14 horas por dia. O pessoal hoje não é muito assim.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – São outras épocas.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – São outras épocas, eles se limitam a melhores condições de trabalho. Trabalho de campo não é nenhuma brincadeira, estamos sujeitos à chuva e trovoada, é uma vida difícil, tem que ter gosto pelo que faz. Eu enfrentei isso no início da minha carreira, mas não era todo mundo que se prestava a isso. Há gente que prefere ficar no ar-condicionado, no asfalto, no gabinete, não quer ir para o campo. Tem que ter vocação para isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O fato é que o Brasil hoje é a sexta economia do mundo e caminha para ser a quinta. Mas, pelo andar da carruagem, nós não vamos conseguir atingir esse objetivo, em função da infraestrutura de que nós precisamos em nosso País.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Nós só subimos porque os outros abaixaram.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós viajamos, nós caminhamos, nós participamos de congressos em países que estão na quinta, quarta, terceira, segunda e primeira economia mundial, nós vemos a diferença. Quando chegamos à China, não dá para comparar. Dá uma tristeza na gente de ver o que está acontecendo nesses países e o que não está acontecendo no nosso País. E o pior, nós somos os responsáveis!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós temos a nossa parcela de culpa nisso. Exatamente nesse aspecto estamos aqui debatendo, discutindo, pedindo realmente que haja mais celeridade no processo porque, da maneira como as coisas andam, o Brasil não conseguirá chegar aonde tem o potencial para chegar.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – De vez em quando eu tenho essas tristezas, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós vamos patinando na infraestrutura. E não é falta de dinheiro, é falta de projeto, é falta de planejamento, é falta de gestão, como o Sr. bem colocou aqui para nós hoje, com relação às nossas rodovias, às nossas ferrovias e às nossas hidrovias.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – Ontem nós estávamos recebendo a visita do prefeito de Los Angeles. O Brasil está vivendo uma fase muito interessante, porque eu conheço a estrutura do Ministério de algumas décadas, e eu nunca fui visitado por prefeito de lugar nenhum. Já nos visitou o prefeito de Chicago, já me convidou, já fui a Chicago. Até tomei um susto lá, porque um grupo privado disse que ia fazer um aeroporto para fazer um intermodal, multimodal. Aí eu perguntei: vocês vão fazer um aeroporto? "É, vai funcionar como alternativa ao aeroporto de Chicago." Eu falei: pois é, em quanto tempo? "Ah, a gente ainda está fazendo o projeto de engenharia, daqui a 4 anos ele está pronto." Você fica meio humilhado com essas coisas.

Ontem, o gestor de um projeto de Los Angeles... Los Angeles, em maio do ano que vem, vai inaugurar um aeroporto que é o dobro do atual de Los Angeles. Aí eu perguntei para o gestor do aeroporto: quanto tempo? "Não, nós fizemos isso em 3 anos." Há certas coisas que nos entristecem um pouco. E ninguém diga que lá eles não têm problemas ambientais para resolver, porque todos têm, só que eles fazem as coisas mais rápido e mais bem feito. E temos que aprender com isso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – E com qualidade.

O SR. MARCELO PERRUPATO E SILVA – É, com qualidade. E as construtoras nossas, boas, estão trabalhando lá, ganhando prêmio. Então, fazer bem feito elas sabem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É verdade, as nossas construtoras já passaram a ser internacionais, atuando forte em outros países, e nós aqui patinando nas questões administrativas, na gestão.

É a situação que vivemos hoje, Dr. Marcelo. Esperamos que as coisas comecem a melhorar, em função até dessa gestão nova do DNIT. Temos que colocar a gestão avançada do General Fraxe, de toda sua equipe, juntamente com o senhor, que está lá há muito tempo. O General Fraxe imprime um novo ritmo de trabalho, e é uma expectativa positiva que nós te-

mos, para que haja uma reengenharia no DNIT, para que haja realmente uma renovação da gestão. É o que nós precisamos e esperamos que aconteça.

Eu agradeço, mais uma vez, em nome de todos os Senadores e Senadoras da Comissão de Agricultura, sua presença conosco.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 39 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2012.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e doze, no Plenário 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador ACIR GURGACZ, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, ANA AMÉLIA, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, GIM, ANTONIO CARLOS RODRIGUES, EDUARDO SUPLICY, ROMERO JUCÁ, LUIZ HENRIQUE, ALOYSIO NUNES FERREIRA, ALVARO DIAS E MOZARILDO CAVALCANTI. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Zezé Perrella, Ivo Cassol, Jayme Campos e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senadores Antonio Russo, Sérgio Souza e Benedito de Lira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: ITEM 1: SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, de 1995 – Não Terminativo – Ementa: Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências. **Autoria:** Câmara dos Deputados **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 229, de 1995, com a Emenda nº 1-CMA e a Emenda nº 1, oferecida como conclusão do Relatório. Observações: 1. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº1-CMA, de redação, e pela CI, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto. 2. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. O Senador Waldemir Moka profere a leitura do novo Relatório pela aprovação do SCD nº 229, de 1995, com a Emenda nº 1-CMA. Na fase de discussão, não houve oradores inscritos. Colocado em votação, o referido Relatório é aprovado. Resultado: Aprovado o relatório do Senador Waldemir Moka, que passa a constituir Parecer da CRA, favorável ao Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 229, de 1995, com a Emenda nº 1-CMA/CRA. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 40, de 2012-CRA, de urgência para a matéria, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentado pelo Senador Waldemir Moka. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2011 – Terminativo – Ementa: Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para autorizar a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que empreendam práticas de conservação ambiental. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 396, de 2011. Observações: 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CMA. 2. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado Parecer pela aprovação do Projeto. 3. Na 15ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 31/05/2012, o Senador Waldemir Moka profere a leitura do relatório favorável ao PLS nº 396/2011. A Presidência adia a discussão e a votação para a próxima reunião deliberativa. Projeto em fase de discussão. 4. O Projeto constou também da Pauta da 19ª, 21ª, 23ª, 24ª, 25ª, 26ª e 28ª Reunião Extraordinária da CRA realizadas em 28/06, 05/07, 09 e 30/08, 18/10, 01 e 21/11, respectivamente. 5. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Resultado: Adiado. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, de 2008 – Não Terminativo – Ementa: Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos. **Autoria:** CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CMESP). **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 32, de 2008, com a Emenda nº 1-CMA. Observações: 1. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CMA. 2. Na 28ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 21/11/2012, lido o relatório pelo Senador Sérgio Souza, a Presidência concedeu vista do processo ao Senador Waldemir Moka (art. 132, §

1º, do RISF). Não houve manifestação do Senador Waldemir Moka acerca do pedido de vista. Projeto em fase de discussão. 3. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Resultado: Retirado de pauta. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2011 – Não Terminativo – Ementa: Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir exigências quanto a critérios de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos. **Autoria:** Senador Magno Malta. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 5, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CMA. (Substitutivo). Observações: 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CMA. 2. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado Parecer pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), e será apreciada posteriormente pela CCJ em decisão terminativa. Anunciada a matéria, o Senador Acir Gurgacz passa a Presidência ao Senador Antonio Carlos Rodrigues, para que, como relator, possa proferir a leitura do relatório, discutir e votar o PLS nº 5, de 2011 (art. 89, § 1º, do RISF). Lido o Relatório pelo Senador Acir Gurgacz, não houve oradores inscritos para a discussão. Passa-se à votação, na qual é aprovado o Relatório. Resultado: Aprovado o Relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir Parecer da CRA, favorável ao PLS nº 5, de 2011, nos termos da Emenda nº 1-CMA/CRA (Substitutivo). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Aberta a 33ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Marcello, a postos? (*Pausa.*)

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

Senador Antonio Carlos Rodrigues, eu pediria a V. Exª que assumisse a condução dos trabalhos para que eu possa relatar a matéria.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco/PR – SP) –

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 5, de 2011 – Não Terminativo –

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para incluir exigências quanto a critérios de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.
Autoria: Senador Magno Malta
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 5, de 2011, na forma da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo).

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CMA.

Informo que a matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado parecer favorável ao projeto na forma da Emenda nº 1-CMA, substitutivo.

Com a palavra o Senador Acir, Relator da matéria, para proferir seu relatório.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos.

Nosso relatório, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em exame, feito ao Projeto de Lei nº 5/2011, de autoria do Senador Magno Malta, que altera a Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, para incluir exigências quanto a critérios e sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.

Nos termos do seu art. 1º, o projeto acrescenta inciso I ao art. 3º da Lei nº 8666, de 1993, renumerando os demais para determinar que se leve em conta os critérios de sustentabilidade ambiental na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Conforme, ainda, os dispositivos do art. 1º, a proposição altera o inciso III do §2º (renumerado para §3º) do art. 3º da Lei 8.666/93, para estabelecer que o critério de desempate assegure preferência aos bens de serviços produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País e em projetos e programas voltados para a proteção do meio ambiente. A alteração revoga o atual inciso III do §2º do art. 3º que garante preferência para os bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras.

Análise, Sr. Presidente.

Em obediência às determinações regimentais da Casa, cabe manifestação da Comissão de Agricultura sobre matéria legislativas atinentes ao meio ambiente, especialmente, sobre o uso de conservação do solo na

agricultura e utilização e conservação na agricultura dos recursos hídricos e genéticos.

É nesse contexto que a CRA analisa o Projeto nº 5, do Senado, de 2011, de autoria do Senador Magno Malta, que altera a Lei nº 8.666. Destaca-se, no que concerne ao mérito do projeto, a inserção de comandos normativos da Lei de Licitações para resguardar o princípio constitucional que assegura a todos o direito ao meio ambiente equilibrado. Para tanto, as alterações promovidas colocam a sustentabilidade em evidência, elegendo-a como critério de análise e de seleção das propostas para a contratação com o Poder Público.

Em adição, o projeto estimula a atenção à sustentabilidade dos processos produtivos ao estabelecer preferência aos licitantes que desenvolvam projetos e programas voltados à conservação ambiental.

A nova redação aprovada em substitutivo pela CMA objetivou assegurar maior lisura à contratação, no sentido de que o órgão público que objetive realizar o processo licitatório, possua em seu âmbito norma interna que defina os critérios de sustentabilidade ambiental que deverão ser levados em consideração em suas contratações.

Diante das alterações promovidas, acatamos o novo texto como mais adequado e proferimos nosso entendimento no sentido da aprovação da matéria nos moldes do substitutivo apresentado pelo Senador Waldemir Moka, Relator da matéria na CMA.

Voto.

Em conformidade com as razões apresentadas, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2011, na forma da Emenda nº 1 – CMA (Substitutivo).

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Rodrigues. Bloco/PR – SP) – O Relator, Senador Acir Gurgacz, concluiu pela aprovação do PLS nº 5, de 2011, na forma da Emenda nº 1 – CMA (Substitutivo).

Como não há quorum, suspendo a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Rodrigues, pelo seu apoio.

Passamos ao item 1.

ITEM 1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, de 1995 – Não Terminativo –

Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Waldemir Moka

A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, tendo sido aprovado o parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CMA (de redação), e pela CI, com a aprovação de parecer favorável ao projeto.

Com a palavra o Relator, Senador Waldemir Moka, para proferir seu relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, não vou ser repetitivo, passando direto ao relatório.

Chega a esta Comissão para exame o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 229, de 1995, de autoria da Comissão Especial para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação; revoga as Leis nºs 6.662, de 25 de junho de 1979, 8.657, de 21 de maio de 1993, e os Decretos-Lei nºs 2.032, de 9 de junho de 1983, e 2.369, de 11 de novembro de 1987; e dá outras providências.

Em 2005 a proposição recebeu projeto substitutivo do Senador Pedro Simon, o qual foi emendado pelo Plenário e em seguida encaminhado à Câmara dos Deputados. Naquela Casa, o PLS recebeu novo Substitutivo, encaminhado ao Senado Federal em julho de 2012.

O Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 229, de 1995, contém quarenta e cinco artigos estruturados em seis capítulos, sendo que o Capítulo I trata das disposições preliminares, e estabelece os conceitos de agricultor irrigante, agricultor irrigante familiar, agricultura irrigada, projeto de irrigação, serviço de irrigação, infraestrutura social, irrigação do uso comum de apoio à produção, de unidades parcelares, gestor do projeto público de irrigação e módulo produtivo operacional.

Os Capítulos II e III estabelecem respectivamente os princípios e objetivos da Política Nacional de Irrigação,

O Capítulo IV contém uma única seção, que estabelece os instrumentos da Política Nacional de Irrigação e a divide em oito subseções, as quais tratam de planos e projetos de irrigação, Sistema Nacional de Informações, incentivos fiscais, crédito e seguro rural, formação de recursos humanos, pesquisa científica e tecnológica, assistência técnica e treinamento dos agricultores irrigantes, tarifas especiais de energia elétrica, certificação dos projetos de irrigação, financiamentos ao amparo do Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e Conselho Nacional de Irrigação.

O Capítulo V trata da implantação dos projetos de irrigação e divide-se em duas seções: a primeira trata de disposições gerais, a segunda divide-se em seis subseções, que tratam de projetos públicos de irrigação, infraestrutura dos projetos públicos, unidades parcelares dos projetos públicos, agricultor irrigante dos projetos de irrigação e emancipação dos projetos públicos de irrigação e penalidades aos agricultores irrigantes que infringirem as obrigações para os projetos públicos de irrigação estabelecidos na lei.

O Capítulo VI, finalmente, dispõe sobre a organização dos agricultores irrigantes, a extinção de projetos públicos, a transferência da propriedade das infraestruturas e as cláusulas de vigência e revogatória.

O Substitutivo da Câmara dos Deputados foi aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, onde recebeu emenda do Relator, Senador Rodrigo Rollemberg, para suprimir a dominação da secção I do Capítulo IV, transformando as oito subseções em seções.

O Substitutivo da Câmara dos Deputados está sendo apreciado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, em seguida, virá ao plenário.

Análise.

Inicialmente, cabe destacar que compete a esta Comissão opinar sobre obras públicas em geral e recursos geológicos (art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.)

Com respeito ao mérito, cumpre destacar que, no início do século XXI, a superfície agrícola mundial correspondeu a 1,5 bilhão de hectares. Desse total, a agricultura não irrigada correspondeu a 1,3 bilhão de hectares e foi responsável por 56% do total colhido, enquanto a superfície agrícola irrigada, 278 milhões de hectares, embora correspondendo a apenas 18,1% da área total de produção agrícola, contribui com 44% do total colhido da agricultura. Veja o percentual quando se trata de área irrigada: a produtividade é muito superior.

De acordo com os dados de 2009 da Agência Nacional de Águas (ANA), desde 1960 até 1996, a área irrigada no País aumentou de 0,45 milhões de hectares para 3,1 milhões de hectares, sendo que cerca de 90% dessas áreas irrigadas, desenvolvidas pela iniciativa privada e os 10% restantes para os projetos públicos. É muito pequeno o percentual de irrigação mediante projetos públicos. De um total de 29,5 milhões de hectares potencialmente irrigáveis, em 2006, a área irrigada no País atingiu apenas 4,45 milhões de hectares, conforme o senso agropecuário realizado neste ano. Desta área irrigada, 35,6% estão na Região Sudeste, 27,5% na Região Sul, 22,1% no Nordeste, 12,3% no Centro-Oeste e apenas 2,4% no norte do nosso País.

O País ocupa hoje o 9º lugar entre os países com maior área irrigada, mas detém pouco mais de 1% da área total, sendo um dos países com menor relação área irrigável, ou seja, o que se pode irrigar e o que está irrigado, o que parcialmente se justifica pela boa distribuição de chuvas em boa parte do território nacional, ao longo de determinadas épocas do ano. Mesmo representando pouco mais de 5% da área plantada no Brasil, os cultivos irrigados produzem aproximadamente 16% do volume de alimentos e 35% do valor de produção.

Esses dados demonstram o enorme e ainda pouquíssimo explorado potencial de irrigação para o aumento da produtividade da agropecuária nacional. Daí decorre a importância da aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 229, de 1995, como novo marco regulatório para as políticas públicas de incentivo à irrigação.

Outrossim, destaque-se que a irrigação na atividade agropecuária e florestal depende essencialmente da legislação e da gestão pública e privada dos recursos hídricos, uma vez que as fontes de captação de água são os rios, canais, subsolos, lençóis freáticos e artesianos, barragens e açudes, que atendem também a diversos outros usos, como abastecimento urbano, saneamento, indústria, turismo, navegação, energia, pesca e manutenção da biodiversidade. Onde os recursos hídricos são escassos, a gestão eficaz do seu uso torna-se ainda mais importante no caso particular da irrigação, porque esta limita fortemente a disponibilidade da água para os demais usos.

Nesse sentido, o Substitutivo da Câmara dos Deputados em análise corretamente propõe como um dos princípios da Política Nacional de Irrigação o uso e o manejo sustentável do solo e dos recursos hídricos destinados à irrigação.

Especificamente dentro das competências desta Comissão, está a análise de proposições que versam sobre a utilização de recursos geológicos, que incluem os recursos hídricos.

Nesse aspecto, a proposição defende corretamente a integração da Política Nacional de Irrigação com as políticas setoriais de recursos hídricos, de meio ambiente, energia, saneamento ambiental e crédito e seguro rural.

Cumpre destacar, ainda, que o Substitutivo prevê a elaboração de planos de irrigação, visando a orientar o planejamento e a implementação da Política Nacional de Irrigação, em consonância com os planos de recursos hídricos previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos, de que trata a Lei 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Paralelamente, o Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação, previsto no Substitutivo, será destinado à coleta, processamento, armazenamento e recuperação de informações referentes à agricultura irrigada e, em especial, sobre o inventário de recursos hídricos e as informações hidrológicas das bacias hidrográficas.

A proposição dispõe, ainda, que a utilização de recursos geridos por projeto de irrigação dependerá de prévia outorga do direito do uso de recursos hídricos, concedido por órgão federal ou estadual ou Distrito Federal. Tal outorga será condicionada, necessária para a concessão de crédito rural para investimento em irrigação, conforme o substitutivo.

No que tange às obras públicas, cuja análise também é de competência desta Comissão, os projetos públicos de irrigação poderão ser custeados pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, quando considerados de interesse social, suas unidades parcelares – estamos falando de assentamentos – serão destinadas majoritariamente a agricultores irrigantes familiares.

Tais projetos poderão ser implantados diretamente por permissão pelo Poder Público, mas também mediante a concessão do serviço público, precedida ou não de execução em obra pública, inclusive na forma de parceria público-privada, conforme preconiza a proposição.

A amortização dos investimentos e as despesas de administração, operação, conservação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção em processo público de irrigação serão objeto de pagamento periódico rateado entre os agricultores irrigantes que explorem as unidades parcelares. Porém, nos projetos públicos de irrigação considerados de interesse social, os pagamentos devidos pelos agricultores irrigantes e familiares referentes ao rateio mencionado poderão ser custeados, total ou parcialmente, pelo Poder Público, conforme prevê o Substitutivo.

No caso de inviabilidade socioeconômica do projeto público de irrigação, este poderá ser extinto e suas infraestruturas alienadas mediante processo licitatório.

Na forma do regulamento do Substitutivo, autoriza ainda a transferência para os agricultores irrigantes da propriedade da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção dos projetos públicos de irrigação implantados até a data de publicação da lei.

Destaque-se que será revogada a Lei nº 6.662, de 25 de junho de 1979, que trata da Política Nacional de Irrigação e cujas disposições encontram-se muito defasadas, e a Lei nº 8.657, de 21 de maio de 1993, que a altera. Também é revogado o Decreto-Lei nº 2.032, de 9 de junho de 1983, que prevê o ressarcimento, pelo Tesouro Nacional, de investimentos em projetos de irrigação localizados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), e o Decreto-Lei nº 2.369, de 11 de novembro de 1987.

Por fim, no que tange às competências regimentais desta Comissão, consideramos que as reivindicações propostas no Substitutivo da Câmara dos Deputados foram exaustivamente discutidas naquela Casa, trazendo inegáveis aperfeiçoamentos ao PLS nº 229, de 1995.

Sr. Presidente, ante o exposto, somos pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 229, de 1995, conforme texto aprovado por aquela Casa Legislativa.

É o relatório, Sr. Presidente, e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/ PDT – RO) – Muito bem, Senador Moka.

O Relator concluiu pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS 229, de 1995.

Cumprimento o brilhante relatório feito pelo Senador Waldemir Moka e coloco também a importância de avançarmos com a irrigação na produção agrícola brasileira. Temos algumas culturas que podemos dobrar a produção anual, conseguir duas ou até três safras ao ano com a irrigação sendo usada com todo o profissionalismo, com toda a assistência técnica. Portanto, também somos totalmente favoráveis a esse projeto. Cumprimento o Relator Waldemir Moka pelo brilhante relatório.

Senador, V. Exª gostaria de fazer alguma colocação?

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir urgência, fundamentando-me nas disposições gerais do nosso Regimento, no art. 336, que diz que poderá ser requerida urgência quando se pretenda a apreciação de matéria na 2ª Sessão Deliberativa Ordinária subsequente à aprovação do requerimento. Eu pediria urgência para que a gente pudesse também apreciar em plenário. O Governo tem todo o interesse na aprovação desse projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O Governo e todos os agricultores brasileiros, não é, Senador Moka?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Estou me referindo a um acordo de lideranças, Sr. Presidente, naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Em votação o requerimento de urgência sugerido pelo Relator, Senador Waldemir Moka.

Em votação o requerimento. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência, que será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa.

O item 2 é terminativo e nós não temos quórum. Vamos aguardar o quórum.

O item 3 o Relator pediu para retirar de pauta. O Relator é o Senador Sérgio Souza, que está viajando. Como ele pediu para retirar de pauta, fica retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, de 2008 – Não Terminativo –

Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

Autoria: CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CMESP)

Relatoria: Senador Sérgio Souza

Relatório: Pela aprovação do PLS nº 32, de 2008, com a Emenda nº 1-CMA.)

Vamos agora à votação do item 4, PLS nº 5, de 2011, não terminativo, de autoria do Senador Magno Malta, cujo relatório já foi lido anteriormente.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o Relator permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem, uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Nós fizemos um requerimento pedindo uma audiência pública sobre a questão de venda de terras para estrangeiros. Seria uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados.

Segundo informações do nosso Secretário, Dr. Marcello, nós estávamos com dificuldade em garantir a presença... Essa discussão, Sr. Presidente, se não for com a presença dos Ministros que possam realmente opinar a respeito dessas matérias, julgamos que fica prejudicada a audiência pública, porque nós precisamos, realmente, de uma discussão em que as pessoas que venham para discutir, necessariamente, tenham legitimidade e autonomia para esse tipo de discussão.

Então, eu gostaria de saber de V. Exª se já temos a confirmação daquelas pessoas que seriam convidadas e que, teoricamente, se comprometeriam a vir a nossa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Foram convidados o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel; o Advogado-Geral da União, o Dr. Luís Inácio Adams; a Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann; o Dr. Roberto Rodrigues, Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, que confirmou; o Dr. André Pessôa, Sócio-Diretor da Agroconsult; que também não confirmou. Apenas confirmado o Dr. Roberto Rodrigues. Os outros não foram confirmados. A audiência está marcada para o dia 6 à tarde. O Roberto também não vem, ele indicou André Nassar, Diretor-Geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Iconi).

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, sempre achei que, em finais de ano, sempre há certa dificuldade, mas vou conversar com a Presidência da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e sugerir que a gente possa adiar essa audiência pública, pois, sem essas pessoas, a audiência pública em nada contribuirá, porque precisamos, realmente, de uma discussão que possa estabelecer critérios e agilizar essa discussão.

Sr. Presidente, para se ter uma ideia, só no meu Estado, o Mato Grosso do Sul, em função de critério adotado, estamos hoje com investimentos represados na ordem de mais de R$13 bilhões, porque uma indústria de celulose não virá a nenhum Estado se ela não tiver uma quantidade de área em que ela possa plantar minimamente uma quantidade numa floresta para rodar a planta da sua indústria. Da mesma forma, as empresas sucroalcooleiras, de açúcar e etanol. Foi prometida uma medida provisória a respeito do tema e até hoje nada. Nós estamos, realmente, com dificuldades.

Gostaria de discutir num encontro sobre o agronegócio... Fui cobrado pelos segmentos... Estamos falando de empresas brasileiras com capital estrangeiro. Então, é claro que ninguém quer aqui que fundos soberanos, países, comprem terras. Nós estamos falando de investimentos concretos. Ninguém vai colocar uma usina aqui, uma indústria de celulose e depois colocar nas costas para levar para outro país. É um negócio que não me convence esse tipo de restrição.

Claro que concordo que a medida provisória, a legislação, deveria condicionar a quantidade de anos à posse. Se em 6 anos, 8 anos, não se implantar a indústria o Governo tem condições de reverter. Coisas desse tipo, realmente, condicionariam uma compra preocupada realmente com a soberania do País.

Então, Sr. Presidente, em função disso, se V. Exª me permitir, eu mesmo faria a consulta à Câmara dos Deputados, à Comissão de Agricultura, e, se for o caso, de comum acordo, a gente adiaria. Vou me empenhar pessoalmente no convite dessas pessoas, tentando argumentar a necessidade e a urgência para que a gente possa debater esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Moka. Também concordo com V. Exª, é uma audiência importantíssima e, com a ausência dos convidados que realmente podem nos ajudar a resolver esse problema, ela fica esvaziada e não teríamos êxito na sua proposta de debater para termos uma solução rápida para o problema.

Eu concordo também que precisamos ter uma solução viável, com toda a segurança. O País sempre teve a preocupação ao fazer leis, não será diferente com relação a investimentos estrangeiros no Brasil, aliás, em empresas brasileiras, como V. Exª bem colocou. É uma causa importante não somente para o seu Estado do Mato Grosso, mas eu creio que para todos os Estados brasileiros.

Então, fico no seu aguardo. V. Exª nos informa: se pudermos fazer a audiência, muito bem; se não pudermos, faremos em uma outra oportunidade, o mais rápido possível.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – De hoje para amanhã, eu informo V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Moka.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, fiquei com uma dúvida. Não sei se é possível reabrirmos a reunião. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É possível.

Reabrirmos a reunião, então.

Está reaberta a 33ª Reunião.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – É que eu me esqueci...O relatório, Sr. Presidente, é pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados, o PLS nº 229, de 1995, com a Emenda nº 1, da Comissão do Meio Ambiente, porque não acatei a segunda emenda, a Emenda nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Exato, nós o aprovamos sem a emenda. Ele foi aprovado sem a emenda, foi destacado...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Então, não há nenhum erro; é o excesso de zelo da minha assessora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu observei aqui a não aprovação da emenda para que não houvesse nenhum problema.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, eu tenho que sempre seguir o meu instinto. Eu falei para ela: "Nós só aprovamos sem essa emenda."

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Mas a assessoria é muito importante para a gente, Senador Moka. Na maioria das vezes, eles estão mais certos do que a gente, na maioria das vezes.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Principalmente quando faz a gente errar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Na maioria das vezes, eles estão mais certos do que a gente, pelo menos comigo é assim.

Mas temos esse outro projeto...

Marcello, por favor, nós vamos discutir esse outro projeto ou não vamos discutir esse do Sérgio Souza? (*Pausa.*) Não? É para tirar de pauta, é isso? Já está tirado de pauta.

Agora, sim, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 4 minutos.)

ATA DA 34ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 6 DE DEZEMBRO DE 2012.

Às oito horas e trinta e três minutos do dia seis de dezembro de dois mil e doze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador ACIR GURGACZ, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, ANTONIO CARLOS RODRIGUES, EDUARDO SUPLICY e CIDINHO SANTOS. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Zezé Perrella, Rodrigo Rollemberg, Ana Amélia, Gim e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senadores Antonio Russo, Benedito de Lira e Sérgio Souza. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior,

que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2011 – Terminativo – Ementa: Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para autorizar a concessão de subvenção econômica para agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que empreendam práticas de conservação ambiental. **Autoria:** Senadora Ana Rita. **Relatoria:** Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 396, de 2011. Observações: 1. Não foram oferecidas emendas no prazo regimental perante a CMA. 2. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado Parecer pela aprovação do Projeto. 3. Na 15ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 31/05/2012, o Senador Waldemir Moka profere a leitura do relatório favorável ao PLS nº 396/2011. A Presidência adia a discussão e a votação para a próxima reunião deliberativa. Projeto em fase de discussão. 4. O Projeto constou também da Pauta da 19ª, 21ª, 23ª, 24ª, 25ª, 26ª e 28ª Reunião Extraordinária da CRA realizadas em 28/06, 05/07, 09 e 30/08, 18/10, 01 e 21/11, respectivamente. 5. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Resultado: Adiado. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, de 2008 – Não Terminativo – Ementa: Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos. **Autoria:** CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CMESP). **Relatoria:** Senador Sérgio Souza. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 32, de 2008, com a Emenda nº 1-CMA. Observações: 1. A matéria foi apreciada pela CMA, tendo sido aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CMA. 2. Na 28ª Reunião Extraordinária da CRA realizada em 21/11/2012, lido o relatório pelo Senador Sérgio Souza, a Presidência concedeu vista do processo ao Senador Waldemir Moka (art. 132, § 1º, do RISF). Não houve manifestação do Senador Waldemir Moka acerca do pedido de vista. Projeto em fase de discussão. 3. A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. Resultado: Retirado de Pauta, a pedido do relator. EXTRAPAUTA: ITEM 3: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 41,de 2012 – Não Terminativo – Assunto: Requer, nos termos regimentais, Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a finalidade de debater e avaliar as consequências econômicas da proibição da aplicação de ingredientes ativos (imidacloprido, tiametoxam, fipronil e clotianidina) na cultura do algodão e da soja, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Jose Carlos Vaz – Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Srª. Izabella Mônica Vieira Teixeira – Ministra de Estado do Meio Ambiente (MMA); Sr. Volney Zanardi Junior – Presidente do IBAMA; Sr. Alexandre José Cattelan – Chefe-Geral da EMBRAPA Soja; Sr. Paulo Eduardo Degrande – Professor da Universidade Federal de Dourados; Sr. Sérgio De Marco – ex-Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA); Sr. Glauber Silveira – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja – APROSOJA Brasil. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. No encaminhamento, os Senadores Waldemir Moka, Acir Gurgacz, e Cidinho Santos fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto. Passa-se à votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. ITEM 4: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 42, de 2012 – Não Terminativo – Requer, nos termos regimentais, Audiência Pública conjunta desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 18 de março de 2013, com o objetivo de avaliar e debater "as transformações socioeconômicas ocorridas no meio rural latino-americano com foco na realidade brasileira e seus impactos: uma análise interpretativa dos últimos anos", com a presença dos seguintes convidados: Sr. Jorge Werthein – Presidente do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – CEBELA; Sr. Manuel Rodolfo Otero – Representante do IICA; Srª. Tânia Bacelar – Professora do Depto de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco; Srª. Maria Nazareth Wanderley – Professora de pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. **Autoria:** Senador Acir Gurgacz. Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias que estão à mesa.

Srªs e Srs. Senadores, após de 17 anos de discussão no Congresso Nacional, aprovamos aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nesta semana, na sessão de terça-feira, dia 04, substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto que institui uma nova política de irrigação.

No mesmo dia, aprovamos o requerimento do Relator, Waldemir Moka, para que a proposta ao PLS nº 229/1995, seja encaminhado ao plenário em regime de urgência.

Foi, portanto, um dia histórico para a agricultura brasileira. A agricultura irrigada merece especial atenção no projeto, visto que 46% do consumo de água verificado no País decorre da atividade, segundo a Agência Nacional das Águas.

O texto estabelece conceitos, princípios, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Irrigação. Os objetivos são: gerar trabalho e renda; aumentar a produtividade dos solos irrigáveis e a competitividade dos produtores; contribuir para o abastecimento do mercado interno de alimentos e gerar excedentes para a exportação: otimizar o consumo de água e colaborar para prevenir processos de desertificação.

A versão original do projeto foi apresentada em agosto de 1995, como conclusão parcial dos trabalhos da Comissão Especial para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

Em outubro de 2005, a proposta recebeu substitutivo do Senador Pedro Simon. Depois de modificações em plenário, seguiu para a Câmara, sendo submetida ao exame de diversas comissões. O projeto retornou ao Senado em julho de 2012, e logo designamos o relator e aceleramos a tramitação da matéria, que, agora, segue em regime de urgência para o plenário.

A mesma agilidade de tramitação demos também para o PLS nº 05/2011, do Senador Magno Malta, que beneficia, em licitações, as empresas que possuem projetos e ações ambientais. O PLS nº 05/2011 altera a Lei nº 8.666/21993 para incluir exigências quanto a critérios de sustentabilidade ambiental nas normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.

Apresentei a relatoria dessa importante matéria e creio que, com essa alteração na lei, que regula as normas gerais das licitações, o Estado poderá induzir uma postura ambientalmente adequada das empresas que queiram vender seus produtos para o setor público, pois a administração pública, como grande consumidora de bens e serviços, poderá excluir dos processos licitatórios aqueles fornecedores que não atendem os padrões de proteção ambiental.

Destaco que é sempre importante avançarmos nas questões ambientais, mas entendo que, para que ocorra o crescimento nacional, seja econômico, seja social, é primordial o desenvolvimento das atividades produtivas e a criação de infraestrutura para tal, respeitando o princípio constitucional do desenvolvimento sustentável.

Não se pode paralisar a atividade econômica por questões ambientais passíveis de compensação. Da mesma forma, não é adequado sermos privados de novas tecnologias e da infraestrutura necessária para o crescimento e para a produção de alimentos quando milhares de pessoas ainda sofrem com a fome e a falta de acesso à saúde.

Por conta dos inúmeros casos de obras importantes para o desenvolvimento do País que se encontram paradas pela demora no processo de licenciamento ambiental é que pretendo apresentar um projeto de lei que defina parâmetros gerais de compensação ambiental para essas obras.

Destaco, também, que nesta semana aprovamos, na Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei do Senado, nº 330, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia, que tive a honra de relatar.O PLS 330 estabelece direitos e deveres para produtores rurais e agroindústrias em contratos de parceria de produção integrada. Agora, vem para análise na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, onde será votado em decisão terminativa, matéria que eu terei o prazer de relatar nesta Comissão.

Nós já discutimos esse projeto com vários setores. Devemos promover algumas audiências públicas para debatê-lo e nosso desejo é que seu trâmite seja rápido, pois a produção integrada agropecuária tem sido adotada em larga escala, mas ainda não está oficialmente prevista na legislação brasileira.

Relato também excelente seminário que realizamos na última sexta-feira, dia 30 de novembro, quando discutimos com o MDA, o Incra e o MST a situação dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária no País, mais especialmente na Amazônia e, em especial, no meu Estado de Rondônia.

O Incra, através do seu Presidente, Carlos Guedes, comprometeu-se em imprimir um novo ritmo aos trabalhos de regularização fundiária no País a partir de 2013. Ele afirmou que, até 2014, 20 mil famílias em Rondônia serão assentadas.

Essa é uma cobrança que realizamos quase semanalmente aqui, na Comissão de Agricultura, nesses últimos dois anos. Foi tema do nosso primeiro seminário do ciclo de debates e palestras, que ocorrem to-

das as sextas-feiras, e realizamos diversas audiências aqui no Senado, no Estado de Rondônia e em outros Estados brasileiros.

A reforma agrária e a questão fundiária, no Brasil, apresentam um quadro preocupante, segundo o último dado sobre assentamentos disponível no Incra.

O Governo assentou 10.815 famílias neste ano em todo o Brasil. É a taxa mais baixa registrada nesse mesmo período, em 10 anos, e representa apenas 36% da meta estabelecida pelo Governo para 2012, de assentar 30 mil famílias.

Portanto, a mensagem, o cronograma de trabalho e os compromissos assumidos pelo Governo nesse seminário da CRA nos animam, pois trazem boas perspectivas para o avanço da reforma agrária ainda neste ano. Segundo o Presidente Carlos Guedes, eles vão manter a meta estabelecida pelo Governo ainda no ano de 2012.

Para a próxima semana, dia 13, caso aprovemos o requerimento que apresentaremos nesta reunião, pretendemos debater a cadeia produtiva do algodão aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

O pedido de audiência foi feito pela câmara setorial da cadeia produtiva de algodão, por intermédio do Senador Cristovam Buarque. (*Pausa*.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O pedido da cadeia foi feito pela câmara setorial da cadeia produtiva de algodão por intermédio do Senador Blairo Maggi e não Cristovam Buarque.

A principal demanda do setor, atualmente, para o Senado é a questão que envolve a proibição do uso de inseticidas imidacloprido, tiametoxam, fipronil e clotianidina – são complicados os nomes dos inseticidas – por via de aplicação aérea para a cultura do algodão, o que será uma verdadeira catástrofe para os cotonicultores, afetando toda a cadeia produtiva do algodão e comprometendo, inclusive, o PIB do agronegócio brasileiro para os próximos anos.

Desse modo, convidamos todos os nossos pares, os Senadores que fazem parte da Comissão de Agricultura, para que possamos debater esse assunto e, se for necessário, convocarmos o Ministério da Agricultura, o Ibama, a Embrapa para virem discutir esse tema, juntamente com os produtores de algodão brasileiros, a fim de que possamos achar uma solução, visando evitar esse prejuízo não só para os agricultores, mas também para todos os brasileiros, na relação da produção agrícola e também da exportação de algodão.

Há pouco tempo, o Brasil importava algodão. Hoje, o Brasil é exportador dessa cultura, que vem crescendo ano a ano. Se não pudermos deixar que nossos agricultores apliquem esses inseticidas por meio das aeronaves, teremos um prejuízo muito grande. Então, esperamos que o Ministério da Agricultura, juntamente com o Ibama, ache uma solução rápida para que não haja nenhum prejuízo na agricultura brasileira.

Eu falava ontem, num pronunciamento no Senado, desta nossa preocupação com relação aos inseticidas, contra as pragas na cultura do algodão e também da soja. Nós temos algumas modificações que podem trazer-nos muitos prejuízos num futuro muito breve.

Esperamos que o Ministério da Agricultura, juntamente com o Ibama, ache uma solução que não traga prejuízo para o produtor brasileiro.

A presente reunião destina-se à deliberação de matérias.

O item 1 é terminativo e não temos quórum para debatê-lo.

O Senador Sérgio Souza, Relator da matéria, pediu-me que retirasse de pauta o item 2, porque acha que precisa debater e analisar melhor o seu projeto.

Bom dia, Senador Moka.

Então, o Projeto de Lei nº 32, de 2008, não terminativo, de autoria da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas, a pedido do Relator, fica retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, de 2008 – Não Terminativo –

Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.
Autoria: CMESP – Mudanças Climáticas – 2007 (CMESP)
Relatoria: Senador Sérgio Souza
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 32, de 2008, com a Emenda nº 1-CMA.)

Nós temos dois requerimentos extrapauta de minha autoria.

Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Esse projeto aqui –sei que V. Exª estava falando sobre ele – é da Senadora Ana Rita. Eu sei que ele é terminativo, não é? Eu não consigo entender as divergências, mas eu tenho comigo que é um projeto que contribuiria tanto, porque pedir a pequenos agricultores familiares

que utilizem práticas ambientais ou autossustentáveis... E o que a Senadora propõe aqui é que eles tenham uma contrapartida disso através de bônus, de incentivos. Nós já estamos há algum tempo tentando votar esse item 1 da pauta e precisamos, evidentemente, de quórum, não é?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É verdade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu indago a V. Exª se, regimentalmente, nós teríamos como levar esse projeto diretamente ao plenário. A impressão que eu tenho é de que no plenário ele não teria nenhuma dificuldade para ser aprovado, já que poderemos encerrar o ano sem o quórum terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem. Nós vamos fazer, na próxima quarta-feira, uma sessão deliberativa, em que acredito que nós tenhamos o quórum necessário. Mas, antes disso, nós temos que nos reunir com alguns segmentos, o que deve acontecer na terça-feira.

Vamos ver se conseguimos nos reunir na terça-feira, porque assumi um compromisso com a Senadora Ana Rita de fazer esse debate com a Via Campesina, com a Contag, para tirar algumas dúvidas.

Eu tenho total certeza e convicção de que esse é um projeto muito importante para os agricultores e mais importante para os produtores do que para as empresas, para as indústrias, mas nós precisamos ouvir a Via Campesina, a pedido da Senadora Ana Rita, e nós o faremos. Eu gostaria que a nossa equipe providenciasse o convite para que isso aconteça na terça-feira a fim de que, na quarta-feira, nós possamos colocar em votação esse tema, que eu também considero da maior importância para a agricultura brasileira, Senador Moka.

Na quarta-feira, eu acredito que nós possamos ter quórum. Quarta-feira vai ser um dia com bastante atividade nas comissões e também no plenário, e vamos avançar. Queremos concluir o ano com a aprovação desse projeto, que estamos desde o mês de junho... Esse é o Projeto nº 396, não é? Então, estamos falando de projetos diferentes. (*Risos.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Estou falando do item 1. Estou estranhando, mas o...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O senhor me desculpe. V. Exª está falando do Projeto nº 396, e eu estava me lembrando do Projeto nº 330, que aprovamos ontem na CCJ. Quando vi a data 28 de junho, pensei: "Nós o aprovamos ontem na CCJ; ele não pode estar aqui." Então, estamos falando de coisas diferentes.

Retomando o seu pensamento, Senador Moka, vamos fazer um esforço grande para aprovarmos o projeto na próxima quarta-feira. Segundo informação da nossa assessoria, ele precisa ser votado aqui, na Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Há algumas coincidências: o Projeto é da Senadora Ana Rita; eu sou apenas e tão somente o Relator do projeto, mas estou convencido de que o projeto ajudaria muito. Por isso, estou me empenhando na sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos fazer um esforço para o votarmos na próxima quarta-feira.

Ontem, eu recebi a visita do Senador Blairo Maggi e de produtores de soja e de algodão, que nos trouxeram um problema que realmente considero da maior gravidade: a proibição da aplicação de inseticidas, através de aeronaves, para a produção de algodão. Nessa cultura não há como fazê-lo de outra forma, a não ser a aplicação por aeronaves. Com a proibição, com certeza, nós perderíamos essa cultura no nosso País, não teríamos como produzi-la.

Ao ouvi-los, resolvemos, então, fazer um convite. Na verdade, eu gostaria de fazer uma convocação, mas os convites feitos por esta Comissão sempre foram muito bem aceitos pelos Ministérios.

Vou ler a carta que o Dr. Sérgio De Marco, que é Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados, encaminhou a S. Exª o Ministro Mendes Ribeiro. Ele encaminhou esta carta no dia 5 de dezembro.

A carta diz o seguinte:

Senhor Ministro,

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão tem acompanhado atentamente o desenrolar da questão que envolve a proibição do uso dos inseticidas por via de aplicação aérea para a cultura do algodão. Baseado nos levantamentos técnico-científicos alertamos a este Ministério que as consequências econômicas da proibição da aplicação aérea dos ingredientes ativos em questão associada à ausência de novas moléculas substitutivas dos mesmos será uma verdadeira catástrofe para os cotonicultores, afetando toda a cadeia produtiva do algodão, comprometendo o PIB do agronegócio brasileiro.

Na safra 2010/2011, a produção de algodão brasileira foi responsável por prover mais de US$19 bilhões ao PIB do Brasil, empregar mais de 79 mil pessoas, movimentar uma massa salarial de US$787 milhões e arrecadar 7,7 bilhões em impostos para o Brasil. Esses números demonstram a importância do algodão para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e o impacto negativo que o País poderá sofrer, caso a cotonicultura seja prejudicada.

Em se mantendo a proibição, o risco iminente é a perda de controle sobre o manejo do bicudo do algodoeiro, praga que dizimou a cultura do algodão no Brasil há menos de duas décadas. Ainda existe a ameaça da mosca branca e dos pulgões que provocam danos diretos à cultura e são controlados, com eficiência, em aplicação aérea, pelos produtos acima citados.

Sendo assim, ressaltamos que esses produtos fazem parte das poucas opções de ingredientes ativos, inseticidas disponíveis no mercado, para o controle das pragas referidas.

O Ibama alega ter adotado o "princípio da precaução", para estabelecer a proibição, editada em ato conjunto entre o Mapa e o Ibama. Porém, tal princípio somente se justifica quando for comprovado o risco iminente ao meio ambiente, à flora, à fauna ou ao seres humanos. Não existem estudos no Brasil que comprovem risco iminente relacionado às aplicações aéreas em populações de abelhas.

Desta forma, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Algodão solicita o maior empenho deste Ministério, na busca de apoiar o setor produtivo brasileiro, buscando a imediata suspensão do ato, até que os estudos mais aprofundados sejam apresentados, tendo como base as terríveis consequências da cotonicultura brasileira.

Atenciosamente,

Sérgio De Marco,

Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados.

De fato, esperamos que o Ministério da Agricultura possa achar uma solução para esse problema, que é gravíssimo. Não é somente com a produção na cultura de algodão; também temos referências à produção de soja brasileira. Teríamos um prejuízo enorme com essa medida.

Tentando colaborar, como é obrigação nossa aqui, na Comissão de Agricultura – e esta Comissão, através dos nossos Senadores, sempre esteve muito atenta a tudo que se refere à agricultura brasileira –, requeremos:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 41, de 2012
– Não Terminativo –

Requer, nos termos regimentais, Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, com a finalidade de debater e avaliar as consequências econômicas da proibição da aplicação de ingredientes ativos (imidacloprido, tiametoxam, fipronil e clotianidina) na cultura do algodão e da soja, com a presença dos seguintes convidados: Jose Carlos Vaz – Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Izabella Mônica Vieira Teixeira – Ministra de Estado do Meio Ambiente (MMA); Volney Zanardi Junior – Presidente do IBAMA; Alexandre José Cattelan – Chefe-Geral da EMBRAPA Soja; Paulo Eduardo Degrande – Professor da Universidade Federal de Dourados; Sérgio De Marco, ex-Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA); Glauber Silveira – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja – APROSOJA Brasil.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Em votação o requerimento.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, só para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, para discutir, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Sr. Presidente, na verdade, aproveito para parabenizar: ontem, foi a festa e a posse do novo Presidente da Abrapa, Gilson Pinesso. Ele é um grande produtor, na verdade, de uma grande cooperativa, em especial de algodão, tanto em Mato Grosso, como em Mato Grosso do Sul.

Temos, em Mato Grosso do Sul, grandes produtores de algodão também, em especial a família Chulata, que, individualmente, deve estar entre os 4 ou 5 maiores produtores de algodão do nosso País.

Sr. Presidente, somos surpreendidos com algumas coisas que não conseguimos entender, mas acho vou deixar para falar disso na audiência pública. Veja, uma cultura como a do algodão, que já está com problema de preço no mercado internacional e já teve um declínio, proibir que seja pulverizada é a mesma coisa que fazer com que seja diminuída pela metade.

Se não me falha a memória, de cabeça, deve haver em torno de 20 mil hectares de soja no País. Eu acredito nisso. Não sei exatamente de algodão, mas algodão é algo que, se não tiver essa pulverização, é muito difícil manter essa cultura.

Principalmente a presença da Embrapa aqui é porque é um órgão de pesquisa que vai dizer o que vem acontecendo. Posso estar enganado, mas as informações que tenho, de técnicos da própria Embrapa – oficialmente eles vão se posicionar aqui –, é de que onde houve essa procriação, ao contrário de diminuir, a população de abelhas aumentou.

Então, como é isso na prática? O que está por trás disso? Os Estados Unidos pagam hoje uma indeniza-

ção, na verdade, uma multa, na OMC – Organização Mundial de Comércio –, porque usavam mecanismos que a OMC proibia. É a questão da comercialização, da prática da comercialização. E sou surpreendido com medidas desse tipo. Então, é muito estranho isso.

Nessa audiência pública, temos de ir a fundo mesmo. É claro que ninguém está aqui pretendendo envenenar a população e admitindo que o agroquímico que está sendo usado é prejudicial à saúde humana ou que está causando um dano real ao meio ambiente.

Mas usar o princípio da precaução? Quando eu dava aulas de Química, calculava a região onde provavelmente estaria o elétron. Havia o Princípio da Incerteza de Heisenberg, uma das coisas mais difíceis de saber exatamente. Então, o princípio da precaução está calcado exatamente em quê? Qual é a preocupação iminente? É realmente a população de abelhas? Estamos falando disso?

Então, é isso que eu queria falar só para justificar a minha preocupação com esse tema. V. Exª tem razão, vamos chamar uma audiência pública e vamos aprofundar esse debate, porque acho, Sr. Presidente, que, a continuar essa proibição, estamos realmente condenando os produtores de algodão a um prejuízo muito grande porque sua produtividade vai cair muito.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Moka. Parece uma conspiração contra a economia brasileira, uma conspiração contra o aumento produção de alimentos no nosso País. Não dá para entender. No momento em que o Brasil avança na produção de alimentos, avança na exportação, temos uma medida interna, através de um decreto, de uma portaria, proibindo a produção, praticamente, de algodão no nosso País.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vou colocar em votação. Em seguida, discutimos a matéria.

Em votação a matéria.

V. Exª quer encaminhar?

Concedo a palavra ao Senador Cidinho, para encaminhar.

Tem toda razão V. Exª.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT) – Primeiramente, eu queria agradecer V. Exª, Sr. Presidente, por ter nos recebido em seu gabinete ontem à noite, a mim e o Senador Blairo Maggi, a Diretoria da Abrapa, que ora deixava o caro, que ora assumia. O nosso Senador Moka estava também presente ao evento de ontem à noite.

Manifesto as mesmas palavras do Senador Moka e também as suas, Presidente, bem como as do Senador Blairo Maggi, acerca da nossa preocupação com essa portaria conjunta do Ibama e do Ministério da Agricultura. Uma portaria dessas, se for levada à frente, praticamente acaba com a cultura do algodão no Brasil nos próximos 3 anos. Temos aí, Senador Moka, 1 milhão de hectares plantados de algodão no Brasil, 26 milhões de hectares plantados de soja.

Essa decisão editada na portaria conjunta do Ibama e do Ministério da Agricultura realmente nos preocupa bastante. Há pouco tempo, essa mesma portaria atingia também a cultura da soja. Tivemos uma reunião da Aprosoja Brasil, com seguimentos com a Ministra Gleisi Hoffmann, e conseguimos rever a portaria, mas, infelizmente ficou de fora o algodão. Mesmo revendo a portaria, para a soja, só autoriza uma aplicação aérea por safra. Então, praticamente não resolve a situação.

A situação de hoje, da qual reclamam os produtores de algodão, com certeza, é a mesma da dos produtores de soja, que vão reclamar da mesma forma, porque, como diz o Senador Waldemir Moka, ninguém usa o agrotóxico porque quer; usa porque é necessário. Estamos no Brasil, de clima tropical, em que é necessário o uso de agrotóxicos. Caso não fosse preciso, era melhor para o agricultor, melhor para o meio ambiente, melhor para a economia, melhor para todo mundo. Contudo, infelizmente, nós temos a vocação da produção agrícola e, para nós produzirmos em um país tropical, nós temos que usar agroquímicos.

Então, é para isso que nós temos de ter essa sensibilidade do Governo Federal, e uma portaria como essa vem no sentido daquela frase do Senador Blairo Maggi, ou seja, "no agronegócio, se o Governo não atrapalhasse, já estaria ajudando bastante".

Mas, na quinta-feira, dia 13, na próxima audiência pública, teremos a oportunidade de poder discutir tudo isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cidinho Santos. Eu cumprimento V. Exª e também o Senador Blairo Maggi por estarem sempre atentos aos problemas da agricultura brasileira, trazendo-nos sempre importantes temas do setor para discussão e para que tentemos achar uma solução para as questões pertinentes à agricultura.

Esse tema, Senador Moka, foi trazido ontem pelo Senador Cidinho e também pelo Senador Blairo Maggi para que nós pudéssemos tomar as providências e, assim, a nossa Comissão pudesse pronunciar-se.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Fica marcada, então, para o dia 13, próxima quinta-feira, às 8h30min, essa audiência pública para debatermos essa questão do algodão e da soja.

E nós resolvermos, Senador Cidinho, colocar a soja também na pauta, porque é o problema na sequência. Se nós não os tratarmos juntos, teríamos de fazer outra audiência pública, na sequência, para discutirmos a questão da soja. Assim, vamos discutir os dois temas conjuntamente.

Recebi ontem a visita do Senador Cristovam Buarque pedindo para nós fazermos um debate com o IICA. Para tanto, S. Exª pede para fazermos uma audiência pública para discutirmos a produção agrícola no Brasil e na América do Sul nos próximos anos.

Assim, atendendo ao pedido de S. Exª:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
Nº 42, de 2012
– Não Terminativo –

Requer, nos termos regimentais, Audiência Pública conjunta desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 18 de março de 2013, com o objetivo de avaliar e debater "as transformações socioeconômicas ocorridas no meio rural latino-americano com foco na realidade brasileira e seus impactos: uma análise interpretativa dos últimos anos", com a presença dos seguintes convidados: Jorge Werthein – Presidente do Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – CEBELA; Manuel Rodolfo Otero – Representante do IICA; Tânia Bacelar – Professora do Depto de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco; Maria Nazareth Wanderley – Professora de pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

A audiência requerida foi marcada com bastante antecedência para que os convidados possam se programar. E os autores requerem ainda seja feita em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores, uma vez que o tema diz respeito à América Latina.

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nós teremos, na semana que vem, apenas essa reunião... Sim; e, na quarta-feira, uma reunião deliberativa, às 14h30min, quando tentaremos aprovar então o Projeto de Lei nº 396.

Não vamos trocar o projeto! (*Risos*.) Eu troquei, fiz uma pequena confusão com um projeto que nós aprovamos ontem na CCJ, quando a Senadora Ana Rita solicitou que nós debatêssemos em maior profundidade um projeto que envolve produtores e as indústrias brasileiras.

Mas, na quarta-feira, Senador Moka, temos de mobilizar os nossos pares para aprovarmos esse projeto, que, como V. Exª colocou, é da maior importância.

Consulto se alguém tem mais algum assunto para tratar. (*Pausa.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Sr. Presidente, apenas uma informação.

Ontem nós conseguimos aprovar o requerimento daquele projeto que nós relatamos aqui, na última quarta-feira à tarde, que é um acordo de liderança do Plano Nacional de Irrigação.

Eu tenho comigo que esse projeto é fundamental, e eu acho que agora está pautado para a próxima terça-feira. Então, é apenas e tão somente para que a gente possa anunciar que isso realmente representa um avanço muito grande nessa área de irrigação. Eu não tenho a menor dúvida de que vai contribuir muito, principalmente na produtividade da agricultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Com toda a certeza, Senador Moka. Na abertura, nós fizemos menção ao projeto que V. Exª relatou e à importância dele para a agricultura e para a economia brasileira.

Eu agradeço aos Senadores Ivo Cassol, Benedito de Lira, Flexa Ribeiro, Cyro Miranda, Antônio Carlos Rodrigues – sempre junto conosco aqui, na nossa Comissão da Agricultura –, Senador Moka – sempre, lógico, presente, trazendo os temas importantes –, Senador Cidinho também, pela presença de todos nesta reunião de sexta-feira.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 9 minutos.)

ATA DA 35ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2012.

Às oito horas e trinta e um minutos do dia treze de dezembro de dois mil e doze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos

seguintes Senadores: **DELCÍDIO DO AMARAL, RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, SÉRGIO SOUZA, ANA AMÉLIA, IVO CASSOL, FLEXA RIBEIRO, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, ANTONIO CARLOS RODRIGUES, CIDINHO SANTOS e PEDRO TAQUES.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores Zeze Perrella, Gim e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senhores Senadores Antonio Russo e Benedito de Lira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente informa que a presente reunião se destina à **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 41, de 2012-CRA**, aprovado em 06.12.2012, de autoria do Senador Acir Gurgacz, com a finalidade de debater e avaliar as consequências econômicas da proibição da aplicação de ingredientes ativos (imidacloprido, tiametoxam, fipronil e clotianidina) na cultura do algodão e da soja, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Paulo Eduardo Degrande –** Professor da Universidade Federal de Dourados – **UFGD**; **Sr. Sérgio De Marco –** ex-Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Algodão – **ABRAPA**; **Sr. Luís Eduardo Pacifici Rangel –** Coordenador-Geral de Agrotóxico e Afins do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **DNSP/SRI/MAPA** (representante do **Sr. José Carlos Vaz –** Secretário do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**); **Sr. Carlos Henrique Fávaro –** Presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso – **APROSOJA**; **Sr. Márcio Rosa Rodrigues de Freitas –** Diretor Substituto de Qualidade Ambiental e Coordenador Geral de Avaliação e Controle de Sustâncias Químicas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA/MMA** (representante da **Srª Izabella Mônica Vieira Teixeira** – Ministra de Estado do Ministério do Meio Ambiente – **MMA** e do **Sr. Volney Zanardi Junior –** Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA**); **Sr. Alexandre José Cattelan –** Chefe-Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **EMBRAPA SOJA** (representante do **Sr. Maurício Antônio Lopes –** Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – **EMBRAPA**). Após a exposição dos Senhores convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os Senadores Acir Gurgacz, Ana Amélia, Waldemir Moka, Cidinho Santos, Ivo Cassol. O Senhor Presidente Senador Acir Gurgacz comunica o envio do Ofício nº 320/2012–CRA à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República Senhora Gleisi Hoffmann, com o seguinte teor: *Tendo em vista o recebimento do Ofício nº 006/2012, datado de 5 de dezembro do corrente ano, subscrito pelo Sr. Sérgio De Marco, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados, que trata da questão que envolve a proibição do uso dos inseticidas "imidacloprido, tiametoxam, fipronil, clotianidina", por via de aplicação aérea para cultura do algodão, bem como as consequências econômicas da referida proibição, comprometendo o PIB do agronegócio brasileiro, informo a Vossa Excelência que realizaremos audiência pública, dia 13 de dezembro de 2012, nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para debater o tema. Desta forma, solicito o apoio na articulação de providências dessa Casa Civil, com o objetivo de alterar a proibição editada em ato conjunto entre o MAPA e o IBAMA, face à ausência de novos produtos que substituam os citados princípios e, também, o fato de que não existem estudos que concluem pelo risco das referidas aplicações aéreas. Reitero que a manutenção dessa proibição acarretará na perda do controle sobre o manejo da praga do bicudo do algodoeiro, além da ameaça da mosca branca e dos pulgões que promovem danos à cultura e são controlados com eficiência nas aplicações aéreas. Lembro que os produtos referidos são também eficazes no controle de pragas da cultura da soja no Brasil. Certo de contar com o apoio e providências de Vossa Excelência, desde já, manifesto protestos de elevada estima e consideração*. Comunica também que a Ministra pessoalmente deu retorno com o objetivo de agendar uma reunião hoje, às 10h30, para debater esse assunto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. **–** Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados, na última semana, aprovamos projetos importantes para a agricultura brasileira, aqui, na nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Na última terça-feira, dia 4 de dezembro, aprovamos o substitutivo

da Câmara ao projeto de lei do Senado que institui os princípios de uma nova política nacional de irrigação. É o PL nº 229, de 1995, relatado pelo Senador Waldemir Moka e que está aguardando votação no plenário, em regime de urgência. É um projeto importantíssimo para a agricultura brasileira. O substitutivo tem 45 artigos, que estabelecem os conceitos do agricultor irrigante, incluindo agricultura familiar, além dos oito instrumentos da Política Nacional de Irrigação, com destaques para planos e projetos de irrigação, incentivos fiscais, crédito e seguro rural, pesquisa científica e tecnológica, assistência técnica e treinamento dos agricultores, tarifas especiais de energia elétrica e certificação dos projetos de irrigação entre outros.

O relatório do Projeto informa que a área irrigada, nas Américas, é de 48.324.878 hectares, dos quais 57,7% estão nos Estados Unidos, 13% no México, 6,5% no Brasil, onde cerca de 30 milhões de hectares seriam de solos aptos para a agricultura irrigada. Desses, são irrigados apenas 4,5 milhões de hectares, conforme o Censo Agropecuário de 2006. Isso significa que 25 milhões de hectares, aproximadamente 85% dos solos aptos ainda aguardam investimentos em sistemas de irrigação e drenagem.

Concordamos com o Relator que o incremento da produção agropecuária do País e mesmo a sua manutenção nos níveis atuais não podem ser baseados apenas na expansão da fronteira agrícola, na expansão da área plantada. É necessário que haja aumento de produtividade, e um dos mecanismos para se obter tal elevação é a irrigação. Ainda segundo o texto, os incrementos de produtividade com o uso da irrigação podem alcançar 492% no feijão, 218% no algodão e 177% no milho, 115% no arroz, 104% no trigo e 62% na soja, segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Portanto, meus cumprimentos ao Senador Moka pelo brilhante relatório que fez e pela aprovação desse Projeto, que é realmente da maior importância para a agricultura brasileira.

Aprovamos também o PLC nº 90, de 2012, que estabelece o prazo de 2 anos contados do requerimento do detentor de posse em faixa de fronteira para que a União se manifeste. Se isso não acontecer, a regularização da propriedade será imediata.

Atualmente, os títulos de propriedade situados na faixa de fronteira, 150 km a partir da linha de fronteira do Brasil com países limítrofes, são considerados irregulares, levando uma situação de insegurança jurídica a milhares de produtores rurais brasileiros. Somente em Rondônia são 27 Municípios de fronteira com problemas de regularização fundiária. No País, passa de 250 mil o número de pedidos de regularização protocolados junto ao Incra, que não consegue dar conta de toda essa demanda.

O Projeto, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, do PP do Rio Grande do Sul, também já foi apreciado pela Comissão de Relações Exteriores; está na Comissão de Constituição e Justiça, e, como Relator naquela Comissão, espero aprovar o meu relatório na próxima semana em decisão terminativa, Senador Moka. É também um projeto importantíssimo que passou por esta Comissão, onde V. Exªs o aprovaram. E espero poder aprová-lo, o mais rápido possível, na CCJ para que possa virar lei.

Os dois projetos, que têm origem na Câmara dos Deputados, concluindo a sua tramitação no Senado sem alterações, serão encaminhados à sanção da Presidenta Dilma.

Nesta audiência pública de hoje, vamos debater a portaria do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em conjunto com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que proíbe a aplicação, por meio de pulverizações via aeronaves, de um grupo de inseticidas habitualmente usados na lavoura de algodão.

Essa foi uma demanda trazida pelos Senadores Blairo Maggi e Cidinho Santos, do Mato Grosso, atendendo apelo dos produtores de algodão manifestado pelo Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados, Dr. Sérgio De Marco, por meio do Ofício nº 006, de 2012, da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão. Entretanto, o assunto é de interesse de toda a agricultura brasileira, pois a pulverização aérea é uma prática comum em várias culturas como soja, arroz e outras.

A portaria foi adotada com base no princípio da precaução, sob o argumento de que há eminente perigo à sobrevivência da população de abelhas.

Os representantes dos agricultores pedem a suspensão da portaria até a conclusão de estudos definitivos, pois alegam que não há elementos que comprovem os efeitos citados.

Antes de dar início aos nossos trabalhos, informo à Comissão que encaminhei pessoalmente à Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, o Ofício nº 245, de 2012-CRA, que passo a ler:

Srª Ministra,

Tendo em vista o recebimento do Ofício nº 006, de 2012, datado de 5 de dezembro do corrente ano, subscrito pelo Sr. Sérgio De Marco, Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão e Derivados, que trata da questão que envolve a proibição do uso de inseticidas por via de aplicação aérea para a cultura de algodão, bem como as consequências econômicas da referida proibição, comprometendo o PIB do agro-

negócio brasileiro, informo a V. Exª que realizaremos audiência pública no dia 13 de dezembro de 2012, nesta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para debater o tema.

Dessa forma, solicito o apoio na articulação de providência dessa Casa Civil com o objetivo de alterar a proibição editada em ato conjunto entre MAPA e IBAMA, face à ausência de novos produtos que substituam os citados princípios e também o fato de que não existem estudos que concluam pelos riscos das referidas aplicações aéreas.

Reitero que a manutenção dessa proibição acarretará a perda do controle sobre o manejo da praga do bicudo-do-algodoeiro, além da ameaça da mosca-branca e dos pulgões, que promovem danos à cultura e são controlados com eficiência pelas aplicações aéreas.

Lembro que os produtos referidos são também eficazes no controle de pragas da cultura de soja no Brasil.

Certo de contar com o apoio e providências de V. Exª, desde já manifesto protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Comissão de Agricultura do Senado

Estive pessoalmente com a Ministra Gleisi Hoffmann, que já nos deu retorno, marcando para hoje de manhã uma reunião, às 10h30, quando estaremos reunidos para debater esse assunto da mesma forma que o faremos nesta audiência pública aqui.

Comunico ainda à Comissão o recebimento dos Ofícios nº 509, 521 e 522, subscritos pela Senadora Kátia Abreu, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária, encaminhados ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Mendes Ribeiro, à Srª Ministra-Chefe da Casa Civil e à Ministra de Estado do Meio Ambiente.

A presente reunião tem por finalidade a realização de audiência pública, em cumprimento ao Requerimento nº 41, de 2012, aprovado em 06/12/2012, de minha autoria, com a finalidade de debater e avaliar as consequências econômicas da proibição da aplicação de ingredientes ativos (imidacloprido, tiametoxam, fipronil e clotianidina) na cultura do algodão e da soja, com a presença dos seguintes convidados: Ênio Marques, Secretário da Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Cósam de Carvalho Coutinho, Diretor do Mapa; Luís Eduardo Pacifici Rangel, Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins do Mapa; Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, Diretor Substituto de Qualidade Ambiental e Coordenador-Geral de Avaliação de Controle de Substâncias Químicas do Ibama, representando também o Ministério do Meio Ambiente; Alexandre José Cattelan, Chefe-Geral da Embrapa Soja; Paulo Eduardo Degrande, Professor da Universidade Federal da Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul; Sérgio De Marco, ex-Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Algodão (Abrapa); Carlos Henrique Fávaro, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja do Mato Grosso (Aprosoja/MT).

Convido a fazer parte da Mesa o Dr. Carlos Henrique Fávaro, o Dr. Sérgio De Marco, o Dr. Paulo Eduardo Degrande, o Dr. Alexandre José Cattelan, o Dr. Márcio Rosa Rodrigues de Freitas e o Dr. Ênio Marques, do Mapa.

Agradeço a presença de todos os senhores convidados na nossa audiência pública. Sejam todos bem-vindos!

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, tem a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Antes que comece a exposição do tema que se pretende analisar nesta audiência pública, Presidente Acir Gurgacz, eu gostaria apenas de fazer um registro sobre as providências tomadas no Ministério da Agricultura, particularmente na área da defesa sanitária agropecuária animal, a respeito de uma ocorrência no Paraná. As providências tomadas tiveram da parte do Ministério da Agricultura e da Secretaria de Defesa Sanitária uma correta avaliação.

Eu queria fazer esse registro, porque as consequências de um caso dessa natureza são muito grandes, especialmente do ponto de vista do conceito que o Brasil tem no âmbito sanitário e também do impacto disso sobre os mercados. O Japão suspendeu a compra de carne, a África do Sul está fazendo o mesmo. Então, é preciso muita cautela e muito cuidado. Houve a iniciativa do Ministro Mendes Ribeiro Filho de informar à Organização Internacional de Epizootias (OIE), com sede em Paris, a respeito do que aconteceu. Os exames feitos comprovam que houve seriedade na abordagem desse tema.

Também é importante que os fiscais federais agropecuários tenham, dentro da estrutura do Ministério, o respaldo necessário para o trabalho e que, na área da defesa sanitária agropecuária, não haja interrupção da liberação de recursos, porque essa é uma área, eu diria, crucial para os interesses do setor primário brasileiro.

Esse era o registro que eu gostaria de fazer, renovando as providências tomadas pelo Ministro Mendes Ribeiro Filho.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem! Muito obrigado, Senadora Ana

Amélia. Meus cumprimentos pela sua colocação. Realmente, esse é um tema da maior importância para todo o nosso País.

Agradeço a presença à Senadora Ana Amélia, que sempre está conosco; ao Senador Cyro Miranda; ao Senador Waldemir Moka; ao Senador Pedro Taques. Hoje, S. Exªs participam, junto conosco, desta audiência pública.

Iniciando nossos trabalhos, passo a palavra ao Dr. Carlos Henrique Fávaro, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja do Mato Grosso (Aprosoja/MT).

O SR. CARLOS HENRIQUE FÁVARO – Bom dia, Senador Acir! Eu queria saudá-lo e, na sua pessoa, os demais Senadores e as demais autoridades aqui presentes.

Eu queria comentar rapidamente os impactos causados por essa medida, que consideramos intempestiva e extremamente danosa à agricultura brasileira.

Eu tinha preparado uma apresentação. Não sei se há jeito de passar a apresentação. (*Pausa.*)

Bom, nós fizemos alguns estudos e vamos apresentar os impactos agronômicos, econômicos, entre outros impactos.

Com relação aos impactos econômicos, os nossos estudos apontam que haverá um aumento de 12% da área cultivada de soja no Brasil. Quanto à substituição de aplicações aéreas por terrestres, nós já estamos no limite da capacidade das operações, devido à expansão significativa de áreas no Brasil, mas ainda temos, talvez, capacidade de fazer aplicações ótimas, com boa qualidade, com o aumento de apenas 20%, lembrando que o controle de percevejos na soja, no Brasil, é feito de forma aérea em 27% desse total.

Por favor, pode passar.

Se essa medida continuar implementada, nós teremos uma redução média na produtividade de soja da ordem de 4,2 milhões de toneladas na safra 2012-2013, o que se estende a praticamente 25 ou 26 milhões de toneladas até 2020. Nós precisaríamos de uma aquisição de muito mais pulverizadores, o que não é possível. A demanda da indústria já está sobrecarregada. Nós teríamos um aumento de custo de produção, tendo em vista que a pulverização aérea é mais eficiente e muito mais barata – dados técnicos, apresentados, inclusive, pela Embrapa.

Por favor, pode passar.

E essas perdas gerariam, segundo nossa previsão, algo em torno de R$6 bilhões na safra 2012-2013 e que se eleva a quase R$27 bilhões até 2020 em toda a cadeia da soja.

O menor saldo da balança comercial também é previsto, da ordem de R$3,7 bilhões na safra 2012-2013 e, até 2020, essa redução das receitas cambiais brasileiras poderá ocorrer até a ordem de R$16 bilhões. Isso, certamente, iria gerar também aumento da inflação, aumento do custo da cesta básica.

Pode passar, por favor.

Geraria, consequentemente, muito menos empregos na cadeia. Estimamos que algo em torno de 270 mil empregos a menos essa medida geraria no setor.

Também temos aumentos dos impactos ambientais. A ampliação da área de soja para compensar a demanda mundial por esse produto é da ordem de 1,3 milhão de hectares adicionais; o maior uso de agrotóxicos, porque, à medida que você não tem eficiência, não consegue aplicar na hora certa, você precisa aumentar as dosagens, e, ainda assim, o controle não é eficiente. Consequentemente, um círculo vicioso e muito perigoso no aumento das dosagens dos agrotóxicos.

Um impacto também para o Governo, para todos os governos, da ordem de R$900 milhões na diminuição da arrecadação. Isso poderia gerar até R$4 bilhões até 2020.

Por favor.

Então, rapidamente, nós fizemos algumas considerações para esta Plenária.

Quero lembrar que o Brasil é um País tropical. Nós produzimos até três safras em 2 anos, e aí é impossível evitar a migração de pragas de uma cultura para outra. Consequentemente o seu combate é extremamente dificultado – a Embrapa pode certificar isso que nós estamos falando.

A soja é uma planta autógama, que realiza o autocruzamento, e a polinização ocorre antes da abertura do botão floral. Ou seja, as abelhas não têm preferência por essa cultura. Portanto, entendemos também que o impacto ambiental pela pulverização aérea não seria muito grande, ou praticamente nulo, com relação às abelhas na cultura da soja.

Todos os impactos demonstrados implicam diretamente no futuro da soja no Brasil. Esse setor que gera os excedentes da balança comercial brasileira, que cresce a passos largos, não pode ficar refém de medidas intempestivas e que não são amplamente debatidas com o setor, com a pesquisa, com a sociedade organizada.

A proposta da Aprosoja é que sejam criados seminários, *workshops*, congressos sobre o assunto, junto a pesquisas, junto com as entidades organizadas. Hoje o setor da soja, do algodão é extremamente organizado em associações, está aberto a um amplo debate. Estamos aqui também, presidentes da Abrapa – presidente ainda em exercício e o novo Presidente, Sérgio De Marco –, e tenho certeza, falando em nome deles também, que o setor está sempre propenso a

buscar solução para os problemas que atingem o meio ambiente brasileiro. Mas gostaria que as medidas não fossem tomadas de forma intempestiva, como foi esse comunicado do Ibama, que trará sérios problemas para esse setor da agricultura brasileira.

Por favor, mais um.

As considerações finais.

Consideramos uma medida radical; estudos, praticamente nenhum; nós temos informações apenas de estudos com relação à citricultura no Sudeste brasileiro. Também gostaríamos que estudos regionais e no Centro-Oeste fossem providenciados para que medidas como essa fossem tomadas. Um fator de instituir uma rede de pesquisa nacional de estudos e monitoramento das populações de abelhas que envolvam a Embrapa, universidades e outras entidades de pesquisa, para estudar o impacto dos inseticidas nas colmeias. É fundamental que medidas como essa sejam tomadas para que toda a cadeia saiba das suas responsabilidades e das suas obrigações.

E, por último, a falta de uma política para o setor. Não podemos mais conviver com essa falta de harmonia entre os órgãos, registrando as ausências de uma política de entidades de entradas e saídas de produtos, haja vista que impactam diretamente na vida de milhares de cidadãos e na saúde financeira do País.

Pode passar.

Eram essas as minhas considerações. Lembro que o ponto maior que a Aprosoja quer trazer aqui, Senador Acir, é o amplo debate. Medidas intempestivas causam sérios impactos. Eu nunca vi ser saudável para qualquer atividade ser mudada a regra durante o jogo.

Os produtores adotam altas tecnologias, hoje são cada vez mais profissionais, os produtos para a safra 2013-2014 já estão sendo adquiridos pelos produtores, faz parte da nossa cultura adiantarmos a nossa comercialização, a nossa compra de insumos também, para garantir um pouco de estabilidade para esse setor, que tem várias variáveis. E, com medidas como essa, certamente, os impactos são praticamente irreversíveis e gostaríamos que esta Casa nos ajudasse a buscar o bom senso dentro desse setor.

Eram essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Carlos Henrique Fávaro.

Nós passamos a palavra ao Dr. Sérgio De Marco, ex-Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), agradecendo, mais uma vez, a sua presença aqui conosco.

O SR. SÉRGIO DE MARCO – Bom dia, Presidente. Bom dia aos demais Senadores presentes. O Presidente da Abrapa está aí, meu amigo Gilson Pinesso. Estou exercendo o cargo até o dia 31 dezembro. No dia 2, ele assume, e já fizemos a festa. Então, como já estava por dentro, aceitei vir defender os interesses do algodão aqui na audiência pública.

Muito obrigado, Presidente, por ter atendido a correspondência da Câmara Setorial, que é a cadeia toda, que agrega exportador, indústria têxtil e produtor. Foi dessa a reivindicação, porque a cadeia é enorme no Brasil e ela precisa... Quando você tira na raiz, no setor primário, um problema que você não vai mais produzir, a cadeia é enorme, e você rompe com a cadeia.

Até o início dos anos 90, o Brasil cultivava mais de 4 milhões de hectares de algodão, em alguns Estados do Nordeste, São Paulo e Paraná.

A praga do bicudo-do-algodoeiro aliada à baixa tecnologia utilizada pelos produtores desligou a cultura e fez com que as indústrias têxteis brasileiras passassem a importar o algodão. Os produtores do Cerrado brasileiro, dos Estados de Mato Grosso, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, retomaram o cultivo do algodão no final dos anos 90, adotando as mais modernas técnicas de produção e um modelo de gestão empresarial eficiente.

A retomada do algodão se deu por iniciativa própria dos produtores, que ainda tiveram o trabalho de sair pelo mundo divulgando a qualidade da fibra brasileira para garantir e conquistar os mercados mais exigentes da Ásia. O resultado desse esforço foi que, na safra 2011-2012, nos colocamos como o quinto maior produtor de algodão do mundo, cultivando uma área de 1.393.000 hectares e produzindo 1.900.000 toneladas de pluma; o terceiro maior exportador, tendo exportado 1.043.000 toneladas. O Produto Interno Bruto (PIB), gerado pela cadeia do algodão foi de 19,190 bilhões. É a segunda cadeia que mais emprega no Brasil.

No setor produtivo – a indústria, o comércio e a loja que vende –, nós empregamos 1.700.000 pessoas diretas, sendo superados apenas pela construção civil no Brasil. Movimentamos uma massa salarial acima de US$780 milhões por ano. É o segmento que mais paga para o seu empregado no Brasil, gerando, na última safra, US$7,7 bilhões de impostos – federais, estaduais e municipais.

Estamos profundamente indignados com a forma como o Ibama e o Mapa trataram a questão da proibição do uso de alguns inseticidas em pulverização aérea. Baseados na intenção de fazer uma revisão de alguns princípios ativos em 2013, proibiram a aplicação aérea de quatro produtos, sem se darem ao trabalho de avaliar os impactos econômicos que esta medida causaria ao setor. Alegando ter adotado o princípio de precaução, não se basearam em nenhum estudo técnico que comprovasse os riscos às abelhas aqui no Brasil, com o nosso clima e a nossa dimensão ter-

ritorial. Nem a Embrapa, única empresa de pesquisa do mundo que detém tecnologia para a agricultura nos trópicos, foi consultada; muito menos os nossos produtores de algodão.

Pelo contrário, alertamos o Ministério da Agricultura diversas vezes sobre o impacto negativo dessa medida unilateral e precipitada, e não fomos atendidos. Os inseticidas imidacloprido, tiametoxam e outros aí, alvos da proibição para uso de pulverização aérea pelo Ibama, fazem parte das poucas opções de ingredientes ativos em inseticidas disponíveis no mercado para o controle de pragas. O nosso problema é que as outras opções de produtos que estão à disposição no mercado são os organofosforados e peritroides, que estão ultrapassados. São altamente tóxicos e não seletivos aos inimigos naturais e ainda ineficientes do ponto de vista agronômico.

A tecnologia de produção de algodão no Brasil evoluiu muito, e não se permite mais o uso desses produtos em determinadas fases da cultura. O controle de algumas espécies de pragas sugadoras, como percevejos, mosca-branca, pulgões e outros ficam sujeitos ao uso exclusivo de inseticidas neonicotinoides, a base das moléculas que estão sendo proibidas.

Nosso problema é a falta de opção de novas moléculas no mercado devido à burocracia que existe na Anvisa, no Ibama e no Mapa para se obter um registro de qualquer produto agroquímico. O argumento do Ibama para suspender os nematicidas é uma ameaça às abelhas, isso tudo baseado em dados obtidos na Itália e na Alemanha, países de clima temperado e que nunca cultivaram nem soja, nem algodão.

A agricultura que se pratica no país de clima tropical, que é o nosso caso, não pode ser comparada à agricultura dos países de clima temperado. Se quisermos equipar o manejo das culturas aqui com o praticado num clima temperado, estamos quebrados. Não há dúvida. Se for equiparar Alemanha, Itália ou qualquer outro país da Europa com o clima do Brasil para fazer agricultura, o Brasil arrebenta, quebra. E não quebra em 3 anos. Em 2 anos. Lá, a natureza se encarrega de eliminar muitas pragas, doenças e ervas daninhas no período de inverno rigoroso. Aqui, temos calor e umidade o ano todo e ainda praticamos até três safras consecutivas por ano. As pragas e doenças migram constantemente de uma cultura para outra, obrigando-nos a combatê-las com eficiência. Caso contrário, não produzimos nada.

A Embrapa desenvolveu tecnologia para clima tropical e exporta essa tecnologia para o mundo todo, e tem de ser respeitada e consultada quando o assunto é agricultura neste País. A Embrapa! Dentro da Embrapa, tem gente competente. No clima tropical, ela é respeitada não no Brasil, mas mundialmente. Temos que preservar a nossa competitividade e levar em conta as diferenças da agricultura dos Trópicos.

O produtor brasileiro não gasta 60% do seu custo de produção em defensivos agrícolas porque quer jogar dinheiro fora; usa somente os produtos necessários para manter a produtividade esperada nas suas lavouras; e gasta o estritamente necessário, caso contrário não seria tão eficiente.

Não podemos simplesmente seguir os interesses dos outros continentes em diminuir ou desacreditar a agricultura brasileira. Temos que promover uma agenda envolvendo órgãos do Governo, Embrapa, comunidade científica e produtores, que assumam a responsabilidade de providenciar a revisão dos critérios para registro de novos defensivos; que discuta o porquê da demora ou a má-vontade em fazer realidade a opção dos genéricos; e também que possa averiguar a fundo por que o mesmo produto vendido aqui no Brasil custa até dez vezes mais que em outro lado do mundo.

Os agricultores estão sendo explorados de todas as formas e ainda são ameaçados pelo próprio Governo brasileiro, que deveria defendê-los.

O sonho do produtor é não usar nenhum produto químico nas suas lavouras, assim estaria economizando e sendo ambientalmente correto. Mas, na agricultura tropical, o fator que mais onera os custos de produção é a quantidade de fungicidas, inseticidas e herbicidas necessários. Portanto, temos de encontrar uma solução que nos dê segurança para continuar.

Estamos no limite da legalidade, e todos os dias um fiscal do meio ambiente, do trabalho ou da Receita Federal bate às nossas portas para nos responsabilizar pelo fato de estarmos produzindo alimentos, gerando empregos e contribuindo decisivamente para equilibrar a balança comercial brasileira.

Um dado importante. Sr. Presidente, que peguei agora com o meu assessor: a produção de mel, nos último anos, triplicou de tamanho. O mel vem de onde? Vem do inseticida? Vem do algodão? Vem da soja? Vem da abelha! E triplicou a produção de mel do Brasil – fonte: CBA.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Sérgio, pela sua explanação.

Lembro que o agronegócio é responsável pelo saldo positivo da balança comercial brasileira. Se não fosse o agronegócio – não é, Senador Moka? –, a balança comercial brasileira seria, com certeza, negativa, e a participação na produção de algodão, de soja, de grãos tem uma importância muito grande para esse resultado.

Vamos ouvir agora o Dr. Márcio Rosa Rodrigues de Freitas, Diretor Substituto de Qualidade Ambiental e Coordenador-Geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do Ibama.

Muito obrigado pela sua presença, Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Bom dia a todos. Muito obrigado.

Agradeço ao Presidente da Comissão o convite feito ao Ibama e espero poder corresponder à expectativa que foi gerada com a nossa presença aqui no sentido de dar os esclarecimentos.

Pode passar, por favor. (*Pausa.*)

Espero esclarecer basicamente esses pontos sobre os quais nós mais temos recebido críticas. E elas, aqui, pelos componentes da Mesa que me antecederam, ficaram bem claras.

Há um questionamento com relação à fundamentação legal da medida; um questionamento em relação à fundamentação técnica da medida adotada pelo Ibama; sobre a oportunidade da medida e os impactos da medida.

Eu vou procurar esclarecer todas essas questões e tentar deixar claros os problemas que nós estamos enfrentando no País, esclarecendo também que nós temos sensibilidade para o fato de que o papel do regulador é difícil. Nós temos de compatibilizar diversos interesses, e, nessa questão especificamente, nós temos diversos interesses envolvidos: interesses da sociedade civil, interesse na preservação ambiental; interesse da agricultura, tanto do ponto de vista da apicultura quanto dos agricultores; e os interesse da indústria química, que também se faz muito forte e muito presente nessa questão, como nós vamos ter oportunidade de ver.

Então, por favor, eu gostaria de passar... (*Pausa.*) Ah, eu tenho o controle aqui! Então, eu vou fazer a apresentação.

Em primeiro lugar, com relação à legalidade da medida, eu gostaria só de esclarecer o seguinte: pela legislação brasileira, da qual somos fiéis cumpridores, para um produto ir ao mercado no Brasil, para ele ser colocado na prateleira, não para ele ir ao campo, mas para que ele possa ser utilizado no Brasil, ele precisa ser avaliado e registrado. E, nesse processo de avaliação, o produto sofre três olhares: o olhar da Agricultura, o olhar do Meio Ambiente, o olhar da Saúde. Pela nossa legislação, qualquer um dos três olhares, a qualquer momento, pode identificar problemas para que esse produto não seja registrado no Brasil. E o produto, não sendo registrado, não irá para a prateleira.

Portanto, esses produtos aos quais nós nos estamos referindo agora, se nós tivéssemos, na época da avaliação, o conhecimento que nós temos hoje, eles não estariam na prateleira, e nós não estaríamos aqui, discutindo esse assunto.

Nesse processo, não é ouvido ninguém. Pela legislação brasileira, são os três órgãos que avaliam isso, dentro de procedimentos internacionais, adotados no mundo inteiro. Não se esqueçam de que esse é um mercado internacional. O mercado do agronegócio e o mercado do agrotóxico são mercados internacionais que obedecem a regras internacionais. Graças a essas regras internacionais, existem as famosas barreiras não tarifárias, às quais a agricultura brasileira está sujeita e com as quais a agricultura brasileira tem sofrido. Então, também nesse interesse, nós atuamos.

A nossa legislação diz que "caberá à autoridade competente tomar imediatas providências, sob pena de responsabilidade, uma vez que se tenha identificado qualquer característica que cause dano ao meio ambiente" e estabelece, então, a atuação de cada um dos três órgãos, com a sua autonomia em relação aos procedimentos, delegando-nos a atribuição de estabelecer diretrizes e exigências, objetivando minimizar os riscos apresentados pelos agrotóxicos, e, inclusive, de propor mudança de formulação, dose ou método de aplicação.

Portanto, nós estamos absolutamente fundamentados na legislação quando adotamos as medidas que adotamos, inclusive em termos de tempo. Foi exatamente quando nós fomos sabedores dos problemas ambientais causados por esses produtos que nós agimos da forma que está colocada aqui.

Para a gente entender perfeitamente a lógica da nossa legislação, quero mostrar o ela diz. A nossa legislação diz que o processo de avaliação de agrotóxico é esse, mas que o registro de agrotóxico não tem prazo de validade. Por isso, foi criado, como previu o legislador, o instituto da reavaliação, que significa exatamente isto: quando tomamos consciência de que um produto com registro no Brasil causa qualquer problema à saúde pública, ao meio ambiente ou à eficiência fitossanitária, esse produto pode ser reavaliado, a qualquer momento, pelos três órgãos. Existe uma regra estabelecida para esse processo de reavaliação.

No caso dos produtos de que estamos tratando, há praticamente dois grupos. Um deles é o grupo dos neonicotinoides, que já foi comentado aqui e que é composto por imidacloprido, clotianidina e tiametoxam. Quais são os problemas desses produtos, então? Eles têm alta toxicidade aguda, são mais modernos e, portanto, mais seletivos no combate às pragas e possuem alguns efeitos interessantes, até então desconhecidos, em relação principalmente à toxicidade para abelhas, que são os efeitos tóxicos subletais. É uma toxicidade crônica, não uma toxicidade aguda. O mundo inteiro

avaliava agrotóxicos pensando sempre em toxicidade aguda. A partir do surgimento desses produtos, começou a surgir um fenômeno distinto, que é a toxicidade crônica ou subcrônica, que causa distúrbios no comportamento dos insetos polinizadores e ocasiona alguns fenômenos de perda de colmeia e de não retorno dos insetos à colmeia e, consequentemente, o sumiço de enxames.

Esses produtos são sistêmicos, isto é, eles penetram na planta e ficam distribuídos por todas as partes da planta. Eles são altamente persistentes. Quando eles são aplicados, a meia-vida de degradação no solo brasileiro é da ordem 188 dias. Eles são trasladados na planta: se eu os aplicar no solo ou no caule, eles vão aparecendo no pólen e no néctar.

A mesma coisa ocorre em relação ao fipronil, sendo que não há autorização para aplicação aérea do fipronil no Brasil, por solicitação da própria empresa, em função justamente dos problemas que esse produto tem gerado no mundo inteiro. Foi uma iniciativa da própria Basf solicitar o cancelamento do registro para essas aplicações aéreas e foliares no Brasil. Portanto, quando se fala em quatro produtos proibidos, na verdade, há a proibição da aplicação aérea de três produtos, porque esse produto, a própria empresa retirou.

Todos esses produtos, como vou mostrar depois, estão associados mundialmente ao fenômeno conhecido desordem de colapso das colmeias, e aqui há um texto da Embrapa em que destaca exatamente os problemas decorrentes desses colapso e destaca que, embora nós não tenhamos comprovação da ocorrência desses fenômenos no Brasil – e nós nunca afirmamos que esse fenômeno ocorre no Brasil –, nós temos alguns indícios, suspeitas, tanto no Sul quanto no Nordeste, de ocorrência do fenômeno, mas não há comprovação em relação a isso.

No entanto, é preciso que nós fiquemos alertas, porque esse é um problema que dizimou os enxames na Europa e nos Estados Unidos, motivou uma série de ações no mundo inteiro, e nós, como um País megadiverso, que usamos desse serviço ambiental de polinização para sermos competitivos na agricultura, não podemos abrir mão da nossa biodiversidade nessa questão.

Aqui estão alguns dados, que são de literatura científica, comprovando a importância das abelhas em relação ao papel do serviço de polinização e o ganho que nós temos com esse serviço em relação à produtividade e ao custo da nossa produção agrícola, lembrando que, em alguns países, esse serviço é pago justamente pela falta da polinização natural.

Então, nós temos estimativas no Brasil, só considerando oito culturas – melão, maçã, maracujá, caju, café, laranja, soja e algodão –, da ordem de 10% de um incremento que seria US$1 bilhão mais ou menos. É o custo que nós temos por esse serviço, que nos é prestado gratuitamente pela nossa biodiversidade.

Setenta e três por cento das espécies agrícolas cultivadas no mundo dependem da polinização, e nós teríamos, hoje, uma perda de produção da ordem de R$17 bilhões pela perda dos polinizadores.

Nós temos hoje, no Brasil, uma das maiores biodiversidades de polinizadores do mundo. Só de abelhas nós temos 3 mil espécies conhecidas – fora as que a gente não conhece.

Comentou-se aqui que as abelhas não comparecem nas culturas de soja e algodão. Nós temos estudos da Embrapa mostrando a presença nos dois, em ambas as culturas, e mostrando, inclusive, o aumento da produtividade da cultura com a presença desses polinizadores.

Aqui é só um exemplo, destacando que essas abelhas foram coletadas todas no Brasil, em culturas de algodão no Brasil, e aquela segunda abelha que aparece ali, que é uma abelha conhecida de todos nós, uma abelha nativa, foi a abelha em relação à qual já se conseguiu comprovar o efeito de desordem de colapso de colmeia com imidacloprido, que é o processo que está em reavaliação, e com o tiametoxam.

Então, eu vou, agora, exemplificar e tentar, com essa explanação de cronologia, mostrar que a medida não foi intempestiva, que a medida não foi tomada sem base científica brasileira e tentar mostrar que ela não foi tomada sem ouvir o setor produtivo e sem considerar as medidas solicitadas pelo setor produtivo a qualquer instante, lembrando sempre que, como comentei antes, que nós temos um rito legal a cumprir.

Portanto, nós começamos a nos envolver com esse assunto em maio de 2009, quando o Ministério do meio Ambiente publicou procedimentos administrativos para reavaliação ambiental. Ao mesmo tempo, a Itália – talvez, por isso, o pessoal tenha citado que nós nos baseamos na Itália e na Alemanha, mas não há nenhum fundamento nessa afirmação –, nesse mesmo momento, estava suspendendo a aplicação dos produtos.

Eu queria lembrar que todos os países – e vou demonstrar isto – que constataram problemas tomaram imediatamente medidas preventivas. A medida da Itália foi muito mais radical que a nossa. Eles suspenderam a aplicação dos produtos completamente, inclusive para as sementes.

Em outubro, foi criada uma equipe de reavaliação no âmbito do Ibama; em fevereiro, iniciaram-se os levantamentos de ocorrências de problemas ambientais no Brasil; em março, foi publicada uma diretiva europeia

adotando medidas em relação a esses quatro produtos; em julho, o Ministério Público Federal do Rio Grande do Sul questionou o Ibama em relação a providências a serem tomadas para esses quatro produtos; em julho, o Ibama contratou consultores, visando ao estabelecimento de metodologias para acompanhamento desses problemas e do diagnóstico desses problemas no Brasil.

Em 2010, a Itália suspendeu por mais um ano; em outubro, nós começamos a consultar pesquisadores brasileiros em virtude de eventos ocorridos no Estado de São Paulo; em novembro, nós mandamos seis analistas nossos para fazer um curso de capacitação em avaliação de risco, justamente em função desses problemas de CDC, e lá tivemos contato com vários pesquisadores do mundo inteiro, que estavam debruçados sobre esse tema.

Em janeiro de 2011, contatamos uma pesquisadora brasileira e indicamos por solicitação da Setac internacional a presença de um especialista do Brasil nesse fórum internacional.

Em fevereiro de 2011, com base nos dados ocorridos e com referências científicas, o Ibama fez a primeira versão do comunicado com a intenção de reavaliar os ingredientes. Portanto, há mais de um ano, quase dois anos. E decidimos, então, adiar o início do processo, aguardando as discussões que estavam ocorrendo na Setac, justamente sobre as metodologias necessárias para a avaliação da toxicidade crônica, subcrônica e ensaio de larvas.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Presidente, só para não ficar...

Depois eu gostaria de saber – você falou de "casos ocorridos" em fevereiro de 2011 –: ocorridos onde?

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Vou demonstrar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu gostaria de ter acesso a essas informações.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Sem dúvida. Elas estão disponíveis e já foram fornecidas, inclusive para a assessoria jurídica das empresas que nos solicitaram isso.

Em março de 2011, o Ministério Público torna a cobrar providências do Ibama.

Em abril de 2011, o Mapa é informado sobre a possibilidade de suspensão da aplicação aérea. As empresas procuram o Ibama, questionando a necessidade da medida, mas, em nenhum momento, apresentam informações do tipo econômico ou medidas que não justificassem a nossa adoção, do ponto de vista de proteção ambiental.

Em abril de 2011, a Basf retira, por iniciativa dela, a aplicação foliar e aérea de todos os produtos contendo fipronil.

Em maio de 2011, é concluído o trabalho contratado pelo Ibama. Esse trabalho hoje está disponível na página do Ibama na Internet.

Em junho, mandamos novamente analistas para fóruns internacionais.

Em agosto, o Ministério Público tornou a cobrar posição do Ibama.

Em novembro, novamente, participamos de fóruns internacionais, discutindo esse tema. Em janeiro, fizemos os primeiros estudos, adotando a metodologia de avaliação de risco preconizada pela União Europeia e decidida nesses fóruns internacionais, dos quais nós participamos, com dados brasileiros dos produtos registrados no Brasil e para a realidade brasileira, como eu vou demonstrar. Depois eu vou apresentar os resultados dessa nossa avaliação de risco.

Em março, três analistas participam do *workshop* de valoração econômica dos polinizadores.

Em março ainda, o Ministério Público torna a cobrar providências do Ibama.

Em junho, nós fazemos a solicitação da organização para cooperação para OECD. Indicamos dois pesquisadores para participar do estudo de testes de larvas.

Em julho, então, publicamos o processo de reavaliação.

Ainda em julho, o Ibama oficializou ao Mapa a necessidade de estudo dos produtos substitutos, porque isso faz parte do rito de reavaliação. A reavaliação é publicada através de um comunicado e, a partir desse início do comunicado, se começa a estudar os produtos substitutos e os problemas fitossanitários decorrentes de medidas que possam ser adotadas ao final da reavaliação. Esse é o rito que está na lei, no nosso regramento legal.

Em 25 de julho, as entidades Sindag, Andef, entidades ligadas às empresas de agrotóxicos, aos aplicadores, à aviação agrícola e aos agricultores, solicitaram uma reunião com o Ibama para esclarecer a medida. Nós fizemos essa reunião. Na reunião, fomos muito claros em dizer o que temos afirmado ao longo de todo esse processo. A nossa intenção não é causar nenhum prejuízo econômico. E qualquer prejuízo econômico, desde que devidamente justificado, será considerado na revisão da medida.

Em julho de 2012, a assessoria jurídica do Sindag solicita ao Ibama todos os documentos que embasaram o comunicado do dia 17. O Ibama fornece todos os documentos. Imaginávamos que eles iam entrar com alguma ação jurídica impugnando nossa medida. Não entraram, não sei se por uma questão de oportunidade ou por falta de fundamento.

Em agosto de 2012, o Mapa apresenta ao Ibama uma proposta de flexibilização da medida, propondo janelas de aplicação para evitar o prejuízo econômico na safra que nós estamos vivenciando, 2012-2013.

O Ibama acatou praticamente toda a proposta do Mapa, que foi formulada junto com aquele fórum que estava lá, das empresas e dos agricultores. Nós aceitamos praticamente e integralmente, com exceção das culturas de algodão e das culturas de citros, como eu vou explicar mais adiante.

Em agosto de 2012, então, as empresas apresentam ao Ibama os documentos e informações que nós havíamos solicitado quando do início do processo de reavaliação, que fazem parte do rito de reavaliação.

Em setembro, o Ibama, atendendo solicitação das empresas, altera sua medida em relação às etiquetas colocadas no produto.

Em 2 de outubro, publicamos em conjunto com o Mapa o Ato a que me referi anteriormente, que atende a reivindicação dos agricultores e da indústria química, com exceção de citros e algodão, em função dos problemas de risco que vou apresentar.

O Ibama recebe, em outubro, a Fundecitrus para discutir a concessão. Nós prestamos os devidos esclarecimentos, informamos a existência de substitutos, e não fomos mais procurados. Imaginamos que eles ficaram satisfeitos com as respostas que ouviram.

Em novembro de 2012, o Ibama formaliza a necessidade de complementação de dados e estudos adicionais às empresas e reitera a solicitação de análise dos produtos substitutos pelo Mapa. Em 29 de outubro de 2012, o Mapa solicita nova janela de aplicação para soja e algodão.

Em dezembro de 2012, na semana passada, sexta-feira, nós nos reunimos com todas as empresas registrantes, que trouxeram técnicos da Alemanha, de Portugal. Nós trouxemos também os nossos pesquisadores, que estão prestando consultoria para o Ibama nessa questão. Fizemos uma longa discussão em relação aos estudos que estão sendo solicitados por nós. Não houve questionamento algum em relação aos estudos solicitados. Estão nos solicitando simplesmente uma prorrogação de prazo para apresentação desses estudos.

Portanto, do ponto de vista técnico e legal, até hoje não recebemos nenhuma contestação em relação à medida que fosse fundamentada e tivesse fundamento para questionar o nosso fundamento.

Agora, vamos entender como é o processo de reavaliação. Como eu falei, normalmente, tem-se de 4 a 5 meses para preparar o processo. No nosso caso, foram 2 anos. É publicado um comunicado, dando-se às empresas 30 dias para que apresentem a intenção de manter o produto no mercado, os estoques que possuem de produtos e os novos estudos que possuem em relação aos estudos que não tenham sido apresentados durante o processo de avaliação.

Quase todas as empresas, com exceção de duas que não demonstraram interesse em manter o produto, manifestaram-se informando essas questões. Nós avaliamos os estudos, e estamos hoje justamente naquele x ali. Avaliamos os estudos, verificamos que são necessários novos estudos, exigimos esses novos estudos. O prazo de 30 dias está-se esgotando agora, e até agora, nenhuma empresa apresentou, o que para nós vai significar que eles não têm interesse em manter a molécula no mercado. Em 30 dias, que era o prazo que eles tinham, eles deveriam manifestar-se em relação ao interesse em manter ou questionar os estudos que nós apresentamos. Até agora, não recebemos nenhuma informação em relação a isso, embora tenhamos feito duas reuniões com as empresas, como comentei, onde foram explicitadas as razões de solicitação desses estudos.

A partir de agora e pelo que as empresas, principalmente a Bayer, que é a empresa que apresentou maior consistência nos estudos e quem detinha até pouco tempo a patente do produto... A Bayer já manifestou que vai precisar de cerca de 1 ano para apresentar esses estudos. Então, isso provavelmente vai prorrogar – não era nosso desejo, mas talvez seja uma necessidade técnica – o prazo de reavaliação.

Finalmente, a partir do parecer técnico e da consulta pública, estabelece-se a discussão com o setor da agricultura e com o setor da saúde para concluirmos o processo de reavaliação. Então, ainda não estamos neste momento de consulta formal aos outros órgãos.

Aqui, vou só destacar todo o levantamento de informações de maneira bem rápida, o levantamento que fizemos em *papers*, tanto nacionais quanto internacionais, estabelecendo aquilo de que fomos acusados de não ter: a base brasileira para tomada desta decisão.

O mundo inteiro tem trabalhos publicados, e aqui está aquele que comentei, publicado pela revista *Nature*, e *O Estado de S. Paulo* deu grande destaque a esse trabalho, que é aquele que comprova a relação entre o colapso de distúrbio de colmeia com o tiametoxam. Aqui estão todos os trabalhos no mundo inteiro. Há uma rede mundial hoje, da qual o Brasil faz parte, preocupada com esse fenômeno de colapso de colmeias. Existe uma rede em treinamento internacional para este assunto. O Brasil é parte da Convenção de Biodiversidade e recebe dinheiro do Fundo Mundial de Meio Ambiente para estudar. Há um projeto de polinizadores do qual nos servimos para acessar os pesquisadores brasileiros em relação a esse assunto.

Aqui tem o resumo de todos os documentos, que foi o que o Senador me solicitou há pouco. Aqui está um resumo de todos os documentos que embasaram a nossa medida. Eles estão disponíveis, já foram fornecidos às empresas detentoras de registro, que nos solicitaram isso através da assessoria jurídica. E nós entregamos. Eles estão disponíveis no Ibama e o entregamos a quem nos venha a solicitar. Eles agora estão até aumentados. Esses aí são os que tínhamos quando adotamos a medida.

Então, existem artigos científicos, artigos técnicos, levantamentos de campo em relação a acidentes de abelhas e, aqui, só para ilustrar que, no mundo inteiro, esse problema está ocorrendo, as medidas estão sendo adotadas por todos os países do mundo inteiro. A maior parte deles... Aqui, na coluna da esquerda, vocês vão enxergar a questão da aplicação aérea. Vocês vão poder constatar, rapidamente, que a maioria dos países não permite a aplicação aérea e os que permitem, como os Estados Unidos, permitem sob severas condições de restrição. A Holanda...

Aqui, as medidas que cada país adotou. O Uruguai, por exemplo, suspendeu, inicialmente, a aplicação aérea e, agora, proibiu o fipronil de maneira definitiva.

Aqui, rapidamente, o nosso estudo de avaliação de risco, que é baseado, como eu comentei, nos *guidelines* que a Europa e os Estados Unidos passaram a adotar. Neste ano, os Estados Unidos passaram a adotar esse mesmo procedimento para avaliação de risco de abelhas.

Eu quero, com isso, mostrar que nós estamos fazendo um trabalho absolutamente brasileiro, mas absolutamente alinhado com o estado da arte do conhecimento desse tema no mundo inteiro. Temos uma equipe qualificada para isso.

Então, a avaliação de risco consiste na determinação de um coeficiente de periculosidade que estabelece a necessidade de estudos adicionais quando houver risco, alto risco ou médio risco para a ocorrência.

Nós fizemos esse estudo no Brasil, para produtos brasileiros, para culturas brasileiras, em três situações: considerando a presença da abelha diretamente na cultura, quando for aplicado o produto; considerando o risco a abelhas não dentro da cultura, as abelhas nativas fora da cultura, para aplicação terrestre e para aplicação aérea.

O resultado está aí. Nós encontramos risco em praticamente 84% das aplicações para abelha dentro da cultura, para qualquer tipo de aplicação.

Para aplicação terrestre, foi variado de acordo com a cultura, de acordo com o produto, que tem doses diferentes. Em alguns, deu risco alto; em outros, deu médio; em outros, deu baixo.

Para a questão da aplicação aérea, nós fizemos um estudo baseado na deriva técnica adotada pela EPA nos Estados Unidos, que é de 8%. A deriva, no Brasil, estimada pela Embrapa, é de 20%, de 10 a 20%. Nós adotamos 8%, que é o valor da deriva técnica dos Estados Unidos e constatamos que, para todas as culturas, para todas as situações de aplicação aérea, para todos os produtos registrados – aqui, é para o imidacloprido –, deu risco alto. Portanto, nós tínhamos de tomar alguma atitude em relação a isso.

Agora, em relação ao impacto econômico da medida, que é a questão que mais está preocupando os nossos agricultores.

Eu gostaria de deixar claro que esses foram os fundamentos para a nossa tomada de medida e nós estamos abertos, o tempo todo, para revisão dessa tomada de medida, e estamos adotando as medidas que o Mapa nos solicita em relação a essa revisão.

Nós temos, hoje, em termos desses quatro produtos que são alvos da medida... Na verdade, três, só, são alvo da medida de proibição aérea, mas quatro estão sob reavaliação.

Os quatro que estão sob reavaliação perfazem, hoje, 10%, eu disse 10% dos inseticidas registrados no País para uso no combate de pragas. Dez por cento, hoje, porque, no ano passado, em 2010, melhor dizendo, eram 5%.

O que aconteceu que o consumo desses quatro produtos pulou de 5% para 10% em um ano? Por que nós estamos tendo um crescimento tão grande da venda desses produtos no Brasil? Por duas razões, basicamente: a primeira é porque houve, no Brasil, o banimento, por parte da Anvisa, de alguns produtos que são inseticidas e que também atuavam nesse combate a pragas aqui. A outra razão é por causa da proibição no resto do mundo.

Naturalmente, as empresas viram no Brasil um bom nicho de negócio para vender os seus produtos, uma vez que estavam perdendo mercado no resto do mundo. Essa é a razão pela qual nós temos essas curvas de crescimento dos produtos aqui.

Então, nós, como medida de prevenção também, precisamos adotar medidas que restrinjam o uso de produtos que estão sendo proibidos no mundo inteiro, em nome da preservação da nossa biodiversidade.

Aqui, é para rebater esse argumento da Aprosoja e do Instituto Mato-Grossense do Algodão de que não há alternativas de combate.

Essas são as pragas que nos foram solicitadas por esses dois institutos, em relação à necessidade de manter os produtos no mercado porque não haveria substitutos.

Então, aí, as pragas que foram comentadas aqui: a mosca-branca, a lagarta desfolhadora, o pulgão-do-algodão.

Para a lagarta desfolhadora, a que foi dada ênfase, aqui, tem 85 produtos registrados, no Brasil, para aplicação aérea, que não esses três que nós estamos restringindo. Oitenta e cinco produtos.

A questão do efeito, aí vem a questão da discussão agronômica, à qual estamos abertos. A legislação brasileira diz o seguinte: para um produto estar no mercado brasileiro, ele tem que ter eficiência agronômica. Se ele não tem eficiência agronômica, ele não deveria estar no mercado brasileiro. Isso é o que a lei diz. Então, nós estamos partindo do pressuposto de que, se está no mercado, ele tem eficiência agronômica. Se nos provarem que não tem, teremos que retirá-lo do mercado e, naturalmente, flexibilizar a nossa medida. Não há problema nenhum em relação a isso.

Na questão da soja é a mesma situação. Eu queria destacar que a grande crítica que nós recebemos em relação à soja foi a questão de as janelas de aplicação estarem vinculadas a uma questão sazonal: para o Centro-Oeste é uma questão; para o Norte é outra; para o Sul é outra. Isso veio dos agricultores ou da indústria química. Não veio de nós. Nós não fizemos essa proposta. Nós simplesmente recebemos a proposta e a aceitamos.

Aqui é uma declaração do ex-Deputado Federal Fabio Feldmann, que não é da Bancada de Apoio ao Governo, uma declaração muito interessante, que foi publicada nesta semana no seu *blog*. Ele defende a medida do Ibama. Ele diz que os próprios agricultores deveriam incluir na sua agenda a necessidade de manutenção a médio e longo prazo dos fatores de polinização. Ele diz que a proteção das abelhas e dos demais insetos polinizadores deveria ser um ponto de convergência entre agricultores, ambientalistas e comunidades científicas. E nós estamos plenamente de acordo com ele nesse sentido. Ele diz que o que estamos vendo é, ao contrário, um ataque inconsequente à iniciativa do Ibama, privilegiando, uma vez mais, uma visão de curtíssimo prazo. Não sou eu quem estou dizendo isso. Não é ninguém do Governo. É alguém de oposição que foi – vocês sabem disso – pessoalmente escolhido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para fazer a representação do Brasil na Rio+10. Ele é comprometido com as causas ambientalistas, mas não tem, absolutamente, nenhuma vinculação com o Governo e com a atual direção do Ibama.

Então, gostaria de agradecer. Fico à disposição para os esclarecimentos. Espero ter deixado mais claras as razões da medida, a base legal da medida e o fundamento das medidas que nós adotamos. Fico à disposição para esclarecimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Márcio Rosa.

Vamos ouvir, agora, porque tem uma sequência na sua explanação, o representante do Mapa, Dr. Luís Eduardo Rangel, Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins.

Com a palavra o Dr. Luís Eduardo.

O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Obrigado, Presidente.

Nós estamos aqui hoje tentando esclarecer, mais uma vez, todo esse procedimento. É até fácil para o Ministério da Agricultura fazer essa apresentação logo depois do Ibama, porque o primeiro fato que temos que observar aqui é que existem bastantes características técnicas nas apresentações do Ibama. E visamos esclarecer...

Fiz uma apresentação bastante curta, Presidente. Não quero me estender, porque acho que a apresentação do Ibama deu detalhes de como esse processo funcionou, mas nós estamos aqui discutindo basicamente dois pontos que acho que estão bastante sustentados: um é a questão das evidências que o Ibama colocou dos riscos que existem desses produtos para os polinizadores – isso está bem caracterizado pelo Ibama –; e, obviamente os riscos econômicos, o que a restrição da aplicação aérea desses produtos vai trazer para as duas culturas que talvez sejam os alicerces da agricultura brasileira, principalmente a soja e, no caso do algodão, principalmente para o Centro-Oeste. Então, nós temos duas evidências bem contundentes, tanto do lado dos produtores quanto do lado do Ibama.

E o que o Ministério da Agricultura vem apresentar para os senhores aqui? É mais ou menos a forma de negociação que o Ministério tentou fazer, desde julho até hoje, para lidar com essa situação de maneira equilibrada, ou seja, preservando a legitimidade do Ibama de fazer o seu trabalho, de tentar proteger o meio ambiente e os polinizadores, que são um aspecto realmente fundamental no processo até da própria agricultura, e também garantir os contratos, os processos todos que os agricultores têm que defender, porque, afinal de contas, os contratos desses produtos já foram adquiridos para a safra, principalmente de 2012-2013.

Então, a ideia desta minha apresentação é dar alguns posicionamentos com relação a isso. A ideia principal é mostrar para os senhores que, no levantamento que o Ministério da Agricultura fez... E vimos acompanhando esse processo desde a publicação do ato do Ibama em julho. Quer dizer, nós fizemos isso a várias mãos, nós fizemos o trabalho de tentar conso-

lidar as informações, inclusive dos produtores, com a Aprosoja, Fundecitrus, Abrapa, Unica, dos produtores de cana, de maneira bastante integrada, produzindo uma primeira nota técnica, que permitiu a primeira flexibilização dessa medida em outubro deste ano.

A primeira ideia que nos trouxe é tentar relacionar a medida ao impacto que isso tinha na questão da pulverização aérea. E essa tabela, que levantamos com a ajuda do Sindag, da aviação agrícola, mostra que as culturas, principalmente de soja e algodão, são aquelas que mais demandam a questão da aviação agrícola, são aquelas que utilizam essa ferramenta tecnológica, para poder, enfim, combater, manter a sua fitossanidade.

Então, isso é determinante para o processo, e, obviamente, por isso estamos fazendo todo esse trabalho, por isso estamos debatendo a questão da soja e do algodão.

Outra questão que acho que fica muito evidente – e é muito importante que isso seja debatido em fóruns como este – é a dos substitutos. Nós nos baseamos, obviamente, em dados que possuímos, em dados técnicos que possuímos, e o processo de registro, como diz o Dr. Márcio, é complexo. Então, há a Agricultura de um lado, o Meio Ambiente do outro, a Saúde do outro lado, e isso é propositadamente dessa forma, para garantir os olhares independentes do processo e, obviamente, para permitir o amplo debate, como estamos fazendo nesse processo de reavaliação.

Os dados que possuímos, hoje, na base de dados mais confiável do Governo com relação a produtos fitossanitários, dizem que possuímos alternativas eficientes. Mas as informações que estão sendo colocadas nesta mesa e que foram colocadas, na terça-feira, na Câmara dos Deputados obrigam o Ministério da Agricultura a fazer uma reavaliação severa, do ponto de vista agronômico, dessas substâncias, podendo chegar-se ao final da reavaliação ambiental, que é essa que está sendo conduzida pelo Ibama, também com restrições agronômicas aos chamados substitutos.

Que substitutos são esses, Presidente? Produtos realmente mais antigos e que, utilizados da maneira – vamos dizer assim – intensiva, como teriam de ser utilizados num processo de substituição desses produtos mais modernos, poderiam trazer até mais danos ao processo ou do meio ambiente ou da saúde dos agricultores. Então, o balanço do risco/benefício faz parte do trabalho que o Ministério da Agricultura, o Ministério da Saúde e o Ministério do Meio Ambiente têm feito no processo de reavaliação.

Eu costumo usar uma paródia nessa história toda: o processo de reavaliação, até hoje, no Governo foi caótico, e isso nos traz hoje a uma situação como esta, de um debate no Senado e, na terça-feira, de um debate na Câmara dos Deputados.

O que o Ibama tem mostrado aqui é, de fato, uma certa seriedade no processo, mostrando dados técnicos que levam a esse tipo de decisão. É óbvio que a decisão da restrição total e irrestrita da aplicação aérea levou à preocupação dos agricultores, e nós vamos flexibilizar. Vou mostrar, mais para frente, exatamente as ferramentas que temos discutido, para poder garantir a viabilidade da safra 2012-2013 e das safras subsequentes.

Mas eu queria lembrar aos senhores o seguinte: é importante e imperioso que pensemos no processo regulatório brasileiro de agrotóxico de maneira perene. O processo é caótico. É caótico não por causa dos técnicos que estão envolvidos no processo, mas pela forma de governança que se estabelece nisso.

E, Presidente, queria até saudá-lo, porque já estivemos nesta mesa discutindo isso e em outras oportunidades, quando discutimos o programa de monitoramento de resíduos. E foi uma constatação desta Casa. Então, o que precisamos, obviamente, é manter a seriedade no processo de avaliação que está sendo conduzido, perceber e aceitar de fato que existem argumentos técnicos envolvidos nisso.

Sabemos as nossas responsabilidades, principalmente o Ministério da Agricultura. Vamos manter viável a safra de soja e algodão nos próximos períodos. Não existe a possibilidade de isso não acontecer. Nós vamos manter viável, mas precisamos olhar para frente, de fato, numa visão de longo prazo.

O Ministério da Agricultura, o Ministério da Saúde e o Ministério do Meio Ambiente vão se portar, se depender dos técnicos que hoje estão envolvidos nesse processo, como um Estado, como um governo único, não como agências que mantêm conflitos com relação a esse processo.

Então, esse procedimento que aconteceu na reavaliação visa exatamente a isso. Então, queria ressaltar esse ponto. Existe, sim, legitimidade do Ministério do Meio Ambiente para poder fazê-lo; as tomadas de medidas mitigatórias são obrigação da legislação desses órgãos; a avaliação dos impactos econômicos de medidas de curto prazo e de medidas de longo prazo faz parte das missões do Ministério da Agricultura, e nós nunca nos furtamos a fazê-las, organizando os posicionamentos dos agricultores, inclusive, para poder colocar isso. E o Dr. Márcio colocou na ordem cronológica os acontecimentos, esses fatos.

Realmente, cometemos equívocos. No processo, por exemplo, do calendário da soja, houve equívocos, e nós vamos reformá-los, para poder garantir a

fitossanidade das culturas da soja, como vou mostrar mais adiante.

O gerenciamento dessas medidas mitigatórias precisa ser feito não só para a safra 2012-2013, como também para as safras subsequentes, porque, como disse o Dr. Márcio, a gente não tem noção ainda de como vai ser o processo de conclusão da reavaliação.

Eu queria também lembrar ao Plenário e ao Presidente o seguinte: sempre o Governo, os Senadores, o Congresso pediram para que nós nos alinhássemos, para que fôssemos referências internacionais. Estamos sendo referências internacionais. O Brasil não está a reboque dos outros países do mundo. Pelo contrário, ele é parte do processo decisório do resto do mundo, e o Ministério da Agricultura se comprometeu com o Ibama e com os produtores de, no primeiro semestre de 2013, conduzir vários seminários. Nós não vamos fazer um seminário. Pretendemos fazer, inclusive, seminários internacionais trazendo autoridades internacionais para debater o assunto sob a ótica da agricultura tropical. Isso é fundamental para o processo.

Então, só para concluir, queria dizer que existem, sim, os substitutos. Na visão do Ministério da Agricultura e pelos dados que temos, esses substitutos que existem são mais baratos do que os substitutos que aí estão. Reconheço que os produtos que estão sob reavaliação são muito mais eficientes e tecnológicos do que aqueles substitutos. Reconheço isso. Mas não tínhamos a percepção que foi colocada tão contundentemente de que eles são ineficientes. E isso gerará um processo de reavaliação severa do Ministério da Agricultura.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só uma pergunta: você está dizendo que aquele organofosforado ali vai causar menos mal?

O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Não, não sou eu quem estou dizendo isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Essa é a alternativa?

O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Sim. Os organofosforados, Senador, do ponto de vista...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Organofosforados, até onde eu sei, levam à conjuntivite, dermatite, A um monte de... Esses, sim, são altamente nocivos. Se essa é a alternativa, digo que a alternativa é muito pior.

O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Do ponto de vista toxicológico, o senhor tem razão. Como médico, o senhor sabe bem disso. Mas do ponto de vista ambiental, como eles têm um período residual muito menor, a reinfestação de inimigos naturais acaba acontecendo de uma maneira maior.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Organoclorado, organofosforado, o tempo que leva para degradar é muito maior, até porque a vida média desses produtos é muito maior. Outra coisa: pode ser que tenham afetado a abelha, mas isso faz mal para a pessoa humana.

O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Isso. E isso me lembra, Senador, um paradoxo regulatório que vivemos em um passado recente. Com a reavaliação do Endosulfan e do Metamidofós, que o senhor acompanhou de perto, tivemos uma retirada, por motivos toxicológicos, desses dois produtos do mercado. Em 2008, questionaram ao Ministério da Agricultura qual era o substituto do Endosulfan e do Metamidofós, um organofosforado e um clorociclodieno, que era da antiga família do organoclorado. Eu disse claramente naquela época: são os neonicotinoides. E hoje, em 2012, estamos sendo questionados de novo: quais são os substitutos dos neonicotinoides? Eu digo: o Endosulfan e o Metamidofós.

Então, essa é uma paródia só para lembrar aos senhores que esse é um complexo processo de estabelecer riscos e benefícios no processo regulatório. É necessário, de fato, que o Governo se porte como governo, como único governo. Infelizmente, estamos vivendo hoje um processo muito mais técnico de reavaliação, como está sendo mostrado, mas não foi assim até o passado recente. Por isso, estamos vivendo esta crise de substitutos que temos visto.

Lembro, é óbvio, que temos riscos até mais iminentes dos organofosforados, e isso vai ser levado em consideração na hora de concluir a Reavaliação desses produtos, porque, como disse o Ibama, a Comissão de reavaliação é composta pelos três Ministérios. Se entendermos, como Estado brasileiro, que o risco será maior à saúde do que o risco que eventualmente teremos às abelhas, manteremos os produtos sem problema nenhum.

Só para ilustrar para os senhores, avançamos bastante. Publicamos um ato em outubro, que, do ponto de vista da soja, não foi suficiente. Reformaremos o ato em breve, na próxima publicação, e incluiremos a cultura do algodão dentro do processo de exceção das aplicações, para que a safra de algodão 2012/2013 seja garantida, sem maiores contratempos para os agricultores e também para os sojicultores. Esse processo está sendo garantido. O Ibama tem recebido frequentemente essas demandas do Ministério da Agricultura, temos debatido esse assunto de maneira bastante intensa. Isso será resolvido nos próximos dias, sem sombra de dúvidas.

Era isso, obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Rangel, pela sua colocação e pela sua presença, mais uma vez, aqui conosco.

Colocando claramente, não estamos discutindo a seriedade do Ibama com relação ao seu trabalho. Em momento algum foi colocada alguma coisa nesse sentido. Todos entendemos que o trabalho do Ibama é importante e realmente tem seriedade. Da mesma forma, entendemos que são legítimas as ações que foram propostas pelo Governo; talvez não sejam adequadas, mas legítimas elas são. Isso também não está sendo discutida aqui.

Antes de passar a palavra aos nossos debatedores, quero perguntar ao Rangel: dá para ser revista essa medida, para que possamos continuar essa avaliação e não trazer prejuízo de imediato para a produção de algodão brasileira?

O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL – Sim, essa medida já foi revista, está em fase final de alinhamento do último texto a ser publicado. Nós estamos em negociação, tanto a Secretaria-Executiva do Ministério quanto a Presidência do Ibama, e esperamos poder publicá-la no início da semana que vem. Então, nós garantiremos a segurança dos contratos e as previsões de aplicação para a safra 2012/2013 sem sombra de dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A safra 2012/2013 está... A de 2012 já está findando; a de 2013 está garantida sem problema, Dr. Rangel?

O SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL – É, a nossa preocupação, Presidente, é de fato garantir... A preocupação principal do Governo é garantir que o processo de reavaliação tenha um curso natural, técnico, e seja concluído ao final sem sobressaltos e sem crises como esta que estamos atravessando. Então, a nossa medida é para garantir que os agricultores possam honrar os seus compromissos, possam fazer a fitossanidade, e que o processo de avaliação seja concluído. Então, não se restringe à safra 2012/2013 na nossa intenção, nós queremos estender isso até que nós possamos ter uma definição final do processo de reavaliação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, só lembrando que nós debatemos aqui, junto com os demais Senadores, a questão da agricultura brasileira, mas sempre com responsabilidade ambiental. Nós queremos um Brasil produzindo e conservando, tendo essa preocupação. Sempre, em todos os debates que fizemos aqui, foi neste sentido: que o Brasil continue a crescer e continue a produzir com responsabilidade ambiental. Disso nós nunca abrimos mão, todos os Senadores e Senadoras que participam da Comissão de Agricultura têm esse pensamento e nós agimos e atuamos dessa forma.

Passo a palavra agora ao Dr. Alexandre José Cattelan, que é o Chefe-Geral da Embrapa Soja. Muito obrigado por sua presença, Alexandre.

O SR. ALEXANDRE JOSÉ CATTELAN – Eu é que agradeço, Senador Acir Gurgacz, Presidente desta Comissão, pelo convite e pela oportunidade.

Eu vou tentar ser bastante breve. A apresentação foi preparada para um pouco mais de tempo, mas, para não tirar o tempo do debate, eu vou tentar ser breve.

Eu gostaria de deixar bem claro aqui que nós não estamos questionando todo o embasamento do Ibama. As abelhas, como todos sabem, são insetos e, dentre os insetos, são bastante sensíveis a agrotóxicos de maneira geral. Aqui nós estamos tratando de inseticidas, que são produtos formulados justamente para controlar insetos. Eu não vou entrar nessa questão da mortalidade aqui, neste início, porque isso já foi colocado, vou falar dos produtos.

A maioria dos produtos que existia – eu vou me referir mais à soja neste caso – já foi proibida; do grupo dos organofosforados, vários produtos – o Metamidofós já foi aqui lembrado, e o Endosulfan, que eram dois produtos amplamente utilizados. Nós temos o acefato, que seria uma alternativa, mas ele vai ser descontinuado em 2013, e algumas outras moléculas que, infelizmente, não têm eficiência agronômica. Então, com base em tudo isso, conforme o Dr. Márcio Freitas e o Dr. Rangel já colocaram, foi feito primeiramente esse comunicado do Ibama e, depois, esse comunicado conjunto.

Eu só queria ressaltar aqui, porque é importante para o raciocínio, que, segundo o comunicado do Ibama, as empresas têm de informar nas embalagens que o produto é tóxico para as abelhas, que a aplicação aérea não é permitida. Além disso, que não se aplica esse produto em época de floração nem imediatamente antes do florescimento. Eu só queria ressaltar esse ponto, a questão do florescimento, porque não é só para o algodão, é importante para a soja também, como nós vamos mostrar.

O Dr. Rangel já entrou nessa questão dos períodos que foram determinados para a aplicação em soja no comunicado conjunto e é claro que aqui melhorou, uma vez que antes estava proibido e aqui já pode ter uma aplicação para a produção de grãos e duas para a produção de sementes, mas calendariza em função da região. Nós vamos mostrar rapidamente por que isso não é totalmente adequado.

Algumas considerações sobre as abelhas no Brasil – falo aqui mais da *Apis mellifera.* É claro que existem, como o Dr. Márcio Freitas colocou, várias espécies, mas a abelha que normalmente considera-

mos, no Brasil, é africanizada. Então, ela é bastante diferente da abelha europeia – vamos chamar assim –, desses estudos que foram feitos para a Europa e para a América do Norte; não sabemos se ela reage de forma diferente ou não, porque, infelizmente, há poucos estudos no Brasil sobre o assunto.

Aqui é um estudo da Universidade Federal da Paraíba no Nordeste brasileiro realizado especificamente para a soja. Aqui dois tipos de soja.

Aqui, dois tipos de soja em que nós vemos, no decorrer do dia, a produção de néctar. Então nós percebemos que de manhã, ou seja, cedo do dia, a soja produz mais néctar e no final da manhã, praticamente, essa produção cessa.

Aqui é a visitação das abelhas durante o dia, também, na soja. Então a gente percebe que essa visitação ocorre pela manhã e praticamente após o meio-dia não há visitação das abelhas à soja.

Isso é importante porque, como o Ibama e o Ministério já se colocaram à disposição para rever essa medida, tentando adequá-la, é claro que aqui nós temos que compatibilizar a questão ambiental com a questão produtiva. Por isso é que estamos levantando alguns pontos.

Essas informações já foram repassadas para o Ministério – não é Rangel? –, até a pedido do próprio Ministério. Mas apenas estamos colocando isso aqui para tentar esclarecer, colaborar um pouquinho com o assunto.

Já foi colocado que a soja é uma planta autógama. O que isso significa? Que as flores fazem autofecundação. Quando a flor da soja se abre, ela já está fecundada. Por isso, ela tem uma vida muito curta, ou seja, ela logo se fecha, logo murcha, para se transformar em legume.

Menos de 2% das flores da soja têm polinização cruzada. E ela é considerada uma cultura pouco visitada pelas abelhas. Há vários estudos que mostram que quando a polinização ocorre por abelhas aumenta a produtividade da soja. Isto também é verdade.

No caso da soja, as três pragas principais são três tipos de percevejos, que são controlados por esses produtos.

Alguns números, rapidamente: 27% do controle de percevejos em soja no Brasil é efetuado por aplicação aérea, principalmente no Centro-Oeste. O não controle desses percevejos implica uma redução média – sempre é importante ressaltar o "média" aqui – na produtividade da soja e pode reduzir drasticamente a qualidade da semente, principalmente a germinação e o vigor, que prejudicaria mais a safra seguinte. Lembrando então que a área de produção de soja nesta safra está estimada em torno de 28 milhões de hectares, com uma produção esperada em torno de 83 milhões de toneladas.

Esses neonicotinoides, que são três produtos, mais o fipronil – o fipronil já foi retirado de aplicação aérea, como já foi colocado, só para lembrar –, são oriundos da nicotina, que é uma substância produzida naturalmente pelo fumo, com molécula, evidentemente, já um pouco alterada.

Aqui falamos da diversidade regional no cultivo da soja. Como todos sabem, nós vivemos num país continental, temos diferentes situações edafoclimáticas, microclimas. E quero só lembrar que, acima da Linha do equador – às vezes nós acabamos nos esquecendo disso –, nós já estamos no hemisfério norte. Nós temos ali Roraima e Amapá, principalmente, que produzem soja, não muito, mas produzem, no hemisfério norte. Então eles cultivam soja nos meses em que, no hemisfério sul, seria inverno para nós. Nos meses de inverno é quando eles produzem soja, e essa é uma das razões – não vou entrar em todos os detalhes – por que a calendarização não é muito eficiente.

Aqui é a questão da floração em soja a que me referi no início. Nós temos dois tipos de soja, basicamente. A soja de hábito de crescimento determinado é aquela em que o período de florescimento é bem definido. A soja floresceu, começa a produzir legumes, que a gente chama de estádio R3. A partir daí, não há mais floração, então não há problema de aplicação.

Mas, na soja de hábito de crescimento indeterminado, o período de floração pode se estender até o início da maturação, ou seja, ao longo do ciclo. E hoje a maior parte da soja cultivada no Brasil é de hábito indeterminado. Então nós precisamos definir aqui o que chamamos de um período de floração legal, que nós estamos aqui propondo que seja até esse estádio R3, que é quando começa a formação de legumes. A partir daí, é quando se faz realmente necessária a aplicação desses produtos.

Então, só para finalizar, muito rapidamente – depois estaremos abertos ao debate, se for o caso –, se por um lado é importante minimizar os impactos do controle de pragas sobre as abelhas, por outro lado o produtor necessita alternativas viáveis para o controle das pragas, especialmente de percevejos, no período de maior prejuízo desses insetos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Alexandre.

Vamos seguir, rapidamente, porque temos uma reunião às 10h30min, na Casa Civil, para continuar a debater esse assunto.

Passo a palavra ao Prof. Paulo Eduardo Degrande, que é professor da Universidade Federal de Dourados, Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado pela sua presença, Professor.

O SR. PAULO EDUARDO DEGRANDE – Eu agradeço. Muito bom dia a todos.

Eu quero cumprimentar o nobre Presidente, em nome de todos, e dizer que, ouvindo, agora, os discursos, as apresentações, eu não sou tão hábil quanto muitos falam aqui, pois cientistas, como vocês bem sabem, trabalham com resultados. Nossos níveis de confiança são de 95 a 99% de probabilidade, então, muitas vezes, eu não tenho a habilidade de juntar duas, três palavras ou um discurso para justificar algum ponto que não esteja provado cientificamente.

Por exemplo, dizer que um colapso é mundial, e, quando fala, mostra, apresenta apenas a informação de que ele é restrito ao hemisfério norte, que há evidências de que possa ocorrer no Brasil, sem provas científicas de que possa ocorrer no Brasil; que as abelhas, no Brasil, têm importância na polinização e, quando nós vamos à realidade do Cerrado, em algodão e soja, elas não têm importância na polinização, são relevadas pelos produtores e pela produtividade de soja e de algodão no Cerrado.

Desculpem-me. Eu serei enfático, apresentarei uma série de informações, que estão à disposição se alguém tiver interesse. É a minha forma de trabalhar e pretendo jamais contrariar as opiniões.

Reconheço o trabalho do Ministério da Agricultura, do Ibama, no seu papel junto com a Anvisa, na parte de avaliação de produtos, e também entendo que esta reunião, o ponto central dela é – pelo que entendi, por isso me preparei – a proibição das aplicações aéreas e o tema é soja e algodão. Então, é a esse tema que ficarei restrito.

Não estou aqui, entendo que não estamos aqui para discutir processo de registro, processo de renovação de produto, prazos, questões normativas, porque acho que isso é motivo de outra reunião, de uma outra câmara, no meu ponto de vista.

Também entendo que há uma contestação, até, ao que foi feito, daí a razão da existência desta audiência. Então, nós temos uma contestação.

Também entendo que quando foi falado que não são dados europeus e mostrou-se o eslaide com dados da Eslovênia, da França, da Alemanha e da Itália.

Então, dessa maneira, eu vou tentar conduzir a minha fala, aqui, de uma maneira um pouco mais independente e estou à disposição para qualquer esclarecimento. É uma satisfação estar aqui.

Muito obrigado.

Talvez a minha vivência na Alemanha, quando estudei lá, tenha me dado essa característica de um certo racionalismo alemão, de ser mais racional, mais direto, com uma forma de trabalhar que, às vezes, não é muito política. Peço desculpas.

Eu queria apresentar, rapidamente, algumas imagens do Cerrado brasileiro e de outras regiões de produção de algodão e soja no Brasil, porque acho que uma viagem através de imagens nos faz refletir. É sempre bom viajar, encontrar-se com alguns países que têm problemas com abelhas.

Eu queria discutir, então, essa questão dos ecossistemas, a questão dos inseticidas e a questão das abelhas.

Como vocês bem sabem, inseticidas matam insetos. Obviamente, matarão abelhas, a maioria deles. São raros os casos de produtos extremamente seletivos. É nosso dever adotar o uso desses produtos com o menor risco possível. É nosso dever termos fatores de risco, ações que minimizem risco. É dever das agências de regulação orientar para a minimização desses riscos e, nesse aspecto, o Brasil tem bastante a evoluir.

Esta é uma vista da produção de soja, milheto e algodão no Cerrado. A presença de colmeias é praticamente mínima nessa região.

Então, a imagem do Mato Grosso.

Nós temos, aqui, uma imagem do Tocantins.

Então, são sistema de produção em larga escala, onde a interação de agricultura com apicultura é mínima.

Aqui, uma situação no Maranhão, no sul do Maranhão.

Aqui, uma situação do oeste da Bahia, com pivôs, milho, algodão, soja, milheto, também onde a interação com a apicultura é bastante reduzida.

Esta aqui é uma situação em Goiás, próximo a Brasília, uma condição típica de verão tropical, muita chuva, solos muito úmidos, em que as máquinas agrícolas têm dificuldade de entrar na área para aplicar e os aviões são muito importantes para controlar pragas.

Essa é uma situação de produção de algodão em algumas regiões do Brasil. Por exemplo, no Nordeste brasileiro, veja a diferença que há no ecossistema: produtores com apiários, policultivos, algodão em várias fases. É claro que as abelhas e a própria produção de mel são relevantes para esse sistema de produção familiar.

Aqui é outra situação, onde há presença de água, presença de animais, presença de um ecossistema bastante diverso. E é claro que as aplicações de pesticidas em algodão – praticamente não se cultiva soja nessas regiões – impactam muito e diretamente nas abelhas.

Essa é outra situação, em que temos o uso intensivo de mão de obra e ainda o uso de animais para o

cultivo, que é outra realidade, uma diversidade vegetal bastante grande, com muita presença de abelhas nativas e abelhas melíferas comerciais.

Isso aqui é outra área no meu Estado, onde trabalho, também de características bastante similares, em áreas de assentamento de agricultura familiar, de produtores que têm apiários, têm colmeias. Eles nem chamam de colmeias, mas de caixas de abelha. Então, é um sistema de produção bastante peculiar.

Aqui é outra situação, onde há a presença do homem. A aplicação aérea não é feita até por razões de natureza toxicológica, e prática e financeira.

Isso aqui é uma situação na Europa, também um sistema de policultivo. As aplicações aéreas são muito pequenas. Esse eslaide é da Alemanha, onde o agricultor faz as aplicações. O agricultor vai lá diariamente, faz suas pequenas colheitas, leva para a feira de frutas. Isso aqui é praticamente cidade-agricultura integrada. É uma realidade bastante diferente da nossa. Quando falo nossa, eu falo soja e algodão.

Essa é outra situação que também temos na Europa. Isso é na Itália, cultivo de cereais na Itália, onde há cidades próximas, áreas menores. Obviamente é uma realidade bastante diferente.

Eu estou apresentando isso porque essa viagem nos faz refletir, refletir sobre em que ecossistema estamos tratando abelha, inseticidas e controle de pragas.

Essa é uma situação onde há interação de várias culturas, hotéis de turismo, pessoas fazendo lazer e, claro, abelhas, inseticidas com uso restrito, com uso autorizado. É outra realidade. Essa é outra situação também na Europa. Então, só para fazermos essa pequena viagem.

Isso é na Austrália, produção de algodão na Austrália, no deserto irrigado. É outra situação, até relativamente similar com a nossa, porque ela é pouco variada quanto à diversidade.

Isso aqui também é na Austrália, outra situação, onde eles fazem muito uso da aplicação aérea para controlar pragas em algodão. Eles praticamente não cultivam soja.

Isso aqui é na Califórnia, nos Estados Unidos, produção de amêndoas. Eles também fazem aplicações aéreas e estão tendo alguns problemas com a desordem das colônias lá.

Muito bem. Então, com relação à minha fala, no Brasil, o risco de mortandade de abelhas em larga escala e a restrição das aplicações aéreas dos ingredientes ativos imidacloprido, tiametoxam, clotianidina e fipronil, especialmente os dois primeiros, nas culturas da soja e algodão, não procedem, em função da inexpressividade desses polinizadores no sistema de produção nacional de soja e algodão, especialmente no Cerrado. Clotianidina e fipronil não são pulverizados praticamente; são colocados no solo, enterrados com a semente ou na forma de granulados.

São raríssimos os casos de integração de agricultura – no caso, soja e algodão – com apicultura e, nesses casos excepcionais, como na agricultura familiar, que não faz uso de aeronaves para o combate de pragas, os cuidados contra a seletividade cabem ao apicultor, quando esse estabelece um contrato com o agricultor, que fornece a lavoura para as suas colmeias ou mesmo na condução do seu negócio próprio.

Não justifica, assim, uma medida generalizada e de amplitude nacional se apenas há mínimo risco associado à parcela ínfima de produtores brasileiros, que fazem acordos de intercâmbio de colônias de abelhas, se é que negociações como essa ocorrem de fato. Semelhantemente, para abelhas silvestres não há evidências científicas dos efeitos deletérios capazes de justificar o banimento de agroquímicos pulverizados via aérea, de súbito, no Brasil, o que não dispensa, obviamente, futuros trabalhos metodológicos bem delineados, para o acompanhamento dos efeitos tóxicos dos agrotóxicos registrados sobre esses organismos, com honestidade intelectual e com ética científica.

As derivas das aplicações aéreas não podem ser consideradas de maior intensidade que aquelas terrestres, quando bem executadas, em ambas, não cabendo, portanto, diferenciação entre os modelos de uso entre essas tecnologias, desde que feitas sob parâmetros técnicos e de responsabilidade. Estatísticas que mostram que há problemas de aplicação aérea mostram que as aplicações aéreas precisam ser corrigidas, porque estão com problemas.

Além do mais, nos sistemas de produção tecnificados de soja e algodão que usam aeronaves, as aplicações são sempre baseadas em decisões oriundas de amostragem de insetos, ácaros e inimigos naturais – como preconiza o manejo integrado de pragas –, registrados em planilhas de campo, com aplicações feitas por pessoal especializado, conhecedor dos limites de umidade, temperatura, vento, para otimização de segurança dos tratamentos fitossanitários aéreos e terrestres em soja e algodão.

Serviços oficiais de fiscalização em campo podem colaborar para a conscientização da boa prática agrícola ou o controle de más condutas. Essa é a função dos agentes de fiscalização. Da mesma forma, a adesão de produtores a programas de certificação de boas práticas agrícolas tem trazido uma espécie de melhoria na autorregulação em anos recentes.

Algodoeiro e soja são plantas autógamas, portanto praticamente dispensam presença de polinizadores, para alcançarem índices de produtividade economica-

mente adequados. Obviamente, se o experimento de soja for conduzido numa situação de agricultura familiar, haverá muitas abelhas visitando essa soja. São áreas muito pequenas no contexto de uma grande biodiversidade, mas, no contexto do Cerrado, a presença de abelhas, como dito, é bem menor, sob o ponto de vista econômico.

Esse segmento de produção agrícola não percebe as abelhas como capazes de incrementar ou de trazer benefícios adicionais à sustentação de seus negócios, tanto que não as utilizam, nem o planejam no curto prazo. Em exceções a essa regra, são feitos acordos privados entre partes, em que são adotadas técnicas e produtos seletivos aos produtores.

As estatísticas de produção de mel, cera, geleia real, própolis e demais subprodutos da apicultura, nos últimos anos, no Brasil, mostram um vigoroso crescimento do setor apícola nacional, mesmo com o uso e a adoção crescente desses ingredientes ativos, visando a controlar racionalmente pragas, fato que, da mesma forma que demonstraria a existência, demonstra a inexistência de efeito deletério aos apiários brasileiros de modo generalizado, diferentemente daquele que vem ocorrendo em países do hemisfério norte, identificado apenas como uma misteriosa doença das abelhas melíferas, conhecidas como DCC – Desordem do Colapso das Colmeias, sem causa conhecida devidamente identificada.

Daqui a pouco, falo exatamente do que se trata isso.

A apicultura brasileira vem crescendo e ampliando sua participação no mercado internacional. Hoje o Brasil é o quinto maior exportador de mel do mundo.

E desconheço, aqui, nesta sala, quem queira destruir o meio ambiente, quem queira matar abelha; desconheço qualquer produtor brasileiro, qualquer cientista brasileiro, qualquer estudante brasileiro que queiram matar abelha. Se estiver ocorrendo um problema, tenho certeza de que estaremos todos unidos para preservar as abelhas, para conservá-las, sem dúvida.

Nas grandes áreas de cultivo do algodão e soja do Brasil raramente são encontradas abelhas melíferas – ou não o são , como as silvestres, visitando os campos. Já nas pequenas áreas de cultivo, não são feitas aplicações aéreas com produtos fitossanitários. Essas ausências de abelhas nas lavouras manifestam-se também em lavouras geneticamente modificadas, que, por benefício, receberiam menor número de aplicações.

Os produtos não nicotinoides são essenciais nos sistemas de produção de algodão e soja. Fipronil e fenil pirazol, são usados no solo, enterrados.Recentemente, a saída brusca do mercado de agrotóxicos eficazes para pragas importantes, como Endosulfan, Metamidofós, entre outros, fez com que imidacloprido, tiametoxam, clotianidina e fipronil, alternativas substitutas, importantíssimas para sustentabilidade da cadeia produtiva de soja e algodão, assumissem papel de importância.

Aqui quero chamar atenção de que os produtos que existem para percevejos, cujo ovo do neonicotinoide é o maior ali apresentado, são usados no campo, sim. São eficientes, talvez não tão eficientes, e precisam ser alternados ou usados em rotação de modo de ação para o manejo da resistência. Então, não há nenhuma negativa com relação àquelas moléculas já registradas. Elas têm efetividade, mas não são produtos muito usados, por razões econômicas, preferência pessoal, hábito de uso, enfim, são produtos que estão bem listados, os que foram apresentados nos eslaides que me antecederam.

As aplicações aéreas são essenciais para viabilizar o controle de pragas de modo urgente, quando essas se aproximam do nível de dano econômico. Em áreas de cultivo menores, talvez isso não ocorra, não seja necessário, creio que não ocorra; mas em áreas de cultivo maiores, especialmente em temporada de chuva, quando os tratores atolam, os aviões são imprescindíveis.

Em países civilizados, a retirada de produtos antigos, com restrição de uso, sempre é feita de modo gradual e avisada para impactar o mínimo possível nos negócios, mas sem colocar em risco o ambiente e a saúde das pessoas.

O caso mais exemplar são os lançamentos de substitutos de organofosforados nos Estados Unidos, os chamados OP Replacements, para substituir gradualmente os organofosforados, mais tóxicos. Inclusive, lá, os neonicotinoides desempenham um papel importantíssimo no controle de pragas, antes feitos por organofosforados. E a substituição é gradual e avisada.

De outro lado, existe atualmente uma discussão internacional intensa sobre o impacto de neonicotinoides nas populações de abelhas polinizadoras. Porém, sem qualquer resultado conclusivo. Há muito mais uma abordagem especulativa desses riscos em larga escala no momento, a ponto de o tema se apresentar sob forma de consulta na Agência de Proteção Ambiental do governo americano (EPA).

Agora em setembro, foi realizado um seminário, em Arlington, na Virginia, sobre esse tema. Tenho a documentação aqui. Creio que o tempo não me permitirá apresentar as conclusões, mas, de uma maneira rápida, eu gostaria de dizer que pesquisas precisarão ser feitas.

Estou terminando. As pragas controladas por esses inseticidas são muito prejudiciais às culturas e não existem produtos substitutos imediatos a ele, es-

pecialmente quando se pensa em rotação de modos de ação de produtos, visando a minimizar o risco de resistência. Produtos de baixo custo, especialmente quando se considera a necessidade, como disse, para manejo da resistência.

Em soja, os percevejos são capazes de causar perdas de 30% na produção, se não controlados, além de afetarem a qualidade do grão, das sementes, provocar a soja louca, em que a planta não produz, há retenção foliar e haste verde.

Na cultura do algodão, os percevejos invadem algodoais por ocasião da colheita da soja. Talvez por isso também estejamos aumentando o uso de neonicotinoides em algodão. É um fenômeno novo no Cerrado o percevejo de soja se movimentando para o algodão, assumindo uma importância relativa na cultura do algodão os percevejos da soja. Eles não estão listados como pragas de algodão nos manuais de entomologia no Brasil, mas hoje são problemas no algodão.

Opositivamente à restrição dos neonicotinoides pulverizados via área em algodão, o que talvez seja preciso é a extensão de uso para pulverizar, para controlar percevejo em algodão.

Ainda na cultura do algodão, os neonicotinoides desempenham papel fundamental no controle do pulgão, do tripes, da mosca branca e do bicudo, quando associada a piretroides.

Face o exposto, nessas culturas, as aplicações aéreas são corriqueiras e necessárias no Brasil, principalmente na fase de florescimento das culturas ou pós-florescimento, por otimizar e ter um rendimento operacional favorável ao sistema de produção nacional.

A restrição de uso de aplicações aéreas com neonicotinoides especialmente prejudica o País, afeta negócios, oportunidades de emprego, trabalho, o superávit na balança comercial e regiões produtoras sem beneficiar o meio ambiente, no caso as abelhas, de modo notável, em soja e algodão. Além do mais, se faz necessário analisar novas moléculas para aumentar as possibilidades de escolha por parte dos produtores e de seus responsáveis técnicos nas fazendas.

Finalizando, gostaria de fazer uma breve apresentação das suspeitas do que vem causando a DCC no hemisfério norte. No Brasil, existem alguns casos de mortandade de abelhas, mas ainda não se sabe se foram meros acidentes. Nós temos que separar o que é acidente do que é colapso de colmeias. Acidente é caso de polícia; problema crônico em colmeias, que não são as mesmas que nós temos no Brasil, é preciso investigar e chegar a conclusões científicas.

Há suspeitas de que a saúde das colmeias esteja sendo debilitada por doenças, como viroses, parasitas, desorientação do voo por poluição, especialmente poeira nos desertos – quando sacodem as árvores para colher, a poeira fica suspensa no ar, é como se abelha tivesse de voar debaixo de uma chuva de granizo, e isso traz muitos problemas para a colmeia. Cito também o excessivo uso de melhoramentos genéticos da espécie que foi feito no hemisfério norte; a falta de qualidade alimentar no ambiente; e especialmente – essa é uma das grandes suspeitas – o estresse causado pela manipulação e transporte da colmeia.

Quem conhece a produção de mel no hemisfério norte, feita em larga escala, deve saber que as colmeias são colocadas num caminhão à noite, viajam a noite inteira para outra região, são estabelecidas numa outra cultura; aberta a porta da colméia, as abelhas saem para polinizar. Depois de fazerem a polinização naquele período, voltam para a outra região. Realmente, é uma exploração da abelha pelo homem essa maneira pela qual se faz o manejo de muitas colmeias no hemisfério norte.

A perda de suas defesas está ocorrendo, assim como o superadensamento das colmeias na polinização comercial – e elas competem entre si. Há o uso de pesticidas também; há suspeitas, obviamente, como já relatado aqui. De qualquer forma, é importante separar a mortandade causada por acidentes daquelas causados por colapso.

Bom, quero agradecer mais uma vez. Tentei ser sucinto, breve e colocar de maneira clara o que penso a respeito.

Muito obrigado. Estou à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Professor.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senador.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT) – Eu queria fazer uso da palavra rapidamente, porque eu tenho que votar na Comissão de Relações Exteriores e, às 10h30min, nós já temos audiência na Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Cidinho, antes de passar a palavra aos Senadores, eu tenho aqui um contraponto do Márcio.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Acho que é melhor ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Você pode aguardar, Márcio?

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Então, vamos ouvir o Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

Nós temos que respeitar, primeiramente, todas as pessoas que estão na Mesa, como respeitamos a opinião do Dr. Márcio, do Dr. Rangel e também do Dr. Paulo Eduardo Degrande mesmo entendendo que o Dr. Márcio tenha debochado da fala do Dr. Paulo Eduardo Degrande. Acho que temos que respeitar as pessoas que aqui estão; cada um tem seu ponto de vista, e acredito que nós temos que tratar todas as pessoas de igual forma, respeitando as pessoas que estão aí na frente.

Mas, só para contemporizar, eu queria dizer que, na verdade, esse tema é bastante complexo. Nós temos que pensar que o maior é o que temos no Brasil: uma vocação agrícola, uma vocação para a produção. Temos que trabalhar em cima disso, porque é essa vocação agrícola nossa, essa produção nossa que tem feito com que o Brasil venha tendo superávits na balança comercial nos últimos anos e que tem permitido que o Brasil possa honrar seus compromissos internacionais e até as folhas de pagamento dos órgãos do Governo Federal – se não fosse a produção agrícola, talvez o Governo não conseguisse honrar os compromissos que tem.

Então, primeiramente, nós temos que esfriar a cabeça. Essa questão do algodão... O Dr. Rangel falou que, para a safra de 2013 está garantida, mas os contratos são feitos com quatro ou cinco anos, as pessoas já estão trabalhando aqui contratos para 2014, 2015. Se não houver um norte, o que vai acontecer? Esses contratos não vão acontecer também. Então, nós temos que encontrar uma solução definitiva para que todo ano não tenhamos que sentar aqui para discutir essas mesmas questões, nós temos realmente que achar uma solução que seja definitiva para dar segurança aos nossos produtores rurais.

Era só isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Cidinho.

Então, vamos ouvir o contraponto do Dr. Márcio Freitas.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS – Na verdade, eu quero pedir desculpas aqui publicamente se há uma interpretação de que houve deboche. De forma alguma! Não é essa a minha intenção.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco/PR – MT) – Mas o senhor ficou visivelmente contrariado, gesticulando, fazendo assim. Como é que não?

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS – Desculpem se me expresso. Eu sou latino, tenho uma expressão corporal. Mas eu gostaria de explicá-la.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS – Não, não é encenação. Desculpe, não é encenação, posso lhe garantir. Pode ser um defeito meu, de sangue latino, de que me expresso corporalmente em relação às sensações. Mas eu vou tentar explicar as razões dos meus movimentos corporais.

Primeiro que o Professor reforçou todas as nossas teses, é só isso. Basicamente é isso. Porque quando nós temos a monocultura é que nós temos visitação de abelhas nativas nas culturas. É o contrário do que ele afirmou. A conclusão é que está errada, a afirmação inicial está correta. Quer dizer, de fato, quando temos largas extensões de plantação, não temos apicultura. Mas as abelhas nativas não têm alternativa a não ser buscar as únicas flores que há na região, que são do algodão e da soja. E nós temos estudos comprovando isso. Os estudos que apresentei aqui de espécie de abelha nativa coletada – eu mostrei o estudo da Embrapa – foram feitos no Cerrado, na soja do Cerrado.

A segunda questão que eu queria colocar é para esclarecer, porque a discussão toda ganha um caráter emocional, que foge da questão racional. Em nenhum momento nós banimos produtos. Nós não proibimos terminantemente a aplicação aérea. Nós simplesmente restringimos a aplicação aérea de três produtos durante o processo de reavaliação comunicado. É claro, não foi para sempre; foi até concluir o processo de reavaliação, para que a gente tenha as evidências científicas, inclusive o aporte previsto no processo de reavaliação, do Mapa e da Embrapa, para nós tomarmos as decisões, depois, de restrição a esses produtos, ao final do processo de reavaliação, conforme regra a nossa lei.

Então se distorcem as coisas, para criar uma imagem de perigo, de pandemônio e de um prejuízo que jamais vai ocorrer, porque nós temos prevista na legislação brasileira, também, a ocorrência de emergência fitossanitária. No momento que ocorrer uma emergência fitossanitária, qualquer produto extrapola a sua condição de registro, para combater essa emergência fitossanitária. Está previsto na lei. E o CTA, que são os três órgãos, tem 48 horas para decidir sobre a aplicação desse produto. Então, não há esse risco que se está colocando. Quer dizer, cria-se uma situação de perigo, de ameaça, que, na prática, não existe.

Outra questão sobre a qual eu queria fazer uma colocação aqui é a questão da apicultura brasileira. Todo mundo fala de apicultura. Eu tentei deixar claro que nós não estamos aqui para defender a *Apis mellifera*. Nós estamos aqui para defender a nossa biodiversidade de abelhas.

E eu fui mal interpretado, também, no gesto que fiz, de que a tese do Professor reforça a nossa tese. A agricultura, nos países do norte e na China, gasta

dinheiro com o serviço de polinização. Ela tem que colocar em cima de um caminhão, como ele disse aqui, o enxame de abelha e percorrer o país inteiro, para poder fazer a polinização, porque eles não têm mais polinizadores naturais. Nós não sabemos o que é esse custo, porque, para nós, isso é de graça.

Aqueles R$9 bilhões que citei ali, a gente não enxerga, porque a natureza brasileira, graças à sua biodiversidade, nos dá esse serviço de graça, não precisamos pagar por ele. Não precisa colocar em cima de um caminhão e se deslocar. Nós aqui recebemos isso de graça, na porta da nossa casa, nas nossas caixas de abelha.

A última questão que eu queria colocar é em relação ao crescimento, à triplicação da nossa produção de mel. Os senhores deveriam buscar, como nós fizemos, a Associação Brasileira de Apicultura e identificar a razão dessa triplicação. A afirmação é deles, não é minha. O mercado de apicultura no Brasil sempre foi um mercado desregulamentado e informal. Não há uma formalização desse mercado; portanto, os dados estatísticos de produção de mel no Brasil sempre foram e são falhos.

Eles, nos últimos 3 anos, têm feito um esforço muito grande de trazer para dentro dos seus registros a real produção de mel, que se dá, como bem colocou o Professor, de maneira artesanal e dispersa por este País, e não de maneira centrada e organizada, dentro de associações, dentro de uma apicultura mais organizada. Esse esforço, segundo eles, não sou eu que estou dizendo, é que é o responsável por, nas estatísticas, ter crescido três vezes a produção de mel. Não significa que a produção de mel cresceu três vezes, mas os registros oficiais da produção de mel brasileira são que, de fato, tanto o Nordeste, principalmente o Piauí, quanto o Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, são, hoje, expoentes nacionais da nossa apicultura.

Então, é só para esclarecer. Eu peço desculpas se fui mal interpretado e espero ter esclarecido quais foram os meus movimentos corporais de emoção em relação a esse tema. Fico à disposição para tornar isso mais claro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Só lembro, Dr. Márcio Freitas, que a agricultura brasileira não pode trabalhar com relação a poder ou não aplicar inseticidas em questões emergenciais. Os contratos não podem...

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS (*Fora do microfone*.) – Eu posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Claro, claro, e deve. Só para fazer uma colocação que as pessoas, com certeza, gostariam de fazer.

Assuntos emergenciais não fazem parte de contratos e nem...

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS – Não, sem dúvida. É dever do Estado fazer essa sinalização.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Tudo bem.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS – Então, entendam a razão da nossa medida também: foi sinalizar para o mercado o que está acontecendo no mundo inteiro, e espero que os senhores assimilem essa sinalização.

Esses três produtos, a depender do estado da arte do conhecimento que se tem deles, não continuarão no mercado brasileiro da forma como eles estão hoje.

Eles não serão, provavelmente, pelos estudos que nós temos e pela situação que nós temos agora, banidos, porque nós já identificamos que não há essa possibilidade, mas a forma de aplicação que há hoje... Aí, eu queria salientar também uma coisa: se fala, aqui, que tem de aplicar em época de floração. Se vocês pegarem o rótulo do produto da Bayer, que é detentora da patente do Imidacloprid, que é o produto que está, hoje, no mercado, está escrito lá por eles: não aplicar o produto em época de floração.

Então, nós não estamos adotando medidas que contrariam o que o mundo inteiro já sabe.

É preciso que nós, agricultores, nós, sociedade brasileira, nos conscientizemos de que nós cumprimos um papel legal no Brasil, que é proteger a saúde e o meio ambiente do País, a economia do País, a agricultura do País, mas nós temos de ter uma base científica para isso. E temos.

Então, nós já estamos sinalizando para os produtores o seguinte: esses produtos vão sofrer restrições em breve, assim que terminar o processo de reavaliação.

A nossa previsão era terminá-lo em 120 dias, então, essa medida tinha um curto prazo de validade. O fato, hoje, de nós sabermos que esse processo deve levar até um ano vai fazer com que a gente reveja essa medida. Foi isso que o Dr. Rangel trouxe aqui e nós estamos trabalhando nisso.

Agora, entendam: ao final do processo de reavaliação, inevitavelmente, ou por iniciativa das próprias empresas, como aconteceu com a Basf, ou por iniciativa do Governo, como aconteceu com outros governos no mundo inteiro, esses produtos não estarão no mercado com as condições de rótulo e bula que eles têm hoje.

Essa é a sinalização.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Mas o senhor está antecipando, antes do estudo?

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS – Não, não, eu já sei que não será igual, por quê? Eu vou explicar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Mas o senhor está dizendo que vai fazer o estudo...

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS – Não, eu vou explicar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – ... e está antecipando o resultado.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS – Não, não, eu já tenho o estudo. Eu mostrei.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Mas é o que...

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS – Não, me desculpe, mas é assim: eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – ... o senhor está colocando claramente.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS – Vocês me pediram, aqui, para dar uma sinalização clara. Eu estou dando, e vou-lhe dar o fundamento dela.

Primeiro, entre outras coisas, o que é preciso esclarecer: nós não proibimos os produtos por causa do distúrbio de colapso de colmeia, como o Professor disse. Nós os proibimos por causa da avaliação de risco, que mostrou a intoxicação aguda na aplicação aérea. Aguda não é colapso de colmeia.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Mas, doutor, o senhor disse que o estudo mostra que não era agudo, que o principal problema era crônico.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS – Isso. O principal problema é crônico, mas o que nos levou à proibição... Esses, nós não temos certeza. Esses são os estudos que nós estamos fazendo. É preciso distinguir essas duas coisas, o senhor colocou bem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Exato.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS – Uma coisa é do que nós temos certeza. Do que nós temos certeza? Da ocorrência de acidentes por aviação, aérea. A avaliação de risco mostrou que esse risco é altíssimo, mesmo com valores conservadores, e esses são os casos de mortandade que nós temos, agudos, comprovados.

O que nós não temos comprovados? Os efeitos crônicos que levam ao colapso de colmeia e a translocação na planta. Por isso nós pedimos os estudos de resíduo, que as empresas têm de nos apresentar, e o estudo de semicampo. Só ao final desse processo é que nós saberemos, de fato, qual é a situação dos produtos.

Só para concluir: de antemão, nós já sabemos, com a aplicação dos efeitos agudos... Vejam bem, tem uma nova metodologia para avaliar risco para efeito agudo. Nós já aplicamos e já verificamos que há necessidade de rever o registro.

Então, isso já está decidido. Não tomamos, formalmente, a decisão, mas a gente já sabe, da mesma forma como os outros países fizeram, que esses produtos não continuarão com o padrão que eles tinham quando foram registrados.

Agora, que padrão terão, isso será resultante da conclusão dos estudos que nós estamos fazendo, somada com o aporte da agricultura em relação às técnicas de manejo que nós teremos de adotar, daqui para frente, para minimizar os riscos de meio ambiente e saúde e maximizar a nossa produção agrícola. Então, a única coisa que estamos sinalizando aqui é que não imaginem que vai ser possível desconstituir a base técnica e científica que o mundo inteiro construiu em relação a esses produtos. Dessa forma, não; cientificamente, com medidas de prevenção, com medidas de gerenciamento da aplicação dos produtos, sim. E nós estamos abertos a isso. O mundo inteiro está fazendo isso, e nós faremos também. Agora, não imaginem que vai ser simplesmente assim: o Ibama revê a medida, retira a medida dele e volta tudo como era antes no reino de Abrantes. Isso não vai acontecer, porque hoje nós somos um país desenvolvido ou em vias de desenvolvimento nesse setor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Só para concluir, Dr. Márcio, há algum produto novo sendo estudado para se colocar no mercado substituir esses que estão sendo retirados para fazer uma transição?

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES FREITAS – Existem. A Bayer já nos assinalou essa situação. E eu queria salientar o que eu disse aqui, que não foi bem captado. Existem hoje neonicotinoides autorizados para aplicação aérea, para o combate dessas pragas na prateleira para serem comprados. Então, nós não banimos todos os neonicotinoides. Aliás, não banimos nenhum. Nós simplesmente interrompemos três deles temporariamente até a conclusão da reavaliação – temporariamente três deles, que perfazem 9% dos inseticidas registrados no Brasil, inclusive para aplicação aérea, como eu demonstrei nos 80 e tantos produtos disponíveis para aplicação aérea para o combate das pragas que estão sendo colocadas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Obrigado. Dr. Márcio, o Carlos Henrique quer fazer um contraponto. Eu peço que o faça rápido, porque nós temos que ouvir os Senadores também.

O SR. CARLOS HENRIQUE – Rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não.

O SR. CARLOS HENRIQUE FÁVARO – É só para fazer algumas intervenções. A minha intervenção é a seguinte: ficou claro aqui para os Senadores, no pronunciamento do Dr. Rangel, como é confuso o processo de reavaliação e de banimento de moléculas. Quando se vão banir algumas moléculas, é ofertado ao mercado outro grupo de moléculas. Quando vai reavaliar esse outro grupo, é ofertado aquele que foi banido. Ficou muito claro aqui para os Senadores como é confuso, na própria fala do Dr. Rangel.

Bom, com relação ao pronunciamento do Dr. Márcio, eu queria deixar claro também que ele, insistentemente, diz que a medida tomada pelo Ibama não sofreu nenhuma interpelação judicial; portanto, ela é legal. Nós não estamos aqui para questionar a legalidade ou o direito do Ibama de fazer isso. Acho que o campo para isso ser tratado não é o judicial; é tecnicamente. Nós somos os produtores mais sustentáveis deste País, do mundo e queremos tratar essas reavaliações de forma técnica e não judicial.

Por último, nós já debatemos isso na Câmara, na última terça-feira, onde o Dr. Márcio diz: o crescimento do uso dessas moléculas. Ora, nós, de novo, somos produtores que temos responsabilidade socioambiental e, mais que isso, econômica. Nós não levamos para casa esses produtos para usar deliberadamente, até porque economicamente não é viável e não é isso que nós queremos fazer.

Eram só essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado.

Senador Ivo Cassol, pela ordem.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu só queria aproveitar para fortalecer. Primeiramente, cumprimentar o Presidente, demais colegas, expositores. Eu vejo, em toda essa situação, que nós vivemos uma contradição, e tudo da mesma base, do mesmo Governo. Nós vemos, de um lado, o próprio Ibama colocando restrição a certos produtos, e a Anvisa, de outro lado, não liberando novos produtos. O Governo não se entende. Desculpe-me, mas o Governo não se entende. A primeira coisa que o Governo tinha que fazer – nós somos da Base – era se entender. Nós temos tantos novos produtos com melhor qualidade. Se vier um produto amanhã que substitua esses com redução de 70%, a Anvisa demora, no mínimo... Eu quero saber qual é o esquema que tem dentro da Anvisa.

Eu já protocolei na Comissão de Fiscalização e Meio Ambiente requerimento, porque eu quero ouvir o Diretor, quero ouvir o Superintendente da Anvisa, quero ouvir o Diretor da Toxicologia, porque há produtos novos lá para serem liberados e não o são, porque temos que nos modernizar, nós temos que substituir. Não podemos viver só com aquilo que está no passado. Tem algum problema? Tem. Temos que corrigir? Temos.

Mas, ao mesmo tempo, eu percebo que há certas situações que são impostas pelo Governo – e quando falo Governo, falo Ibama, falo todo mundo da Base do Governo – como se o agronegócio, o setor produtivo do Brasil, não fosse nada.

Eu queria que o setor produtivo parasse de plantar um ano. Eu queria ver o que os burocratas aqui em Brasília iam botar na mesa dos filhos para poder fazer, porque tudo não pode, tudo tem que ter alguma coisa errada, qualquer coisa que faz é sempre em cima de quem produz. Enquanto lá fora há subsídio para isso, subsídio para aquilo, há ajuda para aquele outro, há ajuda para aquele outro, aqui vem o seguinte: fumo para cá, fumo para lá e fumo aqui! É só fumo!

Eu não vejo vantagem nenhuma. Em tudo que fazemos, só apanhamos. Nós somos teimosos. Nós, na verdade, somos verdadeiros produtores teimosos. Aquilo que fazemos é com muita garra, muita vontade, muita raça.

Quantas pessoas saíram do Paraná, do Rio Grande do Sul, de outros Estados e migraram para a Região Norte, para a Região Centro-Oeste, para poderem produzir, plantar, fazer as coisas! E muitas vezes se toma uma decisão, sem antes conversar, sem dialogar com o setor.

Um exemplo é a posição que tomaram agora, o decreto que tomaram agora. Por que não sentaram com quem produz para ver quantos anos há de contrato, como funciona, como não funciona, o que pode ser feito, de que maneira pode ser diminuído? Não, o cara vai lá e, porque tem uma caneta, acha que é Deus, já tem certeza de tudo que está fazendo.

Desculpem-me, porque há contradição em tudo; entra o aquecimento, a chuva, não sei quê. A maioria, com conversa para boi dormir. É só o dinheiro que está em jogo, porque ninguém faz nada de graça neste mundo, neste País.

Eu entendo o seguinte: qualquer decisão que o Ibama tome, antes de tomá-la, deveria sentar com o setor produtivo. Qual setor vai ser penalizado por não usar um produto? O fulano. Então, vamos primeiro dialogar, porque há as associações organizadas, a federação da soja, do algodão.

Não consigo muitas vezes entender: ficamos só correndo atrás. Nós acabamos atropelando isso. Muitas vezes a nossa Casa não toma posição. A posição nossa aqui é ficar discutindo, discutindo e não produz. Isso é ruim para o País.

Mas eu proporia para o Brasil, para todos os produtores do Brasil que parassem por um ano; que todo mundo parasse por um ano. Aí eu queria ver todo mundo espernear.

No Brasil, enquanto o Ibama era contra fazer qualquer coisinha, qualquer degradação antes do Código Florestal, eu estava olhando – não sei o que estava passando aí, Professor – não sei se na Europa, não sei onde, eles só não plantaram no topo, lá em cima, mas, na encosta, até onde deu, o pessoal com segurança plantou.

Quer dizer, é isso que se precisa levar em conta. Não é levar a lei a ferro e fogo. O que temos de dar é prioridade para a produção, desde que possamos compreender os dois lados, mas, ao mesmo tempo, atender à demanda.

Daqui a pouco, o seguinte: bem, então não se pode mais pulverizar? Daqui a pouco, entra uma praga lá, e não há mais algodão para o ano que vem. Bem, não se pode mais pulverizar, e o agricultor, o sojicultor, o produtor não está preparado com máquina, para poder atender a essa demanda do dia para a noite, nem as indústrias têm trator para entregar do dia para a noite.

Eu falo isso, porque nós, em Rondônia, quase não produzimos soja. A nossa produção de soja é pequena, é mais no Cone Sul e também não é pulverizada via aérea, mas, para conseguirmos uma plantadeira, a indústria não tem para entregar. A indústria não tem para entregar plantadeira! Vejam só a procura que há. Então, imagine ter de substituir, do dia para a noite, os aviões por tratores e por pulverizadores. Não sei se vai haver estrutura para isso.

Então, é isso que precisávamos planejar, antes de tomar qualquer decisão. Isso, em todas as áreas. Não é por nada, entendeu? Vocês estão com a razão em parte. Não há problema nenhum, mas, antes de tomar essa decisão, antes de meter a caneta, vão conversar com o setor. Vocês têm um prazo para se adequarem, e o pessoal vai começar a comprar equipamento, a se estruturar, para, lá na frente, mudar isso. E não a ferro e fogo.

Infelizmente, é a ferro e fogo. O Ibama mete a caneta aqui, e a Anvisa, de outro lado – não sei o que há, não sei o esquema que há lá dentro –, não aprova os novos produtos. Não aprova. Não aprova.

E há produto... Um produto só está no mercado, dois estão no mercado, e nós, bestas, produtores, ficamos pagando por esse produto caro e absurdo.

Então, precisamos também uma ação. Que vocês, do Ibama, antes de tomar isso, intervenham junto ao próprio Governo. Vocês têm de se entender. "Não, mas a Anvisa não tem nada comigo." Aqui é assim. É o seguinte: Ibama não tem nada que ver com a Anvisa; a Anvisa não tem nada que ver com o Ibama; outro não tem nada que ver com a agricultura; outro não tem nada que ver...

"A minha parte é ferrar" e "a minha é levar o ferro". Então, temos de acabar com isso. Precisamos, na verdade, que haja um entendimento, para podermos produzir com segurança, porque não vivemos sem alimentação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol.

Passo a palavra ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Senador Acir Gurgacz, estou preocupado, porque acho que teríamos de estar lá, conversando com a Gleisi, a Ministra. Acho que é lá que vamos resolver esse assunto.

Acho que aqui ficou para mim suficientemente claro. Desculpe-me, Dr. Márcio Rosa. O comportamento do senhor pode ter sido involuntário, mas foi desrespeitoso para com seu colega, que é um cientista do meu Estado. E eu me senti ofendido pela forma como o senhor se comportou aqui. O senhor foi incoerente em várias fases da fala, mas acho que isso vai ficar para outra oportunidade.

Só acho que na Embrapa, Cattelan, vocês têm de ter uma posição mais correta, porque representam a pesquisa brasileira. Temos que afirmar isso categoricamente. Ninguém aqui...Não sou nem produtor rural. O nosso grande governador Ivo Cassol é, eu não sou; eu sou médico e professor, dei aula de química a minha vida inteira. Então, não sou um leigo no assunto, porque, muitas vezes, Prof. Paulo Eduardo, as pessoas vêm aqui, falam um monte de coisas e, como a maioria não tem um conhecimento técnico, aquilo vira palavra de Deus.

E hoje o senhor fez um contraponto que me pareceu muito interessante: que quando não há prova científica, é a hora de invocar o princípio da precaução. Acho que isso é um absurdo. Até comparei na outra fala minha aqui. Para se localizar um elétron, tem-se que localizar o orbital. Tem um princípio de Heisenberg, o princípio da incerteza. Então, ninguém aqui...Não sou...Um dia, um cara me disse aqui que as moléculas eram diferentes, mas...Eu falei: escuta, você está falando de isomeria? Tiram umas coisas que acham que aqui todo mundo é bobo, não tem algum conhecimento. Então, por favor, vamos ter que tratar desse assunto com muita cautela.

Eu queria só saber, na opinião do Dr. Paulo Eduardo, se, quando, através da aviação agrícola, vai-se usar esse produto – já que ele é usado através da aviação agrícola e na forma terrestre, em uma área grande, e estamos falando de área grande, que é o Cerrado – a aviação agrícola representa um perigo maior? Porque isso é importante, é fundamental para o debate aqui. Porque se não vamos banir, vamos apenas ver... Então, não vai ser mais usado na forma de pulverização. Porque, às vezes, a pulverização, no meu entendimento, pode delimitar a área com muito mais eficiência. E como o tempo que vai ser usado será menor, a impressão que tenho, como leigo, é que os efeitos disso seriam menores. Teriam que ser, pelo menos, intuitivamente falando. Isso é que tínhamos de debater aqui, objetivamente, para não...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos pedir ao Dr. Paulo para responder.

O SR. PAULO EDUARDO DEGRANDE – Muito objetivamente, se bem feitas, ambas têm o mesmo risco. A aplicação área, em tese, tem mais risco. Por isso, ela é mais regulamentada. Na prática, não há fiscalização. Mas se ambas forem bem feitas, o risco é praticamente igual. Sob o ponto de vista de abelhas, que é o assunto de nossa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dr. Alexandre, da Embrapa, gostaria de fazer alguma colocação sobre esse assunto?

O SR. ALEXANDRE JOSÉ CATTELAN – Muito rapidamente, Senador Moka, agradeço. Realmente, já discuti o assunto com o nosso Presidente Maurício Antônio Lopes. Ele está muito preocupado com esse assunto, já colocou a Embrapa à disposição. Estamos fazendo um arranjo de projetos para estudar profundamente esse assunto e podermos dar uma resposta a mais técnica possível, a mais compreensiva, para que essas decisões sejam tomadas o mais possível em bases técnicas nas condições brasileiras. Só isso, obrigado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Eu entendo...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dr. Márcio queria fazer o contraponto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Só queria dizer que eu entendo que, quando a Embrapa tiver uma posição, porque é nossa empresa oficial... Acho que o Ibama e o Mapa teriam que se adequar a isso. O grande problema aqui é que temos três Ministérios envolvidos nessas coisas. E aí um acha que seu ponto de vista é a saúde, a agricultura acha tem que proteger o agricultor e o Ibama tem que proteger o meio ambiente. Tudo bem, mas tem que ter um ponto de convergência nisso. Isso é fundamental. E acho que aí entra a Embrapa, que tem uma pesquisa, em tese, isenta de tudo isso e que vai dar tecnicamente um norte que vamos seguir.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Dr. Márcio Freitas.

O SR. MÁRCIO ROSA RODRIGUES DE FREITAS – Gostaria de dizer que aceitamos as críticas feitas ao nosso processo. Estamos abertos, como já coloquei desde o início, à revisão das medidas, na medida em que nós possamos garantir nosso papel legal.

Só queria salientar a questão do risco, que o senhor perguntou. Eu procurei demonstrar isso aqui, acho que não fui feliz. Fizemos avaliação de risco para aplicação terrestre e aplicação aérea nas lavoura, utilizando a metodologia utilizada no mundo inteiro para verificar o risco. E eu mostrei nos gráficos ali que o risco foi distinto. Usamos valores de deriva mundiais, de 8%, e não os valores brasileiros, de técnicas menos aperfeiçoadas, de 20%, que a Embrapa detecta no Brasil. Com esse valor de 8%, o risco foi mais alto para a aplicação aérea para as abelhas – no Imidacloprid especificamente – do que para as outras espécies.

Então, entendam o seguinte: nós fizemos os estudos de risco específicos para os produtos brasileiros, com as doses indicadas, com a metodologia indicada, e foi isso que nos levou a tomar essa medida de precaução. Estamos sujeitos a críticas, aceitamos as críticas, estamos discutindo esse assunto com o Mapa, vamos tirar uma posição de Governo. Acredito que esta audiência – já me despedindo – muito contribui para isso.

Eu parabenizo os Senadores aqui presentes e aceito de bom grado as críticas todas, inclusive as feitas ao meu comportamento, pelo qual já pedi desculpas, e fico à disposição para que nós avancemos no sentido da convergência necessária nesse tema.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Eu agradeço a presença aqui do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Agricultura, da Embrapa, do Professor da Universidade de Dourados, no Mato Grosso do Sul, do Dr. Sérgio De Marco, de Carlos Henrique Fávaro, da Aprosoja, e esperamos que, através desta audiência pública, nós possamos contribuir para a agricultura brasileira, ouvindo os produtores, ouvindo o Governo e, dessa forma, dando a nossa parcela de contribuição para o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Nós temos uma audiência – já estamos atrasados – e vamos, então, encerrar os nossos trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 47 minutos.)

ATA DA 36ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2012.

Às dez horas e três minutos do dia quatorze de dezembro de dois mil e doze, no Plenário 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, do Senador **ACIR GURGACZ**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos seguintes Senhores Senadores: **RODRIGO ROLLEMBERG, WALDEMIR MOKA, CASILDO MALDANER, IVO CASSOL, CYRO MIRANDA, JAYME CAMPOS, ANTONIO CARLOS RODRIGUES, EDUARDO SUPLICY e ALVARO DIAS**. Deixam de comparecer os Senhores

Senadores Delcídio do Amaral, Zezé Perrella, Sérgio Souza, Flexa Ribeiro, Gim e Sérgio Petecão. Deixam de comparecer por motivo justificado, a Senadora Ana Amélia e os Senadores Antonio Russo e Benedito de Lira. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Acir Gurgacz, informa que a presente reunião se destina à apresentação do **Balanço de Atividades da CRA no Biênio 2011/2012,** bem como temas debatidos e resultados obtidos. O Senhor Presidente informa que a Comissão realizou trinta e nove reuniões deliberativas, quarenta e seis audiências públicas, trinta e cinco seminários do Ciclo de Palestras e Debates e recebeu quatro delegações estrangeiras. Nessas reuniões, audiências e nos seminários dos Ciclos de Debates, estes realizados às sextas-feiras, a Comissão discutiu e analisou as principais cadeias produtivas do setor rural, bem como a situação da regularização fundiária e da reforma agrária em nosso País, como exemplo cita a elaboração do Novo Código Florestal Brasileiro. Registra que, neste biênio, a CRA se tornou palco de debates de alto nível sobre os principais desafios do agronegócio e da agricultura brasileira, principalmente a agricultura familiar e revela que a grande inovação foi justamente a aproximação promovida do agricultor com os Senadores e com os agentes do Governo: pesquisadores especialistas que participaram do Ciclo de Debates. Mas o grande desafio, o grande intuito foi o de aproximar a Comissão de Agricultura à população brasileira; trazer os agricultores para a Comissão e levar a Comissão mais próxima dos agricultores em todo nosso País por intermédio das audiências e debates realizados aqui no Senado Federal e em várias cidades brasileiras; em especial, nas cidades do Estado de Rondônia. Com esse intuito, iniciou– se aqui na Comissão a interatividade nos seminários do Ciclo de Palestras e Debates às sextas-feiras, fazendo com que toda população pudesse participar por intermédio da Internet, pelo Twitter (@ alosenado) ou pelo telefone (0800 612211), ou pelo endereço www.senado.gov.br/alosenado junto com a equipe da TV Senado, da Rádio Senado e da equipe de pesquisa do Senado. A seguir, o Senador Acir Gurgacz procede à exibição de vídeos sobre o Balanço das Atividades da CRA no Biênio 2011/2012 e sobre a participação de autoridades e especialistas nos trabalhos da Comissão e encerra com os agradecimentos pelo trabalho realizado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Acir Gurgacz,** Presidente da CRA

(Texto com revisão)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 2ª sessão legislativa ordinária da 54ª legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à apresentação do balanço referente aos trabalhos realizados pela CRA no biênio 2011/2012, bem como temas debatidos e resultados obtidos.

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, nos últimos 2 anos, colaborou ativamente para o desenvolvimento da agricultura brasileira. Suas atividades estiveram voltadas para as transformações em curso na agropecuária brasileira e na economia mundial. Elas consistiram, basicamente, em avaliar e interpretar a situação do setor para apontar alternativas às demandas emergentes.

Realizamos 39 audiências deliberativas; 46 audiências públicas; 35 seminários do Ciclo de Palestras e Debates; recebemos quatro delegações estrangeiras. Nessas reuniões e nos seminários dos Ciclos de Debates, realizados às sextas-feiras, analisamos e discutimos as principais cadeias produtivas do setor rural, bem como a situação regularização fundiária e da reforma agrária em nosso País. Entre outros temas, a elaboração do Novo Código Florestal Brasileiro.

Neste biênio, a CRA tornou-se palco de debates de alto nível sobre os principais desafios do agronegócio e da agricultura brasileira, principalmente a agricultura familiar. As discussões revelaram os problemas que dificultam o desenvolvimento da agricultura, e as sugestões e soluções, apontadas pelos Senadores, estão servindo de referência para o Governo e para as agências de fomento na definição da política agrícola brasileira.

A grande inovação foi justamente a aproximação que promovemos do agricultor com os Senadores e com os agentes do Governo: pesquisadores especialistas que participaram do Ciclo de Debates, como veremos em alguns vídeos que apresentaremos. Mas o nosso grande desafio, o nosso grande intuito foi o de aproximar a Comissão de Agricultura à população brasileira; trazer os agricultores para a Comissão; levar a Comissão mais próxima dos agricultores em todo nosso País por intermédio das audiências e debates que fizemos

aqui no Senado Federal e em várias cidades brasileiras; em especial, nas cidades do Estado de Rondônia.

Dessa forma, nós entendemos que a produção e nosso trabalho ficariam muito melhor com mais argumentos e trariam, realmente, as necessidades do agricultor brasileiro. Com esse intuito que nós iniciamos aqui a interatividade de nossas reuniões às sextas-feiras, fazendo com que toda população pudesse participar por intermédio de *e-mail* e do 0-800 junto com a equipe da TV Senado, da rádio Senado e da equipe de pesquisas do Senado.

Veremos, então, o vídeo número 1 que trata do balanço geral e da participação das pessoas que estiveram junto conosco.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Quero fazer um agradecimento especial à equipe da Sepop – Secretaria de Pesquisas e Opinião Pública do Senado, que teve uma participação muito importante nas nossas audiências públicas.

Como é, Marcelo? O Marcelo quer participar, não é? O Marcelo é o nosso assessor principal aqui, que tem viajado conosco, junto com a equipe do Senado, e tem nos ajudado a fazer o nosso trabalho.

Lembro que, embora não seja a nossa audiência do Ciclo de Palestras e Debates, você poderá participar por meio da Internet, pelo Twitter (@alosenado) ou pelo telefone (0800 612211) – vou repetir: 0800 612211 –, ou pela Internet, pelo endereço www.senado.gov.br/alosenado, telefone 0800 612211.

A regularização fundiária na Amazônia Legal e a reforma agrária em todo o País foram temas muito presentes em nossos debates. Assumimos o compromisso de trabalhar para que essa questão avançasse em todo o nosso País, pois o agricultor, sem a posse da terra, ou melhor, sem o registro de sua propriedade em cartório, ou seja, sem o seu documento, não consegue acesso ao crédito e aos programas governamentais. E, lá na Amazônia, a nossa Rondônia não consegue nem mesmo o licenciamento ambiental para as suas atividades.

Um passo importante que demos de forma efetiva foi aprovar, nesta Comissão, o projeto de lei da Câmara que estabelece o prazo de 2 anos, contados do protocolo do requerimento do detentor da posse, para que a União se manifeste sobre a pretensão, sob pena de imediata ratificação por ofício.

Entendo que não há outra forma de resolver esse problema que lança milhares de produtores rurais numa situação de insegurança jurídica, na qual as negociações e sucessões ficam prejudicadas. Portanto, entendo que a regularização fundiária é de fundamental importância para os nossos agricultores e, principalmente, as áreas de fronteiras, que têm uma dificuldade ainda maior para conseguir o seu registro, para conseguir o seu documento. E o Incra tem mais de 250 mil pedidos de regularização nessas áreas e não consegue dar vazão a esse trabalho todo, não tem uma equipe, não tem capacidade para gerir todos esses processos, todos esses procedimentos e dar uma resposta imediata que a população precisa.

Para o agricultor independe o fato de ele estar ou não na faixa de fronteira. Ele está lá na sua terra, na sua área, plantando, produzindo, não quer saber se está ou não na área de fronteira. Ele quer o documento da sua terra. Ele quer o seu registro. E esse é o nosso trabalho.

Com esse projeto que aprovamos aqui, no Senado, que veio da Câmara, dando 2 anos para que o Incra se posicione – e, não se posicionando, tornará o requerimento um documento oficial –, nós entendemos que estamos contribuindo para a regularização fundiária também nas áreas de fronteira. Em Rondônia, por exemplo, 27 dos 52 Municípios do Estado estão em áreas de fronteira, e praticamente todos os agricultores não têm documento das suas áreas. E o Governo do Estado não tem como avançar e dar o documento aos verdadeiros proprietários.

Então é uma matéria importante que tratamos aqui na nossa Comissão.

Vamos ver e ouvir o vídeo nº 2.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem.

Realmente, a regularização fundiária é muito importante, e a reforma agrária, também.

Nosso colega, que sempre participou conosco, hoje Presidente do Incra, Carlos Guedes, colocou-se muito bem, dizendo que, no ano 2013, haverá um avanço muito grande na regularização fundiária e, também, nos assentamentos. Está sendo feita uma modernização dos trabalhos do MDA, do Ministério da Agricultura e do Incra também. Isso vai fazer com que haja uma agilidade muito maior a partir de 2013, com relação à regularização fundiária.

Também, a questão dos assentamentos – e debatemos muito isto aqui, na nossa Comissão – é não apenas colocar as famílias nas áreas, nas terras destinadas ao assentamento, mas dar assistência técnica, fazer o acompanhamento necessário, para que as famílias que estão sendo assentadas possam produzir e comercializar o seu produto.

Este é o grande objetivo: fazer com que as famílias não apenas sejam assentadas, com que tenham

um pedaço de terra para terem ali seu barraco. Não é assim que entendemos que deve ser a reforma agrária. Nós precisamos assentar as famílias, fazer com que elas tenham uma vida digna nessas áreas; fazer com que tenham uma casa confortável, que possam produzir e que essa produção venha a dar uma melhoria de qualidade de vida a essas pessoas, senão elas podem permanecer nos acampamentos para terem barraco. Barraco por barraco, ficam nos acampamentos, em que terão assistência social dos próprios sindicatos que se mobilizam.

É preciso haver realmente essa assistência técnica, e o Incra já sentiu essa necessidade e está agindo dessa forma também. Essa é a maneira em que o novo MDA está atuando. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, à frente do qual está o nosso colega Deputado Pepe Vargas, tem feito um trabalho excepcional. Junto com a nossa Presidenta Dilma, ele tem feito, realmente, esse trabalho de assentamento, de assistência técnica e de acompanhamento das famílias.

Esse é o grande objetivo. Todos acham que a relação agricultura e meio ambiente é conflituosa, mas ambas se completam. Não podemos produzir sem cuidar do meio ambiente. Não há pessoas que cuidem mais do meio ambiente do que os agricultores. Os agricultores sabem muito bem que precisam do meio ambiente para produzir mais. Cuidando do nosso agricultor, vamos cuidar do meio ambiente, através da regularização fundiária. Dando o documento da terra para o agricultor, vamos cuidar também do desmatamento da Amazônia principalmente. Sem documento, ninguém tem compromisso com a sua área, ninguém tem compromisso de manter as florestas, de manter as suas reservas. Não há documento, não tem dono, não há a quem cobrar.

Por isso, incentivamos e sempre colocamos a importância de estarmos sempre trabalhando juntos o meio ambiente e a agricultura. O agricultor é o maior preservador que temos no nosso País. Ele sabe que, sem cuidar das nossas nascentes, sem cuidar dos nossos córregos, riachos, rios, não conseguirá produzir com qualidade. Ele precisa do meio ambiente para produzir melhor.

Dessa forma, temos que destacar a importância da legislação ambiental e de uma atualização na legislação de licenciamentos e licitações de obras, para que a produção agrícola não seja afetada por surpresas, como o caso do plantio de algodão.

Estamos em plena discussão, tivemos aqui ontem uma audiência pública importantíssima com o Ibama, com o Ministério do Meio Ambiente, com o Ministério da Agricultura, com representantes dos produtores. Fizemos uma audiência pública na nossa Comissão e, depois, fomos direto à Casa Civil, onde fomos recebidos pela Ministra Gleisi Hoffmann. Aqui, faço um agradecimento à nossa Ministra, que prontamente nos recebeu e já, de pronto, formou uma comissão para debatermos e resolvermos essa questão até a semana seguinte, pois a plantação do algodão já foi feita. Temos que cuidar agora para que não haja nenhum prejuízo à colheita do algodão. É um prejuízo para os agricultores, para os Estados produtores e para a Nação brasileira, que é hoje exportadora de algodão. Até pouco tempo atrás, o Brasil importava algodão. Hoje, o Brasil é o terceiro maior exportador de algodão do mundo. Então, temos que cuidar. A Ministra Gleisi Hoffmann, que sempre teve um cuidado especial com os agricultores brasileiros, nos atendeu e formou essa comissão. Na segunda e na terça-feira, vamos debater esse assunto com o Incra, com a Embrapa, com o Ministério da Agricultura e com os agricultores, ou seja, os representantes dos produtores de algodão brasileiro.

São ações dessa natureza que tornam dinâmica a atuação dos Senadores que participam desta Comissão. Quem dá vida a esta Comissão são os Senadores e as Senadoras que aqui atuam e estão acompanhando esse episódio desde a semana passada, fazendo reuniões, realizando ontem a audiência pública, bem como reunindo-se na Casa Civil.

Vamos, então, ao vídeo nº 3.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, o tema relacionado ao Código Florestal foi muito debatido e discutido aqui. Cumprimento todos os Senadores que participaram, principalmente os Senadores Jorge Viana e Luiz Henrique, que foram os Relatores dessa matéria no Senado e fizeram um excelente trabalho. Andaram o Brasil inteiro, ouviram toda a sociedade gastaram semanas e semanas debatendo, discutindo e trabalhando junto com os demais Senadores. Fizeram um trabalho aberto, amplo, em que todos nós pudemos dar a nossa contribuição, a nossa participação.

Fica aqui, portanto, nossos cumprimentos a todos os Senadores que participaram ativamente. Não vou nominá-los agora, porque não tenho a relação de todos os nomes aqui, mas, em nome dos nossos Relatores Luiz Henrique e Jorge Viana, saúdo a todos que atuaram.

Lembro-lhes de que trabalhamos, na Comissão de Agricultura, no sentido de que precisamos produzir alimentos, mas com responsabilidade ambiental. Este é o nosso objetivo: precisamos produzir, queremos ter um Brasil produzindo grãos, alimentos para todos. Queremos ver o Brasil ser o maior produtor de

alimentos do Planeta, mas com responsabilidade ambiental, um Brasil produzindo e conservando, ou seja, conservando, mas produzindo. Essa é a vocação do nosso País, e assim é que vamos ver o Brasil a partir do novo Código Florestal brasileiro. Temos um marco a partir daí. Hoje, podemos dizer que o Brasil está inserido no contexto de cuidar do meio ambiente sem deixar de produzir. Queremos aumentar a produção de alimentos sem aumentar o desmatamento. O desmatamento poderá ser feito, mas com planejamento, cuidando das normas e das regras. É assim que diz o Código Florestal Brasileiro.

Queríamos um Código Florestal melhor, principalmente com relação à Amazônia, se não toda a Amazônia, mas alguns Estados dentro da Amazônia, principalmente nosso Estado de Rondônia. Entendemos que podemos desmatar apenas 20% das nossas reservas, e é muito pouco, porque a área de produção de Rondônia é muito grande. As terras de Rondônia são muito produtivas. Teríamos condições de produzir muito mais, de avançarmos, de darmos uma colaboração muito maior ao nosso País se pudéssemos fazer a transformação maior das reservas. Mas não foi possível. Nós todos, Senadores de Rondônia, tanto eu, quanto os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, tentamos avançar na questão dos 20%. Não foi possível. Conseguimos, sim, fazer com que aquilo que foi feito no passado tenha sido reconhecido agora como lei. Os nossos agricultores o passado, os agricultores que foram para Rondônia, que se deslocaram do sul do Brasil e foram para a Região Amazônica, desconhecida até então por essas famílias, eram obrigados a promover o desmatamento. Não se falava em transformação naquela época, era desmatamento mesmo, tinha que desmatar, tinha que transformar aquela área de floresta em área produtiva. Era a função, era a obrigação daquelas famílias. E aquilo foi feito. E, ao fazer, ao longo da história, ao longo do tempo, se tornaram ilegais perante a lei. E isso foi corrigido agora no novo Código Florestal brasileiro.

Essa foi a grande evolução, esse foi o grande avanço que tivemos. A nossa participação, juntamente com os demais Senadores, principalmente os Senadores do nosso Estado de Rondônia – Senador Valdir Raupp, Senador Ivo Cassol e eu – foi trabalharmos juntos, unidos, para regularizar as terras e o desmatamento feito. Naquela época, havia a lei que o autorizava – era autorizativa – e a ação efetiva, administrativa do governo, que obrigava a que as pessoas fizessem o desmatamento. E isso fez com que Rondônia se transformasse em uma floresta e um Estado produtivo, um Estado produtor. Hoje, temos lá famílias que dependem da agricultura, da pecuária, da bacia leiteira e, agora também, da produção do pescado. Essa é a nossa função em Rondônia, somos um Estado altamente agrícola. Acredito que 98% da economia do Estado vem da agricultura, vem da pecuária, vem da bacia leiteira e, agora, sendo incrementada com a produção de pescado, que já é uma das maiores da Região Amazônica e deverá ser, nos próximos anos, o maior produtor de pescado do Brasil, com ação do Ministério da Pesca, que tem o nosso Ministro Marcel o Crivella atuando muito forte, com uma grande capacidade. Meus cumprimentos ao Ministro Crivella pela sua atuação, juntamente com o Governador do Estado, Confúcio Moura, com o Vice-Governador Airton Gurgacz, pelo trabalho junto ao Ministério da Pesca. Isso é importante. E o Governo avança.

O Estado de Rondônia avança através dessas ações do Estado. Meus cumprimentos ao nosso Governador Confúcio Moura, pelo seu trabalho principalmente com relação à agricultura do Estado, à implantação e ao aumento da produção de pescado no nosso Estado de Rondônia.

A busca de alternativas para melhorar a produtividade e o comércio de grãos como café, milho, soja, arroz e de cultura como cacau e cana-de-açúcar, bem como da produção da agricultura familiar fizeram parte das audiências e seminários da Comissão de Agricultura desse biênio.

A concorrência agrícola no Mercosul, principalmente na produção de leite, arroz e trigo, foi tema de algumas audiências, pois elas têm prejudicado os agricultores brasileiros. Atuamos no sentido de auxiliar o Governo na correção dessas distorções. Hoje, temos uma concorrência desleal com os países vizinhos, no caso, o Uruguai, Argentina, que subsidiam os seus agricultores. Aqui, no Brasil não subsidiamos os agricultores. Precisamos impor, colocar alguns auxílios aos nossos agricultores para que possam ser competitivos, senão vão parar de produzir arroz, trigo e algumas outras variedades que afetam o leito e derivados de leite.

Outro assunto que esteve em pauta em várias audiências foi a avaliação da cadeia produtiva do leite e o preço pago aos produtores. Esse foi um dos temas relevantes, que debatemos várias vezes, aqui, na Comissão e também nos Estados, principalmente no Estado de Rondônia. Fizemos audiências públicas em Ji-paraná, Presidente Médici, Alvorada do Oeste, São Miguel, Seringueiras, Nova Brasilândia, Cacoal, enfim, em várias cidades. Alvorada do Oeste, São Miguel, Seringueiras, Nova Brasilândia, com apoio da Associação Rondoniense de Município (Arom). Os produtores denunciaram a cartelização dos laticínios para a compra do leite. Sugerimos a organização da cadeia produtiva, a formação de associações e coo-

perativas e a instalação de microlaticínios e centros de apoio ao produtor.

Aprovamos aqui, também, uma lei que veio da Câmara, com uma grande participação desta Comissão, a fim de que os laticínios tenham que dar o preço ao produtor de leite ou ao agricultor antes de este entregar o seu produto. Até então, o agricultor entregava o seu produto e não sabia quanto iria receber por ele. No dia que recebia, ou seja, 45 ou 60 dias depois, é que ele iria saber quanto valeu o produto entregue. Com o nosso trabalho, com a aprovação desse projeto que veio da Câmara e sancionada pela Presidenta Dilma, hoje, o produtor de leite sabe antecipadamente quanto vai receber pelo litro de leite. Com isso, nós entendemos que conseguimos melhorar o preço do litro de leite pago pelos laticínios e, assim, intimidar a cartelização dos laticínios.

Vamos, então, ao vídeo nº 4.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – A Senadora Ana Amélia pediu para justificar a sua ausência a esta nossa reunião, uma vez que S. Exª está em atividades no Rio Grande do Sul. De lá, está acompanhando a nossa audiência pública.

Um abraço à Senadora Ana Amélia, que sempre está presente, junto conosco, debatendo os assuntos da agricultura, não só do Rio Grande do Sul – é claro que ela puxa a brasa para a sua sardinha, assim como nós puxamos a brasa para a sardinha do Estado do Rondônia –, mas debatendo a economia brasileira através da agricultura. Isso tem feito uma diferença e tem uma importância muito grande nas nossas atividades, no nosso trabalho aqui na Comissão de Agricultura.

Então, mais uma vez, o meu abraço à Senadora Ana Amélia, que está nos assistindo. Agradeço sempre o seu apoio, a sua presença e a sua participação junto conosco aqui na nossa Comissão.

A produção de café em Rondônia se deu, até este ano, com as mudas vindas de outros Estados. Nós produzíamos café conilon, mas não tínhamos uma variedade desenvolvida para o Estado de Rondônia, adaptada ao solo e às condições climáticas do Estado de Rondônia.

A partir de um trabalho feito pela Embrapa, nós tivemos, neste ano de 2012, o desenvolvimento de uma variedade genuinamente adaptada ao solo de Rondônia. Isso não é apenas algo simbólico; esta muda vai fazer com que a produção de café por planta venha a dobrar, pois se trata de uma muda já adaptada à produção local, adaptada ao nosso clima, adaptada às peculiaridades do nosso solo. Esse foi um avanço muito grande, resultado de um processo que demorou muitos anos.

Nós passamos a acompanhar esse processo depois dessa audiência pública realizada lá em Cacoal. Ali nos alertaram para que esse procedimento tinha que acontecer. A partir de então, começamos a acompanhar semanalmente a tramitação no Ministério da Agricultura e conseguimos, enfim, a regularização e a normatização dessa nova variedade genuinamente rondoniense.

Agora, os canteiros já foram feitos; o Governo do Estado já está distribuindo essas novas mudas aos cafezais do Estado de Rondônia, o que vai fazer com que a produção de café no Estado venha a aumentar, e muito, em função desse trabalho feito pela Embrapa. A nossa valiosa Embrapa tem um trabalho muito importante em todo o nosso País e tem o reconhecimento do mundo inteiro. Se você vai para fora do Brasil e fala sobre agricultura e sobre a Embrapa, você pode ver que essa empresa tem um respeito muito grande por parte de toda a economia agrícola mundial.

Desde o início do nosso mandato, temos afirmado que a assistência técnica e a extensão rural devem se aproximar das necessidades do produtor e não serem apenas um instrumento garantidor do crédito e da comercialização de insumos para a agricultura. Os programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) implementados pelo MDA e pela Emater nos Estados têm evoluído nesse sentido, mas estão muito aquém das reais necessidades dos nossos agricultores brasileiros.

Com o anúncio da Presidenta Dilma da criação da Agência Nacional de Assistência Técnica, creio que haverá o ordenamento do sistema, para atender o produtor rural e contribuir para acabar com a pobreza no meio rural, o que é um dos grandes problemas no nosso Brasil. Muitas pessoas imaginam que a pobreza existe apenas nos arredores das grandes cidades e não existe na área rural, o que não é verdade, pois, na área rural, há uma pobreza muito grande. A nossa Presidenta Dilma, preocupada com isso, lançou esse programa, um programa que é administrado pelo MDA, que está avançando a passos largos e que vai levar qualidade de vida ao campo, fazendo com que, realmente, possamos acabar com a pobreza na zona rural. Nós temos terra para plantar, as pessoas querem trabalhar, mas não têm a condição para isso. Então, com a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica, tenho a certeza de que nós vamos contribuir muito e vamos, senão acabar, reduzir a níveis mínimos a pobreza na área rural. E uma das melhoras maneiras para acabar com a pobreza rural é desenvolver a agricultura.

Historicamente, há a organização do produtor em associações e em cooperativas. Há os exemplos dos Estados do Sul, que concentram a maior quantidade de cooperativas do País compostas basicamente de pequenos produtores e que, por isso, têm uma agricultura forte. É o que acontece nos Estados do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Minas Gerais. A partir da criação das cooperativas, a agricultura cresceu, desenvolveu. E o mais importante é que isso não apenas contribuiu para a produção de alimentos, mas também melhorou a qualidade de vida dos agricultores. Isso é fundamental, porque os agricultores são proprietários das cooperativas, participam dos lucros das cooperativas.

É esse modelo que nós estamos levando para Rondônia, incentivando as associações, a criação de associações, a criação de cooperativas. Já há várias cooperativas no Estado de Rondônia, em Vilhena, em Pimenta Bueno, em Cacoal, em Presidente Médici, em Ji-Paraná, em Jaru, em Ouro Preto, em Ariquemes, em Porto Velho, em Guajará-Mirim. Há várias cooperativas em formação no Estado, e essa é a solução. Em Porto Velho, também há cooperativas. Essa é a solução para nós desenvolvermos a agricultura, a pecuária, a bacia leiteira, a produção de pescado no nosso Estado de Rondônia, não na visão de produzir mais alimentos, mas na de melhorar a vida do cidadão, a vida do agricultor, para que ele tenha uma vida melhor no campo. Esse é o desafio, e é através do cooperativismo que vamos conseguir fazer isso.

Vamos seguir os exemplos dos Estados que já fizeram isso e que estão bem, como os Estados que acabei de citar. Já houve aqui a participação de várias cooperativas fortes do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina. Visitamos várias cooperativas e pudemos constatar a qualidade da industrialização dos seus produtos e, principalmente, como melhorou a vida do agricultor que mora na zona rural. Em vários Estados, há acessos à zona rural de primeira qualidade. E queremos fazer com que isso aconteça em todos os Estados brasileiros, principalmente na Amazônia e, em especial, no nosso Estado de Rondônia, que avança a passos largos com relação ao aumento da produtividade. Agora, nós queremos melhorar a vida das pessoas que moram no campo. Esse é o grande desafio que temos pela frente.

Vamos, então, assistir ao vídeo nº 5.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O sempre Senador Osmar Dias, que, hoje, tem a grande responsabilidade de administrar aquela que é, no meu entendimento, a Vice-Presidência mais importante do Banco do Brasil, que é a Vice-Presidência da Agricultura. Ele tem um trabalho importantíssimo prestado no Paraná e no Senado e, agora, desenvolve novas técnicas, levando o crédito para os nossos agricultores brasileiros. Ele esteve conosco em várias audiências públicas, em vários debates, em várias reuniões, sempre trazendo novidades para o agricultor, dando uma contribuição muito grande no Banco do Brasil, exatamente levando crédito a todos os agricultores, principalmente ao pequeno agricultor rural brasileiro.

Então, meus cumprimentos ao Senador Osmar Dias pelo seu trabalho. Ele, agora, está à frente dessa Pasta tão importante, que é a Vice-Presidência da Agricultura do Banco do Brasil. Tenho a certeza de que o trabalho continuará e que muitas novidades acontecerão com relação ao crédito para o agricultor. Temos de levar crédito para o agricultor junto com a assistência técnica e também de cuidar do ensino das nossas crianças, dos nossos jovens e dos nossos adolescentes que vivem na zona rural, fazendo com que eles tenham acesso à melhor qualidade de ensino, à qualificação profissional e também ao conforto que temos na cidade. Esse é o desafio.

Acredito plenamente que, através do cooperativismo, nós vamos avançar muito com relação à qualidade de vida dos nossos agricultores brasileiros. De nada adianta o agricultor brasileiro produzir se não há infraestrutura para escoar a produção, para levar essa produção da área produtiva para os centros de comercialização e para as mesas da população brasileira. No Brasil, o agricultor tem se mostrado muito eficiente da porteira para dentro, e os seus problemas começam no armazenamento, no transporte, na comercialização e na exportação dos seus produtos. Os maiores problemas, portanto, estão da porteira para fora, onde o Governo tem que cumprir o seu papel e preparar o País para o futuro.

O Brasil tem a missão de ser o maior produtor de alimentos do Planeta, mas para isso precisa melhorar a sua malha rodoviária, os portos marítimos e fluviais, bem como as hidrovias e ferrovias. Nós temos aqui discutido e debatido intensamente com relação às nossas BRs, colocando sempre a preocupação especial com a BR-364. Conseguimos, através de reuniões, de levantamentos, de planejamentos, a restauração da BR-364, em Porto Velho, cuja restauração já está no início. Mas não basta a restauração da BR-364. Nós precisamos colocar em prática o projeto da ferrovia, ligando Porto Velho até a malha ferroviária brasileira, ligando à hidrovia do Madeira. Essa é a solução definitiva para o escoamento da produção do Estado de Rondônia, do Mato Grosso, que dependem, hoje, apenas da BR-364. Nós precisamos deixar para os nossos

produtores, plantadores uma ferrovia que possa fazer esse trabalho, um trabalho importantíssimo. Nós não podemos imaginar um País como o nosso, que quer ser o maior produtor de alimentos do mundo, sem malha ferroviária.

Eu tenho acompanhado nessa última semana, nesses últimos dias, a grande preocupação de construirmos um trem-bala de São Paulo ao Rio de Janeiro. Quero aqui registrar que o valor desse trem-bala é aproximadamente o valor correspondente – aproximadamente – a 15 mil quilômetros de ferrovia para o atendimento da agricultura brasileira. Portanto, no meu entendimento, é muito mais importante nós construirmos essas ferrovias para atender os produtores não só agrícolas, mas industriais também, do que termos o trem-bala. O trem-bala é importante? Claro que é importante, mas dar vazão à produção agrícola e industrial brasileira através de ferrovias, eu tenho absoluta convicção de que é muito mais importante.

Portanto, fica aqui o nosso pedido para que o Ministério dos Transportes dê uma atenção especial – não só o Ministério dos Transportes, mas o Ministério do Planejamento também – às ferrovias brasileiras.

Vamos ao vídeo nº 6.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – O investimento em infraestrutura é fundamental no nosso País. Nós acompanhamos e assistimos ao desenvolvimento e ao crescimento da produção de grãos, à produção da nossa bacia leiteira, a produção de carne no Brasil aumentou muito, e não houve acompanhamento com relação à infraestrutura das estradas, das ferrovias, das hidrovias; não houve investimento proporcional. Nós agora precisamos recuperar esse tempo perdido. Nós entendemos que é fundamental darmos essa condição aos nossos agricultores. Não adianta nós cobrarmos aumento de produtividade, cobrarmos preocupação com o meio ambiente sem darmos a nossa contrapartida, sem darmos a contrapartida do Governo. O Governo precisa fazer com que as nossas rodovias sejam recuperadas.

Eu assistia, ontem, à noite, a uma reportagem que mostrava a duplicação da rodovia que vai de São Paulo a Belo Horizonte, que está paralisada por falta de uma licença ambiental. A duplicação está paralisada em função da falta de uma licença ambiental. Nós já protocolamos uma PEC esta semana, modificando isso, dizendo que nós não podemos paralisar uma obra importante como essa em função de uma licença ambiental, não tirando a responsabilidade ambiental que nós temos que ter, que o Governo tem que ter e os reparos que o Governo tem que fazer pela construção de uma rodovia, mas não dá para aceitar que nós não possamos duplicar uma rodovia, uma rodovia que deve ser uma das mais antigas do nosso País. É apenas uma duplicação, e está paralisada por falta de uma licença ambiental.

E qual é o impacto ambiental que vai produzir a duplicação de uma rodovia para o meio ambiente? E o que nós estamos fazendo com aquelas famílias que perderam alguns de seus entes queridos em acidentes nessas rodovias? Essa rodovia principalmente é uma das rodovias onde mais houve acidentes nos últimos anos, e ela não teve a sua conclusão. Não está em obra por uma questão ambiental.

Aí eu volto a colocar: nós temos que ter responsabilidade ambiental? É claro que sim. Nós temos que cuidar do meio ambiente, mas não podemos fazê-lo em detrimento das pessoas. Nós temos que cuidar do ser humano. É o ser humano que cuida do meio ambiente; é o ser humano que cuida das nossas reservas; é o ser humano que cuida das nossas florestas. É por isso que nós protocolamos esta PEC que não permite a paralisação de obras por questões de licença ambiental. Sem tirar a responsabilidade ambiental do Governo.

Essa rodovia é apenas um exemplo de outras tantas que estão paralisadas por questões ambientais. Não se trata de uma abertura de uma nova rodovia, mas da duplicação de uma rodovia já existente. Uma rodovia que recebe um trânsito pesado, um trânsito grande, e não pode ser concluída por questões de licença ambiental. Então, são questões internas do Governo que precisam ser resolvidas para avançarmos com as nossas rodovias, as nossas ferrovias e as nossas hidrovias brasileiras.

Além desses macrotemas da agricultura brasileira de que tratamos nos ciclos de debates e audiências públicas, também trabalhamos para aprovação de projetos importantes para reduzir o custo de produção, como o PLS 190, de 2010, que regulamenta a produção e comercialização dos agrotóxicos genéricos no Brasil.

Olha, nós temos à nossa disposição nas farmácias medicamentos genéricos. Nós podemos ir à farmácia e comprar um genérico para nós tomarmos para melhorar a nossa saúde, mas não temos genéricos à disposição do agricultor brasileiro para colocarem nas suas plantações nem para darem aos animais brasileiros.

Essa é uma questão importante, que nós aprovamos aqui no Senado e foi para a Câmara para dar sequência. E nós podemos ter, no mercado, o genérico para os nossos agricultores. Eles precisam diminuir o custo da sua produção e ter alternativa para comprar os agrotóxicos e utilizá-los nas suas plantações.

Então, fica aqui um pedido à Câmara dos Deputados para que dê celeridade a esse projeto, como

nós fizemos aqui no Senado, para que possa ir até a Presidenta Dilma e ela sancione essa lei, a fim de deixar à disposição dos produtores, dos agricultores brasileiros, os agrotóxicos genéricos que vêm contribuir para diminuir o custo de produção no nosso País.

Discutimos também a política nacional dos biocombustíveis. E aí a grande preocupação de nós também produzirmos cana-de-açúcar na Amazônia em áreas já transformadas.

Existe uma restrição de financiamento para essas regiões no nosso País. A Amazônia não pode ter financiamento para plantio de cana-de-açúcar e, sucessivamente, para transformação da cana em combustível. Nós entendemos que isso não pode acontecer.

Também aprovamos aqui, nesta Comissão, projeto de lei autorizando o plantio da cana-de-açúcar na Amazônia, exclusivamente em áreas já transformadas.

Entendo que é natural que isso possa e deva acontecer. Por que essa discriminação com a Região Amazônica? Em áreas que já estão transformadas, áreas degradadas, que podem ser utilizadas para o plantio de cana-de-açúcar, a serem transformada em açúcar ou em álcool.

Hoje nós recebemos álcool de Paulínia, do Estado de São Paulo, em Rondônia. E também parte no Mato Grosso. Nós podemos produzir para o nosso próprio consumo, para o consumo no Amazonas, para o consumo no Acre, para o consumo em Roraima. Também o Pará pode produzir para o seu autoconsumo e exportar também para os Estados vizinhos. É um projeto de autoria do Senador Flexa Ribeiro que nós aprovamos aqui, que já foi para a Câmara, e esperamos que tenha celeridade também naquela Casa.

E queria fazer uma menção especial ao nosso Vice-Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Waldemir Moka, que é um Senador muito atuante, tem um conhecimento amplo sobre a agricultura, a pecuária do nosso País. E é como ele diz, que ele não tem um palmo de terra, mas conhece a agricultura como ninguém, e defende a agricultura, a produção de alimentos e o agricultor brasileiro. Tem uma capacidade muito grande de transformar o seu conhecimento em ações, em pronunciamentos e a sua atuação aqui é de fundamental importância para os nossos trabalhos na nossa Comissão. Portanto, um agradecimento especial ao Senador Waldemir Moka, que tem feito realmente um trabalho excepcional junto conosco, nós que dividimos esta Comissão, eu como Presidente e o Moka como nosso Vice-Presidente, que atua da mesma forma que a gente, aqui na Comissão.

Nossa pecuária. O Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo. É um mercado de difícil conquista e, por isso, sempre trazemos aqui, à Comissão, técnicos e especialistas da área para debater as questões que envolve a sanidade animal, o crédito e o desenvolvimento tecnológico. Nesse mercado, os parâmetros para comercialização da carne são extremamente rígidos, estabelecidos por regras internacionais, sendo que qualquer erro na condução da política de sanidade animal leva a barreiras comerciais para exportação de nosso produto, gerando prejuízos imensos em toda a cadeia produtiva da pecuária brasileira.

Estamos vendo alguns fatos acontecendo com relação a embargos que estão sendo discutidos, da carne brasileira para a China, para o Japão, por uma inverdade com relação à vaca louca no Brasil, que nunca existiu e não existe. Não há a menor possibilidade de isso acontecer com o nosso rebanho brasileiro. Isso é fato comprovado pelas autoridades brasileiras. Não há o menor risco de isso estar acontecendo no nosso País.

Debatemos na Comissão a concentração do mercado de carne nas mãos de poucos frigoríficos, estimulada pelo financiamento do próprio BNDES, e a quebradeira dos pequenos frigoríficos brasileiros. Isso está acontecendo em todo o Brasil, principalmente na nossa região, no Estado de Rondônia, no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, onde está havendo uma concentração dos grandes frigoríficos e a paralisação dos pequenos. Eles compram os pequenos frigoríficos e fecham a planta, param para fazer uma concentração maior, e isso está sendo feito com o dinheiro do BNDES. Nós debatemos muito isso aqui, trouxemos representantes dos frigoríficos, representantes dos produtores, representantes do BNDES também, e exigimos que houvesse um tratamento diferenciado aos pequenos frigoríficos; dessa forma, dando uma estrutura também para os pequenos e médios, não apenas para os grandes frigoríficos brasileiros. Diante dessa situação, aprovamos um projeto de lei que dá preferência para o criador, no caso de falência do frigorífico.

No que diz respeito aos avanços tecnológicos, discutimos e aprovamos no Senado o PLS 73, de 2007, que ordena a produção e comercialização de animais clonados aqui no Brasil. Hoje nós utilizamos animais clonados, mas importados, os clones importados. Não que nós não tenhamos a tecnologia para isso ainda. A Embrapa já desenvolveu, há muitos anos, a tecnologia dos clones para animais, mas não pode utilizá-las por falta de uma regulamentação. Desde 2007, esse projeto estava paralisado aqui no Senado. Nós pegamos esse projeto, o aprovamos aqui na Comissão de Agricultura, aprovamos também na Comissão de Meio Ambiente, na CCJ, de modo que já foi para a Câmara para ser debatido, um assunto da maior importância. Nós temos que ter à disposição dos nossos produtores os clones produzidos no Brasil, não apenas os

clones importados. Por que a Argentina pode produzir e exportar para nós, assim como os Estados Unidos, o Canadá? O Canadá é um dos maiores exportadores de clones, e nós, no Brasil, que já temos a tecnologia, não podemos produzir e utilizar a nossa tecnologia desenvolvida pela Embrapa.

Então, nós aprovamos aqui projeto importante, se não me engano, de autoria da Senadora Kátia Abreu, um projeto muito bem elaborado, com orientação do Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e com o acompanhamento da Embrapa, um projeto da maior importância para o nosso País. Fizemos reuniões com os técnicos do Governo, com os representantes do setor produtivo e com os pesquisadores da Embrapa. Creio ser este um avanço para a melhoria genética do rebanho brasileiro.

Com relação à pesca, com a recente criação do Ministério da Pesca, passamos a debater na Comissão esse importante setor da economia primária para os Estados da Região Norte, principalmente. Os três últimos Ministros da Pesca compareceram a audiências aqui na nossa Comissão, e o Ministro passou a atuar com mais efetividade, destinando máquinas e equipamentos para a construção de tanques em várias regiões do nosso País, mas em especial no nosso Estado de Rondônia.

Aqui, o nosso agradecimento ao nosso colega, Senador e agora Ministro da Pesca, Marcelo Crivella, que tem feito um trabalho excepcional à frente do Ministério. Já esteve várias vezes em Rondônia, acompanhando o desenvolvimento do pescado no nosso Estado, onde também apoia essa atividade juntamente com o Governo do Estado.

O acontecimento mais importante que demonstra a evolução do setor no País foi o lançamento do Plano Safra da Pesca e Aquicultura. É uma inovação feita neste ano pela nossa Presidenta Dilma, juntamente com o Ministro da Pesca, que vem dar um reforço muito grande para a produção do pescado no nosso País.

Desta forma, estamos nos encaminhando para o final da nossa audiência pública e quero aqui fazer um agradecimento especial aos titulares da Comissão de Agricultura: o Senador Delcídio Amaral; o Senador Antonio Russo; o Senador Zezé Perrela; o Senador Rodrigo Rollemberg; nosso Vice-Presidente e atuante Senador Waldemir Moka; o Senador Casildo Maldaner, que também tem atuado muito junto conosco nesta Comissão; o Senador Sérgio Souza; a Senadora Ana Amélia; o Senador Ivo Cassol; o Senador Benedito de Lira; o Senador Flexa Ribeiro; o Senador Cyro Miranda; o Senador Jayme Campos; o Senador Gim Argello; o Senador Antonio Carlos Rodrigues e o Senador Sérgio Petecão. E os suplentes: Senadora Angela Portela; Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, João Durval, Antonio Carlos Valadares, Romero Jucá e Roberto Requião; Senador Valdir Raupp, do nosso Estado de Rondônia; Senador Luiz Henrique; Senador Ciro Nogueira; Senador João Alberto Souza; Senador Aloysio Nunes Ferreira; Senador Alvaro Dias; Senador Mozarildo Cavalcanti; Senador Cidinho Santos, do PR – o Senador Blairo Maggi vai retornar à Casa –, que também tem tido uma atividade muito intensa na nossa Comissão de Agricultura; e o Senador Marco Antônio Costa.

São os Senadores que fazem parte da nossa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Nós temos aqui alguns *e-mails* que recebemos. São vários *emails,* e agradeço a participação das pessoas que nos mandaram *emails*. Vamos ler alguns deles aqui.

Da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que agradece a oportunidade de debates públicos, dada por meio da coordenação da presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, para que debatêssemos políticas públicas com o objetivo de melhorar as atividades de produção e renda da agricultura familiar.

Sugerimos que, no próximo ano, se reproduzam os ciclos de debates para que continuemos avançando no aperfeiçoamento da produção agrícola familiar. Destacamos que, em 2012, queremos continuar o debate do PLS nº 330, que trata das integrações indústria e agricultores familiares, com a finalidade de aperfeiçoar a proposição.

O Antonio Rovaris, Secretário de Política Agrícola da Contag, manda esse pedido, e, com certeza, continuaremos debatendo o PLS nº 330. Um abraço à Contag, e o nosso agradecimento pelo *e-mail*.

De ordem do Exmo Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Ministro Pepe Vargas:

Gostaria de exaltar a importância desta iniciativa, chamada ciclo de debates, além de constituir-se em um espaço para a discussão de temas extremamente relevantes ao desenvolvimento da agricultura brasileira, em especial os afetos à agricultura familiar e à reforma agrária. A inovação de oportunizar a participação popular nesses debates é excelente.

Por fim, gostaríamos de agradecer as oportunidades concedidas a este Ministério [que é o Ministério do Desenvolvimento Agrário], e nos colocarmos à disposição para os ciclos futuros.

Respeitosamente, Rafael Ferreira Simões Pires, em nome do Ministro Pepe Vargas.

Muito obrigado. Mais uma vez, agradeço a sempre presença do MDA nas nossas palestras, nos nossos ciclos de debate aqui no Senado e também nos Estados. Sempre participaram ativamente.

Em nome do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa):

Queremos enfatizar a importância que foi o ciclo de palestras e debates promovidos por esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, presidida pelo Senador Acir Gurgacz, debates esses que serviram para aproximar este Ministério desta Comissão e dos agricultores, a que nos assistiram por meio da TV Senado, Rádio Senado e afins. Foi um espaço muito importante, onde pudemos abordar relevantes temas no tocante à agricultura brasileira.

Quem manda é o Ministério da Agricultura do nosso País. Um agradecimento também a este Ministério, que sempre esteve junto conosco debatendo os temas importantes da agricultura brasileira.

Do Vice-Prefeito eleito do Município de Cacoal, Marcon, ex-Deputado Estadual, juntamente com o Padre Franco, que também foi reeleito como Prefeito municipal de Cacoal:

Estivemos juntos na audiência pública realizada no meu Município, para debatermos sobre a cultura do café, de extrema importância para a economia regional a participação dos produtores, técnicos e da comunidade. Foi muito importante a audiência para esclarecer dúvidas e buscar informações. Parabéns a esta Comissão pela abertura de tão importante canal de debate entre produtores e Congresso Nacional. Assinado. Acelino Luiz Marcon, Vice-Prefeito de Cacoal e também Padre Franco, Prefeito Municipal de Cacoal.

Muito obrigado pela mensagem, Marcon, e continuaremos, sim, os nossos trabalhos aqui na Comissão de Agricultura,

E manda o Marcito Pinto:

Senador, receba meus cumprimentos pelo trabalho realizado à frente da Comissão de Agricultura do Senado. Avanços importantes foram conseguidos nessa gestão. Em especial, nós, o povo de Rondônia, lhe somos muito gratos por ações que, com certeza, já começaram a mudar para melhor a realidade da agricultura em nosso Estado e região.

Assinado: Marcito, Vice-Prefeito eleito de Ji-Paraná.

Da CNA:

Parabenizamos V. Exª pela maneira exitosa como conduziu os trabalhos na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. O espaço aberto no ciclo de debates possibilitou significativa aproximação e integração entre as entidades representativas do setor produtor rural e o Congresso Nacional, promovendo, assim, a difusão do conhecimento. Gostaríamos de destacar a iniciativa que abrilhantou a discussão. O acesso aos expositores vinha online, ocasião em que dúvidas foram dirimidas, conhecimentos aprofundados e os temas enriquecidos.

Da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Muito obrigado à CNA pela sua colocação.

Quem manda aqui é o Incra.

O Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Sr. Carlos Guedes de Guedes, incumbiu-se de transmitir a V. Exª seus *sinceros agradecimentos pelas inúmeras oportunidades que seu mandato na Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no Senado Federal proporcionou para a discussão dos mais importantes temas agrários do Brasil, especialmente ao longo do ciclo de palestras e debates promovidos pela CRA desde 2011. É sua opinião que esses debates tiveram um valor estimável para o aperfeiçoamento das políticas públicas do mundo agrícola e agrário, vocação confirmada desde a primeira edição, em março do ano passado, quando o tema da regularização fundiária inaugurou a sequência dos trabalhos, indicativo claro de que se haveria de construir uma parceria institucional das mais importantes.*

Por diversas vezes o Incra se fez presente nos debates da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, algumas na própria pessoa do seu Presidente, como em novembro último passado, quando as dificuldades e os novos rumos para a implantação da reforma agrária no Brasil foram abordados, um momento de destacada importância para o esclarecimento das contingências e a construção de soluções.

Por todos esses motivos e muitos outros, o Presidente Carlos Guedes de Guedes congratula o Senador Acir Gurgacz e todos os Senadores, bem como os demais membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado pelo exitoso trabalho realizado ao longo do Ciclo de Palestras e Debates e se mantém firme no propósito de contribuir com esses esforços sempre que foi possível.

Assessoria Parlamentar do Incra, do nosso Presidente Carlos Guedes de Guedes.

Deputado Jesualdo Pires.

Quero externar os cumprimentos ao Senador Acir Gurgacz pelo brilhante e profícuo trabalho à frente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Nós, que moramos em Rondônia, sabemos da importância dessas ações dessa Comissão em prol do desenvolvimento da agricultura, pecuária e produção de leite e, especialmente, em ações voltadas à agricultura familiar.

Deputado Jesualdo Pires, que é o Prefeito eleito de Ji-Paraná, diplomado juntamente com Marcito Pinto, no último dia 12/12/2012.

Meus cumprimentos ao Deputado.

A OCB.

A iniciativa do Ciclo de Debates e Palestras da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, sob a presidência do Senador Acir Gurgacz, abriu novas oportunidades, principalmente porque durante o ano de 2012, Ano Internacional das Cooperativas, os olhares de todo o mundo estiveram voltados para as nossas cooperativas. Sendo assim, foi uma chance única para consolidarmos o cooperativismo como uma alternativa socioeconômica sustentável como caminho para o crescimento de várias nações.

Nosso desejo é fazer com que a população reconheça no seu dia a dia a presença e a importância das cooperativas. Queremos mostrar que o leite, o café, o açúcar e demais alimentos que chegam às casas dos brasileiros são produzidos por cooperativas.

Saudamos o Presidente Acir Gurgacz por essa nobre iniciativa que tanto contribuiu para a maior aproximação entre o cooperado e o Senado Federal.

Assinado, Presidente da OCB, Marcio Lopes de Freitas.

Ministério da Pesca.

Tendo em vista que nessa sexta-feira o Ciclo de Palestras e Debates estará em sua 30ª edição, gostaria de parabenizar V. Exª pela iniciativa.

O Ministério da Pesca e Aquicultura teve a oportunidade de divulgar o Plano Safra da Pesca e Aquicultura no último dia 23/11 e ficamos impressionados com a grande repercussão da palestra do Sr. Ministro Marcelo Crivella. Recebemos várias ligações nos dias subsequentes, solicitando mais informações acerca do nosso plano.

Trata-se, sem dúvida, de um espaço democrático onde o cidadão tem oportunidade de manifestação.

Mais uma vez parabenizo V. Exª pelo espaço disponibilizado em prol da nossa sociedade.

Atenciosamente,

Ministério da Pesca e Aquicultura.

O Prefeito de Vilhena, José Luiz Rover, agradece ao Senador Acir Gurgacz

o empenho em realizar audiência da Comissão de Agricultura no referido Município.

É com grande satisfação que anuncia a regularização fundiária para 72 famílias, hoje realizada graças à intervenção do Senador, a partir da audiência realizada em Vilhena. Outras 200 famílias também devem receber o título de suas propriedades do Município.

É mais dignidade e segurança para quem trabalha e ajuda o nosso País a crescer.

Muito obrigado ao Prefeito de Vilhena, José Luiz Rover, que também foi reeleito para administrar pelos próximos quatro anos a Prefeitura Municipal de Vilhena.

Vou fazer um agradecimento especial à Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, em nome do Antoninho Rovaris, que sempre esteve junto conosco, ao Presidente da Emater de Rondônia, Elisafan. Quando falavam em Elisafan, eu não sabia quem era; quando diziam que era o Sales, este eu conheço. O Sales é amigo nosso. É que oficialmente vem o nome Elisafan, que a gente não conhece, mas o Sales, todos nós conhecemos. Um abraço, Sales. Muito obrigado pela frequente participação da Emater no nosso Ciclo de Palestras e Debates e também nas nossas audiências públicas aqui, no Senado Federal, e no Estado de Rondônia.

Ao Superintendente do Incra de Rondônia, Luis Flávio Carvalho Ribeiro, ao Secretário de Agricultura de Rondônia, Anselmo de Jesus, à Coordenadora de Regularização Fundiária do Governo do Estado de Rondônia.

Cumprimento especial a Edinéia Gusmão, que faz um trabalho excepcional, juntamente com Anselmo e principalmente com o nosso Governador, Confúcio Moura, com relação à regularização fundiária no Estado e ao acompanhamento dos assentamentos. É um trabalho excepcional. Um abraço e o agradecimento a Edinéia Gusmão.

Ao Salatiel Rodrigues, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Rondônia, ao Francisco Ferreira Cabral, da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia – Sr. Chico, um abraço –, ao Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetagro), Lázaro Dobri, o Lazinho, sempre participando junto conosco.

Também um agradecimento especial ao Ministério do Desenvolvimento Agrário em Rondônia, ao Delegado Federal do MDA, ao Genair Capelini, sempre presente junto conosco, e também à Superintendência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Rondônia, na figura de José Valterlins Calaça Marcelino. Muito obrigado pela sua participação conosco. E também ao Superintendente do Ministério da Pesca em Rondônia, Jenner Tavares Menezes.

E um agradecimento especial à equipe da Comissão de Agricultura, que sempre esteve conosco. Em nome do Marcelo, agradeço a todos os integrantes desta Comissão, junto com José Luiz, que está sempre atuando junto conosco. Foi um trabalho diferenciado que fizemos com a interatividade.

Um agradecimento especial realmente à equipe do Senado Federal: à equipe da TV Senado, que se deslocou várias vezes junto conosco por diversos can-

tos do nosso País. E pudemos transmitir ao vivo várias audiências públicas. Quando não foi possível transmiti-las ao vivo, elas foram gravadas e retransmitidas em outros dias. A equipe desta Casa é muito coesa, de um profissionalismo exemplar.

O mesmo ocorre com a equipe do Sepop – a Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública, que nos acompanhou, recebendo essas mensagens através do 0800 do Senado, do Twitter e de mensagens que vieram pela Internet.

Dessa forma nós entendemos que aproximamos o Senado da população e inauguramos aqui essa interatividade, graças ao apoio dessas pessoas que aqui citamos.

Nosso grande desafio é tornar o Brasil o maior produtor de alimentos do mundo, não apenas para sermos o maior produtor de alimentos, mas para melhorarmos ainda mais o saldo da balança comercial brasileira, que é pautada na produção do agronegócio. Se não fosse o agronegócio a nossa balança comercial seria negativa, com certeza.

A essência disso é melhorar a qualidade de vida dos nossos agricultores. Esse é o principal objetivo nosso. Produzindo mais e melhorando a qualidade dos nossos produtos vamos melhorar a qualidade de vida de quem mora no campo. Queremos promover um êxodo rural ao inverso: fazer com que as pessoas retornem ao campo, à agricultura familiar, à atividade rural. Mas isso não se faz por decreto, não se faz por discurso, não se faz por reuniões. Isso se faz por programas de governo, levando assistência técnica ao campo, levando melhorias às residências no campo, levando melhoria do ensino para os nossos jovens que vivem no campo. Fazer com que eles tenham acesso à Internet, à televisão, à comunicação no campo como nós temos na cidade, fazer com que os acessos a essas residências da zona rural sejam de primeira qualidade. Esse é o grande objetivo do Ministério da Agricultura, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério dos Transportes para os próximos anos. E nós estamos inseridos nesse programa: levar uma melhoria de qualidade de vida ao homem do campo. Somente assim nós vamos fazer com que ele permaneça no campo.

Como é que nós vamos querer que os seus filhos venham para a cidade, passem a viver uma vida com conforto maior, tenham acesso à comunicação, às redes sociais e ao aprendizado, que se formem e voltem para o campo? Eles não voltarão se lá não tiverem no mínimo o mesmo conforto que eles têm na cidade. E é isso que nós queremos: levar esse conforto que todos temos na cidade ao campo também. Parece utopia, mas não é. É como o Luz no Campo. Hoje nós temos, pelo menos no Estado de Rondônia, 99% das nossas propriedades rurais com luz através do Programa Luz no Campo. Nós queremos também ter acesso melhorado às nossas propriedades rurais não só para o escoamento da produção, mas para o conforto de quem mora no campo. Nós temos que cuidar da qualidade de vida de quem mora no campo. É esse o nosso grande desafio.

Também queremos agradecer à nossa Consultoria Legislativa. Em nome do Dr. Lagares, estendemos a todos os consultores, a toda a equipe o agradecimento pelo trabalho feito à frente desta Comissão.

Portanto fica aqui o nosso agradecimento. É o final do nosso biênio 2011/2012. Esperamos que no ano que vem possamos dar continuidade. Estaremos juntos, fazendo parte da Comissão de Agricultura como membro e dando total apoio para o próximo Presidente que vier a assumir esta tão importante Comissão aqui no Senado Federal.

Agradeço a todos pelo trabalho que foi feito, trabalho destinado aos agricultores, aos pecuaristas, por todos os técnicos desta Comissão e desta Casa.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Um abraço a todos e até a próxima, se Deus quiser.

(Iniciada às 10 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.)

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2012.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia doze de dezembro de dois mil e doze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores, Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Rodrigo Rollemberg, Eunício Oliveira, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Marco Antônio Costa, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ângela Portela, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira, José Agripino e Gim. O Senhor Presidente, Senador Eduardo Braga, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo

ao **Requerimento n.º 32 de 2012-CCT**, de autoria do Senhor Senador Eduardo Braga, que requer "....nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT para a realização de debates em torno do tema "Situação e Qualidade do Serviço Móvel Pessoal – SMP, Atuação e Investimentos das Operadoras de Telefonia Móvel e as Medidas Adotadas pela Anatel", em continuidade à Audiência Pública realizada pela CCT/SENADO em 08/08/2012, com convites às autoridades abaixo relacionadas, e em havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna. • Excelentíssimo Senhor João Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Senhor Antonio Carlos Valente, Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL". Comparecem à reunião os senhores João Batista de Rezende, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e Eduardo Levy, Diretor Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SINDITELEBRASIL. Finda a exposição, o Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usa da palavra o Senhor Senador Walter Pinheiro. Nesse momento, o Senhor Senador Eduardo Braga requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimento com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 36, de 2012-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do senhor Senador Eduardo Braga, que requer "...,nos termos do art.113, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, que "Dispõe sobre normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no País" seja apreciado em reunião conjunta das comissões constantes do despacho inicial, Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Assuntos Sociais; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa". O requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Senhor Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as notas taquigráficas sejam anexadas a esta ata para devida publicação. Nada havendo mais a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e vinte minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Srªs e Srs. Senadores presentes, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Um pouquinho mais de áudio, por favor. (*Pausa*.)

Eu pediria um pouquinho mais de áudio. Um pouquinho mais de áudio, por favor. (*Pausa*.)

Srªs e Srs. Senadores presentes, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da República.

Antes do início dos trabalhos desta Reunião, proponho a dispensa da leitura e a consequente aprovação da ata da última reunião.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Convido, portanto, para compor a Mesa o Exmº Sr. Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, João Batista de Rezende, a quem agradeço pela presença desde já; o Ilmº Sr. Eduardo Levy, Presidente Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – Sinditelebrasil.

Comunicado da Presidência: Srªs e Srs. Senadores, a empresa Sistema Nacional de Comunicação Pantanal – Rede Brasil de Televisão apresentou perante esta Comissão denúncia contra a empresa SKY Brasil Serviços Ltda.

Segundo informa, a SKY Brasil Serviços Ltda. negou pedido de carregamento do seu sinal, sob a alegação de inviabilidade técnica e econômica, implicando descumprimento de regras estabelecidas pela Lei Federal nº 12.485, de 2012, Lei da TV por Assinatura, e pela Resolução nº 581/2012, da Anatel.

Por informação da denunciante, dentre outras questões que trata, a SKY Brasil Serviços mantém na sua plataforma canais de geradoras e retransmissoras com as mesmas características que a Rede Brasil de Televisão, o que obrigaria, pelos dispositivos legais citados, o carregamento de, no mínimo, um canal das geradoras ou retransmissoras dos demais conjuntos com as mesmas características.

Requer a denunciante, então, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado tome providência no sentido de

determinar o cumprimento das normas legais cabíveis e que a Anatel promova a devida fiscalização junto à SKY Brasil Serviços Ltda.

Permanecerá a documentação à disposição dos membros desta Comissão em sua secretaria.

Feito esse comunicado, e antes de passarmos a palavra aos convidados, é oportuno ressaltarmos que esta audiência pública é resultante do Requerimento nº 32, de 2012, de autoria desta Presidência e tem por objetivo estabelecer um novo debate sobre a "Situação e Qualidade do Serviço Móvel Pessoal – SMP, Atuação e Investimentos das Operadoras de Telefonia Móvel e as Medidas Adotadas pela Anatel".

Ela acontece em continuidade à audiência pública realizada pela CCT, em conjunto com a CMA, no último dia 08 de agosto, que tratou sobre o mesmo tema.

Naquela oportunidade, recebemos, além dos convidados que ora compõem a Mesa, o Ministro de Estado das Comunicações, Sr. Paulo Bernardo, e ela foi movida pelas medidas cautelares adotadas pela Anatel, suspendendo, inclusive, a comercialização de novos acessos por algumas das operadoras de telefonia móvel.

As medidas foram aplicadas, em suma, pelos baixos índices de qualidade registrados na prestação dos serviços pelas empresas e também pela quantidade de reclamações feitas pelos consumidores.

Após a execução das suspensões, foram, então, as empresas obrigadas a apresentar planos de investimento e melhoria em suas redes, cabendo à Anatel, por conseguinte, o acompanhamento trimestral da sua execução.

Por isso mesmo, é extremamente oportuno realizarmos esta nova audiência para que a CCT, o Senado Federal e a sociedade possam saber o que, realmente, foi feito.

Nunca é demais citarmos que o Brasil, além do natural crescimento econômico experimentado, também tem à frente a realização de eventos de grande abrangência, que exigirão maior capacidade da infraestrutura de telecomunicações instaladas.

Porém, não devemos buscar aqui compromissos ou resultados apenas para esses eventos, e, sim, para que o usuário tenha um serviço de qualidade e condizente com as suas necessidades.

Telecom é um dos vetores do crescimento da economia, e não podemos descuidar, pois, em um País de dimensões continentais como o Brasil, o planejamento e constantes investimentos devem caminhar juntos. Falar em investimento e infraestrutura não deve ser apenas para estabelecer metas futuras, mas, no caso do debate que teremos aqui, também para chamar à responsabilidade as operadoras para que recuperem aquilo que deixaram de realizar nos últimos anos.

Decorre daí grande parte dos problemas, pois em Regiões menos favorecidas, como Norte e Nordeste, por exemplo, é que identificamos os principais problemas. E, certamente, não houve por parte das empresas a devida atenção com os seus usuários e com a infraestrutura e investimentos necessários.

Não fosse isso, não teria a Anatel, com o irrestrito apoio do Ministério das Comunicações, lançado mão de medidas mais bruscas, pois a sociedade clamou por essa intervenção.

Também é importante citarmos que, a partir das medidas e debates realizados, inclusive nesta Comissão, já podemos observar alguns resultados práticos, a exemplo do recente regulamento editado pela Anatel, que estabeleceu que chamadas intercaladas por tempo menor de 120 segundos serão consideradas com apenas uma chamada para fins de cobrança. Deu-se essa mudança pelas denúncias de que as empresas estariam criando mecanismos para aumentar a queda de chamadas e, assim, poder efetuar novas cobranças de clientes pré-pagos.

Noutra linha, estamos discutindo o Projeto de Lei do nobre Senador Vital do Rêgo que busca estabelecer um novo regramento que permita às empresas incrementarem a sua infraestrutura e licenciá-la em um menor tempo. Sou Relator dessa matéria. Apenas para informar ao Plenário, entregaremos o relatório no dia de hoje e, amanhã, teremos já a votação em reunião conjunta. E teremos, na próxima semana, em caráter terminativo, Srs. Senadores, aqui na nossa Comissão, a votação da Lei Geral de Antenas.

Buscamos soluções e não queremos apenas que as empresas venham ao Senado e informem quanto estão faturando e quanto estão investindo, e, sim, quais as reais medidas visando estabelecer a qualidade dos serviços e que a sociedade e os usuários percebam essa mudança.

Eu quero, portanto, passar a palavra ao nosso querido João Batista de Rezende, Presidente da Anatel, para as suas considerações a respeito dessa importante avaliação sobre os resultados alcançados em função da nossa última audiência pública; a seguir, as razões que levaram à suspensão da comercialização dos contratos recentemente.

Esta é uma audiência para que possamos acompanhar de perto essas ações.

Apenas como medida de informação, o Senado da República abriu todos os seus canais de multimídia para que nós pudéssemos ter a participação da população brasileira e dos brasileiros interessados na questão. Para tanto, basta ligar para o telefone 0800-612211 e

participar diretamente com as suas perguntas nesta audiência pública. Pela Internet, poderá o cidadão enviar manifestações pela página do Alô Senado, www.senado.gov.br/senado/alosenado, ou, então, acessar os perfis do Senado nas redes sociais.

Portanto, passamos, agora, a palavra... *(Pausa.)* *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Passaremos a palavra ao Sr. Eduardo Levy, Diretor Executivo do Sinditelebrasil, a quem agradeço desde já a presença na nossa audiência pública de hoje.

Com a palavra o Sr. Eduardo Levy.

O SR. EDUARDO LEVY – Bom dia!

Bom dia, Senador Eduardo Braga e demais Senadores, Presidente João Resende, senhoras e senhores, fazer alguns comentários sobre o crescimento tão forte das telecomunicações no Brasil. A infraestrutura que está sendo implantada é que tem dado suporte a esse crescimento extremamente vigoroso. Estamos investindo na razão de R$63 milhões por dia.

Então, Presidente, apesar de muitas vezes fazer comentário apenas sobre investimentos, em um País em que as notícias que aparecem são sobre dificuldades de fazer investimento, é difícil encontrar um setor que faça esse volume de investimento. Estamos investindo, em 2012, algo em torno de 15% acima do que investimos em 2011. E, em 2011, batemos o recorde dos nossos investimentos no Brasil da ordem de R$22 bilhões. É muito difícil encontrar, em 2012, um setor que vá investir mais de R$22 bilhões por ano, R$63 milhões por dia.

E isso se transforma em resultado prático. Temos hoje 259 milhões de *chips*, comenta-se agora, porque temos um conjunto de *chips* que estão em celulares, um conjunto de *chips* que estão em modems 3G e um conjunto de *chips* em algo que vai se tornar muito familiar para o brasileiro, que é o serviço máquina a máquina. Cada vez mais a sociedade vai poder usufruir dessa facilidade.

Outro dado que entendemos ser muito interessante para o País é o resultado da quantidade de acessos em banda larga. Estamos ativando um celular, uma banda larga por segundo no País hoje, mas o mais importante que qualquer desses números é um dado que nos remete à grande revolução que vem sendo feita no País: 50% dos acessos em banda larga foram ativados nos últimos 18 meses. Mesmo com todos os comentários e a percepção de que a qualidade de serviço não é aquela que deveria ser entregue ao cidadão, 50% de acessos ativados significam uma necessidade muito grande de infraestrutura e que nós a colocamos, apesar de algumas barreiras e dificuldades.

Já temos 3.127 Municípios, é um copo meio vazio meio cheio, porque precisamos de 5.565 Municípios com cobertura 3G, temos apenas 3.127. Por outro lado, a meta que nos obriga a cumprir, em abril do ano que vem, são 928 Municípios. Então, essa é a metade do copo cheio, porque ultrapassamos, em muito, as obrigações que recebemos da Anatel para cumprir.

O mercado brasileiro, fruto de uma série de fatores, principalmente de uma política pública acertada, através de um indicador HHI, que é um indicador de um instituto alemão que mede como as empresas e os países são concentrados ou não, mostra que o Brasil é um dos países mais competitivos do mundo em termos de telefonia celular, onde quatro empresas dividem praticamente quase igualmente o mercado, observando que, em 2000, havia uma disparidade muito grande. Em 2000, isto aqui pode trazer reflexos de uma empresa com maior capacidade de investimento ou maior poder dentro do mercado. Hoje, as empresas todas lutam ferozmente por um universo de clientes que é praticamente o mesmo. O reflexo disso, através de uma consultoria Teleco, que é uma das consultorias mais reconhecidas no mercado brasileiro, mostra que o preço do minuto do celular vem caindo de 2008 até o primeiro semestre de 2012. E vamos fechar o ano de 2012 com uma queda ainda maior, o que se traduz em um esforço muito grande das empresas, em função daquele indicador de competição.

A demanda por infraestrutura... E o Natal deste ano vai mostrar os três produtos mais desejados pelos brasileiros são o *smartphone*, o *notebook* e o *tablet*. Isso aqui significa basicamente um *chip* em cada um deles para poder funcionar com acesso à Internet, o que vai trazer maiores desafios para nós. Aliado a isso, o tráfico de dados vai crescer exponencialmente e, na América Latina, puxado pelo Brasil, graças a Deus, o tráfico ainda vai ser maior por usuário e haverá um crescimento ainda mais vigoroso do que no restante do mundo.

O Brasil vai ter, em 2020, 2 bilhões de conexões móveis segundo a visão que a Ericsson, que é um dos nossos fornecedores, apresenta e já divulgou para o mercado. Isso também vai demandar uma infraestrutura muito grande.

Eu tenho comentado nas minhas apresentações e sempre faço o apelo... A grande notícia, Senador, é que, conseguindo a Lei Geral de Antenas, nós damos um passo... E a rapidez com que isso efetivamente tramitou aqui no Senado Federal foi para nós um motivo de muita alegria. E o próprio texto, segundo entendemos, vai trazer vantagens e facilidades – vou procurar mostrar algumas coisas para explicar a importância

desta conhecida Lei Geral de Antenas que nós teremos no Brasil ainda este ano.

Quando o serviço celular foi lançado, as torres eram muito altas e a área geográfica de cobertura era relativamente grande – uma antena só. Com o aumento da demanda numa mesma área geográfica, como as torres e as antenas não têm capacidade infinita, elas passaram a se distribuir. O cálculo de antenas numa determinada área é função do número de clientes e do uso que esses clientes fazem da infraestrutura ali existente. Mesmo que existam poucos clientes e eles usem muito, nós precisamos de muitas antenas; se existirem muitos clientes, mas o uso deles for muito pequeno, como, por exemplo, máquina a máquina, que tem um uso esporádico e praticamente não reflete muito a infraestrutura existente, nós não precisamos ter tanta coisa assim. Mas, de qualquer forma, é necessária a ampliação.

A notícia ruim em função do que a tecnologia nos traz, em função do que as frequências nos trazem e os engenheiros conhecem em termos de faixa de freqüência, é que a quarta geração, que vai chegar ao Brasil agora, para a Copa das Confederações no ano que vem, utiliza uma frequência chamada mais alta, e a Física nos mostra que uma frequência mais alta faz com que o alcance diminua. Então, a necessidade de infraestrutura é muito maior para uma mesma área geográfica. A vantagem é que as antenas são menores e a potência que elas emitem também é muito menor. A consequência disso é uma questão inexorável para qualquer país que cresce e que usa a tecnologia celular para dar atendimento ao seu cidadão: a necessidade cada vez maior de infraestrutura.

A implantação da quarta geração é muito importante nos eventos internacionais – Copa das Confederações, Copa do Mundo e as Olimpíadas. A quarta geração amplia muito a velocidade da banda larga móvel. Essa é a grande vantagem, principalmente para quem vem de fora, para jornalistas, para quem vai acompanhar esses eventos e passar informações.

Nós temos falado a respeito de leis municipais que colocam dificuldades para a implantação da infraestrutura no País, algumas mais, outras menos, algumas com um lado razoável, técnico, de restrição, outras nem tanto. Em agosto de 2011, na Câmara dos Deputados, nós já falávamos a respeito disso, e eu acho que poderemos falar mais sobre isso daqui a pouco tempo.

Muito rapidamente: o PL das Antenas traz uma regra única, e nós vamos precisar de 9.566 novas licenças para a instalação de quarta geração nas doze cidades da Copa. O Brasil tem hoje pouco menos de 60 mil antenas; 9.500, 60 mil antenas, 10 mil antenas: dá para os senhores calcularem que nós vamos precisar de um acréscimo entre 10% e 15% de novas licenças. As licenças é que nos são muito demoradas, e a existência de uma legislação federal vai nos trazer uma vantagem muito grande.

Outra coisa que nós iremos fazer, trabalhando com a Anatel, é procurar acabar com os celulares piratas. Existe na planta brasileira uma quantidade muito grande de aparelhos que não são homologados pela Anatel. Nós vamos procurar eliminar esse tipo de aparelho na medida em que o tempo for passando. Não vamos fazer nenhuma ação forte sobre os clientes que hoje estão utilizando os aparelhos, apenas para os novos que forem habilitados, no sentido de terminar com o celular pirata, porque normalmente são aparelhos que usam componentes de qualidade inferior em que a potência é menor, então, são causadores das quedas de chamadas que nós temos.

As queixas sobre atendimento, já as tivemos, caíram pela metade em 2 anos, como a fonte da Anatel, as reclamações recebidas no *Call Center* da Anatel. O número que deve ser sempre levado em consideração é o da quantidade de clientes: são 364 reclamações por cada 1 milhão de clientes. Mesmo que nós tenhamos a percepção de qualidade, o volume reclamado é compatível com os padrões que existem no restante do mundo.

Entendemos, então, que devemos considerar a enorme quantidade de clientes que temos para fazer o cálculo das reclamações. Também temos de encontrar uma forma de fazer com que esse *slide*, que é impossível de ser enxergado e compreendido, mas ele nada mais é do que uma conta telefônica que um cliente recebe. A conta é extremamente detalhada, informa chamada por chamada, no horário que foi e para onde foi, etc. E isso, para quem observa uma conta telefônica e a cada cliente que a observa, é muito difícil lembrar se realmente fez a chamada e quem a fez, etc. Então, esse é um dos fatores de reclamações que nós temos e para o qual temos de procurar uma forma mais fácil de nos comunicar com os clientes.

A Anatel aprovou, então, os planos de qualidade, no que tange a estes 3 últimos meses, com ações para reduzir o número de interrupções, um conjunto de ações sobre o mapeamento de demanda – essas foram as informações que nós entregamos à Anatel –; dimensionamento da rede; atualização tecnológica; aumento de capacidade, principalmente do 3G; expansão da cobertura; planejamento regionalizado; lançamento do 4G; em detalhes, um conjunto de medidas que foram apresentadas à Anatel.

Nesse conjunto de medidas, nós apresentamos também os investimentos que iríamos fazer – e esses investimentos são apenas das quatro empresas celu-

lares – em que nós já informamos à Anatel uma antecipação do que havia sido previsto até 2014, 14% acima do que estava direcionado anteriormente e dentro do planejamento das empresas. Então, as empresas já estão cumprindo com isso. E toda essa movimentação que ocorreu trouxe um lado positivo, porque nós conseguimos liberar uma quantidade muito grande de pedidos de licença que estavam represados, o que nos trouxe a possibilidade de implantar em torno de 14% a mais de antenas no mesmo período nos últimos 3 meses, se compararmos com o ano passado, em se comparando com o crescimento de 15% do celular ao ano. Então, só o crescimento das antenas, que refletem basicamente o crescimento da infraestrutura, foi equivalente ao crescimento de toda a planta, no trimestre no ano de 2012.

Fundamental para nós – e por isso a importância desta Lei Geral de Antenas – é porque não há como prestarmos um serviço de qualidade sem ampliarmos as áreas de cobertura, sem taparmos os buracos da cobertura. E só existe uma forma de fazer isso: colocar nova infraestrutura, colocar novas antenas – é o de que nós precisamos.

Sempre se deve lembrar que as telecomunicações no Brasil são essenciais e elas são únicas. O crescimento da telecomunicação, o crescimento da infraestrutura traz uma situação muito positiva para o Brasil, porque ele vai reduzir o custo do País, diferentemente de outros setores da economia que, muitas vezes, trazem atrelados a necessidade de mais investimentos públicos. No nosso caso, nós trazemos um resultado e fazemos com que o País precise de menos investimentos públicos, trocando-os por telecomunicações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Braga. Bloco/PMDB – AM) – Nós é que agradecemos.

Passamos a palavra ao Presidente da Anatel, João Rezende, por igual tempo.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Primeiramente, bom dia a todos!

Gostaria de saudar aqui o Senador Eduardo Braga, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, por esse convite. Já estive aqui outras, debatendo a questão do serviço móvel.

Quero também saudar o Sr. Eduardo Levy, Presidente da Sinditelebrasil; o Senador Marco Antônio Costa, do Tocantins, que está aqui também; o Ernani, Deputado Estadual, que está aqui; a Flávia, do PROCON do Rio Grande do Sul, que está acompanhando os debates também sobre telefonia.

Em relação a essa questão da denúncia aqui da Rede TV, estou encaminhando esse requerimento para a área da Anatel, para apurar essa questão da relação de carregamento de canais em relação à legislação e apurar o não cumprimento e os motivos pelos quais a SKY está se recusando a carregar os sinais da TV aberta.

Em relação à questão da operação móvel, nós temos trabalhado com uma preocupação muito grande em relação às melhorias que deverá haver e têm que haver na infraestrutura de prestação de serviço.

Nós achamos que, após a cautelar, alguns indicadores tiveram uma pequena melhora, mas ainda estamos muito aquém da qualidade que teríamos que atingir em relação aos serviços prestados. Eu acho que as operadoras têm que buscar uma forma de melhorar consideravelmente os níveis de atendimento tanto em nível de suportar infraestrutura de rede como também em relação ao atendimento ao usuário.

Nós, em julho, fizemos a cautelar e exigimos então os planos de investimentos. É evidente que o processo de suspensão nunca é uma medida simpática, vamos dizer assim. É uma medida extrema, porque você pode até desarticular toda uma cadeia produtiva em relação a lojas, empresas terceirizadas. E tudo isso acaba ocasionando problemas para o mercado, inclusive a sua recuperação.

Nós entendemos que aquele era um momento de chamar atenção das empresas para o fato de que precisaria haver algumas medidas em relação à qualidade do serviço. A nossa medida foi puxada principalmente pelo excesso que estávamos percebendo de queda nas chamadas, quer dizer, um processo muito grande de aumento de reclamação de que estaria havendo, vamos dizer assim, um descontrole por parte das empresas de assegurar um serviço de qualidade.

Então, nós tivemos, nessa medida, o compromisso de fazermos avaliações periódicas nas empresas. Este é um resultado já de parte, vamos dizer assim, de um período da avaliação trimestral.

É evidente – é muito importante dizer isso – que, em todos os indicadores de qualidade, a Anatel fecha o ano com punições. Então, evidentemente, a cautelar é outro tipo de punição. Não é uma punição normal do processo de "sancionamento" que a Agência faz por descumprimento da qualidade. Então, quero dizer que, pelos indicadores que por acaso as empresas não tenham, que não venham sendo cumpridos, as empresas terão as multas já abertas pela Agência durante este ano, principalmente pelos indicadores de qualidade.

Nós estabelecemos quatro parâmetros de monitoramento, que são: indicadores de desempenho de rede; atendimento ao usuário; interrupções do serviço, que é muito importante; investimentos programados para o biênio 2012/2014.

Nesse processo, na verdade, nós percebemos que, até para mostrar qual é, de fato, o gargalo hoje em relação à telefonia, no acesso à rede de voz, quer dizer, só voz, o setor hoje se comporta dentro das metas estabelecidas pela Anatel, inclusive 1% ou 2% acima. De cada 100 ligações, a Anatel exige que apenas 5% das chamadas não sejam completadas. Então, é um indicador de voz, mas, no indicador de dados, de acesso à rede de dados, é que está o problema concreto da Agência.

É evidente que, se você tem um congestionamento da rede por dados, é afetado o serviço de voz, mas, se você desagregar os dois serviços, nós vemos que, em relação à rede de dados, ainda estamos muito abaixo do que a Anatel determina: estamos 3% ou 4% abaixo dos indicadores de acesso à rede de dados. Essa é uma preocupação hoje da Agência, porque nós temos 70 milhões de celulares hoje... Nós temos 140 milhões de aparelhos – não *chips*, não é? –, são 140 milhões de aparelhos. Desses 140 milhões de aparelhos, 70 milhões utilizam acesso à Internet – 2G ou 3G – e, evidentemente, com a demanda crescente, os outros 70 milhões vão querer Internet. Então, se não houver investimentos pesados em infraestrutura, dificilmente nós teremos a garantia dessa qualidade, a garantia da qualidade e a garantia do processo de qualidade, o que é importante que as empresas atinjam.

Em relação às previsões de investimento, é bom dizer que as empresas que reviram em seus balanços os investimentos que estavam previstos antes da cautelar até agosto, nós tivemos, de agosto para novembro, essa revisão trianual, de 2012 a 2014, o incremento de R$3,8 bilhões até 2014. Então, houve empresas que divulgaram isso para a CVM, a sua revisão de investimento. Antes da cautelar, a previsão de investimento era próxima de R$26 milhões e foi para R$30 milhões. Então, houve um incremento nos investimentos programados para frente.

Nós tomamos outras medidas no sentido paliativo, porque, na realidade, o desejo é que as chamadas não caiam, até as empresas, nas contribuições que fizeram na consulta pública – vai entrar em vigor essa regra em 1º de março de 2013 –, reclamaram que pode haver certo prejuízo, mas, na verdade, se as empresas não querem ter prejuízo com a queda de chamadas, basta melhorar o serviço, melhorar a rede, assim elas não terão queda de chamadas e, portanto, não terão nenhum tipo de prejuízo.

Nós modificamos – o Senador Eduardo Braga já colocou essa questão – e, caso haja queda na chamada ao se ligar para um mesmo número no prazo de 120 segundos, essa chamada não será cobrada. Ou seja, nós vamos estabelecer essa proteção ao usuário para que ele não tenha prejuízo com constantes quedas no serviço, mas essa também é uma forma de nós, de alguma maneira, punirmos as empresas, fazendo com que procurem melhorar o serviço, com que melhorem a qualidade. Assim fazendo, eu tenho certeza de que elas não terão prejuízo com a queda de chamadas, já que elas vão investir em rede, investir em sistemas para garantir, de alguma forma, que seja prestado um bom serviço ao cidadão.

Em relação ao incremento, o Senador Eduardo Braga, acho que será hoje, vai ler o relatório do Projeto de Lei de Antenas, que é um projeto importante. Nós tivemos, no terceiro trimestre deste ano, pós-cautelar, um incremento de 13,87% no número de estações licenciadas na Agência. É um dado positivo, muito embora tenha havido também um aumento na base de clientes. De qualquer forma, é um dado positivo, já que verificamos que as empresas, de alguma maneira, procuraram aumentar o ritmo dos investimentos. É claro que ainda não é o suficiente, precisaríamos dobrar essa capacidade rapidamente.

A média anual de ERBs – Estações Rádio Base –licenciadas, em 2011, foi 293 mensalmente, de novos *sites*; e, em 2012, foi 459 ERBs licenciadas, o que dá um aumento de ERBs. É evidente que se você colocar ali a base de clientes é claro que não tem a mesma relação direta, porque uma ERB atende milhares de clientes, quer dizer, não é a mesma relação direta. Hoje, estamos com 58 mil ERBs, ou seja, isso também é um dado positivo. E achamos que o 4G vai exigir muito mais instalações de antenas e de ERBs que temos no mercado.

Em relação ao próximo trimestre, vamos acompanhar as ações de melhoria em três pontos críticos que consideramos ter grandes dificuldades ainda para o usuário. Tem a cobrança, conta e cobrança, que achamos que precisa melhorar a transparência, para o usuário entender o que ele está comprando e o que, de fato, está gastando. Isso é muito importante, é um aprendizado para as empresas, porque as grandes reclamações tanto no *Call Center* da Agência como nos PROCONs é a cobrança das faturas, que não são muito bem detalhadas. O usuário acaba não entendendo e cria-se uma dificuldade bastante grande para o usuário ter esse entendimento. Achamos que essas informações ao usuário são fundamentais.

Outra preocupação nossa é o acesso à rede de dados. É importante dizer que não basta só instalar mais *sites*, mais antenas, tem de investir em rede de grande capacidade para suportar a transmissão de dados, que é feita através dos serviços de telefonia móvel.

Nessa proposta de regulamento que estamos fazendo, queremos uma regulamentação que busque

maior transparência nas contas de faturamento dos usuários, que propicie para ele comparabilidade e compreensão do que está fazendo. Sempre digo que um serviço massificado como o serviço que temos hoje de telecomunicações, principalmente com o crescimento exponencial de vários serviços, inclusive, agora, fizemos uma reunião com as empresas de TV por assinatura, porque sentimos que, de fato, o usuário precisa ser mais bem informado sobre as condições de fruição do serviço, cobrança e o que ele está pagando efetivamente. Então, estamos trabalhando essa questão.

Do ponto de vista da regulação de medidas pró-competição, estabelecemos, no plano geral de metas da competição, uma redução das tarifas de interconexão tanto na ligação fixo/móvel como nas ligações entre as operadoras, porque achamos que um dos motivos... Embora saibamos que é um potencial competitivo fazer pacotes e planos em relação a tarifas de interconexão, buscamos uma redução nessas tarifas que chegou a R$0,48. Até 2015, vamos a R$0,16 e depois entrará no modelo de custo que, esperamos, seja um valor inferior a estes R$0,16.

Na medida em que estamos buscando a redução dessas tarifas de interconexão, estamos trabalhando no sentido de dar mais potencial de utilização para as redes existentes dentro do sistema Telecom, principalmente porque, de cada 10 minutos hoje falados, 8 minutos são falados dentro da própria rede. Consideramos que isso possa ser um ofensor que prejudica de forma concreta os serviços de telefonia móvel. Portanto, estamos buscando essa redução. Ainda assim, haver a cobrança de tarifa de intercomunicação está muito acima dos padrões mundiais. As tarifas de intercomunicação no mundo inteiro estão na casa dos 5 *cents* de dólar. A nossa ainda está em torno de 12 a 14 *cents* de dólar. Achamos que precisamos baixar essas tarifas. Isso já está decidido. Até 31 de outubro de 2013, nós vamos divulgar, então, o modelo de custo que vai apontar qual será a tarifa a ser praticada a partir de então. Eu acho que aí nós damos mais competitividade para o setor. Ficará atrativo o usuário ligar de telefone fixo para celular – hoje as pessoas não fazem ligação do fixo para o celular porque é um preço muito mais caro – e tanto faz ele ligar dentro da própria rede ou fora dela que ele terá esse atrativo com preço menor em relação à redução dessa tarifa de interconexão.

Temos outras medidas no PGMC, como a questão do *roaming*. Hoje nós sabemos que temos um problema para as pequenas operadoras. No caso, a CTBC e a Sercomtel Celular, quando um cliente sai da sua região ele acaba pagando um *roaming* muito caro, inviabilizando, inclusive, que clientes dessas operadoras consigam fazer ligações fora, inviabilizando, inclusive, a própria operação, já que elas têm operações regionais e não nacionais, como as grandes operadoras têm. Então, nós fizemos essa... Daqui a 6 meses, as empresas que têm poder de mercado – as quatro grandes – terão que fazer uma oferta para as operadoras menores de *roaming,* para que haja competitividade para o cliente também dessas operadoras.

O *roaming* internacional – inclusive o Senador Walter Pinheiro, que está aqui, também estava em Dubai – foi um debate que está sendo discutido lá. É evidente que o *roaming* internacional também é outro problema, que, infelizmente, não depende exclusivamente da Anatel, porque não existe jurisdição que trata essa questão do *roaming* internacional. Hoje o custo de ligações, quando se está fora do País, é muito alto, quase inviabiliza as pessoas que estão viajando fazerem *roaming* de dados, porque o preço é absurdo. Acho que as operadoras brasileiras deveriam trabalhar para encontrar soluções nessa questão do *roaming*. É evidente que países como a Europa e os próprios Estados Unidos, como é pagamento e recebem muito mais fluxo de turista, não tiveram muito interesse de avançar isso em Dubai. Eu acho que essa questão do *roaming* de dados internacional é hoje um dos grandes problemas internacionais. Precisaríamos trabalhar no sentido de melhorar esse custo, já que é um custo adicional muito grande para o usuário.

Em relação também à continuidade da agenda regulatória, nós fizemos agora – já está em consulta pública – a não incidência de Taxa de Fiscalização de Instalação para Femtocell, que estaria em R$1.340. Ela custa hoje US$200. Esse valor viabilizaria a instalação da Femtocell. Inclusive nós estamos, nessa regulamentação, colocando isso sob a responsabilidade da operadora. Vai melhorar muito o sinal de celular, e descarrega também um pouco o congestionamento das ERBs, mas isso é principalmente para ambientes *indoor*, como este aqui, onde o sinal de celular não chega, garagem de prédios, mercados, restaurantes... Então, tudo isso fará com que haja uma melhoria do sinal nos ambientes internos, quer dizer, maior eficiência no uso dessa questão. É evidente que essa relação terá que ser discutida com a operadora. O cliente que quiser essa Femtocell vai ter que trabalhar em relação a isso.

Eu acho que os clientes corporativos principalmente terão uma facilidade maior nesse relacionamento da Femtocell. Achamos que, daqui a 40 dias, nós já teremos, então, o regulamento final da Femtocell para que haja, então, a utilização desse equipamento em ambientes fechados.

Outra questão importante é o compartilhamento de infraestrutura entre as prestadoras de serviço. Nós já tivemos algumas medidas do programa geral de metas

da competição, como infraestruturas passiva, postes, dutos, canaletas... Há a previsão de compartilhamento. Nesse caso, agora, estamos fazendo um regulamento, que está na área técnica da Anatel, de uma proposta que vai ser encaminhada para o conselho diretor da Agência para fazer esse debate do compartilhamento de infraestrutura.

É muito importante também, e nós tenhamos a Lei Geral de Antenas, Projeto de Lei nº 293/2012, que também reforçará e ajudará a Agência a construir o seu regulamento de compartilhamento de infraestrutura com base nesse Projeto de Lei que, inclusive, o Senador Eduardo Braga fará sua leitura hoje nesta Comissão. Acho que é um projeto importantíssimo e que ajudará muito a Agência a avançar nesse debate das instalações de ERBs.

Com relação às próximas medidas, eu já coloquei algumas questões, no próximo trimestre – novembro, dezembro e janeiro – nós reforçaremos os debates e as questões sobre conta e cobrança. Devemos melhorar os processos de cobrança – acho que as empresas têm de buscar essa melhoria, porque isso faz parte de um processo de transparência das operadoras com os usuários. Nós vamos votar medidas que favoreçam melhor detalhamento e compreensão dos produtos de serviços, as faturas, as promoções, os critérios de cobrança e dos serviços adicionais. Acho que nessas questões nos concentraremos no próximo trimestre.

Outro ponto importante é o aspecto relacionado à rede. Nós continuamos a fazer os levantamentos, que estarão prontos nos próximos 90 dias, um trabalho sobre completamento de chamada, sobre área de cobertura e sobre acesso à rede de dados. Nós vamos continuar trabalhando e cobrando isso das empresas. Nós faremos uma fiscalização do mapa de cobertura e monitoramento detalhado da infraestrutura de rede nos Municípios com população de 300 mil habitantes. Em 81 Municípios, nós faremos isso de forma detalhada, inclusive ver onde há área de sombra, o que está acontecendo com a cobertura. Nossa intenção é concluir o relatório na próxima prestação trimestral em fevereiro ou março. Então, nós queremos fazer que, com isso, tenhamos também um diagnóstico para a 4G e entremos com o pé direito nessa 4G – quarta geração –, pois haverá uma cobrança muito grande da sociedade, sendo muito importante que haja esse mapeamento em que as empresas serão cobradas efetivamente para instalar mais infraestrutura de telecomunicações.

Com relação a essas questões, era o que tinha a colocar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – – Muito bem, presidente.

Sr. Presidente, eu quero aproveitar para dizer que V. Exª, inclusive já encaminhada por V. Exª que preside esta Comissão, Senador Eduardo Braga, abre à sociedade a participação ou até, diria, uma prévia, na medida em que diversos cidadãos que estão na expectativa dessas audiências públicas, têm enviado uma série de reclamações e solicitações que, obviamente, se direcionam muito à Anatel, o que é natural, por conta inclusive do papel da Anatel – e é bom salientar isso, porque me lembro de que na audiência passada, nós chegamos a abordar questões quanto ao fato de a Anatel haver retomado a dianteira nessas questões, tanto no que diz respeito à aprovação de planos de qualidade e também sua atitude com relação à garantia dos serviços.

Então, aqui foram levantadas várias ponderações, desde a questão de serviços prestados pelas operadoras, a própria questão já comum com a entrada da TV a cabo, a questão da venda casada, o fato de ainda haver diversos lugares no País onde o sinal é muito ruim; ou seja, a oferta de serviços é baixa.

Essas cobranças têm sido feitas aqui por diversos usuários que têm utilizado os nossos canais de comunicação na Comissão.

É óbvio que a velha taxa de assinatura entra nesse circuito, a chamada de celulares para números especiais ou serviços. O debate, inclusive, que a gente tem provocado, a questão da utilização de um número único nesse particular – que o cidadão reclame de que do seu celular não consegue acessar o 135, do INSS. Diversos outros serviços. E o grave problema que o nosso presidente da Anatel já tocou aqui que é essa relação entre as operadoras, tanto o *roaming* nacional, como as ligações feitas de uma operadora para outra. Os valores vêm sendo questionados aqui pelos usuários, assim como também em diversos casos os problemas que envolveram planos e promoções patrocinados pelas empresas no último período.

Era importante até que a Anatel pudesse... sei que, na fala inicial, o senhor já tocou, mas se pudesse de certa maneira... a gente pudesse ter isso de forma até mais enfática para o cidadão.

Mais do que um momento de prestação de contas, o que a gente tem cobrado aqui um pouco é essa coisa de encaminhamentos. É uma cobrança permanente da sociedade. E como o senhor citou aqui essa experiência de Dubai, o debate envolvendo outras coisas que não só o *roaming*, como a própria questão de segurança de rede, o debate sobre a neutralidade de rede, o marco civil ora em discussão na Câmara. Ontem à noite, eu procurei o Relator, Deputado Molon, porque, na minha avaliação, acho que seria importante que a gente pudesse retomar essa discussão, uma

vez que lá na Câmara não há a menor possibilidade de votação da matéria este ano. Seria importante que a gente buscasse fazer essa construção em conjunto, não só nessa lógica de aguardar a matéria chegar ao Senado. Precisamos discutir como é que a gente quer construir esse marco civil, em que condições, até a partir do que nós vimos que acontece no inteiro e como podemos dar essa contribuição.

Eu, particularmente, fiquei muito satisfeito porque, nos últimos anos, a gente vem participando desses debates da UIT e o Brasil tem tido uma participação muito tímida, ou até uma participação muito isolada, ou até pessoal. Sem nenhum tipo de acusação a ninguém, mas a participação nossa tem se dado muito a partir dos desejos de cada cidadão ou de estruturas que se mobilizam na ocupação de espaços na UIT.

Na minha opinião, quem tinha que ocupar o espaço naquele organismo deveria ser o Estado brasileiro – obviamente representado por alguém – e não alguém ocupando um espaço como se fosse uma mera ocupação de atendimento de caráter pessoal.

Nós tivemos grandes quadros brasileiros que passaram pela UIT, figuras que não só tinham experiência no setor, como atuaram e alguns continuam atuando no setor. Mas seria importante que tivéssemos também uma atuação mais afinada, até para fazer uma cobrança naquele organismo e debates importantes

Não é possível que a gente processe tantas mudanças e acho que as empresas também cobram isso em um segmento como esse, a produção do conteúdo, a forma de utilização, o debate sobre o compartilhamento de infraestrutura, e que um organismo daquela magnitude não se mova na mesma velocidade, portanto, ficam submetidos a pressões pontuais. Nós mesmos tivemos diversos embates não só com outras nações como também com empresas em reuniões bilaterais das quais participamos nós, a Anatel e o Ministro, pessoalmente.

Tivemos momentos tensos nas reuniões com alguns países e com outras empresas, na medida em que essa tem sido uma das cobranças feitas a partir da forma de taxação, da cobrança de serviços, da utilização da estrutura e como cada um tem se movimentado. Nós não temos nenhuma ilusão de que aquele seria o fórum para deliberar. Até porque temos divergência. Não é aquele fórum que vai dizer como é que o Brasil aprova ou não aprova as suas leis, muito menos outro país – como assistimos lá –, ou empresa alguma; ou seja, ninguém pode impor ao Brasil uma regra a partir dos seus interesses comerciais. Então, isso ficou evidente, em duas conversas muito – eu diria até – nervosas que tivemos, particularmente, com um país e, depois, com uma outra empresa. Portanto, é fundamental que a gente faça esse rebatimento aqui e que tenha capacidade de ajustar isso nas relações lá de fora.

Pode passar.

A Comissão fez o levantamento principalmente da participação popular, ou seja, o grau de reclamação vindo de diversas unidades da Federação.

Pode passar.

Esse é um dado daquilo que chega à Comissão a partir das reclamações por empresas, como é que os usuários têm feito isso e, portanto, a intenção de dirigir isso para a Anatel ainda tem um grau relativamente pequeno, mas...

(*Intervenção fora do microfone.*) *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Então, a Anatel, não sei se na meta ou fora da tela, mas é importante inclusive que... Eu, particularmente, acho que a Anatel poderia abrir, de certa forma, um pouquinho mais para que o usuário não reclamasse contra a Anatel, mas, pelo menos, que ele fizesse da Anatel o seu principal instrumento de...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Eu sei isso. Ontem, tive a oportunidade de conversar com um ouvidor que até me prometeu, não sei nem se ele está aqui, que deve vir aqui esta semana de novo para conversar com a gente por conta do crescimento de ligações que tem experimentado a Anatel. Eu vi um dado aqui que o nosso Levy, do Sinditelebrasil trouxe sobre a quantidade de reclamações por 1 milhão de usuários. É natural que quem tem 250 milhões de *chips* espalhados e, principalmente por conta da facilidade com que isso mexe com a vida das pessoas, tenha um nível de reclamação acentuado.

Pode passar.

Outra coisa que é importante, Presidente, colocar é quais são os motivos dessas reclamações: a história da queda de chamadas, já debatida aqui na audiência passada, a questão da cobertura, na realidade, os dois se relacionam diretamente, com o que nós estamos esperando aqui, que é o relatório das antenas, para a gente melhorar a cobertura, melhorar, inclusive, a condição para que o cidadão continue tendo sua chamada sem queda à medida que está em deslocamento, para esses casos. Estão com os índices quase na mesma média a questão da central de atendimento, fiscalização da Anatel – mais uma vez, livraram a pele da Anatel ali, deram uma aliviada. Essas são as cinco principais reclamações por parte dos usuários e tendem a fazer uma pressão enorme. Pode-se ver que essa parte de queda de chamada, Presidente, aconteceu exatamente no período daquele...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Exatamente.

Então, isso criou certo tipo de sinergia com a população que passou também a promover ou pelo menos direcionar essas reclamações para essa questão da queda de chamadas.

Próximo item.

Acabou? *(Pausa.)*

Então, está vendo. O senhor foi até poupado João Rezende.

Então, essa é a questão.

Vou passar a palavra para os dois aqui promoverem o encerramento, mas a ideia da Comissão aqui é, mais do que a gente ampliar essa coisa da reclamação, buscar o caminho para solução desses problemas. O objetivo central é este: como vamos convergir para ações e atitudes que deem respostas ou que, pelo menos, cheguem às pessoas como retorno daquilo que elas mais buscam, que é a ter a possibilidade do funcionamento do serviço em preço, condições e qualidade. Temos a certeza de que tanto as empresas quanto a Anatel podem ajudar na solução desse problema.

Vou passar a palavra, primeiro, para o representante do Sinditelebrasil e, na sequência, para o Presidente João Rezende.

O Presidente Delcídio acabou de chegar. Portanto, agora, ele assumirá o posto dele, a não ser que o Presidente queira falar alguma coisa para aumentar a reclamação. *(Pausa.)*

Já apresentei aqui os dados, Presidente, em relação às principais reclamações e à quantidade das reclamações; para quem a sociedade tem dirigido o maior volume de reclamações e por que ela tem feito isso em relação a esse serviço que é tão avançado, mas que ainda guarda certa sintonia com alguns problemas que, creio, podem ser superados.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Eu queria agradecer, Presidente, a oportunidade, além de agradecer, mais uma vez, ao nosso querido Presidente da Anatel, João Rezende, bem como ao Eduardo Levy, que representa aqui o Sinditelebrasil, mas, efetivamente, as questões de telefonia móvel e de banda larga móvel continuam ainda a demandar atenção em função das necessidades.

Há pouco fui à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para tratar de um tema que é absolutamente relevante. Refiro-me à questão da Lei Seca automotiva, tendo em vista que no período natalino e no de carnaval, em função do uso de álcool ao volante, ou de princípio ativo do tipo, aumenta, e muito, o número de vítimas e de acidentes. Aliás, o Senado estava fazendo grande esforço para que pudéssemos aprová-la – e acabamos de aprová-la na CCJ – em Plenário. Quem sabe, antes do final do ano, meu caro Presidente, vamos poderemos levar à Presidenta uma lei que entraria em vigor, dando efetivamente competência para esse enfrentamento.

Mas, falando sobre essa questão da qualidade no serviço, nosso João Rezende dava informação de que há um aumento do volume de investimento, a partir das ações tomadas pela Anatel, da ordem de pouco mais de três bilhões de reais para o triênio até 2014, o que demonstra um aumento nos investimento, mas, efetivamente, ainda temos muitas dificuldades.

O Brasil vai apresentar agora a Lei Geral das Antenas, uma "obra" de parceria de vários Senadores, apenas busquei sistematizar todas essas ideias e essas colaborações. Há muito mérito do autor do Projeto, nosso Senador Vital do Rêgo, do Senador Walter Pinheiro, que participou intensamente, etc., mas estamos ali criando um indicador de qualidade e remetendo-o à própria Anatel, para que nós possamos, de uma vez por todas, ter um indicador de qualidade que possa... Assim como estamos fazendo em várias áreas do Governo. Muitos questionavam como poderia o Ideb ter um impacto na qualidade do ensino no País. Como o Enem ou o Enade poderia ter um impacto na qualidade. Ora, a partir do momento que se tem um indicador claro dessa qualidade e estabelece mecanismos claros com relação ao número de usuários por antena, nós começamos a poder dar fácil visibilidade à diferença entre os diversos operadores do sistema. Porque, hoje, o Brasil chega ao absurdo de um usuário ter que ter praticamente um *chip* para cada operadora.

Não se tem notícia – agradeço a presença do nosso eminente Senador Alfredo Nascimento, que chega a nossa audiência pública – em outros países dessa demanda.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença do João Rezende, trazendo uma demonstração e uma prestação de contas do que evoluiu. Ainda há pouco, conversávamos, antes do início da audiência pública, e o João Rezende dizia que avançamos, que aumentou o número de investimento efetivo, mas ainda há muitas reclamações. A presença aqui do PROCON do Rio Grande do Sul e do nosso Deputado Estadual, Presidente da Frente Parlamentar da Defesa do Consumidor na área de telefonia móvel do Rio Grande do Sul... Quero aqui, Sr. Presidente, prestar um merecido reconhecimento ao trabalho do PROCON do Rio Grande do Sul, que foi pioneiro em determinadas medidas em relação à defesa do consumidor naquele Estado e que, depois, vieram a ser adotadas por outros Estados e pela própria Anatel, o que demonstra que o protago-

nismo dessas ações acabam trazendo e contribuindo para termos uma evolução nesse papel.

Acho que nós estamos em uma das últimas reuniões do ano de 2012, houve um esforço durante todo esse período dos membros desta Comissão para que houvesse uma melhoria da telefonia móvel e da banda larga. Grandes conquistas aconteceram e acho que o Ministro Paulo Bernardo merece também, de nossa parte, o reconhecimento pelo esforço, pelo empenho e pela dedicação. A mudança de postura na Anatel também precisa ser reconhecida.

Temos que reconhecer que ainda há um caminho longo a ser percorrido. Acho que a lei geral de antenas que vamos aprovar terminativamente na semana que vem no Senado da República apontará um novo caminho, mas ainda terá que ser aprovada pela Câmara dos Deputados. E espero que a Câmara possa aprová-la, assim como o Senado. Assim como espero que o Senado aprove na semana que vem, espero que a Câmara possa aprová-la da forma mais célere e rápida possível. E que possamos ter cada vez mais claro esse volume, cada vez mais transparente as informações com relação a investimentos, qualidade do setor e que possamos, quem sabe, entre 2014 e 2016, alcançar uma solução de plataforma tecnológica e na prestação do serviço que assegure uma melhoria na qualidade.

Quero, ao mesmo tempo, destacar um número que o Eduardo Levy trouxe há pouco na apresentação: até 2020, pela Ericsson, o Brasil terá dois bilhões de usuários de banda larga móvel, o que mostra que... Dois bilhões de *chips*! Não é de conexões, não. Dois bilhões de *chips*, de usuários, portanto.

Máquina é máquina, está certo? Mas é um volume efetivamente expressivo, um dos maiores do mundo, com certeza.

Tomara Deus que nós possamos ter não apenas um dos maiores volumes, como já temos, hoje, na telefonia móvel, mas também uma das melhores plataformas tecnológicas, com uma boa qualidade de serviço!

Eram essas as considerações, agradecendo, obviamente, à participação dos senhores nesta audiência pública e todas as contribuições e todo o esforço que conseguimos ao longo desses meses em que estivemos à frente da Comissão de Ciência e Tecnologia para construir um novo momento na qualidade desse serviço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Vamos passar a palavra ao Sr. Eduardo Levy, do Sinditelebrasil, e, na sequência, ao Presidente da Anatel, o Sr. João Rezende. E os dois, já aí, farão as suas considerações finais.

O SR. EDUARDO LEVY – Nós ouvimos aqui vários comentários a respeito das reclamações por queda de ligações. Quero dizer que queda de ligação em telefonia celular é basicamente função de uma região de sombra, de uma ausência de sinal ou de uma área geográfica em que, apesar de haver sinal, todos os seus canais estão ocupados; com isso, não há condição de suportar a chegada de um novo usuário naquela área geográfica.

À parte, qualquer questão técnica de falha – e as falhas, obviamente, sempre existem, embora os equipamentos sejam cada vez mais confiáveis, fazendo com que as falhas sejam cada vez menores –, essas questões resultam da falta de um ponto de cobertura naquele local. A ausência de um ponto de cobertura no local pode ser proveniente das próprias regras que fizeram com que nós, ao comprarmos as outorgas nos editais, pudéssemos fazer o atendimento, deixando algumas áreas do País sem cobertura por falta de exigência do próprio edital.

Essa ausência de cobertura por uma questão de legislação ou de regras não é mais aceita pela sociedade. Uma boa parte das reclamações que temos quanto à cobertura em estradas entre municípios, ou seja, pela ausência do sinal, o que podemos dizer é que o sinal está ausente porque ali, naquele ponto, não houve uma obrigação de ele ser colocado.

A única forma de compensar ou de resolver isso é através de uma nova outorga ou por troca de obrigações. Uma nova outorga pode ser obtida através do leilão de uma faixa de freqüência, que se discute muito, que é a de 700MHz. Enquanto não tivermos isso, a possibilidade de resolvermos ou de minorarmos as questões de queda é a colocação de nova infraestrutura.

Os dados do último trimestre, apresentados aqui, mostram claramente a capacidade inequívoca das empresas de implantarem infraestrutura. A partir do momento em que houve deliberação e entendimento por parte da sociedade, nós crescemos muito o número de antenas sendo liberadas: algo em torno de 15 por dia, 450 por mês.

Indicadores de qualidade são muito importantes. Essas 400 antenas não estão distribuídas uniformemente pelo País. Algumas cidades – Distrito Federal, Olinda, Rio de Janeiro –, que estabeleceram novos decretos, novas regras, e outras cidades que já entenderam a necessidade fizeram com que esse número pudesse crescer. Infelizmente, outras cidades, capitais e grandes cidades do País, ainda não tiveram o entendimento, de modo que, nesse trimestre, nós não instalamos absolutamente nenhuma nova antena.

Então, da mesma forma como o Senador Eduardo Braga falou sobre os indicadores etc., nós vamos cons-

truir, à semelhança do que outros países fizeram, indicadores invertidos, indicadores de municípios amigos da infraestrutura. Países como Nova Zelândia e outros já têm indicadores que mostram às suas sociedades a facilidade, a intenção, a boa vontade de receberem a infraestrutura de telecomunicações.

Então, nós vamos fazer, a partir do ano que vem, os indicadores dos amigos do celular, diríamos assim, para mostrar também que queremos colocar essa infraestrutura, como nós mostramos que somos capazes de colocar, porque crescemos 15% no trimestre, quando o próprio celular, no ano, vai crescer 15%. Então, era licença represada que...

Então, era licença represada que nós precisamos colocar. A sociedade precisa entender que só há uma forma de nós darmos melhor qualidade de serviço. Nós podemos lutar e discutir sobre qualidade, mas, se não instalarmos novas antenas, não haverá solução para essas cidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Muito bem.

Com a palavra agora o Presidente da Anatel, João Rezende.

O SR. JOÃO BATISTA DE REZENDE – Bom, eu queria agradecer o convite da Comissão; agradecer o convite feito pelo Senador Eduardo Braga, para que nós viéssemos aqui discutir e debater essa questão. Acho que a pressão da sociedade e do Parlamento é muito importante também, porque ajuda a Anatel a cumprir seu papel. E acredito, inclusive estive no Rio Grande do Sul, estive em Manaus, estive em algumas outras assembleias debatendo isso, que, de fato, a pressão da sociedade, a pressão dos órgãos de defesa do consumidor e do Parlamento debatendo essa questão ajudam em muito a impulsionar a infraestrutura e dar consciência de que precisamos acompanhar o ritmo e implantar uma infraestrutura de qualidade no Brasil. Uma estrutura de qualidade requer mais investimentos por parte das empresas e também uma atenção muito grande ao usuário, para que, de fato, ele se sinta confortável ao adquirir um produto do mercado Telecom. Que ele compre o produto e esse produto funcione a contento, com qualidade, transparência e, principalmente, com informações coerentes.

Eu sempre digo que as empresas... Às vezes, os diretores de *marketing* são bastante criativos e não conversam muito com os operadores de rede, com a engenharia. Às vezes, nas empresas, há essas dificuldades. Faz-se um tipo de propaganda que é atrativa, mas não combinou isso com o pessoal da operação. Acho que é fundamental que haja essa preocupação. Ao informar o cliente, o usuário, informá-lo corretamente quais são os seus direitos. Inclusive, estávamos discutindo isso em Dubai: a questão da Internet ilimitada e como fica isso. Quer dizer, é muito complicado para o usuário entender que você oferece uma coisa que parece não ter fim. Na verdade, tudo tem o seu limite, tudo tem o seu processo final.

Mas eu gostaria de agradecer e dizer que estou à disposição sempre que for chamado aqui para a Comissão para dar explicações do trabalho que a Agência vem fazendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – Obrigado, Presidente.

Antes de encerrar esta audiência pública quero, ao mesmo tempo, aproveitar a presença dos dois Senadores para que possamos aprovar o requerimento do nosso Presidente, Senador Eduardo Braga, para que tenhamos a oportunidade de, aqui nesse caso específico, apreciar o relatório da esperada Lei das Antenas. Portanto, acho que é importante isso.

Então, está encerrada a audiência pública.

Ao mesmo tempo, também abro aqui a nossa reunião ordinária, para que possamos promover a aprovação do requerimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM) – Voto com o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco/PT – BA) – O relatório ainda vai ser apresentado. Por enquanto, quero ler o requerimento.

Nos termos do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, que dispõe sobre normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no País, seja apreciado em reunião conjunta das comissões constantes no despacho inicial – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Comissão de Meio Ambiente, de Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, cabendo à última a decisão terminativa.

Portanto, em apreciação o requerimento.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento para apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, que dispõe sobre as normas, ou mais conhecido até como Projeto de Lei das Antenas.

Quero agradecer ao Presidente da Anatel, João Batista Rezende, e ao Sr. Eduardo Levy, do Sinditelebrasil.

Agradeço, mais uma vez, a presença aqui do PROCON e da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Presidente João Rezende, é importante lembrar que não é de agora que o PROCON, principalmente, vem dando grande contribuição. Logo no início, no período pós-privatização, o papel dos PROCONs, no País inteiro, foi um papel decisivo para consolidar, inclusive, o trabalho da Anatel, naquele conhecido "caladão" que vivenciamos no País. Então, os PROCONs tiveram uma participação, eu diria, de grandes contribuições.

Fiz questão de dizer aqui que a Anatel tem de, cada vez mais, ser a porta de entrada, tem de se colocar nessa condição. Naquela época, eu me lembro até que fiz uma crítica muito dura à Anatel, porque a Anatel, basicamente, naquele período, transferiu para os PROCONs o que era de sua responsabilidade. Inclusive, foi feita uma audiência no Senado. Eu era Deputado Federal na época. Nós só conseguimos aprovar a audiência no Senado. Eu terminei vindo para a audiência no Senado, e esta foi uma das críticas que fiz ao então presidente da Anatel: a de que o comportamento da Anatel não tinha sido correto quando foi a público e sugeriu que a sociedade se dirigisse aos PROCONs. Acho que a sociedade tem de fazer isso, tem de procurar os PROCONs, mas a Anatel tem de dizer à sociedade que a porta de entrada para essas reclamações deve ser a Anatel. A Anatel deve assumir o seu papel de órgão regulador, inclusive na defesa dos direitos do consumidor. Acho que isso é importante.

Outro episódio que tive oportunidade de vivenciar diretamente foi o caso do incêndio na central, na cidade de Salvador, mais conhecida como Itaigara. Inclusive, tive a oportunidade de trabalhar nessa central. Um dos meus postos de trabalho foi Itaigara. Esse foi um dos meus pontos de atuação como profissional. Houve um incêndio de proporção gigantesca, prejudicando toda a rota do Nordeste, num período dificílimo. Exatamente no dia 21 de dezembro, na boca do Natal, houve ali, eu diria, uma verdadeira catástrofe. E o PROCON da Bahia foi importantíssimo, para que a gente conseguisse chegar a bom termo para ajustar os serviços posteriormente àquele incêndio. Não só do ponto de vista da cobrança por parte do PROCON às empresas, para que elas pudessem atender imediatamente, como também na solução pós-crise do Natal, o PROCON foi importante, para que mediássemos um termo e conseguíssemos ajustar um procedimento de atendimento aos usuários. É importante lembrar isso.

A Anatel participou efetivamente do processo, mas quero dizer aqui muito claramente que o PROCON da Bahia, nesse caso específico, foi determinante, para que a gente pudesse trabalhar na solução dos problemas. Lembro até que, na época, via Estado da Bahia, tivemos oportunidade de buscar técnicos que tinham trabalhado no setor e que já estavam no Estado, para que pudessem auxiliar o PROCON na construção de termos aditivos, na definição de condutas e em outros aspectos, para que o cidadão não tivesse prejuízo e para que, efetivamente, os serviços voltassem a funcionar.

Essa é uma contribuição muito importante. O consumidor que nos está ouvindo, Senador Eduardo Braga, tem a certeza de que as estruturas dos PROCONs têm ajudado muito no sentido de que esse serviço chegue até ele em boas condições, com qualidade.

Era disso que tínhamos de tratar.

Portanto, nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 9 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 20 minutos.)

ATA DA 38ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES REALIZADA PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (33ª REUNIÃO), COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (49ª REUNIÃO), COM A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE (54ª REUNIÃO) E COM A COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (22ª REUNIÃO) DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2012.

Às dez horas e quarenta e nove minutos do dia treze de dezembro de dois mil e doze, na sala nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Jayme Campos, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Anibal Diniz, Walter Pinheiro, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gim, Marco Antônio Costa, Wellington Dias, Ana Rita, Ana Amélia, Cícero Lucena, Paulo Paim, Humberto Costa, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Acir Gurgacz, Jorge Viana, Sérgio Souza, Ivo Cassol, Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, José Pimentel, Eduardo Suplicy e Paulo Bauer reúnem-se, nos termos do artigo 113 do Regimento Interno do Senado Federal, a Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os demais Senhores Senadores membros das Comissões.

Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senador Jayme Campos, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 293, de 2012, de caráter terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "Dispõe sobre normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no País." O relator designado nas Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA); de Assuntos Sociais (CAS) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) é o Senador Eduardo Braga e o parecer favorável na forma do substitutivo oferecido é aprovado na CDR, na CMA, na CAS e, na CCT, em decisão terminativa, é aprovada a Emenda n.º 01-CDR/CMA/CAS/CCT (Substitutivo) por 09 (nove) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Conforme disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo será submetido a turno suplementar. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e vinte seis minutos, determinando que nós, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais; Marcus Guevara, Secretário-Adjunto da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Jayme Campos,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais – Senador **Eduardo Amorim,** Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – Senador **Rodrigo Rollemberg,** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – Senador **Eduardo Braga,** Presidente da Comissão de Ciência,Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 49ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais conjunta com a 22ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e com a 54ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e com a 33ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores das respectivas Comissões.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário Oficial do Senado Federal*, juntamente com as notas taquigráficas.

A presente reunião destina-se à apreciação do item único da pauta.

Item 1.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Eu acabo de receber a informação de que o Senador Eduardo Braga, que é o Relator da matéria, está a caminho. Ele havia me pedido para fazer o relatório *ad hoc*. Como o Senador Eduardo Braga se dedicou bastante ao exame dessa matéria, eu gostaria de fazer uma sugestão a V. Exª, naturalmente se V. Exª entender pertinente. Sugiro que V Exª suspenda a reunião por alguns minutos até que o Senador Eduardo Braga esteja presente, para que S. Exª possa proceder à leitura do relatório.

Essa é a sugestão que faço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Diante da sugestão do Senador Rodrigo Rollemberg, consulto o Plenário se S. Exªs estão de acordo. (*Pausa.*)

Àqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Está suspensa a reunião temporariamente; estamos aguardando o relator titular.

(Iniciada às 10 horas e 49 minutos, a reunião é suspensa às 10 horas e 52 minutos e reaberta às 10 horas e 53 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Havendo número regimental, declaro reaberta a 49ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais conjunta com a 22ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e com a 54ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e com a 33ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunica-

ção e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, de 2012 – Terminativo –

Dispõe sobre normas gerais referentes a aspectos das políticas urbana, ambiental e de saúde associadas à instalação de infraestrutura de telecomunicações no País.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria na CDR: Senador Eduardo Braga

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, nos termos do substitutivo que apresenta.

1) Em 8/11/2012 foi realizada audiência pública conjunta das Comissões CDR, CMA, CAS e CCT para instruir a matéria.

2) Em 12/12/2012 foram aprovados requerimentos para apreciação da matéria, seja em reunião conjunta, nos termos do art. 133 do Regimento Interno das respectivas Comissões:

a) Requerimento nº 68-CAS, na Comissão de Assuntos Sociais.

b) Requerimento nº 36/2012-CCT, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

c) Requerimento nº 29/2012-CDR, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

d) Requerimento nº 107/2012-CMA, da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Nos termos do art. 113, parágrafo único, inciso II, do Regimento, a votação será feita separadamente por Comissão.

Na CAS, CDR e CMA, a votação será simbólica; na CCT a votação será nominal, conforme despacho da Mesa.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Braga, Relator único, para proferir o seu relatório.

V. Exª está com a palavra, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Meu caro Presidente Jayme Campos, na figura de quem eu quero agradecer a todos os nossos Presidentes; eu quero agradecer muito também ao Presidente Rollemberg, que contribuiu enormemente, tanto o Senador Jayme Campos como o Senador Rodrigo Rollemberg, para que nós pudéssemos viabilizar esta reunião conjunta das Comissões, dando um passo extremamente importante sobre um tema que atinge milhões de brasileiros e que representa uma fatia importante e significativa do PIB nacional na área de telecomunicações.

Queria também, Srs. Senadores e Sr. Presidente, destacar o papel do autor da propositura, o Senado Vital do Rêgo. O Senador Vital do Rêgo, autor dessa propositura, tem muito mérito a partir do momento em que apresentou um projeto de lei que trata da questão do compartilhamento da infraestrutura de rede.

No entanto, Srs. Senadores e Sr. Presidente, entendemos, na apresentação deste relatório, a necessidade da construção de um substitutivo que pudesse ousar mais, alargar mais a pretensão do autor da propositura, tendo em vista os enormes desafios que o Brasil enfrenta, tanto na infraestrutura de rede quanto na qualidade do serviço em relação a telecomunicações, às comunicações, à comunicação móvel, seja da telefonia móvel, seja da banda larga móvel.

Feitos esses registros importantes, vamos ao relatório.

Submete-se ao crivo da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo o Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, bem como às demais Comissões, de acordo com o que já foi relacionado e mencionado pelo Sr. Presidente, a iniciativa do Senador Vital do Rego que dispõe sobre normas gerais da política urbana, ambiental e de saúde que deverão reger o processo de licenciamento e a instalação de quaisquer componentes das redes de transportes e distribuição de sinais dos serviços de telecomunicações de interesse coletivo.

Preliminarmente, definem-se conceitos associados à constituição e ao funcionamento das redes de telecomunicações, necessários para que se estabeleçam limites de competência e se resolvam os conflitos jurídicos registrados entre diferentes esferas do Poder Público.

Nesse, sentido, o art. 2º diferencia, por exemplo, a infraestrutura de suporte de uma determinada rede – torres, postes, armários e dutos – dos elementos ativos e passivos que constituem – equipamentos, cabos, antenas, entre outros.

O art. 3º do projeto altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT), para conferir à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a competência para autorizar a instalação de qualquer elemento de rede e para diferenciar tal ato das decisões administrativas de natureza ambiental e urbanística, que competem a Estados e Municípios, relacionadas ao uso do solo e à realização de obras civis.

Nessa linha, o art. 4º altera a redação do art. 74 da LGT, suprimindo a expressão "e à instalação de cabos e equipamentos em logradouros públicos", com o propósito de delimitar mais claramente as atribuições da esfera federal, exercidas tipicamente pela Anatel,

das reservadas aos demais entes Federados, cuja atuação não deveria inibir ou impor custos desnecessários à atividade de telecomunicações.

Prossegue o art. 5º na mesma toada ao exigir que, ao expedir as devidas licenças, os órgãos estaduais e municipais observem as políticas públicas setoriais instituídas pela União e não condicionem suas deliberações a alterações técnicas de projetos que gerem ineficiência no funcionamento das redes, a não ser que fiquem comprovadas infrações às normas de proteção ao patrimônio histórico e cultural, à saúde ou ao meio ambiente.

O art. 6º dedica-se a uma das questões mais sensíveis no debate que se estabeleceu acerca da interferência dos Municípios nos planos de expansão da cobertura e da qualidade dos serviços de telecomunicações: a localização das antenas transmissoras. O PLS nº 293, de 2012, reserva à prestadora do serviço o direito de determinar a localização da antena, com aval da Anatel, sendo exigidos apenas os testes de campo que demonstrem o cumprimento dos limites legais de radiação não ionizante, estabelecidos pela Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009.

O art. 6º determina, por outro lado, que os engenheiros responsáveis pela realização dos referidos testes de conformidade sejam submetidos à reciclagem tecnológica periódica, para fins de preservação de seu credenciamento junto à Anatel. Trata-se de uma forma de assegurar a qualidade dos testes, cujos resultados deverão ser publicados na Internet, com informações que permitam a qualquer cidadão identificar aqueles relativos às antenas instaladas próximas à sua residência.

O art. 7º dispensa a apresentação de estudos de impacto ambiental como requisito para se obter licença de instalação de quaisquer elementos de rede ou infraestrutura de suporte, mantendo-se a competência do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para dispor em contrário.

O art. 8º do projeto trata de disciplinar o compartilhamento da infraestrutura, com vistas a mitigar efeitos negativos decorrentes da multiplicação dos componentes das redes em um ambiente cuja competitividade depende, atualmente, da propriedade da infraestrutura. O PLS nº 293, de 2012, determina o uso compartilhado da capacidade ociosa, Sr. Presidente – e aqui é importante destacar: "o uso compartilhado da capacidade ociosa" –, que deverá ser avaliada, em caso de arbitragem junto à Anatel, por empresa especializada independente das prestadoras em litígio.

Por fim, o art. 9º proíbe o Poder Público de indeferir ou retardar, por razões meramente estéticas, a expedição de licenças para execução de obras da infraestrutura destinada a suportar os serviços de telecomunicações, conferindo um prazo máximo de 30 dias para análise e encaminhamento do pedido adequadamente instruído.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 293, de 2012. Mas é importante aqui destacar, antes de entramos na análise, dizer o seguinte: Sr. Presidente, não apenas fizemos o compartilhamento da infraestrutura de rede, o compartilhamento dos elementos com antenas e outros equipamentos de suporte. Mas também estabelecemos, aqui, elementos para termos um controle claro da qualidade da prestação do serviço. Claro que esses indicadores de qualidade de serviços terão que ser disciplinados pela Anatel.

No entanto, temos agora uma previsão legal da necessidade do estabelecimento desses indicadores de qualidade. É inadmissível que, no Brasil, tendo um mercado que temos hoje de telefonia móvel, ainda sejamos penalizados com uma concentração de usuários por antena, que acaba levando a desligamentos desnecessários e a uma péssima qualidade de serviço ao usuário do sistema.

Análise.

Compete à CDR, nos termos do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições que tratem de políticas de desenvolvimento regional dos Estados e Municípios, bem como a competência a cada uma das Comissões conjuntas aqui reunidas para deliberar sobre a matéria, entre as quais certamente se inserem os planos de expansão da infraestrutura de comunicação, tendo em vista a relevância das redes e serviços de telecomunicações para o desenvolvimento socioeconômico do País.

A proposição em análise apoia-se no art. 24 da Constituição Federal, que dispõe sobre a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre direito urbanístico (inciso I); proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico (inciso VII); responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (inciso VIII); e defesa da saúde (inciso XII). O referido dispositivo constitucional assegura a superveniência de lei federal quando houver discordância material entre a norma geral e a disciplina instituída em lei estadual.

Um dos principais dilemas enfrentados por muitos países atualmente refere-se à conciliação de metas de longo prazo, como a redução dos impactos ambientais da ação humana, com a necessidade de estimular a economia no curto prazo para a geração de emprego e renda. Esse é o cenário em que se insere a presente propositura e todo o debate e polêmica que dela derivam. Isso porque a instalação desses elementos tanto

afeta a paisagem urbanística e levanta preocupações em relação às radiações emitidas, quanto configura meio para a expansão desses serviços com qualidade. Não mais a expansão a qualquer custo, como vivemos em um determinado momento no Brasil.

A instalação da infraestrutura de telecomunicações, notadamente das estações transmissoras de radiocomunicação, apresenta ainda caráter estratégico para o Brasil, não só internamente, mas no cenário internacional, já que, devido ao crescente e dinâmico desenvolvimento tecnológico mundial, a rapidez da comunicação não se limita aos territórios nacionais, expandindo-se por todo o globo terrestre. Diante disso, muitas são as exigências para que o País alcance níveis de infraestrutura adequada para participar e usufruir de forma otimizada de todos os ganhos da geração da informação.

Apresenta-se indispensável, portanto, a implementação de uma política de fomento à expansão da infraestrutura dos serviços de telecomunicações no País, o que inclui incentivo à banda larga fixa e móvel e à adoção constante de novas tecnologias. Todavia, essa mesma exigência, demandada pela necessidade de expansão, encontra dificuldades ante a fragmentação das legislações dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal sobre o licenciamento para instalação de estações. Esses entes, no intuito de exercerem sua competência comum de proteção ambiental e, ainda, quanto à concretização das diretrizes para o desenvolvimento urbano, geram, reflexamente, a imposição de entraves ao setor de telecomunicações, afeta a competência privativa exclusiva da União.

A existência de diversos interesses em suposto conflito, a permanecer a mesma questão social, não é incomum. A própria Constituição Federal prevê, em seu art. 170, a necessidade da concatenação entre os princípios gerais da atividade econômica, exigindo respeito à livre iniciativa, à estruturação de um mercado com livre e ampla concorrência, preservada a função social da propriedade privada, o respeito ao consumidor e ao meio ambiente.

Dessa forma, a Constituição expressa o norte principiológico passível de pautar uma futura lei que, ao estabelecer diretrizes para a instalação de infraestrutura de telecomunicações no País, deve albergar os valores atinentes à atividade econômica relativa à prestação dos serviços, tratando, inclusive, de questões concorrenciais da defesa dos usuários, o que inclui sua saúde e o respeito ao meio ambiente. Tudo em conjunto com a atuação dos entes Federados em prol da aplicação equilibrada desses princípios.

Nesse sentido, a iniciativa do Senador Vital do Rêgo foi de extrema importância para estimular e acelerar o desenvolvimento econômico e social do País, pois estabelece normas gerais para Estados, Distrito Federal e Municípios, no contexto transdisciplinar da instalação da infraestrutura de telecomunicações.

Com base nas normas constitucionais que estabelecem a competência privativa da União para legislar sobre telecomunicações (art. 22, inciso IV), a competência exclusiva da União para instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano (art. 21, inciso XX) e, na competência comum, a proteção ao meio ambiente (art. 23, inciso VI), o que inclui o direito a um espaço urbano organizado com redução da poluição visual e a garantia da exposição mínima a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, radiação não ionizante – RNI.

O Projeto pretende firmar disposições gerais sobre o assunto, incluindo pressupostos a serem utilizados pelos agentes sociais na aplicação da futura lei em casos concretos.

De igual modo, utiliza-se a competência constitucional concorrente, fixada no art. 24 da Constituição, como sustentáculo da interação entre União, Estados e o Distrito Federal, a fim de garantir que as legislações pertinentes, à política urbana, à proteção do patrimônio histórico, cultural, turístico e paisagístico, à saúde e ao meio ambiente operem de forma integrada entre os entes Federados.

O projeto necessita, contudo, de ajuste, de forma a ampliar seu escopo. Com tal perspectiva e a despeito de o projeto do Senador Vital do Rêgo contemplar os pontos fundamentais desse debate, julgamos ser necessária a apresentação de uma emenda substitutiva que enuncie os objetivos e pressupostos da aplicação desse novo ordenamento com a amplitude devida e que possa contemplar as inúmeras e interessantes contribuições que recebemos nos últimos dias.

Pode-se destacar da referida emenda o estabelecimento de um indicador que determinará a necessidade de expansão da capacidade das estações de transmissoras de rádio e comunicação utilizadas na telefonia móvel, de forma a garantir e intensificar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

Outro ponto relevante é a previsão de uma série de pressupostos na aplicação de seus dispositivos, entre eles a reversão em investimento na ampliação e modernização, bem como o mapeamento e georreferenciamento das redes dos recursos otimizados pelas prestadoras, mediante o compartilhamento de infraestrutura.

Aqui cabe uma pequena observação, Sr^{s}. Senadores, Sr. Presidente. O compartilhamento, por exemplo, de uma rede de infraestrutura de saneamento pelas empresas da área da telefonia móvel poderá gerar o

mapeamento e o georreferenciamento de toda a rede de saneamento existente no País, que, lamentavelmente, hoje o Brasil não dispõe. Mesmo nas cidades mais planejadas, o Brasil é carente de informações, é carente de planejamento e de georreferenciamento em várias das suas infraestruturas de rede, seja de abastecimento de água, seja de captação de rede de esgoto, seja em submeter as redes elétricas a um investimento para que ela possa ser subterrânea. E, portanto, fazer com que haja uma sinergia, uma transversalidade entre 7% do PIB brasileiro a cada uma dessas atividades, creio ser extremamente estratégico e importante para que nós possamos melhorar a nossa infraestrutura no País, no curto prazo.

Previu-se ainda uma simplificação do processo de licenciamento para a instalação da infraestrutura de suporte às redes de telecomunicações de forma a acelerar a avaliação do pleito das prestadoras e reduzir entraves burocráticos impostos pelo Poder Público nas diferentes esferas.

Entendemos, dessa forma, que a presente iniciativa busca assegurar, por meio do respeito à livre iniciativa, da proteção ambiental e da ordenação do desenvolvimento urbano, a expansão com qualidade dos serviços de telecomunicações ante a importância desses serviços para o desenvolvimento do País, sem perder de vista medidas de compartilhamento, que, além de figurarem como elementos propulsores da concorrência ampla, justa e livre entre as prestadoras, evitam a multiplicação desnecessária das redes, com a redução das radiações emitidas e dos impactos à paisagem urbanística.

Destaco, outrossim, Sr. Presidente, a criação e a implementação de um capítulo próprio para a qualidade da prestação do serviço entre as telefonias móveis e as prestadoras de serviço de banda larga móvel neste País.

Voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, nos termos da emenda substitutiva já apresentada e já distribuída aos Srs. Senadores e Srªs Senadoras, do conhecimento, portanto, das Comissões aqui reunidas conjuntamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era esse o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está em discussão o relatório do Senador Eduardo Braga. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Pela ordem, Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Sr. Presidente, muito rapidamente cumprimentar o Relator, Senador Eduardo Braga, que se dedicou a esse tema. Tema que foi relatado nas quatro Comissões, em que realizamos audiência pública para debatermos o tema. Acho que esse Projeto representa efetivamente um avanço no sentido de regulamentar essa questão, dar uma norma geral para que seja cumprida e dar uma uniformidade nacional em relação a isso.

A questão do compartilhamento é muito importante, porque se pode utilizar a mesma infraestrutura física, digamos assim, e isso acaba reduzindo também o impacto até paisagístico nas cidades, que vão precisar de uma quantidade menor de torres. Enfim, há uma série de aspectos positivos apresentados pelo Relator no seu substitutivo. Portanto, eu quero cumprimentar o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem o Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Apenas para complementar o que disse o Senador Rodrigo Rollemberg, o Capítulo V, "Da Capacidade das Estações", é fundamental. Muito se diz sobre a queda e o desligamento das ligações na telefonia móvel. Boa parte das razões técnicas desse desligamento é porque estamos com uma concentração exagerada de usuários na mesma antena, principalmente nas regiões metropolitanas, como a região de São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro e outras. Enquanto isso, essas antenas, saturadas, poderiam ser compartilhadas com o limite estabelecido pelo órgão regulador, obrigando que essas outras antenas possam ampliar a cobertura no País, com qualidade e, ao mesmo tempo, com um custo menor, seja do impacto ambiental, seja do impacto cultural, urbanístico e também do impacto financeiro para a prestadora de serviços.

Eram apenas essas considerações finais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está encerrada a discussão da matéria.

Em votação o Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, da CDR.

Em votação o Parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, na forma do substitutivo que apresenta.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório que passa a constituir Parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, na forma da Emenda nº 1- CDR, Substitutivo.

Na CMA em votação o Parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 293, de

2012, na forma do Substitutivo da Emenda nº 1-CDR, que apresenta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer na Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, na forma da Emenda nº 1-CDR-CMA, Substitutivo.

Na CAS em votação o parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, na forma do Substitutivo à Emenda nº 1-CDR-CMA, que apresenta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer, a Comissão,favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, na forma da Emenda nº 1-CDR-CMA-CAS, Substitutivo.

Na CCT, comunico a V. Exªs que será votação nominal. A votação é nominal na CCT.

Em votação o Substitutivo da Emenda nº 1, CDR-CMA-CAS oferecida ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012, que tem preferência regimental.

A votação é nominal. Comunico V. Exªs.

Consulto como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Consulto como vota o Senador Abílio Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado pelo Abílio Diniz, que estou aumentando o meu capital social.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Aníbal Diniz, desculpe-me. Mas quero cumprimentar V. Exª pelo seu aniversário. Parabéns, saúde e felicidades. (*Palmas.*)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigado. Acabo de ganhar de presente o aumento do meu capital. Gostei. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota V. Exª?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Muito obrigado.

Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Eduardo Braga? Voto já conhecido.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Como vota o Senador Gim Argello?

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Sr. Presidente, voto com o Relator, parabenizando-o, porque foi um trabalho incansável feito nessa matéria, matéria que mostra onde se anda nas grandes e pequenas cidades deste País, encontram-se torres espalhadas de todos os jeitos. É claro que algumas não precisam de torre, mas esse compartilhamento vai facilitar em muito, porque agora vai ser obrigado a compartilhar as torres, as antenas, as subestações, as demais obras de infraestrutura, todas em uma antena só. Isso é muito importante, e mais do que isso, criou normas, critérios para que as prefeituras determinem, porque há prazo determinado para a colocação de antenas. Isso é muito, muito bom. O que estamos votando hoje aqui é um passo muito importante para o critério de comunicações no nosso País, principalmente dando normas, regras para os Municípios. Esse compartilhamento vai melhorar e diminuir em muito o aspecto social da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Obrigado, Senador Gim Argello.

Como vota o Senador Delcídio do Amaral?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Cristovam Buarque?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Sérgio Souza?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Como vota o Senador Aloysio Nunes? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Está aprovado por unanimidade o Projeto.

Aprovado em turno único, a Emenda nº 1, CDR-CMA-CAS-CCT, o Substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012.

A matéria vai a turno suplementar nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno, poderão ser oferecidas emendas no turno suplementar perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, vedada a apresentação de novo substitutivo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr. Presidente, primeiro para agradecer, em nome de V. Exª, a todos os presidentes das Comissões aqui já mencionadas, pela reunião conjunta, pela votação no dia de hoje de um Projeto que reputo da maior im-

portância para que nós possamos buscar melhoria na qualidade desse serviço e, ao mesmo tempo, simplificar e garantir as cidades, aos Municípios, onde toda a população brasileira vive, acesso a um sistema de telecomunicação móvel eficiente e uma banda larga móvel eficiente.

Portanto, eu gostaria de agradecer a cada um dos Srs. Senadores e a cada uma das Srªs Senadoras pela votação unânime nessas Comissões, e esperamos poder, na semana que vem, aprovar, em turno suplementar, na CCT, de forma terminativa, a Lei Geral de Antenas, dando um novo marco regulatório para a infraestrutura de rede desse importante setor da macroeconomia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Cumprimento V. Exª, Senador Eduardo Braga, pelo belo relatório.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das respectivas Comissões da reunião conjunta.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Pela ordem, Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – É só para reforçar aos Srs. Líderes aqui presentes que nós estamos sendo chamados para a Ordem do Dia, porque temos medida provisória importante para ser aprovada. Portanto, devemos nos dirigir ao plenário imediatamente, porque vamos dar início à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco/DEM – MT) – Agradeço a V. Exª.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal,* juntamente com as notas taquigráficas.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Fica marcada para quinta-feira próxima, dia 20/12, para votação em turno suplementar.

Agradeço a presença de V. Exªs.

(Iniciada às 10 horas e 49 minutos, a reunião é suspensa às 10 horas e 52 minutos, reaberta às 10 horas e 53 minutos e encerrada às 11 horas e 26 minutos.)

Edição de hoje: 382 páginas

(OS: 16688/2012)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL